



Relatório de Gestão

DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 134
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013

PORTARIA-TCU Nº 90
DE 16 DE ABRIL DE 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA

UFSC

©2014 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

O RELATÓRIO DE GESTÃO 2014 está acessível em <http://dpgi.proplan.ufsc.br>.

Correspondência: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Departamento de Planejamento e Gestão da Informação. Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. CEP 88040-900 Telefone: +55 (48) 3721-4201.

Reitora

Prof.^a Roselane Neckel

Vice-Reitora

Prof.^a Lúcia Helena Martins Pacheco

Chefe do Gabinete da Reitoria

Prof. Carlos Antonio Oliveira Vieira

Chefe Adjunta do Gabinete da Reitoria

Bel. Luciana Miashiro Lima

Pró-Reitora de Graduação

Prof. Julian Borba

Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Prof. Rogério Luiz de Souza

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Prof.^a Joana Maria Pedro

Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação

Prof. Juarez Vieira do Nascimento

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Jamil Assereuy Filho

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa

Prof.^a Heliete Nunes

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Edison da Rosa

Pró-Reitora Adjunta de Extensão

Prof.^a Maristela Helena Zimmer Bortolini

Pró-Reitora de Planejamento e

Orçamento

Prof. Antonio Cezar Bornia

Pró-Reitora Adjunta de Planejamento e Orçamento

Bel. Izabela Raquel (até 07/01/2015)

Bel. Anna Cecília Amaral Petrassi

Pró-Reitor de Administração

Bel. Antônio Carlos Montezuma Brito

Pró-Reitora Adjunta de Administração

Bel. Lucia Maria Loch Goes

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Profa. Denise Cord

Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis

Prof. Maurício Mello Petrucio

Secretária de Gestão de Pessoas

Bel. Elci Terezinha de Souza Junckes

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Bel. Juliana Blau

Secretário de Cultura

Prof.^a Zilma Gesser Nunes

Secretária Adjunta de Cultura

Prof.^a Rosana Cássia Kamita

Secretário de Relações Internacionais

Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho

Secretário Adjunto de Relações Internacionais

Prof. Aguinaldo Roberto Pinto

Secretário de Aperfeiçoamento Institucional

Prof. Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender (até 21/11/2014)

Secretário(a) Adjunto(a) de Aperfeiçoamento Institucional

Prof. Jeanine Nicolazzi Phillippi (até 21/11/2014)

Bel. Alberto Manoel Assis Júnior (de 07/01/2015 até 09/02/2014)

Prof. Marcelo Minghelli

Diretor do Centro de Ciências Agrárias

Prof. Jose Carlos Fiad Padilha

Vice-Diretor do Centro de Ciências Agrárias

Prof. Pedro Luiz Munique Barreto

Diretora do Centro de Ciências**Biológicas**

Prof.^a Sônia Gonçalves Carobrez

Vice-Diretor do Centro de Ciências**Biológicas**

Prof. Tadeu Lemos

Diretor do Centro de Comunicação e Expressão

Prof. Felício Wessling Margotti

Vice-Diretor do Centro de Comunicação e Expressão

Prof. Arnaldo Debatin Neto

Diretor do Centro de Ciências da Saúde

Prof. Sergio Fernando Torres de Freitas

Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Prof.^a Isabela de Carlos Back Giuliano

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas

Prof. Luis Carlos Cancellier de Olivo

Vice-Diretor do Centro de Ciências Jurídicas

Prof. Ubaldo César Balthazar

Diretor do Centro de Desportos

Prof. Edison Roberto de Souza

Vice-Diretor do Centro de Desportos

Prof. Luciano Lazzaris Fernandes

Diretor do Centro Ciências da Educação

Prof. Nestor Manoel Habkost

Vice-Diretor do Centro Ciências da Educação

Prof. Juarez da Silva Thiesen

Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Paulo Pinheiro Machado

Vice-Diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Prof.^a Sônia Weidner Maluf

Diretor do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

Prof. Valdir Rosa Correia

Vice-Diretor do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

Prof. Licio Hernanes Bezerra

Diretora do Centro Socioeconômico

Prof.^a Elisete Dahmer Pfitscher

Vice-Diretor do Centro Socioeconômico

Prof. Rolf Hermann Erdmann

Diretor do Centro Tecnológico

Prof. Sebastião Roberto Soares

Vice-Diretor do Centro Tecnológico

Prof. Edson Roberto de Pieri

Diretora Geral do *Campus* de Joinville

Prof.^a Cátia Regina Silva de Carvalho

Diretora Administrativa do *Campus* de Joinville

Bel. Jamile Fantin

Diretor Acadêmico do *Campus* de Joinville

Prof. Maurício de Campos Porath

Diretor Geral do *Campus* de Curitiba

Prof. Leocir José Welter

Diretor Administrativo do *Campus* de Curitiba

Bel. Paulo Roberto Kammer

Diretor Acadêmico do *Campus* de Curitiba

Prof. Juliano Gil Nunes Wendt

Diretor Geral do *Campus* de Araranguá

Prof. Paulo César Leite Esteves

Diretora Administrativa do *Campus* de Araranguá

Bel. Samira Belettini Borges

Diretora Acadêmica do *Campus* de Araranguá

Prof.^a Regina Vasconcellos Antonio (até 26/01/2015)

Diretor Geral do *Campus* de Blumenau

Prof. Ubirajara Franco Moreno

Diretora Administrativa do *Campus* de Blumenau

Bel. Chirley de Miranda Pilon Carvalho

Diretor Acadêmico do *Campus* de Blumenau

Prof. Sérgio Luiz Ferreira

Diretor Geral do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

Prof. Carlos Alberto Justo da Silva

Vice-Diretora Geral do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago

Prof.^a Maria de Lourdes Rovaris

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	14
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	159
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	168
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	178
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	179
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	236
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	254
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	278
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	308
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	319
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	322
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	555
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	560
14. INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU Nº 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES	561
15. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES.....	572
16. RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO	574
I. ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	800
II. REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	819
III. RELATÓRIO DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL	847
IV. REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF. POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO	883

ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES	14
QUADRO 2 – REITORIA DA UFSC.....	26
QUADRO 3 – DIREÇÃO DO GABINETE DO REITOR.....	27
QUADRO 4 – DIREÇÃO GERAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO/UFSC.....	41
QUADRO 5 – PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	56
QUADRO 6 – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO.....	61
QUADRO 7 – PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	64
QUADRO 8 – PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	83
QUADRO 9 – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO	91
QUADRO 10 – PRÓ-REITORIA DE PESQUISA.....	96
QUADRO 11 – PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	102
QUADRO 12 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	116
QUADRO 13 – SECRETARIA ESPECIAL DE APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL	122
QUADRO 14 – SECRETARIA DE CULTURA.....	123
QUADRO 15 – SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	129
QUADRO 16 – CAMPUS CURITIBANOS.....	131
QUADRO 17 – CAMPUS ARARANGUÁ.....	133
QUADRO 18 – CAMPUS JOINVILLE.....	134
QUADRO 19 – CAMPUS BLUMENAU.....	136
QUADRO 20 – CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS.....	138
QUADRO 21- CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	140
QUADRO 22 – CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	141
QUADRO 23 – CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	142
QUADRO 24 – CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE.....	144
QUADRO 25 – CENTRO DE DESPORTOS	144
QUADRO 26 – CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	146
QUADRO 27 – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS.....	148
QUADRO 28 – CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS	149
QUADRO 29 – CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO.....	151
QUADRO 30 – CENTRO TECNOLÓGICO	152
QUADRO 31 – INTEGRAÇÃO ENTRE OS MACROPROCESSOS.....	155
QUADRO 32 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICO	156
QUADRO 33 – PRINCIPAIS INSUMOS E FORNECEDORES DO HU.....	157
QUADRO 34 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	165
QUADRO 35 – ALUNOS DA GRADUAÇÃO ACOMPANHADOS	172
QUADRO 36 - ALUNOS DA PÓS-GRADUAÇÃO ACOMPANHADOS	173
QUADRO 37 - DADOS NUMÉRICOS ACERCA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA CAE.....	175
QUADRO 38 - MEDIDAS ADOTADAS VISANDO À ACESSIBILIDADE	177
QUADRO 39 – PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	179
QUADRO 40 - OBJETIVOS DO PDI E SUA RELAÇÃO COM AS DIMENSÕES SINAES.....	180
QUADRO 41 - AÇÕES POR UNIDADE ADMINISTRATIVA.....	181
QUADRO 42 - PROJETOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS EM VIGOR EM 2014.....	181
QUADRO 43 – SERVIÇOS REESTRUTURADOS/IMPLANTADOS.....	184
QUADRO 44 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR....	185
QUADRO 45 - FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	186
QUADRO 46 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR.....	186
QUADRO 47 - APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	187
QUADRO 48 - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	188
QUADRO 49 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	189
QUADRO 50 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	190
QUADRO 51 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS....	190
QUADRO 52 – CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTES DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.....	191
QUADRO 53 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO.....	192

QUADRO 54 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	192
QUADRO 55 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)	193
QUADRO 56 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	193
QUADRO 57 - CONCESSÃO EM CARÁTER INDENIZATÓRIO E SOB FORMA DE PECÚNIA DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS FEDERAIS	193
QUADRO 58 - PAGAMENTO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE EM PECÚNIA, PELA UNIÃO, DE NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA, DESTINADO AO CUSTEIO DAS DESPESAS COM TRANSPORTE COLETIVO	194
QUADRO 59 - PENSÕES DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	194
QUADRO 60 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	195
QUADRO 61 - ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES – EXAMES PERIÓDICOS	195
QUADRO 62 – BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS ESTUDANTES POR MEIO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR.....	198
QUADRO 63 - FUNCIONAMENTO E GESTÃO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES FEDERAIS	201
QUADRO 64 - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS...	201
QUADRO 65 - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO.....	202
QUADRO 66 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	203
QUADRO 67 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	203
QUADRO 68 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	204
QUADRO 69 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	204
QUADRO 70 - AUXÍLIO FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	205
QUADRO 71 - ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS.....	205
QUADRO 72 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	206
QUADRO 73 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS - DPAE	224
QUADRO 74 - ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO - DPAE.....	225
QUADRO 75 - RELAÇÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO.....	227
QUADRO 76 - RELAÇÃO DE OBRAS CONCLUÍDAS EM 2014	229
QUADRO 77 - RELAÇÃO DE OBRAS LICITADAS EM 2014 COM PREVISÃO DE INÍCIO EM 2015.....	230
QUADRO 78 - VARIAÇÕES DE CUSTOS	234
QUADRO 79 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	236
QUADRO 80 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS - UFSC.....	236
QUADRO 81 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS - HU	237
QUADRO 82 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS – UFSC E HU	237
QUADRO 83 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA - UFSC.....	238
QUADRO 84 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA - HU.....	241
QUADRO 85 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	241
QUADRO 86 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DESPESAS EXECUTADAS DIRETAMENTE PELA UJ	242
QUADRO 87 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL	243
QUADRO 88 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	245
QUADRO 89 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	246
QUADRO 90 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	247
QUADRO 91 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	250
QUADRO 92 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	251
QUADRO 93 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	251

QUADRO 94 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	252
QUADRO 95 - FORÇA DE TRABALHO DA UFSC	254
QUADRO 96 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	254
QUADRO 97 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UFSC	254
QUADRO 98 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA – DISCENTES X SERVIDORES	255
QUADRO 99 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA	256
QUADRO 100 – DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA	256
QUADRO 101 – TIPOS DE LICENÇA	256
QUADRO 102 – DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E NÍVEL DE PROGRESSÃO POR CAPACITAÇÃO	257
QUADRO 103 – NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS E CAPACITAÇÃO - PCCTAE	257
QUADRO 104 – DISTRIBUIÇÃO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS POR ESCOLARIDADE	257
QUADRO 105 – DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR ESCOLARIDADE	258
QUADRO 106 – CUSTOS DO PESSOAL	260
QUADRO 107 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	261
QUADRO 108 – ACIDENTES DE TRABALHO	263
QUADRO 109 – AFASTAMENTOS VINCULADOS AO SIASS-UFSC	264
QUADRO 110 – QUANTITATIVO DE LICENÇAS	264
QUADRO 111 - CURSOS DE CAPACITAÇÃO OFERECIDOS PELA COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAS/DDP/SEGESP/UFSC:	265
QUADRO 112 – DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE CURSOS E EVENTOS DE CURTA DURAÇÃO E CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	266
QUADRO 113 – AFASTAMENTOS DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	267
QUADRO 114 - AFASTAMENTOS DE SERVIDORES DOCENTES	268
QUADRO 115 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - UFSC	270
QUADRO 116 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - HU	271
QUADRO 117 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - UFSC	271
QUADRO 118 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA - HU	273
QUADRO 119 – CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	276
QUADRO 120 – RELAÇÃO DE VEÍCULOS EM USO DA UFSC EM 2014	279
QUADRO 121 - MEDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR GRUPO DE VEÍCULOS:	282
QUADRO 122 - IDADE MÉDIA DA FROTA DE VEÍCULOS DA UFSC	282
QUADRO 123 – VEÍCULOS – HU/UFSC	283
QUADRO 124 – AVALIAÇÃO – VEÍCULOS – HU/UFSC	284
QUADRO 125 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	285
QUADRO 126 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	286
QUADRO 127 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 1	287
QUADRO 128 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 2	287
QUADRO 129 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 3	288
QUADRO 130 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 4	288
QUADRO 131 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 5	289
QUADRO 132 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 6	289
QUADRO 133 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 7	290
QUADRO 134 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 8	290
QUADRO 135 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 9	291

QUADRO 136 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 10	291
QUADRO 137 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 11	292
QUADRO 138 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 12	292
QUADRO 139 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 13	293
QUADRO 140 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 14	293
QUADRO 141 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 15	294
QUADRO 142 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 16	294
QUADRO 143 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 17	295
QUADRO 144 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 18	295
QUADRO 145 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 19	295
QUADRO 146 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 20	296
QUADRO 147 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 21	297
QUADRO 148 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 22	297
QUADRO 149 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 23	298
QUADRO 150 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 24	298
QUADRO 151 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 25	299
QUADRO 152 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 26	299
QUADRO 153 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 27	299
QUADRO 154 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 28	300
QUADRO 155 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 29	301
QUADRO 156 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 30	301
QUADRO 157 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 31	302
QUADRO 158 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 32	302
QUADRO 159 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 33	303
QUADRO 160 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 34	303
QUADRO 161 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 35	304
QUADRO 162 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 36	304
QUADRO 163 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 37	305
QUADRO 164 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO - IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 38	305
QUADRO 165 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	306
QUADRO 166 - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014	308
QUADRO 167 - RELAÇÃO DE SISTEMAS E DEMANDAS	309
QUADRO 168 – SISTEMAS – HU/UFSC	315
QUADRO 169 - CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014	318

QUADRO 170 - ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	319
QUADRO 171 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	322
QUADRO 172 – SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	337
QUADRO 173 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	428
QUADRO 174 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	483
QUADRO 175 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	551
QUADRO 176 – CONFORMIDADE CONTÁBIL - UFSC	556
QUADRO 177 – CONFORMIDADE CONTÁBIL	556
QUADRO 178 – OCORRÊNCIAS REGISTRADAS - UFSC	557
QUADRO 179 – OCORRÊNCIAS REGISTRADAS - HU	557
QUADRO 180 - CUSTO ALUNO COM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	561
QUADRO 181 - CUSTO CORRENTE COM HU	561
QUADRO 182 - CUSTO ALUNO SEM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	562
QUADRO 183 - CUSTO ALUNO SEM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	562
QUADRO 184 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE	563
QUADRO 185 - PROFESSOR EQUIVALENTE	563
QUADRO 186 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU	564
QUADRO 187 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU	564
QUADRO 188 - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU	564
QUADRO 189 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU	564
QUADRO 190 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU / PROFESSOR EQUIVALENTE	565
QUADRO 191 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU / PROFESSOR EQUIVALENTE	565
QUADRO 192 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL	565
QUADRO 193 - ALUNOS EFETIVAMENTE MATRICULADOS	566
QUADRO 194 - GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO	566
QUADRO 195 - CONCEITO CAPES/MEC PARA A PÓS-GRADUAÇÃO	566
QUADRO 196 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	566
QUADRO 197 - ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE	568
QUADRO 198 - QUALIFICAÇÃO DOCENTE	568
QUADRO 199 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO	568
QUADRO 200 – RESUMO DOS INDICADORES DO TCU	569
QUADRO 201 - RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU Nº 408/2002	570
QUADRO 202 - RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/2002	570
QUADRO 203 – PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	574
QUADRO 204 – RECURSOS PERTENCENTES À UFSC ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	609
QUADRO 205 – PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	744
QUADRO 206 – RECURSOS PERTENCENTES À UFSC ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	752
QUADRO 207 – PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS	774
QUADRO 208 – RECURSOS PERTENCENTES À UFSC ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS	782
QUADRO 209 – PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX	792
QUADRO 210 – RECURSOS PERTENCENTES À UFSC ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX	795

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) abriga uma comunidade com cerca de 50 mil pessoas. São estudantes de graduação, pós-graduação, professores e técnicos-administrativos em Educação (TAEs), sem contar os funcionários terceirizados e pessoas que prestam serviços voluntários. Esse universo amplo, que abrange quase uma centena de cursos de graduação, mais de 500 grupos de pesquisa certificados e dezenas de cursos de pós-graduação que alcançam patamares de excelência é responsável, ainda, por cerca de 9 mil projetos de extensão, que têm como objetivo aproximar a comunidade externa da UFSC aos seus cinco campi, e por cerca de 3500 projetos de pesquisa, muitos em parceria com órgãos públicos e privados nacionais e internacionais, mostrando a capacidade de pesquisa e inovação da Instituição. Tornar todas essas atividades possíveis não é tarefa fácil e exige de cada gestora ou gestor comprometimento, atenção à legislação em vigor e total consciência do seu papel enquanto servidor público, comprometido com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e interesse público. Nossas ações devem ter sustentabilidade legal. Durante o ano de 2014, continuamos a consolidar procedimentos e normas para ampliar um conjunto de ações destinadas a tornar transparente e melhorar a eficiência do uso dos recursos públicos. No âmbito do sistema de correição disciplinar interno, merece registro a aprovação no Conselho Universitário (CUn) da criação da Corregedoria da UFSC.

Os significativos avanços alcançados em áreas importantes para seu funcionamento não teriam sido possíveis sem a decisiva participação dos compromissados técnico-administrativos, docentes e estudantes que a compõem. Esses homens e mulheres querem tão somente o bem dessa instituição que há 54 anos é uma referência para Santa Catarina e para o País. Assim como a gestão da UFSC, essas pessoas têm um evidente comprometimento com uma universidade pública, com a austeridade administrativa e com a economicidade nos gastos públicos.

O presente relatório de gestão demonstra como a Administração Central da UFSC tem se empenhado em fazer valer esses princípios na prática cotidiana. Organizado em 16 tópicos, ele revela uma série de ações adotadas por diferentes pró-reitorias e secretarias, visando enfrentar de forma séria e eficaz os muitos desafios que se colocam às universidades federais na atualidade. Se, por um lado, as instituições federais de ensino superior (IFES) avançaram nos processos de ingresso e inclusão, por outro, ainda há muitas metas a alcançar para possibilitar condições reais de permanência a nossos estudantes. O financiamento global revela-se ainda aquém das necessidades da UFSC, na medida em que as despesas crescem continuamente por causa da expansão da Universidade, ao passo que o orçamento encontra-se relativamente estabilizado. A expansão do acesso à UFSC não foi seguida de uma expansão correspondente do volume de recursos financeiros, especialmente para atender a demandas das políticas de assistência estudantil. Os recursos ainda estão aquém das necessidades geradas com os novos alunos e as novas estruturas acadêmicas. Nos próximos anos, há importantes pontos de estrangulamento a serem sanados, tais como demandas por ampliação de espaço físico (salas de aula e laboratórios), bem como uma significativa expansão das necessidades de custeio: energia e água das novas instalações, maior necessidade de segurança, limpeza, jardinagem, manutenção e cozinha, entre outras.

Podemos citar alguns dos desafios enfrentados, cujas soluções foram sendo construídas coletivamente, demonstrando o compromisso de todos na busca da excelência da gestão pública:

- A implantação da Lei de Cotas;
- As condições de permanência para uma comunidade cada vez maior de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- As decisões relativas aos projetos CT-INFRA, essenciais para o desenvolvimento de pesquisas de referência na UFSC;

- A execução de obras cujos projetos foram discutidos com os principais envolvidos e beneficiários para o estabelecimento de prioridades;

- A aprovação pelo CUn da nova resolução de pesquisa. Entre as principais inovações dessa resolução, estão a criação de um Fundo de Desenvolvimento Institucional e de um Programa de Apoio às atividades de pesquisa a partir do ressarcimento institucional de 4% (quatro por cento) do valor de projetos. As inovações feitas na Resolução devem ampliar as políticas internas de investimento no desenvolvimento das atividades de pesquisa;

- A criação do Sistema de Bolsas, que possibilita às fundações de apoio verificar se os salários não ultrapassaram o limite constitucional remuneratório antes de liberar qualquer pagamento de bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação paga a professores e TAEs. Isso deixa as fundações mais protegidas de cobranças pelos órgãos de controle;

- A elaboração de modelos-padrão de formulários de fiscalização a serem preenchidos pelos fiscais de contrato de serviços ou de fornecimento terceirizados. Foram capacitados sessenta servidores com o intuito de dotar um quadro eficiente e capaz para fiscalização de contratos;

- A elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2015 -2019.

Graças ao trabalho em equipe, projetos de obras essenciais foram concluídos e licitados. Estão sendo construídos novos prédios para o Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), a fim de atender a novos cursos de graduação, além de três edificações para transferência de toda “ala antiga” do Centro de Ciências Biológicas (CCB), construída nos anos de 1960. No Campus Curitibanos está sendo iniciada a obra do Prédio II. Também foi elaborado um Relatório do Plano de Logística Sustentável, que, além de apresentar o diagnóstico da situação atual, apresenta indicações de diretrizes para várias ações, visando garantir o estabelecimento de políticas de sustentabilidade na aquisição de equipamentos e materiais e construção de prédios, entre outras. Algumas ações propostas já foram implementadas, como a criação de uma campanha de redução dos gastos de energia elétrica, a inclusão de produtos sustentáveis ao catálogo de compras da UFSC e a criação de critérios sustentáveis para compra e licitações. Nossa equipe tem se empenhado continuamente para que a instituição atenda a tudo aquilo que estabelecem os órgãos de controle e busca orientar a comunidade universitária para que as ações executadas pelos diferentes atores estejam em consonância não só com o que preconiza a legislação superior, mas também com a meta maior de gerir esta Universidade, visando à qualidade e a eficiência, sem jamais esquecer que ela é formada por pessoas, com diferentes histórias de vida, trajetórias e sonhos.

No entanto, é importante destacar também as dificuldades encontradas em 2014 para a concretização de várias ações administrativas e acadêmicas. Nossa instituição, além de ter um número insuficiente de técnicos-administrativos, está atravessando um período de transição no que tange à força de trabalho. Essa situação se deve ao fato de um grande número de técnicos que ingressaram na UFSC em 1980 estarem requerendo aposentadoria. Para suprir essa demanda, foram realizados dois concursos nos anos de 2013 e 2014. Porém, um número representativo de TAEs que ingressam não permanece na instituição e muitos permanecem por um período inferior ao estágio probatório, solicitando vacância ou exoneração. O fator preponderante está no Plano de Cargos e Salários do Executivo Federal, que não é competitivo frente aos planos de outras esferas públicas. Vários nem assumem seus cargos após suas nomeações, em virtude de terem passado em outros concursos e optarem por carreiras mais promissoras financeiramente. Um parcela substancial dos TAEs está ingressando com uma qualificação superior ao solicitado para o provimento do cargo, o que, às vezes, ocasiona insatisfação e busca de melhores oportunidades. Em suma, essa rotatividade é prejudicial à organização e à consolidação de

processos de trabalho em setores estratégicos da UFSC, dificultando sobremaneira a formação de equipes de trabalho.

Nosso Hospital Universitário também enfrenta muitas dificuldades em relação ao número de servidores. Apesar de sua importância para a saúde no Estado de Santa Catarina, nas últimas décadas, o Governo Federal não disponibilizou vagas para contratação de servidores suficientes. Atualmente, a proposta do governo para solucionar a falta de profissionais é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Para avaliar as vantagens e desvantagens dessa proposta, foi constituída pelo CUn uma comissão para encaminhar a elaboração do diagnóstico sobre a situação atual do Hospital e verificar qual a melhor solução para a situação, visando garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade. A comissão realizou dezesseis reuniões no período de 21 de agosto de 2013 a 24 de setembro de 2014. Atas das reuniões, relatórios, diagnóstico do Hospital Universitário, contratos, legislação, documentos do Ministério da Educação, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, além de diversos posicionamentos em relação à implantação da EBSERH em hospitais universitários foram reunidos durante os mais de doze meses de trabalho e estão disponíveis a toda a comunidade universitária através do link <https://grupos.moodle.ufsc.br/course/view.php?id=109>. Após a conclusão do trabalho pela comissão, foram realizados sete debates públicos. Em abril, será realizado um plebiscito consultivo para que os conselheiros universitários possam verificar qual a opinião de seus representados sobre a adesão ou não do HU à EBSERH.

Mais do que números, este relatório mostra o quanto nossa equipe tem se empenhado, ao mesmo tempo em que revela o que ainda precisa ser melhorado. Sabemos que a missão é árdua, é difícil, mas é gratificante verificar como avançamos em relação ao ano anterior e quanto poderemos avançar nos anos vindouros.

Por tudo isso, uma vez mais, desejamos que este relatório possa subsidiar diálogos futuros e estimular a busca conjunta de soluções para os problemas que enfrentamos cotidianamente. O ano de 2014 nos mostrou que, quando temos pessoas comprometidas com uma universidade pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, os avanços são evidentes. A leitura deste relatório, felizmente, comprova isso. Seguiremos adiante comprometidos com o conhecimento, a cidadania e a administração pública transparente e voltada ao interesse público.

Boa leitura!

Prof.^a Roselane Neckel
Reitora

Prof.^a Lúcia Helena Martins Pacheco
Vice-Reitora

A INSTITUIÇÃO

Integrante do Sistema Federal de Ensino Superior e vinculada ao Ministério da Educação desde sua origem, nos anos 1960¹, a Universidade Federal de Santa Catarina se constitui como instituição pública, cuja existência ao longo deste meio século é organicamente mesclada ao processo de desenvolvimento econômico-social do povo catarinense. Ainda como protótipo, teve suas raízes no Instituto Politécnico (1917), que ofertou os primeiros cursos superiores do estado de Santa Catarina, e, em 1961, foi constituída como universidade, estrategicamente composta por cursos das diferentes áreas do conhecimento, englobando um universo polissêmico de saberes, cada qual atendendo a reclames fundamentais da sociedade, desde o campo sociojurídico e das humanidades (com os cursos de Direito, Economia, Filosofia e Serviço Social), até o da saúde (Medicina, Farmácia e Odontologia) e o tecnológico (Engenharia).

O caráter estratégico de nossa Universidade pode ser dimensionado por vários ângulos, mas ganha nitidez ao se constatar a direta contribuição da UFSC na montagem dos quadros intelectuais em Santa Catarina, com perfil e vocação saturados da vida catarinense. Essa vida inspira e desafia nossa Universidade, porque a UFSC se nutre da sua cultura pluriétnica, mas, simultaneamente, é afligida pela sua desigual estratificação social e peculiar dinâmica política. É ainda motivada pelos desafios postos pelas aptidões econômicas e movida pelas potencialidades dos recursos naturais. Portanto, a UFSC é artífice privilegiada na produção do conhecimento dedicado às interpretações e soluções dos problemas concretos da população e territórios catarinenses. Essa realidade, cada vez mais, é tomada como fonte para a pesquisa, a extensão e os estudos acadêmicos, o que permite a qualificação do horizonte da formação intelectual, artística e profissional, capaz de ampliar o universo de intervenção política e social de nossa Universidade, cumprindo assim sua vital função pública na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Neste contexto, a estrutura acadêmica da UFSC se organiza por Centros de Ensino e Campi:

- 1) Campus de Araranguá;
- 2) Campus de Curitibanos;
- 3) Campus de Blumenau;
- 4) Campus de Joinville;
- 5) Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- 6) Centro de Ciências Biológicas (CCB);
- 7) Centro de Ciências da Educação (CED);
- 8) Centro de Ciências da Saúde (CCS);
- 9) Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM);
- 10) Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);
- 11) Centro de Comunicação e Expressão (CCE);
- 12) Centro de Desportos (CDS);
- 13) Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH);
- 14) Centro Socioeconômico (CSE);
- 15) Centro Tecnológico (CTC).

Com relação ao ensino básico, o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, criados respectivamente em 1961 e 1980, oferecem todos os níveis da educação básica, desde a educação infantil aos níveis fundamental e médio. Constituem-se como valiosos campos de investigação científica, articulando atividades de ensino, extensão e pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições, notabilizando-se como espaços de formação, produção e socialização de conhecimentos.

¹ Criada em 18 de dezembro de 1960 pela Lei nº 3.849 e instalada em 12 de março de 1962.

Na modalidade de ensino a distância, a UFSC iniciou sua atuação em 1995, com o Laboratório de Ensino a Distância (LED), privilegiando a pesquisa e a capacitação via projetos de extensão com a oferta de diversos cursos de aperfeiçoamento, formatados em vídeo-aulas transmitidas por satélite. Nos últimos anos, diversos grupos envolveram-se em ações de educação à distância na UFSC, dentro do Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilitando o desenvolvimento de infraestrutura que viabilizou a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização em grande parte do território nacional, contribuindo para a expansão da instituição em termos de novos cursos não presenciais. Com essa atuação vimos colaborando para ampliar a formação superior e a especialização no âmbito nacional.

O ingresso da UFSC no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), em 2008, contribuiu para uma forte ampliação de vagas gratuitas no ensino superior, por meio da oferta de novos cursos presenciais ou ampliando vagas em cursos já implantados. Ademais, os novos recursos advindos do REUNI permitiram, desde 2009, o desenvolvimento de uma estratégia importante para o ensino superior público em Santa Catarina, qual seja, a interiorização da UFSC com a instalação dos novos campi nas cidades de Araranguá (Sul), Curitiba (Oeste) e Joinville (Norte), onde foram implantados os novos cursos de Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Fisioterapia, Tecnologia da Informação e Comunicação (Araranguá); Ciências Rurais, Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária (Curitiba) e Bacharelado Interdisciplinar em Mobilidade, Engenharia Naval, Engenharia Ferroviária e Metroviária e Engenharia de Infraestrutura, Engenharia de Transporte e Logística, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Automotiva, Engenharia Aeroespacial (Joinville). E em 2014, passaram a ser ofertados cinco cursos: Engenharia Têxtil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais; e as Licenciaturas em Matemática e Química no novo campus na cidade de Blumenau.

A gestão da UFSC comporta uma estrutura organizacional que ocorre em obediência regimental e democrática aos colegiados acadêmicos, com composição proporcional e/ou paritária, eleições por pares, específicos dos órgãos deliberativos. Estes se subdividem em Conselho Universitário, fórum máximo de deliberação da Universidade, instruído previamente pelas câmaras, com função deliberativa nas respectivas áreas acadêmicas. No que diz respeito à função fiscalizadora temos o Conselho de Curadores, a Auditoria Interna e a Ouvidoria. Ainda destacam-se os órgãos executivos da UFSC, atuando em áreas essenciais da gestão superior da Universidade, composta por sete pró-reitorias e quatro secretarias, além do Gabinete da Reitoria. As pró-reitorias englobam a Graduação, a Pós-Graduação, a Pesquisa, a Extensão, a Administração, os Assuntos Estudantis e o Planejamento e Orçamento. As quatro secretarias implementam as ações na Cultura, nas Relações Internacionais, no Aperfeiçoamento Institucional e na Gestão de Pessoas, todas vinculadas diretamente ao Gabinete da Reitoria. Vinculados diretamente ao Gabinete da Reitoria encontram-se ainda diversos e fundamentais órgãos suplementares, como o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, entre outros.

Finalmente, temos o dever honroso de apresentar o Relatório de Gestão da Universidade Federal de Santa Catarina referente ao ano de 2014, contendo detalhadas e consolidadas informações institucionais, especificando os indicadores definidos pelos órgãos de controle externo. Por meio deste retrato, esperamos subsidiar adequadamente os esforços de controle social, bem como as ações de monitoramento e aperfeiçoamento institucional que a boa gestão pública requer.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação e Atributos das Unidades

Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 000244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Universidade Federal de Santa Catarina			
Denominação abreviada: UFSC			
Código SIORG: 429		Código LOA: 26246	Código SIAFI: 153163
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Superior			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(48) 3721-6018	(48) 3721-9840	(48) 3721-9000
E-mail: gr@contato.ufsc.br			
Página na Internet: http://ufsc.br			
Endereço Postal: Gabinete do Reitor - Campus Universitário s/n – Trindade – Florianópolis, Santa Catarina - CEP: 88.040-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Lei de criação: LEI Nº 3.849, de 18 de Dezembro de 1960			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina - Anexo			
Regimento da Universidade Federal de Santa Catarina – Anexo			
Regimento do Hospital Polydoro Ernani de são Thiago – Anexo			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
153163	Universidade Federal de Santa Catarina		
150232	Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
15237	Universidade Federal de Santa Catarina		
15237	Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153163		15237	
150232		15237	

Fonte: DPGI/UFSC

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Os componentes da responsabilidade institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) são expressos pelas atribuições da instituição, definidas por seu Estatuto e seu Regimento, e seus objetivos estratégicos, definidos, nos casos das instituições federais de ensino superior, a partir do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A UFSC é uma instituição de ensino superior e pesquisa com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, e vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 – Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969).

As atribuições da instituição estão definidas no art. 3º de seu Estatuto: “A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano

para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida”.

De acordo com o seu Estatuto, a UFSC, como instituição de ensino superior, tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

De acordo com a Resolução Normativa nº 28/CUn, de 27 de novembro de 2012, a Administração Central da UFSC, formada pelos Órgãos Executivos Centrais, compreende a seguinte estrutura organizacional básica: a) Reitoria e Vice-Reitoria, composta por Gabinete da Reitoria, Auditoria Interna, Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais, Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão e Diretoria-Geral de Comunicação; b) Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, de Extensão, de Assuntos Estudantis, de Planejamento e Orçamento e de Administração; c) Secretarias de Cultura, de Relações Internacionais, de Gestão de Pessoas e de Aperfeiçoamento Institucional; d) Comissões Permanentes do Vestibular, do Pessoal Docente e do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. No âmbito dos Órgãos Suplementares, a Universidade vincula-se à Biblioteca Universitária, ao Restaurante Universitário, ao Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral, ao Hospital Universitário, à Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação, à Editora da UFSC e ao Biotério Central.

No que se refere às unidades de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade é constituída pelos Centros Socioeconômico, Tecnológico, de Ciências Agrárias, de Ciências Biológicas, de Comunicação e Expressão, de Ciências da Educação, de Ciências Físicas e Matemáticas, de Ciências Jurídicas, de Ciências da Saúde, de Filosofia e Ciências Humanas e de Desportos, além dos campi de Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau.

1.3 Organograma funcional

A Administração universitária far-se-á em nível superior e em nível de Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares.

A Administração Superior efetivar-se-á por intermédio de:

I - Órgãos Deliberativos Centrais

a) Conselho Universitário;

- b) Câmara de Graduação;
- c) Câmara de Pós-Graduação;
- d) Câmara de Pesquisa;
- e) Câmara de Extensão;
- f) Conselho dos Curadores.

II - Órgãos Executivos Centrais

- a) Reitoria;
- b) Vice-Reitoria;
- c) Pró-Reitorias;
- d) Secretarias.

Órgãos Suplementares

Os órgãos suplementares são unidades de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência à comunidade universitária, com subordinação direta ao reitor ou a autoridade administrativa por ele designada.

Os órgãos suplementares serão dirigidos por diretores nomeados pelo reitor.

Os Órgãos Suplementares são:

- Biblioteca Universitária;
- Restaurante Universitário;
- Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral;
- Hospital Universitário;
- Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Editora da UFSC;
- Biotério Central.

Compete à Biblioteca Universitária:

- I – organizar e manter atualizado o acervo informacional da Universidade;
- II – atuar como depositário da produção filosófica, literária, científica e tecnológica da comunidade universitária;
- III – manter intercâmbio com outras entidades congêneres;
- IV – coordenar os serviços prestados pelas bibliotecas setoriais;
- V – programar e coordenar a aquisição de material informacional;
- VI – colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
- VII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete ao Restaurante Universitário:

- I – fornecer à comunidade universitária alimentação de qualidade, produzida dentro de padrões técnicos;
- II – contribuir para a promoção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, mediante a oferta de oportunidades de estágio;
- III – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;
- IV – armazenar gêneros alimentícios e outros produtos necessários à execução de seus serviços, mantendo sistema adequado de controle de estoque;

V – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete ao Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral:

- I – desenvolver pesquisas na área de Antropologia e em áreas afins;
- II – colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
- III – desenvolver atividades voltadas à conscientização da sociedade quanto à importância da preservação de bens culturais;
- IV – responsabilizar-se pela guarda e pela conservação de seu acervo museológico;
- V – proceder à catalogação do acervo de acordo com as normas técnicas;
- VI – manter exposições à visitação pública;
- VII – promover exposições públicas fora dos campi universitários;
- VIII – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento de seus servidores;
- IX – incentivar a criação de museus em municípios do Estado de Santa Catarina, bem como prestar assistência técnica aos já existentes;
- X – elaborar normas, procedimentos e instruções a fim de atender às necessidades inerentes ao desenvolvimento de suas atividades;
- XI – executar outras atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete ao Hospital Universitário:

- I – atuar como campo de ensino, pesquisa e extensão nas áreas da saúde e afins, em consonância com os respectivos departamentos acadêmicos da Universidade;
- II – prestar assistência à comunidade na área da saúde, em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária;
- III – manter assistência à saúde, harmonizada com o Sistema Nacional de Saúde;
- IV – promover a integração docente-assistencial;
- V – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete à Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação:

- I – administrar e operar os sistemas centrais de processamento de dados da Universidade;
- II – manter serviços de atendimento ao usuário;
- III – executar os programas desenvolvidos por alunos, professores e pesquisadores da Universidade;
- IV – proceder à manutenção e ao desenvolvimento de sistemas operacionais;
- V – controlar e avaliar o desempenho de atividades relacionadas ao processamento eletrônico de dados da Universidade;
- VI – colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
- VII – analisar, programar e operar sistemas especiais de processamento eletrônico de dados para usuários externos, atendendo aos interesses da Universidade;
- VIII – estudar, implantar e disseminar novas tecnologias de informática, visando à melhoria dos serviços prestados à comunidade universitária;
- IX – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;

X – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete à Editora da UFSC:

I – editar, coeditar, distribuir, divulgar e comercializar trabalhos científicos, técnicos e culturais produzidos pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo da Universidade e pela comunidade em geral;

II – incentivar a produção intelectual para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração;

III – facilitar aos segmentos da comunidade universitária o acesso a materiais bibliográficos;

IV – manter uma livraria no campus-sede da UFSC;

V – distribuir livros de outras editoras universitárias;

VI – promover eventos a fim de estimular a leitura;

VII – fornecer livros à Biblioteca Universitária da UFSC;

VIII – definir e implementar a política editorial;

IX – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;

X – colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;

XI – oferecer estágio para alunos da Universidade;

XII – realizar a sua gestão administrativa e financeira;

XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete ao Biotério Central:

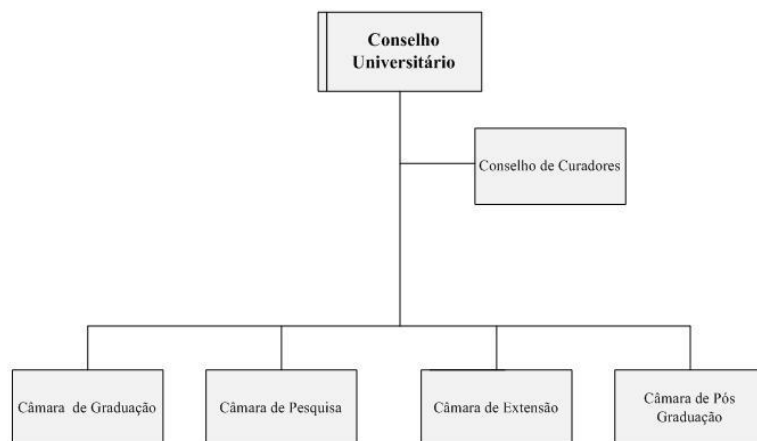
I – manter sob sua guarda os animais destinados ao ensino, pesquisa e extensão, atendendo às necessidades dos departamentos de ensino e de outras unidades da Universidade, quando solicitado;

II – colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua competência;

III – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento de seus servidores;

IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Organogramas dos Órgãos Deliberativos Centrais



Conselho Universitário

O Conselho Universitário é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da instituição, e compõe-se:

- I - do Reitor, como Presidente;
- II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III - dos Pró-Reitores das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- IV - dos Diretores das Unidades Universitárias;
- V - de três representantes da Câmara de Graduação;
- VI - de três representantes da Câmara de Pós-Graduação;
- VII - de três representantes da Câmara de Pesquisa;
- VIII - de três representantes da Câmara de Extensão;
- IX - de um professor representante de cada Unidade Universitária, eleito pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- X - de um Professor representante dos Professores de Educação Básica da UFSC, eleito pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- XI - de seis representantes dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC, eleitos pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- XII - de seis representantes do Corpo Discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes, para um mandato de um ano, permitida uma recondução;
- XIII - de seis representantes da Comunidade Externa, sendo três indicados, respectivamente, pelas Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, de dois indicados pelas Federações dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina e de um indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Santa Catarina, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Os representantes mencionados nos incisos V,VI,VII,VIII,IX,X,XI,XII e XIII terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas faltas, impedimentos e vacância.

Compete ao Conselho Universitário:

I - exercer como órgão deliberativo, consultivo, normativo, a jurisdição superior da Universidade em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração;

II - julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, quando arguida a infringência à Lei;

III - reformar o presente Estatuto por três quintos do total de seus membros, submetendo-o à aprovação pelo Órgão competente do Ministério da Educação;

IV - aprovar o Regimento Geral da Universidade e reformá-lo, obedecendo ao quórum do inciso III do presente artigo;

V - elaborar e aprovar o seu próprio Regimento;

VI - aprovar o Regimento dos demais órgãos da Administração Superior;

VII - aprovar as normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

VIII - apreciar os planos plurianuais de atividades universitárias, apresentados pelo Reitor;

IX - normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente à escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFSC;

X - apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Conselho;

XI - emitir parecer sobre a prestação anual de contas do Reitor;

XII - apurar a responsabilidade do Reitor quando, por omissão ou tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento de legislação;

XIII - decidir sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de Unidades

Universitárias e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino superior isolados, bem como

sobre a criação, transformação de regime jurídico ou extinção dos Órgãos Suplementares, na

forma da legislação;

XIV - deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas do Reitor ou de outros órgãos ou autoridades universitárias, desde que tomadas por delegação desse;

XV - propor ao Governo Federal, quando apurada a responsabilidade de que trata o inciso XII do presente artigo, em parecer fundamentado e aprovado por 3/5 (três quintos) dos seus membros, a destituição do Reitor e/ou Vice-Reitor;

XVI - decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer Unidade ou Subunidade, por motivo de infringência da legislação vigente;

XVII - aprovar o Calendário Escolar;

XVIII - apreciar o relatório anual de atividades, apresentado pelo Reitor;

XIX - deliberar sobre a concessão de dignidades universitárias;

XX - deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas no presente Estatuto e no Regimento Geral, bem como sobre questões que neles ou em quaisquer outros regimentos sejam omissas, submetendo a decisão, quando necessário, à homologação do Conselho Nacional de Educação.

Conselho dos Curadores

O Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira da Universidade, compõe-se:

I - de quatro membros da carreira de magistério, escolhidos pelo Conselho Universitário, que não o integram, observada a natureza especializada nas matérias de competência do órgão e, sempre que possível, o sistema de rodízio entre as diversas Unidades;

II - de um representante dos empregadores e de um representante dos empregados, indicados em sistema de rodízio pelas respectivas Federações Sindicais que tenham sede em Santa Catarina;

III - de um representante indicado pelo Ministério da Educação, mediante solicitação do Reitor;

IV - de um representante do Corpo Discente;

V - de um representante dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina, eleito por seus pares em eleição direta e secreta.

O Presidente do Conselho de Curadores será eleito por seus pares, dentre os representantes a que se refere o inciso I, por maioria de votos, e terá mandato de um ano, podendo ser reconduzido por idêntico período.

Será de dois anos o mandato dos representantes referidos nos incisos I,II,III e V e de um ano o do representante referido no inciso IV, admitindo-se, em todos os casos, uma recondução ou reeleição por período idêntico ao primeiro.

Caberá ao Diretório Central dos Estudantes indicar a representação estudantil no Conselho de Curadores obedecidas as normas deste Estatuto e do Regimento Geral.

São atribuições do Conselho de Curadores:

I - Aprovar as normas de seu funcionamento;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária;

III - Aprovar a prestação de contas anual da Universidade;

IV - Aprovar e fiscalizar acordos ou convênios;

V - Aprovar e fiscalizar a incorporação de receitas extraordinárias não previstas no orçamento;

VI - Fixar, por proposta do Reitor, as tabelas de taxas e outros emolumentos devidos à Universidade;

VII - Aprovar a proposta orçamentária e o orçamento analítico da Universidade, acompanhado do respectivo plano de atividade universitária, antes de sua remessa aos órgãos competentes;

VIII - Aprovar a realização de investimento visando à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis à realização dos objetivos da Universidade;

IX - Aprovar a alienação e a transferência de bens da Universidade;

X - Deliberar sobre o veto do Reitor às suas decisões;

XI - Emitir parecer sobre qualquer assunto relativo a patrimônio e finanças, mediante consulta do Reitor.

O Conselho de Curadores poderá designar comissão de especialistas para examinar e dar parecer sobre assuntos de sua competência.

Câmara de Graduação

A Câmara de Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino de Graduação, compõe-se:

I - do Pró-Reitor de Graduação, como Presidente;

II - de um terço dos Coordenadores de Curso de Graduação de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como um representante, como um mínimo de um representante por Unidade;

III - de representantes discentes dos Cursos de Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Juntamente com os representantes titulares, deverão ser indicados os respectivos suplentes.

Compete à Câmara de Graduação:

- I - aprovar os Currículos dos Cursos de Graduação;
- II - propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação;
- III - aprovar a criação ou supressão de Cursos de Graduação;
- IV - atuar como instância recursal na área de graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- V - elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- VI - aprovar as normas referentes ao Processo Seletivo;
- VII - estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Graduação;
- VIII - propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- IX - manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- X - eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

Câmara de Pós-Graduação

A Câmara de Pós-Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pós-graduação, compõe-se:

- I - do Pró-Reitor de Pós-Graduação, como Presidente;
- II - de um terço dos coordenadores de Programas de Pós- Graduação stricto sensu de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como um representante, com um mínimo de um representante por Unidade;
- III - de representantes discentes dos Cursos de Pós-Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Compete à Câmara de Pós-Graduação:

- I - propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação;
- II - aprovar a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação stricto sensu, observada a legislação vigente;
- III - atuar como instância recursal na área de pós-graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- IV - elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- V - propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- VI - estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação;
- VII - manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos á sua área de atuação;
- VIII - eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

Câmara de Pesquisa

Compete à Câmara de Pesquisa:

- I - propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa;
- II - atuar como instância recursal na área de pesquisa, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- III - elaborar e aprovar normas de funcionamento para a Câmara;

IV - propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

V - estabelecer as políticas de avaliação das atividades de pesquisa;

VI - manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;

VII - eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

Câmara de Extensão

A Câmara de Extensão, órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão, compõe-se:

I - do Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, como presidente;

II - de um representante docente de cada Unidade, participante em atividades de extensão;

III - de representantes discentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Compete à Câmara de Extensão:

I - propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão;

II - atuar como instância recursal na área de extensão, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

III - elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;

IV - propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

V - estabelecer as políticas de avaliação das atividades de extensão;

VI - manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;

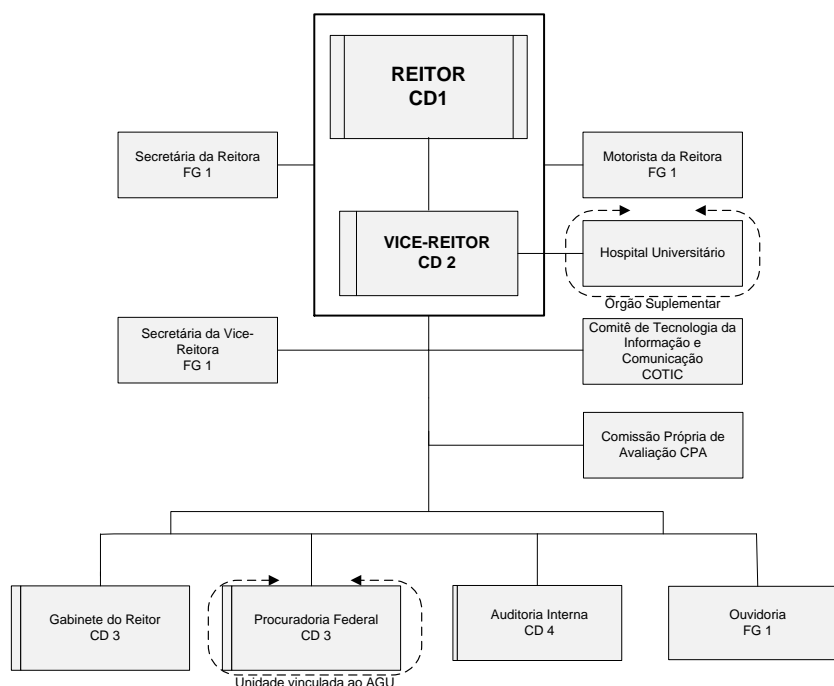
VII - eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

Órgãos Executivos Centrais

Os Órgãos Executivos Centrais estruturam-se em: Reitoria; Vice-Reitoria; Pró-Reitorias e Secretarias.

Reitoria

A Reitoria será dirigida pelo reitor, e nas faltas e impedimentos deste, pelo vice-reitor. Nas faltas e nos impedimentos simultâneos do reitor e do vice-reitor, a reitoria será exercida por um dos pró-reitores, para tal fim designado.



Compete ao reitor:

I – representar e administrar a Universidade, bem como superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;

II – convocar e presidir o Conselho Universitário, cabendo-lhe, nas reuniões, além do voto comum, o voto de qualidade;

III – promover o planejamento das atividades da Universidade, bem como a elaboração de sua proposta orçamentária, para exame e aprovação pelos órgãos competentes;

IV – conferir graus e assinar diplomas relativos aos cursos de graduação e pós-graduação;

V – administrar as finanças da Universidade, em conformidade com o orçamento;

VI – praticar atos pertinentes ao provimento, afastamento temporário e vacância dos cargos do pessoal da Universidade;

VII – firmar acordos e convênios entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, depois de aprovados pelos órgãos competentes;

VIII – exercer o poder disciplinar no âmbito da Universidade;

IX – nomear e dar posse aos diretores das unidades universitárias;

X – propor ao Conselho Universitário a criação, a modificação do regime jurídico ou a extinção de órgãos suplementares;

XI – submeter ao Conselho de Curadores a prestação de contas anual da Universidade;

XII – vetar deliberações do Conselho Universitário, do Conselho de Curadores e das Câmaras;

XIII – delegar competências como instrumento de descentralização administrativa;

XIV – emitir portarias no âmbito de suas competências, inclusive para dar efetividade às decisões do Conselho Universitário e do Conselho de Curadores;

XV – apresentar ao Conselho Universitário, no início de cada ano, relatório das atividades da Universidade referentes ao ano anterior;

XVI – conceder o título de livre-docente aos candidatos devidamente habilitados;

XVII – decidir, em casos de urgência, sobre matéria de competência de quaisquer órgãos da Universidade, ad referendum do Conselho Universitário;

XVIII – em situações excepcionais, se motivos de interesse da Universidade o justificarem, intervir em departamentos e outras unidades administrativas, nomeando dirigente pro tempore;

XIX – convocar, por sua iniciativa ou por solicitação do Conselho Universitário ou das Câmaras, reuniões de duas ou mais câmaras, para tratar de assuntos relevantes de ensino, pesquisa e extensão;

XX – constituir assessorias especiais para melhor desempenho de suas atividades;

XXI – exercer outras atribuições inerentes à sua competência geral.

Efetivada a intervenção, na forma autorizada pelo inciso XVIII, o Conselho Universitário será convocado no prazo de dez dias para apreciar o ato, podendo rejeitá-lo por três quintos de seus membros.

Cessados os motivos que justificaram a medida prevista no inciso XVIII, o reitor poderá suspender a intervenção.

Vice-Reitoria

Compete ao vice-reitor:

I – substituir o reitor em seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais

II – desempenhar as atribuições que a ele forem delegadas pelo reitor.

Secretária da Reitora

Compete à Secretária da Reitora

I - Atender a Reitora, Vice-Reitora e Chefia do Gabinete do Reitor;

II - Atendimento telefônico e ao público interno e externo;

III - Abrir e responder os e-mails institucionais;

IV - Receber, agendar e controlar as audiências com a Reitora;

V - Receber, agendar e fazer o acompanhamento dos convites para eventos;

VI - Recepcionar e encaminhar os convidados da Reitora;

VII - Executar atividades inerentes à área ou que venham a serem delegadas pela Reitora e pela Vice-Reitora.

Secretária da Vice-Reitora

Compete à Secretária da Vice-Reitora

I - Atendimento telefônico e ao público interno e externo;

II - Atender a Reitora, Vice-Reitora e Chefia de Gabinete;

III - Recepcionar e encaminhar os convidados da Vice-Reitora;

IV - Receber, agendar e controlar os pedidos de audiências com a Vice-Reitora;

V - Preparação e encaminhamentos de documentos;

VI - Conferir e protocolar contratos e convênios assinados pela Reitora;

VII - Secretariar Grupo de Trabalho que tem como função analisar e indicar; representantes institucionais e Comissões Temáticas relacionadas com as demandas apresentadas nas diversas áreas da UFSC;

VIII - Executar atividades inerentes à área ou que venham a serem delegadas pela Reitora e Vice-Reitora.

Compete à Comissão Própria de Avaliação:

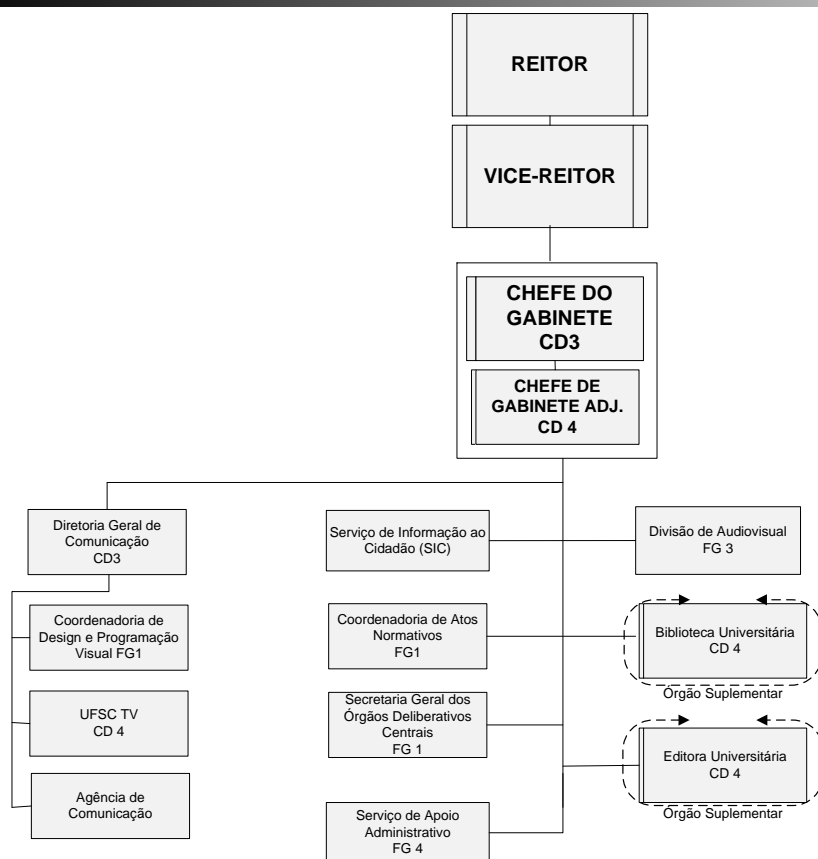
- I - elaborar e executar o projeto de autoavaliação da Universidade;
- II - encaminhar os resultados para os setores competentes para subsidiar as ações de gestão;
- III - indicar e acompanhar a implementação de ações sobre demandas identificadas no processo de avaliação.
- IV - orientar os trabalhos dos Núcleos de Apoio à Avaliação (NAAs);
- V – sistematizar, analisar e publicar as informações do processo de autoavaliação da Universidade;
- VI – acompanhar os processos de avaliação externa da instituição;
- VII – implementar ações visando à sensibilização da comunidade universitária para o processo de avaliação na Universidade;
- VIII – fomentar a produção e socialização do conhecimento na área de avaliação;
- IX – disseminar, continuamente, informações sobre avaliação;
- X – avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos internos de avaliação já existentes na instituição para subsidiar os novos procedimentos;
- XI – acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico da instituição e apresentar sugestões;
- XII – articular-se com as Comissões Próprias de Avaliação de outras IES e com a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior visando atender a seus fins;
- XIII – dar ciência de suas atividades à Reitoria mediante a apresentação de relatórios, pareceres e recomendações.
- XIV – assegurar a autonomia do processo de avaliação.

Quadro 2 – Reitoria da UFSC

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Roselane Neckel CD-1 Roselane Neckel Dec. Pres. 4/5/2012 Mandato 10/05/2012 - 10/05/2016 Publicação DOU 87 07/05/2012	Reitora Cargo: Professor D1	Gabinete da Reitoria	GR
Lucia Helena Martins Pacheco CD-2 PORTARIA N.º 642/2012/GR Designação em 10/05/2012	Vice- Reitora Cargo: Professor Associado	Gabinete da Reitoria	GR
Cesár Dirceu Obregão Azambuja CD 3 PORTARIA N.º 999/2012/GR Designação em 04/06/2012	Procurador Geral Cargo: Procurador Federal	Gabinete da Reitoria	GR
Aldo Felipe da Mata CD-4 PORTARIA N.º 1231/2012/GR Designação em 25/07/2012	Função: Auditor Chefe Cargo: Contador	Auditoria Interna	GR

Fonte: GR/UFSC

Gabinete do Reitor



Quadro 3 – Direção do Gabinete do Reitor

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Carlos Antonio Oliveira Vieira CD 3 PORTARIA N.º 671/2012/GR Designação em 14/05/2012	Chefe de Gabinete Cargo: Professor Associado	Gabinete da Reitoria	GR
Luciana Miashiro Lima CD-4 PORTARIA N.º 66/2014/GR Designação em 13/01/2014	Chefe de Gabinete Ajunta Cargo: Assistente em Administração	Gabinete da Reitoria	GR
Elci Terezinha de Souza Junckes CD-4 PORTARIA N.º 64/2014/GR , Dispensa a partir de 13/01/2014. PORTARIA N.º 674/2012/GR . Designação em 14/05/2012	Chefe de Gabinete Ajunta Cargo: Assistente em Administração	Gabinete da Reitoria	GR

Fernando Antônio Crocomo CD-4 DESIGNADO – PORTARIA Nº 267 /GR/2009 Designar em 01/03/2009 PORTARIA Nº 2505/2014/GR Dispensa em 02/01/2015	Diretor Cargo: Professor Magistério Superior	UFSC TV	GR
Felipe Jairo Laval Daniel CD-4 PORTARIA N.º 25/06/2014/GR Designação em 02/01/2015	Diretor Cargo: Técnico em Audiovisual	UFSC TV	GR
Dirce Maris Nunes da Silva CD-4 PORTARIA N.º 890/2012/GR Designação em 05/06/2012	Diretora Cargo: Bibliotecário- Documentalista	Biblioteca	GR
Fabio Luiz Lopes da Silva CD-4 PORTARIA Nº 1245 /2013/GR Designação em 15/07/2013	Diretor Cargo: Professor Associado	Editora Universitári a	GR
Tattiana Gonçalves Teixeira CD 3 PORTARIA Nº 74/2014/GR, Designação em 15/01/2014	Diretora Geral de Comunicação Cargo:Professor a Adjunta	Gabinete da Reitoria	GR

Fonte: GR/UFSC

O Gabinete da Reitoria será dirigido por uma Chefia de Gabinete, composta pelo chefe de Gabinete e pelo chefe de Gabinete adjunto, designados pelo reitor.

Compete à Chefia de Gabinete:

- I – assessorar diretamente o reitor;
- II – dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços administrativos do Gabinete;
- III – exercer o poder disciplinar no âmbito do Gabinete;
- IV – transmitir determinações e recomendações do reitor no âmbito da Universidade;
- V – assistir o reitor em seu relacionamento institucional e administrativo;
- VI – coordenar o cronograma das audiências diárias e os compromissos de agenda do reitor;
- VII- analisar os processos e expedientes dirigidos ao reitor, proferindo despachos interlocutórios, quando for o caso;
- VIII – despachar com o reitor os processos e expedientes pertinentes à Universidade;
- IX – executar outras atividades inerentes à alta gestão universitária ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Compete à Coordenadoria de Atos Normativos:

- I - Responsável pela emissão, controle, distribuição e publicação no DOU de todas as portarias, resoluções e editais assinados pela Reitoria;

II- Executar atividades inerentes à área que venham a ser delegada pela Reitora e Vice-Reitora.

Atribuições da Diretoria-Geral de Comunicação:

I - Propor e coordenar o planejamento e a execução de projetos e processos de comunicação institucional que visem a disseminação de informações de interesse público, como direitos e serviços, assim como projetos e políticas de Governo;

II - coordenar ações de comunicação que aproximem a Universidade de seus diversos públicos, incluindo a comunidade das cidades onde estão instalados seus cinco campi;

III - promover ações de divulgação científica, a partir dos projetos desenvolvidos na Universidade;

IV - auxiliar Gabinete da Reitoria, centros de ensino, pró-reitorias, secretarias e outras unidades afins em seus processos de comunicação organizacional;

V - fazer a gestão da marca e do Sistema de Identidade Visual (SIV) da UFSC;

VI - atuar para que as ações de comunicação obedeçam a critérios de sobriedade e transparência, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos.

Atribuições da Coordenadoria de Design e Programação Visual:

I - Assessorar a Diretoria-Geral de Comunicação (DGC) na gestão da marca e do Sistema de Identidade Visual (SIV) da UFSC, bem como demais necessidades que envolvam a comunicação visual e o design gráfico;

II - Realizar correções gráficas e cromáticas na atual versão do brasão/logotipo da UFSC, visando aperfeiçoar e uniformizar sua utilização pela comunidade universitária;

III - Auxiliar a DGC na divulgação de sua produção, diagramando documentos, projetando peças gráficas e demais materiais impressos ou digitais de comunicação;

IV - Propor medidas para estruturar o SIV, tais como atualização e aprimoramento do manual de identidade visual, uniformização da sinalização e comunicação visual dos campi, dentre outras, a ser objeto de avaliação e aprovação pelas instâncias institucionais cabíveis.

Atribuições do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFSC - COTIC:

I – propor e implementar as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da UFSC;

II – estabelecer normas de utilização e acesso aos recursos de TIC da UFSC;

III – promover e estimular o desenvolvimento da TIC internamente à Universidade;

IV – estabelecer normas de segurança e conduta ética em TIC na Universidade;

V – coordenar a elaboração/revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) da UFSC.

Atribuições do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC:

I – atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

II - conceder o acesso imediato à informação disponível;

III - informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

IV - protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

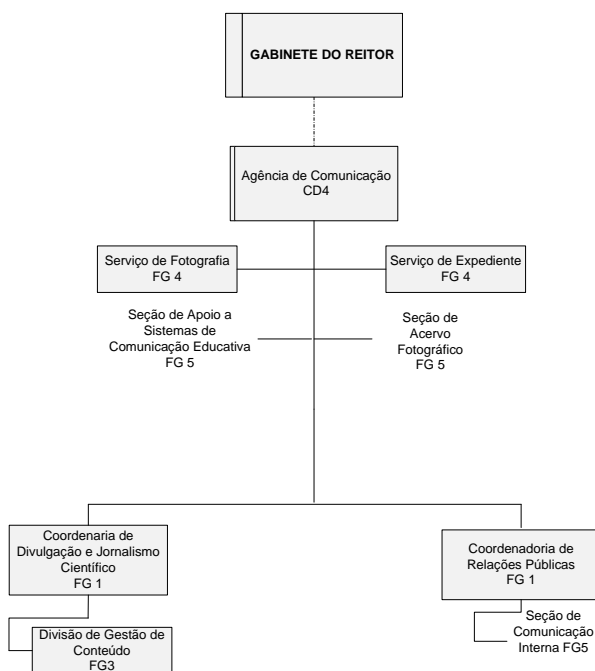
Atribuições da Secretaria Geral dos Órgãos Deliberativos Centrais

I - Elaborar a agenda dos trabalhos das reuniões;

- II - Providenciar a convocação dos membros para as sessões, por determinação da Presidência;
- III - Secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;
- IV - Redigir atos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas;
- V - Manter atualizados os arquivos e registros;
- VI - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Agência de Comunicação

Estrutura Organizacional do Gabinete da Reitoria – Agência de Comunicação



Compete à Agência de Comunicação:

- I – executar a política de comunicação social da Universidade;
- II – promover a integração entre a Universidade e a comunidade através dos meios de comunicação;
- III – dar a cobertura jornalística às atividades e aos eventos promovidos pela Universidade;
- IV – promover a comunicação interna na Universidade, visando à interação entre os diversos segmentos que a compõem;
- V – executar outras atividades inerentes à área da comunicação ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Atribuições da Coordenadoria de Divulgação e Jornalismo Científico:

- I - produzir material jornalístico de caráter institucional sobre a UFSC;
- II - atender à mídia externa, o que inclui tanto os veículos jornalísticos do estado de Santa Catarina como aqueles de abrangência nacional, auxiliando na produção de reportagens e indicação de fontes;

III - atualizar o site oficial da UFSC - o que inclui a produção de reportagens e edição de imagens;

IV - produzir releases e textos de divulgação institucional, incluindo os de jornalismo científico;

V - produzir o Jornal Universitário e outros veículos de comunicação com o objetivo de levar informação jornalística de qualidade a públicos específicos, previamente identificados;

VI - supervisionar a clipagem diária do material publicado pela imprensa local que diga respeito diretamente à UFSC;

Atribuições da Coordenadoria de Relações Públicas:

I - produzir, sistematizar e socializar a comunicação organizacional, fortalecendo o relacionamento entre os públicos internos e externos da UFSC;

II - coordenar projetos e atividades de comunicação organizacional voltados, prioritariamente, para a comunidade universitária, implementando atividades de comunicação organizacional que propiciem o fortalecimento das relações organizacionais;

III - desenvolver processos de comunicação educativa organizacional, com a formação de agentes de comunicação;

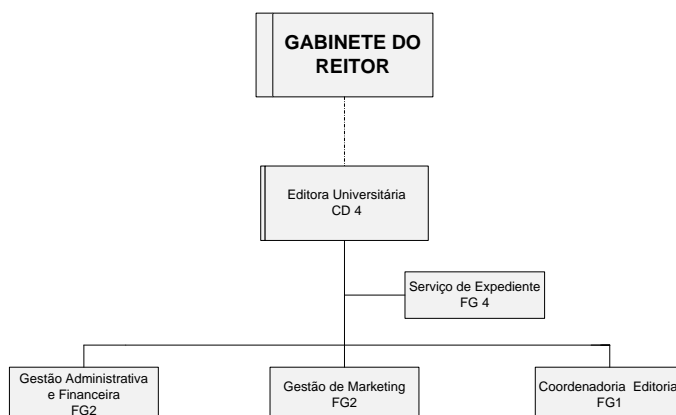
IV - editar diariamente o informativo online "Divulga UFSC";

V - administrar as redes sociais nas quais a UFSC tem perfis oficiais, de acordo com as normas estabelecidas pelo Governo Federal;

VI - editar o informativo "Semana UFSC"

VII - orientar servidores de diferentes setores e unidades para a atualização das páginas sob o domínio "ufsc.br".

Editora Universitária



São atribuições da Coordenadoria Editorial:

O responsável pelas atividades específicas de natureza operacional diretamente relacionada à produção das publicações, bem como pela criação e/ou produção de catálogos, cartazes, folhetos, convites e outros instrumentos promocionais da Editora é o Coordenador da Divisão Editorial, a quem competem as seguintes atribuições:

I - Organizar, junto com o Diretor Executivo, o calendário de produção de títulos a serem publicados pela Editora.

II - Executar o planejamento editorial, abrangendo a caracterização formal das publicações da Editora, as especificações técnicas em geral, a definição de padrões para as coleções, séries e periódicos, além de orientação para os autores no tocante à elaboração de originais.

III - Elaborar o planejamento gráfico-editorial das publicações da Editora.

IV - Realizar ou acompanhar a revisão e a preparação dos originais, a composição, a revisão da composição, a criação das capas e a elaboração das artes finais.

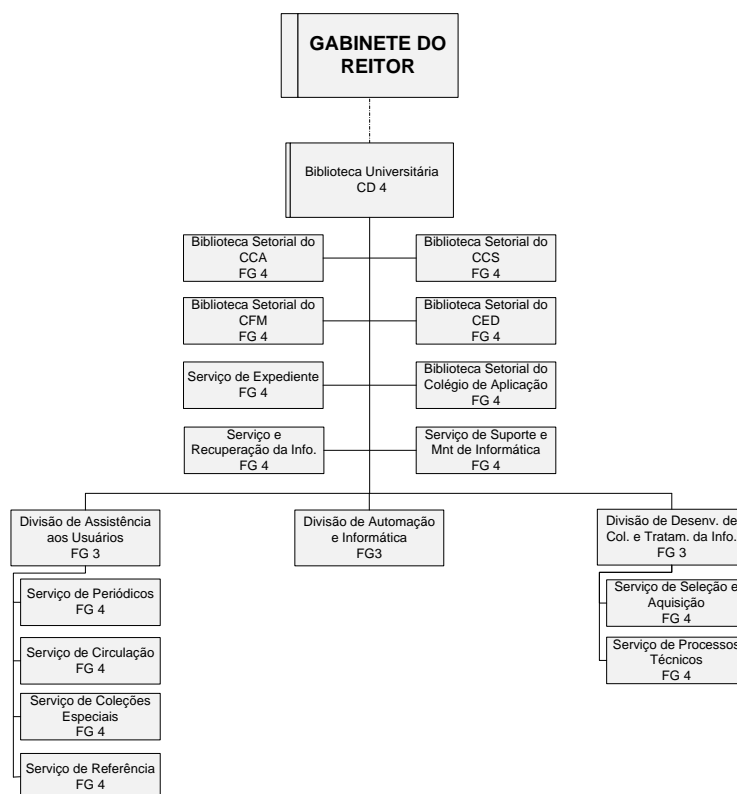
V - Acompanhar a produção gráfica em todas as suas etapas.

VI - Colaborar na criação e execução de catálogos, cartazes, folhetos, convites e outros instrumentos promocionais.

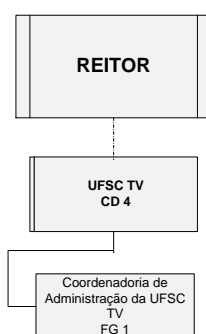
VII - Assessorar o Diretor Executivo na produção de publicações em regime de coedição.

VIII - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Diretor Executivo da Editora.

Biblioteca Universitária



TV UFSC



Compete à TV UFSC:

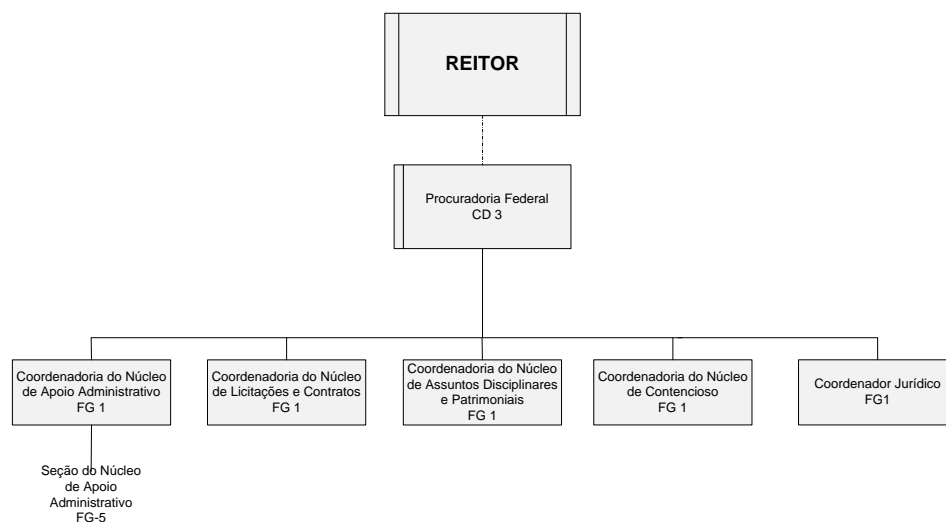
- I – contribuir para a execução da política de comunicação social da Universidade, em parceria com a Agência de Comunicação;
- II – garantir a veiculação de seu conteúdo nas mais diversas mídias, permitindo o acesso pela comunidade universitária em todos os campi da UFSC;
- III – disponibilizar mecanismos que permitam a participação da comunidade universitária na produção de conteúdos e na elaboração da grade de programação.

São atribuições da Coordenadoria de Administração da UFSC:

- I - organizar, conferir, abrir, arquivar e controlar processos e documentos em geral, via malote, SPA e outros;
- II - dar apoio às equipes da TV UFSC;
- III - organizar o espaço físico;
- IV - realizar atendimento ao público direto e/ou indireto;
- V - solicitar orçamentos em geral;
- VI - controlar o patrimônio da TV UFSC, fazer transferência, dar baixa de equipamentos obsoletos, distribuir os equipamentos bons para os setores da UFSC;
- VII - executar procedimentos operacionais relacionados às atividades administrativas de sua área de atuação;
- VIII - solicitar e fazer controle do material de expediente;
- IX - recepcionar chamadas telefônicas relacionadas à área de atuação;
- X - solicitar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos.

Procuradoria Federal

Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidade Vinculada ao AGU – Procuradoria Federal



Das atribuições da PF-UFSC

A representação judicial e extrajudicial da Universidade Federal de Santa Catarina, assim como as atividades de assessoramento e consultoria jurídica em geral, nos termos da Lei n.º 10.480/2002, é realizada por unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão externo, vinculado à Advocacia-Geral da União, competindo, em síntese, à PF-UFSC:

I – Atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos dirigentes da Universidade em matéria disciplinar, patrimonial, de pessoal, de licitações, contratos, convênios e de ensino;

II – Definição de teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas quando o contencioso envolver matéria específica da sua atividade fim;

III – Coordenação da representação judicial da Universidade, exercendo-a diretamente, quando assim determinarem as normas da Procuradoria-Geral Federal, ou disponibilizando, para os órgãos que o fizerem (PF-SC), elementos de fato, de direito e outros necessários à sua defesa, incluindo a designação de prepostos;

IV – Decisão acerca do ajuizamento de ações referentes à atividade fim, de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção da entidade nas mesmas, ou em ações populares;

V - Todas as atividades desempenhadas pelos servidores lotados na PF-UFSC terão como busca idealística o seguinte:

a) necessidade constante de aperfeiçoamento dos servidores;

b) de gestão ambiental de equipamentos, materiais, energia e resíduos;

c) os princípios norteadores da “boa administração”, em especial da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, solidariedade, direito ao devido processo legal, petição e recursos inerentes;

d) participação democrática nas decisões;

e) liberdade de expressão e opinião;

f) acesso à informação como regra e sigilo como exceção;

g) prioridade para as deficiências;

h) respeito à diversidade, pluralidade, intimidade, dignidade, vida privada, honra e imagem;

i) agilidade na atuação;

j) presteza e educação no tratamento;

k) busca constante da inovação e melhoria do serviço prestado.

São atribuições do Coordenador Jurídico:

I - Reportar-se hierarquicamente ao Procurador-Chefe e Procurador-Subchefe;

II - Aprovar e uniformizar os pareceres, notas, informações e demais manifestações dos procuradores federais em exercício na PF-UFSC na área específica;

III - Em caso de delegação, aprovar os pareceres, notas, informações e demais manifestações dos servidores técnicos em exercício na PF-UFSC;

IV - Propor as ações e atividades que se fizerem necessárias ao bom desempenho das atribuições da PF-UFSC;

V - Apresentar relatório bimestral ao Procurador-Subchefe contendo as atividades desenvolvidas pelo respectivo núcleo.

São atribuições do Núcleo de Apoio Administrativo:

I – Prestar apoio ao Procurador-Chefe, Procurador Subchefe, Procurador Coordenador de Uniformização (Coordenador Jurídico) e aos procuradores federais, bem como aos servidores lotados nos demais núcleos, na recepção de processos, documentos, pessoas, telefonemas, correspondências e outros expedientes, gerenciando, se for o caso, o pessoal terceirizado incumbido de tal função;

II – Fazer o controle de todos os processos que tramitam na PF-UFSC, registrando entrada, tramitação interna e saída, inclusive, para efeito estatístico;

III – Controlar e manter atualizada a relação dos nomes e telefones dos dirigentes da AGU, da UFSC e das fundações de apoio;

IV – Providenciar, junto aos setores competentes, a aquisição de material permanente e de consumo necessários ao funcionamento da PF-UFSC;

V – Proceder, em conjunto com o Procurador-Chefe, à escala de férias do pessoal da PF-UFSC, mantendo arquivadas as informações pertinentes;

VI – Organizar, por matéria, o arquivo da PF-UFSC;

VII – Tomar as providências necessárias para a conservação física dos processos judiciais, administrativos e expedientes em geral arquivados ou em tramitação na PF-UFSC;

VIII – Realizar o controle patrimonial;

IX – Administrar a biblioteca da PF-UFSC, fazendo controle de entrada e saída de livros e providenciando a aquisição de novas obras;

X – Administrar e manter atualizado o “sítio eletrônico” da PF-UFSC nos Sistemas Informatizados da AGU e UFSC;

XI – Gerenciar o pessoal terceirizado encarregado dos serviços de telefonia, reprografia, digitalização, copa, malote, limpeza e manutenção no âmbito da PF-UFSC;

XII – redigir expedientes em geral (memorando, ofícios, cartas, etc.), quando determinado;

XIII – gerenciar, atualizar e fomentar todos os sistemas de informação que controlam o fluxo processual da PF-UFSC, tais como “NOTES”, “UFSC SEM PAPEL”, SISCON (geral e interno), SAPIENS e similares;

IX - Outras atividades inerentes à coordenação do núcleo de Apoio Administrativo da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Catarina - NAP/PF-UFSC.

São atribuições da Coordenadoria do Núcleo de Licitações e Contratos:

Compete realizar, quando provocado, a análise preliminar de legalidade dos editais de licitação, contratos administrativos, acordos, convênios, ajustes ou similares, a fim de assessorar os Procuradores Federais no exercício da competência que lhes é confiada pelo art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, no que se inclui:

I – Prestar apoio ao Procurador-Chefe e ao Procurador Coordenador de Uniformização (Coordenador Jurídico);

Parágrafo único. O Procurador-Chefe poderá solicitar que o NLC/PF-UFSC preste apoio aos demais núcleos e aos procuradores federais da PF-UFSC;

II – Propor medidas para o aperfeiçoamento, em geral, dos negócios jurídicos celebrados no âmbito da entidade assessorada;

III – Realizar pesquisas jurisprudenciais e doutrinárias;

IV – Receber e controlar solicitações de informações e documentos relacionadas às atribuições da PF-UFSC em matéria de licitações e contratos, submetendo-as, sempre, à apreciação do procurador responsável pelo respectivo processo, se houver, ou, se for o caso, à apreciação do Procurador-Chefe e ao Procurador Coordenador de Uniformização (Coordenador Jurídico);

§ 1º Para além do previsto no caput deste artigo, o Núcleo de Licitações e Contratos - NLC poderá ser chamado a se manifestar, preliminarmente, sobre quaisquer assuntos relacionados à matéria de licitações e contratos.

§ 2º As manifestações do Núcleo de Licitações e Contratos – NLC, independentemente do teor, somente surtirão efeitos após, e se houver, aprovação pelo Procurador-Chefe, Procurador Subchefe, pelo Procurador Coordenador de Uniformização (Coordenador Jurídico) ou pelo Procurador Federal designado para atuar no respectivo processo.

§ 3º A aprovação a que se refere o parágrafo anterior poderá se dar por meio de parecer jurídico ou simples despacho.

§ 4º A responsabilidade pelo conteúdo das manifestações do Núcleo de Licitações e Contratos – NLC é do procurador que aprová-las, pelo que é de competência deste a análise de eventuais pedidos de esclarecimento ou reconsideração.

São atribuições da Coordenadoria do Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais:

Compete tratar das demandas relacionadas a processos disciplinares em geral, assim como sindicâncias investigativas e patrimoniais, em especial:

I - Prestar assessoramento ao Procurador-Chefe e ao Procurador Coordenador de Uniformização (Coordenador Jurídico), a fim de cumprimento das competências nominadas na PORTARIA CONJUNTA nº 1, de 30 de maio de 2011, que dispõe sobre os elementos mínimos a serem observados na fundamentação das manifestações da PF-UFSC, na sua atividade de apoio ao julgamento dos procedimentos disciplinares e patrimoniais tramitados na UFSC;

Parágrafo único. O Procurador-Chefe poderá solicitar que o NADIP/PF-UFSC preste apoio aos demais núcleos e aos procuradores federais da PF-UFSC;

II - A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, deverá aferir/conferir:

- a) se houve a observância do contraditório e da ampla defesa;
- b) a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente;
- c) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;
- d) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;
- e) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;
- f) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;

III – Conferir se houve a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;

IV - A plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:

- a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;
- b) adequação do enquadramento legal da conduta;
- c) adequação da penalidade proposta;
- d) inocência ou responsabilidade do servidor.

V - O disposto no art. 13, incisos II e IV, "b", "c" e "d", não se aplica aos casos de sindicância investigativa, sindicância patrimonial e submissão do processo, pela comissão, a julgamento antecipado;

VI - A manifestação de que trata o presente artigo deverá conter relatório sucinto dos fatos sob apuração, abordagem sobre os principais incidentes ocorridos no curso do processo, fundamentação e conclusão;

VII – Os servidores em atuação no Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Catarina - NADIP/PF-UFSC devem buscar a homogeneidade nas peças produzidas na atividade de apoio a julgamento de procedimentos disciplinares e patrimoniais, quanto à análise de aspectos formais e de mérito, por meio da sua uniformização, buscando sempre o aprimoramento dos serviços consultivos da PF-UFSC;

VIII - Os servidores em atuação no Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Catarina - NADIP/PF-UFSC devem revisar e atualizar os formulários e manuais de procedimentos;

IX – E, ainda, receber e controlar solicitações de quaisquer informações e documentos relacionadas às atribuições da PF-UFSC em matéria de processos administrativos disciplinares e patrimoniais, submetendo-as, sempre, à apreciação do superior imediato e Procurador-Chefe.

X – Controlar e responder nos prazos estabelecidos pela chefia imediata ou pelo procurador federal solicitante;

XI – Assessorar aos procuradores federais quando solicitado;

XII - Outras atividades inerentes à coordenação do Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Catarina - NADIP/PF-UFSC.

São atribuições da Coordenadoria do Núcleo de Contencioso:

I – Prestar apoio ao Procurador-Chefe e ao Procurador Coordenador de Uniformização (Coordenador Jurídico);

II – Elaborar e controlar, de acordo com diretrizes fixadas pelo Procurador-Chefe, um banco de teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas pelos órgãos da Procuradoria-Geral Federal, quando a representação judicial a eles confiada envolver matéria específica da atividade fim da UFSC;

III – Realizar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais para subsidiar peças processuais e pareceres emitidos pelos Procuradores Federais;

IV – Providenciar junto aos setores da UFSC e disponibilizar aos órgãos da Procuradoria-Geral Federal elementos de fato, de direito, e outros necessários à defesa judicial da autarquia, respeitados os prazos determinados pelo Procurador-Chefe;

V – Receber e controlar solicitações de informações e documentos relacionados a processos judiciais e administrativos em tramitação na PF-UFSC ou sob a responsabilidade desta, efetuadas, presencialmente ou não, por órgãos públicos, servidores ou particulares interessados, submetendo-as, sempre, à apreciação do Procurador-Chefe, ressalvadas as competências dos demais núcleos;

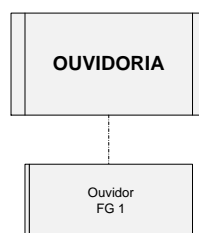
VI – Controlar e responder nos prazos estabelecidos pela PF-SC ou pela Justiça Federal, sob a supervisão do Procurador-Chefe ou procurador designado para a finalidade;

VII – Assessorar aos procuradores federais quando solicitado;

VIII - Outras atividades inerentes à coordenação da representação judicial da UFSC, conforme as determinações do Procurador-Chefe.

Ouvidoria da UFSC

Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidades Vinculadas à Reitoria – Ouvidoria



Compete à Ouvidoria:

I – receber, registrar, classificar e encaminhar aos setores envolvidos críticas, reclamações e sugestões, na busca de soluções para os problemas da Universidade;

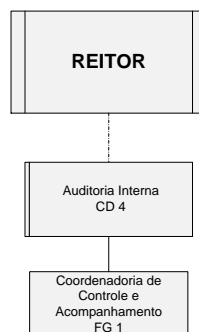
II – acompanhar as ações empreendidas pelos diversos setores da Universidade, decorrentes dos encaminhamentos feitos, dando conhecimento dos seus resultados aos interessados;

III – elaborar e encaminhar à comunidade universitária, periodicamente, relatórios circunstanciados das atividades desenvolvidas;

IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Auditoria Interna

Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidades Vinculadas à Reitoria – Auditoria Interna



Compete à Auditoria Interna:

I – acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA) no âmbito da Universidade, visando a comprovar a conformidade de sua execução;

II – assessorar os gestores da Universidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

III – verificar a execução do orçamento da Universidade, visando a comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV – verificar o desempenho da gestão da Universidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e a examinar os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos operacionais, recomendando a adoção de medidas de caráter preventivo e corretivo, objetivando o cumprimento da legislação pertinente;

V – orientar subsidiariamente os dirigentes da Universidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive quanto à forma de prestar contas;

VI – examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Universidade e as tomadas de contas especiais;

VII – propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações da Universidade, bem como para a adequação dos mecanismos de controle social já em funcionamento;

VIII – acompanhar a implementação das recomendações e das determinações das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

IX – esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, comunicar às unidades do Sistema de Controle Interno e do Poder Executivo Federal, tempestivamente, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário;

X – elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), a

serem encaminhados às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, para efeito de integração das ações de controle;

XI – verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que comporão o Balanço Geral da União (BGU);

XII – testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal;

XIII – executar outras atividades inerentes à área de controle interno que venham a ser delegadas pelas unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pelo órgão de controle externo, pela autoridade superior da Universidade ou pela legislação.

São atribuições da Coordenadoria de Controle e Acompanhamento:

I - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU);

II - Encaminhar às unidades da universidade e acompanhar o andamento das diligências e solicitações de auditoria provenientes dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU);

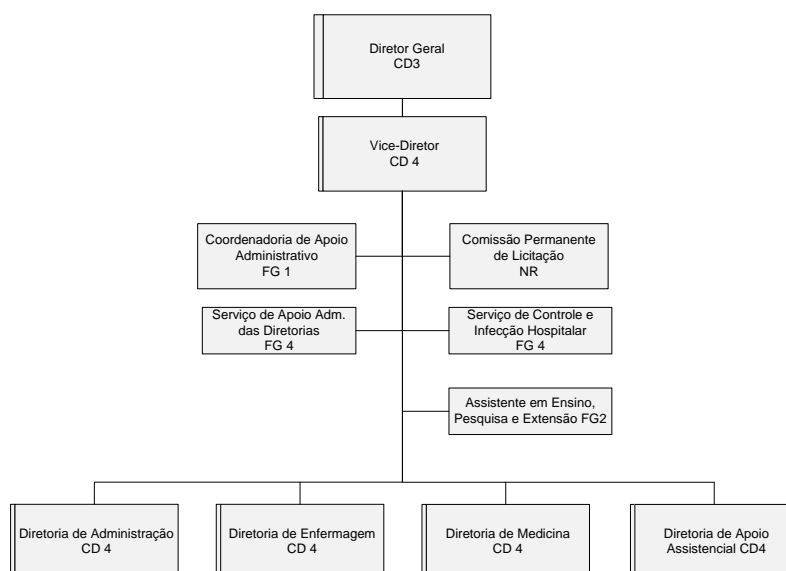
III - Encaminhar às unidades da universidade, acompanhar o andamento e auxiliar na elaboração dos Planos de Providências Permanentes da CGU e das auditorias realizadas pela AUDIN;

IV - Assessorar o Gabinete da Reitoria na elaboração de documentos administrativos a serem enviados aos órgãos de controle.

V - Elaborar, encaminhar e gerenciar os arquivos de documentos administrativos da Auditoria Interna.

Hospital Universitário

Estrutura Organizacional do Hospital Universitário – HU - Órgão Suplementar



Quadro 4 – Direção Geral do Hospital Universitário/UFSC

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Carlos Alberto Justo da Silva CD-3 PORTARIA Nº1557/2012/GR Designação em 04/10/2012	Diretor Geral Cargo: Professor Associado	Hospital Universitário	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
Maria de Lourdes Rovaris CD-4 PORTARIA Nº1582/2012/GR Designação em 04/10/2012	Função: Vice Diretora Cargo: Professora Adjunta	Hospital Universitário	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
Heda Mara CD-4 PORTARIA Nº212/2013/GR Designação em 14/10/2013.	Diretora de Medicina Cargo: Médica	Hospital Universitário	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
Eliane Matos CD-4 PORTARIA N.º 1199 /2012/GR Designação em 12/02/2012	Diretora de Enfermagem Cargo: Enfermeira	Hospital Universitário	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
Raquel Kuerten de Salles CD-4 PORTARIA Nº 1447/2013/GR Designação em 02/08/2013	Função: Diretora de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar Cargo: Professora Associada	Hospital Universitário	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
Nélio Francisco Schmitt CD-4 PORTARIA Nº 585 /GR/2004 Designação em 01/07/2004	Diretor de Administração Cargo: Assistente em Administração	Hospital Universitário	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Fonte: GR/UFSC

Competências e atribuições da Coordenadoria de Apoio Administrativo do HU

I - Organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades do Serviço de Apoio (Secretaria das Diretorias de Administração, Medicina, Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar e de Enfermagem);

II - Assessorar diretamente o Diretor Geral;

III - Analisar os processos e expedientes pertinentes ao Hospital;

IV - Instruir os processos judiciais para subsídio da defesa da UFSC em juízo, coordenando o

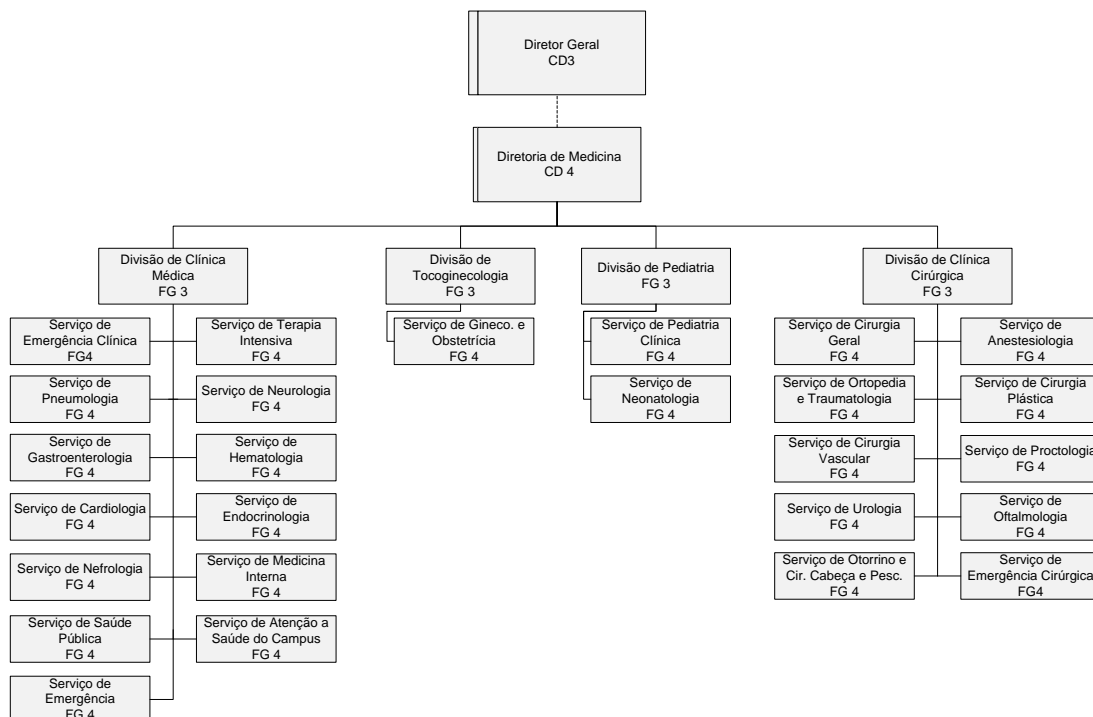
cronograma de prazos estabelecidos;

V - Coordenar os compromissos diários de agenda do Diretor;

VI - Despachar com o Diretor os processos e expedientes pertinentes ao Hospital;

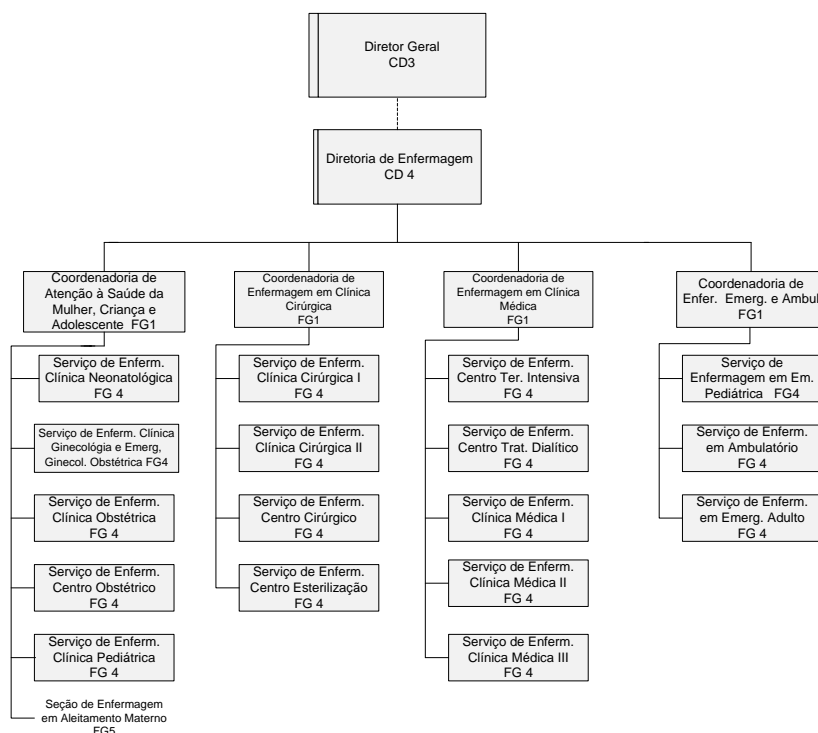
VII - Representar por procuração, o Diretor Clínico junto à Vigilância em Saúde e Epidemiológica com a finalidade exclusiva de suprir o Hospital com blocos de Declaração de óbitos, Declaração de Nascidos Vivos e Receituários de controle especial e prestar contas mensalmente das Declarações, por se tratar de documentos oficiais com numeração controladas pelo Ministério da Saúde;

VIII - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Diretor Geral.



Competências e atribuições da Diretoria de Medicina do HU/UFSC

- I - Chefiar o corpo clínico do hospital Universitário;
- II - Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe médica;
- III - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar às atividades da Diretoria de Medicina;
- IV - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;
- V - Avaliar, com as Divisões, Serviços e Núcleos, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;
- VI - Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes das Divisões, Serviços e Núcleos, antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;
- VII - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;
- VIII - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;
- IX - Estimular e apreciar o desenvolvimento da pesquisa clínica no âmbito do Hospital Universitário;
- X - Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos departamentos;
- XI - Garantir o apoio necessário ao desenvolvimento nos cursos de pós-graduação da área médica;
- XII - Promover e estimular a Educação continuada do Corpo Clínico através de reuniões clínicas, incentivo ao Centro de Estudos do Hospital Universitário e intercâmbio com outras Instituições de ensino médico;
- XIII - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.



Competências e Atribuições da Diretoria de Enfermagem do HU/UFSC

- I - Cumprir e fazer cumprir o Código de Deontologia de Enfermagem.
- II - Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral, Regulamentos, Portarias, Ordens de Serviço e Rotinas em vigor no Hospital Universitário.
- III - Assessorar o Diretor Geral do Hospital Universitário em assuntos de sua competência.
- IV - Manter estreitas relações e Cooperar com as demais Diretorias.
- V - Cooperar e favorecer a integração com as demais Diretorias e órgãos da Universidade Federal de Santa Catarina e da Comunidade.
- VI - Participar do conselho Diretor do Hospital Universitário e de reuniões multidisciplinares no Hospital Universitário e na Comunidade representando a Diretoria de Enfermagem.
- VII - Encaminhar ao Conselho Diretor o Regulamento da Diretoria de Enfermagem, para sua homologação.
- VIII - Elaborar e encaminhar ao Diretor Geral o planejamento e o relatório anual de suas atividades.
- IX - Propor à Direção geral medidas que visem melhorar os padrões de assistência.
- X - Promover e manter bom relacionamento na linha hierárquicas descendentes, ascendentes e horizontais e estimular o trabalho em equipe.
- XI - Estabelecer normas e diretrizes de funcionamento da Diretoria de Enfermagem, visando disciplina, a ordem e o entrosamento entre coordenações, serviço, núcleos e comissão.
- XII - Apreciar os Planejamentos e Relatórios das Coordenações de Enfermagem.
- XIII - Convocar e presidir reuniões da Diretoria de Enfermagem.
- XIV - Planejar, organizar, controlar, liderar e tomar decisões das atividades da Diretoria.

XV - Promover a implantação gradual das coordenadorias, serviços e núcleos vinculados à Diretoria de Enfermagem.

XVI - Promover a adequação e contínua atualização de documentos como Filosofia, Objetivos, Política Assistencial, Política de Recursos Humanos, Política de Material e Integração Docente Assistencial.

XVII - Coordenar o pessoal de Enfermagem nas atividades de assistência, ensino, extensão e administração.

XVIII - Promover as condições de pessoal, material, equipamento, área física, necessários para o desenvolvimento de programas nas áreas de atuação.

XIX - Promover o desenvolvimento pessoal e profissional das várias categorias integrantes da Diretoria de Enfermagem, através do Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem, da participação em Congressos, encontros, jornadas e projetos de pesquisas.

XX - Garantir as melhores práticas na assistência de enfermagem.

XXI - Participar como membro permanente do Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem.

XXII - Promover a Integração Docente Assistencial.

XXIII - Encaminhar junto à chefia do Departamento de Enfermagem o processo eleitoral da Diretoria de Enfermagem do HU/UFSC..

XIV - Exercer a Responsabilidade Técnica pelas ações gerenciais e assistenciais de enfermagem da instituição.

XXV - Desenvolver atividades inerentes à área ou que venham a ser delegada pela autoridade competente.

XXVI - Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe da enfermagem e onde se fizer necessário.

XXVII - Apreciar as propostas e solicitações das chefias de Coordenação e Serviços antes de encaminhá-las ao Diretor Geral.

XXVIII - Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa em enfermagem no âmbito do Hospital Universitário.

Competências e Atribuições da Coordenadoria de Enfermagem em Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente

I - Coordenar as ações assistenciais e gerenciais da área de Enfermagem em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, que compreende os serviços de Internação Pediátrica, Internação Ginecológica e Triagem Obstétrica, Centro Obstétrico, Unidade de Tratamento Intensivo em Neonatologia, Alojamento Conjunto e o Centro de Aleitamento Materno.

II - Zelar pela manutenção da assistência de enfermagem nos serviços da área de saúde da mulher, da criança e do adolescente conforme Política Assistencial da instituição e da enfermagem.

III - Colaborar na promoção e desenvolvimento pessoal e profissional da enfermagem.

IV - Cooperar e favorecer a integração com as demais coordenações.

V - Substituir a Diretoria de Enfermagem quando designado

VI - Analisar os planejamentos e relatórios anuais dos Serviços ligados a Coordenação saúde da mulher, da criança e do adolescente.

VII - Contribuir para a viabilização dos planejamentos dos Serviços e Seções ligados à Coordenação.

VIII - Colaborar com a Diretoria de Enfermagem na promoção e implantação de Serviços e Seções em sua área de Coordenação.

IX - Elaborar normas, rotinas, procedimentos e ordem de serviço de enfermagem.

X - Promover e manter o bom relacionamento nas linhas hierárquicas descendentes, ascendentes e horizontais e estimula o trabalho em equipe.

- XI - Participar de reuniões dos serviços, interdisciplinares e científica.
- XII - Participar de reuniões e comissões quando convocada pela Diretoria de Enfermagem.
- XIII - Convocar e preside reuniões da sua área de Coordenação.
- XIV - Participar como membro permanente do Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem (CEPEN), elaborando e executando ações de educação permanente em sua área de Coordenação.
- XV - Participar ativamente da Comissão Interdisciplinar da Maternidade, discutindo e definindo políticas para o gerenciamento da área de saúde da mulher, da criança e do adolescente, que promovam melhores práticas assistenciais.
- XVI - Definir em conjunto com as chefias de área os materiais e equipamentos necessários para a assistência.
- XVII - Zelar pelo uso adequado dos recursos materiais e equipamentos da Coordenação.
- XVIII - Supervisionar e orientar os enfermeiros, especialmente os recém-admitidos, quanto ao M.A.E. (Método de Assistência da Enfermagem).
- XIX - Supervisionar e colaborar com a qualidade da assistência de enfermagem prestada nos Serviços ligado à Coordenação.
- XX - Avaliar periodicamente as Chefias de Serviços.
- XXI - Analisar junto às chefias dos Serviços e encaminhar a solicitação de compra de material de consumo, permanente e equipamentos.
- XXII - Receber, analisar e encaminhar as avaliações oriundas dos Serviços ligados à Coordenação.
- XXIII - Cumprir e fazer cumprir o Código de Deontologia de Enfermagem.
- XXIV - Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral, Regulamentos, Portarias, Ordem de Serviço, Normas e Rotinas do Hospital Universitário e da Diretoria de Enfermagem.
- XXV - Contribuir com a Diretoria de Enfermagem na contínua atualização da Filosofia, Política Assistencial, Política de Recursos Humanos e Política de Material.
- XXVI - Promover a Integração Docente Assistencial na área de saúde da mulher, da criança e do adolescente.
- XXVII - Desenvolver e/ou colaborar em pesquisas saúde da mulher, da criança e do adolescente.
- XVIII - Participar de eventos e/ou atividades de ensino de interesse profissional, divulgando para os colegas e/ou equipe os conhecimentos adquiridos.
- XXIX - Participar do levantamento das necessidades relacionadas à educação permanente do pessoal de enfermagem de sua área e coordenação.
- XXX - Participar da elaboração e execução de capacitações de funcionários novos.
- XXXI - Participar da elaboração e execução de capacitações do pessoal lotado em sua área de coordenação.
- XXXII - Participar da elaboração de material educativo e recursos áudio - visuais para o desenvolvimento de programas da área de saúde da mulher, da criança e do adolescente, confecção de manuais e formulação de normas e rotina de procedimentos relativos à assistência.
- XXXIII - Receber os pedidos de afastamentos para cursos, jornadas, congressos e demais eventos de enfermagem e submeter ao Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem para avaliação e devidos encaminhamentos.
- XXXIV - Colaborar na inclusão e orientação dos funcionários recém-admitidos.
- XXXV - Realizar remanejamento de pessoal entre os serviços conforme necessidade.
- XXXVI - Participar dos processos de seleção de remanejamento interno quando convocado pela Diretoria de Enfermagem.

XXXVII - Prever juntamente com as chefias ligadas à Coordenação, os Recursos Humanos, Materiais e Equipamentos necessários ao adequado desenvolvimento das atividades.

XXXVIII - Participar de reuniões da residência multiprofissional.

XXXIX - Supervisionar os serviços quanto ao acolhimento dos residentes de enfermagem e graduandos.

XL - Colaborar e supervisionar a escalas de Adicional de Plantão hospitalar

XLI - Colaborar na elaboração e viabilização das escalas de serviços.

XLII - Assumir as atribuições da chefia de serviço, na ausência desta.

Competências e Atribuições da Coordenadoria de Enfermagem em Clínica Cirúrgica

I - Coordenar as ações assistenciais e gerenciais da área de Enfermagem em Saúde Cirúrgica, Clínica de internação Cirúrgicas, Central de Material e Esterilização e Centro Cirúrgico.

II - Zelar pela manutenção da assistência de enfermagem nos serviços da área de saúde cirúrgica conforme Política Assistencial da instituição e da enfermagem.

III - Colaborar na promoção e desenvolvimento pessoal e profissional da enfermagem.

IV - Cooperar e favorecer a integração com as demais coordenações.

V - Substituir a Diretoria de Enfermagem quando designado.

VI - Analisar os planejamentos e relatórios anuais dos Serviços ligados a Coordenação Cirúrgica.

VII - Contribuir para a viabilização dos planejamentos dos Serviços e Seções ligados à Coordenação.

VIII - Colaborar com a Diretoria de Enfermagem na promoção e implantação de Serviços e Seções em sua área de Coordenação.

IX - Elaborar normas, rotinas, procedimentos e ordem de serviço de enfermagem.

X - Promover e manter o bom relacionamento nas linhas hierárquicas descendentes, ascendentes e horizontais e estimula o trabalho em equipe.

XI - Participar de reuniões dos serviços, interdisciplinares e científica.

XII - Participar de reuniões e comissões quando convocada pela Diretoria de Enfermagem.

XIII - Convocar e presidir reuniões da sua área de Coordenação.

XIV - Participar como membro permanente do Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem (CEPEN), elaborando e executando ações de educação permanente em sua área de Coordenação.

XV - Participar ativamente da Comissão Interdisciplinar da Maternidade, discutindo e definindo políticas para o gerenciamento da área de saúde Cirúrgica.

XVI - Definir em conjunto com as chefias de área os materiais e equipamentos necessários para a assistência.

XVII - Zelar pelo uso adequado dos recursos materiais e equipamentos da Coordenação.

XVIII - Supervisionar e orientar os enfermeiros, especialmente os recém-admitidos, quanto ao M.A.E. (Método de Assistência da Enfermagem).

XIX - Supervisionar e colaborar com a qualidade da assistência de enfermagem prestada nos Serviços ligado à Coordenação.

XX - Avaliar periodicamente as Chefias de Serviços, utilizando o instrumentos de Acompanhamento da Diretoria de Enfermagem do HU.

XXI - Analisar junto às chefias dos Serviços e encaminhar a solicitação de compra de material de consumo, permanente e equipamentos.

XXII - Receber, analisar e encaminhar as avaliações oriundas dos Serviços ligados à Coordenação.

- XXIII - Cumprir e fazer cumprir o Código de Deontologia de Enfermagem.
- XXIV - Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral, Regulamentos, Portarias, Ordem de Serviço, Normas e Rotinas do Hospital Universitário e da Diretoria de Enfermagem.
- XXV - Contribuir com a Diretoria de Enfermagem na contínua atualização da Filosofia, Política Assistencial, Política de Recursos Humanos e Política de Material.
- XXVI - Promover a Integração Docente Assistencial na área cirúrgica
- XXVII - Desenvolver e/ou colaborar em pesquisas saúde cirúrgica
- XXVIII - Participar de eventos e/ou atividades de ensino de interesse profissional, divulgando para os colegas e/ou equipe os conhecimentos adquiridos.
- XXIX - Participar do levantamento das necessidades relacionadas à educação permanente do pessoal de enfermagem de sua área e coordenação.
- XXX - Participar da elaboração e execução de capacitações de funcionários novos.
- XXXI - Participar da elaboração e execução de capacitações do pessoal lotado em sua área de coordenação.
- XXXII - Participar da elaboração de material educativo e recursos áudio - visuais para o desenvolvimento de programas da área cirúrgica; manuais e formulação de normas e rotina de procedimentos relativos à assistência.
- XXXIII - Receber os pedidos de afastamentos para cursos, jornadas, congressos e demais eventos de enfermagem e submeter ao Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem para avaliação e devidos encaminhamentos.
- XXXIV - Colaborar na inclusão e orientação dos funcionários recém-admitidos.
- XXXV - Realizar remanejamento de pessoal entre os serviços conforme necessidade.
- XXXVI - Participar dos processos de seleção de remanejamento interno quando convocado pela Diretoria de Enfermagem.
- XXXVII - Prever juntamente com as chefias ligadas à Coordenação, os Recursos Humanos, Materiais e Equipamentos necessários ao adequado desenvolvimento das atividades.
- XXXVIII - Participar de reuniões da residência multiprofissional.
- XXXIX - Supervisionar os serviços quanto ao acolhimento dos residentes de enfermagem e graduandos.
- XL Colaborar e supervisionar a escalas de Adicional de Plantão hospitalar
- XLI - Colaborar na elaboração e viabilização das escalas de serviços.
- XLII - Assumir as atribuições da chefia de serviço, na ausência desta.

Competências e Atribuições da Coordenadoria de Enfermagem em Clínica Médica

- I - Coordenar as ações assistenciais e gerenciais da área de Enfermagem Médica, que compreende os serviços de Clínica Médica 1, 2 e 3, Unidade de Tratamento Intensivo e Unidade de Tratamento Dialítico.
- II - Zelar pela manutenção da assistência de enfermagem nos serviços conforme Política Assistencial da instituição e da enfermagem.
- III - Colaborar na promoção e desenvolvimento pessoal e profissional da enfermagem.
- IV - Cooperar e favorecer a integração com as demais coordenações.
- V - Substituir a Diretoria de Enfermagem quando designado.
- VI - Analisar os planejamentos e relatórios anuais dos Serviços ligados a Coordenação de Enfermagem Médica.
- VII - Contribuir para a viabilização dos planejamentos dos Serviços ligados à Coordenação.
- VIII - Colaborar com a Diretoria de Enfermagem na promoção e implantação de Serviços e Seções em sua área de Coordenação.
- IX - Elaborar normas, rotinas, procedimentos e ordem de serviço de enfermagem.

X - Promover e manter o bom relacionamento nas linhas hierárquicas descendentes, ascendentes e horizontais e estimular o trabalho em equipe.

XI - Participar de reuniões dos serviços, interdisciplinares e científica.

XII - Participar de reuniões e comissões quando convocada pela Diretoria de Enfermagem.

XIII - Convocar e presidir reuniões da sua área de Coordenação.

XIV - Participar como membro permanente do Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem (CEPEN), elaborando e executando ações de educação permanente em sua área de Coordenação.

XV - Definir, em conjunto com as chefias dos serviços, os materiais e equipamentos necessários para a assistência.

XVI - Zelar pelo uso adequado dos recursos materiais e equipamentos da Coordenação.

XVII - Supervisionar e orientar os enfermeiros, especialmente os recém-admitidos, quanto ao S.A.E. (Sistematização da Assistência da Enfermagem).

XVIII - Supervisionar e colaborar com a qualidade da assistência de enfermagem prestada nos Serviços ligado à Coordenação.

XIX - Avaliar periodicamente as Chefias de Serviços.

XX - Receber, analisar e encaminhar as avaliações oriundas dos Serviços ligados à Coordenação.

XXI - Cumprir e fazer cumprir o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

XXII - Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral, Regulamentos, Portarias, Ordem de Serviço, Normas e Rotinas do Hospital Universitário e da Diretoria de Enfermagem.

XXIII - Contribuir com a Diretoria de Enfermagem na contínua atualização da Filosofia, Política Assistencial, Política de Recursos Humanos e Política de Material.

XXIV - Promover a Integração Docente Assistencial na área de Enfermagem Médica.

XXV - Desenvolver e/ou colaborar em pesquisas relacionadas às diversas especialidades médicas que compõem a Coordenação.

XXVI - Participar de eventos e/ou atividades de ensino de interesse profissional, divulgando para os colegas e/ou equipe os conhecimentos adquiridos.

XXVII - Participar do levantamento das necessidades relacionadas à educação permanente do pessoal de enfermagem de sua área e coordenação.

XXVIII - Participar da elaboração e execução de capacitações de funcionários novos.

XXIX - Participar da elaboração e execução de capacitações do pessoal lotado em sua área de coordenação.

XXX - Participar da elaboração de material educativo e recursos audiovisuais para o desenvolvimento de programas da área de enfermagem médica, confecção de manuais e formulação de normas e rotina de procedimentos relativos à assistência.

XXXI - Receber os pedidos de afastamentos para cursos, jornadas, congressos e demais eventos de enfermagem e submeter ao Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem para avaliação e devidos encaminhamentos.

XXXII - Colaborar na inclusão e orientação dos funcionários recém-admitidos.

XXXIII - Realizar remanejamento de pessoal entre os serviços conforme necessidade.

XXXIV - Participar dos processos de seleção de remanejamento interno quando convocado pela Diretoria de Enfermagem.

XXXV - Prever juntamente com as chefias ligadas à Coordenação, os Recursos Humanos, Materiais e Equipamentos necessários ao adequado desenvolvimento das atividades.

XXXVI - Participar de reuniões da residência multiprofissional.

XXXVII - Supervisionar os serviços quanto ao acolhimento dos residentes de enfermagem e graduandos.

XXXVIII - Colaborar e supervisionar a escalas de Adicional de Plantão hospitalar

XXXIX - Colaborar na elaboração e viabilização das escalas de serviços.

XL - Assumir as atribuições da chefia de serviço, na ausência desta.

Competências e Atribuições da Coordenadoria de Enfermagem em Emergências e Ambulatório

I - Coordenar as ações assistenciais e gerenciais da área de Enfermagem em Emergência e Ambulatório que compreende os serviços Emergência Adulto e Pediátrica, Áreas A,B e C do ambulatório, ambulatório de Pediatria, Oftalmologia, Cirurgia Ambulatorial, Otorrinolaringologia, Quimioterapia, Hemodinâmica e Centro Endoscópico.

II - Cumprir e fazer cumprir o Código de Deontologia de Enfermagem.

III - Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral, Regulamentos, Portarias, Ordem de Serviço, Normas e Rotinas do Hospital Universitário e da Diretoria de Enfermagem.

IV - Zelar pela manutenção da assistência de enfermagem nos serviços da área de Emergências e Ambulatório conforme Política Assistencial da instituição e da enfermagem.

V - Contribuir com a Diretoria de Enfermagem na contínua atualização da Filosofia, Política Assistencial, Política de Recursos Humanos e Política de Material.

VI - Promover a Integração Docente Assistencial na área de Emergência Adulto e Pediátrica e Ambulatório.

VII - Desenvolver e/ou colaborar em pesquisas sobre Emergências e Ambulatório.

VIII - Colaborar na promoção e desenvolvimento pessoal e profissional da enfermagem.

IX - Cooperar e favorecer a integração com as demais coordenações.

X - Analisar os planejamentos e relatórios anuais dos Serviços ligados a Coordenação das Emergências e Ambulatório.

XI - Contribuir para a viabilização dos planejamentos dos Serviços e Seções ligados à Coordenação.

XII - Colaborar com a Diretoria de Enfermagem na promoção e implantação de Serviços e Seções em sua área de Coordenação.

XIII - Substituir a Diretoria de Enfermagem quando designado.

XIV - Elaborar normas, rotinas, procedimentos e ordem de serviço de enfermagem.

XV - Promover e manter o bom relacionamento nas linhas hierárquicas descendentes, ascendentes e horizontais e estimular o trabalho em equipe.

XVI - Participar de reuniões dos serviços, interdisciplinares e científica.

XVII - Participar de reuniões e comissões quando convocada pela Diretoria de Enfermagem.

XVIII - Convocar e presidir reuniões da sua área de Coordenação.

XIX - Participar como membro permanente do Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem (CEPEN), elaborando e executando ações de educação permanente em sua área de Coordenação.

XX - Participar ativamente do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), colegiado da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS).

XXI - Prever juntamente com as chefias ligadas à Coordenação, os Recursos Humanos, Materiais e Equipamentos necessários ao adequado desenvolvimento das atividades e encaminhar a solicitação de compra de material de consumo, permanente e equipamentos.

XXII - Zelar pelo uso adequado dos recursos materiais e equipamentos da Coordenação.

XXIII - Colaborar na inclusão e orientação dos funcionários recém-admitidos.

XXIV - Participar do levantamento das necessidades relacionadas à educação permanente do pessoal de enfermagem de sua área de coordenação.

XXV - Supervisionar e orientar os enfermeiros, especialmente os recém-admitidos, quanto ao M.A.E. (Método de Assistência da Enfermagem).

XXVI - Participar da elaboração e execução de capacitações de funcionários novos.

XXVII - Participar da elaboração e execução de capacitações do pessoal lotado em sua área de coordenação.

XXVIII - Supervisionar e colaborar com a qualidade da assistência de enfermagem prestada nos Serviços ligado à Coordenação.

XXIX - Avaliar periodicamente as Chefias de Serviços.

XXX - Receber, analisar e encaminhar as avaliações oriundas dos Serviços ligados à Coordenação.

XXXI - Participar da elaboração de material educativo e recursos áudio - visuais para o desenvolvimento de programas da área de Emergências e Ambulatório como confecção de manuais e formulação de normas e rotinas de procedimentos relativos à assistência.

XXXII - Receber os pedidos de afastamentos para cursos, jornadas, congressos e demais eventos de enfermagem e submeter ao Centro de Educação e Pesquisa em Enfermagem para avaliação e devidos encaminhamentos.

XXXIII - Participar de eventos e/ou atividades de ensino de interesse profissional, divulgando para os colegas e/ou equipe os conhecimentos adquiridos.

XXXIV - Realizar remanejamento de pessoal entre os serviços conforme necessidade.

XXXV - Participar dos processos de seleção de remanejamento interno quando convocado pela Diretoria de Enfermagem.

XXXVI - Participar do Processo Eleitoral quando convocado pela Diretoria de Enfermagem.

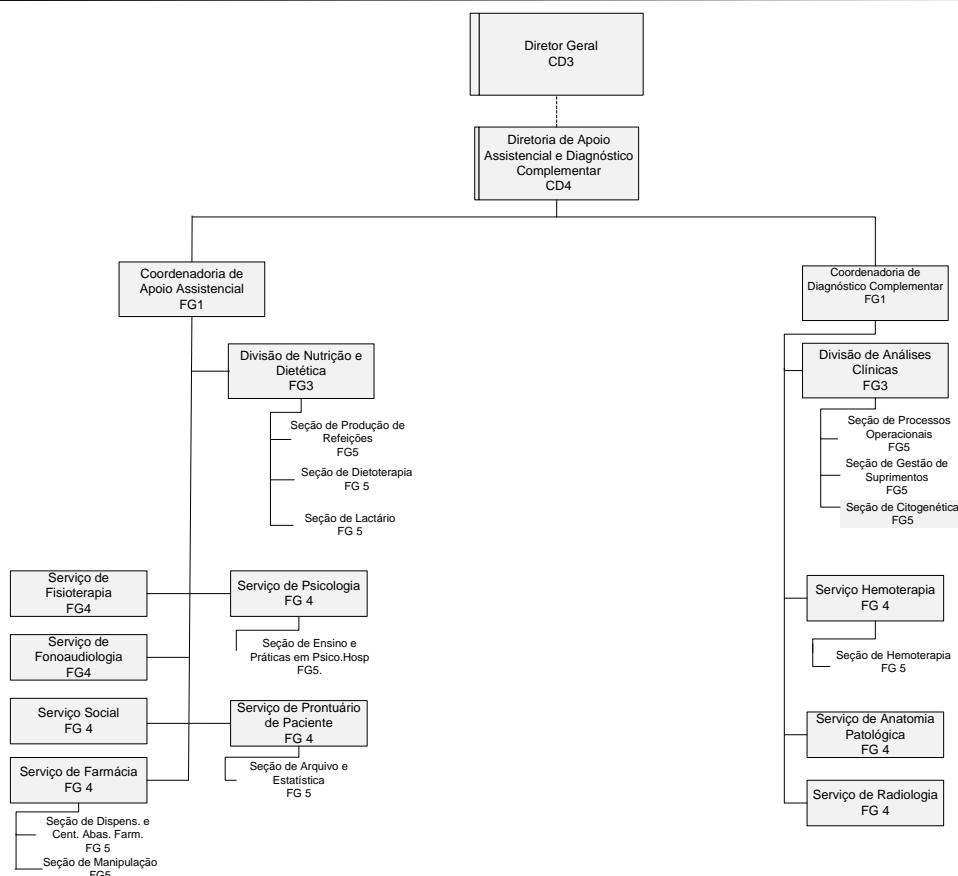
XXXVII - Participar de reuniões da residência multiprofissional.

XXXVIII - Supervisionar os serviços quanto ao acolhimento dos residentes de enfermagem e graduandos.

XXXIX - Colaborar e supervisionar a escalas de Adicional de Plantão hospitalar

XL - Colaborar na elaboração e viabilização das escalas de serviços.

XLI - Assumir as atribuições da chefia de serviço, na ausência desta.



Competências e atribuições da Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar do HU/UFSC

I - Garantir a representação do Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos componentes de sua Diretoria e onde se fizer necessário;

II - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar;

III - Assessorar o Diretor geral em assuntos de sua competência;

IV - Avaliar, com as chefias das Coordenadorias, serviços e seções, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;

V - Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes das Coordenadorias, serviços e seções, antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;

VI - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;

VII - Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Hospital Universitário;

VIII - Promover e estimular a Educação continuada nas diversas áreas no âmbito de sua Diretoria;

IX - Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos Departamentos;

X - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

XI - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Apoio Assistencial:

I - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar todas as atividades de sua área de abrangência em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, cumprindo as Diretrizes emanadas da Administração Superior e Diretoria Setorial.

II - Coordenar juntamente às chefias de serviço e divisão o planejamento estratégico de cada serviço da Coordenação de Apoio Assistencial.

III - Organizar junto aos chefes de serviço e divisão a elaboração e desenvolvimento de protocolos técnicos e de encaminhamentos.

IV - Organizar junto aos serviços e divisão a revisão e aperfeiçoamento de fluxos e rotinas.

V - Avaliar junto à Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar os relatórios técnicos e de produção encaminhados pelos serviços e divisão vinculados.

VI - Planejar junto às chefias de cada serviço e divisão cursos de capacitação para os profissionais técnico-administrativos, estimulando a educação continuada.

VII - Planejar junto aos chefes de serviço e divisão as necessidades de pessoal, equipamentos e mobiliário para atender a demanda vigente e dos projetos de ampliação.

VIII - Realizar o levantamento de programas de pesquisa em andamento nos serviços da DAA.

São atribuições da Coordenadoria de Diagnóstico Complementar:

I - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar todas as atividades de sua área de abrangência em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, cumprindo as Diretrizes emanadas da Administração Superior e Diretoria Setorial.

II - Coordenar juntamente às chefias de serviço e divisões o planejamento estratégico de cada serviço da Coordenação de Diagnóstico Complementar.

III - Organizar junto aos chefes de serviço e divisão a elaboração e desenvolvimento de protocolos técnicos e de encaminhamentos.

IV - Organizar junto aos serviços e divisão a revisão e aperfeiçoamento de fluxos e rotinas.

V - Avaliar junto à Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar os relatórios técnicos e de produção encaminhados pelos serviços vinculados.

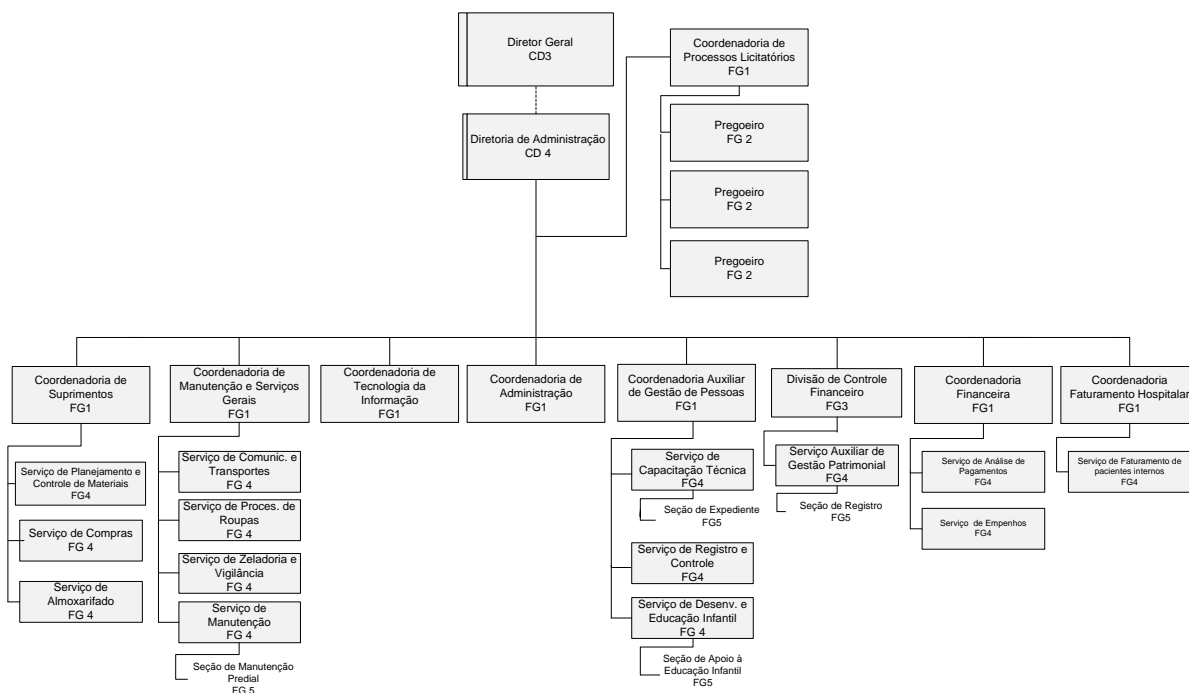
VI - Planejar junto às chefias de cada serviço e divisão cursos de capacitação para os profissionais técnico-administrativos, estimulando a educação continuada.

VII - Planejar junto aos chefes de serviço e divisão as necessidades de pessoal, equipamentos e mobiliário para atender a demanda vigente e dos projetos de ampliação.

VIII - Realizar o levantamento de programas de pesquisa em andamento nos serviços e divisões da Coordenação de Diagnóstico Complementar.

Diretoria de Administração

Estrutura Organizacional do Hospital Universitário – Diretoria Administrativa



Competências e Atribuições da Diretoria de Administração do HU/UFSC

I - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Administração;

II- Assessorar a Direção Geral em assuntos de sua competência;

III - Avaliar, com as chefias das Coordenadorias, serviços, seções e núcleos, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;

IV - Apreciar as propostas e pedidos das Coordenadorias e Serviços antes de encaminhá-los a Direção Geral;

V - Convocar e presidir reuniões da Diretoria de Administração;

VI - Prestar contas anualmente do inventário dos bens patrimoniais em uso no Hospital Universitário, encaminhando à Direção Geral em data conforme orientação dada pelo Tribunal de contas da União;

VII - Definir diretrizes quanto à gerência de receitas, faturamentos, desembolsos, orçamentos e custos de produção em consonância com a Administração Superior do Hospital Universitário e UFSC;

VIII - Definir política relativa ao suprimento de materiais de consumo, contratos terceirizados, mobiliários, equipamentos e demais materiais permanentes do Hospital Universitário;

IX - Coordenar a gestão das atividades inerentes à área de aquisição de materiais e serviços terceirizados, manutenção e serviços gerais, tecnologia da informação, finanças e faturamentos, patrimônio e recursos humanos;

X - Manter estreito contato com as Diretorias de Medicina, Enfermagem e de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar;

XI - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete à Coordenadoria de Processos Licitatórios:

I - Receber, examinar, julgar e proceder todo o trâmite relacionado às licitações no âmbito do HU/UFSC.

Compete à Coordenadoria de Suprimentos:

I - Planejar, coordenar, executar e acompanhar os processos de compras de material de consumo, dando suporte, instruindo e analisando os processos de compras nas suas diferentes modalidades.

São atribuições da Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais:

I - Aprimorar o planejamento, a execução e o controle das atividades de manutenção, engenharia e demais áreas sob responsabilidade desta Coordenação;

II - Realizar a análise e o planejamento do fluxo de atividades e processos de cada área relacionada,

III - Desenhar as políticas e processos criando os fluxos das áreas entre si e entre as outras Coordenadorias,

IV - Elaborar e implantar procedimentos e políticas de manutenção e gerenciamento de obras e reformas de pequeno e médio porte dentro do HU;

V - Garantir a realização de todas as atividades e operações de cada área;

VI - Avaliar pagamentos a partir de análise crítica sobre os dados e valores envolvidos,

VII – Acompanhamento dos recebimentos e pagamentos;

VIII - Acompanhar e analisar todo o desempenho da área e criação de plano de ação de forma a garantir o alcance das metas,

IX - Realizar reunião mensal com a equipe para acompanhamento das tarefas e desempenho da equipe de trabalho;

X - Solicitar a autorização de compra e distribuição de serviços, materiais e equipamentos relacionados para todo o HU,

XI - Negociar, contratar e acompanhar o atendimento aos chamados referentes a demandas direcionadas às áreas correlacionadas, através do sistema interno do HU.

Compete à Coordenadoria de Tecnologia da Informação:

I - Planejar, coordenar, executar e acompanhar os processos TI, buscando soluções que auxiliem a alta gestão na tomada de decisões.

Compete à Coordenadoria de Administração:

I - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades das Coordenadorias sob sua responsabilidade (Coordenadoria de Suprimentos, Coordenadoria Auxiliar de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais, Coordenadoria de Processos Licitatórios e Coordenadoria de Tecnologia da Informação), observando o Regimento Geral, Regulamentos, Portarias, Ordens de Serviços, Normas e Rotinas do Hospital Universitário.

Compete a Coordenadoria Auxiliar de Gestão de Pessoas – CAGP:

I - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades dos Serviços sob sua responsabilidade (Serviço de Registro e Controle - SRC e Serviço de Capacitação Técnica - SCT), observando o Regimento Geral, Regulamentos, Portarias, Ordens de Serviços, Normas e Rotinas do Hospital Universitário, bem como as Leis pertinentes aos Recursos Humanos da Administração Federal.

Compete à coordenadoria financeira do HU:

I- Planejar, organizar, gerenciar e coordenar as atividades inerentes à coordenadoria. Auxiliar a Diretoria Administrativa do HU na elaboração da programação orçamentária anual, e acompanhar a execução orçamentária e financeira do Hospital Universitário.

Compete a Coordenadoria de Faturamento Hospitalar:

I - gerenciar, planejar, organizar, dirigir, controlar os serviços que compõe o seu organograma. Compete à coordenadoria gerar a receita dos pacientes que estão cobertos pelo SUS – Sistema único de Saúde em dois segmentos: Os pacientes internados e os pacientes ambulatoriais, elaborando relatórios de receita hospitalar, que monitoram o volume e qualidade dos procedimentos faturados. Na área de custos hospitalares, compete à coordenadoria, calcular os custos hospitalares mensalmente e fazer estudos de custo benefício.

Pró- Reitorias

As Pró-reitorias serão dirigidas por pró-reitores e pró-reitores adjuntos escolhidos pelo reitor, dentre os integrantes do quadro de pessoal da Universidade, cuja nomeação deverá ser homologada pelo Conselho Universitário.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Pró-Reitoria de Extensão

Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Pesquisa

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Secretaria de Gestão de Pessoas

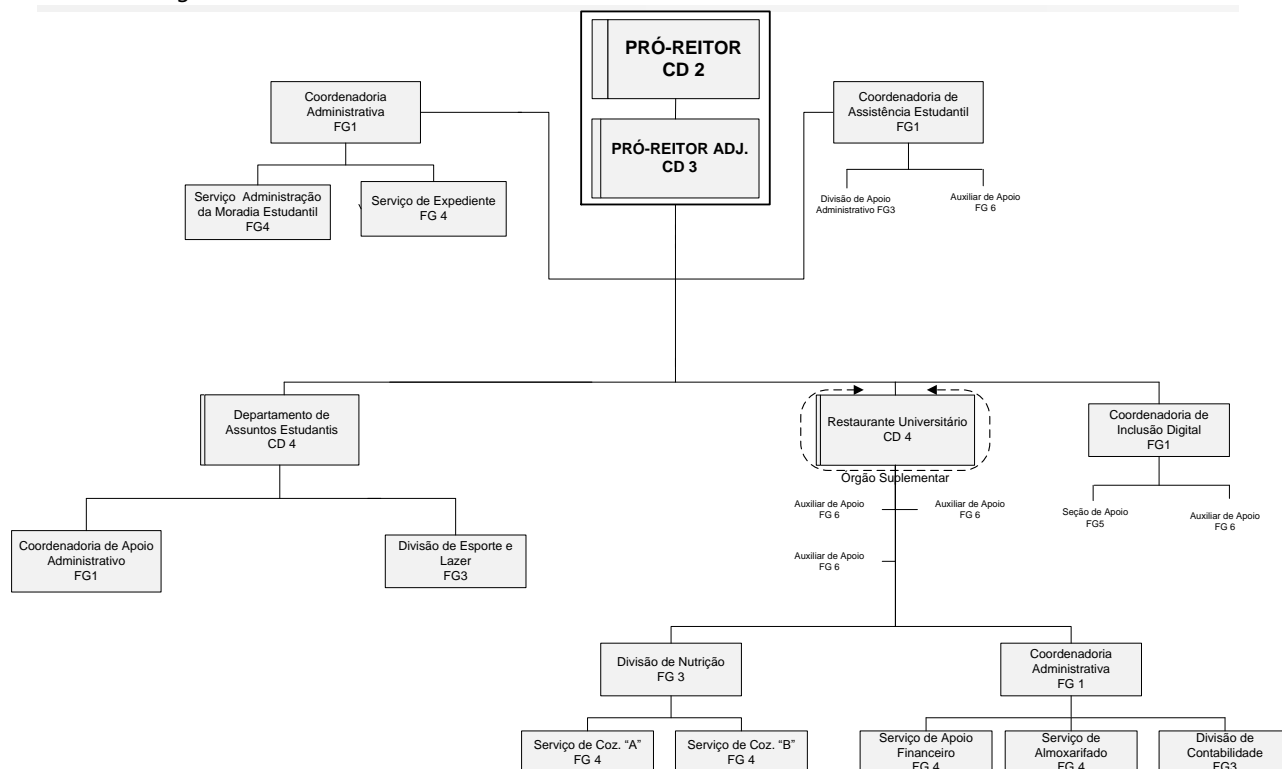
Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional

Secretaria de Cultura

Secretaria de Relações Internacionais

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE



Quadro 5 – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Denise Cord CD-2 PORTARIA N° 327/2014/GR Designação em 24/02/2014	Pró-Reitora de Assuntos Estudantis Cargo: Professora Associada	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	PRAE
Lauro Francisco Mattei CD-2 PORTARIA N°1642/2012/GR Designação em 22/10/2012 PORTARIA N° 323/2014/GR Dispensa em 21/02/2014	Pró-Reitor de Assuntos Estudantis Cargo: Professor Associado	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	PRAE
MAURICIO MELLO PETRUCIO CD-3 PORTARIA N° 329/2014/GR Designação em 24/02/2014	Pró-Reitor Adjunto de Assuntos Estudantis Cargo: Professor Adjunto	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	PRAE
LUCIA HELENA CORREA LENZI CD-3 PORTARIA N° 1830/2013 Designação em 23/09/2013 PORTARIA N° 324/2014/GR Dispensa em 21/02/2014	Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis Cargo: Professora de Ensino Básico	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	PRAE

SÉRGIO LUIS SCHLATTER JUNIOR CD-4 PORTARIA N.º 787/2012/GR Designação em 22/05/2012	Diretor do Departamento de Assuntos Estudantis	Departamento de Assuntos Estudantis	PRAE
BEATRIZ CONEDERA MARTINELLI CD-4 PORTARIA N.º 174/2013/GR Designação em 01/02/ 2013	Diretora do Restaurante Universitário Cargo: Cozinheira	Departamento de Assuntos Estudantis	PRAE

Fonte: GR/UFSC

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem por objetivo o desenvolvimento de ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas ao acesso, à permanência e à conclusão da graduação por parte dos discentes matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias.

Compete à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

I – coordenar a execução das ações inerentes à política de assuntos estudantis definidas pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

II – propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da Universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e à conclusão do curso de graduação presencial, nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e lazer, apoio pedagógico, movimentos estudantis e políticas sociais;

III – no campo dos assuntos estudantis, desenvolver projetos visando a aprimorar a gestão universitária e as políticas adotadas pela UFSC;

IV – planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assuntos estudantis;

V – estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil;

VI – manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil;

VII – propor e desenvolver políticas de benefícios da Universidade dirigidas à comunidade estudantil;

VIII – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros entes e órgãos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

IX – apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil;

X – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

São atribuições do Departamento de Assuntos Estudantis (DeAE):

I – gerenciar a estrutura administrativa necessária ao desempenho das suas atividades;

II – coordenar o Programa de Auxílio a Eventos, analisando as demandas e acompanhando a execução das distintas modalidades de ação do referido programa;

III – coordenar a implementação do Programa de Viagens de Estudo, por meio da Divisão de Transportes e Viagens, executando as contratações de veículos e controlando as suas atividades, principalmente em relação à fiscalização, à prestação de contas e à qualidade dos serviços prestados;

IV – coordenar as políticas de esporte e lazer, por meio da Divisão de Esporte e Lazer, promovendo a integração interna dos estudantes da UFSC e a participação das delegações da UFSC em competições regionais e nacionais;

V – coordenar comissões cujos assuntos sejam relacionados às atribuições do departamento, as quais venham a ser delegadas pelo pró-reitor;

VI – analisar e emitir parecer quanto à realização de eventos diversos, quando solicitado pelo pró-reitor;

VII – analisar e emitir parecer sobre solicitações de material gráfico e sonorização, realizando empenhos e executando o controle dos recursos financeiros destinados a essas atividades;

VIII – realizar o registro das representações discentes eleitas pelos estudantes dos cursos de graduação presencial junto aos órgãos deliberativos da UFSC;

IX – realizar o cadastro de processos disciplinares de estudantes de graduação no Sistema de Controle Acadêmico da Graduação (CAGR), mediante requerimento dos respectivos colegiados de curso;

X – realizar o acompanhamento, controle e execução de solicitações de apoio às semanas acadêmicas, atendendo-as dentro dos limites orçamentários da Pró-Reitoria;

XI – executar, por meio da Divisão de Transportes e Viagens, contratações de veículos solicitadas por outros setores da UFSC, mediante repasse de recursos à PRAE;

XII – atender ao público em geral, esclarecendo procedimentos institucionais sobre programas da PRAE vinculados ao Departamento de Assuntos Estudantis;

XIII – executar demais atividades da PRAE que sejam delegadas pelo pró-reitor e pelo pró-reitor adjunto.

Do Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário (RU) tem como missão promover o fornecimento de refeições saudáveis e diversificadas, produzidas sob um rigoroso padrão de qualidade, ao corpo discente e aos visitantes da UFSC.

São atribuições da Direção do Restaurante Universitário:

I – administrar o fornecimento de alimentação à comunidade universitária, de acordo com os padrões técnicos e de qualidade;

II – participar da elaboração de editais específicos a sua área de atuação, visando à aquisição e ao fornecimento de alimentos de qualidade;

III – manter o serviço de atendimento aos usuários;

IV – manter o intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;

V – acompanhar a elaboração dos cardápios visando manter o valor nutritivo das refeições, observados os padrões técnicos exigidos;

VI – contribuir na promoção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, mediante a oferta de campo de estágio para as áreas técnicas afins;

VII – colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua competência;

VIII – realizar a confecção de cartão de identificação da comunidade universitária, bem como a venda de passes para o RU;

IX – acompanhar o sistema de controle financeiro e técnico do Restaurante Universitário;

X – executar outras atividades inerentes à área de atuação ou que venham a ser delegada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Vinculada à Direção do RU, a Coordenadoria Administrativa tem como atribuições:

I – colaborar com a Direção na execução dos planos e metas do Restaurante Universitário;

II – coordenar os trabalhos da Divisão de Contabilidade relativos à contabilização de receitas e despesas do órgão, elaborando relatórios e apresentando balancetes e demonstrativos mensais das respectivas contas;

III – coordenar os trabalhos do Serviço de Almoxarifado relativos ao movimento físico dos estoques dos materiais existentes, fazendo os controles e conferências das entradas e saídas de todos os produtos utilizados pelo Restaurante Universitário;

IV – coordenar o Serviço de Apoio Financeiro em suas atividades de apoio na elaboração dos balancetes e relatórios estatísticos vinculados ao Restaurante Universitário;

V – manter arquivos e documentos das operações contabilizadas;

VI – auxiliar na elaboração dos custos de produção das refeições;

VII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegada pela Direção do Restaurante ou pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Da Coordenadoria de Assistência Estudantil

A Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAEs) tem como função a coordenação e execução dos programas voltados ao atendimento das demandas sociais dos estudantes, com o objetivo de contribuir para a sua permanência e desempenho acadêmico na Universidade.

As atribuições da Coordenadoria de Assistência Estudantil são:

I – coordenar, executar e analisar os programas de assistência estudantil no âmbito da PRAE;

II – coordenar o atendimento das solicitações de recursos, empenhos e pagamentos decorrentes do desenvolvimento dos programas de assistência estudantil;

III – executar os Programas de Auxílio-Moradia, Bolsa Estudantil UFSC, Moradia Estudantil e Auxílio-Creche;

IV – conceder, mediante análise de situação socioeconômica, isenção de alimentação no Restaurante Universitário;

V – realizar avaliação de cadastros socioeconômicos com objetivo de obtenção do índice socioeconômico dos estudantes de graduação da UFSC;

VI – gerenciar o acolhimento ao estudante e socialização de informações necessárias para sua permanência na UFSC;

VII – desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações da Coordenadoria;

VIII – desenvolver ações de acolhimento de demandas psicossociais e de promoção de saúde;

IX – desenvolver psicoterapias breves para assuntos relacionados à permanência estudantil;

X – coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde mental;

XI – realizar acompanhamento de situações de alto risco psicossocial, estabelecendo redes de atendimento junto ao Sistema Único de Saúde;

XII – assessorar a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em assuntos inerentes à área da assistência estudantil.

XIII – por meio do Serviço de Apoio Administrativo, receber e encaminhar correspondências diversas, realizar o atendimento inicial da comunidade universitária, responder dúvidas e demais questionamentos realizados na recepção da Coordenadoria, elaborar a folha de pagamentos dos benefícios e auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e documentos internos e externos;

XIV – executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;

XV – coordenar os recursos materiais e patrimoniais inerentes a sua área de atuação.

Da Coordenadoria de Inclusão Digital

A Coordenadoria de Inclusão Digital (CoID) tem como atividades:

I – definir a política de utilização dos softwares no LabUFSC;

II – determinar as regras de utilização do LabUFSC.

III – controlar o acesso dos usuários ao LabUFSC;

IV – definir a política interna de manutenção dos equipamentos do LabUFSC;

V – acompanhar as atividades dos monitores vinculados ao LabUFSC;

VI – definir as atividades que não podem ser desenvolvidas no laboratório;

VII – solucionar problemas dos equipamentos quando estes não estiverem funcionando corretamente;

VIII – por meio de seu Serviço de Apoio, receber e encaminhar correspondências diversas da Coordenadoria, realizar o atendimento da comunidade universitária e auxiliar no arquivamento e controle das correspondências e equipamentos do LabUFSC;

IX – executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Da Coordenadoria Administrativa

São atribuições da Coordenadoria Administrativa (CoAD) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

I – coordenar os encaminhamentos administrativos no âmbito da Pró-Reitoria;

II – protocolar e encaminhar solicitações recebidas pela Recepção e realizar controle do fluxo interno, desde seu despacho e atendimento até o arquivamento;

III – instruir os processos submetidos à consideração do pró-reitor;

IV – elaborar e fazer o controle de memorandos, ofícios, portarias, editais e demais documentos formais relacionados à PRAE;

V – executar os serviços complementares de gestão de pessoas, material e almoxarifado da Pró-Reitoria;

VI – realizar procedimentos de empenho, dispensa de licitação e afins, quando necessário e expressamente autorizado pelo pró-reitor, para serviços relacionados à Pró-Reitoria e seus setores;

VII – realizar, mediante autorização do pró-reitor, solicitações de recurso financeiro e complementações orçamentárias ao setor competente;

VIII – acompanhar e encaminhar as correspondências recebidas digitalmente e fisicamente pela Pró-Reitoria;

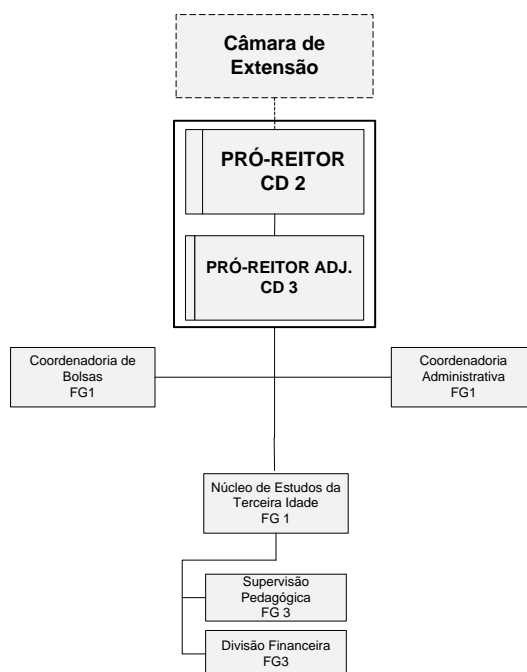
IX – atualizar o site da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;

X – coordenar o Serviço de Expediente, acompanhando suas atividades no que tange a recepção e atendimento de pessoas, protocolo de correspondências e atendimento de dúvidas e informações;

XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Pró-Reitoria de Extensão- PROEX

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX



Quadro 6 – Pró-Reitoria de Extensão

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Edison da Rosa CD-2 PORTARIA N.º 687/2012/GR Designação em 14/05/2012	Pró-Reitor de Extensão Cargo: Professor Titular	Pró-Reitoria de Extensão	PROEX
Maristela Helena Zimmer Bortolini CD-3 PORTARIA N.º 688/2012/GR Designação em 14/05/2012	Pró-Reitora Adjunta Cargo: Arquivista	Pró-Reitoria de Extensão	PROEX

Fonte: GR/UFSC

Pró-Reitoria de Extensão

Compete ao pró-reitor de Extensão:

I – coordenar a formulação e a implantação de políticas para a extensão e as atividades dos órgãos executores associados;

II – assessorar a comunidade universitária no encaminhamento e desenvolvimento de projetos de extensão;

III – acompanhar as atividades da Pró-Reitoria, analisando-as e dando-lhes encaminhamento;

IV – divulgar e fazer cumprir a legislação de extensão junto às câmaras, centros, departamentos e órgãos suplementares;

V – implementar e desenvolver, em conjunto com as outras pró-reitorias e com o Gabinete da Reitoria, políticas e programas referentes às atividades de extensão;

VI – atuar, em conjunto com as outras pró-reitorias e com o Gabinete da Reitoria, para a solução de problemas e o encaminhamento de ações;

VII – representar a UFSC nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX);

VIII – coordenar a execução dos projetos institucionais de extensão;

IX – coordenar ações para a busca de recursos em projetos institucionais;

X – contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC na área da extensão;

XI – incentivar o desenvolvimento das atividades de extensão por meio de programas específicos ou da administração de programas externos;

XII – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

XIII – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão;

XIV – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área de atuação;

XV – promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a inclusão da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;

XVI – auxiliar na organização da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX);

XVII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Compete ao pró-reitor adjunto de Extensão:

I – instruir processos submetidos à consideração do pró-reitor;

II – transmitir as decisões do pró-reitor no âmbito da Pró-Reitoria;

III – coordenar programas e projetos de extensão institucionais;

IV – promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de extensão, no que diz respeito à sua execução e divulgação;

V – promover, coordenar e aperfeiçoar programas que fomentem a extensão realizada no âmbito da Universidade;

VI – apoiar e promover o desenvolvimento das extensões individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;

VII – coordenar a seleção e acompanhamento dos editais de bolsas ou fomento à extensão, tais como PROBOLSAS e PROEXT;

VIII – promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de extensão, no que diz respeito à sua execução e divulgação;

IX – promover eventos institucionais de extensão, bem como o Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) e o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), quando realizados na UFSC;

X – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete à Coordenadoria Administrativa:

I – promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de extensão, no que diz respeito à sua execução e divulgação;

II – organizar e manter atualizado o sistema de informações sobre assuntos relacionados à extensão;

III – coordenar e aperfeiçoar formas de divulgação dos resultados dos projetos de extensão realizadas no âmbito da UFSC;

IV – coordenar a elaboração de catálogos, *folders* e outras publicações com informações sobre a extensão;

V – gerenciar e manter atualizados os formulários de registros de projetos e ações de extensão;

VI – recepcionar e atender o pessoal junto à Pró-Reitoria e auxiliar o pró-reitor na elaboração de sua agenda;

VII – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro do órgão;

VIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete à Coordenadoria de Bolsas:

I – coordenar a gestão dos programas institucionais de bolsas de extensão;

II – implementar, suspender e cancelar as bolsas referentes aos programas da PROEX;

III – elaborar a folha de pagamento dos bolsistas e respectiva prestação de contas;

IV – apreciar a documentação necessária para a implementação de bolsas para posterior homologação;

V – manter e atualizar os bancos de dados e arquivos referentes às bolsas de extensão;

VI – assistir os estudantes, os professores e os servidores técnico-administrativos vinculados aos programas de bolsas de extensão;

VII – elaborar o relatório anual de atividades da Coordenadoria de Bolsas;

VIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Compete à Coordenadoria do Núcleo de Estudos da Terceira Idade:

I – coordenar e supervisionar as atividades administrativas do Núcleo;

II – convocar e coordenar as reuniões da equipe de trabalho do Núcleo;

III – gerenciar e manter atualizados os formulários oficiais de registros de projetos e ações desenvolvidas pelo Núcleo;

IV – integrar o Comitê Assessor Pedagógico do NETI;

V – orientar a organização e a elaboração das atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão do Núcleo;

VI – coordenar e supervisionar a elaboração de catálogos, *folder*, *sites* e outras publicações com informações e produções do Núcleo;

VII – desenvolver e apoiar ações institucionais e interinstitucionais atinentes à área de Gerontologia;

VIII – assessorar entidades na organização de programas e atividades de valorização da pessoa idosa;

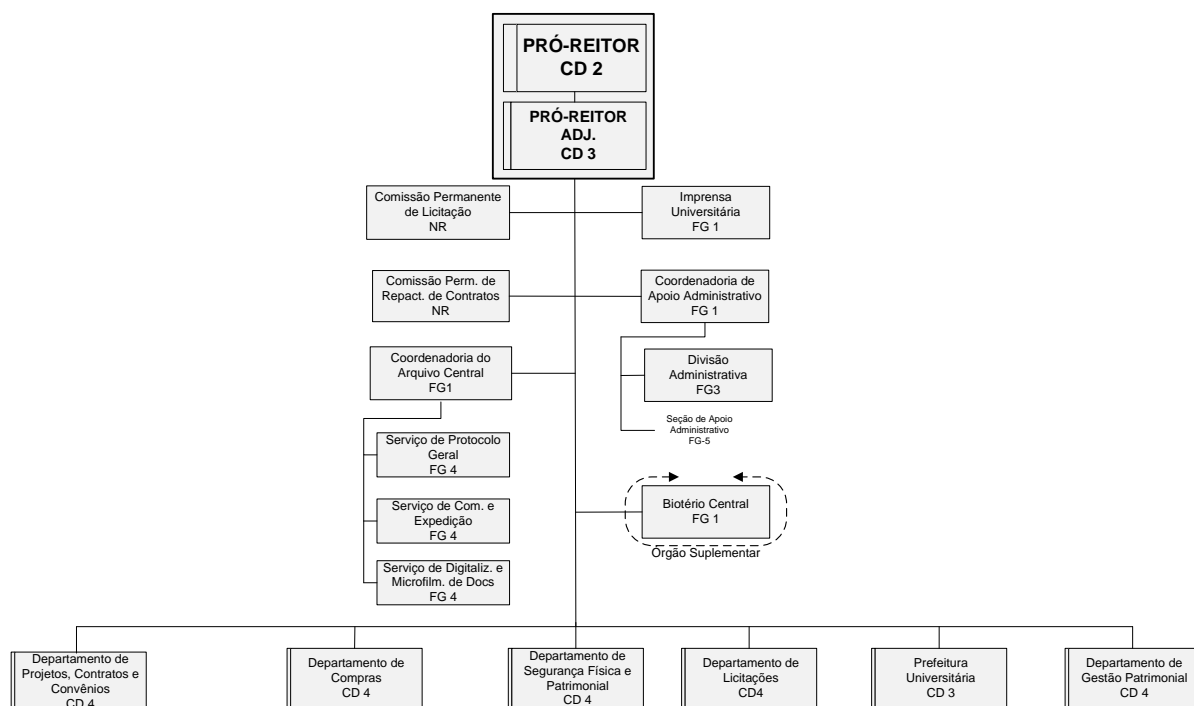
IX – representar o Núcleo e a UFSC em atividades e eventos, quando solicitado;

X – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela Pró-Reitoria de Extensão ou por autoridade competente;

XI – cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento na sua esfera de atuação.

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração



Quadro 7 – Pró-Reitoria de Administração

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Antonio Carlos Montezuma Brito CD-2 PORTARIA N.º 653/2012/GR Designação em 14/05/2012	Pró-Reitor de Administração Cargo: Economista	Pró- Reitoria de Administração	PROAD
Lucia Maria Loch Goes CD-3 PORTARIA N.º 1638/2012/GR Designação em 22/10/2012	Pró-Reitora Adjunta de Administração Cargo: Bibliotecária-documentalista	Pró- Reitoria de Administração	PROAD
Ana Paula Peres da Silva CD-4 PORTARIA N.º 652/2014/GR Designação em 14/04/2014	Diretora do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios da Pró-Reitoria de Administração Cargo: Auxiliar em Administração	Departamento de Projetos, Contratos e Convênios	PROAD
Adriano Luiz de Souza Lima CD-4 PORTARIA N.º 457/2013/GR Designação em 01/04/ 2013 PORTARIA N.º 649/2014/GR Dispensa em 14/04/2014	Função: Diretor do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios da Pró-Reitoria de Administração Cargo: Assistente em Administração	Departamento de Projetos, Contratos e Convênios	PROAD
Karen Pereira Alvares CD-4	Função: Diretora do Departamento de Compras	Departamento de Compras	PROAD

PORTARIA N° 176/2014/GR Designação em 30/01/2014	Cargo: Administrador		
Ricardo da Silveira Porto CD-4 PORTARIA N° 128/2014/GR Designação em 21/01/2014	Função: Diretor do Departamento de Licitações Cargo: Contador	Departamento de Licitações	PROAD
Adriano Luiz de Souza Lima CD-4 PORTARIA N° 650/2014/GR Designação em 14/04/2014	Função: Diretor do Departamento de Gestão Patrimonial Cargo: Assistente em Administração	Departamento de Gestão Patrimonial	PROAD
Leandro Machnicki Altaniel Designação CD-4 PORTARIA N°455/2013/GR Designação em 01/04/2013 PORTARIA N° 648 /2014/GR Dispensa em 09/04/ 2014	Função: Diretor do Departamento de Gestão Patrimonial Cargo: Assistente em Administração	Departamento de Gestão Patrimonial	PROAD
Leandro Luiz de Oliveira CD-4 PORTARIA N° 615 /GR/2008 Designação em 10/05/2008	Função: Diretor do Departamento de Segurança Física e Patrimonial Cargo: Vigilante	Departamento de Segurança Física e Patrimonial	PROAD
Nailor Novaes Boianovsky CD-4 PORTARIA N.º 812/2012/GR Designação em 25/05/2012 PORTARIA N° 2503/2014/GR Dispensa em 23/12/2014	Função: Prefeito do Campus Universitário Cargo: Assistente em Administração	Prefeitura Universitária	PROAD
Nailor Novaes Boianovsky CD-3 PORTARIA N° 2504/2014/GR Designação em 23/12/2014	Função: Prefeito do Campus Universitário Cargo: Assistente em Administração	Departamento de Segurança Física e Patrimonial	PROAD

Fonte: GR/UFSC

À Pró-Reitoria de Administração compete:

I – coordenar a execução das ações inerentes à política de administração da Universidade;

II – propor e acompanhar a execução da política da Universidade no que se refere a:

- a) projetos, contratos e convênios;
- b) licitações, compras e almoxarifado central;
- c) segurança física e patrimonial;
- d) gestão patrimonial;
- e) serviços de conservação e manutenção física e patrimonial e de equipamentos;

III – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Ao pró-reitor de Administração compete:

I – coordenar a execução das ações inerentes à política de administração da Universidade;

II – propor e acompanhar a execução da política da Universidade no que se refere a:

a) projetos, contratos e convênios;

b) licitações, compras e almoxarifado central;

c) segurança física e patrimonial;

d) gestão patrimonial;

e) serviços de conservação e manutenção física e patrimonial e de equipamentos.

III – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Ao pró-reitor adjunto de Administração compete:

I – substituir o pró-reitor em suas faltas e impedimentos;

II – assessorar o pró-reitor nas políticas institucionais inerentes à administração;

III – assessorar o pró-reitor no atendimento às solicitações dos órgãos de controle;

IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo pró-reitor.

À Coordenadoria de Apoio Administrativo (CAA) compete:

I – instruir os processos submetidos à consideração do pró-reitor;

II – encarregar-se da recepção e do atendimento de pessoas junto à Pró-Reitoria;

III – auxiliar o pró-reitor na elaboração de sua agenda;

IV – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Pró-Reitoria;

V – transmitir as decisões do pró-reitor;

VI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo pró-reitor.

À Coordenadoria de Arquivo Central compete:

I – coordenar, supervisionar, controlar e acompanhar a gestão documental no âmbito institucional, abrangendo as atividades referentes ao protocolo, arquivo intermediário, arquivo permanente e gerenciamento eletrônico de documentos (GED);

II – estabelecer e executar a política de avaliação documental por meio da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo (CPAD);

III – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas da área arquivística;

IV – manter a custódia, a conservação e a divulgação do acervo documental;

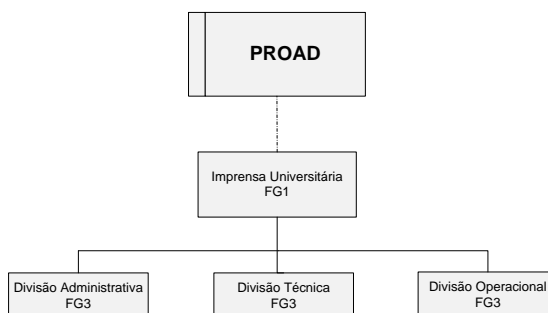
V – racionalizar a produção documental;

VI – garantir o acesso aos documentos, resguardando aqueles que requeiram sigilo e restrições;

VII – disciplinar a reprodução e a consulta aos documentos;

- VIII – preservar a memória da instituição, servindo como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica;
- IX – promover o intercâmbio com instituições arquivísticas;
- X – planejar, treinar, orientar e supervisionar os procedimentos de transferência e recolhimento dos documentos de arquivo intermediário ao Arquivo Central;
- XI – tratar, preservar e garantir o acesso à documentação intermediária e permanente transferida pelos diversos departamentos;
- XII – orientar e supervisionar os procedimentos para o preparo da documentação de caráter permanente a ser recolhida pelos diversos departamentos;
- XIII – recolher a documentação de valor permanente provenientes dos departamentos;
- XIV – realizar o processamento técnico de conservação dos documentos de valor permanente;
- XV – organizar e descrever os documentos de valor permanente;
- XVI – elaborar os instrumentos de pesquisa com vistas à divulgação das informações;
- XVII – incentivar a realização de pesquisa e estudo no arquivo;
- XVIII – proporcionar a consulta e o empréstimo de documentos;
- XIX – orientar os usuários nas pesquisas;
- XX – acatar os procedimentos da Lei nº 12.527, garantindo o direito de acesso à informação;
- XXI – favorecer a cultura de acesso à informação.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Imprensa Universitária



À Imprensa Universitária (IU) compete:

- I – coordenar e executar os serviços de impressão gráfica;
- II – efetuar previsões de custos relacionados com os serviços solicitados;

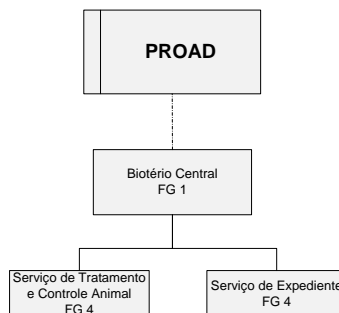
III – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando à melhoria da qualidade dos serviços;

IV – propor diretrizes sobre a política de serviços gráficos da UFSC e participar de sua execução;

V – exercer outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Ao coordenador da Imprensa Universitária compete organizar, supervisionar e dar condições de trabalho aos demais setores da IU, dentro dos limites da lei e das suas atribuições.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Biotério Central



Ao Biotério Central (BIC) compete:

I – propiciar condições de vida adequadas a todos os animais de laboratório necessários ao ensino, à pesquisa e à extensão;

II – manter sob sua guarda os animais destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão;

III – controlar as espécies dos animais;

IV – atender as necessidades dos animais de laboratório solicitados pelos departamentos e ensino e por outras unidades da UFSC;

V – colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua competência;

VI – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento de seus servidores;

VII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Ao coordenador do Biotério Central compete:

I – planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades inerentes ao órgão, bem como delegar competências de acordo com as necessidades internas;

II – representar o Biotério Central junto à Administração Superior da Universidade e a Universidade, quando designado pelo reitor;

III – constituir comissões internas para o estudo de assuntos que interessem ao órgão ou para a execução de projetos específicos;

IV – sugerir a celebração de convênios e contratos, inerentes à área, entre a Universidade e outras instituições e pronunciar-se a respeito deles, quando não sugeridos pelo órgão;

V – oferecer à autoridade a que estiver subordinado informações, pareceres e sugestões nos assuntos atinentes à área;

VI – supervisionar e orientar a elaboração do relatório anual das atividades exercidas;

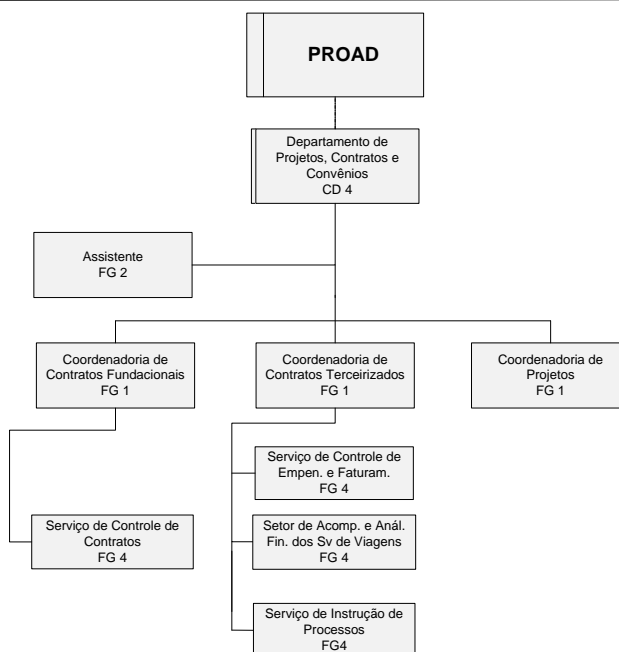
VII – propor à autoridade competente a designação de pessoal para ocupar funções de confiança no Biotério Central;

VIII – exercer as atividades complementares de administração de pessoal, material e financeiro referentes ao Biotério Central, consoantes com a política da Universidade;

IX – promover a integração permanente do Biotério Central com as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade;

X – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Projetos, Contratos e Convênios



Ao Departamento de Projetos, Contratos e Convênios (DPC) compete:

I – promover e manter condições para o desenvolvimento das atividades das coordenadorias subordinadas ao Departamento;

II – manter relacionamento próximo com o Departamento de Inovação Tecnológica visando preservar a propriedade intelectual;

III – estabelecer vínculos fortes com as fundações de apoio da UFSC, objetivando amparar a administração de projetos;

IV – atuar como intermediário e facilitador entre servidores, laboratórios e centros de ensino da UFSC e as instituições e empresas externas, de forma a permitir a efetivação de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

V – operar internamente junto à administração da UFSC, garantindo que todas essas atividades sejam realizadas conforme seus estatutos e regimentos;

VI – atuar em projetos institucionais relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico e que envolvam instituições ou empresas externas;

VII – elaborar relatórios objetivando suprir as demandas de controle das atividades;

VIII – disponibilizar as informações necessárias para a concepção de ferramentas de Tecnologia de Informação (TI);

IX – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo pró-reitor de Administração.

§ 1º À Direção do Departamento compete:

I – prover e manter condições para o desenvolvimento das atividades das coordenadorias subordinadas ao Departamento;

II – manter relacionamento próximo com o Departamento de Inovação Tecnológica visando preservar a propriedade intelectual;

III – estabelecer vínculos fortes com as fundações de apoio da UFSC, objetivando amparar a administração de projetos;

IV – atuar como intermediador e facilitador entre servidores, laboratórios e centros de ensino da UFSC e as instituições e empresas externas, de forma a permitir a efetivação de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

V – operar internamente junto à administração da UFSC, garantindo que todas essas atividades sejam realizadas conforme seus estatutos e regimentos;

VI – atuar em projetos institucionais relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico e que envolvam instituições ou empresas externas;

VII – elaborar relatórios objetivando suprir as demandas de controle das atividades;

VIII – disponibilizar as informações necessárias para concepção de ferramentas de TI;

IX – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo pró-reitor de Administração.

À Coordenadoria de Contratos Fundacionais (CCF) compete:

I – coordenar as ações voltadas à execução dos contratos administrativos que envolvem as fundações de apoio no âmbito da UFSC;

II – conferir e analisar contratos;

III – encaminhar processos referentes a contratos para manifestação nas seguintes instâncias:

a) Departamento de Inovação Tecnológica;

b) Procuradoria Federal;

c) pró-reitoria da área;

d) Conselho de Curadores;

e) outros que se fizerem necessários;

IV – registrar as publicações de dispensa de licitação para contratação das fundações de apoio da UFSC;

V – atender e informar sobre contratos à comunidade universitária e à externa;

VI – elaborar relatórios objetivando suprir as demandas de controle da atividade e para informações gerenciais;

VII – disponibilizar informações para a concepção de ferramentas de TI;

VIII – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pela Direção do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios.

À Coordenadoria de Contratos Terceirizados compete:

I – elaborar/digitar os termos de contrato e termos aditivos aos contratos de serviços terceirizados da UFSC, após homologação do resultado da licitação ou do processo de dispensa de licitação por inexigibilidade;

II – encaminhar os processos referentes a serviços terceirizados aos setores competentes para análise de reajuste, prorrogação e supressão ou acréscimo;

III – contatar as empresas prestadoras de serviços terceirizados;

IV – contatar frequentemente os diversos setores da UFSC no que tange, principalmente, aos serviços terceirizados;

V – acompanhar a vigência de todos os contratos terceirizados em que o DPC possui gerência;

VI – incluir dados no Sistema de Transferência de Informação (STI), da Controladoria Geral da União/CGU, dos contratos relativos aos empregados terceirizados, a cada quadrimestre;

VII – coordenar e acompanhar os contratos de prestação dos serviços gerais terceirizados na UFSC;

VIII – montar os processos de licitação referentes a serviços gerais;

IX – realizar pesquisa de preços dos processos de licitação;

X – montar o termo de referência dos processos de licitação;

XI – preparar processos de licitação das concessões;

XII – gerenciar os contratos de concessão de uso;

XIII – controlar a documentação exigida em contratos;

XIV – controlar pagamentos das concessões;

XV – registrar os contratos nos sistemas de controle e gestão elaborados pela UFSC ou pelos órgãos de controle do Governo Federal;

XVI – elaborar relatórios objetivando suprir as demandas de controle da atividade e para informações gerenciais;

XVII – disponibilizar informações necessárias para concepção de ferramentas de TI;

XVIII – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pela Direção do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios.

À Coordenadoria de Projetos compete:

I – estabelecer normas gerais, padronizar processos e prover orientação técnica e apoio à elaboração e apresentação de projetos a órgãos federais de fomento;

II – elaborar documentos administrativos para encaminhamentos de projetos;

III – acompanhar projetos e suas prorrogações;

IV – registrar os projetos nos sistemas de controle e gestão elaborados pela UFSC ou pelos órgãos de controle do Governo Federal;

V – elaborar relatórios objetivando suprir as demandas de controle da atividade e para informações gerenciais;

VI – disponibilizar informações para a concepção de ferramentas de TI;

VII – coordenar e/ou orientar modificações/suplementações a fim de viabilizar a conclusão dos instrumentos de acordos;

VIII – orientar a elaboração do plano de trabalho para a execução orçamentária dos instrumentos de acordos;

IX – articular junto às fundações de apoio da UFSC, núcleos interdisciplinares e outros órgãos da Universidade envolvidos com os instrumentos de acordos;

X – orientar, acompanhar e elaborar instrumentos de acordos celebrados ou firmados pela UFSC;

XI – encaminhar os instrumentos de acordos às fundações de apoio e ou agências de fomento;

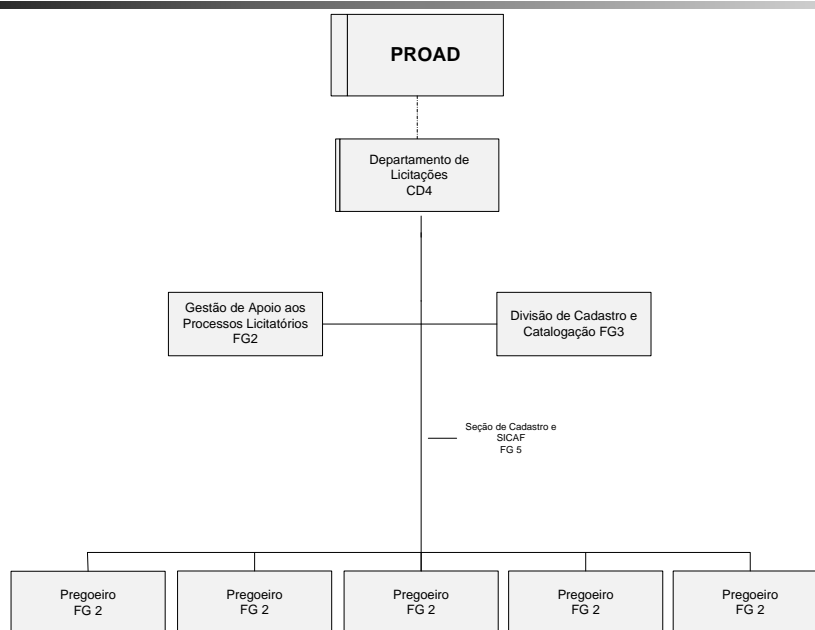
XII – efetuar o registro dos instrumentos de acordos e manter atualizado no Sistema de Gestão de Convênios – SisGC;

XIII – proceder à publicação dos instrumentos de acordos firmados no Diário Oficial da União, dentro do prazo legal;

XIV – ser o consultor institucional no que tange aos assuntos que envolvem instrumentos de acordos;

XV – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pela Direção do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração –Departamento de Licitações



Ao Departamento de Licitações (DPL) compete:

I – realizar procedimentos licitatórios visando à aquisição de bens patrimoniais e de itens de consumo, à contratação de serviços em geral, obras e serviços de engenharia, à concessão de espaços físicos diversos, à venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou à alienação de bens imóveis, prevista no art. 19 da Lei nº 8.666/1993, a quem oferecer maior lance, igual ou superior ao valor da alienação;

II – formalizar, acompanhar e providenciar a publicação dos atos cabíveis aos certames licitatórios, em consonância com a modalidade de disputa;

III – atualizar os atos normativos referentes ao Departamento de Licitações, bem como informar e orientar as demais unidades da UFSC quanto ao cumprimento das normas e padronizações estabelecidas;

IV – manter-se em contínua atualização das bases de informações e legislações que doutrinam os certames licitatórios em suas diversas modalidades;

V – executar todos os procedimentos pertinentes ao cadastramento de fornecedores junto ao SICAF do Governo Federal;

VI – executar, segundo as demandas encaminhadas, os procedimentos necessários para o cadastro no CATMAT e no CATSER;

VII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

1º À Direção do Departamento compete:

I – designar e assinar as portarias pertinentes à designação dos pregoeiros e respectiva equipe de apoio, leiloeiros e equipe de apoio, bem como, se conveniente, à constituição de comissões de licitações;

II – gerenciar e zelar pelo uso coletivo de bens patrimoniais alocados no Departamento, assinando os termos de responsabilidades deste;

III – gerenciar a realização dos procedimentos licitatórios visando à contratação de obras, serviços e à aquisição de bens de consumo e permanentes para a Universidade Federal de Santa Catarina;

IV – elaborar normatizações referentes à área de processos licitatórios;

V – gerenciar e assegurar a atualização das bases de informações e conhecimentos necessários ao desempenho das atribuições da equipe do Departamento de Licitações;

VI – gerenciar os serviços pertinentes à elaboração de editais de licitações, analisando seus enquadramentos legais e respeitando as inovações da legislação que doutrina as atividades do Departamento;

VII – coordenar e orientar a equipe de servidores do Departamento, dentro das diretrizes legais que norteiam os procedimentos licitatórios;

VIII – receber e analisar todos os processos pertinentes à aquisição de materiais, contratação de serviços e obras, concessão de espaços físicos e oferta de bens, definindo a modalidade licitatória adequada para cada uma dessas demandas;

IX – auxiliar, quando necessário, outros departamentos da Universidade, objetivando, assim, a correta elaboração dos processos que motivarão os certames licitatórios;

X – propor, quando for o caso, alterações em procedimentos e padrões na fase interna dos processos, sempre objetivando alcançar melhores resultados para a UFSC nas licitações;

XI – realizar o planejamento do Departamento, focando na celeridade das tarefas por este desenvolvidas;

XII – encaminhar minutas de editais para exame e emissão de parecer perante a Procuradoria Federal junto à UFSC;

XIII – auxiliar a equipe naquilo que for necessário para a emissão de respostas aos pedidos de questionamentos, impugnações e recursos advindos dos certames licitatórios, salvo aqueles de ordem técnica;

XIV – atender às solicitações da Pró-Reitoria de Administração, quando solicitado;

XV – acompanhar os trabalhos realizados pela equipe de servidores lotados no Departamento, emitindo avaliações e relatórios necessários, dentro da periodicidade cabível e respeitando os encaminhamentos advindos da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP);

XVI – dar transparência aos certames licitatórios realizados pelo Departamento;

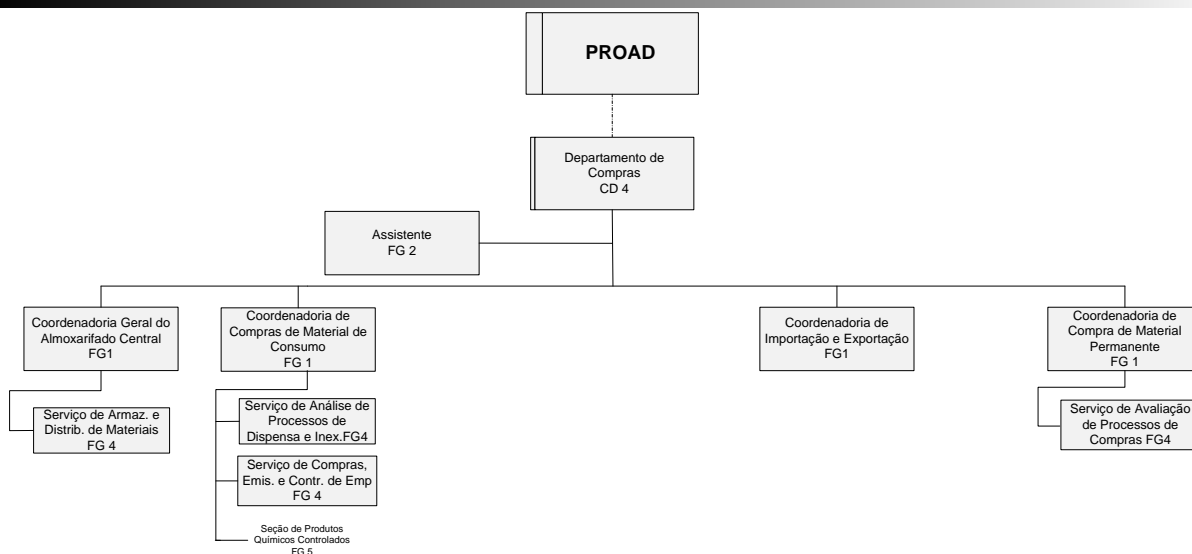
XVII – emitir pareceres que fundamentem o não encaminhamento dos processos recebidos;

XVIII – distribuir as tarefas do Departamento com a equipe de servidores, de forma coerente e que foque uma maior celeridade nas licitações da UFSC;

XIX – analisar todos os pareceres jurídicos emitidos pela Procuradoria Federal junto à UFSC e, quando necessário, ajustar os editais em consonância às diretrizes recomendadas por essa consultoria jurídica;

- XX – assinar todos os editais das licitações da Universidade;
- XXI – participar de reuniões diversas representando o Departamento, sempre que convocada;
- XXII – receber as intimações judiciais pertinentes aos certames licitatórios da UFSC, manifestando-se quando cabível;
- XXIII – assumir a responsabilidade naquilo que for concernente ao papel de Direção quanto aos trabalhos realizados pela equipe de servidores lotados no DPL;
- XXIV – realizar um planejamento de cursos e treinamentos que sejam atrelados às atividades desenvolvidas no DPL, objetivando, assim, qualificar cada vez mais os servidores lotados no Departamento;
- XXV – gerenciar a equipe de servidores no que tange à execução dos trabalhos, aos resultados a serem obtidos e ao cumprimento das funções de cada um dentro do Departamento;
- XXVI – prestar atendimento ao público, quando necessário;
- XXVII – gerenciar os trabalhos pertinentes ao cadastramento de fornecedores, por meio do SICAF;
- XXVIII – gerenciar os trabalhos e atribuições naquilo que concerne à catalogação de materiais e serviços;
- XXIX – emitir e assinar portarias e declarações, atribuindo carga horária aos docentes participantes das equipes de apoio no que tange ao trabalho na fase externa dos procedimentos licitatórios.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração –Departamento de Compras



À Direção do Departamento de Compras (DCOM) compete:

- I – planejar, coordenar e acompanhar os processos licitatórios de compras de material de consumo e permanente;
- II – estabelecer cronograma para a realização de licitações de material de consumo e permanente;

III – analisar e autorizar processos de compra por dispensa ou ilegitimidade de licitação de material de consumo e permanente;

IV – analisar e autorizar os processos de adesão (carona) de material de consumo e permanente;

V – instruir, analisar e autorizar os processos de troca de marca de material de consumo e permanente;

VI – assinar atas de registro de preços de material de consumo e permanente;

VII – ordenar despesas referentes à aquisição de material de consumo e permanente;

VIII – indicar equipe de apoio para abertura de processos administrativos referentes a processos de aquisição de material de consumo e permanente

IX – negociar com fornecedores;

X – tomar decisões e prover resoluções a problemas;

XI – coordenar e dirigir a equipe do Departamento;

XII – recepcionar e atender os diretores de outras unidades;

XIII – subsidiar a Administração e as unidades de ensino com informações concernentes aos processos de compra;

XIV – oferecer suporte e assessoria à equipe do Departamento;

À Coordenadoria Geral do Almoxarifado Central compete:

I – planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas ao recebimento, conferência, guarda e distribuição dos materiais de consumo da Universidade;

II – assessorar a diretoria do Departamento de Compras em assuntos de sua área;

III – instruir processos para auxiliar a Administração em suas decisões;

IV – desenvolver estudos objetivando o aprimoramento dos serviços da área;

V – propor políticas e diretrizes relativas a estoques e programação de aquisição e o fornecimento de material de consumo;

VI – acompanhar a execução automatizada do Sistema de Material no que diz respeito à atualização de documentos pertinentes;

VII – divulgar as informações orçamentárias relativas a material de consumo aos usuários do Sistema de Material;

VIII – elaborar o cronograma e executar a entrega dos materiais de consumo requisitados pelas unidades;

IX – estabelecer as necessidades de aquisição de material de consumo para fins de reposição de estoque, bem como solicitar sua aquisição;

X – verificar no estoque físico a existência de material de consumo em desuso, propondo à Administração Superior a criação de comissão para estudar a destinação desse material;

XI – elaborar balancete mensal da movimentação de material de consumo.

À Coordenadoria de Compras de Material de Consumo compete:

I – assessorar a Direção no planejamento dos processos concernentes à aquisição de material de consumo;

II – analisar, sistematizar, coordenar, acompanhar e dar apoio administrativo aos processos de aquisição de material de consumo, inclusive dos campi;

III – relacionar-se com fornecedores, servidores e clientes internos e externos, em prol dos objetivos da instituição e à luz das normativas vigentes (internas e externas);

IV – orientar os requerentes quanto aos procedimentos para aquisição de material de consumo;

V – atender e orientar fornecedores;

VI – coordenar o trabalho das chefias vinculadas diretamente à Coordenadoria;

VII – emitir solicitação de nota de empenho, quando necessário;

VIII – analisar e emitir pareceres para solicitações de adesão às atas de registro de preços de outros órgãos federais, referentes a material de consumo;

IX – fornecer informações relativas a empenho, para instrução de processos administrativos relativos a aquisições de material de consumo;

X – executar tarefas inerentes à área e outras que venham a ser atribuídas pela Direção ou por autoridade competente.

À Coordenadoria de Compras e de Material Permanente compete:

I – assessorar a Direção no planejamento dos processos concernentes à aquisição de material permanente;

II – analisar, sistematizar, coordenar, acompanhar e dar apoio administrativo aos processos de aquisição de material permanente, inclusive dos campi;

III – relacionar-se com fornecedores, servidores e clientes internos e externos, em prol dos objetivos da instituição e à luz das normativas vigentes (internas e externas);

IV – orientar os requerentes quanto aos procedimentos para aquisição de material permanente;

V – atender e orientar fornecedores;

VI – coordenar o trabalho das chefias vinculadas diretamente à Coordenadoria;

VII – emitir empenhos, quando necessário;

VIII – analisar e emitir pareceres para solicitações de adesão às atas de registro de preços de outros órgãos federais, referentes a material permanente;

IX – fornecer informações relativas a empenho, para instrução de processos administrativos relativos a aquisições de material permanente;

X – executar tarefas inerentes à área e outras que venham a ser atribuídas pela Direção ou por autoridade competente.

À Coordenadoria de Importação e Exportação (CIE) compete:

I – atender e orientar todos os campi da UFSC e suas unidades quanto à abertura de processos de importação e exportação relativos a compras, doações e outras atividades previstas em lei;

II – subsidiar a Administração e unidades acadêmicas da UFSC com informações concernentes ao processo de compra no mercado externo, por dispensa ou ilegitimidade de licitação de material de consumo e permanente;

III – examinar e classificar os pedidos de importação com isenção de impostos, de acordo com a legislação vigente;

IV – efetuar exportação temporária de bens para conserto, reparo, restauração ou outra finalidade prevista na legislação;

V – instruir processos para auxiliar a Administração em suas decisões;

VI – manter contato com fornecedores nacionais e internacionais;

VII – manter contato com órgãos governamentais, bancos e outros agentes envolvidos;

VIII – promover e participar de licitações internacionais e quaisquer outras licitações diretamente relacionadas à Coordenadoria;

IX – acompanhar e fiscalizar as atuações dos prestadores de serviços contratados pela UFSC para as atividades finalísticas da Coordenadoria, como despachantes aduaneiros e agentes de carga;

X – acompanhar as licenças de importação, quando estas não forem dispensadas;

XI – emitir, registrar e acompanhar documentos cambiais relacionados ao pagamento de materiais (adquiridos por importação direta) a fornecedores estrangeiros;

XII – acompanhar a evolução da legislação relativa ao comércio exterior e compras no setor público;

XIII – autorizar o credenciamento dos prestadores de serviço responsáveis pelos desembaraços alfandegários;

XIV – elaborar relatórios com dados sobre os processos de importação e exportação, sempre que solicitados pela Administração;

XV – acessar sistemas eletrônicos, de bancos e órgão anuentes, para inserir e coletar dados e documentos, bem como informações diversas necessárias à correta condução dos processos de importação e exportação;

XVI – analisar e orientar as unidades da UFSC quanto aos processos de capacitação no exterior, publicações internacionais, aquisição de softwares e periódicos e demais processos que envolvam o pagamento a fornecedores no exterior, especificamente no que tange às remessas financeiras para outros países;

XVII – emitir, registrar e acompanhar documentos cambiais, relacionados ao pagamento a fornecedores estrangeiros, referentes aos processos de capacitação no exterior, publicações internacionais, aquisição de softwares e periódicos e demais processos que envolvam o pagamento a fornecedores no exterior;

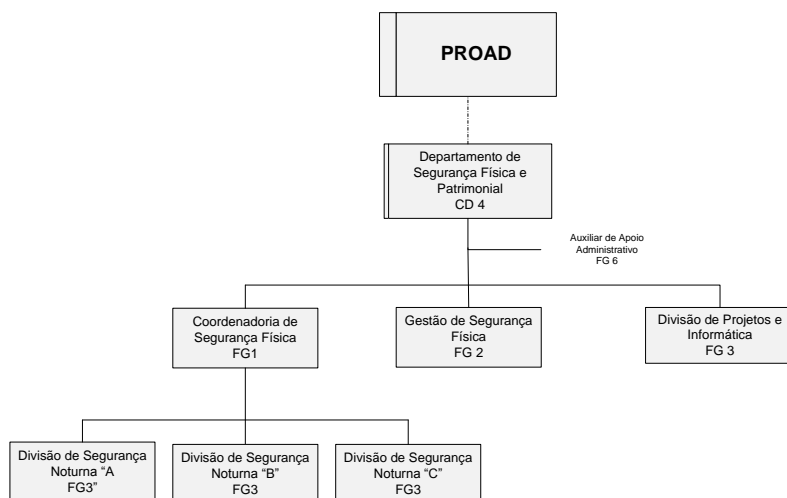
XVIII – emitir solicitações de empenhos e pagamentos;

XIX – desenvolver e atualizar o site da Coordenadoria;

XX – coordenar e dirigir a equipe;

XXI – desempenhar outras funções relacionadas ao desenvolvimento das atividades da CIE e outras que venham a ser atribuídas pela Direção do Departamento ou por autoridade competente.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Segurança Física e Patrimonial

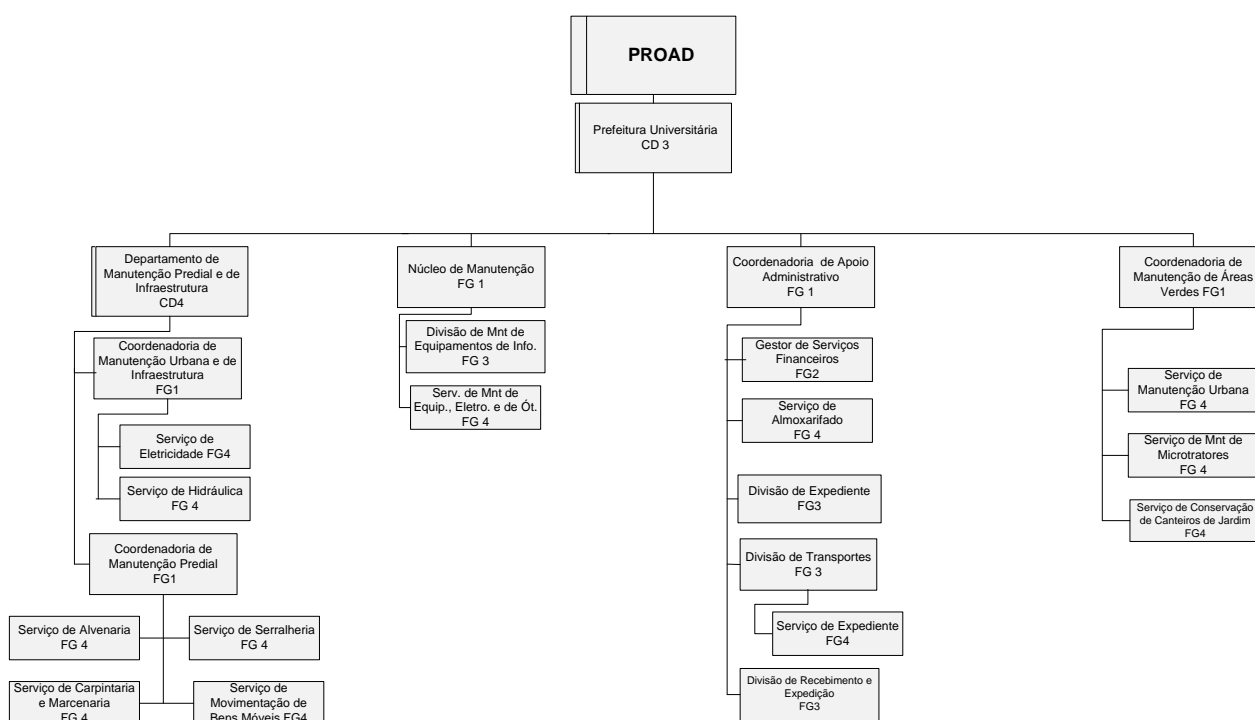


Ao Departamento de Segurança Física e Patrimonial (DESEG) compete promover e manter a segurança de usuários, instalações e equipamentos, considerando um conjunto de medidas e atividades empregadas por meio de planejamento prévio e constante fiscalização, com a finalidade de dotar a UFSC do nível de segurança necessário para o desenvolvimento de suas atividades e administração, ensino, pesquisa e extensão.

Ao diretor do Departamento de Segurança Física e Patrimonial compete exercer a função de gestor máximo do sistema de segurança institucional da UFSC, tendo como atribuições planejar, analisar, avaliar, implantar, acompanhar, afastar e determinar toda e qualquer medida de cunho administrativo e diretivo na execução da política de segurança, plano e programa de segurança da UFSC.

À Coordenadoria de Segurança Física compete a gestão da política de segurança tecnológica e comunicação. Planejar, organizar, gerenciar e controlar o sistema de comunicação de rádio e a central de monitoramento de imagens, controlar e gerir câmeras e sistema de filmagens de ocorrências, tratar e resolver diretamente todas as pendências com os equipamentos de sua área. Acompanhar as novas tecnologias da área de segurança relacionadas ao vídeo-som e demais características. Comandar e administrar equipe específica de controladores de monitoramento, apoiar as demais chefias nas suas respectivas áreas no tocante a tecnologia e comunicação.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração- Prefeitura Universitária -PU



À Prefeitura Universitária (PU) compete:

I – coordenar e executar as atividades ligadas à manutenção e conservação do patrimônio da Universidade;

II – coordenar e executar a manutenção de bens, com o objetivo de atender todas as áreas da Universidade;

III – executar e/ou administrar pequenos serviços de engenharia, bem como encarregar-se de reformas das instalações pertencentes à Universidade ou por ela administradas;

IV – implantar, conservar e manter áreas verdes e jardins, bem como produzir mudas para o paisagismo do campus universitário;

V – executar outras atividades inerentes à área.

Ao prefeito compete:

I – coordenar a manutenção e conservação do patrimônio da UFSC;

- II – coordenar e executar a manutenção de bens;
- III – implantar, conservar e manter as áreas verdes e jardins, bem como produzir mudas para o paisagismo do campus universitário;
- IV – atender aos diretores, bem como a pessoas de instituições que se relacionem com a Prefeitura Universitária;
- V – despachar com os chefes de divisão;
- VI – elencar por prioridade as atividades da Prefeitura Universitária;
- VII – coordenar e despachar com os chefes de serviços administrativos;
- VIII – convocar reuniões e orientar seus subordinados quanto às metas a serem perseguidas pela UFSC;
- IX – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Ao Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura (DMPI) compete:

- I – executar e/ou administrar pequenos serviços de engenharia, bem como encarregar-se de reformas das instalações pertencentes à UFSC ou por ela administradas;
- II – analisar o estado de conservação das edificações;
- III – planejar e estabelecer procedimentos para a manutenção urbana, das edificações e de infraestrutura da UFSC, seguindo as orientações da COPLAN/DPAE;
- IV – elaborar plano de manutenção para a UFSC;
- V – gerenciar e executar as atividades de manutenção e conservação predial, urbana e de infraestrutura, compreendendo instalações hidrossanitárias, elétricas, pintura, carpintaria, vidraçaria, alvenaria, cobertura, esquadrias, condicionadores de ar, elevadores, entre outros;
- VI – gerenciar as ações de manutenção urbana, estabelecendo procedimentos e plano de manutenção urbana;
- VII – gerenciar e divulgar as ações de desligamentos planejados de energia e água;
- VIII – gerenciar as ações de manutenção das redes elétricas dos campi da UFSC (média e baixa tensão);

Compete à Coordenadoria de Manutenção Urbana e de Infraestrutura:

À Coordenadoria de Manutenção Urbana e de Infraestrutura compete planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas prediais e das subestações da UFSC, das instalações hidráulicas, atenta às recomendações da Coordenadoria de Planejamento do DPAE, bem como realizar a manutenção das calçadas, dos estacionamento e dos sistemas de escoamento pluvial (tubulações e canais).

Compete à Coordenadoria de Manutenção Predial:

À Coordenadoria de Manutenção Predial compete planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos prédios e instalações, bem como realizar a manutenção de bens pertencentes à UFSC.

À Coordenadoria de Apoio Administrativo compete:

- I – elaborar expedientes solicitados pelo prefeito;
- II – assessorar o prefeito nas reuniões;
- III – assessorar o prefeito nas incursões pelo campus universitário;
- IV – atender solicitações e pessoas quando o prefeito estiver em reuniões ou despachando com os chefes de divisão;
- V – despachar com os chefes de divisão quando do impedimento do prefeito;

- VI – orientar a secretária quanto aos procedimentos e cumprimento de suas funções;
- VII – substituir o prefeito na sua ausência.

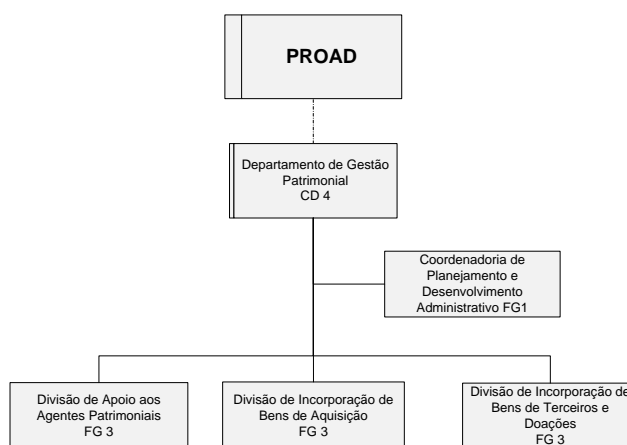
Compete à Coordenadoria de Manutenção de Áreas Verdes:

À Coordenadoria de Manutenção de Áreas Verdes compete planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os serviços de manutenção e implantação paisagística, coleta de lixo excedente ao recolhido pela COMCAP, reparar calçadas, meios-fios, bocas de lobo, caixas de inspeção e calçamento, bem como outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Ao Núcleo de Manutenção compete:

- I – planejar e coordenar serviços de manutenção;
- II – controlar a entrada e saída de máquinas, equipamentos e acessórios;
- III – receber as ordens de serviços e priorizá-las;
- IV – receber máquinas, equipamentos e acessórios e verificar o estado e as condições de uso, bem como a possibilidade de atendimento;
- V – efetuar serviços de manutenção em máquinas, equipamentos e acessórios;
- VI – treinar e prestar assistência técnica;
- VII – especificar máquinas, equipamentos, acessórios e materiais;
- VIII – planejar e executar manutenção preventiva e corretiva em equipamentos;
- IX – emitir laudos e pareceres técnicos;

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Gestão Patrimonial



Ao Departamento de Gestão Patrimonial (DGP) compete:

- I – coordenar as atividades relacionadas às divisões de sua estrutura;
- II – desenvolver estudos objetivando o aprimoramento e a racionalização da gestão patrimonial;

III – manter atualizado o acervo normativo, informando novas normas ou alterações nas já existentes relativas à gestão de bens públicos;

IV – planejar, promover, coordenar e controlar as atividades relacionadas a inventário patrimonial;

V – propor a implantação, atualização e adequação de normas internas e procedimentos administrativos inerentes à gestão patrimonial;

VI – definir e implantar, de modo padronizado, o conjunto de princípios e procedimentos destinados à gestão patrimonial;

VII – promover e intermediar diálogos visando consolidar melhores práticas para conservação e uso racional de bens públicos permanentes;

VIII – permitir a identificação de prejuízos ao erário decorrentes de danos causados ao patrimônio mobiliário, promovendo ações para a recuperação dos recursos investidos, conforme a legislação;

IX – coordenar e supervisionar os serviços de recebimento, conferência, guarda e distribuição de bens permanentes no âmbito da Universidade;

X – efetuar a identificação patrimonial dos bens móveis de natureza permanente;

XI – gerenciar a documentação relativa à gestão patrimonial mobiliária na UFSC;

XII – controlar a responsabilidade dos bens móveis, por meio de documentação apropriada, objetivando a progressiva migração dos controles físicos para os digitais;

XIII – definir, implantar, consolidar, disseminar as informações e supervisionar a instrução de processos de baixa de bens móveis;

XIV – propor a abertura de processos de baixa patrimonial, sob suas diferentes modalidades, acompanhando a instrução e a execução processual;

XV – realizar outras atividades relacionadas à área patrimonial que venham a ser institucionalizadas e cuja competência seja do Departamento.

À Direção do Departamento de Gestão Patrimonial (DGP) compete:

I – gerenciar rotinas, processos, procedimentos e atividades desenvolvidas pelo departamento;

II – representar o Departamento perante a comunidade universitária, os órgãos superiores de administração e as entidades de controle externo, nos casos de sua competência funcional;

III – decidir as estratégias, diretrizes e políticas do Departamento, em consonância com os objetivos da instituição;

IV – tomar decisões a nível estratégico, avaliando suas implicações internas e externas;

V – delegar atividades permitidas na regulamentação vigente;

VI – atuar política e administrativamente, identificando oportunidades para a melhoria do Departamento e da gestão patrimonial na UFSC;

VII – avaliar as rotinas internas das divisões do Departamento;

VIII – decidir assuntos em que haja conflito de atribuições;

IX – planejar, organizar, selecionar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar as atividades de estágio na Direção do Departamento;

X – promover o levantamento físico dos bens que estejam em sua unidade, considerando também os bens de uso comum do Departamento;

XI – gerenciar equipes em nível departamental;

XII – exercer outras atividades inerentes em nível estratégico.

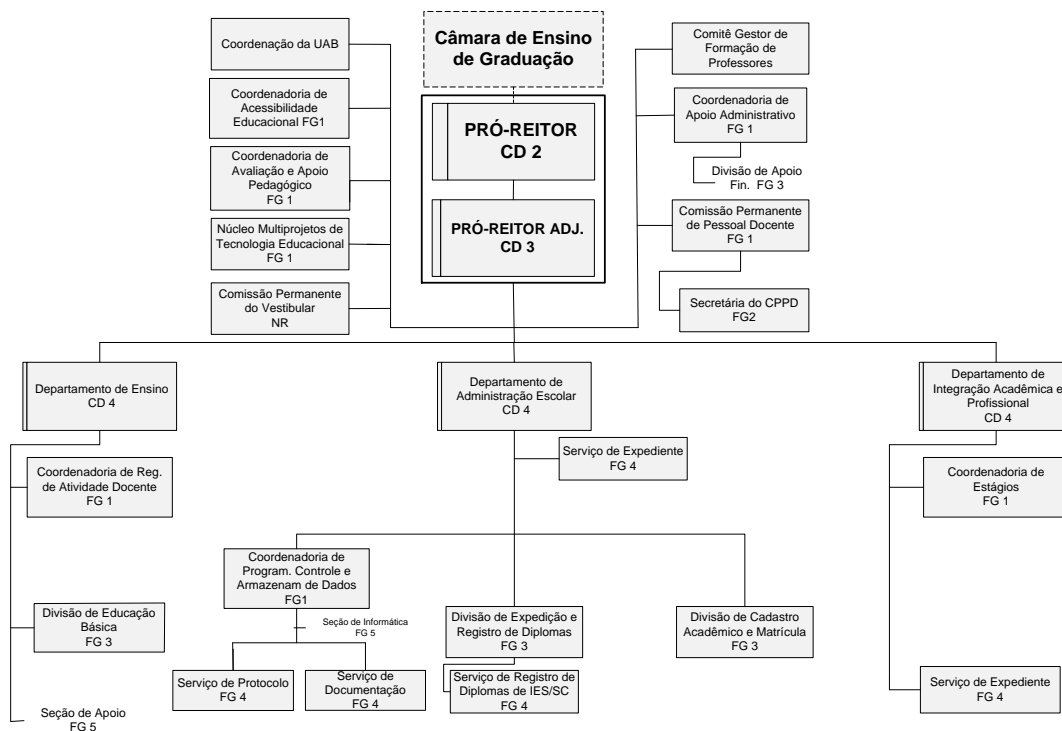
À Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Administrativo compete:

I – coordenar atividades, rotinas, procedimentos e processos relacionados às divisões do Departamento;

- II – acompanhar, supervisionar e desenvolver processos do Departamento;
- III – promover o planejamento, treinamento, acompanhamento e coordenação de atividades de estágio no Departamento, em conjunto às divisões;
- IV – deliberar com a Direção do Departamento sobre assuntos de interesse das divisões;
- V – desenvolver em conjunto às áreas interessadas, aprovar, estabelecer, atualizar e extinguir modelos documentais, com foco em racionalização de procedimentos e documentação digital;
- VI – planejar as atividades anuais do Departamento;
- VII – propor manuais internos e papéis de orientação quanto às atividades do Departamento;
- VIII – propor programas temporários e permanentes, supervisionar sua implantação e acompanhar a sua efetividade;
- IX – deliberar sobre estratégias, diretrizes e políticas departamentais, em conjunto à Direção do Departamento;
- X – estabelecer medidas de avaliação e análise de desempenho departamental;
- XI – desenvolver projetos de melhoria de atividades, rotinas, processos e procedimentos de competência da Coordenadoria;
- XII – planejar, organizar, selecionar, coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar as atividades de estágio na Coordenadoria;
- XIII – promover o levantamento físico dos bens que estejam em sua unidade, considerando também os bens de uso comum do Departamento;
- XIV – exercer atividades de expedição da Coordenadoria;
- XV – gerenciar equipes em nível de coordenação;
- XVI – exercer outras atividades inerentes à Coordenadoria.

Pró-Reitoria de Graduação

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD



Quadro 8 – Pró-Reitoria de Graduação

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Julian Borba CD-2 PORTARIA Nº 322/2014/GR Designação em 24/02/ 2014	Pró-Reitor de Graduação Cargo: Professor Associado	Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD
Roselane Fátima Campos CD-2 PORTARIA Nº 320/2014/GR Dispensa em 21/02/2014 PORTARIA N.º 695/2012/GR Designação em 14/05/2012	Pró-Reitor de Graduação Cargo: Professora Adjunta	Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD
Rogério Luiz de Souza CD-3 PORTARIA N.º 696/2012/GR 14/05/2012 Designação em 14/05/2012	Pró-Reitor Adjunto de Graduação Cargo: Professor Associado	Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD
Denise Pereira Leme CD-4 PORTARIA Nº370/2013/GR Designação em 18/03/2013	Diretora do Departamento de integração acadêmica e Profissional Cargo: Professora Adjunta	Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD
Tereza Cristina Rozone de Souza CD-4 PORTARIA Nº 1233/2014/GR Designação em 28/07/ 2014	Diretora do Departamento de Ensino Cargo: Professora Associada	Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD
Adir Valdemar Garcia PORTARIA Nº 1232/2014/GR Dispensa em 28/07/2014 PORTARIA N.º 757/2012/GR Designação em 17/05/2012	Diretor do Departamento de Ensino Cargo: Professor Adjunto	Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD
Luiz Carlos Podestá CD-4 PORTARIA Nº 461 /GR/2008 Designação em 12/05/2008	Diretor do Departamento de Administração Escolar Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais	Pró-Reitoria de Graduação	PROGRAD

Fonte: GR/UFSC

Da Pró-Reitoria de Graduação

Compete à Pró-Reitoria de Graduação:

I – coordenar as ações inerentes à política de ensino de graduação, de ensino médio, fundamental e pré-escolar definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

II – promover intercâmbio com outras entidades nacionais, visando ao desenvolvimento do ensino de graduação e da educação básica;

- III – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
- IV – coordenar o desenvolvimento das atividades de ensino, bem como do sistema de matrícula e de estágios curriculares na área de graduação;
- V – emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação;
- VI – supervisionar a elaboração de processos de reconhecimento de cursos de graduação;
- VII – supervisionar a avaliação e atualização de currículos e programas realizados pelos departamentos de ensino, bem como o aproveitamento acadêmico;
- VIII – lançar editais de fomento relacionados à sua área de atuação;
- IX – propor instrumentos para elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos cursos de graduação e de educação básica;
- X – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Graduação;
- XI – propor à Câmara de Ensino de Graduação diretrizes de avaliação dos cursos de graduação;
- XII – supervisionar os trabalhos da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), da Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE), da Coordenação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Comitê Gestor de Formação de Professores, do Programa das Ações Afirmativas e da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional;
- XIII – coordenar os programas propostos pelo Ministério da Educação (MEC) dirigidos à educação básica, tais como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Pró-Docência, Gestar, Programa Incluir, Pró-Letramento e outros programas federais;
- XIV – coordenar a gestão acadêmica do Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em todos os *campi* da UFSC;
- XV – acompanhar a elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, em conjunto com a Câmara de Ensino de Graduação;
- XVI – representar a UFSC e a Região Sul no Fórum das Licenciaturas, no Fórum de Pró-Reitores da Graduação das Universidades Públicas junto à Associação Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e no Fórum Estadual de Formação de Professores do Ensino Básico;
- XVII – proceder à supervisão geral do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
- XVIII – elaborar relatório sobre a realização do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
- XIX – desenvolver e manter atualizado o sistema de informações das atividades docentes;
- XX – analisar e controlar a adequação do Planejamento e Acompanhamento das Atividades Docentes (PAAD) à legislação e à política da Universidade;
- XXI – estimular a capacitação dos docentes em nível de pós-graduação;
- XXII – emitir parecer sobre as demandas docentes;
- XXIII – desenvolver e coordenar o Sistema Integrado de Espaço Físico da UFSC (SIEF);
- XXIV – administrar o Espaço Físico Integrado (EFI);
- XXV – elaborar o calendário escolar dos cursos de graduação, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário;
- XXVI – elaborar o catálogo informativo dos cursos de graduação, bem como outros materiais relacionados à sua área de competência;
- XXVII – organizar um sistema informatizado de legislação e de normas da área de ensino;

XXVIII – revisar periodicamente as normas de área de ensino, com vistas à sua atualização e adequação à legislação federal;

XXIX – propor normas destinadas a regulamentar procedimentos acadêmicos no âmbito da Universidade;

XXX – coordenar e acompanhar as atividades de seus diretores e coordenadores;

XXXI – gerenciar os seus recursos financeiros;

XXXII – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

XXXIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Compete à Coordenadoria de Apoio Administrativo:

I – recepcionar e atender pessoas junto à Pró-Reitoria;

II – auxiliar na elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico da Pró-Reitoria;

III – auxiliar o pró-reitor e o pró-reitor adjunto na elaboração de sua agenda;

IV – instruir os processos submetidos à consideração do pró-reitor;

V – executar os serviços complementares de administração de pessoal, de material e de finanças do órgão;

VI – transmitir as decisões do pró-reitor;

VII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete ao Departamento de Ensino (DEN):

I – propor ações voltadas à melhoria permanente da qualidade do ensino de graduação e do ensino básico;

II – implementar e desenvolver políticas e programas referentes às atividades de ensino em conjunto com as outras pró-reitorias;

III – orientar a elaboração do projeto pedagógico da Universidade no que se refere ao ensino de graduação, promovendo a sua implementação, avaliação e realimentação;

IV – oferecer orientação sobre a aplicação de normas na área de ensino;

V – analisar as propostas curriculares dos cursos de graduação;

VI – acompanhar a estruturação e o funcionamento dos núcleos docentes estruturantes de cada curso;

VII – acompanhar e analisar quantitativamente e qualitativamente o resultado das avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);

VIII – acompanhar, analisar e propor ações em relação à parte pedagógica dos relatórios de avaliação do E-MEC;

IX – emitir pareceres preliminares sobre propostas de projetos pedagógicos de criação de novos cursos;

X – supervisionar a área pedagógica de todos os *campi* da UFSC;

XI – participar da elaboração e alteração de legislação pertinente ao ensino de graduação e ensino básico;

XII – participar e contribuir na execução das ações relativas à política de graduação e de educação básica e zelar pelo cumprimento das normas pertinentes;

XIII – analisar e acompanhar, no sistema de Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes (PAAD), os planos individuais e coletivos de trabalho dos docentes vinculados à graduação e à educação básica;

XIV – assessorar os gestores acadêmicos, as comissões e os grupos de trabalho em procedimentos administrativos de ensino e no desenvolvimento de programas e projetos de ensino voltados aos cursos de graduação e educação básica;

XV – gerenciar a ocupação de vagas docentes do banco de professor-equivalente do ensino superior, do Colégio de Aplicação (CA) e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI);

XVI – analisar os processos de abertura de processos seletivos simplificados e de solicitação de contratação de professores substitutos;

XVII – elaborar portarias de estágio probatório dos docentes de ensino superior, do CA e do NDI da UFSC;

XVIII – analisar os pedidos de contratação e/ou renovação de professores substitutos para o ensino superior, para o CA e para o NDI da UFSC;

XIX – analisar e gerenciar os pedidos de alteração de lotação dos docentes de ensino superior;

XX – analisar e gerenciar os pedidos de redistribuição de professores do ensino superior e da educação básica;

XXI – elaborar portarias para alteração de regime de trabalho dos docentes de ensino superior

XXII – analisar os processos de abertura de concursos públicos e de provimento de professores efetivos;

XXIII – gerenciar, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), os concursos públicos para docentes efetivos e substitutos para ensino superior e para ensino básico.

Compete ao Departamento de Administração Escolar:

I – coordenar as atividades relacionadas à matrícula dos alunos regulares e especiais no ensino de graduação;

II – apoiar as atividades relacionadas à matrícula dos alunos ingressantes;

III – coordenar e acompanhar a programação dos horários de aulas, a distribuição de vagas e a alocação de espaço físico;

IV – processar as alterações curriculares dos cursos de graduação aprovadas pela Câmara de Ensino de Graduação;

V – publicar editais de vagas disponíveis para o ingresso de alunos por transferência e retorno;

VI – verificar a disponibilidade de vagas para ingresso de alunos participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G);

VII – promover o registro e controle acadêmico dos alunos de graduação;

VIII – elaborar e expedir documentos relativos à vida acadêmica;

IX – elaborar a proposta de Calendário Escolar a ser submetida pela Pró-Reitoria ao Conselho Universitário para apreciação;

X – dar assessoria externa direta às faculdades e institutos não universitários do Estado de Santa Catarina sobre a administração escolar e instruir processos que recebe na condição de instituição delegada pelo MEC para registros de diplomas de graduação e pós-graduação;

XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete ao Departamento de Integração Acadêmica e Profissional:

I – coordenar as atividades de estágio junto aos órgãos internos e externos à UFSC;

II – zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;

III – manter cadastro dos campos de estágios;

IV – coordenar as atividades na área de estágio, a formalização e execução dos termos de convênio e de compromisso, a captação, divulgação e distribuição de vagas com recursos da UFSC, o gerenciamento dos recursos e a emissão de certificados;

V – apoiar as coordenadorias de estágios na obtenção e divulgação de oportunidades de estágios e programas de ensino cooperativo;

VI – auxiliar na elaboração e atualização dos regimentos de estágios dos cursos, nas propostas de alteração do Regulamento de Estágios da UFSC antes da submissão e aprovação da Câmara de Ensino de Graduação e do Conselho Universitário;

VII – gerenciar os programas de egressos e o Programa de Educação Tutorial (PET) da UFSC;

VIII – presidir a Comissão do Programa Institucional de Bolsa de Estágio, para a distribuição das bolsas de estágio da UFSC nos campos de estágio da instituição;

IX – representar a UFSC junto à seguradora contratada;

X – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Compete à Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico:

I – coordenar, propor e implementar ações de apoio e orientação pedagógica junto aos cursos de graduação em integração com diversos setores da UFSC;

II – organizar e coordenar atividades de apoio e orientação pedagógica a todos os estudantes de graduação da UFSC em diferentes áreas;

III – coordenar as atividades de apoio e orientação pedagógica nos *campi*;

IV – coordenar as atividades do Programa de Monitoria da UFSC;

V – coordenar, juntamente com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), as ações de apoio e orientação pedagógica dos estudantes que recebem bolsa estudantil;

VI – coordenar a aplicação das atividades relacionadas à avaliação da Graduação juntamente com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como as ações corretivas dela resultantes;

VII – colaborar com as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas por outras pró-reitorias;

VIII – acompanhar os índices de reprovação e evasão dos cursos de graduação para implementação de ações relacionadas à permanência dos estudantes;

IX – compor comissões e grupos de estudos de caráter institucional;

X – coordenar o Programa de Formação Continuada (PROFOR);

XI – coordenar e organizar, juntamente com outros setores, a recepção e integração dos novos estudantes de graduação;

XII – participar das atividades de validação de renda para os estudantes juntamente com a PRAE;

Compete à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD):

Prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo na instituição de ensino para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito:

I – ao dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;

II – à contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;

III – à alteração do regime de trabalho docente;

IV – à avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;

V – à solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado;

VI – à liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

As demais atribuições da CPPD e sua forma de funcionamento serão objeto de regulamentação pelo colegiado superior ou dirigente máximo das instituições de ensino, conforme o caso.

Compete à Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE):

I – desenvolver e executar a política institucional de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência da UFSC;

II – promover condições igualitárias de acesso ao conhecimento por parte de estudantes com deficiência;

III – acompanhar a trajetória acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação com deficiência, atendendo ao princípio da preservação dos seus direitos mediante a equiparação de oportunidades para que possam manifestar seu potencial nos aspectos de autonomia pessoal e desempenho acadêmico.

IV – promover ações de acessibilidade junto à comunidade universitária, propondo cursos e eventos para a formação continuada dos servidores técnico-administrativos e docentes na área da educação especial, direitos humanos, tecnologias assistivas, entre outras.

V – acompanhar e assessorar o trabalho realizado no âmbito da educação especial no CA e no NDI, a fim de que seja realizado de acordo com a política de acessibilidade educacional da UFSC, considerando a legislação e a política nacionais.

Compete ao Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional (NUTE):

I – abrigar projetos que desenvolvam materiais educacionais digitais, com comprovada relevância social, expressa por meio de suas justificativas;

II – apoiar o desenvolvimento de materiais educacionais digitais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão oriundos de instâncias da UFSC;

III – disseminar os materiais educacionais digitais produzidos pelo Núcleo;

VI – desenvolver materiais educacionais digitais para os seguintes programas institucionais da UFSC:

a) Apoio Pedagógico;

b) Programa de Formação Docente (PROFOR);

c) Formação dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação;

V – promover o desenvolvimento e a produção técnico-científica na área de tecnologia educacional voltados ao letramento digital;

VI – oportunizar encontros, debates, seminários, fóruns e grupos de estudo para discutir questões relativas à tecnologia educacional na UFSC.

São atribuições da Coordenadoria de Registro de Atividades Docente:

I - Analisar e controlar a adequação do Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes (PAAD).

II - Emitir pareceres sobre a demanda de docentes.

III - Elaborar portarias de Estágio Probatório dos docentes de ensino superior, do Colégio de Aplicação e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC.

IV - Analisar os pedidos de contratação e/ou renovação de professores substitutos para o ensino superior, Colégio de Aplicação e para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC.

V - Analisar os pedidos de abertura de concurso público para docentes efetivos e controle da ocupação de vagas do REUNI e de docentes do quadro de equivalentes de ensino superior.

VI - Emitir pareceres a respeito da abertura de concursos públicos e contratação de professores efetivos e substitutos.

VII - Atualizar o controle de docentes de ensino superior, onde constam todos os que se encontram na ativa e um controle de saída por ano, através do qual o DEN faz o controle de ocupação das vagas.

VIII - Atualizar os dados referentes aos docentes quanto ao regime, titulação e classe de magistério.

IX - Analisar e gerenciar os pedidos de redistribuição de professores.

X - Analisar e gerenciar os pedidos de alteração de lotação dos docentes de ensino superior.

XI - Cadastrar os professores voluntários da UFSC.

XII - Elaborar portarias de alteração de Regime de Trabalho dos docentes de ensino superior.

XIII - Atender aos Diretores de Centro, Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso e professores com relação às resoluções de graduação e educação básica.

XIV - Realizar cadastro para atribuição de senha de acesso aos responsáveis pela elaboração do PAAD nos Departamentos de Ensino da UFSC.

XV - Informar a diferentes órgãos, quando solicitado, sobre os dados referentes ao corpo docente da UFSC.

XVI - Ler o Diário Oficial para verificar informações relativas aos docentes da UFSC, reconhecimento de cursos, trocas de cargos, etc.

XVII - Elaborar relatórios de gestão e para órgãos de controle.

São atribuições da Coordenadoria de Programa, Controle e Armazenamento de dados:

I - Atender ao Público (Alunos, ex-alunos, Professores, outras IES, comunidade em geral);

II - Elaborar Proposta do Calendário Escolar para posterior apreciação pelo Conselho Universitário, contendo a programação de Cadastro de Turmas, Transferências e Retornos, relatórios diversos, processos de formandos, histórico escolar, cadastro de alunos, matrículas, início e fim do período letivo, etc.;

III - Prestar informações de processos diversos;

IV - Responder a consultas formuladas pelos diversos setores da Sociedade, através de Ofícios e Memorandos, e-mail, etc;

V - Coletar e alimentar dados estatísticos junto ao NPD, para informações ao público em geral, Coordenadorias de Cursos, Departamentos de Ensino, Censo/MEC, Ping-IFES, Relatórios de Gestão, Etc.

VI - Coordenar e Orientar os Setores vinculados a Coordenadoria.

São atribuições da Coordenadoria de Estágios:

I - Propor ao Diretor do DIP políticas e diretrizes de estágio;

II - Aplicar as políticas de estágio da Universidade definidas pelo CUn;

III - Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;

IV - Coordenar as atividades de estágio junto aos órgãos internos e externos à Universidade;

V - Propor ao Diretor do DIP alteração na Resolução Normativa que regulamenta os estágios curriculares dos alunos dos cursos de graduação da UFSC, sempre que necessário;

VI - Intermediar as ações necessárias à formalização de convênios com unidades concedentes de campos de estágio e com agentes de integração;

VII - Analisar e acompanhar os convênios nacionais e internacionais de estágio;

VIII - Formar processos dos convênios no SPA;

Lançar os dados dos convênios no sistema de Controle de Termo de Convênios de Estágio – Lotus Notes;

IX - Cadastrar no SIARE (sistema informatizado de estágios da universidade) as unidades concedentes de campos de estágio e os estágios fora do Brasil;

X - Gerenciar, atualizar e dar manutenção ao Sistema Informatizado para Acompanhamento e Registro de Estágios – SIARE, com o apoio da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnológica da Informação e Comunicação (SETIC);

XI - Manter cadastro dos campos de estágios;

XII - Apoiar as Coordenadorias de Estágios na obtenção e divulgação de oportunidades de estágios e na resolução de situações específicas;

XIII - Articular com os órgãos competentes da universidade a contratação de seguro contra acidentes pessoais para alunos em estágio obrigatório;

XIV - Encaminhar mensalmente a Relação dos Alunos Segurados Contra Acidentes Pessoais para a seguradora;

XV - Conferir e encaminhar mensalmente a fatura referente ao pagamento da seguradora ao DCF;

XVI - Emitir certificados de estágios para atividades em que a universidade é a unidade concedente de estágio;

XVII - Responder pelas atividades relacionadas ao DIP nos casos de impedimento ou afastamento do Diretor;

XVIII - Representar a universidade, na impossibilidade do Diretor, em eventos relativos a estágio;

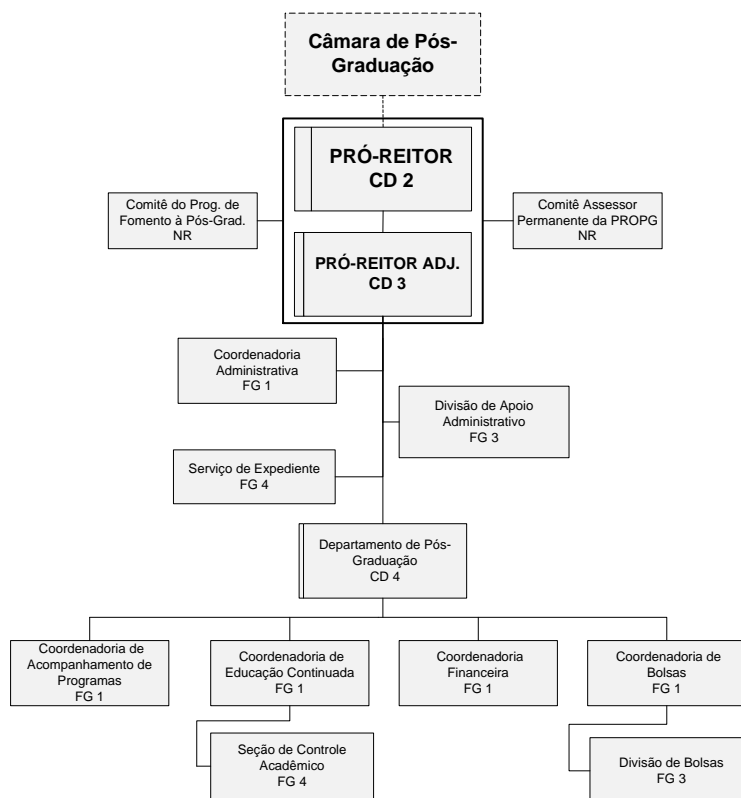
XIX - Elaborar juntamente com o Diretor do DIP, relatório anual de atividades de estágio.

XX - Exercer outras funções que vierem a ser delegadas pelo Diretor do DIP;

XXI - Atender e orientar ao público em geral.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PROPG



Quadro 9 – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Joana Maria Pedro CD-2 PORTARIA N.º 675/2012/GR Designação em 14/05/2012	Pró-Reitora de Pós-Graduação Cargo: Professora Titular	Pró- Reitoria de Pós- Graduação	PROPG
Juarez Vieira do Nascimento CD-3 PORTARIA N.º 677/2012/GR Designação em 14/05/2012	Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação Cargo: Professor Associado	Pró- Reitoria de Pós- Graduação	PROPG
Marcos Moisés Pompílio CD-4 PORTARIA N.º 923/2012/GR Designação em 12/06/2012	Diretor do Departamento de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação Cargo: Assistente em Administração	Pró- Reitoria de Pós- Graduação	PROPG

Fonte: GR/UFSC

Compete ao pró-reitor de Pós-Graduação:

I – Coordenar a formulação e a implementação de políticas para a pós-graduação e as atividades dos órgãos executores associados;

II – fazer cumprir a legislação da pós-graduação junto à Câmara de Pós-Graduação, aos programas de pós-graduação stricto sensu, aos cursos de pós-graduação lato sensu, aos centros, aos departamentos e aos órgãos suplementares;

III – assessorar os gestores acadêmicos, comissões e grupos de trabalho em procedimentos administrativos e no desenvolvimento de programas e projetos dos cursos de pós-graduação;

IV – coordenar o desenvolvimento dos programas de pós-graduação stricto sensu e das ações de educação continuada;

V – coordenar os programas de bolsas acadêmicas e a mobilidade estudantil, no âmbito da pós-graduação;

VI – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

VII – coordenar ações que promovam a internacionalização da pós-graduação;

VIII – gerenciar as atividades de planejamento acadêmico, as informações e os dados relativos à pós-graduação, bem como expedir documentos diversos;

IX – propor instrumentos para a elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos programas de pós-graduação stricto sensu e das ações de educação continuada;

X – autorizar e coordenar a abertura de processo seletivo para contratação de professores visitantes;

XI – presidir as reuniões da Câmara de Pós-Graduação e dos Comitês de Gestão de Recursos;

XII – representar a Pró-Reitoria no Conselho Universitário;

XIII – representar a UFSC no Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação;

XIV – representar a UFSC perante a CAPES nas relações atinentes ao PROAP e a outros convênios;

XV – atuar em conjunto com outras pró-reitorias ou secretarias e ao Gabinete da Reitora para a solução de problemas e o encaminhamento de ações;

XVI – acompanhar as atividades desenvolvidas no Departamento de Pós-Graduação, analisando e dando encaminhamento às ações;

XVII – aprovar a liberação de diárias e passagens no Sistema SCDP;

XVIII – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área de atuação;

XIX – contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC na área da pós-graduação;

XX – coordenar a elaboração do relatório anual de gestão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação;

XXI – coordenar outras atividades inerentes à área ou que lhe venham a ser delegadas por autoridade competente;

Compete ao pró-reitor adjunto:

I – substituir o pró-reitor em suas faltas e impedimentos;

II – assessorar o pró-reitor na formulação e na implementação de políticas para a pós-graduação e nas atividades dos órgãos executores associados;

III – instruir processos que são submetidos à consideração do pró-reitor;

IV – fazer cumprir a legislação da pós-graduação junto a Câmara de Pós-Graduação, programas de pós-graduação stricto sensu, cursos de pós-graduação lato sensu, centros, departamentos e órgãos suplementares;

V – assessorar os gestores acadêmicos, comissões e grupos de trabalho em procedimentos administrativos e no desenvolvimento de programas e projetos dos cursos de pós-graduação;

VI – supervisionar o desenvolvimento dos programas de pós-graduação e das ações de educação continuada;

VII – coordenar os programas de bolsas acadêmicas e a mobilidade estudantil, no âmbito da pós-graduação;

VIII – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

IX – registrar e gerenciar as atividades de planejamento acadêmico, as informações e os dados relativos à pós-graduação, bem como expedir documentos diversos;

X – propor instrumentos para a elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos programas de pós-graduação stricto sensu e das ações de educação continuada;

XI – presidir as reuniões da Câmara de Pós-Graduação, dos Comitês de Gestão de Recursos e representar a Pró-Reitoria no Conselho Universitário, nas faltas e impedimentos do pró-reitor;

XII – atuar em conjunto com outras pró-reitorias ou secretarias e ao Gabinete da Reitoria para a solução de problemas e o encaminhamento de ações;

XIII – acompanhar as atividades desenvolvidas no Departamento de Pós-Graduação, analisando e dando encaminhamento às ações;

XIV – aprovar a liberação de diárias e passagens no Sistema SCDP;

XV – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área de atuação;

XVI – contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC na área da pós-graduação;

XVII – assessorar a elaboração do relatório anual de atividades de pós-graduação da UFSC;

XVIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor e/ou pelo pró-reitor.

Compete ao diretor do Departamento de Pós-Graduação:

- I – substituir o pró-reitor e seu adjunto em suas faltas e impedimentos;
- II – coordenar ações para busca de recursos em projetos institucionais, tais como Pró-Equipamentos, PNPD e PROCAD;
- III – supervisionar e acompanhar a aplicação dos recursos PROAP/CAPES pelos programas (controle do orçamento dos programas, elaboração de relatórios e prestação de contas dos recursos);
- IV – supervisionar a gestão dos recursos do orçamento da UFSC (controle da aplicação dos recursos dos duodécimos);
- V – supervisionar e aprovar a liberação de diárias e passagens no Sistema SCDP;
- VI – supervisionar a gestão dos pedidos de compras e serviços (encaminhamento dos pedidos de compras de material de consumo e material permanente, elaboração dos processos para dispensa ou para licitação, pedidos de passagens, diárias e despesas de estadia, pedidos de serviços de terceiros advindos dos programas);
- VII – supervisionar e aprovar a emissão de passagens para membros de bancas examinadoras de doutorado;
- VIII – supervisionar a implementação, a suspensão e o cancelamento de bolsas de mestrado e doutorado das quotas dos programas;
- IX – supervisionar a implementação, a suspensão e o cancelamento de bolsas Pós-Doc REUNI;
- X – supervisionar as solicitações e acompanhar a implementação de bolsas PDSE no exterior;
- XI – supervisionar a produção de dados financeiros da pós-graduação para atender às auditorias internas e externas;
- XII – supervisionar as atividades das coordenadorias da PROPG;
- XIII – assessorar o Comitê de Planejamento e Gerência dos Recursos PROAP/CAPES;
- XIV – elaborar o relatório anual de atividades do Departamento de Pós-Graduação;
- XV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor e/ou pelo pró-reitor.

Compete ao coordenador de Acompanhamento de Programas:

Compete ao coordenador de Acompanhamento de Programas:

- I – executar o controle dos regimentos, áreas de concentração, matrizes curriculares, normas de credenciamento e credenciamento/recredenciamento dos docentes dos programas de pós-graduação;
- II – apoiar a coleta de dados e a elaboração dos relatórios para avaliação pela CAPES (gestão da contratação de bolsistas de apoio; treinamento de bolsistas e servidores; suporte durante o processo de preenchimento);
- III – aperfeiçoar o sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação (CAPG), elaborar e manter atualizados os manuais e dar suporte para sua utilização;
- IV – providenciar dados acadêmicos da pós-graduação stricto sensu para atender às auditorias internas e externas;
- V – elaborar o relatório anual de atividades da Coordenadoria de Acompanhamento de Programas;
- VI – elaborar parecer técnico para subsidiar a análise dos processos de reconhecimento interno de diplomas de mestre e doutor emitidos por instituições brasileiras, obtidos por servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC;
- VII – analisar e registrar as ações de cooperação internacional (registro dos acordos de cooperação internacional e sistematização de dados, análise e registro dos convênios de cotutela);

VIII – elaborar parecer técnico nos projetos de criação de programas de pós-graduação (auxílio aos programas na criação de novos cursos e de cursos conveniados; análise dos projetos e seu encaminhamento à Câmara de Pós-Graduação e à CAPES para apreciação) para subsidiar a decisão da Câmara de Pós-Graduação;

IX – assistir os professores e os servidores técnico-administrativos envolvidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu*;

X – elaborar e ministrar treinamentos periódicos para capacitação e atualização dos servidores técnico-administrativos e docentes envolvidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu*;

XI – elaborar pareceres técnicos dos processos de criação ou alteração de regimentos, matrizes curriculares, áreas de concentração, normas de credenciamento e credenciamento/recredenciamento dos docentes dos programas de pós-graduação;

XII – assessorar a Presidência da Câmara de Pós-Graduação nos assuntos pertinentes à pós-graduação *stricto sensu*;

XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Compete ao coordenador de Educação Continuada:

I – acompanhar e assessorar a criação e o andamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização, aperfeiçoamento e estudos de aprofundamento) na UFSC (inclusão e acompanhamento dos dados dos cursos de especialização no CAPG, controle da carga horária dos docentes);

II – elaborar parecer técnico para os projetos de criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* para subsidiar a decisão da Câmara de Pós-Graduação;

III – analisar e emitir parecer dos relatórios finais para viabilizar a emissão de certificados de cursos de pós-graduação *lato sensu* e encaminhamento ao Departamento de Administração Escolar para registro;

IV – analisar processos de emissão de segunda via de certificados de cursos de pós-graduação *lato sensu* não inseridos no CAPG;

V – elaborar o relatório anual de atividades da Coordenadoria de Educação Continuada;

VI – elaborar e acompanhar a implementação do Plano Institucional de Capacitação Docente a partir dos Planos Departamentais de Capacitação Docente;

VII – executar a produção de dados da pós-graduação *lato sensu* para atendimento das demandas das auditorias internas e externas;

VIII – elaborar parecer técnico nos processos de reconhecimento interno de certificados de cursos de pós-graduação *lato sensu* obtidos por servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC;

IX – supervisionar as atividades da Seção de Controle Acadêmico;

X – assistir os professores e os servidores técnico-administrativos envolvidos nos cursos de especialização;

XI – assessorar a Presidência da Câmara de Pós-Graduação nos assuntos pertinentes à pós-graduação *lato sensu*.

Compete ao coordenador administrativo:

I – assessorar os pró-reitores nos assuntos pertinentes da pós-graduação;

II – gerenciar as agendas dos pró-reitores;

III – atuar como interveniente nas relações internas dos setores da PROPG;

IV – atuar como interveniente nas relações externas com outras instituições de ensino superior e agências de fomento em assuntos diretamente ligados ao pró-reitor e ao pró-reitor adjunto;

V – encaminhar e instruir processos a pedido dos pró-reitores e do diretor de Pós-Graduação;

VI – divulgar as decisões dos pró-reitores no âmbito da PROPG e aos demais interessados da comunidade universitária;

VII – supervisionar e acompanhar os processos de reconhecimento de diplomas de mestre e doutor emitidos por instituições estrangeiras;

VIII – elaborar o relatório anual da Coordenadoria Administrativa;

IX – supervisionar as atividades da Divisão de Apoio Administrativo;

X – assessorar e superintender as reuniões da Câmara de Pós-Graduação;

XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Compete ao coordenador financeiro:

I – assessorar a elaboração de projetos institucionais de captação de recursos, tais como Pró-Equipamentos, PNPd e PROCAD);

II – executar o controle de aplicação dos recursos PROAP/CAPES pelos programas (controle do orçamento dos programas, elaboração de relatórios e prestação de contas dos recursos);

III – executar o controle da gestão dos recursos do orçamento da UFSC (controle da aplicação dos recursos dos duodécimos);

IV – realizar ações de capacitação de secretários e coordenadores para utilização de sistemas operacionais (SCDP, MATL, SOLAR, entre outros) e demais processos rotineiros, bem como elaborar e manter atualizados os manuais de utilização;

V – assessorar os coordenadores e secretários dos programas nas solicitações de diárias e passagens no Sistema SCDP, bem como de alimentação e hospedagem;

VI – coordenar os pedidos de compras e serviços dos programas de pós-graduação (encaminhamento dos pedidos de compras de material de consumo e material permanente, elaboração dos processos para dispensa ou para licitação, pedidos de passagens, diárias e despesas de estadia, pedidos de serviços de terceiros advindos dos programas);

VII – elaborar processos de licitações, dispensas e inexigibilidade para compras e serviços de terceiros;

VIII – assessorar na emissão de passagens para membros de bancas examinadoras de doutorado;

IX – executar a produção de dados financeiros da pós-graduação para atender às auditorias internas e externas;

X – acompanhar a execução dos auxílios concedidos pelos programas de pós-graduação e pelo Comitê de Planejamento e Gerência dos Recursos PROAP/CAPES;

XI – elaborar o relatório anual de atividades da Coordenadoria Financeira;

XII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Compete ao coordenador de Bolsas:

I – coordenar a gestão dos programas institucionais de bolsas de pós-doutorado (PNPD/CAPES) e bolsas de mestrado/doutorado (CAPES, CNPq, FAPESC, PEC/PG e MCT/Moçambique/CNPq);

II – implementar, suspender e cancelar as bolsas DS/CAPES referentes às quotas dos programas e da PROPG;

III – implementar, suspender e cancelar as bolsas CAPES REUNI referentes às quotas dos programas;

IV – implementar, suspender e cancelar as bolsas de pós-doutorado CAPES REUNI, bem como elaborar a folha de pagamento e respectiva prestação de contas;

V – apreciar a documentação necessária para implementação de bolsas PDSE no exterior, para posterior homologação da PROPG;

VI – manter e atualizar os bancos de dados e arquivos referentes às bolsas DS/CAPES;

VII – assistir os estudantes, os professores e os servidores técnico-administrativos vinculados aos programas de pós-graduação;

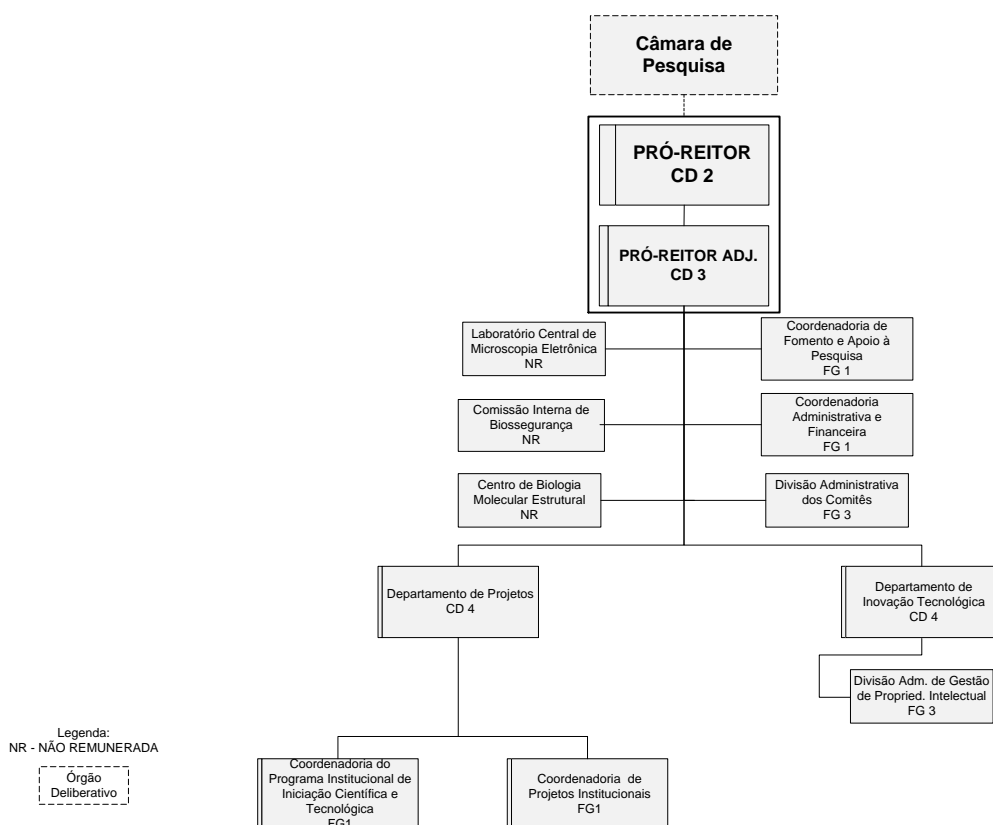
VIII – elaborar o relatório anual de atividades da Coordenadoria de Bolsas;

IX – supervisionar as atividades da Divisão de Bolsas;

X – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Pró-reitoria de Pesquisa

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ



Quadro 10 – Pró-Reitoria de Pesquisa

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Jamil Assereuy Filho	Pró-Reitor de Pesquisa	Pró- Reitoria de Pesquisa	PROPESQ
CD-2	Cargo: Professor Associado		
PORTARIA N.º 691/2012/GR Designação em 14/05/2012			
Heliete Nunes	Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa	Pró- Reitoria de Pesquisa	PROPESQ
CD-3	Cargo: Assistente em Administração		
PORTARIA N.º 692/2012/GR Designação em 14/05/2012			

Elias Machado Gonçalves CD-4 PORTARIA N.º 824/2012/GR Designação em 15/05/2012	Diretor do Departamento de Projetos Cargo: Professor Adjunto	Pró-Reitoria de Pesquisa	PROPESQ
Rozangela Curi Pedrosa CD-4 PORTARIA N.º 992/A/GR/2009 Designação em 01/08/2009	Diretor do Departamento de Inovação Tecnológica Cargo: Professor Associado	Pró-Reitoria de Pesquisa	PROPESQ

Fonte: GR/UFSC

Da Pró-Reitoria de Pesquisa

Compete ao pró-reitor de pesquisa:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação de pesquisa na Câmara de Pesquisa, nas unidades, nos departamentos e nos órgãos suplementares;

II – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pesquisa;

III – promover e apoiar as políticas institucionais relacionadas às atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação;

IV – coordenar a execução das ações inerentes à política de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação da Universidade, definidas pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

V – emitir pareceres, portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades de sua área de atuação;

VI – promover e apoiar atividades de fomento e apoio à pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação;

VII – incentivar o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação através de programas específicos ou da administração de programas externos;

VIII – propor e gerir o intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento da pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação;

IX – estimular, autorizar e supervisionar a execução de projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;

X – promover, coordenar e aperfeiçoar programas que fomentem pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico e inovação institucionais na Universidade;

XI – coordenar ou delegar a coordenação de projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovações institucionais;

XII – coordenar ações para a busca de recursos em projetos institucionais de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação, inclusive no que tange a fundos setoriais, à renúncia fiscal e a demandas ministeriais;

XIII – promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico e inovações individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;

XIV – planejar, coordenar e avaliar os planos de atividades da área de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação;

XV – contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC na área da pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação;

XVI – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

XVII – assinar contratos e termos de outorga referentes a projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação;

XVIII – participar de órgãos colegiados, comissões e comitês internos ou externos referentes ao fomento científico e tecnológico;

XIX – estimular, autorizar e supervisionar a execução de projetos de administração de ciências e de transferência de tecnologia, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;

XX – exercer e fazer cumprir as disposições das resoluções da UFSC relativas à propriedade intelectual;

XXI – propor, aprovar e apoiar políticas públicas no âmbito do Departamento de Inovação Tecnológica referentes às atividades artísticas, científicas e tecnológicas desenvolvidas e/ou criadas no âmbito da UFSC;

XXII – acompanhar as negociações e emitir pareceres com relação a licenciamento ou realização de acordos, convênios ou contratos com terceiros, visando à exploração das tecnologias geradas na UFSC;

XXIII – emitir pareceres sobre a celebração de contratos e/ou convênios de pesquisa e desenvolvimento, no que se refere às cláusulas de propriedade intelectual, sigilo e confidencialidade no âmbito da UFSC, sempre que a instituição estiver direta ou indiretamente envolvida;

XXIV – junto aos entes e órgãos nacionais e internacionais competentes, elaborar pedidos relacionados à propriedade intelectual e acompanhar a sua tramitação, se necessário com apoio profissional especializado;

XXV – aprovar e apoiar as iniciativas do Comitê de Inovação da UFSC;

XXVI – acompanhar e avaliar os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq), de Iniciação à Pesquisa Institucional (BIPI/UFSC) e demais afeitos à sua área de atuação, inclusive designando os respectivos comitês de seleção;

XXVII – acompanhar a gestão de programas de Iniciação Científica Júnior, Iniciação Científica Ensino Médio e demais programas correlatos existentes ou a serem criados, na sua área de atuação;

XXVIII – acompanhar a coleta, a organização e a publicação dos dados da produção científica e técnica dos pesquisadores da UFSC;

XXIX – acompanhar a organização do sistema de registro, informação e divulgação de projetos de pesquisa da UFSC;

XXX – apoiar as ações do DIT de assessoramento aos docentes e pesquisadores da UFSC junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (IBAMA/CGEN/CNPq), no encaminhamento de pedidos de autorização vinculados às atividades de pesquisa;

XXXI – representar a Universidade nas reuniões dos representantes institucionais de iniciação científica no CNPq;

XXXII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Compete ao pró-reitor adjunto de pesquisa:

I – substituir o pró-reitor em todas as suas funções institucionais em caso de faltas e impedimentos;

II – assessorar o pró-reitor nas políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa e demais atividades da Pró-Reitoria;

III – instruir processos que são submetidos à consideração do pró-reitor;

- IV – supervisionar as atividades de administração de pessoal e financeira;
- V – supervisionar e coordenar as atividades dos fóruns de pesquisa, quando realizados na UFSC;
- VI – aprovar as liberações de diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);
- VII – aprovar projetos de pesquisa dos setores vinculados à PROPESQ;
- VIII – coordenar e supervisionar as atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e do Seminário de Iniciação Científica e auxiliar nas atividades da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX), em conjunto com as demais unidades da UFSC;
- IX – supervisionar o processo de compras do FUNPESQUISA;
- X – coordenar a elaboração de catálogos, folders e outras publicações com informações sobre a pesquisa;
- XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Compete à Coordenação de Apoio Administrativo e Financeiro:

- I – encarregar-se da recepção e atendimento de pessoal junto à PROPESQ e auxiliar o pró-reitor e o pró-reitor adjunto na elaboração de suas agendas;
- II – secretariar e apoiar as atividades relativas à Câmara de Pesquisa;
- III – executar os serviços complementares de administração de pessoal do órgão;
- IV – executar rotinas administrativas da PROPESQ;
- V – liberar diárias e passagens no SCDP e encaminhar o relatório de prestação e contas;
- VI – prover suporte logístico à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ao Seminário de Iniciação Científica e à SEPEX;
- VIII – transmitir as decisões do pró-reitor no âmbito da PROPESQ;
- IX – executar e acompanhar o processo de compras do FUNPESQUISA e de projetos institucionais de responsabilidade da PROPESQ;
- X – executar os serviços complementares de administração material e financeira do órgão;
- XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Compete ao diretor do Departamento de Projetos:

- I – substituir o pró-reitor e seu adjunto em suas faltas e impedimentos;
- II – coordenar projetos de pesquisa institucionais;
- III – promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa, no que diz respeito à sua execução e divulgação;
- IV – coordenar ações para a busca de recursos para projetos institucionais, tais como fundos setoriais, demandas ministeriais e renúncia fiscal;
- V – promover, coordenar e aperfeiçoar programas que fomentem pesquisas institucionais na Universidade;
- VI – participar do Comitê das Incubadoras;
- VII – supervisionar o Diretório de Grupos de Pesquisa e o sistema de informações sobre assuntos relacionados à pesquisa;
- VIII – supervisionar os laboratórios multiusuários vinculados à PROPESQ;
- IX – promover e apoiar atividades de fomento e apoio à pesquisa;
- X – supervisionar, acompanhar e avaliar os sistemas de concessão de bolsas sob a responsabilidade da PROPESQ;
- XI – supervisionar e acompanhar todos os programas relativos a premiações nas atividades de pesquisa e demais programas correlatos;

XII – apoiar e promover o desenvolvimento de pesquisas individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;

XIII – supervisionar a coleta, organização e publicação dos dados da produção científica e técnica dos servidores da UFSC;

XIV – supervisionar e coordenar as atividades com os comitês internos de seleção e avaliação dos programas de pesquisa;

XV – supervisionar a organização do sistema de registro, informação e divulgação de projetos de pesquisa da UFSC;

XVI – coordenar as atividades relacionadas com o Seminário de Iniciação Científica;

XVII – coordenar as atividades relacionadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIICT);

XVIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Compete ao diretor do Departamento de Inovação Tecnológica:

I – exercer e fazer cumprir as disposições das resoluções da UFSC relativas a propriedade intelectual, inovação, empreendedorismo e incubação de empresas;

II – propor, coordenar e executar políticas públicas no âmbito do Departamento de Inovação Tecnológica referentes às atividades artísticas, científicas e tecnológicas desenvolvidas e/ou criadas no âmbito da UFSC;

III – acompanhar as negociações e emitir parecer com relação a direitos autorais, licenciamento, realização de acordo, convênio e contrato com terceiros, visando à exploração das tecnologias geradas na UFSC, observando as normas internas da instituição, as leis e atos administrativos que disciplinam a matéria, os contratos e convenções internacionais, bem como o interesse público e institucional;

IV – emitir parecer sobre a celebração de contratos ou convênios de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, no que se refere às cláusulas de propriedade intelectual, de sigilo e de confidencialidade no âmbito da UFSC, sempre que a instituição estiver direta ou indiretamente envolvida;

V – elaborar e acompanhar a tramitação dos pedidos dos criadores, nos termos do art. 3º da Resolução nº 14/CUn/2002, junto às entidades competentes nacionais ou internacionais, referentes à propriedade intelectual, previstas em leis específicas, ou providenciar a contratação de agente especializado em propriedade intelectual;

VI – coordenar as atividades relacionadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI);

VII – esclarecer e orientar pesquisadores, docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e outras pessoas envolvidas na comunidade universitária quanto aos procedimentos, deveres e direitos nos campos de propriedade intelectual, empreendedorismo e incubação;

VIII – manter e treinar pessoal especializado para dar encaminhamento e acompanhar, perante os órgãos competentes, os processos de proteção da propriedade intelectual sob sua responsabilidade;

IX – assessorar os programas de pós-graduação da UFSC no que diz respeito a direitos autorais e à solicitação e defesa de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, qualificações e teses em sigilo;

X – assessorar os pesquisadores da UFSC no processo de encaminhamento de solicitação de autorização de acesso ao patrimônio genético junto ao IBAMA/CGEN e CNPq;

XI – promover eventos institucionais no campo de propriedade intelectual, empreendedorismo e incubação, tais como congressos, simpósios, conferências, workshops e cursos;

- XII – coordenar as atividades referentes à gestão de incubadoras, processos de incubação e start-up associadas à UFSC;
- XIII – participar do Comitê das Incubadoras;
- XIV – representar a UFSC nas instâncias designadas pelo reitor ou pelo pró-reitor de pesquisa;
- XV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

Compete ao coordenador de Fomento e Apoio à Pesquisa:

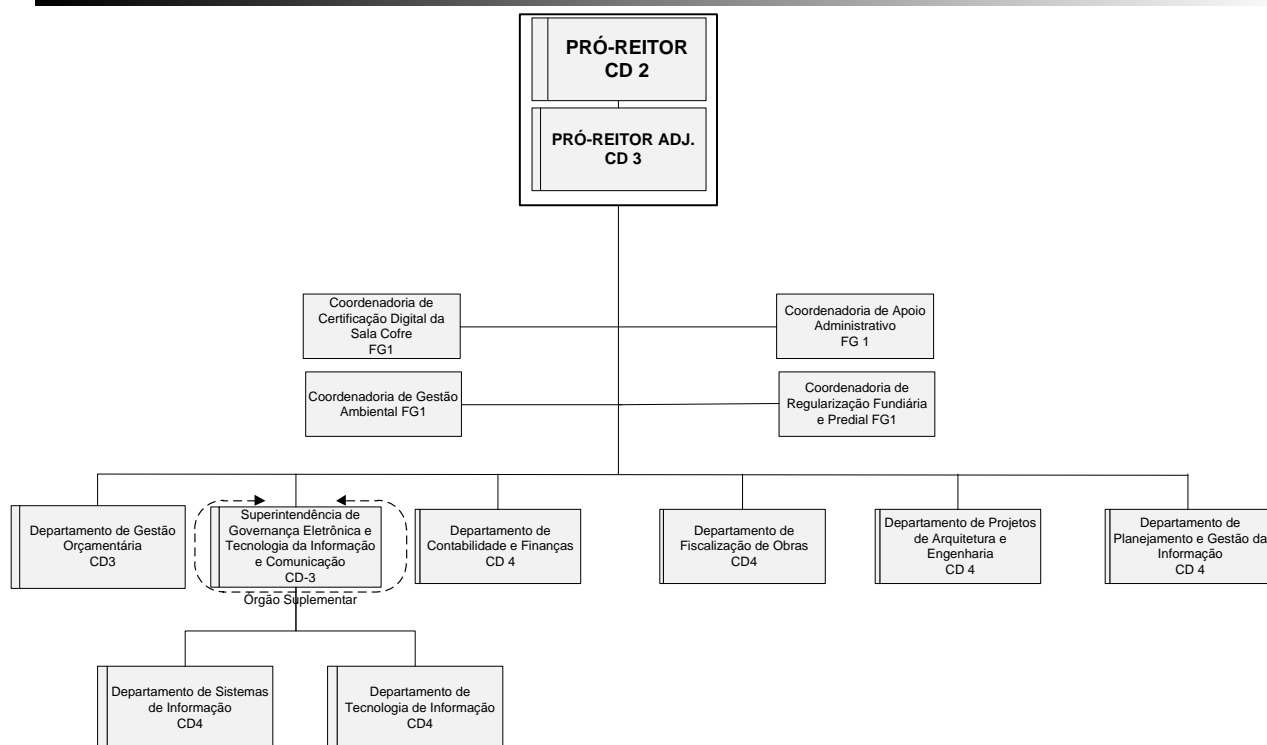
- I – promover e apoiar atividades de fomento e apoio à pesquisa;
- II – supervisionar, acompanhar e avaliar os sistemas de concessão de bolsas sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa;
- III – supervisionar e acompanhar todos os programas relativos à premiações nas atividades de pesquisa e demais programas correlatos;
- IV – apoiar e promover o desenvolvimento de pesquisas individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;
- V – supervisionar a coleta, a organização e a publicação dos dados da produção científica e técnica dos servidores da UFSC;
- VI – supervisionar e coordenar as atividades com os comitês internos de seleção e avaliação dos programas de pesquisa;
- VII – supervisionar a organização do sistema de registro, informação e divulgação de projetos de pesquisa da UFSC;
- VIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

São atribuições da Coordenadoria de Projetos Institucionais:

- I - proporcionar apoio administrativo para as atividades do Comitê Permanente CT-INFRA;
- II - gerenciar e executar todas as atividades administrativas relacionadas com o CT-INFRA;
- III - fiscalizar a tramitação dos processos de elaboração, aprovação e prestação de contas do CT-INFRA;
- IV - organizar arquivo com a memória dos projetos CT-INFRA executados pela UFSC;
- V - acompanhar e analisar os grupos de pesquisa no Diretório Geral de Grupos de Pesquisa da UFSC;
- VI - Proporcionar apoio administrativo para elaboração de políticas para regulamentar projetos institucionais de pesquisa e as atividades dos grupos de pesquisa, laboratórios de pesquisa e redes de pesquisa na UFSC;
- VII - executar outras atividades inerentes às áreas ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior;

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PROPLAN



Quadro 11 – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Antonio Cezar Bornia CD-2 PORTARIA N° 353/2014/GR Designação em 25/02/2014	Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento Cargo: Professor Associado	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Beatriz Augusto de Paiva CD-2 PORTARIA N° 352/2014/GR Dispensa em 25/02/2014 PORTARIA N° 1328/2012/GR Designação em 14/08/2012	Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento Cargo: Professora Associada	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Izabela Raquel CD-3 PORTARIA N.º 670/2012/GR Designação em 14/05/2012	Pró-Reitora Adjunta de Planejamento e Orçamento Cargo: Assistente em Administração	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Otávio Vanderlei Berlanda CD-3 PORTARIA N.º 534/GR/2010 Designação em 07/04/2010	Diretor de Gestão Orçamentária Cargo: Contador	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Edison Tadeu Lopes Melo CD-3	Superintendente de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN

PORTARIA N.º 779/2012/GR Designação em 21/05/2012	Cargo: Analista de Tecnologia da Informação		
Sérgio Roberto Pinto da Luz CD-4 PORTARIA N.º 1560/2012/GR Designação em 04/10/2012	Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação Cargo: Assistente em Administração	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Maria Regina Cellis CD-4 PORTARIA N.º 809/2012/GR Designação em 25/05/2012	Diretora do Departamento de Contabilidade e Finanças Cargo: Contador	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Elias Sebastião de Andrade CD-4 PORTARIA N.º 940/2012/GR Designação em 13/06/2012	Diretor do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia Cargo: Engenheiro-Área	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Rodrigo Bossle Fagundes CD-4 PORTARIA N.º 726/2013/GR Designação em 10/05/ 2013	Diretor do Departamento de Fiscalização de Obras Cargo: Engenheiro-Área	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Roberto Tagliari Hoffman CD-4 PORTARIA N.º 932/2012/GR Designação em 12/06/2012	Diretor do Departamento de Sistemas da Informação Cargo: Analista de Tecnologia da Informação	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN
Carlos Alberto Moresco CD-4 PORTARIA N.º 934/2012/GR Designação em 12/06/2012	Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação Cargo: Analista de Tecnologia da Informação e redes	Pró- Reitoria de Planejamento e Orçamento	PROPLAN

Fonte: GR/UFSC

Da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Compete à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento:

I – desenvolver estudos visando a estabelecer diretrizes, normas de procedimento e métodos aplicáveis às atividades de planejamento e controle, bem como à modernização administrativa, ao desenvolvimento organizacional e ao aprimoramento dos métodos de gestão;

II – coordenar o planejamento institucional, mediante planos globais, programas, projetos e planos diretores;

III – coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos, no seu âmbito de atuação;

IV – coletar, armazenar, analisar e divulgar os dados estatísticos e outras informações de interesse dos processos de planejamento e de avaliação de desempenho da Universidade;

V – avaliar periodicamente os critérios de alocação de recursos e de desempenho gerencial e institucional;

VI – coordenar a elaboração das propostas orçamentárias destinadas à aprovação por parte do Ministério da Educação;

VII – subsidiar, a partir de dados objetivos, as decisões referentes à distribuição de recursos orçamentários;

VIII – gerenciar a execução do orçamento da Universidade;

IX – coordenar as atividades relacionadas ao sistema de administração financeira e contábil da Universidade;

X – assessorar o reitor em matéria orçamentária e financeira;

XI – planejar e gerenciar a organização e a ocupação dos espaços físicos da UFSC;

XII – executar outras atividades inerentes à área do planejamento e gestão orçamentária, exercendo competências próprias ou delegadas pelo reitor.

O pró-reitor de Planejamento e Orçamento possui as seguintes atribuições:

I – coordenar o planejamento e a avaliação institucionais, a prestação de contas anual e o gerenciamento das informações corporativas;

II – coordenar o planejamento da ocupação física, os projetos de Arquitetura e Engenharia e a fiscalização de obras;

III – coordenar a gestão orçamentária, financeira e contábil;

IV – coordenar o desenvolvimento e execução das políticas de governança eletrônica e de Tecnologia da Informação e Comunicação;

V – coordenar as atividades ligadas ao planejamento físico-ambiental;

VI – propor valores e diretrizes institucionais para a excelência da gestão;

VII – incorporar os fundamentos da excelência às ações da instituição, de maneira continuada e em consonância com seu perfil e estratégias;

VIII – gerenciar a autoridade certificadora da UFSC;

IX – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

O pró-reitor adjunto de Planejamento e Orçamento tem as seguintes atribuições:

I – assessorar o pró-reitor de Planejamento e Orçamento, no que tange às suas atribuições;

II – supervisionar as atividades dos departamentos e superintendências vinculados à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento;

III – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Apoio Administrativo:

I – assessorar administrativamente o pró-reitor e o pró-reitor adjunto no âmbito de suas atribuições institucionais;

II – coletar dados e informações, necessários ao desenvolvimento das atividades da PROPLAN;

III – acompanhar o cumprimento de ações, relatórios e tramitação de processos;

IV – elaborar documentos administrativos e instruir processos;

V – gerenciar o orçamento e a execução financeira da PROPLAN;

VI – elaborar e monitorar o inventário patrimonial da PROPLAN;

VII – realizar as atividades complementares de administração de pessoal e manutenção da estrutura física da PROPLAN;

VIII – coordenar tarefas próprias de rotina administrativa inerente à área e outras que venham a ser atribuídas pelo pró-reitor ou por autoridade competente.

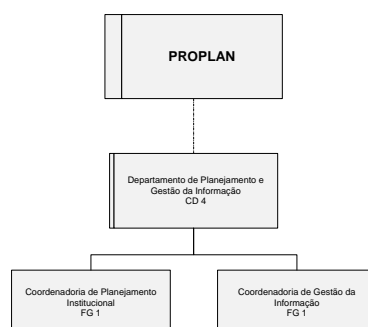
São atribuições da Coordenadoria de Certificação Digital da Sala-Cofre:

- I – emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados digitais;
- II – colocar à disposição dos usuários as listas de certificados revogados e outras informações pertinentes;
- III – autorizar o credenciamento de autoridades certificadoras subordinadas à AC UFSC;
- IV – manter registro de suas operações.

São atribuições da Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial:

- I – Planejar, organizar, dirigir e controlar o levantamento do espaço físico, das áreas urbanizadas e dos terrenos (levantamento planialtimétrico e cadastral) dos campi e demais áreas UFSC;
- II – Planejar, organizar, dirigir e controlar as regularizações fundiárias dos campi e demais áreas da UFSC;
- III – Planejar, organizar, dirigir e controlar as regularizações prediais das edificações dos campi e demais áreas da UFSC;
- IV – Planejar, organizar, dirigir e controlar o sistema de informações, relativo ao espaço físico, as áreas urbanizadas e aos terrenos dos campi e demais áreas da UFSC; disponibilizando as informações à comunidade universitária de acordo com a política de acesso da instituição.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – Departamento de Planejamento e Gestão da Informação



São atribuições gerais do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação:

- I – assessorar o pró-reitor de Planejamento e Orçamento no que tange às suas atribuições;
- II – supervisionar as atividades das suas coordenadorias;
- III – gerir os sistemas de informação associados e propor adequações quando necessário;
- IV – elaborar o Relatório de Gestão;
- V – executar as funções do pesquisador institucional;
- VI – estabelecer diretrizes e propor normas aplicáveis às atividades de planejamento institucional, observando a legislação em vigor;
- VII – coordenar o planejamento institucional, por meio de seus instrumentos de gestão;
- VIII – dimensionar as necessidades de recursos para o desenvolvimento institucional proposto através do planejamento;
- IX – planejar e coordenar, em conjunto com a Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), as atividades de orçamento institucional;
- X – orientar e apoiar as atividades de planejamento e avaliação institucional.
- XI – coletar, sistematizar e gerenciar as informações institucionais;
- XII – executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

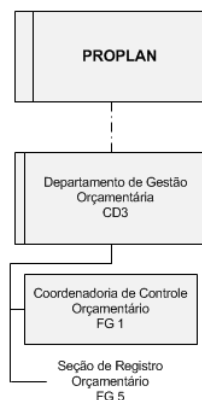
São atribuições da Coordenadoria de Planejamento Institucional:

- I – estabelecer diretrizes e propor normas aplicáveis às atividades de planejamento institucional, observando a legislação em vigor;
- II – coordenar o planejamento institucional, por meio de seus instrumentos de gestão, e acompanhar a execução do plano institucional;
- III – dimensionar as necessidades de recursos para o desenvolvimento institucional expresso através do planejamento;
- IV – planejar e coordenar, em conjunto com a Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), as atividades de orçamento institucional;
- V – orientar e apoiar as atividades de planejamento;
- VI – elaborar o Relatório de Atividades anual da UFSC;
- VII – elaborar indicadores operacionais e de gestão para subsidiar a tomada de decisão;
- VIII – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Gestão da Informação:

- I - Coletar, armazenar, analisar e divulgar dados estatísticos e outras informações de interesse dos processos de desempenho da Universidade;
- II - Suporte e acompanhamento dos organogramas da UFSC;
- III - Fornecer subsídios para as diretrizes de gestão e de desenvolvimento institucional;
- IV - Executar outras atividades relativas à área e que venham a ser delegadas por autoridade competente.

Departamento de Gestão Orçamentária

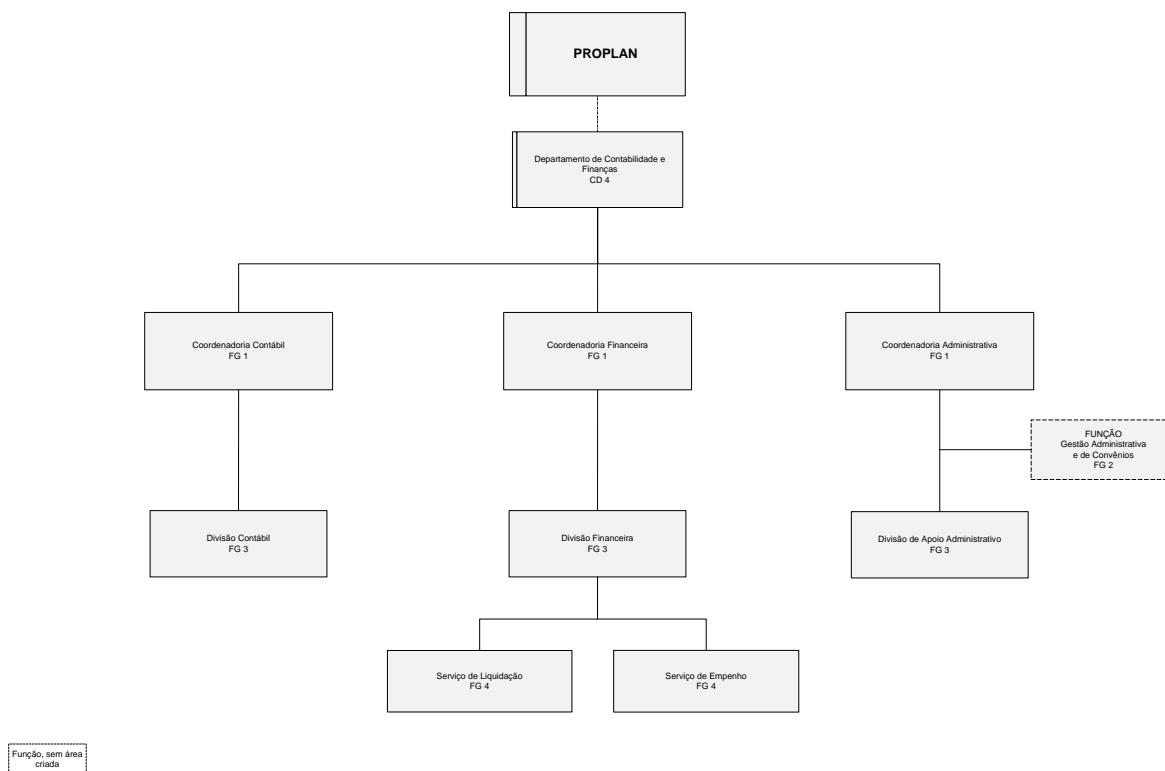


São atribuições gerais do Departamento de Gestão Orçamentária:

- I – assessorar o pró-reitor de Planejamento e Orçamento em todas as matérias referentes à gestão orçamentária;
- II – supervisionar as atividades da Coordenadoria de Controle Orçamentário;
- III – conceber o orçamento institucional, formalizar a proposta orçamentária e acompanhar todas as fases de discussão e aprovação do orçamento da Universidade;
- IV – analisar o comportamento de receitas e despesas, o estabelecimento de limites de gasto, o controle de excessos de arrecadação e as tendências financeiras;
- V – desenvolver estudos econômicos destinados a subsidiar o planejamento das ações da Universidade;
- VI – desenvolver estudos de custos e a proposição de indicadores de gestão de recursos orçamentários;
- VII – executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Controle Orçamentário:

- I – coordenar, controlar e disponibilizar o orçamento às unidades gestoras;
- II – auxiliar na elaboração do orçamento institucional e da proposta orçamentária;
- III – elaborar relatórios de análise do desempenho financeiro das unidades gestoras, dos programas orçamentários e da Universidade;
- IV – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.



São atribuições gerais do Departamento de Contabilidade e Finanças:

- I – assessorar o pró-reitor de Planejamento e Orçamento no que tange às suas atribuições;
- II – supervisionar as atividades das suas coordenadorias;
- III – subsidiar a prestação de contas da UFSC com os balanços orçamentários, financeiros, patrimonial e das variações patrimoniais;
- IV – desenvolver, coordenar e avaliar as atividades de execução financeira e contábil;
- IV – executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria Administrativa:

- I – encarregar-se da Recepção;
- II – atendimento do pessoal junto à Direção;
- III – auxílio no atendimento a fornecedores, via telefone e e-mail;
- IV – executar serviços de expediente inerentes à área administrativa;
- V – controle dos documentos expedidos e recebidos do Departamento;
- VI – auxiliar a Direção na elaboração de sua agenda;
- VII – controle de pedidos e estoque de materiais do Departamento;
- VIII – execução de serviços bancários;
- IX – administração e controle do patrimônio no âmbito do Departamento;
- X – arquivamento e controle dos processos e documentos contábeis e financeiros;
- XI – executar serviços complementares de administração de pessoal e material do Departamento;

XII – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria Contábil:

I – coordenar e executar as atividades relacionadas com o sistema contábil da Universidade;

II – registrar contabilmente os atos e fatos financeiros e patrimoniais (depreciação, amortização e reavaliação dos bens patrimoniais);

III – realizar análise e conciliação contábil;

IV – subsidiar a conformidade contábil e a conformidade de gestão;

V – realizar a prestação de contas de convênios;

VI – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria Financeira:

I – coordenar e executar as atividades relacionadas com o sistema de administração financeira da Universidade;

II – orientar a execução das atividades financeiras;

III – analisar os processos de empenho e digitar os empenhos no SIAFI;

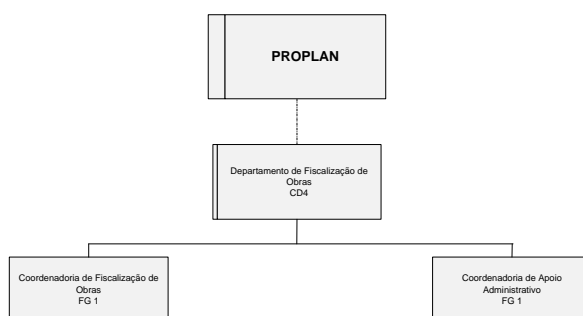
IV – analisar os processos de pagamento e proceder à liquidação das despesas no SIAFI;

V – efetuar o pagamento de todas as despesas da Universidade no SIAFI;

VI – realizar análise e conciliação financeira;

VII – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – Departamento de Fiscalização de Obras



São atribuições do Departamento de Fiscalização de Obras:

- I – supervisionar, direcionar e coordenar os serviços de fiscalização de obras;
- II – superintender as atividades de suas coordenadorias;
- III – assessorar o pró-reitor de Planejamento e Orçamento, no que tange às suas atribuições;
- IV – executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

O Departamento de Fiscalização de Obras é composto pela seguinte estrutura:

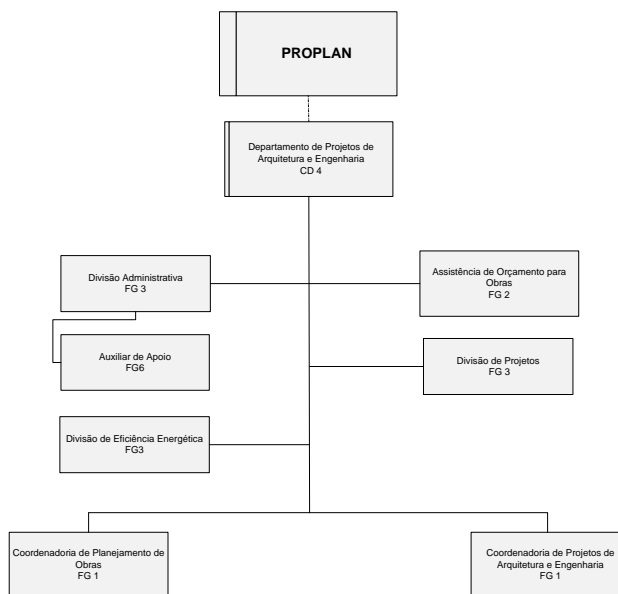
- I – Coordenadoria de Apoio Administrativo;
- II – Coordenadoria de Fiscalização de Obras.

São atribuições da Coordenadoria de Apoio Administrativo:

- I – secretariar as atividades do Departamento de Fiscalização de Obras;
- II – controlar os pagamentos das obras de Engenharia;
- III – controlar o saldo orçamentário da unidade;
- IV – registrar e controlar os processos administrativos;
- V – controlar as atividades auxiliares de pessoal;
- VI – organização e controle de arquivo de documentos administrativos e processos de licitações de obras de Engenharia até o recebimento definitivo do objeto;
- VII – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Fiscalização de Obras:

- I – organizar, coordenar, dirigir, controlar e fiscalizar a execução de obras de Engenharia da UFSC;
- II – orientar e controlar as atividades ligadas às obras de ampliação e melhoramento nas edificações existentes;
- III – controlar e avaliar a qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados pelas empresas contratadas;
- IV – estabelecer um programa de fiscalização para cada obra a ser iniciada na UFSC;
- V – executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.



São atribuições gerais do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE):

- I – gerenciar a elaboração dos projetos de Arquitetura e Engenharia;
- II – executar outras atividades relativas à área e que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Projetos de Arquitetura e Engenharia:

- I – gerenciar a elaboração dos projetos de Arquitetura e Engenharia necessários à implantação dos sistemas de infraestrutura, urbanização, paisagismo e edificações com seus sistemas prediais;
- II – elaborar estudos preliminares de todas as especialidades para projetos de sistemas de infraestrutura, urbanização, paisagismo e edificações;
- III – gerenciar a elaboração dos projetos de reformas;
- IV – fornecer apoio à elaboração de projetos para a captação de recursos extras (órgão de fomento, ministérios, outros órgãos e instituições públicas e privadas);
- V – elaborar e gerenciar o orçamento para execução de obras e serviços de engenharia;
- VI – elaborar termos de referência para contratação de projetos e serviços técnicos de Arquitetura e Engenharia;
- VII – gerenciar a aprovação dos projetos e a obtenção de alvarás para execução de obras nos órgãos competentes;
- VIII – organizar, manter e preservar o arquivo gráfico e digital do DPAE e do Departamento de Fiscalização de Obras (DFO)

São atribuições da Coordenadoria de Planejamento de Obras:

I - Coordenar, desenvolver e revisar, periodicamente, a elaboração dos Planos Diretores Físicos dos campi da UFSC, a serem aprovados nas instâncias pertinentes (CUn), observando as normas, a legislação e a política institucional vigentes;

II - Coordenar, desenvolver e revisar, periodicamente, a elaboração dos Planos Diretores Ambientais, Paisagísticos e Físico-Hospitalar dos campi da UFSC, a serem aprovados nas instâncias pertinentes (CUn), observando as normas, a legislação e a política institucional vigentes;

III - Gerenciar e atualizar, periodicamente, o banco de dados do espaço físico da UFSC.

IV - Estabelecer parâmetros de uso e ocupação do solo, mobilidade, paisagismo, comunicação visual, resíduos, segurança pessoal e patrimonial;

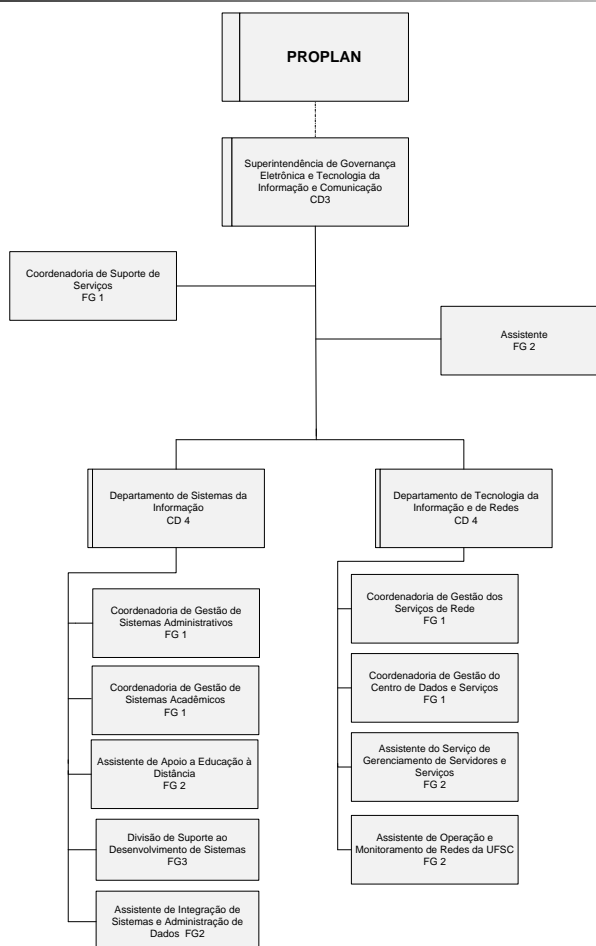
V - Desenvolver termos de referência para projetos, obras e manutenção para disciplinar as intervenções nos espaços públicos e comuns dos campi e demais unidades, em parceria com os demais órgãos da UFSC;

VI - Coordenar e elaborar estudos de viabilidade para as áreas físicas existentes e de expansão da UFSC;

VII - Apreciar e emitir parecer técnico sobre estudos preliminares de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo a serem implantados nos campi e demais unidades da UFSC, nos seus aspectos urbanísticos, de acordo com o estabelecido nos termos de referência;

VIII - Apreciar e emitir parecer técnico sobre as propostas de intervenção no espaço físico dos campi e demais unidades da UFSC, nos seus aspectos urbanísticos, de acordo com o estabelecido nos termos de referência;

IX - Coordenar e elaborar projetos básicos e executivos de urbanismo e paisagismo.



São atribuições gerais da Superintendência de Governança Eletrônica e de Tecnologia da Informação e Comunicação:

- I – promover o uso inovador das tecnologias de informação e comunicação;
- II – definir e especificar soluções de TIC para uso corporativo;
- III – executar consultoria em soluções de TIC para as unidades da UFSC;
- IV – planejar, desenvolver e implementar sistemas e soluções em TIC;
- V – planejar, implantar e gerir a infraestrutura de TIC;
- VI – prover a gestão e suporte técnico da segurança da infraestrutura de TIC;
- VII – manter a infraestrutura, serviços e sistemas de TIC em regime 24 x 365;
- VIII – hospedar e administrar os recursos centrais de TIC da UFSC;
- IX – disponibilizar as informações para a tomada de decisão.
- X – assessorar o pró-reitor de Planejamento e Orçamento, no que tange às suas atribuições;
- XI – superintender as atividades dos departamentos da SETIC.
- XII – gerir os sistemas de informação associados e propor adequações quando necessário;
- XIII – executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições do Departamento de Sistemas da Informação:

- I – especificar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação da instituição;
- II – levantar, analisar e promover o atendimento a demandas de sistemas de informação das unidades administrativas e acadêmicas da instituição;
- III – promover a integração dos sistemas de informação com sistemas do governo (e-PING);
- IV – estabelecer padrões para desenvolvimento de sistemas;
- V – administrar as atividades das coordenadorias do Departamento;
- VI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente;
- VII – assessorar o Superintendente de TIC, no que tange às suas atribuições.

São atribuições do Departamento de Tecnologia da Informação e de Redes:

- I – especificar, desenvolver, implantar e manter a infraestrutura de TIC da instituição;
- II – levantar, analisar e promover o atendimento a demandas de soluções de TIC das unidades administrativas e acadêmicas da instituição;
- III – implantar e manter a infraestrutura da redeUFSC (rede de dados, centro de dados e serviços);
- IV – promover a convergência de dados, voz e vídeo na rede;
- V – administração e gerência dos centros de dados (principal e de contingência), garantindo a disponibilidade das bases de dados corporativas;
- VI – administração e gerência de serviços de TIC providos através da infraestrutura da redeUFSC: serviços corporativos de correio eletrônico, servidores Web, SGDBs, servidores de arquivo, backups, sistemas de informação etc.;
- VII – planejar, projetar, implantar e manter a REDEUFSC, os serviços de rede os centros de dados e serviços de centro de dados;
- VIII – planejar e desenvolver projetos de infraestrutura e serviços de tecnologia da informação e comunicação;
- IX – promover o uso de Software na instituição;
- X – administrar as atividades das coordenadorias do Departamento;
- XI – assessorar o superintendente de TIC, no que tange às suas atribuições;
- XII – executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Suporte de Serviços:

- I – a Coordenadoria de Suporte de Serviços é responsável pela gestão de atendimento a usuários, por serviços terceirizados de TIC e pela implantação de melhores práticas de TIC na SeTIC (ITIL etc.). Dentre suas atribuições, incluem-se:
- II – ponto central e único para suporte em serviços e aplicações de TIC na instituição;
- III – promover o uso dos serviços e aplicações de TIC na instituição;
- IV – suporte de Nível 1 aos serviços e aplicações de TIC prestados pela SeTIC;
- V – gerenciar o ciclo de vida dos incidentes (abertura, solução/encaminhamento, acompanhamento e fechamento dos incidentes);
- VI – gestão dos serviços de TIC terceirizados, acompanhando serviços executados e gerenciando as atividades;
- VII – registro e gestão de demandas de softwares e hardware (computadores).

São atribuições da Coordenadoria de Gestão de Sistemas Acadêmicos:

- I – planejar e desenvolver projetos e implementações de sistemas e soluções de gestão e suporte ao ensino;
- II – promover a integração das aplicações de gestão e de suporte ao ensino;
- III – avaliar os sistemas de gestão e suporte ao ensino em relação às necessidades da UFSC;
- IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Gestão do Centro de Dados e Serviços:

- I – planejar, projetar, implantar e manter os centros de dados e serviços de centro de dados;
- II – gerir os serviços corporativos de correio eletrônico, servidores Web, SGDBs, servidores de arquivo, backups e outros de uso geral;
- III – suporte e consultoria as unidades das UFSC;
- IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente.

São atribuições da Coordenadoria de Gestão dos Serviços de Rede:

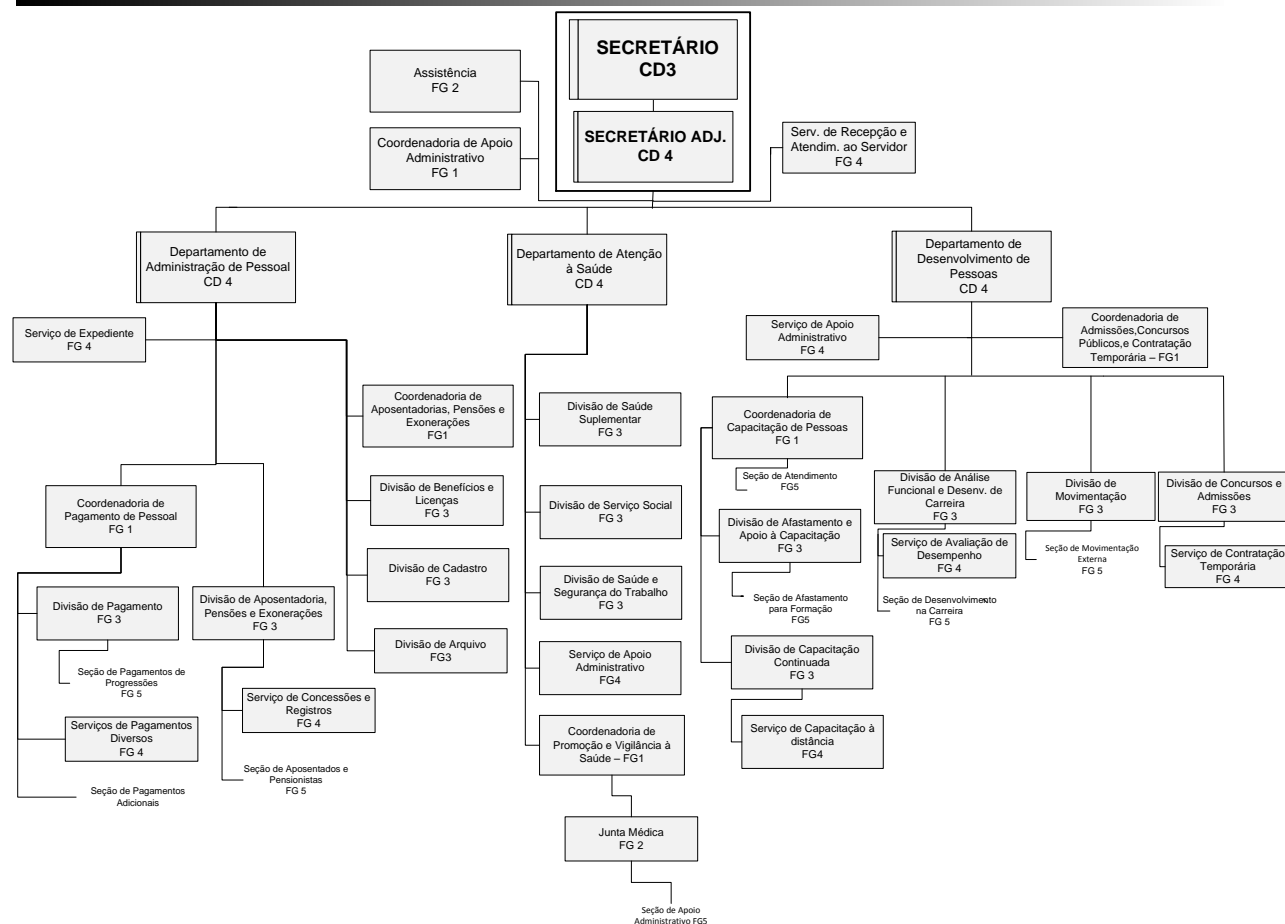
- I – planejar, projetar, implantar e manter a redeUFSC e serviços de rede;
- II – administrar e gerir a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação;
- III – implantar serviços convergentes a convergência de dados, voz e vídeo na rede;
- IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente

São atribuições da Coordenadoria de Gestão de Sistemas Administrativos:

- I – planejar e desenvolver projetos e implementações de sistemas e soluções de gestão administrativa, financeira e planejamento;
- II – promover a integração das aplicações de suporte a gestão administrativa e financeira
- III – avaliar os sistemas de gestão administrativa e financeira em relação às necessidades da UFSC;
- IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente;

Secretaria de Gestão de Pessoas

Estrutura Organizacional da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP



Quadro 12 – Secretaria de Gestão de Pessoas

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Elci Terezinha de Souza Junckes CD-3 PORTARIA N° 65/2014/GR Designação em 13/01/2014	Secretária de Gestão de Pessoas Cargo: Professor Associado	Secretaria de Gestão de Pessoas	SEGESP
Juliana Blau CD-4 PORTARIA N° 246/2014/GR Designação em 11/02/2014	Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas Cargo: Técnica em Assuntos Educacionais	Secretaria de Gestão de Pessoas	SEGESP
Marilza Nair dos Santos Moriggi CD-4 PORTARIA N.º 879/2012/GR Designação EM 05/06/2012	Diretora do Departamento de Atenção à Saúde Cargo: Auxiliar de Creche	Secretaria de Gestão de Pessoas	SEGESP
Rita de Cássia Knabben CD-4 PORTARIA N.º 903/2012/GR Designação em 08/06/2012	Diretora do Departamento de Administração de Pessoal Cargo: Técnico em Assuntos Educacionais	Secretaria de Gestão de Pessoas	SEGESP
Karyn Pacheco Neves	Diretora do Departamento de Administração de Pessoal	Secretaria de Gestão de Pessoas	SEGESP

CD-4 PORTARIA Nº 1183/2014/GR Designação em 17/07/2014	Cargo: Assistente em Administração		
Bernadete Quadro Duarte Portaria nº 916/2012/GR Designação em 11/06/2012. PORTARIA Nº 1181/2014/GR Dispensa em 17/07/2014	Diretora do Departamento de Administração de Pessoal Cargo: Assistente em Administração	Secretaria de Gestão de Pessoas	SEGESP

Fonte: GR/UFSC

Compete à Secretária de Gestão de Pessoas:

I – coordenar a execução de ações referentes à política e ao desenvolvimento da gestão de pessoas;

II – emitir portarias e outros atos administrativos referentes a atividades da área de gestão de pessoas;

III – coordenar e acompanhar as ações de administração da vida funcional dos servidores;

IV – coordenar e acompanhar as políticas de promoção social e da saúde;

V – articular ações continuadas de acompanhamento das carreiras dos servidores com as comissões de representação de suas categorias;

VI – coordenar as políticas de benefícios da Universidade;

VII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.

Compete ao Secretário Adjunto desenvolver as atividades em parceria com o secretário de Gestão de Pessoas, bem como substituí-lo na sua falta, afastamentos e impedimentos, no que se refere a todas às ações inerentes ao secretário.

Compete à Coordenadoria de Apoio Administrativo:

I – Coordenar e executar os serviços de administração de pessoal, patrimonial, material, financeiro, gerenciar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens e manter atualizado o site da SEGESP;

II – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo secretário.

Compete ao Departamento de Atenção à Saúde (DAS):

I - Desenvolver ações de Atenção à saúde e gerenciamento dos processos de trabalho nas questões que envolvem assistência suplementar, perícia oficial em saúde, promoção e vigilância em saúde, que visem à qualidade de vida no trabalho, o reconhecimento e a valorização dos servidores da UFSC em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal e demais normativas correlacionadas;

II - Planejar, Implantar e acompanhar a realização de exames médicos periódicos para todos os servidores da UFSC;

III – coordenar o Plano de Saúde Suplementar dos servidores da Universidade e Órgãos Cooperados;

IV - Prestar contas junto dos setores financeiros competentes dos recursos utilizados para ações referentes aos exames periódicos e a saúde suplementar;

V- Emitir relatórios de desenvolvimento dos indicadores de gestão, para atendimento das demandas exigidas pelos órgãos de controle;

VI – Acompanhar as ações junto à Coordenadoria de Promoção e Vigilância em saúde, Junta Médica Oficial e Divisão de Saúde Suplementar, conforme legislação pertinente;

VII – acompanhar, reconhecer e autorizar o pagamento decorrente de despesas de exercícios anteriores relativos a pagamento de subsídio per capita a saúde suplementar e a tratamento de acidentados em serviço em instituição privada à conta de recursos públicos;

VIII - acompanhar e atender às solicitações dos servidores da UFSC;

IX - emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área de atuação;

X – executar outras atividades inerentes à área que venham a ser delegadas pelo secretário.

Compete à Coordenadoria de Promoção e Vigilância em Saúde:

I- Coordenar em conjunto com os profissionais da área o planejamento das ações da Unidade SIASS/UFSC referente aos eixos perícia, promoção e vigilância;

II - Promover a integração e a articulação entre as equipes técnicas e a direção do Departamento;

IV - Sistematizar e analisar dados gerados nas ações provenientes dos exames de saúde, da perícia, da vigilância, dos registros de acidentes em serviço e da assistência à saúde, com o objetivo de subsidiar propostas de atenção à saúde do servidor, em especial a melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho;

V- Organizar o processo de sistematização de dados, tais como relatórios, planejamentos, indicadores, dentre outros, disponibilizando as informações;

VI – Organizar junto aos profissionais os processos e fluxos de trabalho das áreas de perícia, promoção e vigilância em saúde da Unidade SIASS-UFSC/DAS.

VII – Referenciar as ações da equipe seguindo as diretrizes da Política Nacional de Atenção à saúde dos Servidores Federais (PASS) e demais normativas correlacionadas;

VIII - Participar das reuniões da Comissão Interinstitucional;

IX – Incentivar os profissionais a utilizarem o Sistema SIAPE Saúde, garantido o registro eletrônico das informações e atuando para a melhoria do sistema.

Compete ao Departamento de Administração de Pessoal (DAP):

I – desenvolver ações de administração de pessoal e gerenciamento dos processos de trabalho nas questões que envolvem aposentadorias, pensões, exonerações, benefícios e licenças, orçamento e remuneração, otimizando políticas que visem a um melhor nível de qualidade de vida no trabalho dos servidores da UFSC;

II – acompanhar e atender às solicitações dos servidores da UFSC;

III – coordenar processos de acompanhamento e desenvolvimento da vida funcional dos servidores da UFSC;

VI – coordenar processos de aposentadorias, pensões e exonerações dos servidores da UFSC;

V – coordenar processos de auxílios, benefícios, licenças, direitos e vantagens para os servidores docentes e técnico-administrativos;

VI – emitir portarias, certidões e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área de atuação;

VII – identificar e divulgar a legislação de pessoal que afeta os interesses dos servidores da UFSC;

VIII – acompanhar e atender às decisões judiciais;

IX – acompanhar e atender às diligências e decisões do Tribunal de Contas da União em processos de aposentadorias e pensões dos servidores da UFSC;

X – acompanhar e cientificar os servidores técnico-administrativos e docentes de diligências e resultados em processos inerentes à área de administração de pessoal;

XI – encaminhar ao Departamento de Contabilidade e Finanças os relatórios referentes à folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

XII – acompanhar, reconhecer e autorizar o pagamento decorrente de despesas de exercícios anteriores;

XIII – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área de atuação;

XIV – executar outras atividades inerentes à área que venham a ser delegadas pelo secretário.

Compete à Coordenadoria de Aposentadorias, Pensões e Exonerações:

I - gerenciar as atividades relacionadas à aposentadoria, pensões e exonerações, tais como análise dos processos para fins de abono-permanência, aposentadorias, pensão civil e exonerações, bem como os acertos financeiros referentes ao abono-permanência e a pensões.

Compete à Coordenadoria de Pagamento de Pessoal:

I - gerenciar as atividades desenvolvidas pela folha de pagamento dos servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC;

II - pagamento de adicionais de insalubridade, periculosidade, raio-X, noturno, hora-extra eventual;

III - designação e dispensa de Cargos de Direção e Funções Gratificadas;

IV - alteração de conta bancária;

V - cadastramento e cálculo de valores de progressões funcionais horizontais e/ou verticais de servidores docentes e técnico-administrativos, por mérito e/ou capacitação;

VI - inclusão dos incentivos à capacitação;

VII - inclusão dos pagamentos dos professores substitutos;

VIII - pagamento de substituição;

IX - prestação aos servidores de esclarecimentos diversos referentes aos dados de sua folha de pagamento, dentre os quais ocorrências envolvendo consignatárias;

X - envio de Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações a Previdência Social do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações a Previdência Social (GFIP/SEFIP).

Compete ao Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP):

I – desenvolver ações institucionais, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, que desenvolvam o servidor como agente de transformação social, por meio da implementação de políticas de desenvolvimento humano e social, almejando a melhoria do seu nível de qualidade de vida no trabalho;

II – potencializar ações que visam à dinâmica de trabalho interdisciplinar de modo a propor, acompanhar, avaliar, capacitar e desenvolver atividades, possibilitando ao servidor desenvolver e transformar as suas condições de trabalho;

III – desenvolver ações para o processo de admissão, redistribuição, cessão e reversão, de modo a integrar os servidores na dinâmica funcional da instituição, balizando o contexto profissional e a necessidade institucional;

IV – propiciar ações de educação institucional destinadas aos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC, balizando a expectativa pessoal, o desenvolvimento profissional e o da instituição;

V – desenvolver e acompanhar, em articulação com os órgãos competentes, a política de afastamento para formação dos servidores, visando promover a conciliação das necessidades e expectativas do seu crescimento pessoal, profissional e o desenvolvimento da instituição;

VI – desenvolver ações de dimensionamento, acompanhamento, avaliação de desempenho e estágio probatório, com vistas à melhoria no ambiente de trabalho, balizando a expectativa pessoal e a necessidade institucional;

VII – desenvolver processos de análise, buscando uma maior satisfação dos servidores diante da relação lotação/localização e das atividades desenvolvidas inerentes ao seu cargo e ambiente organizacional;

VIII – desenvolver e implementar políticas que visem ao reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo servidor ativo e aposentado, no processo histórico-social de construção da instituição;

IX – desenvolver e acompanhar, nas esferas competentes, a implantação dos estudos propostos sobre o Plano de Carreira dos servidores das universidades públicas federais brasileiras;

X – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área de atuação;

XI – acompanhar e atender às solicitações dos servidores da UFSC;

XII – executar outras atividades inerentes à área que venham a ser delegadas pelo secretário.

Compete à Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP):

I – identificar necessidades, planejar, coordenar, desenvolver, avaliar e acompanhar ações de capacitação, afastamentos para formação e licenças para capacitação destinadas aos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina.

II – propor, coordenar e acompanhar programas de capacitação dos servidores da Universidade;

III – orientar as unidades administrativas e acadêmicas na identificação das necessidades de ações de capacitação;

IV – elaborar e ajustar o Plano Anual de Capacitação visando ao desenvolvimento de competências individuais alinhadas às competências institucionais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

V – coordenar e supervisionar a execução dos trabalhos das Divisões de Capacitação Continuada e Afastamento e Apoio à Capacitação, vinculadas à Coordenadoria;

VI – estabelecer canais de comunicação com órgãos da Administração Pública Federal para o desenvolvimento de ações conjuntas de capacitação destinadas aos servidores;

VII – avaliar periodicamente as ações relacionadas à capacitação de pessoas dos servidores, propondo melhorias nos processos de acordo com a legislação vigente e as diretrizes da Universidade;

VIII – acompanhar as mudanças e tendências da área de capacitação de pessoas a fim de identificar práticas de excelência no âmbito das instituições públicas;

IX – orientar sua equipe de trabalho na realização das metas estabelecidas conjuntamente com a Diretoria;

X – indicar ações de aprendizagem para os integrantes de sua equipe de trabalho de modo a desenvolver competências essenciais à realização das atividades;

XI – efetuar a certificação dos cursos realizados;

XII – apresentar semestralmente relatório de suas atividades à Diretoria do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas.

Compete à Coordenadoria de Admissões, Concursos Públicos e Contratação Temporária:

I – articular e participar conjuntamente com as diversas áreas da Universidade na definição das necessidades de pessoal docente e técnico-administrativo da instituição;

II – participar da proposição, coordenar e acompanhar os concursos públicos para as carreiras do magistério superior e do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico da Universidade;

III – propor, coordenar e acompanhar os concursos públicos para a carreira de técnico-administrativo em educação da Universidade;

IV – elaborar editais de concursos públicos para ingresso nas carreiras do magistério superior, do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico e de técnico-administrativo em educação da Universidade;

V – efetuar nomeações de candidatos aprovados em concursos públicos conforme estabelecido em editais e as necessidades institucionais;

VI – proceder ao atendimento, orientação e cadastramento inicial dos candidatos aprovados em concursos públicos e nomeados

VII – elaborar e ajustar a documentação necessária para a posse dos candidatos aprovados em concursos públicos;

VIII – elaborar documentos para posse de candidatos nomeados;

IX – manter arquivos da massa documental relativa aos concursos públicos;

X – avaliar permanentemente e propor melhorias nas normativas internas e nos editais que regulamentam o ingresso nas carreiras do magistério superior, do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico e de técnico-administrativo em educação da Universidade, bem como as contratações temporárias;

XI – atender aos órgãos de controle interno e externo na sua área de atuação;

XII – manter controle dos códigos de vagas dos cargos técnico-administrativos;

XIII – manter controle dos quantitativos de pessoal das carreiras do magistério superior, do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (Banco Equivalente) e de técnico-administrativo em educação da Universidade (QRSTA);

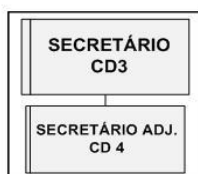
XIV – proceder ao cadastramento inicial dos candidatos aprovados em concurso público e nomeados no sistema interno de Administração de Recursos Humanos (ADRH) da Universidade e nos sistemas de controle federal, Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) e Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), bem como em outros sistemas que possam ser implementados em sua área de atuação;

XVIII – manter atualizada a legislação pertinente às atribuições das divisões, seções e serviços vinculados à Coordenadoria;

XIX – participar do planejamento e coordenação dos dispêndios financeiros em relação aos concursos públicos e processos seletivos simplificados.

Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional

Estrutura Organizacional de Aperfeiçoamento Institucional - SEAI



Quadro 13 – Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender CD-3 PORTARIA N.º 680/2012/GR Designação em 14/05/2012 PORTARIA N.º 2286/2014/GR Dispensar em 21/11/2014	Secretário de Aperfeiçoamento Institucional Cargo: Professor Adjunto	Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional	SEAI
Jeanine Nicolazzi Philippi CD-4 PORTARIA N.º 681/2012/GR Designação em 14/05/2012 PORTARIA 2287/2014/GR Dispensa em 21/11/2014.	Secretária Adjunta de Aperfeiçoamento Institucional Cargo: Professor Associado	Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional	SEAI

Fonte: GR/UFSC

Compete à Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional:

I – elaborar e propor atos, medidas, diretrizes e políticas destinadas à democratização, à republicanização e à ampliação da transparência, regularidade e impessoalidade da gestão universitária, tanto nos Órgãos Executivos Centrais quanto nas demais unidades e órgãos da UFSC;

II – coordenar e acompanhar a execução das ações inerentes às políticas de democratização, republicanização e ampliação da transparência que o Conselho Universitário decida adotar, por meio de resolução;

III – sem prejuízo das competências das outras secretarias, do reitor, das pró-reitorias, do Conselho Universitário, da Advocacia Geral da União e dos demais órgãos previstos no Estatuto e no Regimento Geral, elaborar e propor atos, medidas, diretrizes e políticas que, não abrangidos pelo inciso I, destinem-se a modernizar e aprimorar as normas referentes às atividades da Universidade ou de órgãos a ela vinculados;

IV – propor à autoridade competente a formalização de convênios com outros entes e órgãos, quando relacionados à sua área de atuação;

V – elaborar, a partir dos dados da Ouvidoria ou de consultas à comunidade universitária e à sociedade civil, sugestões para o aperfeiçoamento das atividades da Universidade, bem como de seus órgãos e unidades;

VI – elaborar, aprimorar e sugerir mecanismos de consulta, diálogo e participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil no âmbito da Universidade e de suas unidades;

VII – aprimorar e intensificar o diálogo da Universidade com a sociedade civil, as organizações sociais, os movimentos sociais, as entidades representativas de categorias profissionais e econômicas, as associações e as instituições interessadas em apoiar as atividades-fim da Universidade;

VIII – sem prejuízo das atribuições inerentes ao vice-reitor nem da competência do reitor para designar outros representantes, representar a Reitoria, quando para tanto designado, em cerimônias, reuniões, órgãos colegiados, comissões e grupos de estudo no âmbito da CAPES, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e de outros órgãos e instituições federais e municipais;

IX – após designação específica, representar a Reitoria perante o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União, a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da

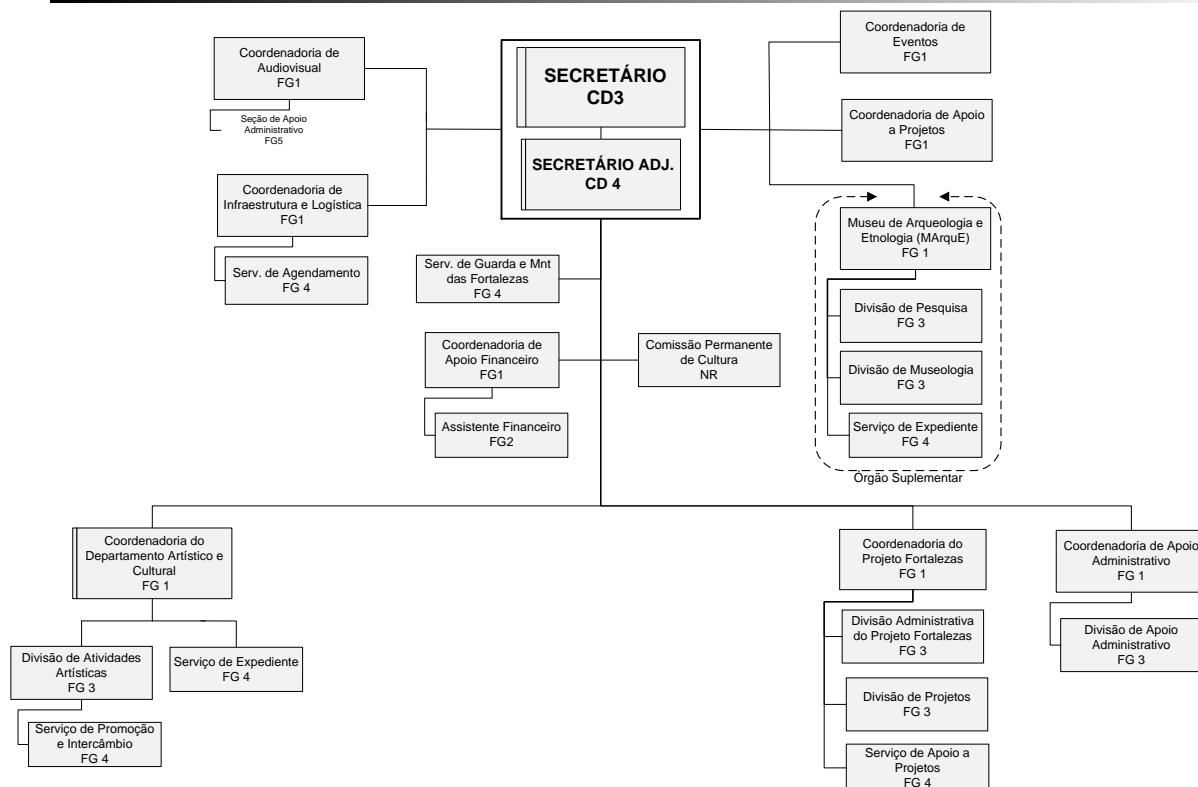
União e outros órgãos de controle, quando se tratar de planejamento e formulação de políticas de republicanização e transparência, no âmbito da Universidade;

X – propor ao chefe de Gabinete, quando para tal solicitada, esboços de atos de competência deste último, de interesse para o aperfeiçoamento institucional;

XI – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessário ao exercício das atividades e competências de sua respectiva área de atuação.

Secretaria de Cultura

Estrutura Organizacional da Secretaria de Cultura - SECULT



Quadro 14 – Secretaria de Cultura

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Zilma Gesser Nunes CD-3 PORTARIA N° 596/2014/GR Designação 01/04 /2014	Secretária de Cultura Cargo: Professora Associada	Secretaria de Cultura	SECULT
Rosana Cassia Kamita CD-4 PORTARIA N° 597/2014/GR Designação 01/04/2014	Secretária Adjunta de Cultura Cargo: Professora Adjunta	Secretaria de Cultura	SECULT
Alessandra Mara Rotta de Oliveira CD4 PORTARIA N° 1932/2012/GR Designação em 05/12/2012 PORTARIA nº 595/2014/GR Dispensa em 01/04/2014	Secretária Adjunta Cargo: Professora Adjunta	Secretaria de Cultura	SECULT

Fonte: GR/UFSC

Da Secretaria de Cultura

São competências da Secretaria de Cultura da UFSC:

- I - fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos na área;
- II - reconhecer a abrangência da noção de cultura nas suas dimensões simbólica, estética e econômica;
- III - sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores da importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada;
- IV - contribuir para uma formação pedagógica, cidadã e emancipadora mais abrangente do aluno da UFSC, aumentando o seu repertório cultural com a oferta de atividades culturais extracurriculares;
- V - integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- VI - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural através de editais e seleções públicas democráticas e transparentes, respeitando sempre os ditames legais para concessão de recursos financeiros;
- VII - estimular o debate crítico acerca de questões prementes do ser humano e da sociedade contemporânea;
- VIII - promover a qualidade da produção artístico-cultural da Universidade;
- IX - propiciar o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;
- X - garantir a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da UFSC, resguardando os bens de natureza material e imaterial;
- XI - administrar os espaços do Centro de Eventos, do Auditório da Reitoria, do espaço cultural do hall da reitoria, do Templo Ecumênico, das Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratones e São José da Ponta Grossa, do Teatro da UFSC, da Concha Acústica e outros que venham a ser criados para fins artísticos;
- XII - ressignificar os espaços da Universidade com ações culturais;
- XIII - articular as políticas de cultura com outros órgãos administrativos e de ensino da Universidade e promover a organização de parcerias e redes para a sua implantação;
- XIV - dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura universitária com outras universidades nacionais e internacionais, promovendo acordos e levando a criação artístico-cultural produzida e financiada para além dos muros da Universidade;
- XV - integrar as ações culturais dos campi da UFSC;
- XVI - estender as ações culturais às cidades-sede dos campi da Universidade, ao estado de Santa Catarina, priorizando as comunidades de difícil acesso a esses espaços geográficos;
- XVII - organizar instâncias consultivas e de participação para contribuir na formulação e debater estratégias e execução das políticas de cultura da Universidade;
- XVIII - mensurar o desempenho das ações culturais da Secretaria;
- XIX - executar outras atividades inerentes ao setor ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições do secretário de cultura da SeCult:

- I - fazer a gestão de ações que contemplem as competências da SeCult;
- II - promover e apoiar as políticas institucionais de cultura;
- III - coordenar a execução das ações da Universidade de fomento à cultura;
- IV - propor e acompanhar intercâmbio e formalização de acordos com outras entidades competentes, públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando à implantação de ações culturais;

V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento e a execução dos projetos culturais da SeCult;

VI - emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades na área da cultura;

VII - representar a UFSC junto aos órgãos públicos da área da cultura bem como em eventos culturais dentro e fora da Universidade;

VIII - aprovar liberações de diárias e passagens no Sistema de Concessão de Passagens e Diárias (SCDP) do Governo Federal;

IX - coordenar e elaborar o planejamento anual da SeCult;

X - coordenar as atividades de administração de pessoal, material e financeira da SeCult;

XI - coordenar a elaboração do relatório geral anual da SeCult;

XII - coordenar as atividades realizadas pelas coordenadorias vinculadas à SeCult;

XIII - executar outras atividades inerentes ao setor ou que venham a ser delegadas pela Reitoria.

São atribuições do secretário adjunto de cultura da SeCult:

I - substituir o secretário em suas faltas e impedimentos;

II - assessorar o secretário na elaboração de ações, na promoção e no apoio de políticas institucionais e na coordenação e execução de ações da Universidade de fomento à cultura;

III - executar outras atividades de competência da SeCult ou que venham a ser delegadas pela Reitoria.

São atribuições do coordenador de apoio administrativo da SeCult:

I - secretariar as reuniões internas da SeCult, lavrando as respectivas atas;

II - registrar e controlar as férias dos servidores vinculados à SeCult;

III - monitorar o inventário patrimonial da SeCult gerando relatórios parciais e anuais ou quando solicitado por instâncias administrativas superiores;

IV - receber, avaliar e encaminhar os processos submetidos à SeCult;

V - assessorar o secretário nos seus despachos;

VI - gerenciar a agenda do secretário e a do adjunto deste;

VII - elaborar, expedir, receber e arquivar correspondências físicas e digitais;

VIII - solicitar diárias e passagens no SCDP;

IX - compilar as informações das coordenadorias para o relatório geral anual da SeCult;

X - orientar as coordenadorias vinculadas à SeCult em relação a questões administrativas;

XI - executar outras atividades inerentes ao setor ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições do coordenador de apoio financeiro da SeCult:

I - assessorar o secretário nos assuntos financeiros e orçamentários da SeCult;

II - assessorar as demais coordenadorias da SeCult nos assuntos financeiros e orçamentários;

III - executar e acompanhar as atividades de controle orçamentário da SeCult;

IV - receber, avaliar e encaminhar processos financeiros;

V - elaborar, expedir, receber e arquivar correspondências físicas e digitais referentes a processos financeiros;

VI - informar, classificar, registrar, cadastrar e empenhar as despesas autorizadas de acordo com os dispositivos legais e regulamentares que regem a matéria;

VII - orientar artistas, grupos e unidades da UFSC na elaboração e no desenvolvimento de projetos culturais em relação à área financeira;

VIII - administrar a distribuição de tarefas entre os servidores que atuam nesta coordenadoria;

IX - monitorar o inventário patrimonial da sua coordenadoria gerando relatórios parciais e anuais ou quando solicitado por instâncias administrativas superiores;

X - executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições do coordenador de apoio a projetos da SeCult:

I - coordenar a execução de editais de projetos culturais;

II - auxiliar o secretário na organização dos editais da SeCult;

III - atuar na divulgação das atividades culturais, dos editais internos e dos editais de captação de recursos financeiros para projetos artístico-culturais;

IV - orientar artistas, grupos, outras coordenadorias vinculadas à SeCult e demais unidades da UFSC na elaboração de editais e desenvolvimento de projetos culturais;

V - auxiliar no planejamento, monitoria e avaliação das atividades da SeCult;

atender usuários, fornecendo e recebendo informações relativas aos editais e projetos culturais;

VI - supervisionar os projetos de extensão cultural contemplados no Programa de Bolsas de Extensão vinculadas às Ações de Arte e Cultura (BEAC) e no Programa PROCULTURA, em todas as instâncias;

VII - monitorar o inventário patrimonial da sua coordenadoria gerando relatórios parciais e anuais ou quando solicitado por instâncias administrativas superiores;

VIII - executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições do coordenador de eventos da SeCult:

I - planejar, organizar e coordenar os eventos especiais da UFSC no Campus Florianópolis, tanto formaturas quanto os eventos de caráter institucional;

II - planejar, organizar e coordenar cerimoniais em eventos da UFSC no Campus Florianópolis;

III - orientar, assessorar e acompanhar, quando solicitado, a realização de formaturas, eventos institucionais e cerimoniais nos demais campi da UFSC;

IV - assessorar as unidades acadêmicas e administrativas nos protocolos das normas de cerimonial público;

V - coordenar e elaborar documentos referentes aos eventos especiais da UFSC;

VI - elaborar tabelas, demonstrativos e relatórios em relação às formaturas, eventos acadêmicos e institucionais realizados semestralmente ou quando solicitado;

VII - administrar a distribuição de tarefas entre os servidores que atuam nessa coordenadoria;

VIII - coordenar, elaborar e acompanhar a execução de editais de licitação e/ou de outros assuntos financeiros e orçamentários dos bens e serviços inerentes à sua coordenadoria;

IX - monitorar o inventário patrimonial da sua coordenadoria gerando relatórios parciais e anuais ou quando solicitado por instâncias administrativas superiores;

X - executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições do coordenador de infraestrutura e logística da SeCult:

- I - administrar a distribuição de tarefas entre os servidores que atuam nessa coordenadoria;
- II - fiscalizar contrato da empresa de limpeza;
- III - elaborar formulários e procedimentos pertinentes à Coordenadoria;
- IV - autorizar acesso ao prédio em horários extraexpediente;
- V - realizar reuniões de checagem de evento;
- VI - coordenar solicitações de isenção de taxas dos eventos e, no caso de pagamento de taxa relativa ao uso do espaço, gerar Guia de Recolhimento da União (GRU);
- VII - acompanhar a execução do edital de ocupação dos espaços públicos administrados pela SeCult;
- VIII - coordenar e elaborar o planejamento de ocupação anual do Centro de Cultura e Eventos, do Auditório da Reitoria, do hall da Reitoria e do Templo Ecumênico da UFSC;
- IX - solicitar serviços de manutenção à Prefeitura Universitária;
- X - coordenar e orientar atividades de segurança e limpeza do Centro de Cultura e Eventos da UFSC;
- XI - auxiliar na administração, manutenção e melhoria da infraestrutura dos espaços do Centro de Cultura e Eventos da UFSC, do Auditório da Reitoria, do hall da Reitoria e do Templo Ecumênico;
- XII - coordenar, elaborar e acompanhar a execução de editais de licitação e/ou de outros assuntos financeiros e orçamentários dos bens e serviços inerentes à sua coordenadoria;
- XIII - monitorar o inventário patrimonial da sua coordenadoria gerando relatórios parciais e anuais ou quando solicitado por instâncias administrativas superiores;
- XIV - executar outras atividades inerentes ao setor ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições do coordenador de audiovisual da SeCult:

- I - orientar, coordenar e executar as atividades de som, vídeo e iluminação em espaços públicos administrados pela SeCult;
- II - supervisionar e acompanhar a atividade de manutenção dos aparelhos de audiovisual;
- III - conferir vídeos para as formaturas;
- IV - apresentar à SeCult as demandas para a melhoria da qualidade de áudio e vídeo;
- V - administrar a distribuição de tarefas entre os servidores que atuam nessa coordenadoria;
- VI - coordenar, elaborar e acompanhar a execução de editais de licitação e/ou de outros assuntos financeiros e orçamentários dos bens e serviços inerentes à sua coordenadoria;
- VII - monitorar o inventário patrimonial da sua coordenadoria gerando relatórios parciais e anuais ou quando solicitado por instâncias administrativas superiores;
- VIII - executar outras atividades inerentes ao setor ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições do coordenador do Projeto Fortalezas da SeCult:

- I - fazer a gestão de ações que contemplem as competências do Projeto Fortalezas;
- II - promover e apoiar as políticas institucionais em relação às fortalezas;
- III - propor e acompanhar intercâmbio e formalização de acordos com outras entidades competentes, públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando à implantação das ações institucionais na preservação e divulgação das fortalezas;

IV - participar de conselhos gestores integrados que tenham afinidade com as fortalezas, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

V - acompanhar o desenvolvimento e a execução dos projetos das fortalezas e realizar a sua posterior avaliação;

VI - coordenar as atividades de administração de pessoal, material e financeira do setor;

VII - coordenar a elaboração do relatório geral anual da coordenadoria;

VIII - acompanhar a execução do plano de conservação e manutenção das instalações físicas das fortalezas;

IX - elaborar projetos de captação de recursos para manutenção e conservação das fortalezas;

X - coordenar os projetos de uso temporário das fortalezas através de contratos de locação;

XI - organizar em conjunto com outras instituições o Seminário de Cidades Fortificadas e o Encontro de Gestores de Fortificações;

XII - coordenar o Projeto de Educação Patrimonial das escolas públicas nas fortalezas administradas pela UFSC;

XIII - promover ações de vinculação do Projeto Fortalezas com as áreas acadêmicas da UFSC;

XIV - coordenar, elaborar e acompanhar a execução de editais de licitação e/ou a de outros assuntos financeiros e orçamentários dos bens e serviços inerentes à sua coordenadoria;

XV - monitorar o inventário patrimonial da sua coordenadoria, gerando relatórios parciais e anuais ou quando solicitado por instâncias administrativas superiores;

XVI - executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

São atribuições do coordenador do Departamento Artístico-Cultural da SeCult:

I - fazer a gestão de ações que contemplem as competências do setor;

II - promover e apoiar políticas institucionais de arte;

III - coordenar a execução de ações de fomento à arte;

IV - propor e acompanhar intercâmbio e formalização de acordos com outras entidades competentes, públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando à implantação de ações na área de arte;

V - acompanhar o desenvolvimento e a execução de projetos e realizar sua posterior avaliação;

VI - elaborar e coordenar o planejamento anual do setor;

VII - coordenar as atividades de administração de pessoal, material e financeira;

VIII - coordenar a elaboração do relatório anual do DAC;

IX - acompanhar a execução do plano de manutenção e reforma das instalações físicas prediais;

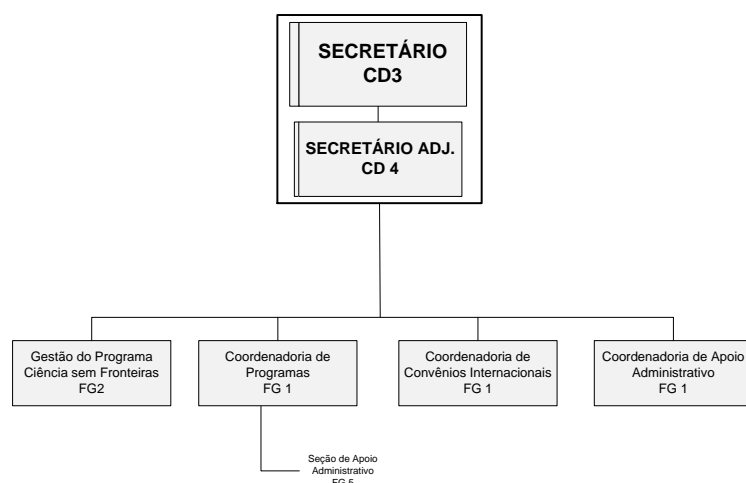
X - coordenar, elaborar e acompanhar a execução de editais de licitação e outros assuntos financeiros e orçamentários dos bens e serviços inerentes à sua coordenadoria;

XI - monitorar o inventário patrimonial da sua coordenadoria, gerando relatórios parciais e anuais ou quando solicitado por instâncias administrativas superiores;

XII - executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela Reitoria.

Secretaria de Relações Internacionais

Estrutura Organizacional da Secretaria Relações Internacionais - SINTER



Quadro 15 – Secretaria de Relações Internacionais

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Luis Carlos Pinheiro Machado Filho CD-3 PORTARIA N.º 645/2012/GR Designação em 14/05/2012	Secretário de Relações Internacionais Cargo: Professor Associado	Secretaria de Relações Internacionais	SINTER
Aguinaldo Roberto Pinto CD-4 PORTARIA N.º 2296/2013/GR Designação em 10/12/2013	Secretário Adjunto de Relações Internacionais Cargo: Professor Associado	Secretaria de Relações Internacionais	SINTER

Fonte: GR/UFSC

Compete à SINTER:

I – assessorar o reitor nos assuntos que envolvam as relações da Universidade com instituições estrangeiras;

II – planejar, coordenar e avaliar a execução das ações inerentes à política de relações internacionais da Universidade;

III – estabelecer e divulgar os procedimentos para a submissão de propostas de acordos e convênios internacionais, definindo também os critérios para sua aprovação;

IV – receber, registrar e emitir pareceres sobre propostas de acordos e convênios internacionais, bem como sobre suas renovações, modificações e adendos;

V – regulamentar e coordenar o intercâmbio internacional de estudantes de graduação e pós-graduação, oferecendo orientação, recebendo e homologando candidaturas e, no caso de estudantes estrangeiros aceitos na Universidade, efetuando matrículas;

VI – estimular, coordenar e executar programas de cunho institucional que forneçam aporte financeiro, interno ou externo e visem à mobilidade internacional de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos;

VII – promover a integração, junto às respectivas pró-reitorias, das ações da Universidade que visem à internacionalização do ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão;

VIII – orientar estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos em projetos e convênios internacionais;

IX – emitir portarias atribuindo carga horária de atividade administrativa aos docentes nomeados coordenadores de convênios internacionais;

X – firmar acordos e convênios entre a Universidade e instituições estrangeiras nos casos em que o signatário da parte estrangeira não seja o reitor, mas sim o responsável pelo setor correspondente à Secretaria de Relações Internacionais;

XI – executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pelo reitor.

Compete à Coordenadoria de Apoio Administrativo:

I – recepcionar e atender pessoas junto à Secretaria;

II – auxiliar na elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico da Secretaria;

III – auxiliar o secretário e o secretário-adjunto na organização de suas agendas;

IV – instruir os processos submetidos à consideração do secretário;

V – executar os serviços complementares de administração de pessoal, de material e financeira do órgão;

VI – transmitir as decisões do secretário;

VII – executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pela autoridade competente.

Compete à Coordenadoria de Programas:

I – coordenar o andamento dos programas internacionais de natureza acadêmica nos quais a UFSC está envolvida;

II – orientar docentes, técnico-administrativos e estudantes da UFSC e de instituições estrangeiras envolvidos nos programas internacionais;

III – avaliar a pertinência e interesse institucional na adesão da UFSC a programas internacionais, coordenando a tramitação dos processos, inclusive emitindo pareceres para análise do secretário, da Procuradoria Federal junto à UFSC e, posteriormente, para análise e assinatura do reitor, quando for o caso;

IV – manter o cadastramento dos programas internacionais nos quais a UFSC está envolvida e publicar editais de seleção para programas com aporte financeiro e/ou bolsas de estudo;

V – publicar editais de seleção interna para programas com aporte financeiro e/ou bolsas de estudo;

VI – divulgar, por meio do sítio da SINTER na internet, a relação dos programas internacionais dos quais a UFSC participa;

VII – representar a SINTER em reuniões com representantes de programas internacionais de outras instituições, quando solicitado pela autoridade competente.

Compete à Coordenadoria de Convênios Internacionais:

I – coordenar, organizar e manter atualizados os convênios internacionais da UFSC;

II – realizar a interlocução com instituições estrangeiras para firmar propostas de cooperação, a partir de demandas institucionais de professores, técnico-administrativos e estudantes da UFSC, ou por representantes das instituições estrangeiras;

III – coordenar a tramitação do processo de celebração de convênio, inclusive elaborando pareceres relativos ao estabelecimento ou não de convênios, emitindo pareceres para análise do secretário, da Procuradoria Federal junto à UFSC e, posteriormente, para análise e assinatura do reitor;

IV – manter o cadastramento dos convênios celebrados entre a UFSC e instituições estrangeiras;

V – divulgar, por meio do sítio da SINTER na internet, a relação de instituições internacionais conveniadas com a UFSC e demais informações sobre convênios;

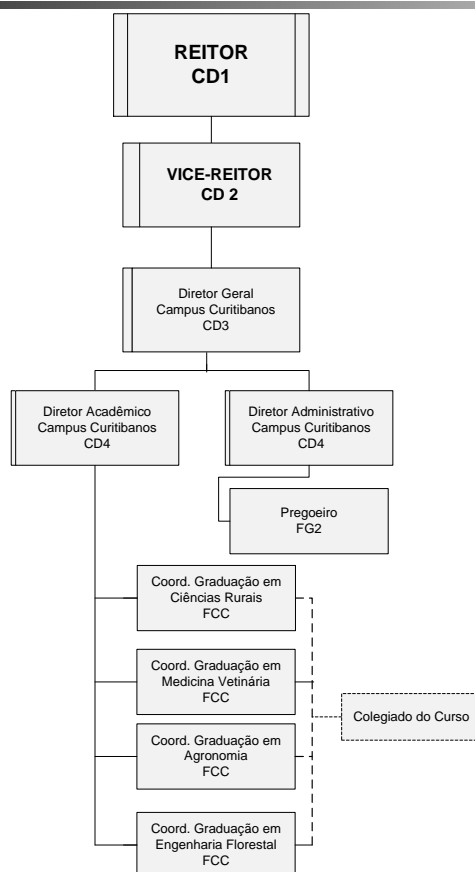
VI – publicar editais de seleção interna para oportunidades relativas a convênios;

VII – representar a SINTER em reuniões com representantes de instituições estrangeiras quando solicitado pela autoridade competente.

Campi

Campus Curitibanos

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus Curitibanos



Quadro 16 – Campus Curitibanos

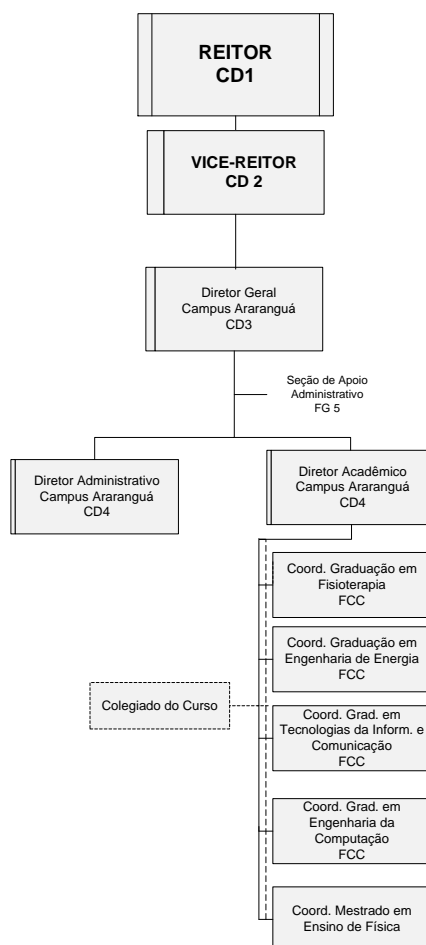
SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Leocir José Welter CD-3	Diretor Geral Cargo: Professor Adjunto	Campus Curitibanos	CAMPUS CURITIBANOS

PORTARIA Nº 346/2014/GR Designação em 24/02/2014			
Julian Borba CD-3 PORTARIA N.º 870/2012/GR , Designação em 04/06/2012. PORTARIA Nº 321/2014/GR , Dispensa em 24/02/2014.	Diretor Geral Cargo: Professor Associado	Campus Curitibanos	CAMPUS CURITIBANOS
Juliano Gil Nunes Wendt CD-4 PORTARIA Nº 349/2014/GR Designação em 24/02/2014	Diretor Acadêmico Cargo: Professor Adjunto	Campus Curitibanos	CAMPUS CURITIBANOS
Sônia Corina Hess CD-4 PORTARIA N.º 871/2012/GR Designação em 04/06/2012 PORTARIA Nº 347/2014/GR Dispensa em 24/02/2014	Diretora Acadêmica Cargo: Professora Associada	Campus Curitibanos	CAMPUS CURITIBANOS
Paulo Roberto Kammer CD-4 PORTARIA Nº 518/2014/GR, Designação em 25/03/2014	Diretor Administrativo Cargo: Técnico de Tecnologia da Informação	Campus Curitibanos	CAMPUS CURITIBANOS

Fonte: GR/UFSC

Campus Araranguá

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus Araranguá



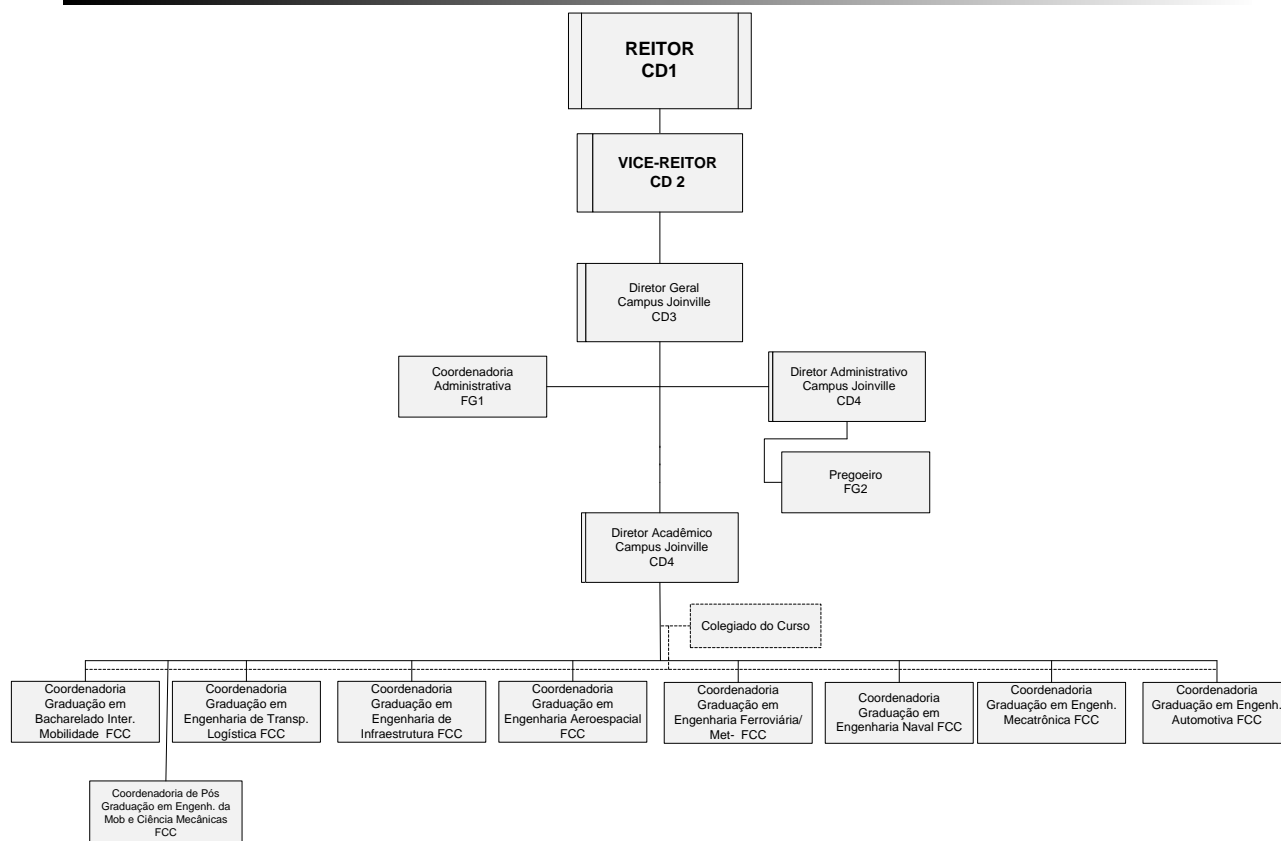
Quadro 17 – Campus Araranguá

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Paulo Cesar Leite Esteves CD-3 PORTARIA N.º 821/2012/GR Designação em 25/05/2012	Diretor Geral Cargo: Professor Adjunto	Campus Araranguá	CAMPUS ARARANGUÁ
Samira Belettini Borges CD-4 PORTARIA N.º 734/2014/GR, Designação em 02/05/2014	Diretora Administrativa do Campus de Araranguá Cargo: Secretária Executiva	Campus Araranguá	CAMPUS ARARANGUÁ
Juarez Bento da Silva CD-4 PORTARIA N.º 852/2012/GR, DESIGNAÇÃO EM 8/6/2012 PORTARIA N.º 733/2014/GR, Dispensa em 02/05/2014	Diretor Administrativo do Campus de Araranguá Cargo: Professor Adjunto	Campus Araranguá	CAMPUS ARARANGUÁ

Regina Vasconcellos Antonio CD-4 PORTARIA N.º 850/2012/GR Designação em 05/06/2012 Fonte: GR/UFSC	Diretora Acadêmica Cargo: Professora Associada	Campus Araranguá	CAMPUS ARARANGUÁ
---	---	------------------	---------------------

Campus Joinville

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus Joinville



Quadro 18 – Campus Joinville

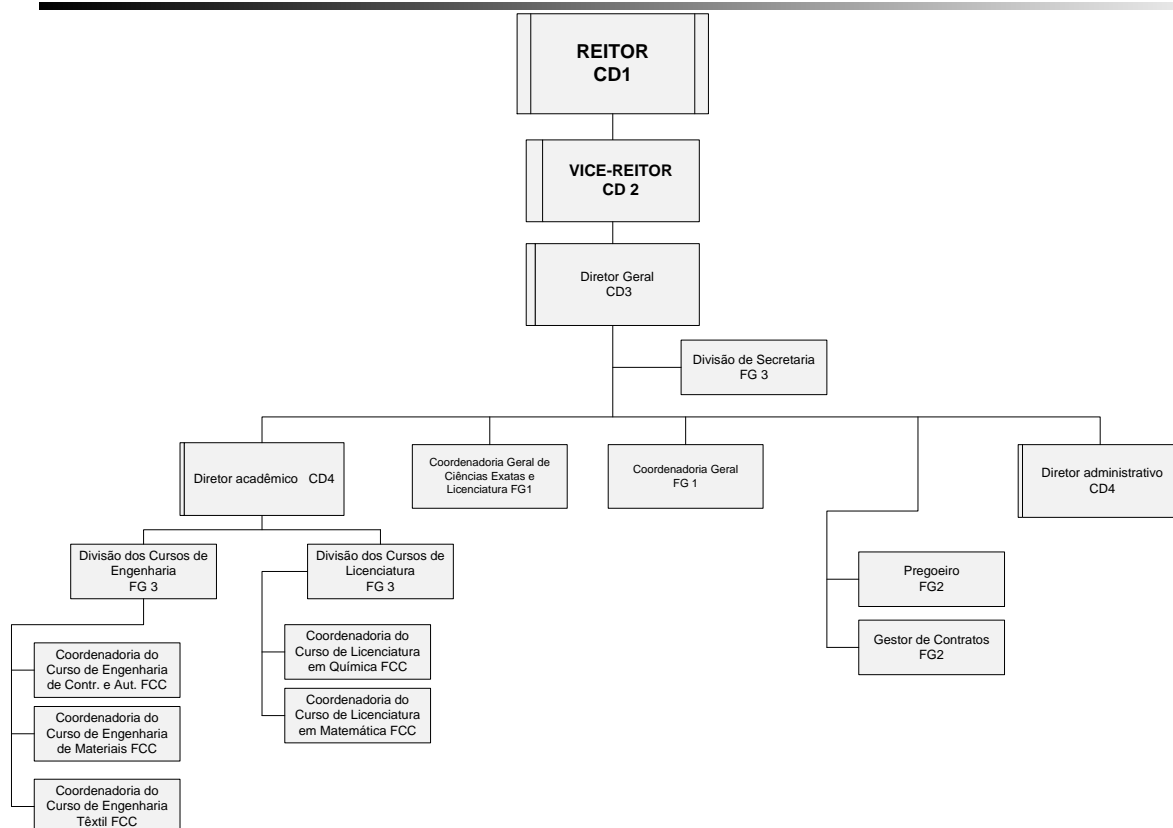
SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto CD-3 PORTARIA N° 760/2014/GR. Designação em 06/05/2014	Diretora Geral Cargo: Professora Adjunta	Campus Joinville	CAMPUS JOINVILLE
Luis Fernando Peres Calil CD-3 PORTARIA N° 758/2014/GR Dispensa em 06/05/2014	Diretor Geral Cargo: Professor Adjunto	Campus Joinville	CAMPUS JOINVILLE

Jamile Fantin CD-4 PORTARIA Nº 1199/2014/GR , Designação em 25/07/2014	Diretora Administrativa Cargo: Psicóloga/área	Campus Joinville	CAMPUS JOINVILLE
SORAIA MELLO CD-4 PORTARIA Nº 2030/2013/GR Designação em 31/10/2013 PORTARIA Nº 1197/2014/GR, Dispensa em 25/07/2014	Diretora Administrativa Cargo: Assistente em Administração	Campus Joinville	CAMPUS JOINVILLE
Maurício de Campos Porath CD-4 PORTARIA Nº 761/2014/GR, Designação em 06/05/2014	Diretor Acadêmico do Centro de Engenharia da Mobilidade Cargo: Professor Adjunto	Campus Joinville	CAMPUS JOINVILLE
Sueli Fischer Beckert CD-4 PORTARIA Nº 2032/2012/GR, Designação em 20/12/2012 PORTARIA Nº 759/2014/GR, Dispensa em 6/05/2014	Diretora Acadêmica do Centro de Engenharia da Mobilidade Cargo: Professora Adjunta	Campus Joinville	CAMPUS JOINVILLE

Fonte: GR/UFSC

Campus Blumenau

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campus Blumenau



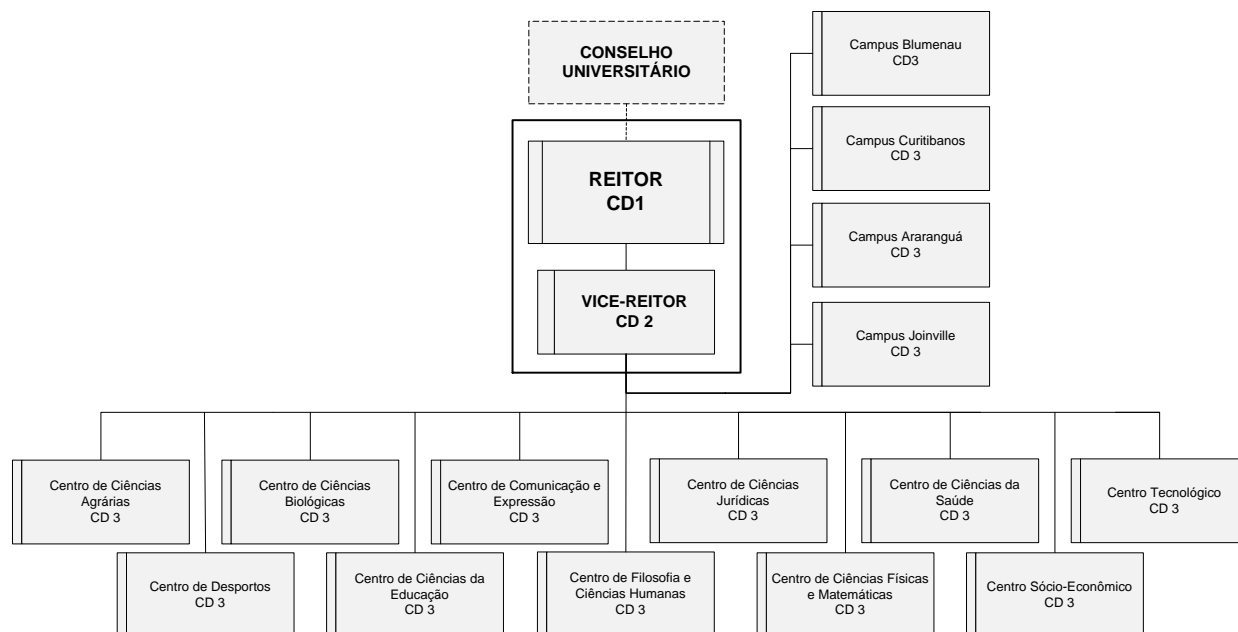
Quadro 19 – Campus Blumenau

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Ubirajara Franco Moreno CD-3 PORTARIA N° 301/2014/GR, Designação em 19/02/2014	Diretor Geral Cargo: Professor Associado	Campus Blumenau	CAMPUS BLUMENAU
Chirley de Miranda Pilon Carvalho CD-4 PORTARIA N° 2174/2013/GR Designação em 21/11/2013	Diretora Administrativa Cargo: Administradora	Campus Blumenau	CAMPUS BLUMENAU
Irlan Von Linsingen CD-4 PORTARIA n° 567/2013/GR Designação em 12/04/ 2013 PORTARIA N° 1041/2014/GR Dispensa em 02/07/2014	Diretor Acadêmico Cargo: Professor Associado	Campus Blumenau	CAMPUS BLUMENAU
Sérgio Luiz Ferreira CD-4 PORTARIA N° 1042/2014/GR Designação em 02/07/2014	Diretor Acadêmico Cargo: Professor Adjunto	Campus Blumenau	CAMPUS BLUMENAU

Fonte: GR/UFSC

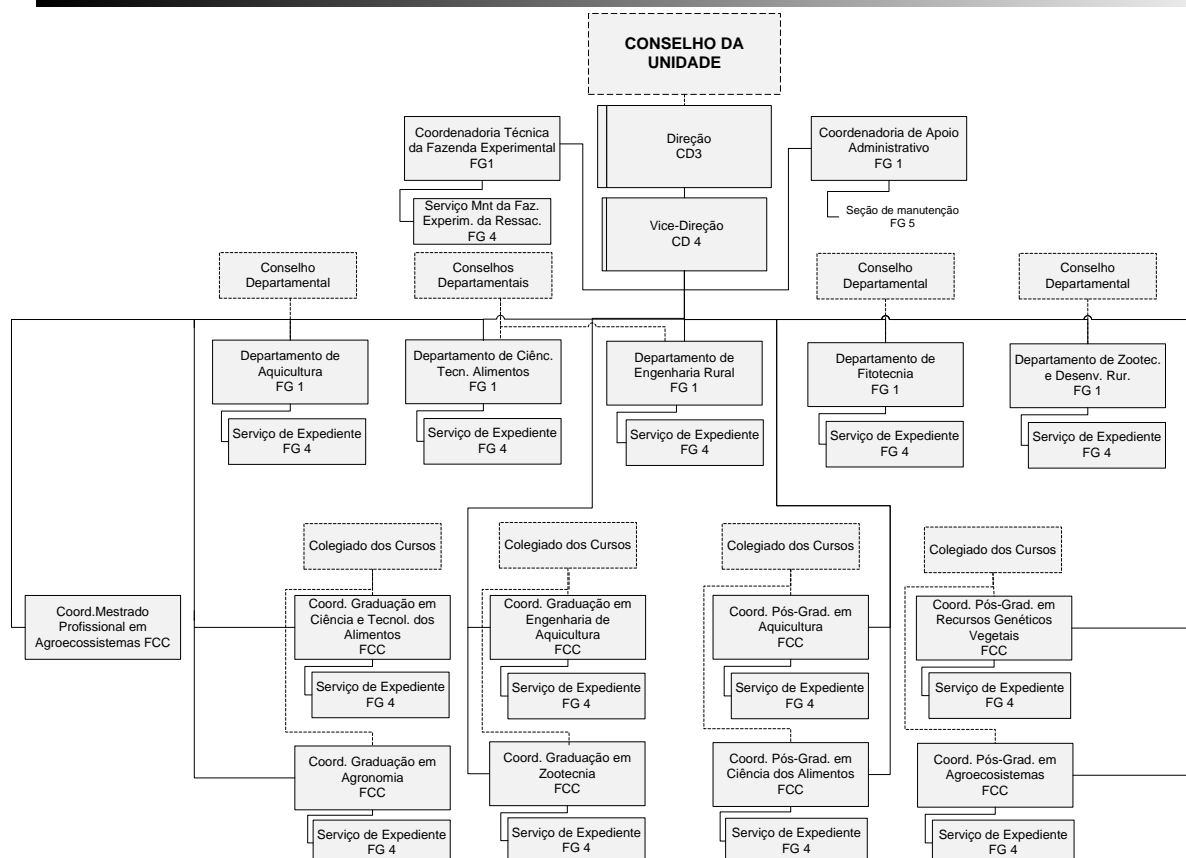
Centros de Ensino

Estrutura Organizacional da Administração da Universidade – Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão



Órgão Deliberativo

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Agrárias

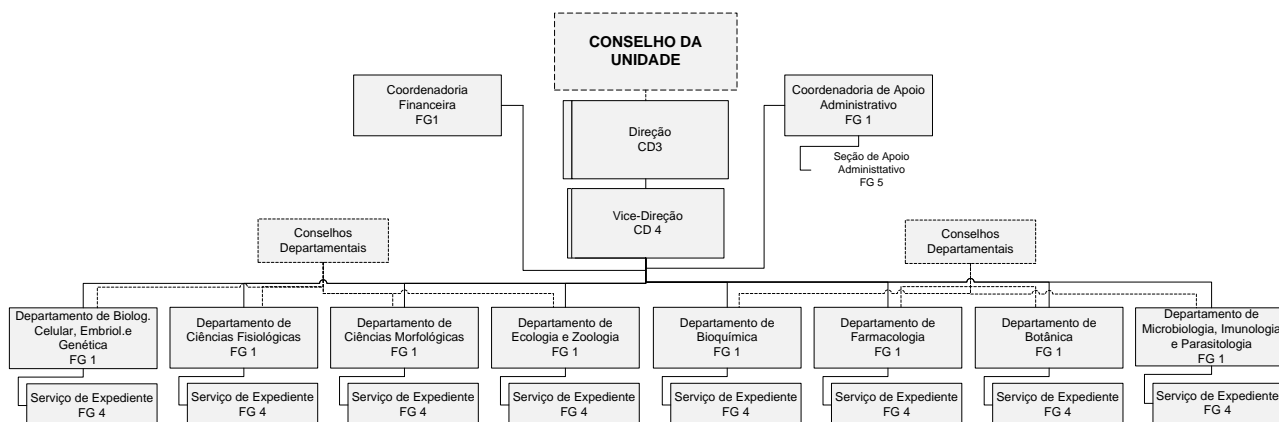


Quadro 20 – Centro de Ciências Agrárias

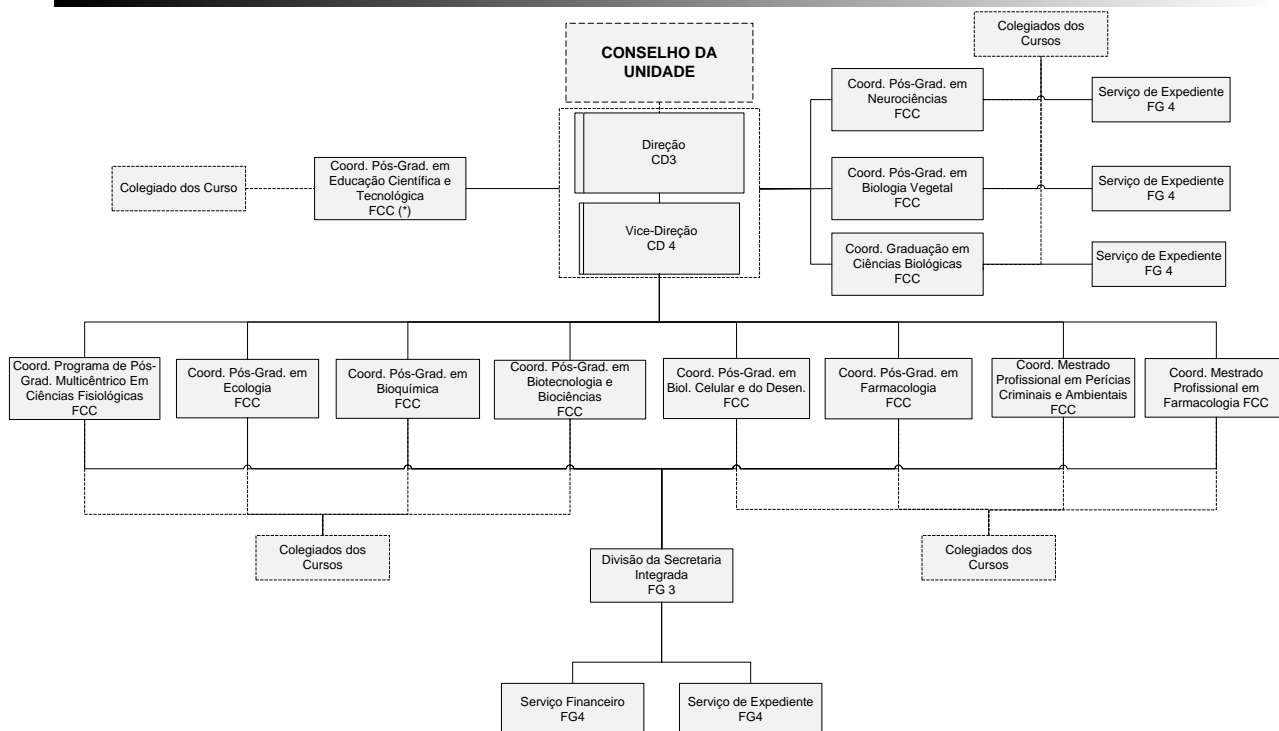
SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Jose Carlos Fiad Padilha	Diretor	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências Agrárias
CD-3	Cargo: Professor Associado		
PORTARIA N° 1986 /2012/GR Designação em 26/12/2012			
Pedro Luiz Manique Barreto	Vice-Diretor	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências Agrárias
CD-4	Cargo: Professor Adjunto		
PORTARIA N° 1987/2012/GR. Designação em 26/12/2012			

Fonte: GR/UFSC

Estrutura Organizacional do Centro Ciências Biológicas - Departamentos



Estrutura Organizacional do Centro Ciências Biológicas - Cursos



(*) Esta chefia é a mesma para três centros de ensino: CCB, CED e CFM.

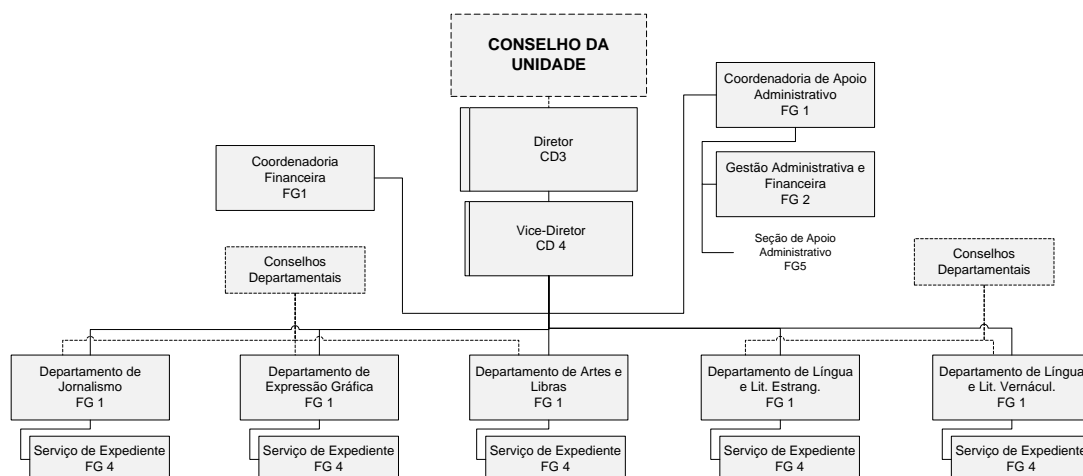
Quadro 21- Centro de Ciências Biológicas

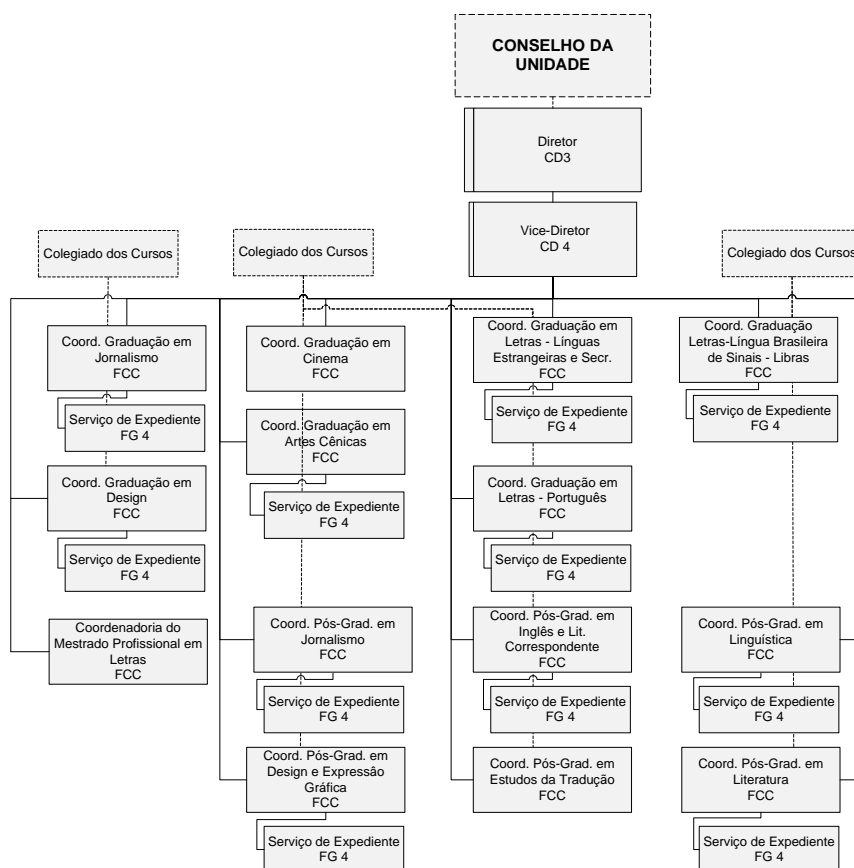
SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Sônia Gonçalves Carobrez CD-3 PORTARIA N° 1982/2012/GR. Designação em 26/12/2012	Diretora Cargo: Professora Associada	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências Biológicas
Tadeu Lemos CD-4 PORTARIA N° 1983/2012/GR Designação em 26/12/2012	Vice-Diretor Cargo: Professor Associado	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências Biológicas

Fonte: GR/UFSC

CCE

Estrutura Organizacional do Centro de Comunicação e Expressão - Departamentos

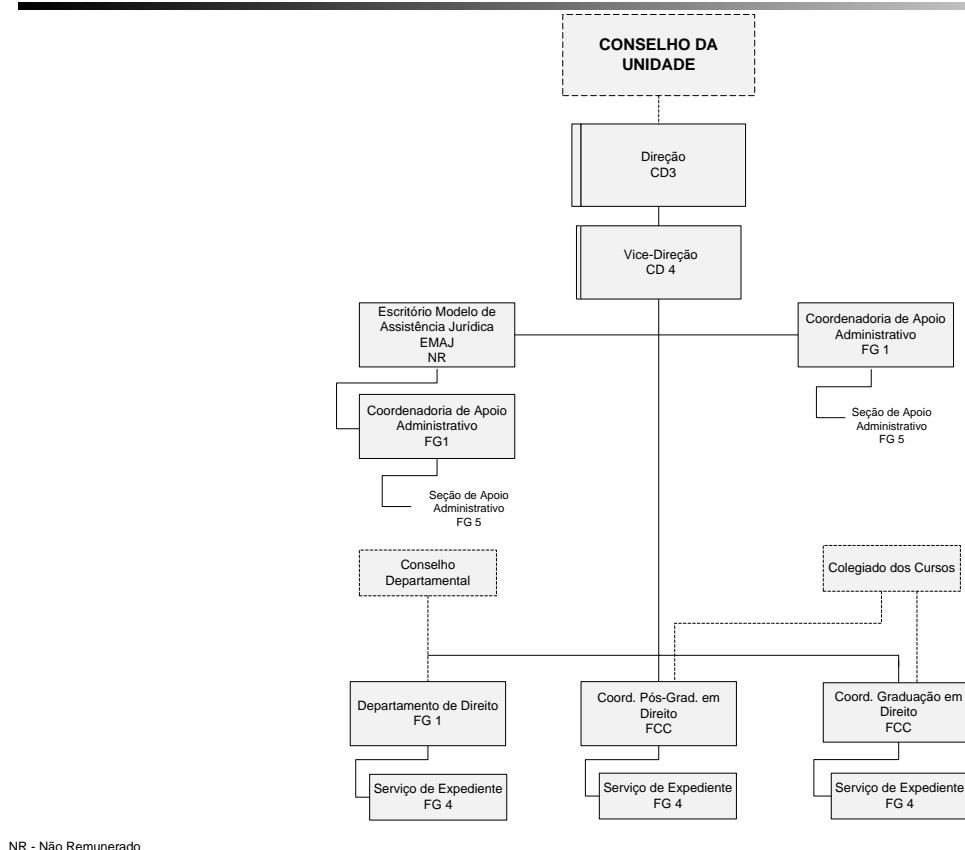




Quadro 22 – Centro de Comunicação e Expressão

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Felício Wessling Margotti CD-3 PORTARIA Nº1980/2012/GR, Designação em 26/12/2012	Diretor Cargo: Professor Associado	Unidade Acadêmica	Centro de Comunicação e Expressão
Arnoldo Debatin Neto CD-4 PORTARIA Nº 1981/2012/GR Designação em 26/12/2012	Vice Diretor Cargo: Professor Adjunto	Unidade Acadêmica	Centro de Comunicação e Expressão

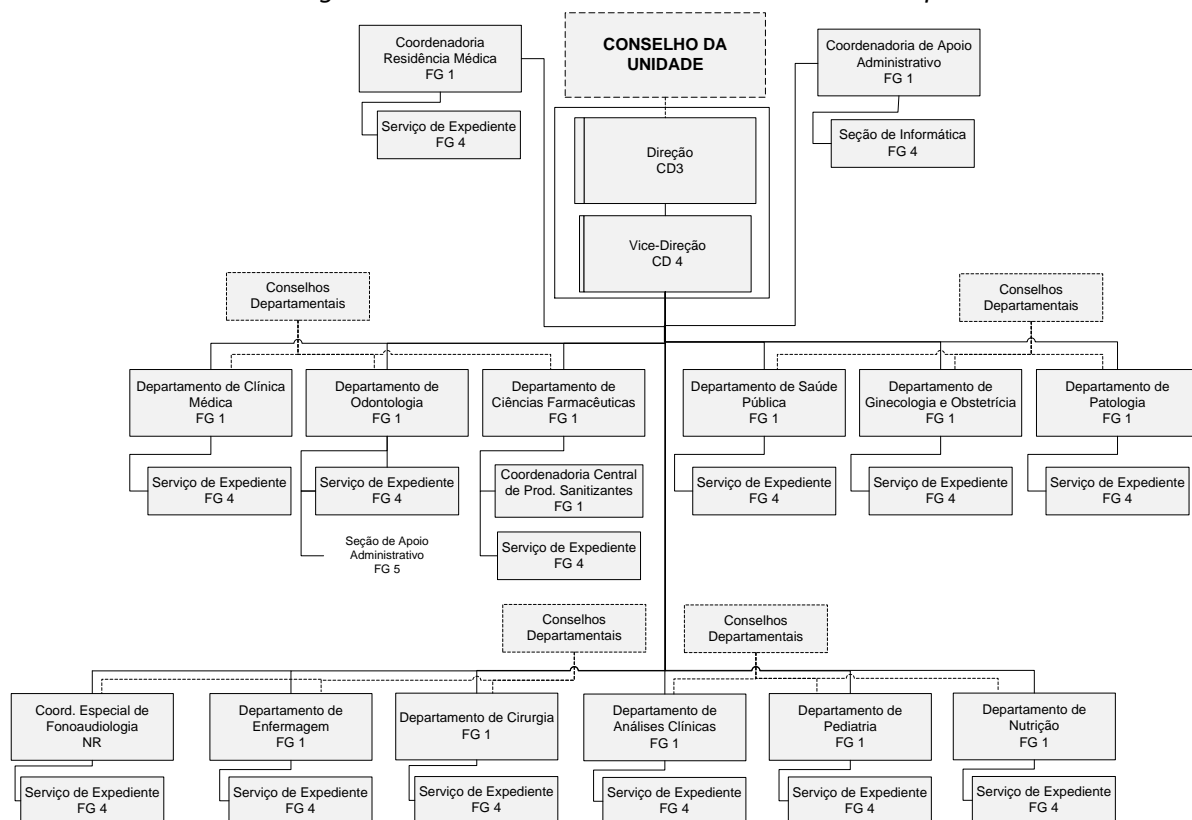
Fonte: GR/UFSC

**Quadro 23 – Centro de Ciências Jurídicas**

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Luis Carlos Cancellier de Olivo CD-3 PORTARIA Nº 1988/2012/GR Designação em 26/12/2012	Diretor Cargo: Professor Adjunto	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências Jurídicas
Ubaldo César Balthazar CD-4 PORTARIA Nº 1989/2012 Designação em 26/12/2012	Vice-Diretor Cargo: Professor Associado	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências Jurídicas

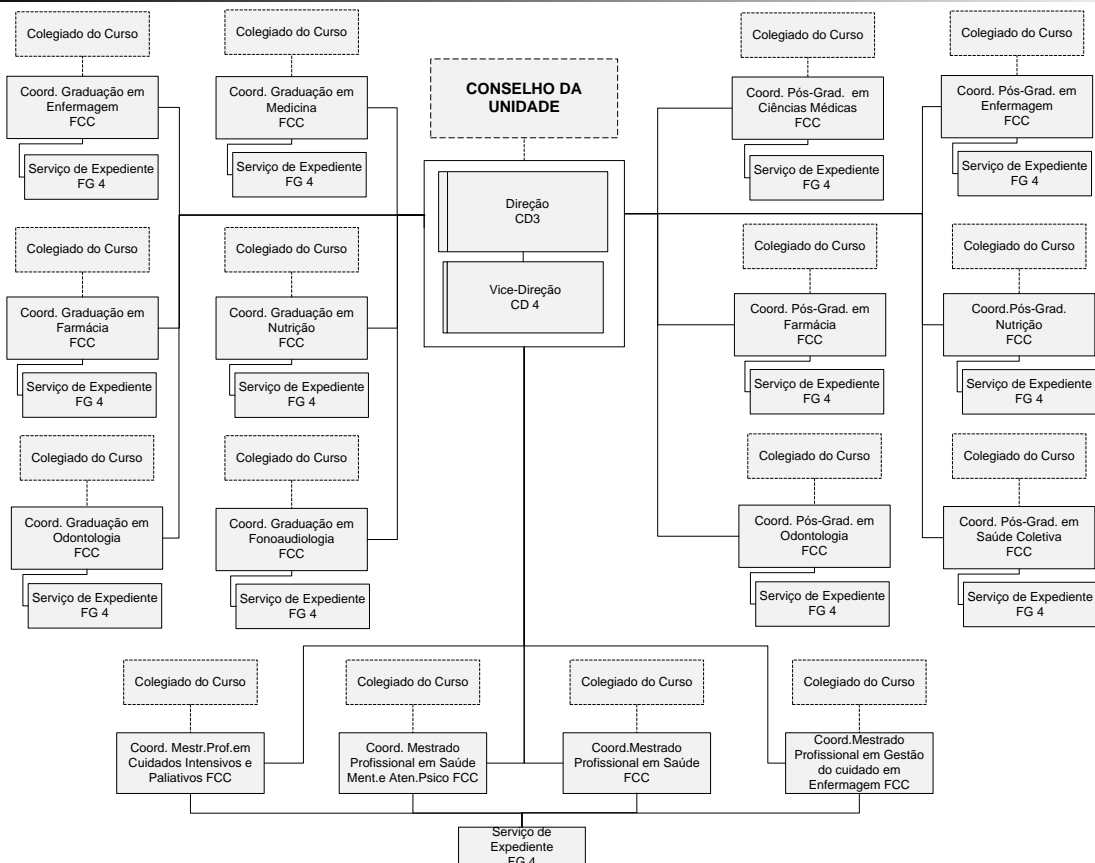
Fonte: GR/UFSC

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Saúde – Departamentos



NR - Não Remunerado

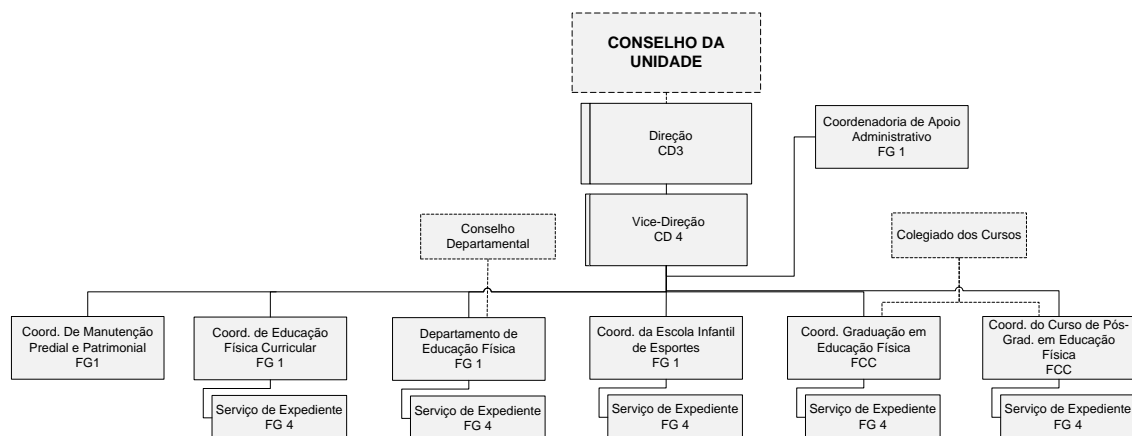
Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Saúde – Cursos



Quadro 24 – Centro de Ciências da Saúde

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Sérgio Fernando Torres de Freitas CD-3 PORTARIA Nº 1992 /2012/GR Designação em 26/12/2012	Diretor Cargo: Professor Associado	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências da Saúde
Isabela de Carlos Back Giuliano CD-4 PORTARIA Nº 1993/2012/GR Designação em 26/12/2012	Vice-Diretora Cargo: Professora Adjunta	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências da Saúde

Fonte: GR/UFSC

CDS***Estrutura Organizacional do Centro de Desportos*****Quadro 25 – Centro de Desportos**

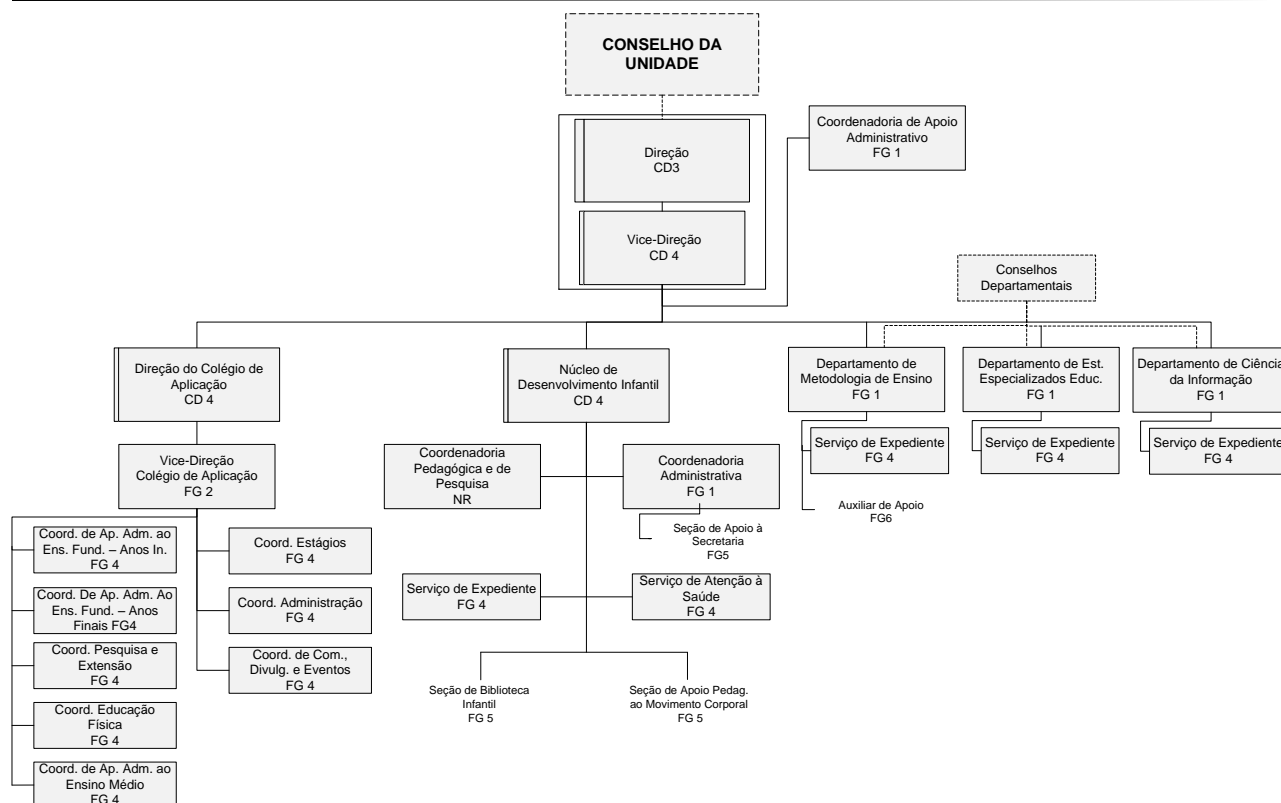
SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Edison Roberto de Souza CD-3 PORTARIA Nº 1984/2012/GR Designação em 26/12/2012	Diretor Cargo: Professor Associado	Unidade Acadêmica	Centro de Desportos

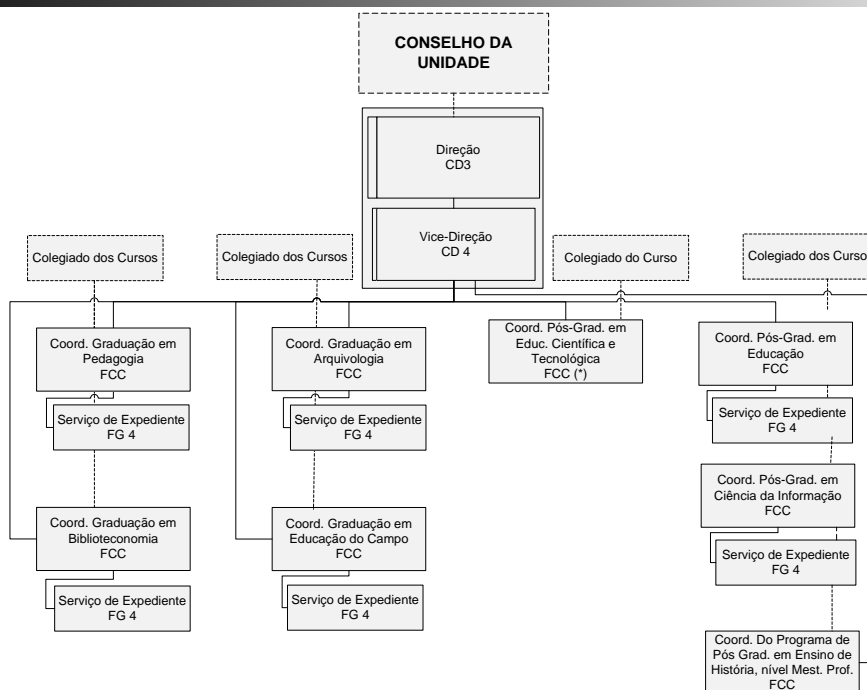
Luciano Lazzaris Fernandes CD-4 PORTARIA Nº 813/2012/GR Designação em 26/12/2012	Vice-Diretor Cargo: Professor Associado	Unidade Acadêmica	Centro de Desportos
---	--	-------------------	---------------------

Fonte: GR/UFSC

CED

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Educação – Departamentos





NR - Não Remunerado
(*) Esta chefia é a mesma para três centros de ensino: CCB, CED e CFM.

Quadro 26 – Centro de Ciências da Educação

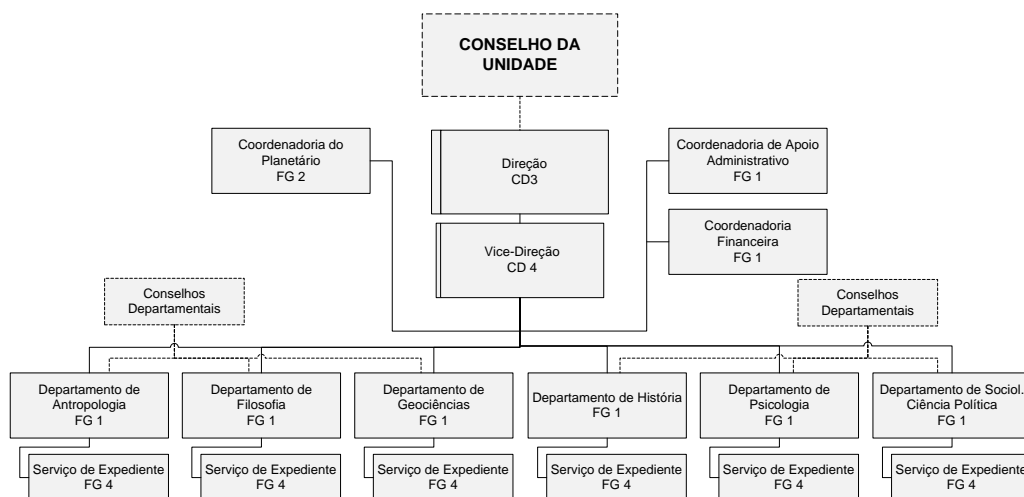
SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Nestor Manoel Habkost CD-3 PORTARIA Nº 1990/2012/GR Designação em 26/12/2012	Diretor Cargo: Professor Adjunto	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências da Educação
Juares da Silva Thiesen CD-4 PORTARIA Nº 1991/2012/GR Designação em 26/12/2012	Vice Diretor Cargo: Professor Adjunto	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências da Educação
Eloisa Helena Teixeira CD-4 PORTARIA Nº 1204/2014/GR Designação em 17/07/2014	Diretora do Núcleo de Desenvolvimento Infantil Cargo: Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências da Educação
Marilene Dandolini Raupp CD-4 PORTARIA N.º 927/GR/2010 Designação em 16/07/2010 PORTARIA Nº 1203/2014/GR Dispensa em 17/07/2014	Diretora do Núcleo de Desenvolvimento Infantil Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências da Educação
Josalba Ramalho Vieira CD-4	Diretora do Colégio de Aplicação	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências da Educação

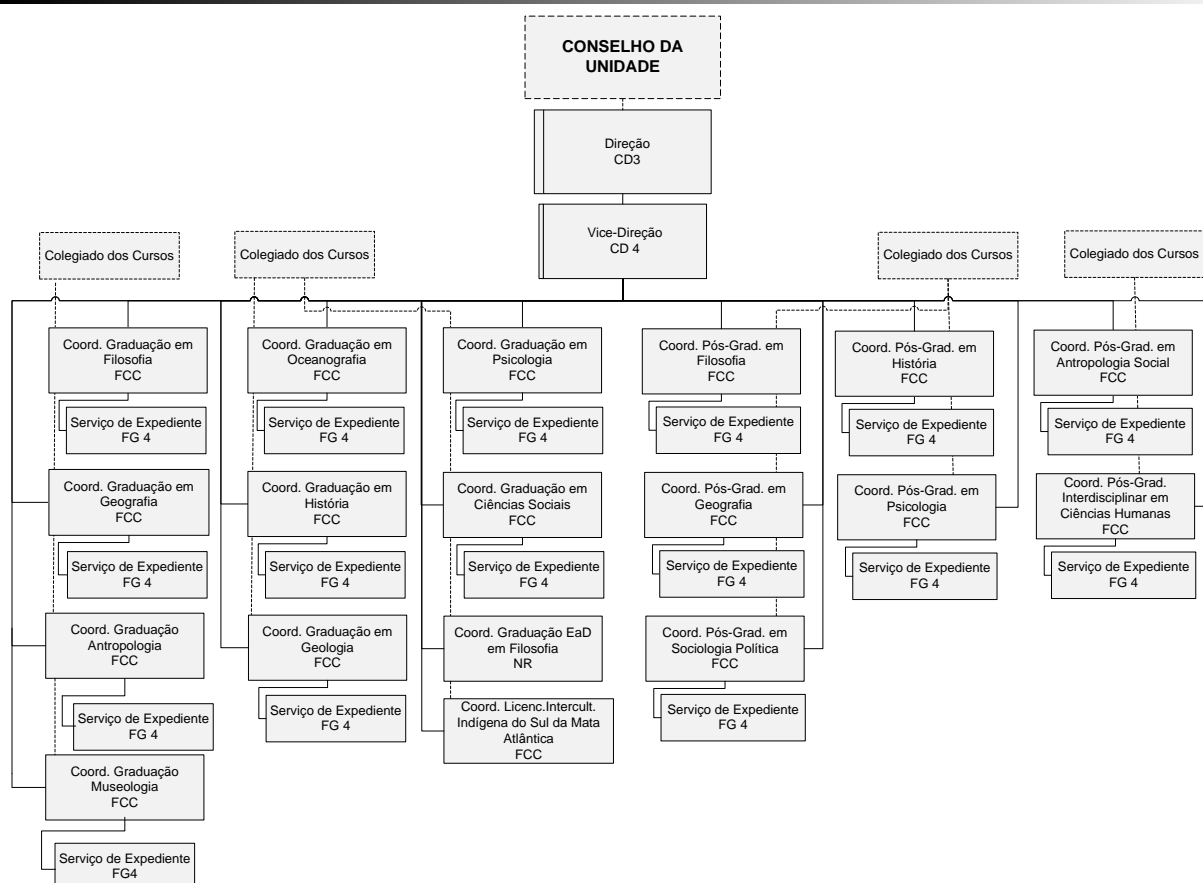
PORTARIA Nº 1071/2014/GR Designação em 17/07/2014	Cargo: Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico		
--	--	--	--

Fonte: GR/UFSC

CFH

Estrutura Organizacional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamentos



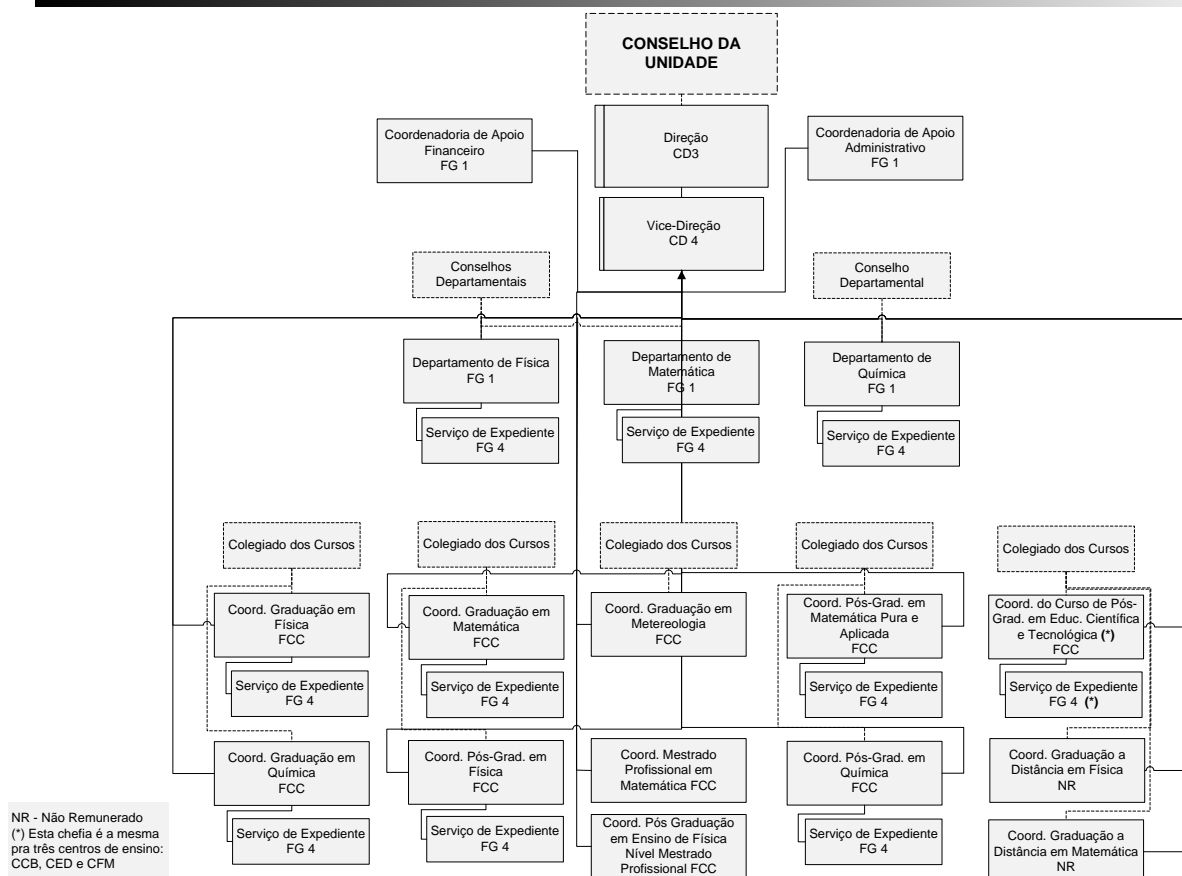


Quadro 27 – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Paulo Pinheiro Machado CD-3 PORTARIA Nº 1997/2012/GR Designação em 26/12/2012	Diretor Cargo: Professor Associado	Unidade Acadêmica	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Sônia Weidner Maluf CD-4 PORTARIA Nº 1998/2012/GR Designação em 26/12/2012	Vice-Diretora Cargo: Professora Associada	Unidade Acadêmica	Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Fonte: GR/UFSC

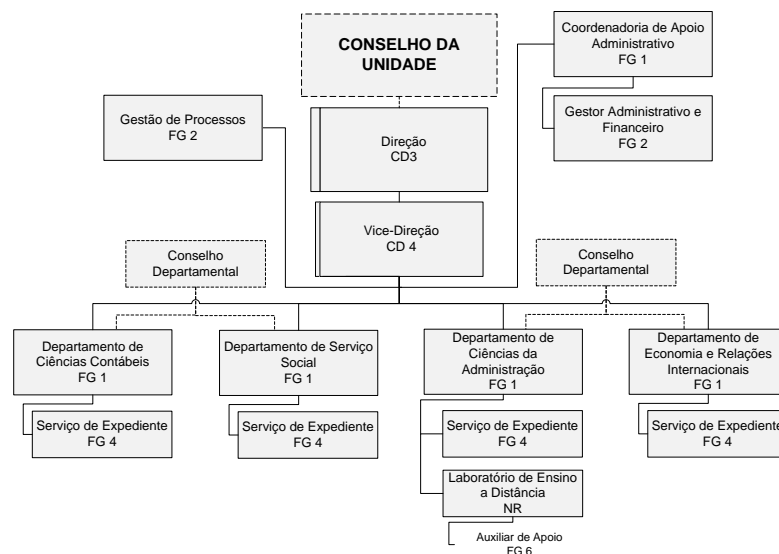
Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas



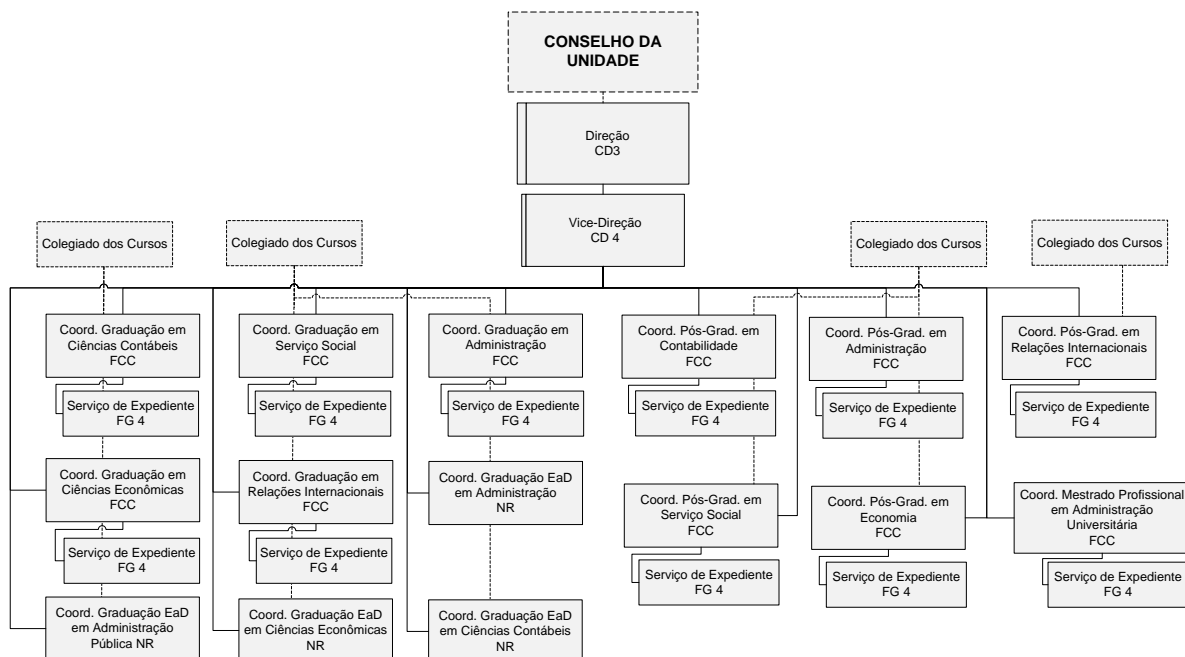
Quadro 28 – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Valdir Rosa Correia	Diretor	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências Físicas e Matemática
CD-3	Cargo: Professor Associado		
PORTARIA Nº 1976/2012/GR Designação em 26/12/2012			
Lício Hernanes Bezerra	Vice-Diretor	Unidade Acadêmica	Centro de Ciências Físicas e Matemática
CD-4	Cargo: Professor Associado		
PORTARIA Nº 1977/2012/GR Designação em 26/12/2012			

Fonte: GR/UFSC



Estrutura Organizacional do Centro Sócio-Econômico - Cursos



NR - Não Remunerado

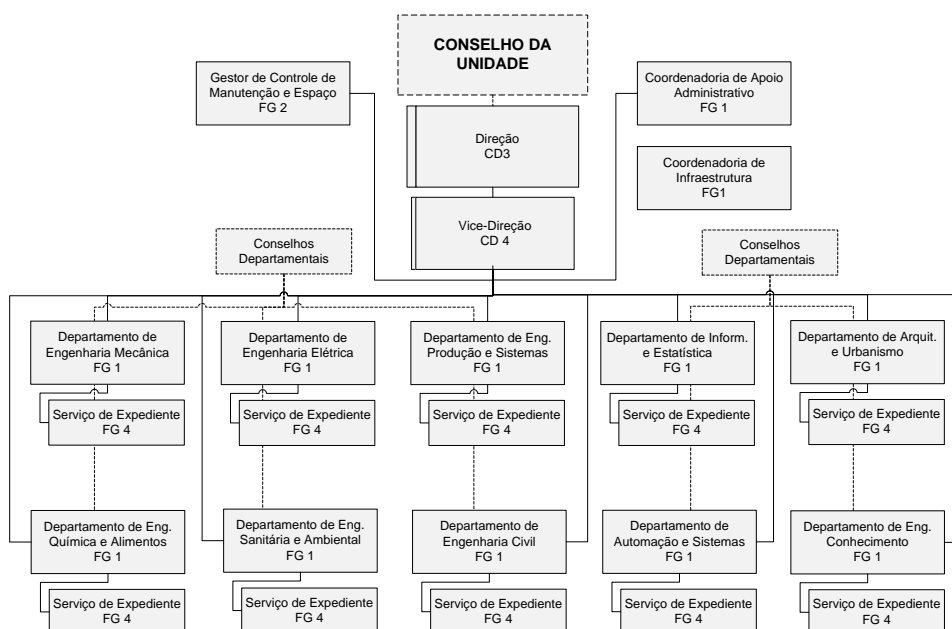
Quadro 29 – Centro Sócio-Econômico

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Elisete Dahmer Pfitscher CD-3 PORTARIA N°2033/2012/GR Designação em 26/12/2012	Diretor Cargo: Professor Adjunto	Unidade Acadêmica	Centro Sócio-Econômico
Rolf Hermann Erdmann CD-4 PORTARIA N°2034/2012/GR Designação em 26/12/2012	Vice Diretor Cargo: Professor Associado	Unidade Acadêmica	Centro Sócio-Econômico

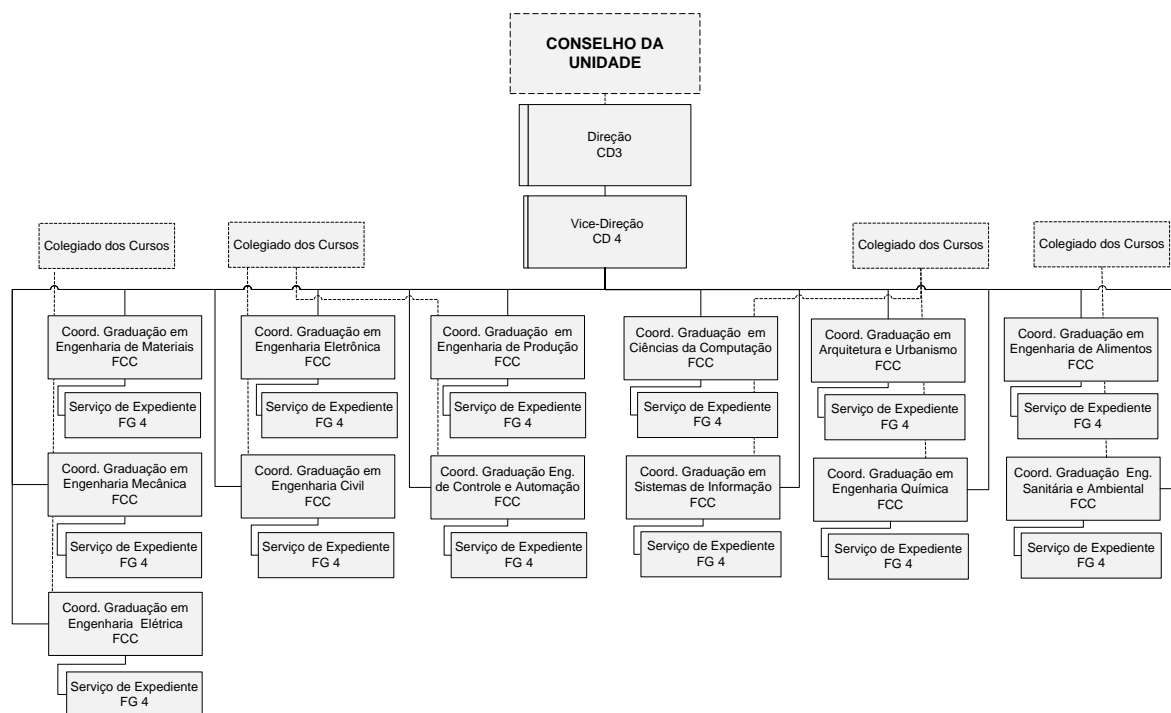
Fonte: GR/UFSC

CTC

Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico - Departamentos



NR - Não Remunerado



NR - Não Remunerado

Quadro 30 – Centro Tecnológico

SERVIDOR	FUNÇÃO	SETOR	LOCALIZAÇÃO
Sebastião Roberto Soares	Diretor	Unidade Acadêmica	Centro Tecnológico
CD-3 PORTARIA N° 1978/2012/GR Designação em 26/12/2012	Cargo: Professor Associado		
Edson Roberto de Pieri	Vice Diretor	Unidade Acadêmica	Centro Tecnológico
CD-4 PORTARIA N° 1979/2012/GR Designação em 26/12/2012	Cargo: Professor Associado		

Fonte: GR/UFSC

1.4 Macroprocessos finalísticos

1.4.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O presente item demonstra os três macroprocessos finalísticos da UFSC e que estão diretamente relacionados com a missão institucional e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, organizados em três grandes áreas, sendo eles:

1. Macroprocesso Ensino
2. Macroprocesso Pesquisa
3. Macroprocesso Extensão

1.4.1.1 Macroprocesso – Ensino

Os macroprocessos de ensino operam nos níveis de graduação e pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de ensino a distância (EaD). O início dá-se com a criação de um projeto acadêmico de um curso (novo ou alteração) que, após aprovação em todas as instâncias (Comissões, Conselhos, Câmaras etc.), tem suas vagas colocadas em oferta para o ano letivo seguinte. Isto representa vários processos operacionais ou processos de apoio, como determinação do calendário letivo, abertura de vagas para vestibular, definição de turmas, professores, alocação de salas de aula, entre outros recursos. Este macroprocesso dispara outro macroprocesso de seleção dos candidatos (prováveis alunos) para ocupar as vagas dos cursos ofertados. Para aqueles candidatos selecionados, serão executados os macroprocessos de ingresso e matrícula de calouros nas várias modalidades, transformando o candidato em aluno ativo da Universidade.

Este aluno passa a ter uma vida acadêmica (sucessivas matrículas, composição de histórico escolar, possibilidade de participação de estágios, mobilidades acadêmicas, etc.) que deve se estender pelo número de anos do curso. O processo de ensino é finalizado quando o aluno é diplomado e libera a vaga.

O macroprocesso de ensino envolve as Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação. As principais ações envolvidas de graduação, de acordo com o Regimento Interno que se encontra em anexo, se referem a:

- coordenar as ações ligadas ao ensino de graduação;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Graduação;
- promover o intercâmbio com outras entidades;
- coordenar atividades de ensino bem como as de matrícula e estágios curriculares;
- supervisionar as atividades do processo de matrícula;
- coordenar os projetos da educação básica propostos pelo MEC;
- representar a UFSC nos fóruns pertinentes;
- administrar as informações relativas às suas atividades;
- elaborar o calendário acadêmico a ser aprovado pelo CUn.

As principais ações envolvidas de pós-graduação, de acordo com o Regimento Interno que se encontra em anexo, se referem a:

- coordenar as ações ligadas ao ensino de pós-graduação;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Pós-Graduação;
- promover o intercâmbio com outras entidades;
- coordenar e supervisionar processos de seleção de alunos e de credenciamento de docentes com a observância de critérios justos e objetivos
- promover a integração das atividades de ensino de pós-graduação com o sistema de avaliação de rendimento escolar, de dissertações e teses
- representar a UFSC nos fóruns pertinentes.

Os macroprocessos de pesquisa e extensão, apresentados a seguir, nos itens 1.4.2. e 1.4.3, operam várias modalidades e permitem a captação de receita muitas vezes fora do âmbito de distribuição de recursos, tais como:

- interações acadêmicas que contemplam contratos e convênios firmados com a Universidade através de um projeto oriundo de um professor ou técnico, podendo ser cursos, consultorias, pesquisa aplicadas a pedido de empresas ou outros;
- projetos de pesquisa que podem ser realizados com órgãos de governo como CAPES e CNPQ, outros ou ainda com empresas privadas;
- eventos normalmente relacionados aos projetos de pesquisas ativos na Universidade, tais como SEPEX (Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão), que mostram à sociedade as atividades realizadas pela Universidade com seus alunos, parceiros e professores;
- cursos de extensão que permitem uma larga interação com a sociedade. Esses cursos, em geral, são curtos e fornecem certificados, sem o processo complexo de uma diplomação. No entanto, contêm procedimentos de seleção e matrícula como nos macroprocessos de ensino e, algumas vezes, envolvem procedimentos de pagamentos pelos alunos.

1.4.1.2 Macroprocesso – Pesquisa

O macroprocesso de pesquisa envolve a Pró-Reitoria de Pesquisa.

As principais ações envolvidas de Pesquisa, de acordo com o Regimento Interno que se encontra em anexo, se referem a:

- Coordenar as ações ligadas a Pesquisa
- Convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pesquisa
- Promover o intercâmbio com outras entidades
- Fomentar e apoiar a pesquisa
- Coordenar ações para a busca de recursos através de projetos institucionais de pesquisa
- Acompanhar a execução de projetos de pesquisa zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público

1.4.1.3 Macroprocesso – Extensão

O macroprocesso de extensão envolve a Pró-Reitoria de Extensão.

As principais ações envolvidas de extensão, de acordo com o Regimento Interno que se encontra em anexo, se referem a:

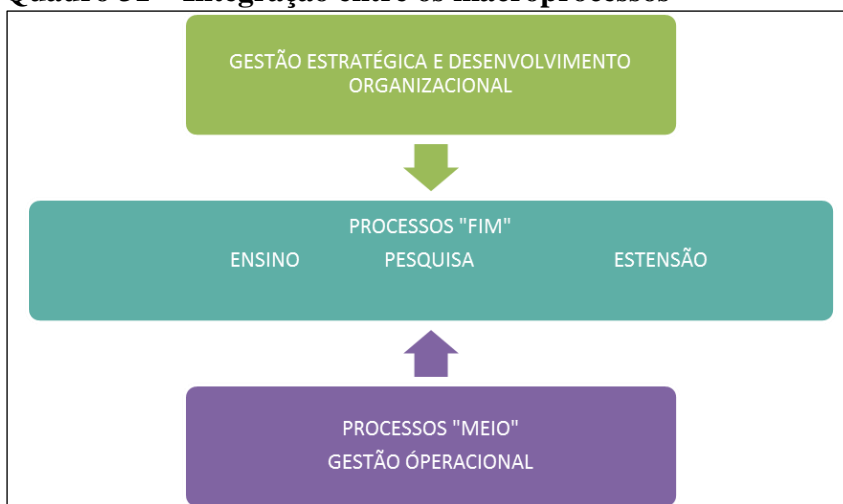
- coordenar as ações ligadas a Extensão;
- convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão;
- promover o intercâmbio com outras entidades;
- acompanhar a execução de projetos de extensão zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- supervisionar a concessão de bolsas de extensão;
- gerir o sistema de emissão de certificados de extensão.

Os macroprocessos Ensino, Pesquisa e Extensão encontram-se estreitamente relacionados, uma vez que, na maioria das vezes, eles dependem e afetam uns aos outros. Cursos de pós-graduação stricto sensu podem gerar projetos de pesquisa financiados por órgãos como CAPES, cursos de pós-graduação lato sensu podem gerar convênios e/ou contratos com entidades do governo ou privadas e assim por diante.

O Quadro 1 ilustra a interação entre os macroprocessos finalísticos entre si e entre estes e os macroprocessos de apoio à execução e operacionalização dos processos

finalísticos; no nível de gestão estratégica estão os macroprocessos direcionadores e de apoio à tomada de decisão.

Quadro 31 – Integração entre os macroprocessos



Fonte: CPI/DPGI

1.4.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

O HU é considerado um HOSPITAL GERAL por prestar assistência à saúde na modalidade de internação nas quatro clínicas básicas (clínica médica, pediatria, ginecologia/obstetrícia e cirurgia geral); dispor de Serviço de Atendimento Diagnóstico e Terapêutico (SADT); contar com serviço de Urgência/Emergência, Unidade de Terapia Intensiva, hospital-dia, serviço ambulatorial, maternidade e outros.

Foi idealizado na década de 60 para atendimento das demandas de ensino, pesquisa e extensão da UFSC na área da saúde e afins. Através do ensino em serviço, busca uma formação de qualidade, capacitando profissionais para o SUS. Em 2004, com a publicação da primeira Portaria que definia os critérios obrigatórios para a certificação de unidades hospitalares como hospitais de ensino, buscou esta certificação junto aos Ministérios da Saúde e Educação. Foi o primeiro hospital no Estado de Santa Catarina a receber a certificação, que aconteceu ainda no ano de 2004. A partir desta data o HU/UFSC é avaliado a cada 2 anos, sendo que a Portaria Interministerial nº 2.160, de 30 de setembro de 2013 é a que está em vigor.

Principais atividades relacionadas:

O HU possui um Ambulatório que atende cerca de 10.000 consultas e retornos/mês especialmente em média e alta complexidade. O Ambulatório representa uma das portas de entrada da Instituição, as demais são as 03 (três) Emergências (pediátrica, adulto e ginecológica/obstétrica), que realizam no conjunto cerca de 6.000 atendimentos/mês. Também realiza em torno de 730 internações, 225 cirurgias de médio e grande porte, 332 cirurgias ambulatoriais e 157 partos/mês (Boletim Estatístico do Movimento Hospitalar do HU, 2014). Os agendamentos de consultas, retornos e exames são majoritariamente via Sistema de Regulação – SISREG, do Ministério da Saúde, sob a responsabilidade dos gestores estadual e municipal.

Considerando o ensino de graduação e pós-graduação anualmente mais de 1.000 alunos realizam atividades no HU, principalmente oriundos de cursos da UFSC, bem como, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e UDESC. No ano de 2014 atuaram no HU 100 médicos residentes em 21 especialidades,

bem como, 62 residentes multiprofissionais. A Assessoria de Ensino, Pesquisa e Extensão juntamente com a Direção Geral autorizaram a execução de 164 projetos de pesquisa no HU em 2014.

Principais produtos e serviços gerados e respectivas participações na composição das receitas próprias da unidade jurisdicionada:

Quadro 32 - Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis (áreas físicas)
Atendimento Ambulatorial	Realizar consultas e retornos por profissionais médicos e de outras áreas da saúde	Consultas/retornos ambulatoriais	Usuários do SUS agendados via SISREG	Área A, B, C, pediatria, cirurgia ambulatorial, oftalmologia, proctologia, otorrinolaringologia, etc
Atendimento ambulatorial	Realizar hemodiálise em pacientes com doença renal crônica (DRC)	Hemodiálise	Usuários do SUS portadores de doença renal crônica (DRC), conforme Termo de Compromisso pactuado com os gestores (estadual e municipal)	Unidade de Tratamento Dialítico
Atendimento ambulatorial	Realizar pequenas cirurgias	Pequenas cirurgias	Usuários do SUS agendados via SISREG	Área de Cirurgia Ambulatorial
Realização de exames	Realizar exames preventivos, diagnósticos e para o monitoramento de doenças	Exames de imagem, cardiológicos, hemodinâmicos, em análises clínicas, em anatomia patológica e endoscópicos	Usuários do SUS atendidos pelas especialidades médicas no ambulatório (urgências), encaminhados apenas para realização de exames no HU (via SISREG) ou internados na instituição.	Serviço de Radiologia, Cardiologia, Hemodinâmica, Divisão de Análises Clínicas, Serviço de Anatomia Patológica e Centro Endoscópico
Atendimento nas Emergências Adulto, Pediátrica e Ginecológica/Obstétrica	Realizar atendimento de urgência e emergência no HU	Consultas em urgência e emergência	Usuários do SUS - pacientes referenciados (SAMU, UPAs e outras instituições) e porta-aberta (livre demanda)	Emergência Adulto Emergência Pediátrica Emergência Ginecológica/Obstétrica
Internações	Realizar internações no HU	Internações em clínica médica, cirúrgica, pediatria e ginecológica no HU.	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório (internações eletivas) e atendidos nas emergências	Clínicas Médicas 1 e 2, Clínicas Cirúrgicas 1 e 2, Unidade de Internação Ginecológica, Unidade de Internação Pediátrica e UTI adulto
Internações	Realizar	Internações em UTI	Usuários do SUS,	UTI adulto e

	internações em UTI adulto e neonatal	adulto e neonatal	internados/nascidos no HU ou referenciados	neonatal
Cirurgias de médio e grande porte	Realizar cirurgias de médio e grande porte no HU, incluindo as de alta complexidade	A prioridade, nas várias especialidades tem sido dada aos pacientes oncológicos e cirurgias de alta complexidade pactuadas com os gestores (bariátrica, transplante hepático, vascular/endovascular e implante coclear). Temos filas de espera para cirurgias eletivas em várias especialidades	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório e emergências	Centro Cirúrgico, Unidades de Internação Cirúrgica 1 e 2, Ginecológica e UTI adulto
Partos	Realizar partos no HU, tendo como porta de entrada a Emergência Obstétrica	Partos	Usuários do SUS atendidos pelo ambulatório e Emergência Obstétrica	Centro Obstétrico, Alojamento Conjunto, UTI neonatal.

Fonte: HU/UFSC

Unidades técnicas diretamente responsáveis:

As subunidades relacionadas no item anterior são consideradas as unidades técnicas diretamente responsáveis. Divisões e Serviços da Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar (Fisioterapia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Psicologia, Análises Clínicas, Hemoterapia, Anatomia Patológica, Farmácia, Nutrição e Dietética, Prontuário do Paciente e Radiologia) participam da assistência ao usuário. Outras unidades participam de forma indireta: Coordenadoria de Suprimentos, Coordenadoria de Processos Licitatórios, Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais e Coordenadoria de Informática.

Principais insumos e fornecedores para a produção de cada macrop processo:

Quadro 33 – Principais Insumos e Fornecedores do HU

GRUPO DE MATERIAIS	PRINCIPAIS FORNECEDORES
Laboratório	Logiteknica Com. Prods p/saude (07.570.445/0001-56) Crivitta Diagnóstica (03.241.947/0001-82) Laborsys Prods. Diag. Ltda. (04.013.726/0001-10) J. R. Ehlke & Cia. Ltda. (76.730.076/0001-34) Abbott Laboratórios (56.998.701/0016-00) Diamed latino América (71.015.853/0001-45) Prods. Roche S/A (33.009.945/0002-04)
Medicamentos	Cirurgica Jaw (79.250.676/0001-93) Alminhana Com. Represent. (02.873.606/0001-67) Cristália prods. Químicos (44.734.671/0001-51) Teva Farmacêutica Ltda. (05.333.542/0001-08) Bayer S/A (18.459.628/0001-15) Hosp Log Com. Prods. (06.081.203.0001-36) Grifols Brasil Ltda. (02.513.899/0001-71) CSL Behring (62.969.589/0005-11) Wincorp farmaceutica (12.573.787/0001-60)
Assistência ao Paciente	Laboratórios B. Braun (31.673.254.0001/02) Dimaci/SC mat. Cirurgicos (01.531.725.0001/20) Cremer S/A (82.641.325/0043-77) Becton Dickinson Ind. Cirurg. (21.551.379/0008-74) Fresenius Medical Care (01.440.590/0001-36)

Consignados	Invasive Imp. E Com. (02.555.905/0001-53) Pro-Vascular Repr. Comerciais (80.796.360.0001/80) Fenergy Ind. Com (85.121.986/0001-00) Inmed Com. Mat. Hosp. (01.885.484/0001-66)
-Manutenção(Diesel) -Manutenção(Gases medicinais) -Manutenção	-Rudipel Rudnick (75.415.075/0002-13) -IBG (67.423.152/0001-78) -Cristiani Louri Rodrigues (08.676.816/0001-41)
Cirúrgico/Implante Coclear	Politec Importação e Com. (43.894.609/0001-64) Advanced Bionics (13.059.106/0001-02) Sonova do Brasil (92.792.530/0001-38) Atomed prod. Med. (01.035.382/0001-51)
Rouparia	Mercant Commercial Ltda. (01.180.450/0001-76)
Soluções parenterais de grandes volumes (SPGV)	Fresenius Medical Care (49.324.221/0001-04)
- Divisão de Nutrição e Dietética (DND)/carnes -DND/Dietas Enterais -DND/Hortifruti -DND/Hortifruti -DND/pães	-Thales Eduardo Mercurio (08.408.666/0001-95) -Support Prods. Nutricionais (01.107.391/0001-00) -Cristiane Malvina Amaral (05.389.447/0001-18) -Alvari Com. Alimentos (10.397.548/0001-70) -F2J Coml. (12.698.194/0001-20)

Fonte: HU/UFSC

Principais clientes e parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa) relacionados à execução dos macroprocessos finalísticos e a forma de implementação das parcerias:

Desde 2004 o HU/UFSC tem convênio firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, compartilhado com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, pactuando serviços e atividades à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Contamos também com Laboratórios e Clínicas de Referência externas à instituição para a realização de procedimentos de alta complexidade ou de baixa demanda, o que inviabiliza a sua implantação no HU, contratados por licitação.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, com autonomia administrativa, didático-científica, gestão financeira e disciplinar. Suas atividades são regidas pela legislação federal que lhe for pertinente, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas Resoluções de seus órgãos.

Conforme o Art. 5º de seu Estatuto:

A Universidade Federal de Santa Catarina organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos.

A administração da Universidade se dá através de seus órgãos deliberativos centrais e órgãos executivos centrais.

Os órgãos deliberativos são o Conselho Universitário, o Conselho de Curadores e as Câmaras de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. Os órgãos executivos centrais são a Reitoria, a Vice-Reitoria e as Pró-Reitorias.

Ao **Conselho Universitário** como o órgão máximo deliberativo e normativo, compete definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da Instituição. Como o órgão de jurisdição superior da universidade, cabe ao Conselho Universitário julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão.

O **Conselho de Curadores** é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica, financeira e patrimonial da Universidade. Possui como uma de suas atribuições aprovar a prestação de contas da Universidade.

A **Câmara de Ensino de Graduação**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino de Graduação, tem entre suas atribuições a aprovação dos currículos dos cursos de graduação, bem como a sua criação ou supressão. A Câmara também propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação e normas e diretrizes sobre o regime de trabalho docente.

A **Câmara de Pós-Graduação**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pós-graduação, em sua atuação propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação; aprova a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação, observada a legislação vigente; bem como, estabelece as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação.

A **Câmara de Pesquisa**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pesquisa. Além de propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa, estabelece as políticas de avaliação das atividades de pesquisa; manifesta-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

Na mesma linha, a **Câmara de Extensão**, órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão, propõe ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão, estabelece as políticas de avaliação das atividades de extensão e manifesta-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

Todas as instâncias normativas da UFSC compõem-se de servidores docentes e técnico-administrativos, representantes discentes, e membros da comunidade externa, que assim participa da gestão institucional.

A estrutura de governança da UFSC conta ainda com a assessoria da **Auditoria Interna** - AUDIN como órgão de avaliação independente, com intuito de promover a gestão através da racionalização das ações de controle e apoiar os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. A AUDIN trabalha observando a conformidade da utilização dos recursos e o desempenho institucional, com acompanhamento, controle e avaliação dos resultados.

De maneira resumida as decisões setoriais da Universidade acontecem no nível de suas Unidades Universitárias, mais especificamente nos Conselhos de Unidade, que são órgãos setoriais deliberativos e consultivos, presididos pelo Diretor da Unidade Universitária. Das decisões do Conselho da Unidade cabe recurso às Câmaras respectivas.

As Unidades Administrativas, **Pró-Reitorias e Secretarias**, não possuem caráter normativo e sim executivo, dessa maneira, estão entre suas atribuições auxiliar a Reitora e a Vice-Reitora no exercício de suas funções administrativas, observadas as suas áreas de atuação afetas às atividades-fim e atividades-meio. Ainda, a Universidade conta em sua composição com **Órgãos Suplementares** de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante, que auxiliam no melhor desempenho das diversas atividades universitárias.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

Atuação da unidade

A unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criada pela Resolução do Conselho Universitário nº 04/CUn/2002, de 31 de janeiro de 2002 e está formalmente subordinada à Reitoria e Vice Reitoria da UFSC, conforme dispõe o artigo 5º do Regimento da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, aprovado pela Resolução Normativa nº 28/CUn, 27 de novembro de 2012.

Atualmente é administrada por um Auditor-Chefe, cuja nomeação foi submetida à aprovação do Conselho Universitário e da Controladoria Geral da União, e está composta por profissionais das áreas de Ciências Contábeis e Direito.

A Auditoria Interna é responsável pelas atividades de auditoria em todas as áreas da universidade, incluindo o Hospital Universitário e os campi, não possuindo unidades ou subunidades descentralizadas.

Auditorias realizadas no exercício de referência

No exercício de referência foram realizados trabalhos de auditoria que resultaram em constatações e recomendações à gestão da universidade. Salienta-se que alguns trabalhos foram realizados no exercício, porém podem estar relacionados a fatos ocorridos em exercícios anteriores, haja vista que a AUDIN executa suas ações no decorrer de todo o exercício. A seguir, apresentam-se os trabalhos realizados em 2014.

- Ordem de Serviço nº. 005/2013 – Análise dos instrumentos de transferência de recursos para as fundações de apoio. (*Trabalho de auditoria iniciado em 2013 e encerrado em 2014*).

- Ordem de Serviço nº. 006/2013 – Análise nos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação. (*Trabalho de auditoria iniciado em 2013 e encerrado em 2014*).

- Ordem de Serviço nº. 001/2014 – Auditoria na área de gestão dos cartões de pagamento do governo federal.
- Ordem de Serviço nº. 002/2014 – Auditoria nos processos de pagamentos dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da UFSC.
- Ordem de Serviço nº. 003/2014 – Auditoria de acompanhamento do cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA).
- Ordem de Serviço nº. 004/2014 – Auditoria no inventário patrimonial de bens móveis e imóveis. (Trabalho de auditoria em andamento ao final do exercício de 2014)
- Ordem de Serviço nº. 005/2014 – Auditoria na gestão dos estoques de materiais de consumo (Almoxarifado). (Trabalho de auditoria em andamento ao final do exercício de 2014)

Execução do plano anual de auditoria

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) previu para o exercício de 2014 a realização de 7 (sete) ações de auditoria, a seguir relacionadas. Para o PAINT do exercício seguinte estão previstas ações específicas para a identificação e avaliação das providências adotadas pela administração da universidade para elidir as constatações apontadas nos relatórios de auditoria.

Ação nº 001 - Parecer sobre a prestação de contas da UFSC referente ao exercício de 2013.

Ação nº 002 - Pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade.

Ação nº 003 - Gestão dos Cartões de Pagamento do Governo Federal.

Ação nº 004 - Contratos e convênios firmados entre a UFSC e as Fundações de Apoio.

Ação nº 005 - Inventário patrimonial de bens móveis e imóveis.

Ação nº 006 - Acompanhamento do cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA).

Ação nº 007 - Aquisição, estocagem e distribuição de materiais de consumo pelos almoxarifados.

No decorrer do exercício foram encerradas duas ações pendentes de 2013 e das sete previstas no planejamento, quatro ações foram iniciadas e encerradas em 2014 (Ações nº 001, 002, 003 e 006), duas ações iniciadas no exercício com previsão de encerramento para o início de 2015 (Ações 005 e 007) e uma não foi realizada (Ação 004) devido às alterações constantes no quadro funcional da AUDIN e ao movimento de paralisação das atividades dos servidores da UFSC durante o exercício.

A seguir, destacam-se os trabalhos realizados e as respectivas constatações:

Ações de 2013, encerradas em 2014:

Ordem de Serviço nº. 005/2013 – Análise dos instrumentos de transferência de recursos para as fundações de apoio.

Constatação (001): Registro no Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) e ausência de credenciamento das fundações de apoio no ministério da Educação (MEC).

Constatação (002): Necessidade de aprimoramento da estrutura de recursos humanos, materiais e tecnológicos para a gestão das transferências.

Constatação (003): Ausência de rotinas administrativas sistematizadas para aferir o controle sobre a fiscalização dos contratos com as Fundações de Apoio.

Constatação (004): Ausência de requisitos legais e falhas na formalização e na instrução processual dos Termos de Cooperação.

Constatação (005): Aprovação de projetos cujos planos de trabalho não contemplam a totalidade dos requisitos exigidos pela legislação.

Constatação (006): Documentos fiscais com menção genérica ao objeto do contrato e com data de emissão divergentes da competência da prestação dos serviços.

Ordem de Serviço nº. 006/2013 – Análise nos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação.

Constatação (001): Ausência da ata de registro de preços e da respectiva publicação do extrato da ARP no DOU, referente ao Pregão nº 042/2013.

Constatação (002): Aquisição de objeto similar por dispensa de licitação para o Colégio de Aplicação – Fracionamento de despesa.

Constatação (003): Ausência da publicação do extrato da ata de registro de preços no DOU (Pregão nº 078/2013).

Constatação (004): Ausência de pesquisa de preços para a totalidade de itens dos Pregões nºs 019/2013, 053/2013, 077/2013, 078/2013, 051/2013 em conformidade com as recomendações já consolidadas pelos órgãos de controle.

Ações iniciadas e encerradas em 2014:

Ação nº 001 - Parecer sobre a prestação de contas da UFSC referente ao exercício de 2013.

Não houve constatações.

Ação nº 002 - Pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade.

Ordem de Serviço nº. 002/2014 – Auditoria nos processos de pagamentos dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores da UFSC.

Constatação (001): Divergência de dados entre o sistema SIAPE e a documentação fornecida.

Constatação (002): Indício de pagamento incorreto pela diferença de percentual.

Constatação (003): Impossibilidade de certificação de pagamento correto para o período de 2013 por envio de informação incompleta.

Constatação (004): Pagamento de adicional sem documentação suporte.

Constatação (005): Pagamento indevido de insalubridade em período de licença por motivo de doença em pessoa da família.

Constatação (006): Pagamento de adicional a servidores que não estão expostos a risco.

Constatação (007): Portarias de concessão com datas anteriores à data de emissão dos laudos.

Constatação (008): Divergência de percentual entre o laudo, o sistema SIAPE e a Portaria, referente ao servidor de SIAPE 1156903.

Constatação (009): Incoerência entre a Norma Regulamentadora e os Laudos Periciais.

Constatação (010): Descumprimento à Orientação Normativa nº 6/2013.

Constatação (011): Assistentes administrativos com Recebimento de Adicional sem Concessão em Laudo Pericial.

Ação nº 003 - Gestão dos Cartões de Pagamento do Governo Federal.

Ordem de Serviço nº. 001/2014 – Auditoria na área de gestão dos cartões de pagamento do governo federal.

Constatação (001): Desatualização do Manual de Suprimento de Fundos publicado pelo DCF/SEPLAN/UFSC.

Constatação (002): Ausência de formalização do Manual de Suprimento de Fundos publicado pelo DCF/SEPLAN/UFSC.

Constatação (003): Ausência de sistema informatizado para a análise dos processos de suprimento de fundos.

Constatação (004): Motivação genérica apresentada como justificativa da excepcionalidade da despesa realizada via suprimento de fundos.

Constatação (005): Falta de indicação prévia do montante a ser autorizado para utilização do CPGF na modalidade saque.

Constatação (006): Falta de indicação do período de aplicação e data para a prestação de contas.

Constatação (007): Falta de indicação da sistemática de pagamento (fatura e/ou saque).

Constatação (008): Motivação genérica do ato concessório de suprimento de fundos.

Constatação (009): Notas fiscais sem atesto.

Constatação (010): Execução de despesas passíveis de planejamento.

Constatação (011): Ausência de justificativa das despesas realizadas.

Constatação (012): Ausência de aprovação/rejeição das contas prestadas pelo suprido e de comprovação das obrigações contábeis e orçamentárias.

Constatação (013): Realização de saques sem justificativa.

Constatação (014): Ausência de consulta formal ao almoxarifado e de verificação quanto à existência de Ata de Registro de Preços.

Constatação (015): Fracionamento de compras.

Constatação (016): Divergência no registro dos servidores de férias (sistemas ADRH/UFSC e SIAPE).

Ação nº 005 - Inventário patrimonial de bens móveis e imóveis

Ordem de Serviço nº. 004/2014 – Auditoria no inventário patrimonial de bens móveis e imóveis.

(Trabalho de auditoria em andamento ao final do exercício de 2014)

Ação nº 006 - Acompanhamento do cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA).

Ordem de Serviço nº. 003/2014 – Auditoria de acompanhamento do cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA).

Constatação (001): Falta de ato formal de designação dos coordenadores das ações orçamentárias e inclusão no SIMEC.

Constatação (002): Fragilidade no planejamento, acompanhamento e coordenação da execução das metas físicas e financeiras das ações orçamentárias 20GK, 20RK, 4002, 8282 E 20RI.

Constatação (003): Falta de registro dos documentos comprobatórios referentes aos dados inseridos no SIMEC.

Constatação (004): Prorrogação indevida do Contrato n. 089/2010 de concessão de uso e fornecimento de refeições no restaurante universitário no Centro de Ciências Agrárias/CCA da UFSC.

Constatação (005): Fragilidade na orientação técnica às unidades gestoras responsáveis – UGR (Centros de Ensino e Pró-Reitorias).

Constatação (006): Descontrole na gestão da locação de veículos do Contrato nº 13/2012, ocasionando emissão de empenhos em despesas de exercícios anteriores.

Constatação (007): Ausência de regulação normativa de gastos extraordinários com o pagamento de auxílio emergencial (Restaurante Universitário) no período de greve em 2014 - R\$ 3.686.505,00.

Ação nº 007 - Aquisição, estocagem e distribuição de materiais de consumo pelos almoxarifados.

Ordem de Serviço nº. 005/2014 – Auditoria na gestão dos estoques de materiais de consumo (Almoxarifado).

(Trabalho de auditoria em andamento ao final do exercício de 2014)

Alterações na estrutura organizacional

No exercício de referência não foram feitas alterações na estrutura organizacional da unidade de auditoria.

Opinião do Auditor Interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional

Os indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional são apurados pelo Departamento de Planejamento e Gestão da Informação (DPGI) da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) da UFSC.

Para fundamentar a opinião, a Auditoria Interna (AUDIN) baseou-se em análise realizada pelo Professor do Departamento de Ciências Contábeis do Centro Socioeconômico, que realizou este trabalho em cooperação técnica firmada com a AUDIN, e na verificação amostral das fontes de dados realizada pela equipe de profissionais da AUDIN. O resultado completo do trabalho está registrado em relatório que será apresentado ao Pró-Reitor da PROPLAN.

Diante dos aspectos analisados, concluiu-se que há razoável qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores de desempenho da Instituição. Entretanto, observou-se a necessidade de aprimoramento de alguns controles. Destaca-se, neste caso, a falta de formalização da totalidade dos procedimentos adotados para a execução dos cálculos e a dificuldade na extração dos dados primários, tanto com relação ao prazo para levantamento dos dados, quanto dos sistemas utilizados na geração das informações. Neste último aspecto, verificou-se que alguns dados são apurados manualmente e outros, apesar de informatizados, não estão adequados às necessidades dos gestores para extração e confirmação dos dados.

2.3 Sistema de Correição

Podemos destacar os principais eventos em apuração disciplinar no âmbito da UFSC:

- abertura de procedimentos administrativos próprios para apurar suposto recebimento de rubricas, resultando em recebimento de remuneração acima do teto constitucional;
- abertura de sindicância para apurar os casos de doações por parte da Universidade Federal de Santa Catarina a entidades sem fins lucrativos, sem observância às disposições legais e regulamentares;

- abertura de diversos processos administrativos disciplinares para apurar supostas acumulações indevidas de cargos públicos, conforme constatado em relatório dos órgãos externos de fiscalização;
- abertura de diversas sindicâncias para apurar supostas irregularidades em convênios, termos de cooperação e processos licitatórios;
- abertura de processos administrativos contra empresas por inadimplência contratual;

- aprovação da Corregedoria no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ressaltamos que todos os procedimentos disciplinares são devidamente inseridos e atualizados no sistema CGU-PAD, em conformidade com a portaria CGU n. 1.043/2007.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 34 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam			x		

consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise crítica e comentários relevantes: <p>A UFSC conta com mecanismos de controles internos, considerando infraestrutura física e de recursos humanos, com ações de natureza preventiva, de fiscalização e de apuração de atos criminosos. No tocante aos recursos humanos, órgãos como a Auditoria Interna, o NADIP – Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais, a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e o Departamento de Segurança Física e Patrimonial atuam fortemente nas questões desta natureza. Embora a Procuradoria Federal/UFSC dê um importante suporte nas questões jurídicas, está em fase de implantação na UFSC a Corregedoria, órgão que terá uma atuação relevante no controle interno.</p> <p>Tendo em vista a complexidade da estrutura universitária e segurança dos milhares de pessoas que circulam diariamente nas suas instalações, há uma constante preocupação com a melhoria de controles internos, sendo estes aperfeiçoados na medida do possível. É muito positiva a implantação de uma Corregedoria na UFSC, o que deve ocorrer a curto prazo.</p>					
Escala de valores da Avaliação: <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: GR/UFSC

1.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Segundo o Ministério da Educação os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação permanente oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde.

A Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 do Ministério da Saúde, que institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do SUS, preconiza que os hospitais são instituições complexas, com densidade tecnológica específica, de caráter multiprofissional e interdisciplinar, responsáveis pela assistência aos usuários com condições agudas ou crônicas, que apresentem potencial de instabilização e de complicações de seu estado de saúde, exigindo assistência contínua em regime de internação e ações que abrangem a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação. Constituem-se ainda espaço de educação, de formação de recursos humanos, pesquisa e avaliação de tecnologias em saúde.

Para a UFSC, o HU é considerado um Órgão Suplementar previsto no Artigo 12, inciso V do seu Estatuto e diretamente vinculado ao Reitor.

É um Hospital de Ensino, certificado pelos Ministérios da Saúde e Educação e um Hospital Geral, por prestar atendimentos em clínica médica, cirúrgica, tocoginecologia e pediatria. Possui três emergências portas-abertas (adulto, pediátrica e ginecológica/obstétrica), e duas UTIs (adulto e neonatal), além dos serviços de apoio assistencial e diagnóstico complementar.

O HU, segundo o seu Regimento Interno, tem por finalidade promover assistência, ensino, pesquisa, e extensão na área de saúde e afins, harmonizada com o Sistema Nacional de Saúde vigente.

2.5 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

3.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da UFSC foi criado em maio de 2012 para contemplar as prerrogativas estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação. Está localizado no andar térreo da Reitoria, junto à Ouvidoria. Presta atendimento externo à população nos horários de 8:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas. O e-mail é acessoainformacao@contato.ufsc.br, a página eletrônica é www.acessoainformacao.ufsc.br e o telefone é 3721-4623.

O SIC, especificamente criado para atender o cidadão que deseja solicitar o acesso à informação de natureza pública, tem como objetivos principais:

- atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- conceder o acesso imediato à informação disponível;
- informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Balanco de Atendimento à Demanda Por Informações entre 01/01/2014 e 31/12/2014:

Número Total de Pedidos de Acesso à Informação: 199

Número Total de Pedidos Respondidos: 198

Número Total de Pedidos em Tramitação: 01

Número Total de Pedidos em Recurso de 1ª Instância: 15

Número Total de Pedidos em Recurso de 2ª Instância: 03

Número Total de Pedidos em Recurso à CGU: 04

Número Total de Pedidos em Recurso à CRMI: 00

Número Total de Registro de Reclamação: 07

3.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Na página do HU o usuário tem acesso à Ouvidoria da UFSC, em “Contato” ou “Acesso direto”, para realizar solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, elogios etc.

Na secretaria da Direção Geral essas questões também podem ser registradas através de formulário próprio denominado “Reclamações/Sugestões/Elogios”, conforme documento em anexo. Cada diretoria setorial avalia as respostas dadas pelos envolvidos em relação às reclamações e denúncias, podendo culminar em processo administrativo, se for o caso. Não temos informações estatísticas sobre o atendimento às demandas e os resultados decorrentes, o que está previsto para este ano em curso.

Anexamos o POP da Secretaria da Direção Geral que relata os procedimentos adotados internamente, para “Reclamações/Sugestões/Elogios”.

3.2. Carta de Serviços ao Cidadão

3.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina para dar visibilidade e transparência à gestão do serviço público que realiza. Informa aos cidadãos quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

O documento foi elaborado pelos integrantes da Comissão de Elaboração e Implementação da Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pela Portaria nº 461/2013/GR.

O trabalho da comissão orienta-se pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – do Ministério do Planejamento. O Programa foi construído a partir de modelos nacionais e internacionais de avaliação da gestão voltada às demandas sociais, e tem a sua origem no Programa de Qualidade do Serviço Público.

3.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

O HU não tinha como prática descrever os seus processos de trabalho. No ano de 2014, foi dada prioridade a atualização de Manuais, Rotinas e a elaboração de Protocolos e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com ênfase neste último. As quatro diretorias setoriais (medicina, enfermagem, apoio assistencial e diagnóstico complementar e administração) estão envolvidas neste processo, apesar de todas as dificuldades no quadro de pessoal. Em relação aos POPs houve um avanço significativo em diversas áreas com conclusão de grande parte destes instrumentos. Temos trabalhado, de forma isolada, em todos os itens contemplados no Artigo 11, do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, entretanto, para que possamos atualizar a Carta foram definidas como coordenadoras dos trabalhos as enfermeiras Eliane Matos (Diretora de Enfermagem) e Lícia Mara Brito Shiroma. Ficou definido como prazo março de 2015.

As diretorias setoriais estão elaborando os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), onde são descritas as rotinas das principais atividades desenvolvidas no HU. A Diretoria de Medicina já publicou na página do HU alguns procedimentos. A Divisão de Análises Clínicas atualizou em 2014 as “Orientações para exames” e realizou a inserção de “Resultados de Exames”, o que permite ao usuário imprimir os resultados dos exames sem precisar vir ao HU.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

3.3.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Ouvidoria da UFSC funciona como o canal oficial para recebimento de críticas, reclamações, denúncias, sugestões e elogios da comunidade interna (docentes, discentes e STAE) bem como da comunidade em geral que utiliza os serviços prestados pela Universidade.

Dentre as demandas encaminhadas, no ano de 2014, estão assuntos relacionados com as atividades da instituição. Alguns chamados são para tecer elogios, outros para críticas e sugestões. Todas as demandas geram um documento numerado e são encaminhadas as unidades competentes, e possuem um prazo de 72 horas para resposta. Mensalmente a Ouvidoria confecciona e encaminha para o Chefe de Gabinete e para conhecimento da Magnífica Reitora relatório mensal qualitativo das demandas. Ao todo em 2014, a Ouvidoria encaminhou 867 chamadas/demandas, das quais 665 foram atendidas pelas unidades competentes, representando 77% de encaminhamentos bem sucedidos dentro do prazo.

A UFSC conta também com um Programa de Autoavaliação Institucional (PAAI) que tem suas ações asseguradas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). O programa contempla a avaliação como um processo contínuo e dinâmico, com a participação dos diversos segmentos da Instituição – estudantes de graduação e de pós-graduação, servidores técnico-administrativos, professores e gestores – e representantes da sociedade civil organizada.

O PPAI tem como objetivo geral realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), visando à melhoria contínua das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da Instituição.

A CPA, enquanto coordenadora do processo de avaliação institucional, pode e deve contribuir efetivamente para a melhoria contínua das atividades da Universidade nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão.

3.3.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Não foram realizadas nos últimos 3 anos pesquisas de opinião com os cidadãos-usuários. Atualmente, estamos em processo de discussão de modelo de formulário geral que possa ser utilizado para medir a satisfação do cidadão-usuário. Este material ficará disponível aos usuários no ambulatório, emergências, unidades de internação e serviços de apoio diagnóstico e diagnóstico complementar.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

3.4.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O caminho de acesso à Carta de Serviços da UFSC é:

http://cartadeservicos.ufsc.br/files/2013/12/Carta_de_servicos_UFSC_2014.pdf

3.4.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

A página do HU/UFSC é <http://www.hu.ufsc.br/>. Na mesma podemos visualizar os contatos telefônicos, Ouvidoria da UFSC, cadastro para acesso as licitações, orientação para submeter projetos de pesquisa à Assessoria de Pesquisa e Extensão do HU, acesso ao Sistema Gestor de Capacitação, escalas de serviço do HU, com o Adicional por Plantão Hospitalar (APH). A Carta de Serviços ao Cidadão está sendo atualizada e precisamos inserir as informações relacionadas à prestação de contas.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

3.5.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A pesquisa foi implementada no site e pode ser acessada pelo link <http://cartadeservicos.ufsc.br/>, porém, ainda não obtivemos volume relevante de dados para serem avaliados.

3.5.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Uma das demandas trazidas pelos usuários à Direção do HU através do formulário “Reclamações/Sugestões/Elogios” e na Ouvidoria da UFSC é a ausência de atendimento prioritário para realização de consultas e retornos. Assim no início deste ano foi instituído que quando da abertura do hospital pela manhã, terão atendimento prioritário idosos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo até 2 anos. Desta forma, os portões são abertos 10 minutos antes para estes usuários. Situações especiais são avaliadas na portaria do hospital. Os Serviços que realizam exames também possuem atendimento prioritário, como exemplo a Divisão de Análises Clínicas.

Estamos em processo de discussão em relação a realização de consultas e retornos com hora marcada ou com dois horários por turno pela manhã (8 e 10h) e a tarde (13 e 15h), diminuindo o tempo de espera, demanda esta também trazida à direção do HU pelos usuários. Na Emergência adulto, temos atendimento com Acolhimento e Classificação de Risco e o usuário é informado do tempo provável de espera.

Temos procurado atender os pacientes oncológicos em até 60 dias após o diagnóstico e os pacientes tem conhecimento de seu posicionamento na fila, quando se trata de procedimento cirúrgico. Também é do conhecimento dos pacientes com cirurgias eletivas previstas, quanto ao seu lugar na fila de espera, o que representa um grande gargalo da instituição, tendo em vista as dificuldades existentes de quantitativo de médicos anesthesiologistas e de pessoal de enfermagem.

O Plano Operativo elaborado em 2004, que deu origem ao primeiro Convênio firmado com a SES/SC teve por objeto integrar o HU/UFSC no Sistema Único de Saúde e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde (Contratualização). O Plano Operativo contempla as características gerais dos serviços e atividades pactuadas, bem como, a explicitação das diretrizes e metas físicas e de QUALIDADE estabelecidas para cada uma das áreas de atuação pactuadas pelo convênio entre as partes, quais sejam: Atenção à Saúde, Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, e Atividades de Aprimoramento e Aperfeiçoamento da Gestão Hospitalar.

O Convênio foi renovado e tem sido atualizado através de Termos Aditivos que preveem os seguintes indicadores de qualidades: taxa de mortalidade global, taxa de mortalidade institucional, média de permanência, taxa de ocupação hospitalar, taxa de infecção hospitalar, taxa de cesárea, número de pacientes com acompanhante/dia, taxa de avaliação positiva do usuário, avaliação de satisfação dos colaboradores, etc.

Em 2014, para obtenção da segunda parcela de recursos do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), o HU foi submetido à avaliação dos gestores estadual e municipal, Ministério da Saúde e Educação, tendo obtido 81 pontos de um total de 100. Esclarecemos que 5 pontos foram perdidos por não termos aderido à EBSEH, 5 pontos por não termos abertos os leitos em saúde mental, cujo motivo foi a falta de pessoal.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

3.6.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A Coordenadoria de Acessibilidade (CAE), responsável pelo cumprimento das normas relativas à acessibilidade e à inclusão na instituição, executou as seguintes atividades:

- planejar e executar ações de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência no âmbito da UFSC em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.
- desenvolver e executar a política institucional de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência da UFSC;
- promover condições igualitárias de acesso ao conhecimento por parte dos estudantes com deficiência da UFSC;
- promover a remoção de barreiras de natureza educacional que impedem o acesso ao conhecimento e a participação nas diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFSC;
- organizar e ministrar cursos de formação aos docentes e técnicos da UFSC, em todos os campi, no âmbito da educação especial/acessibilidade.

Manutenção do mapeamento dos estudantes com deficiência

No segundo semestre de 2013 foi elaborado um mapeamento dos estudantes com deficiência na UFSC, contabilizando um total de 114 alunos. Esse número diminuiu para 111 alunos no primeiro semestre letivo de 2014. As fontes desses dados foram:

CAGR: o sistema disponibilizou uma lista com alunos com deficiência identificados como “via vestibular” ou “não confirmados”. Foi enviado um e-mail para cada aluno da lista a fim de confirmar as informações. Entretanto, houve um baixo retorno dos alunos.

Cursos: foi enviada uma solicitação para que cada curso enviasse uma relação dos alunos com deficiência presentes na graduação e pós-graduação, que também teve um baixo retorno de resposta.

Acompanhamento anterior: antes da criação do Núcleo, agora Coordenadoria, eram feitas ações por um Comitê e os históricos e dados dos alunos já acompanhados anteriormente foram repassados ao então Núcleo.

No segundo semestre de 2013 tínhamos 21 registros na CAE (contando graduação e pós-graduação), sendo alguns com informações básicas e outros com um histórico completo da situação do aluno. Com base em levantamento feito no primeiro semestre de 2014, obtivemos um resultado de 33 alunos cadastrados e arquivados na CAE, sendo destes 7 alunos de pós-graduação.

Acompanhamento de estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação

A CAE acompanha a trajetória acadêmica de estudantes com deficiência matriculados em cursos de graduação e pós-graduação. O acompanhamento se dá através de diferentes estratégias, buscando atender às demandas apresentadas pelos estudantes e professores, a fim de dar ferramentas e suporte para a eliminação das barreiras de acesso ao ensino.

Dos 26 alunos da graduação cadastrados com deficiência, a CAE acompanha 23 nesse semestre, estando todos especificados na tabela abaixo com as principais ações de suporte realizadas.

Quadro 35 – Alunos da graduação acompanhados

Alunos Graduação			
Nº	Deficiência	Curso	Recurso
CCE			
1	Deficiência visual	Artes Cênicas	Material Ampliado
2	Surdocegueira	Letras (LIBRAS)	Guia intérprete e acompanhamento com bolsista
3	Deficiência Física	Letras (LIBRAS)	
4	Dislexia	Letras (FRAN)	
5	Paralisia Cerebral	Letras (ESP)	
6	Deficiência visual	Letras (LIBRAS)	Material ampliado
7	Deficiência auditiva	Letras (LIBRAS)	
8	Deficiência visual	Letras (ESP)	
CSE			
9	Deficiência visual	Administração	
10	Deficiência auditiva	Relações Internacionais	Transcritor
11	Deficiência visual	Serviço Social	Material ampliado
CCA			
12	DPA	Agronomia	Acompanhamento com bolsista

CFH			
13	Autismo	Museologia	
14	Deficiência visual	Filosofia	
15	Deficiência visual	Geografia	Acompanhamento em curso extra de Inglês
CFM			
16	Autismo	Matemática	
17	Asperger	Meteorologia	
CED			
18	Síndrome de Down	Pedagogia	
19	Paralisia Cerebral	Pedagogia	Acompanhamento com bolsista
20	Síndrome de Prader-Willi	Biblioteconomia	Acompanhamento com bolsista
21	Deficiência Auditiva	Arquivologia	
CTC			
22	Deficiência visual	Sistemas da Informação	Material Ampliado
23	Deficiência Auditiva	Sistemas da Informação	Sistema FM

Fonte: CAE/UFSC

Dos alunos de Pós-Graduação, 5 dos 7 possuem documentação na CAE, sendo 13 o número total no mapeamento. Os cinco alunos estão descritos na tabela abaixo:

Quadro 36 - Alunos da pós-graduação acompanhados

Alunos Pós-graduação			
Nº	Deficiência	Curso	Recurso
1	Deficiente Auditiva	Antropologia Social	Transcritor
2		Arquitetura	
3	Mobilidade Reduzida	Psicologia	
4	Deficiente Visual	Jornalismo	Material digitalizado
5	Deficiência auditiva	Engenharia e Gestão de Conhecimento	

Fonte: CAE/UFSC

Reuniões com as coordenações de curso de graduação e professores

Desde o início da atuação da Coordenadoria, um dos objetivos é que o trabalho sirva para as coordenações de curso como um suporte, e que assim o curso tenha autonomia para lidar com as situações e necessidades apresentadas pelos alunos. Assim sendo, quando novas situações ocorrerem, o curso estará capacitado a tomar decisões ou recorrer ao setor pertinente, para encaminhamento das demandas.

A reunião com a Coordenação de curso é o segundo momento depois que o aluno chega à CAE. Essas reuniões têm por objetivo esclarecer a proposta da Coordenadoria, apresentar as estratégias que o aluno trouxe na sua primeira reunião e verificar as possibilidades de aplicação dessas, pela coordenação do curso, bem como conhecer a realidade do curso. São sempre convidados o coordenador do curso e os professores das disciplinas cursadas no referido semestre pelo aluno. No primeiro semestre de 2014, que começou dia 17 de Março, foram realizadas 28 reuniões com diferentes coordenações de curso e professores. Todas as reuniões possuem registro de seus encaminhamentos e dos principais pontos discutidos e ficam arquivados nas pastas dos alunos.

Ações de acompanhamento direto aos estudantes com deficiência

A chegada do estudante até a Coordenadoria geralmente ocorre por meio de um primeiro contato via e-mail, ou pessoalmente. Nesse momento, é agendada/realizada uma reunião utilizando um formulário estruturado, no qual o estudante apresenta suas demandas relacionadas à acessibilidade. A partir dessa entrevista inicial, vão sendo definidas as ações necessárias para garantir a acessibilidade à formação acadêmica.

No primeiro semestre, a CAE contou com o apoio de bolsistas de extensão e bolsistas de estágio não-obrigatório para o desenvolvimento dessas ações. Todas as atividades de estágio e de extensão tiveram supervisão semanal da pedagoga Patrícia Muccini Schappo e da Psicóloga Lara Simone Dias.

Já no segundo semestre de 2014, o apoio realizado pelos bolsistas foi mantido e as supervisões passaram a ocorrer em dois formatos. As estagiárias estudantes de fonoaudiologia são supervisionadas pela Fonoaudióloga da CAE, Vivian Dias, em frequência semanal. E as estagiárias estudantes de Psicologia recebem supervisão local com a Psicóloga Lara Simone Dias e orientação acadêmica com o Professor Adriano Henrique Nuernberg.

Os bolsistas elaboram relatórios das atividades desenvolvidas em cada semana, que são discutidos durante as supervisões. Para cada estudante atendido pela CAE as ações para sua acessibilidade são elaboradas de acordo com sua demanda.

Servidores da CAE

A CAE conta, no momento, além da Pedagoga Patrícia Muccini Schappo, com a Pedagoga Bianca Costa Silva de Souza, a Psicóloga Lara Simone Dias e a Fonoaudióloga Vivian Ferreira Dias.

Através da CAE foram cedidas para o Colégio de Aplicação três Pedagogas e uma Psicóloga, sendo elas: Pedagoga Dayana Valéria Folster Antônio Schreiber, Pedagoga Barbara Quadros Isidorio e Psicóloga Juliana Silva Lopes.

Atividades do Comitê Gestor

O Comitê Gestor, criado em 2013, através da portaria nº 1536/2013/GR, é composto por Maria Sylvia Cardoso Carneiro, Adriano Henrique Nuernberg e Patrícia Muccini Schappo e foi atribuída a carga horária de dez horas semanais aos membros para o exercício de suas funções.

O Comitê Gestor reúne-se semanalmente com pauta pré-definida e elaboração de ata sobre os assuntos tratados. As atas estão arquivadas eletronicamente e constando impressas em livro de atas.

Destacamos nesse ano, as seguintes discussões do Comitê:

- Necessidades da Educação básica (NDI e CA) e da educação superior (graduação e pós-graduação) no âmbito da acessibilidade educacional e inclusão dos alunos com deficiência;
- Discussão do Edital PIBE – Programa Institucional de Bolsas de Estágio - referente aos estágios para promoção de acessibilidade;
- Demandas judiciais relacionadas às barreiras institucionais.
- Estruturação e gestão do trabalho desenvolvido no âmbito da acessibilidade educacional para a UFSC multicampi.

Projetos, Participações e Eventos

Durante o segundo semestre de 2013, a CAE ministrou o PROFOR (Programa de Formação Continuada) oferecido aos docentes da graduação. Foi uma formação organizada

em 6 encontros presenciais, 4 períodos a distância para desenvolver 6 atividades que contribuam com a promoção da acessibilidade na prática docente, iniciando em 23 de setembro com término em 02 de dezembro de 2013.

A Coordenadoria participou da 12ª SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão que ocorreu entre 23 e 25 de outubro de 2013. A CAE ofereceu dois mini-cursos, teve um estande na feira com exposição de banners (CA, CAE, AAI, CAAP), materiais de tecnologia assistiva, materiais educativos e realizou vivências (uso de cadeira de rodas e uso de bengala e óculos).

No decorrer do semestre, a CAE também foi convidada para ministrar aulas temáticas nos cursos de Matemática e Pedagogia, além de participar da Semana da Pedagogia.

Além do Campus Florianópolis, a CAE mantém contato com os outros Campi, dando suporte para as questões de acessibilidade de cada campus. Em parceria com o AAI – Ambiente de Acessibilidade Informacional – estão sendo montados e disponibilizados kits com equipamentos mínimos para que todos os Campi possam atender futuros alunos ingressantes com deficiência.

No final do segundo semestre a CAE firmou parceria junto à COPERVE, a fim de compor a Comissão de Validação, para a avaliação das solicitações de recursos ou condições especiais para realização da prova do Concurso do Vestibular da UFSC 2014 e 2015.

Para além dessa atuação, a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional, em parceria com a COPERVE e apoiada pela Coordenadoria de Capacitação de pessoas, ofereceu o curso de Capacitação de Fiscais: acessibilidade às pessoas com deficiência, para duas turmas distintas em caráter semipresencial, no presente ano (2014), com vistas à atuação no Vestibular/2015. Tal formação teve o intuito de capacitar os fiscais nos assuntos pertinentes à deficiência e à própria atuação na função de leitor e transcritor, especificamente.

A comissão mencionada há pouco realizou a avaliação e os encaminhamentos das solicitações de acessibilidade apresentadas pelos candidatos no momento da inscrição.

Cabe destacar que essa parceria é muito importante no auxílio à formulação dos próximos editais do Vestibular da UFSC e para esclarecer e melhorar a acessibilidade dos estudantes com deficiência ao vestibular. Para a CAE, também será essencial, ter acesso, previamente, dos novos alunos com deficiência que irão ingressar na UFSC, e com isso conseguir antecipar algumas ações de acessibilidade junto aos cursos.

Os itens dispostos acima elencam as principais missões da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional. Entretanto, para cumprir tais metas, são realizadas ações recorrentes e diárias, no sentido de que o acesso igualitário ao conhecimento e a permanência do estudante com deficiência, se efetivem no contexto da UFSC.

Para darmos a dimensão de nossas ações e, por conseguinte, do alcance de nossa atuação, apresentaremos dados numéricos acerca do trabalho desenvolvido pelo setor. Cabe esclarecer que os dados se referem desde o início de 2013 até a presente data. Ressaltamos que em 2013 foram acompanhados 31 alunos da graduação e quatro da pós-graduação. No presente ano, estamos acompanhando, de forma direta, 28 alunos, dos quais 23 estão cursando a graduação e quatro, a pós-graduação.

Quadro 37 - Dados numéricos acerca do trabalho desenvolvido pela CAE

Reuniões de assessoramento/ cursos ¹	109
Reuniões de assessoramento/estudantes ²	93
Supervisões estagiários ³	60
Assessoramentos externos e parcerias (outras instituições e universidades) ⁴	10
Reuniões com a Educação Básica ⁵	05
Reuniões/capacitações, orientações acerca de assuntos específicos (TDAH, Sistema FM, deficiências) ⁶	10
Reuniões equipe CAE ⁷	80

Capacitações ministradas (PROFOR, SEPEX) ⁸	05
Assessoramento em pesquisas na área da educação especial/acessibilidade ⁹	09
Projetos de extensão ¹⁰	06

Fonte: CAE/UFSC

Ressaltamos que as reuniões de assessoramento aos cursos geralmente são feitas “in locu” e são voltadas aos coordenadores e docentes do curso. Nesses momentos são esclarecidas as características de cada aluno, as condições de acessibilidade necessárias e o papel do professor nesse processo.

As reuniões de assessoramento aos estudantes vão desde o momento de acolhimento, no qual são esclarecidas as finalidades da Coordenadoria e o tipo de suporte oferecido, até o término do curso. Ou seja, o encontro com o estudante com deficiência é uma prática recorrente ao longo de sua vida acadêmica. É por meio desses contatos que se tem acesso às suas demandas e ao tipo de suporte de acessibilidade necessário, ressaltando que esses suportes não são estanques, daí a necessidade de reuniões frequentes. Além disso, é o próprio olhar do estudante e de suas necessidades que direciona parte de nossas ações e das adaptações necessárias.

Todos os estagiários que atuam com os estudantes com deficiência (seja na função de leitor, transcritor, acompanhante, ou quaisquer outras), são supervisionados semanalmente por profissionais da área. Nas supervisões são aprofundadas questões teóricas e práticas vinculadas à atuação. Além disso, são feitos os repasses e escolhidas as melhores condutas para cada situação.

Os assessoramentos externos vão desde consultas técnicas, até apoio em capacitações com temas afeitos à acessibilidade. Essa prática fomenta a troca de informações entre instituições diversas, bem como é uma forma de consolidar as ações da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional.

As reuniões de assessoramentos à educação básica (Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil) têm o intuito de contribuir com a consolidação da acessibilidade educacional em todos os níveis de ensino da UFSC.

A coordenadoria conta com profissionais de formações diversas, em alguns momentos, e no sentido de capacitar professores e demais profissionais, são realizadas formações sobre temas específicos, relacionados à acessibilidade e à educação especial.

A construção do conhecimento e dos pilares que sustentam a atuação de um setor (especialmente no momento de implantação e consolidação do trabalho) devem ser realizados no coletivo. Daí a importância de reuniões frequentes, nas quais as informações sejam repassadas e as condutas sejam delineadas em conjunto.

Outro pilar de nossa atuação é a capacitação, no âmbito da UFSC, de professores, servidores e demais envolvidos. Por entendermos que a Instituição deve ser inclusiva, os saberes precisam ser compartilhados, de modo que todos os “atores” do processo de aprendizagem do estudante com deficiência estejam aptos a oferecer ao último o melhor suporte possível.

Ao longo da nossa atuação, ainda que essa seja recente, na esfera da UFSC, temos nos tornado um setor de referência no âmbito da Acessibilidade Educacional, desse modo, assessoramos pesquisas, fornecemos dados, ou seja, apoiamos investigações na própria UFSC e em outras instituições.

10-A Coordenadoria está vinculada a uma série de projetos que dão suporte à atuação, seja com departamentos atrelados à UFSC, como com instituições externas, bastante reconhecidas na área da acessibilidade.

Ensino

Com o objetivo de difundir na graduação o debate sobre deficiência numa perspectiva interdisciplinar, foi criada no Departamento de Psicologia a disciplina Estudos

sobre Deficiência, que foi aprovada por essa Pró-Reitoria por meio da Portaria n. 200/PROGRAD/2014. A disciplina será aberta à todos os cursos de Graduação da UFSC.

Para auxiliar na divulgação, solicitamos aos coordenadores de curso, através de memorando circular nº003/2014/CAE, que informem sobre a disciplina PSI7146 Estudos sobre Deficiência, com 72 horas, que será ofertada em 2015/1 pelo Departamento de Psicologia, em seus cursos.

No que tange às adequações de infraestrutura cabe destacar que, nos estacionamentos, vagas são destinadas a pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, atendendo ao disposto no art. 7º da Lei nº 10.098/2000. Além disso, o planejamento e projeto dos espaços de uso público, das reformas e das novas edificações atendem às exigências da Lei 10.098/2000 e do Decreto 5.296/2004, bem como das normas técnicas aplicáveis.

É importante registrar, ainda, algumas ações executadas para cumprimento das determinações dos capítulos II e IV da Lei nº 10.098/2000 e capítulo IV do Decreto 5.296/2004 são listadas no quadro a seguir:

Quadro 38 - Medidas adotadas visando à acessibilidade

Obras/Adequações Concluídas	Início	Término
Reforma dos BWCs do Pavto Térreo do CTC	2013	2014
Adequação das Rampas do Bloco de Ligação A do CTC	2014	2014
Pavimentação do Acesso Norte do Bloco EFI	2014	2014
Obras/Adequações em Andamento	Início	Término
Ampliação do Bloco A do EQA do CTC	2014	2015 (previsão)
Construção dos Blocos E, F, G e Subestação do CCB	2014	2016 (previsão)
Reforma do Bloco A do CCE – acessibilidade	2014 (licitação)	2015 (previsão)
Ampliação dos Blocos A, B e Bl. de Lig. do ECV do CTC	2014 (licitação)	2016 (previsão)

Fonte: PROPLAN/UFSC

3.6.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

A instituição ainda possui problemas relacionados à acessibilidade. Quando da reforma da Entrada de Visitas do HU, o projeto já contemplou as normas relativas à acessibilidade. Adequações foram realizadas em todo o térreo, entretanto, as áreas de ambulatório, principalmente os guichês não contemplam esta questão. Em 2013, foi elaborado um projeto para reforma da área de marcação de consultas, internação e Serviço Social, já aprovado pela Vigilância Sanitária, que está na EBSEH para liberação de recursos financeiros.

Também foi elaborado um projeto que engloba a área externa do HU, desde os pontos de ônibus e outros acessos, até o ambulatório, contemplando todas as áreas do mesmo, cuja implementação depende de recurso financeiro.

Também foi submetido à Vigilância Sanitária o projeto da Unidade de Tratamento Dialítico, que contempla a Norma, bem como, estão em andamento as reformas das Unidades de Clínica Médica 2 e Alojamento Conjunto, já dentro das normas de acessibilidade.

Foram reformados os banheiros no 2º andar, para atendimento às pessoas com deficiência, que darão suporte a UTI neonatal e às outras unidades que funcionam neste andar. O mesmo deve acontecer em relação aos banheiros do 3º andar.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

Fundada em 1960, a Universidade Federal de Santa Catarina atende à demanda por ensino, pesquisa e extensão em cinco campi, situados em Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville. Com foco no ensino, na pesquisa e na extensão, a Universidade atua, de forma ampla, do ensino básico à pós-graduação, para a promoção do conhecimento e da cidadania. Reconhecida social e academicamente, a UFSC colabora com o desenvolvimento econômico, político e social do estado e do país. Sua comunidade é constituída por cerca de 48 mil pessoas, entre estudantes, professores e servidores técnico-administrativos em Educação. Atuam na instituição, ainda, voluntários e funcionários terceirizados, compondo uma população maior que a de 70% das cidades de Santa Catarina.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade jurisdicionada

5.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O Planejamento institucional na Universidade Federal de Santa Catarina se orienta pela Missão, Visão de Futuro e Objetivos estratégicos da UFSC, que estão presentes em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A partir do PDI são desenvolvidas atividades de planejamento que geram outros planos que compõem as peças do planejamento da Universidade, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o Plano de Gestão (Plano Anual).

Quadro 39 – Planejamento Institucional



Fonte: DPGI/UFSC

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi elaborado com base na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e tem a função principal de sistematizar o planejamento da instituição com um horizonte temporal de no mínimo um quinquênio.

O PDI deve ser “o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.” (MEC, 2009.).

A intenção é que o documento sirva de elemento ao redor do qual será definido o planejamento anual, com foco nas atividades de curto prazo, e o planejamento estratégico propriamente dito, com um horizonte de pelo menos dez anos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina é a peça que norteia as ações estratégicas da Universidade, o plano que está em vigor no momento abrange o período de 2010-2014.

Durante o ano de 2014, a UFSC realizou as atividades necessárias para a elaboração de um novo PDI, com vigência para o período de 2015 a 2019, tendo sido aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Universitário, em novembro de 2014.

O Plano de Desenvolvimento Institucional está estruturado da seguinte forma:

Capítulo 1: Perfil Institucional – No capítulo sobre o perfil institucional, discutem-se os temas do histórico da UFSC, sua missão, visão, valores, e suas áreas de atuação acadêmica. Nas áreas de atuação, destacam-se o ensino em todos os níveis, a pesquisa, a extensão e a cultura e arte.

Capítulo 2: Projeto Pedagógico Institucional – O PPI foi estruturado exatamente de acordo com as orientações do MEC com seções definidas pelos seguintes temas:

- a) inserção regional;
- b) princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais, que norteiam as práticas acadêmicas da instituição;
- c) políticas;
- d) ações de responsabilidade ética e social.

As políticas estão organizadas segundo cinco dimensões que incluem um total de 21 objetivos e mais de 130 metas.

Capítulo 3: Organização e Gestão – discutem-se neste capítulo os meios que viabilizarão as políticas. Inicialmente, o tema do desenvolvimento do ensino nos próximos cinco anos é explorado, começando pela situação atual e passando para as perspectivas de expansão. Nas três seções finais do capítulo trata-se da gestão, comunicação e orçamento.

Capítulo 4: Inovação e interações institucionais – destacam-se dois temas: o papel da UFSC na geração de inovações e suas estratégias para o relacionamento interinstitucional.

No âmbito do planejamento da gestão, com relação à execução do plano de gestão da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional, se dá através de projetos com escopo, responsáveis, resultado e cronograma identificados e gerenciados através do sistema de gerenciamento de projetos “GP-Web”. Cada projeto identifica um ou mais de um objetivo institucional ao qual seu resultado contribui.

Quadro 40 - Objetivos do PDI e sua relação com as Dimensões SINAES.

OBJETIVOS - PDI	Dimensão SINAES atendida
Objetivo 1 – Assegurar a qualidade do ensino em todos os níveis buscando novos patamares de excelência acadêmica.	2 e 8
Objetivo 2 - Institucionalizar ações inovadoras nas atividades de ensino.	2 e 4
Objetivo 3 – Buscar novos patamares de excelência acadêmica na Pós-Graduação.	2
Objetivo 4 – Expandir a oferta de cursos de mestrado profissional e de pós-graduação <i>lato sensu</i> com impacto social.	2 e 4
Objetivo 5 – Ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação.	2 e 3
Objetivo 6 – Institucionalizar ações de interação com os egressos.	2 e 4
Objetivo 7 – Promover a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa.	2, 6, 7 e 10
Objetivo 8 – Fortalecer o ambiente institucional da pesquisa de qualidade.	2
Objetivo 9 – Fortalecer a inserção regional e a responsabilidade social da UFSC na área da pesquisa.	2, 3 e 4
Objetivo 10 – Ampliar a internacionalização das atividades da UFSC.	2, 3 e 4
Objetivo 11 – Melhorar as ações e estimular propostas inovadoras de interação comunitária.	2, 3 e 4
Objetivo 12 – Ampliar e melhorar as ações de interação com os setores organizados da sociedade.	2 e 3
Objetivo 13 – Ampliar o ambiente cultural e artístico da UFSC para aperfeiçoar a formação do ser humano.	2, 3, 5 e 7
Objetivo 14 – Promover maior articulação com as unidades universitárias nas atividades artístico-culturais.	2, 3 e 10
Objetivo 15 – Ampliar as ações da UFSC como um centro irradiador das artes e da cultura em Santa Catarina.	3
Objetivo 16 – Institucionalizar as práticas de planejamento e gestão estratégicas.	6 e 8
Objetivo 17 – Aprimorar a gestão organizacional.	3, 5 e 6
Objetivo 18 – Adequar a infraestrutura e sua gestão às demandas da atualidade.	3, 4, 6, 7 e 9
Objetivo 19 – Implementar ações inovadoras para o aprimoramento individual dos servidores visando à melhoria do desempenho institucional.	3, 5, 6 e 8
Objetivo 20 – Fortalecer e profissionalizar a comunicação e o relacionamento interno e externo.	4
Objetivo 21 – Implementar ações buscando ampliar a captação de recursos para a consecução das políticas institucionais.	4, 9 e 10

Fonte: DPGI/PROPLAN

Em 2014, as Unidades Administrativas da UFSC desenvolveram diversos projetos que atenderam diretamente aos objetivos propostos pelo PDI 2010-2014. Muitos destes projetos foram concluídos dentro do ano de 2014, porém alguns encontram-se ainda em andamento, tendo assim seu prazo de conclusão para o ano de 2015. O quadro a seguir contém a listagem de tais projetos citados.

Quadro 41 - Ações por unidade administrativa

PROJETOS EM VIGOR 2014		
UNIDADE ADMINISTRATIVA	Em vigor 2013	Em Andamento 2014
Pró-Reitoria de Graduação	16	3
Pró-Reitoria de Pós-Graduação	6	2
Pró-Reitoria de Pesquisa	4	2
Pró-Reitoria de Extensão	-	-
Pró-Reitoria de Administração	5	4
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	13	6
Pró-Reitoria de Assistência Estudantil	5	3
Gabinete da Reitoria	4	4
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional	-	-
Secretaria de Cultura	5	2
Secretaria de Gestão de Pessoas	6	5
Secretaria de Relações Internacionais	4	0
Agência de Comunicação	6	1
Auditoria Interna	1	0
Ouvidoria	2	0
Editora UFSC	3	0
Biblioteca	10	4
Total de Projetos	90	36

Fonte: DPGI/PROPLAN

Os Centros de Ensino e Campi também desenvolveram muitos projetos buscando atender aos objetivos da instituição. Conforme demonstrado no Quadro 5, alguns projetos foram iniciados em 2013, e outros foram projetos iniciados no próprio ano de 2014. Assim como nas Unidades Administrativas, alguns foram concluídos durante o ano de 2014, porém alguns continuam em andamento e terão sua conclusão durante o ano de 2015.

Atentamos para o Campus de Blumenau, que iniciou suas atividades no ano de 2014, e desta forma não apresenta no quadro abaixo projetos no ano de 2013.

Quadro 42 - Projetos das Unidades Universitárias em vigor em 2014.

PROJETOS EM VIGOR 2014			
UNIDADE UNIVERSITÁRIA	Sigla	Em vigor 2013	Em Andamento 2014
CCA	CCA	72	92
CCB	CCB	26	27
CCE	CCE	14	46
CCJ	CCJ	0	1

CCS	CCS	23	55
CDS	CDS	2	6
CED	CED	0	0
CFH	CFH	0	14
CFM	CFM	15	50
CSE	CSE	2	3
CTC	CTC	0	32
Campus Araranguá	ARA	1	0
Campus Blumenau	BLU	-	0
Campus Curitibanos	CURI	0	0
Campus Joinville	JOIN	3	0
Total de Projetos		158	326

Fonte: DPGI/PROPLAN

Outro componente do planejamento institucional da UFSC é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) foi elaborado com a finalidade de prover a Universidade Federal de Santa Catarina de um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos da Tecnologia da Informação e Comunicação. A sua institucionalização, como mais um instrumento de gestão, está alinhada com o Plano de Desenvolvimento Institucional vigente na instituição. O PDTI visa também atender a Instrução Normativa nº 04 SLTI/MPOG e definir os objetivos, projetos e investimentos que deverão ser efetuados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação no período de sua abrangência.

O planejamento da área de tecnologia da informação e comunicação visou à elaboração do PDTI/UFSC como um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos da Tecnologia da Informação e Comunicação na UFSC.

O plano foi elaborado no ano de 2013, com vigência para o biênio 2013-2014, e abrange as principais instâncias decisivas da UFSC e busca definir, de forma clara, metas a serem atingidas, atendendo as expectativas e necessidades da instituição quanto aos recursos de TIC. Para a elaboração deste PDTI, foram efetuadas reuniões e análises junto às unidades da instituição. O propósito principal foi garantir que as diretrizes, as estratégias, os projetos e as ações apresentadas neste Plano expressassem as necessidades e as expectativas de todos aqueles que, direta ou indiretamente, fazem uso da tecnologia da informação na instituição. O PDTI tem a finalidade de orientar e balizar o planejamento e a execução das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC na UFSC, consolidando a importância estratégica dessa área e garantindo o alinhamento das ações de TIC aos objetivos estratégicos institucionais.

Atendendo ao PDTI, a Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC) executou diversas ações em 2014, destacando-se:

- Governança e Recursos Humanos em TIC: autenticação centralizada e unificada de sistemas (CAS), avanço na implantação do ITIL (matriz de responsabilidades e gestão de configuração) e planejamento da alocação de novos servidores de TIC.
- Segurança e serviços: Criação de políticas de uso dos serviços de TIC, do GT-POSIC (grupo de trabalho para elaborar a Política de segurança da informação) e dos primeiros grupos gestores dos sistemas de informação;
- Sistemas de informação: manutenção dos sistemas já em uso pela instituição e inclusão de novas funcionalidades (quebra de fluxo no SCL). Ampliação da infraestrutura

de integração com sistemas externos e da consolidação do cadastro de pessoas da UFSC. Publicação de novos sistemas: SIEF, CAPL Web e CAGR-SIMIG - Sistema de matrícula inicial da graduação, aplicado no Vestibular 2015;

- Software, hardware e infraestrutura: legalização de softwares. Definição de padrões para aquisição e gestão (renovação, alocação e garantia) de equipamentos de TIC, em concordância com a TI Verde. Implantação e melhoria de links de Internet (Curitibanos, Araranguá, Sul da Ilha, Joinville, Cidade das Abelhas, Barra da Lagoa). Revitalização da rede cabeada (CCS, CCA e CCB). Expansão da rede sem fio, cobrindo acima de 90% das áreas das edificações.

O PDTI/UFSC encontra-se a disposição no endereço eletrônico <http://pdti.paginas.ufsc.br/>.

A fim de integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e da aprendizagem, com o fim de enfrentar os problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais, além de colocar a sustentabilidade como um suporte na pesquisa, na formação e nos procedimentos administrativos interno, a UFSC elaborou em 2013 o seu Plano de Logística Sustentável (PLS), que ainda atende a Instrução Normativa nº 10/2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dessa forma a UFSC publicou o Plano de Logística Sustentável (PLS) em 15 de maio de 2013. O relatório diagnosticou preliminarmente a situação atual da sustentabilidade na UFSC. O relatório do PLS traçou metas e ações, apresentadas em forma de matriz, subdividindo-as nas áreas de Resíduos Sólidos, Compras e Contratações Sustentáveis, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Energia, Água e Esgoto e Deslocamento de pessoal com foco na redução de gastos e emissões.

A partir de 2013, foi integrada a Pró-reitora de Planejamento e Orçamento – PROPLAN uma equipe interdisciplinar composta pelos seguintes profissionais: um administrador, um arquiteto, um engenheiro, um engenheiro sanitário e ambiental e um químico. Complementarmente, em 2014, contratou-se uma engenheira ambiental e sanitária para integrar a Prefeitura Universitária (PU) e coordenar o desenvolvimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da UFSC. Ainda, no final deste mesmo ano, foi criada a Divisão de Eficiência Energética (DEE). Estas novas estruturas e novos profissionais trabalham orientados pelas diretrizes fornecidas no PLS e integrarão futuramente a “Comissão de Sustentabilidade da UFSC”.

Entre as ações já realizadas, a partir do PLS, pode-se elencar: (1) a formulação e execução de projetos institucionais (em andamento), a citar: “Topografia do Manguezal do Itacorubi”, “Inclusão de Critérios de sustentabilidade das compras e contratações da UFSC”, “Recuperação da Qualidade da Água dos Córregos do Campus Reitor João David Ferreira Lima”; “Programa de Controle e Monitoramento Hidrológico Campus UFSC em Joinville”; “Recuperação do Bosque do CFH por meio da implantação de Sistema Agroflorestal (SAF)”; “Gestão de Resíduos Químicos e Especiais da UFSC”; (2) o desenvolvimento de eventos relacionados a temática ambiental para a comunidade acadêmica e externa (Semana Campus Lixo Zero, Workshop de Redução de Metano, Seminário de Gestão Pública Sustentável etc); (3) a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Universidade (PGRS) com previsão de término para junho de 2015; (4) o desenvolvimento de capacitação interna, visando introduzir e sensibilizar os servidores na temática ambiental; (5) implementação da coleta seletiva de pilhas e fiscalização efetiva dos contratos de resíduos; (6) melhorias no gerenciamento dos resíduos químicos e hospitalares através da realização de novo certame; (7) Participação em Chamada Pública, da Celesc, para seleção de propostas em Eficiência Energética (8) Acompanhamento dos contratos de energia elétrica e das contratações por

demanda visando diminuir o consumo (9) Obtenção do Selo Verde A3P do Ministério do Meio Ambiente (MMA) .

Quanto à constituição da Comissão do Plano de Logística Sustentável (CPLS), prevista na IN nº 10/2012, optou-se pela criação da “Comissão de Sustentabilidade da Universidade de Santa Catarina” que atuará como uma CPLS e também como Comissão da A3P e será efetivada em 2015. Por fim, ressalta-se que, também em 2015, será criada a Coordenadoria de Gestão Ambiental, responsável, entre outros, por coordenar e secretariar a Comissão de Sustentabilidade da UFSC.

5.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

O HU em outubro de 2004 foi reconhecido como Hospital de Ensino por meio de credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Saúde. Tendo sido reavaliado em 2008 e 2012, sendo que a Portaria Interministerial nº 2.160, de 30 de setembro de 2013, manteve a certificação.

Em 2005, iniciou seu Planejamento Estratégico, denominado Plano 2012, dando passo fundamental em direção a excelência das práticas de gestão do HU. Naquela ocasião foi definido como VISÃO para o HU “Ser um centro de referência em alta complexidade, com excelência no ensino, pesquisa, assistência e gestão, pautado na integralidade de atenção a saúde e no trabalho interdisciplinar.” Em 2008, na revisão do Plano, fortalecemos nossa intenção de ser alta complexidade.

A Visão foi estabelecida de acordo com o que era preconizado como definição para hospital de ensino na Portaria Interministerial nº 1.006, de 27 de maio de 2004, como descrito a seguir “Hospital de Ensino é um local de atenção à saúde de referência para a alta complexidade, responsável pela formação de profissionais de saúde e de desenvolvimento tecnológico, numa perspectiva de inserção e integração em rede aos serviços de saúde, obedecendo a critérios de necessidade da população”.

O Quadro abaixo apresenta os serviços estruturados/implantados a partir de 2007. Observa-se que a partir de 2011, não foi aberto mais nenhum serviço, motivado principalmente por falta de pessoal. Para a abertura de novos serviços é necessário ter uma equipe mínima. Recentemente solicitamos ao gestor estadual abertura de novos leitos de UTI e habilitação como Serviço de Referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco e quando da vistoria do gestor foi identificado que não temos a equipe mínima necessária.

Quadro 43 – Serviços reestruturados/implantados

Serviços reestruturados/implantados	Data
Ampliação do Serviço de Diálise	2007
Realização de exames de Tomografia e CPRE	2007
Cirurgia oncológica e oncohematologia	2008
Estruturação da Hemodinâmica	2008
Retirada e Transplante de fígado	2010
Retirada e transplante de tecidos oculares humanos	2010
Atenção ao portador de obesidade grave, com implantação efetiva de atenção multiprofissional	2011
Procedimentos endovasculares extracardíacos	2011
Implante coclear	2011

Fonte: HU/UFSC

Em 2010, elaboramos o Plano de Reestruturação do HU/UFSC (2010-2014), onde foi realizado o diagnóstico situacional da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos. Também foram elencadas, por ordem de prioridade, as necessidades em relação

à infraestrutura física e parque tecnológico. As necessidades de pessoal para reabertura das unidades fechadas e para áreas de ampliação também foram definidas.

O Plano de Reestruturação tem norteado as nossas ações, entretanto, a ampliação do quadro de pessoal é essencial para a tomada de muitas decisões.

Em relação ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal ressaltamos que buscamos contribuir com o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, garantindo acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, entretanto, identificamos como maior dificuldade a reposição e ampliação do quadro de pessoal.

Em 2013 foram assinados os Termos de Pactuação da Rede Cegonha (que tem um recorte de atenção à gestante e de atenção à criança de até 24 meses) e da Rede de Atenção às Urgências. Todas as Redes são transversalizadas pelos temas qualificação e educação, informação, regulação e, promoção e vigilância à saúde. Em 2014 fomos submetidos a visitas de monitoramento, por representantes do Ministério da Saúde e das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, na busca do aprimoramento dos processos de trabalho.

Estabelecemos um cronograma de reuniões do Conselho Diretor do HU, que teve uma participação mais efetiva nas questões que envolvem o HU, mais especificamente nas questões de déficit de pessoal e adesão ou não à EBSEH. Juntamente com o Centro de Ciências da Saúde e outros Centros da UFSC buscamos contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais de saúde.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 44 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Código		2032.20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior				
Iniciativa		03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade				
Objetivo		0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
Programa		2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		(X) Não				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
96.093.974,00	111.880.974,00	68.675.105,73	52.827.272,18	49.088.155,90		33.371.106,94
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Alunos matriculados			Unidade	38.700	42319	42319

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
33.371.106,94	25.237.360,24		Alunos matriculados	Unidade	42319

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 45 - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica

Identificação da Ação						
Código	2030.20RI		Tipo:			
Título	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica					
Iniciativa	02BY – Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.					
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados. Código: 0598					
Programa	Educação Básica		Código: 2030		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	(X) Não					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
903.842,00	903.842,00	528.753,51	316.075,21	276.897,19		730.311,77
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Alunos matriculados			Unidade	1177	1134	1132
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
772.470,82	720.311,77	22.031,60	Alunos matriculados	Unidade	1179	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 46 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação							
Código		4002					
Título		Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Objetivo		Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.					
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032					
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não	

						Processados
23.394.037,00	23.394.037,00	18.968.825,08	15.695.679,98	15.521.159,66		3.273.145,10
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Benefício concedido			Unidade	14264	14468	14468
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.056.978,54	3.934.817,87	74.738,76	Aluno assistido	Unidade	9398	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 47 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica

Identificação da Ação						
Código		20RJ.26246.0042				
Título		Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica				
Iniciativa		Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente				
Objetivo		02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente				
Programa		Educação Básica		Código: 2030	Tipo:	
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.581.751,00	7.581.751,00	7.563.308,52	5.370.313,33	5.370.313,33		1.951.399,94
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	10.197	16.312	16.312
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.951.399,94	1.951.399,94		Pessoa beneficiada		Unidade	725

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 48 - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação						
Código	2032.20GK - Tipo: projeto					
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
46.366.012,00	46.366.012,00	14.055.572,67	9.924.154,12	9.920.754,61	3.399,51	4.134.818,06
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.		Iniciativa apoiada	20142	18105	18105	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6.723.880,04	4.412.241,85	56.321,85	Iniciativa apoiada	Projetos	0

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 49 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Código	2032.8282.26246.0042		Tipo: Projeto			
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade					
Objetivo	0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032 Tipo: Projeto					
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
75.838.216,00	75.838.216,00	54.443.209,93	37.869.626,06	36.596.047,48	1.273.578,58	16.573.583,87
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
As metas físicas desta ação estão discriminadas nos 4 projetos abaixo: Projeto Custeio – viabilizar as condições de permanência estudantil, com o pagamento de bolsas e auxílios, e o funcionamento da universidade, cobrindo despesas com os serviços de vigilância, limpeza e conservação, água e esgoto, aluguéis e manutenção de infraestrutura. Projeto Obra – viabilizar as construções de edificação e infraestrutura física, necessárias ao atendimento do projeto de expansão da universidade. Projeto Equipamento – aquisições de equipamentos para implantação e consolidação de laboratórios de ensino. Projeto Mais Médicos – viabilizar a infraestrutura física para implantação das novas vagas do curso de medicina.			Unidade	4	3	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
34.144.553,33	18.740.502,87	158.780,81				

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 50 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Código	2109.4572.26246.0042			Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.					
Iniciativa	2109.4572.26246.0042 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.					
Objetivo	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Código: 2109.4572.26246.0042					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MEC Código: 2109 Tipo: Finalístico					
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$643.091,00	R\$643.091,00	R\$475.441,57	R\$432.837,57	R\$423.356,51		R\$23.499,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Por meio desta Rubrica a UFSC tem por meta oferecer capacitação de qualidade ao maior número de servidores possível, condicionada à demanda por parte dos servidores.			UNIDADE	550	519	519
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
R\$ 23.499,00	R\$ 13.854,00	R\$ 4.825,00				

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 51 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação						
Código	2109.09HB.0001.0000		Tipo: Operações Especiais			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.					
Iniciativa	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.					
Objetivo	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Código: 2109.09HB.0001.0000					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MEC. Código: 2109Tipo: Operações Especiais					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

75.548.078,00	93.429.987,00	92.038.730,54	92.038.730,54	92.038.730,54	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	UNIDADE	3.990	2.811	2.811		

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 52 – Contribuições para o Custeio da Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrentes do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

Identificação da Ação						
Código	0901.00G5.0001.0000			Tipo: Operações Especiais		
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrentes do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.					
Iniciativa	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrentes do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.					
Objetivo	Contribuição da União, de sua Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrentes do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor. Código: 0901.00G5.0001.0000					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais. Tipo: Operações Especiais					Código: 0901
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.300.677,00	1.300.677,00	1.300.677,00	1.300.677,00	1.300.677,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 53 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Código	2109.20TP.0042.0000			Tipo: Atividades		
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União.					
Iniciativa	Pagamento de Pessoal Ativo da União.					
Objetivo	Pagamento de Pessoal Ativo da União. Código: 2109.20TP.0042.0000					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código:2109					

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 54 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código		2109.2010.0042.0001			Tipo: Atividades	
Título		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.				
Iniciativa		Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar				
Objetivo		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares Código: 2109.2010.0042.0001				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Atividades				
Unidade Orçamentária		26246 – Universidade Federal de Santa Catarina				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
348.000,00	373.000,00	358.674,87	358.674,87	358.674,87	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares		UNIDADE	420	530	530	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 55 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)

Identificação da Ação						
Código	0901.0005.0042.0001			Tipo: Operações Especiais		
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)					
Iniciativa	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)					
Objetivo	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Código: 0901.0005.0042.0001					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901					

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 56 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Identificação da Ação						
Código	0089.0181.0042.0000			Tipo: Operações Especiais		
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões					
Iniciativa	Pagamento de Aposentadorias e Pensões					
Objetivo	Pagamento de Aposentadorias e Pensões			Código: 089.0181.0042.0000		
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Tipo: Operações Especiais		
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processa dos	Não Processados
284.449.302,00	322.493.273,00	321.597.321,17	321.597.321,17	321.597.321,17	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de Aposentadorias e Pensões		Unidade	4.725	3.488	3.488	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 57 - Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais

Identificação da Ação	
Código	2109.2012.0042.0001 Tipo: Atividades
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.
Iniciativa	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).
Objetivo	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares. Código: 2109.2012.0042.0001
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Ministério da Educação. Código: 2109 Tipo: Atividades
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orcamentária 2014	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.600.000,00	18.965.000,00	18.837.065,61	18.837.065,61	18.837.065,61	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Auxílio Alimentação aos servidores civis, empregados e militares.			UNIDADE	4.050	4.115	4.115
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 58 - Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio das despesas com transporte coletivo

Identificação da Ação						
Código	2109.2011.0042.0001				Tipo: Atividades	
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Iniciativa	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.					
Objetivo	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares. Código: 2109.2011.0042.0001					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Ministério da Educação. Código: 2109Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
772.572,00	772.572,00	602.502,73	602.502,73	602.502,73	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares			UNIDADE	490	397	397

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 59 - Pensões decorrentes de Legislação Especial

Identificação da Ação	
Código	0909.0536.0042.0001 Tipo: Operação Especial
Título	Pensões decorrentes de Legislação Especial
Iniciativa	Pensões decorrentes de Legislação Especial
Objetivo	Pensões decorrentes de Legislação Especial Código: 0909.0536.0042.0001
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. Código: 0909. Tipo: Operações Especiais.

Unidade Orçamentária	26246 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
89.050,00	89.050,00	75.836,97	75.836,97	75.836,97	0,00	0,00

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 60 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

dependentes

Identificação da Ação						
Código	2109.2004.0042.0001			Tipo: Atividades		
Título	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes					
Iniciativa	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes					
Objetivo	Conceder, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. A concessão do benefício é exclusiva para contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. Código: 2109.2004.0042.0001					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109			Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.196.804,00	11.506.804,00	11.456.249,28	11.456.103,28	11.456.103,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Oferecer plano de saúde aos servidores da UFSC e seus dependentes.			UNIDADE	9225	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 61 - Assistência médica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Exames Periódicos

Identificação da Ação	
Código	2109.2004.0042.0002
Título	Assistência médica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Exames Periódicos
Iniciativa	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - Exames Periódicos
Objetivo	Realizar exames médicos periódicos em todos os servidores ativos da UFSC. Código: 2109.2004.0042.0002
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MEC Código: 2109
Unidade Orçamentária	26246 - Universidade Federal de Santa Catarina
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orcamentária 2014	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 884.724,00	R\$ 4,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Oferecer plano de saúde aos servidores da UFSC e seus dependentes.			UNIDADE	-	-	-

Fonte: SIAFI-SIMEC

A UFSC como uma Instituição Federal de Ensino Superior procura cumprir o seu papel de estímulo e valorização da educação, ciência e tecnologia, através do tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim, muitas de suas ações visam contribuir objetivamente com dois programas relacionados no Plano Plurianual da União PPA 2012-2015 (Anexo I): PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão e PROGRAMA: 2030 - Educação Básica.

Além das diretrizes desses dois programas, a UFSC desenvolve ações voltadas a outros programas temáticos inscritos no PPA 2012-2015, tais como, PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação, que visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

As ações orçamentárias refletem o contexto e a capacidade da Universidade, durante o ano de 2014, para atingir seus objetivos institucionais, que se encontram no seu Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2010-2014.

Os quadros acima, neste item, descrevem essas ações, a partir de sua análise alguns pontos merecem destaque.

A UFSC considera que a boa qualidade acadêmica deve se pautar, entre outros, na ampliação de vagas e nas políticas de permanência estudantil.

No âmbito da ação **20RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior** – destacamos as contribuições da Coordenadoria de Apoio Pedagógico, como a alocação de salas de aula para graduação no Espaço Físico Integrado (EFI), devido à dificuldade de espaços acadêmicos nos Centros de Ensino da UFSC, a aquisição de um prédio administrativo, que viabilizou a instalação da clínica de fonoaudiologia e o aumento do espaço da biblioteca universitária.

No âmbito dessas políticas, foi elaborado, ainda em 2013, um mapeamento dos estudantes com deficiência na UFSC, contabilizando um total de 114 alunos. Esse número diminuiu para 111 alunos no primeiro semestre letivo de 2014. As ações de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência é atribuição da Coordenadoria de Acessibilidade, que faz parte da Pró-reitoria de Graduação PROGRAD. Também concorreram para o bom desempenho a criação do Sistema Integrado de Espaço Físico implantado no segundo semestre de 2013 e a criação do Núcleo de Tecnologias Educacionais para alunos e comunidade em geral. Também se constituem como fatores relevantes ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos diretamente relacionados à vida acadêmica dos estudantes a criação e implementação de um novo sistema informatizado de estágios, para garantir a melhor inserção dos estagiários, e a ampliação das bolsas de estágio, de pesquisa, de extensão e de permanência.

O aporte financeiro destinado à ampliação de vagas na Universidade foi utilizado na implantação cinco novos cursos de graduação, em 2014, com a inauguração do Campus Blumenau, um novo curso de Doutorado, três novos cursos de mestrado profissionalizante e dois novos curso de mestrado acadêmico em 2014. Os novos cursos de doutorado e mestrado vão ao encontro da proposta de vinculação do orçamento com o planejamento da

Instituição que, em seu PDI, estipula como objetivo a Expansão dos Cursos de Pós-Graduação.

O Campus da UFSC em Blumenau iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2014, ofertando 5 (cinco) cursos de graduação, 3 (três) de engenharia e 2 (dois) de licenciatura, com 100 (cem) vagas anuais cada, assim, ofertará 500 (quinhentas) vagas anuais. A administração do Campus se situa, provisoriamente, em imóvel locado no bairro Salto do Norte e utiliza, por meio de termos de cooperação, para salas de aula, espaços físicos do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, Campus Gaspar, e do Instituto Federal Catarinense – IFC, Campus Blumenau.

A UFSC ainda sofre com o descompasso entre o aumento de vagas e as políticas de permanência estudantil com a estrutura que essas políticas demandam. Esse descompasso pode ser sentindo na ocupação do espaço físico, na moradia estudantil e na carência de laboratórios e salas de professores. Apesar dos esforços na administração dos recursos existentes ainda lutamos com a carência de professores para os campi, o que traz, por vezes, problemas com a execução de disciplinas, desestimulando alguns alunos e acarretando em frequência insuficiente e evasão.

Houve reprogramação por aumento das matrículas totais para o ano de 2014 em razão da conclusão e implantação de novos cursos, especialmente por conta das 500 novas vagas advindas com a inauguração dos cinco novos cursos de graduação presencial do Campus Blumenau e os novos cursos de pós-graduação da UFSC. Eis alguns dados de matrícula para o primeiro semestre de 2014: doutorado: 3.343; mestrado 3.388; residência médica: 169; especialização presencial (492) e a distância (6.810): 7.302 (TOTAL PÓS-GRADUAÇÃO: 14.011); Graduação Total (presencial: 28.298 e a distância – 2.392): 30.690. No segundo semestre de 2014 (2014.2), houve um número menor de matriculados: 29.275 na GRADUAÇÃO e 13.044 na PÓS-GRADUAÇÃO.

Chamamos a atenção para o fato de que não temos como separar a meta física executada do ano 2014 com a meta física do RAP, visto que todos já são alunos matriculados na instituição.

A Educação Básica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC encerrou o ano letivo de 2014 com o total de 1132 alunos matriculados, correspondendo a 96,2% da meta prevista de 1177 matrículas, sendo 199 alunos do Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI e 933 alunos do Colégio de Aplicação – CA, conforme nos mostra a ação **20RI - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica**.

Um fator que facilitou o alcance da meta foi a publicação do Edital n. 02/NDI/2014 para preenchimento de vagas ociosas. No CA também ocorreu a publicação de um Edital, e também o monitoramento das ausências dos estudantes por meio dos Conselhos de Classe e reuniões com seus responsáveis objetivando a prevenção da evasão escolar.

Como fator que dificultou, o NDI destaca a dificuldade no preenchimento de vagas próximas ao final do ano. O CA considera que, levando em consideração o número ideal de estudantes, o índice de reprovação do Ensino Fundamental e do Ensino Médio é um dado importante de análise. A reprovação em 2013 implicou em 70 estudantes em situação de distorção idade/série no ano de 2014.

Outra ação a ser considerada, se refere às Ações Orçamentárias orientadas por SECADI e SEB/MEC, vistas na ação **20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica**. São ações de capacitação dos profissionais dessa área e possuíam a meta de capacitar 16.312 profissionais da educação básica atuantes nas redes públicas de ensino, um total de quinze programas e cursos foram ou estão sendo executados. O financeiro foi reprogramado por causa do contingenciamento de limite de empenho imposto à UFSC.

Em 2014 o MEC, por meio da SEB e SECADI, implantou o Sistema de Gestão e Monitoramento da formação Continuada – SISFOR. Em concordância com as orientações da SECADI e SEB/MEC foram apresentados pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica via SISFOR, a

capacidade de oferta da UFSC, balizados pelos valores disponíveis na matriz orçamentária. Após as notas técnicas de validação dos programas pela SEB e SECADI e passagem de procedimentos de tramitação interna para recebimento dos recursos, um total de quinze, programas e cursos, foram ou estão sendo executados, com a previsão de mais de 16.312 profissionais da educação básica atuantes nas redes públicas de ensino beneficiados.

Em conformidade as orientações do MEC, a UFSC iniciou os cursos somente com parecer de aprovação do MEC. Os pareceres dos cursos foram emitidos entre os meses de junho a agosto. Os cursos, que não foram validados, necessitaram ser ajustados e a emissão de parecer nesta 2ª fase de planejamento, via sistema, ocorreu no final do mês de outubro e novembro. Tendo em vista, a data limite para a realização de empenho dos recursos – 25.11.2014, o valor de 18.442,48, destinado para organização de Seminário e Ciclo de Debate Educação do Campo, Indígena, Diversidade e Direitos Humanos, não foi possível ser empenhado em tempo hábil.

Com relação às políticas de Assistência Estudantil, ação **4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior**, a Universidade se esforça no binômio inclusão-permanência, principalmente porque os recursos destinados a essas ações, oriundo do Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES, não cobre o total necessário para a sua consecução. Por esse motivo foi necessário aprimorar as metodologias de registro, acolhimento e acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, segundo os princípios da isonomia, equidade e transparência, alavancando relações de confiança e de acolhimento entre a equipe e o público alvo desta ação. O principal instrumento utilizado é o Sistema de Cadastro Sócio Econômico, cujos dados geram o Índice Sócio Econômico. A execução deste processo está a cargo da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAES) da Pró-reitoria de Assistência Estudantil PRAE, composta por Assistentes Sociais, Psicólogas, auxiliares e assistentes em administração.

Por meio da Ação Orçamentária de Assistência ao Estudante de Ensino Superior foram concedidos um total de 14.468 benefícios, distribuídos como segue:

Quadro 62 – Benefícios concedidos aos estudantes por meio da Ação Orçamentária de Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Exercício 2014			
Setor	Indicador	Nº de Benefícios	Periodicidade
CoAEs	Estudantes beneficiados com vaga na Moradia Estudantil	195	ano
RU	Estudantes beneficiados com refeição no RU	10.620	diário
CoAEs	Estudantes beneficiados com Auxílio Creche	44	mês
CoAEs	Estudantes beneficiados com Bolsa Estudantil	1.998	mês
CoAEs	Estudantes beneficiados com Auxílio Moradia	1.002	mês
CoAEs	Estudantes beneficiados com Complemento da BPMEC	63	mês
CoAEs	Estudantes beneficiados com Auxílio Alimentação Blumenau	270	mês
DeAE	Estudantes beneficiados com Auxílio a Eventos	214	mês
DeAE	Estudantes beneficiados com Auxílio Estágio Medicina	62	semestral
TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		14.468	

Fonte: PROPLAN/UFSC

Cabe, no entanto, ressaltar as dificuldades impostas por uma demanda em crescente expansão, sendo bem maior atualmente que a infraestrutura existente e a dotação orçamentária disponibilizada. O atendimento de toda essa demanda contou ainda com aporte de recursos oriundos da ação Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em seu PDI 2010-2014 a Universidade aponta a intenção de aprimorar e fomentar ações tanto de Pesquisa como de Extensão, neste sentido ressaltamos o cumprimento das metas, entre elas de 180 vagas no programa “Viver sem limite” de educação bilíngue, 14

propostas de ações apoiadas no programa PROEXT e 17911 projetos apoiados no plano orçamentário 003 (Fomento às ações de Graduação, Pós graduação, Ensino , Pesquisa e Extensão), esta última meta física não tendo sido atingida na sua totalidade devido ao contingenciamento de limite de empenho imposto à UFSC em 2014.

No planejamento institucional da Universidade (PDI 2010-2014) consta em seus objetivos aprimorar individualmente os servidores visando à melhoria do desempenho institucional. O atendimento deste objetivo ocorre através das políticas de pessoal realizadas que vão desde a contratação, passando pela garantia dos benefícios e auxílios, pela capacitação até a promoção da qualidade de vida no trabalho.

As **políticas de pessoal** gerenciadas pela Secretaria de Gestão de Pessoal foram realizadas com o objetivo de aprimorar os procedimentos administrativos de forma a garantir aos servidores o direito e o acesso ágil e seguro dos benefícios e auxílios.

Em 2014, destacamos a concessão do benefício de assistência pré-escolar, o pagamento de auxílio-transporte e o auxílio-alimentação. Para o exercício de 2014 foi prevista a concessão do Auxílio-Alimentação para 4.050 servidores. Entretanto, em função da nomeação de novos servidores ocorrida em 2014, foi concedido o benefício do Auxílio-Alimentação a 4.115 servidores. A meta prevista para a concessão do auxílio-transporte foi de 490, e a meta física realizada foi de 397 servidores. A meta física prevista para a concessão da assistência pré-escolar foi de 420 servidores, entretanto a meta física realizada foi de 530. Observa-se que em 2014, a idade dos servidores nomeados variou entre 24 a 35 anos o que gerou um número de nascimento maior que o previsto, aumentando assim o número de servidores que recebem assistência pré-escolar.

Quanto à **ação 2109.2004.0042.0002 - Assistência médica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Exames Periódicos**, os exames médicos periódicos dos servidores da UFSC não foram realizados no ano de 2014 na UFSC por conta do processo de recadastramento do plano de saúde, em virtude do novo contrato firmado com a operadora Unimed, vencedora do processo licitatório, que demandou grandes esforços por parte dos poucos servidores do Departamento de Atenção à Saúde (DAS/SEGESP) envolvidos. Outro fator que dificultou a execução desta ação foi a greve nacional dos servidores técnico-administrativos (TAEs) ocorrida no período de março a junho de 2014.

Atualmente, está em fase final de elaboração a minuta que servirá de base para o termo aditivo ao contrato vigente com a Unimed ou para o termo de referência para contratação de empresa especializada para realização destes exames. Planeja-se que a Universidade inicie a sua realização no primeiro semestre de 2015.

Fatores intervenientes na execução da ação: A dotação inicial para a concessão do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar foi menor que o valor pago, porém a ação não foi prejudicada, pois houve a liberação de recursos orçamentários e financeiros no exercício.

Especificamente com relação à **ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI)** o que se pode destacar é que, dentre os fatores que contribuíram para a execução desta ação está a importância da ampliação de vagas para cidades do interior do estado, com a criação de três novos campi. Cabe registrar ainda o peso da criação de novos cursos na sede, bem como da ampliação de vagas em cursos já existentes. A principal dificuldade no cumprimento das metas propostas está na falta de sincronia entre a implantação dos novos cursos e campi, traduzidas na rápida ampliação do corpo discente e a demorada liberação de vagas para a contratação de novos professores e técnicos administrativos. A alteração na proposta original de criação de cursos novos nos campi do interior agravou o ritmo já problemático para o cumprimento pleno das metas pactuadas. Esses fatores foram intensificados pelas difíceis negociações com os municípios para a definição das áreas, bem como pela indefinição dos projetos para a organização dos espaços físicos que se revelaram como obstáculos significativos na consolidação das metas pactuadas. No ano de 2014, o que impossibilitou a execução completa da Ação foi o contingenciamento orçamentário realizado pelo governo,

especialmente com a liberação parcial do limite de empenho e o bloqueio do crédito da emenda parlamentar.

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas desde o início do Programa, a interiorização da UFSC impactou de forma incontestável as alternativas para a juventude catarinense permitindo a democratização do acesso à universidade para segmentos sociais historicamente excluídos. Também é significativa a sinergia econômica e social nas regiões onde a UFSC se instalou, com potencialidades a serem exploradas.

Para além do aporte da manutenção da Universidade que a ação dispõe, cabe destacar os investimentos realizados com o orçamento deste programa. A UFSC, em 2014, continuou e iniciou importantes obras sendo, na sua maioria, demandas antigas da Universidade como a construção de salas de aulas, espaços pedagógicos, laboratórios de ensino e pesquisa, reforma de edificações antigas, ampliação e manutenção de sua infraestrutura de água, de esgoto e de elétrica.

De forma a exemplificar os avanços nas construções cabe citar alguns exemplos de obras que tiveram sua continuidade ou foram iniciadas em 2014. São elas:

- Prédio de Salas de Aulas e Laboratórios de Ensino para o CCE
- Prédio de Salas de Aulas, Laboratórios de Ensino e Núcleos de Apoio para o CFH
- Subestação e Infraestrutura da rede de energia de distribuição de baixa e média tensão e infraestrutura de telecomunicações da Fazenda da Ressacada
- Bezerreiro na Fazenda da Ressacada
- Galpão de Fitotecnia do CCA
- 2ª Etapa do prédio da Usina de Alimentos do CCA
- Ampliação do Prédio do Departamento de Engenharia Química e de Alimentos do CTC
- Ampliação do Prédio do Departamento de Engenharia Civil do CTC
- Bloco 2 de Salas de Aula e Laboratórios de Ensino do Campus de Curitiba
- Galpão de Apoio à Produção Vegetal para o Campus de Curitiba
- Reforma das edificações do CEDUP para o Campus de Curitiba
- Cercamento da Fazenda Experimental do Campus de Curitiba

Além das obras referenciadas, outros investimentos em obras de pequeno e médio porte no diferentes campi da UFSC foram realizados, bem como investimentos na contratação de projetos de arquitetura e engenharia que deveriam culminar em obras no ano de 2015.

Também é importante destacar que o aumento da comunidade universitária – estudantes, técnico-administrativos e docentes – oriundo das políticas de expansão de vagas para estudantes no ensino superior, demandou um significativo aporte de recursos para aquisição de materiais permanentes. Para tanto, recursos da Ação do REUNI destinaram-se a investimentos em aquisições para implantação e consolidação de laboratórios de ensino, em especial aqueles demandados nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação dos novos campi, conforme pactuado no programa REUNI.

Ainda na Ação do REUNI houve um aporte de recursos na rubrica de custeio, utilizada para viabilizar as condições de permanência estudantil, com o pagamento de bolsas e auxílios, e o funcionamento da universidade, especialmente cobrindo as grandes despesas com os serviços de vigilância, limpeza e conservação, água e esgoto. Também por meio deste projeto foi possível aproveitar a estrutura física já instalada na instituição, que tem sua adequação e manutenção garantida utilizando recursos destinados ao empenho de Atas de Registros de Preços para serviços de pintura, de instalação de divisórias, de recuperação de telhados, entre outros. Importante ainda considerar as despesas com aluguéis, especificamente nos novos Campi que, por falta de infraestrutura adequada e para garantir as condições acadêmicas necessárias à expansão, demandam soluções que impactam no custeio da universidade.

Destacamos o fato de a UFSC ter realizado, em 2014, uma boa gestão orçamentária e ter executado suas atividades fins de ensino, pesquisa e extensão, atendendo aos princípios

de eficiência, eficácia e economicidade. Apesar do Movimento de Greve dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação durante o primeiro semestre de 2014 e, principalmente, do contingenciamento orçamentário realizado pelo governo, especialmente com a liberação parcial do limite de empenho e o bloqueio do crédito da emenda parlamentar

5.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 63 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais

Identificação da Ação						
Código		2032.4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais				
Título		Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais				
Iniciativa		03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país				
Objetivo		0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos				
Programa		2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão				
Unidade Orçamentária		26386 - Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago - UFSC				
Ação Prioritária		(X) Não				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.796.785,00	10.575.715,00	5.152.666,48	3.350.578,22	3.350.578,22		2.791.970,97
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade administrada			Unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.791.970,97	2.753.823,57	10.552,55	Unidade administrada		Unidade	1

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 64 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Identificação da Ação	
Código	2109.09HB.0001.0000 Tipo: Operações Especiais
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de

	Previdência dos Servidores Públicos Federais.					
Iniciativa	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.					
Objetivo	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Código: 2109.09HB.0001.0000					
Programa	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais. Código: 2109.09HB.0001.0000 Tipo: Operações Especiais					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.976.561,00	22.035.959,00	21.719.870,32	21.719.870,32	21.719.870,32	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.			Servidores Públicos Federais		1342	1342
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 65 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Identificação da Ação						
Código	2109.20TP.0042.0000			Tipo: Operações Especiais		
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União.					
Iniciativa	Pagamento de Pessoal Ativo da União.					
Objetivo	Pagamento de Pessoal Ativo da União. Código: 2109.20TP.0042.0000					
Programa	Pagamento de Pessoal Ativo da União. Código:2109.20TP.0042.0000 Tipo: Operações Especiais					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
108.417.160,00	119.584.259,00	118.989.853,81	118.989.853,81	118.989.853,81	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realiza do
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de	Realiza

1/1/2014				medida	da

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 66 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2109.2010.0042.0000 Atividade					Tipo:
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar					
Objetivo	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares Código: 2109.2010.0042.0000					
Programa	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares Código: 2109.2010.0042.0000 Atividade Tipo:					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
192.000,00	202.000,00	192.802,75	192.802,75	192.802,75	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares		Dependentes dos servidores publico federal		183	183	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 67 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Identificação da Ação						
Código		0089.0181.0042.0000			Tipo: Operações Especiais	
Título		Pagamento de Aposentadorias e Pensões				
Iniciativa		Pagamento de Aposentadorias e Pensões				
Objetivo		Pagamento de Aposentadorias e Pensões Código: 0089.0181.0042.0000				
Programa		Pagamento de Aposentadorias e Pensões Código:0089.0181.0042.0000			Tipo: Operações Especiais	
Unidade Orçamentária		26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

14.316.932,00	21.628.639,00	21.390.652,99	21.390.652,99	21.390.652,99	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de Aposentadorias e Pensões		Aposentados e beneficiários de pensão				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 68 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2109.2012.0042.0000					Tipo:
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Iniciativa	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).					
Objetivo	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares. Código: 2109.2012.0042.0000					
Programa	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares. Código:2109.2012.0042.0000 Atividade					Tipo:
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.772.804,00	5.902.804,00	5.869.978,88	5.869.978,88	5.869.978,88	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previst o	Reprogramado	Realizado
Auxílio Alimentação aos servidores civis, empregados e militares.			Servidores públicos		1317	1317
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 69 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Identificação da Ação						
Código	2109.2011.0042.0000					Tipo:
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.					
Iniciativa	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo					

	determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.					
Objetivo	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares. Código: 2109.2011.0042.0000					
Programa	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares. Código:2109.2011.0042.0000 Atividade					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
732.000,00	732.000,00	607.612,73	607.612,73	607.612,73	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.			Servidores públicos		351	351
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 70 - Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis

Identificação da Ação						
Código	2109.00M1.0042.0000		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis					
Iniciativa	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio- funeral e natalidade de civis.					
Objetivo	Código: 2109.00M1.0042.0000 Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis					
Programa	Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis Código 2109.00M1.0042.0000 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
40.570,00	50.570,00	41.587,61	41.587,61	41.587,61	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis		Servidores públicos		50	50	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 71 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Identificação da Ação	
Código	2109.2004.0042.0002
Título	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
Iniciativa	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Objetivo		Código: 2109.2004.0042.0002 Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos				
Programa		Código 2109.2004.0042.0002 Tipo: Atividade Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos				
Unidade Orçamentária		26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago				
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
283.740,00					0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos		Servidores públicos				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI-SIMEC

Quadro 72 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados

Identificação da Ação						
Código	2109.2004.0042.0001 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Iniciativa	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Objetivo	Código: 2109.2004.0042.0001					
	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Programa	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
	Código 2109.2004.0042.0001 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	26386 – Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.296.380,00	2.346.380,00	2.326.587,81	2.326.587,81	2.326.587,81	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		Servidores públicos		947	947	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: SIAFI-SIMEC

A ação 2032.4086.26386.0042 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais possibilitou a aquisição de alguns mobiliários e equipamentos de suma importância para manter e melhorar a qualidade de atendimento aos pacientes do SUS, entre os quais destacamos: caldeira elétrica geradora de vapor, autoclave a vapor para utilização em esterilização de materiais cirúrgicos, termodesinfetadora para central de esterilização e monitores multiparamétricos de última geração para Unidade de Terapia

Intensiva e Centro Cirúrgico. Possibilitou-se ainda a aquisição de alguns serviços de suma importância para a manutenção das atividades da instituição.

Do montante empenhado, R\$ 5.152.666,48, aplicamos apenas R\$ 1.778.973,48 em investimentos substituindo mobiliários e equipamentos antigos, obsoletos e deteriorados. Apesar desse recurso aplicado na substituição e renovação tecnológica de equipamentos ser importante para a instituição, não atende as mínimas necessidades. Para minimizar os problemas financeiros, tivemos que utilizar a maior parte desses recursos na manutenção do custeio do Hospital Universitário. Infelizmente, apesar de apresentarmos justificativa relevante, a ação ficou prejudicada, pois o MEC/SPO não concedeu limite de empenho, para uma parcela dos recursos.

As ações mais relevantes sob a responsabilidade da Coordenação Auxiliar de Gestão de Pessoas em 2014 foram à concessão do benefício de assistência pré-escolar, pagamento de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e assistência médica e odontológica.

Execução das Metas: Para o exercício de 2014 foi concedido o benefício do Auxílio-Alimentação para 1.317 servidores, 351 servidores receberam o auxílio-transporte, a assistência pré-escolar foi concedida a 183 servidores e a assistência Médica e Odontológica num total de 947 beneficiários. Os exames médicos periódicos dos servidores da UFSC não foram realizados no ano de 2014 na UFSC por conta do processo de recadastramento do plano de saúde que demandou grandes esforços por parte dos poucos servidores envolvidos. Atualmente, está em fase final de elaboração a minuta que servirá de base para o termo aditivo ao contrato atual com a Unimed ou para o termo de referência para contratação de empresa especializada para realização destes exames. Planeja-se que a Universidade inicie a sua realização no primeiro semestre de 2015.

Fatores intervenientes: A dotação inicial para a concessão do auxílio-alimentação, da assistência pré-escolar e da assistência médica e odontológica foi menor que o valor pago, porém a ação não foi prejudicada, pois houve a liberação de recursos orçamentários e financeiros no exercício.

Restos a pagar: Não houve razões para inscrição de valores em restos a pagar, pois o montante foi significativo em relação à dotação da ação em 2014.

Ações Prioritárias na LDO: Não houve problemas para a execução da ação.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

A seguir, listamos alguns dos resultados obtidos pela Universidade Federal de Santa Catarina nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão de pessoas.

Ensino de graduação

Na área de ensino de graduação, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) iniciou as atividades do Campus Blumenau organizando o concurso público para 50 vagas de docentes e colaborando na matrícula dos primeiros estudantes. Ainda com relação às matrículas, criou, com o auxílio da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC), o Sistema de Matrícula Inicial da Graduação, que passará a acontecer, a partir de 2015, em duas etapas, sendo a primeira on-line e a segunda presencial, evitando sucessivas chamadas de candidatos depois do início das atividades letivas.

Com a SeTIC a Pró-Reitoria de Graduação desenvolveu, também, um novo sistema informatizado que substituirá a versão do Moni atualmente em uso, permitindo dar maior publicidade às ações dos monitores e facilitando o acesso à monitoria pelos estudantes de

graduação. Esse sistema futuramente será integrado a um sistema de gestão do ensino que possibilite a comunicação intra e intersetorial.

No que tange a bolsas estudantis e de estágio, foi desenvolvida uma política de atenção aos estudantes que recebem bolsa estudantil da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, garantindo a eles o acompanhamento de tutores ou orientadores pedagógicos. Com o Edital nº 14/PROGRAD/2014, que versa sobre a distribuição de bolsas de estágio não obrigatório no âmbito da UFSC, fez-se a previsão da demanda contínua para as bolsas destinadas aos estudantes com deficiência e a estudantes que desenvolvam o auxílio à acessibilidade de estudantes com deficiência. Foi implantado, também, o Certificado de Realização de Estágio por meio do próprio sistema de estágio (SIARE).

Foram realizados, em 2014, os fóruns das licenciaturas para discussão dos programas de formação docente e para aprovação da minuta de resolução normativa que altera o funcionamento do fórum e regulamenta sua estrutura, criando para isso um setor responsável pela articulação entre os cursos de licenciatura e os programas institucionais voltados à formação inicial e continuada de professores, a fim de se criar um mecanismo mais efetivo de atuação, promoção e colaboração com o Comitê Gestor do Fórum das Licenciaturas. A PROGRAD abriu, ainda, chamadas públicas com recursos da Ação 20RJ para contemplar projetos de formação continuada de profissionais da educação da rede pública.

Em sua atuação junto ao Conselho Universitário, a Pró-Reitoria de Graduação encaminhou propostas de resoluções normativas para a criação do Comitê Institucional de Ações Afirmativas, para a redefinição das práticas e critérios de distribuição de bolsas monitoria, para a regulamentação do PROFOR e para a alteração da resolução que trata dos regimes de trabalho dos docentes da UFSC. Foram aprovadas no Conselho as resoluções normativas que tratam da Política de Ações Afirmativas para o Vestibular 2015, da promoção à classe de titular dos integrantes do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) e da alteração das normas para ingresso na carreira do magistério superior. Finalmente, foram constituídas comissões específicas para a criação da resolução que dará tratamento ao Programa de Acolhida, Acompanhamento e Apoio Pedagógico da UFSC e para a alteração das resoluções que tratam do Planejamento e Acompanhamento das Atividades Docentes (Resolução nº 053/CEPE/95) e do Regulamento dos Cursos de Graduação (Resolução nº 017/CUn/97).

Por fim, em colaboração com a Câmara de Graduação, deu-se início ao debate em torno das formas de ingresso na UFSC e da possível adesão ao SiSU, com a abertura de linhas de frente no processo de uma universidade mais inclusiva, promovendo a discussão da acessibilidade nos editais da UFSC e dando suporte à criação de disciplinas que tratam da inclusão de sujeitos com deficiência.

Ensino de pós-graduação

Dentre as principais ações da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) com vistas à expansão dos cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, destaca-se a criação e início em 2014 do curso de doutorado em Jornalismo, do curso de mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação (Campus Araranguá), do curso de mestrado profissional em História e dos cursos de mestrado profissional em Física (Campus Florianópolis e Campus Araranguá). Além disso, a CAPES aprovou os cursos de mestrado em Oceanografia, Engenharia e Ciências Mecânicas (Campus Joinville) e Engenharia de Transporte e Gestão Territorial com início previsto para março de 2015, bem como os cursos de mestrado em Energia e Sustentabilidade (Campus Araranguá) e mestrado profissional em Desastres Naturais, ambos com previsão de início em agosto de 2015. Destaca-se também que seis propostas de novos cursos foram aprovadas pela Câmara de Pós-Graduação e submetidas à CAPES para implementação em 2015, sendo quatro cursos de mestrado acadêmico e dois cursos de mestrado profissional, no intuito de auxiliar na fixação de docentes

investigadores e na melhoria da qualidade dos cursos de graduação ofertados nos novos campi.

Para minimizar as assimetrias entre as áreas de conhecimento e auxiliar na capacitação docente de instituições de ensino superior de outras regiões do País, quatro novas turmas de doutorado interinstitucional (DINTER) foram aprovadas na CAPES para serem implementadas nas áreas de Enfermagem (convênio com a Universidade do Estado do Amazonas), Estudos da Tradução (convênio com a Universidade Federal do Pará), Educação Científica e Tecnológica (convênio com a Universidade Federal da Fronteira Sul) e Linguística (convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina), Engenharia e Gestão do Conhecimento (convênio com a Universidade Federal Rural da Amazônia), além de uma turma de mestrado interinstitucional (MINTER) em Direito (convênio com a Faculdade Luciano Feijão, em Sobral/Ceará).

Outras ações importantes da PROPG estão relacionadas à política de internacionalização da pós-graduação, considerando que o diálogo internacional é realizado numa via de mão dupla. Além de aprender com colegas de outros países, há necessidade de contribuir para a circulação de conhecimentos e para a formação de quadros científicos em nível internacional. Os programas de cooperação internacional buscam o fortalecimento de áreas estratégicas institucionais e a aproximação com os centros de pesquisa de referência internacional. Essas ações resultaram no aumento do número de estudantes da UFSC no exterior (148 bolsas de estágio sanduíche no exterior) e de professores visitantes e estudantes estrangeiros na instituição, por meio de convênios e bolsas. Além da padronização dos procedimentos de cotutela, quatorze acordos de cotutela foram assinados com programas de pós-graduação de diferentes países, em especial da França, Espanha, Itália, Portugal, Bélgica e Austrália.

O aumento do número de estudantes matriculados e de defesas na pós-graduação também merece destaque. O número de estudantes matriculados na pós-graduação stricto sensu subiu para 7.073 estudantes, sendo 3.732 mestrandos e 3.341 doutorandos. Enquanto o número de defesas de mestrado manteve-se muito próximo ao do ano anterior (1.145), o número de defesas de doutorado aumentou consideravelmente para 502 defesas. Observa-se também, no período, aumento importante do número de bolsas que totalizam 1.058 de doutorado e 906 de mestrado.

O perfil dos cursos de pós-graduação lato sensu foi alterado. Os cursos desta natureza fazem parte da educação continuada e atendem às demandas e interesses sociais relevantes, como a inclusão de profissionais em processos de aprimoramento, atualização e melhoria de suas habilitações. Assim, todos os cursos ofertados asseguraram a gratuidade aos estudantes matriculados, e ampliou-se a oferta de cursos na modalidade a distância a partir de investimentos públicos. Dos 5.967 estudantes matriculados, 5.613 estão em cursos a distância e 354 em cursos presenciais.

A participação em eventos científicos e as publicações científicas foram incrementadas. A implementação de novas diretrizes para apoio financeiro à participação de docentes e discentes em eventos nacionais e internacionais com apresentação de trabalhos resultou no aumento do número de solicitações, chegando-se a um investimento de R\$ 450.000,00. Além disso, houve o incremento na produção intelectual a partir da oferta de serviços de tradução de artigos (R\$ 66.252,67) para auxiliar na publicação em periódicos indexados em bases de referência internacional, assim como de serviços de diagramação e publicação de livros (R\$ 220.172,80).

Outras ações foram realizadas no intuito de promover melhorias nos laboratórios de pesquisa que envolvem os programas de pós-graduação. A infraestrutura de pesquisa foi ampliada com a aprovação da proposta integral (10 subprojetos) no Edital Pró-equipamentos da CAPES (R\$ 2.508.000,00), que resultou na aquisição de 18 novos equipamentos multiusuários de laboratório, envolvendo 35 programas de pós-graduação e favorecendo a criação de ambientes adequados à formação e à inovação.

O aperfeiçoamento dos sistemas de controle acadêmico e administrativo foi realizado a partir de melhorias na rede interna da pós-graduação da UFSC, da elaboração de pareceres técnicos nos processos acadêmicos e da realização de reuniões frequentes com os coordenadores de programas. Importantes melhorias foram realizadas no acompanhamento dos programas de pós-graduação, principalmente para atender novas demandas da Plataforma Sucupira da CAPES, para subsidiar as decisões da Câmara de Pós-Graduação e para auxiliar na incorporação crescente de novos parâmetros internos de avaliação. Dentre as ações para ampliar e melhorar a qualidade da formação científica e tecnológica na busca por patamares mais amplos de disseminação do conhecimento produzido, destaca-se o aperfeiçoamento contínuo dos marcos regulatórios, nomeadamente de resoluções sobre a residência médica e multiprofissional em saúde e de bolsa de ensino de pós-graduação para docentes da UFSC.

Pesquisa

No campo da pesquisa, as atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) em 2014 foram múltiplas e variadas. Podemos dividi-las em cinco grandes grupos.

O primeiro grupo refere-se a normas e acordos de cooperação. Foram aprovados pelo Conselho Universitário (CUn) o novo Acordo de Cooperação com o Sapiens Parque SA e a nova Resolução de Pesquisa, que, juntamente com a aprovação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica, representam os pontos altos de 2014 nesse aspecto. Além disso, estão em diferentes estágios de discussão na Câmara de Pesquisa as propostas: de regimento para laboratórios, grupos de pesquisa e laboratórios centrais multiusuários (aprovada preliminarmente); de resolução para projetos com descentralização de recursos de órgãos públicos (aprovada e pronta para consulta pública); e da nova política de pesquisa e inovação da UFSC. Foi também elaborada e aprovada pelo CNPq a solicitação de bolsas PIBIC/PIBITI, PIBIC-EM e PIBITI/FUNTTEL. Como resultado da política de aumento da contrapartida das bolsas da UFSC, o CNPq liberou mais duas bolsas para o Programa PIBITI/FUNTTEL. Dentre os acordos celebrados pela UFSC, destacamos a assinatura pelo BNDES de projeto conjunto com EMBRACO/Whirlpool (recursos de R\$ 25 milhões, com credenciamento da UFSC para sediar uma unidade EMBRAPPI/POLO), com previsão de liberação de R\$ 30 milhões para projetos em parceria com empresas.

Também merecem destaque a assinatura de convênio de cooperação com o Ministério da Defesa (Exército Brasileiro) para pesquisas e inovação na área de defesa, bem como a assinatura de convênio com o SENAI-SC para cooperação na execução de projetos de pesquisa com os institutos de tecnologia e inovação do SENAI e do termo de cooperação para troca de conhecimentos. A UFSC participou de todos os editais da família Inova (Inova Energia, Inova Agro, Inova Saúde, Inova Petro, Inova Sustentabilidade), fechando contratos a fundo perdido ou através de financiamento subsidiados para o desenvolvimento de projetos em parcerias com empresas. Através desses editais, a UFSC conseguiu aprovar propostas em parceria com empresas como Volvo, MEPEL, Embraer e Metalúrgica Zen. Conseguimos também renegociar o Projeto do INPETRO com a Petrobrás, com um aditivo de R\$ 7,5 milhões para conclusão do projeto. Finalmente, está em estágio de revisão a situação da Fundação CERTI na UFSC, atendendo à determinação de auditoria da CGU.

O segundo grupo refere-se à participação da UFSC em grandes editais. Com a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa, a UFSC enviou nove propostas de institutos nacionais de ciência, tecnologia e inovação (INCTs). Atualmente, a UFSC sedia 4 dos 126 INCTs existentes no País. A PROPESQ esteve diretamente envolvida na elaboração de projeto de pesquisa no Hospital Universitário e na elaboração de projeto para criação de Observatório Científico. Juntamente com o Sapiens Parque, a UFSC participa de projeto contemplado pela FINEP para implantação de uma incubadora no Sapiens Parque. O

Projeto Institucional CT-INFRA 2014 está em fase final de elaboração e será submetido ao edital aberto pela FINEP em novembro de 2014.

O terceiro grupo de atividades realizadas pela PROPESQ refere-se aos projetos de obras ou obras concluídas em 2014. Nessa linha, temos os projetos CT-INFRA, que avançaram, tais como a execução do projeto sobre Gado de Corte na Fazenda Ressacada e a obra do Manejo de Água na Fazenda Ressacada (obras aprovadas em 2009 e ambas concluídas); o TECNÍDIA (projeto de 2008), licitado e com previsão de começo das obras em janeiro de 2015; a elaboração do orçamento para conclusão da obra do Instituto Interdisciplinar de Engenharias de Superfície; a elaboração de termos de referência para contratação de empresas para elaboração de projetos para IMB, RENERGIA e CEPEME e da Pista de Testes Inteligentes em Joinville; e a compra de equipamentos para os projetos CT-INFRA. Finalmente, deu-se a consolidação do Laboratório Central para o Desenvolvimento de Nanoestruturas (LINDEN).

O quarto grupo refere-se a atividades de iniciação e divulgação científicas. Em 2014, as atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia foram descentralizadas nos cinco campi da UFSC com muito sucesso. Ocorreu também o Seminário de Iniciação Científica e do III Seminário de Iniciação Científica para o Ensino Médio, além da participação na Reunião Anual dos Representantes de Iniciação Científica do CNPq. Finalmente, a PROPESQ implantou um Programa de Divulgação Científica em agosto, com a incorporação de cinco bolsistas de estágio de jornalismo através de parceria com a Diretoria-Geral de Comunicação.

O quinto grupo refere-se à participação da PROPESQ em várias atividades e missões. Destacamos algumas: participação nos conselhos do Instituto Euvaldo Lodi e da Federação das Indústrias de Santa Catarina; no Comitê Estadual de Inovação; no Comitê Estadual contra a Pirataria; nas reuniões do FOPROP; no Congresso da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa, Tecnologia e Inovação (ABIPTEI); nas discussões do Comitê de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina; na inauguração do Centro de Estudos da General Elétric no Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro; no workshop para discussão da Cláusula Offset em projetos na área de Defesa no Parque Tecnológico de São José dos Campos; e na recepção de delegações, em conjunto com a Secretaria de Relações Internacionais, do Canadá, Austrália, Irlanda, Noruega e Argentina.

Extensão

No plano da extensão, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) empenhou-se em desenvolver e em consolidar uma política alinhada com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária – determinada, por sua vez, pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX). Com esse propósito, a PROEX apoia as ações extensionistas com os recursos disponíveis e por meio de parcerias com organismos estaduais e federais. Busca, ainda, com que a extensão represente um agente importante de propagação plena do conhecimento ao disseminar à sociedade os resultados das ações de ensino, pesquisa e extensão universitárias e, concomitantemente, um agente de produção do conhecimento resultante das experiências adquiridas.

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária, uma das linhas programáticas da extensão é a do empreendedorismo e das empresas juniores; a Pró-Reitoria de Extensão desempenha atividades nesse âmbito. Destaca-se a participação no Comitê Gestor das Empresas Juniores da UFSC, criado pela Resolução Normativa nº 08/CUn/2010, a qual estabelece as normas que regem a criação, o reconhecimento e o funcionamento dessas organizações na Universidade. No ano de 2014, foram realizadas seis reuniões do Comitê Gestor – duas em caráter extraordinário. Submeteram-se nove processos de criação de empresas juniores à apreciação, o que resultou em quatro

aprovações; os demais ainda estão em análise. O Comitê Gestor mantém permanente contato com a Federação das Empresas Juniores do Estado de Santa Catarina (FEJESC). Além disso, acompanha a tramitação no Senado Federal do Projeto de Lei nº 437/2012, cujo escopo é disciplinar a criação e a organização das empresas juniores.

Por ocasião do XXXIV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, realizado de 21 a 24 de maio de 2014 na Universidade Federal do Pará (UFPA), o pró-reitor de Extensão da UFSC foi eleito coordenador da Região Sul no Colégio de Extensão (COEX), junto à ANDIFES. A conquista dessa importante posição favorece o objetivo de intensificar as relações interinstitucionais da PROEX. Ainda nesse sentido, houve a participação em relevantes eventos ao longo do ano, como nas reuniões do FORPROEX, no 32º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), na III Jornada de Extensão do Mercosul, no 6º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), no 1º Encontro do Programa Nacional de Extensão Universitária, além do IIº Encontro Latinoamericano de Extensão Universitária em Direito – Extender 2014.

Em 2012, a PROEX firmou junto ao Ministério da Saúde um termo de cooperação, o qual prosseguiu em 2013 e 2014, estabelecendo dois relevantes projetos. Um deles é o de informatização da Rede Nacional do Sistema Único de Saúde, e-SUS; o outro possibilita a ampliação do número de vagas para a residência multiprofissional em saúde e também engloba o Projeto de Estágio de Vivência da Realidade do SUS, o VER-SUS, destinado a estudantes dos mais variados cursos de graduação da UFSC.

Em 2014, foram registradas 7786 atividades de extensão (até 9 de dezembro de 2014), o que representa um aumento de 6,7% em relação ao ano anterior. Essas atividades se distribuíram da seguinte maneira: 983 cursos, 1.993 eventos, 888 participações em bancas avaliadoras, 1.854 prestações de serviço, 5 programas, 1.410 projetos de extensão, 643 publicações e 10 outras ações. Dentre suas atribuições, a Pró-Reitoria de Extensão é responsável por gerenciar o banco de dados de certificados relativos às ações de extensão da UFSC. Foram emitidos 44.315 certificados de ações finalizadas no ano corrente.

A PROEX mantém e apoia programas de apoio financeiro aos projetos de extensão desenvolvidos na UFSC. O Programa de Bolsas de Extensão (PROBOLSAS), mantido com recursos da PROEX, apresenta o propósito de favorecer a participação de estudantes de graduação nos projetos desse âmbito mediante auxílio financeiro, de modo a aprimorar a formação acadêmica voltada ao comprometimento social. No ano atual, foram oferecidas 350 bolsas, quantidade que se manteve estável em relação aos últimos anos, com um leve acréscimo de 16 bolsas em relação ao ano anterior. Essas bolsas beneficiaram 200 projetos de um total de 335 inscritos e 310 aprovados no último edital. Em 2014, um novo edital Bolsas de Extensão para Projetos na Área da Saúde fornece 187 bolsas mensais (dado de novembro de 2014), pagas pela Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC). A PROEX administra, ainda, bolsas de extensão cujos recursos são provenientes de outros órgãos da Universidade. Nesse ano, foram pagas 163 bolsas mensais que se enquadram nesse caso (dado referente a novembro).

Em 2014, lançou-se o Edital Pró-Social, destinado a atender programas e projetos de extensão voltados a políticas públicas de Santa Catarina, especialmente as de cunho social. Os 22 projetos contemplados serão beneficiados com recursos de até R\$ 15.000,00 cada um – o que representa um aporte financeiro de mais de R\$ 200.000,00 concedidos pelo certame.

Os programas e projetos de extensão da UFSC também têm alcançado um desempenho favorável nos últimos editais PROEXT MEC/SESU por meio do esforço de organização da PROEX. Trata-se de um programa criado pelo MEC e coordenado pela Secretaria de Educação Superior que ampara especialmente projetos dirigidos à inclusão social e que visa consolidar a institucionalização das atividades de extensão nas organizações públicas de ensino superior. No edital de 2014, foram contemplados seis projetos a serem executados em 2015. Houve um significativo aumento no número de

bolsas concedidas pelo programa, que passou de 55 bolsas em 2013 (relativo a dezembro) para 72 no ano corrente (dato relativo a novembro). Além disso, posteriormente foram disponibilizados recursos emergenciais para 16 projetos aprovados e não contemplados pelo edital no valor de R\$ 5.000,00 para cada um. Foram investidos um total de R\$ 32.572,84 nos sete projetos que optaram por utilizar o benefício.

Vale destacar a participação da UFSC no Programa Novos Talentos da CAPES, o qual visa subsidiar propostas de atividades extracurriculares voltados a professores e alunos da educação básica de escolas públicas. Em 2012, a Universidade obteve a aprovação de dois subprojetos no programa, que continuaram em desenvolvimento durante o presente ano.

A PROEX apresenta dois programas institucionais: o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) e a Sala Verde. O NETI busca a integração das pessoas idosas no meio acadêmico e na sociedade bem como o desenvolvimento dos estudos em Gerontologia – ciência que estuda o processo de envelhecimento sob diferentes aspectos e campos de conhecimento. O programa contribui também no desenvolvimento educacional de estudantes ao oportunizar a aplicação de projetos voltados à promoção de uma vida ativa e saudável aos idosos. Em 2014, foram preenchidas 1.343 vagas, distribuídas em 48 turmas das 28 oficinas e cursos disponibilizados pelo Núcleo, com um total de 739 alunos matriculados. O Núcleo limita as matrículas em duas atividades por semestre para cada aluno, a maior parte delas relativas a cursos de línguas estrangeiras.

O Programa Sala Verde é avalizado pelo Ministério do Meio Ambiente e propicia diversas atividades com o propósito de desenvolver a educação socioambiental e difundir práticas sustentáveis tanto à comunidade universitária quanto à sociedade em geral. Durante o ano de 2014, as ações se basearam em dois projetos: Educar Brincando e Oficinas Para Uma Vida Melhor. Estima-se que o primeiro tenha envolvido 777 pessoas e o último, 406, entre crianças, professores e colaboradores. Além desses projetos, diversas outras iniciativas foram promovidas pelo programa.

A PROEX também atua na divulgação dos trabalhos desenvolvidos na UFSC à comunidade acadêmica e à comunidade externa. Nesse sentido, destaca-se a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX). Com estandes, minicursos, palestras e eventos paralelos, a SEPEX é considerada um dos maiores eventos de divulgação científica do estado. Em sua 13ª edição, realizada em 2014, a SEPEX apresentou como indicadores 126 estandes, 189 minicursos, 21 apresentações culturais, 3 mil metros quadrados de área e um público visitante estimado em 20 mil pessoas.

Outro meio de divulgação das atividades extensionistas realizadas na UFSC é a Revista Extensio, uma publicação eletrônica semestral. O veículo publica também trabalhos empreendidos em outras instituições e visa não só ser um importante meio de disseminação dos projetos extensionistas como também ampliar o conhecimento conceitual e metodológico do campo. A Extensio publicou seu 17º número em 2014 e foi acessada por 45.527 visitantes.

Por fim, salienta-se que a UFSC participou de todas as edições do Projeto Rondon – coordenado pelo Ministério de Defesa –, cujo escopo é a implementação de projetos sociais por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários em regiões com elevados índices de pobreza. No ano de 2014, foram realizadas a Operação Velho Monge, em janeiro, no município de Alto Longá, no Piauí, e a Operação Guararapes, em julho, no município de Pedras de Fogo, na Paraíba. Cada uma contou com a participação de oito alunos e dois professores da UFSC.

Cultura

No campo da cultura, a Secretaria de Cultura (SeCult) deu início a uma organização estrutural que contemplou os seguintes pontos:

- atualização do Regimento Interno;

- definição de um novo organograma, dando visibilidade a todos os cargos e funções da secretaria;
- elaboração do Planejamento Estratégico para o período 2014 – 2017;
- revisão da Resolução de Formaturas;
- elaboração de folder de divulgação da SeCult;
- revisão dos editais internos relativos aos seguintes projetos:
- Bolsa Cultura;
- Procultura;
- Espaço Vivo.

Dentre os projetos e ações desenvolvidas diretamente pela SeCult, podemos destacar os seguintes:

1) Bolsa Cultura: é um programa vinculado às ações de arte e cultura, oferecendo, através de bolsas, auxílio financeiro a estudantes de graduação, estimulando-os à participação nos projetos de cultura da UFSC. Atendendo também os diferentes setores ligados diretamente à SeCult, disponibilizamos de um total aproximado de 100 bolsas.

2) Procultura: Programa de Apoio às Ações de Cultura, que apoia financeiramente, no todo ou em parte, ações de cultura propostas por servidores docentes ou técnico-administrativos que tenham relação com o ensino, a pesquisa ou a extensão universitária. Em 2014, doze projetos de diferentes unidades foram contemplados.

3) Edital Espaço Vivo: tem por objetivo a seleção de propostas para ocupação dos espaços públicos administrados pela SeCult, com eventos acadêmicos, científicos, culturais, educacionais, religiosos e artísticos, desde que comprovada a institucionalidade do evento, a sua gratuidade e o interesse da instituição. Todos os setores da UFSC utilizam os espaços administrados pela SeCult.

4) Ciclo de Palestras: projeto que permite, junto às unidades de ensino e seus departamentos, a aquisição, através da SeCult, de passagem, hospedagem e alimentação para palestrantes que venham promover o debate acadêmico em todas as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

5) Projeto de integração cultural dos campi da UFSC: para essa ação, a SeCult instituiu a Assessoria para Integração Cultural dos Campi, a fim de dotá-los dos equipamentos culturais existentes na sede, bem como manter intercâmbio de experiências culturais entre os polos.

6) Apoio à recepção aos calouros 2014-2, na organização, logística e no oferecimento de atividade artístico-cultural.

7) Cerimonial de formaturas de todos os 91 cursos de graduação presenciais da UFSC. Além disso, a Coordenadoria de Eventos orienta e dá apoio às cerimônias de colação de grau nos quatro campi fora da sede e aos cursos de graduação a distância, em parceria com a UAB.

Dentre os diferentes setores/coordenadorias da SeCult, o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina desenvolve as seguintes ações:

- consolidação e ampliação do Banco de Dados Internacionais sobre Fortificações, que é uma base de dados unificada internacionalmente, disponível em três idiomas: português, inglês e espanhol. Trata-se de uma plataforma virtual de cooperação transnacional construída de forma compartilhada e colaborativa, disponível em: www.fortalezas.org;

- elaboração de um plano diretor e de gestão para as fortificações catarinenses;

- parceria com o IPHAN para a recuperação do patrimônio histórico sob sua guarda e o desenvolvimento do projeto “Fortalezas: campus avançado da UFSC”;

- realização do Curso de Formação de Guias Embarcados, entre os dias 24 e 28 de novembro de 2014, com 157 pessoas inscritas.

O Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), por sua vez, realizou a 21ª Festa da Cultura Açoriana em Santo Antônio de Lisboa, entre os dias 22 e 24 de agosto. A cada ano, um DVD como material de divulgação é desenvolvido. Outra ação do NEA é a realização de cursos e palestras sobre a cultura de base açoriana a professores do ensino fundamental, médio e superior do nosso estado. Além disso, realiza o mapeamento da cultura de base açoriana do litoral catarinense.

O Departamento Artístico Cultural (DAC) desenvolve projetos das mais diferentes formas de expressão artística, como teatro, canto coral, orquestra sinfônica, madrigal, exposições, o Projeto 12:30, e uma semana por ano com mostra de arte da UFSC, apresentando uma variedade de ações para toda a comunidade interna e externa à instituição. Dentre os 14 eventos de 2014, podemos destacar o Coral da UFSC e os 100 anos de Dorival Caymmi, a Exposição de Arte dos Funcionários da UFSC, o lançamento do documentário dos 50 anos do Coral da UFSC, o workshop “Vihuela, Viola, Vestígios Coloniais” e a peça “Hamlet Q1”, pelo Grupo Pesquisa Teatro Novo.

A Secretaria de Cultura atuou, ainda, na organização da festa de aniversário de 54 anos da UFSC, em 18 de dezembro, com show de Yamandu Costa e Guto Wirtti; na finalização do projeto “Talentos Artístico-Culturais da UFSC”, em parceria com a SeTIC; na organização dos editais dos projetos “Bolsa Cultura” e “Procultura” (para dezembro de 2014); no desenvolvimento do projeto de extensão “Construindo o universo das práticas protocolares e de cerimoniais acadêmicos da UFSC”, em parceria com a Prof.^a Sílvia Coneglian (DLLV – CCE); na integração cultural dos campi; e na organização de um espaço expositivo de obras de arte da UFSC, no antigo espaço da EMCATUR.

Assistência estudantil

No campo da assistência estudantil, a equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) tem trabalhado intensamente para priorizar suas atividades em ações voltadas para uma assistência estudantil inclusiva e comprometida com a diminuição das desigualdades sociais. Essas ações estão em consonância com a Política Nacional de Permanência e com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES – Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010).

O ano de 2014 foi marcado pelo constante esforço da equipe em delimitar e esclarecer o papel dessa Pró-Reitoria à comunidade universitária. Foram aprimorados métodos e processos consoantes com os objetivos da PRAE, visando tanto à ampliação do alcance das ações quanto a alterações na interface de atendimento ao público-alvo. Foi aprimorada a dinâmica de participação em atividades conjuntas com outras pró-reitorias e secretarias, e intensificou-se a participação em comissões institucionais estratégicas. Além disso, foram realizadas reuniões com gestores e diretores acadêmicos, estudantes e servidores vinculados à assistência estudantil nos campi; encontros formativos e de planejamento foram realizados entre todos os profissionais vinculados à Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAES) e reuniões periódicas com o Comitê de Assuntos Estudantis (CAE) e com o Conselho de Moradores da Casa dos Estudantes.

Criado em novembro de 2012, o Comitê de Assuntos Estudantis teve em 2014 suas primeiras reuniões de trabalho. Presente na proposta da atual gestão, trata-se de um importante marco na mudança estrutural da PRAE, ampliando o diálogo e somando esforços na priorização de uma política de assistência estudantil inclusiva e efetiva. Nesse primeiro ano de funcionamento, o Comitê se debruçou sobre a estrutura existente e sobre os orçamentos disponíveis distribuídos em cada ação da Pró-Reitoria e de seus setores. Para o ano de 2015, feito o diagnóstico da PRAE, esse órgão irá se concentrar na elaboração de uma proposta de resolução referente à política de assistência estudantil da UFSC, que será amparada na política nacional.

A equipe da PRAE participou, ainda, de atividades de capacitação para novos servidores docentes (PROFOR) e técnico-administrativos promovidas pela Secretaria de

Gestão de Pessoas e promoveu encontros com chefes de departamentos de ensino, coordenadores de curso e chefias de expediente. Essas atividades foram muito importantes para explicitar critérios e estratégias de encaminhamentos referentes aos editais da PRAE, principalmente referentes aos auxílios para a participação em eventos acadêmicos e viagens de estudo. Foi realizada a reformulação do organograma da PRAE, bem como foram realocadas algumas atividades as quais não correspondiam ao escopo de atuação dessa Pró-Reitoria.

Deve ser ressaltada também a participação da PRAE nos encontros regionais e nacionais do Fonaprace. Em 2014 foi atualizado o regimento do Fórum e elaborada uma minuta da Política Nacional de Assistência Estudantil, que visa transformar o PNAES em uma legislação. A pesquisa do perfil discente e do perfil institucional também foram avanços significativos conquistados em 2014 por meio do Fórum e que certamente valorizarão ainda mais as ações voltadas para a assistência estudantil inclusiva e comprometida com a diminuição das desigualdades sociais do Brasil.

Gestão de pessoas

Na área de gestão de pessoas, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) coordenou a elaboração de uma portaria que institui o Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, instrumento que, após aprovado pelo Conselho Universitário, deverá regulamentar as ações de capacitação a partir de 2015.

A equipe da SEGESP elaborou, também, um novo modelo de curso de capacitação na modalidade a distância, baseado em competências, para ser implementado em 2015.

A equipe da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas também realizou, ao final de 2014, um levantamento de necessidades de capacitações específicas junto aos diversos setores da UFSC, buscando mapear as necessidades da instituição com vistas à elaboração do Plano Anual de Capacitação para 2015, bem como para os próximos anos.

A seguir, são apresentadas informações quantitativas referentes às principais atividades da SEGESP e de seus departamentos:

Foram ofertadas 1815 vagas em 35 cursos de capacitação, contemplados por 51 turmas, perfazendo um total de 1.209 servidores capacitados;

Foram disponibilizadas 400 isenções de pagamento de cursos extracurriculares de idiomas, além do pagamento de 521 inscrições em cursos e eventos de curta duração dentro e fora do país;

Foram analisados 1.362 afastamentos para formação, sendo 166 afastamentos de longa duração, destinados a especializações lato e stricto sensu, 30 afastamentos para licença capacitação e 1.101 afastamentos de curta duração;

Foram analisados e aprovados 65 processos de concessão de horário especial para formação;

Dentro dos 1.362 processos de afastamentos analisados, 1.123 foram concedidos para servidores docentes e 239 para técnicos-administrativos em educação;

Foram concedidas 1.599 progressões por mérito profissional, 700 progressões por capacitação profissional, 452 processos de incentivo à qualificação e 769 progressões funcionais da carreira do magistério superior e da carreira do magistério de ensino básico, técnico e tecnológico;

Foram efetuadas 154 revisões na carreira – PCCTAE;

Foram avaliados 1625 processos de estágio probatório e emitidas 530 portarias de avaliação de estágio probatório;

Foram realizadas 266 nomeações de servidores técnico-administrativos e 205 de docentes.

Por fim, no que tange ao Departamento de Atenção à Saúde, destaca-se a renovação do contrato de assistência médica e odontológica para a concessão, em caráter suplementar,

do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. Durante os meses que antecederam o início do novo contrato, de janeiro a março, foi realizado o recadastramento físico de 5 mil servidores que renovaram o seu plano de saúde, totalizando 14.645 pessoas atendidas, entre servidores ativos e inativos e seus dependentes.

Planejamento e orçamento

Orçamento, Contabilidade e Finanças

A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) possui duas estruturas principais com atribuições para realizar a gestão nas áreas orçamentária, contábil e financeira: o Departamento de Gestão Orçamentária (DGO) e o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF).

A gestão orçamentária realizada em 2014 compreendeu como atividades principais:

- a elaboração das propostas orçamentárias e abertura de créditos suplementares;
- a distribuição e acompanhamento do orçamento em conformidade com a Matriz Interna de Alocação de Recursos, através do Sistema de Administração de Recursos Orçamentários e Financeiros (SARF);
- o cadastramento de atividades e a atualização dos termos de cooperação/projetos no SARF, para o acompanhamento da execução das descentralizações recebidas de outros órgãos do Governo Federal;
- o acompanhamento e a atualização do Sistema Integrado de Monitoramento e Execução e Controle do MEC (SIMEC), em especial os módulos de alterações orçamentárias, limites orçamentários, programação orçamentária, proposta orçamentária, projeto esplanada sustentável, entre outros;
- a elaboração e o encaminhamento ao Conselho de Curadores das propostas de resoluções para a aprovação dos orçamentos inicial e final, bem como dos relatórios dos recursos financeiros recebidos de convênios;
- a manutenção e atualização da página do DGO.

É importante observar que as ações listadas são realizadas anualmente, estando, portanto, incorporadas nas rotinas do DGO. Todavia, em 2014, duas novas demandas foram atendidas no âmbito orçamentário, sendo elas:

- a criação e implantação da Unidade Gestora Responsável (UGR) do Campus Blumenau para propiciar a descentralização dos recursos;
- o apoio na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), especificamente no que se refere às estratégias de gestão econômica e financeira, bem como à previsão orçamentária até 2019.

Cabe destacar ainda, para além das atividades referenciadas, que, a partir de 2014, o DGO passou a elaborar e disponibilizar em sua página um novo relatório sobre o orçamento da Universidade. Nesse documento, constam a descrição dos programas e ações orçamentárias da UFSC, bem como o detalhamento de sua execução e o demonstrativo das principais despesas da instituição. Dessa forma, consolidamos as informações em documento único, promovendo a transparência no processo orçamentário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A gestão contábil e financeira, realizada pelo DCF, conta com uma série de ações que integram sua rotina administrativa, com destaque para:

- a coordenação das atividades de execução financeira e contábil da UFSC;
- a realização da análise e conciliação contábil;
- a realização da conformidade contábil e de órgão;

- a implementação e divulgação de novos procedimentos para aperfeiçoar os processos de empenho e pagamento da Universidade.

Além disso, cabe destacar o esforço realizado em 2014 para:

- a adequação ao Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser implementado pelo MPOG, em 1º de janeiro de 2015;
- a implementação de novos fluxos e normas, bem como a divulgação aos responsáveis sobre o uso do cartão corporativo;
- o auxílio com informações da área contábil ao DGO para a elaboração dos relatórios necessários à contabilização da depreciação.

Planejamento e gestão das informações

No ano de 2014, o Departamento de Planejamento e Gestão da Informação (DPGI) prestou apoio às avaliações externas e internas ocorridas na UFSC, preencheu o Censo de Educação Superior/MEC da UFSC e promoveu auditorias para o mesmo censo na Universidade Federal do Tocantins e na Universidade Federal de Juiz de Fora. Prestou também as devidas informações, conforme as demandas do TCU, para a composição do Relatório de Gestão, além de efetuar o acompanhamento das atividades relativas aos processos de renovação e de reconhecimento de cursos graduação presencial e Educação a Distância (EaD). Por fim, o DPGI acompanhou a visita de 31 comissões externas a cursos de graduação e forneceu importante suporte técnico para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSC 2015-2019.

A seguir, para melhor compreensão, são apresentadas as atividades desenvolvidas pelas coordenarias do DPGI.

Entre as atividades realizadas no âmbito da Coordenadoria de Gestão da Informação, cabe ressaltar:

Boletim de Dados

Elaboração do “Boletim de dados”, que tem como objetivo reunir e disponibilizar dados sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura, arte e gestão da UFSC no ano em questão.

Os dados foram coletados e tabulados por esta coordenadoria, junto às pró-reitorias e secretarias, e são apresentados no formato de tabelas, assim distribuídas:

Série histórica: população universitária, vestibular e movimento acadêmico no ensino de graduação presencial;

Ensino: educação básica, ensino de graduação, ensino de pós-graduação e bolsa de graduação;

Pesquisa: produção científica, atividades, processos e bolsa de pesquisa;

Extensão: ações de extensão, programas e bolsas de extensão;

Cultura e arte: atividades, projetos e eventos;

Gestão: assuntos acadêmicos, relação institucional e internacional, atendimento à comunidade, espaço físico e edificações, corpo funcional, capacitação e formação.

Visto em seu conjunto, os dados apresentados nesse boletim constituem base de informações acadêmicas e administrativas à opinião pública, bem como um instrumento para apoio à gestão administrativa e acadêmica na UFSC.

UFSC em Números

Confecção do conjunto de informações chamado “UFSC em números”, composto de dados e informações relativos à Universidade e consolidados para uma janela temporal de dez anos.

Organogramas

A coordenadoria se ocupa de atualizar e publicizar os organogramas da UFSC de acordo com as portarias publicadas pelo Gabinete da Reitoria. Essa é uma atividade que ocorre de forma tempestiva ao longo do ano.

Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

A Carta de Serviços ao Cidadão foi elaborada pelo DPGI com base nos dados e informações coletados junto às pró-reitorias e secretarias. A atualização da Carta deve ocorrer uma vez ao ano.

Na Coordenadoria de Planejamento Institucional, destacam-se as seguintes atividades:

Gestão de Projetos

Gerenciamento do sistema de gestão de projetos GP-Web; apoio aos gestores tanto no uso do sistema como nas questões relativas ao gerenciamento dos projetos propriamente dito; atualização dos dados no sistema sempre que necessário.

Plano de Desenvolvimento Institucional

O PDI da UFSC foi aprovado, por unanimidade, durante a sessão extraordinária do Conselho Universitário (CUn) no dia 9 de dezembro de 2014. Trata-se de um documento que compreende as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas pela Universidade durante o período de 2015 a 2019.

Para garantir a aprovação do Plano, durante o ano de 2014 foi elaborada a proposta de metodologia para a sua elaboração. A metodologia propiciou o caráter participativo para a construção do documento e a condução do processo por comissões, sendo uma para o PDI e outra para o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A Coordenadoria de Planejamento Institucional participou das duas comissões, garantindo a elas apoio administrativo na realização dos trabalhos, por meio de levantamento e tabulação de dados e informações, bem como revisão sistemática do material e conteúdo utilizado.

Planejamento Institucional

Com relação aos planos anuais, foram coletados e tabulados os dados das unidades administrativas e atualizados os dados das unidades universitárias quanto ao que foi planejado para 2014. Com a publicação do novo PDI (2015-2019), será possível elaborar e/ou atualizar os planos para 2015 de todas as unidades da UFSC, com o apoio dessa coordenadoria.

Gestão ambiental

A área de gestão ambiental da UFSC fortaleceu sua consolidação em 2014 com a realização das seguintes ações:

Inventários e Compensações Ambientais

Inventário florestal para solicitação de corte na área da Moradia Estudantil;

Inventário florestal para a solicitação de corte na área da engenharia civil;

Inventário florestal para a solicitação de corte na área do CDS;

Inventário florestal para a solicitação de corte na área do CCE;

Compensação ambiental para a obra do CDS;

Compensação ambiental para a obra da Moradia Estudantil.

Pareceres Técnicos

Parecer ambiental para a mudança de zoneamento da área do Laboratório de Biologia e Cultivo de Peixes de Água Doce (LAPAD);

Atuação como perita assistente na AÇÃO ORDINÁRIA Nº 5000825-47.2014.404.7200/SC;

Parecer técnico do laboratório Laboratórios de Engenharia de Processos de Conversão e Tecnologia de Energia (LEPTEN);

Parecer técnico de áreas de preservação permanente e corpos hídricos do Campus Curitibanos;

Parecer técnico de corpos hídricos do Centro de Ciências Biológicas e do Centro de Desportos;

Levantamento das atividades passíveis de licenciamento ambiental (LEPTEN, hospital em Curitibanos; estação de tratamento de esgoto em Curitibanos);

14 pareceres de processos do CONSEMA;

Parecer técnico de rede de esgoto na Barra da Lagoa.

Equipe de Apoio Pregão (critérios ambientais)

Equipe de apoio do Pregão 216/2014;

Equipe de apoio do Pregão 293/2014.

Equipe de Apoio Geral

Equipe de apoio do Pregão 215/2014;

Equipe de apoio do Pregão 177/2014;

Equipe de apoio do Pregão dos Resíduos Perigosos – Grupo B;

Equipe de apoio do Pregão dos Resíduos Sólidos de Saúde – Grupo A.

Projetos Desenvolvidos ou em Desenvolvimento

Projeto Institucional de Recuperação do Bosque do CFH por meio da implantação de Sistema Agroflorestal (SAF) em parceria com esse Centro;

Projeto de Compostagem Parceria UFSC – COMCAP (em parceria com a Engenharia Civil – Prof. Glicério);

Projeto Institucional de Recuperação de Área Degradada (em parceria com os professores de Engenharia Sanitária e Ambiental);

Projeto Institucional da “Topografia do Manguezal do Itacorubi” (em parceria com a Engenharia Civil – Prof. Carlos Loch);

Projeto Institucional de “Gestão de Resíduos Químicos e Especiais da UFSC” (em parceria com a Assessora Ambiental – Prof. Ariane Laurenti);

Projeto Institucional de “Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Compras e Contratações da UFSC” (em parceria com o DCOM e Engenharia Sanitária e Ambiental – Prof. Fernando Sant’Anna)

Projeto Institucional “PRAD Joinville” (em parceria com o Departamento de Engenharia Ambiental – Prof. Pompeu);

Projeto “Territorialização das Ações de Convivência na UFSC” (em parceria com o LABPROJ – Prof. Américo Ishida).

Relatórios

Relatório para solicitação de limpeza de terreno em área do CSE;

Relatório do Programa de Eficiência de Gastos;

Relatório da Comissão Compostagem;

Relatório do PDI;

Relatório de Gestão da UFSC (parte ambiental).

Participação em Eventos

Mesa Redonda: o manejo de resíduos sólidos dentro da UFSC. Organizado pelo CCB Recicla;

Visita ao aterro sanitário de Biguaçu. Organizado pelo CCB Recicla;

Cidade Bem Tratada: Seminário de Gestão Sustentável de Resíduos. Organizado pela Câmara Municipal de Porto Alegre;

Representação da Reitoria na audiência pública para discutir o Projeto de Lei relativo à obrigatoriedade de escapamento vertical nos ônibus de transporte público. Organizado pela Câmara Municipal de Florianópolis;

Seminário de Educação Ambiental. Organizado pelo NEAMB (Núcleo de Educação Ambiental do CTC UFSC);

Seminário Aspectos jurídicos e Sociais Atuais da Gestão de Resíduos Sólidos. GPDA – Grupo de Pesquisa Ambiental da Sociedade de Risco. UFSC – CCJ;

1º Seminário sobre o Gerenciamento do Risco da Fauna no Aeroporto Internacional de Florianópolis. Organizado pela Infraero visando à constituição de uma Comissão Externa;

Reunião GIRS – Grupo Interinstitucional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

Desafio Verde – Organizado pela CERTI;

Seminário Estadual de Saneamento Básico. Organizado pela Escola de Gestão Pública Municipal;

I Seminário sobre Gestão de Resíduos Sólidos. Organizado pela Tractebel Energia;

III Fórum Internacional do Varejo do Lixo Zero. Organizado pela Fecomércio SC;

Semana Campus Lixo Zero;

BIM, uma nova forma de fazer engenharia e arquitetura – 2º encontro técnico de soluções em BIM.

Organização de Eventos

Workshop de Redução de Metano – 12 a 14 de março em Parceria com a IMT;

Semana Campus Lixo Zero – Seminário, Oficinas, Visitas Técnicas – em conjunto com o Departamento de Resíduos da Prefeitura Universitária;

Elaboração do projeto arquitetônico e acompanhamento da montagem e funcionamento da SEPEX;

Seminário de Gestão Pública Sustentável – em parceria com os membros do FORGIFESC;

1º Encontro Interno de Resíduos Químicos e Especiais na UFSC.

Participação em Comissões e Conselhos

Implantação da Comissão de Sustentabilidade da UFSC (Plano de Logística Sustentável PLS e A3P);

Adesão da UFSC à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Auxílio no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da UFSC (em parceria com a Prefeitura Universitária – Sara Meireles);

Membro titular da comissão da Bacia do Rio Tijucas;

Membro suplente do Conselho da APA da Baleia Franca;

Membro suplente do Conselho Estadual do meio Ambiente;

Membro titular/suplente Conselho do Parque Natural Municipal do Morro da Cruz (PANAMAC);

Membro suplente da APA de Anhatomirim;

Membro titular do CONDEMA.

Assessoria no Encaminhamento de Processos

Ofícios FATMA;

Ofícios FLORAM;
Ofícios Ministério Público Federal;
Ofícios Polícia Federal;
Ofícios IBAMA.

Apoio na Elaboração de Compras (orçamento, elaboração de termo de referência)
Pregão de bombonas 5L, 10L, 20L;
Pregão de contentores;
Dispensa de bombonas 5L, 10L, 20L;
Dispensa de sacos plásticos 200L;
Dispensa de contentores 1000L;
Dispensa de papa-pilhas;
Pregão de luminárias;
Elaboração da especificação de películas de segurança.

Contratações (orçamento, elaboração de termo de referência)
Coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos perigosos classificados pela RDC 306/20041 como resíduos do Grupo B em conjunto com a PU;
Coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos sólidos de saúde pertencentes ao Grupo A e Grupo E contaminado com o Grupo A em conjunto com a PU;
Em contratação: processo emergencial pra contratação de empresa para realizar a compostagem dos resíduos orgânicos da UFSC em conjunto com a PU.

Projetos Arquitetônicos para Viabilização De Ocupação
Reforma do 3º pavimento do Prédio II da Reitoria;
Reforma do 4º pavimento do Prédio II da Reitoria;
Projeto, reforma e participação da elaboração do projeto de climatização e renovação da loja 4 do Prédio II da Reitoria;
Projeto de reforma da PROPG – Prédio I da Reitoria;
Projeto de reforma da PROGRAD – Prédio I da Reitoria;
Projeto e reforma da loja 2 – Prédio I da Reitoria;
Auxílio no projeto de laboratório na ressacada;
Projeto de reforma da SEGESP – 1º pavimento do Prédio I da Reitoria;
Projeto de reforma da SEGESP – Térreo do Prédio I da Reitoria
Projeto de reforma PRAE – Prédio I da Reitoria;
Projeto de reforma do Laboratório da BU – LABUFSC.

Fiscalizações de Contratos
Coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos perigosos classificados pela RDC 306/20041 como resíduos do Grupo B;
Coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada de resíduos sólidos de saúde pertencentes ao Grupo A e Grupo E contaminado com o Grupo A;
Contratação de serviços de infraestrutura, locação de equipamentos e mão de obra para a 13ª SEPEX da UFSC.

Gerenciamento de Resíduos
Auxílio na construção de um novo sistema de coleta de resíduos químicos em parceria com a Prefeitura Universitária (em andamento);
Auxílio nas atividades de gerenciamento de resíduos químicos;
Gerenciamento da logística reversa das pilhas.

Capacitações

Desenvolvimento e tutoria do curso “Introdução a Gestão Ambiental” ministrado a duzentos servidores da UFSC em três turmas;

Desenvolvimento de oficina para inclusão de critérios de sustentabilidade em compra de materiais no I Seminário de Compras Públicas Sustentáveis do IFSC.

Regularização fundiária

Em 2014, foi possível consolidar a proposta de criação de um setor na UFSC com a finalidade de gerir as questões relativas à regularização fundiária e predial. Apesar de só ter sido oficializada pela Portaria nº 1866/2014/GR, uma equipe já se reunia para discutir as problemáticas enfrentadas pela UFSC nesta área.

Com a estruturação do setor como Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial, vinculada diretamente à PROPLAN, foi iniciada a organização da sua infraestrutura física. Para tanto, já estão em andamento as adequações de uma sala no quarto andar do Prédio II da Reitoria para receber a Coordenadoria.

O espaço abrigará doze servidores, sendo dez advindos do DPAE e dois servidores novos, lotados na Coordenadoria.

A partir da criação dessa importante estrutura, foi possível realizar:

Atualização da Planta Geral do Campus Trindade, unindo o levantamento topográfico contratado com as edificações levantadas in loco e identificando as vias para veículos, os estacionamentos, as calçadas, a cobertura vegetal e os prédios por número de pavimentos;

Elaboração de Cartilha para nomenclatura de Espaço Físico, que foi utilizada para auxiliar o processo de inventário de 2014 dos bens móveis da UFSC;

Elaboração de documentação técnica das Edificações da Barra da Lagoa;

Elaboração de documentação técnica do Campus Sul da Ilha (Fazenda Ressacada e CEFA);

Início do levantamento documental das edificações de Florianópolis visando à regularização Fundiária;

Elaboração do relatório das áreas (construídas e em construção) das edificações e dos terrenos da UFSC para o Relatório de Gestão 2014;

Elaboração do Relatório de bens imóveis – Inventário 2014 – para o TCU;

Realização de tratativas junto à SMDU/PMF com o intuito de agilizar a liberação da consulta de viabilidade para construção do IMB na Barra da Lagoa;

Respostas às demandas da Procuradoria Federal junto à UFSC, da CGU-SC e do TCU;

Gestão dos processos de cortes de árvores para as construções: Cisterna da Moradia Estudantil; Pista de Atletismo do CDS; Manejo de água e infraestrutura da Fazenda da Ressacada; ampliação do Prédio da Engenharia Civil do CTC.

Atuação, em conjunto com os técnicos da FLORAM, com o objetivo de obter autorização permanente de manejo (cortes constantes e replantios de exóticas e nativas para fins didáticos);

Condução dos processos junto à PMF, Vigilância em Saúde e Corpo de Bombeiros visando à aprovação dos projetos de arquitetura e engenharia;

Atuação junto ao DEINFRA com o objetivo de viabilizar a locação da faixa de domínio da rodovia de acesso ao novo terminal de passageiros do Aeroporto Hercílio Luz.

Projetos de Arquitetura e Engenharia

O ano de 2014 foi de intensa organização das rotinas internas do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE). Foram realizadas atividades de:

Mapeamento de processos relativos à elaboração de projetos, apoio técnico para licitações e interações com o Departamento de Fiscalização de Obras (DFO).

Atualização e construção de documentos padrões como: caderno de solicitação, memorial descritivo e caderno de detalhes elétricos;

Implantação de sistema de controle de demandas utilizando conceitos de Lean Office;

Comunicação, com a atualização do logotipo e do site do DPAE;

Valorização profissional – Homenagens Anos DPAE.

Todas as atividades acima garantiram uma melhor organização e gerenciamento do Departamento. O resultado consistiu na identificação da demanda de projetos existente, bem como na capacidade de atendimento anual do DPAE. A partir dessas informações foi realizada uma priorização das demandas e foram definidos os projetos a serem trabalhados pela equipe.

Em síntese, as atividades do DPAE resultaram na elaboração de 52 pareceres técnicos, incluindo os de orçamentos, e 47 ações de assessoramento de obras.

Além disso, a seguir, apresenta-se a lista de projetos de obras e reformas concluídos ou em andamento no DPAE:

Quadro 73 - Elaboração de projetos - DPAE

CENTRO	EDIFICAÇÃO	TIPO PROJETO	STATUS
BLU	BLU01	PROPOSTA DE LAYOUT	Concluído
CBS	CEDUP	REFORMA	Concluído
	Poço - Fazenda Agropecuária	NOVA	Em andamento
	CBS02	NOVA EDIFICAÇÃO	Concluído
	Hospital Veterinário	NOVA EDIFICAÇÃO	Em andamento
CCA	Usina de Alimentos - Complementação da obra	NOVA EDIFICAÇÃO	Concluído
	BQA - LABCAI - CONTAINERS	NOVA EDIFICAÇÃO	Concluído
CCA	Infra de energia/telecom e SE	NOVA OBRA	Concluído
CCA	Manejo de água	NOVA OBRA	Concluído
CCA	Galpão da Fitotecnia	NOVA EDIFICAÇÃO	Concluído
CCB	Bloco D	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	Em andamento
	Morfologia	REFORMA	Em andamento
CCS	CCS04 - ODT - CME	REFORMA	Concluído
	CCS02 - FONO	REFORMA	Em andamento
	BLOCO I - ENFERMAGEM	PROPOSTA DE LAYOUT	Concluído
	CCS04 - ODT	REFORMA / AMPLIAÇÃO	Em andamento
	Farmácia Escola	Ampliação	Em andamento
CCE	Reforma Etapa II	REFORMA	Concluído
	Tecmidia	NOVA EDIFICAÇÃO	Concluído
	Salas de Aula/Adm.	REVISÃO DE PROJETOS	Em andamento
	LIBRAS	NOVA EDIFICAÇÃO	Em andamento
CDS	CEPEME	NOVA EDIFICAÇÃO	Em andamento
CTC	EQA	NOVA EDIFICAÇÃO	Concluído
	EMC - LVA / LABMAQUINAS	REFORMA	Concluído
	ECV - AMPLIAÇÃO	REFORMA/AMPLIAÇÃO	Concluído
	EEL	NOVA OBRA	Concluído
	LEPTEN/LABTUCAL	REFORMA	Concluído
	RENERGIA	NOVA EDIFICAÇÃO	Em andamento
	LABMASSA	AMPLIAÇÃO	Concluído

CENTRO	EDIFICAÇÃO	TIPO PROJETO	STATUS
CSE	BAR - CONTAINER	NOVA EDIFICAÇÃO	Concluído
CFH	BLOCOS E, F, E ANEXO	REVISÃO PROJETO	Concluído
	BLOCO F	REVISÃO PROJETO	Concluído
	IMB	NOVA EDIFICAÇÃO	Em andamento
CFM	CFM19	REFORMA	Em andamento
CED	NDI	REFORMA	Concluído
		REFORMA	Concluído
	CA	REFORMA	Em andamento
PRAE	RU	REFORMA	Em andamento
SECULT	FORTALEZAS	REFORMA	Concluído
GR	PRÉDIO II DA REITORIA	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	Concluído
		ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	Concluído
		ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	Concluído
		PROPOSTA DE LAYOUT	Concluído
		REFORMA	Concluído
	CCE	REFORMA	Concluído
	Elevadores e plataforma elevatória	ADEQUAÇÃO	Em andamento
	ELEVADORES PANORAMICOS	AMPLIAÇÃO	Em andamento

Fonte: DPAE/UFSC

Cabe ainda destacar as atividades de planejamento urbano e de infraestrutura realizadas no âmbito da Coordenadoria de Planejamento do DPAE, conforme segue:

Quadro 74 - Atividades de planejamento - DPAE

CENTRO	EDIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	STATUS
BLU	Relatório técnico de análise de terrenos;	Coordenar o relatório junto aos técnicos envolvidos (DPAE, DFO, DMPI)	[FINALIZADO]
GR	Duplicação da Rua Dep. Antônio Edu Vieira	Avaliação da proposta enviada pela PMF	[FINALIZADO]
GR	Plano Diretor - Campus SEDE	Elaboração de Proposta de Método - Plano Diretor da UFSC Florianópolis 2016-2026	[EM ESPERA]
BLU	Plano de Ocupação - implantação de campus	UFSC Blumenau: Levantamento das necessidades junto à PROGRAD;	[EM ESPERA]
PRAE	Plano de apoio à permanência	Estabelecer parâmetros urbanísticos junto à PRAE para Moradia e RU.	[EM ANDAMENTO]
GR	Estacionamentos	Proposta de resolução e regulamentação dos estacionamentos existente no Campus Trindade.	[EM ANDAMENTO]
GR	Proposta de Requalificação Viária - Rua Delfino Conti e acesso à PU.	Projeto Zona 30, Traffic Calming... Buscar uma proposta simples a ser executada pelo DMPI	[EM ANDAMENTO]
CED	CA - Estudo do acesso e guarita	Plano de Requalificação Urbana do entorno do Colégio de Aplicação para atender às exigências do MPF	[FINALIZADO]
CBS	Galpão Máquinas - Anexo Galpão Fito	Viabilidade de ampliação em obra em andamento	[FINALIZADO]
CCA	LABCAI	Viabilidade de implantação de laboratórios-containers	[FINALIZADO]

CENTRO	EDIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	STATUS
CCS	Vagas para deficiente físico	Extensão da obra de reforma das calçadas, criação de 3 vagas para deficiente físico, continuidade das obras que estão sendo realizadas na calçada de passagem para o HU, com pavimentação do canteiro em frente, para dar acesso direto ao elevador do Centro. Solicitamos ainda a reforma da calçada da Odontologia, estendendo do bloco de transição até a Endodontia	[FINALIZADO]
CTC	INEP	Viabilidade de ampliação	[FINALIZADO]
CCS	ODONTOLOGIA - REFORMA E AMPLIAÇÃO	Estudo de Viabilidade de Expansão do curso de Odontologia no CCS.	[FINALIZADO]
CTC	Garagem e área de controle para o dirigível rádio (INCOD)	Trata-se de uma garagem e área de controle para o dirigível rádio controlado operado pelo Instituto de Convergência Digital (INCOD).	[FINALIZADO]
HU	Adequação da calçada / Acidente ocorrido	Elaboração de estudo para adequar as calçadas em questão para atendimento às normas de acessibilidade, após retornar ao DMPI	[FINALIZADO]
CFM	Acesso Sul ao Bloco EFI	Cronograma de desapropriação	[FINALIZADO]
CDS	Quadra de Tênis Alto Desempenho	Reavaliar estudo de viabilidade após o recebimento do caderno	[FINALIZADO]
CCA - NEPAQ	Alteração de zoneamento junto à PMF	Atualmente a área é classificada como APP e o pleito é para que seja considerada como ACI	[FINALIZADO]
CCS	FARMÁCIA-ESCOLA	Viabilidade de Implantação	[FINALIZADO]
HU	CENTRAL DE RESÍDUOS	Viabilidade de implantação	[EM ESPERA] Aguardando aprovação do IPUF/PMF
CFH	IMB	Assessoramento do estudo preliminar em andamento pela COPAE.	[EM ANDAMENTO]
CCE	LETRAS LIBRAS - AMPLIAÇÃO	Planejamento das etapas de demolição e relocação das atividades das áreas a serem demolidas	[EM ANDAMENTO]
HU	LAVANDERIA	Viabilidade de implantação	[EM ANDAMENTO]
BU	Caminhos de acesso à BU	Incluir no Plano de Revitalização dos Caminhos	[EM ANDAMENTO]
CCB	INFRA ESGOTO (Blocos E, F,G e SIBIOTEC)	Caso Ligação CASAN não seja executada a tempo, prever sistemas de tratamento para Blocos E, F e G e SIBIOTEC	[EM ANDAMENTO]
CBS	CBS02 - Viabilidade de infraestrutura	Viabilidade elétrica	[FINALIZADO]
CBS	HCV - Viabilidade de infraestrutura	Viabilidade elétrica	[FINALIZADO]
CCE	Libras - Viabilidade de infraestrutura	Estudo de Viabilidade CCE	[FINALIZADO]
CFH	IMB - Viabilidade de infraestrutura	Estudo de Viabilidade IMB	[FINALIZADO]
CFM	Sobrecarga de energia	Análise da situação elétrica dos prédios do Curso de Física	[FINALIZADO]
CCS	ODONTOLOGIA - REFORMA E AMPLIAÇÃO	Estudo de viabilidade de ampliação da infraestrutura elétrica no CCS	[EM ANDAMENTO]

CENTRO	EDIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	STATUS
GR	Rede de média tensão		[EM ANDAMENTO]

Fonte: DPAE/UFSC

Fiscalização de obras

As obras fiscalizadas e em fiscalização durante o ano de 2014 pelo DFO são:

Quadro 75 - Relação de obras em andamento

Campus Reitor João David Ferreira Lima					
Centro	Prédio	Área	Custo	Contrato	Licitação
CCA	Construção do Manejo de Águas da Fazenda Ressacada do CCA	3.775,00	R\$ 491.987,73	179/UFSC/2013	RDC 002/UFSC/2013
	Subestação, Infraestrutura Elétrica, Telecomunicações e CFTV da Fazenda Ressacada do CCA	-	R\$ 3.379.843,23	185/UFSC/2013	RDC 010/UFSC/2013
	Conclusão do Prédio da Usina de Alimentos do CCA (Etapa II)	593,20	R\$ 564.210,13	139/UFSC/2014	RDC 002/UFSC/2014
CCB	Laboratórios de Pesquisa do CCB – SIBIOTEC (Etapa I)	2.365,50	R\$ 6.801.930,80	515/UFSC/2012	CP 006/UFSC/2012
	Blocos E, F, G e Subestação do CCB	13.080,70	R\$ 40.444.444,44	175/UFSC/2013	CP 006/UFSC/2013
	Instalação de Comportas Metálicas do CCB e Recuperação da Passarela Metálica do Bloco M5 do Museu Universitário	-	R\$ 59.500,11	159/UFSC/2014	RDC 004/UFSC/2014
CCE	Salas de Aula e Laboratórios de Ensino do CCE	4.611,69	R\$ 12.439.968,55	505/UFSC/2012	CP 005/UFSC/2012
	Reforma dos Laboratórios e Auditório do CCE	563,40	R\$ 367.706,74	091/UFSC/2014	RDC 003/UFSC/2014
CSE	Bloco Administrativo do CSE	2.169,98	R\$ 5.687.552,32	245/UFSC/2011	CP 010/UFSC/2011
CCS	Reforma do Centro de Esterilização das Clínicas Odontológicas do CCS	135,10	R\$ 396.000,00	180/UFSC/2013	RDC 003/UFSC/2013
CFM	Bloco Administrativo e Instalação de Elevador no Bloco 29 do CFM	3.441,88	R\$ 7.077.758,10	117/UFSC/2013	CP 011/UFSC/2012

CTC	Ampliação do Bloco A do EQA do CTC	2.486,77	R\$ 7.231.011,88	093/UFSC/2014	RDC 001/UFSC/2014
CFH	Blocos E, F e Anexo E do CFH	6.003,25	R\$ 17.264.244,72	156/UFSC/2013	CP 007/UFSC/2012
CDS	Conclusão do Prédio da Administração Central do CDS	2.755,53	R\$ 5.259.009,35	186/UFSC/2013	RDC 004/UFSC/2013
	Pista de Atletismo do CDS	21.000,00	R\$ 4.748.442,69	021/UFSC/2014	RDC 016/UFSC/2013
Campus Curitibanos					
Centro	Prédio	Área	Custo	Contrato	Licitação
	Galpão de Apoio à Produção Vegetal do Campus Curitibanos	1.273,28	R\$ 1.868.160,00	161/UFSC/2013	RDC 001/UFSC/2013
TOTAL		45.171,33	R\$ 114.081.770,79		

Fonte: DFO/UFSC

Quadro 76 - Relação de obras concluídas em 2014

Campus Reitor João David Ferreira Lima			
Centro	Prédio	Área (m²)	Custo (R\$)
CTC	Adequação das Rampas do Bloco de Ligação A do CTC	227,04	R\$ 68.713,21
	Reforma dos Banheiros do pavimento Térreo do Bloco A, Remoção dos Revest. Cerâmicos do INE e Fechamento da Área Próxima ao Prédio do ECV do CTC	408,49	R\$ 277.000,00
CCE	Reforma do Departamento de Jornalismo do CCE	490,00	R\$ 153.200,83
Trindade	Execução de Piso de Alta Resistência da Área de Carga e Descarga do RU	230,00	R\$ 54.072,40
CCA	Construção do Manejo de Gado de Corte da Fazenda Ressacada do CCA	261,33	R\$ 336.831,97
	Construção do Bezerreiro da Fazenda Ressacada do CCA	115,10	R\$ 210.684,53
CFM	Pavimentação e Drenagem do Acesso Norte do Bloco I	2.254,26	R\$ 745.464,94
CFH	Reforço Estrutural da Sala Saramago do CFH	576,00	R\$ 196.799,82
Trindade	Construção do Reservatório de Água da Moradia Estudantil	279,00	R\$ 355.432,53
Campus Joinville			
Centro	Prédio	Área	Custo
CEM	Blocos 2 e 3 do CEM do Campus de Joinville (Etapa I)	2.422,44	R\$ 1.535.116,36
TOTAL		7.263,66	R\$ 3.933.316,59

Fonte: DFO/UFSC

Também em 2014 foram realizados encaminhamentos para a fiscalização, a ser iniciada em 2015, das seguintes obras:

Quadro 77 - Relação de obras licitadas em 2014 com previsão de início em 2015

Campus Reitor João David Ferreira Lima			
Centro	Prédio	Área (m²)	Custo (R\$)
SECULT	Restauração de esquadrias dos edifícios das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina	670,00	R\$ 680.561,50
CCE	Laboratório TecMídia	772,67	R\$ 2.268.189,54
	Reforma do Bloco A e Bloco B para adequação de acessibilidade e sistema preventivo contra incêndio no CCE	7.716,14	R\$ 1.193.564,00
CCA	Galpão da Fitotecnia, localizado na Fazenda Experimental da Ressacada do CCA	1.273,28	R\$ 2.689.758,58
CTC	Ampliação dos Blocos A e B e construção do Bloco de Ligação dos prédios da Engenharia Civil do CTC	2.516,91	R\$ 6.775.705,33
Campus Curitiba			
Centro	Prédio	Área	Custo
	Bloco 02 de salas de aula e laboratórios (CBS-02)	9.257,91	R\$ 22.220.822,28
	Implantação de infraestrutura para o cercamento dos terrenos da Fazenda Experimental e sede do Campus Curitiba, e serviços de terraplenagem para abertura de estradas de acesso aos terrenos localizados no Campus Curitiba	-	R\$ 760.568,23
	Reforma para implantação de laboratório de patologia e anatomia animal – CEDUP do Campus Curitiba da Universidade Federal de Santa Catarina	307,86	R\$ 136.666,63
TOTAL		22.206,91	R\$ 35.828.601,23

Fonte: DFO/UFSC

Tecnologia da Informação e Comunicação

Apresentamos, abaixo, as ações realizadas no âmbito da Superintendência de Governança Eletrônica e de Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC), orientadas pelas diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2013/2014.

Software

Aquisição e disponibilização de licenças do Microsoft SQL Server, Microsoft Office, Microsoft Office para Mac, Microsoft Visio, Solidworks, Microsoft Project, Siemens PLM, AspenONE, TypeTool;

Manutenção de acordos para disponibilização sem custo para uso acadêmico dos seguintes softwares: Microsoft Dreamweaver; todos os produtos Microsoft, com exceção do Microsoft Office; todos os produtos da Autodesk, exceto o Maya;

Iniciação de processos de licenciamento e aquisição para diversos softwares: AutoCAD, Statistica, ArcGIS, Matlab (toolboxes), CorelDraw, Adobe, DeepFreeze, Labview;

Instalação e gestão de diversos servidores de licenças para softwares específicos adquiridos por laboratórios e departamentos.

Hardware

Especificação de equipamentos e elaboração de edital para aquisição de computadores.

Infraestrutura de TIC

Rede de longa distância

Ampliação via RNP da capacidade de conexão nos campi Araranguá, Joinville e Curitiba;

Realizada a conexão via RNP para o Campus Blumenau;

Realizada a conexão do Campus Sul da Ilha e LCM (Barra da Lagoa) via RCT (Rede Catarinense de Tecnologia).

Rede Metropolitana – REMEP-FLN

Conexão do Laboratório Cidade das Abelhas;

Redes de campus;

Interconexão entre os blocos B e C de Joinville via acordo com CIASC no contexto da REMEP-FLN;

Atualização dos roteadores centrais da redeUFSC do Campus Florianópolis;

Ampliação da redeUFSC Sem Fio;

Expansão e atualização tecnológica dos ativos de rede cabeada;

Serviço de telefonia;

Migração para nova versão da PBX-IP corporativa do serviço fone@RNP;

Migração para nova versão da PBX-IP acadêmica do serviço fone@RNP;

Instalação do Gateway de telefonia IP do fone@RNP nos campi Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville;

Instalação de 750 novos telefones IP nas diversas unidades da instituição;

Interconexão da rede de telefonia da FAPEU com a UFSC evitando custos de chamados para ambas as instituições;

Desativação das linhas individuais de telefonia convencional no contrato da OI com redução de custos;

Centro de dados;

Ampliação da capacidade de processamento e memória do ambiente de virtualização;

Atualização das plataformas de suporte de serviços na nuvem@UFSC.

Serviços de TIC da UFSC

Inclusão de novos serviços no catálogo de TIC;
Aprimoramento da documentação dos serviços de TIC;
Aprimoramento na gestão do atendimento através de definição e melhoria nos processos e ferramentas de gestão de chamados;
Elaboração de cursos de capacitação em TIC para os servidores da UFSC;
Ministração de cursos de capacitação em TIC para servidores da UFSC;
Realização de pesquisa de satisfação quanto à qualidade dos serviços de TIC prestados pela SeTIC, bem como a satisfação quanto ao atendimento;
Ampliação da oferta de serviços implantados na nuvem@UFSC:
Arquivos@UFSC – compartilhamento e sincronização de arquivos;
IM@UFSC – serviço corporativo de mensagens instantâneas.
Ampliação da oferta de serviços implantados na nuvem@RNP – FileSender@RNP: transferência de grandes arquivos;
Manutenção de atualização de todos os serviços constantes no catálogo de serviços de TIC.

Governança de TIC

Elaboração e discussão junto ao COTIC de políticas de uso dos serviços de TIC;
Institucionalização, em conjunto com o COTIC, de grupos gestores dos sistemas de TIC;
Adoção da IN04/MPOG nas aquisições e contratações de TIC;
Avanços na implantação do framework ITIL na gestão do ciclo de vida dos serviços de TIC;
Elaboração e publicação da matriz de responsabilidade pelos serviços de TIC;
Publicação aos usuários de manutenções/indisponibilidade de serviços;
Formalização dos processos de solicitação de permissões de acesso a serviços e sistemas;
Passagem de suporte de nível 1 e nível 2 para a Central de Serviços liberando tempo dos analistas no desenvolvimento;
Avaliação de recomendações e tomada de ações no sentido de ampliar o nível de conformidade com as exigências dos órgãos reguladores.

Segurança da Informação

Articulação junto ao COTIC para criação de grupo de trabalho para elaboração da Política de Segurança da Informação;
Conclusão da integração dos principais sistemas de gestão ao ambiente de autenticação centralizada eliminando a prática de compartilhamento de senhas;
Recursos humanos em TIC;
Capacitação de equipe de suporte de serviços para prestação de suporte aos usuários dos serviços de TIC disponibilizados;
Otimização da força de trabalho em TI através da integração dos técnicos de TIC lotados nas unidades remotas ao ambiente central de atendimento de chamados;
Elaboração e execução de cursos para analistas e técnicos de TIC com foco no ambiente de desenvolvimento padronizado na SeTIC;
Seminário de transferência de tecnologia para novos servidores no âmbito dos sistemas de gestão acadêmica e gestão de pessoas;
Participação de membros da SeTIC nos seguintes cursos:
Elaboração de política de segurança de informação;
Mapeamento de Processos;
Gestão de Projetos;
Atendimento a pessoas.

Sistemas de Informação
Processo de desenvolvimento de software
Estabelecimento e padronização do ambiente de desenvolvimento de software corporativo;
Implantação de melhorias no processo de desenvolvimento de software corporativo.

Melhorias nos sistemas existentes
Implantação de mecanismo de autenticação centralizada na plataforma Solar (SPA, SCL, ALX, e SIP) e nos sistemas de controle acadêmico e de gestão de pessoas;
Melhorias no sistema de autenticação centralizada (CAS);
Sistema de Consolidação de Cadastro de Pessoas (SCCP) – Implantação de novas funcionalidades;
Gestão da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) – Controle das inscrições do evento e emissão de certificados.

Novos sistemas / módulos em desenvolvimento
Moni – Sistema de gestão de monitoria;
Módulo de confirmação de matrícula no CAGR;
Programas e planos de ensino integrado ao CAGR;
Agenda de atendimentos da PRAE;
SARF – Módulo de empenho digital;
SARF – Módulo portal do fornecedor;
ADRH – Módulo de avaliação de desempenho;
ADRH – Módulo de controle de vagas e funções gratificadas;
Admin – Sistema de administração de permissões
FPEX – Formulário de pesquisa e extensão WEB;
SIPD – Sistema de Progressão Docente: automatização do processo de progressão docente;
SIPR – Sistema Integrado de Portarias e Resoluções: integra as portarias e resoluções geradas na instituição com os sistemas existentes.

Novos sistemas / módulos implantados
CNDI – Controle de Gestão do Núcleo de Desenvolvimento Infantil: módulo de inscrições on-line;
CAPL – Módulo de pais e alunos do Colégio de Aplicação;
Controle Bolsas Externas;
Adequação do Colleta para suporte a avaliação institucional;
SIEF – Sistema Integrado de Espaço Físico;
Inscrições – Mecanismos para gestão de inscrições em eventos, cursos e palestras;
Autenticidade de documentos – Mecanismo para verificação da autenticidade de documentos;
SIBL – Sistema Integrado de Bolsas: controla todos os pagamentos de bolsas da instituição.

Processo de compras e contratações
Editais
Atualização tecnológica dos roteadores centrais da redeUFSC;
Aquisição de sistema de alimentação ininterrupta de energia (UPS/Nobreak) de grande porte para o Centro de Dados;
Aquisição de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (UPS/Nobreak) de pequeno porte, bem como instalação em centros de ensino e nos campi da UFSC.

Atualização tecnológica do sistema gerenciador de banco de dados Sybase

Atualização tecnológica do ambiente de virtualização;
 Serviço de operação da infraestrutura de TIC da UFSC;
 Aquisição de material para rede óptica.

Adesão a Atas de Quadro A.5.5 – Variações de Custos Registro de Preço
 Serviços de cabeamento estruturado;
 Servidores para ampliação da capacidade de processamento e memória do ambiente de virtualização da UFSC;
 Aquisição de serviço e material elétrico – ARP;
 Aquisição de ativos de rede – comutadores.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

A UFSC, continuamente na busca pela melhoria de suas atividades nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, orienta a programação de suas ações pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e dessa forma, dá origem a planos anuais que são avaliados, anualmente, pelos gestores e ajustados para o ano seguinte.

No ano de 2014, mais uma vez a UFSC mobilizou sua comunidade para a elaboração de um novo PDI, com vigência para o quinquênio 2015-2019. Neste momento, as atividades englobaram, além da avaliação dos resultados alcançados, a elaboração de novos objetivos e metas.

Resumidamente, podemos dizer que o ciclo de gestão da UFSC se vale de avaliações anuais onde os gestores avaliam aquilo que foi planejado versus aquilo que foi alcançado, efetuam os ajustes necessários e produzem um novo plano para o ano seguinte, fechando um ciclo anual de gestão.

Um resumo dos projetos/ações e de sua evolução encontra-se neste Relatório de Gestão no item “5.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES”.

Além das avaliações aqui mencionadas, os gestores possuem também a sua disposição os indicadores de desempenho estabelecidos pelo TCU, nos termos da decisão nº 408/2002, expostos no item “14 INDICADORES DE DESEMPENHO” deste Relatório, e que permanecem a disposição no endereço eletrônico <http://dpgi.proplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>.

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

O principal produto da UFSC é a formação de seus alunos e, portanto, será analisado o custo do aluno, calculado segundo a metodologia do TCU (indicador Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente). O quadro A.5.5 apresenta a evolução desse custo nos últimos 4 anos.

Quadro 78 - Variações de Custos

Produto	Custo Total de 2014	Custo Unitário			Variação % Custo Unitário	
		2014	2013	2012	2014/2013	2014/2012
Aluno equivalente	840.865.347,31	19.933,54	18.824,61	17.490,20	+ 5,89	+ 13,97

Fonte: PROPLAN/UFSC

Observa-se que o custo unitário vem aumentando praticamente na mesma magnitude do que a inflação (6,23% em 2014 e 5,56% em 2013 pelo INPC/IBGE – acumulado 2013/2014 = 12,21%). No entanto, essa relativa estabilidade no indicador não consegue detectar um aumento na produtividade, pois, no cálculo do aluno equivalente, os alunos diplomados têm grande peso. Na UFSC, a implantação de novos cursos vem fazendo as despesas aumentarem, por causa do significativo acréscimo na infraestrutura necessária, ao passo que a diplomação ainda não ocorreu ou ocorreu com poucos formandos. Assim, espera-se que o indicador apresente aumento abaixo da inflação no futuro ou, até mesmo, redução de valor.

Outro fator que impulsiona o acréscimo desse indicador é o incremento em ações de permanência, o que, naturalmente, gera mais despesa.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro 79 – Identificação das unidades orçamentárias

Denominação da Unidade Orçamentárias	Codigo da UO	Codigo SIAFI da UGO
Universidade Federal de Santa Catarina	26246	153163
Hospital Universitário/UFSC	26386	150232

Fonte: DGO/UFSC

Quadro 80 – Programação de Despesas - UFSC

ORIGEM DOS CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS		GRUPOS DE DESPESAS CORRENTES			GRUPOS DE DESPESA CAPITAL		TOTAL
		Pessoal e Encargos	Juros	Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	
		2014	2014	2014	2014	2014	2014
Dotação Inicial		815.909.348,00	-	225.728.479,00	57.879.044,00	-	1.099.516.871,00
CREDITOS	Suplementares	113.263.470,00	-	5.291.823,00	12.659.277,00	12.659.277,00	143.873.847,00
	Especiais	-	-	-	-	-	0,00
	Extraordinários	-	-	-	-	-	0,00
	Cancelados	961.098,00	-	884.720,00	12.659.277,00	-	14.505.095,00
OUTRAS OPERAÇÕES		-	-	-	-	-	0,00
DOTAÇÃO FINAL 2014 (A)		928.211.720,00	-	230.135.582,00	57.879.044,00	12.659.277,00	1.228.885.623,00
DOTAÇÃO FINAL 2013 (B)		827.191.879,00		267.365.088,00	75.383.193,00	10.500.000,00	1.180.440.160,00
VARIACÃO (A/B-1)*100		12,21		(13,92)	(23,22)	20,56	4,10

Fonte: DGO/UFSC

Quadro 81 - Programação de Despesas - HU

ORIGEM DOS CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS		GRUPOS DE DESPESAS CORRENTES			GRUPOS DE DESPESA CAPITAL		TOTAL
		Pessoal e Encargos	Juros	Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	
		2014	2014	2014	2014	2014	
Dotação Inicial		143.710.653,00	-	9.335.284,00	1.778.995,00	-	154.824.932,00
CREDITOS	Suplementares	19.538.204,00	-	7.778.930,00	1.200.000,00	-	28.517.134,00
	Especiais	-	-	-	-	-	0,00
	Extraordinários	-	-	-	-	-	0,00
	Cancelados	-	-	283.740,00	-	-	283.740,00
	Outras Operações	-	-	-	-	-	0,00
Dotação Final 2014 (A)		163.248.857,00	-	16.830.474,00	2.978.995,00	-	183.058.326,00
Dotação Final 2013 (B)		145.961.787,00	-	12.739.180,00	2.282.912,00	-	160.983.879,00
Variação (B/A-1)*100		11,84	-	32,12	30,49	-	13,71

Fonte: DGO/UFSC

Quadro 82 - Programação de Despesas – UFSC e HU

ORIGEM DOS CREDITOS ORÇAMENTÁRIOS		GRUPOS DE DESPESAS CORRENTES			GRUPOS DE DESPESA CAPITAL		TOTAL
		Pessoal e Encargos	Juros	Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	
		2014	2014	2014	2014	2014	
Dotação Inicial		959.620.001,00	-	235.063.763,00	59.658.039,00	-	1.254.341.803,00
CREDITOS	Suplementares	132.801.674,00	-	13.070.753,00	13.859.277,00	12.659.277,00	172.390.981,00
	Especiais	-	-	-	-	-	0,00
	Extraordinários	-	-	-	-	-	0,00
	Cancelados	961.098,00	-	1.168.460,00	12.659.277,00	-	14.788.835,00
	Outras Operações	-	-	-	-	-	0,00
Dotação Final 2014 (A)		1.091.460.577,00	-	246.966.056,00	60.858.039,00	12.659.277,00	1.411.943.949,00
Dotação Final 2013 (B)		973.153.666,00	-	280.104.268,00	77.666.105,00	10.500.000,00	1.341.424.039,00
Variação (B/A-1)*100		12,16	-	(11,83)	(21,64)	20,56	5,26

Fonte: DGO/UFSC

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 83 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - UFSC

Natureza da Movimentação de Crédito		UG/UO		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		Pessoal e Encargos Sociais	Juros	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-		-	-		-			
	Recebidos	-		-	-		-			
Movimentação Externa	Concedidos	26246		28846090100050042	15.930.812,00		1.962.654,00			
		26246		28846090100G50001	1.300.677,00					
		26246		12364203220RK0042			142.810,12			
		26247		12364210920TP0043	494,76					
	Recebidos	20204		04125203849170001			1.149.794,13			
	Recebidos	22101		20608201420ZV0001			164.056,46			
	Recebidos	22101		20665201486060001			70.500,00			
	Recebidos	24101		19571202120US7004			200.000,00			
	Recebidos	24101		19572202120V60001			59.000,00			
	Recebidos	24101		19573202167020001			90.000,00			
	Recebidos	24101		19573202167027012			493.300,00			
	Recebidos	26101		12364203220GK0001			38.409,22			
	Recebidos	26231		12364203220RK0027			408,28			
	Recebidos	26234		12364203220RK0032			1.219,02			
	Recebidos	26241		12368203020RJ0041			5.254,80			
		26243		12364203220RK0024			4.672,88			
		26243		12364203282820024			160.000,00			
		26244		12364203220RK0043			2.545,01			
		26245		12364203220RK0033			6.190,40			
		26247		12128210945720043			238,92			
		26258		12364203220RK0041			466,22			
		26260		12364203220RK0031			799,23			

	26262	12364203220RK0035	3.060,00		
	26266	12364203220RK0043	360,44		
	26272	12364203220RK0021	2.111,00		
	26290	12128210945720053	367.356,16		
	26290	12368203020RM0001	466.415,04		
	26291	12364203204870001	5.327.740,00		
	26291	12368203020RJ0001	3.930.768,73		
	26298	12306203087440001	77.308,27		
	26298	12368203020RF0001	2.460.000,00		
	26298	12368203020RS0001	1.244.800,00		
	26298	12847203005090001	623.534,32		
	26422	12363203120RL0042	24.300,84		
	26438	12363203120RL0042	800,00		
	26440	12128210945720042	9.800,00		
	26440	12364203220RK0042	3.000,00		
	26441	12364203211G00015	1.153,80		
	30907	14421207020WS0001	686.804,00		
	30911	06128207023200001	130.000,00		
	30912	14422206020R90001	8.400.718,00		
	36901	1012120152B520001	1.322.411,00		
Movimentação Externa	36901	10124201587530001	1.334.651,28		
	36901	10128201520YD0001	9.782.215,00		
	36901	10301201585730001	18.702.064,00		
	36901	10302201561750001	600.000,00		
	36901	10303201520AH0001	1.500.000,00		
	36901	10305201520YJ0001	7.340.000,00		
	39101	26121212660580001	840.533,07		
	39250	26121212620UA0001	5.893.444,60		
	39250	26121212620UC0001	4.261.844,12		
	39252	26782207520360001	4.350.000,00		
	41101	24573202520ZB0001	4.149.712,44		
	44101	18542204520VW0001	238.516,24		
	44101	18542204620W00001	243.000,00		

	49201	216062012210S0001		9.273.006,62			
	51101	27811203520YA0001		394.941,22			
	51101	27812203520JQ0001		72.690,00			
	55101	08306206986240001		118.329,25			
	56101	15452205488720001		30.000,00			
	58101	20608205220Y00001		70.910,00			
	62901	267812017211I0001		9.974.202,00			
	65101	144222016210A0001		229.488,80			
	67101	14122210320000001		573.700,00			
	68101	261212074210I0001		2000000,00			
	68101	26122207487850001		1.300.700,00			
	68201	26121210120UC0001		643.749,40			
	24101	19571202120UQ0001			1.000.000,00		
	26101	12364203220GK0001			80.000,00		
	26290	12122210920000053			79.244,77		
	26291	12364203220GK0001			2.508.000,00		
	26291	12368203020RJ0001			148.000,00		
	26298	12847203005090001			30.000,00		
	36901	10128201520YD0001			984.940,00		
	36901	10303205586360001			289.406,00		
	36901	10572205520K70001			1.990.000,00		
	39252	26121212620UA0001			6.248.790,00		
	44101	18542204520VW0001			220.606,14		
	55101	08306206986240001			31.069,95		
	58101	20608205220Y00001			64.090,00		

Fonte: DGO/UFSC

Quadro 84 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - HU

Natureza da Movimentação de Crédito		UG/UO		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		Pessoal e Encargos Sociais	Juros	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-			-	-		
	Recebidos	-	-	-			-	-		
Movimentação Externa	Concedidos									
	Recebidos	26101		12364203240050001			7.443.031,98			
	Recebidos	26443		12302203220RX0001			136.652,75			
	Recebidos	36901		10302201520G80001			6.740.196,02	1.316.950,00		
	Recebidos	36901		10302201585850042			39.828.006,30			

Fonte: DGO/UFSC

6.1.3 Realização da Despesa
6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total
Quadro 85 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26246		UGO: 153163 e 150232	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	46.405.802,89	63.982.816,16	43.648.393,55	62.783.884,29
a) Convite		-		-
b) Tomada de Preços		879.355,79		879.355,79
c) Concorrência	417.083,06	2.094.838,40	368.732,14	2.094.838,40

d) Pregão	42.919.033,77	60.983.503,80	40.917.399,71	59.784.571,93
e) Concurso		-		-
f) Consulta		-		-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	3.069.686,06	25.118,17	2.362.261,70	25.118,17
2. Contratações Diretas (h+i)	45.921.575,48	43.225.059,44	43.445.495,64	40.877.733,69
h) Dispensa	33.897.507,63	31.404.084,04	32.831.501,95	30.929.718,61
i) Inexigibilidade	12.024.067,85	11.820.975,40	10.613.993,69	9.948.015,08
3. Regime de Execução Especial	52.578,05	58.993,25	52.578,05	58.993,25
j) Suprimento de Fundos	52.578,05	58.993,25	52.578,05	58.993,25
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.128.659.617,37	1.003.553.592,01	1.128.362.716,04	1.003.553.592,01
k) Pagamento em Folha	1.126.664.852,98	1.001.492.589,97	1.126.367.951,65	1.001.492.589,97
l) Diárias	1.994.764,39	2.061.002,04	1.994.764,39	2.061.002,04
5. Outros	30.514.637,07	23.274.880,95	30.508.852,48	23.274.387,50
6. Total (1+2+3+4+5)	1.251.554.210,86	1.134.095.341,81	1.246.018.035,76	1.130.548.590,74

Fonte SIAFI Gerencial

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro 86 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários Despesas Executadas diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26246		UGO: 153163 e 150232	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	46.405.802,89	63.982.816,16	43.648.393,55	62.783.884,29
a) Convite	-		-	
b) Tomada de Preços	-	879.355,79	-	879.355,79
c) Concorrência	417.083,06	2.094.838,40	368.732,14	2.094.838,40

d) Pregão	42.919.033,77	60.983.503,80	40.917.399,71	59.784.571,93
e) Concurso	-		-	
f) Consulta	-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	3.069.686,06	25.118,17	2.362.261,70	25.118,17
2. Contratações Diretas (h+i)	45.921.575,48	43.225.059,44	43.445.495,64	40.877.733,69
h) Dispensa	33.897.507,63	31.404.084,04	32.831.501,95	30.929.718,61
i) Inexigibilidade	12.024.067,85	11.820.975,40	10.613.993,69	9.948.015,08
3. Regime de Execução Especial	52.578,05	58.993,25	52.578,05	58.993,25
j) Suprimento de Fundos	52.578,05	58.993,25	52.578,05	58.993,25
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.113.623.298,22	988.691.249,03	1.113.326.396,89	988.691.249,03
k) Pagamento em Folha	1.111.628.533,83	986.745.260,40	1.111.331.632,50	986.745.260,40
l) Diárias	1.994.764,39	1.945.988,63	1.994.764,39	1.945.988,63
5. Outros	30.540.477,06	22.758.848,16	30.534.692,47	22.758.354,71
6. Total (1+2+3+4+5)	1.236.543.731,70	1.118.716.966,04	1.231.007.556,60	1.115.170.214,97

Fonte SIAFI Gerencial

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro 87 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26246				UGO: 153163 e 150232	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	588.186.251,15	517.600.390,34	588.186.251,15	517.600.390,34			588.184.340,50	517.600.390,34
01 - Aposentadorias, RRPS, Reserv. Remunerada e Refor. Militar	295.394.795,01	256.318.749,57	295.394.795,01	256.318.749,57			295.394.795,01	256.318.749,57

13 - Obrigações Patronais	116.243.512,13	101.890.442,66	116.243.512,13	101.890.442,66			116.243.512,13	101.890.442,66
Demais elementos do grupo	111.214.390,66	102.603.399,76	107.427.547,28	102.170.591,75	3.786.843,38		107.132.556,60	102.170.591,75
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39- Outros Serviços de Terceiros - PJ	90.591.402,76	103.274.880,76	72.772.483,27	74.647.040,71	17.818.919,49	14.257.782,50	68.966.753,69	71.984.089,27
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	26.264.160,94	20.362.694,91	25.419.306,77	19.487.353,24	844.854,17	549.973,84	25.418.191,77	19.487.113,14
46 - Auxílio Alimentação		23.512.415,65		23.512.415,65				23.512.415,65
30 - Material de Consumo	9.298.804,40	12.726.821,64	6.963.811,16	10.044.137,24	2.334.993,24	3.040.290,44	6.843.233,85	9.396.756,03
Demais elementos do grupo	30.997.137,24	11.248.645,97	28.876.340,33	9.218.568,14	2.120.796,91	619.018,02	28.584.754,55	9.211.592,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
51 - Obras e Instalações	18.236.074,16	35.231.657,49	3.420.478,80	3.007.512,36	14.815.595,36	34.266.067,33	2.664.703,52	3.007.512,36
52 - Equipamento e Material Permanente	12.780.208,37	15.920.457,85	6.136.931,87	5.475.674,15	6.643.276,50	20.224.446,62	5.872.441,05	5.246.471,15
39 - Outros Serviços Pessoa Jurídica	736.378,97	1.094.688,98	712.753,09	222.466,10	23.625,88	569.535,39	712.753,09	222.466,10
5. Inversões Financeiras								
61 - Aquisição de Imóveis		10.500.000,00		-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro 88 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26246				UGO: 153163 e 150232	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
11 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	588.186.251,15	517.600.390,34	588.186.251,15	517.600.390,34			588.184.340,50	517.600.390,34
01 Aposentadoria. RPPS, Reser. Remun. e Refor. Militar	295.394.795,01	256.318.749,57	295.394.795,01	256.318.749,57			295.394.795,01	256.318.749,57
13- Obrigações Patronais	116.243.512,13	101.890.442,66	116.243.512,13	101.890.442,66			116.243.512,13	101.890.442,66
Demais elementos do grupo	93.982.901,66	111.368.485,84	93.982.901,66	110.935.677,83			93.687.910,98	110.935.677,83
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica	90.591.402,76	103.274.880,76	72.772.483,27	74.647.040,71	17.818.919,49	14.220.860,80	68.966.753,69	71.984.089,27
18- Auxilio Financeiro a Estudante	26.264.160,94	20.362.694,91	25.419.306,77	19.487.353,14	844.854,17	549.973,84	25.418.191,77	19.487.113,14
30- Material de Consumo	9.298.804,40	12.726.821,64	6.963.811,16	10.044.137,24	2.334.993,24	3.039.960,44	6.843.233,85	9.396.756,03
Demais elementos do grupo	28.897.947,06	10.616.105,08	27.310.506,79	8.587.521,94	1.587.440,27	595.386,78	27.018.921,01	8.580.546,52
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
51 - Obras e intalações	18.236.074,16	35.231.657,49	3.420.478,80	3.007.512,36	14.815.595,36	33.859.152,53	2.664.703,52	3.007.512,36
52 - Equipamentos e Material Permanente	12.780.208,37	15.920.457,85	6.136.931,87	5.475.674,15	6.643.276,50	19.431.009,25	5.872.441,05	5.246.471,15

39 - Outros Serviços Terceiro PJ	736.378,97	1.094.688,98	712.753,09	222.466,10	23.625,88	569.535,39	712.753,09	222.466,10
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
61 - Aquisição de imóveis		10.500.000,00	-	-		-		-
2º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte SIAFI Gerencial e Tesouro Gerencial

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 89 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	36.785.900,82	29.082.726,78	36.581.601,97	28.245.501,29
a) Convite		-	-	-
b) Tomada de Preços		-	-	-
c) Concorrência		-	-	-
d) Pregão	36.785.900,82	29.082.726,78	36.581.601,97	28.245.501,29
e) Concurso			-	-
f) Consulta			-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	61.059.441,08	53.370.909,27	59.387.766,22	51.541.051,27
h) Dispensa	59.950.501,83	52.019.622,01	58.278.826,97	50.262.611,27

i) Inexigibilidade	1.108.939,25	1.351.287,26	1.108.939,25	1.278.440,00
3. Regime de Execução Especial	3.070,12	-	3.070,12	0,00
j) Suprimento de Fundos	3.070,12	-	3.070,12	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	179.639.719,18	6.357.021,67	179.636.309,33	6.357.021,67
k) Pagamento em Folha	178.634.300,22	5.748.156,75	178.632.389,57	5.748.156,75
l) Diárias	1.005.418,96	608.864,92	1.003.919,76	608.864,92
5. Outros	2.444.806,49	2.432.777,95	2.442.856,49	2.432.777,95
6. Total (1+2+3+4+5)	279.932.937,69	91.243.435,67	278.051.604,13	88.576.352,18

Fonte SIAFI Gerencial

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 90 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal								
11- Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	113.984.292,19		113.984.292,19				113.982.381,54	
48- Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física		4.757.140,51		4.757.140,51				4.757.140,51
13 - Obrigações Patronais	21.719.870,32		21.719.870,32				21.719.870,32	
47- Obrigações Tributárias e Contributivas		953.056,21		953.056,21				953.056,21
04 - Aposentadoria, Reserv Remunerada e Reforma	20.891.657,69		20.891.657,69				20.891.657,69	
36- Outros Serviços Pessoa Física		38.843,65		38.843,65				38.843,65
Demais elementos do grupo	21.794.698,87		21.765.038,18				21.765.038,18	
2 – Juros e Encargos da Dívida								

1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
39- Outros Serviços de Terceiro - PJ	132.189.164,56	160.353.918,89	73.818.896,91	60.672.019,23	57.230.083,97	100.401.899,66	72.130.548,48	59.351.239,69
30 - Material de Consumo	23.098.454,40	22.680.380,43	19.661.830,62	16.366.981,24	3.436.623,78	6.536.090,21	19.654.528,78	15.741.776,44
18- Auxílio Financeiro a Estudantes	3.088.093,42	3.694.123,44	2.368.284,39	2.397.205,79	719.809,03	1.296.917,65	2.366.334,39	2.397.205,79
Demais elementos do grupo	3.309.809,21	2.404.441,70	2.850.141,58	1.927.311,98	489.328,32	480.039,79	2.698.318,94	1.927.311,98
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2014	2013		2013	2014	2013	2014	2013
39- Outros Serviços de Terceiro - PJ		12.452.841,23		3.357.362,43		9.126.788,80		3.357.362,43
52- Equipamento e Material Permanente	8.494.770,34		2.836.415,81		5.658.354,53		2.806.415,81	
51- Obras e Instalações		10.663.344,21		716.997,15		9.946.347,06		-
39- Outros Serviços de Terceiro - PJ	6.285.300,00		36.510,00		6.248.790,00		36.510,00	
52- Equipamento e Material Permanente		4.936.609,72		57.401,10		6.446.904,27		53.299,10
51- Obras e Instalações	1.990.000,00				1.990.000,00			
5 – Inversões Financeiras								
61 - Aquisição de Imóvel								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte SIAFI Gerencial - Tesouro Gerencial

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Verificando-se os quadros relativos à execução orçamentária e financeira da UFSC, observa-se que a dotação dos créditos orçamentários cresceu 5,26% de 2013 para 2014 (quadro 81). No entanto, em 2014, houve contingenciamento de recursos por parte do governo federal, o qual não liberou limite de empenho para utilização plena da dotação orçamentária de recursos do Tesouro Nacional. Do total do crédito autorizado, a UFSC teve contingenciamento de 10,9% nos recursos de custeio e 57,0% nos recursos de capital, considerando-se uma emenda parlamentar no valor de R\$8.000.000,00.

Um exemplo desse impacto pode ser observado comparando-se a dotação original (quadro 81) com os empenhos realizados (quadro 86). No quadro 81, constata-se que a dotação de créditos orçamentários dos grupos de despesa capital era R\$73.517.316,00 (R\$60.858.039,00 + R\$12.659.277,00). No quadro 86, verifica-se que a soma das despesas de capital empenhadas foi R\$31.752.661,50, evidenciando-se R\$41.764.654,50 não empenhados em virtude da restrição orçamentária imposta pelo Governo Federal.

Ressalta-se que, apesar do contingenciamento, a UFSC conseguiu uma relativa tranquilidade no cumprimento de seus compromissos: as despesas de custeio de 2014 foram empenhadas, exceto a fatura de energia elétrica do mês de dezembro e algumas repactuações contratuais que não foi possível empenhar no referido exercício. Destaca-se, também, que nenhuma obra foi ou está paralisada por conta da restrição, inclusive no início do exercício seguinte, devido ao planejamento efetuado pela UFSC.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Não houve despesas com ações de publicidade e propaganda. No entanto, a UFSC teve despesas com publicações legais no DOU e na EBC.

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve insuficiência de créditos ou recursos.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 91 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	209.879.673,40	160.454.454,33	-1.057.699,44	48.367.519,63
2012	37.129.155,68	15.751.641,38	-4.011.771,38	17.365.742,92
2011	7.368.472,45	497.917,04	-3.631.325,87	3.239.229,54
2010	362.708,71	817,75	-53.777,30	308.113,66
2009	125.810,58	8.259,29		117.551,29
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	6.213.834,56	6.213.834,56		
2012	600.164,59	600.164,59		722.712,83
2011	1.160.273,73	128.273,73	1.032.000,00	3.759.709,90

Fonte: Siafi Gerencial

6.4.1 Análise Crítica

Em 2014, o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) realizou um esforço para redução dos restos a pagar junto aos fiscais dos contratos cujos empenhos encontravam-se naquela situação. Observando o quadro 86, nota-se que a soma dos restos a pagar decresceu de R\$73.527.114,14 em 2013 para R\$48.388.904,93 em 2014, mesmo os empenhos tendo aumentado de R\$1.201.785.245,58 em 2013 para R\$1.299.943.115,79 em 2014. Considerando os créditos de movimentação (quadro 89), os restos a pagar decresceram de R\$ 134.234.987,44 em 2013 para R\$ 75.772.989,63 em 2014, mesmo os empenhos tendo crescido de R\$ 222.934.699,99 em 2013 para R\$ 356.846.111,00 em 2014.

6.5 Transferências de Recursos

Informamos que a COPROJ não realizou contratos de repasse, termos de parceria, termos de cooperação, convênios ou outros instrumentos congêneres, no exercício de 2014. Em seus acordos, a UFSC assume o papel de conveniente ou executora, recebendo os recursos para utilizá-los especificamente nas despesas dos projetos, os quais podem ser repassados às Fundações para apoiarem as atividades inerentes a eles.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 92 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	153163	UFSC			14	75.000,00	5.000,00
	150232	HU			1	4.000,00	2.000,00
2013	153163	UFSC			13	76.300,00	5.000,00
	150232	HU			0	0,00	0,00
2012	153163	UFSC			11	123.420,00	4.000,00
	150232	HU			0	0,00	0,00

Fonte: SIAFI e DCF/UFSC

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 93 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	153163	UFSC			20	4.594,00	47.984,05	52.578,05
	150232	HU			0	0,00	3.070,12	3.070,12
2013	153163	UFSC			31	7.283,00	51.710,25	58.993,25

Fonte: SIAFI e DCF/UFSC

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 94 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153163/ 150232	UFSC/HU	339030	01	53,97
			03	320,00
			04	480,00
			07	1.567,37
			09	77,25
			11	243,00
			16	1.476,48
			17	316,00
			19	134,75
			20	21,00
			21	134,80
			22	993,49
			24	17.522,49
			25	9.757,52
			26	6.624,44
			27	274,13
			28	2.337,64
			33	322,75
			34	2.780,48
			39	1.488,95
			42	1.218,19
			TOTAL	48.144,70

		339039	05	90,00
			12	390,00
			17	386,97
			19	2.290,00
			20	3.908,00
			63	438,50
			TOTAL	7.503,47

Fonte: DCF/UFSC

6.6.4 Análise Crítica

Em 2014, o DCF continuou com o procedimento adotado em 2013, orientando os portadores de cartão corporativo sobre a legislação e solicitando que as prestações de contas venham com as justificativas dos gastos, alertando os mesmos sobre eventuais problemas detectados. Também há um esforço para utilização apenas do mínimo de cartões necessários. Observando o quadro 92, é possível verificar uma estabilidade no total de despesas por este mecanismo, as quais reduziram, de R\$58.993,25 em 2013 para R\$55.648,17 em 2014.

6.7. Renúncias sob a Gestão da UJ

Não houve renúncia sob a Gestão da UJ.

6.8. Gestão de Precatórios

Não se aplica

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 95 - Força de Trabalho da UFSC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.803	5.521	500	318
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.803	5.521	500	318
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.803	5.504	498	315
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	17	02	03
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	467	277	181	188
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	01	Não há	Não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	6.270	5.799	683	507

Fonte: SIAPE

Quadro 96 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	3173	2348
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3173	2348
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3169	2.335
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	04	13
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	277
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	Não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.174	2.625

Fonte: SIAPE

Quadro 97 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UFSC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão (CD)	100	98	12	14
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	100	97	12	14
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	1	Não há	Não há
1.2.5. Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2. Funções Gratificadas	869	813	193	165
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	869	813	193	165

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	969	911	207	177

Fonte: SIAPE

Para o desenvolvimento de suas atividades a UFSC conta com um total de 5.504 servidores efetivos, dos quais 3.169 ocupam cargos técnicos administrativos e 2.335 ocupam cargos de professor. Cabe destacar que dos 3.169 técnicos administrativos, 1.342 estão lotados no Hospital Universitário da UFSC (HU).

Com base nestas informações, ao efetuarmos o cálculo da RAT (Relação Aluno X Técnico) e da RAP (Relação Aluno X Professor), desconsiderando o quantitativo de técnico-administrativos em educação (TAEs) lotados no HU, ou seja, considerando apenas o total de 1.827 TAEs, 2.335 docentes e aproximadamente 44.396 discentes, temos:

- 24,30 discentes para cada TAE;
- 19,02 discentes para cada docente.

Analisando a evolução histórica desta relação, a partir de 2009, é possível perceber que o aumento no número de servidores não acompanhou proporcionalmente o aumento no número de discentes, revelando considerável aumento de demanda em detrimento da força de trabalho especialmente na área meio, conforme quadro abaixo:

Quadro 98 – Evolução histórica – discentes x servidores

Ano	Nº de discentes	Crescimento anual	Nº de técnicos administrativos UFSC e HU	Crescimento anual	Nº de docentes	Crescimento anual
2009	37652		2809		1798	
2010	43864	16,50%	2879	2,49%	1965	9,29%
2011	44211	0,79%	3005	4,38%	2037	3,66%
2012	41499	-6,13%	3103	3,26%	2056	0,93%
2013	42152	1,57%	3113	0,32%	2157	4,91%
2014	44396	5,32%	3169	1,80%	2335	8,25%
Total 2014 x2009		17,91%		12,82%		29,87%

Fonte: Fonte: Boletim de Dados UFSC 2013 (dados de 2009 a 2013). Os dados quanto ao número de discentes de 2014 foram obtidos junto às Pró-reitorias de Graduação e Pós-graduação e os dados quanto ao número de TAEs e docentes foram obtidos através do SIAPE.

Outro aspecto que traz relevante impacto sobre a força de trabalho disponível é o número de aposentadorias. Em 2014 o total de aposentadorias foi de 168 servidores. Sendo que aproximadamente 648 servidores (333 docentes e 315 técnicos administrativos) já possuem os requisitos necessários para a aposentadoria.

O maior problema associado a esta questão é o fato de que, em virtude da necessidade de liberação de código de vaga para realização de novo concurso e posterior nomeação, geralmente não há possibilidade de troca de conhecimento entre o servidor que se aposentou e o que está vindo ocupar sua vaga. Em relação aos técnicos administrativos o maior impacto se dá em relação às rotinas administrativas, especialmente quando são nomeados para suprir necessidade de setores que estão sem nenhum servidor. Em relação aos docentes, o maior impacto ocorre em relação aos discentes às vezes ficam sem aula em virtude do lapso temporal entre a aposentadoria e a contratação de novo professor, seja efetivo ou substituto.

Quanto aos técnicos busca-se minimizar este impacto através de registros de procedimentos e atividades, bem como através do Programa de Iniciação ao Serviço Público, promovido pela Coordenadoria de Capacitação de Pessoas/DDP/SEGESP/UFSC.

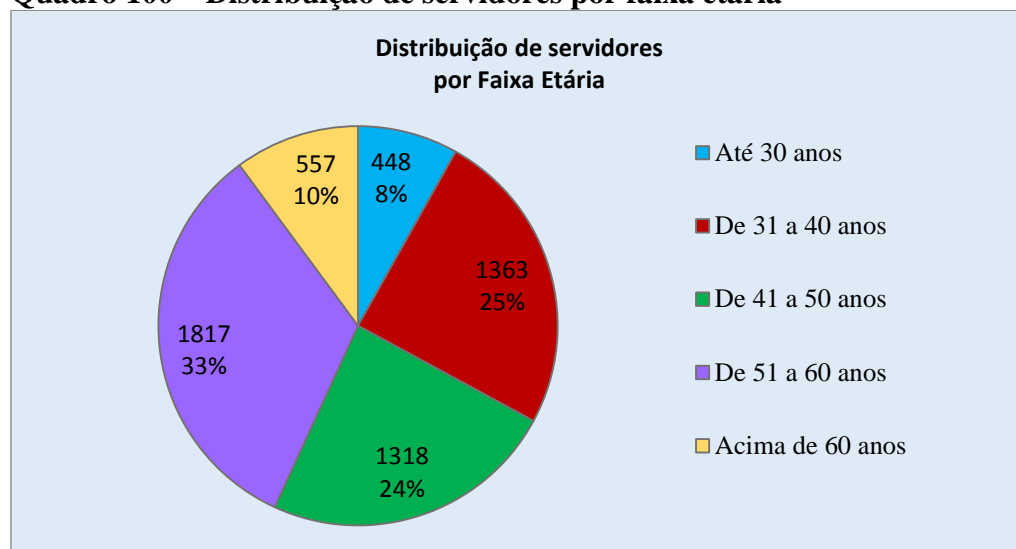
Ainda sobre aposentadoria, a análise da distribuição do número de servidores efetivos por faixa etária revela que 43% da força de trabalho da UFSC é composta por servidores com idade igual ou superior a 51 anos, conforme quadro abaixo:

Quadro 99 – Quantidade de servidores por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Servidores de Carreira	448	1363	1318	1817	557

Fonte: SIAPE

Quadro 100 – Distribuição de servidores por faixa etária



Fonte: SIAPE

Considerando a previsão de que 648 servidores que já possuem os requisitos necessários para aposentadoria relacionada ao número de servidores com idade superior a 51 anos, podemos deduzir que o número de aposentadorias ainda será bastante acentuado nos próximos anos.

Quanto aos afastamentos que reduzem a força de trabalho podemos citar os afastamentos para tratamento da própria saúde, licenças por motivo de doença em pessoa da família e licença maternidade, especialmente em relação aos servidores técnico-administrativos, para os quais não há possibilidade de contratação de substitutos.

Em 2014 tivemos um total de 2887 afastamentos que passaram pela Unidade SIASS-UFSC.

Os dados apresentados abaixo se referem à Saúde Ocupacional dos servidores atendidos na Unidade SIASS-UFSC, através dos registros efetuados no sistema SIAPE-Saúde:

Quadro 101 – Tipos de licença

Tipo da licença	Quantitativo	
	2013	2014
Licença para Tratamento de Saúde	1.572	2.169
Licença para Tratamento de Saúde por Junta Oficial	316	398
Licença por Motivo de Doença de Familiar	249	320

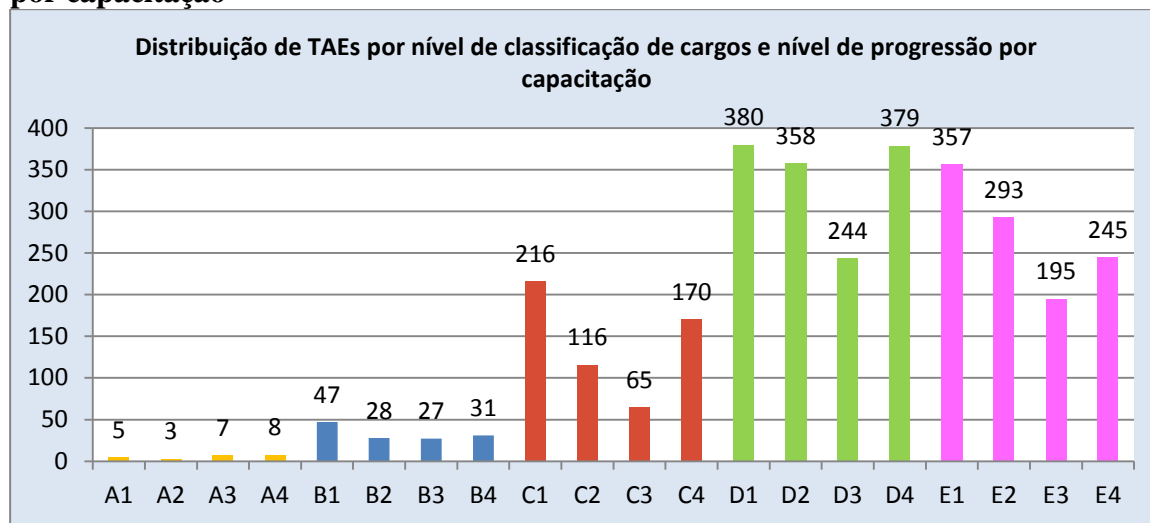
Fonte: SIAPE

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

A Secretaria de Gestão de Pessoas promove a qualificação e capacitação dos servidores da UFSC por meio da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas.

Em 2014, a distribuição dos técnicos administrativos por nível de classificação de cargos e nível de capacitação apresentava da seguinte forma:

Quadro 102 – Distribuição por nível de classificação de cargos e nível de progressão por capacitação



Fonte: ADRH e SIAPE

Quadro 103 – Níveis de classificação dos cargos e capacitação - PCCTAE

Nível de classificação dos cargos -PCCTAE					Nível de capacitação - PCCTAE			
A	B	C	D	E	1	2	3	4

Fonte: SIAPE

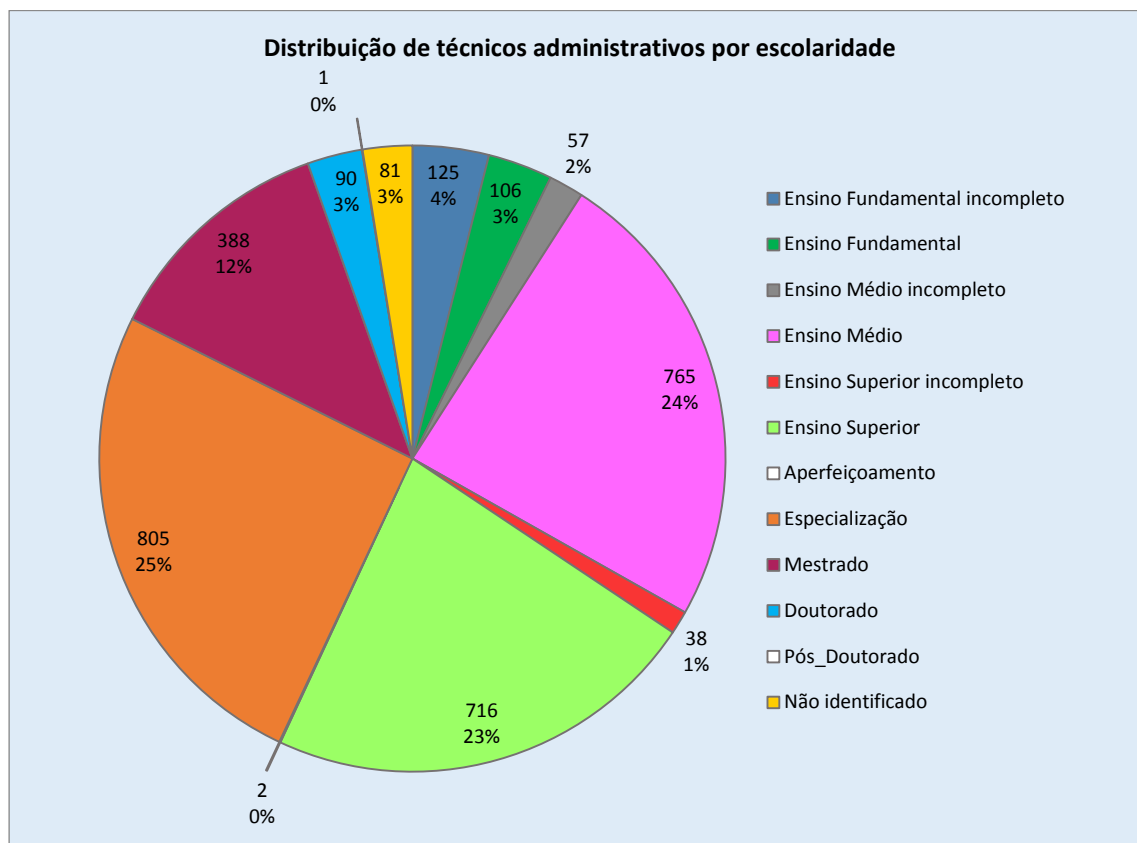
Diante dos dados apresentados percebe-se que a grande maioria dos TAEs da UFSC estão distribuídos nos cargos de nível D e E. Quanto ao nível de progressão por capacitação, referente a estes dois níveis de cargos também é possível perceber uma distribuição de TAEs sem grandes distorções.

Em relação aos cargos de nível A, B e C pode se dizer que a grande maioria dos servidores que ocupam estes cargos pertencem ao quadro de servidores com mais tempo de serviço na instituição, muitos deles ocupantes de cargos em extinção, para os quais a oferta de capacitação se torna mais difícil. Entretanto, a Coordenadoria de Capacitação de Pessoas tem se empenhado para garantir cada vez mais a participação destes servidores nos cursos de capacitação ofertados pela própria UFSC. Como exemplo de ações nesta direção, podemos citar o Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação dos Técnicos Administrativos que está em fase de aprovação e que entre suas diretrizes prevê mais oportunidades de participação deste seguimento nas ações de capacitação desenvolvidas pela UFSC.

Por outro lado, fazendo uma análise das possibilidades de desenvolvimento na carreira por meio de capacitação, percebe-se que a carreira é bastante limitada, ao permitir ao TAE progredir apenas em 4 níveis e considerando que a progressão pode ocorrer a cada interstício de 18 meses, em 4 anos e meio o servidor pode chegar ao topo da carreira no que diz respeito à progressão por capacitação.

O gráfico abaixo mostra a distribuição dos TAEs por escolaridade:

Quadro 104 – Distribuição de técnicos administrativos por escolaridade



Fonte: ADRH e SIAPE

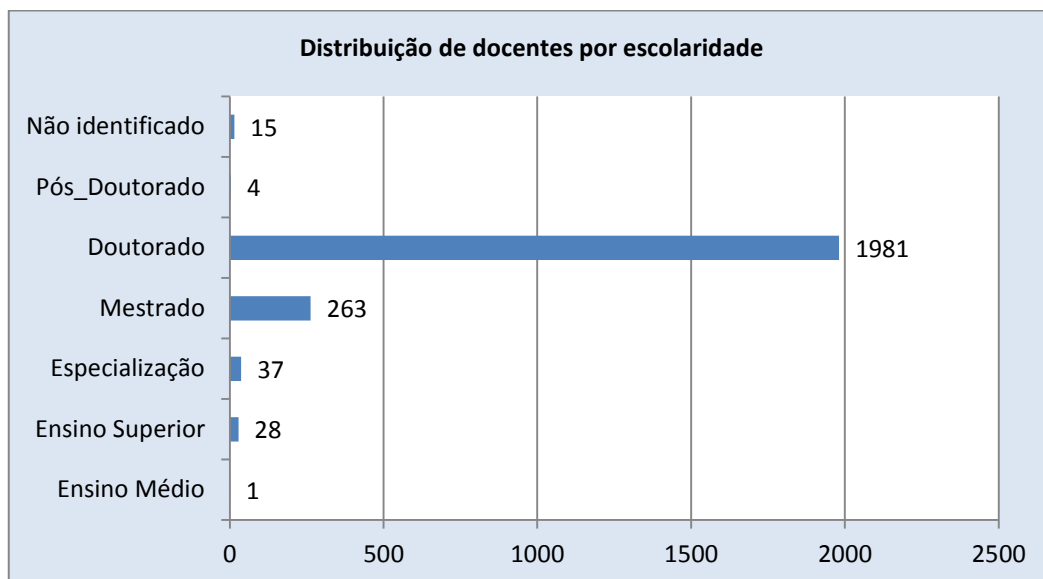
Sobre a distribuição dos TAEs por escolaridade, se considerarmos que do total de TAEs que compõem a força de trabalho na UFSC apenas 723 são ocupantes de cargos de nível A, B e C, cujo requisito de escolaridade para ingresso no cargo é o Ensino Fundamental, percebe-se que apenas 231 TAEs estão localizados neste nível de escolaridade, sendo que destes, 106 possuem o Ensino Fundamental completo.

A grande maioria dos TAEs, como mencionado anteriormente, pertencem aos cargos de nível D, 1.361 TAEs, e nível E, 1.090 TAEs, temos um total de 2.451 TAEs nestes níveis. Tendo em vista que o requisito para ingresso nos cargos de nível D é Ensino Médio Completo ou Ensino Médio Profissionalizante e nos cargos de nível E é Ensino Superior, temos um índice de 754 TAEs com Ensino Médio, dos quais 765 com este nível de ensino concluído e 754 com Ensino Superior, dos quais 716 com este nível de ensino concluído.

Além disso, os dados mostram um grande número de servidores que possuem nível de escolaridade superior às exigências do cargo (pelo menos 1.286 somando-se Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado), o que demonstra um elevado nível de qualificação da força de trabalho técnica da UFSC.

Abaixo apresentamos a distribuição dos docentes por escolaridade:

Quadro 105 – Distribuição de docentes por escolaridade



Fonte: ADRH e SIAPE

Quanto ao nível de escolaridade dos docentes percebe-se que a grande maioria possui doutorado. Este fato pode ser explicado tanto pelas exigências quanto aos requisitos de ingresso, quanto pela estrutura da carreira, que diferentemente dos técnicos prevê mais oportunidades e facilidades para capacitação e qualificação.

Em relação às ações de capacitação promovidas pela UFSC, por meio da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas, estas serão detalhadas no item 7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 106 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	466739360,91	7756948,03	44437936,68	60164212,22	28297116,53	25262277,97	295743,74	466187,76	453206,7	633872990,54
	2013	409625700,3	6859807,94	38681525,16	55499102,51	28036743,13	24368850,5	106048,64	2146774,56	670156,09	565994708,83
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3311092,14
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2134085,28
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	-	58991,04	4915,92	1638,64	-	1138,92	-	-	-	66684,52
	2013	-	61817,18	4563,53	1521,17	-	752,36	-	-	-	68654,24
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	1141789,62	2305,29	131294,81	108802,78	43392,33	63013,79	-	-	100053,00	1590651,63
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1792150,51
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	10659473,19	-	927950,23	452628,35	935911,05	-	656675,34	-	-	13632638,16
	2013	13733029,05	-	1205085,25	599750,09	820950,8	-	325969,42	-	-	16684784,61

Fonte: Balancete Contábil gerando em 19/01/2015

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A identificação de eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal é realizada no primeiro momento na entrega dos documentos para nomeação no cargo público, quando o servidor assina a Declaração de Acumulação de Cargos.

Além disso, no ano de 2013, foi criada no Sistema de Administração de Recursos Humanos da UFSC – ADRH uma ferramenta para que o Departamento de Administração de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas possa proceder periodicamente ao cadastramento de todos os servidores técnico-administrativos e docentes que acumulam cargo, empregos ou funções públicas, evitando assim a acumulação ilícita. No entanto esta ferramenta ainda necessita de aperfeiçoamento para que os dados sejam cadastrados. Desta forma, o cadastramento dos dados dos vínculos empregatícios está previsto para o segundo semestre de 2015. Com esse cadastramento será possível identificar mais precisamente os servidores que acumulam cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da UFSC.

Em 2013 foi expedida também a Portaria nº 2415/GR/2013 de 20/012/2014, que estabelece os procedimentos a serem adotados pela SEGESp para regularização de situações de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas e a participação de gerência ou administração de sociedade privada.

No exercício de 2014, foram notificados 144 servidores para acompanhamento da situação de acumulação de cargos, identificados em acumulação irregular de cargos, no Relatório de Auditoria 227792 da Controladoria Geral da União.

Em 2014 realizamos o acompanhamento dos Processos Administrativos Disciplinares – PAD abertos em 2013 e procedemos à abertura de mais um PAD que atualmente encontra-se na Procuradoria Federal para análise.

Em 2015 daremos prosseguimento a análise dos casos de acumulação de cargos para buscar a regularização da situação funcional dos servidores que estão em desacordo com o disposto no Art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal de 1988.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Quadro 107 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício			Egressos no Exercício		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	22	20	17				3	2	3
ASSISTENTE SOCIAL	1	1	1						
ASSISTENTE TECNICO ADMINI	1	1	1						
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	2	2						
AUXILIAR DEPOSITO	1	1	1						
AUXILIAR ENFERMAGEM	7	7	6						1
AUXILIAR LABORATORIO	2	1	1					1	
AUXILIAR TECNICO PATOLOGIA CLINICA	1	1	0						
ENFERMEIRO	1	2	5		2	4		1	2

FARMACEUTICO	0	1	1		1	0	1		
FARMACEUTICO BIOQUIMICO	1	1	2			1	1		
FISIOTERAPEUTA	1	1	1						
FONOAUDIOLOGO	4	4	3	1			1		1
MEDICO	23	27	23	3	12	4	7	8	7
MEDICO ANESTESIOLOGISTA	1	3	2		4		2	2	1
MEDICO CARDIOLOGISTA	0	0	0		1			1	
MEDICO CIRURGIAO	0	0	0		1		1	1	
MEDICO CIRURGIAO APARELHO DIGESTIVO	1	0	0	1				1	
MEDICO CIRURGIAO PLASTICO	1	1	1						
MEDICO CLINICO GERAL	1	1	0	1	2			2	1
MEDICO DERMATOLOGISTA	0	1	1		1				
GINECOLOGISTA						1			1
MEDICO GINECOLOGISTA OBST	2	3	3	1	1	1			1
MEDICO NEFROLOGISTA	0	0	0	0	0		1		
MEDICO NEUROLOGISTA	0	1	1		1		1		
MEDICO OFTALMOLOGISTA	0	0	0						
MEDICO OTORINOLARINGOLOGISTA	0	1	2		2	1		1	
MEDICO PATOLOGISTA	1	0	1				1	1	
MEDICO PEDIATRA	0	1	2		1	2			1
MEDICO PSIQUIATRA						1			1
MEDICO RADIOLOGISTA	0	0	0				1		
NUTRICIONISTA						1			
PEDAGOGO	11	11	7				1		4
PROFESSOR PRE ESCOLAR	1	1	1						
PSICOLOGO	6	6	2	5		2			1
TECNICO ENFERMAGEM	38	44	56		23	15	10	17	8
TECNICO DE FARMACIA	0	1	1		1				
TECNICO LABORATORIO	4	7	7		3				1
TECNICO RADIOLOGIA	1	1	1	0					

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

a) Da contextualização dos fatos:

Conforme acordado com o TCU, a União, por intermédio do Ministério do Planejamento e da Advocacia-Geral da União, firmou o Termo de Conciliação Judicial (TCJ) com o Ministério Público do Trabalho, com foco na Administração Direta, em que se comprometeu a contratar serviços terceirizados apenas nas hipóteses previstas no Decreto 2.271/97, bem como em substituir, também até 2010, toda a força de trabalho terceirizada em desconformidade com a Lei por servidores concursados (TC 016.954/2009-5 – Monitoramento do Acórdão 1520/2006).

O Acórdão nº 2681/2011 – TCU – Plenário prorroga até 31/12/2012 o prazo para que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional apresentem ao Tribunal o resultado final do processo de substituição de terceirizados irregulares.

Em outubro de 2012 a UFSC encaminhou ao Presidente do Tribunal de Contas da União documento solicitando prorrogação, até 31/12/13, do contrato entre a UFSC e a FAPEU em atendimento às demandas do HU, do qual transcrevemos parte:

“Solicitamos ao TCU, a possibilidade de prorrogarmos até 31 de dezembro de 2013, o contrato entre a UFSC e FAPEU, para que possamos manter a continuidade das atividades do Hospital Universitário da UFSC. Isso permitirá que possamos construir com nossa comunidade universitária, com a comunidade catarinense e com o MEC o modelo de gestão que mais atenderá a nossa realidade regional e programar melhor nossas vagas de concurso públicos, garantido o quadro de servidores efetivos necessários ao bom funcionamento do nosso hospital”.

Na UFSC a criação da comissão, pelo Conselho Universitário, para discutir sobre a Empresa

Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) ocorreu em meados de 2013. Os debates públicos no âmbito da universidade aconteceram em novembro de 2014, com continuidade prevista para março de 2015.

b) Foi acordado com a administração central em audiência com o Ministério Público do Trabalho que a situação será regularizada até dezembro de 2015, encerrando a contratação de empregados para prestar serviços hospitalares pela FAPEU ou outras instituições assemelhadas.

c) A regularização em relação ao encerramento de contratação de terceirizados está prevista para dezembro de 2015.

d) Em 19/03/2014, perante o Ministério Público do Trabalho, por meio do (Termo de Audiência IC 000622.2007.12.000/0 – 025 foi acordado o prazo até dezembro de 2015 para encerrar a contratação de empregados para prestar serviços hospitalares pela FAPEU ou outras instituições assemelhadas.

Fonte: FAPEU/HU

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas preocupada com a alta rotatividade tem procurado identificar as possíveis causas dos desligamentos de servidores efetivos do quadro da UFSC. Para tal está implementando um formulário de desligamento/exoneração, por meio do qual pretende mapear os principais fatores que motivam pedidos de exoneração.

Em 2014, podemos dizer, de modo geral, que entre os riscos identificados em relação à gestão de pessoas estão:

- Poucas perspectivas de desenvolvimento na carreira do PCCTAE.
- Baixos salários.
- Alta demanda de trabalho frente ao número de servidores.
- Diferenciação de carreiras entre os poderes públicos federais.
- Falta de capacitação das chefias no tocante a condução de equipes.

Cabe destacar que, como demonstrado no item 7.1.1 a composição do quadro de servidores, especialmente dos técnicos administrativos em educação, não acompanhou o crescimento do número de discentes, um dos motivos pelos quais a sobrecarga de trabalho tem ganhado notoriedade, trazendo consigo outros aspectos relacionados à questão como a pressão, o stress, a fadiga entre outros, que interferem sobremaneira nas relações interpessoais, no adoecimento do servidor, podendo, em alguns casos culminar em pedidos de exoneração ou aposentadorias por invalidez.

Outros aspectos inerentes a este tema podem ser visualizados no item 7.1.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos, por meio dos subitens “Absentéismo” e “Rotatividade”.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Com relação aos indicadores gerenciais de recursos humanos, segue abaixo o detalhamento sobre os indicadores em uso.

a) Absenteísmo

Em relação a este indicador é possível observar as seguintes informações:

Quadro 108 – Acidentes de trabalho

Acidentes de Trabalho				
Ano	2011	2012	2013	2014
Nº de acidentes	150	119	175	129

Fonte: SEGESP/UFSC

O nº de acidentes de trabalho (AT) registrados em 2014 foi de 129. Em 2013 foram 175. A queda observada em 2014 pode ser atribuída ao período de greve dos servidores TAES, de março a junho de 2014, o que motivou a diminuição das atividades em inúmeros setores da UFSC.

Quadro 109 – Afastamentos vinculados ao SIASS-UFSC

Afastamentos vinculados ao SIASS-UFSC		
Tipo	Quantitativo	
	2013	2014
Solicitações de afastamentos do trabalho	2.289	3.363
Solicitações julgadas procedentes e concedidas	2.241	3.285
Solicitações julgadas improcedentes e negadas	48	78

Fonte: SEGESP/UFSC

Das perícias concluídas em 2014, constatou-se:

Quadro 110 – Quantitativo de licenças

Tipo da licença	Quantitativo	
	2013	2014
Licença para Tratamento de Saúde	1.572	2.169
Licença para Tratamento de Saúde por Junta Oficial	316	398
Licença por Motivo de Doença de Familiar	249	320

Fonte: SEGESP/UFSC

Os dados apresentados se referem à Saúde Ocupacional dos servidores atendidos na Unidade SIASS-UFSC, através dos registros efetuados no sistema SIAPE-Saúde e demonstram a atual situação da saúde do trabalhador quanto a afastamentos por motivo de doença pessoal e familiar, acidentes em serviço, aposentadorias por invalidez, entre outros aspectos.

Em 2014 a Unidade SIASS-UFSC recebeu dos servidores técnicos administrativos e docentes da UFSC 3.363 solicitações de afastamentos do trabalho. Destas, 3.285 foram julgadas procedentes e concedidas e 78 foram julgadas improcedentes e negadas.

A partir dos dados de afastamento a equipe SIASS, deu continuidade aos projetos em andamento no Departamento de atenção à Saúde/SEGESP. Quais sejam:

1) Serviço Social e a Atenção à Saúde do Servidor em Perícia: uma escuta qualificada.

Este projeto realiza uma escuta qualificada das possíveis causas do adoecimento dos servidores em perícia visando:

- avaliar com o servidor os recursos sociais e de saúde necessários à situação;
- intermediar os encaminhamentos referentes às questões de saúde e de trabalho junto ao setor competente;
- sistematizar dados dos servidores da Unidade SIASS.

Os dados resultantes dessa escuta são analisados e seus indicadores são utilizados para o aperfeiçoamento dos projetos existentes, assim como para identificação da necessidade de novas ações.

2) Apoio aos Servidores com Transtornos Mentais Comuns.

Este projeto visa à redução do número de afastamentos para tratamento de saúde por transtornos mentais comuns e melhora da qualidade de vida dos servidores. Para tanto, uma equipe multiprofissional, acompanha os servidores com primeiro afastamento para tratamento de saúde por transtornos mentais comuns.

Além destes projetos, em 2014 o Departamento de Atenção à Saúde implementou um projeto piloto no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas:

- Circuito Saúde: O Projeto é uma iniciativa da Coordenadoria de Promoção e Vigilância, do Departamento de Atenção à Saúde/SEGESP/Unidade SIASS-UFSC, com o

objetivo de orientar os servidores para hábitos saudáveis, a partir de um diagnóstico prévio realizado por profissionais da assistência social, medicina, enfermagem e educação física.

Durante os 03 dias previstos para a atividade houve a participação de 60 servidores. Os dados obtidos nas 07 estações previstas no projeto (Recepção, Antropometria, Bioquímica, Audição e Visão, Serviço Social e Medicina) já estão tabulados e constituem importante fonte de informações médicas e psicossociais. Neste momento os dados estão sendo analisados pelas equipes técnicas em cada área de conhecimento, sendo que o objetivo é melhor interpretá-los para definir intervenções a serem realizadas nos ambientes de trabalho, as quais serão inseridas no planejamento de atividades da Coordenadoria de Promoção e Vigilância em Saúde para o ano de 2015.

b) Educação Continuada

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) e o seu Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) vêm intensificando as ações de capacitação, por meio de sua Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP), a qual tem traçado objetivos e metas de inovação e de busca contínua na melhoria da prática de suas ações e papel, frente à comunidade universitária. Para cumprir esse objetivo, a CCP vem buscando suprir as lacunas verificadas no desenvolvimento e na implementação das ações de capacitação existentes, promovendo o aperfeiçoamento da equipe de trabalho e a implementação de um novo modelo de gestão de suas ações, por meio de um plano estratégico para o período de 2014-2017.

A Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP) oferece aos servidores docentes e técnico-administrativos em educação da UFSC diversas formas de Educação Continuada, quais sejam, realização de cursos de capacitação presenciais e a distância, pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e de mensalidades de cursos de Especialização, bem como o gerenciamento dos processos de afastamento para formação e capacitação, Horário Especial e Licença Capacitação, no País e no Exterior, que possibilitam que o servidor se afaste do seu trabalho para se dedicar integral ou parcialmente aos seus estudos. Para cada uma das ações listadas acima, são calculados indicadores específicos, que mostram o desenvolvimento da Capacitação dentre os servidores da Universidade, além dos níveis de oferta e demanda destes serviços.

Quanto à educação continuada, podemos observar os seguintes dados:

Quadro 111 - Cursos de capacitação oferecidos pela Coordenadoria de Capacitação de Pessoas/DDP/SEGESP/UFSC:

Modalidade	Ano	Nº de cursos	Nº de turmas	Carga Horária	Vagas	Inscritos	Selecionados	Confirmados	Concluintes	Desistentes	Avaliações
EaD	2013	13	26	876	1111	2382	1119	1057	848	223	702
	2014	11	17	523	940	1341	816	799	649	150	541
Presencial	2013	34	62	1245	1750	1894	1262	1141	986	148	642
	2014	21	30	775	770	768	670	584	496	88	299
Semipresencial	2013	8	9	344	264	253	201	162	129	33	72
	2014	3	4	90	105	106	104	87	64	23	44
TOTAL	2013	55	97	2465	3125	4529	2582	2360	1963	404	1416
	2014	35	51	1388	1815	2215	1590	1470	1209	261	884

Fonte: SEGESP/UFSC

A diferença em relação aos números apresentados em 2013 deve-se ao fato de que em 2014 a equipe da CCP concentrou seus esforços no desenvolvimento de um curso piloto para a modalidade a distância, trazendo uma nova linguagem visual e modelo pedagógico, que envolveram nova estrutura e sistema de avaliação, baseado em competência, a serem implementados em 2015.

Durante o exercício em análise, a equipe da CCP também se envolveu na criação de uma nova Resolução Interna que institui o Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação

dos servidores técnicos administrativos em educação da Universidade Federal de Santa Catarina. A minuta do documento esteve em consulta pública até 30 de janeiro de 2015. Após análise das contribuições da comunidade universitária a minuta será encaminhada ao Conselho Universitário para apreciação, aprovação e publicação.

Além disso, a Coordenadoria de Capacitação de Pessoas, com o objetivo de mapear junto às chefias dos diversos setores da UFSC as necessidades de capacitação específicas desses setores, encaminhou um formulário online que foi respondido por 60 servidores. As informações constates destes formulários constituirão um dos subsídios do Plano Anual de Capacitação dos próximos anos.

Quanto ao investimento em 2014, considerando a remuneração dos ministrantes, a soma totalizou R\$ 127.871,33. Em 2013, este investimento foi de R\$ 226.702,93.

Pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e em cursos de especialização:

Por meio da Divisão de Afastamento e Apoio à Capacitação - DAAC/CCP/DDP, a SEGESP viabiliza aos servidores da UFSC o pagamento de taxas de inscrição em eventos e cursos de curta duração no País e no Exterior, além do pagamento de cursos de Especialização.

Trata-se de um serviço sob demanda, isto é, são atendidos os servidores que solicitam o pagamento, desde que estes se enquadrem na legislação pertinente e haja disponibilidade orçamentária. Os recursos destinados a esta ação de capacitação para o ano de 2014 foram utilizados em sua totalidade.

Ao analisar os dados percebe-se ao longo do ano, conforme quadro abaixo, um comportamento desigual da demanda quando comparados os meses entre si. Isto se deve ao fato de que há períodos de pico de oferecimento de cursos e eventos durante o ano. Nota-se também que não foi realizado nenhum pagamento nos meses de maio e junho, tendo em vista que a Universidade passava por um período de greve dos servidores técnico-administrativos em educação.

Quadro 112 – Demonstrativo de pagamento de cursos e eventos de curta duração e cursos de especialização

Pagamentos						
	2012	2012	2013	2013	2014	2014
MESES	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº de servidores	Valor (R\$)
Janeiro	15	11.732,25	14	11.457,98	5	10.530,26
Fevereiro	8	13.475,44	29	30.873,24	27	42.186,11
Março	31	25.438,02	45	46.933,50	35	35.418,05
Abril	48	48.743,69	84	69.330,00	4	3.836,77
Maio	77	57.075,45	75	55.298,89	0	0
Junho	25	21.972,85	72	60.718,88	0	0
Julho	29	17.303,87	84	71.891,57	100	87.525,26
Agosto	16	14.921,32	50	42.156,02	115	107.483,10
Setembro	105	59.827,69	42	37.547,68	71	71.428,30
Outubro	76	65.840,84	60	25.904,14	60	54.780,44
Novembro	34	30.148,46	38	25.378,16	103	33.854,08
Dezembro	0	0,00	0	0,00	1	0,00
TOTAL	464	366.479,88	593	477.490,06	521	449.042,37

Fonte: SEGESP/UFSC

Afastamentos para formação e capacitação, horário especial e licença capacitação:

As solicitações de afastamentos para formação dos servidores técnico-administrativos é sempre ponderada com as necessidades institucionais, entendendo-se que é necessário o desenvolvimento do servidor, mas em face do cenário, em que a instituição atua com sua força de trabalho no limite é preciso verificar as possibilidades de remanejamento para que as atividades diárias não fiquem prejudicadas. Esta situação no que concerne ao corpo docente é mais propícia em razão de que os afastamentos dos Professores para formação permite a contratação de substitutos.

A tabela abaixo apresenta os números dos afastamentos e licenças para capacitação dos servidores técnico-administrativos da Universidade no exercício de 2014. Nota-se que a quantidade de servidores afastados para participar de cursos e eventos de curta duração durante o ano de 2014 foi de 69 servidores, ao passo em que os afastamentos de longa duração totalizaram 84 servidores.

Os afastamentos de curta duração dizem respeito àqueles cuja duração não ultrapassa 15 dias, enquanto os afastamentos de longa duração são destinados à realização de cursos de Educação Formal, isto é, cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

Apesar da predominância dos afastamentos de curta duração (69 servidores afastados, sendo que desses, 13 servidores participaram de mais de um evento/curso de curta duração, totalizando 82 processos), pode ser considerada muito positiva a quantidade de servidores que estão cursando Educação Formal. Esta análise se deve ao fato de que tanto a Licença Capacitação, que teve 24 processos, quanto o Horário Especial (82 processos, sendo que 17 servidores abriram mais de um processo, totalizando solicitações de 65 servidores) são utilizados, em sua maioria, por servidores que estão cursando Mestrado e Doutorado, mas que não podem se afastar integral ou parcialmente do trabalho por algum motivo, desde impedimentos legais ou por necessidade do setor em que atuam.

Quadro 113 – Afastamentos de servidores técnico-administrativos

Afastamentos de servidores técnico-administrativos			
	Quantidade de servidores		
Modalidade	2012	2013	2014
Curta Duração	94	108	69
Pós-Doutorado	1	1	1
Doutorado	25	23	31
Mestrado	28	43	49
Especialização	1	0	0
Horário Especial	37	77	65
Licença Capacitação	29	27	24

Fonte: SEGESP/UFSC

O quadro a seguir mostra os afastamentos dos servidores docentes da UFSC, gerenciados pela SEGESP, em 2014, com exceção aos processos de afastamento de longa duração dos docentes no País, gerenciados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente/PROGRAD.

Quadro 114 - Afastamentos de servidores docentes

Afastamentos de servidores docentes			
	Quantidade de servidores		
Modalidade	2012	2013	2014
Curta Duração	864	975	1032
Longa Duração fora do Brasil	43	65	85
Horário Especial	0	0	0
Licença Capacitação	21	13	6

Fonte: SEGESP/UFSC

O total de afastamentos de curta duração dos servidores docentes foi de 1032. Estes dizem respeito aos afastamentos do País cuja duração não exceda a um período de 90 dias, de acordo com a Resolução 011/CUn/1997.

Os afastamentos de longa duração no Exterior totalizaram 85 processos. Não houve nenhuma solicitação de Horário Especial por parte dos servidores docentes neste ano.

Em relação à Licença Capacitação, houve 06 licenciados.

Quando comparado o quadro de afastamentos de servidores docentes e técnico-administrativos, pode-se notar que os docentes se afastam com uma frequência muito maior que os técnicos para eventos de curta duração. Isto pode ser explicado pelo fato de que a carreira docente estimula mais a publicação científica, a participação em eventos e a pesquisa.

c) Rotatividade

Nossa Instituição está atravessando um período de transição no que tange a sua força de trabalho. Esta situação se deve ao fato do grande número de servidores estarem requerendo sua aposentadoria, servidores que ingressaram na UFSC na década de 80, e que estão completando seu tempo de serviço agora.

Para suprir esta demanda, foram realizados nos anos de 2013 e 2014, dois concursos. Porém, um número representativo dos servidores que estão ingressando não permanece no nosso órgão, sendo que muitos permanecem por um período inferior ao do estágio probatório, solicitando sua vacância ou exoneração. Quando questionado a estes servidores o motivo de sua saída, o fator preponderante está identificado no Plano de Cargos e Salários, que não é competitivo frente aos planos de outras esferas públicas. Temos ainda a relatar que muitos nem chegam a assumir seus cargos após suas nomeações, já tendo passado em outros concursos e optado por outras carreiras mais promissoras financeiramente.

Grande parte também dos servidores que estão ingressando, já possuem uma qualificação muitas vezes bem superior ao solicitado para o provimento do cargo, o que ocasiona muitas vezes insatisfação e busca de melhores oportunidades. É esta a característica dos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho hoje. Jovens com foco na sua carreira, no seu desenvolvimento profissional e econômico, em busca constante das melhores oportunidades.

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem buscado atender a todas as solicitações de pessoal com a maior brevidade possível, buscando minimizar o lapso entre a saída e a entrada do novo servidor no seu posto de trabalho, o que nem sempre é possível.

Esta Secretaria entende também que a forma adequada de provimento é aquela em que existe um período de convivência entre o que sai e aquele que entra, buscando uma interação entre a forma e os procedimentos que até então eram desenvolvidos para execução das atividades, em contrapartida com o novo olhar e a busca de novas formas de execução, o que nem sempre é possível.

Além disso, estamos gerenciando junto a SETIC, a elaboração de ferramentas apropriadas para viabilizar com maior precisão a sistematização das informações, de modo a contribuir para as tomadas de decisões gerenciais que auxiliem na implementação de políticas de gestão de pessoas mais eficientes.

A busca do desenvolvimento de programas que possibilitem o levantamento de informações com maior precisão, além de estabelecer uma maior conexão entre setores como a aposentadoria e admissão, são projetos da SEGESP que visam otimizar as atividades na área de Gestão de Pessoas.

Outro foco são as entrevistas de desligamento que visam identificar o principal fator de desligamento dos servidores, através de vacâncias e exonerações. Após as entrevistas, com a identificação destas questões, o objetivo é implementar políticas visando minimizar esses números.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

7.2.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 115 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva - UFSC

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal de Santa Catarina													
UG/Gestão: 153163/15237						CNPJ: 83.899.526/0001-82							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	75/2010	04.629.488/0001-71	01-05-2010	30-04-2015	84	110					P
2008	L	O	94/2008	83.953.331/0001-73	01-07-2008	30-06-2014	07	12					E
2014	L	E	153/2014	83.953.331/0001-73	01/07/2014	27-12-2014	11	15					E
2012	L	O	130/2012	03.116.865/0001-06	10-05-2012	10-11-2015	10	10					P
2008	L	O	308/2008	79.283.065/0001-41	01-01-2009	30-09-2014	06	07					E
2014	L	E	163/2014	79.283.065/0001-41	01-10-2014	29-12-2014	07	07					E
2014	L	O	253/2014	79.283.065/0001-41	30-12-2014	29-12-2015	01	01					A
2012	L	O	349/2012	02.531.343/0001-08	01-07-2012	30-06-2015	13	09		04			P
2012	V	O	428/2012	04.629.488/0001-71	01-10-2012	30-09-2015	56	86					P
2009	V	O	463/2009	04.629.488/0001-71	04-01-2010	03-07-2015	52	64					P
2013	L	E	261/2013	83.953.331/0001-73	28-12-2013	26-06-2014	568	568					E
2014	L	E	086/2014	83.953.331/0001-73	27-06-2014	26-12-2014	573	573	10	10			E
2014	V	O	71/2014	95.832.986/0001-72	10-06-2014	09-06-2015	06	06					A
2014	V	O	108/2014	95.832.986/0001-72	08-08-2014	07-08-2015	12	12					A
2014	L	O	70/2014	00.482.840/0001-38	16-06-2014	15-06-2015	10	10					A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: PROAD/UFSC

7.2.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 116 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva - HU

Ano do Contrato	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada CNPJ	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
(L) - 2009	O	070/2009	02531343/0001-08	29/03/14	28/03/15	141	141	11	11	0	0	A
(V) - 2012		004/2012	03130750/0001-76	01/01/15	31/12/15	30	30	10	10	0	0	A

Fonte: HU/UFSC

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
7.2.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina
Quadro 117 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - UFSC

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal de Santa Catarina													
UG/Gestão: 153163/15237					CNPJ: 83.899.526/0001-82								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	002/2009	85.240.869/0001-66	02-02-2009	31-12-2014			07	09	01	01	E
2010	1	O	005/2010	03.181.576/0001-90	01-02-2010	31-01-2015	12			20			P
2010	12	O	010/2012	02.531.343/0001-08	09-01-2012	08-01-2016	20	15		10			P
2011	12	O	013/2011	79.283.065/0001-41	01-02-2011	31-01-2015	47	58					P
2010	12	O	015/2010	05.014.011/0001-44	01-03-2010	28-02-2015	28	35					E
2009	12	O	027/2009	03.880.511/0001-33	01-02-2009	31-01-2014	31	37					E
2014	12	E	055/2014	12.780.988/0001-38	02-05-2014	30-10-2014	37	37					E
2012	12	O	035/2012	02.531.343/0001-08	01-05-2012	30-04-2014	07	02		06			P
2013	12	O	039/2013	13.659.873/0001-52	22-04-2013	21-12-2014			08	10			E
2011	12	O	044/2011	02.531.343/0001-08	11-04-2011	10-10-2015	04	03		02			P

2009	08	O	127/2009	02.290.779/0001-52	15-05-2009	14-02-2015	05	05	06	04		03	P
2010	12	O	163/2010	07.855.231/0001-26	23-08-2010	07-11-2014	06	07					E
2010	5	O	218/2010	00.482.840/0001-38	01-10-2010	31-03-2015	14	3		12		01	P
2009	12	O	421/2009	07.593.524/0001-82	01-02-2010	31-01-2015	06	07					P
2009	12	O	384/2009	09.529.872/0001-16	10-12-2009	09-12-2014	01	01					E
2010	12	O	235/2010	02.531.343/0001-08	22-11-2010	21-11-2014	06	05		02			E
2010	12	O	288/2010	02.531.343/0001-08	03-01-2011	02-01-2016	01			01			P
2008	09	O	309/2008	83.953.331/0001-73	01-01-2009	31-12-2014	10	10					E
2012	08	O	362/2012	82.094.640/0001-72	01-07-2012	30-06-2015	21	10		16			P
2009	12	O	477/2009	00.482.840/0001-38	01-03-2010	28-02-2015	04	1		6			P
2014	09	E	002/2014	02.531.343/0001-08	20-01-2014	20-07-2014	12	12					E
2014	09	O	207/2014	02.531.343/0001-08	01-12-2014	30-11-2015	20	20					A
2008	01	O	308/2008	79.283.065/0001-41	01-01-2009	30-09-2014	06	06					E
2008	12	O	308/2008	79.283.065/0001-41	01-01-2009	30-09-2014	01	01					E
2014	01	E	163/2014	79.283.065/0001-41	01-10-2014	29-12-2014	07	07					E
2014	01	O	253/2014	79.283.065/0001-41	30-12-2014	29-12-2015	12	12					A
2014	12	O	253/2014	79.283.065/0001-41	30-12-2014	29-12-2015	07	07					A
2014	4	O	070/2014	00.482.840/0001-38	16-06-2014	15-06-2015	01	01					A
2014	9	O	070/2014	00.482.840/0001-38	16-06-2014	15-06-2015	01	01					A
2014	12	O	167/2014	00.482.840/0001-38	01-10-2014	30-09-2015	02	02					A
2014	5	O	213/2014	00.482.840/0001-38	01-12-2014	30-11-2015	02	02					A
2014	4	O	003/2014	11.967.535/0001-52	20-01-2014	19-01-2015	05	05					A
2014	2	O	112/2014	02.837.651/0001-66	18-08-2014	19-12-2014			02	02			E
2014	2	O	113/2014	18.936.667/0001-66	01-09-2014	31-08-2015			02	02			A
2014	2	O	111/2014	10.826.442/0001-45	19-08-2014	18-08-2015			04	04			A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: PROAD/UFSC

7.2.2.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 118 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra - HU

Quadro 116 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra												
Ano do Contrato	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada CNPJ	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
(2) - 2014	O	033/2014	11967535/0001-52	17/03/14	16/03/15	0	0	4	4	0	0	A
(3) - 2011	O	023/2011	02877566/0001-21	17/03/14	16/03/15	0	0	6	6	8	8	A
(3) - 2014	O	142/2014	08335301/0001-88	20/09/14	19/09/15	0	0	3	3	3	3	A
(4) - 2014	O	012/2014	02531343/0001-08	31/01/14	30/01/15	41	41	21	21	0	0	A
(5) – 2012	O	394/2012	11967535/0001-52	01/10/14	30/09/15	2	2	60	60	2	2	A
(7) – 2009	O	106/2009	02531343/0001-08	11/12/14	10/02/15	1	1	4	4	0	0	P
(8) - 2011	O	167/2011	05808800/0001-57	01/11/14	30/09/15	0	0	1	1	3	3	A
(8) - 2010	O	250/2010	02531343/0001-08	01/02/14	31/01/15	0	0	15	15	2	2	A
(8) - 2010	O	249/2010	78533312/0001-58	01/05/14	30/04/15	10	10	8	8	0	0	A
(9) - 2014	O	007/2014	02290779/0001-52	01/01/14	31/12/14	3	3	3	3	1	1	A
(12) - 2009	O	075/2009	02531343/0001-08	01/02/13	31/01/14	4	4	7	7	3	3	E
(12) - 2014	O	169/2014	09284904/0001-80	29/08/14	28/08/15	38	38	1	1	0	0	A
(12) - 2012	O	347/2012	00482840/0001-38	01/07/14	30/06/15	15	15	0	0	0	0	A

Fonte: HU/UFSC

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

7.2.3.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Vigilância

Os serviços de Vigilância referente ao contrato 75/2010, 428/2012 e 463/2009 não apresentaram nenhum tipo de ocorrências, segundo seu gestor do Departamento de Segurança da UFSC. Os demais contratos de vigilância foram contratados a partir de processo de adesão à ARP (71/2014 e 108/2014) e até o momento esta coordenadoria de contratos terceirizados não obteve reclamações quanto à execução dos serviços.

Limpeza

Os contratos emergenciais de limpeza da maricultura e de serviços de portaria, alvenaria, jardinagem e serviços gerais (153/2014 e 163/2014) não apresentaram nenhum tipo de problema formalizado para esta coordenadoria. Assim como os demais contratos de natureza ordinária na parte de serviços de limpeza e higiene não apresentaram qualquer tipo de ocorrência que tenha sido encaminhada para esta coordenadoria para instauração de processo administrativo.

No que se refere aos serviços de asseio e limpeza, o contrato que possui o maior número de funcionários terceirizados, segue o relato de seu fiscal administrativo:

“Devido a suspensão da licitação para os serviços de limpeza ocorrida em dezembro de 2013, foi firmado um novo contrato em caráter emergencial, de número 261/2013, por 3 meses, com a empresa então detentora do contrato 683/2007 encerrado também em dezembro 2013. Contrato este que teve prorrogação, por aditivo, por mais 90 dias em virtude da indefinição do resultado da licitação. Por ainda continuar sem definição de vencedor desta licitação, foi aberto novo processo com dispensa para a contratação em caráter emergencial, sendo vencedora a mesma empresa que já vinha trabalhando na UFSC, agora com o contrato 086/2014, que foi aditivado em caráter excepcional, vigorando até 26/12/2014. Em todos os contratos os serviços de fiscalização foram executados com a elaboração de relatórios mensais, levantando valores a serem descontados referentes a faltas com e sem reposição e a solicitação da aplicação de multas pelo não cumprimento integral dos mesmos.”

Segurança / Recepção / Copeiragem

Quanto aos contratos 5/2010, 308/2008, 163/2014, 253/2014, 213/2014, 218/2010, 70/2014 e 3/2014 referentes aos serviços de portaria nenhum evento foi informado.

Informática / Telecomunicações

O contrato de manutenção de informática nº 2/2009 teve seu andamento normal. Os contratos de telecomunicação não envolvem mão de obra terceirizada.

Manutenção de bens móveis / Manutenção de bens imóveis

O contrato nº 127/2009 de manutenção de ar condicionado teve seu andamento normal. O contrato 309/2008 (manutenção de serviços hidráulicos), 362/2012 (manutenção de sistemas Elétricos). Os contratos 002/2014 (emergencial) e 207/2014(ordinário) – serviços de carpintaria, marcenaria, vidraçaria e serralheria todos os citados acima foram geridos pela prefeitura universitária sem ocorrências de problemas até a data de hoje. O contrato nº 070/2014 também apresenta o serviço conservação de bens móveis e imóveis em perfeito andamento.

Transportes

Os contratos 112/2014 e 113/2014, nos primeiros meses, recebemos reclamações dos gestores que as empresas estavam com problemas para se adequarem às obrigações contratuais. Após advertências informais e multas nas notas fiscais, os contratos estão sendo executados dentro do esperado.

Quanto ao contrato 111/2014, os gestores nos encaminharam um ofício para abertura de um processo administrativo contra a empresa. O qual está em análise na Pró-Reitoria de Administração.

Outros

Os contratos 15/2010, 477/2009 e 13/2011 são geridos pelo Restaurante Universitário e não apresentaram queixa ou abertura de processo administrativo.

Os contratos nº 288/2010, 10/2012 e 167/2014 (Joinville) têm como objeto serviço de operadores de carga e contínuos. Os contratos 27/2009 e 55/2014 (emergencial) tem como objeto a manutenção das áreas verdes da UFSC. O contrato 35/2012, cujo objeto é serviço de auxílio no Biotério da UFSC. O contrato nº 44/2011 tem como objeto contratação de auxiliares rurais para execução de serviços na Fazenda Experimental da Ressacada. Já o contrato 39/2013 é uma adesão à ARP que contrato os serviços de Tradução e Guias-Interpretes. Os contratos 421/2009 e 384/2009 referem-se aos contratos operacionais gráficos e editoriais, respectivamente. O contrato nº 235/2010 refere-se aos serviços de merendeiras para o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Educação Infantil. Todos os contratos supracitados tiveram andamento de acordo com o esperado, sem qualquer tipo de reclamação formal.

O contrato 163/2010 cujo objeto é serviços operacionais na Biblioteca Universitária e Editora da UFSC foi rescindido, pois a empresa entrou em processo de falência. Sendo este o único caso problemático que envolva funcionários terceirizados nesta categoria (“12 – Outros”).

7.2.3.2 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

A grande dificuldade no que tange às terceirizações de mão-de-obra no serviço público, e em especial no HU/UFSC, é a impossibilidade de gerenciamento direto da força de trabalho contratada. As chefias responsáveis pelos diversos setores que compõem a instituição, não tem autoridade direta e integral sobre o processo pelo qual respondem. Quebra-se assim, a premissa de: “para se assumir responsabilidade pelo produto, é necessário ter-se autoridade pelo processo”. A IN 002/2008 veio amenizar o problema com a criação dos Acordos de Níveis de Serviço – ANS, onde indicadores de desempenho passam a ser exigidos dos prestadores para melhor monitoramento do cumprimento das suas obrigações contratuais pré estabelecidas.

Embora isto tenha representado um avanço “de per si”, não foi sem traumas que essa nova forma de cobrança contratual passou a ser efetivamente utilizada no ano de 2014. A falta de prática dos fiscais dos contratos e dos gestores dos serviços; aliada à resistência dos prestadores, que tiveram que enquadrar-se a uma desincumbência muito mais responsiva e atuante de suas respectivas obrigações contratuais, criou algumas dificuldades operacionais. Destacaram-se nesse cenário os contratos de fornecimento da mão-de-obra das áreas de Nutrição e Lavanderia. Neles, a cobrança mais rigorosa das fiscais resultou em alguns cortes financeiros nos valores mensais, o que gerou – obviamente – grande reclamação dos prestadores. No entanto, adequaram-se às novas regras, gerando uma prestação de serviços mais apropriada.

Algumas suspensões de pagamento também tiveram que ser realizadas por falta de cumprimento das obrigações jurídico-fiscais de algumas empresas; mas, sem maiores consequências operacionais em face das rápidas resoluções das pendências.

Uma empresa recusou-se a assinar o ANS, em função de uma falha no Edital de Licitação que não deixava isso claro. Devido à urgência dos serviços objeto da contratação,

o contrato foi assinado mesmo assim. No entanto, já ficou estabelecido no ato de sua assinatura que o mesmo não seria renovado, deflagrando-se em seu devido tempo, nova licitação em paralelo para sanar o problema.

O recolhimento dos encargos trabalhistas foi integralmente cumprido pelas empresas prestadoras, em face do condicionamento de pagamento das notas fiscais mensais por parte da Administração do HU. No entanto, há que se ressaltar que tal fiscalização feita pelo HU apresenta um lapso temporal importante: só pode ser feita com um mês de atraso, haja vista o fato dos prazos estabelecidos por lei para o empregador recolher GPS, FGTS, PIS, etc. Como tais encargos incidem sobre a Folha de Pagamento das empresas, é necessário primeiramente efetuar os pagamentos, para somente após, calcular-se os valores para os recolhimentos devidos. Para resolver parcialmente esse problema temporal, foi criada a figura da “caução” nos contratos do HU. À cada mês é feita a retenção de 5% sobre o valor devido, formando um montante financeiro “em haver”, a ser pago somente após a comprovação do recolhimento dos encargos trabalhistas incidentes sobre o último mês contratual.

No mais, foram feitas apenas cobranças de algumas pequenas falhas contratuais como fornecimento mais frequente de uniformes e EPI's e reposições de funcionários demissionários de forma mais imediata; mas que não atrapalharam significativamente o desempenho da mão-de-obra contratada.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro 119 – Contratação de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	370	598	701	742	R\$ 3.006.653,00
1.1 Área Fim	222	359	420	445	R\$ 1.803.991,80
1.2 Área Meio	148	239	280	297	R\$ 1.202.661,20
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	370	598	701	742	R\$ 3.006.653,00
Fonte: Dados obtidos através dos sistemas SIARE e MATL, levando-se em conta estágios desenvolvidos nas Unidades Acadêmicas como Área Fim e Unidades Administrativas como Área Meio.					

Fonte: PROGRAD/UFSC

Análise Crítica

Com base na legislação sobre estágios em âmbito nacional e institucional (Lei nº 11.788, de 2008; Orientação Normativa nº4, de 2014 e Resolução 014/CUn/2011), o DIP/PROGRAD gerencia a distribuição de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Estágio (PIBE) da UFSC.

Após consulta e confirmação da PROPLAN sobre dotação orçamentária anual, calcula-se o número de bolsas a ser distribuído às unidades universitárias (área fim) e unidades administrativas (área meio).

O DIP/PROGRAD tem lançado edital anual aberto a todos os servidores da instituição para melhor distribuição das bolsas entre os seus campos de estágio. Todas as

solicitações de bolsas de estágio são recebidas pelo DIP/PROGRAD e encaminhadas a uma comissão formada de acordo com a Resolução 014/CUn/2011, que analisa e defere os pedidos.

Após os resultados da distribuição das bolsas pelo edital, novas solicitações de bolsas podem ser analisadas e deferidas, desde que haja dotação orçamentária para o ano corrente.

Os servidores contemplados com bolsas PIBE fazem a seleção e indicação dos bolsistas, conforme Resolução 014/CUn/2011.

O Edital PIBE2014 divulgou o número de 80 bolsas para estudantes com deficiências (para a área fim e área meio), 320 bolsas para as unidades universitárias (área fim) e 400 bolsas para a administração central (área meio). Entretanto, a maior ocupação das bolsas ocorreu nas unidades universitárias (área fim), pois a paralisação dos servidores TAE no primeiro semestre de 2014 prejudicou a ocupação das bolsas de estágio da administração central (área meio).

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

8.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

a) Legislação:

A legislação que regulamento o uso, controle, condução e averiguação dos veículos oficiais da Universidade Federal de Santa Catarina através da Divisão de Transportes são as seguintes:

- I - Instrução Normativa n° 3, de 15 de maio de 2008;
- II- Instrução Normativa n° 183, de 8 de setembro de 1986;
- III- Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997;
- IV- Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

b) Importância: Visita técnica a Empresas e realizações de Viagens de Estudo com Professores e Alunos para Formação Acadêmica.

Conforme o Regimento e Estatuto vigente da Universidade Federal de Santa Catarina que orienta as diretrizes da Instituição para o desenvolvimento ao ensino, pesquisa e extensão conforme o artigo 3º e 4º do Estatuto e no Regimento Seção V art. 52.

Quadro 120 – Relação de veículos em uso da UFSC em 2014

Nº	PLACA	RENAVAN	MARCA/MODELO	ANO. FAB	ANO. MOD	CHASSI	LOCALIZAÇÃO	PAT/TOB
01	LXL8880	628025181	M.BENZ/0 400 SER PL	1994	1995	9BM664126RC080406	TRANSPORTE	167124
02	LXL8760	628024614	M.BENZ/0 400 SER PL	1994	1995	9BM664126RC080400	TRANSPORTE	167076
03	MEZ4010	771532423	VW/KOMBI FURGÃO	2001	2002	9BWFB07X82P004126	TRANSPORTE	403222
04	MEZ3970	771532075	MIS/CAMIONETA	2001	2002	9BWGBO7X62P004002	PREFEITURA	
05	LBN5720	669113840	I/TOYOTA HILUX SW4 D	1996	1997	JTA11GNJ5T0039515	CURITIBANOS	229645
06	MGW5120	844756701	FIAT/DOBLO AVENTURE	2004	2005	9DB11985451023807	AQUICULTURA	229648
07	MKM2781	453365787	FORD/F350	2011	2011	9BFJW3491BB094612	PATRIMÔNIO	169423
08	MLF2252	534552537	I.M BENZ 415CD SPRINTER F	2013	2013	8AC906633DE068914	TRANSPORTE	247257
09	MLF2242	534523447	I.M BENZ 415CD SPRINTER F	2013	2013	8AC906633DE068171	TRANSPORTE	247255
10	MLF2272	534525970	I.M BENZ 415CD SPRINTER F	2013	2013	8AC906633DE068916	TRANSPORTE	247256
11	MLF2192	534519490	I/M.BENZ CDI SPR TCA MIC	2013	2013	8AC906633DE071926	TRANSPORTE	247253
12	MLF2282	534526322	I/M.BENZ CDI SPR TCA MIC	2012	2013	8AC906633DE069431	TRANSPORTE	247254
13	MLF2232	534521541	I/M.BENZ CDI SPR TCA MIC	2012	2013	8AC906633DE073035	TRANSPORTE	247252
14	MLE7872	532711912	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB265745	JOINVILLE	248984
15	MKV1792	527762113	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB242196	CURITIBANOS	248991
16	MLE7852	532708504	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB271228	TRANSPORTE	248983
17	MLE7882	532715152	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB263449	TRANSPORTE	248985
18	LRP0542	833481347	RENAULT/MASTER MINIBUS 16	2004	2004	93YCDDCH54J537378	ENR/CCA	
19	MHH6402	916484823	PAS/AUTOMÓVEL	2007	2007	9BWDB05W47T134582	TRANSPORTE	334363
20	MJA 5142	322036925	PEUGEOT/207SW XR	2011	2011	9362PKFWXBB068304	CURITIBANOS	178489
21	MML1253	540275506	CHEVROLET/S10 LT DD2	2013	2013	9BG148EHODC481134	TRANSPORTE	248990
22	MML1223	540273805	CHEVROLET/S10 LT DD2	2013	2013	9BG148EHODC474088	TRANSPORTE	248989
23	MMK5903	540261637	MARCOPOLLO VOLARE W9 ON	2013	2013	93PB40N31DC046895	TRANSPORTE	248993
24	MMK6013	540263710	MARCOPOLLO VOLARE W9 ON	2013	2013	93PB40N31DC046896	CURITIBANOS	248994
25	MMK6503	540267198	MARCOPOLLO VOLARE W9 ON	2013	2013	93PB40N31DC046894	TRANSPORTE	248992
26	ASY0283	880443073	VW/GOL 1.0	2006	2006	9BWCA05W56T110241	CCA/FITOTEC.	
27	MHP9883	196033861	I/M BENZ 313 CDI SPRINTER M	2009	2010	8AC903672AE028690	TRANSPORTE	156547
28	MIW9383	331781891	MBENZ/MPOLO VIAGGIO R	2011	2011	9BM634011BB773853	TRANSPORTE	443292
29	NVR2854	213152002	I/NISSAN SENTRA 2.0 FLEX	2009	2010	3N1AB6ADOL622589	GR/TRANSPORTE	389207
30	MMF1614	564612413	I/GM CAPTIVA SPORT V6AWD	2013	2013	3GNFL7E54DS625618	GR/TRANSPORTE	304028
31	MLC9574	549628746	VOLVO/MPOLO PARADISO R	2013	2013	9BVT2S924DE383368	TRANSPORTE	249986
32	MLC9254	549626247	VOLVO/MPOLO PARADISO R	2013	2013	9BVT2S926DE383369	TRANSPORTE	249987

33	MKN6074	544420160	AGRALE E /1000	2013	2013	9BYC79A2ADC000196	TRANSPORTE	248986
34	MKN6104	544422686	AGRALE E/1000	2013	2013	9BYC79A2ADC000203	PREFEITURA	248988
35	MKN6164	544423720	AGRALE E /1000	2013	2013	9BYC79A2ADC000197	CURITIBANOS	248987
36	MKZ3174	548006563	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB327661	SEGURANÇA	249643
37	MKZ3114	548005087	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB295397	TRANSPORTE	249644
38	MKZ3024	548003599	CHEV/SPIN 1.8L MT LT	2013	2013	9BGJB75ZODB295993	TRANSPORTE	249642
39	MIF9794	203529197	PEUGEOT/BOXER/MICRO	2009	2010	936ZCXMNCA2050044	TRANSPORTE	380548
40	MIF9854	203532481	PEUGEOT/BOXER/MICRO	2009	2010	936ZCXMNCA2050908	TRANSPORTE	380549
41	MBZ4164	807305626	RENAULT/SCENIC RT1 6 160	2003	2003	93YJAOO253J4O2329	TRANSPORTE	409452
42	MDW5124	960073795	PAS/MOTOCICLETA/NÃO APLIC	2008	2008	95VCA1B288M002410	CCA	
43	HGB3005	914095129	RENAULT/SCENIC AUT 161 16V	2007	2007	93YJA2B257J841962	TRANSPORTE	333584
44	MFL6925	982045867	VW/PARATI 1.6	2008	2009	9BWGB05WX9T038522	TRANSPORTE	348958
45	MFJ7865	982045255	VW/PARATI 1.6	2008	2009	9BWGB05W19T038943	TRANSPORTE	348960
46	MFJ7695	982046669	VW/PARATI 1.6	2008	2009	9BWGB05W19T038182	SEGURANÇA	348959
47	MDB5225	762561238	HONDA/XLR 125 ES	2001	2001	9C2JD17201R012487	SEGURANÇA	
48	MCD4716	788910965	VW/KOMBI	2002	2003	9BWGB07X63P002123	TRANSPORTE	
49	MAG5686	704132354	VW/KOMBI	1998	1999	9BWZZZ237WP009201	FITOTECNIA	
50	MAG5956	704134357	VW/KOMBI	1998	1999	9BWZZZ237WP008952	NUMA	
51	MCS0896	834669994	VW/8.150	2004	2004	9BWAD52R34R426578	PREFEITURA	
52	MAI6076	704308193	IMP/MBENZ 310D SPRINTER C	1998	1998	8AC690311WA520314	PREFEITURA	221738
53	MIJ1377	233220593	I/FORD RANGER XL 13P	2010	2011	SAFER13PB5BJ343564	TRANSPORTE	396843
54	DFE3187	768996090	FIAT/PALIO WK ADVENTURE	2001	2002	9BD17309824037124	ECZ/MIP	
55	MFH0757	120437422	PEUGEOT/BOXER F330C HDI	2008	2009	936ZBPMFZ92036647	TR/BIOTÉRIO	364513
56	BWS6968	630649685	VOLVO/B10M 6X2	1994	1995	9BV1MKC10RE313703	TRANSPORTE	334371
57	MAL3278	707055105	VW/GOL 16V	1998	1999	9BWZZZ377WP589953	TRANSPORTE	223259
58	MAL3328	707055466	VW/GOL 16V	1998	1999	9BWZZZ377WP595103	TRANSPORTE	223260
59	MHV1838	255958781	VW/PARATI 1.6	2010	2011	9BWGB5WOBP038706	CCA	398198
60	MDF9048	815387083	HONDA/NXR125 BROS ES	2003	2004	9C2JD20204R004209	SEGURANÇA	429885
61	MHM5299	184795060	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ304343	ARARANGUA	376193
62	MHM5319	184792266	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ396321	CURITIBANOS	376192
63	MHM5079	184799791	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ371300	JOINVILLE	376191
64	MHM5239	184801117	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ371479	GABINETE	376195
65	MHM5069	184798523	NISSAN/LIVINA 1.6	2009	2010	94DTAFL10AJ310612	PRAE	376190
66	MLV3079	419575405	MMC/L200OUTDOOR	2011	2012	93XHNC740CCB85334	SEGURANÇA	214223
67	MLV2979	419574301	MMC/L200OUTDOOR	2011	2012	93XHNC740CCB85311	CURITIBANOS	214221
68	MLV2889	419572406	MMC/L200OUTDOOR	2011	2012	93XHNC740CCB85144	SEGURANÇA	214222

69	LXS9259	642673896	FORD/F4000	1995	1995	9BFKTNT38SDB65074	PREFEITURA	179500
70	LXS9299	642674434	FORD/F4000	1995	1995	9BFKTNT38SDB65686	PREFEITURA	179422
71	MIR5359	269774785	I/FORD RANGER XLT 13P	2010	2011	8AFER13PXB381520	CCA/LAGOA	437008
72	HOE2369	252907671	VW/13.180 CV	2010	2011	953467237BR101871	TRANSPORTE	436661
73	MGC8549	117039772	VW/8.150E DELIVERY	2008	2009	9BWA952PX9R919049	CCA/LECERA	354027
74	MFT8719	949424145	VW/PARATI 1.6	2007	2008	9BWDBO5W38T155098	TRANSPORTE	
75	HEE3229	904365522	PEUGEOUT/BOXER F350MH HDI	2006	2006	936ZCPMNB62006447	TRANSPORTE	053330
76	MIR5239	269772588	AGRALE/9200 TCA	2010	2011	9BYC31Y2FBC001465	CCA/LECERA	437008
77	MCL3619	775033294	FIAT/FIORINO	2001	2002	9DB25504428714004	TRANSPORTE	265526
78	HLE2719	429535880	HYUNDAI/HR HDB	2011	2012	95PZBN7HPCB040136	TRANSPORTE	33417
79	MFV3629	952200597	M.BENZ/LO915 NEOBUS TH	2007	2008	9BM6882778B567428	TRANSPORTE	340219
80	LYN7999	540209732	REB/FABRICAÇÃO PRÓPRIA	1996	1996	9EZSC10PTCD010381	TRANSPORTE	217856
81	CWK2429	702158801	I/TOYOTA HILUX 4CD DLX	1998	1998	8AJ33LNA3W9308147	FAZENDA	455001
82	MEY3749	903448939	GM/CLASSIC LIFE	2006	2007	9BGSA19907B193423	FAZENDA	350418
83	MIX3479	271230266	FIAT/STRADA FIRE FLEX	2010	2011	9BD27803MB7352127	CCA	
84	MHE5479	184457637	GM/MONTANA CONSQUEST	2009	2010	9BGLX80P0AC18417	CCA	

Fonte: Prefeitura Universitária/UFSC

Quadro 121 - Media Anual de Quilômetros rodados por grupo de veículos:

Nº	Tipo de Veículo grupo	Quantidade	Média de KM/ANO
01	Automóveis	48	15.000
02	Caminhonete	12	30.000
03	Caminhão	8	15.000
04	Micro ônibus	6	50.000
05	Ônibus	10	70.000

Fonte: Prefeitura Universitária/UFSC

Quadro 122 - Idade Média da Frota de Veículos da UFSC.

Nº	Tipo de Veículo grupo	Quantidade	IDADE MÉDIA
01	Automóveis	48	5 ANOS
02	Caminhonete	12	5 ANOS
03	Caminhão	8	3 ANOS
04	Micro ônibus	6	5 Anos
05	Ônibus*	10	V: 15 a Novos : 1ano

Fonte: Prefeitura Universitária/UFSC

Obs.: Na categoria ônibus temos os mais velhos com 15 anos de uso e os recém-adquiridos com menos de 1 ano.

Lista de Veículos para serem encaminhados ao Departamento de Gestão Patrimonial DGP para baixa patrimonial.

JFO2746 – 614460484 - FIAT/ UNO S IE 1993/1994 - 9BD146000P5090482
MAG6066 – 704135531 - VW/SANTANA 2000 MI – 1998/1999 - 9BWZZZ327WP0105
MCD4706 – 788910680 - VW/KOMBI – 2002/2003 - WGB07XO3P003140
LWT8419 – 625956290 - FORD/VERSAILLES – 1994/1995 - 9BZZZ33ZRPO36612
MCL3599 – 775031810 - FIAT/UNO MILLE FIRE – 2001/2002 - 9BD15822524337227

A Universidade Federal de Santa Catarina executa o controle de frota de veículos através do sistema da empresa ticket car. O sistema permite o controle e gerenciamento de gastos de combustível e manutenção, entrada e saída de veículos periodicamente.

De acordo com os empenhos realizados e saldos dos empenhos referentes aos contratos 179/2008 (manutenção), e 529/2012 e 116/2013 (combustíveis), as despesas realizadas até novembro/2013 são:

Manutenção: R\$ 900.000,00/ANO
Combustíveis: R\$ 946.400,00/ANO

Estrutura de controle:

Todos os relatórios são emitidos pelo Ticket , quando solicitado ,tanto de combustíveis como de

Manutenção, sendo de eficiência para o controle da Divisão de Transportes.

Seguro de Passageiros ATT

O seguro da Att é obrigatório para todas as Viagens de Estudos sendo seu Valor:
No ano de 2014 o valor Total R\$ 22.424,64
Para cada Veiculo de passageiros o valor de R\$ 1.401,54.
Com total de 15 veículos.

Plano de Substituição da Frota:

Foi solicitado à reposição de alguns veículos especificados para compor as demandas de Setores que requer veículos próprios para transportes de matérias, como (FERRAMENTAS, APARELHOS AGRICOLAS E SUPORTE TECNICO).

A substituição é necessária haja vista que muitos desses setores já estão com veículos ultrapassados na idade, sendo antieconômico para Instituição.

8.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 123 – Veículos – HU/UFSC

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO – HU/UFSC		
VEÍCULOS OFICIAIS (2014)		
1) Os veículos comuns são utilizados para:		
1. Transporte de coletas de exames; 2. Transporte de servidores a serviço do HU; 3. Transporte de pacientes para exames em outros hospitais e clínicas, bem como transferências; 4. Transportes de objetos do patrimônio do HU; 5. Transporte do consultório oftalmológico itinerante.		
2) Tipos/marcas de veículos:		
2 Parati Volkswagen 1 Palio Fiat 2 Ambulâncias Mercedes Benz Sprinter 1 Ambulância Renault Master 1 Fiorino Fiat 1 Caminhão Volkswagen		
3) Descrição e classificação dos veículos		
Descrição do veículo	Classificação	Média anual/ KM rodado
Parati - VW	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	11.202 km
Parati - VW	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	6.611 Km
Palio - FIAT	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	15.596 Km
Ambulância Sprinter Mercedes Benz	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	13.191 Km
Ambulância Sprinter Mercedes Benz	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	8.738 Km
Ambulância Renault	Veículo de serviço comum – Saúde Pública	7.258 Km
Caminhão Volkswagen	Veículo de serviço comum – transporte de material	50 Km
Fiorino - FIAT	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	120 Km
Total	08 veículos	62.766 Km/ano
4) Idade da frota de veículos		
Descrição do veículo	Ano de Fabricação	Idade de cada veículo
Parati - VW	2007	7 anos
Parati - VW	2007	7 anos
Palio - FIAT	2007	7 anos
Ambulância Mercedes Benz	2011	3 anos
Ambulância Mercedes Benz	2005	9 anos

Ambulância Renault	2002	12 anos
Caminhão Volkswagen	2011	3 anos
Fiorino - FIAT	2001	13 anos
5) Custos associados à manutenção dos veículos		
1. Manutenção e conservação da frota: R\$ 64.025,40		
2. Seguros: R\$ 12.440,26		
3. Gastos com combustíveis e lubrificantes: R\$ 24.989,36		
4. Gastos totais (1+2+3) = R\$ 101.455,02		

Fonte: Serviço de Comunicação e Transporte/CMSG/UFSC

Quadro 124 – Avaliação – veículos – HU/UFSC

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO – HU/UFSC				
Quesitos a serem avaliados		Avaliação		
1.	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	- Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008; - Instrução Normativa Nº 1, de 21 de junho de 2007.		
2.	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ	Veículos comuns: 1. Transporte de coletas de exames; 2. Transporte de servidores a serviço do HU; 3. Transporte de pacientes para exames em outros hospitais e clínicas, bem como transferências; 4. Transportes de objetos do patrimônio do HU; 5. Transporte do consultório oftalmológico itinerante.		
3.	Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral	Total de 8 veículos comuns, sendo 4 carros para transporte de pessoas e materiais, 3 ambulâncias e 1 caminhão. 2 Parati 1 Palio 2 ambulâncias Mercedes Benz Sprinter 1 ambulância Renault Master 1 Fiorino 1 caminhão VW		
4.	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra	Descrição do veículo	Classificação	Média anual/ KM rodado
		Parati	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	11.202 km
		Parati	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	6.611 Km
		Palio	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	15.596 Km
		Ambulância Sprinter	Veículo comum – Saúde Pública	13.191 Km
		Ambulância Sprinter	Veículo comum – Saúde Pública	8.738 Km
		Ambulância Renault	Veículo comum – Saúde Pública	7.258 Km
		Caminhão Volkswagen	Veículo de serviço comum – transporte de material	50 Km
		Fiorino	Veículo de serviço comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	120 Km
		Total	06 veículos	62.766 Km/ano
5.	Idade média da frota, por grupo de veículos	Descrição do veículo	Ano de Fabricação	Idade de cada veículo
		Parati	2007	7 anos
		Parati	2007	7 anos
		Palio	2007	7 anos
		Ambulância	2011	3 anos

	Mercedes Benz		
	Ambulância Mercedes Benz	2005	9 anos
	Ambulância Renault	2002	12 anos
	Caminhão VW	2011	3 anos
	Fiorino	2001	13 anos
	Idade média da frota - 7,6 anos		
6.	Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)	1. Manutenção e conservação da frota: R\$ 64.025,40 2. Seguros: R\$12.440,26 3. Impostos e Seguros obrigatórios: 4. Gastos com combustíveis e lubrificantes: R\$ 24.989,36	
7.	Plano de substituição da frota	Não há um planejamento institucionalizado para a substituição da frota.	
8.	Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	Não se aplica	
9.	Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.	1. Controle de saída de veículos através de requisição de veículos, através de formulário próprio, devidamente assinada pelas chefias imediatas; 2. O agendamento das saídas é realizado pela recepção do Serviço de Comunicação/DMSG; 3. Existe um cartão para controle de abastecimento de combustível que é realizado pela Prefeitura do Campus	

Fonte: Serviço de Comunicação e Transporte/CMSG/UFSC

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 125 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Santa Catarina	81	81
	Araranguá	1	1
	Balneário Barra do Sul	1	1
	Bom Jardim da Serra	1	1
	Curitibanos	4	4
	Florianópolis	73	73
	Joinville	1	1
Subtotal Brasil		81	81
EXTERIOR	(não possui)	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		81	81

Fonte: CRPF/PROPLAN

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro 126 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação (1)	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico (2)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (3)	Com Reformas (4)	Com Manutenção (5)
153.163	8105.00269.500-7 – Florianópolis UFSC (66 imóveis)	21		204.153.726,00	27/08/2012		1.792.517,63	3.811.017,54
153.163	8105.00167.500-2 – Florianópolis Mangue	21		365.709.297,60	27/08/2012		0,00	139.653,70
153.163	8105.00243.500-5 – Florianópolis Tapera	21		91.726.545,50	27/08/2012		0,00	18.674,80
153.163	8105.00268.500-1 – Florianópolis Ferreira Lima	21		945.000,00	27/08/2012		0,00	0,00
153.163	8105.00497.500-7 – Florianópolis Travessa Ratcliff	21		5.000.000,00	27/08/2012		0,00	0,00
153.163	8105.00192.500-9 – Florianópolis Saco dos Limões	21		84.411.002,65	25/07/2011		0,00	53.025,69
153.163	8025.00005.500-9 – Balneário Barra do Sul (Fazenda Yakult)	21		5.372.400,00	27/08/2012		0,00	0,00
153.163	8027.00056.500-3 – Araranguá	21		82.236,42	11/05/2012		0,00	32.220,45
153.163	8389.00007.500-5 – Bom Jardim da Serra	21		315.678,60	09/07/2011		0,00	0,00
153.163	8093.00014.500-2 – Curitibaanos	21		737.364,72	27/08/2012		0,00	0,00
153.163	8093.00020.500-5 – Curitibaanos	21		200.000,00	20/06/2012		0,00	0,00
153.163	8093.00022.500-6 – Curitibaanos	21		263.131,19	22/06/2012		0,00	43.411,37
153.163	8197.00001.500-0 – Joinville	21		9.447.400,00	27/08/2012		0,00	0,00
153.163	ACCR Construções Ltda. Matrícula 121.567 – Prédio Reitoria II	12		33.000.000,00	01/11/2012		0,00	99.714,73
153.163	DEMEC – Governo do Estado de SC – Cessão de uso com prazo determinado (15 anos). Lei Estadual (SC) 16.265/2013	05					0,00	4.330,67
153.163	Governo do Estado de SC – Matrícula 701 (Cartório de Registro de Imóveis Comarca Curitibaanos). Cessão de uso com prazo determinado (4 anos). Lei Estadual (SC) 16.265/2013	05					0,00	54.110,09
Total							1.792.517,63	4.256.159,04

(1) - Trabalho a ser executado durante o ano de 2015.
(2) – Avaliação realizada pelo Valor Venal da Prefeitura Municipal de Florianópolis no exercício de 2012 (exceto imóvel de matrícula 121.567 – Prédio Reitoria II, com base no processo de aquisição 23080.049640/2012-12). Os demais valores serão informados em 2015.
(3) – As atualizações das avaliações serão feitas, em 2015, considerando o Memorando Circular nº 79/DECAP/SPU-MP.
(4) – Fonte: <http://dfo.proplan.ufsc.br/em-2014/>
(5) – Valor referente às atas de registro de preços de manutenção predial, neste valor não está incluso os contratos de prestação de mão de obra exclusiva.

Fonte: CRPF/PROPLAN

Quadro 127 – Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 1

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CCB (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.853.068/0001-77
	Nome ou Razão Social	Espaço Natureba-ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Tomada de Preço
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início: 10/03/2014 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 41,58 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 7.015,00 A.M. - R\$ 84.180,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 128 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 2

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CED (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.285.968/0001-86
	Nome ou Razão Social	A4 Digital Print
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início: 10/12/2010 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais de 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 19,17m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 240,00 A.M - R\$ 2.880,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 129 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 3

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CCS (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.529.872/0001-16
	Nome ou Razão Social	AJPLOT INFORMÁTICA LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início: 26/11/2013 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 23.9m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.253,00 A.M - R\$ 39.036,00 A.A
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 130 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 4

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CDS (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.853.068/0001-77
	Nome ou Razão Social	Espaço Natureba-ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Tomada de Preço
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início: 10/03/2014 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 48,68m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.601,90 A.M. - R\$ 55.222,80 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 131 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 5

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CFH (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.220.607/0001-30
	Nome ou Razão Social	JANAINA DE SOUZA FRAGA ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início 06/09/2010 - 12 meses podendo ser prorrogado por até o limite de 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 55,04m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 9.790,09 A.M - R\$ 117.481,08 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 132 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 6

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CED (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.220.607/0001-30
	Nome ou Razão Social	JANAINA DE SOUZA FRAGA ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Tomada de Preço
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início: 17/03/2014 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 149m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 12.000,00 A.M. - R\$ 144.000,00 A. A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 133 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 7

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	NÃO POSSUI
	Endereço	CCA (Campus Universitário Itacurubi)
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.937.601/0001-49
	Nome ou Razão Social	NL Comércio de Alimentos Ltda - ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de Restaurante
	Prazo da Cessão	Início: 09/07/2010 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 109,80m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 13.089,25 A.M. - R\$ 157.071,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 134 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 8

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CCS (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.539.390/0001-51
	Nome ou Razão Social	THIAGO ANDRÉ SETÚBAL LANCHONETE ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início: 02/05/2011 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 55m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 16.470,99 A.M. - R\$ 197.651,88 A.A
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 135 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 9

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	EFI (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.304.935/0001-88
	Nome ou Razão Social	Angelis Aurea de Souza - me
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início 18/09/2013 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 187,17m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 7.855,87 A.M. - R\$ 94.270,44 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 136 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 10

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	HU - Externo
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.765.176/0002-39
	Nome ou Razão Social	Lanchonete Setúbal Ltda - ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	06/10/2009 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 35m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 7.221,74 A.M. - R\$ 86.660,88 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 137 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 11

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	HU - Interno
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.539.390/0001-51
	Nome ou Razão Social	Thiago André Setúbal Lanchonete - ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início: 01/08/2012 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 23,49m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 9.154,28 A.M. - R\$ 109.851,36 A. A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 138 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 12

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CCE (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.304.935/0001-88
	Nome ou Razão Social	Angelis Aurea de Souza - me
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início 05/03/2012 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 105,22m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 24.898,62 A.M. - R\$ 298.783,44 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 139 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 13

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Entre o HU e a BU (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/1078-24
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de atuação	Banco
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Operação e exploração comercial de serviços bancários.
	Prazo da Cessão	01/09/1997 a 04/08/2016
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 1653,63m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 12.240,19 A.M. - R\$ 146.882,28 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Construção do Prédio Banco do Brasil /Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 140 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 14

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CSE (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	83.566.299/0001-73
	Nome ou Razão Social	Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (FEPESE)
	Atividade ou Ramo de atuação	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fundação Privada
	Prazo da Cessão	30/04/1997 a 29/04/2027
	Caracterização do espaço cedido	Prédio construído - 827,50m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.582,39 A.M. - 42.988,68 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Construção do Prédio e assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 141 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 15

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CCJ (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	83.472.860/0001-55
	Nome ou Razão Social	Fundação José Boiteux
	Atividade ou Ramo de atuação	Outras atividades associativas profissionais
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fundação Privada
	Prazo da Cessão	Início: 31/01/2014 – 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala no CCJ- 52m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.556,47 A.M. - R\$ 18.677,64 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 142 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 16

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Centro de Cultura e Eventos (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.542.985/0001-40
	Nome ou Razão Social	Color System - Laboratório Fotográfico
	Atividade ou Ramo de atuação	Loja de fotografia, reprografia e material fotográfico
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Loja de fotografia, reprografia a e material fotográfico
	Prazo da Cessão	Início: 17/06/2004 a 16/06/2019
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 53m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 40.000,00 adiantados para 10 anos - com início em junho/2004
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Construção Prédio do Centro de Cultura e Eventos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 143 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 17

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão de	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Centro de Cultura e Eventos (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.161.970/0001-67
	Nome ou Razão Social	SL Sucos Limitada - ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	19/08/2004 a 18/08/2014
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 47,19m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 45.000,00 adiantados para 10 anos - com início em Set/2004
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Construção Prédio do Centro de Cultura e Eventos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 144 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 18

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Centro de Cultura e Eventos (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	06.295.761/0001-02
	Nome ou Razão Social	Carlos Orlando Zuppo – ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Restaurante
	Prazo da Cessão	19/08/2004 a 18/08/2014
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 103,03m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 6.671,25 A.M. - R\$ 80.055,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Construção Prédio do Centro de Cultura e Eventos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 145 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 19

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Centro de Cultura e Eventos (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.220.607/0001-30
	Nome ou Razão Social	JANAINA DE SOUZA FRAGA ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início: 14/07/2014 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 15m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 970,00 A.M. - R\$ 11.640,00 A.A
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 146 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 20

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Centro de Cultura e Eventos (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.860.464/0001-66
	Nome ou Razão Social	Ana Lúcia Jakubiak de Albuquerque - ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	05/03/2004 a 04/03/2019
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 36,87m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 40.011,56 adiantados para 10 anos - com início em Março/2004
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Construção Prédio do Centro de Cultura e Eventos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 147 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 21

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	BU (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.777.256/0001-59
	Nome ou Razão Social	Black Coffee
	Atividade ou Ramo de atuação	Máquina automatizada de bebidas quentes
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação de máquina de bebidas quentes
	Prazo da Cessão	Início 01/04/2014 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Hall da BU - 1m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 70,80 A.M. - R\$ 849,60 A.A
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 148 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 22

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CSE (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.777256/0001-59
	Nome ou Razão Social	Black Coffee
	Atividade ou Ramo de atuação	Máquina automatizada de bebidas quentes
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação de máquina de bebidas quentes
	Prazo da Cessão	Início 01/04/2014 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Hall do CSE - 1m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 91,00 A.M - R\$ 1.092,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 149 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 23

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Biblioteca Universitária (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.529.872/0001-16
	Nome ou Razão Social	AJPLOT Informática LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início: 04/11/2014 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 25,87 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.169,00 A.M - R\$ 38.028,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 150 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 24

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CCE (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.119.274/0001-83
	Nome ou Razão Social	Ramon Ragel Silveira-ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início 25/10/2013 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 22.68m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.683,23 A.M - R\$ 44.198,76 A.A
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 151 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 25

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CFH (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.119.274/0001-83
	Nome ou Razão Social	Ramon Ragel Silveira - ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início 25/10/2013 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 17,70m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.457,17 A.M. - R\$ 29.486,04 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 152 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 26

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00243.500-5
	Endereço	Estação Experimental da Ressacada/CCA
Identificação do Cessionário	CNPJ/CPF	273.564.738-28
	Nome ou Razão Social	CLÁUDIO MÁRCIO MATERA JUSTO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Servidor Público Federal da UFSC
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Arts. 92 e 93 do Decreto-lei n. 9760/46.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Locação de propriedade de um Imóvel para Pessoa Física
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração.
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel Residencial com 120 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 350,00 A.M. – R\$ 4.200,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Desconto no Contracheque
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Por conta do Locatário

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 153 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 27

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00243.500-5
	Endereço	Estação Experimental da Ressacada/CCA
Identificação do Cessionário	CNPJ/CPF	350.816.348-24
	Nome ou Razão Social	Carlos Alberto Sapata Carubelli
	Atividade ou Ramo de Atuação	Servidor Público Federal da UFSC
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Arts. 92 e 93 do Decreto-lei n. 9760/46.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Locação de propriedade de um Imóvel para Pessoa Física
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração.
	Caracterização do espaço cedido	Imóvel Residencial no CeFA
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 315,00 A.M. - R\$ 3.780,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Desconto no Contracheque
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Por conta do Locatário

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 154 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 28

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00243.500-5
	Endereço	Parte da Fazenda da Ressacada, Bairro Tapera - Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ/CPF	82.951.229/0001-76
	Nome ou Razão Social	ESTADO DE SANTA CATARINA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permuta
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de área de 449.346,05 m² para construção de novo terminal do Aeroporto Hercílio Luz.
	Prazo da Cessão	12 meses, podendo ser prorrogado mediante interesse da Administração.
	Caracterização do espaço cedido	Terreno
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem valores financeiros (Permuta)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Contrapartida A) CeFA - 380.492,18 m²; B) Delegacia do MEC -DEMEC (Rua Don Joaquim, Centro - Florianópolis) por 15 anos; e C) CEDUP, localizado em Curitiba - por 4 anos.

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Utilização do Espaço Físico do CESSIONÁRIO
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Por conta do CESSIONÁRIO

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 155 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 29

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CTC (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.593.524/0001-82
	Nome ou Razão Social	JOSUÉ FARIAS DAL DEGAN-ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início: 01/08/2010 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 14m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.773,90 A.M. - R\$ 33.286,80 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 156 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 30

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	NÃO POSSUI
	Endereço	CCA (Campus Universitário Itacurubi)
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.119.274/0001-83
	Nome ou Razão Social	Ramon Ragel Silveira - ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início 02/02/2015 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 13,72m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 550,00 A.M. - R\$ 6.600,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 157 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 31

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	CED (Campus Universitário Trindade)
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.285.968/0001-86
	Nome ou Razão Social	A4 Digital Print
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início: 23/05/2011 - 12 meses podendo ser prorrogado por até o limite de 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 19,22m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 400,00 A.M - R\$ 4.800,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 158 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 32

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	NÃO POSSUI
	Endereço	Ilha de Anhatomirim
Identificação do Cessionário	CNPJ	09.125.970/0001-98
	Nome ou Razão Social	Santins LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	01/04/2013 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 40,32m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.152,34 A.M. - R\$ 13.828,08 A.A
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 159 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 33

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Centro de Cultura e Eventos
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	Banco Santander Meridional S.A.
	Atividade ou Ramo de atuação	Banco
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Estabelecimento Bancário
	Prazo da Cessão	24/03/2003 a 23/04/2018
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 148,39 m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.521.442,12 adiantados para 15 anos - com início em Abril/2003
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Construção Prédio do Centro de Cultura e Eventos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 160 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 34

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Centro de Cultura e eventos
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.895.327/0001-33
	Nome ou Razão Social	Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC
	Atividade ou Ramo de atuação	Livraria
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Livraria
	Prazo da Cessão	08/12/2003 a 07/12/2023
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 579,45m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 350.000,00 adiantados para 20 anos - com início em Dez/2003
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Construção Prédio do Centro de Cultura e Eventos

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.
--	---	--

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 161 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 35

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8093.00014.500-2
	Endereço	Curitiba
Identificação do Cessionário	CNPJ	82.940.396/0001-11
	Nome ou Razão Social	Martarello & Cia LTDA
	Atividade ou Ramo de atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	Início: 05/03/2012 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 61,74m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$129,91 A.M. - R\$ 1.558,92 A.A
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 162 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 36

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Av. Desembargador Vitor Lima, 183 – Trindade – Florianópolis/SC
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.155.010/0001-57
	Nome ou Razão Social	Dante Ramildo da Silva - ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração e operação comercial de serviço de restaurante
	Prazo da Cessão	Início: 01/03/2010 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 299,15m²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 8.059,55 A.M. - R\$ 96.714,60 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.
--	---	--

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 163 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 37

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8105 00269.500-7
	Endereço	Centro de Cultura e Eventos
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.960.538/0001-58
	Nome ou Razão Social	Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência Mental
	Atividade ou Ramo de atuação	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fundação Privada
	Prazo da Cessão	Doze meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Prédio construído - 10m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Embalagens de Canudos de Diplomas de Cursos de Graduação
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Fornecimento para graduandos carentes (Através da PRAE)
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 164 - Cessão de espaço físico - imóvel da União na responsabilidade da UJ 38

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	8093.00014.500-2
	Endereço	Curitiba
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.367.127/0002-12
	Nome ou Razão Social	SC CÓPIAS LTDA ME
	Atividade ou Ramo de atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprografia
	Prazo da Cessão	Início: 18/08/2014 - 12 meses podendo ser prorrogado por mais 48 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Sala comercial - 11,80 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 350,00 A.M - R\$ 4.200,00 A.A.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores foram recolhidos na conta única do tesouro, com o código GRU 28802-0, para a conta contábil 413110000 - Aluguéis
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Para assistência estudantil

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Energia e água são cobrados do concessionário, assim como os demais custos adicionais.
--	--	---

Fonte: PROAD/UFSC

8.2.3 Análise Crítica

A Administração Central da UFSC criou, no dia 19 de setembro de 2014, através da portaria nº 1863/GR/2014 a Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial – CRFP/PROPLAN. A CRFP atuará no planejamento, organização, direção e controle dos levantamentos/atualizações do espaço físico, das áreas urbanizadas e dos terrenos dos campi e demais áreas da UFSC, visando a Regularização Fundiária e Predial, disponibilizando as informações à comunidade universitária de acordo com a política de acesso da instituição.

8.3. Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 165 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	UF Santa Catarina	Σ	Σ
	Blumenau	02	01
	Araranguá	00	01
	Joinville	02	02
	Curitibanos	02	02
Subtotal Brasil		06	06
EXTERIOR	-	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		06	06

Fonte: PROAD/UFSC

Com a adesão da UFSC ao REUNI, no ano de 2009, foram implantados os campi nas cidades de Araranguá, Curitibanos e Joinville, em 2014 foi implantado o Campi na cidade de Blumenau.

Nas cidades de Curitibanos, Blumenau e Joinville, com a urgência para o funcionamento das atividades acadêmicas e por não haver tempo hábil para a elaboração dos projetos e construção das edificações para o funcionamento dos respectivos campi, houve a necessidade de locação de espaço físico para o início dos cursos que foram criados.

Os espaços locados, servem de sede para o funcionamento de: administrações, salas de aulas, coordenadorias de cursos, salas de professores, salas de estudos, bibliotecas, laboratórios, espaços acadêmicos, salas de assistência estudantil, salas de monitorias, auditórios, e guarda de implementos agrícolas dos respectivos campi.

Os imóveis locados receberam a manutenção necessária – limpeza de caixas d'água, troca de lâmpadas e reatores, recarga de extintores de incêndio, pinturas, instalações e adequações de divisórias, instalações de aparelhos de ar condicionado, por parte da UFSC.

Reformas e manutenção das edificações em função do desgaste com o tempo, não foram efetuadas por parte da UFSC.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

9.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 166 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014						
Contrato	Objeto	Vigência	CNPJ	Fornecedor	Custo total	Valores 2014
530/2012	Suporte técnico remoto, manutenção e atualização tecnológica para os sistemas de processos administrativos (SPA), materiais e almoxarifado (ALX), patrimônio, compras e licitações.	21/4/14 a 20/7/14	82.845.322/0001-04	Softplan Planejamento e Sistemas Ltda	912.961,08	319.013,98
211/2011	Fornecimento de solução de Impressão Departamental, de caráter local e ou de computador de grande porte com acesso via rede local (TCP/IP), incluindo prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva.	10/12/14 a 9/12/15	64.799.539/0001-35	Tecnoset Informática Produção e Serviços Ltda	8.224.328,87	1.008.038,77
594/2012	Serviços de manutenção de hardwaree atualização de software, Padrão Cisco Smartnet, dos controladores da rede UFSC sem fio marca Cisco modelo 5508 e manutenção/atualização do software de controle.	19/11/12 a 18/11/14	79.345.583/0001-42	Teletex Computadores e Sistemas	46.248,00	46.248,00
003/2011	Prestação de serviços para realizar manutenção de hardware e configuração das centrais telefônicas.	10/1/14 a 9/1/15	01.370.306/0001-00	Sigmafone Teleinformática Ltda	860.076,95	168.797,64
565/2012	Serviços de telecomunicações, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, visando à prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado contemplando as ligações do tipo Fixo-Fixo e Fixo-Móvel.	21/11/13 a 31/12/14	33.530.486/0001-29	Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações	903.798,73	369.232,13

157/2010	Prestação do Serviço Telefônico Móvel Pessoal - SMP, na cidade de Florianópolis, Araranguá, Curitiba e Joinville, incluindo o roaming nacional e internacional em todo território nacional.	30/7/14 a 29/7/15	05.423.963/0001-11	Brasil Telecom Celular S/A	498.866,40	91.179,27
158/2010	Prestação do Serviço Telefônico de longa distância nacional e internacional para ser utilizado no SMP, VC2, VC3 e internacional.	30/7/14 a 29/7/15	76.535.764/0001-43	Brasil Telecom S/A		4.836,24
023/2010	Serviço telefônico fixo comutado- STFC, na modalidade local (fixo-fixo e fixo-móvel) para a UFSC, no campus da Trindade., nos termos do item 1 do Anexo I do Edital.	26/2/13 a 25/2/14	76.535.764/0001-43	Brasil Telecom S/A		
350/2012	Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva no Grupo Gerador de Energia Elétrica de Emergência da SeTic da UFSC.	1/6/14 a 31/5/15	02.631.287/0001-83	Gruger Grupos Geradores Ltda	20.520,00	6.840,00
112/2013	Serviços de comunicação de dados, na forma de instalação, manutenção e operação de circuito permanente de dados com vazão assegurada interligando duas unidades da UFSC no Campus de Araranguá.	12/6/14 a 11/6/15	07.562.175/0001-31	Contato Internet Ltda EPP	43.080,00	21.540,00

Fonte: SETIC/UFSC

Quadro 167 - Relação de sistemas e demandas

Relação de sistemas e demandas							
S	Sigla	Nome	Função	Classe	ST	Demandas	Prazo
1.	SPA	Sistema de Controle de Processos Administrativos	Gerenciamento de Criação, inserção de peças, tramitação e andamento de processos administrativos.	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
2.	SCL	Sistema de Compras e Licitações	Sistema para gerenciar procedimentos administrativos relacionados a processos de compras e licitações	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva e implementação de melhorias	C, JUN/15
3.	ALX	Sistema de Almoxarifado	Sistema para gerenciamento e procedimentos administrativos relacionados aos almoxarifados da UFSC	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
4.	SIP	Sistema Integrado de Patrimônio	Sistema para gerenciar procedimentos administrativos relacionados a processos de patrimônio e compras	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva e implementação de melhorias	C, JUN/15
5.	SARF	Sistema de Administração de	Gerenciamento de atividades orçamentárias e	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva	C

		Recursos Orçamentários e Financeiros	financeiras da UFSC e HU				
6.	SARF Web	Sistema de Administração de Recursos Orçamentários e Financeiros – versão Web	Gerenciamento de atividades orçamentárias e financeiras da UFSC e HU	ADM	P	Desenvolvimento com base na versão desktop legada existente	C, DEZ/15
7.	ADRH	Sistema de Administração de Recursos Humanos	Sistema para gerenciar os procedimentos administrativos relacionados aos recursos humanos da UFSC	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
8.	ADRH Web	Sistema de Administração de Recursos Humanos – versão Web	Sistema para gerenciar os procedimentos administrativos relacionados aos recursos humanos da UFSC	ADM	P	Desenvolvimento com base na versão desktop legada existente	DEZ/15
9.	Portarias	Sistema de publicação de portarias	Sistema de publicação de portarias	ADM	P	Manutenção corretiva	C
10.	SIPO	Novo Sistema de Portarias	Modelar e emitir portarias integradas com os demais sistemas da UFSC	ADM	D	Modelar e emitir portarias integradas com os demais sistemas da UFSC	DEZ/15
11.	SIUB	Sistema Unificado de Bolsas	Integração de todas bolsas da instituição inclusive com o Sistema de Estágios e Sistema Financeiro	ADM	D	Integração de todas bolsas da instituição inclusive com o Sistema de Estágios e Sistema Financeiro	DEZ/15
12.	AGAS	Agendamento de Assistência Social	Agendar o trabalho das assistentes sociais para atendimento de alunos e cadastro de seus dados sócio econômicos	ADM	D	Sistema para agendar o trabalho das assistentes sociais para atendimento de alunos e cadastro de seus dados sócio econômicos	MAR/15
13.	EDG	Módulo de Empenho Digital	Permitir emissão de empenhos de formato totalmente digital e integrando ao SARF e ao SPA	ADM	D	Software para emissão de empenhos de formato totalmente digital e integrando ao SARF e ao SPA	ABR/15
14.	PFOR	Portal do Fornecedor da UFSC	Portal de Entrada do fornecedor da UFSC que permita ter informações on-line sobre licitações, empenhos e pagamentos	ADM	D	Portal de Entrada do fornecedor da UFSC que permita ter informações on-line sobre licitações, empenhos e pagamentos	JUN/15
15.	GAVD	Gerenciamento da Avaliação de Desempenho	Gerenciar as avaliações de desempenho dos técnicos-administrativos da UFSC	ADM	D	Gerenciar as avaliações de desempenho dos técnicos-administrativos da UFSC	MAR/15
16.	GAVEP	Gerenciamento da Avaliação de Estágio Probatório	Gerenciar os acompanhamentos e avaliações de estágio probatório dos técnicos-administrativos da UFSC.	ADM	D	Gerenciar os acompanhamentos e avaliações de estágio probatório dos técnicos-administrativos da UFSC.	DEZ/15

17.	VAPE	Sistema de Controle de Vagas, Admissão, Posse e Exercício	Sistema de Controle de Vagas, Admissão, Posse e Exercício	ADM	D	Integração do ADRH com o sistema de concursos da COPERVE que controla desde a aprovação no concurso até a efetivação do exercício do servidor	DEZ/15
18.	CPD	Sistema de Controle de Progressão Docente	Integração dos procedimentos para confeccionar e controlar os documentos de progressão do docente	ADM	D	Integração dos procedimentos para confeccionar e controlar os documentos de progressão do docente	MAR/16
19.	SAPSI	Sistema de Atenção Psicológica	Controle e gerenciamento do Sistema de Atenção Psicológica Da UFSC	ADM	D	Controle e gerenciamento do Sistema de Atenção Psicológica Da UFSC	DEZ/15
20.	SIEF	Sistema Integrado de Espaço Físico	Gestão da locação de espaço físico e patrimonial da UFSC em nível de sala e agendamento do espaço para a pesquisa, ensino e extensão	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva, Desenvolvimento da funcionalidade de reserva pública de espaço	C, SET/15
21.	SIFA	Sistema de Faturas	Consulta, gerenciamento e impressão das faturas da UFSC	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
22.	SGCA	Sistema de Gerenciamento de Capacitação	Gerenciamento dos Cursos de Capacitação	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva, Migrar módulo Cliente/Servidor para WEB	C, JUN/15
23.	SGCI	Sistema de gerenciamento de contratos institucionais	Gerenciamento de Convênios, Contratos, Projetos e parcerias institucionais	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva, Implementar autenticação centralizada	C, MAR/15
24.	Minha UFSC	Portal de Entrada do usuário da UFSC	Disponibilizar informações de relevância e pertinência para os usuários de acordo com seu perfil, de maneira eficiente e com fácil acesso	ADM / ACAD	D	Disponibilizar informações de relevância e pertinência para os usuários de acordo com seu perfil, de maneira eficiente e com fácil acesso	DEZ/15
25.	CSEB	Sistema de Controle Sócio econômico e de Benefícios	Gerenciamento de informações sócio econômicas e programas de benefícios para o Serviço Social da PRAE	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
26.	SBEX	Sistema de Bolsas Externas	Controlar o teto salarial dos servidores docentes e técnico-administrativos	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
27.	SDIM	Sistema de Dimensionamento	Gerar informações para dimensionar as necessidades de servidores em cada setor	ADM	D	Gerar informações para dimensionar as necessidades de servidores em cada setor	MAR/16
28.	CAGR	Controle Acadêmico da Graduação	Gestão dos cursos de graduação	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva, Migrar módulo SINTER para WEB	C, JUL/15
29.	CAPG	Controle Acadêmico da Pós-Graduação	Gestão dos cursos de pós-graduação	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva, Migrar módulo Professores para WEB	C, JUL/15
30.	CPAL	Controle Acadêmico do Colégio	Gestão do colégio de aplicação	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C

		de Aplicação					
31.	CNDI	Controle do Núcleo de Desenvolvimento Infantil	Sistema de controle do Núcleo de Desenvolvimento Infantil	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
32.	CADI	Controle de Disciplinas Isoladas	Solicitação e controle de matrícula para alunos da comunidade externa (incluindo alunos convênios) em disciplinas da graduação como isolada ou ouvinte	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
33.	Moodle	Plataforma para suporte ao ensino	Gestão de conteúdo	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva, Atualizar versão, Moodle EAD na autenticação centralizada, Novo tema para a nova versão do moodle, etc	C, MAI/15
34.	Portarias	Sistema para gestão e disponibilização das portarias emitidas pelo Gabinete do Reitor (GR)	Sistema para gestão e disponibilização das portarias emitidas pelo Gabinete do Reitor (GR)	AFM		Manutenção corretiva	C
35.	SIARE	Sistema de informação para Acompanhamento e Registro de Estágios.	Sistema de informação para Acompanhamento e Registro de Estágios.	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva, migração para o banco de dados Sybase e adequação ao ambiente de desenvolvimento SeTIC	C, JUN/15
36.	PIBE	Programa Institucional de Bolsas de Estágio	Sistema de suporte ao Programa Institucional de Bolsas de Estágio (PIBE), para solicitação de vagas para bolsas de estudos (estágios)	ACAD	P	Manutenção corretiva	C
37.	Certificados	Gerenciamento de certificados	Sistema para gerenciamento dos certificados gerados junto à Pró-Reitoria de Extensão, pelo vínculo da pessoa interessada a um determinado projeto de extensão	EXT	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
38.	Inscrições	Gerenciamento de Inscrições	O objetivo deste sistema é oferecer um mecanismo de gestão de inscrições para eventos, cursos, palestras, etc, que estejam vinculadas a projetos de extensão.	EXT	P	Manutenção preventiva e corretiva, Estender sistema para uso em toda a UFSC	C, JUN/15
39.	Probolsas e Proextensão	Gerenciamento de bolsas e recursos para extensão	Sistema de gerenciamento de ofertas de bolsas e recursos para projetos de extensão.	EXT	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
40.	SG-SEPEX	Sistema Gestor da SEPEX	O SG-SEPEX é um sistema para auxiliar no gerenciamento da SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UFSC. A página oficial da SEPEX é http://sepex.ufsc.br	EXT	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
41.	Collecta	Pesquisas de avaliações acadêmicas	O serviço provê a realização de pesquisas e avaliações acadêmicas, baseadas na criação e preenchimento de formulários para coleta de informações.	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva e implementação de funções para suporte a avaliação institucional	C, JUN/15
42.	Pergamum	Gestão do acervo	O Pergamum é o sistema adotado pela Biblioteca	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva,	C,

			Universitária para gestão de seu acervo e gerência dos empréstimos			Atualização do SGBD	MAR/15
43.	PIBIC	Gestão de bolsas de iniciação científica	Sistema para gestão de bolsas de iniciação científica	ADM	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
44.	Form. de extensão	Gestão de projetos de extensão	Sistemas gestor de projetos de extensão	EXT	P	Manutenção corretiva	C
45.	Form. de Pesquisa	Gestão de projetos de pesquisa	Sistemas gestor de projetos de pesquisa	EXT	P	Manutenção corretiva	C
46.	Incoming	Gestão de Intercambio para estrangeiros	Sistema de intercâmbio para candidatura de estudantes estrangeiros conveniados.	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
47.	Outgoing	Gestão de Intercambio para estudantes da UFSC	Sistema de intercâmbio para candidatura de estudantes UFSC a vagas em estágios no exterior.	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
48.	Cagr-forum	Forum da graduação	O CAGR - Fórum permite o intercâmbio de informações e conhecimentos entre professores, graduandos e coordenações de cursos.	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
49.	Egressos	Sistema para alunos egressos	Canal de comunicação para ex-alunos graduados e pós-graduados	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
50.	PAAD	Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes	O PAAD (Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes) é um sistema administrado pelo DEN/PROGRAD. Seu objetivo é dar apoio ao cumprimento da resolução nº 053/CEPE/95.	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
51.	Novo MONI	Sistema para gestão de monitoria	Sistema para gestão de monitoria integrado ao novo sistema de acompanhamento pedagógico da PROGRAD	ACAD	D	Novo sistema para gestão de monitoria consistindo de nova plataforma tecnológica e funcionalidades	MAR/15
52.	CAGR-SIMIG	CAGR – Sistema de matrícula inicial da graduação	Módulo para confirmação da matrícula dos calouros	ACAD	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
53.	CAGR-PPE	CAGR – Módulo de Programas e planos de ensino	Cadastro e disponibilização dos programas e planos de ensino das disciplinas	ACAD	D	Módulo do CAGR para cadastro e disponibilização dos programas e planos de ensino das disciplinas	MAR/15
54.	CAPL-MPA	CAPL – Módulo de acesso de pais e alunos	CAPL – Módulo de acesso de pais e alunos	ACAD	D	CAPL – Módulo de acesso de pais e alunos	MAR/15
55.	CNDI-IOL	CNDI – Módulo de inscrições online	CNDI – Módulo de inscrições online	ACAD	D	CNDI – Módulo de inscrições online	MAR/15
56.	CAPG-MPPA	CAPG – Módulo de professores e padronização de atas	CAPG – Módulo de professores e padronização de atas	ACAD	D	CAPG – Módulo de professores e padronização de atas	JUN/15

57.	SAPE	Sistema de acompanhamento de projeto de pesquisa e extensão	Novo sistema integrado para gestão e acompanhamento de projetos de pesquisa e extensão	PESQ	D	Novo sistema integrado para gestão e acompanhamento de projetos de pesquisa e extensão	JUN/15
58.	CAS	Serviço de autenticação centralizada	Plataforma de suporte ao serviço de autenticação centralizada e <i>single sign-on</i>	INT	P	Migração para versão 4, suporte a SAML 2.0, aviso após autenticação, autenticação com certificado digital, Redirecionamento de Centura para WEB mantendo autenticação	MAR/15
59.	UWS	Serviços WEB UFSC	Plataforma de Serviços WEB (UFSC WEB SERVICES) para comunicação entre e com os sistemas corporativos UFSC	INT	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
60.	SisADM	Sistemas de administração de permissões	Sistemas de administração de permissões	INT	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
61.	SCCP	SCCP - Sistema de Consolidação de Cadastro de Pessoas	SCCP - Sistema de Consolidação de Cadastro de Pessoas	INT	P	Manutenção preventiva e corretiva	C
62.	SAC	Sistema de autorização centralizada	Plataforma para suporte ao serviço de autorização centralizada	INT	D	Versão 1.0 e 1.5, da plataforma para suporte ao serviço de autorização centralizada	FEV/15 e JUN/15
63.	SISORG	Sistema de gestão de organogramas	Sistema de gestão do organograma institucional	ADM	D	Sistema de gestão do organograma institucional	JUN/15

Fonte: SETIC/UFSC

9.1.2 Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

a) Relação dos sistemas e a função de cada um deles:
Softwares HU/UFSC

Quadro 168 – Sistemas – HU/UFSC

Categoria	Front-End	Back-End	Status
Sistema de Administração Hospitalar	CENTURA	Sybase	Implantado/Constantes iterações
Metas Físicas	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Testes/Em implantação
Controle de Ponto	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Implantado/Constantes iterações
Praxis	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Testes como Piloto/Reestruturação/Em desenvolvimento
Controle de Acesso a Aplicativos	JAVA WEB	Postgres	Implantado
Sistema de Fonoaudiologia	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Em implantação
BPA - Sisfam	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Em implantação
Sistema de Ambulatório – Módulo de Atendimento Médico	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Em desenvolvimento
Sistema de Ambulatório – Módulo de Atendimento Médico - Módulos APAC e BPA	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Em desenvolvimento
Consulta Exames	JAVA WEB	Postgres/Sybase	Implantado/Constantes iterações
Sistema de Gerenciamento de Resíduos	JAVA WEB	Postgres	Em implantação/Com futuras iterações
Portal WEB	PHP/Laravel	Mysql	Em constante atualização
AAHU	PHP	Mysql	Implantado/Constantes atualizações
Gestão de estacionamento	PHP	Mysql	Implantado/Constantes atualizações
Sistema de Controle de Compras	PHP	Mysql	Em desenvolvimento/Atualização do sistema antigo
Sistema de Publicação de Editais para Licitação	PHP	Mysql	Implantado
Controle de Chamados de Serviço – CMSG	PHP	Mysql	Implantado/Constantes atualizações
Guia de Exames	PHP/Laravel	Mysql	Em implantação
Helpdesk TI	PHP	Mysql	Implantado
PhP Timeclock	PHP	Mysql	Implantado
Integração CAS	JAVA	AD/LDAP	Implantado
BPA – Micromed	JAVA	Postgres/Sybase/Micromed	Implantado
APAC WEB	JAVA	Postgres/Sybase/Micromed	Implantado

Fonte: Coordenadoria de Tecnologia da Informação/SETIC/UFSC

Sistema de Administração Hospitalar:

O SAH atende as áreas administrativas, exames (Cardiologia, Análises Clínicas, Radiologia e Patologia), APAC, Centro de Aleitamento Materno, Custos, Farmácia, Gastroenterologia, Internação Hospitalar, Nutrição e Dietética, Prescrição Médica, Prescrição de Enfermagem, Marcação de Consultas e Nutrição Parenteral.

Metas Físicas:

Controle de procedimentos realizados e contratualizados com a Secretaria Municipal de Saúde. O sistema é utilizado pela alta gestão do HU no controle de informações gerenciais.

Controle de Ponto:

Sistema para controle de marcações de ponto dos servidores, com informações gerenciais para a chefia dos setores e Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Praxis:

Tecnologia de gestão de unidades de internação hospitalar para os cuidados de enfermagem.

Controle de Acesso a Aplicativos:

Gerenciamento de permissões de acesso dos usuários às aplicações desenvolvidas no HU/UFSC.

Sistema de Fonoaudiologia:

Gerenciamento de consultas e procedimentos realizados no setor de Fonoaudiologia.

BPA - SISFAM:

Formulários para cadastro de procedimentos ambulatoriais.

Sistema de Ambulatório:

Sistema utilizado pelo profissional médico para o controle de atendimento médico ambulatorial, com historio, evolução, solicitação de exames e agenda.

Consulta Exames:

Consulta de exames laboratoriais pelo paciente ou profissional da saúde, através do sítio do HU.

Sistema para Gerenciamento de Resíduos:

Sistema para controle da produção e descarte de resíduos sólidos no HU/UFSC.

Portal WEB:

Sítio principal do HU/UFSC. (www.hu.ufsc.br).

Controle de Compras:

Sistema para pedidos de compra e acompanhamento online de tramitação dos pedidos.

Publicação de Editais de Licitação:

Sistema para a publicação (Uploads) de editais de licitação do HU que disponibiliza o cadastro de empresas e acesso às empresas interessadas, onde podem ser feitos os downloads dos editais.

Controle de Chamados para área de Serviços Gerais:

Controle de chamados e relatórios estatísticos de atendimento da área de Serviços Gerais.

Guia de exames:

Formulário para cadastro de exames realizados no HU com as seguintes informações públicas aos pacientes e profissionais da saúde:

- Nome do exame
- Sinonímia
- Material Biológico
- Volume
- Conservantes
- Interferentes
- Instruções ao Paciente
- Sigla do Exame
- Interpretação Clínica

Helpdesk TI:

Controle de chamados, controle patrimonial e relatórios estatísticos para a área de TI.

PhP Timeclock:

Controle de ponto para os estagiários da área de TI.

Integração CAS:

Sistema para controle de autenticação que são feitos ao nível da camada HTTP. Todos os aplicativos JAVA/WEB estão integrados com o CAS/UFSC.

BPA – Micromed:

Exportação de dados do boletim de procedimentos para o sistema MICROMED.

APAC WEB:

Importação dos dados de procedimentos de alto custo para o sistema MICROMED e posterior envio dos dados ao DATASUS.

b) Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas

Devido a defasagem tecnológica da ferramenta utilizada (Centura) na maioria dos aplicativos desenvolvidos pela equipe de TI do HU (Sistema Legado), bem como o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (Sybase Adaptive Server – 9.11.2), faz necessária a migração de todos os módulos para plataforma JAVA WEB, o que já vem ocorrendo em alguns casos, como pode-se observar na tabela SOFTWARES HU, do item “A”.

Estima-se que com a adesão a EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, o Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários – AGHU, seja implantado com todos os módulos necessários para administração dos Serviços no HU. Os módulos pretendidos são:

- Pacientes
- Internação
- Prescrição
- Ambulatório
- Exames
- Financeiro
- Farmácia
- Suprimentos
- Enfermagem
- Cirurgias PDT
- Indicadores
- Módulos Gerenciais

Toda infraestrutura para implantação do AGHU já está disponível, com equipamentos recebidos através do projeto AGHU, enquanto era gerido pelo MEC, somente após a criação da EBSEH fomos retirados da lista por não ter feito adesão aos serviços desta empresa.

Quadro 169 - Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (em R\$)	Valores Desembolsados 2014 (em R\$)
			CNPJ	Denominação		
023/2011	Prestação de serviços de informática na área de software para o serviço de informática e telemedicina do hospital universitário	30/03/2014 a 29/03/2015	028775660001-21	Ibrowse Consultoria e Informática LTDA	699.088,20	524.316,15
142/2014	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva na área de hardware e software no Hospital Universitário da UFSC, com dedicação exclusiva de mão de obra	21/09/2014 a 20/09/2015	083353010001-88	HMW – Soluções Tecnológicas LTDA ME	R\$ 190.422,24	R\$ 47.605,56

Fonte: Coordenadoria de Tecnologia da Informação/SETIC/UFSC

Legenda:

P = Sistema em produção	D = Sistema em desenvolvimento	ADM = Sistema de gestão administrativa
ACAD = Sistema de gestão do ensino	INT = Sistema de integração	EXT = Sistema de gestão da extensão
PESQ = Sistema de gestão da pesquisa		

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro 170 - Aspectos sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da administração Pública (A3P)?	X	
2	Na unidade ocorre a separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui Plano de Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda aos itens 5 a 8.	X	
5	A comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 2 de novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/202, atendendo todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/202)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano deve ser acessado. www.pls.ufsc.br		
8	Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade da Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço da internet no qual os resultados podem ser acessados		
<p align="center">Considerações Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <p>Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):</p> <p>Em 18 de junho de 2014 através do termo do “Termo de Adesão UFSC – MMA – A3P/2013” por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MAA) a UFSC aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Desta forma, através do aceite do Plano de Trabalho para a implementação da A3P a instituição comprometeu-se a promover e a cumprir uma série de questões relacionadas à sustentabilidade.</p> <p>Nesse mesmo ano a UFSC recebeu do MMA o Selo A3P Verde que certifica a adesão da instituição à Agenda Ambiental da Administração Pública.</p> <p>Separação de Recicláveis Descartados:</p> <p>A Política de Separação dos Resíduos Recicláveis Descartáveis da UFSC estará contemplada no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da Universidade que se encontra em processo de elaboração por esta instituição. Por envolver questões multidisciplinares e intersetoriais a elaboração e implantação do plano, iniciada em 2013, demanda um processo complexo e relativamente longo. É importante saber que somente a partir do plano finalizado que a separação dos resíduos poderá ser efetivamente implementada.</p> <p>Cabe ressaltar que a UFSC já dispõe de um “Esboço do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos”, elaborado em 2012, que, no momento, serve como base para as atividades relacionadas à questão dos resíduos. No entanto, para que este esboço torne-se um “Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos” (PGRS), conforme prevê a legislação, é necessário seu aprofundamento e discussão, principalmente no que tange ao detalhamento das estratégias de consolidação das ações propostas e na execução do diagnóstico.</p> <p>Assim, os esforços em 2014, no que tange à Política de Separação dos Resíduos Recicláveis, concentraram-se na estruturação das ações necessárias para elaboração do PGRS definitivo. Após reuniões preliminares sobre ao assunto em 2013, a construção do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da UFSC foi iniciada em 2014, coordenado pela Eng. Sanitarista da Prefeitura Universitária, Sara Meireles, auxiliada pela equipe técnica formada por 6 estagiários de engenharia sanitária e com apoio dos servidores da Gestão Ambiental. O PGRS da UFSC tem 90% de seu conteúdo finalizado (diagnóstico quantitativo e qualitativo dos resíduos, ações e programas) e terá sua conclusão em março de 2015.</p> <p>Mesmo sem seu término definitivo, há certa evolução para que a coleta seletiva seja concretizada na UFSC.</p> 			

A partir das informações obtidas no diagnóstico e do planejamento proposto no PGRS, já estão sendo estimados os quantitativos de lixeiras, sacos plásticos, contentores, pontos de coletas, contratos de serviços etc., bem como a definição das melhores localizações para as lixeiras/contentores e as estratégias de destinação em função dos tipos de materiais reciclados, e de educação ambiental para o programa funcionar plenamente. Estudos preliminares realizados pelo grupo indicaram que a forma mais adequada para a separação de resíduos recicláveis, será binária (Rejeito / Reciclável). Com relação à destinação dos resíduos recicláveis, iniciaram-se as tratativas com a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), responsável pela coleta de resíduos do município de Florianópolis, sobre a possibilidade da empresa realizar a coleta e encaminhar o material à cooperativas ou associações de catadores, conforme previsto no Decreto 5940/2006. Além disso, também está estuda-se a possibilidade do envio direto dos resíduos recicláveis para as associações de catadores, sem intermediários.

Concomitantemente a realização do PGRS, realizam-se algumas ações imediatas com a finalidade de melhorar a gestão dos resíduos da UFSC como, por exemplo:

- Foi criado o site dos resíduos da UFSC – www.gestaoderesiduos.ufsc.br – onde há informações educativas quanto à separação dos resíduos recicláveis, rejeitos e orgânicos, além de informações pertinentes aos resíduos de uma forma geral.
- Foi realizada, no mês de outubro de 2014, a *Semana Campus Lixo Zero* aberta a comunidade acadêmica a qual integraram: um seminário com mais de vinte palestrantes nacionais e internacionais, visitas técnicas, oficinas de arte, mutirão de coleta de resíduos, entre outros. Nessa ocasião apresentou-se o plano de gerenciamento preliminar da UFSC para comunidade.
- Foram adquiridos coletores de pilhas que já foram distribuídos pelas unidades administrativas e educacionais da Universidade. Ademais a coleta e destinação para reciclagem deste material já está sendo realizada desde janeiro de 2014 de forma gratuita, por meio da Logística Reversa.
- Está em andamento a contratação de serviço de coleta e tratamento de resíduos orgânicos. O processo está em fase de orçamentação junto aos fornecedores.
- No curso de capacitação “Introdução a Gestão Ambiental”, que já foi ministrado para 180 servidores foi abordada a temática de resíduos e instruções sobre como deve ser realizada a separação dos resíduos recicláveis, conforme estabelecido no município.
- Em alguns setores já está sendo realizada, em escala piloto, a separação de papéis que são enviados informalmente para as cooperativas e associações de catadores.

Podemos citar ainda, outros projetos relativos à temática que são desenvolvidos por alguns docentes, servidores e discentes da Universidade, entre eles: o Projeto “3R”, o “CCB Recicla” e o “PGRS CTC”. O “3R” é um projeto interdisciplinar desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ecologia e Desenho Urbano (GIPEDU), coordenado pelo Professor Francisco Ferreira, do Departamento de Arquitetura da UFSC e visa atuar na redução da produção de resíduos sólidos, eliminação do desperdício, reuso dos recicláveis e promoção da coleta seletiva de alguns materiais: papel, plástico, metal, vidro, entre outros. Este projeto, inicialmente, foi desenvolvido no Prédio da Arquitetura e está sendo apoiado de forma institucional com o provimento de adesivos e contentores. O Projeto tem caráter educativo e visa à reciclagem de resíduos, estimulando sua prática por meio da confecção de lixeiras coloridas feitas com garrafas PET. Sua expansão está prevista para o Colégio Aplicação e para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC.

Já o Projeto CCB Recicla foi idealizado pelos servidores e alunos do Centro de Ciências Biológicas (CCB) e tem como objetivos principais conscientizar a comunidade acadêmica e dos arredores da Universidade sobre a importância da coleta seletiva de resíduos, além de implementar esse procedimento no CCB. Esse projeto também promove diversas campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos que recebem destinação final ambientalmente adequada. A implantação do PGRS do Centro Tecnológico está em andamento e a destinação dos resíduos recicláveis funcionará como piloto para as demais ações no Campus.

Ressalta-se ainda que a elaboração e implantação do Plano faz parte de um processo que envolve questões multidisciplinares, intersetoriais, o que engloba diferentes pontos de vista sobre a questão, sendo assim, as ações devem ser muito bem planejadas para que não se cometam erros que possam ocasionar ainda mais problemas ambientais e custos desnecessários a instituição. Entre os próximos passos visando a implementação do PGRS, e consequentemente da própria coleta seletiva, estão: a criação do site “UFSC Sustentável” onde serão vinculadas campanhas de Educação Ambiental relativas a diversos temas referentes à sustentabilidade, inclusive a forma adequada de separação dos resíduos; a aquisição das lixeiras duplas, contentores, bombonas para os recicláveis; a construção do central de armazenamento para resíduos recicláveis; a definição da forma de destinação dos resíduos recicláveis, a adaptação do contrato de limpeza para a realização dos serviços extras que surgirão decorrente da implantação do PGRS e, por fim, a contratação de equipe para trabalhar com os resíduos.

Assim, a separação dos resíduos recicláveis e sua correta destinação está em andamento na UFSC, tendo como ponto de partida principal a conscientização dos servidores, e também resolver, no curto prazo, os problemas urgentes com relação a questão dos resíduos sólidos da UFSC

• **Atendimento do Decreto nº 7.746/2012:**

Para atender e incentivar a inclusão de critérios de sustentabilidade tanto nas compras como nas contratações da UFSC em junho de 2013 foi criado o Projeto Institucional “Inclusão de Critérios Socioambientais nas

Compras e Contratações da UFSC” cujos integrantes são servidores da Diretoria do Departamento de Compras, do setor de Gestão Ambiental, professores do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, funcionários interessados e bolsistas contratados pela Administração exclusivamente para esse fim.

Esse projeto tem trabalhado na inclusão de critérios por grupo de compras, tendo em vista que na UFSC a grande maioria das compras é realizada de forma centralizada. Entre os grupos onde já foram incluídos critérios tem-se: “mobiliários”, “materiais de expediente”, “eletrônicos”, “sanitizantes”, “materiais agropecuários”, entre outros. Todos os Editais realizados de forma centralizada pelo Departamento de Compras passam por minuciosa análise da equipe do Projeto, que determina quais os critérios que são viáveis de serem solicitados para cada um dos grupos de compras. No decorrer de 2014 já foram realizados diversos editais com critérios de sustentabilidade que extrapolam a IN SLTI/MPOG 01/2010.

Ademais, tem-se intensificado a comunicação sobre a importância da inclusão desses critérios de sustentabilidade e na conscientização dos solicitantes dos itens, ou seja, na divulgação da informação da inclusão dos critérios também a partir daqueles que realizam as compras descentralizadas. Para atender a essa finalidade foi criado o site: www.comprassustentaveis.ufsc.br, onde constam diversas informações sobre como se deve realizar as compras sustentáveis. Também, no decorrer do ano, foram realizados Cursos de capacitação com os servidores, como “Introdução à Gestão Ambiental” e “Instrução e Acompanhamento de Processos de Compras na UFSC”, que também tem em seu plano de ensino itens sobre compras sustentáveis.

Como síntese dos resultados obtidos até agora cabe citar: o aumento expressivo no número de Editais de compras sustentáveis; compras produtos com maior qualidade; conscientização dos servidores através de cursos; conscientização dos servidores dos setores estratégicos envolvidos com as compras; elaboração do Manual de Compras Sustentáveis; criação do site Compras Sustentáveis UFSC e divulgação dos critérios de sustentabilidade para os mais diversos setores da UFSC.

Nesse sentido, ao longo de 2015 está prevista o lançamento da cartilha de compras sustentáveis da UFSC. Nela, além, dos critérios de sustentabilidade mais adequados por grupo de material, constarão a correta forma de analisar os documentos solicitados, bem como os cuidados que se deve ter na aceitação do material, quando de sua chegada ao almoxarifado.

Mesmo com os resultados positivos conseguidos até aqui, ainda encontram-se algumas dificuldades para o atingimento pleno das compras sustentáveis dentro da instituição, entre eles: a falta de corpo técnico disponível para ser equipe de apoio nos critérios de sustentabilidade, ausência de material consolidado sobre o assunto que traga a explicação específica de cada item, as legislações são bastante genéricas e, por vezes, difíceis de serem aplicadas, falta de empresas que atendam os requisitos solicitados e, por fim, ausência de corpo técnico que tenha conhecimento para fiscalizar esse tipo de contrato.

- **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS):**

Em atendimento a Instrução Normativa nº 10/2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a UFSC publicou o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), em 15 de maio de 2013.

O relatório do Plano está disponível e publicado no sítio eletrônico - www.pls.ufsc.br - e atende a todos os quesitos que foram solicitados na IN mencionada. O plano diagnosticou, preliminarmente, a situação atual da questão da sustentabilidade no contexto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A partir desta análise sugeriu metas e ações através da construção de uma matriz de ações nas áreas de Resíduos Sólidos, Compras e Contratações Sustentáveis, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Energia, Água e Esgoto e Deslocamento de pessoal com foco na redução de gastos e emissões.

Após a entrega do Relatório a comissão foi destituída. No momento está em formação uma nova comissão, denominada “Comissão de Sustentabilidade” que terá por objetivo ser a comissão da A3P e também a nova comissão do PLS da Instituição.

Essa comissão será formada por integrante de vários setores da instituição e entre outros será a responsável em revisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável, relatar as ações definidas no PLS, publicar semestralmente os resultados alcançados, acompanhar as ações da A3P através de relatórios também semestrais e também por fomentar as questões de sustentabilidade dentro da Instituição.

Fonte: PROPLAN/UFSC

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 171 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Ministério da Educação					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	005.243/2007-9	1.185/2007 – 2ª Câmara	8.1	DE	1660/2007-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Acórdão n.º 1185/2007 - TCU-2ª Câmara - Ata n.º 16/2007-2ª Câmara - Relação n.º 19/2007 (Representação TC 005.243/2007-9):</p> <p>[...]</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, de 22/5/2007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao(s) processo(s) a seguir relacionado(s), em conhecer da(s) representação(ões), considerá-la(s) procedente(s), fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e/ou ordenar a adoção da(s) seguinte(s) medida(s) e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>8.1. à Universidade Federal de Santa Catarina que informe em tópico próprio constante do Relatório de Gestão de suas contas anuais, a partir da próxima e até que a situação esteja definitivamente regularizada, a situação dos pagamentos das verbas relativas ao reajuste de 26,05% da URP/1989 (Reclamatória Trabalhista nº 561/1989 e outras que eventualmente tenham sido ajuizadas), destacando o andamento em cada ano e a situação das ações judiciais que fundamentam os pagamentos, principalmente sobre o Mandado de Segurança TRT/SC 00079-2007-000-12-00-8 e acerca do Mandado de Segurança 2001.34.00.020574-8/17ª VF Distrito Federal, discriminando todas as providências adotadas em cada ano, inclusive aquelas tendentes à recuperação dos valores indevidamente pagos caso as decisões judiciais tenham sido derrubadas ou tenham perdido a sua validade/eficácia;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Foram elaboradas planilhas com os valores a serem repostos ao erário. A abertura dos Processos de Reposição ao Erário, bem como a notificação dos professores serão realizados a partir de março de 2015, em virtude da falta de pessoal tivemos que reprogramar as datas de início das atividades deste processo.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Elaboração das planilhas com os valores a serem repostos ao erário público.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Falta de pessoal para andamento do processo; Aumento das demandas do Departamento de Administração de Pessoal.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	022.878.2010-6	2.498/2011-2ª Câmara	1.6.1.5.	DE	365/2011-TCU/SECEX-SC

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.498/2011-2ª Câmara, item 1.6.1.5:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1.5. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à regularização da cessão do servidor de matrícula SIAPE nº 1018879, bem como o cálculo do valor das parcelas remuneratórias pendentes de reembolso por parte do Governo do Estado do Amapá, em razão da cessão do mesmo (item 3.2.1.2, do RA/CGU-SC nº 243.915);</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Refere-se à Constatação 023 do Rel. 243915, Recomendações 001 e 002.</p> <p>Rec. 001 - considerada atendida pela CGU: RECOMENDAÇÃO 001 - Atentar para o prazo estabelecido no Parágrafo único do Art. 10, do Decreto nº 4.050, de 12/12/01, em virtude da notificação para o imediato retorno à UFSC do servidor cedido Mat. SIAPE 1018879, por meio Ofício nº 276/DDPP/2010, de 28/04/2010.</p> <p>Rec. 002 – Reiterada pela CGU: RECOMENDAÇÃO 002 - Calcular o valor das parcelas remuneratórias pendentes de reembolso, em razão da cessão do servidor Mat. SIAPE 1018879 e adotar as providências cabíveis no sentido de regularizar o correspondente ressarcimento à UFSC por parte do Governo do Estado do Amapá.</p> <p>Posição da CGU inserida na NT: 36663, de 18/12/2013: <i>“Análise do Controle Interno:</i> Os gestores apresentaram as medidas administrativas até então adotadas no sentido de providenciar o ressarcimento dos valores devidos pelo Governo do Estado do Amapá em razão da cessão de servidor da UFSC. Não obstante os procedimentos realizados, incluindo o último que envolve consulta à Procuradoria Federal junto à UFSC acerca do caso concreto (Memorando n.º 536/DDP/SEGESP/2013, de 30/09/2013), esta recomendação permanecerá na condição de reiterada até que se obtenha efetivo ressarcimento ou que se esgotem as possibilidades de cobrança na esfera administrativa com o consequente encaminhamento de cobrança pela via judicial. Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/06/2014”</p> <p>As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	022.878.2010-6	2.498/2011-2ª Câmara	1.6.1.6.	DE	365/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.498/2011-2ª Câmara, item 1.6.1.6:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à</p>					

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC , as providências e/ou medidas adotadas visando: [...] 1.6.1.6. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à comprovação do ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente em favor do servidor matrícula SIAPE nº 26.246-1.156.804; os procedimentos com o objetivo de aprimorar os controles internos voltados para a avaliação do comportamento das rubricas lançadas na ficha financeira dos servidores da Unidade; e a apuração da responsabilidade pela inclusão da rubrica "0005-Prov. Básico" com valor informado na ficha financeira do referido servidor de matrícula SIAPE nº 26.246-1.156.804, sem a devida retificação, causando os respectivos pagamentos indevidos (item 3.2.1.3, do RA/CGU-SC nº 243.915); [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Refere-se à Constatação 024 do Rel. 243915, Recomendações 001 a 003. Rec. 001 e 002 - consideradas atendidas pela CGU: RECOMENDAÇÃO 001 - Disponibilizar a comprovação do ressarcimento ao erário no valor de R\$ 39.703,13 pagos indevidamente em favor do servidor Mat. SIAPE n 26246-1156804. RECOMENDAÇÃO 002 - Adotar procedimentos com o objetivo de aprimorar os controles internos voltados para a avaliação do comportamento das rubricas lançadas na ficha financeira dos servidores da Unidade. Rec. 003 – Reiterada pela CGU: RECOMENDAÇÃO 003 - Apurar a responsabilidade pela inclusão da rubrica "0005-Prov.Básico" com valor informado na ficha financeira do servidor Mat. SIAPE n 26246-1156804, sem a devida retificação o que causou pagamento indevido de R\$ 39.703,13. Posição da CGU inserida na NT: 36663, de 18/12/2013: “Análise do Controle Interno: Foi recentemente instaurada a comissão de PAD, conforme Portaria nº 1799/2013/GR, de 16/09/2013, da qual ainda não se obteve o resultado quanto à apuração de responsabilidade recomendada. Assim, resta reiterada a recomendação até que se apresente o parecer/resultado da comissão, bem como o respectivo posicionamento da Procuradoria Federal junto à UFSC e da Reitora (frente ao posicionamento da comissão de PAD). Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/06/2014”					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	022.878.2010-6	2.498/2011-2ª Câmara	1.6.1.9.	DE	365/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.498/2011-2ª Câmara, item 1.6.1.9: [...] 1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC , as providências e/ou medidas adotadas visando: [...] 1.6.1.9. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando a evitar o fracionamento de despesas em contratações por dispensa de licitação devido a falhas de planejamento das necessidades mensais, anuais e globais; a instituição de rotinas padronizadas de planejamento das necessidades de materiais e serviços					

<p>diversos, para cumprimento por parte dos setores requerentes da UFSC, de modo que as necessidades possam ser agrupadas e licitadas periódica e centralizadamente pela PROINFRA, mantendo-se sempre a modalidade licitatória compatível com a previsão anual de consumo, com vistas a diminuir efetivamente o volume de despesas com aquisições fracionadas por meio de dispensa de licitação; a inclusão entre as rotinas a serem padronizadas e cumpridas por todos os setores requerentes, a de apresentação, por parte de cada requerente, da estimativa de suas necessidades por período trimestral, semestral e anual, por meio dos dados de consumo de períodos anteriores da totalidade de materiais e serviços, bem como, também entre as rotinas a serem padronizadas, a de manter dados precisos sobre o consumo passado de todos os itens e serviços, de forma a subsidiar a previsão das necessidades periódicas, trimestrais, semestrais e anuais; a análise do conjunto das dispensas realizadas; e a identificação dos serviços e materiais que poderiam ser viabilizados através de contratos de manutenção e de fornecimento, parcelado ou conforme demanda (item 4.1.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);</p> <p>[...]</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	26114
Síntese da Providência Adotada	
<p>Refere-se à Constatação 033 do Rel. 243915, Recomendações 001 a 004.</p> <p>Rec. 001 a 003 - consideradas atendidas pela CGU:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 001 - Analisar o conjunto das dispensas realizadas no ano de 2009 e identificar os serviços e materiais que poderiam ser viabilizados através de contratos de manutenção e de fornecimento, parcelado ou conforme demanda, dependendo do caso;</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002 - Instituir rotinas padronizadas de planejamento das necessidades de materiais e serviços diversos, para cumprimento por parte dos setores requerentes da UFSC, de modo que as necessidades possam ser agrupadas e licitadas periódica e centralizadamente pela PROINFRA, mantendo-se sempre a modalidade licitatória compatível com a previsão anual de consumo, de modo a diminuir efetivamente o volume de despesas com aquisições fracionadas por meio de dispensa de licitação em relação aos volumes apurados no exercício de 2008;</p> <p>RECOMENDAÇÃO 003 - Incluir entre as rotinas a serem padronizadas e cumpridas por todos os setores requerentes, a de apresentação, por parte de cada requerente, da estimativa de suas necessidades por período trimestral, semestral e anual, através dos dados de consumo de períodos anteriores da totalidade de materiais e serviços;</p> <p>Rec. 004 – Reiterada pela CGU:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 004 - Incluir também entre as rotinas a serem padronizadas, a de manter dados precisos sobre o consumo passado de todos os itens e serviços, de modo a subsidiar a previsão das necessidades periódicas, trimestrais, semestrais e anuais.</p> <p>Posição da CGU inserida na NT: 36663, de 18/12/2013:</p> <p>“Análise do Controle Interno:</p> <p><i>Recomendação não atendida. A constatação para a qual a recomendação 33/04 foi gerada, referia-se, mais especificamente, ao planejamento de compras e serviços do setor de manutenção. Conforme a resposta da SA 201316284/13, e também entrevista com o Diretor do Departamento de Manutenção Predial e Infraestrutura - DMPI (Departamento criado recentemente pela Portaria 703/2013), já se conseguiu minimizar o fracionamento de despesas (principalmente Dispensas de Licitação) por meio da realização de Pregões eletrônicos com Atas de Registro de Preços para vários dos serviços comuns a serem realizados no ano. Contudo, ainda não existe um levantamento de necessidades efetivas, nem a formação de estatísticas de necessidades potenciais, até mesmo para subsídio dos valores a serem licitados para as Atas de Registro de Preços. Portanto, consideramos esta recomendação ainda pendente, em que pese reconhecermos os avanços na redução do fracionamento de despesas.</i></p> <p>Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação</p> <p>Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2014”</p>	
<p>As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão</p>	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	022.878.2010-6	2.498/2011-2ª Câmara	1.6.1.13.	DE	365/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.498/2011-2ª Câmara, item 1.6.1.13:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1.13. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à verificação, previamente à contratação, da adequação dos preços de orçamentos apresentados para execução de pequenos serviços aos preços de mercado, mediante consulta ao sistema SINAPI, bem como os motivos que acarretaram a diferença estimada a maior de R\$ 5.056,29, em relação aos preços dos produtos/materiais utilizados e constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para, se for o caso, apurar responsabilidades e a eventual devolução de valores, com relação aos processos de dispensas de licitações n.º 11.219 e 11.232/2009 (item 4.1.3.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
<p>Refere-se à Constatação 046 do Rel. 243915, Recomendações 001 a 003.</p> <p>Rec. 001 a 002 - consideradas atendidas pela CGU:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 001 - Estabelecer rotina de elaboração de orçamento prévio de quantitativos a executar para contratação de pequenos serviços por técnicos da PU/ETUSC.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002 - Verificar, previamente à contratação, a adequação dos preços de orçamentos apresentados para execução de pequenos serviços aos preços de mercado, mediante consulta ao sistema SINAPI.</p> <p>Rec. 003 – Reiterada pela CGU:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 003 - Apurar o superfaturamento informado e verificar os motivos que acarretaram a diferença estimada a maior de R\$ 5.056,29 no preço dos serviços contratados. Se for o caso, apurar responsabilidades e a devolução de valores.</p> <p>Posição da CGU inserida na NT: 36663, de 18/12/2013:</p> <p>“Análise do Controle Interno:</p> <p><i>A UFSC não trouxe novos elementos em relação ao que já fora analisado pela CGU até o momento. A resposta desta última manifestação dos gestores não enfrenta objetivamente o cerne da recomendação, que teve por fundamento avaliar o superfaturamento levantado pela CGU (estimado em R\$ 5.056,29). Anteriormente a UFSC havia se manifestado pela não identificação/existência de prejuízo; porém a CGU, em análise respectiva, consignou o seguinte:</i></p> <p><i>“Segundo observação constante da Planilha elaborada pelo Engenheiro do DOMP, os quantitativos basearam-se em informação prestada pela Prefeitura, que foi a Unidade que efetuou a contratação à época, e considerou ainda um custo de mão-de-obra majorado em 100%, que seria decorrente da execução dos serviços em final de semana em caráter emergencial.</i></p> <p><i>Assim verifica-se que os quantitativos e o levantamento técnico dos serviços não foram efetuados por equipe distinta da que efetuou a contratação com os valores considerados superfaturados. As Planilhas apresentadas foram elaboradas por ocasião da Auditoria em abril/2012, e não fazem parte de nenhum processo de levantamento circunstanciado quanto aos fatos apontados pela Auditoria da CGU no Relatório n.º 243.915(Contas de 2009). Verificamos, portanto, que a Unidade não procedeu conforme a determinação expressa do TCU.”</i></p> <p><i>Em face do exposto, reitera-se a recomendação até que a UFSC apresente a realização da apuração nos termos recomendados (levantamento circunstanciado por servidores com conhecimento técnico e não integrantes dos quadros da Prefeitura Universitária – unidade contratante dos serviços objeto da controvérsia).</i></p> <p>Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação</p> <p>Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/06/2014”</p> <p>As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão</p>					

Síntese dos Resultados Obtidos					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	022.878.2010-6	2.498/2011-2ª Câmara	1.6.1.14.	DE	365/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.498/2011-2ª Câmara, item 1.6.1.14:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1.14. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à comprovação da incorporação ao patrimônio da UFSC dos bens adquiridos com recursos do CNPQ, por meio de processo de incorporação dos bens, indicando a descrição completa dos mesmos e a correspondente localização, em cumprimento ao item 9.3.1 do Acórdão TCU nº 4.575/2009 - 2ª Câmara (item 4.2.2.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
<p>Refere-se à Constatação 009 do Rel. 243915, Recomendação 001, reiterada pela CGU:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 001 - Que a Unidade apresente cópia do processo de incorporação dos bens, indicando a descrição completa dos mesmos e a sua atual localização, para que, em trabalhos futuros de auditoria, seja atestado o atendimento ao item 9.3.1 do Acórdão n.º 4.575/2009 - 2ª Câmara.</p> <p>Posição da CGU inserida na NT: 36663, de 18/12/2013:</p> <p>“Análise do Controle Interno:</p> <p><i>Dos documentos disponibilizados pela UFSC, identificou-se o processo nº 23080.008014/2011-95, que trata do pedido de tombamento de bens adquiridos pelo Pesquisador SIAPE nº 1160629 com verba proveniente do CNPq.</i></p> <p><i>O pedido de tombamento dos bens ali contidos foi feito pelo Instituto de Eletrônica de Potência (INEP/UFSC), em março/2011, sendo que até o momento não foi realizado o tombamento solicitado, conforme, inclusive, informação encaminhada pelo Diretor do Departamento de Gestão Patrimonial (DGP/PROAD/UFSC), em 20/11/2013.</i></p> <p><i>Em referido processo foram relacionados bens adquiridos com recursos do projeto financiado pelo CNPq (“fontes de alimentação para centrais de telecomunicações”), conforme quadro a seguir:</i></p>					
Descrição					Valor (R\$)
Equipamento INVO 20791 AC/DC/IR Hipot Tester Model 19052					5.038,88
Microcomputador NF 275525, placa mãe ASUS, processador Intel P4, gabinete, HD, memória, etc					1.707,59
Monitor de vídeo NF 27525 LG 563ª					429,00
Teclado para digitação NF 27525 mini-din, mouse Logitech					63,41
Microcomputador NF 27573, placa mãe ASUS, processador Intel P4, memória, HD Sata, gabinete, etc					2.010,59
Monitor de vídeo NF 27573 LG 700S					570,00
Teclado para digitação NF 27573 mini-din, mouse Logitech					59,41
Impressora NF 28440 HP Deskjet 930C, cabo paralelo					450,00
Equipamento INVO 985049 Oscilloscope 100MHz, etc					8.050,48
Equipamento INVO 985049 Oscilloscope 300MHz, etc					15.430,17
Equipamento INVO 979675 Module Communication					852,44
Total					34.661,97

Fonte: Termo de Depósito emitido pelo CNPq em relação ao projeto por ele financiado - Fontes de Alimentação para Centrais de Telecomunicação, cujo pesquisador responsável foi o servidor SIAPE nº 1160629.

Além de ainda não ter havido a incorporação dos bens conforme recomendado/determinado, verifica-se que o pedido de tombamento realizado e vinculado ao projeto que fora alvo de Tomada de Contas Especial não contempla todos os bens arrolados no Acórdão nº 4.575/2009 – Segunda Câmara.

De acordo com o constante no mencionado julgado do TCU, teriam sido adquiridos com recursos do projeto os seguintes bens, que totalizam o valor de R\$ 48.137,13, a saber:

Descrição	Valor (R\$)
01 Microcomputador	2.200,00
01 Microcomputador	2.640,00
01 Impressora	450,00
02 Pentes de memória de computador	200,00
02 osciloscópios	37.321,95
02 sondas de corrente	
02 sondas de tensão diferenciais ativas	
02 acessórios para osciloscópio	
01 "Communication Module"	
01 AC/DF/IR HIPOT TESTER MODEL 19052	5.325,18
Total	48.137,13

Bens constantes do Acórdão TCU nº 4.575/2009 - Segunda Câmara.

Em face do exposto, conclui-se que todos os números de tombamento informados pela UFSC em manifestações anteriores não se referem aos equipamentos adquiridos pelo projeto "fontes de alimentação para centrais de telecomunicações", financiado pelo CNPq, que teve como pesquisador o servidor SIAPE nº 1160629. Portanto, os mesmos não podem ser considerados para fins de cumprimento desta recomendação, bem como da determinação constante do Acórdão nº 4.575/2009 – Segunda Câmara.

Assim, mantém-se a recomendação na condição de reiterada.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação
Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/06/2014"

As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão

Síntese dos Resultados Obtidos

As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	022.878.2010-6	2.498/2011-2ª Câmara	1.6.1.16.	DE	365/2011-TCU/SECEX-SC

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIOrg
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 2.498/2011-2ª Câmara, item 1.6.1.16:

[...]

1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, **que informem nas próximas contas da UFSC**, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.16. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando ao implemento de controles que possibilitem identificar os docentes que estão prestando atividades por meio de fundações, discriminando, entre outros, período de prestação dos serviços, atividades desenvolvidas e valores percebidos; a busca de orientação formal junto ao Ministério da Educação para implementar o pagamento de bolsas aos docentes que ministrem aulas nos cursos de pós-graduação, gerenciados por fundações de apoio, através da Gratificação de Cursos e Concursos instituída pela Lei nº 11.314/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.114/2007, por meio do Sistema SIAPE (**item 4.2.3.3, do RA/CGU-SC nº 243.915**);

[...]

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria Pós-Graduação					84217
Síntese da Providência Adotada					
<p>Refere-se à Constatação 052 do Rel. 243915, Recomendações 001 e 002.</p> <p>Rec. 002 - considerada atendida pela CGU:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002 - Buscar orientação, formalmente, junto ao Ministério da Educação para implementar o pagamento de bolsas aos docentes que ministrem aulas nos cursos de pós-graduação, gerenciados por fundações de apoio, através da Gratificação de Cursos e Concursos instituída pela Lei nº 11.314/2006 e regulamentada pelo Decreto nº 6.114/2007, por meio do Sistema SIAPE.</p> <p>Rec. 001 – Reiterada pela CGU:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 001 - Implementar controles que possibilitem identificar os docentes que estão prestando atividades através de fundações, discriminando, entre outros, período de prestação dos serviços, atividades desenvolvidas e valores percebidos;</p> <p>Posição da CGU inserida na NT: 36663, de 18/12/2013:</p> <p>“Análise do Controle Interno:</p> <p><i>Esta recomendação originou-se da ausência de controles por parte da UFSC sobre o pagamento de bolsas de ensino aos docentes pelas fundações de apoio. Por meio da execução da OS 201216752 verificou-se que os controles (manuais) até então implementados pela UFSC envolvendo o pagamento de bolsas a seus professores e servidores técnico-administrativos não possibilitam apurar de maneira apropriada as situações que extrapolem, por exemplo, o limite constitucional remuneratório, o que, por si só, já representa um enorme descontrole. Assim, mantém-se a recomendação pela sua não implementação.</i></p> <p>Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação</p> <p>Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/06/2014”</p> <p>As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	022.878.2010-6	2.498/2011-2ª Câmara	1.6.1.17.	DE	365/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.498/2011-2ª Câmara, item 1.6.1.17:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.1.17. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando a orientação às fundações de apoio acerca da necessidade de observância da legislação federal relativa às normas para licitações e contratos da administração pública, bem como para que executem despesas vinculadas ao objeto contratado; a oficialização às fundações de apoio contratadas a respeito da obrigatoriedade de identificar os comprovantes das despesas realizadas, bem como de que os mesmos sejam atestados, tempestivamente, por agente responsável pelo recebimento efetivo do bem adquirido ou que acompanhe a prestação do serviço; a manutenção de controle unificado de todos os contratos com fundações de apoio, solicitando formalmente a apresentação de contas tempestiva das fundações de apoio contratadas, e instaurando, se for o caso, o respectivo processo de tomada de contas especial; a previsão, ou proibição expressa, de acordo com o caso, de pagamento de taxa relativa a despesas operacionais e administrativas nos convênios/contratos com entidades sem fins lucrativos, ou, no caso de previsão, o estabelecimento do montante e as regras que permitam que este pagamento seja liquidado; a especificação, nos convênios firmados pela UFSC, dos gastos elegíveis no âmbito do projeto, bem como o detalhamento suficiente do objeto e do Plano de Trabalho dos</p>					

<p>contratos e convênios da Universidade, de modo a estabelecer e prever todos os tipos de despesas inerentes aos mesmos e permitir a identificação e o controle adequado de tais despesas; a abstenção de aprovação de despesas que não estão suficientemente detalhadas e justificadas, de forma a comprovar a relação desta despesa com o objeto do convênio, estando esta modalidade de gasto expressamente prevista no Plano de Trabalho (itens 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.3.1.1, 4.3.2.1 e 4.3.2.2, do RA/CGU-SC nº 243.915). [...]</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	26114
Síntese da Providência Adotada	
<p>Refere-se às Constações 038, 039, 053, 054, 055 e 056 do Rel. 243915</p> <p>Rec. 001, Const. 038 - considerada atendida pela CGU: RECOMENDAÇÃO 001 - Prever ou proibir expressamente, de acordo com o caso, o pagamento de taxa relativa a despesas operacionais e administrativas nos convênios/contratos com entidades sem fins lucrativos. No caso de previsão, estabelecer seu montante e as regras que permitam que este pagamento seja liquidado.</p> <p>Rec. 001, Const. 039 - considerada atendida pela CGU: RECOMENDAÇÃO 001 - Especificar, nos convênios firmados pela UFSC, quais gastos são elegíveis no âmbito do projeto, bem como detalhar suficientemente o objeto e o Plano de Trabalho dos contratos e convênios da Universidade, de modo a estabelecer e prever todos os tipos de despesas inerentes aos mesmos e permitir a identificação e o controle adequado de tais despesas.</p> <p>Rec. 001, Const. 053 - considerada atendida pela CGU: RECOMENDAÇÃO 001 - Manter controle unificado de todos os contratos com fundações de apoio, solicitando formalmente a apresentação de contas tempestiva das fundações de apoio contratadas. Em caso de não apresentação dentro dos prazos determinados, instaurar procedimento de tomada de contas especial.</p> <p>Rec. 001, Const. 054 - considerada atendida pela CGU: RECOMENDAÇÃO 001 - Orientar as fundações de apoio acerca da necessidade de observância da legislação federal relativa às normas para licitações e contratos da administração pública em caso de contratação de obras, compras e serviços realizados com recursos repassados.</p> <p>Rec. 002, Const. 054 - cancelada pela CGU: RECOMENDAÇÃO 002 - Nos casos supracitados, bem como em outras situações de desrespeito à legislação referente aos contratos e licitações públicos, glosar os valores destas despesas nas prestações de contas dos contratos firmados.</p> <p>Rec. 001, Const. 055 - considerada atendida pela CGU: RECOMENDAÇÃO 001 - Nos casos supracitados, bem como em outras situações de desrespeito à legislação referente aos contratos e licitações públicos, glosar os valores destas despesas nas prestações de contas dos contratos firmados e orientar as fundações de apoio para que não executem despesas sem o devido vínculo com o objeto contratado.</p> <p>Rec. 001, Const. 056 - considerada atendida pela CGU: RECOMENDAÇÃO 001 - Oficiar as fundações de apoio contratadas da obrigatoriedade de identificar os comprovantes das despesas realizadas, bem como de que os mesmos sejam atestados, tempestivamente, por agente responsável pelo recebimento efetivo do bem adquirido ou que acompanhe a prestação do serviço.</p> <p>Rec. 002, Const. 039 - reiterada pela CGU: RECOMENDAÇÃO 002 - Abster-se de aprovar despesas que não estão suficientemente detalhadas e justificadas, de forma a comprovar a relação desta despesa com o objeto do convênio, estando esta modalidade de gasto expressamente prevista no Plano de Trabalho.</p> <p>Posição da CGU inserida na NT: 36663, de 18/12/2013: “Análise do Controle Interno: <i>Os trabalhos conduzidos por esta CGU revelam que mesmo quando as fundações de apoio prestam contas, seja no prazo estabelecido ou fora dele, não ocorre um exame detido por parte da UFSC de modo a verificar se o objeto foi realmente cumprido, se os objetivos foram satisfeitos, e se as despesas executadas pelas fundações de apoio guardam relação com o previsto no plano de trabalho.</i> <i>Atualmente a PROAD apenas verifica se o processo de prestação de contas contém os documentos previstos em contrato, tais como relação de pagamentos, extratos bancários, etc. A partir daí, uma vez presentes as peças necessárias, a PROAD encaminha o processo para exame do Conselho de Curadores, do qual também não se verificou resultado de qualquer análise e parecer acerca de tais prestações de contas de contratos celebrados com as fundações de apoio.</i> <i>Em face do exposto, reitera-se a recomendação pela sua não implementação, eis que a UFSC, ao não analisar/avaliar as despesas executadas (prestações de contas), pode estar permitindo e ainda aprovando a ocorrência de despesas inidôneas/indevidas.</i> Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação </p>	

<p>Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/06/2014”</p> <p>Rec. 002, Const. 056 - reiterada pela CGU:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002 - Em caso de não cumprimento, glosar os valores dos comprovantes, visto que não estariam aptos a comprovar a regular aplicação dos recursos repassados.</p> <p>Posição da CGU inserida na NT: 36663, de 18/12/2013:</p> <p>“Análise do Controle Interno:</p> <p><i>Na medida em que a UFSC não analisa física e efetivamente os gastos (prestação de contas) dos contratos celebrados com as fundações, conclui-se que a UJ não vem realizando a conferência requerida; assim, resta mantida a recomendação até que a UJ passe a analisar de fato as despesas realizadas, quando somente assim poderá realizar os procedimentos recomendados.</i></p> <p>Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação</p> <p>Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/06/2014”</p> <p>As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	028.458/2011-7	2.589/2012 - Plenário	9.5	DE	753/2012-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.589/2012-Plenário, item 9.5:</p> <p>[...]</p> <p>[...]</p> <p>9.5. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, à Controladoria-Geral da União (CGU) no Estado de Santa Catarina, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que informem nas próximas contas da entidade, as providências adotadas e os resultados alcançados em relação às recomendações da CGU constante dos Relatórios de Auditoria de Gestão nº 201108926 (UFSC) e nº 201108948 (Hospital Universitário);</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Gabinete do Reitor					26075
Pró-Reitoria de Administração					26114
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis					84216
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento					97297
Pró-Reitoria de Pós-Graduação					84217
Pró-Reitoria de Pesquisa					26112
Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional					119943
Comissão Permanente do Vestibular					85349
Síntese da Providência Adotada					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.11.2.1 e A.11.2.2 – Relatório de Gestão					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	016.406/2009-0	2.616/2011-2ª Câmara	1.5.1.2.1	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.616/2011-2ª Câmara, item 1.5.1.2.1: [...] <p>1.5.1. Determinar a UFSC que:</p> [...] <p>1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas:</p> 1.5.1.2.1. sobre o atendimento, no âmbito das suas competências, das determinações emanadas pelo Acórdão TCU nº 2.731/2008 - Plenário, objeto de auditoria feita pelo TCU (Processo nº 017.177/2008-2), avaliando, no plano nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES com suas fundações de apoio; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
Posição do Gestor em 21/01/2015: No Acórdão TCU nº 2.731/2008 – Plenário, o Tribunal determinou ao Ministério da Educação que instituisse ato normativo regulamentando o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES - com suas fundações de apoio de forma que as IFES cumprissem as medidas contidas no texto do Acórdão. A partir da emissão do Acórdão TCU nº 2.731/2008 – Plenário, foi promulgada a Lei nº 12.349/2010, que alterou a Lei nº 8.958/1994, que dispõe sobre as relações entre as IFES e as fundações de apoio, bem como entrou em vigor o Decreto nº 7.423/2010, que regulamentou a Lei nº 8.958/1994 com base nas alterações feitas pela Lei nº 12.349/2010. No âmbito da UFSC, foi baixada a Resolução Normativa 13/CUn/2011, de 27/09/2011, do Conselho Universitário, órgão superior da entidade, com o objetivo de dispor internamente, com base na nova legislação, a relação entre a Universidade e suas fundações de apoio.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Baixada a Resolução Normativa 13/CUn/2011, de 27/09/2011					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não identificados					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	016.406/2009-0	2.616/2011-2ª Câmara	1.5.1.2.3	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.616/2011-2ª Câmara, item 1.5.1.2.3: [...] <p>1.5.1. Determinar a UFSC que:</p> [...] <p>1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas:</p> 1.5.1.2.3. acerca dos ressarcimentos ao erário dos valores equivocadamente pagos a título de ajuda de custo aos servidores matrículas Siape nºs 53.905 e 357.830, e a título de aposentadoria com proventos integrais para ao beneficiário de pensão matrícula Siape nº 4.131.081; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Posição do Gestor em 15/12/2014: O servidor matrícula SIAPE 53965, desde 1º de janeiro de 2010 pertence ao Instituto Federal Catarinense, entraremos					

em contato com o IFC para confirmar se houve a continuidade da reposição ao erário. O servidor matrícula SIAPE 357836 realizou a reposição ao erário até dezembro de 2010 quitando o seu débito ao erário em relação a ajuda de custo. Beneficiária de pensão, matrícula SIAPE 413681 foi concedido por meio de Mandado de Segurança: 2009.72.00011347-3/SC a segurança para declarar nulo o Ofício 77/DDAP/2009, de 23.9.2009, determinando à UFSC o restabelecimento do pagamento do valor integral da pensão à impetrante, da forma como era calculada até março de 2009, e que se abstenha de cobrar valores ou de realizar descontos a título de reposição ao erário. Por meio de Sentença proferida pelo Juiz, em 12 de janeiro de 2011 o processo de execução foi extinto, com fundamento no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil e no contido no parágrafo 4º do art. 100 da Constituição Federal.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
Recomendação atendida pela UFSC.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não identificados					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	016.406/2009-0	2.616/2011-2ª Câmara	1.5.1.2.4	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.616/2011-2ª Câmara, item 1.5.1.2.4: [...] 1.5.1. Determinar a UFSC que: [...] 1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas: 1.5.1.2.4. acerca do ressarcimento dos valores indevidamente pagos a título de ajuda de custo ao servidor matrícula SIAPE nº 2.123.097; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
Providenciada a inclusão da rubrica de reposição ao erário no pagamento da servidora.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
Não identificados					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não identificados					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	016.406/2009-0	2.616/2011-2ª Câmara	1.5.1.2.5	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.616/2011-2ª Câmara, item 1.5.1.2.5: [...] 1.5.1. Determinar a UFSC que: [...] 1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas: 1.5.1.2.5. sobre o aprimoramento dos seus procedimentos de controle interno relacionados com a verificação de lançamento de informações em fichas financeiras e de dados cadastrais. [...]					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014: Informamos que são realizadas rotinas de controle de dados lançados no SIAPE, tais como: relatório de acompanhamento das autorizações e desbloqueios, relatório de acompanhamento de pagamentos de substituição de chefia, controle de pagamento e reajuste de pensões judiciais, entre outros. Além dos controles internos a Coordenação - Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão iniciou no mês de abril de 2014 um novo ciclo de Auditoria Preventiva que contempla o monitoramento dos lançamentos efetuados no SIAPE anteriormente à homologação da folha de pagamento. Este monitoramento é realizado semanalmente com objetivo de identificar e corrigir situações que possam gerar inconsistências no pagamento dos servidores. Conforme documentos encaminhados anexos. Diante disto, informamos que os controles estão sendo realizados conforme solicitado e sempre que há alguma inconsistência essas são imediatamente corrigidas. Salientamos que a ausência de correção ou de encaminhamento de justificativas dentro do prazo definido pela Coordenação - Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento gera automaticamente a exclusão, do sistema, dos pagamentos com indícios de inconsistências que possam causar prejuízo ao erário.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014: Implementação de novas rotinas de controle foram estabelecidas pelo Departamento de Administração de Pessoal.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Certa resistência por parte dos servidores na implementação de novas rotinas de controle.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	019.177/2011-9	2.900/2012 – Plenário	9.2.1. 9.2.1.1	DE	0822/2012-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.900/2012-Plenário, itens 9.2.1 e 9.2.1.1: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada com vistas a avaliar a legalidade da acumulação de cargos públicos ocupados por servidores públicos federais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: [...] 9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 90 (noventa) dias: 9.2.1. verifique a compatibilidade de horários e se não há prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores relacionados no subitem 3.3 do Relatório precedente, uma vez que os mesmos possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, aplicando, ainda, se for o caso, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.2.1.1. na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, fundamentar devidamente a decisão, anexando no respectivo processo a devida documentação comprobatória e indicar expressamente o responsável pela medida adotada; [...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014: Foram abertos Processos Administrativos Disciplinares e estamos aguardando o resultado dos processos.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014: Não identificados</p>					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Demora da análise e resposta dos referidos processos.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	019.177/2011-9	2.900/2012 – Plenário	9.2.2.	DE	0822/2012-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.900/2012-Plenário, item 9.2.2:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada com vistas a avaliar a legalidade da acumulação de cargos públicos ocupados por servidores públicos federais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>[...]</p> <p>9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 90 (noventa) dias:</p> <p>[...]</p> <p>9.2.2. adote medidas no sentido de instaurar, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo legal visando à regularização das acumulações ilícitas dos servidores listados no subitens 3.1, 3.2, 3.4 e 3.5 do Relatório precedente, tendo em vista que foram detectados tanto casos de acumulação de mais de dois cargos como infração ao regime de dedicação exclusiva;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Foram abertos Processos Administrativos Disciplinares e estamos aguardando o resultado dos processos</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Não identificados</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Demora da análise e resposta dos referidos processos.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	019.177/2011-9	2.900/2012 – Plenário	9.2.3.	DE	0822/2012-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.900/2012-Plenário, item 9.2.3:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada com vistas a avaliar a legalidade da acumulação de cargos públicos ocupados por servidores públicos federais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>[...]</p> <p>9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 90 (noventa) dias:</p> <p>[...]</p> <p>9.2.3. verifique, quanto aos servidores elencados no item 4 do Relatório precedente e que não apresentaram a documentação solicitada pela equipe de auditoria, se há acumulação indevida de cargos públicos, infração ao regime de dedicação exclusiva ou incompatibilidade de jornadas de trabalho, aplicando, se for o caso, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990;</p> <p>[...]</p>					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
Foram abertos Processos Administrativos Disciplinares e estamos aguardando o resultado dos processos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Posição do Gestor em 15/12//2014:					
Não identificados					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Demora da análise e resposta dos referidos processos.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	015.966/2013-5	2.365/2013 – Plenário	9.1.	DE	0640/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.365/2013-Plenário:					
[...]					
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento com objetivo de verificar o cumprimento da determinação constante do item 9.4 do Acórdão 2.589/2012 – Plenário, dirigida à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC,					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:					
9.1. fixar a data de 31/5/2014 como prazo final para que a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC cumpra a determinação contida no item 9.4 do Acórdão 2.589/2012 – Plenário;					
[...]					
Teor do Acórdão 2589/2012 – Plenário, item 9.4:					
[...]					
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, exercício de 2010,					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:					
[...]					
9.4. determinar, com fulcro no art. 250,inciso II, do Regimento Interno, à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência da decisão, apresente ao Tribunal de Contas da União, os inventários atualizados dos bens móveis e imóveis;					
[...]					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
Posição do Gestor em 21/01/2015:					
Encaminhado o resultado dos trabalhos de inventário, à SECEX-SC/TCU por meio do Ofício nº 652/2014/GR, e à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina (CGU-R/SC) por meio do Ofício nº 653/2014/GR.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Inventário encerrado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não identificados					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	004.873/2008-4	7.951/2013 – 1.ª Câmara	1.7.1	DE	17154/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429

Descrição da Deliberação	
Teor do Acórdão nº 7.951/2013-1ª Câmara: [...] 1.7.1. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias, cadastre no Sisac, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, o ato inicial da pensão instituída pelo ex-servidor SIAPE nº 1177880, disponibilizando-o de imediato ao órgão de Controle Interno. [...]	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115
Síntese da Providência Adotada	
Posição do Gestor em 15/12/2014: Informamos que foi realizado o cadastro no Sisac, nos termos da instituição Normativa TCU nº 55/2007, do ex-servidor SIAPE nº 1177880.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Posição do Gestor em 15/12//2014: Não identificados	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não identificados	

Fonte: AUDIN/UFSC

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 172 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Ministério da Educação					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.2.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.2: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que: [...] 9.1.2. aprimore sistema de avaliação de desempenho que permita avaliar quantitativa e qualitativamente o servidor e para que a falta de comprometimento de servidores ou funcionários seja alvo de ações corretivas/punitivas por parte da Administração do Hospital; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>Na UFSC a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) através da Divisão de Análises Funcional e Desenvolvimento na Carreira (DAFDC) é a responsável pelas atividades abaixo elencadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> •Avaliação de Desempenho; •Estágio Probatório de Servidores Técnico-Administrativos; •Incentivo à Qualificação (INQ); •Progressão por Capacitação Profissional (PCP); •Progressão por Mérito Profissional (PMP); •Progressão na Carreira do Magistério Federal. <p>A Resolução nº. 121/CUn/90, de 28 de agosto de 1990, alterada pela Resolução nº.136/CUn/91, dispõe sobre a avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos da UFSC. Dentre o descrito nestas Resoluções, pode-se destacar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A avaliação de desempenho é realizada através da avaliação pela chefia imediata e da auto- avaliação. 2) O instrumento utilizado para avaliação é a Ficha de Avaliação de Desempenho, específica para os grupos de Nível de Apoio, Médio, Superior e Gerencial. 3) A Avaliação de Desempenho é realizada anualmente, iniciada no mês de abril, em que todos os servidores técnico-administrativos da UFSC recebem a ficha de Avaliação para realizarem a sua auto-avaliação e para que as suas chefias os avaliem. 4) O resultado obtido pelo servidor no processo de avaliação varia de 3,00 (três) a 10,00 (dez) pontos. Terá direito a PMP o servidor que obtiver no mínimo 7,00 (sete) pontos. <p>IMPORTANTE: Segundo a SEGESP está em fase final a elaboração de uma nova Resolução de Avaliação de Desempenho, bem como de um Sistema que possibilite que a Avaliação seja realizada de forma virtual, adequando-se à legislação vigente (Lei 11091/2005 e ao Decreto nº 5825/2006). O HU aguarda a aprovação da nova Resolução para implementação da mesma.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Demora na definição do novo instrumento de avaliação, pela complexidade do tema. Necessidade de identificação de mecanismos que permitam medidas preventivas e corretivas. Retomada do Grupo de Trabalho de Humanização do HU, com necessidade de dar visibilidade à experiência dos trabalhadores e incluí-los na tomada de decisão, apostando na sua capacidade de analisar, definir e qualificar os processos de trabalho.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.3.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.3:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que:</p> <p>[...]</p> <p>9.1.3. adote sistema efetivo de controle de frequência e de carga horária de toda a força de trabalho da instituição;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor: 31/12/2014:</p> <p>O HU tem implantado um sistema de ponto digital para os servidores que realizam o Adicional por Plantão Hospitalar (APH), uma vez que o acesso a esse recurso assim o exige. As chefias imediatas através de senha validam a carga horária trabalhada no mês. Os demais servidores assinam ponto em formulário específico, também validado pelas</p>					

chefias. Foi instituída, a pedido da reitora da UFSC, uma comissão para estudar a Flexibilização da Jornada de Trabalho do HU, cujo relatório da comissão foi aprovado no Conselho Diretor do HU em Reunião Extraordinária de 9 de setembro de 2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Aguardamos decisão institucional sobre o tema.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.4.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.4:

[...]

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que:

[...]

9.1.4. estabeleça normas internas com a definição das competências, atribuições e responsabilidades dos diversos serviços e seções da Diretoria de Administração, bem como das suas funções de chefia e de supervisão;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 31/12/2014:

Não houve alteração significativa em relação ao quadro de pessoal, tendo em vista que estamos apenas repondo as aposentadorias, exonerações e demissões a pedido. O HU não tinha como prática descrever os seus processos de trabalho. No ano de 2014, foi dada prioridade a atualização de Manuais, Rotinas e a elaboração de Protocolos e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com ênfase neste último. As quatro diretorias setoriais (medicina, enfermagem, apoio assistencial e diagnóstico complementar e administração) estão envolvidas neste processo, apesar de todas as dificuldades no quadro de pessoal. Em relação aos POPs houve um avanço significativo em diversas áreas com conclusão de grande parte destes instrumentos.

Quanto a Diretoria de Administração, ainda são pontuais os documentos elaborados. Está previsto para o próximo mês uma capacitação com os profissionais que atuam na Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais do HU para elaboração dos POPs. Na Coordenadoria Auxiliar de Gestão de Pessoas (CAGP) foi desenvolvido o Manual de Atribuições de todas as atividades desenvolvidas na unidade. Na Coordenadoria de Suprimentos foram elaborados sete (7) POPs: Fluxo de controle de entrega dos materiais; Fluxo de dispensação de materiais; Fluxo de entrada das notas fiscais no sistema; Fluxo de notificação às empresas em atraso; Fluxo de recebimento, conferência e armazenagem dos materiais; Fluxo de saída - baixa - das requisições no sistema; Fluxo de materiais Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). As demais coordenadorias ainda estão na fase de elaboração dos POPs.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Os fatores que prejudicaram a adoção das providências são: 1) a falta de servidores; 2) e o fato de não ser uma prática institucional a descrição dos seus processos de trabalho.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.5.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.5:

[...]

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área

de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que: [...] 9.1.5. estructure o setor de aquisições com recursos humanos adequados ao exercício de suas atribuições; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 31/12/2014: Como relatado na justificativa anterior (Rel. Gestão de 2013) a Coordenadoria de Suprimentos recebeu quatro servidores, mas dois pediram demissão e foram repostos no final do segundo semestre (final de dezembro de 2014). Um dos servidores era da área de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), que depois de passar por um processo de treinamento, pediu demissão. Temos observado um quantitativo bem significativo de demissões a pedido, de profissionais aprovados nos últimos concursos e este fato tem dificultado o nosso trabalho, tendo em vista que a substituição não é imediata. Uma das novas servidoras lotada em março de 2014 na unidade, está afastada para tratamento de saúde desde 15 de setembro de 2014. A Coordenadoria de Suprimentos é responsável pelo planejamento dos materiais; formação de preços para processos licitatórios; aquisições por dispensa e inexigibilidade; gestão das atas de registro de preços; emissão de empenhos de todas as aquisições e recebimento, armazenagem e distribuição de todos os materiais utilizados no HU. É necessário que os profissionais que atuam na mesma sejam capacitados, o que depende de treinamento e conhecimento da rotina e dos materiais utilizados na assistência ao paciente. Tivemos grandes dificuldades também na área de Almoxarifado, onde ficamos por seis meses sem chefia. A baixa remuneração do cargo (em torno de R\$ 200,00) foi um dos fatores que dificultaram a identificação de um profissional para o cargo. A Coordenadoria de Processos Licitatórios (CPL), que funcionava com quatro pregoeiros e um empregado contratado FAPEU como apoio, teve um deles afastado para tratamento de saúde, outra servidora em licença de gestação e o empregado FAPEU solicitou demissão. Apenas no final do ano passado (final de dezembro) conseguimos contratar dois servidores (vagas de ampliação autorizadas pela reitoria), para a Coordenadoria de Suprimentos, para que houvesse remanejamento interno para suprir a CPL. Não recebemos o Aplicativo de Gestão para os HUs Federais (AGHU), importante ferramenta de gestão, por não termos aderido a EBSERH. Também por falta de pessoal não conseguimos fazer o almoxarifado funcionar 24 horas, o que tem gerado almoxarifados setoriais e dificultado o controle efetivo dos materiais.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
1) Novas legislações, que tentam aprimorar o processo de aquisição de materiais, mas que dependem de quadro de pessoal adequado e capacitado; 2) Áreas técnicas com dificuldades de participar dos processos de aquisição de materiais, por estarem dando prioridade à assistência; 3) Não termos recebido o AGHU e o alto custo na aquisição de outros sistemas, pelas dificuldades financeiras do HU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.6.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.6: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que: [...] 9.1.6. estabeleça normas internas e manuais que detalhem responsabilidades, rotinas e padrões para aplicar					

aos processos de aquisições e de fiscalização dos contratos de serviços; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>Avançamos pouco nesta área em relação ao estabelecimento de normas internas e manuais que detalhem responsabilidades, rotinas e padrões para aplicar aos processos de aquisições e de fiscalização dos contratos de serviços. Estes são essenciais para que possamos avançar na melhoria da rotina de trabalho dos servidores e consequentemente dos serviços prestados.</p> <p>Iniciamos com a elaboração de POPs, porém ainda com muita dificuldade operacional. O HU tem aumentado a complexidade dos atendimentos prestados, num momento em que sua força de trabalho está aposentando. Assim, entendemos que a renovação possa ser um fator facilitador, mas temos que incluir tecnologias para auxiliar a gestão, como o AGHU.</p> <p>Em que pese as dificuldades, conseguimos concluir o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, contendo as atribuições da autoridade administrativa; as atribuições do órgão gestor de contratos e as atribuições gerais do fiscal de contratos. Esta prevista revisão deste manual até 30/06/2015. Salientamos que temos aproximadamente 30 contratos terceirizados atualmente neste HU. O Núcleo de Gestão de Contratos conta com apenas 3 servidores, sendo que dois deles estiveram afastados para tratamento de saúde em 2014 – um servidor afastado por quase cem dias e uma servidora afastada por 45 dias.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os fatores que prejudicaram a adoção das providências são: 1) a falta de servidores; 2) e o fato de não ser uma prática institucional a descrição dos seus processos de trabalho.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.7.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.7:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que:</p> <p>[...]</p> <p>9.1.7. estabeleça normas internas e manuais que detalhem responsabilidades, rotinas e padrões para a realização de revisões independentes das fases críticas dos processos de aquisição de materiais e serviços;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>Pela similaridade, será repetida a justificativa do item 9.1.4.</p> <p>Não houve alteração significativa em relação ao quadro de pessoal, tendo em vista que estamos apenas repondo as aposentadorias, exonerações e demissões a pedido. O HU não tinha como prática descrever os seus processos de trabalho. No ano de 2014, foi dada prioridade a atualização de Manuais, Rotinas e a elaboração de Protocolos e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com ênfase neste último. As quatro diretorias setoriais (medicina, enfermagem, apoio assistencial e diagnóstico complementar e administração) estão envolvidas neste processo, apesar de todas as dificuldades no quadro de pessoal. Em relação aos POPs houve um avanço significativo em diversas áreas com conclusão de grande parte destes instrumentos.</p> <p>Quanto a Diretoria de Administração, ainda são pontuais os documentos elaborados. Está previsto para o próximo mês uma capacitação com os profissionais que atuam na Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais do HU para</p>					

<p>elaboração dos POPS. Na Coordenadoria Auxiliar de Gestão de Pessoas (CAGP) foi desenvolvido o Manual de Atribuições de todas as atividades desenvolvidas na unidade. Na Coordenadoria de Suprimentos foram elaborados sete (7) POPS: Fluxo de controle de entrega dos materiais; Fluxo de dispensação de materiais; Fluxo de entrada das notas fiscais no sistema; Fluxo de notificação às empresas em atraso; Fluxo de recebimento, conferência e armazenagem dos materiais; Fluxo de saída - baixa - das requisições no sistema; Fluxo de materiais Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). As demais coordenadorias ainda estão na fase de elaboração dos POPS.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os fatores que prejudicaram a adoção das providências são: 1) a falta de servidores; 2) e o fato de não ser uma prática institucional a descrição dos seus processos de trabalho.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.8.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.8:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que:</p> <p>[...]</p> <p>9.1.8. estabeleça normas e manuais estabelecendo responsabilidades, rotinas e padrões para a realização de cotações;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>Não houve alteração significativa em relação ao quadro de pessoal, tendo em vista que estamos apenas repondo as aposentadorias, exonerações e demissões a pedido. O HU não tinha como prática descrever os seus processos de trabalho. No ano de 2014, foi dada prioridade a atualização de Manuais, Rotinas e a elaboração de Protocolos e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com ênfase neste último. As quatro diretorias setoriais (medicina, enfermagem, apoio assistencial e diagnóstico complementar e administração) estão envolvidas neste processo, apesar de todas as dificuldades no quadro de pessoal. Em relação aos POPs houve um avanço significativo em diversas áreas com conclusão de grande parte destes instrumentos.</p> <p>Quanto a Diretoria de Administração, ainda são pontuais os documentos elaborados. Está previsto para o próximo mês uma capacitação com os profissionais que atuam na Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais do HU para elaboração dos POPS. Na Coordenadoria Auxiliar de Gestão de Pessoas (CAGP) foi desenvolvido o Manual de Atribuições de todas as atividades desenvolvidas na unidade. Na Coordenadoria de Suprimentos foram elaborados sete (7) POPS: Fluxo de controle de entrega dos materiais; Fluxo de dispensação de materiais; Fluxo de entrada das notas fiscais no sistema; Fluxo de notificação às empresas em atraso; Fluxo de recebimento, conferência e armazenagem dos materiais; Fluxo de saída - baixa - das requisições no sistema; Fluxo de materiais Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). As demais coordenadorias ainda estão na fase de elaboração dos POPS. Na área de responsabilidade pelas cotações (compra direta – compra por dispensa) contávamos somente com uma servidora. Esta servidora está em férias no mês de janeiro/2015 e em fevereiro estará aposentada. Um dos novos contratados no final de dezembro último, assumiu a responsabilidade de substituir esta servidora.</p> <p>Por meio da Portaria n 1008/2014/GR, de 24 de junho de 2014, foi criado o Serviço de Apoio Administrativo da Coordenadoria de Suprimentos da Diretoria de Administração do Hospital. Este serviço tem a finalidade de executar os procedimentos administrativos necessários a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e de serviços não continuados. O serviço cumpre o que dispõe a Instrução Normativa n 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa n 7, criadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece parâmetros para realização da pesquisa de preços no âmbito do órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). Cumprimos também, as exigências da Procuradoria Federal/UFSC, quanto a pesquisa de preços. Atualmente estão lotados neste serviço quatro servidores, porém, uma servidora encontra-se afastada para tratamento de saúde</p>					

desde setembro último.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A quantidade de servidores admitidos para essa área não é suficiente para atendimento de todas as demandas de trabalho e exigências legais.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.9.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.9: [...] <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que:</p> <p>[...]</p> <p>9.1.9. aprimore o cadastro de fornecedores e o controle das aquisições realizadas por meio de compra direta com o objetivo de reduzir o risco de infração às normas legais, especialmente o fracionamento das despesas que deveriam ser realizadas por meio de licitação;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 31/12/2014: Não houve alteração significativa em relação ao quadro de pessoal, tendo em vista que estamos apenas repondo as aposentadorias, exonerações e demissões a pedido. O HU não tinha como prática descrever os seus processos de trabalho. No ano de 2014, foi dada prioridade a atualização de Manuais, Rotinas e a elaboração de Protocolos e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com ênfase neste último. As quatro diretorias setoriais (medicina, enfermagem, apoio assistencial e diagnóstico complementar e administração) estão envolvidas neste processo, apesar de todas as dificuldades no quadro de pessoal. Em relação aos POPs houve um avanço significativo em diversas áreas com conclusão de grande parte destes instrumentos. Quanto a Diretoria de Administração, ainda são pontuais os documentos elaborados. Está previsto para o próximo mês uma capacitação com os profissionais que atuam na Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais do HU para elaboração dos POPs. Na Coordenadoria Auxiliar de Gestão de Pessoas (CAGP) foi desenvolvido o Manual de Atribuições de todas as atividades desenvolvidas na unidade. Na Coordenadoria de Suprimentos foram elaborados sete (7) POPs: Fluxo de controle de entrega dos materiais; Fluxo de dispensação de materiais; Fluxo de entrada das notas fiscais no sistema; Fluxo de notificação às empresas em atraso; Fluxo de recebimento, conferência e armazenagem dos materiais; Fluxo de saída - baixa - das requisições no sistema; Fluxo de materiais Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME). As demais coordenadorias ainda estão na fase de elaboração dos POPs. Na área de responsabilidade pelas cotações contávamos somente com uma servidora. Esta servidora está em férias no mês de janeiro/2015 e em fevereiro estará aposentada. Um dos novos contratados no final de dezembro último, assumiu a responsabilidade de substituir esta servidora. Por meio da Portaria n 1008/2014/GR, de 24 de junho de 2014, foi criado o Serviço de Apoio Administrativo da Coordenadoria de Suprimentos da Diretoria de Administração do Hospital . Este serviço tem a finalidade de executar os procedimentos administrativos necessários a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e de serviços não continuados. O serviço cumpre o que dispõe a Instrução Normativa n 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa n 7, criadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece parâmetros para realização da pesquisa de preços no âmbito do órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). Cumprimos também, as exigências da Procuradoria Federal/UFSC, quanto a pesquisa de preços. Atualmente estão lotados neste serviço quatro servidores, porém, uma servidora encontra-se afastada para tratamento de saúde desde setembro último.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

1) A quantidade de servidores admitidos para essa área não é suficiente para atendimento de todas as demandas de trabalho e exigências legais; 2) Novas legislações, que tentam aprimorar o processo de aquisição de materiais, mas que dependem de quadro de pessoal adequado e capacitado; 3) Áreas técnicas com dificuldades de participar dos processos de aquisição de materiais, por estarem dando prioridade à assistência; 4) Não termos recebido o AGHU e o alto custo na aquisição de outros sistemas, pelas dificuldades financeiras do HU.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.10.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.10:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que:</p> <p>[...]</p> <p>9.1.10. identifique as tarefas críticas dentro dos processos de aquisição e de fiscalização de contratos; crie rotinas de monitoramento do desempenho dos setores envolvidos e estabeleça um sistema de supervisão dessas tarefas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>1) Composição de Preços para processos de aquisição de materiais: Por meio da Portaria n 1008/2014/GR, de 24 de junho de 2014, foi criado o Serviço de Apoio Administrativo da Coordenadoria de Suprimentos da Diretoria de Administração do Hospital. Este serviço tem a finalidade de executar os procedimentos administrativos necessários a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e de serviços não continuados. O serviço cumpre o que dispõe a Instrução Normativa n 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa n 7, criadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece parâmetros para realização da pesquisa de preços no âmbito do órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). Cumprimos também, as exigências da Procuradoria Federal/UFSC, quanto a pesquisa de preços. Atualmente estão lotados neste serviço quatro servidores, porém, uma servidora encontra-se afastada para tratamento de saúde desde setembro último.</p> <p>2) Inadimplência Contratual: Estamos relativamente organizados nesta área. A gestão mais organizada faz com que aja a abertura de inúmeros processos administrativos contra as empresas por inadimplência contratual, ocorrendo a aplicação de penalidades de suspensão em contratar com o serviço público federal e penalidades de multas previstas na legislação.</p> <p>3) Gestão e Fiscalização de Contratados Terceirizados: Em que pese as dificuldades, conseguimos concluir o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, contendo as atribuições da autoridade administrativa; as atribuições do órgão gestor de contratos e as atribuições gerais do fiscal de contratos. Esta prevista revisão deste manual até 30/06/2015. Salientamos que temos aproximadamente 30 contratos terceirizados atualmente neste HU. O Núcleo de Gestão de Contratos conta com apenas 3 servidores, sendo que dois deles estiveram afastados para tratamento de saúde em 2014 – um servidor afastado por quase cem dias e uma servidora afastada por 45 dias.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
1) A quantidade de servidores admitidos para essa área não é suficiente para atendimento de todas as demandas de trabalho e exigências legais; 2) Novas legislações, que tentam aprimorar o processo de aquisição de materiais, mas que dependem de quadro de pessoal adequado e capacitado; 3) Não termos recebido o AGHU e o alto custo na aquisição de outros sistemas, pelas dificuldades financeiras do HU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.11.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429

Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.11: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que: [...] 9.1.11. dê atenção especial aos processos diferenciados de aquisição e contratação, adotando procedimentos de verificação da fidedignidade dos preços estimados e das propostas apresentadas nos processos de contratações por dispensa ou inexigibilidade, bem como em relação ao adequado enquadramento e motivação, de modo a prevenir a ocorrência de direcionamentos, sobrepreços, superfaturamentos, e irregularidades afins nas aquisições e contratações; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 31/12/2014: Atendida parcialmente. Esta instituição tem dado atenção especial aos processos diferenciados de aquisição e contratação. Apesar das dificuldades já elencadas, temos buscado as documentações comprobatórias, bem como, a comprovação através de nota fiscal do valor pago por outras instituições quando da aquisição do material ou contratação de serviços. Entretanto, trata-se de processo moroso que requer um grande esforço institucional pela demora das empresas na apresentação da documentação. Em síntese, a legislação está colocando a melhor forma de realizar o processo, entretanto, identificamos dificuldades dos servidores na obtenção dos orçamentos e comprovação dos preços praticados pela falta de interesse das empresas em abrir seus preços, quase sempre alegando sigilo comercial.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
1) A quantidade de servidores admitidos para essa área não é suficiente para atendimento de todas as demandas de trabalho e exigências legais. 2) Novas legislações, que tentam aprimorar o processo de aquisição de materiais, mas que dependem de quadro de pessoal adequado e capacitado; 2) Áreas técnicas com dificuldades de participar dos processos de aquisição de materiais, por estarem dando prioridade à assistência; 3) Não termos recebido o AGHU e o alto custo na aquisição de outros sistemas, pelas dificuldades financeiras do HU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.13.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.13: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que: [...] 9.1.13. forneça treinamento específico para a fiscalização dos diversos tipos de contrato mantidos pelo órgão; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130

Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 31/12/2014:					
Em que pese as dificuldades, conseguimos concluir o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, contendo as atribuições da autoridade administrativa; as atribuições do órgão gestor de contratos e as atribuições gerais do fiscal de contratos. Esta prevista revisão deste manual até 30/06/2015. Salientamos que temos aproximadamente 30 contratos terceirizados atualmente neste HU. O Núcleo de Gestão de Contratos conta com apenas 3 servidores, sendo que dois deles estiveram afastados para tratamento de saúde em 2014 – um servidor afastado por quase cem dias e uma servidora afastada por 45 dias.					
No final do ano de 2014 a UFSC promoveu capacitação para os fiscais com a formação de duas turmas. Conseguimos a inscrição de alguns servidores do HU. Em 2015, pretendemos promover um curso específico com esta finalidade para os servidores do HU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
1) Número insuficiente de servidores para atendimento de todas as demandas de trabalho e exigências legais; 2) Novas legislações, que tentam aprimorar o processo de contratação, mas que dependem de quadro de pessoal adequado e capacitado;					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	009.385/2012-6	1.097/2013 – Plenário	9.1.14.	RE	0258/2013-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 1.097/2013 – Plenário, item 9.1.14:					
[...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria que objetivou avaliar os controles internos na área de licitações e contratos do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1. com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago que: [...] 9.1.14. adote uma política de rotatividade dos responsáveis por atividades críticas, de forma a evitar a dependência do órgão em relação a um número reduzido de pessoas. [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 31/12/2014:					
A rotatividade foi discutida no âmbito da Diretoria de Administração. Porém, como as equipes são reduzidas, retirar pessoas de sua área de domínio operacional para treiná-las em outra atividade, significa queda na produtividade e aumento na probabilidade de erros. Além disso, alertamos que não temos ninguém para realizar os treinamentos que possibilitem tais rodízios.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Número insuficiente de servidores para atendimento de todas as demandas de trabalho e exigências legais.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	019.985/2007-9	2.519/2010-Segunda Câmara	1.5.1	DE	488/2010-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 2.519/2010 – Plenário, item 1.5.1:					
[...] 1.5. Determinar à Universidade de Santa Catarina que: 1.5.1. Regularize a concessão de uso da área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato 269/2001, de 25/07/2001, de modo a atender à legislação aplicada,					

particularmente a Lei 6.120/1974 e o Decreto 99.509/1990, mediante a cobrança, por todo o período de vigência do referido contrato, do aluguel mensal devido com base em laudo de avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					26114
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 27/02/2015: A Universidade Federal de Santa Catarina foi comunicada pela Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal através da Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias; Divisão de Gerenciamento de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais – Seção de Cobrança e Recebimento de Crédito da PF-SC, através da Procuradora Federal Renata Elisandra de Araújo, o ajuizamento de ação de cobrança em face da AASUFSC com objetivo de obter pagamento integral dos valores referentes ao aluguel pelo uso da área do Termo de Concessão nº 269/2001, por todo o período do contrato, no valor total de R\$ 3.873.644,93 (três milhões oitocentos e setenta e três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos). A ação foi distribuída para a 6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santa Catarina sob o nº 5001490-29.2015.404.7200, CHAVE: 355801243815.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não identificados					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	019.985/2007-9	2.519/2010-Segunda Câmara	1.5.3	DE	488/2010-TCU/SECEx-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 2.519/2010 – Plenário, item 1.5.3: [...] 1.5. Determinar à Universidade de Santa Catarina que: [...] 1.5.3. observe os arts. 64, 67, 86, incisos I e II, e 95 do Decreto-lei 9.760/46, bem como a Portaria/SPU 205/2002, para a fixação do aluguel mensal a ser cobrado pela cessão de área para a Associação Atlética dos Servidores da UFSC – AASUFSC; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					26114
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 27/02/2015: A Universidade Federal de Santa Catarina foi comunicada pela Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal através da Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias; Divisão de Gerenciamento de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais – Seção de Cobrança e Recebimento de Crédito da PF-SC, através da Procuradora Federal Renata Elisandra de Araújo, o ajuizamento de ação de cobrança em face da AASUFSC com objetivo de obter pagamento integral dos valores referentes ao aluguel pelo uso da área do Termo de Concessão nº 269/2001, por todo o período do contrato, no valor total de R\$ 3.873.644,93 (três milhões oitocentos e setenta e três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos). A ação foi distribuída para a 6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santa Catarina sob o nº 5001490-29.2015.404.7200, CHAVE: 355801243815.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como um dos fatores negativos para a não conclusão dos trabalhos foi a greve deflagrada na UFSC no período de 17/03 a 01/07/2014.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	019.985/2007-9	2.519/2010-Segunda Câmara	1.5.4	DE	488/2010-TCU/SECEx-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429

Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 2.519/2010 – Plenário, item 1.5.4: [...] <p>1.5. Determinar à Universidade de Santa Catarina que:</p> [...] <p>1.5.4. apure os valores não pagos pela AASUFSC, baseando-se em critérios legais, e adote as medidas para a cobrança administrativa e/ou judicial, se for o caso, dos valores devidos;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					26114
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 27/02/2015: A Universidade Federal de Santa Catarina foi comunicada pela Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal através da Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias; Divisão de Gerenciamento de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais – Seção de Cobrança e Recebimento de Crédito da PF-SC, através da Procuradora Federal Renata Elisandra de Araújo, o ajuizamento de ação de cobrança em face da AASUFSC com objetivo de obter pagamento integral dos valores referentes ao aluguel pelo uso da área do Termo de Concessão nº 269/2001, por todo o período do contrato, no valor total de R\$ 3.873.644,93 (três milhões oitocentos e setenta e três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos). A ação foi distribuída para a 6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santa Catarina sob o nº 5001490-29.2015.404.7200, CHAVE: 355801243815.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor (Rel. Gestão 2013)					
Como um dos fatores negativos para a não conclusão dos trabalhos foi a greve deflagrada na UFSC no período de 17/03 a 01/07/2014					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	019.985/2007-9	2.519/2010-Segunda Câmara	1.5.9	DE	488/2010-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão 2.519/2010 – Plenário, item 1.5.9: [...] <p>1.5. Determinar à Universidade de Santa Catarina que:</p> [...] <p>1.5.9. aprimore os procedimentos de contratação por dispensa de licitação, atentando, em especial, para: a obtenção de orçamentos de empresas idôneas, cujas atividades econômicas sejam do ramo do objeto a ser contratado; a seleção de empresa que ofereça o produto/serviço conforme especificado no processo; a correta fiscalização da entrega do bem/execução do serviço, designando fiscal para as contratações envolvendo obras;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração					26114
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 21/01/2015: A Universidade está direcionando esforços para o cumprimento da determinação. Trata-se, no entanto, de matéria que exige a análise de setor especializado na área para a fixação de valores de cerca de 12 anos atrás. O laudo está sendo providenciado por professor do corpo da UFSC especialista na matéria. Tão logo o laudo seja apresentado à administração, o caso será encaminhado para a cobrança dos valores devidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Como fator negativo para a não conclusão dos trabalhos foi a greve deflagrada na UFSC					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	019.177/2011-9	2.900/2012 – Plenário	9.3.1.	RE	0822/2012-TCU/SECEX-SC

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina						429
Descrição da Deliberação						
Teor do Acórdão 2.900/2012 – Plenário, item 9.3.1: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada com vistas a avaliar a legalidade da acumulação de cargos públicos ocupados por servidores públicos federais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: [...] 9.3. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos termos do disposto no artigo 250, inciso III, do RI/TCU, que: 9.3.1. estabeleça rotinas periódicas de verificação com vistas a evitar situações de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; [...]						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas						26115
Justificativa para o seu não Cumprimento						
Posição do Gestor em 15/12/2014: Em virtude das grandes demandas do Departamento de Administração de Pessoal no segundo semestre de 2014 em razão da quantidade de processos judiciais tais como: Reposição ao erário de 1800 servidores com relação a URP, Implementação da Incorporação de Quintos/Décimos de 490 servidores com prazo até novembro de 2014. Revisão de mais de 600 processos referente a averbação de tempo insalubre, em cumprimento as Orientações Normativas nº 15 e 16 de 2013 do MPOG e do Tribunal de Constas da União. Estamos sem condições de proceder ao recadastramento dos servidores neste semestre. Além das grandes demandas, atualmente estamos com uma redução do quadro de pessoal deste Departamento em função de licenças tais como: à gestante e para tratamento da própria saúde. Incluímos esta atividade no planejamento de 2015, nossa meta é iniciar no segundo semestre de 2015.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
Fatores Negativos: Aumento da demanda das atividades do Departamento de Administração de Pessoal e falta de pessoal.						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
18	019.177/2011-9	2.900/2012 – Plenário	9.3.2.	RE	0822/2012-TCU/SECEX-SC	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina						429
Descrição da Deliberação						
Teor do Acórdão 2.900/2012 – Plenário, item 9.3.2: [...] VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada com vistas a avaliar a legalidade da acumulação de cargos públicos ocupados por servidores públicos federais vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: [...] 9.3. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos termos do disposto no artigo 250, inciso III, do RI/TCU, que: [...] 9.3.2. adote as providências necessárias para manter atualizadas as informações do SIAPE, bem como as pastas funcionais de seu quadro permanente de servidores; [...]						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas						26115

Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Em virtude das grandes demandas do Departamento de Administração de Pessoal no segundo semestre de 2014 em razão da quantidade de processos judiciais tais como: Reposição ao erário de 1800 servidores com relação a URP, Implementação da Incorporação de Quintos/Décimos de 490 servidores com prazo até novembro de 2014. Revisão de mais de 600 processos referente a averbação de tempo insalubre, em cumprimento as Orientações Normativas nº 15 e 16 de 2013 do MPOG e do Tribunal de Contas da União. Estamos sem condições de proceder ao recadastramento dos servidores neste semestre.</p> <p>Além das grandes demandas, atualmente estamos com uma redução do quadro de pessoal deste Departamento em função de licenças tais como: à gestante e para tratamento da própria saúde.</p> <p>Incluimos esta atividade no planejamento de 2015, nossa meta é iniciar no segundo semestre de 2015.</p>					
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p> <p>Fatores Negativos: Aumento da demanda das atividades do Departamento de Administração de Pessoal e falta de pessoal.</p>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	025.354/2010-8	2.487/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 2.900/2011 – 2ª Câmara)	9.3	DE	6946/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.487/2013-2ª Câmara</p> <p>[...]</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e 39, inciso II, 45 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:</p> <p>9.1. conhecer dos Pedidos de Reexame, para no mérito dar-lhes provimento parcial, no sentido de alterar a redação dada ao item 9.3.1, mantendo-se nos exatos termos os demais itens do Acórdão:</p> <p>“9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU, a exceção da parcela relativa aos 3,17% da URV, que tem amparo judicial e deve ser convertida em vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais de da salário concedidos ao funcionalismo público federal, na forma determinada pelo subitem 9.2.1.2 do Acórdão 2161/2005 – Plenário, com as observações dispostas no Acórdão 269/2012 – Plenário.”</p> <p>9.2. dar ciência aos recorrentes e à Universidade Federal de Santa Catarina do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam.</p> <p>[...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 2.900/2011-2ª Câmara</p> <p>[...]</p> <p>9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.3.2. comunique aos interessados que tiveram os atos julgados ilegais a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;</p> <p>9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;</p> <p>9.3.4. corrija, quanto aos atos de fls. 47/50 e 71/74, as inconsistências entre as informações prestadas nos atos e as que constam do sistema Siape;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115

Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Referente ao pagamento do percentual de 26,05% URP os servidores que faziam jus a tal pagamento deixaram de receber em fevereiro de 2008; Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	025.405/2010-1	2.496/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 221/2012 – 2.ª Câmara)	1.6	DE	6930/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.496/2013-2ª Câmara: [...] ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em: 9.1 nos termos dos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/92, conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos recorrentes nominados no subitem 3.2, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, promovendo as seguintes alterações no Acórdão 221/2012-2ª Câmara: 9.1.1 tornar insubsistente seu subitem 1.6.1; 9.1.2 acrescentar-lhe o subitem 1.6.1-A, com a seguinte redação: 1.6.1-A determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência, corrija, nos proventos dos recorrentes e dos demais interessados neste processo que estejam amparados pela Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (cf. art. 281 do Regimento Interno deste Tribunal), o valor da vantagem de 3,17%, nos termos preconizados no subitem 9.2.1.2 do Acórdão 2161/2005 – Plenário, com os esclarecimentos exarados no Acórdão 269/2012 – Plenário, transformando a referida parcela em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), a ser paga em valor nominal e sujeita exclusivamente aos reajustes gerais de salário do funcionalismo público federal; 9.2 manter, na íntegra, os demais termos do acórdão recorrido; 9.3 enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam: 9.3.1 ao advogado constituído por [recorrente neste processo], nos termos do §7º do art. 179 do Regimento Interno do Tribunal; 9.3.2 aos demais recorrentes; 9.3.3 à Universidade Federal de Santa Catarina. [...] Teor do Acórdão nº 221/2012-2ª Câmara: [...] 1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.6.1. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina para que, no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar o pagamento da vantagem de 3,17% (Rubrica/Descrição: 16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO), relativa à defasagem no cálculo da URV em dezembro de 1994; 1.6.2. aplicar a Súmula nº 106 da Jurisprudência predominante do TCU, em relação à parcela ilegal recebida presumivelmente de boa-fé; 1.6.3. dar ciência aos interessados da deliberação desta Corte de Contas, alertando-os de que a interposição de eventuais recursos não os eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desses recursos não serem providos; 1.6.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados tomaram ciência do julgamento deste Tribunal. [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
<p>Por tratar-se de decisão judicial a parcela alusiva aos 3,17% (URV) está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, sem a aplicação de qualquer reajuste.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC, esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	012.991/2012-0	2.556/2013 – 2.ª Câmara	1.8	DE	6928/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.556/2013-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.8. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.8.1. dê ciência deste Acórdão aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;</p> <p>1.8.2. converta, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, a parcela referente ao percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração dos interessados (Ação Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina 99.0003933-5, 6ª Vara Federal de Florianópolis);</p> <p>1.8.3. aplique, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, à VPNI decorrente de vantagem alusiva ao percentual de 3,17% (URV), relativamente aos interessados, o entendimento consignado no Acórdão 2.161/2005 – Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;</p> <p>1.8.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, em caso de decisão desfavorável às Sras. *** no âmbito do processo 2006.72.00.009358-8/SC, o pagamento da rubrica alusiva à hora extra judicial, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>1.8.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;</p> <p>1.9. Esclarecer à Universidade Federal de Santa Catarina que poderá, nos termos dos arts. 260, caput, 262, § 2º, do Regimento Interno, emitir novos atos livres das irregularidades apontadas, submetendo-os a nova apreciação deste Tribunal.</p> <p>[...]</p>					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Em relação à conversão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificadas (VPNI), especificamente sobre o pagamento da parcela 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar os seguintes esclarecimentos: a) por tratar-se de uma decisão judicial transitada em julgado este Departamento poderá cessar o pagamento do percentual de 3,17%, poderá recalcular e absorver o valor do referido percentual dos aposentados e beneficiários de pensão cujos atos foram considerados ilegais pelo Tribunal de Contas da União. Aguardando manifestação da Procuradoria Federal junto a UFSC com relação ao pagamento do percentual de 3,17%. Em relação à cessão da parcela da remuneração denominada horas extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	028.216/2010-5	2588/2013 – 1.ª Câmara	9.4	DE	6592/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.588/2013-1ª Câmara: [...] <p>9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que adote as seguintes providências, no prazo de quinze dias:</p> <p>9.4.1. dê ciência aos interessados *** do teor desta deliberação, inclusive do relatório e voto que a fundamentam;</p> <p>9.4.2. faça juntar aos autos, nos quinze dias subsequentes ao prazo fixado, o comprovante de notificação dos interessados;</p> <p>9.4.3. convoque J.A.S. para optar por uma das seguintes situações:</p> <p>9.4.3.1. recolher de forma indenizada, junto à Receita Federal do Brasil, a contribuição previdenciária relativa ao tempo rural, observado o prazo de 120 dias, contados a partir da notificação;</p> <p>9.4.3.2. aposentar-se por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, na forma da Constituição Federal, art. 40, § 1º, III, “b”, com vigência a partir de 17.12.2004, hipótese na qual seus proventos de aposentadoria serão pagos sem paridade com a remuneração do servidor ativo;</p> <p>9.4.4. convoque J.J. para optar por uma das seguintes situações:</p> <p>9.4.4.1. recolher de forma indenizada, junto à Receita Federal do Brasil, a contribuição previdenciária relativa ao tempo rural, observado o prazo de 120 dias, contados a partir da notificação;</p> <p>9.4.4.2. retornar à atividade;</p> <p>9.4.5. oriente os servidores J.J. e J.A.S. no sentido de que o efeito suspensivo do pedido de reexame eventualmente interposto não os eximirá da obrigação de devolver os valores indevidamente recebidos a partir da notificação;</p> <p>9.4.6. promova a absorção da parcela relativa ao percentual de 3,17% dos proventos ou remuneração dos servidores de que cuida este processo quando da implementação de novas estruturas remuneratórias, específicas das respectivas categorias;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					

Referente Servidor matrícula 1156898, informamos que embora tenha se inativado aos 58 anos de idade, o servidor, hoje com 74 anos, já não teria a possibilidade de retornar à ativa para conservar seu atual padrão de rendimentos. Com a alteração de sua aposentadoria proporcional para compulsória considerando somente o tempo de contribuição lhe seria extremamente oneroso arcar com a indenização do tempo rural. Servidor matrícula 1156898 percebe remuneração modesta, cerca de R\$ 2.100,00, ou seja, menos de três salários mínimos. Com o ajuste de seu tempo de serviço, esse valor seria reduzido para algo inferior a dois salários mínimos. Informamos que o servidor entrou com uma ação ordinária nº 5017703-47.2014.404.7200 em face da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Conforme Ofício nº 734/2014/PF-UFSC de Florianópolis, 23 de junho de 2014 da Procuradoria Federal junto a UFSC o Servidor matrícula 1156898 interpôs recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com pedido de efeito suspensivo ativo, conquistando tal provimento suspensivo.

Segue a decisão: Ante o exposto, serve o presente para fins de imediato cumprimento da antecipação da tutela recursal deferida para: a) manter o ato de aposentadoria do agravante (segundo o autor Aposentadoria na forma proporcional (34/35), em razão de reconhecimento de atividade especial exercida (Portaria nº 176/DDAP/2008, de 19/04/2008), durante o trâmite processual; e b) suspender a determinação administrativa de comprovar o recolhimento de contribuições previdenciárias referentes a o período de atividades rural e transformação da aposentadoria do autor em aposentadoria por idade com proventos proporcionais.

Referente Servidora matrícula SIAPE 1157258 informamos que entrou com ação nº 5008729/87.2014.404.7200 que deferiu em parte a antecipação da tutela recursal para suspender os efeitos da decisão do TCU em questão, mantendo a aposentadoria da parte autora ate prolação de sentença conforme decisão anexa. Portaria nº 312/DAP/2014 de 30 de abril de 2014 publicada no DOU de 05 de maio de 2014 - Restabeleceu os efeitos da Portaria nº 1681/DRH/97 de 17 de outubro de 1997, publicada no Diário Oficial de 29 de outubro de 1997, que aposentou a servidora matrícula SIAPE 1157258, código de vaga nº 291425, ocupante do cargo de Assistente em Administração, nível de classificação D, nível de capacitação 1, padrão de vencimento 09, no regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da carreira técnico-administrativa da Universidade Federal de Santa, nos termos do art. 40, inciso III, alínea 'a' da Constituição Federal, c/c o art. 186, inciso III, alínea 'a' da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 2012, com proventos integrais, incorporando 16% (dezesseis por cento) de adicional por tempo de serviço e a vantagem do art. 192, inciso I, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 2012, em cumprimento ao Agravo de Instrumento nº 5008729-87.2014.404.0000/SC

Com relação o pagamento do percentual de 3,17%, informamos que foi encaminhado consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar os seguintes esclarecimentos: a) por tratar-se de uma decisão judicial transitada em julgado este Departamento poderá cessar o pagamento do percentual de 3,17%, poderá recalculer e absorver o valor do referido percentual dos aposentados e beneficiários de pensão cujos atos foram considerados ilegais pelo Tribunal de Contas da União.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Demora por parte do TCU para análise dos processos de aposentaria, gerando transtornos na convocação dos servidores para retornarem à atividade. Como o servidor está aposentado há alguns anos, em muitos casos não este encontra-se em condições físicas e psicológicas para retornar ao trabalho.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	024.988/2010-3	2.616/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 217/2012 – 2.ª Câmara)	9.4	DE	7798/2013-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 2.616/2013-2ª Câmara:

[...]

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadoria no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, em que se examina Pedidos de Reexame interpostos por ***, *** e *** contra o Acórdão 217/2012-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no art. 48, c/c o art. 32, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Pedidos de Reexame apresentados por ***, *** e *** para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;

9.2. tornar sem efeito os subitens 9.4.1 e 9.4.4 do Acórdão 217/2012-2.ª Câmara;

<p>9.3. acrescentar ao Acórdão 217/2012-2.^a Câmara o item 9.4.5, com a seguinte redação: “9.4.5. relativamente aos atos de aposentadoria tratados nestes autos, de fls. 6/37, efetue a conversão das parcelas da remuneração relacionada à percepção do percentual de 3.17% (URV) em Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNI), sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais de salário concedidos ao funcionalismo público federal, observados os ditames do Acórdão 2.161/2005-Plenário e do Acórdão 269/2012-Plenário;”</p> <p>9.4. dar ciência às recorrentes e à Universidade Federal de Santa Catarina da presente decisão. [...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 217/2012-2^a Câmara: [...]</p> <p>9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada cujo ato foi considerado ilegal, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópia do documento que comprove a data em que a interessada teve ciência desta deliberação;</p> <p>9.4.4. faça cessar o pagamento da vantagem relativa ao percentual de 3,17% aos interessados de fls. 10/37; [...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Em relação à conversão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificadas (VPNI), especificamente sobre o pagamento da parcela 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar os seguintes esclarecimentos: a) por tratar-se de uma decisão judicial transitada em julgado este Departamento poderá cessar o pagamento do percentual de 3,17%, poderá recalcular e absorver o valor do referido percentual dos aposentados e beneficiários de pensão cujos atos foram considerados ilegais pelo Tribunal de Contas da União. Aguardando manifestação da Procuradoria Federal junto a UFSC com relação ao pagamento do percentual de 3,17%.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	012.142/2011-5	2.995/2013 – 2. ^a Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 5.800/2011 – 2. ^a Câmara)	9.3 do Acórdão 5800/2011 2 ^a C	DE	7940/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.995/2013-2^a Câmara: [...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame em processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamentos nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:</p> <p>9.1. conhecer do pedido de reexame interposto contra o Acórdão 5.800/2011-2^a Câmara para, no mérito, conceder a ele provimento parcial para considerar legal o ato de aposentadoria de ***;</p> <p>9.2. tornar insubsistente o subitem 9.3.5 do acórdão recorrido;</p> <p>9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento do subitem 9.3.1 do</p>					

<p>Acórdão 5.800/2011-2ª Câmara; 9.4. dar ciência desta determinação à recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina. [...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 5.800/2011-2ª Câmara: [...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de ***, ex-servidora da Fundação Universidade Federal de Santa Catarina. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:</p> <p>9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de ***, negando-lhe registro; 9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pela inativa, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal; 9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.3.1 faça cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa; 9.3.2 comunique à interessada acerca da presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento; 9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento da decisão desta Corte; 9.3.4. informe à interessada que o processo TC 012.142/2011-5 é eletrônico e que a Portaria-TCU nº 234, de 29 de junho de 2009, (disponível em: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/PORTN/20101112/PRT2009-234.doc) estabelece a sistemática para obtenção de vista eletrônica e cópia dos autos; 9.3.5. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007; [...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014: Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	015.375/2011-0	2.998/2013 – 2ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 11.893/2011 – 2ª Câmara)	9.2 do Acórdão 11893/2011 2ª C	DE	7606/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.998/2013-2ª Câmara: [...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame em processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamentos nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:</p> <p>9.1. conhecer do pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.893/2011-2ª Câmara para, no mérito, negar a ele provimento;</p>					

9.2. dar ciência desta determinação à recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina [...]					
Teor do Acórdão nº 11.893/2011-2ª Câmara:					
[...]					
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de aposentadoria em nome de ***, ex-servidora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:					
9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de ***, negando-lhe o respectivo registro;					
9.2. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:					
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado por esta Corte, relacionados à rubrica alusiva ao percentual de 3,17%, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;					
9.2.2. uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura a manutenção do pagamento de "horas extras judiciais", promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, a restituição dos valores indevidamente pagos a esse título, sem prejuízo da implementação das demais providências inerentes à negativa de registro do ato de concessão por esta Corte de Contas;					
9.2.3. dê ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado, alertando-o que a interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;					
9.2.4. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomar conhecimento da decisão desta Corte;					
[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 17/12/2014:					
Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Em relação a remuneração denominada horas extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	015.735/2011-7	2.999/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 10.960/2011 – 2.ª Câmara)	9.3 do Acórdão 10.960/2011 2ª C	DE	7651/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.999/2013-2ª Câmara:					
[...]					
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame em processo de aposentadoria,					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamentos nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:					
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto contra o Acórdão 10.960/2011-2ª Câmara para, no mérito, negar a ele provimento;					
9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que verifique os vínculos funcionais da servidora *** de molde a comprovar se a inativa integra o polo ativo da Ação Ordinária 2009.71.00.017838-6;					

9.3. dar ciência desta determinação à recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina. [...]					
Teor do Acórdão nº 10.960/2011-2ª Câmara: [...]					
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de ***, ex-servidora da Fundação Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.					
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, incisos III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, em:					
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de ***, negando-lhe o respectivo registro;					
9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;					
9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Santa Catarina que:					
9.3.1. faça cessar, em caso de sentença desfavorável à Sra. ***, no âmbito da Medida Cautelar nº 2009.71.00.004888-2/RS em trâmite na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;					
9.3.2. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a essa parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;					
9.4. dar ciência da presente deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;					
[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
Informamos que em relação ao percentual 26,05% - URP esta Universidade está aguardando o tramite final da sentença na Justiça Federal do Rio Grande do Sul.					
Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	028.623/2011-8	3.006/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 11.189/2011 – 2.ª Câmara)	9.3 do Acórdão 11.189/2011 2ª C	DE	8010/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 3.006/2013-2ª Câmara:					
[...]					
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame em processo de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamentos nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:					
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, conceder a ele provimento parcial para alterar a redação do subitens 9.3.4 do Acórdão 11.189/2011-2ª Câmara, que passará a ser a seguinte:					
“9.3.4. caso o Superior Tribunal de Justiça venha a dar provimento ao recurso especial interposto no processo 2006.72.00.009358-8/SC, adote as medidas para fazer cessar o pagamento da vantagem decorrente					

da incorporação de 'hora extra', sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;"

9.2. tornar insubsistente o subitem 9.3.5. do Acórdão 11.189/2011-2ª Câmara;

9.3. encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União as informações relativas à Apelação Cível nº 2006.72.00.009358-8, cujo recurso especial encontra-se pendente de julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, para a adoção das providências cabíveis, com ciência à Conjur/TCU;

9.4. dar ciência desta determinação às recorrentes e à Universidade Federal de Santa Catarina.

[...]

Teor do Acórdão nº 11.189/2011-2ª Câmara:

[...]

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, os artigos 1º, inciso VIII, 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar ilegais os atos de aposentadoria em favor de *** e ***, negando-lhes o respectivo registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas pelas interessadas, de boa-fé, a teor da Súmula TCU nº 106;

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.3.1. dê ciência do teor do presente Acórdão às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento desses recursos;

9.3.2. encaminhe a este Tribunal, por cópia, no prazo de trinta dias, comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento da presente decisão;

9.3.3. promova a exclusão da vantagem decorrente da incorporação do percentual de 3,17% nos proventos das interessadas, em consonância com a Medida Provisória nº 2.225/2001, que determinou sua absorção em virtude de reajustes e reestruturações ocorridas em suas carreiras;

9.3.4. no prazo de quinze dias, faça cessar o pagamento da vantagem decorrente da incorporação de "hora extra", sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU; e

9.3.5. emita novos atos, livres da irregularidade apontada, submetendo-os à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência desta deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.

[...]

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
A Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra) e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.					
Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
28	009.270/2010-8	3.322/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 210/2012 – 2.ª Câmara)	9.4 do Acórdão 210/2012 2ª C	DE	8782/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					

Teor do Acórdão nº 3.322/2013-2ª Câmara:

[...]

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedidos de Reexame interpostos por ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC contra o Acórdão nº 210/2012-2ªC, que considerou ilegais seus atos de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, dos Pedidos de Reexame interpostos pelos senhores indicados no item 3 supra para, no mérito, dar-lhes provimento parcial:

9.2. alterar o subitem 9.4.4. do Acórdão nº 210/2012 – TCU – 2ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação: “reveja os proventos dos beneficiários, de modo que, os valores alusivos ao percentual 3,17% sejam pagos sob a forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no exato valor percebido quando da sua suspensão pela UFSC e restabelecido por decisões judiciais proferidas nos autos dos processos 99.0001944-0 e 99.0003933-5/SC, sujeito exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão n. 2.161/2005-TCU-Plenário”

9.3. alterar o subitem 9.4.5 do Acórdão nº 210/2012 – TCU – 2ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação: “reveja os proventos dos beneficiários, de modo que os valores alusivos às horas extras sejam pagos sob a forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no exato valor percebido pelos interessados quando da sua suspensão pela UFSC e restabelecido por decisão judicial proferida nos autos do processo 2006.72.00.009358-8/SC, sujeito exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo”

9.4. tornar insubsistentes os subitens 9.4.7 e 9.4.8 do Acórdão n. 210/2012 – TCU – 2ª Câmara;

9.5. manter em seus exatos termos os demais itens do Acórdão nº 210/2012 – 2ª Câmara;

9.6. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que aplique aos proventos dos Srs. *** a determinação prevista no subitem 9.4.4 do Acórdão nº 210/2012 – 2ª Câmara, com a redação dada pela presente deliberação;

[...]

Teor do Acórdão nº 210/2012-2ª Câmara:

[...]

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno/TCU, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados (subitem 9.2, precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

9.4.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os inativos tomaram ciência do julgamento desta Corte;

9.4.4. ajuste o valor das parcelas pagas aos interessados com base em decisão judicial, a exemplo da denominada URV, conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário, por diversas vezes dirigido a essa universidade;

9.4.5. efetue a conversão da parcela denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de acordo com reiteradas orientações expedidas a essa instituição;

9.4.6. recalcule os proventos da inativa *** (fls. 120/124), proporcionalizando-os para 80/100, ao invés de 85/100;

9.4.7. proporcionalize as aposentadorias de *** (fls. 95/99) e *** (fls. 33/37), excluindo dos tempos averbados aqueles relativos a justificação judicial;

9.4.8. com base no art. 6º, § 1º, da Resolução TCU nº 237/2010, no prazo de 15 dias, contado da ciência desta decisão, retire dos proventos dos ex-servidores *** (fls. 130/134), *** (fls. 171/175), *** (fls. 166/170) e *** (fls. 186/191), a vantagem judicial de 3,17%, atualmente percebida, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.9. recalcule os proventos da interessada *** (fls. 115/119), conforme previsto nos arts. 1º, § 5º, e 15 da Lei nº 10.887/2004;

9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Por tratar-se de decisão judicial a parcela alusiva aos 3,17% (URV) está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, sem a aplicação de qualquer reajuste.</p> <p>Em relação à cessão da parcela da remuneração denominada horas extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) e da hora - extra, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%) e processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra) , esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	009.271/2010-4	3.337/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 950/2012 – 2.ª Câmara)	9.4	DE	8791/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 3.337/2013-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, diante das razões expostas pelo relator, em:</p> <p>9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;</p> <p>9.2. alterar o subitem 9.4.5. do Acórdão 950/2012 – TCU – 2ª Câmara, passando a contar com a seguinte redação: “rever os proventos, de modo que, os valores alusivos às horas extras sejam pagos sob a forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no exato valor percebido pelos interessados quando da sua suspensão pela UFSC e restabelecido por decisão judicial proferida nos autos do processo 2006.72.00.009358-8/SC, sujeito exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo”;</p> <p>9.3. tornar sem efeito os subitens 9.4.5.1 e 9.4.5.2 do Acórdão 950/2012 – TCU – 2ª Câmara;</p> <p>9.4. alterar o subitem 9.4.7. do Acórdão 950/2012 – TCU – 2ª Câmara, passando a contar com a seguinte redação: “rever os proventos, de modo que, os valores alusivos ao percentual 3,17% sejam pagos sob a forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no exato valor percebido pelos interessados quando da sua suspensão pela UFSC e restabelecido por decisões judiciais proferidas nos autos dos processos 99.0001944-0 e 99.0003933-5/SC, sujeito exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário”;</p> <p>9.5. manter em seus exatos termos os demais itens do Acórdão 950/2012 – TCU – 2ª Câmara;</p> <p>9.6. encaminhar cópia do inteiro teor da deliberação que vier a ser adotada pelo Tribunal ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU para avaliar a possibilidade de suscitar, entre outras questões, a ilegitimidade passiva ad causam da entidade arrolada no polo passivo da ação de que tratam os autos do processo 2006.72.00.009358-8/SC, vez que a UFSC era mera executora do Acórdão 981/2005 – TCU – 1ª Câmara;</p>					

9.7. dar ciência aos recorrentes e à Universidade Federal de Santa Catarina do inteiro teor desta deliberação.
[...]

Teor do Acórdão nº 950/2012-2ª Câmara:

[...]

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.4.1. retire dos proventos dos inativos *** (fls. 2/6), *** (fls. 28/33), *** (fls. 85/90), *** (fls. 127/131), *** (fls. 144/148) e *** (fls. 169/173) a vantagem judicial correspondente a 3,17%, atualmente percebida, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da presente deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta decisão;

9.4.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.4.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem as datas em que os interessados tiveram ciência desta decisão;

9.4.5. efetue a conversão da parcela denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de acordo com as seguintes orientações:

9.4.5.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.4.5.2. a partir de 1º/1/1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.087/2005, de 4/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.4.6. ajuste o valor da vantagem oriunda de sentença judicial referente ao Plano Collor, constante dos proventos da inativa Maria do Socorro Pereira da Costa (fls. 96/100), na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.4.7. suspenda o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17% aos inativos da Universidade beneficiados com essa vantagem, tendo em vista o disposto no art. 10 da Medida Provisória nº 2.225/2001 e reiteradas decisões deste Tribunal acerca do assunto;

9.4.8. ajuste os proventos de *** (fls. 44/49) e *** (fls. 106/111) para o percentual correspondente a 90/100, ao invés de 34/35 e 29/30, respectivamente;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Secretaria de Gestão de Pessoas

26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Em relação à conversão da parcela da remuneração denominada horas extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.

Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.

Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado

em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
30	014.523/2011-6	3.579/2013 – 2.ª Câmara	1.7	DE	9507/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 3.579/2013-2ª Câmara: [...] <p>1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que recalcule o montante pago a título de URV ao aposentado ***, de acordo com os critérios definidos no item 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário, considerando as reestruturações de carreiras promovidas pelas Leis nºs 12.772 e 12.778, ambas de 28 de dezembro de 2012.</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Informamos que foi calculado o montante pago a título de URV ao aposentado SIAPE nº 1155597 de acordo com os critérios definidos no item 9.2.1.2 do Acórdão 2161/2005-TCU-Plenário. Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
31	012.981/2012-5	3.651/2013 – 2.ª Câmara	9.4	DE	9730/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 3.651/2013-2ª Câmara: [...] <p>9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.4.1. dê ciência aos interessados desta deliberação, alertando-os de que a interposição de eventuais recursos junto ao TCU não os eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso de não provimento;</p> <p>9.4.2. emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades detectadas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação;</p> <p>9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovantes das datas em que os interessados tomarem conhecimento da decisão desta Corte;</p> <p>9.4.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 191 do Regimento Interno deste Tribunal;</p> <p>9.4.5. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando à parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público;</p> <p>9.4.6. faça cessar, em caso de decisão desfavorável aos interessados, no âmbito processo nº 2006.72.00.009358-8/SC, o qual versa sobre o pagamento de hora extra judicial, os pagamentos dela decorrentes, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores que lhes foram pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>9.5. orientar a Universidade Federal de Santa Catarina que aplique à VPNI decorrente da URV (3,17%) o entendimento consignado no Acórdão 2.161/2005 – Plenário, por meio do qual este Tribunal consignou que</p>					

novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão absorver a mencionada vantagem, a despeito de decisão judicial que dê amparo ao pagamento; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Em relação à conversão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificadas (VPNI), especificamente sobre o pagamento da parcela 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Em relação à cessão da parcela da remuneração denominada horas extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
32	028.630/2011-4	3.706/2013 – 2.ª Câmara	1.7	DE	14586/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 3.706/2013-2ª Câmara: [...] 1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que recalcule o montante pago a título de URV ao aposentado ***, de acordo com os critérios definidos no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005 – TCU - Plenário, considerando-se, para tanto, as reestruturações de carreiras promovidas pelas Leis nºs 12.772 e 12.778, ambas de 28 de dezembro de 2012. [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Informamos que foi calculado o montante pago a título de URV ao aposentado SIAPE nº 1155194 de acordo com os critérios definidos no item 9.2.1.2 do Acórdão 2161/2005-TCU-Plenário. Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
33	011.948/2012-4	4.233/2013 – 2.ª Câmara	9.3	DE	11116/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 4.233/2013-2ª Câmara:					

em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
35	028.628/2011-0	5.184/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 11.371/2011 – 2.ª Câmara)	1.6	DE	13073/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 5.184/2013-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.371/2011-TCU-2ª Câmara, por meio do qual foi determinada exclusão, dos proventos da Sra. ***, da rubrica alusiva à diferença de 3,17% (URV de 1994), uma vez já integrada à remuneração ordinária da interessada, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;</p> <p>9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e à entidade de origem;</p> <p>9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Advocacia-Geral da União, para conhecimento e adoção das medidas que entender pertinentes, em face dos indícios de atuação deficiente de procuradores federais na defesa judicial dos interesses da Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>[...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 11.371/2011-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.6.1. exclua dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);</p> <p>1.6.2. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão à interessada, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos, caso não sejam providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação desta deliberação;</p> <p>1.6.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do julgamento deste Tribunal.</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
36	015.736/2011-3	5.820/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 1.799/2012 – 2.ª	9.3	DE	14987/2013-TCU/SEFIP 17747/2013-TCU/SEFIP

		Câmara)			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 5.820/2013-2ª Câmara: [...] <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1.799/2012-TCU-2ª Câmara, por meio do qual foi negado registro ao ato de aposentadoria de ***, em face da inclusão nos proventos de rubrica alusiva à diferença de 3,17% (URV), vantagem integrada à estrutura ordinária de remuneração do cargo do interessado por força da Medida Provisória 2.225-45/2001, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;</p> <p>9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à entidade de origem.</p> [...]					
Teor do Acórdão nº 1.799/2012-2ª Câmara: [...] <p>9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.3.1 converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a essa parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;</p> <p>9.3.2 dê ciência do inteiro teor deste acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento desses recursos;</p> <p>9.3.3 no prazo de trinta dias, encaminhar a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento da decisão desta Corte;</p> <p>9.3.4 emita novo ato livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o a nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno deste Tribunal.</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
37	010.053/2013-1	6.761/2013 – 1.ª Câmara	1.7	DE	15727/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 6.761/2013-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 21 a 24 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p>					

<p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
38	021.991/2013-8	6.768/2013 – 1.ª Câmara	1.7	DE	15704/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 6.768/2013-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 13 e 14 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela alusiva ao percentual de 3,17%, informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
39	028.625/2011-0	7.491/2013 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 11.370/2011 – 2.ª Câmara)	1.6	DE	19011/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 7.491/2013-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.370/2011-TCU-2ª Câmara, por meio do qual foi determinada exclusão, dos proventos da Sra. ***, da rubrica alusiva à diferença de 3,17% (URV de 1994), uma vez já integrada à remuneração ordinária da interessada, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;</p> <p>9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e à entidade de origem.</p> <p>[...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 11.370/2011-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.6.1. exclua dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);</p> <p>1.6.2. dê ciência do inteiro teor do presente acórdão à interessada, alertando-a de que a interposição de eventuais recursos, caso não sejam providos, não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação desta deliberação;</p> <p>1.6.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada tomou ciência do julgamento deste Tribunal.</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
40	010.697/2013-6	7.547/2013 - 1.ª Câmara	1.7	DE	16875/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					

Teor do Acórdão nº 7.547/2013-1ª Câmara: [...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 15 a 18 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela (URV 3,17%), informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o fito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela, informamos ainda que referente à URP (26,05%), os servidores que faziam jus a tal pagamento deixaram de receber em fevereiro de 2008.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
41	014.830/2010-8	7.774/2013 – 1.ª Câmara	1.7.1	DE	17243/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 7.774/2013-1ª Câmara [...] 1.7.1. à Universidade Federal de Santa Catarina, para que: 1.7.1.1. recalcule o valor pago à título de URV aos interessados CPF nº 246.106.669-87 e ao instituidor de pensão Rubens Diniz CPF nº 122.647.769-00, com os respectivos reflexos nos proventos da beneficiária, de acordo com os critérios definidos no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, detalhados pelo Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, levando em consideração as reestruturações de carreiras promovidas pelas Leis 12.772 e 12.778, ambas de 28/12/2012; 1.7.1.2. proceda ao cadastramento de novo ato de aposentadoria da servidora CPF nº 246.106.669-87, escoimado da irregularidade verificada nestes autos, conforme determinação contida no subitem 9.4.3 do Acórdão 318/2011-TCU-2ª Câmara. [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento					

<p>parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
42	010.536/2004-7	8.052/2013 – 1.ª Câmara	1.7	DE	17686/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 8.052/2013-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 8 a 11 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em análise, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no Acórdão nº 2826/2006 - 1ª Câmara (URP - 26,05%), bem assim da ora identificada (URV - 3,17%), a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se, em relação a essa última, houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Em relação à cessão dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela (URV 3,17%), informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o fito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela, informamos ainda que referente à URP (26,05%), os servidores que faziam jus a tal pagamento deixaram de receber em fevereiro de 2008.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
43	010.050-2013-2	8.284/2013 – 1.ª Câmara	1.7	DE	18027/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429

Descrição da Deliberação		
Teor do Acórdão nº 8.284/2013-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 17 e 23 a 26 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento das vantagens em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas		26115
Justificativa para o seu não Cumprimento		
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis). Em relação à parcela da remuneração denominada horas-extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC – TRF da 4ª Região e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente. Em relação ao servidor SIAPE nº 1159617, informamos que este entrou com recurso conforme comprovante anexo. Em relação ao servidor SIAPE nº 1156036, informamos que este foi aposentado em 14 de outubro de 2003, conforme Portaria nº 1014/DRH/2003 de 10/10/2003, nos termos do Art. 8, incisos I e II, alíneas ‘a’ e ‘b’ do inciso III, e § 4º da Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1998, computando os seguintes períodos:		
16/03/1971 a 29/02/1972	Secretaria Estadual Educação (magistério)	351 dias
08/04/1974 a 01/03/1975	Fundação Univ. Criciúma (magistério)	328 dias
18/08/1975 a 13/10/2003	UFSC (magistério)	10.284 dias
Idade em 10/2003		59 anos
Tempo UFSC até 16/12/1998		8.521 dias
Tempo averbado magistério		679 dias
Licença Prêmio não usufruída (contada em dobro)		720 dias
Tempo total até 16/12/1998		9.920 dias
Considerando os tempos acima e o cumprimento da idade mínima o servidor cumpriu as exigências de sua aposentadoria integral/efetivo magistério, pelas regras de transição, computando-se ao resultado o acréscimo de 17% e o adicional de 20% sobre o tempo que faltaria para completar 35 anos de contribuição. Segue anexo cópia das certidões averbadas nesta Instituição onde comprova o exercício do magistério bem como o Mapa de Tempo de Contribuição emitido pelo Sistema de Administração de Recursos Humanos -ADRH/UFSC e simulação de aposentadoria feita por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, que confirmam o preenchimento dos requisitos para uma aposentadoria em 19/10/2002.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
44	021.993/2013-0	8.522/2013 – 1.ª Câmara	1.7	DE	18732/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 8.522/2013 – 1.ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 13 e 14 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Por tratar-se de decisão judicial a parcela alusiva aos 3,17% (URV) está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, sem a aplicação de qualquer reajuste.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%) e processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra) esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
45	007.735/2003-0	3/2014 – 2.ª Câmara	1.4.1	DE	523/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 3/2014-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p>					

<p>1.4.1. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que recalcule/absorva o montante pago a título de URV (3,17%) ao inativo CPF 112.958.309-06, de acordo com os critérios definidos no Acórdão 2161/2005 - TCU - Plenário, detalhados pelo Acórdão 269/2012 - TCU - Plenário, e nos termos do recente Acórdão 5074/2013 - TCU - 2ª Câmara, considerando-se, para tanto, as reestruturações de carreiras promovidas pelas Leis 12.772 e 12.778, ambas de 28 de dezembro de 2012.</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Em relação ao cálculo/absorção dos pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, especificamente sobre o pagamento da parcela (URV 3,17%), informamos que esta Universidade encaminhou consulta a Procuradoria Federal junto a UFSC por meio do processo nº 23080.070477/2013-38 com o fito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p> <p>Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.</p>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
46	021.987/2013-0	153/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	0826/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 153/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 12 e 13 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
47	021.989/2013-3	154/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	641/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 154/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 10 e 11 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
48	028.261/2010-0	281/2014 – 1.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 4612/2013 – 1.ª Câmara)	9.3	DE	6504/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 281/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:</p> <p>9.1. conhecer do presente recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;</p> <p>9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>[...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 4612/2013-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>9.3. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:</p> <p>9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;</p> <p>9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que as interessadas tiveram conhecimento do acórdão;</p> <p>9.3.4. orientar a servidora CPF ***.654.739-** no sentido de que a irregularidade referente à averbação indevida do tempo de serviço rural poderá ser afastada caso haja o recolhimento da contribuição previdenciária correspondente de forma indenizada;</p> <p>9.3.5. fazer cessar os pagamentos das vantagens asseguradas judicialmente, haja vista o advento de novas estruturas remuneratórias após a decisão judicial que determinou seu pagamento;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Em relação a parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
49	009.713/2013-1	482/2014 – 1.ª Câmara	9.4	DE	1126/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina				429	
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 482/2014-1ª Câmara:					
[...]					
9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:					
9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, até a emissão de novos atos, escoimados da irregularidade verificada no presente processo, alusiva à parcela judicial de 3,17%, a serem submetidos à apreciação do TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c o art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;					
9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;					
9.4.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;					
9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que acompanhe o desdobramento do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC – TRF da 4ª Região, pendente de análise de recurso no STJ, que assegura o pagamento da parcela judicial relativa à hora extra, em favor dos servidores da UFSC, aí incluídos os senhores ***, e no caso de decisão de mérito desfavorável aos mencionados interessados emita novos atos, livres da irregularidade ora detectada (parcela judicial de hora extra), nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c o art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, bem como adote as providências pertinentes, em consonância com o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a fim de promover a restituição dos valores indevidamente percebidos;					
[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG	
Secretaria de Gestão de Pessoas				26115	
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.					
Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Em relação à parcela da remuneração denominada horas-extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC – TRF da 4ª Região e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
50	012.993/2012-3	616/2014 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 1.150/2013 – 2.ª Câmara)	1.8	DE	1544/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina		429
Descrição da Deliberação		
Teor do Acórdão nº 616/2014-2ª Câmara:		
<p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil, em que se aprecia pedido de reexame interposto por ***, contra o Acórdão 1.150/2013 – TCU – 2ª Câmara, que considerou ilegal e negou registro a respectivo ato de concessão de pensão, em virtude de irregularidade no pagamento das verbas 3,17% (URV) e hora-extra judicial.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1 nos termos dos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/92, conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, apenas no que tange ao questionamento relativo à parcela “hora-extra judicial”, que não figurava nos proventos do recorrente à época da deliberação recorrida, mantendo-se, contudo, a ilegalidade do ato, em virtude da irregularidade na parcela 3,17% (URV);</p> <p>9.2 excluir, por conseguinte, o nome da instituidora da pensão sob reexame, ***, da determinação descrita no subitem 1.8.4 do Acórdão 1.150/2013 – TCU – 2ª Câmara, que passa a ter a seguinte redação:</p> <p>1.8.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, em caso de decisão desfavorável aos instituidores ***, no âmbito do processo 2006.72.00.009358-8/SC, o pagamento da rubrica alusiva à hora extra judicial, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>9.3 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:</p> <p>9.3.1 ao recorrente, por intermédio de seu advogado, nos termos do art. 179, §7º, do Regimento Interno deste Tribunal;</p> <p>9.3.2 à Universidade Federal de Santa Catarina;</p> <p>[...]</p>		
Teor do Acórdão nº 1.150/2013-2ª Câmara:		
<p>[...]</p> <p>1.8. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.8.1. dê ciência deste Acórdão aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;</p> <p>1.8.2. converta, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, a parcela referente ao percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, nos atos dos instituidores ***, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do interessado (Ação Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina 99.0003933-5, 6ª Vara Federal de Florianópolis);</p> <p>1.8.3. aplique, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, à VPNI decorrente da URV (3,17%), relativamente aos instituidores ***, o entendimento consignado no Acórdão 2.161/2005 - Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;</p> <p>1.8.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, em caso de decisão desfavorável aos instituidores ***, no âmbito do processo 2006.72.00.009358-8/SC, o pagamento da rubrica alusiva à hora extra judicial, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>1.8.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;</p> <p>[...]</p>		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas		26115
Justificativa para o seu não Cumprimento		
Posição do Gestor em 15/12/2014:		
Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento,		

Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.

Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
51	004.088/2013-1	754/2014 – 1.ª Câmara	9.4 / 9.5	DE	1541/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 754/2014/2014-1ª Câmara:

[...]

9.4. determinar Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.4.1. em relação à pensão instituída por ***, faça cessar o pagamento da parcela judicial relativa ao índice de 3,17%, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada (parcela judicial de 3,17%), a ser submetido à apreciação do TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

9.4.2. em relação à pensão instituída por ***, recalcule o benefício pensional, de acordo com a sistemática estabelecida no art. 40, § 7º, I da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003 (pensão com parcela redutora) c/c art. 40, § 8º da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003, c/c o art. 15 da Lei 10.887/2004 (reajuste pelos índices aplicados ao RGPS), excluindo da base de cálculo do benefício a parcela relativa ao índice de (3,17%), encaminhando novo ato, escoimado da irregularidade verificada (parcela judicial de 3,17%), a ser submetido à apreciação do TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

9.4.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados do item 9.2, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.4. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;

9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que acompanhe o desdobramento do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC – TRF da 4ª Região, pendente de análise de recurso no STJ, que assegura o pagamento da parcela judicial relativa à hora-extra em favor dos servidores da UFSC, aí incluído o senhor ***, e no caso de decisão de mérito desfavorável, recalcule o benefício pensional, de acordo com a sistemática estabelecida no art. 40, § 7º, I da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003 (pensão com parcela redutora) c/c art. 40, § 8º da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003, c/c o art. 15 da Lei 10.887/2004 (reajuste pelos índices aplicados ao RGPS), excluindo da base de cálculo do benefício a parcela relativa à hora-extra, com consequente emissão de novo ato, livre da irregularidade detectada (parcela judicial de hora-extra), nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c art. 15, § 1º, da Instrução

Normativa/TCU n.º 55/2007, e sem prejuízo da adoção das providências pertinentes, em consonância com o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a fim de promover a restituição dos valores indevidamente percebidos; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE. Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
52	021.990/2013-1	756/2014 – 1.ª Câmara	9.3	DE	1572/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 756/2014-1ª Câmara: [...] 9.3. determinar Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 9.3.1. faça cessar o pagamento da parcela denominada “VENC.BAS.COMP.ART.15 L11091/05” a ***, bem como da parcela judicial relativa ao índice de 3,17% aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, até a emissão de novos atos, escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação do TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, c/c art. 15, § 1º, da Instrução Normativa/TCU n.º 55/2007, salvo se houver, quanto a esta última parcela (3,17%), decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos interessados, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 9.3.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Com relação à irregularidade apontada por esse Tribunal de Contas da União referente ao ato de aposentadoria da ex-servidora SIAPE nº 1157402 que identificou pagamento da rubrica “VENC. BAS. COMP. ART.15 L11091/05”, no valor de R\$ 103,71, reafirmamos conforme conta no relatório do referido Acórdão que o Capítulo VII, Art. 15 da Lei 11.091, de 12/01/2005 ao tratar do enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino dispõe:

Art. 15. O enquadramento previsto nesta Lei será efetuado de acordo com a Tabela de Correlação, constante do Anexo VII desta Lei.

§ 1º O enquadramento do servidor na Matriz Hierárquica será efetuado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, observando-se:

I - o posicionamento inicial no Nível de Capacitação I do nível de classificação a que pertence o cargo; e

II - o tempo de efetivo exercício no serviço público federal, na forma do Anexo V desta Lei.

§ 2º Na hipótese de o enquadramento de que trata o § 1º deste artigo resultar em vencimento básico de valor menor ao somatório do vencimento básico, da Gratificação Temporária - GT e da Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais de Ensino - GEAT, considerados no mês de dezembro de 2004, proceder-se-á ao pagamento da diferença como parcela complementar, de caráter temporário.

§ 3º A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para todos os efeitos como parte integrante do novo vencimento básico, e será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória, inclusive para fins de aplicação da tabela constante do Anexo I-B desta Lei (grifo nosso).

A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 reestruturou diversos Planos de Carreira, inclusive o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

A Seção III do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, assim dispõe:

Art. 12. Os arts. 6o, 12 e 14 da Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6o O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada, conforme Anexo I-C desta Lei.” (NR)

“Art. 12. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV desta Lei, observados os seguintes parâmetros:.....” (NR)

“Art. 14. Os vencimentos básicos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação estão estruturados na forma do Anexo I-C desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.....”(NR)

Art. 13. A parcela complementar de que tratam os §§ 2o e 3o do art. 15 da Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios decorrentes das alterações realizadas na Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, em virtude das alterações impostas pelos arts. 12 e 15 desta Lei (grifo nosso).

Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
53	012.995/2012-6	835/2014 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do	1.8	DE	1852/2014-TCU/SEFIP

	Acórdão 993/2013 – 2. ^a Câmara)			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina				429
Descrição da Deliberação				
<p>Teor do Acórdão nº 835/2014-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:</p> <p>9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento, sem prejuízo de aperfeiçoar a redação do item 1.8.2. do acórdão recorrido para os seguintes termos:</p> <p>“1.8.2 reveja os proventos de ***, de modo a que os valores alusivos ao percentual de 3,17% sejam pagos sob a forma de vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), no valor percebido pelos interessados à época da suspensão pela UFSC e restabelecido por decisões judiciais no processo 99.0001944-0/SC, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, na forma do subitem 9.2.1.2 do acórdão 2.161/2005 – Plenário, com as observações do acórdão 269/2012 – Plenário.”</p> <p>9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>[...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 993/2013-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.8. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.8.1. dê ciência deste Acórdão ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;</p> <p>1.8.2 converta a parcela referente ao percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do interessado (Ação Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina 99.0003933-5, 6ª Vara Federal de Florianópolis);</p> <p>1.8.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data em que o interessado teve ciência desta deliberação;</p> <p>[...]</p>				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas				26115
Justificativa para o seu não Cumprimento				
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV –</p>				

3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
54	030.847/2010-9	841/2014 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 2200/2012 – 2.ª Câmara)	9.3	DE	1924/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 841/2014-2ª Câmara:

[...]

9.2. conhecer e dar provimento parcial aos pedidos de reexame dos interessados ***;

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.3.1. reveja os proventos dos aposentados referidos no subitem 9.2 deste acórdão, de modo que os valores alusivos às horas extras sejam pagos sob a forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no exato valor percebido pelos interessados quando da sua suspensão pela UFSC, sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, fazendo cessar os pagamentos caso a administração obtenha êxito na reversão da decisão judicial proferida nos autos do processo 2006.72.00.009358-8/SC;

9.3.2. estenda os efeitos da determinação constante do subitem anterior à Sra. ***, igualmente atingida pela determinação constante do acórdão 2.200/2012 – 2ª Câmara, ante a natureza objetiva das questões discutidas;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Sra. ***.

[...]

Teor do Acórdão nº 2200/2012-2ª Câmara:

[...]

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno/TCU, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados (subitem 9.1, precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os inativos tomaram ciência do julgamento desta Corte;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Em relação à parcela da remuneração denominada horas-extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, considerando ainda que nem todos os servidores listados neste Acórdão recebem horas-extras.

Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) e horas-extras, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Negativo: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
55	011.945/2012-5	1.025/2014 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 4.232/2013 – 2.ª Câmara)	9.3	DE	2173/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 1.025/2014-2ª Câmara:

[...]

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de Santa Catarina e aos recorrentes.

[...]

Teor do Acórdão nº 4.232/2013-2ª Câmara:

[...]

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC que:

9.3.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos forem considerados ilegais;

9.3.2. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, a título de reajuste, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;

9.3.3. acompanhe o deslinde do processo n. 2006.72.00.009358-8/SC, e caso ocorra a desconstituição da sentença, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores que foram pagos indevidamente aos respectivos interessados;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Referente à servidora CPF ***.715.699-** impetrou ação ordinária nº 5021936-87.2014.404.7200/SC e “conforme decisão (liminar/antecipação da tutela) foi determinado a Universidade Federal de Santa Catarina que mantenham o ato de aposentadoria da requerente durante o trâmite deste feito, e consequentemente seja suspensa a determinação de retorno imediato ao trabalho, bem como de comprovação de recolhimento de contribuições previdenciárias referentes ao período de atividade rural (...)” segue anexo cópia da sentença.

A servidora CPF ***.881.019-** recolheu as contribuições previdenciárias de forma indenizada do período da atividade rural, compreendido entre fevereiro de 1968 à dezembro de 1976 constante da NIT 170.01791.16-2, segue anexo comprovante de pagamento e as planilhas com os valores das contribuições.

Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento,

Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) e da hora-extra, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV-3,17%) e processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Demora por parte do TCU para análise dos processos de aposentaria, gerando transtornos na convocação dos servidores para retornarem à atividade. Como o servidor está aposentado há alguns anos, em muitos casos não este encontra-se em condições físicas e psicológicas para retornar ao trabalho.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
56	019.228/2011-2	1.032/2014 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 2.558/2013 – 2.ª Câmara)	1.8	DE	2281/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 1.032/2014-2ª Câmara:

[...]

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina.

[...]

Teor do Acórdão nº 2.558/2013-2ª Câmara:

[...]

1.8. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

1.8.1. dê ciência deste Acórdão ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;

1.8.2. converta a parcela referente ao percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração dos interessados (Ação Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina-99.0001944-0, 6ª Vara Federal de Florianópolis);

1.8.3. aplique, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, à VPNI decorrente de vantagem alusiva ao percentual de 3,17% (URV), o entendimento consignado no Acórdão 2.161/2005 - Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;

1.8.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contado da notificação, cópia do documento que comprove a data em que o interessados teve ciência desta deliberação;

[...]

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
57	014.527/2011-1	1.535/2014 – 2.ª Câmara (Embargos Declaração Acórdão 2.996/2013 – 2ª Câmara que apreciou o Pedido de Reexame do Acórdão 11.888/2011 – 2.ª Câmara)	9.3	DE	3078/2013-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 1.535/2014-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:</p> <p>9.1. conhecer dos presente embargos de declaração opostos ao Acórdão 2996/2013 - 2ª Câmara para, no mérito, rejeitá-los;</p> <p>9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e à Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>[...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 2.996/2013-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamentos nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992, em:</p> <p>9.1. conhecer do pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.888/2011-2ª Câmara para, no mérito, negar a ele provimento;</p> <p>9.2. dar ciência desta determinação ao recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina</p> <p>[...]</p> <p>Teor do Acórdão nº 11888/2011-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC que:</p>					

<p>9.3.1. faça cessar, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência da deliberação do Tribunal, o pagamento da rubrica alusiva ao percentual de 3,17%, ora considerada irregular, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, convocando-o para, no prazo de 15 (quinze) dias, optar por retornar à atividade para completar o tempo necessário para aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ou integrais, conforme as regras vigentes, ou apresentar comprovação de pagamento das contribuições previdenciárias devidas (mediante certidão de competência do INSS);</p> <p>9.3.3. alerte o interessado que a interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, no caso desse recurso não ser provido;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: O Servidor CPF nº 415.910.039-20 faleceu no dia 28/03/2014 e não deixou beneficiários de pensão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não identificados					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
58	012.991/2012-0	1.570/2014 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 2.556/2013 – 2.ª Câmara)	1.8	DE	3074/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 1.570/2014-2ª Câmara: <p>[...]</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. conhecer, com base no art. 48 da Lei nº 8.443/92, do Pedido de Reexame interposto pela Sra. ***, contra o Acórdão 2.556/2013 - Segunda Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a Decisão outrora adotada em seus exatos termos; e</p> <p>9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, a recorrente, Sra. ***, e a Universidade Federal de Santa Catarina.</p> <p>[...]</p>					
Teor do Acórdão nº 2.556/2013-2ª Câmara: <p>[...]</p> <p>1.8. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.8.1. dê ciência deste Acórdão aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;</p> <p>1.8.2. converta, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, a parcela referente ao percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração dos interessados (Ação Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina 99.0003933-5, 6ª Vara Federal de Florianópolis);</p> <p>1.8.3. aplique, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, à VPNI decorrente de vantagem alusiva ao percentual de 3,17% (URV), relativamente aos interessados, o entendimento consignado no Acórdão 2.161/2005 - Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;</p>					

<p>1.8.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, em caso de decisão desfavorável às Sras. ***, no âmbito do processo 2006.72.00.009358-8/SC, o pagamento da rubrica alusiva à hora extra judicial, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>1.8.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
<p>Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) e da hora-extra, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV–3,17%) e processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
59	009.935/2013-4	2.007/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4614/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.007/2014-1ª Câmara:					
[...]					
1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:					
1.7.1. adote as medidas cabíveis, no prazo de 15 (quinze) dias, com vistas à regularização do pagamento indevido constatado na ficha financeira de *** (parcela judicial irregular relativa à URV), nos termos da orientação contida no art. 6º, §2º, da Resolução TCU nº 206/2007, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;					
1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 10 a 13 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;					
1.7.3. efetive as devidas anotações nos assentamentos funcionais da interessada, nos termos do art. 6º, §1º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007;					
[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115

Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE. Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
60	006.622/2014-3	2.168/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4934/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.168/2014-1ª Câmara: [...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento Posição do Gestor em 15/12/2014: Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE. Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo					

assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
61	006.625/2014-2	2.169/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4935/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 2.169/2014-1ª Câmara:

[...]

1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 a 5 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento das vantagens em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Em relação ao ato de aposentadoria da ex-servidora CPF nº 342.745.969-15. Irregularidade: pagamento da rubrica “82375 VENC. BAS. COMP. ART.15 L11091/05”, no valor de R\$ 252,37, a qual já deveria ter sido absorvida pelas novas estruturas remuneratórias, conforme Acórdão 1.300/2014-1ª Câmara”.

O Capítulo VII, Art. 15 da Lei 11.091, de 12/01/2005 ao tratar do enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, assim dispõe:

Art. 15. O enquadramento previsto nesta Lei será efetuado de acordo com a Tabela de Correlação, constante do Anexo VII desta Lei.

§ 1º O enquadramento do servidor na Matriz Hierárquica será efetuado no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, observando-se:

I - o posicionamento inicial no Nível de Capacitação I do nível de classificação a que pertence o cargo; e

II - o tempo de efetivo exercício no serviço público federal, na forma do Anexo V desta Lei.

§ 2º Na hipótese de o enquadramento de que trata o § 1º deste artigo resultar em vencimento básico de valor menor ao somatório do vencimento básico, da Gratificação Temporária - GT e da Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais de Ensino - GEAT, considerados no mês de dezembro de 2004, proceder-se-á ao pagamento da diferença como parcela complementar, de caráter temporário.

§ 3º A parcela complementar a que se refere o § 2º deste artigo será considerada para

<p>todos os efeitos como parte integrante do novo vencimento básico, e será absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória, inclusive para fins de aplicação da tabela constante do Anexo I-B desta Lei (grifo nosso).</p> <p>A Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 reestruturou diversos Planos de Carreira, inclusive o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.</p> <p>A Seção III do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, assim dispõe:</p> <p>Art. 12. Os arts. 6º, 12 e 14 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 6º O Plano de Carreira está estruturado em 5 (cinco) níveis de classificação, com 4 (quatro) níveis de capacitação cada, conforme Anexo I-C desta Lei.” (NR)</p> <p>“Art. 12. O Incentivo à Qualificação terá por base percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do Anexo IV desta Lei, observados os seguintes parâmetros:.....” (NR)</p> <p>“Art. 14. Os vencimentos básicos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação estão estruturados na forma do Anexo I-C desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.....”(NR)</p> <p>Art. 13. A parcela complementar de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, não será absorvida por força dos aumentos remuneratórios decorrentes das alterações realizadas na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, em virtude das alterações impostas pelos arts. 12 e 15 desta Lei (grifo nosso).</p> <p>Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento à determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
62	006.627/2014-5	2.170/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4936/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.170/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que</p>					

garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE. Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
63	006.642/2014-4	2.171/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4937/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.171/2014-1ª Câmara: [...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela					

está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.

Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
64	006.645/2014-3	2.172/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4938/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 2.172/2014-1ª Câmara:

[...]

1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE

Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
65	006.651/2014-3	2.173/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4939/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 2.173/2014-1ª Câmara:

[...]

1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) e da hora-extra, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV–3,17%) e processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
66	006.657/2014-1	2.174/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4940/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.174/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
67	006.665/2014-4	2.175/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4843/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.175/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p>					

<p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
68	009.938/2013-3	2.176/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4877/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.176/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 20 a 23 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115

Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
69	009.941/2013-4	2.177/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	4876/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.177/2014-1ª Câmara: [...] 1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 24 a 27 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE. Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à					

Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
70	029.283/2010-8	2.321/2014 – 2. ^a Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 5.410/2012 – 2. ^a Câmara)	9.5 / 9.6	DE	4975/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 2.321/2014-2ª Câmara:

[...]

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, nos quais foram interpostos pedidos de reexame contra o Acórdão nº 5.410/2012 – TCU – 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos senhores *** em face do Acórdão 5.410/2012, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, 33 e 48 da Lei nº 8.443, de 1992, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se o Acórdão nº 5.410/2012 – TCU – 2ª Câmara em seus exatos termos;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, aos recorrentes; e

9.3. encaminhar cópia do inteiro teor desta deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU para que avalie, no âmbito de suas competências, a possibilidade de suscitar, entre outras questões, a ilegitimidade passiva ad causam da entidade arrolada no pólo passivo da ação de que tratam os autos do processo 2006.72.00.009358-8/SC, vez que a UFSC era mera executora do Acórdão 981/2005 – TCU – 1ª Câmara.

[...]

Teor do Acórdão nº 5.410/2012-2ª Câmara:

[...]

9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que:

9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados no subitem 9.3, precedente, e dos indicados a seguir, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

9.5.2. nos atos de fls. 2/6, 15/18, 23/26, 76/79, 80/83, 84/87 e 88/92, exclua dos proventos dos interessados a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição: 16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);

9.5.3. nos atos de fls. 63/66, 67/71, 72/75 e 93/96, exclua dos proventos dos interessados a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição: 16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO), bem como a parcela alusiva ao pagamento da vantagem de hora-extra (Rubrica/Descrição: 16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);

9.5.4. nos atos de fls. 7/10, 11/14, 31/34, 35/38, 39/42, 43/46, 47/50, 51/54 e 55/58, faça cessar o pagamento da vantagem de 3,17% (Rubrica/Descrição: 16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);

9.5.5. nos atos de fls. 27/30 e 59/62, faça cessar o pagamento da vantagem de 3,17% (Rubrica/Descrição: 16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO), bem como o pagamento da parcela complementar de que trata a Lei 11.091/2005 (Rubrica/Descrição: 82375/VENC BAS COMP.ART.15 L11091/05);

9.5.6. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;

9.5.7. no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os inativos tomaram ciência do julgamento desta Corte;

9.5.8. ajuste o valor das parcelas pagas aos interessados com base em decisão judicial, a exemplo da denominada URV (3,17%), conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário;

9.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência da presente decisão, emita novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno do TCU; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Em relação à parcela da remuneração denominada horas-extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, considerando ainda que nem todos os servidores listados neste Acórdão recebem horas-extras. Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) e horas-extras, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
71	006.617/2014-0	2.356/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5323/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.356/2014-1ª Câmara: [...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação					

<p>Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparado por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
72	006.620/2014-0	2.357/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5324/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.357/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado					

em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
73	006.626/2014-9	2.359/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5326/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.359/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
74	006.628/2014-1	2.360/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5327/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.360/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p>					

<p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
75	006.643/2014-0	2.361/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5328/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.361/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da</p>					

<p>parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
76	006.644/2014-7	2.362/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5329/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.362/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva</p> <p>sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
77	006.646/2014-0	2.363/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5330/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina						429
Descrição da Deliberação						
Teor do Acórdão nº 2.363/2014-1ª Câmara:						
[...]						
1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:						
1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;						
1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;						
1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;						
1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;						
[...]						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas						26115
Justificativa para o seu não Cumprimento						
Posição do Gestor em 15/12/2014:						
Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.						
Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
78	006.648/2014-2	2.364/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5331/2014-TCU/SEFIP	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina						429
Descrição da Deliberação						
Teor do Acórdão nº 2.364/2014-1ª Câmara:						
[...]						
1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:						
1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;						
1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;						
1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;						
1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;						

[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
79	006.650/2014-7	2.365/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5332/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.365/2014-1ª Câmara: [...] <ul style="list-style-type: none"> 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: <ul style="list-style-type: none"> 1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o					

intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
80	006.652/2014-0	2.366/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5333/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.366/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
81	006.655/2014-9	2.367/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5334/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.367/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-</p>					

<p>lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
82	006.660/2014-2	2.368/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5335/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.368/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					

Posição do Gestor em 15/12/2014: Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
83	006.661/2014-9	2.369/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5336/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.369/2014-1ª Câmara: [...] <ul style="list-style-type: none"> 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: <ul style="list-style-type: none"> 1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
84	006.663/2014-1	2.370/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5337/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.370/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
85	006.666/2014-0	2.371/2014 – 1ª Câmara	1.7	DE	5338/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.371/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a</p>					

<p>manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações e cessão dos pagamentos por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
86	012.992/2012-7	2.397/2014 – 2.ª Câmara	1.8	DE	5110/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.397/2014-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.8. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.8.1. dê ciência deste Acórdão aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;</p> <p>1.8.2. converta, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, a parcela referente ao percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração dos interessados (Ação Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina 99.0003933-5, 6ª Vara Federal de Florianópolis, e Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES 99.0001944-0, 1ª Vara Federal de Florianópolis);</p> <p>1.8.3. aplique, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, à VPNI decorrente da URV (3,17%), relativamente aos interessados, o entendimento consignado no Acórdão 2.161/2005 - Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;</p> <p>1.8.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, em caso de decisão desfavorável aos interessados, no âmbito do processo 2006.72.00.009358-8/SC, o pagamento da rubrica alusiva à hora extra judicial, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;</p> <p>1.8.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115

Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE. Em relação à parcela da remuneração denominada horas-extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, considerando ainda que nem todos os servidores listados neste Acórdão recebem horas-extras. Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17% e horas Extras, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) e horas-extras, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
87	028.439/2012-0	2.403/2014 – 2.ª Câmara	1.8	DE	5217/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.403/2014-2ª Câmara: [...] 1.8. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que: 1.8.1. dê ciência deste Acórdão aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento; 1.8.2. converta, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, a parcela referente ao percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração dos interessados (Ação Coletiva do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina 99.0003933-5, 6ª Vara Federal de Florianópolis, e Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES 99.0001944-0, 1ª Vara Federal de Florianópolis); 1.8.3. aplique, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, à VPNI decorrente da URV (3,17%), relativamente aos interessados, o entendimento consignado no Acórdão 2.161/2005 - Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento; 1.8.4. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, em caso de decisão desfavorável aos interessados, no âmbito do processo 2006.72.00.009358-8/SC, o pagamento da rubrica alusiva à hora extra judicial, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão; 1.8.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contado da notificação, cópia dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação; [...]					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.</p> <p>Em relação à parcela da remuneração denominada horas-extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, considerando ainda que nem todos os servidores listados neste Acórdão recebem horas-extras.</p> <p>Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17% e horas Extras, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV) e horas-extras, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
88	030.943/2010-8	2.592/2014 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 8.238/2011 – 2.ª Câmara)	9.5	DE	6799/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.592/2014-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Srª ***, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), contra o Acórdão nº 8238/2011, prolatado pela 2ª Câmara desta Corte de Contas na Sessão Extraordinária de 20/9/2011, que considerou ilegal e recusou registro ao ato de aposentadoria da Recorrente,</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pela Srª ***, com fundamento no art. 48 c/c o art. 33 da Lei Orgânica desta Corte, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;</p> <p>9.2. acrescentar ao item 9.5.1 do Acórdão nº 8238/2011-2ª Câmara, in fine, a expressão "ressalvada a situação descrita no subitem 9.5.1.1. deste Acórdão";</p> <p>9.3. acrescentar ao Acórdão nº 8238/2011-2ª Câmara o subitem 9.5.1.1, com a seguinte redação:</p> <p>"9.5.1.1. relativamente aos atos de aposentadoria de interesse de *** (fls. 14/17) e *** (fls. 18/22), efetue — após certificar-se de que as referidas interessadas compuseram, na qualidade de substituídas processuais, a Ação Ordinária patrocinada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Processo 99.0001944-0) — a conversão das parcelas da remuneração relacionadas ao recebimento do percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificadas (VPNI), sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais de salário</p>					

concedidos ao funcionalismo público federal, observadas as prescrições estabelecidas do Acórdão nº 2161/2005-Plenário e do Acórdão nº 269/2012-Plenário;"

9.4. dar ciência do inteiro teor desta deliberação à Recorrente, à Srª *** e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

[...]

Teor do Acórdão nº 8.238/2011-2ª Câmara:

[...]

9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.5.2. comunique, em igual prazo de 15 (quinze) dias, aos interessados cujos atos foram considerados ilegais, a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.5.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.5.4. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.5.4.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada — VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.5.4.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.5.4.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.5.4.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;

9.5.5. quanto aos atos de fls. 2/13, no prazo de 15 (quinze) dias, exclua das fichas financeiras dos interessados parcela referente à vantagem de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO), relativa à defasagem no cálculo da URV em dezembro de 1994;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Com relação à conversão da parcela da remuneração alusiva ao 3,17% em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.

Em relação à parcela da remuneração denominada horas-extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente, considerando ainda que nem todos os servidores listados neste Acórdão recebem horas-extras.

Ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17% e horas Extras, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da

parcela de 3,17% (URV) e horas-extras, amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%), esta Universidade encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
89	006.615/2014-7	2.855/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	9375/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 2.855/2014-1ª Câmara:

[...]

1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária

da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
90	006.616/2014-3	2.856/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	9376/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.856/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
91	006.618/2014-6	2.857/2014 – 1ª Câmara	1.7	DE	8141/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.857/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p>					

1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
92	006.624/2014-6	2.858/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	8144/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 2.858/2014-1ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema</p>					

em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
93	006.639/2014-3	2.859/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	8200/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.859/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
94	006.640/2014-1	2.860/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	8206/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					

Teor do Acórdão nº 2.860/2014-1ª Câmara: [...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
95	006.656/2014-5	2.866/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5982/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.866/2014-1ª Câmara: [...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
96	006.658/2014-8	2.867/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	5983/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.867/2014-1ª Câmara: [...] 1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das					

Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
97	006.664/2014-8	2.869/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	9377/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.869/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
98	006.667/2014-7	2.870/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	9378/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.870/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p>					

<p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014:					
<p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
99	029.276/2010-1	2.965/2014 – 2.ª Câmara (Pedido de Reexame do Acórdão 11.475/2011 – 2.ª Câmara)	9.4	DE	7104/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 2.965/2014-2ª Câmara:					
<p>[...]</p> <p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, nos quais foram interpostos pedidos de reexame contra o Acórdão 11.475/2011-TCU- 2ª Câmara.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:</p> <p>9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos recorrentes ***, para, no mérito, negar-lhes provimento;</p> <p>9.2. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer dos pedidos de reexame interposto pelos recorrentes ***, contra o Acórdão 11.475/2011-TCU- 2ª Câmara, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial;</p> <p>9.3. alterar a redação do subitem 9.4.3. do Acórdão 11.475/2011-TCU- 2ª Câmara, que passa a vigorar nos seguintes termos: “reveja os proventos, de modo que, os valores alusivos às horas extras sejam pagos sob a forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no exato valor percebido pelos interessados quando da sua suspensão pela UFSC e restabelecido por decisão judicial proferida nos autos do processo 2006.72.00.009358-8/SC, sujeito exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, fazendo cessar os</p>					

pagamentos, caso a Administração Pública obtenha êxito no âmbito das ações judiciais;”

9.4. tornar sem efeito os subitens 9.4.3.1., 9.4.3.2., 9.4.3.3. e 9.4.3.4. do Acórdão 11.475/2011-TCU- 2ª Câmara;

9.5. esclarecer à Universidade Federal de Santa Catarina que o ex-servidor *** faz jus ao pagamento da vantagem do art. 192, inciso II, da Lei 8.112/1990, tendo em vista que preenche os requisitos legais;

9.6. manter em seus exatos termos os demais itens do Acórdão 11.475/2011-TCU- 2ª Câmara;

[...]

Teor do Acórdão nº 11.475/2011-2ª Câmara:

[...]

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique aos interessados cujos atos foram considerados ilegais a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;

9.4.3. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.4.3.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.4.3.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.4.3.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.4.3.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;

9.4.4. ajuste o valor da URP e do percentual de 3,17% pagos aos servidores aposentados na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;

9.4.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.5. orientar à Universidade Federal de Santa Catarina que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Com relação à parcela alusiva ao percentual de 3,17% informamos que por tratar-se de decisão judicial esta parcela está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, concedidos em decisões judiciais, para novos objetos com assunto de cálculo 21. Os valores pagos a títulos de planos econômicos foram congelados, retirando as formas de pagamento parametrizadas em percentuais com incidência automática pelo SIAPE.

Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “*não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal*”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal

junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis). Em relação à parcela da remuneração denominada horas-extras informamos que a Universidade Federal de Santa Catarina está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC e caso ocorra desconstituição da sentença cessará o pagamento e promoverá nos termos do Art. 46 da 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
100	006.623/2014-0	3.274/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	6942/2014-TCU/SEFIP

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

Teor do Acórdão nº 3.274/2014-1ª Câmara:

[...]

1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;

1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 15/12/2014:

Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.

Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-------	----------	---------	------	------	----------------------

101	006.637/2014-0	3.275/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	6943/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 3.275/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 3 e 4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
102	009.708/2013-8	3.294/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	8418/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 3.294/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 16 a 19 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres das</p>					

<p>irregularidades apontadas no quadro constante do item 6 da instrução que constitui a peça nº 16 do presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento das vantagens em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
103	009.930/2013-2	3.296/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	8436/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 3.296/2014-1ª Câmara: <p>[...]</p> <p>1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças nºs 13 a 16 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo (parcela judicial de 3,17%), a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem</p>					

<p>guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
104	031.527/2011-6	3.423/2014 – 2.ª Câmara	1.8	DE	7717/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Teor do Acórdão nº 3.423/2014-2ª Câmara:</p> <p>[...]</p> <p>1.8. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.8.1. dê ciência deste Acórdão à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;</p> <p>1.8.2. converta a parcela referente ao percentual de 3,17% (URV) em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;</p> <p>1.8.3. aplique, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, à VPNI decorrente da URV (3,17%) o entendimento consignado no Acórdão 2161/2005-TCU-Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;</p> <p>1.8.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contado da notificação, cópia do documento que comprove a data em que a interessada teve ciência desta deliberação;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Posição do Gestor em 15/12/2014:</p> <p>Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”.</p> <p>Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
105	009.933/2013-1	3.651/2014 – 1.ª Câmara	1.7	DE	8438/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 3.651/2014-1ª Câmara: [...] <p>1.7. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados, acompanhada das peças nºs 16 a 19 dos autos, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento do contido no item anterior;</p> <p>1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento das vantagens em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias;</p> <p>1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
106	009.932/2013-5	4.505/2014 – 2.ª Câmara	1.7	DE	9740/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Teor do Acórdão nº 4.505/2014-2ª Câmara: [...] <p>1.7. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:</p> <p>1.7.1. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças nºs 14-16 e 18 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;</p> <p>1.7.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no</p>					

item anterior; 1.7.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a eventual emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU, salvo se houver decisão judicial que garanta a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviada à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 1.7.4. comunique ao TCU as medidas adotadas; [...]	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Posição do Gestor em 15/12/2014: Observamos que ao analisar os atos de aposentadorias e pensões o Tribunal de Contas da União considera ilegais os atos em virtude do pagamento do percentual de 3,17%, encaminhando a esta Universidade diferentes determinações sobre o mesmo assunto. A própria corte no Acórdão 6761/2013 – TCU – Primeira Câmara admite que “não tem guardado uniformidade em suas deliberações, quando estas são analisadas no curso temporal”. Em virtude das diferentes interpretações por parte deste Tribunal de Contas da União em relação ao pagamento da parcela de 3,17% (URV), a Universidade Federal de Santa Catarina encaminhou consulta à Procuradoria Federal junto a UFSC, por meio do processo nº 23080.070477/2013-38, com o intuito de buscar esclarecimentos sobre o tema em tela. Informamos ainda que os servidores técnicos que recebem tal parcela estão amparados por Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFSC – SINTUFSC - Ação Ordinária nº 99.0001944-0/SC (URV – 3,17%). Os servidores docentes estão amparados pela Ação Coletiva do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES (autos 99.0001944-0, da 1ª Vara Federal de Florianópolis).	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Fatores Negativos: Delonga por parte Procuradoria Federal junto à UFSC na resposta ao processo nº 23080.070477/2013-38 que trata da consulta referente o pagamento do percentual de 3,17%. Processo encaminhado em novembro de 2013.	

Fonte: AUDIN/UFSC

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 173 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Ministério da Educação			244
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224886	Constatação 089 Rec. 003	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer um sistema (informatizado ou não) de registro e controle unificado de pagamento de Bolsas a professores e servidores da UFSC, de modo a identificar as atividades realizadas e coibir pagamentos que extrapolem os limites estabelecidos em normas desta Instituição, em termos de valores máximos mensais e de horas máximas semanais destinadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, onde a participação em atividades de extensão, em especial,			

não deve prejudicar o envolvimento dos mesmos em atividades ligadas ao ensino regular e à pesquisa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Foi criado o Sistema de Bolsa/PROPLAN que possibilita às Fundações verificar de maneira apropriada as situações que extrapolam o limite constitucional remuneratório antes de liberar qualquer pagamento de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e de estímulo à inovação pagas a servidores da UFSC como participantes de projetos devidamente aprovados pela Universidade. As Fundações mensalmente encaminham ao Gabinete da Reitoria a relação dos pagamentos efetuados aos servidores da UFSC que é posteriormente encaminhado ao Departamento de Administração de Pessoal para identificar se há alguma irregularidade considerando o exposto no inciso XI, do Art. 37 da Constituição Federal.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Não há pagamento de bolsa quando este ultrapassar o limite Constitucional Remuneratório.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Negativo: Demora na criação do sistema de acompanhamento dos pagamentos das bolsas.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	227792	Const. 002 Rec. 003	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à verificação da capacidade da chefia imediata de realmente atestar o cumprimento de jornada dos servidores a fim de que esse controle não se torne uma peça inócua.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Com a implementação do controle de frequência diário, de acordo com a Portaria 043/GR/2014, as chefias têm atestado o cumprimento da jornada dos seus servidores. Cabe as chefias o envio à SEGESP, ao final de cada mês, do boletim de frequência atestando o cumprimento da jornada dos servidores.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Implementação do controle de frequência diário, de acordo com a Portaria 043/GR/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Implementação do controle de frequência diário, de acordo com a Portaria 043/GR/2014.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	227792	Const. 002 Rec. 004	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à implementação de normatização que obrigue os servidores do quadro funcional da unidade a informarem regular e tempestivamente eventuais mudanças na situação de acumulação de seus vínculos públicos, uma vez que a informação prestada no momento da admissão e nos eventuais períodos de recadastramento desses servidores, por			

iniciativa da Instituição, não tem sido suficiente para a UFSC manter-se regularmente informada da situação de acumulação de cargos/vínculos públicos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Informação constante da Nota Informativa da CGU de 19/02/2014, que solicita atualização do PPP do Relatório de Auditoria nº 227792 Análise do Controle Interno: <i>“Considerando que a manifestação da Unidade citava a futura elaboração de ato normativo, foi emitida a Solicitação de Auditoria nº 201313794/06 em 16/01/2014, a fim de confirmar a efetivação do ato. Em resposta, a UFSC apresentou, por meio do Memo. nº 02/SEGESP/2014, de 23/01/2014, a seguinte informação:</i> <i>Informamos que foi expedido Portaria n. 2415/GR/2013, cópia anexa, onde estabelece procedimentos a serem adotados pela SEGESP para regularização de situações de acumulação de cargos empregos ou funções públicas e a participação de gerência ou administração de sociedade privada.</i> Análise das Providências: <i>Verificamos o conteúdo da Portaria nº 2415/2013/GR, de 20/12/2013, constatando que a recomendação foi atendida.</i> Status: Recomendação Atendida			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Em virtude das grandes demandas do Departamento de Administração de Pessoal no segundo semestre de 2014 em razão da quantidade de processos judiciais tais como:, implementação da incorporação de Quintos/Décimos de 490 servidores com prazo até novembro de 2014, revisão de mais de 600 processos referente a averbação de tempo insalubre, em cumprimento as Orientações Normativas nº 15 e 16 de 2013 do MPOG e do Tribunal de Contas da União, estamos sem condições de proceder ao recadastramento dos servidores neste semestre.</p> <p>Além das grandes demandas, atualmente estamos com uma redução do quadro de pessoal deste Departamento em função de licenças tais como: à gestante e para tratamento da própria saúde.</p> <p>Prazo previsto para a realização da recomendação: Dezembro de 2015</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203109	Constatação 010 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
	227792	Const. 004 Rec. 001	Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à implementação de um sistema de controle de frequência efetivamente eficaz em que a leitura dos dados de entrada e de saída da instituição sejam efetuadas por mecanismos confiáveis, como o proporcionado pelos dados biométricos do servidor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Com relação à implementação de um sistema de controle de frequência, informamos que foi emitida pelo Gabinete da Reitoria em 24/07/2014 a Portaria Normativa nº 43, que dispõe sobre a implementação do Controle Diário de Frequência e Assiduidade para os servidores Técnico – Administrativos em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi emitido também pelo Gabinete da Reitoria o Memorando Circular nº 59/2014/GR de 11/09/2014 com objetivo de orientar as chefias quanto aos procedimentos referentes à jornada de trabalho e a implementação do			

controle diário de frequência e a necessidade do envio à SEGESP no final de cada mês a frequência negativa e positiva dos servidores. Prazo para atendimento: Recomendação Atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator positivo: Maior eficiência no controle da frequência dos servidores técnico-administrativos da UFSC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203109	Constatação 010 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
	227792	Const. 004 Rec. 002	Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à verificação da capacidade de cada chefia imediata em realmente aferir o cumprimento de jornada dos servidores sob sua supervisão a fim de que esse controle não se torne uma peça inócua.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Com a implementação do controle de frequência diário, de acordo com a Portaria 043/GR/2014, já mencionado no item anterior, as chefias têm condições de atestar o cumprimento da jornada de trabalho diária dos seus subordinados. Prazo para atendimento: recomendação Atendida			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator positivo: Com a implementação do controle de frequência diário, de acordo com a Portaria 043/GR/2014, as chefias têm condições de atestar o cumprimento da jornada de trabalho diária dos seus subordinados.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	227792	Const. 004 Rec. 004	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à apuração de responsabilidades pela delonga em promover a redução de jornada de quarenta para vinte horas semanais do servidor SIAPE 1157754, contado da data do requerimento deste em 2006 até sua efetivação em 1/1/2007, e promover a devolução ao erário dos valores pagos a maior em função dessa demora, inclusive gratificação natalina, do(s) responsável(is) pela dilação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Informação constante da Nota Informativa da CGU de 19/02/2014, que solicita atualização do PPP do Relatório de Auditoria nº 227792 <i>Análise das Providências:</i> A UFSC não concorda com a recomendação apresentada pela CGU, no sentido de apurar responsabilidades pela morosidade na adoção de providências visando adequar a jornada de trabalho do			

<p>servidor SIAPE 1157754. Considerando que a solicitação foi efetuada em 11/10/2006 e a alteração ocorreu em 01/01/2007, o lapso de tempo para alteração do regime de trabalho não pode ser considerado descabido a ponto de ensejar a apuração de responsabilidade de quem lhe deu causa. Mais importante que isso é a verificação da situação de um servidor que acumula uma jornada de trabalho de aproximadamente 140 horas semanais entre vínculos públicos e privados.”</p> <p>Status: Recusa aceita</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Tendo em vista que o processo tramitou no prazo legal consideramos a recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203109	Constatação 010 Rec. 005	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
	227792	Const. 004 Rec. 006	Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder aos descontos proporcionais nas remunerações dos servidores que deixarem de cumprir as jornadas de trabalho às quais estão sujeitas, pagando-se somente pelas horas efetivamente trabalhadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Esta recomendação está sendo cumprida, agora de forma mais eficiente, ou seja, após a implementação do controle diário de frequência, para todos os servidores Técnico-Administrativos da UFSC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator positivo: Esta recomendação está sendo cumprida, agora de forma mais eficiente, ou seja, após a implementação do controle diário de frequência, para todos os servidores Técnico-Administrativos da UFSC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	227792	Const. 005 Rec. 005	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à apuração das responsabilidades, com os respectivos processos administrativos disciplinares, de todos os casos em que houve atividades remuneradas consideradas irregulares, por não terem sido autorizadas pela instituição ou por não serem de assuntos da especialidade do servidor, em destaque a dos servidores relacionados neste item de Relatório, bem como de todas as chefias imediatas destes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Servidora SIAPE 1518992, conforme Ofício n.º 949/2014/REITORIA/IFC, informamos que a comissão de análise			

do Processo Administrativo Disciplinar foi designada por meio da Portaria nº 685/2014 de 31/03/2014 do Instituto Federal Catarinense e conforme julgamento do Reitor Substituto do IFC, Neri Jorge Golynski resolve:

“Acolher na íntegra o PARECER e aplicar à servidora 1518992 nos termos dos Art. 15, I c/c § 2º do mesmo Decreto 94.664/87; Art. 116, I, II, III, IX e Art. 117, IX, e XVIII, c/c Art. 128 da Lei 8.112/90, a pena de ADVERTÊNCIA, nos exatos termos do Art. 129 da Lei 8.112/90.

a) Que tendo em vista o que consta do Parecer supra, de que foi acolhida a prescrição disciplinar, em virtude do decurso do prazo de quase 6 (seis) anos entre o conhecimento dos fatos pela administração e a instauração do processo, nos exatos termos do Art. 170 da Lei 8.112/90, seja efetuado o devido registro nos assentamentos individuais da servidora 1518992 pelo DGP deste IFC;

b) Que sejam feitos os devidos cálculos pela DGP deste IFC, a fim de possibilitar a devida restituição ao erário dos valores recebidos indevidamente pela servidora, como regrado em Lei;

c) Que seja dado conhecimento à Indiciada e seu Defensor, oportunizando, se assim desejar, apresentar recurso ao Conselho Superior do IFC, nos termos da lei, no prazo de 10(dez) dias a contar do recebimento deste.”

Processo nº 23080.021862/2013-51, servidor SIAPE 1157890, conforme Ofício nº 1285/2014/CPAD/PF-UFSC de 24/09/2014, informamos que: já consta no processo Relatório Final e julgamento pela Magnífica Reitora, que acolheu o Relatório Final elaborado pela Comissão que concluiu não ser possível imputar ao servidor responsabilidade pelas irregularidades apontadas e determinou o arquivamento do processo, encontrando-se atualmente nos arquivos deste NADIP/PF-UFSC.

Processo nº 23080.021865/2013-95, servidor SIAPE 1159161, conforme Ofício nº 1285/2014/CPAD/PF-UFSC de 24/09/2014, informamos que: já consta no processo Relatório Final e julgamento pela Magnífica Reitora, que acatou o Relatório da Comissão que entendeu que o professor acusado apresentou as comprovações de autorização da Instituição relativas à sua participação nos eventos citados no processo, desfazendo-se, assim, a situação de irregularidade mencionada e arquivou o processo, encontrando-se atualmente nos arquivos deste NADIP/PF-UFSC.

Síntese dos Resultados Obtidos

Posição do Gestor em 09/01/2015:

Servidora SIAPE 1518992 – pertencente ao Instituto Federal Catarinense foi aplicada a pena de ADVERTÊNCIA, nos termos do Art. 129 da Lei 8.112/90.

Servidores: SIAPE 1157890 e 1159161 não foram encontradas irregularidades e determinou-se o arquivamento dos processos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores Positivos: Aberto Processo Administrativo Disciplinar para apuração das irregularidades.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	227792	Const. 006 Rec. 001	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Universidade Federal de Santa Catarina

Código SIORG

429

Descrição da Recomendação

Proceder à implantação de mecanismos de controle de frequência que permita aferir as atividades realizadas sob regime de plantão na Instituição.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Síntese da Providência Adotada

Posição do Gestor em 31/12/2014 (HU):

O HU, dentro de suas possibilidades e competências, adquiriu 3 relógios de ponto digital, ampliou a memória dos relógios de modo a possibilitar que todos os servidores beneficiados com o Adicional por Plantão Hospitalar (APH) registram a frequência digital. Essa condição vem funcionando normalmente no ano de 2014, sendo que o sistema não funcionou apenas no mês de agosto passado, em função de problemas na base de dados. Os servidores registram no ponto eletrônico a totalidade das horas realizadas na atividade assistencial e as chefias fazem o acompanhamento e validação do ponto mensalmente. Durante o ano o software tem passado por revisões contínuas para melhoria do sistema. Os demais servidores lotados no HU registram ponto manual conforme Portaria Normativa nº 43/2014/GR, de 24 de julho de 2014, expedida pelo Gabinete da Reitoria.

Posição do Gestor em 15/01/2015 (SEGESP): Os servidores beneficiados com o Adicional por Plantão Hospitalar (APH) registram a frequência digital. Os servidores registram no ponto eletrônico a totalidade das horas realizadas na atividade assistencial e as chefias fazem o acompanhamento e validação do ponto mensalmente. Os demais servidores lotados no HU registram ponto manual conforme Portaria Normativa nº 43/2014/GR, de 24 de julho de 2014, inclusive os servidores que exercem suas atividades sob o regime de plantão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 15/01/2015 (SEGESP): Os servidores que exercem suas atividades em regime de plantão registram o ponto na folha ponto como os demais servidores do Hospital Universitário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	227792	Const. 006 Rec. 002	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder ao registro de descumprimento de horário com o devido desconto dos vencimentos, no caso de não exercício de jornada de plantão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Na UFSC: Esta recomendação está sendo cumprida, agora de forma mais eficiente, ou seja, após a implementação do controle diário de frequência, para todos os Servidores Técnico-Administrativos da UFSC. No HU: Quanto aos descontos dos dias e horários não trabalhados dos servidores em escala de plantão, o HU procede o desconto de todos os dias não trabalhados, independente se o servidor é plantonista ou não. Os dias não trabalhados são encaminhados em memorando ou em destaque na folha ponto de cada servidor para a Coordenadoria Auxiliar de Gestão de Pessoas (CAGP/HU/UFSC). Somente são consideradas justificadas as faltas por licença médica, tratamento de saúde próprio ou de familiar, licença nojo, gala e outras legalmente reconhecidas, as quais seguem para o CAGP para controle com documento comprobatório. Prazo para atendimento: recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Realização de descontos de todos os dias não trabalhados, independente se o servidor é plantonista ou não.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203109	Constatação 010 Rec. 007	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
	227792	Const. 007 Rec. 002	Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

<p>Proceder à instauração do competente procedimento disciplinar visando apurar as responsabilidades pelo exercício de atividade vedada pela legislação vigente, durante todo o exercício concomitante das atividades de administração ou gerência com as atribuições do cargo público.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
<p>Posição do Gestor em 09/01/2015:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Servidora SIAPE 1159273 - Processo nº 23080.012451/2013-75. Emitida Nota Técnica nº 369/CPAD/PF/UFSC/2013, de 21/11/2013 que sugeriu o arquivamento do processo. - Servidor SIAPE 1159668 – Processo nº 23080.012448/2013-51- O Parecer e Conclusões Finais emitidos pela comissão de processo administrativo disciplinar foram pelo arquivamento do processo. - Servidor SIAPE 2160575 - Processo nº 23080.012446/2013-62. O Relatório da Comissão foi no sentido da inexistência de provas de atuação efetiva do servidor SIAPE nº 2160575 como administrador de sociedade privada, apontando pela inexistência de infração ao artigo 117, X, da Lei 8.112/90 e sugerindo o arquivamento do processo e a alteração do contrato social da empresa. - Servidor SIAPE 575810 - Processo nº 23080.053113/2011-21 cujo parecer final foi pelo arquivamento do processo. 			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Posição do Gestor em 09/01/2015:</p> <p>Consideramos a recomendação atendida, tendo em vista que as Comissões dos Processos Administrativos Disciplinares emitiram pareceres pelo arquivamento dos processos.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	243915	Constatação 023 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Calcular o valor das parcelas remuneratórias pendentes de reembolso, em razão da cessão do servidor Mat. SIAPE 1018879 e adotar as providências cabíveis no sentido de regularizar o correspondente ressarcimento à UFSC por parte do Governo do Estado do Amapá.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
<p>Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP):</p> <p>Informamos que conforme documentos comprobatórios anexo, fornecido pelo Departamento de Contabilidade e Finanças, foi efetuado reembolso à UFSC pelo Governo do Estado do Amapá do ônus referente à cessão do servidor (SIAPE 1018879) àquele Órgão no mês de dezembro de 2010 e janeiro de 2011 (até o dia 12), no valor de R\$ 9.033,10 e R\$ 3.613,32, respectivamente.</p> <p>Prazo para atendimento: Recomendação atendida</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	243915	Constatação 052 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429

Descrição da Recomendação			
Implementar controles que possibilitem identificar os docentes que estão prestando atividades através de fundações, discriminando, entre outros, período de prestação dos serviços, atividades desenvolvidas e valores percebidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015:			
Foi criado o Sistema de Bolsa/PROPLAN que possibilita às Fundações verificar de maneira apropriada as situações que extrapolam o limite constitucional remuneratório antes de liberar qualquer pagamento de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e de estímulo à inovação pagas a servidores da UFSC como participantes de projetos devidamente aprovados pela Universidade. As Fundações mensalmente encaminham ao Gabinete da Reitoria a relação dos pagamentos efetuados aos servidores da UFSC que é posteriormente encaminhado ao Departamento de Administração de Pessoal para identificar se há alguma irregularidade considerando o exposto no inciso XI, do Art. 37 da Constituição Federal.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015:			
Não há pagamento de bolsa quando este ultrapassar o limite Constitucional Remuneratório.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Negativo: Demora na criação do sistema de acompanhamento dos pagamentos das bolsas.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201108926	Constatação 015 Rec. 002	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Na COPERVE, enquanto perseverar a estrutura reduzida, recomenda-se pelo menos segregar os processos da área 1 dos processos das áreas 2 e 3.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Graduação			26111
Síntese da Providência Adotada			
Conforme já informado no Relatório de Gestão de 2013, a Coperve considera que a recomendação encontra-se atendida. Aguarda-se nova posição da CGU sobre o assunto.			
Manifestação do gestor (Rel. Gestão 2013):			
“Reitero o cumprimento da norma. Chamo atenção para possível equívoco na interpretação/entendimento das informações já fornecidas, pois o analista de TI Matrícula SIAPE 1658954 membro da equipe envolvido com a gerência de redes e dados, participa <u>unicamente</u> do desenvolvimento dos <u>sistemas web</u> os quais, reafirmo, não interferem no processamento dos dados, objeto dos sistemas de produção desenvolvidos na COPERVE – estes, desenvolvidos, mantidos e operados pelos Analistas de TI matrícula SIAPE 1157314 e matrícula SIAPE 1158515.”			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Segregação entre gerência de redes/dados e desenvolvimento dos sistemas produtivos.			
Funcionalidade operacional, qualidade e confiabilidade dos resultados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A segregação recomendada de fato já existia e certamente contribui para atendimento pleno dos objetivos que serviram de inspiração para a norma.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201108926	Constatação 016 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429

Descrição da Recomendação			
Elaborar e implantar processo formal de revisão dos direitos de acesso em intervalos regulares nunca superiores a 1(um) ano, conforme item 11.2.4 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 29/12/2014: <ul style="list-style-type: none"> A SeTIC concluiu a implementação dos pré-requisitos para viabilizar a gestão de direitos de acesso pelos gestores dos sistemas; Foi formalizado, através de portaria da Reitoria, o papel dos Grupos Gestores dos Sistemas de Informação prevendo através destes o atendimento ao item 11.2.4 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005; As ações estruturantes foram implementadas e a SeTIC suportará as ações e solicitação dos grupos gestores dos sistemas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Envolvimento efetivo das áreas de negócio na gestão dos sistemas de informação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: Uso de práticas e arcabouços consagrados de TIC além de buscar atender as recomendações e orientações do TCU e CGU. Participação em cursos e workshops sobre governança de TI promovidos pela RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) Fatores negativos: Atendimento de outras demandas prioritárias aliadas a limitação de pessoal não permitem uma maior celeridade no andamento destas atividades.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201108926	Constatação 054 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Quando da nomeação de fiscal de contrato, garantir que seja respeitada a segregação de funções e responsabilidades na gestão dos contratos, em atendimento ao Inciso IV, § 1º, do Artigo 12, do Decreto n.º 7.423/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Com os treinamentos para capacitação realizados para servidores que exercerão as funções de fiscais, seguramente estas recomendações não deverão mais existir. As designações serão feitas pela PROAD.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201108926	Constatação 064 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Formalizar um Planejamento Estratégico para a área de TI e realizar acompanhamento e revisões periódicas do Plano de forma que o mesmo possa ser utilizado como uma ferramenta de gestão.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 29/12/2014: O PDTI foi elaborado sob coordenação do CoTIC (Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação). Após consulta pública o PDTI foi encaminhado ao conselho universitário que o aprovou na sessão extraordinária do dia 10/12/2013, conforme registrado em ata CUN/2013/31.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 29/12/2014: As ações de TIC executadas a partir da aprovação do PDTI estão alinhadas ao mesmo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A adoção da metodologia indicada pelo SISP/MPOG, a constituição de uma comissão de elaboração (papel executivo) e o apoio efetivo do Comitê de TI (CoTIC) e da alta administração foram fundamentais para o sucesso da atividade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201108926	Constatação 071 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar à Coordenadoria de Gestão Ambiental a elaboração e disseminação de orientações às diversas Unidades Responsáveis por aquisições e contratações, em observação às novas normas de Sustentabilidade Ambiental previstas na IN SLTI/MPOG 01/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 06/01/2015: O Projeto Institucional “Inclusão de critérios socioambientais nas compras e contratações da UFSC” cujos integrantes são servidores da Diretoria do Departamento de Compras, do setor de Gestão Ambiental, professores do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, outros funcionários interessados e dois bolsistas contratados pela Administração exclusivamente para este fim têm trabalhado na inclusão de critérios por grupo de compras, tendo em vista que na UFSC a grande maioria das compras é realizada de forma centralizada, de acordo com o calendário de compras anual. Entre esses grupos têm-se: “mobiliários”, “materiais de expediente”, “eletrônicos”, “sanitizantes”, entre outros. Todos os Editais realizados de forma centralizada pelo Departamento de Compras passam por minuciosa análise do grupo do Projeto, que determina quais os critérios que são viáveis de serem solicitados para cada um dos grupos. No decorrer de 2014 já foram realizados diversos editais com critérios que extrapolam a IN SLTI/MPOG 01/2010. Com relação à divulgação da IN SLTI/MPOG 01/2010 para as diversas unidades responsáveis, o Grupo do Projeto e os departamentos envolvidos vêm trabalhando na comunicação da importância desses critérios de sustentabilidade e na conscientização dos solicitantes dos itens, ou seja, na divulgação da informação da inclusão dos critérios também a partir daqueles que realizam as compras descentralizadas. Algumas ações foram tomadas após as recomendações dessa auditoria: <ol style="list-style-type: none"> (1) A criação do canal de divulgação www.comprassustentaveis.ufsc.br; onde constam diversas informações sobre como deve-se realizar uma compra sustentável; (2) A divulgação de informações a respeito da importância das compras sustentáveis e sobre trabalhos específicos realizados pela equipe no divulga UFSC e também no site da UFSC. (3) Cursos “Introdução à Gestão Ambiental” e “Instrução e Acompanhamento de Processos de Compras na UFSC” de capacitação aos servidores da Universidade que já atingiu 240 servidores. Estes cursos serão repetidos anualmente com no mínimo duas turmas abertas para cada um deles. (4) Ainda durante as reuniões semanais realizados pelos membros do Projeto diversas vezes foram convidados membros da comunidade acadêmica, entre eles, professores especializados e servidores de outros departamentos ligados diretamente a questão das compras para que se apresenta-se o projeto e que assim pudessem incorporá-lo em sua rotina de trabalho, além de colaborarem a partir da ótica de seus setores e campos de conhecimento. (5) Mensagem de divulgação dos critérios de sustentabilidade e orientações através do “Divulga UFSC”; 			

<p>(6) Emissão do Memorando Circular PROPLAN/UFSC/ 18/2014, que explica como realizar uma compra sustentável.</p> <p>(7) Inclusão das recomendações do MPOG - IN SLTI/MPOG 01/2010 no site das compras sustentáveis.</p> <p>Sabe-se que para a incorporação cultura da sustentabilidade na Instituição, será mantida a constante divulgação, conforme já realizamos em 2014.</p> <p>Cumpre-se informar, ainda, que no mês de fevereiro de 2015 será lançada a cartilha de compras sustentáveis da UFSC. Nela, além, dos critérios de sustentabilidade mais adequados por grupo de material, consta a correta forma de analisar os documentos solicitados, bem como os cuidados de deve-se ter na aceitação do material, quando de sua chegada no almoxarifado.</p> <p>Por fim, é importante saber que a UFSC está trabalhando incessantemente na busca da sustentabilidade de suas compras e tem sido convidada por outras entidades públicas para apresentar o seu trabalho e ministrar workshops. Recentemente dois membros do projeto ministraram um curso de compras sustentáveis na UFSC.</p> <p>Logo, diante do exposto, entende-se assim que a disseminação de orientações às diversas Unidades Responsáveis por aquisições e contratações em observação às novas normas de sustentabilidade ambiental, previstas na IN SLTI/MPOG 01/2010, foi realizada.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Posição do Gestor em 06/01/2015:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento expressivo no número de Editais de compras sustentáveis; - As compras realizadas foram de produtos com maior qualidade; - Conscientização dos servidores através de cursos; - Conscientização dos servidores dos setores estratégicos envolvidos com as compras; - Elaboração do Manual de Compras Sustentáveis; - Criação do site Compras Sustentáveis UFSC; - Divulgação dos critérios de sustentabilidade para os mais diversos setores da UFSC. 			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envolvimento do setor de compras; - Disponibilização de bolsistas pela Proad e Proplan; <p>Negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de corpo técnico disponível para ser equipe de apoio nos critérios de sustentabilidade. A análise dos critérios de sustentabilidade demanda um olhar crítico além de bastante tempo. Sugere-se a contratação de um assistente administrativo exclusivo para realizar essa função. - Falta de material consolidado sobre o assunto que traga a explicação específica de cada item, as legislações são bastante genéricas e às vezes difíceis de serem aplicadas. - Falta de segurança jurídica; - Falta de empresas que atendam os requisitos solicitados. 			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201108926	Constatação 071 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar a formalização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<p>Posição do Gestor em 29/12/2014:</p> <p>O PDTI foi elaborado sob coordenação do CoTIC (Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação). Após consulta pública o PDTI foi encaminhado ao conselho universitário que o aprovou na sessão extraordinária do dia 10/12/2013, conforme registrado em ata CUN/2013/31</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Posição do Gestor em 29/12/2014:</p> <p>As ações de TIC executadas a partir da aprovação do PDTI estão alinhadas ao mesmo.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor			
A adoção da metodologia indicada pelo SISP/MPOG, a constituição de uma comissão de elaboração (papel executivo) e o apoio efetivo do Comitê de TI (CoTIC) e da alta administração foram fundamentais para o sucesso da atividade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201108926	Constatação 073 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar a formalização e a devida divulgação interna do processo de reciclagem de resíduos da área administrativa, a fim de que todos os servidores da Unidade tenham conhecimento sobre o processo e sobre a forma de cooperar com o pleno funcionamento do mesmo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<p>Posição do Gestor em 06/01/2015:</p> <p>Após reuniões preliminares sobre ao assunto em 2013, a construção do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da UFSC foi iniciada em 2014, coordenado pela Eng. Sanitarista da Prefeitura Universitária Sara Meireles e contando com equipe técnica formada por 6 estagiários de engenharia sanitária e com apoio dos servidores da Gestão Ambiental da UFSC. O PGRS tem 90% de seu conteúdo finalizado (diagnóstico quantitativo e qualitativo dos resíduos, ações e programas) e tem previsão de término para junho de 2015.</p> <p>Para dar caráter participativo e constituir um Plano abrangente e que contemple as especificidades e necessidades de cada centro de ensino e unidade administrativa da UFSC, foram indicados representantes de cada local para auxiliar na obtenção de dados primários e também secundários. A demora na indicação dos servidores representantes de cada centro/unidade, bem como a complexidade das problemáticas encontradas na UFSC, levaram a uma demora maior que a esperada na elaboração do diagnóstico.</p> <p>Devido ao atraso na definição dos representantes, dos diagnósticos em campo e obtenção dos dados necessários, o cronograma previsto anteriormente foi alterado. Em fevereiro de 2015, será feita uma reunião de apresentação da minuta do PGRS (já revisada e aprovada pela PROPLAN e PROAD), com os representantes de centros e unidades. A partir desse encontro, os centros/unidades terão 30 dias para contribuições à minuta do PGRS, que será ajustada após a entrega dessas sugestões, e então apresentada para a comunidade universitária em audiência, prevista para abril de 2015. Após essa apresentação, o documento ficará disponível para consulta pública on-line por 30 dias. Recebidas e complementadas as contribuições pertinentes, o documento final deverá ser finalizado e enviado para aprovação do CUn em junho de 2015.</p> <p>Entretanto, já há certa evolução para que a coleta seletiva seja concretizada na UFSC. A partir das informações já obtidas no diagnóstico e do planejamento proposto no PGRS, já estão sendo estimados os quantitativos de lixeiras, sacos plásticos, contentores, pontos de coletas, contratos de serviços etc., bem como a definição das melhores localizações para as lixeiras/contentores e as estratégias de destinação em função dos tipos de materiais reciclados, e de educação ambiental para o programa funcionar plenamente. Estudos preliminares realizados pelo grupo indicaram que a forma mais adequada para a separação de resíduos recicláveis, será binária (Rejeito / Reciclável). Com relação à destinação dos resíduos recicláveis, está se dialogando com a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), responsável pela coleta de resíduos do município de Florianópolis, sobre a possibilidade da empresa realizar a coleta e encaminhar ao material à cooperativas ou associações de catadores conforme previsto no Decreto 5940/2006. Além disso, também está se estudando a possibilidade do envio direto dos resíduos recicláveis para as associações de catadores, sem intermediários. Após a análise dos prós e contras de cada alternativa, iniciar-se-ão as tratativas formais para a coleta seletiva nos Campi de Florianópolis.</p> <p>Concomitantemente a realização do PGRS foram realizadas algumas ações imediatas, com a finalidade de melhorar a gestão dos resíduos da UFSC e que atenderam a recomendação, tais quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi criado o site dos resíduos da UFSC – www.gestaoderesiduos.ufsc.br – já estão sendo colocadas informações educativas quanto a separação dos resíduos recicláveis, rejeitos e orgânicos, entre outras informações pertinentes aos resíduos de forma geral. - Foi realizada no mês de outubro de 2014 a Semana Campus Lixo Zero aberto a comunidade acadêmica o qual integraram: um seminário com mais de vinte palestrantes nacionais e internacionais, visitas técnicas, oficinas de arte, mutirão de coleta de resíduos, entre outros. Nessa ocasião apresentou-se o plano de gerenciamento preliminar da UFSC. - Foram adquiridos coletores de pilhas e distribuídos pelas unidades administrativas e acadêmicas da 			

<p>Universidade. Ademais, a coleta e destinação para reciclagem deste material é realizada desde janeiro de 2014 de forma gratuita, por meio da Logística Reversa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Está em andamento a contratação de serviço de coleta e tratamento de resíduos orgânicos. O processo está em fase de orçamentação junto aos fornecedores. - No curso de capacitação “Introdução a Gestão Ambiental”, que já foi ministrado para 180 servidores foi abordada a temática de resíduos e instruções sobre como deve ser realizada a separação dos resíduos recicláveis, conforme estabelecido no município. - Em alguns setores já está sendo realizada, em escala piloto, a separação de papeis que são enviados informalmente para as cooperativas e associações de catadores. <p>Podemos citar ainda outros projetos relativos à temática que são desenvolvidos por alguns docentes, servidores e discentes da Universidade, entre eles o Projeto “3R”, “CCB Recicla” e o “PGRS” CTC. O “3R” é um projeto interdisciplinar desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ecologia e Desenho Urbano (GIPEDU), coordenado pelo Professor Francisco Ferreira do Departamento de Arquitetura que visa atuar na redução da produção de resíduos sólidos, eliminação do desperdício e reuso dos recicláveis e promoção da coleta seletiva de alguns materiais: papel, plástico, metal, vidro, entre outros. Este projeto inicialmente foi desenvolvido no Prédio da Arquitetura e está sendo apoiado de forma institucional com o provimento de adesivos e contentores. O Projeto tem caráter educativo e visa à reciclagem de resíduos, estimulando sua prática por meio da confecção de lixeiras coloridas feitas com garrafas PET. Sua expansão está prevista para o Colégio Aplicação e para o NDI (creche da UFSC).</p> <p>Já o Projeto CCB Recicla foi idealizado pelos servidores e alunos do Centro de Ciências Biológicas (CCB) e tem como objetivos principais conscientizar a comunidade acadêmica e dos arredores da Universidade sobre a importância da coleta seletiva de resíduos, além de implementar esse procedimento no CCB. Esse projeto também promove diversas campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos que recebem destinação final ambientalmente adequada. Por fim, a implantação do PGRS do Centro Tecnológico já está em andamento, sendo que a destinação adequada para os resíduos recicláveis será iniciada em breve e deve servi como piloto para as demais ações no Campus.</p> <p>Por fim, ressalta-se que a elaboração e implantação do Plano faz parte de um processo que é longo, complexo, além de envolver questões multidisciplinares, intersetoriais, o que engloba diferentes pontos de vista sobre a questão, sendo assim, as ações devem ser muito bem planejadas para que não se cometam erros que possam ocasionar ainda mais problemas ambientais e custos desnecessários a instituição. Abaixo estão os próximos passos com o objetivo de cumprir esta recomendação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação do site “UFSC Sustentável” onde serão vinculadas campanhas de Educação Ambiental relativas a diversos temas referentes à sustentabilidade, inclusive a forma adequada de separação dos resíduos. - Aquisição das lixeiras duplas, contentores, bombonas para os recicláveis. - Construção do central de armazenamento para resíduos recicláveis. - Definição da forma de destinação dos resíduos recicláveis - Adaptação do contrato de limpeza para a realização dos serviços extras que surgirão decorrente da implantação do PGRS. - Contratação de equipe para trabalhar com os resíduo, o que inclui os resíduos recicláveis. - Finalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e consulta pública. 			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Posição do Gestor em 06/01/15:</p> <p>Realização de ações preliminares para a reciclagem dos resíduos, divulgação e conscientização dos servidores da universidade sobre os processos de tratamento e coleta dos resíduos da UFSC.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos gerados na UFSC é uma questão complexa tendo em vista que a Instituição gera todos os tipos de resíduos, inclusive resíduos perigosos. Até pouco tempo, a Universidade não dispunha de corpo técnico capacitado para trabalhar com essa questão e ainda não possui um setor administrativo voltado a essa demanda. Profissionais da área foram contratados e as tratativas para estruturar um setor de gerenciamento de resíduos sólidos estão em andamento.</p> <p>Fatores Positivos: novas contratações, estruturação de uma equipe para elaboração do PGRS, contratação de bolsistas.</p> <p>Fatores Negativos: complexidade, divergências sobre a questão, grande demanda relacionada à questão do gerenciamento de resíduos, falta de servidores para o gerenciamento de resíduos, e falta da estrutura física necessária.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201115131	Constatação 001 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429

Descrição da Recomendação			
Aprimorar os controles administrativos envolvendo o acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia, de modo a não permitir que os objetos contratados sejam executados em desconformidade com o editais e respectivos memoriais descritivos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 23/12/2014: Designação de equipes de fiscalização nos contratos de obras e serviços de engenharia da Instituição, compostas por engenheiros de acordo com as especialidades (ex. civil, eletricista) dos serviços mais relevantes dos contratos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 23/12/2014: Tal medida tem se mostrado uma boa prática e os resultados favoráveis tanto para os servidores designados como para a Instituição, pois nos últimos dois anos a UFSC contratou obras de engenharia de médio/grande portes com serviços vultuosos nas diversas especialidades, necessitando de fiscais nestas especialidades da engenharia. Em virtude da limitação de pessoal (quantidade e especialidades) na equipe de fiscalização do DFO/PROPLAN, o recente ingresso de 2 (dois) engenheiros civis e 1 (um) engenheiro eletricista no final de 2014 nos deixa otimista quanto as ações futuras da fiscalização do DFO/PROPLAN.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FP: A designação de equipes de fiscalização nos contratos de obras e serviços de engenharia da Instituição foi bem aceita pela equipe técnica do DFO/PROPLAN por se tratar de uma necessidade antiga, porém inviável em gestões anteriores em virtude da limitação de pessoal (quantidade e especialidades); FN: A ausência de fiscais em algumas especialidades da engenharia fundamentais na equipe de fiscalização do DFO/PROPLAN (ex. mecânico, segurança do trabalho);			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201115131	Constatação 002 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
A Universidade deve apresentar claramente, para cada quadro elétrico adquirido por meio do Contrato nº 144/2011, a comprovação da realização de cada um dos sete “ensaios de tipo” relacionados na NBR IEC 60439-1:2003. No caso da não apresentação da comprovação da realização de determinado ensaio, deverá justificar, caso a caso, o motivo da não realização e/ou da sua não aplicabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 06/01/2015: Neste caso, a instituição expôs a justificativa para a não apresentação dos ensaios, uma vez que foram dispensados após análise da equipe de projetistas quanto aos questionamentos das empresas ainda na fase do processo licitatório. Foram identificados que os valores envolvidos para atendimento da norma na sua integralidade seriam, pelo menos, 6 vezes maiores que os dos quadros convencionais, até então utilizados. Assim, para viabilizar o processo no interesse da manutenção da licitação, a equipe entendeu que o ensaio de tipo apontado na norma poderia ser suprimido desde que todos os demais fossem realizados e atestados via ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) por profissional habilitado, comprovados por relatório técnico. Dessa forma, todas as empresas foram comunicadas em tempo hábil a fim de garantir igualdade de condições e a publicidade no processo licitatório, preservando os prazos para uma obra importante para a instituição. A UFSC está implementando nos novos processos licitatórios o acréscimo das informações nas planilhas orçamentárias (e não somente nos memoriais de especificações), que os quadros elétricos devem atender a NBR IEC 60439-1:2003, inclusive com a apresentação de todos os ensaios exigidos nesta norma. Acreditamos que esta medida torne a formação dos preços internos e das propostas participantes dos certames da UFSC mais reais no caso de equipamentos desta complexidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Posição do Gestor em 06/01/2015: O certame teve prosseguimento, o objeto contratado e entregue dentro do prazo previsto inicialmente, os valores pagos compatíveis com os praticados no mercado e os quadros atendendo aos demais itens da NBR IEC 60439-1:2003, inclusive com o fornecimento dos relatórios pertinentes e ART.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
FP: a) exigiu o aprimoramento do quadro técnico da instituição na especificação e fiscalização bem como exigindo das contratadas a instalação de equipamentos (quadros) compatíveis com o objeto contratado; b) proporcionou a revisão e melhoria contínua das práticas internas, no que diz respeito à especificação e fiscalização; FN: a) deficiência na capacitação do quadro técnico em relação a aplicação da NBR IEC 60439-1:2003 e formação de preços dos quadros elétricos exigidos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	201115131	Constatação 004 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar apuração de responsabilidade na contratação de serviços mediante dispensa com empresas pertencentes aos mesmos sócios-proprietários com ausência de competição e sem comparação efetiva de preços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201115131, em resposta ao Ofício 3559/2014/CGU-R/SC: 1) Foi autuado o Processo nº 23080.016019/2014-34 para atendimento das Constatações 004, 009, 010 e 013 do Relatório de Auditoria nº 201115131; 2) Foi autuado o Processo nº 23080.0014834/2014-69 para atendimento das Constatações 008 e 011 do Relatório de Auditoria nº 201115131; 3) Posteriormente, foi procedida a juntada dos dois processos, por se tratar de matéria análoga.			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): A Comissão foi instaurada pela Portaria 551/2014/GR, de 27 de março de 2014 e alterada pela Portaria 780/2014/GR, de 07 de maio de 2014. A Comissão foi instalada no dia 27/05/2014 e deliberou-se por solicitar ao Diretor do DOMP manifestação sobre o contido no processo. Houve manifestação, com juntada de documentos, do DFO à fl. 39. Solicitou-se ao Diretor da PRAE à época dos fatos que se manifestasse no prazo de quinze dias. O ex-Diretor da PRAE solicitou cópia de alguns processos para que pudesse se manifestar. Aguarda-se o envio de um destes processos para encaminhamento ao ex-Diretor da PRAE. Após a manifestação do então ex-diretor, a Comissão se reunirá para novas deliberações. Prazo para atendimento: Acredita-se que em 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão devem ser concluídos e encerrados.			
Posição do Gestor em 10/12/2014: A Comissão de Sindicância designada pela Portaria 551/2014/GR sugeriu a abertura de PAD em face dos servidores i) SIAPE 1159020-1 por: contratações diretas mediante dispensa com base em propostas elaboradas por empresas do mesmo grupo societário; fracionamento de despesas por meio de dispensas na contratação de serviços de engenharia, facilitando a ocorrência de direcionamento com prejuízos à Administração; aditamento de contratos sem fundamentação técnica adequada e com inobservância dos requisitos legais, especialmente ante à ausência de autorização superior; ocorrência de sobrepreço nos orçamentos elaborados pelas empresas contratadas mediante dispensa gerando superfaturamento nos valores pagos; contratação de serviços de engenharia com ocorrência de superestimativa de preços, acarretando pagamentos superfaturados; pagamento integral de serviço executado em desconformidade com o Memorial Descritivo; pagamento de serviços não executados ou com execução menor do que a prevista. ii) SIAPE 1757981-3 por: falhas na formalização de pregões eletrônicos para execução de obras e serviços de engenharia com indícios de direcionamento e favorecimento de fornecedor; formatação de propostas de preços em processos de dispensa com indícios de combinação e direcionamento; falta de orçamentos prévios elaborados em planilhas de composição nos serviços, com quantitativos e descrição detalhada do serviço; não comprovação da realização de ensaios previstos na norma NBR IEC 60439-1 para conjuntos de manobra e controle de baixa tensão			

com ensaios de tipo parcialmente testados (PTTA); falhas na descrição de serviços contratados de pequenos reparos impõe restrições à fiscalização quanto a sua efetiva prestação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 10/12/2014: Constatação de indícios de irregularidades. Sugestão de abertura de processo administrativo disciplinar.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201115131	Constatação 006 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Analisar a viabilidade de estabelecimento de atribuição exclusiva ao Departamento de Obras e Manutenção Predial – DOMP/UFSC para planejar, contratar e acompanhar todas as obras e serviços de engenharia, especificamente as destinadas à manutenção e conservação dos bens imóveis da Instituição, reduzindo as contratações desses serviços por meio de dispensa de licitação aos casos de emergência, devidamente justificados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Considerando a recomendação atendida com a criação, através da Portaria nº 703/2013/GR de 10 de maio de 2013, do Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura vinculado à Prefeitura Universitária. Essa iniciativa vem atender uma demanda frequente da comunidade acadêmica referente à manutenção predial, superando ainda à sobreposição das atividades de manutenção entre o extinto DOMP e a PU. O objetivo agora é concentrar toda a manutenção predial e de infraestrutura em um único setor, fortalecendo a PU e aprimorando as soluções nas contratações necessárias ao atendimento desses serviços. O novo setor passou a contar com corpo técnico especializado das áreas de engenharias, o que fortaleceu o atual quadro de servidores e terceirizados da Prefeitura. Cabe ressaltar que o departamento ainda esta sendo estruturado com a contratação de novos servidores para ocupar algumas áreas que ainda não estão sendo atendidas			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	201115131	Constatação 007 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar aos setores técnicos da UFSC a realização de planejamento prévio da contratação de obras e serviços de engenharia a serem efetuados nos diversos setores da Instituição.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201115131, em resposta ao Ofício 3559/2014/CGU-R/SC: As contratações de obras e serviços de engenharia na UFSC são realizadas com base nos levantamentos pontuais com a composição dos serviços sendo orçada e detalhada conforme as regras vigentes. Hoje já contamos com uma série de serviços planejados em atas de registro de preço. Todavia, assim que tivermos			

equipe consolidada, um procedimento aprimorado para planejamento das demandas será possível. Prazo para atendimento: Trata-se de ação contínua, sem prazo para término.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Aperfeiçoamento na contratação das obras e serviços de engenharia realizada pela UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Configura-se como ponto positivo a criação do Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura. No entanto, este departamento ainda carece de recursos humanos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	201115131	Constatação 007 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar obrigatoriamente a necessidade de orçamento prévio com composição detalhada dos serviços e dos custos, bem como avaliação quanto à pertinência dos preços propostos nas licitações aos valores de mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Em atenção às recomendações anteriores desta Controladoria, os departamentos DPAE e DFO incrementaram nas suas planilhas orçamentárias incluindo uma coluna contendo as informações relativas às fontes do preço estimado, para cada item, que compõem o orçamento prévio, além de juntar nos autos do processo as composições detalhadas dos serviços que necessitem de outros comparativos por não constarem no sistema SINAPI, tanto nos processos licitatórios quanto nos termos aditivos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Adequação do procedimento de elaboração Orçamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A integração entre os departamentos foi um fator que possibilitou o atendimento da ação, todavia, a carência de pessoa nessas áreas dificulta a implantação dos novos processos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	201115131	Constatação 009 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar apuração de responsabilidade em face da contratação de serviços objeto do Pregão n.º 402/2009, por valor superior à proposta da empresa contratada e apresentado no orçamento prévio.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201115131, em resposta ao Ofício 3559/2014/CGU-R/SC: 1) Foi autuado o Processo n.º 23080.016019/2014-34 para atendimento das Constatações 004, 009, 010 e 013 do Relatório de Auditoria n.º 201115131; 2) Foi autuado o Processo n.º 23080.0014834/2014-69 para atendimento das Constatações 008 e 011 do Relatório de Auditoria n.º 201115131; 3) Posteriormente, foi procedida a juntada dos dois processos, por se tratar de matéria análoga.			

Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP):

A Comissão foi instaurada pela Portaria 551/2014/GR, de 27 de março de 2014 e alterada pela Portaria 780/2014/GR, de 07 de maio de 2014. A Comissão foi instalada no dia 27/05/2014 e deliberou-se por solicitar ao Diretor do DOMP manifestação sobre o contido no processo. Houve manifestação, com juntada de documentos, do DFO à fl. 39. Solicitou-se ao Diretor da PRAE à época dos fatos que se manifestasse no prazo de quinze dias. O ex-Diretor da PRAE solicitou cópia de alguns processos para que pudesse se manifestar. Aguarda-se o envio de um destes processos para encaminhamento ao ex-Diretor da PRAE. Após a manifestação do então ex-diretor, a Comissão se reunirá para novas deliberações.

Prazo para atendimento: Acredita-se que em 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão devem ser concluídos e encerrados.

Posição do Gestor em 10/12/2014:

A Comissão de Sindicância designada pela Portaria 551/2014/GR sugeriu a abertura de PAD em face dos servidores

i) SIAPE 1159020-1 por: contratações diretas mediante dispensa com base em propostas elaboradas por empresas do mesmo grupo societário; fracionamento de despesas por meio de dispensas na contratação de serviços de engenharia, facilitando a ocorrência de direcionamento com prejuízos à Administração; aditamento de contratos sem fundamentação técnica adequada e com inobservância dos requisitos legais, especialmente ante à ausência de autorização superior; ocorrência de sobrepreço nos orçamentos elaborados pelas empresas contratadas mediante dispensa gerando superfaturamento nos valores pagos; contratação de serviços de engenharia com ocorrência de superestimativa de preços, acarretando pagamentos superfaturados; pagamento integral de serviço executado em desconformidade com o Memorial Descritivo; pagamento de serviços não executados ou com execução menor do que a prevista.

ii) SIAPE 1757981-3 por: falhas na formalização de pregões eletrônicos para execução de obras e serviços de engenharia com indícios de direcionamento e favorecimento de fornecedor; formatação de propostas de preços em processos de dispensa com indícios de combinação e direcionamento; falta de orçamentos prévios elaborados em planilhas de composição nos serviços, com quantitativos e descrição detalhada do serviço; não comprovação da realização de ensaios previstos na norma NBR IEC 60439-1 para conjuntos de manobra e controle de baixa tensão com ensaios de tipo parcialmente testados (PTTA); falhas na descrição de serviços contratados de pequenos reparos impõe restrições à fiscalização quanto a sua efetiva prestação.

Síntese dos Resultados Obtidos**Posição do Gestor em 10/12/2014:**

A Comissão apresentou relatório conclusivo indicando a abertura de PAD contra os servidores, conforme descrito acima, para garantia do contraditório e ampla defesa.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	201115131	Constatação 009 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Universidade Federal de Santa Catarina

Código SIORG

429

Descrição da Recomendação

Adotar planejamento centralizado com participação efetiva das áreas técnicas de engenharia responsáveis pela manutenção predial dos imóveis da Instituição, observando a exigência de Projeto Básico e Planilha de composição dos serviços e quantitativos para todas as contratações de obras e serviços de engenharia.

Providências Adotadas**Setor Responsável pela Implementação**

Pró-Reitoria de Administração

Código SIORG

26114

Síntese da Providência Adotada**Posição do Gestor em 21/01/2015:**

No intuito de centralizar as ações relativas à manutenção predial e de infraestrutura, foi criado através da Portaria nº 703/2013/GR de 10 de maio de 2013, o Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura vinculado à Prefeitura Universitária. Essa iniciativa vem atender uma demanda frequente da comunidade acadêmica referente à manutenção predial, superando ainda à sobreposição das atividades de manutenção entre o extinto DOMP e a PU. O objetivo agora é concentrar toda a manutenção predial e de infraestrutura em um único setor, fortalecendo a PU e aprimorando as soluções nas contratações necessárias ao atendimento desses serviços. O novo setor passou a contar com corpo técnico especializado das áreas de engenharias, o que fortaleceu o atual quadro de servidores e

<p>terceirizados da Prefeitura.</p> <p>Em atenção às recomendações anteriores desta Controladoria, os departamentos técnicos de engenharia desta instituição incrementaram nas suas planilhas orçamentárias incluindo uma coluna contendo as informações relativas às fontes do preço estimado, para cada item, que compõem o orçamento prévio, além de juntar nos autos do processo as composições detalhadas dos serviços que necessitem de outros comparativos por não constarem no sistema SINAPI, tanto nos processos licitatórios quanto nos termos aditivos.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	201115131	Constatação 010 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apurar as responsabilidades identificadas pelo descumprimento da legislação e assunção de encargos pela Entidade sem autorização dos responsáveis legais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
<p>Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201115131, em resposta ao Ofício 3559/2014/CGU-R/SC:</p> <p>1) Foi autuado o Processo nº 23080.016019/2014-34 para atendimento das Constatações 004, 009, 010 e 013 do Relatório de Auditoria nº 201115131;</p> <p>2) Foi autuado o Processo nº 23080.0014834/2014-69 para atendimento das Constatações 008 e 011 do Relatório de Auditoria nº 201115131;</p> <p>3) Posteriormente, foi procedida a juntada dos dois processos, por se tratar de matéria análoga.</p>			
<p>Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP):</p> <p>A Comissão foi instaurada pela Portaria 551/2014/GR, de 27 de março de 2014 e alterada pela Portaria 780/2014/GR, de 07 de maio de 2014. A Comissão foi instalada no dia 27/05/2014 e deliberou-se por solicitar ao Diretor do DOMP manifestação sobre o contido no processo. Houve manifestação, com juntada de documentos, do DFO à fl. 39. Solicitou-se ao Diretor da PRAE à época dos fatos que se manifestasse no prazo de quinze dias. O ex-Diretor da PRAE solicitou cópia de alguns processos para que pudesse se manifestar. Aguarda-se o envio de um destes processos para encaminhamento ao ex-Diretor da PRAE. Após a manifestação do então ex-diretor, a Comissão se reunirá para novas deliberações.</p> <p>Prazo para atendimento: Acredita-se que em 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão devem ser concluídos e encerrados.</p>			
<p>Posição do Gestor em 10/12/2014:</p> <p>A Comissão de Sindicância designada pela Portaria 551/2014/GR sugeriu a abertura de PAD em face dos servidores</p> <p>i) SIAPE 1159020-1 por: contratações diretas mediante dispensa com base em propostas elaboradas por empresas do mesmo grupo societário; fracionamento de despesas por meio de dispensas na contratação de serviços de engenharia, facilitando a ocorrência de direcionamento com prejuízos à Administração; aditamento de contratos sem fundamentação técnica adequada e com inobservância dos requisitos legais, especialmente ante à ausência de autorização superior; ocorrência de sobrepreço nos orçamentos elaborados pelas empresas contratadas mediante dispensa gerando superfaturamento nos valores pagos; contratação de serviços de engenharia com ocorrência de superestimativa de preços, acarretando pagamentos superfaturados; pagamento integral de serviço executado em desconformidade com o Memorial Descritivo; pagamento de serviços não executados ou com execução menor do que a prevista.</p> <p>ii) SIAPE 1757981-3 por: falhas na formalização de pregões eletrônicos para execução de obras e serviços de engenharia com indícios de direcionamento e favorecimento de fornecedor; formatação de propostas de preços em processos de dispensa com indícios de combinação e direcionamento; falta de orçamentos prévios elaborados em planilhas de composição nos serviços, com quantitativos e descrição detalhada do serviço; não comprovação da</p>			

realização de ensaios previstos na norma NBR IEC 60439-1 para conjuntos de manobra e controle de baixa tensão com ensaios de tipo parcialmente testados (PTTA); falhas na descrição de serviços contratados de pequenos reparos impõe restrições à fiscalização quanto a sua efetiva prestação.

Síntese dos Resultados Obtidos

Posição do Gestor em 10/12/2014:

A Comissão apresentou relatório conclusivo indicando a abertura de PAD contra os servidores, conforme descrito acima, para garantia do contraditório e ampla defesa.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	201115131	Constatação 011 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Universidade Federal de Santa Catarina

Código SIORG

429

Descrição da Recomendação

Apurar responsabilidades de quem tenha dado causa aos prejuízos verificados no Contrato n.º 017/2010.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Gabinete do Reitor

Código SIORG

26075

Síntese da Providência Adotada

Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201115131, em resposta ao Ofício 3559/2014/CGU-R/SC:

- 1) Foi autuado o Processo n.º 23080.016019/2014-34 para atendimento das Constatações 004, 009, 010 e 013 do Relatório de Auditoria n.º 201115131;
- 2) Foi autuado o Processo n.º 23080.0014834/2014-69 para atendimento das Constatações 008 e 011 do Relatório de Auditoria n.º 201115131;
- 3) Posteriormente, foi procedida a juntada dos dois processos, por se tratar de matéria análoga.

Manifestação da UFSC solicitada no Ofício n.º 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP):

A Comissão foi instaurada pela Portaria 551/2014/GR, de 27 de março de 2014 e alterada pela Portaria 780/2014/GR, de 07 de maio de 2014. A Comissão foi instalada no dia 27/05/2014 e deliberou-se por solicitar ao Diretor do DOMP manifestação sobre o contido no processo. Houve manifestação, com juntada de documentos, do DFO à fl. 39. Solicitou-se ao Diretor da PRAE à época dos fatos que se manifestasse no prazo de quinze dias. O ex-Diretor da PRAE solicitou cópia de alguns processos para que pudesse se manifestar. Aguarda-se o envio de um destes processos para encaminhamento ao ex-Diretor da PRAE. Após a manifestação do então ex-diretor, a Comissão se reunirá para novas deliberações.

Prazo para atendimento: Acredita-se que em 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão devem ser concluídos e encerrados.

Posição do Gestor em 10/12/2014:

A Comissão de Sindicância designada pela Portaria 551/2014/GR sugeriu a abertura de PAD em face dos servidores

i) SIAPE 1159020-1 por: contratações diretas mediante dispensa com base em propostas elaboradas por empresas do mesmo grupo societário; fracionamento de despesas por meio de dispensas na contratação de serviços de engenharia, facilitando a ocorrência de direcionamento com prejuízos à Administração; aditamento de contratos sem fundamentação técnica adequada e com inobservância dos requisitos legais, especialmente ante à ausência de autorização superior; ocorrência de sobrepreço nos orçamentos elaborados pelas empresas contratadas mediante dispensa gerando superfaturamento nos valores pagos; contratação de serviços de engenharia com ocorrência de superestimativa de preços, acarretando pagamentos superfaturados; pagamento integral de serviço executado em desconformidade com o Memorial Descritivo; pagamento de serviços não executados ou com execução menor do que a prevista.

ii) SIAPE 1757981-3 por: falhas na formalização de pregões eletrônicos para execução de obras e serviços de engenharia com indícios de direcionamento e favorecimento de fornecedor; formatação de propostas de preços em processos de dispensa com indícios de combinação e direcionamento; falta de orçamentos prévios elaborados em planilhas de composição nos serviços, com quantitativos e descrição detalhada do serviço; não comprovação da realização de ensaios previstos na norma NBR IEC 60439-1 para conjuntos de manobra e controle de baixa tensão com ensaios de tipo parcialmente testados (PTTA); falhas na descrição de serviços contratados de pequenos reparos

impõe restrições à fiscalização quanto a sua efetiva prestação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 10/12/2014: A Comissão apresentou relatório conclusivo indicando a abertura de PAD contra os servidores, conforme descrito acima, para garantia do contraditório e ampla defesa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	201115131	Constatação 012 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abster-se de autorizar contratações de execução de reparos e de pequenos serviços sem que sejam apresentados os elementos necessários, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços objeto da licitação ou da contratação direta (§9º, art. 7º da Lei nº 8.666/93).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A instituição vem avaliando continuamente suas rotinas de contratação de execução de reparos e de pequenos serviços visando o aprimoramento desta prática, inclusive com exigência da análise da Procuradoria Federal junto à UFSC para os processos de dispensa de licitação. Os controles são frequentemente avaliados. Atualmente a designação dos fiscais observa a especialidade do serviço de forma a garantir maior controle nas diferentes especialidades requeridas em cada objeto contratado			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	201115131	Constatação 012 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Incluir em suas rotinas de contratação de execução de reparos e de pequenos serviços a prática de exigir, como condição para autorizar o prosseguimento da contratação, registro fotográfico que evidencie a situação das áreas de intervenção, de forma a demonstrar a real necessidade dos serviços, a sua localização aproximada, e ainda possibilitar um melhor acompanhamento e fiscalização de sua efetiva execução.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A instituição vem reavaliando as rotinas de contratação de execução de reparos e de pequenos serviços visando o aprimoramento desta prática, inclusive com exigência da análise da Procuradoria Federal junto à UFSC para os processos de dispensa de licitação. Os controles são frequentemente avaliados. Atualmente a designação dos fiscais observa a especialidade do serviço de forma a garantir maior controle nas diferentes especialidades requeridas em cada objeto contratado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	201115131	Constatação 013 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Exercer controle efetivo na fiscalização de serviços de reformas e de pequenos reparos contratados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 21/01/2015: O serviços de manutenção predial que estão sendo executados pelo DMPI são fiscalizados e acompanhados por engenheiros e técnicos. Atualmente todos os faturamentos das empresas são verificados “in loco” e elaborada uma planilha de medição individual para cada manutenção, nesta planilha estão relacionados todos os serviços e materiais utilizados. Evitando assim o pagamento de serviços não executados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	201115131	Constatação 013 Rec. 003	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apurar responsabilidade administrativa em função da quitação (aposição de atesto) e pagamento de serviços de reformas e de pequenos reparos não prestados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201115131, em resposta ao Ofício 3559/2014/CGU-R/SC: 1) Foi autuado o Processo nº 23080.016019/2014-34 para atendimento das Constatações 004, 009, 010 e 013 do Relatório de Auditoria nº 201115131; 2) Foi autuado o Processo nº 23080.0014834/2014-69 para atendimento das Constatações 008 e 011 do Relatório de Auditoria nº 201115131; 3) Posteriormente, foi procedida a juntada dos dois processos, por se tratar de matéria análoga.			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): A Comissão foi instaurada pela Portaria 551/2014/GR, de 27 de março de 2014 e alterada pela Portaria 780/2014/GR, de 07 de maio de 2014. A Comissão foi instalada no dia 27/05/2014 e deliberou-se por solicitar ao Diretor do DOMP manifestação sobre o contido no processo. Houve manifestação, com juntada de documentos, do DFO à fl. 39. Solicitou-se ao Diretor da PRAE à época dos fatos que se manifestasse no prazo de quinze dias. O ex-Diretor da PRAE solicitou cópia de alguns processos para que pudesse se manifestar. Aguarda-se o envio de um destes processos para encaminhamento ao ex-Diretor da PRAE. Após a manifestação do então ex-diretor, a Comissão se			

reunirá para novas deliberações.

Prazo para atendimento: Acredita-se que em 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão devem ser concluídos e encerrados.

Posição do Gestor em 10/12/2014:

A Comissão de Sindicância designada pela Portaria 551/2014/GR sugeriu a abertura de PAD em face dos servidores

i) SIAPE 1159020-1 por: contratações diretas mediante dispensa com base em propostas elaboradas por empresas do mesmo grupo societário; fracionamento de despesas por meio de dispensas na contratação de serviços de engenharia, facilitando a ocorrência de direcionamento com prejuízos à Administração; aditamento de contratos sem fundamentação técnica adequada e com inobservância dos requisitos legais, especialmente ante à ausência de autorização superior; ocorrência de sobrepreço nos orçamentos elaborados pelas empresas contratadas mediante dispensa gerando superfaturamento nos valores pagos; contratação de serviços de engenharia com ocorrência de superestimativa de preços, acarretando pagamentos superfaturados; pagamento integral de serviço executado em desconformidade com o Memorial Descritivo; pagamento de serviços não executados ou com execução menor do que a prevista.

ii) SIAPE 1757981-3 por: falhas na formalização de pregões eletrônicos para execução de obras e serviços de engenharia com indícios de direcionamento e favorecimento de fornecedor; formatação de propostas de preços em processos de dispensa com indícios de combinação e direcionamento; falta de orçamentos prévios elaborados em planilhas de composição nos serviços, com quantitativos e descrição detalhada do serviço; não comprovação da realização de ensaios previstos na norma NBR IEC 60439-1 para conjuntos de manobra e controle de baixa tensão com ensaios de tipo parcialmente testados (PTTA); falhas na descrição de serviços contratados de pequenos reparos impõe restrições à fiscalização quanto a sua efetiva prestação.

Síntese dos Resultados Obtidos

Posição do Gestor em 10/12/2014:

A Administração está apurando a responsabilidade de tais servidores. A Comissão apresentou relatório conclusivo indicando a abertura de PAD contra os servidores, conforme descrito acima, para garantia do contraditório e ampla defesa.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	201115315 (Auditoria de controle de frequência e APH)	Constatação 001 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Elaborar semestralmente as escalas no âmbito do Hospital Universitário.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Síntese da Providência Adotada

Posição do Gestor em 31/12/2014:

Conforme verificamos na escala as APH são discriminadas como PD (dia de semana) e PF (final de semana). Ao lado do nome do servidor está NS (nível superior) e NM (nível Médio). A escala é autorizada, assinada e rubricada em todas as páginas pelo Diretor Geral.

Síntese dos Resultados Obtidos

Não identificados

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	201115315 (Auditoria de controle de frequência e APH)	Constatação 001 Rec. 003	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação			
Publicar as escalas no sítio eletrônico do Hospital Universitário (http://www.hu.ufsc.br) nos moldes preconizados pelos dispositivos normativos mencionados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 31/12/2014: As escalas encontram-se no sítio do HU, conforme recomendado pela CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	201115315 (Auditoria de controle de frequência e APH)	Constatação 001 Rec. 004	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Formalizar e divulgar os critérios de escolha dos servidores que participam dos plantões.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A Direção Geral instituiu, por meio da Portaria 94/DG/HU, de 04/04/2014, a Comissão de Verificação do Adicional por Plantão Hospitalar, cujo objeto é o estabelecimento de normativos internos que regulem a concessão do APH, bem como, verificar o cumprimento dos dispositivos legais vigentes. A comissão concluiu os trabalhos estabelecendo critérios para concessão e orientações gerais sobre as escalas do APH, aprovados pela Direção Geral em 18/09/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	201115315 (Auditoria de controle de frequência e APH)	Constatação 002 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proporcionar condições de publicar as planilhas previamente à ocorrência do mês em curso, com o máximo de fidedignidade entre a publicação prévia e a final retificada conforme a execução real dos plantões. Se for necessário para implementação desta recomendação, a Unidade deverá solicitar ao MEC as condições que vierem a ser adequadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Atendida. Conforme orientação da CGU, já foram ajustadas com o Ministério da Educação datas mais adequadas para			

divulgação das escalas, que hoje ocorre na última semana de cada mês, de acordo com a abertura do sistema REHUF. Persistem algumas mudanças no decorrer do mês em função de afastamentos por problemas de saúde não previstos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	201203151	Constatação 007 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Aprimorar o controle de frequência dos servidores por meio do desenvolvimento de rotinas de procedimentos com vistas ao acompanhamento de faltas de servidores registradas no cadastro funcional do Sistema Siape.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Informamos que foi criada uma ferramenta no Sistema de Administração de Recursos Humanos – ADRH que gera relatórios de acompanhamento dos casos de inassiduidade habitual e abandono de cargo. A partir deste relatório a Divisão de Benefícios e Licenças criou uma rotina de acompanhamento mensal para identificar estes casos e proceder a solicitação de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Criação da ferramenta que possibilita o acompanhamento mensal da inassiduidade habitual e abandono de cargo dos servidores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator positivo: Criação da ferramenta que possibilita o acompanhamento mensal da inassiduidade habitual e abandono de cargo dos servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	201203151	Constatação 007 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação à aplicação da recomendação anterior, detectadas as hipóteses de abandono de cargo ou inassiduidade habitual de servidor, realizar com tempestividade a regularização da respectiva situação funcional, mediante procedimento sumário, conforme previsto no artigo 133 da Lei nº 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Informamos que foi criada uma ferramenta no Sistema de Administração de Recursos Humanos – ADRH que gera relatórios de acompanhamento dos casos de inassiduidade habitual e abandono de cargo. A partir deste relatório a Divisão de Benefícios e Licenças criou uma rotina de acompanhamento mensal para identificar estes casos e proceder a solicitação de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Criação da ferramenta que possibilita o acompanhamento mensal da inassiduidade habitual e abandono de cargo dos			

servidores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Criação da ferramenta que possibilita o acompanhamento mensal da inassiduidade habitual e abandono de cargo dos servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	201203151	Constatação 008 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Fornecer relatório contendo avaliação crítica por mês de competência, quanto à regularidade das rubricas informadas manualmente na ficha financeira de cada servidor, ou seja, parcelas não geradas pela rotina de cálculo automático do SIAPE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Informamos que o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE fornece relatório contendo informações de todas as transações realizadas neste sistema, por CPF, inclusive das rubricas informadas manualmente na ficha financeira de cada servidor. Criados os relatórios contendo avaliação crítica por mês de competência, quanto à regularidade das rubricas informadas manualmente na ficha financeira de cada servidor, ou seja, parcelas não geradas pela rotina de cálculo automático do SIAPE tais como: acompanhamento das autorizações e desbloqueios, relatório de acompanhamento de pagamentos de substituição de chefia, controle de pagamento e reajuste de pensões judiciais, entre outros.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Criado relatórios de acompanhamento das autorizações e desbloqueios, relatório de acompanhamento de pagamentos de substituição de chefia, controle de pagamento e reajuste de pensões judiciais, entre outros.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Positivos: Criação de relatórios de rubricas não geradas pela rotina de cálculo automático.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	201203151	Constatação 009 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Evidenciar por meio de relatório de atividades o estabelecimento de rotinas de procedimentos com vistas a assegurar a confiabilidade dos dados lançados mensalmente no Sistema SIAPE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Informamos que são realizadas rotinas de controle de dados lançados no SIAPE, tais como: relatório de acompanhamento das autorizações e desbloqueios, relatório de acompanhamento de pagamentos de substituição de chefia, controle de pagamento e reajuste de pensões judiciais, entre outros. Além dos controles internos a Coordenação - Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão iniciou no mês de abril de 2014 um novo ciclo de Auditoria Preventiva que contempla o monitoramento dos lançamentos efetuados no SIAPE anteriormente à homologação da folha de pagamento. Este monitoramento é realizado semanalmente com objetivo de identificar e corrigir situações que possam gerar inconsistências no pagamento dos servidores.			

Diante disto, informamos que os controles estão sendo realizados conforme solicitado e sempre que há alguma inconsistência essas são imediatamente corrigidas. Salientamos que a ausência de correção ou de encaminhamento de justificativas dentro do prazo definido pela Coordenação - Geral de Inteligência e Auditoria Preventiva da Folha de Pagamento gera automaticamente a exclusão, do sistema, dos pagamentos com indícios de inconsistências que possam causar prejuízo ao erário.

Síntese dos Resultados Obtidos

Posição do Gestor em 09/01/2015:

Consideramos a recomendação atendida, tendo em vista a implementação das rotinas de controle da folha de pagamento, aposentadorias e pensões conforme determinado pela CGU/TCU.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Negativo: A demora na implementação das rotinas de controle deu-se em função da diversificação das atividades desenvolvidas pelo Departamento.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	201203151	Constatação 018 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Aprimorar a divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão na internet, de forma a tornar suas informações mais facilmente acessíveis ao público em geral, ou seja: Incluir na página inicial do portal da UFSC (www.ufsc.br) link para acesso à Carta; Melhorar a estrutura de apresentação das informações na Carta de forma a tornar a navegação no documento mais intuitiva para o público em geral, por exemplo, disponibilizando as informações por serviço prestado, em vez de por unidade administrativa. Realizar a revisão das informações contidas na Carta de forma a garantir que o conteúdo do documento esteja de acordo com o prescrito no artigo 11 do Decreto nº 6.932/2009, em especial o previsto em seu parágrafo 2º: "A Carta de Serviços ao Cidadão deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, em especial as relacionadas com: I- o serviço oferecido; II- os requisitos, documentos e informações necessários para acessar o serviço; III – as principais etapas para processamento do serviço; IV – o prazo máximo para a prestação do serviço; V- a forma de prestação do serviço; VI- a forma de comunicação com o solicitante do serviço; e VII- os locais e formas de acessar o serviço." Disponibilizar o acesso à Carta de Serviços do HU também na página inicial do portal do Hospital (www.hu.ufsc.br), vez que o público do Hospital não é necessariamente o mesmo da Universidade.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Síntese da Providência Adotada

Análise do Controle Interno (Nota Técnica 36663-CGU-R/SC, de 18/12/2013):

“Como se observa pela última manifestação dos gestores, a Carta de Serviços ao Cidadão teria sido elaborada por uma comissão formalmente constituída para tal; porém, como ainda não se obteve efeitos práticos com esta ação (versão ainda não divulgada, estando em fase de revisão/homologação junto ao Gabinete da Reitoria da UFSC), conclui-se pela reiteração da recomendação em razão da sua não implementação plena.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação
Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/06/2014”

Manifestação da Unidade examinada (Ofício nº 303/2014/GR em resposta à SA 201407315/12):

“A Carta de Serviços da UFSC que se encontra disponível foi concluída e publicada em 20 de novembro de 2013. Assim, entendemos essa data como a última atualização efetuada. Diante da análise apresentada na Solicitação de Auditoria, cabe informar que a UFSC ampliará a divulgação da ferramenta com a inclusão, em site principal, de link direto para a Carta de Serviços. Será também desenvolvido um site próprio para a Carta de Serviços, com formulários para pesquisa de satisfação com os usuários sobre os serviços prestados e com maior interatividade na busca das informações.”.

Análise do Controle Interno (Constatação do item 1.1.1.3 do Relatório 201407315):

“A Unidade reconhece as impropriedades constatadas e se compromete a adotar providências necessárias ao cumprimento dos artigos 11 e 12 do Decreto de 6.932/2009.

*Quanto à pendência do atendimento à recomendação constantes do Relatório de 2012 (**OS: 201203151 - Constatação: 018 - Recomendação: 001**) verificamos, em 23 de abril de 2014, que a Unidade inseriu link de acesso à Carta de Serviço ao Cidadão diretamente na página inicial do portal da UFSC (www.ufsc.br). Portanto, a recomendação deve ser considerada atendida.*

Posição do Gestor em 17/12/2014: A carta de Serviços da UFSC está publicada no endereço http://cartadeservicos.ufsc.br/ com link direto da pagina principal da UFSC http://ufsc.br/ . A Carta de Serviços do HU também está disponibilizada em http://www.hu.ufsc.br/			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 17/12/2014: A carta de Serviços da UFSC está publicada no endereço http://cartadeservicos.ufsc.br/ com link direto da pagina principal da UFSC http://ufsc.br/ . A Carta de Serviços do HU também está disponibilizada em http://www.hu.ufsc.br/			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores de Positivos: Participação da comissão na elaboração da Carta de Serviços.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	201203151	Constatação 018 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instituir cronograma de trabalho para realizar os aprimoramentos na Carta.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 17/12/2014: A carta de serviços está publicada na pagina: http://cartadeservicos.ufsc.br/ . Foi publicada matéria na pagina da UFSC, com a disponibilização da carta de serviços, informando que sua atualização ocorrerá anualmente: http://noticias.ufsc.br/2014/09/ufsc-disponibiliza-carta-de-servicos-ao-cidadao/			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 17/12/2014: A carta de serviços está publicada na pagina: http://cartadeservicos.ufsc.br/ . Foi publicada matéria na pagina da UFSC, com a disponibilização da carta de serviços, informando que sua atualização ocorrerá anualmente: http://noticias.ufsc.br/2014/09/ufsc-disponibiliza-carta-de-servicos-ao-cidadao/			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores de Positivos: Participação da comissão na elaboração da Carta de Serviços.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
45	201203151	Constatação 035 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Enquanto as atuais restrições de espaço e outras não sejam solucionadas, identificar e implementar possíveis medidas, mesmo que provisórias, que promovam um aumento do volume de resíduos separados para reciclagem.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A Prefeitura Universitária, juntamente com a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN, vem buscando meios de atender às recomendações da CGU, realiza estudos para a melhoria das relações contratuais com as empresas COMCAP e PROACTIVA, parceiras nas ações de recolhimento e destinação final dos resíduos/detritos produzidos na UFSC, como também participa das ações que visam a implantação do Plano de Logística Sustentável – PLS da UFSC. Ainda, no intuito de atender à legislação socioambiental, a Prefeitura Universitária adquiriu através de licitação 800			

<p>(oitocentos) contentores, com capacidade de 240 (duzentos e quarenta) litros, para armazenamento e disponibilização dos resíduos/detrítos para coleta.</p> <p>Neste momento, a Prefeitura Universitária apoia os estudos para a criação de cooperativa de recicladores nas dependências da UFSC.</p> <p>Com estas ações, a Prefeitura Universitária espera contribuir para a implantação de política de separação dos resíduos recicláveis.”</p> <p>A Prefeitura Universitária providenciou a limpeza de área localizada próximo ao Biotério Central objetivando a instalação de contêiner para armazenamento de material reciclável. Outra ação que visa a facilitação da separação dos resíduos recicláveis é a aquisição de contentores com capacidade de 240 litros que serão disponibilizados à comunidade universitária.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	201203151	Constatação 036 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Avaliar, caso a caso, todos os empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados em 31/12/2011, incluindo os acima relacionados, a fim de proceder à devida anulação e readequação orçamentária quando cabíveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 06/01/2015: Informamos que as Notas referenciadas foram anuladas e liquidadas, conforme impressão das telas do SIAFI anexas. A 2010NE90316998 foi anulada em 04/02/2014; a 2010NE90606398 foi anulada em 29/08/2013 e a 2011NE80405098 teve sua liquidação concluída em 17/12/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 06/01/2015: Cancelamento e pagamento dos referidos empenhos inscritos em restos a a pagar.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Analisando a situação identificamos que a inscrição em restos a pagar, para alguns casos, torna-se fundamental para as atividades da universidade e o trabalho de orientação do DCF, está conscientizando, cada vez mais, os ordenadores de despesas, que são os verdadeiros responsáveis, na liquidação e, quando necessário, anulação dos empenhos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	201203151	Constatação 036 Rec. 002	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar as determinações dos arts. 30 e 35, combinados, do Decreto nº 93.872/86 ao fazer inscrição de empenhos em Restos a Pagar não Processados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 06/01/2015: Para não inviabilizar o funcionamento da universidade, os devidos cancelamentos foram efetuados na medida da viabilidade e do respaldo contratual. Foram encaminhados memorandos solicitando as providências.			

Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 06/01/2015: Cancelamento e pagamento de empenhos inscritos em RAP.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os fatores positivos ainda são sutis porque impactam na cultura institucional quanto à necessidade de mais controle nos RAP, embora por se tratar de processo pedagógico ainda leve tempo para sua plena sedimentação nas práticas pelos ordenadores respectivos. Os resultados ainda não foram contundentes, o que exige novas medidas de controle, cuja regularidade será ampliada, com frequência mensal de correspondências aos ordenadores, facilitadas por sistema informatizado que se encontra em desenvolvimento.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	201203151	Constatação 040 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Avaliar a conveniência e oportunidade de se proceder à adequação do texto da Resolução Normativa 13/CUn/2011, de forma que o mesmo contemple, com fidelidade, os conteúdos relatados no fato da constatação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Em consulta ao professor Dr Jamil Assreuy (Pró-Reitor de Pesquisa), o mesmo informou: “a) A minuta da nova Resolução Normativa está pronta e já passou por consulta pública; b) Foi montado um Grupo de Trabalho para encaminhar debates junto à comunidade sobre a Resolução; c) Como Presidente do GT, encaminhei consulta aos demais componentes acerca de que melhor seria a minuta ser encaminhada diretamente para apreciação pelo CUn; d) Tão logo isto ocorra, a minuta deverá ser encaminhada para apreciação pelo Conselho Universitário.” Prazo para atendimento: Não definido			
Posição do Gestor em 14/11/2014: Encaminhada Minuta de Resolução à Reitora			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 14/11/2014: Consulta de sugestões junto ao conselho de Curadores. A Resolução deve ser relatada no Conselho Universitário nas primeiras reuniões do corrente ano.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	201203151	Constatação 048 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Revisar a necessidade de indicadores que não estejam sendo utilizados pelo RH da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Informação da SEGESP: Como é possível observar no texto abaixo, os indicadores permanecem os mesmos. O levantamento de indicadores gerenciais de recursos humanos demanda por um sistema que de conta de condensar o			

maior número possível de informações inerentes à área de gestão de pessoas.

Atualmente a UFSC utiliza o sistema denominado ADRH, para o registro e controle interno das informações de RH. Entretanto, trata-se de um sistema bastante limitado o que dificulta o levantamento de dados importantes, sendo que muitas vezes os registros são efetuados em apenas em planilhas de Excel.

Ainda assim, num esforço por garantir melhores resultados no que diz respeito à gestão de pessoas, tem-se buscado melhorias no levantamento e definição de indicadores, especialmente através de melhorias no sistema, que permitam a geração de relatórios diversos.

Com relação aos indicadores apresentados em 2012, 2013 e 2014 é possível perceber um esforço no sentido de demonstrar a evolução histórica dos dados, como segue:

a) Absenteísmo

Em relação a este indicador é possível observar as seguintes informações:

Acidentes de Trabalho				
Ano	2011	2012	2013	2014
Nº de acidentes	150	119	175	129

O nº de acidentes de trabalho (AT) registrados em 2014 foi de 129. Em 2013 foram 175. A queda observada em 2014 pode ser atribuída ao período de greve e conseqüente diminuição das atividades em inúmeros setores da UFSC.

Afastamentos vinculados ao SIASS-UFSC		
Tipo	Quantitativo	
	2013	2014
Solicitações de afastamentos do trabalho	2.289	3.363
Solicitações julgadas procedentes e concedidas	2.241	3.285
Solicitações julgadas improcedentes e negadas	48	78

Das perícias concluídas em 2013, constatou-se:

Tipo da licença	Quantitativo	
	2013	2014
Licença para Tratamento de Saúde	1.572	2.169
Licença para Tratamento de Saúde por Junta Oficial	316	398
Licença por Motivo de Doença de Familiar	249	320

Os dados apresentados se referem à Saúde Ocupacional dos servidores atendidos na Unidade SIASS-UFSC, através dos registros efetuados no sistema SIAPE-Saúde e demonstram a atual situação da saúde do trabalhador quanto a afastamentos por motivo de doença pessoal e familiar; acidentes em serviço; aposentadorias por invalidez, entre outros aspectos.

Em 2014 a Unidade SIASS-UFSC recebeu dos servidores técnicos administrativos e docentes da UFSC 3363 solicitações de afastamentos do trabalho. Destas, 3285 foram julgadas procedentes e concedidas e 78 foram julgadas improcedentes e negadas.

A partir dos dados apresentados a equipe SIASS, deu continuidade aos projetos em andamento no Departamento de atenção à Saúde/SEGESP. Quais sejam:

1) Serviço Social e a Atenção à Saúde do Servidor em Perícia: uma escuta qualificada.

Este projeto realiza uma escuta qualificada das possíveis causas do adoecimento dos servidores em perícia visando:

- avaliar com o servidor os recursos sociais e de saúde necessários à situação;
- intermediar os encaminhamentos referentes às questões de saúde e de trabalho junto ao setor competente;
- sistematizar dados dos servidores da Unidade SIASS.

Os dados resultantes dessa escuta são analisados e seus indicadores são utilizados para o aperfeiçoamento dos projetos existentes, assim como para identificação da necessidade de novas ações.

2) Apoio aos Servidores com Transtornos Mentais Comuns.

Este projeto visa à redução do número de afastamentos para tratamento de saúde por transtornos mentais comuns e

melhora da qualidade de vida dos servidores. Para tanto, uma equipe multiprofissional, acompanha os servidores com primeiro afastamento para tratamento de saúde por transtornos mentais comuns.

Além destes projetos, em 2014 o Departamento de Atenção à Saúde implementou um projeto piloto no âmbito da SEGESP:

- **Circuito Saúde:** O Projeto é uma iniciativa da Coordenadoria de Promoção e Vigilância, do Departamento de Atenção à Saúde/SEGESP/Unidade SIASS-UFSC, com o objetivo de orientar os servidores para hábitos saudáveis, a partir de um diagnóstico prévio realizado por profissionais da assistência social, medicina, enfermagem e educação física.

Durante os 03 dias previstos para a atividade houve a participação de 60 servidores. Os dados obtidos nas 07 estações previstas no projeto (Recepção, Antropometria, Bioquímica, Audição e Visão, Serviço Social e Medicina) já estão tabulados e constituem importante fonte de informações médicas e psicossociais. Neste momento os dados estão sendo analisados pelas equipes técnicas em cada área de conhecimento, sendo que o objetivo é melhor interpretá-los para definir intervenções a serem realizadas nos ambientes de trabalho, as quais serão inseridas no planejamento de atividades da Coordenadoria de Promoção e Vigilância em Saúde para o ano de 2015.

b) Educação Continuada

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) e o seu Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) vêm intensificando as ações de capacitação, por meio de sua Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP), a qual tem traçado objetivos e metas de inovação e de busca contínua na melhoria da prática de suas ações e papel, frente à comunidade universitária. Para cumprir esse objetivo, a CCP vem buscando suprir as lacunas verificadas no desenvolvimento e na implementação das ações de capacitação existentes, promovendo o aperfeiçoamento da equipe de trabalho e a implementação de um novo modelo de gestão de suas ações, por meio de um plano estratégico para o período de 2014-2017.

O ano de 2014 foi atípico em função do período de greve de março a junho, porém a equipe direcionou seus trabalhos, na oferta das capacitações previstas no Plano Anual de Capacitação dentro da disponibilidade dos instrutores neste período, e uniu esforços para desenvolver um curso piloto para a modalidade a distância trazendo um nova linguagem visual e modelo pedagógico, que envolveram uma nova estrutura e sistema de avaliação baseado em competência para ser implementado em 2015. A equipe também se envolveu na criação de uma nova Resolução Interna que institui o Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação dos servidores técnicos-administrativos em educação da Universidade Federal de Santa Catarina que esteve em consulta pública até 30 de janeiro de 2015. Após análise das contribuições da comunidade universitária a minuta será encaminhada ao Conselho Universitário para apreciação, aprovação e publicação.

As solicitações de afastamentos para formação dos servidores Técnico Administrativos é sempre ponderada com as necessidades institucionais, entendendo-se que é necessário o desenvolvimento do servidor, mas em face do cenário, em que a instituição atua com sua força de trabalho no limite é preciso verificar as possibilidades de remanejamento para que as atividades diárias não fiquem prejudicadas. Esta situação no que concerne ao corpo docente é mais propícia em razão de que os afastamentos dos Professores para formação permite a contratação de substitutos.

Quanto à educação continuada, podemos observar as seguintes dados nos relatórios de gestão de 2012 a 2014:

- Cursos de capacitação oferecidos pela Coordenadoria de Capacitação de Pessoas/DDP/SEGESP/UFSC:

	2012	2013	2014
Inscrições	2.918	4.529	2.215
Confirmados no curso	1.564	2.360	1.470
Concluintes	1.315	1.963	1.209
Carga horária de capacitação oferecida	1.180	2.465	1.388

- Pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e em cursos de especialização:

Pagamentos						
	2012	2012	2013	2013	2014	2014
MESES	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº de servidores	Valor (R\$)

Janeiro	15	11.732,25	14	11.457,98	5	10.530,26
Fevereiro	8	13.475,44	29	30.873,24	27	42.186,11
Março	31	25.438,02	45	46.933,50	35	35.418,05
Abril	48	48.743,69	84	69.330,00	4	3.836,77
Maio	77	57.075,45	75	55.298,89	0	0
Junho	25	21.972,85	72	60.718,88	0	0
Julho	29	17.303,87	84	71.891,57	100	87.525,26
Agosto	16	14.921,32	50	42.156,02	115	107.483,10
Setembro	105	59.827,69	42	37.547,68	71	71.428,30
Outubro	76	65.840,84	60	25.904,14	60	54.780,44
Novembro	34	30.148,46	38	25.378,16	103	33.854,08
Dezembro	0	0,00	0	0,00	1	0,00
TOTAL	464	366.479,88	593	477.490,06	521	449.042,37

- Afastamentos para formação e capacitação, horário especial e licença capacitação:

Afastamentos Técnicos-administrativos			
	Quantidade de servidores		
Modalidade	2012	2013	2014
Curta Duração	94	108	69
Pós-Doutorado	1	1	1
Doutorado	25	23	31
Mestrado	28	43	49
Especialização	1	0	0
Horário Especial	37	77	65
Licença Capacitação	29	27	24

Afastamentos Docentes			
	Quantidade de servidores		
Modalidade	2012	2013	2014
Curta Duração	864	975	1032
Longa Duração fora do Brasil	43	65	85
Horário Especial	0	0	0
Licença Capacitação	21	13	6

c) Rotatividade

Nossa Instituição está atravessando um período de transição no que tange a sua força de trabalho. Esta situação se deve ao fato do grande número de servidores estarem requerendo sua aposentadoria, servidores que ingressaram na UFSC na década de 80, e que estão completando seu tempo de serviço agora.

Para suprir esta demanda, foram realizados nos anos de 2013 e 2014, dois concursos. Porém, um número representativo dos servidores que estão ingressando, não permanecem no nosso órgão, sendo que muitos permanecem por um período inferior ao do estágio probatório, solicitando sua vacância ou exoneração. Quando questionado a estes servidores o motivo de sua saída, o fator preponderante está identificado no Plano de Cargos e Salários, que não é competitivo frente aos planos de outras esferas públicas. Temos ainda a relatar que muitos nem chegam a assumir seus cargos após suas nomeações, já tendo passado em outros concursos e optado por outras carreiras mais promissoras financeiramente.

Grande parte também dos servidores que estão ingressando, já possuem uma qualificação muitas vezes bem superior ao solicitado para o provimento do cargo, o que ocasiona muitas vezes insatisfação e busca de melhores oportunidades. É esta a característica dos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho hoje. Jovens com foco na sua carreira, no seu desenvolvimento profissional e econômico, em busca constante das melhores oportunidades.

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem buscado atender a todas as solicitações de pessoal com a maior brevidade possível, buscando minimizar o lapso entre a saída e a entrada do novo servidor no seu posto de trabalho, o que nem sempre é possível.

Esta Secretaria entende também que a forma adequada de provimento é aquela em que existe um período de convivência entre o que sai e aquele que entra, buscando uma interação entre a forma e os procedimentos que até então eram desenvolvidos para execução das atividades, em contrapartida com o novo olhar e a busca de novas formas de execução, o que nem sempre é possível.

Além disso, estamos gestionando junto a SETIC, a elaboração de um sistema apropriado para viabilizar com maior precisão a sistematização das informações, de modo a contribuir para as tomadas de decisões gerenciais que auxiliem na implementação de políticas de gestão de pessoas mais eficientes.

A busca do desenvolvimento de programas que possibilitem o levantamento de informações com maior precisão, além de estabelecer uma maior conexão entre setores como a aposentadoria e admissão, são projetos da SEGESP que visam otimizar as atividades na área de Gestão de Pessoas.

Outro foco são as entrevistas de desligamento que visam identificar o principal fator de desligamento dos servidores, através de vacâncias e exonerações. Após as entrevistas, com a identificação destas questões, o objetivo é implementar políticas visando minimizar esses números.

Prazo para atendimento: em andamento.

Síntese dos Resultados Obtidos

A partir dos dados obtidos é possível tomar decisões amparadas em fatos reais, tornando as ações mais efetivas e eficientes.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Os fatores que dificultaram a implementação destas ações em 2014, se resume em:

- Equipe reduzida de Técnicos de Informática especializados para a elaboração de sistema, tendo em vista a alta demanda de todos os setores da UFSC.
- Greve nacional dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação no período de março a junho.
- Transição da força de trabalho por substituições em grande número de aposentadorias.
- A alta rotatividade de servidores Técnicos-Administrativos recém admitidos.
- A deficiência de pessoal considerando o elevado aumento das demandas.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	201203151	Constatação 048 Rec. 002	NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Garantir a coerência nas informações sobre indicadores de desempenho nos relatórios de gestão de exercícios subsequentes, informando também aqueles indicadores excluídos e os que passaram a ser utilizados no exercício em curso.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Informação da SEGESP:

Como é possível observar no texto abaixo, os indicadores permanecem os mesmos.

O levantamento de indicadores gerenciais de recursos humanos demanda por um sistema que de conta de condensar o maior número possível de informações inerentes à área de gestão de pessoas.

Atualmente a UFSC utiliza o sistema denominado ADRH, para o registro e controle interno das informações de RH. Entretanto, trata-se de um sistema bastante limitado o que dificulta o levantamento de dados importantes, sendo que

muitas vezes os registros são efetuados em apenas em planilhas de Excel.

Ainda assim, num esforço por garantir melhores resultados no que diz respeito à gestão de pessoas, tem-se buscado melhorias no levantamento e definição de indicadores, especialmente através de melhorias no sistema, que permitam a geração de relatórios diversos.

Com relação aos indicadores apresentados em 2012, 2013 e 2014 é possível perceber um esforço no sentido de demonstrar a evolução histórica dos dados, como segue:

a) Absenteísmo

Em relação a este indicador é possível observar as seguintes informações:

Acidentes de Trabalho				
Ano	2011	2012	2013	2014
Nº de acidentes	150	119	175	129

O nº de acidentes de trabalho (AT) registrados em 2014 foi de 129. Em 2013 foram 175. A queda observada em 2014 pode ser atribuída ao período de greve e consequente diminuição das atividades em inúmeros setores da UFSC.

Afastamentos vinculados ao SIASS-UFSC		
Tipo	Quantitativo	
	2013	2014
Solicitações de afastamentos do trabalho	2.289	3.363
Solicitações julgadas procedentes e concedidas	2.241	3.285
Solicitações julgadas improcedentes e negadas	48	78

Das perícias concluídas, constatou-se:

Tipo da licença	Quantitativo	
	2013	2014
Licença para Tratamento de Saúde	1.572	2.169
Licença para Tratamento de Saúde por Junta Oficial	316	398
Licença por Motivo de Doença de Familiar	249	320

Os dados apresentados se referem à Saúde Ocupacional dos servidores atendidos na Unidade SIASS-UFSC, através dos registros efetuados no sistema SIAPE-Saúde e demonstram a atual situação da saúde do trabalhador quanto a afastamentos por motivo de doença pessoal e familiar; acidentes em serviço; aposentadorias por invalidez, entre outros aspectos.

Em 2014 a Unidade SIASS-UFSC recebeu dos servidores técnicos administrativos e docentes da UFSC 3363 solicitações de afastamentos do trabalho. Destas, 3285 foram julgadas procedentes e concedidas e 78 foram julgadas improcedentes e negadas.

A partir dos dados apresentados a equipe SIASS, deu continuidade aos projetos em andamento no Departamento de atenção à Saúde/SEGESP. Quais sejam:

1) Serviço Social e a Atenção à Saúde do Servidor em Perícia: uma escuta qualificada.

Este projeto realiza uma escuta qualificada das possíveis causas do adoecimento dos servidores em perícia visando:

- avaliar com o servidor os recursos sociais e de saúde necessários à situação;
- intermediar os encaminhamentos referentes às questões de saúde e de trabalho junto ao setor competente;
- sistematizar dados dos servidores da Unidade SIASS.

Os dados resultantes dessa escuta são analisados e seus indicadores são utilizados para o aperfeiçoamento dos projetos existentes, assim como para identificação da necessidade de novas ações.

2) Apoio aos Servidores com Transtornos Mentais Comuns.

Este projeto visa à redução do número de afastamentos para tratamento de saúde por transtornos mentais comuns e melhora da qualidade de vida dos servidores. Para tanto, uma equipe multiprofissional, acompanha os servidores com primeiro afastamento para tratamento de saúde por transtornos mentais comuns.

Além destes projetos, em 2014 o Departamento de Atenção à Saúde implementou um projeto piloto no âmbito da

SEGESP:

- **Circuito Saúde:** O Projeto é uma iniciativa da Coordenadoria de Promoção e Vigilância, do Departamento de Atenção à Saúde/SEGESP/Unidade SIASS-UFSC, com o objetivo de orientar os servidores para hábitos saudáveis, a partir de um diagnóstico prévio realizado por profissionais da assistência social, medicina, enfermagem e educação física.

Durante os 03 dias previstos para a atividade houve a participação de 60 servidores. Os dados obtidos nas 07 estações previstas no projeto (Recepção, Antropometria, Bioquímica, Audição e Visão, Serviço Social e Medicina) já estão tabulados e constituem importante fonte de informações médicas e psicossociais. Neste momento os dados estão sendo analisados pelas equipes técnicas em cada área de conhecimento, sendo que o objetivo é melhor interpretá-los para definir intervenções a serem realizadas nos ambientes de trabalho, as quais serão inseridas no planejamento de atividades da Coordenadoria de Promoção e Vigilância em Saúde para o ano de 2015.

b) Educação Continuada

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) e o seu Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) vêm intensificando as ações de capacitação, por meio de sua Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP), a qual tem traçado objetivos e metas de inovação e de busca contínua na melhoria da prática de suas ações e papel, frente à comunidade universitária. Para cumprir esse objetivo, a CCP vem buscando suprir as lacunas verificadas no desenvolvimento e na implementação das ações de capacitação existentes, promovendo o aperfeiçoamento da equipe de trabalho e a implementação de um novo modelo de gestão de suas ações, por meio de um plano estratégico para o período de 2014-2017.

O ano de 2014 foi atípico em função do período de greve de março a junho, porém a equipe direcionou seus trabalhos, na oferta das capacitações previstas no Plano Anual de Capacitação dentro da disponibilidade dos instrutores neste período, e uniu esforços para desenvolver um curso piloto para a modalidade a distância trazendo um nova linguagem visual e modelo pedagógico, que envolveram uma nova estrutura e sistema de avaliação baseado em competência para ser implementado em 2015. A equipe também envolveu-se na criação de uma nova Resolução Interna que institui o Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação dos servidores técnicos-administrativos em educação da Universidade Federal de Santa Catarina que esteve em consulta pública até 30 de janeiro de 2015. Após análise das contribuições da comunidade universitária a minuta será encaminhada ao Conselho Universitário para apreciação, aprovação e publicação.

As solicitações de afastamentos para formação dos servidores Técnico Administrativos é sempre ponderada com as necessidades institucionais, entendendo-se que é necessário o desenvolvimento do servidor, mas em face do cenário, em que a instituição atua com sua força de trabalho no limite é preciso verificar as possibilidades de remanejamento para que as atividades diárias não fiquem prejudicadas. Esta situação no que concerne ao corpo docente é mais propícia em razão de que os afastamentos dos Professores para formação permite a contratação de substitutos. Embora a maioria dos docentes que ingressam na instituição já possuem Doutorado, diminuindo as solicitações de afastamento para formação de médio e longo prazo.

Quanto à educação continuada, podemos observar as seguintes dados nos relatórios de gestão de 2012 a 2014:

- Cursos de capacitação oferecidos pela Coordenadoria de Capacitação de Pessoas/DDP/SEGESP/UFSC:

	2012	2013	2014
Inscrições	2.918	4.529	2.215
Confirmados no curso	1.564	2.360	1.470
Concluintes	1.315	1.963	1.209
Carga horária de capacitação oferecida	1.180	2.465	1.388

- Pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e em cursos de especialização:

Pagamentos						
	2012	2012	2013	2013	2014	2014
MESES	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº de servidores	Valor (R\$)	Nº de servidores	Valor (R\$)

Janeiro	15	11.732,25	14	11.457,98	5	10.530,26
Fevereiro	8	13.475,44	29	30.873,24	27	42.186,11
Março	31	25.438,02	45	46.933,50	35	35.418,05
Abril	48	48.743,69	84	69.330,00	4	3.836,77
Maio	77	57.075,45	75	55.298,89	0	0
Junho	25	21.972,85	72	60.718,88	0	0
Julho	29	17.303,87	84	71.891,57	100	87.525,26
Agosto	16	14.921,32	50	42.156,02	115	107.483,10
Setembro	105	59.827,69	42	37.547,68	71	71.428,30
Outubro	76	65.840,84	60	25.904,14	60	54.780,44
Novembro	34	30.148,46	38	25.378,16	103	33.854,08
Dezembro	0	0,00	0	0,00	1	0,00
TOTAL	464	366.479,88	593	477.490,06	521	449.042,37

- Afastamentos para formação e capacitação, horário especial e licença capacitação:

Afastamentos Técnicos-administrativos			
	Quantidade de servidores		
Modalidade	2012	2013	2014
Curta Duração	94	108	69
Pós-Doutorado	1	1	1
Doutorado	25	23	31
Mestrado	28	43	49
Especialização	1	0	0
Horário Especial	37	77	65
Licença Capacitação	29	27	24

Afastamentos Docentes			
	Quantidade de servidores		
Modalidade	2012	2013	2014
Curta Duração	864	975	1032
Longa Duração fora do Brasil	43	65	85
Horário Especial	0	0	0
Licença Capacitação	21	13	6

c) Rotatividade

Nossa Instituição está atravessando um período de transição no que tange a sua força de trabalho. Esta situação se deve ao fato do grande número de servidores estarem requerendo sua aposentadoria, servidores que ingressaram na UFSC na década de 80, e que estão completando seu tempo de serviço agora.

Para suprir esta demanda, foram realizados nos anos de 2013 e 2014, dois concursos. Porém, um número representativo dos servidores que estão ingressando não permanece no nosso órgão, sendo que muitos permanecem por um período inferior ao do estágio probatório, solicitando sua vacância ou exoneração. Quando questionado a estes servidores o motivo de sua saída, o fator preponderante está identificado no Plano de Cargos e Salários, que não é competitivo frente aos planos de outras esferas públicas. Temos ainda a relatar que muitos nem chegam a assumir seus cargos após suas nomeações, já tendo passado em outros concursos e optado por outras carreiras mais promissoras financeiramente.

Grande parte também dos servidores que estão ingressando, já possuem uma qualificação muitas vezes bem superior

ao solicitado para o provimento do cargo, o que ocasiona muitas vezes insatisfação e busca de melhores oportunidades. É esta a característica dos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho hoje. Jovens com foco na sua carreira, no seu desenvolvimento profissional e econômico, em busca constante das melhores oportunidades.

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem buscado atender a todas as solicitações de pessoal com a maior brevidade possível, buscando minimizar o lapso entre a saída e a entrada do novo servidor no seu posto de trabalho, o que nem sempre é possível.

Esta Secretaria entende também que a forma adequada de provimento é aquela em que existe um período de convivência entre o que sai e aquele que entra, buscando uma interação entre a forma e os procedimentos que até então eram desenvolvidos para execução das atividades, em contrapartida com o novo olhar e a busca de novas formas de execução, o que nem sempre é possível.

Além disso, estamos gestionando junto a SETIC, a elaboração de um sistema apropriado para viabilizar com maior precisão a sistematização das informações, de modo a contribuir para as tomadas de decisões gerenciais que auxiliem na implementação de políticas de gestão de pessoas mais eficientes.

A busca do desenvolvimento de programas que possibilitem o levantamento de informações com maior precisão, além de estabelecer uma maior conexão entre setores como a aposentadoria e admissão, são projetos da SEGESP que visam otimizar as atividades na área de Gestão de Pessoas.

Outro foco são as entrevistas de desligamento que visam identificar o principal fator de desligamento dos servidores, através de vacâncias e exonerações. Após as entrevistas, com a identificação destas questões, o objetivo é implementar políticas visando minimizar esses números.

Prazo para atendimento: em andamento.

Síntese dos Resultados Obtidos

A partir dos dados obtidos é possível tomar decisões amparadas em fatos reais, tornando as ações mais efetivas e eficientes.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Os fatores que dificultaram a implementação destas ações em 2014, se resume em:

- Equipe reduzida de Técnicos de Informática especializados para a elaboração de sistema, tendo em vista a alta demanda de todos os setores da UFSC.
- Greve nacional dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação no período de março a junho.
- Transição da força de trabalho por substituições em grande número de aposentadorias.
- A alta rotatividade de servidores Técnicos-Administrativos recém admitidos.
- A deficiência de pessoal considerando o elevado aumento das demandas.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	201203151	Constatação 057 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Buscar melhorias em rotinas, atividades e processos voltados à tecnologia da informação na SETIC, com foco no aprimoramento da eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento de produtos e serviços, bem como na agilidade ao atendimento de demandas (sejam internas ou externas), observado o porte da estrutura mantida na SETIC/PROINFRA da UFSC.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Síntese da Providência Adotada

Posição do Gestor em 29/12/2014:

A SeTIC segue na implementação de um conjunto de ações que visam a aprimorar a governança de TI:

- Alinhamento das ações de TI ao PDTI aprovado em 2013;
- Implantação do arcabouço ITIL;
- Implantação e melhoria contínua do processo de desenvolvimento de software;
- Adoção das recomendações IN 04 - Instrução Normativa MP/SLTI Nº04 nos processos de contratação de

bens e serviços; • Padronização do ambiente de desenvolvimento; • Adequação de serviços e sistemas a Norma NBR ISO/IEC 27002:2005; • Formalização de Grupos Gestores para os Sistemas de Informação Corporativos com representantes das áreas de negócio; Prazo para atendimento: Trata-se de ação contínua sem prazo para finalização.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Maior eficácia e clareza na gestão dos processos e serviços de TIC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: Uso de práticas e arcabouços consagrados de TIC além de buscar atender as recomendações e orientações do TCU e CGU. Participação em cursos e workshops sobre governança de TI promovidos pela RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa). Fatores negativos: Atendimento de outras demandas prioritárias aliadas a limitação de pessoal não permitem uma maior celeridade no andamento destas atividades.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	201203151	Constatação 061 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar apuração por meio de levantamento técnico circunstanciado dos preços e serviços pagos no Contrato n.º 116/2011 de forma a atestar sua compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, verificando a ocorrência de sobrepreço e/ou superfaturamento, e em ocorrendo, apurar a responsabilidade e ressarcimento dos prejuízos ao Erário, em face do disposto no § 2º do art. 25 da Lei n.º 8.666/93;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Processo nº 23080.020284/2011-74: A Comissão apresentou Relatório Final sugerindo o arquivamento do processo, concluindo “pela impossibilidade de responsabilização dos administradores/ordenadores de despesa”. O processo segue agora para Nota Técnica do Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais (NADIP/PF-UFSC), e posterior encaminhamento à Magnífica Reitora para julgamento. Prazo para atendimento: O processo deve ser encaminhado à autoridade julgadora até 06/10/2014			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 10/01/2015: A Comissão entendeu não haver indícios de sobrepreço ou superfaturamento. O processo aguarda Nota Técnica da Procuradoria Federal e posterior encaminhamento para julgamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
53	201216752	Constatação 001 Rec. 001	Ofício nº 29532/2013/CGU-R/SC de 27/09/13
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promova a divulgação, em sua página na internet, das informações sobre sua relação com as fundações de apoio, em especial no que se refere aos dados sobre os projetos em andamento, incluindo a indicação das remunerações pagas e dos respectivos beneficiários, de acordo com os termos estabelecidos pelo Decreto nº 7.423/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 3/10/2014 (Despacho 270/2013/SEAI): A SEAI esclarece que a Resolução Normativa que regulamenta as relações entre a UFSC e suas fundações de apoio – na qual está prevista e regulamentada a divulgação, na página da Universidade, das informações sobre sua relação com as fundações de apoio, em especial no que se refere aos dados sobre projetos em andamento, incluindo a indicação das remunerações pagas e dos respectivos beneficiários – já foi concluída e considerada adequada pela Procuradoria Federal UFSC. Aguarda-se a aprovação da Resolução pelo Conselho Universitário.			
Posição do Gestor em 21/01/2015 (PROAD): A UFSC tem trabalhado para dar transparência na sua relação com as fundações de apoio. As informações a respeito de todos os contratos com suas fundações de apoio credenciadas estão publicadas no endereço eletrônico http://dpc.proad.ufsc.br/ . No mesmo endereço está publicada a lista de documentos necessários para a formalização de novos contratos. Ademais, em reunião do Conselho Universitário realizada no dia 22 de outubro passado, a Administração Central informou que apresentará proposta de nova resolução para regulamentar a relação com as fundações de apoio que substituirá a Resolução Normativa 13/CUn/2011, atualmente vigente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não identificados			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
54	201216752	Item 2.1.1.1 Rec. 002	Ofício nº 29532/2013/CGU-R/SC de 27/09/13
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Ultimate os procedimentos administrativos internos a fim de colocar em funcionamento o sistema informatizado que possibilitará o acompanhamento e controle da remuneração/retribuição total percebida pelos servidores ativos/inativos da UFSC, de modo a impedir qualquer extrapolação do limite constitucional remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da CF/1988.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Foi criado o Sistema de Bolsa/PROPLAN que possibilita as Fundações verificar de maneira apropriada as situações que extrapolam o limite constitucional remuneratório antes de liberar qualquer pagamento de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e de estímulo à inovação pagas a professores da UFSC como participantes de projetos devidamente aprovados pela Universidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Criação do Sistema de Bolsa/PROPLAN que possibilita as Fundações verificar de maneira apropriada as situações que extrapolam o limite constitucional remuneratório antes de liberar qualquer pagamento de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e de estímulo à inovação pagas a professores da UFSC como participantes de projetos devidamente aprovados pela Universidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Positivos: Com a criação do Sistema de Bolsas não há pagamentos de bolsas que extrapolam o limite constitucional remuneratório.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55	201216752	Const. 003 Rec. 001	Ofício nº 29532/2013/CGU-R/SC de 27/09/13
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

Com o auxílio jurídico da Procuradoria Federal junto à UFSC, dê prosseguimento às medidas administrativas já iniciadas em busca de repor o erário dos valores pagos acima do teto constitucional remuneratório, na importância inicialmente apurada de R\$ 988.957,21, atentando para as punições administrativas previstas no art. 18, § 1º, da Resolução Normativa nº 13/CUn, de 27/09/2011, e para o fato de que os ressarcimentos devam se dar mediante quitação de Guia de Recolhimento da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
<p>Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Consultada à época, a Procuradoria Federal junto à UFSC proferiu manifestação padrão no seguinte sentido: “Isto posto, há a necessidade de que ele/a seja cobrado/a para que apresente a documentação ou, então, seja cobrado da Fundação respectiva. Também deve ser conferido se houve a assinatura de documento de responsabilização pelo cumprimento do teto remuneratório lá junto ao projeto, copiando-se e juntando ao presente processo. Da mesma forma, se houve a autorização do Departamento respectivo e se não extrapolou o número de horas autorizadas, de especial relevo o cumprimento do contido na RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 13/CUn, de 27 setembro de 2011”. E prosseguiu: “Após, deve ser conferido (talvez pela SEGESP), mês a mês (colocando-se os valores que deveriam ser recebidos no mês correspondente e de efetiva competência), quanto recebeu e o valor que efetivamente extrapolou o teto”, ressaltando que são excluídas do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 61, da Lei 8.112/90.</p> <p>Na mesma manifestação padrão a Procuradoria Federal junto à UFSC orientou, nesses casos: “Então, cobrar a devolução desses valores (discriminando-se a totalização em reais) em prazo assinalado, remetendo-se a GRU já preenchida. Logicamente que, se o contido na defesa for comprovado cabalmente com documentos inofensíveis e não houver a extrapolação do teto o processo administrativo pode ser arquivado”. Em conclusão, a PF-UFSC assentou: “Por fim, seria indicável que a CGU solicitante seja oficiada acerca da atuação respectiva e seus resultados. As Fundações de Apoio devem ser oficiadas acerca das irregularidades porventura encontradas e para o cumprimento da legislação em vigor. O Ministério Público Estadual da mesma forma, em virtude de ser o responsável pela fiscalização das Fundações privadas.</p> <p>A Administração também deverá urgentemente atender ao item 2 da solicitação da CGU, a fim de dar cumprimento ao contido no Decreto nº 7.423/2010, bem como para as medidas que serão adotadas de forma imediata para evitar pagamentos futuros que ultrapassem o limite constitucional remuneratório (sem prejuízo dos demais encaminhamentos)”. Em contato com a SEGESP, a mesma informou que o procedimento de verificação em cada caso concreto foi realizado, e que os processos foram todos devolvidos ao Gabinete da Reitoria para providências (arquivamento ou abertura de PAD, conforme o caso). Prazo para atendimento: Não definido</p>			
Posição do Gestor em 10/01/2015:			
Foram abertos 55 processos administrativos sobre esta situação. A SEGESP (Departamento Pessoal) realizou análise de cada caso e encaminhou ao Gabinete da Reitoria. Os processos aguardam análise das documentações apresentadas pelos servidores envolvidos para decidir sobre a abertura de PAD.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 10/01/2015:			
Os servidores que foram identificados como tendo ultrapassado o teto remuneratório foram chamados a apresentarem justificativa. Os processos agora aguardam decisão da Reitoria.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
56	201317668 (Atuação de docentes)	Constatação 1.1.1.11 Rec. 1	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Como forma de implementar boas práticas administrativas, promova as medidas administrativas necessárias			

relacionadas à melhoria de sistemas informatizados e à alteração no arcabouço normativo das atividades de pesquisa, de modo a aprimorar, com isso, os indicadores e metas utilizados pela PROPESQ para acompanhar as atividades de pesquisa da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Pesquisa			26112
Síntese da Providência Adotada			
<p>Manifestação do Gestor (Memo 088/PROPESQ/2014 de 21/7/2014): [...] A título de atualização informo que a minuta da proposta da nova resolução de pesquisa já está com a relatora para a apreciação pelo CUn e o sistema informatizado de extração dos dados do Currículo Lattes está sendo finalizado no que se refere à escrita do programa. [...]</p> <p>Manifestação do Gestor em 30/9/2014 (Informação da PROPESQ em 2/9/2014, via mensagem eletrônica): “Informo, em adendo ao Memorando acima, que: a) A minuta da nova Resolução de Pesquisa está com a Relatora e pronta para ser apreciada pelo CUn; b) O sistema de extração de dados do Currículo Lattes está em fase de testes com 15 usuários e a expectativa que até o final do ano ele esteja pronto para ser disponibilizado para os coordenadores de pesquisa.” Prazo para atendimento: 31/12/2014</p> <p>Posição do Gestor em 31/12/2014: Em relação ao Ponto (a) informo que a a proposta para a nova Resolução de Pesquisa foi aprovada pelo Conselho Universitário na sessão do dia 18 de dezembro de 2014 e entra em vigor após a publicação no Boletim da UFSC. Em relação ao Ponto (b) informo que após as sugestões feitas pelos usuários de teste, as alterações e melhorias foram implementadas no sistema. Entretanto, ainda foram detectadas algumas pequenas inconsistências que, por medida de segurança, nos levaram a adiar a disponibilização do sistema no final de 2014. A disponibilização do sistema para todos os docentes e STAEs da UFSC ocorrerá impreterivelmente na segunda quinzena de janeiro de 2015.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014: Em relação ao Ponto (a), considerando que a Resolução foi aprovada na última sessão do CUn no final de dezembro, ainda não houve tempo hábil para a obtenção de resultados mensuráveis. Dentre as principais alterações presentes na nova Resolução estão a criação do Fundo de Desenvolvimento Institucional e do Programa de Apoio às Atividades de Pesquisa; a definição do valor mínimo de ressarcimento institucional (pelo menos 4% do valor do projeto); o aumento da participação das pró-reitorias nos grandes projetos institucionais; e a diferenciação clara entre tipos de projeto. Considerando estas alterações feitas em relação à Resolução anterior e as melhorias no texto da nova Resolução incluídas pelo CUn, a expectativa é que a partir de 2015 a atividade de pesquisa na UFSC seja ampliada, democratizada e ampliada. Em relação ao Ponto (b) também não há ainda resultados palpáveis obtidos. Todavia, a disponibilização do sistema fornecerá números mais confiáveis que permitam o estabelecimento de indicadores melhores para o acompanhamento das atividades de pesquisa na UFSC.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Ponto (a): considerando a magnitude das alterações sugeridas é razoável que a nova Resolução tenha sido discutida por 1 ano e meio no âmbito dos Centros e da Câmara de Pesquisa. Portanto, não considero que este tempo de discussão tenha sido um ponto negativo. Como ponto positivo destaco o comprometimento dos membros da Câmara de Pesquisa em discutir o novo texto e os membros do CUn em terem proposto alterações importantes que melhoraram o texto. Ponto (b): a principal dificuldade foi a complexidade inerente ao desenvolvimento de um sistema deste tipo e a necessidade de deixá-lo o mais transparente para o usuário.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
57	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.1 Rec. 002	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Indicar e regulamentar o setor da administração da UFSC que ficará responsável pelas atividades de correção.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	26075
Síntese da Providência Adotada	
<p>Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC:</p> <p><u>Ofício n.º 1063/2014/NADIP/PF-UFSC, de 20/8/2014:</u></p> <p>“01. Em atenção ao Memorando 093/2014/AUDIN, datado de 11 de agosto de 2014, temos a informar que em relação às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1), temos que a aprovação de criação da Corregedoria pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 19 de agosto de 2014, certamente dará início às soluções dos problemas apresentados no referido relatório de auditoria, uma vez que todas essas funções/atividades serão plenamente atendidas e exercidas por aquele órgão/setor.</p> <p>02. Em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), cumpre registrar que o atual NADIP/PF-UFSC (antes CPAD/PF-UFSC) é Núcleo integrante da estrutura da Procuradoria Federal junto à UFSC (PF/UFSC), não podendo ser confundido com órgão administrativo desta Autarquia Federal, possuindo, ainda, suas atribuições atualmente perfeitamente delimitadas e prescritas na Portaria Conjunta (PF-UFSC/PGF/AGU e UFSC) n.º 1/2014. Em verdade, um dos problemas apontados no relatório da CGU é justamente o fato de que a Procuradoria exerceria, ilegal e indevidamente, atribuições de exclusividade da UFSC, extrapolando, portanto, sua competência, fato este que já era constatado e relatado pelo Procurador-Chefe no Ofício n.º 117/2013/PF-UFSC, quando indicava a urgente necessidade de criação da Corregedoria da UFSC.</p> <p>03. Assim, podem ser informados os termos da Portaria Conjunta da CGU n.º 1, de 30 de maio de 2011:</p> <p>Art. 1º A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, aferirá, quando for o caso:</p> <p>I - a observância do contraditório e da ampla defesa;</p> <p>II - a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:</p> <p>a) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;</p> <p>b) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;</p> <p>c) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;</p> <p>d) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;</p> <p>III - a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;</p> <p>IV - a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:</p> <p>a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;</p> <p>b) adequação do enquadramento legal da conduta;</p> <p>c) adequação da penalidade proposta;</p> <p>d) inocência ou responsabilidade do servidor.</p> <p>04. Por sua vez, a Portaria CGU n.º 1.043, de 24/07/2007 estabelece:</p> <p>Art. 1º. As informações relativas a processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, criado por meio do Decreto n.º 5.480, de 30 de junho de 2005, deverão ser gerenciadas por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.</p> <p>05. Considerando a referida Portaria da CGU, entende-se por Órgão Cadastrador “órgão ou entidade componente do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, responsável pelo registro, no CGU-PAD, das informações sobre processos disciplinares instaurados, em curso ou encerrados” (art. 1º, §1º, II) e, ainda, nos termos da Portaria, os Ministérios devem designar um Coordenador para ser o responsável pelo seu cumprimento (Art. 3º), devendo este indicar “ao órgão central um servidor ou empregado que será o administrador principal do CGU-PAD no órgão” (Art. 3º, § 3º).</p> <p>06. Cumpre registrar que em junho do corrente ano estiveram reunidos o Chefe de Gabinete da reitoria, o Auditor-Chefe da UFSC e o Coordenador da CPAD/PF-UFSC (atual NADIP/PF-UFSC), em que se discutiu o conjunto de ações que deveria ser observado para regularizar uma série de inconsistências e incongruências no seio do sistema disciplinar desta Universidade, inclusive sua relação com a Procuradoria, irregularidade esta constatada no relatório n.º 201407315.</p> <p>07. Como resultado dessa reunião, foi traçado um cronograma para implementação dessas ações, com destaque para a atuação do NADIP/PF-UFSC, que, diante da ausência de um corpo disciplinar, não tem hesitado em reunir esforços para solucionar os problemas apresentados.</p> <p>08. Em conclusão:</p>	

<p>a) Referente às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1) cumpre registrar que elas muito certamente serão solucionadas com a criação da Corregedoria, já aprovada pelo CUn/UFSC. E enquanto esta se estrutura, o NADIP/PF-UFSC atualizará e registrará os processos no CGU-PAD. Sendo importante registrar, ainda, que o NADIP/PF-UFSC está cadastrando nos CGU-PAD todos os processos anteriores, mesmo os já arquivados, bem como corrigindo as incongruências apresentadas no relatório.</p> <p>b) E em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), as três primeiras recomendações estão sendo executadas pelo NADIP/PF-UFSC (até a estruturação da Corregedoria) e a quarta recomendação informamos que o NADIP/PF-UFSC está revisitando todo o arquivo de processos disciplinares da UFSC e confeccionando um relatório minucioso, e dada a ausência de controle específico nessa área, esse procedimento seguirá, por certo, até o final do mês de setembro de 2014.</p> <p>c) Por fim, pode ser registrado que prosseguiremos no levantamento das inconsistências apresentadas no relatório, corrigindo eventuais duplicidades de cadastro ou falta de atualização no CGU-PAD. Em relação à duplicidade de alguns processos, certamente há uma relação com o costume administrativo de num processo que inicialmente era uma sindicância investigativa, durante seu curso, ter se transformado numa sindicância acusatória ou mesmo em um PAD. E é plenamente possível a existência de erros decorrentes também da ausência de qualquer treinamento para o servidor responsável por utilizar o novo sistema. Todos esses erros, porém, estão sendo analisados e serão prontamente corrigidos.</p> <p>d) Os processos atuais estão rigorosamente sendo insertos no CGU-PAD, atualizados periodicamente. E a previsão é que todos os processos dos anos anteriores sejam devidamente revistos e cadastrados até 31/12/2014. Desse modo, todas as inconsistências apontadas pela CGU deverão ser rigorosamente corrigidas até 31/12/2014 (...)"</p> <p>Prazo para atendimento: 31/12/2014</p> <p>Posição do Gestor em 10/1/2015: Aprovada a Corregedoria no âmbito da UFSC.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Posição do Gestor em 10/1/2015: Criação da Corregedoria e composição de uma comissão para sua implementação. Será a corregedoria o setor responsável pelas atividades de correição.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
58	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.1 Rec. 003	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Nomear coordenador responsável pelo controle e gerenciamento dos processos disciplinares no sistema CGU-PAD, em cumprimento aos arts. 1º e 3º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
<p>Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC: Ofício n.º 1063/2014/NADIP/PF-UFSC, de 20/8/2014:</p> <p>“01. Em atenção ao Memorando 093/2014/AUDIN, datado de 11 de agosto de 2014, temos a informar que em relação às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1), temos que a aprovação de criação da Corregedoria pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 19 de agosto de 2014, certamente dará início às soluções dos problemas apresentados no referido relatório de auditoria, uma vez que todas essas funções/atividades serão plenamente atendidas e exercidas por aquele órgão/setor.</p> <p>02. Em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), cumpre registrar que o atual NADIP/PF-UFSC (antes CPAD/PF-UFSC) é Núcleo integrante da estrutura da Procuradoria Federal junto à UFSC (PF/UFSC), não podendo ser confundido com órgão administrativo desta Autarquia Federal, possuindo, ainda, suas atribuições atualmente perfeitamente delimitadas e prescritas na Portaria Conjunta (PF-UFSC/PGE/AGU e UFSC) nº 1/2014. Em</p>			

verdade, um dos problemas apontados no relatório da CGU é justamente o fato de que a Procuradoria exerceria, ilegal e indevidamente, atribuições de exclusividade da UFSC, extrapolando, portanto, sua competência, fato este que já era constatado e relatado pelo Procurador-Chefe no Ofício nº 117/2013/PF-UFSC, quando indicava a urgente necessidade de criação da Corregedoria da UFSC.

03. Assim, podem ser informados os termos da Portaria Conjunta da CGU nº 1, de 30 de maio de 2011:

Art. 1º A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, aferirá, quando for o caso:

I - a observância do contraditório e da ampla defesa;

II - a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:

a) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;

b) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;

c) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;

d) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;

III - a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;

IV - a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:

a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

b) adequação do enquadramento legal da conduta;

c) adequação da penalidade proposta;

d) inocência ou responsabilidade do servidor.

04. Por sua vez, a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007 estabelece:

Art. 1º. As informações relativas a processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, criado por meio do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, deverão ser gerenciadas por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.

05. Considerando a referida Portaria da CGU, entende-se por Órgão Cadastrador “órgão ou entidade componente do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, responsável pelo registro, no CGU-PAD, das informações sobre processos disciplinares instaurados, em curso ou encerrados” (art. 1º, §1º, II) e, ainda, nos termos da Portaria, os Ministérios devem designar um Coordenador para ser o responsável pelo seu cumprimento (Art. 3º), devendo este indicar “ao órgão central um servidor ou empregado que será o administrador principal do CGU-PAD no órgão” (Art. 3º, § 3º).

06. Cumpre registrar que em junho do corrente ano estiveram reunidos o Chefe de Gabinete da reitoria, o Auditor-Chefe da UFSC e o Coordenador da CPAD/PF-UFSC (atual NADIP/PF-UFSC), em que se discutiu o conjunto de ações que deveria ser observado para regularizar uma série de inconsistências e incongruências no seio do sistema disciplinar desta Universidade, inclusive sua relação com a Procuradoria, irregularidade esta constatada no relatório nº 201407315.

07. Como resultado dessa reunião, foi traçado um cronograma para implementação dessas ações, com destaque para a atuação do NADIP/PF-UFSC, que, diante da ausência de um corpo disciplinar, não tem hesitado em reunir esforços para solucionar os problemas apresentados.

08. Em conclusão:

a) Referente às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1) cumpre registrar que elas muito certamente serão solucionadas com a criação da Corregedoria, já aprovada pelo CUn/UFSC. E enquanto esta se estrutura, o NADIP/PF-UFSC atualizará e registrará os processos no CGU-PAD. Sendo importante registrar, ainda, que o NADIP/PF-UFSC está cadastrando nos CGU-PAD todos os processos anteriores, mesmo os já arquivados, bem como corrigindo as incongruências apresentadas no relatório.

b) E em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), as três primeiras recomendações estão sendo executadas pelo NADIP/PF-UFSC (até a estruturação da Corregedoria) e a quarta recomendação informamos que o NADIP/PF-UFSC está revisitando todo o arquivo de processos disciplinares da UFSC e confeccionando um relatório minucioso, e dada a ausência de controle específico nessa área, esse procedimento seguirá, por certo, até o final do mês de setembro de 2014.

c) Por fim, pode ser registrado que prosseguiremos no levantamento das inconsistências apresentadas no relatório, corrigindo eventuais duplicidades de cadastro ou falta de atualização no CGU-PAD. Em relação à duplicidade de alguns processos, certamente há uma relação com o costume administrativo de num processo que inicialmente era uma sindicância investigativa, durante seu curso, ter se transformado numa sindicância acusatória ou mesmo em um PAD. É plenamente possível a existência de erros decorrentes também da ausência de qualquer treinamento para o servidor responsável por utilizar o novo sistema. Todos esses erros, porém, estão sendo analisados e serão prontamente corrigidos.

<p>d) Os processos atuais estão rigorosamente sendo insertos no CGU-PAD, atualizados periodicamente. E a previsão é que todos os processos dos anos anteriores sejam devidamente revistos e cadastrados até 31/12/2014. Desse modo, todas as inconsistências apontadas pela CGU deverão ser rigorosamente corrigidas até 31/12/2014 (...)"</p> <p>Prazo para atendimento: 31/12/2014</p> <p>Posição do Gestor em 10/1/2015: Cumpra registrar que as inconsistências muito certamente serão solucionadas com a criação da Corregedoria, já aprovada pelo CUN/UFSC. E enquanto esta se estrutura, o NADIP/PF-UFSC atualizará e registrará os processos no CGU-PAD.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 10/1/2015: Indicação de servidor NADIP/PF-UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
59	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.3 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Incluir no documento a data de atualização do documento disponibilizado na internet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 17/12/2014: A data de atualização será alterada de acordo com as atualização da carta.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 17/12/2014: Informamos que foi incluída, na versão publicada da Carta de Serviços, a data de atualização do documento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Posição do Gestor em 17/12/2014: Facilidade da edição do documento.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
60	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.3 Rec. 002	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar, com base em pesquisas de satisfação junto aos usuários, documento de avaliação da prestação dos serviços, em especial, os constantes do item 6 da Carta de Serviços ao Cidadão da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 17/12/2014: Foi disponibilizada e publicada a pesquisa de satisfação dos serviços da UFSC no endereço: http://cartadeservicos.ufsc.br/			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 17/12/2014:			

Foi disponibilizada e publicada a pesquisa de satisfação dos serviços da UFSC no endereço: <http://cartadeservicos.ufsc.br/>

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Pesquisa Publicada.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
61	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.7 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Registrar no CGU-PAD todos os processos disciplinares instaurados na UFSC conforme determinação constante do art. 4º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União - CGU.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	26075

Síntese da Providência Adotada

Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC:

Ofício n.º 1063/2014/NADIP/PF-UFSC, de 20/8/2014:

“01. Em atenção ao Memorando 093/2014/AUDIN, datado de 11 de agosto de 2014, temos a informar que em relação às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1), temos que a aprovação de criação da Corregedoria pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 19 de agosto de 2014, certamente dará início às soluções dos problemas apresentados no referido relatório de auditoria, uma vez que todas essas funções/atividades serão plenamente atendidas e exercidas por aquele órgão/setor.

02. Em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), cumpre registrar que o atual NADIP/PF-UFSC (antes CPAD/PF-UFSC) é Núcleo integrante da estrutura da Procuradoria Federal junto à UFSC (PF/UFSC), não podendo ser confundido com órgão administrativo desta Autarquia Federal, possuindo, ainda, suas atribuições atualmente perfeitamente delimitadas e prescritas na Portaria Conjunta (PF-UFSC/PGF/AGU e UFSC) nº 1/2014. Em verdade, um dos problemas apontados no relatório da CGU é justamente o fato de que a Procuradoria exerceria, ilegal e indevidamente, atribuições de exclusividade da UFSC, extrapolando, portanto, sua competência, fato este que já era constatado e relatado pelo Procurador-Chefe no Ofício nº 117/2013/PF-UFSC, quando indicava a urgente necessidade de criação da Corregedoria da UFSC.

03. Assim, pode ser informado os termos da Portaria Conjunta da CGU nº 1, de 30 de maio de 2011:

Art. 1º A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, aferirá, quando for o caso:

I - a observância do contraditório e da ampla defesa;

II - a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:

a) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;

b) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;

c) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;

d) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;

III - a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;

IV - a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:

a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

b) adequação do enquadramento legal da conduta;

c) adequação da penalidade proposta;

d) inocência ou responsabilidade do servidor.

04. Por sua vez, a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007 estabelece:

Art. 1º. As informações relativas a processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, criado por meio do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, deverão ser gerenciadas por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.

05. Considerando a referida Portaria da CGU, entende-se por Órgão Cadastrador “órgão ou entidade componente do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, responsável pelo registro, no CGU-PAD, das informações sobre processos disciplinares instaurados, em curso ou encerrados” (art. 1º, §1º, II) e, ainda, nos termos da Portaria, os Ministérios devem designar um Coordenador para ser o responsável pelo seu cumprimento (Art. 3º), devendo este indicar “ao órgão central um servidor ou empregado que será o administrador principal do CGU-PAD no órgão” (Art. 3º, § 3º).

06. Cumpre registrar que em junho do corrente ano estiveram reunidos o Chefe de Gabinete da reitoria, o Auditor-Chefe da UFSC e o Coordenador da CPAD/PF-UFSC (atual NADIP/PF-UFSC), em que se discutiu o conjunto de ações que deveria ser observado para regularizar uma série de inconsistências e incongruências no seio do sistema disciplinar desta Universidade, inclusive sua relação com a Procuradoria, irregularidade esta constatada no relatório nº 201407315.

07. Como resultado dessa reunião, foi traçado um cronograma para implementação dessas ações, com destaque para a atuação do NADIP/PF-UFSC, que, diante da ausência de um corpo disciplinar, não tem hesitado em reunir esforços para solucionar os problemas apresentados.

08. Em conclusão:

a) Referente às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1) cumpre registrar que elas muito certamente serão solucionadas com a criação da Corregedoria, já aprovada pelo CUn/UFSC. E enquanto esta se estrutura, o NADIP/PF-UFSC atualizará e registrará os processos no CGU-PAD. Sendo importante registrar, ainda, que o NADIP/PF-UFSC está cadastrando nos CGU-PAD todos os processos anteriores, mesmo os já arquivados, bem como corrigindo as incongruências apresentadas no relatório.

b) E em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), as três primeiras recomendações estão sendo executadas pelo NADIP/PF-UFSC (até a estruturação da Corregedoria) e a quarta recomendação informamos que o NADIP/PF-UFSC está revisitando todo o arquivo de processos disciplinares da UFSC e confeccionando um relatório minucioso, e dada a ausência de controle específico nessa área, esse procedimento seguirá, por certo, até o final do mês de setembro de 2014.

c) Por fim, pode ser registrado que prosseguiremos no levantamento das inconsistências apresentadas no relatório, corrigindo eventuais duplicidades de cadastro ou falta de atualização no CGU-PAD. Em relação à duplicidade de alguns processos, certamente há uma relação com o costume administrativo de num processo que inicialmente era uma sindicância investigativa, durante seu curso, ter se transformado numa sindicância acusatória ou mesmo em um PAD. E é plenamente possível a existência de erros decorrentes também da ausência de qualquer treinamento para o servidor responsável por utilizar o novo sistema. Todos esses erros, porém, estão sendo analisados e serão prontamente corrigidos.

d) Os processos atuais estão rigorosamente sendo inseridos no CGU-PAD, atualizados periodicamente. E a previsão é que todos os processos dos anos anteriores sejam devidamente revistos e cadastrados até 31/12/2014. Desse modo, todas as inconsistências apontadas pela CGU deverão ser rigorosamente corrigidas até 31/12/2014 (...)

Prazo para atendimento: 31/12/2014

Posição do Gestor em 15/1/2015:

Todos os processos administrativos disciplinares estão sendo devidamente inseridos no CGU-PAD

Síntese dos Resultados Obtidos

Posição do Gestor em 15/1/2015:

Todos os processos administrativos disciplinares estão sendo devidamente inseridos no CGU-PAD

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
62	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.7 Rec. 002	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover a exclusão dos registros no CGU-PAD dos processos em duplicidade, em especial os apontados nas letras "h" e "i" do campo fato desta constatação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075

Síntese da Providência Adotada

Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC:

Ofício n.º 1063/2014/NADIP/PF-UFSC, de 20/8/2014:

“01. Em atenção ao Memorando 093/2014/AUDIN, datado de 11 de agosto de 2014, temos a informar que em relação às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1), temos que a aprovação de criação da Corregedoria pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 19 de agosto de 2014, certamente dará início às soluções dos problemas apresentados no referido relatório de auditoria, uma vez que todas essas funções/atividades serão plenamente atendidas e exercidas por aquele órgão/setor.

02. Em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), cumpre registrar que o atual NADIP/PF-UFSC (antes CPAD/PF-UFSC) é Núcleo integrante da estrutura da Procuradoria Federal junto à UFSC (PF/UFSC), não podendo ser confundido com órgão administrativo desta Autarquia Federal, possuindo, ainda, suas atribuições atualmente perfeitamente delimitadas e prescritas na Portaria Conjunta (PF-UFSC/PGF/AGU e UFSC) n.º 1/2014. Em verdade, um dos problemas apontados no relatório da CGU é justamente o fato de que a Procuradoria exerceria, ilegal e indevidamente, atribuições de exclusividade da UFSC, extrapolando, portanto, sua competência, fato este que já era constatado e relatado pelo Procurador-Chefe no Ofício n.º 117/2013/PF-UFSC, quando indicava a urgente necessidade de criação da Corregedoria da UFSC.

03. Assim, pode ser informado os termos da Portaria Conjunta da CGU n.º 1, de 30 de maio de 2011:

Art. 1º A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, aferirá, quando for o caso:

I - a observância do contraditório e da ampla defesa;

II - a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:

a) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;

b) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;

c) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;

d) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;

III - a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;

IV - a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:

a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

b) adequação do enquadramento legal da conduta;

c) adequação da penalidade proposta;

d) inocência ou responsabilidade do servidor.

04. Por sua vez, a Portaria CGU n.º 1.043, de 24/07/2007 estabelece:

Art. 1º. As informações relativas a processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, criado por meio do Decreto n.º 5.480, de 30 de junho de 2005, deverão ser gerenciadas por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.

05. Considerando a referida Portaria da CGU, entende-se por Órgão Cadastrador “órgão ou entidade componente do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, responsável pelo registro, no CGU-PAD, das informações sobre processos disciplinares instaurados, em curso ou encerrados” (art. 1º, §1º, II) e, ainda, nos termos da Portaria, os Ministérios devem designar um Coordenador para ser o responsável pelo seu cumprimento (Art. 3º), devendo este indicar “ao órgão central um servidor ou empregado que será o administrador principal do CGU-PAD no órgão” (Art. 3º, § 3º).

06. Cumpre registrar que em junho do corrente ano estiveram reunidos o Chefe de Gabinete da reitoria, o Auditor-Chefe da UFSC e o Coordenador da CPAD/PF-UFSC (atual NADIP/PF-UFSC), em que se discutiu o conjunto de ações que deveria ser observado para regularizar uma série de inconsistências e incongruências no seio do sistema disciplinar desta Universidade, inclusive sua relação com a Procuradoria, irregularidade esta constatada no relatório n.º 201407315.

07. Como resultado dessa reunião, foi traçado um cronograma para implementação dessas ações, com destaque para a atuação do NADIP/PF-UFSC, que, diante da ausência de um corpo disciplinar, não tem hesitado em reunir esforços para solucionar os problemas apresentados.

08. Em conclusão:

a) Referente às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1) cumpre registrar que elas muito certamente serão solucionadas com a criação da Corregedoria, já aprovada pelo CUn/UFSC. E enquanto esta se estrutura, o NADIP/PF-UFSC atualizará e registrará os processos no CGU-PAD. Sendo importante registrar, ainda, que o NADIP/PF-UFSC está cadastrando nos CGU-PAD todos os processos anteriores,

mesmo os já arquivados, bem como corrigindo as incongruências apresentadas no relatório.

b) E em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), as três primeiras recomendações estão sendo executadas pelo NADIP/PF-UFSC (até a estruturação da Corregedoria) e a quarta recomendação informamos que o NADIP/PF-UFSC está revisitando todo o arquivo de processos disciplinares da UFSC e confeccionando um relatório minucioso, e dada a ausência de controle específico nessa área, esse procedimento seguirá, por certo, até o final do mês de setembro de 2014.

c) Por fim, pode ser registrado que prosseguiremos no levantamento das inconsistências apresentadas no relatório, corrigindo eventuais duplicidades de cadastro ou falta de atualização no CGU-PAD. Em relação à duplicidade de alguns processos, certamente há uma relação com o costume administrativo de num processo que inicialmente era uma sindicância investigativa, durante seu curso, ter se transformado numa sindicância acusatória ou mesmo em um PAD. E é plenamente possível a existência de erros decorrentes também da ausência de qualquer treinamento para o servidor responsável por utilizar o novo sistema. Todos esses erros, porém, estão sendo analisados e serão prontamente corrigidos.

d) Os processos atuais estão rigorosamente sendo inseridos no CGU-PAD, atualizados periodicamente. E a previsão é que todos os processos dos anos anteriores sejam devidamente revistos e cadastrados até 31/12/2014. Desse modo, todas as inconsistências apontadas pela CGU deverão ser rigorosamente corrigidas até 31/12/2014 (...)"

Prazo para atendimento: 31/12/2014

Posição do Gestor em 15/1/2015:

Foi realizada uma revisão e atualização dos dados dos referidos processos no sistema CGU-PAD. Constatamos que os processos efetivamente foram instaurados em momentos distintos e mais de uma vez. Isso se deu em razão de diversos fatores, a exemplo da não conclusão dos trabalhos pela comissão originária, tendo a administração instaurado novamente o processo, com nova comissão processante, resultando em novos registros no sistema CGU-PAD.

Síntese dos Resultados Obtidos

Posição do Gestor em 15/1/2015:

Atualização do sistema CGU-PAD, com as devidas correções. constatação de que efetivamente, em alguns casos, a administração procedeu a instauração do mesmo processo disciplinar por mais de uma vez.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
63	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.7 Rec. 003	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Corrigir os registros no CGU-PAD conforme dados constantes dos processos disciplinares, em especial os apontados nas letras "d", "j" e "k" do campo fato desta constatação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	26075

Síntese da Providência Adotada

Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC:

Ofício n.º 1063/2014/NADIP/PF-UFSC, de 20/8/2014:

“01. Em atenção ao Memorando 093/2014/AUDIN, datado de 11 de agosto de 2014, temos a informar que em relação às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1), temos que a aprovação de criação da Corregedoria pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 19 de agosto de 2014, certamente dará início às soluções dos problemas apresentados no referido relatório de auditoria, uma vez que todas essas funções/atividades serão plenamente atendidas e exercidas por aquele órgão/setor.

02. Em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), cumpre registrar que o atual NADIP/PF-UFSC (antes CPAD/PF-UFSC) é Núcleo integrante da estrutura da Procuradoria Federal junto à UFSC (PF/UFSC), não podendo ser confundido com órgão administrativo desta Autarquia Federal, possuindo, ainda, suas atribuições atualmente perfeitamente delimitadas e prescritas na Portaria Conjunta (PF-UFSC/PGF/AGU e UFSC) n.º 1/2014. Em verdade, um dos problemas apontados no relatório da CGU é justamente o fato de que a Procuradoria exerceria, ilegal

e indevidamente, atribuições de exclusividade da UFSC, extrapolando, portanto, sua competência, fato este que já era constatado e relatado pelo Procurador-Chefe no Ofício nº 117/2013/PF-UFSC, quando indicava a urgente necessidade de criação da Corregedoria da UFSC.

03. Assim, pode ser informado os termos da Portaria Conjunta da CGU nº 1, de 30 de maio de 2011:

Art. 1º A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, aferirá, quando for o caso:

I - a observância do contraditório e da ampla defesa;

II - a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:

a) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;

b) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;

c) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;

d) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;

III - a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;

IV - a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:

a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

b) adequação do enquadramento legal da conduta;

c) adequação da penalidade proposta;

d) inocência ou responsabilidade do servidor.

04. Por sua vez, a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007 estabelece:

Art. 1º. As informações relativas a processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, criado por meio do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, deverão ser gerenciadas por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.

05. Considerando a referida Portaria da CGU, entende-se por Órgão Cadastrador “órgão ou entidade componente do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, responsável pelo registro, no CGU-PAD, das informações sobre processos disciplinares instaurados, em curso ou encerrados” (art. 1º, §1º, II) e, ainda, nos termos da Portaria, os Ministérios devem designar um Coordenador para ser o responsável pelo seu cumprimento (Art. 3º), devendo este indicar “ao órgão central um servidor ou empregado que será o administrador principal do CGU-PAD no órgão” (Art. 3º, § 3º).

06. Cumpre registrar que em junho do corrente ano estiveram reunidos o Chefe de Gabinete da reitoria, o Auditor-Chefe da UFSC e o Coordenador da CPAD/PF-UFSC (atual NADIP/PF-UFSC), em que se discutiu o conjunto de ações que deveria ser observado para regularizar uma série de inconsistências e incongruências no seio do sistema disciplinar desta Universidade, inclusive sua relação com a Procuradoria, irregularidade esta constatada no relatório nº 201407315.

07. Como resultado dessa reunião, foi traçado um cronograma para implementação dessas ações, com destaque para a atuação do NADIP/PF-UFSC, que, diante da ausência de um corpo disciplinar, não tem hesitado em reunir esforços para solucionar os problemas apresentados.

08. Em conclusão:

a) Referente às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1) cumpre registrar que elas muito certamente serão solucionadas com a criação da Corregedoria, já aprovada pelo CUn/UFSC. E enquanto esta se estrutura, o NADIP/PF-UFSC atualizará e registrará os processos no CGU-PAD. Sendo importante registrar, ainda, que o NADIP/PF-UFSC está cadastrando nos CGU-PAD todos os processos anteriores, mesmo os já arquivados, bem como corrigindo as incongruências apresentadas no relatório.

b) E em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), as três primeiras recomendações estão sendo executadas pelo NADIP/PF-UFSC (até a estruturação da Corregedoria) e a quarta recomendação informamos que o NADIP/PF-UFSC está revisitando todo o arquivo de processos disciplinares da UFSC e confeccionando um relatório minucioso, e dada a ausência de controle específico nessa área, esse procedimento seguirá, por certo, até o final do mês de setembro de 2014.

c) Por fim, pode ser registrado que prosseguiremos no levantamento das inconsistências apresentadas no relatório, corrigindo eventuais duplicidades de cadastro ou falta de atualização no CGU-PAD. Em relação à duplicidade de alguns processos, certamente há uma relação com o costume administrativo de num processo que inicialmente era uma sindicância investigativa, durante seu curso, ter se transformado numa sindicância acusatória ou mesmo em um PAD. E é plenamente possível a existência de erros decorrentes também da ausência de qualquer treinamento para o servidor responsável por utilizar o novo sistema. Todos esses erros, porém, estão sendo analisados e serão prontamente corrigidos.

d) Os processos atuais estão rigorosamente sendo insertos no CGU-PAD, atualizados periodicamente.

<p>E a previsão é que todos os processos dos anos anteriores sejam devidamente revistos e cadastrados até 31/12/2014. Desse modo, todas as inconsistências apontadas pela CGU deverão ser rigorosamente corrigidas até 31/12/2014 (...)"</p> <p>Prazo para atendimento: 31/12/2014</p> <p>Posição do Gestor em 15/1/2015: Foi realizada uma revisão e atualização dos dados dos referidos processos no sistema CGU-PAD. Constatamos que os processos efetivamente foram instaurados em momentos distintos e mais de uma vez. Isso se deu em razão de diversos fatores, a exemplo da não conclusão dos trabalhos pela comissão originária, tendo a administração instaurado novamente o processo, com nova comissão processante, resultando em novos registros no sistema CGU-PAD.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Posição do Gestor em 15/1/2015: Foi realizada atualização do sistema CGU-PAD, com as devidas correções. constatação de que efetivamente, em alguns casos, a administração procedeu a instauração do mesmo processo disciplinar por mais de uma vez. As aparentes incongruências e inconsistências são o resultado da constante atualização dos dados inseridos no sistema CGU-PAD.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
64	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.2.3 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Prever no PAINT todas as atividades que gerem a utilização de homens/hora, inclusive atividades pendentes do ano anterior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			26082
Síntese da Providência Adotada			
<p>Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC: Conforme manifestação ao Relatório Preliminar da Auditoria Anual de Contas do exercício de 2013, as atividades pendentes do ano de 2013 foram incluídas no PAINT de 2014, com previsão de 416 horas. Ademais, pretende-se aperfeiçoar o planejamento para o ano de 2015 e reservar, se for o caso, quantitativo de horas suficiente para o término de atividades pendentes de exercício anterior. Prazo para atendimento: 31/10/2014</p>			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014: O PAINT 2014 e 2015 prevêem a destinação de homens/hora para a realização de atividades de auditoria pendentes do exercício anterior.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014: Melhor distribuição dos homens/hora por atividade, ocasionando um planejamento mais adequado às necessidades e à capacidade operacional da Auditoria Interna.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fator que prejudica a determinação das atividades pendentes e a alocação das horas nestas atividades, assim como nas demais ações do PAINT, são as constantes alterações no quadro funcional da Auditoria Interna e os movimentos de paralisação dos servidores das universidades que não são possíveis de prever no planejamento.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
65	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.2.3 Rec. 002	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Manter esforços no sentido de estruturar adequadamente a Auditoria Interna com recursos humanos e materiais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
Em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC (Relatório Definitivo de Auditoria 201407315) foi relatado que <i>foram nomeados no mês de junho de 2014 três servidores para atuar na AUDIN. Está prevista a nomeação de mais um servidor, aprovado em concurso já realizado.</i> No entanto, em 19/01/2015 um desses servidores foi exonerado do cargo, a pedido. A AUDIN aguarda da SEGESP, providências no sentido de substituir o servidor exonerado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhores condições de trabalho alcançado com a instalação no novo espaço físico, e com as novas nomeações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores negativos: A grande rotatividade de servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 2.1.3.1 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Identificar a causa da interrupção dos descontos relativos ao processo de ressarcimento ao erário antes da quitação do débito e providenciar a regularização da situação referente a cada servidor/pensionista cujo CFF e matrícula estão relacionados a seguir: CPF e Mat nº ***.656.149-**(05056969); ***.362.569-**(05440688); ***.191.179-**(05106052); ***.215.549-**(05391211); ***.857.259-**(04877161); ***.742.789-**(04355458); ***.656.159-**(05070180); ***.593.279-**(04225431); ***.524.019-**(1158701) e ***.131.909-**(0575967).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC: As interrupções dos descontos relativos ao ressarcimento ao erário dos beneficiários de pensão matrículas SIAPE 05056969, 05440688, 05391211, 04877161, 04355458, 04225431 ocorridas no mês de outubro de 2012 foram ocasionadas pelo próprio sistema SIAPE. A exclusão do desconto do ressarcimento ao erário do beneficiário de pensão matrícula SIAPE 05070180 deu-se em virtude do término do benefício em 3 de outubro de 2013. A exclusão do desconto do ressarcimento ao erário do beneficiário de pensão matrícula SIAPE 05106052 deu-se em virtude de seu falecimento em 8 de junho de 2012. Em relação às matrículas 0575967 e 1158701, servidoras do Hospital Universitário não houve justificativa por parte daquele órgão sobre a exclusão da rubrica de ressarcimento ao erário. Incluída a rubrica de reposição ao erário no pagamento das servidoras matrículas 0575967 e 1158701 no mês de julho de 2014. Incluída a reposição ao erário no pagamento das matrículas 05056969, 05440688, 05391211, 04877161, 04355458, 04225431, no mês de agosto de 2014 após notificação aos beneficiários de pensão. Prazo para atendimento: Imediato Posição do Gestor em 09/01/2015: Incluída a rubrica de reposição ao erário no pagamento do mês de julho de 2014 para as servidoras matrículas SIAPE 0575967 e 1158701.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Incluída a rubrica de reposição ao erário no pagamento do mês de julho de 2014 para as servidoras matrículas SIAPE			

0575967 e 1158701.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
67	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 2.1.3.1 Rec. 004	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Verificar se o Servidor de CPF nº ***.858.179-** permanece afastado do cargo para tratamento da própria saúde. Em caso afirmativo, solicitar à Junta Médica que reavalie as condições de saúde do servidor, tendo em vista seu histórico de exercício de atividade remunerada, no período de 23/05/13 a 18/11/13 em que esteve afastado da UFSC para tratamento da própria saúde.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Posição do Gestor em 09/01/2015: O servidor CPF nº ***.858.179-**, esteve afastado para tratamento de saúde durante o período de 20 de maio de 2014 à 21 de julho de 2014, segundo consta no sistema ADRH. Atualmente o servidor não se encontra afastado para tratamento da própria saúde, e até a presente data não há solicitação de agendamento para nova perícia.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Foi verificado que o servidor, atualmente, não se encontra afastado para tratamento da própria saúde.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não Identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
68	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 2.1.3.1 Rec. 005	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Considerando a inobservância dos prazos estabelecidos no § 7º do artigo 133 da Lei nº 8.112/90 para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário e, considerando as informações fornecidas por meio do Ofício nº 379/2014/GR, de 21/05/14 que indicam intempestividade no fornecimento de informações solicitadas aos Entes Públicos onde o servidor mantém outros vínculos, CIENTIFICAR a Comissão que conduz o Processo nº 23080.042468/2013-57 de que, em atendimento à Notificação nº 162/2014/DAP/SEGESP, de 11/04/14, o servidor apresentou as seguintes declarações: a) Declaração do Departamento de Segurança Física e Patrimonial constando a carga horária (40 horas semanais) e o horário de trabalho (plantão noturno: das 19 às 7h); b) Declaração do Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, do Município de São José/SC constando a carga horária (quarenta horas semanais e o horário de trabalho (período matutino e vespertino); c) Portaria nº 01346/13 da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina concedendo Licença para Tratar de Interesses Particulares, no período de 05 de abril de 2013 a 04 de abril de 2015. Dar conhecimento ainda, que tais documentos foram encaminhados à Equipe de Auditoria da CGU-R/SC, por meio do Ofício nº 316/2014/GR, de 28/04/14.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC: <u>Memorando nº 457/DAP/2014:</u> [...] a comissão que analisará o Processo Administrativo Disciplinar nº 23080.042468/2013-57 foi instaurada por			

meio da Portaria nº 1603 de 20/08/2014, no entanto a portaria está aguardando publicação no boletim oficial da UFSC. Conforme informações da Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares – CPAD a comissão será cientificada nos próximos dias para iniciar os trabalhos de análise do Processo Administrativo Disciplinar. Em 30/06/2014 o Departamento de Administração de Pessoal encaminhou Despacho nº 008/2014/DAP solicitando que as seguintes declarações fossem anexadas ao processo: a) Declaração do Departamento de Segurança Física e Patrimonial constando a carga horária e o horário de trabalho; b) Declaração do Colégio Municipal Maria Luiza de Melo constando a carga horária e o horário de trabalho; c) Portaria nº 01346/13 da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina concedendo Licença para Tratar de Interesses Particulares, no período de 5/4/2013 a 4/4/2015. Em contato telefônico com a CPAD foi confirmado que a documentação foi anexada aos autos e que assim que a comissão iniciar a análise do processo terá conhecimento das declarações.

Prazo para atendimento: 15/11/2014 (prazo previsto para a Comissão apresentar os resultados da apuração)

Posição do Gestor em 09/01/2015:

Foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar nº 23080.042468/2013-57 por meio da Portaria nº 1603 de 20/08/2014, conforme informações da Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares – CPAD encaminhamos e-mail a CPAD solicitando informações acerca da situação atual do PAD.

Síntese dos Resultados Obtidos

Posição do Gestor em 09/01/2015:

Em 30/06/2014 o Departamento de Administração de Pessoal encaminhou Despacho nº 008/2014/DAP solicitando que as declarações fossem anexadas ao processo. A comissão tomará conhecimento das declarações ao analisar o processo.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Positivo: Foi procedida a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as irregularidades.

Fonte: AUDIN/UFSC

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 174 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Ministério da Educação			244
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224886	Constatação 025 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer mecanismos efetivos de controle (manuais e informatizados) sobre a utilização do espaço físico, equipamentos e laboratórios da Universidade por parte de Fundações de Apoio e de terceiros;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015 (PROAD):			
O Departamento de Projetos, Contratos e Convênios comunicou a todas as fundações de apoio com as quais a UFSC mantém contrato que as prestações de contas seriam recebidas somente em formato eletrônico, inseridas no mesmo processo que originou os respectivos contratos. No entanto, os contratos oriundos de processos físicos ainda estão			

recebendo prestações de contas no mesmo formato para serem anexados aos processos.
Aguarda-se manifestação da CGU sobre a manifestação da UFSC, conforme citado pela Controladoria na Nota Técnica nº NT 36663 de 18/12/2013: “considerando o prazo previsto pela Entidade para implementação total das medidas, a recomendação deverá ser objeto de verificação por ocasião dos próximos trabalhos de auditoria nos processos de contratação de Cursos de Especialização com utilização da estrutura da UFSC, de forma a monitorar o andamento da implementação.”

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	224886	Constatação 025 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Instituir Prestação de Contas eletrônica dos demonstrativos de receitas e despesas dos Contratos e Convênios assinados pela UFSC com Fundações de Apoio, a fim de facilitar e agilizar as atividades de análise das Prestações de Contas pela Universidade e o controle dos recursos públicos repassados a Fundações de Apoio ou arrecadados pelas mesmas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 21/01/2015:

Desde o início de 2013, quando a UFSC comunicou a todas as fundações de apoio com as quais a UFSC mantém contrato que, a partir daquela data, seriam recebidas somente em formato eletrônico, inseridas no mesmo processo que originou o respectivo contrato, que o procedimento vem sendo adotado. A UFSC está aprimorando os trabalhos nas análises das prestações de contas das fundações. Profissionais, contadores, através de concurso foram contratados e estão lotados na PROAD.

Trabalhos estão sendo desenvolvidos juntamente com a CGU para o aprimoramento das ações e atendimento das demandas solicitadas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	224886	Constatação 031 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Instituir prestação de contas eletrônica dos demonstrativos de receitas e despesas dos Contratos e Convênios assinados pela UFSC com Fundações de Apoio, a fim de facilitar e agilizar as atividades de análise das prestações de contas pela Universidade.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 21/01/2015:

Desde o início de 2013, quando a UFSC comunicou a todas as fundações de apoio com as quais a UFSC mantém contrato que, a partir daquela data, seriam recebidas somente em formato eletrônico, inseridas no mesmo processo que originou o respectivo contrato, que o procedimento vem sendo adotado. A UFSC está aprimorando os trabalhos nas análises das prestações de contas das fundações. Profissionais, contadores, através de concurso foram contratados e estão lotados na PROAD.

Trabalhos estão sendo desenvolvidos juntamente com a CGU para o aprimoramento das ações e atendimento das

demandas solicitadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	224886	Constatação 033 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Cobrar a devolução dos valores de taxas pagas às fundações diretamente para a conta do tesouro nacional, relativo aos contratos 580/06, 606/06, 552/07, 617/07, 636/07 e 648/07 (Contratos com a FAPEU) e 271/01, 502/04, 530/05, 531/05, 555/05, 565/05, 599/06, 603/06, 613/06 e 620/06 (Contratos com a FEESC), mediante monitoramento do atendimento aos Ofícios nº. 013/PROINFRA/2009, encaminhado ao Diretor Executivo da FAPEU, e nº. 014/PROINFRA/2009, encaminhado à Diretoria da FEESC;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC tem trabalhado para atender à recomendação e está solicitando às fundações mencionadas a apresentação das faturas originais para analisá-las frente às prestações de contas apresentadas para posterior devolução dos valores pagos indevidamente. Profissionais, contadores, através de concurso foram contratados e estão lotados na PROAD. Trabalhos estão sendo desenvolvidos para o aprimoramento das ações e atendimento das demandas solicitadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	224886	Constatação 033 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar a cobrança da devolução diretamente para a conta do tesouro nacional, dos valores já pagos relativos à taxa de administração nos contratos firmados em 2008 identificados na presente auditoria: 036/2008, 206/2008, 170/2008 e 217/2008 (FEPESE); 185/2008, 186/2008 e 284/2008 (FEESC); e 252/2008, 039/2008 e 164/2008 (FAPEU).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC tem trabalhado para atender à recomendação e está solicitando às fundações mencionadas a apresentação das faturas originais para analisá-las frente às prestações de contas apresentadas para posterior devolução dos valores pagos indevidamente. Contadores lotados na PROAD, recentemente, analisarão as prestações de contas e, caso necessário, cobrarão a devolução imediata dos valores mencionados das respectivas fundações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	224886	Constatação 033 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Executar e concluir, conforme Memo n.º 070/PROINFRA/2009, de 22/04/2009, o levantamento de contratos firmados com fundações de apoio em 2007, 2008 e anos anteriores em relação a conter ou não previsão de taxa de administração, emitindo relatório dos trabalhos executados detalhando a relação completa dos fatos identificados em tais contratos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC tem trabalhado para atender à recomendação e está solicitando às fundações mencionadas a apresentação das faturas originais para analisá-las frente às prestações de contas apresentadas para posterior devolução dos valores pagos indevidamente. A PROAD, recentemente, recebeu servidores contadores que estão analisando as prestações de contas. Caso necessário, cobrarão a devolução imediata dos valores mencionados das respectivas fundações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	224886	Constatação 033 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar a cobrança da devolução diretamente para a conta do tesouro nacional dos valores correspondentes a taxas de administração identificadas no levantamento acima mencionado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC tem trabalhado para atender à recomendação e está solicitando às fundações mencionadas a apresentação das faturas originais para analisá-las frente às prestações de contas apresentadas para posterior devolução dos valores pagos indevidamente. A PROAD, recentemente, recebeu servidores contadores que estão analisando as prestações de contas. Caso necessário, cobrarão a devolução imediata dos valores mencionados das respectivas fundações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	224886	Constatação 034 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar a devolução, pelas fundações e responsáveis por tais cursos, dos valores irregulares e não comprovados referentes aos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.7 e 1.8 (relacionados ao Curso de Especialização em Implantodontia - Res. 082/CPG/2003), 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 (Especialização em Administração e Marketing em Saúde - Res. 100/CPG/2003), 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 (Especialização em Endodontia - Res. 075/CPG/2003), e 4.1, 4.2, 4.4 e 4.5 (Mestrado em Psicologia - Convênio n.º 199/2002) da constatação 5.2.3.2 do Relatório de Avaliação de Gestão da UFSC n.º 189.712, totalizando cerca de R\$ 623.946,47, referentes a tais pagamentos indevidos e/ou não devidamente comprovados;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC tem trabalhado para atender à recomendação e está solicitando às fundações mencionadas. A PROAD, recentemente, recebeu servidores, contadores, que estão analisando as prestações de contas. Está sendo cobrada a devolução imediata dos valores mencionados às respectivas fundações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	224886	Constatação 034 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apresentar à CGU os resultados dos trabalhos da comissão constituída em abril de 2009 para apurar os fatos relativos às despesas irregulares ou não comprovadas nas prestações de contas de convênios e contratos com Fundações de Apoio.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante da Nota Técnica 36663 – CGU-R/SC, de 18/12/2013: [...] <p>Análise do Controle Interno: “Foi solicitado à UFSC a disponibilização do processo nº 23080.007376/2009-44, a fim de que esta CGU pudesse verificar o resultado dos trabalhos da(s) comissão(ões) constituída(s) para apurar os fatos apontados, vez que, segundo última manifestação dos gestores, já haveria um relatório conclusivo acerca das apurações realizadas, com apreciação e de acordo da Procuradoria Federal junto à UFSC, assim como com decisão/julgamento da Reitoria. Ocorre que, conforme informações prestadas pelos gestores (Ofício nº 015/2013/AUDIN, de 28/11/2013, e Memorando nº 104/2013/AUDIN, de 21/11/2013), referido processo não é localizado desde o encaminhamento dado na fase de ciência dos servidores sobre o resultado da apuração realizada pela UFSC, e, por este motivo, não haveria como, por ora, disponibilizar o processo.</p> Assim, considerando que não foi apresentado o processo que tratou da apuração requerida, mantém-se esta recomendação na condição de reiterada até que se localize o processo ou até que se consiga reconstituí-lo, encaminhando-se o mesmo para ciência desta CGU e respectiva baixa da recomendação. Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/03/2014” [...] <p>Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): O processo ainda não foi localizado. Em consulta ao sistema notes/ufsc, verifica-se que em 10/08/2012 consta “saída do processo aos professores SIAPE nº 1159549, 2169839 e 1155593 para ciência”.</p> Prazo para atendimento: Indefinido			
Posição do Gestor em 15/1/2015: O processo não foi localizado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A não localização do processo.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	224886	Constatação 054 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar modelos-padrão de formulários de fiscalização a serem preenchidos pelos fiscais de contrato de serviços ou de fornecimento, contendo campos destacados para a anotação dos itens verificados, tais como quantitativo, especificações de qualidade, prazo, etc., bem como para registro do escopo da ação fiscalizatória, informando se o trabalho foi realizado sobre uma amostra ou sobre o universo do contrato, dos problemas ocorridos durante a ação, das observações e das providências eventualmente tomadas;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015:			
Dois servidores foram capacitados na UNIFESP. Posteriormente estes capacitaram vários servidores, três turmas de fiscais que atuarão na fiscalização dos contratos administrados pela UFSC, sendo que cada turma com aproximadamente 20 servidores. Vale ressaltar que a capacitação continuará com o intuito de dotar um quadro eficiente e capaz para fiscalização dos contratos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	224886	Constatação 054 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Supervisionar e acompanhar a atuação dos fiscais de contrato, por meio da cobrança dos relatórios de fiscalização e realização de reuniões periódicas com os mesmos, emitindo relatório periódico da supervisão e acompanhamento, tendo em vista o dever gerencial dos níveis superiores de hierarquia de acompanhamento das atividades sob sua responsabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015:			
Dois servidores foram capacitados na UNIFESP. Posteriormente estes capacitaram vários servidores, três turmas de fiscais que atuarão na fiscalização dos contratos administrados pela UFSC, sendo que cada turma com aproximadamente 20 servidores. Vale ressaltar que a capacitação continuará com o intuito de dotar um quadro eficiente e capaz para fiscalização dos contratos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	224886	Constatação 059 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instituir padronização de procedimentos no âmbito dos almoxarifados da UFSC, de modo a uniformizar o formato e as rotinas do sistema informatizado e os procedimentos de registros de entradas, saídas, formalização de pedidos, comprovação de entrega e arquivamento adotados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114

Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014 (HU): Informa-se que, não houve nenhum avanço no sentido de instituir padronização de procedimentos no âmbito dos Almojarifados do HU/UFSC. Os motivos para tal, estão relacionados a seguir: 1) falta de recursos humanos (o único servidor contrato para o almoxarifado central exerce atividades de armazenista); 2) falta de sistema adequado (enquanto aguarda-se a implementação da AGHU, o almoxarifado ainda opera com o sistema MATL) e; 3) os seis Almojarifados do HU/UFSC, vinculam-se a estruturas hierárquicas distintas.</p> <p>Contudo, a nova chefia do almoxarifado central, que assumiu em julho deste ano (o almoxarifado ficou seis meses sem chefia, por falta de interessados no cargo), desenvolveu um procedimento operacional padrão –POP, em anexo, onde algumas ações, com o objetivo de verificar a melhor maneira de evitar falhas relevantes nos controles, ainda estão em teste em função das alterações que ocorreram nas rotinas. Outras, no entanto, sequer foram testadas devido à falta de servidores para implementação das novas rotinas estabelecidas no POP. Além disso, a instituição continua refém de um sistema defasado, que não coaduna mais com as exigências e propostas de inovação. As maiores dificuldades passam pela impossibilidade de ajuste nos procedimentos. O excessivo uso de papel e a constante e rotineira intervenção humana, aumentam, significativamente, a possibilidade de erros nos procedimentos. A falta de procedimentos informatizados com códigos de barra, por exemplo, é um fator que dificulta o processo de controle de saída dos materiais.</p> <p>Diante do exposto, entende-se que, tão logo, os impedimentos para a implementação do POP, deixem de existir, o mesmo será disponibilizado para os demais almoxarifados, viabilizando assim, a padronização dos procedimentos em todos os almoxarifados do HU/UFSC.</p> <p>Informa-se ainda que, as atividades de entrada e saída dos materiais que eram executadas pelo Serviço de Planejamento, estão agora, sob a responsabilidade de cada um dos seis almoxarifados. Esta rotina foi alterada pelo entendimento que cada almoxarifado deve administrar não apenas o seu estoque físico, mas também, o virtual, resolvendo assim, as desconformidades que por ventura venham a ocorrer. Esta nova rotina foi implementada, gradativamente, durante este ano e têm apresentado bons resultados, principalmente, no que concerne a eficácia nas notificações de autorizações de fornecimento em atraso, haja vista, a agilidade na alimentação do sistema no momento em que a nota fiscal chega ao almoxarifado. Outra rotina alterada, está relacionada a separação dos materiais consignados – órteses, próteses e materiais especiais – OPME, dos demais materiais armazenados no almoxarifado central. Estes materiais, pelo auto- custo que representam e pelas especificidades no seu fornecimento e faturamento, estão sendo administrados, diretamente, pela coordenadoria de suprimentos do HU. Para administrar esses materiais, também foi desenvolvido um Procedimento Operacional Padrão- POP.</p> <p>Posição do Gestor em 23/01/2015 (PROAD): As ações para atendimento desta recomendação ainda estão em fase de implementação..</p> <p>A UFSC instituiu, através da Portaria nº 63/2015/GR, o Grupo Gestor dos Sistemas de Gestão Administrativa e Logística (Compras, patrimônio, almoxarifado e afins), cujas atribuições incluem, dentre outras: zelar pelo constante aprimoramento do sistema; gerir os direitos de acesso dos usuários, zelando pela atualização e revisão periódica destes conforme estabelecido pela norma ABNT NBR ISO/IEC 27002 e promover a informatização dos principais processos de negócio suportados pelos respectivos sistemas, reduzindo a circulação de papel e o tempo para a tramitação e aumentando a segurança dos processos. Assim, espera-se que o grupo gestor inicie um trabalho de estudo para, dentre outros objetivos, atender a esta solicitação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014 (HU): Não temos como precisar quando esta recomendação poderá ser atendida em sua plenitude, pois para viabilizá-la dependemos da contratação de servidores, dependemos da adesão ou não a EBSEH para implementação do AGHU (aplicativo de gestão de contempla sistema para área de suprimentos). Atualmente o HU não possui recursos financeiros para adquirir um sistema de materiais mais moderno e eficiente.</p> <p>Posição do Gestor em 23/01/2015 (PROAD): Não identificados</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	224886	Constatação 059 Rec. 003	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Orientar e capacitar todos os servidores que atuam nos almoxarifados quanto à forma correta e completa de execução de procedimentos de movimentação dos estoques de materiais em almoxarifado, bem como estabelecer sistemática visando orientação específica para os usuários dos almoxarifados.			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014 (HU): Em virtude do aumento no quadro de pessoal ter sido insignificante, desde a emissão do último relatório, haja vista que o almoxarifado central recebeu apenas um servidor, informa-se que, permanecem as dificuldades de mobilização dos servidores para a participação em cursos de capacitação. No entanto, dentro do possível, têm-se promovido a capacitação de alguns e discutido e orientado a equipe para a implementação dos POP'S. A única capacitação formal que ocorreu, no período, foi no dia 27 de Maio/2014, quando a nova chefia do Almoxarifado, juntamente com mais um servidor, participou do curso "Organização de Almoxarifados" na SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina (solicitação de empenho nº 201403695), com posterior repasse das informações aos demais membros da equipe.</p> <p>Posição do Gestor em 23/01/2015 (PROAD): Recomendação será atendida após atendimento da Constatação 059 recomendação 001.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014 (HU): Não temos como precisar o prazo para atendimento, que depende da contratação de servidores, depende da adesão ou não a EBSEH para implementação do AGHU (aplicativo de gestão de contempla sistema para área de suprimentos).</p> <p>Posição do Gestor em 23/01/2015 (PROAD): Não identificados</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	224886	Constatação 059 Rec. 006	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder imediatamente ao cadastramento geral no HU e na UFSC de todos os usuários do sistema informatizado MATL, mediante autorizações formalizadas pelas chefias dos setores envolvidos, as quais deverão permanecer devidamente arquivadas junto ao NPD, bem como eliminar os usuários e senhas pessoais, reduzindo ao mínimo necessário o número de servidores autorizados em cada setor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 21/01/2015 (PROAD): No âmbito da UFSC a direção do Departamento de Compras entende como pertinente a providência e está a proceder a verificação de todos os servidores que utilizam o MATL em seu departamento, para que esteja disponível quando solicitado pelo SETIC ou órgão competente, analisando também a necessidade de acesso de cada servidor. No DCOM todas as senhas utilizadas são pessoais.</p> <p>Posição do Gestor em 31/12/2014 (HU): No âmbito do HU, a CGU considerou a recomendação atendida.</p> <p>O sistema utilizado no HU não vem sofrendo atualizações por parte da SETIC, pois acreditamos que em breve o aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários (AGHU) entre em operação e há um módulo específico para almoxarifado/materiais.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Posição do Gestor em 21/01/2015 (PROAD): O DCOM considera as providências de fácil execução</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	224886	Constatação 059 Rec. 011	NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover a imediata definição das ações necessárias para a correção das falhas identificadas e a implementação das recomendações da CGU, elaborando plano de ação contendo definição das atividades, metas, prazos e responsáveis por sua implementação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014 (HU): As deficiências constatadas e relatadas na administração do Almoxarifado Central no que concerne a falta de pessoal e de sistema informatizado, continuam inalteradas, desde o último relatório emitido. Quanto à estrutura física, há uma reforma planejada desde Março de 2013 e que vêm sendo implementada desde Agosto de 2014, conforme etapas abaixo relacionadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação de uma nova área para armazenagem do soro e materiais de assistência. Na reforma foi previsto: troca de piso; recuperação e pintura nas paredes. Além disso, para manter a temperatura do ambiente, conforme padrões exigidos pela legislação que regulamenta a armazenagem, principalmente, do soro, foi instalado aparelho de ar condicionado. 2. Reforma na atual área de armazenagem do almoxarifado central. Na reforma está previsto: A recuperação e pintura das paredes. 3. Substituição das atuais prateleiras, de madeira (com cupim), por prateleiras de aço. 4. Instalação de câmeras de segurança e controle de acesso. 5. ÁREA EXTERNA: Demarcação do estacionamento e; melhorias na comunicação visual do almoxarifado central: Colocação de placas informativas e proibitivas. <p>Prazo para atendimento: - Providência 1: Concluída; Providência 2: Março/2015; Providência 3: Março/2015; Providência 4: julho/2015; Providência 5: Março/2015</p> <p>Posição do Gestor em 21/01/2015 (PROAD): A Administração da UFSC identifica no que concerne as principais deficiências na administração de materiais de nossos almoxarifados três problemas, quais sejam: estrutura física (espaço, condições de armazenagem, iluminação, umidade, etc), grande rotatividade de funcionários na UFSC, por culpa dos baixos salários pagos pelo executivo e as responsabilidades os quais são depositadas nos servidores do almoxarifado.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	224886	Constatação 088 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Reiteramos pela quinta vez a recomendação de se atender às determinações do TCU contidas na alínea "a" do Acórdão n.º 2892/2004 - 1ª Câmara TCU, onde foi determinado que a UFSC: "a) regularize a concessão de uso de área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato n.º 269/2001, de 25/07/2001, de modo a atender à legislação aplicada, particularmente, a Lei n.º 6.120/1974 e o Decreto n.º 99.509/1990, mediante a cobrança por todo o período de vigência do referido contrato do aluguel mensal devido, com base em laudo de avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados; ..."			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 27/02/2015: A Universidade Federal de Santa Catarina foi comunicada pela Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal através da Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias; Divisão de Gerenciamento de Dívida Ativa das</p>			

Autarquias e Fundações Públicas Federais – Seção de Cobrança e Recebimento de Crédito da PF-SC, através da Procuradora Federal Renata Elisandra de Araújo, o ajuizamento de ação de cobrança em face da AASUFSC com objetivo de obter pagamento integral dos valores referentes ao aluguel pelo uso da área do Termo de Concessão nº 269/2001, por todo o período do contrato, no valor total de R\$ 3.873.644,93 (três milhões oitocentos e setenta e três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos). A ação foi distribuída para a 6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santa Catarina sob o nº 5001490-29.2015.404.7200, CHAVE: 355801243815.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	224886	Constatação 088 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apurar os valores não pagos pela AASUFSC, baseando-se nos critérios legais, e adotar as medidas para a cobrança administrativa e/ou judicial, se for o caso, dos valores pretéritos devidos, conforme for o resultado do julgamento do Processo n.º TC 017.323/2006-6 (Prestação de Contas/2005).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 27/02/2015:			
A Universidade Federal de Santa Catarina foi comunicada pela Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal através da Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias; Divisão de Gerenciamento de Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais – Seção de Cobrança e Recebimento de Crédito da PF-SC, através da Procuradora Federal Renata Elisandra de Araújo, o ajuizamento de ação de cobrança em face da AASUFSC com objetivo de obter pagamento integral dos valores referentes ao aluguel pelo uso da área do Termo de Concessão nº 269/2001, por todo o período do contrato, no valor total de R\$ 3.873.644,93 (três milhões oitocentos e setenta e três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos). A ação foi distribuída para a 6ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santa Catarina sob o nº 5001490-29.2015.404.7200, CHAVE: 355801243815.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	224886	Constatação 088 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apurar o possível descumprimento do Termo de Concessão de Uso por parte da AASUFSC e, conforme o resultado, adotar providências para retomada da área pela UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 27/02/2015:			
A área é objeto do contrato 042/2012, cuja regularidade está sob análise da comissão de processo administrativo. Tão logo seja emitido o relatório, serão adotadas as medidas necessárias para retomada da área da UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

19	224886	Constatação 090 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder a realização de contratação direta de todos os materiais e serviços de suporte ao vestibular da UFSC pela própria Universidade. Em casos excepcionais, nos quais isto não seja exequível, apresentar a devida justificativa e demonstrar, com o devido detalhamento, a impossibilidade de contratação direta pela própria Universidade dos serviços eventualmente contratados via fundação de apoio e as possíveis medidas a serem adotadas pela UFSC visando sanar a situação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Em seus concursos vestibulares, a UFSC realiza a contratação de fundação de apoio apenas para pagamento de serviços de terceiros, sendo toda aquisição executada pela própria universidade. Esse procedimento se mantém e, em consonância com a manifestação do controle interno desta instituição, aguarda futuro posicionamento do TCU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	227792	Const. 002 Rec. 001	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder ao ajuste de horas totais acumuladas de modo que não ultrapassem o limite de 60 horas semanais, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Encaminhamos Ofício a Secretaria de Estado da Saúde solicitando informações acerca da carga horária, cargo e horário de trabalho dos servidores que não entregaram a documentação solicitada. A Secretaria respondeu no final de dezembro de 2014 e estamos analisando as declarações para caso necessário proceder a abertura administrativo disciplinar.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Negativos: Demora na entrega da documentação solicitada por parte dos servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	227792	Const. 002 Rec. 002	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder a um recadastramento dos servidores no sentido de evidenciar todas as jornadas públicas exercidas a fim de avaliar ou não sua compatibilidade com a legislação vigente.			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Em virtude das grandes demandas do Departamento de Administração de Pessoal no segundo semestre de 2014 em razão da quantidade de processos judiciais tais como: reposição ao erário de 1.800 servidores com relação à URP, implementação da incorporação de Quintos/Décimos de 490 servidores com prazo até novembro de 2014, revisão de mais de 600 processos referente a averbação de tempo insalubre, em cumprimento as Orientações Normativas nº 15 e 16 de 2013 do MPOG e do Tribunal de Constas da União, estamos sem condições de proceder ao recadastramento dos servidores neste semestre. Além das grandes demandas, atualmente estamos com uma redução do quadro de pessoal deste Departamento em função de licenças tais como: à gestante e para tratamento da própria saúde. Prazo para atendimento: Dezembro/2015			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A grande demanda de atividades desenvolvidas pelo Departamento e redução do quadro de pessoal.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	227792	Const. 002 Rec. 006	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à apuração de responsabilidade pela execução de jornadas acima das permitidas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Encaminhamos Ofício a Secretaria de Estado da Saúde solicitando informações acerca da carga horária, cargo e horário de trabalho dos servidores que não entregaram a documentação solicitada. A Secretaria respondeu no final de dezembro de 2014 e estamos analisando as declarações para caso necessário proceder a abertura de processo administrativo disciplinar.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Negativos: A demora na entrega da documentação por parte dos servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	227792	Const. 005 Rec. 001	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à verificação da regularidade do exercício de cada uma das atividades remuneradas relacionadas neste item de relatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Os processos administrativos para apuração dos valores a serem repostos ao erário das atividades realizadas sem			

registro no PAD e ou notes não foram abertos, pois há dúvidas de como proceder ao desconto: no relatório nº 227792, página 97, consta apenas informação dos meses em que o servidor recebeu atividade remunerada concomitante ao exercício de DE. Gostaríamos de orientações quanto a reposição ao erário. A reposição ao erário deverá ser da diferença de 40h para DE dos meses citados no relatório? Ou há outra orientação por parte da Controladoria Geral da União?

Referente processo nº 23080.021862/2013-51, servidor SIAPE 1157890, conforme Ofício n.º 1285/2014/CPAD/PF-UFSC de 24/09/2014, informamos que: já consta no processo Relatório Final e julgamento pela Magnífica Reitora, que acolheu o Relatório Final elaborado pela Comissão que concluiu não ser possível imputar ao servidor responsabilidade pelas irregularidades apontadas e determinou o arquivamento do processo, encontrando-se atualmente nos arquivos deste NADIP/PF-UFSC.

Referente processo nº 23080.021865/2013-95, servidor SIAPE 1159161, conforme Ofício n.º 1285/2014/CPAD/PF-UFSC de 24/09/2014, informamos que: já consta no processo Relatório Final e julgamento pela Magnífica Reitora, que acatou o Relatório da Comissão que entendeu que o professor acusado apresentou as comprovações de autorização da Instituição relativas à sua participação nos eventos citados no processo, desfazendo-se, assim, a situação de irregularidade mencionada e arquivou o processo, encontrando-se atualmente nos arquivos deste NADIP/PF-UFSC.

Prazo para atendimento: 31/12/2014.

Posição do Gestor em 09/01/2015:

Estamos aguardando a resposta dos questionamentos referentes à reposição ao erário:

A reposição ao erário deverá ser da diferença de 40h para DE dos meses citados no relatório? Ou há outra orientação por parte da Controladoria Geral da União?

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores negativos: Falta de informação quanto aos procedimentos a serem adotados na reposição ao erário.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	227792	Const. 005 Rec. 002	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Proceder à implantação de mecanismos de Controle Interno que permitam detectar a situação de atividades remuneradas por docentes em regime de “DE” sem autorização da instituição.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 09/01/2015:

- Expedição de Memorando Circular ou outros mecanismos de comunicação para orientar os docentes da Universidade sobre a importância dos registros das atividades remuneradas previstas na Lei 12772, artigo 21;
- Avaliação de alternativas institucionais para controle permanente das atividades remuneradas dos docentes da instituição
- Implementação, com previsão para 2015/2, da declaração a ser preenchida por todos os docentes em Dedicação Exclusiva sobre a não percepção de atividades remuneradas sem o devido registro e autorização da Instituição.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não Identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	227792	Const. 005 Rec. 003	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação			
Proceder à reposição ao erário de todas as parcelas de "DE" percebidas por servidores em situações cuja atividade remunerada exercida não guardava relação com a atividade realizada pelo docente, ou que tenham sido autorizadas pela instituição, em destaque a dos servidores relacionados neste item de Relatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Aguarda-se análise da CGU, aos questionamentos contidos na manifestação da UFSC em resposta ao Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014, que solicitou atualização do Plano de Providências Permanente (PPP). Segue o teor da manifestação da UFSC: “Os processos administrativos para apuração dos valores a serem repostos ao erário das atividades realizadas sem registro no PAD e ou notes não foram abertos, pois há dúvidas de como proceder ao desconto: no relatório nº 227792, página 97, consta apenas informação dos meses em que o servidor recebeu atividade remunerada concomitante ao exercício de DE. Gostaríamos de orientações quanto a reposição ao erário. A reposição ao erário deverá ser da diferença de 40h para DE dos meses citados no relatório? Ou há outra orientação por parte da Controladoria Geral da União?”			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguarda-se análise da CGU sobre a última atualização do Plano de Providências Permanente (PPP)			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	227792	Const. 005 Rec. 004	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à reposição ao erário de todas as situações em que os servidores exerceram concomitantemente atividades de administração e (ou) gerência privada concomitantemente ao exercício do cargo em regime de "DE".			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Resposta da UFSC às recomendações constantes da Nota Informativa da CGU de 19/02/2014: - O servidor SIAPE 2445348 foi notificado por meio do Ofício nº 259/2014/DAP (cópia anexa) – não apresentou justificativa, portanto será encaminhado ao Instituto Federal Catarinense cópia do Relatório nº 227792 para as devidas providências. - O servidor SIAPE 1158897 foi notificado por meio do Ofício nº 258/2014/DAP (cópia anexa). O servidor apresentou justificativa de que a empresa não efetuou qualquer atividade operacional, financeira ou patrimonial. - O servidor SIAPE 1489791 foi notificado por meio do Ofício nº 257/2014/DAP (cópia anexa). O servidor apresentou cópia da 4ª Alteração Contratual da empresa PROCEEDINGS Comércio e Representação de Alimentos LTDA, datada em 28 de março de 2005, onde consta a sua saída da sociedade. O servidor foi admitido na UFSC em 01/04/2005 e retirou-se da sociedade em 28/03/2005. Prazo para Atendimento da Recomendação: 30/07/2014 Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Informamos que foi encaminhado por meio do Ofício nº 1.207 de 22/09/2014 solicitação de Abertura de Processo Administrativo Disciplinar ao Instituto Federal Catarinense, referente servidor SIAPE 2445348, conforme anexo (ANEXO V) Prazo para atendimento: 31/12/2014. Posição do Gestor em 09/01/2015: Solicitaremos ao IFC informações acerca da situação atual do PAD referente a matrícula SIAPE 2445348.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Negativos: Falta de informações por parte do Instituto Federal Catarinense.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	227792	Const. 005 Rec. 006	Ofício 4.800/2013/CGU-R/SC de 20 de fevereiro de 2013 Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à apuração das responsabilidades, com os respectivos processos administrativos disciplinares, de todos os casos em que houve atividades remuneradas concomitantemente ao exercício de administração e (ou) gerência privada, em destaque a dos servidores relacionados neste item de relatório, bem como de todas as chefias imediatas destes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Informamos que foi encaminhado por meio do Ofício nº 1.207 de 22/09/2014 solicitação de Abertura de Processo Administrativo Disciplinar ao Instituto Federal Catarinense referente servidor, SIAPE 2445348, conforme anexo. (ANEXO V) Prazo para atendimento: Recomendação atendida			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Solicitaremos ao IFC informações acerca da situação atual do PAD referente a matrícula SIAPE 2445348.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Negativos: Falta de informação por parte do Instituto Federal Catarinense.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	243915	Constatação 009 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Que a Unidade apresente cópia do processo de incorporação dos bens, indicando a descrição completa dos mesmos e a sua atual localização, para que, em trabalhos futuros de auditoria, seja atestado o atendimento ao item 9.3.1 do Acórdão n.º 4.575/2009 - 2ª Câmara.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Conforme solicitação da Controladoria Geral da União – CGU, os documentos foram encaminhados fisicamente para análise com a devida explicação dos procedimentos adotados. Apesar dos esclarecimentos realizados de forma detalhada o processo de registro e tombamento de parte dos bens não foi atendido, pois, o responsável ainda não apresentou os bens permanentes ao departamento de gestão patrimonial para regularização da situação. Voltaremos a cobrar do responsável a apresentação dos bens.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Considerando a quantidade mínima de servidores que vêm atuando no DGP/PROAD e a falta de reposição devido às dificuldades de contratação de servidores, o departamento permanece atuando apenas nas atividades essenciais ao seu funcionamento. Nos deparamos com uma grande rotatividade de servidores, pois quando estão tomando conhecimento e colocando em prática, sobre patrimônio, são aprovados em outros concursos e optam por deixar a UFSC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

29	243915	Constatação 024 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade pela inclusão da rubrica "0005-Prov. Básico" com valor informado na ficha financeira do servidor Mat. SIAPE n 26246-1156804, sem a devida retificação o que causou pagamento indevido de R\$ 39.703,13.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP)			
Em relação ao processo 23080.050951/2013-13, conforme Ofício n.º 1285/2014/CPAD/PF-UFSC de 24/09/2014, informamos que consta no processo instrução concluída e está aguardando o Relatório Final da Comissão para posterior análise deste NADIP/PF-UFSC e encaminhamento à Magnífica Reitora para julgamento. Prazo para atendimento: 31/12/2014			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Em relação ao processo 23080.050951/2013-13, conforme Ofício n.º 1285/2014/CPAD/PF-UFSC de 24/09/2014, informamos que consta no processo instrução concluída e está aguardando o Relatório Final da Comissão para posterior análise deste NADIP/PF-UFSC e encaminhamento à Magnífica Reitora para julgamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	243915	Constatação 033 Rec. 004	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Incluir também entre as rotinas a serem padronizadas, a de manter dados precisos sobre o consumo passado de todos os itens e serviços, de modo a subsidiar a previsão das necessidades periódicas, trimestrais, semestrais e anuais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: O DCOM utiliza os relatórios disponíveis no sistema ALX, SCL e no MATL para análise periódica e planejamento das aquisições referentes aos processos totalmente instruídos no DCOM, e eventualmente para revisão dos quantitativos de processos inicialmente instruídos pelas demais unidades, como por exemplo os centros de ensino. Hoje a UFSC, através do DCOM possui um calendário anual de todas as suas compras e que é utilizado pelos setores que a compõem.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	243915	Constatação 039 Rec. 002	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abster-se de aprovar despesas que não estão suficientemente detalhadas e justificadas, de forma a comprovar a relação desta despesa com o objeto do convênio, estando esta modalidade de gasto expressamente prevista no Plano de Trabalho.			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC reconhece suas dificuldades nos controles internos referentes à análise das despesas apresentadas por fundações de apoio. Gradativamente a UFSC vem se organizando. Novos servidores estão sendo contratados para a realização das tarefas de análise das prestações de contas das fundações. Estamos envidando esforços, junto ao conselho de curadores e a CGU, para realizarmos, aprimorarmos os controles necessários. Hoje existem 350 processos pendentes de análise contábil.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	243915	Constatação 046 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apurar o superfaturamento informado e verificar os motivos que acarretaram a diferença estimada a maior de R\$ 5.056,29 no preço dos serviços contratados. Se for o caso, apurar responsabilidades e a devolução de valores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Contratação, através de processo licitatório, na modalidade ata de registro de preços, de empresa especializada na execução destes serviços. O processo licitatório garante a adequação ao sistema SINAPI. Indicador da Caixa Econômica federal e balizador do governo federal Atendimento das demandas de maneira satisfatória, mediante acompanhamento e fiscalização atuante e comprometida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	243915	Constatação 056 Rec. 002	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em caso de não cumprimento, glosar os valores dos comprovantes, visto que não estariam aptos a comprovar a regular aplicação dos recursos repassados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC reconhece suas dificuldades nos controles internos referentes à análise das despesas apresentadas por fundações de apoio. Gradativamente a UFSC vem se organizando. Novos servidores estão sendo contratados para a realização das tarefas de análise das prestações de contas das fundações. Estamos envidando esforços, junto ao conselho de curadores e a CGU, para realizarmos, aprimorarmos os controles necessários. Hoje existem 350 processos pendentes de análise contábil.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	201108926	Constatação 017 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar e formalizar Plano(s) de Contingência para os seguintes sistemas: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL; Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção. (Não se trata de exigência de um plano específico para cada sistema, mas todos estes sistemas devem estar abrangidos por um ou mais Planos de Contingências (por exemplo, um plano da COPERVE e outro da SETIC). O plano deve considerar os aspectos descritos nos itens 13 e 14 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 29/12/2014:</p> <p><u>Providências Adotadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Foi formalizado, através de portaria da Reitora, o papel dos Grupos Gestores dos Sistemas de Informação prevendo através destes o atendimento ao item 14 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005; <p>A SeTIC trabalhará em conjunto com os grupos gestores para atendimento dos controles do item 14 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.</p> <p><u>Resultados:</u></p> <p>Envolvimento efetivo das áreas de negócio na gestão dos sistemas de informação.</p> <p><u>Justificativa:</u></p> <p>Faltava a formalização e envolvimento efetivo das áreas de negócio na gestão dos sistemas de informação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Fatores positivos: Uso de práticas e arcabouços consagrados de TIC além de buscar atender as recomendações e orientações do TCU e CGU. Participação em cursos e workshops sobre governança de TI promovidos pela RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa);</p> <p>Fatores negativos: Atendimento de outras demandas prioritárias aliadas a limitação de pessoal não permitem uma maior celeridade no andamento destas atividades.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	201108926	Constatação 019 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar obrigatoriedade de alteração da senha pelo usuário no primeiro acesso, nos casos em que a senha inicial é gerada automaticamente pelo sistema, de forma a atender os itens 11.2.3-b e 11.3.1-f da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, para os seguintes sistemas: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; e 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL. Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			

Posição do Gestor em 29/12/2014: Providências Adotadas: O sistema de autenticação centralizado está em uso por todos os sistemas corporativos. A autenticação centralizada garante o uso de senhas fortes e o atendimento dos itens 11.2.3 e 11.3.1 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005; Resultados: Atendimento a norma NBR ISO/IEC 27002:2005 e maior satisfação dos usuários quanto ao uso dos sistemas, pois além da autenticação centralizada foi implementada a funcionalidade de “Single Sign-on”. Percebeu-se aumento da confiança dos usuários no uso dos sistemas corporativos. Justificativa: A recomendação não foi cumprida somente para os sistemas da Coperve (Concurso Vestibular – UFSC; Vestibular do Ensino à Distância; Concurso Público Docentes; e Concurso Público – UFSC) em função de priorização de atividades, alto impacto das mudanças pois se trata de ambiente diverso dos demais sistemas corporativos. Pretende-se a incorporação destes sistemas pela SeTIC e ao longo de 2015 permitindo sua eventual migração para autenticação centralizada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Fatores positivos: adoção de uma solução de autenticação centralizada e “single sign-on” consagrada e com facilidade de integração com diversas plataformas. Fatores negativos: A compatibilização com sistemas baseados em tecnologias legadas e o elevado número de sistemas demandaram grande esforço para implementação impactando na implementação de novas funcionalidades			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	201108926	Constatação 019 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implantar a utilização de mecanismo que impeça aqueles que possuem acesso ao local de armazenamento das senhas de visualizarem as senhas escolhidas pelos usuários, seja implantando o uso de funções do tipo HASH, de criptografia ou de outra metodologia, de forma a atender o item 11.2.3-g da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; e 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços ? MATL. cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Providências Adotadas: O sistema de autenticação centralizado está em uso por todos os sistemas corporativos. A autenticação centralizada garante o uso de senhas fortes e o atendimento dos itens 11.2.3 e 11.3.1 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005. Resultados: Atendimento a norma NBR ISO/IEC 27002:2005 e maior satisfação dos usuários quanto ao uso dos sistemas, pois além da autenticação centralizada foi implementada a funcionalidade de “Single Sign-on”. Percebeu-se aumento da confiança dos usuários no uso dos sistemas corporativos. Justificativa: A recomendação não foi cumprida somente para os sistemas utilizados pela Coperve (Concurso Vestibular – UFSC; Vestibular do Ensino à Distância; Concurso Público Docentes; e Concurso Público – UFSC) em função de priorização de atividades, alto impacto das mudanças pois se trata de ambiente diverso dos demais sistemas corporativos. Pretende-se a incorporação destes sistemas pela SeTIC e ao longo de 2015 permitindo sua eventual migração para autenticação centralizada. Caso essa incorporação não ocorra a COPERVE compromete-se a individualizar os logins de todos os sistemas citados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor Fatores positivos: adoção de uma solução de autenticação centralizada e “single sign-on” consagrada e com facilidade de integração com diversas plataformas. Fatores negativos: A compatibilização com sistemas baseados em tecnologias legadas e o elevado número de sistemas demandaram grande esforço para implementação impactando na implementação de novas funcionalidades			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	201108926	Constatação 019 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar rotinas e testes de verificação das senhas de forma a atender os itens 11.2.3 e 11.3.1 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 Para os seguintes sistemas: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL; Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Providências Adotadas: O sistema de autenticação centralizado está em uso por todos os sistemas corporativos. A autenticação centralizada garante o uso de senhas fortes e o atendimento dos itens 11.2.3 e 11.3.1 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005. Resultados: Atendimento a norma NBR ISO/IEC 27002:2005 e maior satisfação dos usuários quanto ao uso dos sistemas, pois além da autenticação centralizada foi implementada a funcionalidade de “Single Sign-on”. Percebeu-se aumento da confiança dos usuários no uso dos sistemas corporativos. Justificativa: A recomendação não foi cumprida somente para os sistemas da Coperve (Concurso Vestibular – UFSC; Vestibular do Ensino à Distância; Concurso Público Docentes; e Concurso Público – UFSC) em função de priorização de atividades, alto impacto das mudanças pois se trata de ambiente diverso dos demais sistemas corporativos. Pretende-se a incorporação destes sistemas pela SeTIC e ao longo de 2015 permitindo sua eventual migração para autenticação centralizada. Caso essa incorporação não ocorra a COPERVE compromete-se a individualizar os logins de todos os sistemas citados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: adoção de uma solução de autenticação centralizada e “single sign-on” consagrada e com facilidade de integração com diversas plataformas. Fatores negativos: A compatibilização com sistemas baseados em tecnologias legadas e o elevado número de sistemas demandaram grande esforço para implementação impactando na implementação de novas funcionalidades.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	201108926	Constatação 025 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar Política de Segurança de Informações a ser utilizada de forma descentralizada nos distintos departamentos da UFSC, considerando os aspectos descritos no item 5 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Dada a abrangência de uma política de segurança da informação o tema foi levado para discussão no CoTIC e este sugeriu a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para sua elaboração. O GT-POSIC foi instituído através da portaria 2448/2014/GR de 16/12/2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Pontos positivos: Curso de elaboração de política de segurança da informação ministrado pela RNP entre 01/09/2014 e 18/12/2014 possibilitou a membros da SeTIC e do COTIC maior conhecimento sobre o tema, incluindo a necessidade de formalizar um grupo multidisciplinar para elaboração da política. Pontos negativos: Falta de experiência na condução deste tipo de trabalho.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	201108926	Constatação 027 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Expandir o registro de informações de monitoramento de modo que todas as perguntas formuladas possam ser respondidas para qualquer um dos sete sistemas analisados, de forma a atender os itens 10.1.2, 10.10.1, 10.10.2, 10.10.3, 10.10.4, 10.10.5, 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3, 12.4.3-f, 12.5.1, 13.2.3 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, nos seguintes sistemas: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; e 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL. Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 29/12/2014: Quanto ao atendimento da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Itens 10.1.2 (Gestão de mudanças) e 12.5.1 (procedimentos para controle de mudanças): Estes itens estão sendo implantados de forma gradativa, conforme o modelo ITIL, porém, devido ao alto impacto operacional, o grande número de serviços e sistemas e limitações de pessoal o prazo para finalizar a implantação será o quarto trimestre de 2015. A partir do primeiro trimestre de 2015 novos serviços e sistemas serão implantados com aderência aos itens citados. <p>Itens 10.10.1 (Registro de auditoria), 10.10.2 (Monitoramento de uso do sistema), 10.10.3 (Proteção das informações de registros de log) e 10.10.4 (Registros de log de administrador e operador) – Primeira etapa - a partir da centralização do processo de autenticação de usuários é possível gerar logs de login e acesso aos diversos sistemas. Este logs estão sendo ajustados para serem enviados para um servidor central (syslog) e seguro. Em uma segunda etapa será desenvolvido, junto aos grupos gestores dos sistemas, um plano para definir que operações devem ser registradas em cada sistema, incluindo ações de administradores. Primeira etapa foi concluída em 2014 e a segunda etapa terá início no primeiro trimestre de 2015.</p> <p>Item 10.10.5 (registro de falhas) – para atender este item, a partir da infraestrutura implementada pelos itens 10.10.1, 10.10.2, 10.10.3 de 10.10.4, será estabelecido um sistema de monitoramento e aviso aos responsáveis sobre falhas no sistema, tendo ações associadas (envio de SMS, e-mail, abertura de incidente no helpdesk) conforme a gravidade das mesmas. Prevê-se a conclusão do atendimento deste item para o terceiro trimestre de 2015 em decorrência do atendimento de outras demandas e capacitação de equipe, necessário em função do alto índice de evasão de profissionais.</p> <p>Item 12.4.3-f (Registro de acesso a códigos fonte): As operações feitas sobre os códigos fontes serão registradas e enviadas para o servidor central (Syslog). Prazo para atendimento: Segundo trimestre de 2015, em decorrência do atendimento de outras demandas e capacitação de novos membros da equipe dado o alto índice de evasão de profissionais.</p> <p>Item 13.2.3 (Coleta e registro de evidências em incidentes de segurança): Por limitação de pessoal ainda não foi possível estabelecer uma instâncias dedicada a segurança da informação. De qualquer forma, registros de logs são armazenados e mantidos pelo período previsto pela legislação (5 anos). O procedimento de coleta de informações em caso de ação legal tem sido feito conforme recomenda a norma, porém ainda não foi feita a sua formalização. Prevê-se que esta formalização ocorra até o final de primeiro trimestre de 2015.</p> <p>Prazo para atendimento: Datas indicadas em cada um dos itens.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: As recomendações feitas pelo GT-Segurança estão sendo implementadas gradativamente. Fatores negativos: alta complexidade da atividade e limitação de pessoal.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

40	201108926	Constatação 027 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<p>Extinguir o compartilhamento de logins (usuários), quer dizer, qualquer operação realizada deve ser associada a uma única pessoa de forma a atender o item 11.2.1-a da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, nos seguintes sistemas: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; e 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL. Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção. Salvo os casos onde há restrições técnicas inevitáveis, que devem ser justificadas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 29/12/2014: Providências Adotadas: O sistema de autenticação centralizado está em uso por todos os sistemas corporativos. A autenticação centralizada garante o atendimento dos itens 11.2.1-a da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005. Resultados: Atendimento a norma NBR ISO/IEC 27002:2005 e maior satisfação dos usuários quanto ao uso dos sistemas pois, além da autenticação centralizada, foi implementada a funcionalidade de "Single Sign-on". Percebeu-se aumento da confiança dos usuários no uso dos sistemas corporativos. Justificativa: A recomendação não foi cumprida somente para os sistemas utilizados pela Coperve (Concurso Vestibular – UFSC; Vestibular do Ensino à Distância; Concurso Público Docentes; e Concurso Público – UFSC) em função de priorização de atividades, alto impacto das mudanças pois se trata de ambiente diverso dos demais sistemas corporativos. Pretende-se a incorporação destes sistemas pela SeTIC ao longo de 2015, permitindo sua eventual migração para autenticação centralizada. Caso essa incorporação não ocorra a COPERVE compromete-se a individualizar os logins de todos os sistemas citados.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Fatores positivos: adoção de uma solução de autenticação centralizada e "single sign-on" consagrada e com facilidade de integração com diversas plataformas. Fatores negativos: A compatibilização com sistemas baseados em tecnologias legadas e o elevado número de sistemas demandaram grande esforço para implementação impactando na implementação de novas funcionalidades.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	201108926	Constatação 033 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<p>Programar e realizar um levantamento de todos os seus imóveis para fins de adequação do SPIUnet, procedendo caso a caso, ao seu devido lançamento, avaliação e atualização das benfeitorias.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014: Conforme manifestação do Coordenador de Regularização Fundiária e Predial em resposta ao solicitado no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 01/08/2014 (atualização do PPP), a Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial – CRFP (criada em 19 de setembro de 2014) preocupou-se nestes três últimos meses de 2014, em completar o levantamento/atualização e desenho em CAD das edificações dos Campi e demais áreas da UFSC e em programar para 2015 a atualização total do mesmo e a execução de uma pesquisa documental. Estas ações visam não só a</p>			

<p>alimentação/atualização dos registros no SpiuNet como também o início da regularização predial. No mesmo período, a equipe de topografia da CRFP, respondeu a demandas da Procuradoria Federal junto à UFSC e do Gabinete da Reitoria além de efetuar visitas técnicas às áreas da UFSC em Joinville; Barra do Sul; Barra da Lagoa; Ressacada; Itacorubi; Cidade das Abelhas e Trindade visando à programação dos levantamentos georreferenciados dos limites legais da UFSC. Também aconteceu um encontro, promovido pelo Gabinete da Reitoria, com a Gerência de Bens Imóveis – GEIMO do Governo do Estado de Santa Catarina com o objetivo de formar uma força tarefa CRFP–GEIMO para operacionalizar as transferências dos terrenos doados à UFSC, mas que o Governo ainda detém a propriedade. A reunião para o início dos trabalhos está marcada para o dia 12 de janeiro de 2015.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Fatores positivos: a criação de uma Coordenadoria específica para tratar das questões de regularização fundiária e predial; a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; a qualidade técnica e a experiência da equipe; a compra dos equipamentos solicitados até o momento (estação total; GNSS e Trenas Laser). Fatores Negativos: necessidade de atualizar os equipamentos de informática; o fato da UFSC ter ficado muitos anos sem equipe de topografia; por serem novos na UFSC, os membros da equipe de topografia não estão familiarizados com os imóveis e, desta forma, necessitam de um tempo maior para pesquisas; falta de domínio na utilização dos sistemas SpiuNet e SIAFI; o fato de os próprios sistemas SpiuNet e SIAFI necessitarem de versão mais atual; a aposentadoria de dois membros da equipe, códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de um membro da equipe por licença saúde; o processo demorado para criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; o quadro reduzido de motoristas e consequente redução da disponibilidade de transporte.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	201108926	Constatação 034 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar rotina para realização dos inventários periódicos de bens imóveis como forma de avaliar as condições dos imóveis e a consistência dos registros patrimoniais cadastrais (SPIUnet) e contábeis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014: Paralelo a atualização total do levantamento do espaço físico (layout e metragem quadrada), em 2015 também será implementado o controle das edificações iniciadas/em construção/finalizadas, solicitando ao DPAAE, DFO; PROAD/DGP e DCF documentos como: projeto “as built”; documentos referentes as aprovações; habite-se; contábil; dados da licitação; contrato e outros, com objetivo de manter o banco de dados e os registros no SPIUnet atualizados. O mesmo acontecerá com os terrenos.</p> <p>Prazo de atendimento: 2015 - Implementação do controle das edificações iniciadas/em construção/finalizadas através de documentos fornecidos pelo DPAAE; DFO; PROAD/DGP e DCF (criação de rotina). Início da avaliação de cada edificação visando a regularização predial junto aos órgãos competentes.</p> <p>Observação: A comissão convocada pelo Gabinete do Reitor elaborou o projeto “Consolidação Fundiária da UFSC – Campus Reitor João David Ferreira Lima”, entregue à administração em junho de 2013 e, aguardou a sua nomeação oficial bem como os recursos descritos no projeto para o início dos trabalhos. Por entender ser de extrema importância para o processo de regularização predial, a CRFP/PROPLAN pretende encaminhar ao Conselho Universitário proposta de resolução que impeça a alteração do espaço físico da UFSC sem autorização do DPAAE e, quando ocorrer alguma alteração que a CRFP seja comunicada.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A programação dos trabalhos é feita em função do atendimento das necessidades de pessoal, equipamentos e espaço físico da CRFP. O atendimento desta recomendação está vinculado a cooperação de órgãos da UFSC como: DPAAE; DFO; DMPI; DCF; PROAD/DGP e GR.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

43	201108926	Constatação 038 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna de gestão de bens imóveis com as atribuições e o fluxo de informações bem definidos, para que os registros e informações mantenham-se atualizados, incluindo aqueles referentes às condições de manutenção dos imóveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014: <u>Manifestação do Coordenador de Regularização Fundiária e Predial em 14/10/2014:</u> O atendimento desta recomendação está vinculado à cooperação de alguns órgãos da UFSC como: DPAE; DFO; DMPI; DCF; PROAD/DGP e GR.</p> <p><u>Prazo de atendimento:</u> Já foram iniciados os contatos com o DCF – Departamento de Contabilidade e Finanças. A definição dos controles e rotinas serão construídos e aperfeiçoados durante os processos de atualização do espaço físico, regularização fundiária e predial.</p> <p><u>Observação:</u> A comissão convocada pelo Gabinete do Reitor elaborou o projeto “Consolidação Fundiária da UFSC – Campus Reitor João David Ferreira Lima”, entregue à administração em junho de 2013 e, aguardou a sua nomeação oficial bem como os recursos descritos no projeto para o início dos trabalhos. Por entender ser de extrema importância para o processo de regularização predial, a CRFP/PROPLAN pretende encaminhar ao Conselho Universitário proposta de resolução que impeça a alteração do espaço físico da UFSC sem autorização do DPAE e, quando ocorrer alguma alteração que a CRFP seja comunicada. A programação dos trabalhos é feita em função do atendimento das necessidades de pessoal, equipamentos e espaço físico da CRFP.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: a criação de uma Coordenadoria específica para tratar das questões de regularização fundiária e predial; a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; a qualidade técnica e a experiência da equipe; a compra dos equipamentos solicitados até o momento (estação total; GNSS e Trenas Laser). Fatores Negativos: necessidade de atualizar os equipamentos de informática; o fato da UFSC ter ficado muitos anos sem equipe de topografia; por serem novos na UFSC, os membros da equipe de topografia não estão familiarizados com os imóveis e, desta forma, necessitam de um tempo maior para pesquisas; falta de domínio na utilização dos sistemas SpiuNet e SIAFI; o fato de os próprios sistemas SpiuNet e SIAFI necessitarem de versão mais atual; a aposentadoria de dois membros da equipe, códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de um membro da equipe por licença saúde; o processo demorado para criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; o quadro reduzido de motoristas e consequente redução da disponibilidade de transporte.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	201108926	Constatação 041 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Realizar o devido inventário físico anual dos bens móveis constantes do patrimônio da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 21/01/2015: Em julho de 2014 foram enviadas cópias aos órgãos de controles, CGU e TCU, não só o inventário físico e contábil</p>			

dos bens móveis como os dos bens imóveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
45	201108926	Constatação 045 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Dotar a Auditoria Interna de estrutura adequada, ampliando o quadro de servidores, possibilitando que a AUDIN tenha condições de auxiliar no fortalecimento da gestão da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Quanto à estrutura funcional, foram nomeados no mês de junho de 2014 três servidores para atuar na AUDIN, um Contador, um Auditor e um Assistente em Administração. O servidor contratado para o Cargo de Auditor foi exonerado a pedido em janeiro de 2015. De qualquer forma está previsto para início de março a nomeação de mais dois auditores para compor a força de trabalho da Auditoria Interna.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Falta de código de vagas do cargo de Auditor em 2014, mas já regularizada para 2015.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	201108926	Constatação 047 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à AUDIN aperfeiçoar os registros formais do planejamento das auditorias realizadas, evidenciando a motivação para seleção das amostras analisadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			26082
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A Nota Técnica 36663-CGU-R/SC, avaliou que “os testes necessários para verificar o cumprimento desta recomendação serão realizados quando da execução da OS201315672 (avaliação da atuação da Auditoria Interna)”. Até o momento, não foi emitido Relatório Final da OS 201315672.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	201108926	Constatação 066 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implantar rotina de avaliação da compatibilidade dos recursos de TI (hardware e software) com as reais necessidades da Unidade; formalizar os resultados das avaliações e utilizá-los como ferramenta para o planejamento dos			

investimentos e ações da área.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: A formalização do processo de avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da unidade de fato ainda não está concretizada plenamente. Entretanto, os processos de compra e contratação são orientados a partir das demandas registradas via DOD (Documento de Oficialização de Demanda) que são analisados e consolidados em processo de compras e contratação de serviços conforme IN04/MPOG. Prazo para atendimento: Terceiro trimestre de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: elaboração do modelo baseado em DOD, de simples utilização e adoção. Adoção de todos os artefatos previstos pela IN04/MPOG nos processos de compra e contratação de bens e serviços de TI. Fatores negativos: A não integração automática (hoje os DODs são lançados manualmente) no sistema de gestão de processos administrativos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	201108926	Constatação 066 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao desenvolvimento e produção de sistemas e soluções em TI, adotar acordos de níveis de serviço tanto no que se refere ao desenvolvimento interno (para atender os quesitos pactuados com a área demandante), quanto no que se refere aos contratos celebrados entre a UFSC e seus fornecedores externos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Para implantação efetiva dos acordos de níveis de serviços no desenvolvimento de sistemas se faz necessária à formação de uma equipe adequadamente dimensionada e capacitada. Ao longo de 2014 foram padronizados as ferramentas de desenvolvimento, foi realizada capacitação com a equipe existente e novos membros estão em fase de contratação. A SeTIC entende que a formalização do papel de Gestor de Sistema também é um requisito importante para a definição dos SLAs. Prazo para atendimento: Quarto trimestre de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: estabelecimento do GT-Sistemas para definição do(s) processo(s) de desenvolvimento, manutenção e gestão de sistemas e softwares da SeTIC; Formalização do papel de Gestor dos Sistemas através de Grupos Gestores com participação das áreas de negócio. Fatores negativos: Atendimento de outras demandas prioritárias aliadas a limitação de pessoal não permitem uma maior celeridade no andamento destas atividades.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	201108926	Constatação 068 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer responsabilidades internas quanto à segurança da informação. Utilizar como referência a Norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 6.1.3, conforme determinação contida no item 9.1.1 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 29/12/2014:</p> <p>6.1.3 – (Definição de responsabilidade pela segurança da informação) – Dada a abrangência do tema de segurança da informação ele foi levado para discussão no CoTIC e este sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho multidisciplinar para elaboração da política de segurança da informação. O GT-POSIC foi instituído através da portaria 2448/2014/GR de 16/12/2014. Vislumbra-se como parte do que será estabelecido pelas políticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Criação de uma instância responsável pela gestão de segurança da informação multidisciplinar e não vinculada a área de TI (Comitê de Segurança da Informação); • Criação, na SeTIC, de uma instância responsável pela gestão de segurança nos sistemas e serviços de TI atendendo a norma e recomendações; <p>Adicionalmente a SeTIC está trabalhando na instrumentação dos sistemas e serviço de TI, bem como processos de negócio para aderência as recomendações da Norma NBR ISO/IEC 27002:2005.</p> <p>Prazo para atendimento: Quarto trimestre de 2015.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Pontos positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curso de elaboração de política de segurança da informação ministrado pela RNP entre 01/09/2014 e 18/12/2014 possibilitou a membros da SeTIC e do COTIC maior conhecimento sobre o tema, incluindo a necessidade de formalizar um grupo multidisciplinar para elaboração de uma política de segurança da informação. • Os resultados obtidos pelo GT-Segurança está permitindo um entendimento maior sobre as melhores práticas de segurança da informação e consequente aplicação dos controles presentes na norma NBR ISO/IEC 27002:2005. <p>Pontos negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento de outras demandas prioritárias aliadas a limitação de pessoal não permitem uma maior celeridade no andamento destas atividades. • Dificuldade em obter envolvimento efetivo e necessário de diversas áreas da instituição. 			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	201108926	Constatação 068 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar, aprovar e divulgar Política de Segurança da Informação - PSI. Utilizar como referência a norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1.1, conforme determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 29/12/2014:</p> <p>Dada a abrangência de uma política de segurança da informação o tema foi levado para discussão no COTIC e este sugeriu a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para sua elaboração. O GT-POSIC foi instituído através da portaria 2448/2014/GR de 16/12/2014 e dentre as suas atribuições está a elaboração da POSIC (Política de segurança da informação).</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pontos positivos: Curso de elaboração de política de segurança da informação ministrado pela RNP entre 01/09/2014 e 18/12/2014 possibilitou a membros da SeTIC e do COTIC maior conhecimento sobre o tema incluindo a necessidade de formalizar um grupo multidisciplinar para elaboração da política.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	201108926	Constatação 068 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429

Descrição da Recomendação			
Criar mecanismos para que as políticas e normas de segurança da informação se tornem conhecidas, acessíveis e observadas por todos os servidores e colaboradores da Unidade. Utilizar como referência a Norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1.1, conforme determinação contida no item 9.1.4 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Dada a abrangência de uma política de segurança da informação o tema foi levado para discussão no COTIC e este sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho multidisciplinar para sua elaboração. O GT-POSIC foi instituído através da portaria 2448/2014/GR de 16/12/2014 e dentre as suas atribuições está a elaboração da POSIC (Política de Segurança da Informação). O processo de divulgação e conscientização dos usuários será objeto de discussão após a concluída a elaboração da Política prevista para primeiro trimestre de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pontos positivos: Curso de elaboração de política de segurança da informação ministrado pela RNP entre 01/09/2014 e 18/12/2014 possibilitou a membros da SeTIC e do COTIC maior conhecimento sobre o tema incluindo a necessidade de formalizar um grupo multidisciplinar para elaboração da política bem como a definição de estratégias de divulgação da POSIC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	201108926	Constatação 068 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, em conformidade com o estabelecido na Instrução Normativa GSI/PR (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) nº 1, de 13 de junho de 2008.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Dada a abrangência de uma política de segurança da informação o tema foi levado para discussão no COTIC e este sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho multidisciplinar para sua elaboração. O GT-POSIC foi instituído através da Portaria 2448/2014/GR de 16/12/2014 e dentre as suas atribuições está a elaboração da POSIC (Política de Segurança da Informação) incluindo discussão sobre a criação do Comitê de Segurança da Informação. Prazo para atendimento: A POSIC será entregue ao COTIC para revisão e encaminhamento ao CUN (Conselho Universitário) para aprovação, incluindo a criação do Comitê de Segurança da Informação, no primeiro trimestre de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pontos positivos: Curso de elaboração de política de segurança da informação ministrado pela RNP entre 01/09/2014 e 18/12/2014 possibilitou a membros da SeTIC e do COTIC maior conhecimento sobre o tema incluindo a necessidade de formalizar um grupo multidisciplinar para elaboração da política.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
53	201108926	Constatação 073 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar local adequado para o processo de separação dos resíduos recicláveis.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Posição do Gestor em 06/01/2015:</p> <p>Após reuniões preliminares sobre ao assunto em 2013, a construção do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da UFSC foi iniciada em 2014, coordenado pela Eng. Sanitarista da Prefeitura Universitária Sara Meireles e contando com equipe técnica formada por 6 estagiários de engenharia sanitária e com apoio dos servidores da Gestão Ambiental da UFSC. O PGRS tem 90% de seu conteúdo finalizado (diagnóstico quantitativo e qualitativo dos resíduos, ações e programas) e tem previsão de término para junho de 2015.</p> <p>Para dar caráter participativo e constituir um Plano abrangente e que contemple as especificidades e necessidades de cada centro de ensino e unidade administrativa da UFSC, foram indicados representantes de cada local para auxiliar na obtenção de dados primários e também secundários. A demora na indicação dos servidores representantes de cada centro/unidade, bem como a complexidade das problemáticas encontradas na UFSC, levaram a uma demora maior que a esperada na elaboração do diagnóstico.</p> <p>Devido ao atraso na definição dos representantes, dos diagnósticos em campo e obtenção dos dados necessários, o cronograma previsto anteriormente foi alterado. Em fevereiro de 2015, será feita uma reunião de apresentação da minuta do PGRS (já revisada e aprovada pela PROPLAN e PROAD), com os representantes de centros e unidades. A partir desse encontro, os centros/unidades terão 30 dias para contribuições à minuta do PGRS, que será ajustada após a entrega dessas sugestões, e então apresentada para a comunidade universitária em audiência, prevista para abril de 2015. Após essa apresentação, o documento ficará disponível para consulta pública on-line por 30 dias. Recebidas e complementadas as contribuições pertinentes, o documento final deverá ser finalizado e enviado para aprovação do CUn em junho de 2015.</p> <p>Entretanto, já há certa evolução para que a coleta seletiva seja concretizada na UFSC. A partir das informações já obtidas no diagnóstico e do planejamento proposto no PGRS, já estão sendo estimados os quantitativos de lixeiras, sacos plásticos, contentores, pontos de coletas, contratos de serviços etc., bem como a definição das melhores localizações para as lixeiras/contentores e as estratégias de destinação em função dos tipos de materiais reciclados, e de educação ambiental para o programa funcionar plenamente. Estudos preliminares realizados pelo grupo indicaram que a forma mais adequada para a separação de resíduos recicláveis, será binária (Rejeito / Reciclável). Com relação à destinação dos resíduos recicláveis, está se dialogando com a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), responsável pela coleta de resíduos do município de Florianópolis, sobre a possibilidade da empresa realizar a coleta e encaminhar ao material à cooperativas ou associações de catadores conforme previsto no Decreto 5940/2006. Além disso, também está se estudando a possibilidade do envio direto dos resíduos recicláveis para as associações de catadores, sem intermediários. Após a análise dos prós e contras de cada alternativa, iniciar-se-ão as tratativas formais para a coleta seletiva nos Campi de Florianópolis.</p> <p>Concomitantemente a realização do PGRS foram realizadas algumas ações imediatas, com a finalidade de melhorar a gestão dos resíduos da UFSC e que atenderam a recomendação, tais quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi criado o site dos resíduos da UFSC – www.gestaoderesiduos.ufsc.br – já estão sendo colocadas informações educativas quanto a separação dos resíduos recicláveis, rejeitos e orgânicos, entre outras informações pertinentes aos resíduos de forma geral. - Foi realizada no mês de outubro de 2014 a Semana Campus Lixo Zero aberto a comunidade acadêmica o qual integraram: um seminário com mais de vinte palestrantes nacionais e internacionais, visitas técnicas, oficinas de arte, mutirão de coleta de resíduos, entre outros. Nessa ocasião apresentou-se o plano de gerenciamento preliminar da UFSC. - Foram adquiridos coletores de pilhas e distribuídos pelas unidades administrativas e acadêmicas da Universidade. Ademais, a coleta e destinação para reciclagem deste material é realizada desde janeiro de 2014 de forma gratuita, por meio da Logística Reversa. - Está em andamento a contratação de serviço de coleta e tratamento de resíduos orgânicos. O processo está em fase de orçamentação junto aos fornecedores. - No curso de capacitação “Introdução a Gestão Ambiental”, que já foi ministrado para 180 servidores foi abordada a temática de resíduos e instruções sobre como deve ser realizada a separação dos resíduos recicláveis, conforme estabelecido no município. - Em alguns setores já está sendo realizada, em escala piloto, a separação de papeis que são enviados informalmente para as cooperativas e associações de catadores. <p>Podemos citar ainda outros projetos relativos à temática que são desenvolvidos por alguns docentes, servidores e discentes da Universidade, entre eles o Projeto “3R”, “CCB Recicla” e o “PGRS” CTC. O “3R” é um projeto interdisciplinar desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ecologia e Desenho Urbano (GIPEDU), coordenado pelo Professor Francisco Ferreira do Departamento de Arquitetura que visa atuar na redução da produção de resíduos sólidos, eliminação do desperdício e reuso dos recicláveis e promoção da coleta seletiva de alguns materiais: papel, plástico, metal, vidro, entre outros. Este projeto inicialmente foi desenvolvido no Prédio da Arquitetura e está sendo apoiado de forma institucional com o provimento de adesivos e contentores. O Projeto tem</p>	

caráter educativo e visa à reciclagem de resíduos, estimulando sua prática por meio da confecção de lixeiras coloridas feitas com garrafas PET. Sua expansão está prevista para o Colégio Aplicação e para o NDI (creche da UFSC). Já o Projeto CCB Recicla foi idealizado pelos servidores e alunos do Centro de Ciências Biológicas (CCB) e tem como objetivos principais conscientizar a comunidade acadêmica e dos arredores da Universidade sobre a importância da coleta seletiva de resíduos, além de implementar esse procedimento no CCB. Esse projeto também promove diversas campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos que recebem destinação final ambientalmente adequada. Por fim, a implantação do PGRS do Centro Tecnológico já está em andamento, sendo que a destinação adequada para os resíduos recicláveis será iniciada em breve e deve servi como piloto para as demais ações no Campus.

Por fim, ressalta-se que a elaboração e implantação do Plano faz parte de um processo que é longo, complexo, além de envolver questões multidisciplinares, intersetoriais, o que engloba diferentes pontos de vista sobre a questão, sendo assim, as ações devem ser muito bem planejadas para que não se cometam erros que possam ocasionar ainda mais problemas ambientais e custos desnecessários a instituição. Abaixo estão os próximos passos com o objetivo de cumprir esta recomendação:

- Criação do site “UFSC Sustentável” onde serão vinculadas campanhas de Educação Ambiental relativas a diversos temas referentes à sustentabilidade, inclusive a forma adequada de separação dos resíduos.
- Aquisição das lixeiras duplas, contentores, bombonas para os recicláveis.
- Construção do central de armazenamento para resíduos recicláveis.
- Definição da forma de destinação dos resíduos recicláveis
- Adaptação do contrato de limpeza para a realização dos serviços extras que surgirão decorrente da implantação do PGRS.
- Contratação de equipe para trabalhar com os resíduos, o que inclui os resíduos recicláveis.
- Finalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e consulta pública.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos gerados na UFSC é uma questão complexa tendo em vista que a Instituição gera todos os tipos de resíduos, inclusive resíduos perigosos. Até pouco tempo, a Universidade não dispunha de corpo técnico capacitado para trabalhar com essa questão e ainda não possui um setor administrativo voltado a essa demanda. Profissionais da área foram contratados e as tratativas para estruturar um setor de gerenciamento de resíduos sólidos estão em andamento.

Fatores Positivos: novas contratações, estruturação de uma equipe para elaboração do PGRS, contratação de bolsistas.

Fatores Negativos: complexidade, divergências sobre a questão, grande demanda relacionada à questão do gerenciamento de resíduos, falta de servidores para o gerenciamento de resíduos, e falta da estrutura física necessária.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
54	201108926	Constatação 076 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar levantamento completo com diagnóstico da reais necessidades de cada imóvel da Instituição quanto à execução de serviços de reforma e manutenção predial, estabelecendo uma estrutura gerencial que dê atendimento eficaz às demandas por obras, reformas e manutenção predial na UFSC;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 21/01/2015:</p> <p>Em reunião realizada no Gabinete da Reitoria onde se encontravam presentes as Reitoras, auditores da CGU , Pró-Reitor de Administração / UFSC, Pró-Reitora de Planejamento, foi apontado pelo auditor da CGU que a UFSC já estava utilizando Registro de Preços para a contratação de serviços que anteriormente era feita diretamente sem processos licitatórios.</p> <p>Incluem-se os serviços de pequeno porte, tais como: recuperação de telhados, calçamento, pequenos serviços de alvenaria, etc.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55	201108926	Constatação 076 Rec. 004	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer, para todas as áreas da Instituição, a exigência de que todas as aquisições tenham a prévia demonstração da real necessidade baseada em estudo/levantamento da necessidade quanto à quantidade e qualidade dos produtos /serviços, ou ainda baseando-se em série histórica;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Conforme reunião no Gabinete da Reitoria onde se encontravam presentes as Reitoras, auditores da CGU , Pró-Reitor de Administração / UFSC, Pró-Reitora de Planejamento, foi apontado pelo auditor da CGU que a UFSC já estava utilizando Registro de Preços para a contratação de serviços que anteriormente era feita diretamente sem processos licitatórios. Incluem-se os serviços de pequeno porte, tais como: recuperação de telhados, calçamento, pequenos serviços de alvenaria, etc.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
56	201108948	Constatação 001 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao Contrato nº HU/070/2009: realizar um levantamento do consumo médio mensal dos itens de limpeza utilizados pela empresa na prestação dos serviços; comparar o consumo médio mensal levantado com as quantidades e valores contratados junto à empresa e verificar a necessidade de ajustes contratuais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: O Serviço de Zeladoria e Vigilância do HU conta com apenas dois servidores. Um dos servidores é o chefe do serviço e a outra servidora atua no balcão de informações do ambulatório. Está sob a responsabilidade desse serviço toda a gestão na área de limpeza e higienização, a gestão na área de segurança, a gestão da jardinagem de toda a área externa do hospital, a gestão de todas as entradas e saídas de veículos, servidores, pacientes e visitantes, inclusive o correto funcionamento das catracas e cancelas eletrônicas, bem como o funcionamento de todo o sistema de imagem de câmeras de segurança. Por falta de servidores, o chefe do Serviço, além de toda a gestão das áreas citadas, é o fiscal dos contratos de higienização e limpeza, vigilância e jardinagem. Não deveria ser o fiscal por ser o chefe do serviço, porém não há outro servidor para exercer a atividade de fiscal, essa é a nossa realidade. Temos solicitado insistentemente a contratação de servidores, contudo, não estamos sendo atendidos na quantidade que desejamos, considerando que estamos tendo apenas as reposições de aposentadorias, exonerações e óbitos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo de atendimento, que depende da contratação de servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
57	201108948	Constatação 001 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao Contrato nº HU/070/2009: verificar a necessidade de revisão contratual frente as demandas dos setores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Reiteramos que a falta de servidores vem prejudicando a maioria das ações de gestão. Não estamos adiando por querer adiar, apenas, somente apenas, não podemos esconder que temos dificuldades em implementar as recomendações por falta de servidores, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo. No entanto, em que pese as dificuldades, realizamos levantamento das demandas e efetuamos a revisão das necessidades de todos setores deste hospital, que serão implementadas no novo Termo de Referência (TR), que encontra-se em fase final de elaboração e deverá entrar em vigor no primeiro trimestre de 2015. É importante salientar que tivemos muitas dificuldades no levantamento das demandas, bem como na confecção do novo TR. Este novo TR está bem detalhado e atende o que está estabelecido na Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 que alterou a Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, e seus Anexos I, III, IV, V e VII e inclui o Anexo VIII. Posição do Gestor em 31/12/2014 - prazo para atendimento: Março de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
58	201108948	Constatação 001 Rec. 005	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao Contrato nº HU/070/2009: demandar ao fiscal do contrato o encaminhamento mensal à Diretoria Administrativa de relatório contendo minimamente: 1. Avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados pela Adservi; 2. Avaliação sobre o cumprimento do contrato pela empresa; 3. Ocorrências registradas no período, verificadas em inspeção "in loco", ou recebidas dos setores, bem como as providências adotadas e as pendências existentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Com muitas dificuldades conseguimos concluir o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos. Esta prevista revisão deste manual até 30/06/2015. O Departamento de Projetos, Contratos e Convênios da UFSC promoveu no mês de novembro/2014 o Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos. Conseguimos a inscrição de alguns fiscais, de diversos contratos deste HU, na primeira turma e vamos tentar a inscrição de outros na segunda turma, pois há falta de vagas. Salientamos que temos aproximadamente 30 contratos terceirizados atualmente neste HU. O Núcleo de Gestão de Contratos conta com apenas 3 servidores, sendo que dois deles estão afastados para tratamento de saúde – um servidor afastado há quase cem dias e uma servidora afastada por 45 dias. Posição do Gestor em 31/12/2014 - Prazo para atendimento: junho/2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
59	201108948	Constatação 013 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar a elaboração e disseminação de orientações às diversas Unidades Responsáveis por aquisições e contratações, em observação às novas normas de Sustentabilidade Ambiental previstas na IN SLTI/MPOG 01/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A situação permanece inalterada devido a falta de servidores. Os poucos servidores contratados recentemente foram designados para atividades essenciais ao funcionamento da área de suprimentos, tais como: formação de preço (atendimento a legislação); serviço de planejamento e controle de materiais; gestão de órteses e próteses, já relatados na Constatação 59 – Recomendação 001.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não é possível determinar o prazo para atendimento desta Constatação, pois depende da contratação de servidores, depende da adesão ou não a EBSEH ou outra alternativa de contratação de servidores que seja viabilizada pela administração central da UFSC, pois o HU é um órgão suplementar desta Universidade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
60	201108948	Constatação 014 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Realizar a revisão do Planejamento Estratégico para a área de TI e acompanhar a execução das ações planejadas e os resultados alcançados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Ainda não avançamos nesta questão pelos mesmos motivos expostos na manifestação de janeiro/2014. A falta de servidores tem sido o principal agravante para que o Planejamento de TI não tenha avançado até o momento, embora não se tenha medido esforços para dar o correto encaminhamento nas questões de TI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo de atendimento, pois depende da contratação de servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
61	201108926	Constatação 015 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Na SETIC, segregar os processos identificados em pelo menos três áreas, de forma a atender o item 10.1.3 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Providência Adotada: No sentido de atender a recomendação do item 10.1.3 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 as seguintes ações foram implementadas ou estão em andamento:			

1) Definição de equipes de atendimento para os sistemas e serviços independentes das equipes de desenvolvimento organizadas em níveis conforme arcabouço ITIL;

2) Definição da matriz de responsabilidade dos sistemas e serviços de TI;

3) Foi implementada sistemática para definição de permissões de acesso aos sistemas e serviços de TIC. Esta sistemática inclui:

- Utilização de formulário próprio para solicitação de acesso;
- Formalização de solicitação de acesso via processo administrativo protocolado;
- Formalização através de portaria do papel dos Grupos Gestores de Sistemas de Informação vinculado a unidade de negócio;

4) Definição de equipe de teste de sistemas (aguardando ingresso de novos servidores);

Prazo para Atendimento: Os principais sistemas estarão aderentes às ações previstas até 31/12/2015.

Os seguintes resultados podem ser verificados:

- 1) Desoneração da equipe de desenvolvimento no que se refere ao suporte de serviços de TI;
- 2) Definição clara dos responsáveis pelos serviços de TIC;
- 3) Formalização e publicação de processo para solicitação e revisão de direitos de acessos;
- 4) Definição formal dos responsáveis pelos sistemas de TI nas diferentes áreas de negócio.

Justificativa:

Os sistemas estão sendo adequados para permitir que sua gestão seja feita pelas áreas de negócios e/ou equipes de suporte técnico específico, de forma que se possa ter uma segregação plena. A implementação da recomendação está ocorrendo de forma gradativa, em função da complexidade, limitação de pessoal e mudança de cultura organizacional.

No primeiro semestre de 2015, parte dos sistemas estará adequada para a segregação de funções e esta prática será formalizada junto as unidades de negócio. A demora no atendimento desta recomendação ocorreu em função do atraso no ingresso de novos servidores de TI, previstas para o início de 2014, mas iniciada apenas no segundo semestre. Atualmente, o quadro de pessoal do TI a UFSC representa 1,47% total de servidores do quadro de pessoal permanente e 0,15% do total de usuários de serviços de TI na instituição quando considerados também os alunos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores positivos: Uso de práticas e arcabouços consagrados de TIC além de buscar atender as recomendações e orientações do TCU e CGU. Participação em cursos e workshops sobre governança de TI promovidos pela RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa)

Fatores negativos: Atendimento de outras demandas prioritárias aliadas a limitação de pessoal não permitem uma maior celeridade no andamento destas atividades.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
62	201108948	Constatação 015 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Avaliar a situação dos estagiários que atuam na área de TI da Unidade, no que diz respeito às atividades por eles desenvolvidas e o nível de acesso a informações sigilosas que detêm, com vistas a buscar um adequado dimensionamento quantitativo e qualitativo do quadro de recursos humanos da área.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 31/12/2014:

A situação continua inalterada. Houve somente a posse de um servidor, sendo este o único classificado no concurso. Estamos ainda aguardando a decisão de adesão ou não a EBSERH para a implantação do AGHU. As questões de segurança da informação estão sendo revistas e tratadas de forma emergencial para o atendimento das recomendações da CGU, embora devido ao reduzido número de profissionais para a área de TI, há a necessidade da utilização de mão de obra dos estagiários e prestadores de serviços.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não temos como precisar o prazo de atendimento, pois depende da contratação de servidores e da adesão ou não a EBSERH.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
63	201108948	Constatação 017 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implantar rotina de avaliação da compatibilidade dos recursos de TI (hardware e software) com as reais necessidades da Unidade; formalizar os resultados das avaliações e utilizá-los como ferramenta para o planejamento dos investimentos e ações da área.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: <u>Providências adotadas:</u> O sistema de helpdesk está plenamente instalado e tem nos subsidiado com informações referentes a hardware e software para tomada de decisões na utilização dos recursos de TI no HU. <u>Justificativa:</u> Situação continua inalterada e não conseguimos avançar nas relações com a EBSEH para a implantação AGHU, tendo em vista a não adesão a EBSEH. O sistema de helpdesk está plenamente instalado e tem nos subsidiado com informações referentes a hardware e software para tomada de decisões na utilização dos recursos de TI no HU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo de atendimento, pois depende da contratação de servidores e da adesão ou não a EBSEH.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
64	201108948	Constatação 017 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao desenvolvimento e produção de sistemas e soluções em TI, adotar acordos de níveis de serviço tanto no que se refere ao desenvolvimento interno (para atender os quesitos pactuados com a área demandante no nível de serviço exigido), quanto no que se refere aos contratos celebrados entre o HU e seus fornecedores externos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Parcialmente atendida. Conforme manifestação de janeiro/2014, os processos licitatórios estão tendo como base para contratação dos serviços de TI a utilização do acordo de níveis, mensurando a prestação dos serviços baseados nos relatórios de desenvolvimento anterior, listando os sistemas desenvolvidos, as implementações necessárias e a manutenção dos mesmos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo de atendimento, pois depende da contratação de servidores e da adesão ou não a EBSEH			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
65	201108948	Constatação 018 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

Providenciar a formalização e a devida divulgação interna do processo de reciclagem de resíduos da área administrativa, a fim de que todos os servidores da Unidade tenham conhecimento sobre o processo e sobre a forma de cooperar com o pleno funcionamento do mesmo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Parcialmente atendida: Realizamos solicitação de compra de etiquetas de identificação para as lixeiras conforme sua função, e neste momento aguardamos o processo de licitação. Divulgamos as informações sobre o manejo de todos os resíduos nos cursos de capacitação: Curso de 20 horas, no Programa de Orientação Introdutória (POI) realizado para os novos servidores e em outros cursos realizados pela CCIH. Estamos concluindo a elaboração dos “Procedimentos Operacionais Padrão (POP)”, que descreverão passo a passo a rotina para o manejo de todos os resíduos. Decidimos fazer os POPs por unidade geradora, visto que possuem características próprias inviabilizando a construção de POPs gerais. Distribuímos em todos os setores geradores de resíduos, informativo explicando quais são os materiais passíveis de reciclagem e reaproveitamento ou reutilização. Atualmente reaproveitamos todo o nosso SMS (o não tecido de tecnologia SMS é um produto que tem como matéria-prima uma resina olefínica chamada de Polipropileno. O polipropileno é um polímero), para confecção de luva de banho, propés para paciente, botas para o setor de quimioterapia, suporte para máscara de macro-nebulização. Encaminhamos nosso óleo de cozinha para reciclagem, onde é transformado em biodiesel. Lançamos a campanha “Faça seu papel, não encha o saco”, onde foram distribuídas caixas forradas com SMS em todos os setores, para segregação de papel A4. As unidades geradoras estão orientadas para o reaproveitamento das folhas A4 (impressão no verso, confecções de bloco de recado).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O principal fator que prejudica o avanço maior dos trabalhos é a falta de estrutura (sala adequada, computadores) para o responsável técnico e os bolsistas. Outro fator é a falta de recursos financeiros para um investimento efetivo na divulgação do PGRS.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	201108948	Constatação 018 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Parcialmente atendida: Nosso contêiner possui 12 m de comprimento dividido em dois compartimentos de 6 m, espaço que atende adequadamente o armazenamento da produção dos resíduos recicláveis da nossa instituição. O fator que impossibilita de dispormos atualmente do contêiner somente para o armazenamento dos resíduos recicláveis é a falta de um abrigo de resíduos que atenda nossas necessidades e a legislação. Esta situação nos obriga a utilizar metade do contêiner com a guarda de contentores e bombonas para coleta dos resíduos químicos. Em junho do corrente ano o Departamento de Manutenção Predial e de Infraestrutura da UFSC levantou todas as necessidades, sendo decidido fazer primeiramente adequação do abrigo atual até que se viabilize o terreno para posterior construção do abrigo definitivo. O projeto para adequação está pronto e o material está disponibilizado, porém estamos aguardando mão de obra para o início das obras. Quanto ao novo abrigo, o projeto inicial foi realizado e o processo sob o nº 23080.026886/2014-88 encaminhado para a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Quanto ao local para separação dos resíduos recicláveis, atualmente acontece precariamente na área de transbordo. Contudo o papelão, o plástico, na sua maioria, e o papel já saem separados das unidades geradoras. Estamos aguardando uma definição da UFSC para o destino final do resíduo recicláveis – coleta seletiva solidária – que irá definir melhor a triagem.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O principal fator que prejudica a adequação do abrigo atual é a falta de mão de obra, visto que existem obras			

<p>emergenciais que estão sendo realizadas, ficando essa adequação na lista de espera. Quanto ao novo abrigo, em reunião realizada em 07/11/14, o Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia da UFSC (DPAE) apresentou uma proposta de local, próximo à Coordenadoria de Manutenção e Serviços Gerais, o que foi acatada pela direção do HU. Ainda temos uma indefinição em relação ao destino final dos resíduos recicláveis.</p> <p>Posição do Gestor em 31/12/2014 - Esperamos o início das obras de reforma do abrigo atual. Como a reforma está na lista de espera, torna-se difícil um aprazamento mais efetivo. Conforme já relatado, o local para construção do abrigo definitivo já foi definido, os próximos passos serão no sentido de elaborar os projetos, licitar e executar a obra.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
67	201108948	Constatação 027 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar a implantação do PDTI nos termos do artigo 2º da Portaria SLTI/MP 02/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014: Devido às dificuldades com pessoal, esta atividade não apresentou avanços. Embora já esteja montada a comissão, não foi possível realizar reuniões.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo para atendimento, pois depende da contratação de servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
68	201115131	Constatação 004 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar apuração de responsabilidades pela prática de eventuais atos ilícitos por parte das empresas licitantes na realização das licitações e dispensas ou das contratadas, na execução dos serviços, de forma a eventualmente aplicar as penalidades previstas na legislação afeta.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 21/01/2015: As providências estão sendo tomadas. Foram abertos os Processos de nºs. 2308.039389/2014-40, 23080.039385/2014-61 e 23080.039381/2014-83, respectivamente, para a apuração dos fatos.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
69	201115131	Constatação 005 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar rotinas internas visando apurar relacionamento das empresas fornecedoras de bens e serviços à UFSC, nos processos de contratação direta ou mediante outras modalidades licitatórias.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: As providências estão sendo tomadas. Foram abertos os Processos de n.ºs. 2308.039389/2014-40, 23080.039385/2014-61 e 23080.039381/2014-83, respectivamente, para a apuração dos fatos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
70	201115131	Constatação 005 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar apuração de responsabilidades por parte das empresas contratadas e licitantes, de forma a aferir a prática de eventuais atos ilícitos lesivos à Administração, aplicando as penalidades devidas caso configurada alguma irregularidade conforme permite a Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: As providências estão sendo tomadas. Foram abertos os Processos de n.ºs. 2308.039389/2014-40, 23080.039385/2014-61 e 23080.039381/2014-83, respectivamente, para a apuração dos fatos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
71	201115131	Constatação 006 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Reavaliar a competência dos Centros Acadêmicos, Departamentos e Órgãos Suplementares da estrutura da UFSC para autorizar a realização de dispensas de licitações, especialmente quanto à contratação de obras e serviços de engenharia.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A dinâmica da Universidade exige, para a boa gestão, a descentralização de atividades e procedimentos administrativos. No entanto, com ações implantadas, tais como: calendário de compras, rigidez na análise preliminar das efetivas necessidades de aquisições ou contratações de serviços, conscientização à comunidade e outras, houve uma redução substancial nas despesas por aquisição ou contratação direta por dispensa de licitação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
72	201115131	Constatação 008 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar apuração dos valores pagos a maior nos processos de dispensa formalizados com as Empresas analisadas, adotando medidas visando o ressarcimento dos valores nos processos em que se verificar ser pertinente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201115131, em resposta ao Ofício 3559/2014/CGU-R/SC: 1) Foi autuado o Processo nº 23080.016019/2014-34 para atendimento das Constatações 004, 009, 010 e 013 do Relatório de Auditoria nº 201115131; 2) Foi autuado o Processo nº 23080.0014834/2014-69 para atendimento das Constatações 008 e 011 do Relatório de Auditoria nº 201115131; 3) Posteriormente, foi procedida a juntada dos dois processos, por se tratar de matéria análoga.			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): A Comissão foi instaurada pela Portaria 551/2014/GR, de 27 de março de 2014 e alterada pela Portaria 780/2014/GR, de 07 de maio de 2014. A Comissão foi instalada no dia 27/05/2014 e deliberou-se por solicitar ao Diretor do DOMP manifestação sobre o contido no processo. Houve manifestação, com juntada de documentos, do DFO à fl. 39. Solicitou-se ao Diretor da PRAE à época dos fatos que se manifestasse no prazo de quinze dias. O ex-Diretor da PRAE solicitou cópia de alguns processos para que pudesse se manifestar. Aguarda-se o envio de um destes processos para encaminhamento ao ex-Diretor da PRAE. Após a manifestação do então ex-diretor, a Comissão se reunirá para novas deliberações. Prazo para atendimento: Acredita-se que em 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão devem ser concluídos e encerrados.			
Posição do Gestor em 10/12/2014: A Comissão de Sindicância designada pela Portaria 551/2014/GR sugeriu a abertura de PAD em face dos servidores: i) SIAPE 1159020-1 por: contratações diretas mediante dispensa com base em propostas elaboradas por empresas do mesmo grupo societário; fracionamento de despesas por meio de dispensas na contratação de serviços de engenharia, facilitando a ocorrência de direcionamento com prejuízos à Administração; aditamento de contratos sem fundamentação técnica adequada e com inobservância dos requisitos legais, especialmente ante à ausência de autorização superior; ocorrência de sobrepreço nos orçamentos elaborados pelas empresas contratadas mediante dispensa gerando superfaturamento nos valores pagos; contratação de serviços de engenharia com ocorrência de superestimativa de preços, acarretando pagamentos superfaturados; pagamento integral de serviço executado em desconformidade com o Memorial Descritivo; pagamento de serviços não executados ou com execução menor do que a prevista. ii) SIAPE 1757981-3por: falhas na formalização de pregões eletrônicos para execução de obras e serviços de engenharia com indícios de direcionamento e favorecimento de fornecedor; formatação de propostas de preços em processos de dispensa com indícios de combinação e direcionamento; falta de orçamentos prévios elaborados em planilhas de composição nos serviços, com quantitativos e descrição detalhada do serviço; não comprovação da realização de ensaios previstos na norma NBR IEC 60439-1 para conjuntos de manobra e controle de baixa tensão com ensaios de tipo parcialmente testados (PTTA); falhas na descrição de serviços contratados de pequenos reparos impõe restrições à fiscalização quanto a sua efetiva prestação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A apuração dos valores eventualmente pagos a maior nos processos de dispensa formalizados com as Empresas analisadas será realizada e liquidada por comissão própria de processo administrativo disciplinar, conforme relatório da comissão de sindicância.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
73	201115131	Constatação 009 Rec. 003	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

Efetuar apuração de responsabilidades por parte das empresas contratadas e licitantes, de forma a aferir a prática de eventuais atos ilícitos e lesivos à Administração, aplicando as penalidades devidas caso configurado alguma irregularidade.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 21/01/2015:

As providências estão sendo tomadas. Foi aberto, autuado o Processo de nº. 2308.039389/2014-40

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
74	201115131	Constatação 011 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Apurar valores pagos indevidamente no Contrato n.º 017/2010, providenciando o ressarcimento dos valores devidos ao Erário.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	26075

Justificativa para o seu não Cumprimento

Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201115131, em resposta ao Ofício 3559/2014/CGU-R/SC:

- 1) Foi autuado o Processo nº 23080.016019/2014-34 para atendimento das Constatações 004, 009, 010 e 013 do Relatório de Auditoria nº 201115131;
- 2) Foi autuado o Processo nº 23080.0014834/2014-69 para atendimento das Constatações 008 e 011 do Relatório de Auditoria nº 201115131;
- 3) Posteriormente, foi procedida a juntada dos dois processos, por se tratar de matéria análoga.

Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP):

A Comissão foi instaurada pela Portaria 551/2014/GR, de 27 de março de 2014 e alterada pela Portaria 780/2014/GR, de 07 de maio de 2014. A Comissão foi instalada no dia 27/05/2014 e deliberou-se por solicitar ao Diretor do DOMP manifestação sobre o contido no processo. Houve manifestação, com juntada de documentos, do DFO à fl. 39. Solicitou-se ao Diretor da PRAE à época dos fatos que se manifestasse no prazo de quinze dias. O ex-Diretor da PRAE solicitou cópia de alguns processos para que pudesse se manifestar. Aguarda-se o envio de um destes processos para encaminhamento ao ex-Diretor da PRAE. Após a manifestação do então ex-diretor, a Comissão se reunirá para novas deliberações.

Prazo para atendimento: Acredita-se que em 60 (sessenta) dias os trabalhos da Comissão devem ser concluídos e encerrados.

Posição do Gestor em 10/12/2014:

A Comissão de Sindicância designada pela Portaria 551/2014/GR sugeriu a abertura de PAD em face dos servidores:

- i) SIAPE 1159020-1 por: contratações diretas mediante dispensa com base em propostas elaboradas por empresas do mesmo grupo societário; fracionamento de despesas por meio de dispensas na contratação de serviços de engenharia, facilitando a ocorrência de direcionamento com prejuízos à Administração; aditamento de contratos sem fundamentação técnica adequada e com inobservância dos requisitos legais, especialmente ante à ausência de autorização superior; ocorrência de sobrepreço nos orçamentos elaborados pelas empresas contratadas mediante dispensa gerando superfaturamento nos valores pagos; contratação de serviços de engenharia com ocorrência de superestimativa de preços, acarretando pagamentos superfaturados; pagamento integral de serviço executado em desconformidade com o Memorial Descritivo; pagamento de serviços não executados ou com execução menor do que a prevista.
- ii) SIAPE 1757981-3 por: falhas na formalização de pregões eletrônicos para execução de obras e serviços de engenharia com indícios de direcionamento e favorecimento de fornecedor; formatação de propostas de preços em

processos de dispensa com indícios de combinação e direcionamento; falta de orçamentos prévios elaborados em planilhas de composição nos serviços, com quantitativos e descrição detalhada do serviço; não comprovação da realização de ensaios previstos na norma NBR IEC 60439-1 para conjuntos de manobra e controle de baixa tensão com ensaios de tipo parcialmente testados (PTTA); falhas na descrição de serviços contratados de pequenos reparos impõe restrições à fiscalização quanto a sua efetiva prestação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A apuração dos valores pagos indevidamente no Contrato n.º 017/2010, bem como o ressarcimento dos valores devidos ao Erário, serão liquidados em procedimento administrativo próprio (PAD), conforme parecer da comissão de sindicância, em obediência ao contraditório e ampla defesa.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
75	201115131	Constatação 013 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Requerer junto às contratadas os valores correspondentes às parcelas pagas dos serviços identificados como não prestados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: As providências estão sendo tomadas. Foram abertos os Processos de n.ºs. 2308.039389/2014-40, 23080.039385/2014-61 e 23080.039381/2014-83, respectivamente, para a apuração dos fatos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
76	201115148	Constatação 013 Rec. 001	Ofício 28548/2014/CGU-R/SC De 7/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Ajuizar ação a fim de reaver o valor pago à empresa Intelissistemas Sistemas de Automação Ltda. (CNPJ 04.129.689/0001-00) referente aos produtos, serviços e/ou solução que não atendem aos 5 de 6 objetivos pretendidos pelo Pregão Eletrônico nº 366/2009.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Estamos, juntamente a Procuradoria Federal, tratando sobre o caso, pois segundo informações e consultas realizadas a empresa não existe mais, cerrou suas atividades. Medidas estão sendo tomadas para, juridicamente, solicitarmos a devolução dos recursos ao erário. Caso não seja possível acionar a empresa, notificá-la, encaminharemos para registro, inscrição na dívida ativa da união.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
77	201115148	Constatação 013 Rec. 002	Ofício 28548/2014/CGU-R/SC De 7/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Na hipótese de eventual insucesso na demanda judicial de ressarcimento recomendada, promover a apuração das causas e das autorias pelos pagamentos dos produtos, serviços e/ou solução sem condições de recebimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Ofício nº 511/2014/GR de 3/7/2014: Foi comunicado à CGU que a recomendação 002 não seria aplicável naquele momento, pois seria necessário aguardar o fim dos trâmites judiciais.			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Estamos, juntamente a Procuradoria Federal, tratando sobre o caso, pois segundo informações e consultas realizadas a empresa não existe mais, cerrou suas atividades. Medidas estão sendo tomadas para, juridicamente, solicitarmos a devolução dos recursos ao erário. Caso não seja possível acionar a empresa, notificá-la, encaminharemos para registro, inscrição na dívida ativa da união.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
78	201115315 (Auditoria de controle de frequência e APH)	Constatação 001 Rec. 002	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Afixar as escalas em local de acesso direto ao público em geral.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: As escalas estão afixadas em murais provisórios em todas as unidades deste HU. Os murais para afixação no corredor central serão adquiridos por meio de processo licitatório, que se encontra para aprovação do edital na Procuradoria Federal junto à UFSC. A demora na aquisição desses murais deve-se a falta de servidores em todos os setores deste HU, por isso, temos que ser seletivos na realização no planejamento das licitações dando prioridade aqueles materiais que tratam diretamente da assistência ao paciente. <u>Prazo para atendimento:</u> 30/06/2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
79	201115315 (Auditoria de controle de frequência e APH)	Constatação 004 Rec. 001	Ofício 3559/2014/CGU-R/SC De 11/2/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implantar mecanismos de controles internos dos registros de ponto eletrônico dos servidores, a fim de que seja detectado o real cumprimento de jornada de trabalho para todas as atividades presenciais exercidas na Instituição e, consequentemente, que coíbam e evitem jornadas de trabalho inferior à do cargo efetivo, bem como pagamentos de vencimentos e de APH indevidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: O HU, dentro de suas possibilidades e competências, adquiriu 3 relógios de ponto digital, ampliou a memória dos relógios de modo a possibilitar que todos os servidores beneficiados com o Adicional por Plantão Hospitalar (APH) registram a frequência digital. Essa condição vem funcionando normalmente no ano de 2014, sendo que o sistema não funcionou apenas no mês de agosto passado, em função de problemas na base de dados. Os servidores registram no ponto eletrônico a totalidade das horas realizadas na atividade assistencial e as chefias fazem o acompanhamento e validação do ponto mensalmente. Durante o ano o software tem passado por revisões contínuas para melhoria do sistema. Os demais servidores lotados no HU registram ponto manual conforme Portaria Normativa nº 43/2014/GR, de 24 de julho de 2014. <u>Prazo para atendimento:</u> indefinido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
80	201203109	Constatação 005 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Na hipótese de exigência de amostras de produtos licitados, exigir estas apenas da empresa classificada em primeiro lugar, inserindo no Edital, de forma objetiva, o que será verificado quando a amostra for analisada, bem como oferecendo prazo de apresentação de amostra que possa ser compatível com a realização de um Pregão Eletrônico de abrangência nacional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: - Parcialmente atendida. <u>Providências:</u> 1. As amostras estão sendo exigidas apenas para as empresas classificadas em primeiro lugar em 100% dos processos licitatórios; 2. O prazo para o envio de amostras foi alterado de 3 para 5 dias úteis, condizente com a realização de Pregão Eletrônico de abrangência nacional; 3. Foram inseridos nos Instrumentos Convocatórios para aquisição de materiais de assistência ao paciente (enfermagem) e materiais cirúrgicos (incluindo fios), critérios de avaliação das amostras, baseados na especificação do material, incluindo parâmetros legais, técnicos e de desempenho funcional, necessários para o uso a que se destina. <u>Pendências:</u> Estabelecer para os processos licitatórios para aquisição de materiais de expediente, limpeza e manutenção, os critérios de avaliação das amostras. Prazo para atendimento: 31/12/2015			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As medidas acima citadas tornaram os processos licitatórios mais lentos. Na prática está ocorrendo considerável aumento de itens fracassados, ou seja, não adquiridos, por falta de tempo hábil para análise dos produtos cotados. Como consequência, a instituição é obrigada a repetir a licitação e enquanto isso faz uso de aquisições por meio de contratação direta para não deixar o hospital desabastecido.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
81	201203109	Constatação 005 Rec. 002	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Realizar a devida conferência dos produtos no momento do recebimento das mercadorias, a fim de verificar a			

aderência destes ao estipulado no edital da licitação e à proposta da empresa fornecedora.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Parcialmente atendida. Para atender na íntegra esta Recomendação, dependemos da contratação em número suficiente de servidores, que até o presente momento está vinculada a adesão ou não a EBSEH. Estão ocorrendo algumas contratações, mas não em número suficiente para suprir todas as nossas necessidades.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo para atendimento, pois depende da contratação de servidores.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
82	201203109	Constatação 010 Rec. 006	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
	227792	Const. 007 Rec. 001	Nota Informativa da CGU de 19 de fevereiro de 2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à implantação de mecanismos de detecção de atividades de administração e (ou) gerência privada pelos servidores da Instituição, inclusive na admissão, promovendo, se for o caso, recadastramento com todos os servidores ativos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 09/01/2015: Em virtude das grandes demandas do Departamento de Administração de Pessoal no segundo semestre de 2014 em razão da quantidade de processos judiciais tais como: reposição ao erário de 1.800 servidores com relação a URP, implementação da incorporação de Quintos/Décimos de 490 servidores com prazo até novembro de 2014, revisão de mais de 600 processos referente a averbação de tempo insalubre, em cumprimento as Orientações Normativas nº 15 e 16 de 2013 do MPOG e do Tribunal de Contas da União, estamos sem condições de proceder ao recadastramento dos servidores neste semestre. Além das grandes demandas, atualmente estamos com uma redução do quadro de pessoal deste Departamento em função de licenças tais como: à gestante e para tratamento da própria saúde			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator negativo: Grande demanda das atividades.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
83	201203109	Constatação 011 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Finalizar a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão do HU nos moldes prescritos no artigo 11 do Decreto nº 6.932/2009, em especial o previsto em seu parágrafo 2º: "A Carta de Serviços ao Cidadão deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, em especial as relacionadas com: I- o serviço oferecido; II- os requisitos, documentos e informações necessários para acessar o serviço; III – as principais etapas para processamento do serviço; IV – o prazo máximo para a prestação do serviço;			

V- a forma de prestação do serviço; VI- a forma de comunicação com o solicitante do serviço; e VII- os locais e formas de acessar o serviço. "			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: O HU não tinha como prática descrever os seus processos de trabalho. No ano de 2014, foi dada prioridade a atualização de Manuais, Rotinas e a elaboração de Protocolos e Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), com ênfase neste último. As quatro diretorias setoriais (medicina, enfermagem, apoio assistencial e diagnóstico complementar e administração) estão envolvidas neste processo, apesar de todas as dificuldades no quadro de pessoal. Em relação aos POPs houve um avanço significativo em diversas áreas com conclusão de grande parte destes instrumentos. Temos trabalhado, de forma isolada, em todos os itens contemplados no Artigo 11, do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, entretanto, para que possamos atualizar a Carta foram definidas como coordenadoras dos trabalhos as enfermeiras Eliane Matos (Diretora de Enfermagem) e Lícia Mara Brito Shiroma.			
Prazo para atendimento: 03/2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
84	201203109	Constatação 020 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Verificar quais são os itens adquiridos com maior volume ou regularidade pela Unidade e identificar, conforme a natureza desses itens (materiais, serviços, obras), que requisitos previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da IN 01/10 SLTI/MPOG podem ser consideradas nas aquisições.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A situação permanece inalterada devido a falta de servidores. Os poucos servidores contratados recentemente foram designados para atividades essenciais ao funcionamento da área de suprimentos, tais como: formação de preço (atendimento a legislação); serviço de planejamento e controle de materiais; gestão de órteses e próteses relatados na Constatação 59 – Recomendação 001.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo de atendimento, pois depende da contratação de servidores, depende da adesão ou não a EBSEH ou outra alternativa de contratação de servidores que seja viabilizada pela administração central da UFSC, pois o HU é um órgão suplementar desta Universidade			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
85	201203109	Constatação 020 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Identificados os itens referidos na Recomendação 1, realizar pesquisa para identificar se existe número razoável de fornecedores que atendem aos requisitos, ainda que parcialmente, da referida IN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130

Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A situação permanece inalterada devido a falta de servidores. Os poucos servidores contratados recentemente foram designados para atividades essenciais ao funcionamento da área de suprimentos, tais como: formação de preço (atendimento a legislação); serviço de planejamento e controle de materiais; gestão de órteses e próteses, já relatados na Constatação 59 – Recomendação 001.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo para atendimento, pois o mesmo depende da contratação de servidores, depende da adesão ou não a EBSEH ou outra alternativa de contratação de servidores que seja viabilizada pela administração central da UFSC, pois o HU é um órgão suplementar desta Universidade			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
86	201203109	Constatação 020 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Antes de cada aquisição de itens referidos na Recomendação 1, verificar se os preços ofertados pelos fornecedores, cujos produtos e serviços atendem aos requisitos ambientais, estão situados numa média de mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A situação permanece inalterada devido a falta de servidores. Os poucos servidores contratados recentemente foram designados para atividades essenciais ao funcionamento da área de suprimentos, tais como: formação de preço (atendimento a legislação); serviço de planejamento e controle de materiais; gestão de órteses e próteses, já relatados na Constatação 59 – Recomendação 001.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Temos como precisar o prazo de atendimento, pois o mesmo depende da contratação de servidores, depende da adesão ou não a EBSEH ou outra alternativa de contratação de servidores que seja viabilizada pela administração central da UFSC, pois o HU é um órgão suplementar desta Universidade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
87	201203109	Constatação 020 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
De posse das informações obtidas nas Recomendações 1, 2 e 3, acima, organizar os processos de compra dos referidos itens, decidindo pela exigência dos critérios ambientais sempre que sua inclusão não prejudique a qualidade, a competitividade e a economicidade das aquisições.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A situação permanece inalterada devido a falta de servidores. Os poucos servidores contratados recentemente foram designados para atividades essenciais ao funcionamento da área de suprimentos, tais como: formação de preço (atendimento a legislação); serviço de planejamento e controle de materiais; gestão de órteses e próteses, já relatados na Constatação 59 – Recomendação 001.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não temos como precisar o prazo para atendimento, pois o mesmo depende da contratação de servidores, depende da adesão ou não a EBSEH ou outra alternativa de contratação de servidores que seja viabilizada pela administração			

central da UFSC, pois o HU é um órgão suplementar desta Universidade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
88	201203109	Constatação 020 Rec. 005	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estender a implementação da rotina descrita nas Recomendações 1 a 4 aos demais itens de compra da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A situação permanece inalterada devido a falta de servidores. Os poucos servidores contratados recentemente foram designados para atividades essenciais ao funcionamento da área de suprimentos, tais como: formação de preço (atendimento a legislação); serviço de planejamento e controle de materiais; gestão de órteses e próteses, já relatados na Constatação 59 – Recomendação 001.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
89	201203109	Recomendação 021 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014:			
Encontra-se na fase final a elaboração do fluxograma do manuseio do resíduo reciclado. O resíduo reciclado é recolhido 1 vez ao dia ou quando necessário. Atualmente as unidades geradoras possuem equipamentos para a realização da segregação: lixeiras com saco azul claro, cor adotada para os resíduos recicláveis, caixas de papelão específicas para vidraria e para papel A4. Algumas unidades já possuem lixeira de metal azul para segregação dos frascos de soros, estamos providenciando pintura de outras lixeiras para que todas as unidades estejam aptas para segregar o frasco de soro. Instalada iluminação externa na área do abrigo. Já solicitamos a confecção de placas de identificação para o abrigo de resíduos e aguardamos a licitação. Faremos reunião com representante da COMCAP, para identificarmos os resíduos passíveis de reciclagem e a forma de trabalho das cooperativas de catadores, a fim de otimizar nossa segregação e a coleta seletiva solidária.			
<u>Prazo para atendimento:</u> Esperamos o início das obras de reforma do abrigo atual. Como a reforma está na lista de espera, torna-se difícil um aprazamento mais efetivo. Conforme já relatado, o local para construção do abrigo definitivo já foi definido, os próximos prazos serão no sentido de elaborar os projetos, licitar e executar a obra.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O principal fator que prejudica a adequação do abrigo atual é a falta de mão de obra, visto que existem obras emergenciais sendo realizadas, ficando a adequação na lista de espera.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
90	201203109	Constatação 021 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429

Descrição da Recomendação			
Enquanto as atuais restrições de espaço e outras não sejam solucionadas, identificar e implementar possíveis medidas, mesmo que provisórias, que promovam um aumento do volume de resíduos separados para reciclagem.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>A comunidade HU quer reciclar. Percebemos nos cursos de capacitação a vontade dos servidores em reciclar seu resíduo gerado. Muitas unidades já fazem a reciclagem mesmo sem uma divulgação efetiva do processo. Encontra-se na fase final a elaboração do fluxograma do manuseio do resíduo reciclado. Atualmente as unidades geradoras possuem lixeiras com saco azul claro, cor adotada para os resíduos recicláveis, aguardando colocação de etiqueta de identificação da lixeira. Em algumas unidades já possuímos lixeira específica para segregação dos frascos de soros, caixas de papelão específicas para vidraria e para papel A4. Agendaremos reunião com representante da COMCAP, para identificarmos os resíduos passíveis de reciclagem e a forma de trabalho das cooperativas de catadores, afim de otimizar nossa segregação.</p> <p><u>Prazo para atendimento:</u> O aumento do volume da separação do resíduo, só poderá ser realizado quando houver a reforma do atual abrigo, a definição do destino final e o conhecimento de quais materiais são recebidos para coleta seletiva solidária.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O principal fator que impossibilita investirmos na divulgação é a falta de estrutura física e instrumental para condições de trabalho do responsável técnico pela implementação do plano de gerenciamento de resíduos. Aliado está a precariedade do atual abrigo e a indefinição do destino final desses resíduos; a falta de recursos financeiros para promover orientações/divulgação do fluxograma. Apesar das dificuldades e das informações tímidas, o HU reutiliza todo o SMS (confeção de luva de banho, propé para paciente, suporte de mascara macro-nebulização); recicla todo o óleo de cozinha.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
91	201203109	Constatação 026 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Revisar os indicadores de desempenho do HU, no sentido de que possam ser efetivamente empregados nas tomadas de decisões gerenciais e contemplem adequadas complexidade, aferibilidade, economicidade e utilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>Parcialmente atendida. Por conta da Certificação do HU como Hospital de Ensino, ficou instituída a obrigatoriedade de comissões assessoras obrigatórias que são Comissão de Documentação Médica e Estatística; Comissão de Ética; Comissão de Ética em Pesquisa; Comissão de Mortalidade Materna e de Mortalidade Neonatal; Comissão de Controle de Infecção Hospitalar; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Comissão de óbitos; Comissão de Revisão de Prontuários; Comissão de Transplante e Captação de Órgãos; Comitê Transfusional e Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional. Além disso, a implantação do Núcleo de Vigilância Epidemiológica, hemovigilância, farmacovigilância, tecnovigilância, padronização de medicamentos, Núcleo de Segurança do Paciente e Grupo de Trabalho Humanizado.</p> <p>Por conta da Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 que instituiu a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) foram criados o Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar e o Núcleo Hospitalar de Regulação.</p> <p>O Núcleo Interno de Regulação (NIR) constitui a interface com as Centrais de Regulação para delinear o perfil de complexidade da assistência que a nossa instituição representa no âmbito do SUS e disponibilizar consultas ambulatoriais, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, além dos leitos de internação, segundo critérios pré-estabelecidos para o atendimento, além de buscar vagas de internação e apoio diagnóstico e terapêutico fora do hospital para os pacientes internados, quando necessário.</p> <p>O Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH) é um Núcleo composto por profissionais das diversas áreas do</p>			

hospital cuja finalidade é a garantia da qualidade da gestão do serviço de urgência e emergência e dos leitos de retaguarda às urgências na forma da Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011. Além disso, o HU tem pactuado no Convênio com a SES/SC indicadores de qualidade como a taxa de mortalidade global (3,4%), taxa de mortalidade institucional (2,78%), média de permanência (7) e taxa de ocupação hospitalar (77%), taxa de cesárea (30%), número de pacientes com acompanhante/dia (acesso livre). Também está pactuada a obrigatoriedade de relatório mensal da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar e um Programa de Humanização de Atenção (em fase de elaboração). Em andamento o Programa de Educação Permanente para os Profissionais do Hospital, sob a responsabilidade da Coordenadoria Auxiliar de Gestão de Pessoas do HU. Também são elaborados relatórios mensais de custos hospitalares/centro de custos e foi implantado o Sistema de Regulação (SISREG) para as Autorizações de Internação Hospitalares.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Identificamos ainda fragilidades em relação a obtenção desses indicadores, bem como, divulgação dos mesmos junto a comunidade do hospital universitário. Cada comissão assessora obrigatória acaba fazendo a interface com os envolvidos em seus processos e com a direção, faltando um trabalho institucional de divulgação. Também não temos realizado Avaliação de Satisfação do Usuário e dos Colaboradores.

Não temos como precisar o prazo para atendimento, pois dependemos da contratação de servidores.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
92	201203109	Constatação 029 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Garantir os procedimentos de transferência de conhecimentos para servidores da Unidade referentes a produtos e serviços de TI terceirizados, mediante adequada elaboração de editais, previsão contratual expressa e fiscalização da execução do contrato.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 31/12/2014:

O novo técnico em TI, contratado através do último concurso, foi alocado na área de desenvolvimento, devido a sua formação acadêmica ser na área de Sistemas de Informação. Está sendo integrada a equipe prestadora de serviços, justamente para obter o conhecimento das tecnologias e metodologias utilizadas no desenvolvimento dos softwares no HU. Porém, não consideramos suficiente a alocação de somente um servidor, devido ao alto número de sistemas desenvolvidos. Concluímos que o reduzido número de servidores do quadro permanente ainda é o fator agravante nesta questão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não temos como precisar o prazo para atendimento, pois depende da contratação de servidores.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
93	201203109	Constatação 031 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Definir uma área específica dentro do HU que seja responsável por lidar estrategicamente com segurança da informação, formalizando um comitê gestor de segurança e estabelecendo uma política de segurança da informação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 31/12/2014:

Situação inalterada, porém com discussões relacionadas a utilização do Data Center da UFSC em grande escala, ou seja, migração de todos os recursos tecnológicos de software para o SETIC. Garantindo desta forma maior segurança

e disponibilidade na utilização dos serviços de TI no HU.			
Prazo para atendimento: Não temos como precisar.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
94	201203109	Constatação 032 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Formalizar os responsáveis pela elaboração e aprovação do PDTI, bem como formalizar um comitê diretivo para a área de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Situação inalterada pelos mesmos motivos expostos na manifestação de janeiro/2014. Esperamos para 2015 um certo avanço na elaboração do PDTI/HU, com a implantação de cronograma de reuniões entre os indicados na Portaria 140/DG-HU/2012. Prazo para atendimento: 30/06/2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
95	201203151	Constatação 004 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Dimensionar a força de trabalho de forma a alcançar a suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias do Setor de Pessoal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação da UFSC solicitada no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 1/8/2014 (atualização do PPP): Houve ampliação do QRSTA, principalmente devido a criação dos novos Campi, mesmo assim conseguimos alocar 3 servidores novos na SEGESP mas ainda consideramos ser insuficiente para atender toda demanda. Assim como a SEGESP temos deficiência de servidores em toda a UFSC, desta forma a reposição e ou ampliação de vagas nos diversos setores da UFSC está se dando de forma gradativa. Prazo para atendimento: Atendida parcialmente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
96	201203151	Constatação 020 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

Definir rotinas e competências para que as despesas relacionadas na prestação de contas dos projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio sejam analisadas, no âmbito da Universidade, quanto aos aspectos contábil, financeiro, de legalidade, de economicidade (quanto à realização de licitação para a contratação da melhor proposta), de efetividade (quanto ao atingimento dos objetivos esperados), de pertinência (em relação às atividades previstas no plano de trabalho), de existência (quanto aos bens e serviços adquiridos).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC está aprimorando os trabalhos nas análises das prestações de contas das fundações. Profissionais, contadores, através de concurso foram contratados e estão lotados na PROAD e no Conselho de Curadores. Trabalhos estão sendo desenvolvidos juntamente com a CGU para o aprimoramento das ações e atendimento das demandas solicitadas			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
97	201203151	Constatação 021 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas efetivas para que a apresentação de prestação de contas ocorra tempestivamente, respeitando os prazos determinados; e manter registro atualizado dos contratos em relação aos quais não houve prestação de contas no prazo regular.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: A UFSC está aprimorando os trabalhos nas análises das prestações de contas das fundações. Profissionais, contadores, através de concurso foram contratados e estão lotados na PROAD e no Conselho de Curadores. Trabalhos estão sendo desenvolvidos juntamente com a CGU para o aprimoramento das ações e atendimento das demandas solicitadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
98	201203151	Constatação 021 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Não celebrar novos contratos com as fundações de apoio que estejam inadimplentes com a obrigação de prestar contas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: O Departamento de Projetos, Contratos e Convênios já vem alertando as fundações sobre as implicações as quais estão sujeitas se não realizarem as prestações de contas tempestivamente. Estamos na fase recomendações, tendo em			

vista que são procedimentos que se realizam a bastante tempo e uma mudança repentina poderão inviabilizar muitas ações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. As fundações estão sendo alertadas de que os novos contratos deverão ter as prestações de contas em tempo hábil.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
99	201203151	Constatação 032 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Providenciar o registro e atualização no SPIUnet dos imóveis não cadastrados de propriedade da União, locados de terceiros e daqueles com áreas desatualizadas, conforme itens “b”, “c” e “e”, acima.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 31/12/2014:

O prazo programado para a execução desta recomendação, dezembro de 2014, informado na manifestação do Coordenador de Regularização Fundiária e Predial em resposta ao solicitado no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 01/08/2014 (atualização do PPP), não foi cumprido em função: da CRFP ter optado por criar um padrão de informação “Planta de Cadastro, Atualização e Avaliação dos Imóveis” e não simplesmente efetuar as atualizações; de não ter conseguido todas as informações em tempo hábil; do volume de serviços; da preocupação dos lançamentos apresentarem alguma inconsistência no sistema SIAFI nos últimos dias de dezembro e não ter tempo até o encerramento do exercício para proceder as correções necessárias.

Esta atualização deverá acontecer na segunda quinzena de fevereiro de 2015.

As atualizações das avaliações, neste primeiro momento, ainda serão feitas considerando o Memorando Circular nº 79/DECAP/SPU-MP. Após esta atualização a CRFP solicitará orientação à Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina no sentido de analisar as atualizações das avaliações efetuadas e, propor as correções que se fizerem necessárias.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores positivos: a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; a qualidade técnica e a experiência da equipe; a possibilidade de trabalhar com bolsistas; o estreitamento dos laços de colaboração com a Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina; o empenho dos administradores dos campi da UFSC.

Fatores Negativos: necessidade de atualizar os equipamentos de informática; falta de domínio dos sistemas SpiuNet e SIAFI; o fato de os próprios sistemas SpiuNet e SIAFI necessitarem de versão mais atual; a aposentadoria de dois membros da equipe códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de um membro da equipe por licença saúde; o processo de criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; o quadro reduzido de motoristas e consequente redução da disponibilidade de transporte.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
100	201203151	Constatação 032 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Registrar na contabilidade (SIAFI) as informações sobre os 12 imóveis ainda sem RIP com suas respectivas avaliações de valor.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 31/12/2014:

Vinculada ao atendimento da Recomendação 001 – Constatação 032.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Fatores positivos: a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; a qualidade técnica e a experiência da equipe; a possibilidade de trabalhar com bolsistas; o estreitamento dos laços de colaboração com a Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina; a aproximação da CRFP e do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF para construção de um trabalho em conjunto.</p> <p>Fatores Negativos: necessidade de atualizar os equipamentos de informática; falta de domínio dos sistemas SpiuNet e SIAFI; o fato de os próprios sistemas SpiuNet e SIAFI necessitarem de versão mais atual; a aposentadoria de dois membros da equipe códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de outro membro da equipe por licença saúde; o processo de criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; o quadro reduzido de motoristas e consequente redução da disponibilidade de transporte.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
101	201203151	Constatação 032 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna de gestão de bens imóveis, com atribuições e fluxo de informações bem definidos, visando a atualização de todos os registros de natureza imobiliária.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>A CRFP, além de se preocupar com a alimentação dos sistemas SpiuNet e SIAFI, também atenta-se para a regularização predial e a sua manutenção. Desta forma a CRFP entende que deve existir um divisor de águas que assegure esta manutenção. Neste sentido, após a sua criação, a CRFP solicitou ao Gabinete da Reitoria a nomeação da Comissão de Regularização Fundiária e Predial para prestar assessoria técnica e jurídica à CRFP. A CRFP sabe que o êxito do seu trabalho está vinculado à cooperação, principalmente, entre os seguintes órgãos: DPAE; DFO; DMPI; DCF; PROAD; Gabinete da Reitoria; Conselho de Curadores; Conselho Universitário e Procuradoria Federal junto a UFSC e, a participação dos mesmos na Comissão.</p> <p>Para a CRFP o divisor de águas no qual a Comissão deve trabalhar, devido à extrema importância para o processo de regularização predial, é uma proposta de resolução, que deverá ser enviada a apreciação do Conselho Universitário, que impeça a alteração do espaço físico na UFSC sem autorização do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia – DPAE e, quando autorizada, que a CRFP seja comunicada.</p> <p>A definição dos controles e rotinas será construída, aperfeiçoada e divulgada durante os processos de atualização do espaço físico, regularização fundiária e predial.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Fatores positivos: nomeação da Comissão de Regularização Fundiária e Predial; a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; o estreitamento dos laços de colaboração com a Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina; a aproximação da CRFP e do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF para construção de um trabalho em conjunto; a qualidade técnica e experiência dos membros da Comissão.</p> <p>Fatores Negativos: a aposentadoria de dois membros da equipe códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de outro membro da equipe por licença saúde; o processo de criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; a necessidade de criar um sistema de informação.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
102	201203151	Constatação 032 Rec. 005	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Identificar a necessidade de recursos humanos e materiais nas áreas envolvidas com a gestão de imóveis, de modo a compatibilizar as rotinas com tais necessidades, considerando a possibilidade de aumento e/ou de remanejamento na estrutura atual.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A equipe da coordenadoria está em fase de consolidação e hoje já conta com 8 servidores.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: nomeação da Comissão de Regularização Fundiária e Predial; a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; a possibilidade de trabalhar com bolsistas. Fatores Negativos: a aposentadoria de dois membros da equipe códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de outro membro da equipe por licença saúde; a política de contratação do Governo Federal onde primeiro o servidor deve ser aposentar para depois abrir uma vaga, desta forma, todo o conhecimento e experiência não são repassados para o novo servidor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
103	201203151	Constatação 034 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Verificar quais são os itens adquiridos com maior volume ou regularidade pela Unidade e identificar, conforme a natureza desses itens (materiais, serviços, obras), que requisitos previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da IN 01/10 SLTI/MPOG podem ser considerados nas aquisições.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 23/01/2015: O Departamento de Compras e Licitações, na instrução de processos licitatórios para aquisição de material de consumo e permanente, está trabalhando na inclusão de requisitos previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da in 01/10 SLTI/MPOG, em especial o artigo 5º. Os resultados obtidos ainda não foram mensurados, pois as aquisições onde foram observados estes critérios são recentes. a unidade (DCL) espera obter como resultado a qualificação do seu quadro de fornecedores e a aquisição de produtos mais sustentáveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
104	201203151	Constatação 034 Rec. 002	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Identificados os itens referidos na Recomendação 1, realizar pesquisa para identificar se existe número razoável de fornecedores que atendem aos requisitos, ainda que parcialmente, da referida IN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 21/01/2015: Para atendimento da recomendação 002, a equipe do DCOM passou a adotar a prática de encaminhar aos fornecedores, no momento da solicitação de orçamento para formação de preço estimativo, ofício circular onde se solicita análise e manifestação quanto aos critérios previamente estabelecidos como exigências para a aceitação das ofertas das empresas licitantes vencedoras do certame, critérios estes que vão além das exigências contidas na IN 01/10. A unidade entende que realizar pesquisa específica para cada certame, a fim de verificar se existem			

fornecedores aptos a fornecer conforme os critérios previamente definidos para a respectiva categoria é mais eficaz, pois é possível incluir critérios específicos para o certame que será realizado, em conformidade com as características dos produtos que serão licitados. No entanto, por restrições de ordem operacional, esta pesquisa está sendo realizada somente para os processos que são instruídos pelo DCOM. Com relação aos processos instruídos pelas demais unidades da UFSC, no momento da elaboração do termo de referência o DCOM já inclui as exigências já homologadas pelos pregões instruídos pelo DPL, de acordo com as respectivas categorias. A unidade encaminhou apenas um ofício, referente ao processo 23080.056220/2013-73 (mobiliário corporativo). O ofício foi encaminhado para 9 empresas fornecedoras, porém somente 2 responderam o documento (Bortolini e Tecnoflex), em que pese os esforços da equipe do DCOM em solicitar retorno aos representantes das empresas. Numa análise preliminar, com relação aos fornecedores de mobiliário corporativo, observou-se que as grandes empresas (fabricantes) em sua maioria atendem aos critérios pré-estabelecidos. Esforços estão sendo empregados para que possamos atender definitivamente o que institui a legislação vigente.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
105	201203151	Constatação 034 Rec. 003	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Antes de cada aquisição de itens referidos na Recomendação 1, verificar se os preços ofertados pelos fornecedores, cujos produtos e serviços atendem aos requisitos ambientais, estão situados numa média de mercado.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em jan/2014:

Esta verificação será efetuada no momento da análise dos preços estimados para cada certame, conforme média dos orçamentos recebidos e, posteriormente, pelos valores registrados. Com relação ao primeiro processo que está sendo conduzido nesta sistemática, 23080.056220/2013-73 (mobiliário corporativo), não foi possível observar alterações nos preços em decorrência das exigências ligadas à sustentabilidade, até o presente momento (processo ainda se encontra na fase interna).

Posição do Gestor em 23/01/2015:

A equipe da PROAD permanece estudando e envidando esforços para atendimento a esta recomendação. Pretendemos saná-la após o atendimento da recomendação 002.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não identificados

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
106	201203151	Constatação 034 Rec. 004	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

De posse das informações obtidas nas Recomendações 1, 2 e 3, acima, organizar os processos de compra dos referidos itens, decidindo pela exigência dos critérios ambientais sempre que sua inclusão não prejudique a qualidade, a competitividade e a economicidade das aquisições.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em jan/2014:

A decisão pela exigência dos critérios ambientais, sempre que sua inclusão não prejudique a qualidade, a

competitividade e a economicidade das aquisições, está sendo realizada pontualmente, para cada pregão realizado (inicialmente nos pregões instruídos pelo DCL).			
Posição do Gestor em 23/01/2015:			
A equipe da PROAD permanece estudando e envidando esforços para atendimento a esta recomendação. Pretendemos saná-la após o atendimento da recomendação 003.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
107	201203151	Constatação 034 Rec. 005	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estender a implementação da rotina descrita nas Recomendações 1 a 4 aos demais itens de compra da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 23/01/2015:			
A equipe da PROAD permanece estudando e envidando esforços para atendimento a esta recomendação. Pretendemos saná-la após o atendimento da recomendação 004.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
108	201203151	Constatação 035 Rec. 001	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Concluir o plano de gestão de resíduos recicláveis;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 06/01/2015:			
Após reuniões preliminares sobre ao assunto em 2013, a construção do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da UFSC foi iniciada em 2014, coordenado pela Eng. Sanitarista da Prefeitura Universitária Sara Meireles e contando com equipe técnica formada por 6 estagiários de engenharia sanitária e com apoio dos servidores da Gestão Ambiental da UFSC. O PGRS tem 90% de seu conteúdo finalizado (diagnóstico quantitativo e qualitativo dos resíduos, ações e programas) e tem previsão de término para junho de 2015.			
Para dar caráter participativo e constituir um Plano abrangente e que contemple as especificidades e necessidades de cada centro de ensino e unidade administrativa da UFSC, foram indicados representantes de cada local para auxiliar na obtenção de dados primários e também secundários. A demora na indicação dos servidores representantes de cada centro/unidade, bem como a complexidade das problemáticas encontradas na UFSC, levaram a uma demora maior que a esperada na elaboração do diagnóstico.			
Devido ao atraso na definição dos representantes, dos diagnósticos em campo e obtenção dos dados necessários, o cronograma previsto anteriormente foi alterado. Em fevereiro de 2015, será feita uma reunião de apresentação da minuta do PGRS (já revisada e aprovada pela PROPLAN e PROAD), com os representantes de centros e unidades. A partir desse encontro, os centros/unidades terão 30 dias para contribuições à minuta do PGRS, que será ajustada após a entrega dessas sugestões, e então apresentada para a comunidade universitária em audiência, prevista para abril de 2015. Após essa apresentação, o documento ficará disponível para consulta pública on-line por 30 dias. Recebidas e complementadas as contribuições pertinentes, o documento final deverá ser finalizado e enviado para aprovação do			

CUn em junho de 2015.

Entretanto, já há certa evolução para que a coleta seletiva seja concretizada na UFSC. A partir das informações já obtidas no diagnóstico e do planejamento proposto no PGRS, já estão sendo estimados os quantitativos de lixeiras, sacos plásticos, contentores, pontos de coletas, contratos de serviços etc., bem como a definição das melhores localizações para as lixeiras/contentores e as estratégias de destinação em função dos tipos de materiais reciclados, e de educação ambiental para o programa funcionar plenamente. Estudos preliminares realizados pelo grupo indicaram que a forma mais adequada para a separação de resíduos recicláveis, será binária (Rejeito / Reciclável). Com relação à destinação dos resíduos recicláveis, está se dialogando com a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), responsável pela coleta de resíduos do município de Florianópolis, sobre a possibilidade de a empresa realizar a coleta e encaminhar ao material à cooperativas ou associações de catadores conforme previsto no Decreto 5940/2006. Além disso, também está se estudando a possibilidade do envio direto dos resíduos recicláveis para as associações de catadores, sem intermediários. Após a análise dos prós e contras de cada alternativa, iniciar-se-ão as tratativas formais para a coleta seletiva nos Campi de Florianópolis.

Concomitantemente a realização do PGRS foram realizadas algumas ações imediatas, com a finalidade de melhorar a gestão dos resíduos da UFSC e que atenderam a recomendação, tais quais:

- Foi criado o site dos resíduos da UFSC – www.gestaoderesiduos.ufsc.br – já estão sendo colocadas informações educativas quanto a separação dos resíduos recicláveis, rejeitos e orgânicos, entre outras informações pertinentes aos resíduos de forma geral.
- Foi realizada no mês de outubro de 2014 a Semana Campus Lixo Zero aberto a comunidade acadêmica o qual integraram: um seminário com mais de vinte palestrantes nacionais e internacionais, visitas técnicas, oficinas de arte, mutirão de coleta de resíduos, entre outros. Nessa ocasião apresentou-se o plano de gerenciamento preliminar da UFSC.
- Foram adquiridos coletores de pilhas e distribuídos pelas unidades administrativas e acadêmicas da Universidade. Ademais, a coleta e destinação para reciclagem deste material é realizada desde janeiro de 2014 de forma gratuita, por meio da Logística Reversa.
- Está em andamento a contratação de serviço de coleta e tratamento de resíduos orgânicos. O processo está em fase de orçamentação junto aos fornecedores.
- No curso de capacitação “Introdução a Gestão Ambiental”, que já foi ministrado para 180 servidores foi abordada a temática de resíduos e instruções sobre como deve ser realizada a separação dos resíduos recicláveis, conforme estabelecido no município.
- Em alguns setores já está sendo realizada, em escala piloto, a separação de papeis que são enviados informalmente para as cooperativas e associações de catadores.

Podemos citar ainda outros projetos relativos à temática que são desenvolvidos por alguns docentes, servidores e discentes da Universidade, entre eles o Projeto “3R”, “CCB Recicla” e o “PGRS” CTC. O “3R” é um projeto interdisciplinar desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ecologia e Desenho Urbano (GIPEDU), coordenado pelo Professor Francisco Ferreira do Departamento de Arquitetura que visa atuar na redução da produção de resíduos sólidos, eliminação do desperdício e reuso dos recicláveis e promoção da coleta seletiva de alguns materiais: papel, plástico, metal, vidro, entre outros. Este projeto inicialmente foi desenvolvido no Prédio da Arquitetura e está sendo apoiado de forma institucional com o provimento de adesivos e contentores. O Projeto tem caráter educativo e visa à reciclagem de resíduos, estimulando sua prática por meio da confecção de lixeiras coloridas feitas com garrafas PET. Sua expansão está prevista para o Colégio Aplicação e para o NDI (creche da UFSC).

Já o Projeto CCB Recicla foi idealizado pelos servidores e alunos do Centro de Ciências Biológicas (CCB) e tem como objetivos principais conscientizar a comunidade acadêmica e dos arredores da Universidade sobre a importância da coleta seletiva de resíduos, além de implementar esse procedimento no CCB. Esse projeto também promove diversas campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos que recebem destinação final ambientalmente adequada. Por fim, a implantação do PGRS do Centro Tecnológico já está em andamento, sendo que a destinação adequada para os resíduos recicláveis será iniciada em breve e deve servi como piloto para as demais ações no Campus.

Por fim, ressalta-se que a elaboração e implantação do Plano faz parte de um processo que é longo, complexo, além de envolver questões multidisciplinares, intersetoriais, o que engloba diferentes pontos de vista sobre a questão, sendo assim, as ações devem ser muito bem planejadas para que não se cometam erros que possam ocasionar ainda mais problemas ambientais e custos desnecessários a instituição. Abaixo estão os próximos passos com o objetivo de cumprir esta recomendação:

- Criação do site “UFSC Sustentável” onde serão vinculadas campanhas de Educação Ambiental relativas a diversos temas referentes à sustentabilidade, inclusive a forma adequada de separação dos resíduos.
- Aquisição das lixeiras duplas, contentores, bombonas para os recicláveis.
- Construção do central de armazenamento para resíduos recicláveis.
- Definição da forma de destinação dos resíduos recicláveis
- Adaptação do contrato de limpeza para a realização dos serviços extras que surgirão decorrente da implantação do PGRS.
- Contratação de equipe para trabalhar com os resíduo, o que inclui os resíduos recicláveis.

- Finalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e consulta pública.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos gerados na UFSC é uma questão complexa tendo em vista que a Instituição gera todos os tipos de resíduos, inclusive resíduos perigosos. Até pouco tempo, a Universidade não dispunha de corpo técnico capacitado para trabalhar com essa questão e ainda não possui um setor administrativo voltado a essa demanda. Profissionais da área foram contratados e as tratativas para estruturar um setor de gerenciamento de resíduos sólidos estão em andamento.			
Fatores Positivos: novas contratações, estruturação de uma equipe para elaboração do PGRS, contratação de bolsistas.			
Fatores Negativos: complexidade, divergências sobre a questão, grande demanda relacionada à questão do gerenciamento de resíduos, falta de servidores para o gerenciamento de resíduos, e falta da estrutura física necessária.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
109	201203151	Constatação 035 Rec. 002	NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 06/01/2015:</p> <p>Após reuniões preliminares sobre ao assunto em 2013, a construção do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da UFSC foi iniciada em 2014, coordenado pela Eng. Sanitarista da Prefeitura Universitária Sara Meireles e contanto com equipe técnica formada por 6 estagiários de engenharia sanitária e com apoio dos servidores da Gestão Ambiental da UFSC. O PGRS tem 90% de seu conteúdo finalizado (diagnóstico quantitativo e qualitativo dos resíduos, ações e programas) e tem previsão de término para junho de 2015.</p> <p>Para dar caráter participativo e constituir um Plano abrangente e que contemple as especificidades e necessidades de cada centro de ensino e unidade administrativa da UFSC, foram indicados representantes de cada local para auxiliar na obtenção de dados primários e também secundários. A demora na indicação dos servidores representantes de cada centro/unidade, bem como a complexidade das problemáticas encontradas na UFSC, levaram a uma demora maior que a esperada na elaboração do diagnóstico.</p> <p>Devido ao atraso na definição dos representantes, dos diagnósticos em campo e obtenção dos dados necessários, o cronograma previsto anteriormente foi alterado. Em fevereiro de 2015, será feita uma reunião de apresentação da minuta do PGRS (já revisada e aprovada pela PROPLAN e PROAD), com os representantes de centros e unidades. A partir desse encontro, os centros/unidades terão 30 dias para contribuições à minuta do PGRS, que será ajustada após a entrega dessas sugestões, e então apresentada para a comunidade universitária em audiência, prevista para abril de 2015. Após essa apresentação, o documento ficará disponível para consulta pública on-line por 30 dias. Recebidas e complementadas as contribuições pertinentes, o documento final deverá ser finalizado e enviado para aprovação do CUn em junho de 2015.</p> <p>Entretanto, já há certa evolução para que a coleta seletiva seja concretizada na UFSC. A partir das informações já obtidas no diagnóstico e do planejamento proposto no PGRS, já estão sendo estimados os quantitativos de lixeiras, sacos plásticos, contentores, pontos de coletas, contratos de serviços etc., bem como a definição das melhores localizações para as lixeiras/contentores e as estratégias de destinação em função dos tipos de materiais reciclados, e de educação ambiental para o programa funcionar plenamente. Estudos preliminares realizados pelo grupo indicaram que a forma mais adequada para a separação de resíduos recicláveis, será binária (Rejeito / Reciclável). Com relação à destinação dos resíduos recicláveis, está se dialogando com a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), responsável pela coleta de resíduos do município de Florianópolis, sobre a possibilidade de a empresa realizar a coleta e encaminhar ao material à cooperativas ou associações de catadores conforme previsto no Decreto 5940/2006. Além disso, também está se estudando a possibilidade do envio direto dos resíduos recicláveis para as associações de catadores, sem intermediários. Após a análise dos prós e contras de cada alternativa, iniciar-se-ão as tratativas formais para a coleta seletiva nos Campi de Florianópolis.</p> <p>Concomitantemente a realização do PGRS foram realizadas algumas ações imediatas, com a finalidade de melhorar a gestão dos resíduos da UFSC e que atenderam a recomendação, tais quais:</p> <p>- Foi criado o site dos resíduos da UFSC – www.gestaoderesiduos.ufsc.br – já estão sendo colocadas</p>			

informações educativas quanto a separação dos resíduos recicláveis, rejeitos e orgânicos, entre outras informações pertinentes aos resíduos de forma geral.

- Foi realizada no mês de outubro de 2014 a Semana Campus Lixo Zero aberto a comunidade acadêmica o qual integraram: um seminário com mais de vinte palestrantes nacionais e internacionais, visitas técnicas, oficinas de arte, mutirão de coleta de resíduos, entre outros. Nessa ocasião apresentou-se o plano de gerenciamento preliminar da UFSC.

- Foram adquiridos coletores de pilhas e distribuídos pelas unidades administrativas e acadêmicas da Universidade. Ademais, a coleta e destinação para reciclagem deste material é realizada desde janeiro de 2014 de forma gratuita, por meio da Logística Reversa.

- Está em andamento a contratação de serviço de coleta e tratamento de resíduos orgânicos. O processo está em fase de orçamentação junto aos fornecedores.

- No curso de capacitação “Introdução a Gestão Ambiental”, que já foi ministrado para 180 servidores foi abordada a temática de resíduos e instruções sobre como deve ser realizada a separação dos resíduos recicláveis, conforme estabelecido no município.

- Em alguns setores já está sendo realizada, em escala piloto, a separação de papeis que são enviados informalmente para as cooperativas e associações de catadores.

Podemos citar ainda outros projetos relativos à temática que são desenvolvidos por alguns docentes, servidores e discentes da Universidade, entre eles o Projeto “3R”, “CCB Recicla” e o “PGRS” CTC. O “3R” é um projeto interdisciplinar desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ecologia e Desenho Urbano (GIPEDU), coordenado pelo Professor Francisco Ferreira do Departamento de Arquitetura que visa atuar na redução da produção de resíduos sólidos, eliminação do desperdício e reuso dos recicláveis e promoção da coleta seletiva de alguns materiais: papel, plástico, metal, vidro, entre outros. Este projeto inicialmente foi desenvolvido no Prédio da Arquitetura e está sendo apoiado de forma institucional com o provimento de adesivos e contentores. O Projeto tem caráter educativo e visa à reciclagem de resíduos, estimulando sua prática por meio da confecção de lixeiras coloridas feitas com garrafas PET. Sua expansão está prevista para o Colégio Aplicação e para o NDI (creche da UFSC).

Já o Projeto CCB Recicla foi idealizado pelos servidores e alunos do Centro de Ciências Biológicas (CCB) e tem como objetivos principais conscientizar a comunidade acadêmica e dos arredores da Universidade sobre a importância da coleta seletiva de resíduos, além de implementar esse procedimento no CCB. Esse projeto também promove diversas campanhas de recolhimento de resíduos eletrônicos que recebem destinação final ambientalmente adequada. Por fim, a implantação do PGRS do Centro Tecnológico já está em andamento, sendo que a destinação adequada para os resíduos recicláveis será iniciada em breve e deve servi como piloto para as demais ações no Campus.

Por fim, ressalta-se que a elaboração e implantação do Plano faz parte de um processo que é longo, complexo, além de envolver questões multidisciplinares, intersetoriais, o que engloba diferentes pontos de vista sobre a questão, sendo assim, as ações devem ser muito bem planejadas para que não se cometam erros que possam ocasionar ainda mais problemas ambientais e custos desnecessários a instituição. Abaixo estão os próximos passos com o objetivo de cumprir esta recomendação:

- Criação do site “UFSC Sustentável” onde serão vinculadas campanhas de Educação Ambiental relativas a diversos temas referentes à sustentabilidade, inclusive a forma adequada de separação dos resíduos.

- Aquisição das lixeiras duplas, contentores, bombonas para os recicláveis.

- Construção do central de armazenamento para resíduos recicláveis.

- Definição da forma de destinação dos resíduos recicláveis

- Adaptação do contrato de limpeza para a realização dos serviços extras que surgirão decorrente da implantação do PGRS.

- Contratação de equipe para trabalhar com os resíduos, o que inclui os resíduos recicláveis.

- Finalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e consulta pública.

Com relação ao cumprimento da recomendação (viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns.) esta só poderá ser cumprida com efetividade depois da definição final das formas de separação, compra dos materiais apropriados para esta separação e construção dos locais para armazenamento dos resíduos. Por hora estamos realizando as ações paliativas que já foram citadas anteriormente.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O gerenciamento integrado dos resíduos sólidos gerados na UFSC é uma questão complexa tendo em vista que a Instituição gera todos os tipos de resíduos, inclusive resíduos perigosos. Até pouco tempo, a Universidade não dispunha de corpo técnico capacitado para trabalhar com essa questão e ainda não possui um setor administrativo voltado a essa demanda. Profissionais da área foram contratados e as tratativas para estruturar um setor de gerenciamento de resíduos sólidos estão em andamento.

Fatores Positivos: novas contratações, estruturação de uma equipe para elaboração do PGRS, contratação de bolsistas.

Fatores Negativos: complexidade, divergências sobre a questão, grande demanda relacionada à questão do gerenciamento de resíduos, falta de servidores para o gerenciamento de resíduos, e falta da estrutura física necessária.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
110	201203151	Constatação 058 Rec. 001	NT nº 27009 CGU-R/SC NT nº 36663 CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Exigir atuação efetiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação no sentido de estabelecer uma política de segurança da informação com aplicabilidade prática, realizando os detalhamentos de normatização específica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: Dada a abrangência de uma política de segurança da informação o tema foi levado para discussão no COTIC e este sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho multidisciplinar para sua elaboração. O GT-POSIC foi instituído através da Portaria 2448/2014/GR de 16/12/2014 e dentre as suas atribuições está a elaboração da POSIC (Política de Segurança da Informação).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pontos positivos: Curso de elaboração de política de segurança da informação ministrado pela RNP entre 01/09/2014 e 18/12/2014 possibilitou a membros da SeTIC e do COTIC maior conhecimento sobre o tema incluindo a necessidade de formalizar um grupo multidisciplinar para elaboração da política.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
111	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.1 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Atualizar as informações do site da UFSC, tornando-as compatíveis com os normativos internos e dando transparência ao exercício das atividades de correição da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC: Ofício n.º 1063/2014/NADIP/PF-UFSC, de 20/8/2014: “01. Em atenção ao Memorando 093/2014/AUDIN, datado de 11 de agosto de 2014, temos a informar que em relação às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1), temos que a aprovação de criação da Corregedoria pelo Conselho Universitário, em reunião do dia 19 de agosto de 2014, certamente dará início às soluções dos problemas apresentados no referido relatório de auditoria, uma vez que todas essas funções/atividades serão plenamente atendidas e exercidas por aquele órgão/setor. 02. Em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), cumpre registrar que o atual NADIP/PF-UFSC (antes CPAD/PF-UFSC) é Núcleo integrante da estrutura da Procuradoria Federal junto à UFSC (PF/UFSC), não podendo ser confundido com órgão administrativo desta Autarquia Federal, possuindo, ainda, suas atribuições atualmente perfeitamente delimitadas e prescritas na Portaria Conjunta (PF-UFSC/PGF/AGU e UFSC) nº 1/2014. Em verdade, um dos problemas apontados no relatório da CGU é justamente o fato de que a Procuradoria exerceria, ilegal e indevidamente, atribuições de exclusividade da UFSC, extrapolando, portanto, sua competência, fato este que já era constatado e relatado pelo Procurador-Chefe no Ofício nº 117/2013/PF-UFSC, quando indicava a urgente necessidade de criação da Corregedoria da UFSC. 03. Assim, pode ser informado os termos da Portaria Conjunta da CGU nº 1, de 30 de maio de 2011: Art. 1º A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, aferirá, quando for o caso: I - a observância do contraditório e da ampla defesa;			

II - a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:

a) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;

b) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;

c) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;

d) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;

III - a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;

IV - a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:

a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

b) adequação do enquadramento legal da conduta;

c) adequação da penalidade proposta;

d) inocência ou responsabilidade do servidor.

04. Por sua vez, a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007 estabelece:

Art. 1º. As informações relativas a processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, criado por meio do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, deverão ser gerenciadas por meio do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD.

05. Considerando a referida Portaria da CGU, entende-se por Órgão Cadastrador “órgão ou entidade componente do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, responsável pelo registro, no CGU-PAD, das informações sobre processos disciplinares instaurados, em curso ou encerrados” (art. 1º, §1º, II) e, ainda, nos termos da Portaria, os Ministérios devem designar um Coordenador para ser o responsável pelo seu cumprimento (Art. 3º), devendo este indicar “ao órgão central um servidor ou empregado que será o administrador principal do CGU-PAD no órgão” (Art. 3º, § 3º).

06. Cumpre registrar que em junho do corrente ano estiveram reunidos o Chefe de Gabinete da reitoria, o Auditor-Chefe da UFSC e o Coordenador da CPAD/PF-UFSC (atual NADIP/PF-UFSC), em que se discutiu o conjunto de ações que deveria ser observado para regularizar uma série de inconsistências e incongruências no seio do sistema disciplinar desta Universidade, inclusive sua relação com a Procuradoria, irregularidade esta constatada no relatório nº 201407315.

07. Como resultado dessa reunião, foi traçado um cronograma para implementação dessas ações, com destaque para a atuação do NADIP/PF-UFSC, que, diante da ausência de um corpo disciplinar, não tem hesitado em reunir esforços para solucionar os problemas apresentados.

08. Em conclusão:

a) Referente às recomendações 1, 2 e 3 (Constatação 1.1.1.1) cumpre registrar que elas muito certamente serão solucionadas com a criação da Corregedoria, já aprovada pelo CUn/UFSC. E enquanto esta se estrutura, o NADIP/PF-UFSC atualizará e registrará os processos no CGU-PAD. Sendo importante registrar, ainda, que o NADIP/PF-UFSC está cadastrando nos CGU-PAD todos os processos anteriores, mesmo os já arquivados, bem como corrigindo as incongruências apresentadas no relatório.

b) E em relação às recomendações 1, 2, 3 e 4 (constatação 1.1.1.7), as três primeiras recomendações estão sendo executadas pelo NADIP/PF-UFSC (até a estruturação da Corregedoria) e a quarta recomendação informamos que o NADIP/PF-UFSC está revisitando todo o arquivo de processos disciplinares da UFSC e confeccionando um relatório minucioso, e dada a ausência de controle específico nessa área, esse procedimento seguirá, por certo, até o final do mês de setembro de 2014.

c) Por fim, pode ser registrado que prosseguiremos no levantamento das inconsistências apresentadas no relatório, corrigindo eventuais duplicidades de cadastro ou falta de atualização no CGU-PAD. Em relação à duplicidade de alguns processos, certamente há uma relação com o costume administrativo de num processo que inicialmente era uma sindicância investigativa, durante seu curso, ter se transformado numa sindicância acusatória ou mesmo em um PAD. E é plenamente possível a existência de erros decorrentes também da ausência de qualquer treinamento para o servidor responsável por utilizar o novo sistema. Todos esses erros, porém, estão sendo analisados e serão prontamente corrigidos.

d) Os processos atuais estão rigorosamente sendo inseridos no CGU-PAD, atualizados periodicamente. E a previsão é que todos os processos dos anos anteriores sejam devidamente revistos e cadastrados até 31/12/2014. Desse modo, todas as inconsistências apontadas pela CGU deverão ser rigorosamente corrigidas até 31/12/2014 (...)

Prazo para atendimento: 31/12/2014

Posição do Gestor em 15/1/2015:

A corregedoria no âmbito da UFSC, já aprovada pelas instâncias competentes e em fase de implementação, ficará

responsável por atualizar as informações do site da UFSC, tornando-as compatíveis com os normativos internos e dando transparência ao exercício das atividades de correição da unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
112	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.3 Rec. 003	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover ações com intuito de divulgar a existência da Carta de Serviços ao Cidadão e os mecanismos de acesso ao seu conteúdo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 29/12/2014: A divulgação da Carta é realizada em parceria com a Diretoria Geral de Comunicação da UFSC. Segundo a Diretoria, até a presente data, foram produzidas notícias sobre a carta que tiveram sua publicação em sites da UFSC e foram enviadas para cerca de 70 mil pessoas através da newsletter Divulga UFSC. As ações 02 e 03 foram adiadas porque houve um movimento reivindicatório dos TAES no período que tornou inapropriada a sua execução. A previsão da DGC é de que os cartazes e as ações específicas para redes sociais ocorram entre fevereiro e março de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O envolvimento da Equipe da Diretoria Geral de Comunicação, configura-se como um fator positivo.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
113	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.1.7 Rec. 004	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Dar conhecimento às instâncias avaliadoras da proposta de resolução para criação da Corregedoria da UFSC e inserir no Processo 23080.015938/2013-18, antes da aprovação final, de relato do histórico das atividades de correição na UFSC, contemplando, no mínimo, as seguintes informações: quantos processos disciplinares foram instaurados nos últimos três anos na UFSC; qual a situação atual desses processos; quantas investigações descumpriram prazos legais; quantos e quais servidores atuaram nos processos; e quais impropriedades foram apontadas, por órgãos de controle, nos últimos dois anos, relativas aos procedimentos disciplinares na UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC: “Em função volume de informações, o Gabinete da Reitoria julgou que a inclusão de novas informações demandaria muito tempo e prolongaria demasiadamente a tramitação do processo de criação da Corregedoria. De todo modo, o Conselho Universitário aprovou (em 19/08/2014) a criação da Corregedoria, e até que esta seja devidamente estruturada, a atual equipe da CPAD continuará efetuando a organização dos arquivos, de maneira que permita a sistematização de dados relativos aos processos disciplinares, para atendimento de diligências ou pedido de vistas, quando solicitadas.” Prazo para atendimento: 31/12/2014 (Revisão e atualização dos processos de anos anteriores)			
Posição do Gestor em 30/09/2014: Criada uma comissão para implantar a Corregedoria no âmbito da UFSC, por meio da Portaria n. 1935/2014/GR.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
114	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.2.4 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar política de capacitação contínua para os membros do setor de auditoria interna, prevendo as necessidades e os requisitos mínimos para atuação no setor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC: Memorando nº 495/2014/DDP/SEGESP: Atualmente a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através da sua Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP) do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP), da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), está elaborando o Programa de Aperfeiçoamento e Qualificação (PAQ) que estabelecerá as diretrizes gerais de Política de Aperfeiçoamento e Qualificação dos TAES. O PAQ, após sua finalização, será submetido a aprovação do Conselho Universitário (CUn). Concomitante a isso, a CCP elabora o Plano Anual de Capacitação (PAC) a partir das necessidades demandadas pelas diversas áreas da UFSC. Para o PAC a CCP consultará a Auditoria Interna sobre as demandas específicas do setor, considerando as necessidades de Aperfeiçoamento e Qualificação visando os requisitos necessários ao melhor desenvolvimento dos trabalhos de auditoria. A PAC/2015 será publicada até o mês de fevereiro do referido ano para execução a partir daquela data. Prazo para atendimento: 28/02/2015			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificados			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
115	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.2.5 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Desenvolver projeto de regulamento próprio para as atividades da Auditoria Interna a fim de submetê-lo à aprovação do Conselho Universitário da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			26082
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A minuta do Regimento está em fase final de ajustes e não foi possível apresentar para apreciação das instâncias superiores devido a escassez de tempo para a realização desta tarefa, em razão da execução de ações de auditoria previstas no PAINT. Pretende-se apresentar no mês de março de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação ficou prejudicada pelo tempo disponibilizado pela equipe da AUDIN na execução desta atividade, devido a realização de ações de auditoria previstas no PAINT.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

116	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.2.8 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Prever a existência de rotinas de avaliação e gestão de riscos em regulamento próprio do funcionamento da Auditoria Interna.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			26082
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 31/12/2014: A minuta do Regimento está em fase final de ajustes e não foi possível apresentar para apreciação das instâncias superiores devido a escassez de tempo para a realização desta tarefa, em razão da execução de ações de auditoria previstas no PAINT. Pretende-se apresentar no mês de março de 2015.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação ficou prejudicada pelo tempo disponibilizado pela equipe da AUDIN na execução desta atividade, devido a realização de ações de auditoria previstas no PAINT.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
117	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 1.1.2.8 Rec. 002	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar estudo sobre a avaliação e gestão de riscos dentro da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			26082
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC: A partir da recomendação da CGU, foram incluídas nas rotinas de trabalho da Auditoria Interna reuniões com a finalidade específica de discutir sobre a avaliação e gestão de riscos na UFSC. Inclusive, haja vista a complexidade do tema, julgou-se necessário reservar horas para esta atividade quando da elaboração do PAINT de 2015 visando a orientação e sensibilização dos gestores na identificação dos riscos, bem como a consolidação destes em uma matriz de risco ou outro instrumento de gestão de riscos. Prazo para atendimento: 30/04/2015			
Posição do Gestor em 31/12/2014: Apesar do prazo definido inicialmente para implementação ainda estar em curso, poucos estudos foram realizados neste sentido devido a escassez de tempo para a realização desta atividade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação está dificultada pela necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Alia-se a isto, informações dos gestores sobre o tema e a falta de materiais ou modelos que tratem desta questão especificamente para as universidades.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
118	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 2.1.3.1 Rec. 002	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

Solicitar a manifestação da Procuradoria-Geral vinculada à UFSC, acerca da continuidade do cumprimento das decisões, com base na suspensão de desconto previdenciário incidente sobre a gratificação de função comissionada, em relação a servidores que recebem Abono de Permanência e/ou em relação a servidores já exonerados do cargo de função, e a partir do parecer, adotar as providências necessárias, incluindo a reposição dos valores creditados indevidamente em favor dos seguintes servidores: Servidor CPF e Mat. Siape nº ***.856.279-** (1156388); ***.110.449-** (1156507); ***.119.069-** (1157380); ***.037.309-** (1159481); ***.809.239-** (1159555); ***.251.579-** (1169582); ***.671.579-** (1169618) e ***.703.709-** (1169698).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Manifestação do Gestor ao Relatório Definitivo de Auditoria 201407315, em resposta ao Ofício 19110/2014/CGU-R/SC:			
Foram encaminhados a Procuradoria Federal junto à UFSC os processos nºs: 23080001891/2003-25 – Servidor SIAPE nº 1159555; 23080.001161/2003-24 – Servidor SIAPE nº 1169589 e Outros e 23080.001890/2003-81 – Servidor SIAPE nº 1169582 para manifestação acerca da continuidade do cumprimento das decisões judiciais que tratam da suspensão do desconto previdenciário incidente sobre a gratificação de função comissionada.			
Observações: Aguarda-se manifestação da PF/UFSC			
Prazo para atendimento: Não identificado			
Posição do Gestor em 09/01/2015:			
Aguardando manifestação da Procuradoria Federal.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Negativo: Demora no retorno dos processos por parte da Procuradoria Federal.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
119	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 2.1.3.1 Rec. 003	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade funcional do Servidor de CPF nº ***.858.179-** por exercer atividade remunerada no período de 23/05/13 a 18/11/13 em que esteve afastado do cargo na UFSC para tratamento de saúde. A apuração deve ocorrer em processo distinto do que está em andamento para a apuração de acumulação ilícita de cargos públicos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Posição do Gestor em 09/01/2015:			
Foi autuado o processo nº 23080.029916/2014-16 e encaminhado à Procuradoria Federal junto à UFSC em 17/7/2014, solicitando abertura de processo para apurar responsabilidade funcional de servidor da UFSC.			
Foi constituída a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e eventuais responsabilidades foi instaurada por meio da Portaria nº 1394/2014/GR, de 6 de agosto de 2014, estamos aguardando finalização do processo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Positivo: Foi procedida a abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as irregularidades.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
120	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 3.1.1.1 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar a formalização de normativos, manuais, fluxogramas ou outros instrumentos para a implantação de			

rotinas e respectivas responsabilidades referentes às necessidades indicadas nos itens "a" a "f", acima relacionados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 29/12/2014:</p> <p>A CRFP, além de se preocupar com a alimentação dos sistemas SpiuNet e SIAFI, também está atenta com a regularização predial e a sua manutenção. Desta forma a CRFP entende que deve existir um divisor de águas que assegure esta manutenção. Neste sentido, após a sua criação, a CRFP solicitou ao Gabinete da Reitoria a nomeação da Comissão de Regularização Fundiária e Predial para prestar assessoria técnica e jurídica à CRFP. A CRFP sabe que o êxito do seu trabalho está vinculado à cooperação, principalmente, entre os seguintes órgãos: DPAA; DFO; DMPI; DCF; PROAD; Gabinete da Reitoria; Conselho de Curadores; Conselho Universitário e Procuradoria Federal junto a UFSC e, a participação dos mesmos na Comissão.</p> <p>Para a CRFP o divisor de águas no qual a Comissão deve trabalhar, devido à extrema importância para o processo de regularização predial, é uma proposta de resolução, que deverá ser enviada a apreciação do Conselho Universitário, que impeça a alteração do espaço físico na UFSC sem autorização do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia – DPAA e, quando autorizada, que a CRFP seja comunicada.</p> <p>Em relação à definição dos controles e rotinas, ela será construída, aperfeiçoada e divulgada durante os processos de atualização do espaço físico, regularização fundiária e predial.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Fatores positivos: nomeação da Comissão de Regularização Fundiária e Predial; a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; o estreitamento dos laços de colaboração com a Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina; a aproximação da CRFP e do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF para construção de um trabalho em conjunto; a qualidade técnica e experiência dos membros da Comissão.</p> <p>Fatores Negativos: a aposentadoria de dois membros da equipe códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de outro membro da equipe por licença saúde; o processo de criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; a necessidade de criar um sistema de informação.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
121	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 3.1.1.3 Rec. 001	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar o registro e atualização no SPIUnet dos imóveis com áreas desatualizadas, registrando as devidas benfeitorias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Posição do Gestor em 31/12/2014:</p> <p>O prazo programado para a execução desta recomendação, dezembro de 2014, informado na manifestação do Coordenador de Regularização Fundiária e Predial em resposta ao solicitado no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 01/08/2014 (atualização do PPP), não foi cumprido em função: da CRFP ter optado por criar um padrão de informação “Planta de Cadastro, Atualização e Avaliação dos Imóveis” e não simplesmente efetuar as atualizações; de não ter conseguido todas as informações em tempo hábil; do volume de serviços; da preocupação dos lançamentos apresentarem alguma inconsistência no sistema SIAFI nos últimos dias de dezembro e não ter tempo até o encerramento do exercício para proceder as correções necessárias. Esta atualização deverá acontecer na segunda quinzena de fevereiro de 2015.</p> <p>As atualizações das avaliações, neste primeiro momento, ainda serão feitas considerando o Memorando Circular nº 79/DECAP/SPU-MP. Após esta atualização a CRFP solicitará orientação à Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina no sentido de analisar as atualizações das avaliações efetuadas e, propor as correções que se fizerem necessárias.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; a qualidade técnica			

e a experiência da equipe; a possibilidade de trabalhar com bolsistas; o estreitamento dos laços de colaboração com a Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina; o empenho dos administradores dos campi da UFSC.

Fatores Negativos: necessidade de atualizar os equipamentos de informática; falta de domínio dos sistemas SpuiNet e SIAFI; o fato de os próprios sistemas SpuiNet e SIAFI necessitarem de versão mais atual; a aposentadoria de dois membros da equipe códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de um membro da equipe por licença saúde; o processo de criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; o quadro reduzido de motoristas e consequente redução da disponibilidade de transporte.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
122	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 3.1.1.3 Rec. 002	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Universidade Federal de Santa Catarina

Código SIORG

429

Descrição da Recomendação

Providenciar o registro no SPIUnet dos imóveis locados de terceiros.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Código SIORG

97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 31/12/2014:

O prazo programado para a execução desta recomendação, dezembro de 2014, informado na manifestação do Coordenador de Regularização Fundiária e Predial em resposta ao solicitado no Ofício nº 19.110/2014/CGU de 01/08/2014 (atualização do PPP), não foi cumprido em função: da CRFP ter optado por criar um padrão de informação “Planta de Cadastro, Atualização e Avaliação dos Imóveis” e não simplesmente efetuar as atualizações; de não ter conseguido todas as informações em tempo hábil; do volume de serviços; da preocupação dos lançamentos apresentarem alguma inconsistência no sistema SIAFI nos últimos dias de dezembro e não ter tempo até o encerramento do exercício para proceder as correções necessárias. Esta atualização deverá acontecer na segunda quinzena de fevereiro de 2015.

As atualizações das avaliações, neste primeiro momento, ainda serão feitas considerando o Memorando Circular nº 79/DECAP/SPU-MP. Após esta atualização a CRFP solicitará orientação à Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina no sentido de analisar as atualizações das avaliações efetuadas e, propor as correções que se fizerem necessárias.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores positivos: a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; a qualidade técnica e a experiência da equipe; a possibilidade de trabalhar com bolsistas; o estreitamento dos laços de colaboração com a Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina; o empenho dos administradores dos campi da UFSC.

Fatores Negativos: necessidade de atualizar os equipamentos de informática; falta de domínio dos sistemas SpuiNet e SIAFI; o fato de os próprios sistemas SpuiNet e SIAFI necessitarem de versão mais atual; a aposentadoria de dois membros da equipe códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de um membro da equipe por licença saúde; o processo de criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; o quadro reduzido de motoristas e consequente redução da disponibilidade de transporte.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
123	201407315 (Contas de 2013)	Constatação 3.1.1.3 Rec. 003	Ofício 19110/2014/CGU-R/SC De 1/8/2014

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Universidade Federal de Santa Catarina

Código SIORG

429

Descrição da Recomendação

Providenciar o registro no SPIUnet dos imóveis de modo que cada construção tenha um Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) individualizado.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Código SIORG

97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição do Gestor em 31/12/2014:

Conforme manifestação do Coordenador de Regularização Fundiária e Predial em resposta ao solicitado no Ofício

nº 19.110/2014/CGU de 01/08/2014 (atualização do PPP), a Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial – CRFP (criada em 19 de setembro de 2014) preocupou-se nestes três últimos meses de 2014, em completar o levantamento/atualização e desenho em CAD das edificações dos Campi e demais áreas da UFSC e em programar para 2015 a atualização total do mesmo e a execução de uma pesquisa documental. Estas ações visam além do início do processo de regularização predial, a alimentação/atualização dos registros no SpiuNet e a criação para cada edificação da “Planta de Cadastro, Atualização e Avaliação dos Imóveis”.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: a CRFP estar ligada diretamente a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; a qualidade técnica e experiência da equipe; a possibilidade de trabalhar com bolsistas; o estreitamento dos laços de colaboração com a Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina; o empenho dos administradores dos campi da UFSC. Fatores Negativos: necessidade de atualizar os equipamentos de informática; falta de domínio dos sistemas SpiuNet e SIAFI; o fato de os próprios sistemas SpiuNet e SIAFI necessitarem de versão mais atual; a aposentadoria de dois membros da equipe códigos de vaga números: 687901 e 689323; o afastamento de um membro da equipe por licença saúde; o processo de criação e estruturação da Coordenadoria; a falta de servidores para compor o quadro mínimo necessário; o quadro reduzido de motoristas e consequente redução da disponibilidade de transporte.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
124	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 7	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à Tomada de Contas Especial para apuração do dano com vistas ao devido ressarcimento ao erário (IN 01/97, art. 38), bem como, instaurar procedimentos para responsabilização dos agentes envolvidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação inserida no Relatório de Gestão 2013: Em 20/12/13 encaminhou-se o Ofício no. 321/2013/SEAI ao Chefe da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina com uma síntese das tramitações do processo em tela e a solicitação de auxílio por parte da CGU para a realização do cálculo dos valores a ser cobrado de cada servidor que estaria envolvido nessa demanda, haja vista todo o estudo aprofundado já realizado pela CGU no RDE no. 00190.010664/2003-48-B e na Nota Técnica no. 351/2012/DSEDU/I/DS/SFC/CGU-PR. Ofício nº 321/2013/SEAI encaminhado ao Chefe da Controladoria Regional da União do Estado de Santa Catarina.			
Manifestação do Gestor em 30/9/2014, encaminhada à CGU-R/SC via preenchimento do Plano de Providências Permanente: Informação do Coordenador do Núcleo de Assuntos Disciplinares e Patrimoniais (NADIP/PF-UFSC): A Comissão foi designada em 10 de julho de 2012 pela Portaria 1141/2012/GR. A presidente da Comissão elaborou documento à Vice Reitora, requerendo nova designação de Comissão com membros com formação em auditoria contábil, indicando o nome de três professores. Designaram-se novos membros, entre eles o Prof. SIAPE nº 392983 como presidente, que, por sua vez, encaminhou documento à CPAD/PF-UFSC solicitando diversas condições para que pudesse presidir a Comissão. A Magnífica Reitora encaminhou o processo à PF-UFSC, perguntando: se cabia a tomada de contas especial e se a Administração Central deveria encaminhar cópia ao MPF. O Procurador-Chefe elaborou o Despacho de fl. 371. O Chefe de Gabinete elaborou o despacho de fls. 372-375, com várias deliberações e decisões. O Gabinete da Reitoria, atendendo à recomendação da Procuradoria, instaurou novamente a Comissão, designando o Prof. SIAPE nº 392983 como presidente e outros dois membros. O presidente solicita, em 25 de agosto de 2014, substituição, pedido negado pelo Chefe de Gabinete. O professor presidente da Comissão foi comunicado, e o processo aguarda reunião da comissão para deliberações. Prazo para atendimento: Não definido			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não identificado			

Fonte: AUDIN/UFSC

11.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 175 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	28	20	38
	Entregaram a DBR	16	15	33
	Não cumpriram a obrigação	9	5	8
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	193	165	717
	Entregaram a DBR	130	123	644
	Não cumpriram a obrigação	63	42	73

Fonte: SEGESP/UFSC

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Unidade Interna incumbida de gerenciar a recepção da Declaração de Bens e Rendas – DBR é o Departamento de Administração de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Anualmente o Departamento de Administração de Pessoal encaminha Memorando-Circular a todos os servidores obrigados pela Lei nº 8.730/93 a entregar a DBR.

Em 2014 foi estabelecida uma nova rotina de controle da entrega da DBR que estabelece que a cada nova designação de função, realizada pelo Gabinete da Reitoria, é encaminhado e-mail ao servidor nomeado solicitando o cumprimento das obrigações fixadas pela Lei 8.730/93.

Para o acompanhamento dos servidores que entregaram a DBR foram criadas duas planilhas no Excel: Quadro de Funções Acadêmicas e Quadro de Funções Administrativas.

Para os servidores que não entregaram a DBR no exercício de 2014 foram encaminhados memorandos-circulares, foi efetuado o envio de e-mails além da realização de contatos telefônicos e reunião com os Pró-Reitores reforçando a importância da entrega da DBR.

Os servidores entregaram o Anexo I – Declaração de Bens e Valores e o Anexo II – Declaração de Imposto de Renda, além do Anexo III – Declaração de Isenção de Imposto de Renda Pessoa Física.

Não há qualquer tipo de análise, pela UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, em razão dos servidores terem preenchido o formulário de autorização para acesso aos dados constantes da base da Receita Federal, acessíveis somente aos auditores da CGU. Os Anexos I, II e III, são arquivados na pasta funcional do servidor.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Informamos que passaram pela PF-UFSC, no exercício de 2014, aproximadamente 97 (noventa e sete) processos administrativos disciplinares, e após exaustiva análise do conteúdo desses processos administrativos, pode ser dito que os 16 (dezesesseis) processos listados abaixo se relacionam à apuração da ocorrência e constatação de dano ao erário:

1 Processo n. 23080.029996/2013-11 (Portaria n. 1000/2014/GR): Trata de Sindicância instaurada para apurar suposto recebimento indevido de diárias. O processo encontra-se em fase de instrução, aguardando-se prazo dado pela Comissão para que o servidor restitua o valor voluntariamente.

2 - Processo n. 23080.000169/2013-45 (Portaria n. 1002/2014/GR): Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar, oriundo de processo sindicante de mesmo número, em que se pretende apurar responsabilidade pelo atraso no pagamento de fatura da CASAN, tendo originado pagamento de multa. A Comissão apresentou relatório conclusivo, sugerindo o arquivamento do processo, entendendo não ser possível responsabilizar os servidores acusados por problemas burocráticos da própria Administração. Aguarda-se julgamento.

3 - Processo n. 23080.064354/2013-68 (Portaria n. 504/2014/GR): Trata-se de sindicância instaurada para apurar supostas irregularidades em doações de bens móveis pertencentes à UFSC para a Universidade Federal Fronteira Sul, considerando que o quantitativo de bens doados não corresponde ao número de bens efetivamente recebidos pela UFFS. O processo encontra-se em fase de instrução.

4 - Processo n. 23080.022734/2011-63 (Portaria n. 508/2014/GR): Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar, oriundo de processo sindicante de mesmo número, para apurar a responsabilidade de servidores apontados pela comissão de sindicância, por supostas irregularidades em doações de bens móveis pertencentes à UFSC para a Instituição Príncipe da Paz.

5 - Processo n. 23080.009909/2013-17 (Portaria n. 509/2014/GR): Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar, oriundo de processo sindicante de mesmo número, para apurar a responsabilidade de servidores apontados pela comissão de sindicância, por supostas irregularidades na doação de um automóvel pertencente à UFSC para a Instituição Príncipe da Paz.

6 - Processo n. 23080.023942/2014-22 (Portaria n. 892/2014/GR): Trata-se de sindicância, instaurada para apurar supostas irregularidades em Acordo de Cooperação entre a UFSC e SAPIENS PARQUE S.A. Referido processo encontra-se em fase de instrução.

7 - Processo n. 23080.028191/2014-31 (Portaria n. 1017/2014/GR): Trata-se de sindicância, instaurada para apurar supostas irregularidades em convênio firmado entre UFSC e CERTI. A comissão apresentou relatório. Aguarda-se Nota Técnica da PF-UFSC e posterior encaminhamento para Julgamento.

08 - Processo n. 23080.044046/2010-73 (Portaria n. 1244/2014/GR): Trata-se de sindicância, instaurada para apurar supostas irregularidades em doações de bens móveis pertencentes à UFSC para a Instituição Novo Horizonte. O processo encontra-se em fase de instrução.

09 - Processo n. 23080.028705/2012-96 (Portaria n. 1245/2014/GR): Trata-se de sindicância, instaurada para apurar supostas irregularidades em doações de bens móveis pertencentes à UFSC para a Escola Básica Docilício Vieira da Luz. A comissão apresentou relatório. Aguarda-se Nota Técnica da PF-UFSC e posterior encaminhamento para Julgamento.

10 - Processo n. 23080.016437/2014-21 (Portaria n. 1281/2014/GR): Trata-se de sindicância instaurada para apurar supostas irregularidades em doações de bens móveis pertencentes à UFSC para a Universidade Federal Fronteira Sul, considerando que o quantitativo de bens doados não corresponde ao número de bens efetivamente recebidos pela UFFS. O processo aguarda confecção de Nota Técnica da PF-UFSC, vez que a presente demanda já é objetivo do processo n. 23080.064354/2013-68. Processos, portanto, em DUPLICIDADE.

11 - Processo n. 23080.077212/2013-61 (Portaria n. 1320/2014/GR): Trata-se de sindicância, instaurada para apurar supostas irregularidades dos Projetos Programa de Salvamento Arqueológico no trecho das obras do Contorno Ferroviário de São Francisco de Sul, celebrados entre UFSC e

DNIT. Após substituição de alguns membros da Comissão, dados problemas de saúde, o processo aguarda a instalação dos trabalhos por parte da Comissão.

12 - Processo n. 23080.065935/2013-17 (Anexo: 23080.005257/2014-14) (Portarias n. 247/2014/GR e 1673/2014/GR): Trata-se de processo sindicante, instaurado para apurar supostas irregularidades no processo relativo ao Termo de Cooperação 677/2011-DPP (DNIT-UFSC). Após substituição de alguns membros da Comissão, o processo aguarda a instalação dos trabalhos por parte da Comissão.

13 - Processo n. 23080.056215/2013-61 (Anexo: 23080.005263/2014-71), (Portarias n. 248/2014/GR e 1674/2014/GR): Trata-se de processo sindicante, instaurado para apurar supostas irregularidades em três projetos de extensão (processos números 23080.040012/2010-18, 23080.041265/2012-62 e 023080.041897/2012-26). O processo aguarda instalação dos trabalhos por parte da Comissão.

14 - Processo n. 23080.010489/2012-22 (Portaria n. 1939/2014/GR): Trata-se de processo sindicante, instaurado para apurar supostas irregularidades em processo de doações de bens móveis pertencentes à UFSC para a Instituição Raio de Luz, sem aparente observância aos procedimentos regulamentares. O processo aguarda instalação dos trabalhos por parte da Comissão.

15 - Processo n. 23080.032368/2012-31 (Portaria n. 2002/2014/GR): Trata-se de processo sindicante, instaurado para apurar supostas irregularidades em processo de doações de bens móveis pertencentes à UFSC para a Instituição O Bom Samaritano, sem aparente observância aos procedimentos regulamentares. O processo encontra-se em fase de instrução.

16 - Processo n. 23080.030126/2012-11 (Portaria n. 1075/2014/GR): Trata-se de processo sindicante, instaurado para apurar supostas irregularidades em contratações envolvendo a Fundação de Ensino da Engenharia de Santa Catarina (FEESC) e UFSC. O processo aguarda instalação dos trabalhos por parte da Comissão.

Informamos, ainda, que no exercício 2014 não foi realizada nenhuma tomada de contas especial.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

Campus Prof. João David Ferreira Lima – Avenida Desembargador Vitor Lima
Trindade – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil | <http://ufsc.br/>
CEP 88040-900

DECLARAÇÃO

Eu, **Antonio Carlos Montezuma Brito**, CPF nº 051.518.132-34, **Pró-Reitor de Administração**, exercido na **Universidade Federal de Santa Catarina** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis, 21 de janeiro de 2015.


Antonio Carlos Montezuma Brito
CPF nº 051.518.132-34

Pró-Reitor de Administração
Universidade Federal de Santa Catarina

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Com referência à adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, estabelecidos nas Resoluções CFC nº 1.136/2008 (NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão) e 1.137/2008 (NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos), temos a informar:

Conforme pode ser observado nas Demonstrações Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina do exercício findo, foi realizado registro apenas da depreciação dos bens imóveis em 31/12 através do SPIUNET.

A falta de registro da depreciação dos bens móveis deve-se, principalmente, aos problemas ainda enfrentados para adequação do sistema de gestão patrimonial.

Em 2014, ocorreram diversas reuniões entre o Departamento de Gestão Patrimonial, o Departamento de Contabilidade e Finanças e a Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação, junto com a empresa fornecedora do sistema de gestão de bens móveis; as ações continuam com foco nas correções das inconsistências que o sistema ainda apresenta.

Percebeu-se, ao longo do ano, que as taxas de depreciação não estavam sendo aplicadas de maneira uniforme a todos os bens de mesmo grupo, apesar dessas taxas serem informadas corretamente. Para essa correção, houve a necessidade de reverter a depreciação já aplicada, identificar os itens que sofreram depreciação equivocada e corrigi-los, para depois reaplicar a depreciação com as taxas corretas por grupo contábil, conforme classificação da STN.

Esse trabalho, que envolve toda a base de dados composta por mais de 340 mil itens ativos, somente pode ser concluído em tempo razoável por meio de programação, a ser realizada pela fornecedora do sistema, que recebeu os parâmetros necessários para a realização das correções ao final de 2014.

No que tange à metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração dos ativos e passivos destacamos que os bens móveis são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, já os bens móveis recebidos a título gratuito, tais como por doação, são avaliados por uma comissão constituída com este objetivo, de preferência com a participação de servidores que sejam capazes de avaliar os bens de forma técnica. Atendendo às referidas normas a comissão emite um relatório de avaliação, que relata o critério adotado para a avaliação, bem como a eventual impossibilidade de mensuração.

Quanto ao ativo imobilizado, foi criada a CRFP – Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial/PROPLAN/UFSC, entre suas atribuições estão mensurar e avaliar os terrenos que constam do SpiuNet e inclusão dos demais terrenos, bem como atualização do levantamento de todas as edificações dos campi da UFSC e a sua inclusão no SpiuNet. Esse trabalho teve início em 2014 e se estenderá por 2015, no mínimo, dada a complexidade da função e a pouca disponibilidade de servidores para alocar na coordenadoria.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A UFSC não possui sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas. As principais despesas (limpeza, portaria, segurança, energia, água, bolsas, aluguéis, manutenção, etc.) são alocadas diretamente à Administração Central, não havendo distribuição às Unidades. Despesas com diárias, passagens e serviços de terceiros são distribuídas às Unidades. Alguns recursos com destinação definida pelo Governo Federal são gerenciados pelas

Unidades correspondentes (Colégio de Aplicação, NDI, PRAE), as quais analisam a utilização eficiente dos mesmos. O Departamento de Gestão Orçamentária da PROPLAN operacionaliza este processo de distribuição orçamentária.

As Universidades possuem estruturas complexas e a multiplicidade da execução de suas despesas torna a parametrização de um sistema de custos peculiar. De acordo com informação obtida no FORPLAD/ANDIFES, o SIC está em fase de testes para as Universidades Federais através de implantação de piloto em algumas Universidades.

Em observância à PORTARIA Nº 716, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011, e considerando o seu Art. 2º, que estabelece a competência do Órgão Central do Sistema de Custos do Governo Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, em seu inciso “VI – Disponibilizar, em meios eletrônicos, instruções, procedimentos, metodologias de cálculo, recomendações técnicas e outros instrumentos que auxiliem o desempenho das atividades nos órgãos setoriais”, a UFSC aguarda ainda os resultados da implantação do piloto já mencionado, e/ou instrução normativa por parte do STN com orientações para o caso específico das IFES. Por este motivo não possuímos até o momento um plano de implantação do uso do SIC na UFSC.

Salientamos ainda que a UFSC não conta em seu quadro de pessoal com profissionais habilitados no tocante à gestão de custos conforme descrito na orientação intitulada: “ORIENTAÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS SETORIAIS DO SISTEMA DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL” emitida pela STN, e disponível no endereço eletrônico http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/113505/Orientacoes_Constituicao_Setoriais_Custos.pdf/ffe016de-c2f9-4097-8a43-4389ae16d3be3.

12.3 Conformidade Contábil

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UFSC foi efetuada conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 176 – Conformidade contábil - UFSC

Mês	Conformidade de Órgão	Conformidade de UG	
		153163	150232
Janeiro	Com Restrição	Com Restrição	Com Restrição
Fevereiro	Com Restrição	Com Restrição	Com Restrição
Março	Com Restrição	Com Restrição	Com Restrição
Abril	Com Restrição	Com Restrição	Com Restrição
Maio	Com Restrição	Com Restrição	Com Restrição
Junho	Com Restrição	Com Restrição	Com Restrição
Julho	Com Restrição	Com Restrição	Com Restrição
Agosto	Com Restrição	Com Restrição	Com Restrição
Setembro	Com Restrição	Com Restrição	Sem Conformidade
Outubro	Com Restrição	Com Restrição	Sem Conformidade
Novembro	Com Restrição	Com Restrição	Sem Conformidade
Dezembro	Com Restrição	Com Restrição	Sem Conformidade

Fonte: DCF/UFSC

Lista-se abaixo a quantidade de ocorrências registradas durante o exercício:

Quadro 177 – Conformidade contábil

Mês	Conformidade de Órgão		Conformidade de UG	
	153163	150232	153163	150232
Janeiro	7	7	6	7
Fevereiro	4	6	5	6
Março	7	8	6	7

Abril	6	8	6	8
Maio	7	8	6	7
Junho	7	8	7	8
Julho	7	7	7	7
Agosto	9	10	9	10
Setembro	5	7	5	Sem Conformidade
Outubro	5	7	5	Sem Conformidade
Novembro	4	6	4	Sem Conformidade
Dezembro	4	8	4	Sem Conformidade

Fonte: DCF/UFSC

Das ocorrências registradas, listamos aquelas que permaneceram ao final do exercício:

Quadro 178 – Ocorrências registradas - UFSC

RESTRIÇÕES DA UG 153163 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA		
RESTRIÇÃO	TÍTULO	GRUPO
302	Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB	114
634	Falta avaliação bens móv/imov/intang/outros	214
642	Falta/evolução incompatível Dep.At.Imobilizado	214
643	Falta/evolução incompatível amortiz. At. Intangível	214

Fonte: DCF/UFSC

As restrições registradas para a UG 153163 referem-se ao Ativo não circulante, dentre as quais destaca-se o não recebimento durante o exercício de RMB e relatório mensal de depreciação, amortização e exaustão para registro e conciliação.

Embora não tenha havido registro de restrição relativo aos bens imóveis, ressalta-se fragilidade nos controles dos mesmos, posto que se verifica a falta de registro e atualização dos mesmos no SpiuNet e seus reflexos na contabilidade – SIAFI.

Quadro 179 – Ocorrências registradas - HU

RESTRIÇÕES DA UG 150232 – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UFSC		
RESTRIÇÃO	TÍTULO	GRUPO
302	Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB	114
315	Falta/restrrição conform. registros de gestão	199
318	Não atend. orientação órgão cont. set/central	199
603	Saldo contábil do almox. não confere c/RMA	211
634	Falta avaliação bens móv/imov/intang/outros	214
642	Falta/evolução incompatível Dep.At.Imobilizado	214
643	Falta/evolução incompatível amortiz. At. Intangível	214
736	Falta registro conformidade contábil	299

Fonte: DCF/UFSC

Quanto à UG 150232, as restrições referem-se ao Ativo não circulante, não remessa do RMB e relatório mensal de depreciação, amortização e exaustão, não remessa do RMA, falta de registro da conformidade de gestão e falta de registro da conformidade contábil.

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA		153163	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Ativo Não Circulante – Imobilizado, pela impossibilidade de conciliação devido a não remessa do RMB e falta de registros e atualizações no SpuNet e registro de seus reflexos contábeis;</p> <p>b). Ativo Não Circulante – Imobilizado e Intangível, pelo não recebimento do relatório mensal de depreciação, amortização e exaustão, impossibilitando a atualização de seus valores;</p> <p>c) Ativo Circulante – Estoques, considerando que o Relatório de estoque do HU relativo ao mês de dezembro foi recebido para lançamento somente em 06/jan/2015;</p> <p>d) Falta de registro da conformidade de gestão e contábil (a partir de set/2014) por parte do HU.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Florianópolis	Data	20/02/2015
Contador Responsável	Ananjara Fontana	CRC nº	067.350/O-1

Ananjara Fontana
Ananjara Fontana
CRC/RS 67350/O-1 - SIAPE 1895583
UFSC/PROPLAN/DFICC

12.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica

12.8 Relatório de Auditoria Independente

As demonstrações contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina não são submetidas à auditoria independente.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

As informações consideradas relevantes pela instituição já se encontram descritas nos demais capítulos do Relatório, não sendo necessária a descrição de outras informações.

14. INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU Nº 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES

Quadro 180 - Custo Aluno com Hospital Universitário

Custo Corrente com HU	
Custo Corrente / Aluno Equivalente = -----	
	$A_{GE} + A_{PG}TI + A_RTI$

Quadro 181 - Custo Corrente com HU

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	SIAFI - Conta nº 3300000	1.414.423.175,87
(-) 65% das despesas correntes do Hospital Universitário	Fonte: SIAFI	148.626.913,57
(-) Aposentadorias e Reformas	SIAFI - Conta nº 3319001	295.394.795,01
(-) Pensões	SIAFI - Conta nº 3319003	40.629.108,96
(-) Sentenças Judiciais	SIAFI - Conta nº 3319091	7.068.273,36
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	Fonte: SEGESP	902.259,52
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: SEGESP	697.689,79
(-) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: SEGESP	0,00
(-) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: SEGESP	0,00
Total Custo Corrente		921.104.135,67

Fonte: UFSC

A_R = N° de alunos residentes.

A_{PG} = N° de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

A_{GE} = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

$A_{GE} = 28.464,24$ (Fonte: Departamento de Administração Escolar)

$A_{PG} = 6.698$ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

$A_{PG} TI = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.698 = 13.396$

$A_R = 171$ (Fonte: Hospital Universitário)

$A_R TI = 2 \times A_R = 2 \times 171 = 342$

Total Aluno Equivalente = $A_{GE} + A_{PG}TI + A_RTI = 42.202,24$

Custo Aluno Equivalente: = R\$ 921.104.135,67/ 42.202,24= R\$ 21.830,26

Esse custo não representa o custo real médio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Colégio de Aplicação e NDI, e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

Quadro 182 - Custo Aluno sem Hospital Universitário

$$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente sem HU}}{A_{GE} + A_{PG} TI + A_R TI}$$

Quadro 183 - Custo Aluno sem Hospital Universitário

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	SIAFI - Conta nº 3300000	1.414.423.175,87
(-) 100% das Despesas Correntes do Hospital Universitário	Fonte: SIAFI	228.656.790,10
(-) Aposentadorias e Reformas	SIAFI - Conta nº 3319001	295.394.795,01
(-) Pensões	SIAFI - Conta nº 3319003	40.629.108,96
(-) Sentenças Judiciais	SIAFI - Conta nº 3319091	7.068.273,36
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	Fonte: SEGESP	902.259,52
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: SEGESP	697.689,79
(-) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: SEGESP	0,00
(-) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: SEGESP	0,00
Total Custo Corrente		841.074.259,13

Fonte: UFSC

A_R = N° de alunos residentes.

A_{PG} = N° de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

A_{GE} = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

$A_{GE} = 28.464,24$ (Fonte: Departamento de Administração Escolar)

$A_{PG} = 6.698$ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

$A_{PG} TI = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.698 = 13.396$

$A_R = 171$ (Fonte: Hospital Universitário)

$A_R TI = 2 \times A_R = 2 \times 171 = 342$

$$\text{Total Aluno Equivalente} = A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI} = 42.202,24$$

$$\text{Custo Aluno Equivalente} = R\$ 841.074.259,13 / 42.202,24 = R\$ 19.933,54$$

Esse custo não representa o custo real médio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Colégio de Aplicação e NDI, e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

Quadro 184 - Aluno tempo Integral / Professor Equivalente

$$\text{Aluno Tempo Integral / Professor} = \frac{A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}}{\text{N.º de Professores Equivalentes}}$$

Quadro 185 - Professor Equivalente

Situação:	Nº de Professores:	Peso:	Resultado:
<i>Professores em Exercício Efetivo</i>			
20 horas/semana	130	0,50	65
40 horas/semana	18	1,00	18
Dedicação Exclusiva	2074	1,00	2074
<i>(+) Substitutos e Visitantes</i>			
20 horas/semana	69	0,50	34,5
40 horas/semana	158	1,00	158
Dedicação Exclusiva	27	1,00	27
<i>(-) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício</i>			
20 horas/semana	1	0,50	0,50
40 horas/semana	0	1,00	0
Dedicação Exclusiva	83	1,00	83

Fonte: PROGRAD/UFSC

$$\text{Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes} = 2.293,00$$

CÁLCULO ALUNO TEMPO INTEGRAL

A_{GTI} = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral

$$A_{GTI} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \}$$

$$A_{GTI} = 16.142,83 \text{ (Fonte: Departamento de Administração Escolar)}$$

$$A_{PG} = 6.698 \text{ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)}$$

$$A_{PG TI} = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.698 = 13.396$$

$$A_R = 171 \text{ (Fonte: Hospital Universitário)}$$

$$A_{RTI} = 2 \times A_R = 2 \times 171 = 342$$

Total de Alunos Tempo Integral: 29.880,83

Aluno Tempo Integral / Professor = 29.880,83 / 2.293,00 = 13,03 alunos por professor

Quadro 186 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU

$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv.com HU} = \frac{A_{G^{TI}} + A_{PG^{TI}} + A_{R^{TI}}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalentes}}$
--

Total de Alunos Tempo Integral: 29.880,83

Quadro 187 - Funcionário Equivalente com HU

Situação	Nº de Funcionários	Peso	Resultado
<i>Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade</i>			
20 horas/semana	194	0,50	97
30 horas/semana	40	0,75	30
40 horas/semana	3055	1,00	3055
<i>(+) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços</i>			
20 horas/semana	13	0,50	6,5
30 horas/semana	58	0,75	43,5
40 horas/semana	1141	1,00	1141
<i>(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício</i>			
20 horas/semana	0	0,50	0
30 horas/semana	0	0,75	0
40 horas/semana	52	1,00	52

Fonte: SEGES-PROAD/UFSC

Funcionário Equivalente com HU = 4.321

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = 29.880,83 / 4.321 = 6,91

Quadro 188 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU

$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv.sem HU} = \frac{A_{G^{TI}} + A_{PG^{TI}} + A_{R^{TI}}}{\text{N}^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalentes}}$
--

Total de Alunos Tempo Integral: 29.880,83

Quadro 189 - Funcionário Equivalente sem HU

Situação	Nº de Funcionários	Peso	Resultado
<i>Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade</i>			
20 horas/semana	28	0,50	14
30 horas/semana	23	0,75	17,25
40 horas/semana	1896	1,00	1896

Situação	Nº de Funcionários	Peso	Resultado
(+) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços			
20 horas/semana	13	0,50	6,5
30 horas/semana	58	0,75	43,5
40 horas/semana	1.141	1,00	1141
(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício			
20 horas/semana	0	0,50	0
30 horas/semana	0	0,75	0
40 horas/semana	52	1,00	52

Fonte: SEGESP-PROAD/UFSC

Funcionário Equivalente sem HU = 3.066,25

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = 29.880,83 / 3.066,25 = 9,74

Quadro 190 - Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente

$\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente} = \frac{\text{Nº de Funcionários Equivalente}}{\text{Nº de Professores Equivalente}}$

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.293

Funcionário Equivalente com HU = 4.321

Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = 4.321 / 2.293 = 1,88

Quadro 191 - Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente

$\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente} = \frac{\text{Nº de Funcionários Equivalente}}{\text{Nº de Professores Equivalente}}$

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.293

Funcionário Equivalente sem HU = 3.066,25

Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = 3.066,25 / 2.293 = 1,34

Quadro 192 - Grau de Participação Estudantil

$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \frac{A_{GTI}}{A_G}$
--

Quadro 193 - Alunos Efetivamente Matriculados

Alunos efetivamente matriculados no 1º (primeiro) semestre do exercício:	25.394
Alunos efetivamente matriculados no 2º (segundo) semestre do exercício:	25.163
(ALUNOS 1.º SEMESTRE + ALUNOS 2.º SEMESTRE) / 2 =	25.278,50

Fonte: PROGRAD/UFSC

$$A_G = 28.555,5$$

$$A_{GTI} = 16.142,83 \text{ (Fonte: Departamento de Administração Escolar)}$$

$$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = 16.142,83 / 25.278,50 = 0,64$$

Quadro 194 - Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação

$$\text{Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)} = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}}$$

$$A_{PG} = 6.698$$

$$A_G = 25.278,50$$

$$\text{GEPG} = 6.698 / (6.698 + 25.278,50) = 0,21$$

Quadro 195 - Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

$$\text{Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação} = \frac{\Sigma \text{Conceito de todos os Programas de Pós-Grad.}}{\text{Nº de Programas de Pós-Graduação}}$$

Quadro 196 - Programa de Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação	Conceito
ADMINISTRAÇÃO (M/D)	4
AGROECOSSISTEMAS (M/D)	4
ANTROPOLOGIA SOCIAL (M/D)	5
AQUICULTURA (M/D)	6
ARQUITETURA E URBANISMO (M/D)	4
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3
BIOLOGIA CELULAR E DO DESENVOLVIMENTO (M/D)	4
BIOLOGIA DE FUNGOS, ALGAS E PLANTAS VEGETAL (M)	3
BIOQUÍMICA (M/D)	5
BIOTECNOLOGIA E BIOCÊNCIAS(M/D)	5
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (M/D)	4
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (M/D)	4
CIÊNCIA DOS ALIMENTOS (M/D)	6
CIÊNCIA E ENGENHARIA DE MATERIAIS (M/D)	6
CIÊNCIAS MÉDICAS (M/D)	4
CONTABILIDADE (M/D)	4
DESIGN E EXPRESSÃO GRÁFICA (M/D)	4
DIREITO (M/D)	6

Programa de Pós-Graduação	Conceito
ECOLOGIA (M/D)	4
ECONOMIA (M/D)	5
EDUCAÇÃO (M/D)	5
EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (M/D)	6
EDUCAÇÃO FÍSICA (M/D)	5
ENFERMAGEM (M/D)	6
ENGENHARIA AMBIENTAL (M/D)	5
ENGENHARIA CIVIL (M/D)	6
ENGENHARIA DE ALIMENTOS (M/D)	6
ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E SISTEMAS (M/D)	5
ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO (M/D)	5
ENGENHARIA ELÉTRICA (M/D)	6
ENGENHARIA MECÂNICA (M/D)	7
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (M/D)	5
ENGENHARIA QUÍMICA (M/D)	6
ESTUDOS DA TRADUÇÃO (M/D)	5
FARMÁCIA (M/D)	5
FARMACOLOGIA (M/D)	7
FILOSOFIA (M/D)	6
FÍSICA (M/D)	5
GEOGRAFIA (M/D)	4
HISTÓRIA (M/D)	5
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS (D)	6
JORNALISMO (M/D)	4
INGLÊS: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS (M/D)	4
LINGÜÍSTICA (M/D)	6
LITERATURA (M/D)	5
MATEMÁTICA PURA E APLICADA (M/D)	4
MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS (M/D) em rede com a Soc. Brasileira de Fisiologia	4
NANOTECNOLOGIA FARMACEUTICA	4
NEUROCIÊNCIAS (M/D)	4
NUTRIÇÃO (M/D)	4
ODONTOLOGIA (M/D)	4
PSICOLOGIA (M/D)	5
QUÍMICA (M/D)	7
RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS (M/D)	6
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (M)	3
SAÚDE COLETIVA (M/D)	5
SERVIÇO SOCIAL (M/D)	4
SOCIOLOGIA POLÍTICA (M/D)	5
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO(M)	3
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE (M)	3

Fonte: PROPG/UFSC

Σ Conceito de todos os Programas de Pós-Grad. = **290**

N.º de Programas de Pós-Graduação = 60

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação = $290 / 60 = 4,83$

Quadro 197 - Índice de qualificação do corpo docente

$$\text{Índice de Qualificação do Corpo Docente} = \frac{(5D + 3M + 2E + G)}{(D + M + E + G)}$$

Quadro 198 - Qualificação Docente

Situação	Doutores (D)	Mestres (M)	Especialização (E)	Graduados (G)	Total Geral de Professores ^(b)
Professores em Exercício Efetivo					
20 horas/semana	76	38	12	4	130
40 horas/semana	14	2	1	1	18
Dedicação Exclusiva	1863	187	11	13	2074
(+) Substitutos e Visitantes					
20 horas/semana	3	38	7	21	69
40 horas/semana	17	76	15	50	158
Dedicação Exclusiva	27	0	0	0	27
(-) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício					
20 horas/semana	0	0	1	0	1
40 horas/semana	0	0	0	0	0
Dedicação Exclusiva	69	14	0	0	83
Nº Total de Professores POR TITULAÇÃO	1931	327	45	89	2392

Fonte: PROGRAD/UFSC

Índice de Qualificação do Corpo Docente = $10.815 / 2.392 = 4,52$

Quadro 199 - Taxa de Sucesso na Graduação

$$\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \frac{\text{Nº de Diplomados (N}_{DI})}{\text{Nº Total de Alunos Ingressantes}}$$

Número de concluintes: **2.527**

Número de Ingressantes – Referente ao Período Padrão Duração dos Cursos: **4.912**

Obs.: Para a contagem do número de ingressantes, é calculado o ano de ingresso do aluno em seus respectivos cursos, ou seja, depende da duração de cada curso.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = $2.527 / 4.912 = 0,5145$

Em percentual = 51,45%

Quadro 200 – Resumo dos Indicadores do TCU

Componentes	
Custo Corrente com Hospital Universitário	921.104.135,67
Custo Corrente sem Hospital Universitário	841.074.259,13
Aluno Equivalente	42.193,92
Alunos Tempo Integral	29.876,67
Professores equivalentes	2.293,00
Funcionário Equivalente com HU	4.321,00
Funcionário Equivalente sem HU	3.066,25
Indicadores	
I a. Custo Aluno com Hospital Universitário	21.830,26
I b. Custo Aluno sem Hospital Universitário	19.933,54
II. Aluno tempo Integral / Professor Equivalente	13,03
III a. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	6,91
III b. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	9,74
IV a. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,88
IV b. Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,34
V. Grau de participação Estudantil	0,64
VI. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,21
VII. Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	4,83
VIII. Índice de qualificação do corpo docente	4,52
IX. Taxa de Sucesso na Graduação	51,45%

Fonte: DPGI/PROPLAN/UFSC

Quadro 201 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU N° 408/2002

Indicadores Primários	Exercícios				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU(Hospital Universitário)	921.104.135,67	894.907.732,3 2	808.964.084,2 9	694.798.945,17	695.227.098,09
Custo Corrente sem HU(Hospital Universitário)	841.074.259,13	823.525.840,9 9	742.719.412,4 2	630.245.423,11	642.789.212,24
Número de Professores Equivalentes	2.293,00	2.135	2.079,00	2.024,00	1.908,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU	4.321,00	4.491,75	3.812,00	3.587,25	3.440,50
Número de Funcionários Equivalentes sem HU	3.066,25	3.154,50	2.580,00	2.340,25	2.210,75
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	25.278,50	24.163	22.941	21.350	20.029
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	6.698	6.421	6.084	6.564	6.069
Alunos de Residência Médica (AR)	171	149	133	90	75
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	28.464,24	30.607,30	30.030,88	30.813,08	31019,33
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	16.142,83	17.438,85	17.767,55	18.778,43	18.422,66
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	13.396	12.842	12.128	13.128	12.128
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	342	298	266	180	150

Fonte: UFSC

Quadro 202 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU N° 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2014	2013	2012	2011	2010
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	21.830,26	20.456,30	19.050,19	15.747,55	16.053,33
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	19.933,54	18.824,61	17.490,20	14.284,45	14.842,50
Aluno Tempo Integral / Professores Equivalentes	13,03	14,32	14,53	15,85	16,09
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes com HU	6,91	6,81	7,92	8,95	8,93
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes sem HU	9,74	9,69	11,71	13,73	13,89
Funcionário Equivalente com HU/ Professores Equivalentes	1,88	2,10	1,83	1,77	1,80
Funcionário Equivalente sem HU / Professores Equivalentes	1,34	1,48	1,24	1,15	1,16
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,64	0,72	0,77	0,88	0,92
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,21	0,21	0,21	0,24	0,23

Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	4,83	4,85	4,59	4,59	4,63
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,52	4,43	4,50	4,50	4,51
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	51,45%	56,37%	62,74%	72,35%	72,42%

Fonte: DPGI

15. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DAS IFES

Nesta seção, é realizada análise nos indicadores da UFSC e suas evoluções, nos termos da Decisão do TCU nº 408/202.

Antes de analisar os indicadores propriamente ditos (Resultados dos Indicadores da Decisão TCU Nº 408/2002), é importante observar que, dos indicadores primários (Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU Nº 408/2002), o número de alunos matriculados na graduação aumentou e, no entanto, o número de alunos equivalentes na graduação diminuiu. Essa redução impacta em todos os indicadores, pois reduz o denominador na maioria dos indicadores. O principal motivo para esse resultado contra intuitivo é que novos cursos foram criados na UFSC nos últimos anos, os quais apresentam novas matrículas a cada ano e ainda não têm alunos formados.

O primeiro indicador - custo corrente/aluno equivalente – vem apresentando aumento nos últimos anos, revelando a expansão do investimento na UFSC, de forma a custear em melhores condições a criação de novas vagas no ensino público federal, almejada pela sociedade brasileira. O valor do custo/aluno (sem HU) subiu de R\$18.824,61 em 2013 para R\$19.933,54 em 2014. Novas vagas foram criadas e a estrutura ainda não se encontra totalmente finalizada. Há diversas demandas por laboratórios, salas de aula, espaços administrativos, moradia estudantil e restaurante universitário, que ainda não foram atendidas, o que pressiona este indicador. A expansão da UFSC e o aumento das exigências legais pressionam as despesas para cima, com mais necessidade de jardinagem, limpeza, serviços de portaria e segurança, entre outros. Por outro lado, a abertura de novas vagas ainda não produziu os efeitos completos no denominador do indicador, pois ainda o aluno diplomado possui o maior peso no cálculo do aluno equivalente.

Com relação ao segundo indicador - Aluno Tempo Integral/Professores Equivalentes – ele vem apresentando redução ao longo do tempo, tendo passado de 14,32 em 2013 para 13,03 em 2014. O principal motivo é a contratação de muitos professores em 2014, acima do número de aposentadorias docentes. Como já dito, o aumento no número de vagas ofertadas ainda não produziu resultado completo no numerador deste indicador.

Quanto ao terceiro indicador - Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes (com HU e sem HU) - não há alteração significativa ao longo do período, havendo uma pequena redução no indicador considerando o HU e um pequeno aumento desconsiderando o HU. Esse resultado reflete a relativa estabilidade no número de TAEs na UFSC.

O quarto grupo de indicadores retrata a relação entre Funcionário Equivalente (com ou sem HU) / professor equivalente. Ambos os indicadores apresentaram redução de 2013 para 2014, resultado esperado, considerando o exposto na análise dos indicadores aluno/professor e aluno/funcionário.

O quinto indicador representa o grau de participação estudantil, composto pela relação entre o número de alunos em regime integral e os demais. Houve redução no indicador, o qual passou de 0,72 em 2013 para 0,64 em 2014. Há uma redução na participação do aluno em tempo integral no conjunto global de alunos de graduação matriculados, ou seja, o crescimento de matriculados nesta condição é relativamente menor do que os demais alunos matriculados. Essa redução também é consequência da redução do número de alunos equivalentes.

O próximo indicador refere-se ao Grau de Envolvimento com Pós-Graduação, que mensura a participação dos alunos da pós em relação aos da graduação. O valor desse indicador tem se mantido constante desde 2012. Embora o número de alunos na pós-graduação tenha aumentado o número de alunos na graduação também aumentou.

Com relação ao indicador Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação há uma estabilidade de 2103 para 2014, passando de 4,85 para 4,83. Considerando que não houve avaliação dos cursos de pós-graduação pela CAPES, a pequena diferença deve-se aos novos cursos de Pós-Graduação criados na UFSC.

O próximo indicador representa o Índice de Qualificação do Corpo Docente, obtido pela relação entre a titulação dos professores e o seu somatório geral, o qual se apresenta estável nos últimos anos.

Por fim, o último indicador representa a medição da Taxa de Sucesso na Graduação. O indicador apresentou uma redução e reflete a redução nos demais indicadores, como discutido no início desta seção.

16. RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Quadro 203 – Projetos desenvolvidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPEU									CNPJ: 83.476.911/0001-1				
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tip o	Nº	Objeto	Vigência		Valor		N º	Objet o	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Iníc io	Fim	Brut o	Repassad o
050872/2012-13	2	201200482	Apoio administrativo ao projeto de extensão intitulado "Formação Continuada em Conselhos Escolares	14/12/2012	31/01/2014	71.862,92	0,00						
060282/2012-07	2	201200519	Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão a urbanização frente aos desastres naturais no município de São José"	18/03/2013	31/01/2014	236.706,00	0,00						
058660/2012-84	2	201200578	Apoio administrativo na execução do Projeto Intitulado "Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina"	18/03/2013	31/01/2014	253.021,00	0,00						

012280/2013-84	2	201300108	Execução do projeto de extensão "Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva".	13/06/2013	31/01/2014	30.510,00	0,00						
049835/2011-81	2	201100235	Projeto de extensão "Capacitação em eventos agudos de interesse da estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal, financiado pelo Ministério da Saúde.	14/03/2012	28/02/2014	1.800.000,00	0,00						
059639/2012-04	2	201200504	Execução do Projeto de Extensão " Centro Regional de Referência para formação ", conforme o plano de trabalho (anexo 1), financiado pelo Fundo Nacional Antidrogas.	27/03/2013	28/02/2014	299.663,00	0,00						
034665/2012-11	2	201200489	Projeto de pesquisa intitulado "Desenvolvimento conjunto de pesquisa aplicada para reconstrução do Sistema de Gerenciamento de Certificados do SERPRO (SGCS)".	08/11/2012	01/03/2014	168.000,00	0,00						
027834/2013-48	2	201300208	Execução do Projeto de Extensão "IV Congresso Latino-Americano de Biotecnologia de Algas e IV Workshop de Rede algas". Financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.	31/10/2013	30/03/2014	50.000,00	50.000,00						

040689/2010-48	1	201100279	Projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Periodontia.	07/12/2011	31/03/2014	442.368,00	34.579,52						
020566/2013-33	2	201300118	Projeto de Extensão.; programa de apoio aos Dirigentes Municipais de Educação,	10/07/2013	31/03/2014	79.227,26	0,00						
004248/2009-49	2	200900064	Projeto "Um estudo aberto, multicêntrico e de seguimento para avaliar a segurança e a eficácia a longo prazo do brivaracetam utilizado como tratamento para portadores de epilepsia", financiado pela PPD Development LP.	23/04/2009	22/04/2014	24.024,00	0,00						
051839/2011-20	2	201100259	Projeto de extensão Odontologia e Saúde Bucal no SUS baseada em Evidências Científicas, financiado pelo Ministério da Saúde.	14/03/2012	20/05/2014	413.400,00	0,00						
055681/2012-48	2	201200501	Execução do projeto de extensão Prevenção do uso de Drogas Capacitação para Conselheiros e Lideranças - Comunitárias 5ª Edição	18/12/2012	30/05/2014	6.600.000,00	0,00						
037956/2011-81	1	201200388	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de	25/07/2012	31/05/2014	182.000,00	0,00						

			Especialização, em Engenharia Automotiva.											
038533/2011-88	2	201200363	Projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Dentística.	31/05/2012	30/06/2014	604.800,00	143.394,71							
006423/2012-38	2	201200364	Contratação de laboratório de apoio para a realização de análise microbiológica do leite humano.	01/07/2012	30/06/2014	9.713,60	3.300,00							
047447/2013-28	2	201300211	Projeto de Extensão "IV Congresso Latino-Americano de Biotecnologia de Algas e IV WorKshop da Redealgas", Financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.	14/11/2013	30/06/2014	250.000,00	250.000,00							
073385/2013-18	2	201300236	Execução do Projeto de Extensão "5ª Ed. do Curso de Capacitação Básica Continuada, Orientações de Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução".	12/02/2014	30/06/2014	256.100,00	256.100,00							
020746/2009-39	1	200900140	Cooperação técnica e administrativa para apoio na preparação do material didático e execução do 2º e 3º semestres do curso de	26/06/2009	31/07/2014	2.592.161,04	0,00							

			Licenciatura e Bacharelado em Língua Brasileira de Sinais - Expansão, na modalidade à distancia, financiado pelo FNDE.											
051631/2012-91	2	201200518	Execução do projeto de extensão, Pesquisa e acompanhamento para viabilidade de alternativas produtivas e comerciais à atividade do fumo na região litoral Catarinense.	25/07/2013	31/07/2014	100.000,00	0,00							
063688/2013-14	3	201300192	Prestação de serviço para apoio administrativo e financeiro para execução do "Concurso UFSC e Hospital Universitário".	12/11/2013	31/07/2014	360.202,25	0,00							
038543/2012-02	2	201200507	Execução do projeto de Pesquisa Metodologia de Avaliação de Vulnerabilidade para Mapeamento de Áreas Suscetíveis a Deslizamentos e inundações, - Proposta Piloto em Santa Catarina"	10/01/2013	30/08/2014	316.729,00	216.021,00							
051824/2011-61	2	201100261	Execução do Projeto de Pesquisa Metodologia para qualificação de riscos costeiros, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente.	09/02/2012	31/08/2014	1.033.800,00	258.450,00							

058524/2012-94	2	201200493	Execução do projeto de extensão Avaliação do serviço móvel de urgência, financiado pelo Ministério da Saúde.	05/02/2013	30/10/2014	370.000,00	0,00						
056701/2012-06	2	201300038	Projeto de extensão "Curso de Educação a Distância em Atenção Domiciliar - Programa Melhor em Casa", financiado pelo Ministério da Saúde. (OBS: C A N C E L A D O)	02/01/2013	30/10/2014	2.125.000,00	0,00						
063691/2013-38	3	201300191	Prestação de serviço para apoio administrativo e financeiro para execução do "Concurso Vestibular 2014".	01/11/2013	30/10/2014	1.821.001,31	521.001,31						
050165/2012-27	2	201200483	Execução do projeto de "Pesquisa, elaboração e produção de materiais instrucionais visando a orientação de Estados e Municípios para o alinhamento dos planos de educação"	21/12/2012	31/10/2014	2.929.807,00	0,00						
052112/2011-60	2	201100270	Projeto de Extensão Curso Gestão de Convênios e Aplicação de Recursos, financiado pelo Ministério da Integração Nacional	14/04/2012	07/11/2014	932.278,83	385.026,17						

034458/2009-61	1	200900324	Implementação do projeto de ensino "Gestão e Docência em Ensino a Distância-UAB/UFSC, financiado pelo Ministério da Educação.	10/11/2009	10/11/2014	386.372,72	616.999,84						
00459612009-42	3	200900404	Implantação do Projeto Educação do Campo - Licenciatura: áreas de Ciências da Natureza e de Matemática e Ciências Agrárias.	30/12/2009	11/11/2014	800.000,00	200.000,00						
00409362009-72	1	200900431	Apoio na implementação do Projeto de Ensino "Licenciatura dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica - Guarani, Kaingang e XoKleng, financiado pelo FNDE/MEC.	18/12/2009	12/11/2014	1.765.840,00	1.630.864,00						
010829/2010-53	1	201000082	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Gestão da Assistência Farmacêutica em conformidade com o disposto na Lei 9.958/94.	24/05/2010	13/11/2014	8.412.371,16	0,00						
016074/2010-09	2	201000132	Implementação do projeto de pesquisa ComICIP60- Arquitetura de Comunicação para a Placa Intelbras ICIP60, financiado pela Intelbras.	08/07/2010	14/11/2014	466.105,26	138.700,00						

024254/2010-56	1	201000181	Execução do projeto de ensino 1ª e 2ª semestres dos cursos na modalidade a distância do Programa Nacional de Formação em Administração Pública-PNAP, financiado pela CAPES.	02/09/2010	15/11/2014	787.078,30	336.066,50						
040011/2010-65	2	201000257	Ampliação das ações e a cobertura do Programa Nacional de Controle de Qualidade para testes de diagnóstico do HIV e Sifilis e o monitoramento da infecção pelo HIV/AIDS.	02/12/2010	16/11/2014	3.500.000,00	0,00						
040013/2010-54	2	201000260	Projeto intitulado Des. e Implantação de soluções tecnológicas baseadas em energia solar fotovoltaica para empreendimentos produtivos comunitários na Amazônia.	02/12/2010	17/11/2014	580.000,00	75.812,89						
043052/2010-11	2	201000271	Projeto de "Formação de recursos humanos na atenção primária á saúde - Cooperação técnica Brasil, Cuba e Haiti.	09/12/2010	18/11/2014	6.500.000,00	0,00						
045066/2010-61	2	201000300	Projeto de Aquisição de Material de Controle de equipamentos para laboratório de pesquisa e inovação em DST, AIDS e controle de qualidade dos testes para	17/12/2010	19/11/2014	791.000,00	0,00						

			diagnóstico e monitoramento das DST, AIDS e doenças relacionadas.											
045297/2010-75	1	201000301	Oferta do 1º e 2º semestres dos cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB III) - Licenciaturas em Letras-Português, Letras-Espanhol e Administração., financiado pelo Ministério da Educação.	17/12/2010	20/11/2014	1.116.043,96	189.022,58							
000009/2011-34	3	201100029	Viabilização de recursos humanos, materiais e serviços da área de saúde e áreas de apoio, visando a assistência à saúde e consequentemente o ensino e a pesquisa, combinando a melhoria da qualidade dos serviços hospitalares e ambulatoriais	22/03/2011	21/11/2014	48.012.451,79	8.640.000,00							
032455/2009-93	2	201100055	Execução do projeto de extensão Editora da UFSC.	29/03/2011	22/11/2014	2.931.800,00	661.352,03							
042028/2010-57	1	201100073	Curso de Pós-Graduação lato Sensu, em nível de Especialização, Design Estratégico.	13/05/2011	23/11/2014	550.240,00	26.294,26							

032908/2011-04	2	201100171	Execução do Projeto Qualificação de profissionais de Enfermagem e de Agentes de Saúde para a atenção rede integrada do SUS: Saúde Mental, Materno Infantil, Urgência e Emergência e Doenças não transmissíveis, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	30/09/2011	24/11/2014	7.500.000,00	500.000,00						
028495/2011-55	1	201100180	Projeto de ensino "1º e 2º semestre dos cursos na modalidade a distância do Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP - 2ª Turma", financiado pela CAPES.	14/10/2011	25/11/2014	342.060,42	246.738,00						
049264/2011-85	3	201100218	Projeto inst. Desenvolvimento e implantação do projeto de modernização tecnológica e institucional do sistema de gestão acadêmica através de fábrica de software no Depto de Sistemas de Informação da SETIC. financiado pela UFSC..	14/03/2012	26/11/2014	919.322,40	0,00						

038334/2011-70	2	201100234	Projeto de Pesquisa Telessaúde IV , para fortalecimento e qualificação da atenção Básica: Núcleo Santa Catarina, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	15/12/2011	27/11/2014	2.000.000,00	0,00						
047121/2011-39	2	201100237	Projeto de pesquisa "Desenvolvimento e validação de um sistema de vigilância On-Line para a medida do consumo alimentar e da atividade física de escolares de 7 a 10 anos, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	30/01/2012	30/11/2014	1.304.000,00	0,00						
047767/2011-16	1	201200381	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Design Experiencial.	25/07/2012	30/11/2014	199.451,57	49.264,79						
046734/2012-30	2	201200475	Projeto de extensão referente à realização de um "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Educação Infantil"	03/12/2012	30/11/2014	562.726,50	0,00						
060388/2012-01	2	201200523	Desenvolvimento de Software. (CONTRATO N ÃO ASSINADO - CANCELADO)	07/12/2012	30/11/2014	126.390,60	0,00						
023944/2014-11	2	201400177	Execução da atividade de extensão intitulada: "IV	01/10/2014	05/12/2014	394.941,22	394.941,22						

			Congresso Paradesportivo Internacional".											
023394/2012-79	2	201200370	Projeto de pesquisa "Unidade estratégica de suporte a operação de despacho de carga de linhas de transmissão nacionais baseada em dados ambientais em tempo atual", financiado pela FINEP/UFSC.	23/07/2012	09/12/2014	100.000,00	0,00							
078078/2013-15	2	201300259	Execução do projeto de Extensão: "Pesquisa, desenvolvimento e inovação em atividades técnicas e educacionais para o Sistema de Educação Permanente, TELELAB"	07/03/2014	11/12/2014	2.200.000,00	2.200.000,00							
078145/2013-00	2	201300263	Projeto de Extensão: Qualidade da Rede de Monitoramento e Diagnóstico da Infecção pelo HIV e das Hepatites Virais: Avaliação Externa da Qualidade e Controle de Kits e insumos.	19/05/2014	11/12/2014	2.021.480,00	2.021.480,00							
074639/2013-15	2	201300249	Execução do projeto de Extensão "Mitârusu Mbo'epy: Petei Tape. Formação de Jovens: Um Caminho II"	04/03/2014	12/12/2014	512.200,00	512.200,00							
019990/2013-35	2	201300166	Execução do projeto de extensão "Seminário	30/09/2013	20/12/2014	364.865,04	0,00							

			Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais do Feminismo".											
058163/2012-86	2	201200496	Apoio administrativo na execução do projeto de extensão "Pró-Saúde/Pet-Saúde"(OBS: Recurso do final do ano 2012, (so empenhado CONTRATO NÃO ASSINADO)	29/11/2012	29/12/2014	759.999,10	0,00							
050615/2011-09	2	201100242	Projeto de Pesquisa "Cadastro, Atualização e Avaliação dos Imóveis de Bens Públicos da União em Santa Catarina -Próprios Nacionais", financiado pelo Ministério do Planejamento.	01/03/2012	30/12/2014	500.000,00	100.000,00							
065210/2013-29	2	201300226	Execução do projeto de extensão: "Curso de Prevenção do Uso de Drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias - 6ª e 7ª edições".	06/12/2013	30/12/2014	16.201.926,00	9.000.000,00							
073372/2013-31	2	201300238	Execução do Projeto de Extensão "Curso de Capacitação para Usuários do S2ID Módulos de Registro e Reconhecimento e de Resposta"	20/03/2014	30/12/2014	766.856,25	412.856,25							

023079/2014-11	2	201400115	Execução da Atividade de Extensão: "Fórum da Área da Administração Pública (Programa Nacional de Formação em Administração Pública- PNAP) do sistema Universidade Aberta do Brasil".	24/07/2014	30/12/2014	427.330,00	427.330,00						
061446/2008-29	1	200800291	Apoio na execução dos cursos de licenciaturas em Física, Matemática, Ciências Biológicas, Letras-Inglês e especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares e, Matemática / Formação de Professor, na modalidade a distância financiado pelo FNDE.	26/12/2008	31/12/2014	2.291.375,80	580.927,70						
050033/2011-14	2	201100241	Projeto de extensão "Formação de Especialistas em Saúde da Família", financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	01/03/2012	31/12/2014	3.750.000,00	750.000,00						
048969/2012-66	2	201200485	Execução do projeto de extensão "Programa Incluir"	08/11/2012	31/12/2014	87.969,00	0,00						
057953/2012-44	2	201200516	Execução do Projeto de Extensão, Curso de capacitação em gestão de desastres e ações de recuperação, modulo III.	18/03/2013	31/12/2014	564.430,00	95.350,00						

053265/2012-13	2	201300031	Comercialização de produtos e gestão financeira na execução do projeto de extensão "Fazenda Experimental da Ressacada".	18/03/2013	31/12/2014	118.500,00	49.625,92						
001546/2013-63	2	201300097	Projeto de extensão: Produção de material instrucional para educação permanente, na modalidade de ensino à distância. (Empenho Cont. 520/2012)	15/05/2013	31/12/2014	1.800.000,00	0,00						
016310/2013-21	2	201300109	Execução do projeto de extensão " Capoeira da Ilha: na volta que o mundo dá!".	13/06/2013	31/12/2014	121.960,00	0,00						
057118/2013-95	2	201300168	Execução do Projeto: "Pró-Letramento-Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa".	10/10/2013	31/12/2014	1.074.400,00	134.709,00						
050703/2012-83	2	201300209	Projeto de Pesquisa Intitulado: "Florianópolis Arqueologia".	12/12/2013	31/12/2014	60.000,00	60.000,00						
055977/2013-40	2	201300221	Projeto de Pesquisa intitulado "Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para implantação do Novo Portal do Professor".	26/11/2013	31/12/2014	2.379.000,00	1.379.000,00						
068941/2013-26	2	201300248	Execução do projeto de Extensão "Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Campo em Santa Catarina - 2013-	09/05/2014	31/12/2014	247.033,12	247.033,12						

			2014"												
069035/2013-49	2	201300250	Execução do projeto de Extensão "Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas - (6ª Edição)"	12/02/2014	31/12/2014	1.899.182,32	1.899.182,32								
007130/2014-30	3	201400054	Execução do projeto Institucional "Programa institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE)".	05/04/2014	31/12/2014	761.406,13	210.074,01								
036024/2013-82	2	201400066	Projeto de Extensão: "Ações de Apoio à saúde para as equipes de atenção básica no estado de Santa Catarina, por meio do núcleo Telessaúde SC". Contrato com Secret. 041/2014.	12/02/2014	31/12/2014	800.000,00	500.000,00								
019762/2014-46	2	201400081	Projeto de Extensão: As Florestas nas Escolas de Campo.	26/06/2014	31/12/2014	75.241,00	75.241,00								
023352/2014-08	2	201400082	Projeto de extensão: "Promoção materioteca com ênfase na sustentabilidade _ uma nova abordagem para seleção de materiais aplicados ao projeto".	16/06/2014	31/12/2014	18.115,00	18.115,00								
041700/2013-30	3	201400083	Execução do projeto de Desenvolvimento Institucional "Territorialização das	26/06/2014	31/12/2014	127.000,00	127.000,00								

			Ações de Convivência na UFSC".												
018059/2014-11	2	201400103	Execução do projeto de Extensão: "Realização do XX Congresso Brasileiro de Engenharia Química - COBEQ -2014".	02/06/2014	31/12/2014	59.000,00	59.000,00								
033386/2014-01	2	201400127	Execução da Atividade de Extensão Intitulada: "4º AQI na Rua: Projeto de extensão para divulgação do curso de Engenharia de Aquicultura".	01/08/2014	31/12/2014	21.889,00	21.889,00								
024929/2014-91	2	201400173	Execução do Projeto de Extensão "Escola da Terra em Santa Catarina".	09/10/2014	31/12/2014	616.500,00	616.500,00								
032783/2014-57	2	201400223	Execução do Projeto de Extensão "COBRAC 2014" -	03/12/2014	31/12/2014	30.000,00	0,00								
071885/2014-98	2	201400240	Execução do projeto de extensão: "Implantação do Laboratório de Engenharia Biomecânica no INTO".	05/12/2014	31/12/2014	3.500.000,00	0,00								
065890/2014-61	2	201400241	Projeto de Pesquisa: "Estratégias Integradas e Participativas de conservação, manejo (melhoramento e produção de sementes) e uso de variedades criolas de Zea maysl (milho comum, pipoca e doce)	05/12/2014	31/12/2014	214.499,63	0,00								

059354/2014-27	2	201400249	Projeto de Extensão "Educação Física na Infância".	18/11/2014	31/12/2014	64.220,00	0,00						
023152/2014-47	2	201400124	Projeto de Extensão: "Promoção de Saúde na Comunidade Contestado".	01/07/2014	01/01/2015	27.834,00	27.834,00						
078040/2013-42	2	201300256	Execução do projeto de pesquisa: "Vigilância da resistência aos antimicrobianos das estirpes de Neisseria gonorrhoeae circulantes no Brasil"	15/05/2014	10/01/2015	1.040.000,00	940.000,00						
057955/2012-33	2	201200517	Execução do Projeto de Pesquisa , Implantação de Laboratório de Gestão de Riscos de Desastres.	18/03/2013	30/01/2015	357.200,00	0,00						
004471/2014-53	2	201400052	Execução do projeto de extensão: "Programa Educação Sexual nas Escolas do município de Florianópolis utilizando a Interação Comunitária do Curso de Medicina da UFSC e Mídias Sociais".	02/04/2014	31/01/2015	65.000,00	65.000,00						
051832/2011-16	2	201100256	Projeto de pesquisa Desenvolvimento e implantação de novas funcionalidades no Sistema de Custos Operacionais Ferroviários e na Ferramenta SISLOG, Sistema Logístico e de Transportes, financiado	01/03/2012	15/02/2015	4.877.048,00	362.232,00						

			pela - ANTT.												
064165/2013-95	2	201300228	Execução do projeto de extensão: " Formação continuada de Conselheiros Municipais de Educação".	20/02/2014	28/02/2015	115.926,56	115.926,56								
026920/2014-34	2	201400140	Execução do projeto: "Pró-Letramento - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa -Curso de Formação 2014".	12/09/2014	28/02/2015	1.650.000,00	650.000,00								
044268/2014-10	2	201400236	Execução do evento de extensão intitulado: "Encontro da Rede de Sementes Livres Brasil".	30/11/2014	28/02/2015	70.500,00	0,00								
014396/2012-77	2	201200371	Apoio Administrativo, comercialização de produtos e gestão financeira na execução do projeto de extensão "Fazenda Experimental Yakult da UFSC". localizado no Balneário Barra do Sul/SC.	02/07/2012	12/03/2015	1.500.000,00	68.336,67								
014557/2012-22	2	201200378	Comercialização de produtos e gestão financeira na Execução do projeto de extensão Laboratório de Camarões Marinhos da UFSC, localizado na Barra da	30/05/2012	12/03/2015	1.260.000,00	0,00								

			Lagoa.											
021921/2014-72	2	201400105	Execução do projeto de Extensão: "Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação -2014".	11/07/2014	30/03/2015	87.308,29	87.308,29							
032616/2013-25	2	201300189	Execução do projeto de extensão "Formação Continuada de professores de Inglês do Estado de SC".	31/10/2013	31/03/2015	195.129,19	0,00							
042187/2013-02	1	201300205	Realização de um Curso de Pós-graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicada à Segurança Pública e Direitos Humanos.	04/12/2013	31/03/2015	260.000,00	260.000,00							
021877/2014-09	2	201400104	Execução do projeto de Extensão: "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT 2014)".	01/07/2014	31/03/2015	90.000,00	90.000,00							
051315/2011-39	2	201100248	Projeto de Pesquisa, Análise da Sustentabilidade dos Principais Sistemas de Cultivo de Camarões Marinhos, financiado pelo Ministério da Pesca.	15/05/2012	23/04/2015	934.465,00	0,00							

042477/2012-67	1	201300022	Execução do projeto de ensino referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em UX Design.	18/03/2013	30/04/2015	404.203,86	187.624,59						
009117/2013-34	2	201300125	Execução do projeto de extensão; Gestar II - Programa gestão da qualidade escolar.	18/07/2013	30/04/2015	443.186,00	197.402,24						
065874/2014-79	2	201400256	Apoio administrativo ao projeto "Estudo sobre o impacto da Estratégia EAD na Formação dos Farmacêuticos".	30/12/2014	05/05/2015	1.500.000,00	0,00						
068237/2013-73	2	201300222	Execução do projeto de extensão: "De olho na Terra - Estadual/SC".	06/12/2013	15/05/2015	1.870.280,52	1.870.280,52						
025034/2014-73	2	201400106	Execução do projeto de extensão: "Pacto Nacional pelo fortalecimento do ensino médio: Potencialização a formação continuada de professores em Santa Catarina".	15/07/2014	30/05/2015	880.000,00	440.000,00						
052393/2012-31	1	201300090	Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica.	18/04/2013	31/05/2015	446.607,13	180.400,00						
021423/2014-20	2	201400225	Projeto de Extensão ;"Centro Regional de referencia para formação Permanente de Profissionais que Atuam com Usuários de Crack e	21/11/2014	31/05/2015	299.755,00	0,00						

			Outras Drogas e Seus Familiares CCR-UFSC), 2014 -2015.											
024149/2014-41	2	201400180	Execução do projeto de pesquisa: "Genotipagem do HIV-1 in house (RENAGENO in house) em Pacientes sob Falha Terapêutica e resistentes à Terapia Antirretroviral - TARV".	16/10/2014	01/06/2015	3.600.000,00	3.600.000,00							
037376/2014-36	2	201400116	Execução da atividade de Extensão intitulada: "Manutenção das Atividades do Comitê Gestor de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública".	11/08/2014	15/06/2015	69.136,21	50.400,00							
050824/2012-25	2	201200477	Execução do projeto de extensão intitulado "Programa de Formação Continuada de Professores para Educação Digital".	28/12/2012	30/06/2015	3.819.869,00	0,00							
070481/2013-04	2	201300235	Execução do Projeto de Pesquisa: "Desenvolvimento e Implantação de novas tecnologias de produção de microalgas e de espécies nativas de moluscos bivalves no	20/02/2014	30/06/2015	527.895,76	527.895,76							

			Laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC",												
072682/2013-38	2	201300244	Projeto de pesquisa: "Assessoria Técnica e Avaliação de Municípios - Análise do uso e da aplicação de soluções a partir de produtos de gestão de risco entregues pelo Governo Federal a municípios de Santa Catarina" -	20/02/2014	30/06/2015	700.125,00	350.062,50								
028075/2014-11	2	201400237	Execução do projeto de Extensão "Estratégia de implantação do e-SUS AB".	04/12/2014	30/06/2015	501.000,00	0,00								
061856/2012-56	2	201200567	Apoio administrativo ao projeto de extensão intitulado "Desenvolvimento de Metodologias e Tecnologias Educacionais na Implantação de Processos de Formação, Qualificação e Desenvolvimento de Inteligência Institucional para o SUS.	19/12/2012	30/07/2015	30.000.000,00	0,00								

053342/2014-99	2	201400196	Atividade de Extensão Intitulada: "Professores Auxiliares: Formação continuada para profissionais em atuação na educação infantil das redes públicas de Santa Catarina -Pró-Docência".	24/10/2014	30/07/2015	200.000,00	200.000,00						
058934/2013-16	3	201300203	Apoio administrativo para execução do "Projeto de Desenvolvimento Institucional - Pista Sintética de Atletismo".	14/11/2013	31/07/2015	5.125.586,63	14.500,00						
060318/2013-25	2	201300220	Execução do Projeto de Extensão: Avaliação da tecnologia de próteses ortopédicas nacionais e importadas utilizadas em artroplastia total de quadril".	26/11/2013	31/07/2015	2.700.000,00	2.700.000,00						
043395/2013-11	1	201300227	Execução do projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização Multiprofissional, na Atenção Básica.	12/02/2014	31/07/2015	4.500.000,00	4.500.000,00						
037345/2011-32	1	201400179	Execução do projeto de ensino referente à realização de uma "Turma de Doutorado em Enfermagem - Modalidade Interinstitucional -	16/10/2014	31/07/2015	160.000,00	160.000,00						

			DINTER".											
040990/2013-02	2	201300169	Apoio à ANTT em estudos de reversibilidade de bens e de definição de valores de direito de passagem nas atuais concessões ferroviárias de cargas, bem como, na revisão metodológica das estimativas de demanda.	09/10/2013	04/08/2015	5.297.745,00	4.269.464,25							
043366/2013-59	2	201300237	Execução do Projeto de Extensão "Continuidade da Regularização e Gestão Ambiental Portuária - PRGAP".	13/12/2013	20/08/2015	1.953.155,60	976.577,80							
035421/2013-37	2	201300232	Execução do projeto "Centro de Especialidades Odontológicas - Brasil Sorridente".	02/12/2013	30/08/2015	646.645,46	270.600,00							
034814/2012-42	2	201200444	Execução do projeto de extensão "S2ID - Controle de processos para transferência obrigatória e obras de prevenção".	14/09/2012	31/08/2015	1.382.625,00	0,00							
035809/2013-38	1	201400110	Projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação lato sensu, em nível de Especialização em Gestão de Bibliotecas	20/03/2014	31/08/2015	129.328,70	129.328,70							

			Escolares.											
045216/2012-07	2	201200492	Projeto de extensão Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica Turma - C - PROVAB.	03/12/2012	06/09/2015	576.000,00	0,00							
055012/2013-57	2	201300247	Execução do projeto de extensão "Apoio a Formação de Turma do Curso de Licenciatura em Educação do Campo"	20/02/2014	30/09/2015	1.776.000,00	1.483.940,00							
033991/2014-73	2	201400198	Execução da atividade de extensão intitulada: "Formação continuada de conselheiros Municipais de Educação".	10/11/2014	30/09/2015	88.872,19	0,00							
075239/2013-19	1	201400125	Projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Atenção Domiciliar".	18/07/2014	24/10/2015	1.000.000,00	700.000,00							
026409/2013-31	2	201300212	Projeto de Extensão: "Núcleo de Pesquisa e Extensão em Horticultura e Ovinocultura Agroecológica para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável como Estratégia Alternativa Estruturante à	27/11/2013	31/10/2015	402.182,83	402.182,83							

			Substituição do Cultivo do Tabaco na Agricultura Familiar."												
057090/2012-13	2	201200500	Projeto de extensão Curso sobre saúde mental e trabalho em rede: demandas ao consumo de álcool e outras drogas. (OBS: Subst. do coord, conf. ofício 16/2013 - período de (1) um ano)	22/01/2013	30/11/2015	7.200.000,00	584.000,00								
062065/2012-43	2	201300096	Projeto de Pesquisa: Programa de avaliação externa da qualidade para laboratórios da rede do departamento de DST Aids e Hepatites virais para: Testes rápidos, testes sorológicos para hepatites virais.(Empenho - Cont - 520/2012)	17/05/2013	30/11/2015	1.797.936,00	0,00								
069529/2014-12	2	201400233	Execução do projeto de pesquisa:"Telessaude V para o Fortalecimento e qualidade da atenção Básica: Núcleo Santa Catarina".	16/12/2014	30/11/2015	296.940,00	0,00								
075521/2013-04	2	201300258	Execução do projeto de Pesquisa: " Projeto Telessaúde V para o Fortalecimento e	26/02/2014	06/12/2015	3.638.950,00	2.663.605,00								

			Qualificação da Atenção Básica: Núcleo Santa Catarina".												
065623/2014-94	2	201400228	Execução do Projeto de Extensão: Inclusão Digital Indígena.	03/12/2014	12/12/2015	750.000,00	0,00								
011690/2013-16	2	201300087	Execução do Projeto de Pesquisa "Programa de Atividades Físicas a Comunidade".	04/05/2013	13/12/2015	375.000,00	63.246,00								
027740/2014-50	2	201400172	Execução da Atividade de Extensão Intitulada "Implantação da Ação Saberes Indígenas na Escola, junto a escolas Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ em Santa Catarina".	06/10/2014	18/12/2015	388.400,00	388.400,00								
070480/2013-51	2	201300234	Execução do Projeto de Extensão: "Projeto de Extensão do Sistema de Informações Integradas sobre Desastres (S2ID)".	12/02/2014	28/12/2015	1.001.750,00	1.001.750,00								
055654/2012-75	2	201200497	Apoio administrativo na implementação do projeto de extensão "Capacitação em Violência Doméstica para a Atenção Básica"	26/12/2012	29/12/2015	2.400.000,00	0,00								
053390/2012-15	2	201200512	Projeto de extensão "Estudos Especializados e Planos Estratégicos com Foco na Cadeia Produtiva, como Suporte na Confecção de Projeto	08/01/2013	31/12/2015	19.103.950,53	6.830.000,00								

			Técnico, Acompanhamento à Implementação e Monitoramento de Empreendimentos Agroindustriais em Assentamentos												
058955/2012-51	2	201200521	Projeto de extensão "Capacitação para a Gestão da Assistência Farmacêutica - EAD",	21/12/2012	31/12/2015	7.805.250,00	2.815.125,00								
060147/2012-53	2	201200525	Aperfeiçoamento do sistema de prevenção, controle e atendimento emergencial em acidentes com produtos perigosos em SC	28/02/2013	31/12/2015	1.061.377,98	459.122,38								
063526/2012-03	2	201200577	Execução do projeto de pesquisa " Implantação do Centro de Supervisão Ferroviária - CSF e novas Aplicações no Sistema de Informação SAFF".	11/04/2013	31/12/2015	7.135.006,00	2.493.333,92								
019158/2013-39	2	201300119	Execução do projeto; Elaboração de metodologia para acompanhamento e avaliação dos cursos técnicos da Rede Escola Técnica Aberto do Brasil (eTec Brasil)	27/06/2013	31/12/2015	2.995.380,00	995.380,00								
018940/2013-31	2	201300124	Execução do projeto de extensão; Desenvolvimento de modelo de governança	15/07/2013	31/12/2015	2.880.012,50	0,00								

			aplicado a Redes de Políticas Públicas de promoção a igualdade social.											
055911/2013-50	2	201300204	Projeto de Extensão: "Projeto análise de Mercado: Produção, Beneficiamento e Comercialização de Alimentos Agroecológicos para o Mercado Institucional da Região Sul do Brasil: RS-SC-PR".	25/11/2013	31/12/2015	5.480.574,55	3.050.000,00							
032935/2013-31	3	201300206	Execução do "Projeto de Desenvolvimento Institucional - Construção de um Ginásio de Tênis, coberto, para a implantação de quadra Laboratório no CDS/UFSC".	28/11/2013	31/12/2015	2.842.069,09	970.039,39							
065658/2013-42	2	201300210	Projeto de Extensão "Centro colaborador em alimentação e nutrição escolar do Estado de Santa Catarina-CECANE/SC".	06/12/2013	31/12/2015	2.811.864,74	623.534,32							
075359/2013-16	2	201300255	Execução do projeto de extensão: "Aperfeiçoamento do Sistema único de Saúde".	19/03/2014	31/12/2015	1.522.411,00	861.205,50							
056620/2014-60	3	201400186	Apoio administrativo e financeiro para execução do "Concurso Vestibular	22/10/2014	31/12/2015	1.807.667,38	1.500.000,00							

			2015".												
004857/2014-65	2	201400222	Execução do projeto de extensão "Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN)".	22/10/2014	31/12/2015	938.563,45	0,00								
055902/2012-88	2	201300262	Execução do projeto de Pesquisa "Ações de Monitoramento de qualidade de insumos para aquicultura".	27/03/2014	31/01/2016	609.078,25	609.078,25								
005368/2014-21	1	201400134	Projeto de ensino referente à realização de um Curso de Especialização à Distância em Educação na Cultura Digital - Proinfo.	08/08/2014	05/02/2016	920.000,00	920.000,00								
064629/2013-63	2	201300252	Execução do projeto de extensão "Formação Continuada em Conselhos Escolares"	27/03/2014	15/02/2016	271.094,60	177.598,60								
058395/2013-15	2	201400227	Execução do Evento de Extensão Intitulado: "Projeto Inglês sem Fronteira".	27/11/2014	01/03/2016	120.000,00	0,00								
065155/2014-58	2	201400231	Execução do projeto de extensão: "De olho na Terra - Região Sul".	03/12/2014	30/05/2016	3.399.712,44	0,00								
019397/2014-70	2	201400226	Execução da Atividade de Extensão Intitulada: "Formação Básica em Auriculoterapia na Atenção Primária à Saúde".	03/12/2014	31/05/2016	2.501.064,00	0,00								

076326/2013-93	2	201300260	Execução do projeto de Extensão: "Cursos de Educação a Distância em Atenção Domiciliar".	14/10/2014	30/06/2016	1.700.000,00	1.000.000,00						
075252/2013-78	1	201400126	Projeto de Ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Aperfeiçoamento em Atenção Domiciliar".	18/07/2014	30/06/2016	700.000,00	0,00						
048268/2014-99	1	201400221	Projeto de ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Docência Infantil".	11/11/2014	30/06/2016	250.190,00	0,00						
069537/2014-51	2	201400234	Execução do projeto de Extensão: "Aquisição de equipamentos e material permanente para o Programa Nacional /Telessaúde Brasil Redes".	03/12/2014	30/06/2016	688.000,00	0,00						
058841/2014-72	2	201400197	Execução do projeto de extensão: "Capacitação sobre expansão e consolidação da estratégia da saúde da família -PROESF".	11/11/2014	20/07/2016	7.000.000,00	3.500.000,00						
031634/2014-71	1	201400151	Projeto de ensino referente à realização do "Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Educação,	02/09/2014	30/07/2016	806.400,00	806.400,00						

			Pobreza e Desigualdade Social".												
064055/2014-12	2	201400202	Apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto de Pesquisa: "Pesquisa do Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social."	17/11/2014	31/07/2016	50.000,00	0,00								
046716/2014-10	1	201400235	Recursos de investimento para os Cursos da UFSC oferecidos na modalidade a distância, pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).;	03/12/2014	30/09/2016	148.000,00	0,00								
075939/2013-11	2	201300257	Execução do projeto: ""Complexo Industrial da Saúde e o serviço de atenção aos usuários de medicamentos: monitoramento de estratégias de acesso " . (NÃO ASSINADO)	27/12/2013	15/12/2016	2.000.000,00	0,00								
051820/2011-83	2	201100257	Projeto de Pesquisa Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente.	14/03/2012	31/12/2016	397.500,00	0,00								

038087/2012-92	1	201200468	Execução do Projeto de ensino "Implementação e oferta do 1º e 2º semestres, 2ª edição de Filosofia no âmbito do Sistema (UAB).	09/11/2012	31/12/2016	262.231,50	0,00						
025895/2014-51	1	201400216	Execução do : "Curso de Especialização em Gestão Escolar".	12/11/2014	31/12/2016	320.437,00	0,00						
051272/2014-34	2	201400238	Execução do projeto de pesquisa: "Tecnologia para a produção de peixes e ornamentais marinhos no LAPOM/UFSC".	04/12/2014	01/01/2017	135.000,00	0,00						
029966/2012-23	2	201200460	Execução da atividade de pesquisa intitulada "Estudos, pesq. e prog. de capacitação para des. e consolidação de métodos e processos p/ suporte à gestão de competências da CGPERT vinculadas às áreas de segurança viária e operações rodoviárias".	31/08/2012	06/07/2017	54.579.420,00	16.713.532,66						
057312/2013-71	2	201300243	Projeto de Pesquisa Intitulado "Pesquisas e Estudos para Apoio Técnico à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República-SAC/PR no Planejamento do Setor aeroportuário Brasileiro". -	12/02/2014	06/12/2017	35.792.800,00	7.587.205,00						

041130/2013-88	1	201400164	Projeto Intitulado: "Oferta e acompanhamento dos cursos: Física, Matemática, Biologia, Letras Espanhol e Núcleo UAB da UFSC no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil".	11/09/2014	30/08/2018	2.790.356,62	270.671,30						
					Total	432.041.947,06	120.081.966,17				Total I	0,00	0,00

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 204 – Recursos pertencentes à UFSC envolvidos nos projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
050872/2012-13	2	71.862,92			3	13.300,00
060282/2012-07	2	236.706,00			6	46.400,00
058660/2012-84	2	253.021,00			6	41.300,00
012280/2013-84	2	30.510,00			1	N/C
049835/2011-81	2	1.800.000,00			5	17.200,00
059639/2012-04	2	299.663,00			4	35.300,00
034665/2012-11	2	168.000,00			2	3.400,00
027834/2013-48	2	50.000,00			1	N/C
040689/2010-48	1	442.368,00			2	30.033,70
020566/2013-33	2	79.227,26			1	10.800,00
004248/2009-49	2	24.024,00			1	24.024,00
051839/2011-20	2	413.400,00			1	41.900,00
055681/2012-48	2	6.600.000,00			23	18.914,55
037956/2011-81	1	182.000,00			1	N/C
038533/2011-88	2	604.800,00			28	230.614,45
006423/2012-38	2	9.713,60			1	N/C
047447/2013-28	2	250.000,00			1	N/C
073385/2013-18	2	256.100,00			9	33.820,00
020746/2009-39	1	2.592.161,04			11	113.228,43
051631/2012-91	2	100.000,00			1	N/C
063688/2013-14	3	360.202,25			4	10.478,31
038543/2012-02	2	316.729,00			2	12.500,00
051824/2011-61	2	1.033.800,00			1	N/C
058524/2012-94	2	370.000,00			10	173.516,67
056701/2012-06	2	2.125.000,00			N/C	N/C
063691/2013-38	3	1.821.001,31			19	221.284,46
050165/2012-27	2	2.929.807,00			N/C	N/C
052112/2011-60	2	932.278,83			10	62.400,00
034458/2009-61	1	386.372,72			6	20.100,00
00459612009-42	3	800.000,00			1	N/C
00409362009-72	1	1.765.840,00			1	N/C
010829/2010-53	1	8.412.371,16			18	160.521,81
016074/2010-09	2	466.105,26			3	105.000,00
024254/2010-56	1	787.078,30			1	N/C
040011/2010-65	2	3.500.000,00			1	15.000,00
040013/2010-54	2	580.000,00			1	N/C
043052/2010-11	2	6.500.000,00			5	52.288,59
045066/2010-61	2	791.000,00			1	N/C
045297/2010-75	1	1.116.043,96			59	346.146,71
000009/2011-34	3	48.012.451,79			1	N/C

032455/2009-93	2	2.931.800,00			1	3.206,00
042028/2010-57	1	550.240,00			1	17.800,00
032908/2011-04	2	7.500.000,00			36	203.600,00
028495/2011-55	1	342.060,42			1	N/C
049264/2011-85	3	919.322,40			1	N/C
038334/2011-70	2	2.000.000,00			1	4.500,00
047121/2011-39	2	1.304.000,00			5	148.251,36
047767/2011-16	1	199.451,57			3	6.714,34
046734/2012-30	2	562.726,50			1	2.000,00
060388/2012-01	2	126.390,60			N/C	N/C
023944/2014-11	2	394.941,22			1	N/C
023394/2012-79	2	100.000,00			1	N/C
078078/2013-15	2	2.200.000,00			2	6.300,00
078145/2013-00	2	2.021.480,00			1	N/C
074639/2013-15	2	512.200,00			1	N/C
019990/2013-35	2	364.865,04			1	N/C
058163/2012-86	2	759.999,10			1	N/C
050615/2011-09	2	500.000,00			1	19.500,00
065210/2013-29	2	16.201.926,00			3	3.600,00
073372/2013-31	2	766.856,25			2	N/C
023079/2014-11	2	427.330,00			1	N/C
061446/2008-29	1	2.291.375,80			33	124.346,16
050033/2011-14	2	3.750.000,00			37	235.430,00
048969/2012-66	2	87.969,00			1	N/C
057953/2012-44	2	564.430,00			2	12.000,00
053265/2012-13	2	118.500,00			1	N/C
001546/2013-63	2	1.800.000,00			8	137.100,00
016310/2013-21	2	121.960,00			2	50.000,00
057118/2013-95	2	1.074.400,00			1	N/C
050703/2012-83	2	60.000,00			1	N/C
055977/2013-40	2	2.379.000,00			2	42.273,66
068941/2013-26	2	247.033,12			1	N/C
069035/2013-49	2	1.899.182,32			1	N/C
007130/2014-30	3	761.406,13			1	N/C
036024/2013-82	2	800.000,00			1	N/C
019762/2014-46	2	75.241,00			1	N/C
023352/2014-08	2	18.115,00			1	N/C
041700/2013-30	3	127.000,00			2	26.400,00
018059/2014-11	2	59.000,00			1	N/C
033386/2014-01	2	21.889,00			1	N/C
024929/2014-91	2	616.500,00			1	N/C
032783/2014-57	2	30.000,00			1	N/C
071885/2014-98	2	3.500.000,00			N/C	N/C
065890/2014-61	2	214.499,63			N/C	N/C
059354/2014-27	2	64.220,00			1	N/C
023152/2014-47	2	27.834,00			1	N/C
078040/2013-42	2	1.040.000,00			1	N/C
057955/2012-33	2	357.200,00			2	40.000,00
004471/2014-53	2	65.000,00			1	N/C
051832/2011-16	2	4.877.048,00			1	N/C
064165/2013-95	2	115.926,56			1	N/C
026920/2014-34	2	1.650.000,00			4	N/C

044268/2014-10	2	70.500,00			1	N/C
014396/2012-77	2	1.500.000,00			6	N/C
014557/2012-22	2	1.260.000,00			1	N/C
021921/2014-72	2	87.308,29			1	N/C
032616/2013-25	2	195.129,19			3	36.000,00
042187/2013-02	1	260.000,00			8	53.200,00
021877/2014-09	2	90.000,00			2	N/C
051315/2011-39	2	934.465,00			7	N/C
042477/2012-67	1	404.203,86			5	36.000,00
009117/2013-34	2	443.186,00			3	26.000,00
065874/2014-79	2	1.500.000,00			1	N/C
068237/2013-73	2	1.870.280,52			1	N/C
025034/2014-73	2	880.000,00			9	21.125,00
052393/2012-31	1	446.607,13			4	59.400,00
021423/2014-20	2	299.755,00			1	N/C
024149/2014-41	2	3.600.000,00			1	N/C
037376/2014-36	2	69.136,21			1	N/C
050824/2012-25	2	3.819.869,00			5	34.200,00
070481/2013-04	2	527.895,76			1	N/C
072682/2013-38	2	700.125,00			3	33.260,00
028075/2014-11	2	501.000,00			1	N/C
061856/2012-56	2	30.000.000,00			3	39.000,00
053342/2014-99	2	200.000,00			1	N/C
058934/2013-16	3	5.125.586,63			1	N/C
060318/2013-25	2	2.700.000,00			5	94.580,00
043395/2013-11	1	4.500.000,00			11	35.977,70
037345/2011-32	1	160.000,00			7	26.000,00
040990/2013-02	2	5.297.745,00			1	N/C
043366/2013-59	2	1.953.155,60			4	37.604,09
035421/2013-37	2	646.645,46			2	17.800,00
034814/2012-42	2	1.382.625,00			2	13.600,00
035809/2013-38	1	129.328,70			1	N/C
045216/2012-07	2	576.000,00			1	N/C
055012/2013-57	2	1.776.000,00			1	N/C
033991/2014-73	2	88.872,19			1	N/C
075239/2013-19	1	1.000.000,00			9	38.960,55
026409/2013-31	2	402.182,83			8	N/C
057090/2012-13	2	7.200.000,00			22	220.105,80
062065/2012-43	2	1.797.936,00			1	25.000,00
069529/2014-12	2	296.940,00			1	N/C
075521/2013-04	2	3.638.950,00			1	N/C
065623/2014-94	2	750.000,00			1	N/C
011690/2013-16	2	375.000,00			1	N/C
027740/2014-50	2	388.400,00			1	N/C
070480/2013-51	2	1.001.750,00			1	N/C
055654/2012-75	2	2.400.000,00			12	80.880,00
053390/2012-15	2	19.103.950,53			1	N/C
058955/2012-51	2	7.805.250,00			21	100.525,00
060147/2012-53	2	1.061.377,98			3	5.000,00
063526/2012-03	2	7.135.006,00			1	N/C
019158/2013-39	2	2.995.380,00			12	499.150,00
018940/2013-31	2	2.880.012,50			15	240.300,00

055911/2013-50	2	5.480.574,55			1	N/C
032935/2013-31	3	2.842.069,09			1	N/C
065658/2013-42	2	2.811.864,74			4	77.036,24
075359/2013-16	2	1.522.411,00			2	67.400,00
056620/2014-60	3	1.807.667,38			15	81.865,08
004857/2014-65	2	938.563,45			1	N/C
055902/2012-88	2	609.078,25			1	12.100,00
005368/2014-21	1	920.000,00			3	10.593,17
064629/2013-63	2	271.094,60			1	N/C
058395/2013-15	2	120.000,00			1	N/C
065155/2014-58	2	3.399.712,44			1	N/C
019397/2014-70	2	2.501.064,00			6	N/C
076326/2013-93	2	1.700.000,00			2	6.415,70
075252/2013-78	1	700.000,00			1	N/C
048268/2014-99	1	250.190,00			1	N/C
069537/2014-51	2	688.000,00			1	N/C
058841/2014-72	2	7.000.000,00			1	N/C
031634/2014-71	1	806.400,00			3	N/C
064055/2014-12	2	50.000,00			1	N/C
046716/2014-10	1	148.000,00			1	N/C
075939/2013-11	2	2.000.000,00			1	N/C
051820/2011-83	2	397.500,00			1	N/C
038087/2012-92	1	262.231,50			1	N/C
025895/2014-51	1	320.437,00			1	N/C
051272/2014-34	2	135.000,00			1	N/C
029966/2012-23	2	54.579.420,00			18	505.486,00
057312/2013-71	2	35.792.800,00			7	144.950,00
041130/2013-88	1	2.790.356,62			5	N/C
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico						

Fonte: PROAD/UFSC

Relação de coordenadores e bolsitas – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária:

Processo

050872/2012-13

Contrato

201200482

Coordenador:

Daniela Karine Ramos Segundo

Bolsistas:

Daniela Karine Ramos

David Alejandro Gonzalez Chica

Dulce Marcia Cruz

Processo

060282/2012-07

Contrato

201200519

Coordenador:

Juan Antonio Altamirano Flores

Bolsistas:

Edison Ramos Tomazzoli

Helena Carolina Medeiros Valverde

Janete Josina De Abreu

Jose Henrique Vilela

Juan Antonio Altamirano Flores

Rafael Augusto Dos Reis Higashi

Processo

058660/2012-84

Contrato

201200578

Coordenador

Juan Antonio Altamirano Flores

Bolsistas:

Edison Ramos Tomazzoli

Everton Da Silva

Gerly Mattos Sanchez

Janete Josina De Abreu

Joao Carlos Rocha Gre

Jose Henrique Vilela

Juan Antonio Altamirano Flores

Processo

012280/2013-84

Contrato

201300108

Coordenador

Gonzalo Jaime Cofre Cofre

Processo

049835/2011-81

Contrato

201100235

Coordenador

Rodrigo Otavio Moretti Pires

Bolsistas:

Adriana Makansi Nascimento

Elza Berger Salema Coelho

Flavia Goulart

Luisa Conrad De Jesus

Rodrigo Otavio Moretti Pires

Rosane Goncalves Nitschke

Rosangela Leonor Goulart

Tadeu Zomer Locatelli

Processo

059639/2012-04

Contrato

201200504

Coordenador

Marcos Antônio Lopes

Bolsistas:

Celio Vanderley Moraes

Daniela Ribeiro Schneider

Diego Luiz Warmling

Leticia Souza De Freitas

Marcos Antonio Lopes

Tadeu Lemos

Processo

034665/2012-11

Contrato

201200489

Coordenador

Ricardo Pereira E Silva

Bolsistas:

Ricardo Felipe Custodio

Ricardo Pereira E Silva

Processo

027834/2013-48

Contrato

201300208

Coordenador

Paulo Antunes Horta Junior

Processo

040689/2010-48

Contrato

201100279

Coordenador

Ricardo De Souza Magini

Bolsistas:

Marco Aurelio Bianchini

Ricardo De Souza Magini

Processo

020566/2013-33

Contrato

201300118

Coordenador

Juares Da Silva Thiesen

Bolsistas:

Daniel Schiochett

Luiz Fernando Da Silva

Processo

004248/2009-49

Contrato

200900064

Coordenador

Roger Walz

Bolsistas:

Roger Walz

Processo

051839/2011-20

Contrato

201100259

Coordenador

Joao Luiz Dornelles Bastos

Bolsistas:

Daniela Feu Rosa Kroeff De Souza Laignier

Joao Luiz Dornelles Bastos

Marta Liliana Musskopf

Sara Cioccarì Oliveira

Processo

055681/2012-48

Contrato

201200501

Coordenador

Rabah Benakkouche

Bolsistas:

Aginaldo Onezio Mendes

Alessandra Knoll

Alexandre Alves

Aline Battisti Archer

Aline Borges De Oliveira

Aline Mariana Barth

Aline Mnique Bortolini

Aluizia Aparecida Cadori

Ana Carla Crispim

Ana Paula De Carvalho Demetrio

Andrea Granada Ferreira

Andrezza Pereira Do Nascimento

Barbara Michele Amorim

Betina Bugnotto

Brener Pereira Martins

Bruna Luyse Soares

Bruna Santos Moriggi

Caippo Bulgarini Delci

Camila Scaramella Da Silva

Camila Wohlmuth Da Silva

Carlos Castillo
Carlos Eduardo Da Silva
Carolina Pereira Silva
Carolina Ruoso
Carolina Souza De Carvalho
Claudia Annies Lima
Claudia Basso
Claudia Janet Catano Hoyos
Claudia Manuella Fermiano
Cledison Ambrozio Marques
Cora Maria Bender De Santana
Cristiane Abdon Nunes
Cristiane Pereira Do Amaral
Cristina Da Silva
Dalila Barth
Daniel Francisco Miranda
Daniela Ribeiro Schneider
Daniele Veroneze Dos Santos
Dayane Ros
Debora Campos Wanderley
Deidvid De Abreu
Delza Da Hora Souza
Diego Mauricio Barbosa
Dilney Carvalho Da Silva
Djeini Regina Marchi
Eduarda Leite Contezini
Eduardo Alves De Carvalho
Eduardo Figueredo Costa
Eduardo Silva De Souza
Elson Manoel Pereira
Ernani Viana Saraiva
Evelyn Henkel
Everaldo Santana Rodrigues
Felipe Tadeu Gondim
Felippe Da Silva Lacerda
Fernanda Pereira Labiak
Flaviani Minatti Tirloni
Gabriel Young Rodrigues De Saboia
Gabrieli Pavani Bertao
Geisa Bonet Farias
Germano Carlos Dutra Junior
Gildomar Dutra Lindemann
Guilherme Arthur Geronimo
Helena Mendes Constante
Heloisa Christina Santos Dutra
Ingrid Nicola Souto
Isabel Joana Bottamedi Nunes
Ivy Caroline Amaral
Janine Alessandra Bussulo Hochsteiner
Janine Soares De Oliveira

Jaqueline De Avila
Jaqueline De Souza Tartari
Jeova Angelo Laurindo Regis
Jerry Adriane Oliveira Bittencourt
Jessica Ferreira
Joao Arthur Emmerich Da Silva
Joao Fillipe Horr
Joao Vicente Alfaya Dos Santos
Jonas May Nunes
Jose Guilherme Moraes Constancio
Juliana Rosa Pacheco
Juliana Thais Kuntze
Karen Claudete Maia
Karina Bez Batti De Paula
Laira Cristina Ribas
Larissa De Oliveira Luz
Larissa Moreira Victoria
Leandro Alves Da Luz
Leandro Da Silva Marques
Loisi Micheli Vieira
Lucas Gustavo Da Silva
Luccas Da Cunha Coelho
Luiz Henrique Adami Caldeira
Luiza Monteiro Breves
Magridt Besen
Maiara Mendes De Azevedo
Marcelo Henrique Hoffmann Ecker
Marcia Melo Bortolato
Marco Antonio De Pinho Avila Filho
Marco Antonio Dos Santos
Maria Eugenia Nunez
Maria Guadalupe Medina
Maria Helena Pasquallotto Ribeiro Da Silva
Maria Jose Roslindo Damiani Costa
Maria Lauri Prestes Da Fonseca
Maria Luiza Rosa Barbosa
Mariana Pereira Clemes
Mariane Tomazini
Marianne Oliveira Ternes
Maryna Roczanski Neves
Mauricio De Oliveira Afonso
Naiane Dos Santos Miguel
Najara Rosa Da Silva
Nicia Cristina Rocha Riccio
Norberto Jose Siemann Lopes
Olivia De Moraes Lino Da Silva
Osvaldo Miguel Junior
Ouraci Luiz Rodrigues
Patricia Maia Von Flach
Paulo Ricardo Reis

Pedro Barrionuevo Nascimento
Pedro Gomides Lopes
Priscila Machado Borges Sena
Priscilla Stuart Da Silva
Rafaela Lazzari De Amorim
Raissa Esther Da Silva Pereira
Ramon Dutra Miranda
Raquel Barbosa
Renata Da Silva Krusser
Renata Gordo Correa
Ricardo Costa Knoll
Ricardo Maurici Ferreira
Roberto Dutra Vargas
Roberto Moraes Cruz
Roger Icaro Teodoro Krieger
Ronice Muller De Quadros
Roseli Zen Cerny
Rosimeri Maria Pereira
Sabatha Catoia Dias
Samara Hinkel Correa
Samuel Adiers Stefanello
Saulo Pereira
Simara Callegari
Taiane De Souza
Talita Avila Nunes
Tayrine Sousa Weber
Thiara Borges De Souza Batista
Thomaz Martins Pereira
Tiago Coimbra Nogueira
Vinicius Foschaches Da Cunha
Vitor Daniel Breda
Waldoir Valentim Gomes Junior
Walquiria Peres De Amorim
Wesley Da Silva Pereira De Almeida
William Magagnin Kair
William Rodrigues
Willyan Harys Godoi
Wilton Jose Pimentel Filho
Yona Garcia Simom
Yuri Matelli Calazans Luz

Processo

037956/2011-81

Contrato

201200388

Coordenador

Marco Antonio Martins Cavaco

Bolsistas:

N/C

Processo

038533/2011-88

Contrato

201200363

Coordenador

Luiz Narciso Baratieri

Bolsistas:

Cleo Nunes De Sousa

Elito Araujo

Gilberto Muller Arcari

Guilherme Carpena Lopes

Jussara Karina Bernardon

Luiz Clovis Cardoso Vieira

Luiz Narciso Baratieri

Mauro Amaral Caldeira De Andrada

Renata Gondo Machado

Sheila Cristina Stolf

Sylvio Monteiro Junior

Processo

006423/2012-38

Contrato

201200364

Coordenador

Carlos Alberto Justo da Silva

Processo

047447/2013-28

Contrato

201300211

Coordenador

Paulo Antunes Horta Junior

Processo

073385/2013-18

Contrato

201300236

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Bolsistas:

Alexandre Marino Costa

Ana Liria Souza Wagner

Aureo Mafra De Moraes

Caio De Souza Machado

Carlos Henrique Guiao Coelho

Claudia Leal Brites Ramos

Claudio Jose Girardi

Cledison Ambrozio Marques

Daniela Da Cunha Lopes

Debora Barbosa Torres

Diego De Campos Domingos

Dilton Ferreira Junor
Djennifer Zoboli De Almeida
Eduardo Lobo
Evelyn Alice Etges
Fabiana Zaranski Lima
Fernanda Ravena Moraca Costa
Franklin Do Carmo Rosa Silva
Gabriel Hakin Mendes Georg
Gabriela Da Silva Ferreira
Gilberto De Oliveira Moritz
Gilberto Luciano Dos Santos
Gisele Kristina Dos Santos Varela
Higor Hugo Batista
Isadora Marcolla Vasques
Jenniffer Carolina Silva
Jessica Cardili
Joice Andreia Balboa
Juan Manuel Gonzalez Pereira Da Costa
Juliana Gomes Cavalcante
Julio Cesar Ribeiro Mota Filho
Larissa Barp Nunes
Leticia Schadeck
Marcela Souza Silva
Marcelo De Souza Fonseca
Marcos Baptista Lopez Dalmau
Mariana Roza De Abreu
Mariana Salla Chagas Euquime
Marilda Todescat
Mauricio Fernandes Pereira
Mauricio Szarazgat
Maycon Da Silva Soares
Michely Marcia Martins
Morgana Pereira De Souza
Nara Martins Dos Santos
Natalia Amorim Bueno
Nathalia Maria Souza Da Rocha
Octavio Henrique Londolpho
Patricia Regina Da Costa
Rafaela Degaspari Abrahao Saad
Roberto Salatiel Rodrigues Marques
Rosana Santiago Ferreira
Sabrina Viana
Samara Leopoldino Danielski
Stephany Kaori Yoshida
Taina Aparecida Barboza
Taynara Felisbino Da Silveira
Thais Santos Do Nascimento
Vanessa Da Silva Domingos
Vanessa Pinheiro
Willian Gasparino Pioli Caetano

Processo

020746/2009-39

Contrato

200900140

Coordenador

Felicio Wessling Margotti

Bolsistas:

Abidiele Souza De Oliveira
Adriana Fernandes Saldanha
Alberto Da Silva Lima
Alice Theresinha Cybis Pereira
Aline Lemos Pizzio
Aline Lustoza De Paula Vieira
Aline Miguel Da Silva
Ana Elisamar Schmidt
Ana Ristina Pereira Perdigao Santos
Anderson Francisco Floriani Voltolini
Anselmo Soethe Nurnberg Junior
Antonio Arleth De Lima Silva
Antonio Jose Da Silva Mendes
Arlene Laurenti Monterrosa Ayala
Barbara Raquel Peres
Berenice Santos Goncalves
Betty Lopes Lastorina De Andrade
Bianca Sena Gomes
Bianca Silveira
Camila Francisco
Carina Rebello Cruz
Carolina Ferreira Pego
Catia Regina Zuge Lamb
Cristiane Franco Da Luz
Daise Costa Sousa
Daltro Roque Carvalho Da Silva Junior
Daniela Brito De Jesus
Daniela Cristina Geisler
Dayselene De Castro Ferreira
Deglaucy Jorge Teixeira
Delair Aquino Feltraco
Denise Jaqueline Carvalho Lozekam
Deonisio Schmitt
Domingos Pedro Martins
Douglas De Amorim
Elva Gladis De La Cruz Obeso
Fabricia Augusta Silva
Fernanda De Araujo Machado
Flor De Maria Furtado Rosa
Francisco Das Chagas Pereira Prado
Germano Carlos Dutra Junior
Heloisa Pereira Hubbe De Miranda

Hilda Diniz Dias
Ida Lamin De Lima
Idelci Cardoso
Irozina Rauen Vanelli
Issack Saymon Alves Feitoza Silva
Ivonne Azevedo Makhoul
Janaina Kosztrzepa
Janine Soares De Oliveira
Jaqueline Boldo
Jean Carlos Pinheiro
Joao Gabriel Duarte Ferreira
Joao Paulo Ampessan
Joao Ricardo Rover
Josane Oliveira Monroe
Jose Guilherme Moraes Constancio
Josimar De Jesus Costa Almeida
Juliana Tasca Lohn
Jussara Maite Moraes Esmerio
Kelly De Castro Ferreira
Ketryn Suzanny Alves
Leonice Pimentel Maciel
Leticia Fernandes
Leticia Fernandes Garcia Wagatsuma Granado
Luana Marquezi
Lucas Vieira Da Rosa
Luiz Tadashi Kizima Junior
Magda Cristina Schulz
Mairla Pereira Pires Costa
Mara Lucia Masutti
Marcia Liane Heimerdinger
Marcos Alexandre Marquioto
Marcos Luchi
Marcus Vinicius Oliveira Quixaba
Maria Forte
Maria Luiza Azevedo Sousa
Marianne Rossi Stumpf
Marileia Lucia Stolz
Mariluce Da Silva Goulart Amorim
Mario Augusto Silva Sousa Junior
Marisa Araujo Carvalho
Meggie Rosar Fornazari
Pamela Carolina Barbosa Verona
Rafael Marques Dos Santos
Rafael Martins
Ramon Dutra Miranda
Raniere Alislan Almeida Cordeiro
Renata Gordo Correa
Ricardo Machado Peres
Roberto Dutra Vargas
Rodrigo Augusto Ferreira

Rodrigo Eller De Barros Freire
Rodrigo Nogueira Machado
Ronice Muller De Quadros
Samantha Isabela Sant Ana
Sara Theisen Amorim
Sebastiao Gledisson Morreira Dos Santos
Tamar Georg Bender
Tarcisio De Arantes Leite
Telci Rusch Krause
Thaylanne Kelenn Do Nascimento M Quixaba
Thiago William Teles Rossi
Thuanny Sa Galdino
Tiago Coimbra Nogueira
Tom Min Alves
Valmir Inacio
Vanessa Dos Santos Amadeo
Venicios Cassiano Linden
Vitor Assumpcao Xavier
Vitoria Goncalves Pereira Greve
Yomara Alhadeff Sampaio

Processo

051631/2012-91

Contrato

201200518

Coordenador

Oscar Jose Rover

Processo

063688/2013-14

Contrato

201300192

Coordenador

Bernadete Quadro Duarte

Bolsistas:

Adalberto Andrade
Adilson Luiz Fernandes
Alcione De Souza Barbosa
Alexsandro Ferreira Da Silva
Andrea Mendonca
Antonio Vinicius Dutra
Arliton Jose Viana
Arlene Laurenti Monterrosa Ayala
Bianca Schwab
Bruna Clauman Goulart
Bruna Teixeira Da Silva
Bruno Joao F Filho
Cleber De Paulo Irmao
Cleci Lurdes De Oliveira
Daiane Vieira

Daniel Dias
Daniela Helena Machado De Freitas
Dariana Carla Maggi
Edair Maria Gorski
Edione Gomes Da Silva
Edson Garcia Fortuna
Elaine Marcelino
Elisena Fatima Da Silva Pereira
Elizandro Oliveira Goncalves
Elson Rezende De Oliveira
Eva Maia
Evilasio Carsten Duarte
Fabiano Rosa Agostino
Fernanda Albertina Garcia
Gabriela Machado
Gisele Rozone De Luca
Hilda Alves Motta
Ida Lamin De Lima
Ines Berlanda Seidler
Ireni Friedrich Bruchez
Isabel Cristina Mafra
Ivan De Jesus
Izabel Luzia Kretzer
Izabel Maria Motta
Janaina Tomio Odelli
Janete Cassia Romao
Jaqueline Maciel Costa
Joao Carlos Dos Santos Fagundes
Jonathan Patricio
Jose Carlos Alves De Almeida
Josiane Patricia De Moraes
Juarez De Lima Carvalho
Jucelandia Andreza Marques
Juliana Maria Dos Santos
Jussara Da Silva Broering
Leonardo Valentin
Leonice Pimentel Maciel
Lidia Maria Steffens
Luciano Espindola
Marcos Aurelio Costa
Margarete Medeiros
Maria D J Machado
Maria Elizabeth Da Silva
Maria Ivete Ceccato
Maria Joana Antunes
Maria Lucia Dos Passos
Maria Margareth Machado Michelis
Maria Marta Laus Pereira Oliveira
Maria Marta Leite
Marise Nogosek

Mark Wanderley
Nivaldo Pereira
Olivete Da Silva Jeremia
Patricia Vieira
Paulo Rogerio Pinheiro Dos Santos
Peterson Da Cunha
Rafael Do Silva Ferreira
Ramon Silva Da Cunha
Reginaldo Pereira Martins
Rita De Cassia Antunes
Rita De Cassia W Cardoso
Roberto Carlos De Matos
Roberto Luiz Antunes
Rosana Possamai Dela
Sandra De Almeida Salvador
Silvia Regina Da Costa
Simone Aparecida Goncalves
Simone Ferreira
Sulisia Westphal Roman
Susana Maria Fontes
Valquiria Aparecida Rosa De Souza
Vanderlei De Lima Ivo
Vera Lucia Solesinsk
Virginia Altaira Da Cunha

Processo

038543/2012-02

Contrato

201200507

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Bolsistas:

Aline Helena Delfino Steffens
Antonio Edesio Jungles
Antonio Guarda
Debora Ferreira
Djennifer Zoboli De Almeida
Gabriela Schreiber
Higor Hugo Batista
Jozadake Petry Fausto Vitorino
Larissa Mazzoli
Lucas Simoes Ferreira
Marcela Souza Silva
Marcos Baptista Lopez Dalmau
Mari Angela Machado
Mauro Gustavo Schiomendes Tiscoski
Pedro Henrique Ribeiro Santiago
Rafael Fabiano Cordeiro

Processo

051824/2011-61

Contrato

201100261

Coordenador

Antonio Henrique da Fontoura Klein

Bolsistas:

Charline Dalinghaus

Cristian Cecconello

Jose Mauricio De Camargo

Processo

058524/2012-94

Contrato

201200493

Coordenador

Josimari Telino De Lacerda

Bolsistas:

Angela Maria Blatt Ortiga

Claudia Flemming Colussi

Danielle De Andrade Canavarro

Deybson Borba De Almeida

Diorlene Oliveira Da Silva

Edson Mamoru Tamki

Elier Broche Cristo

Gabriella De Almeida Raschke Medeiros

Heloniza Oliveira Goncalves Costa

Josimari Telino De Lacerda

Luiza Helena De Oliviera Cazola

Maria Cristina Marino Calvo

Maria Elizabeth Araujo Ajalia

Mariah Rausch Pereira

Paula Vitali Miclos

Sergio Fernando Torres De Freitas

Sonia Maria Oliveira De Andrade

Tatiane Araujo Dos Santos

Tiago Sousa Da Hora

Processo

056701/2012-06

Contrato

201300038

Coordenador

Marta Inez Machado Verdi

Processo

063691/2013-38

Contrato

201300191

Coordenador

Olinto Jose Varela Furtado

Bolsistas:

Adalberto Andrade
Adelar Cavalheiro De Souza
Adilson Luiz Fernandes
Adriana Julieta Vieira
Adriana Vieira Dutra
Aglair Pedrosa Ruivo
Ailton Jose Da Silva
Alcides Vieira De Almeida
Alda Caetano Valencio
Aldo Jose Tofanini
Alexandre Luiz De Souza
Alexsandro Ferreira Da Silva
Aline Dos Santos
Aline Dutra Volpato
Aline Iolanda De Souza
Amarildo Macaneiro
Ana De Fatima Afonso
Ana Paula Mayer Botelho
Ana Paula Senos De O. Mendes
Andre Pavanati
Andrea Mendonca
Angela Kofferman
Angelica Luciana Nau
Angelo Valcir Chaves
Antonio Vinicius Dutra
Argiran Maria Da Silva
Arliton Jose Viana
Arthur Martins Correa
Augusto Casa Vieira
Aurelio Alvaro Bernardes
Beatriz Da Silva Trindade Ribeiro
Benta Regina De Assis
Bianca Ruschel Hillmann
Brigite De Lima Goulart
Bruna Clauman Goulart
Bruna Teixeira Da Silva
Bruno Joao F Filho
Camila Da Silva Rodrigues
Carla Regina Martins Valle
Carlos Cesar Coelho
Carlos Correa Do Amaral
Cassia Regina Pinheiro Correia
Cheli Minozzo
Claudio Da Silva
Clea Eleide Correa De Souza
Cleia Maria Borges Da Silva
Cleusa Francisca De Sousa Do Canto
Cleusa Teodorica Alves
Cristiana Vieira Dutra Yshida

Cristiane Maria Da Silva
Daniel Aragao Ribeiro De Souza
Daniel Dias
David Alexandre Soares
Debora Jose Vieira
Diane Dal Mago
Diego Nascimento Dos Santos
Domingos Savio Debache
Driele De Souza Castilho Correa
Duanie Da Silva Guedes
Dulcineia Aparecida Da Silva
Edair Maria Gorski
Edi Celina Bernardes
Edilson Yoshito Yuhara
Edite Krawulski
Edson Jose Cordeiro Dos Santos
Elci Braganholo
Eleomar Cardoso Junior
Eleonora Casteli
Eliana Maria Limongi
Eliete Schmitz Stang Nacur
Elisena Fatima Da Silva Pereira
Elizabeth Nunes
Elizandro Oliveira Goncalves
Eluiza Maria De Souza De Brito
Elza Maria Pedrosa Ruivo
Emiliana Domingues Cunha Da Silva
Eronice De Liz Prado
Eva Maia
Fabiano Rosa Agostino
Felipe Shigunov
Fernanda Carpes Da Silva
Fernando Leandro
Fernando Mota Luz Magalhaes
Franciane Fernandes Alves
Francine Gomes Da Silva
Franciny Moraes Perego
Francisca Ribeiro Rodrigues
Francisco De Assis Maroneze De Abreu
Gabriela Falck Bortolini
Gabriela Kaiana Ferreira
Gean Carlos Vieira
Gediel Jonatha Muniz
Genice Dos Santos De Jesus
Geson Pires
Gilson Isidro De Souza
Giovana Jeremias Andrade
Gisele Dos Santos Alves
Gorette Da Costa
Graciele Silveira Jacques

Graziela Piccoli Richetti
Harley Borlin
Heloise Fabian Silvestre
Hilda Alves Motta
Homer James Dias Rezende
Icleia Pereira Rodrigues
Ireni Friedrich Bruchez
Isolete Corina De Souza
Ivanir Lopes Dasi
Ivonete Da Silva
Izabel Maria Motta
Izalia Timoteo Da Rosa Negri
Jair Costa De Oliveira
Janaina Carla Rosa
Janaina Hezel
Janete Aparecida Padilha Da Rosa
Janete Cassia Romao
Janete Santos Machado
Janine Marques Da Costa
Jaqueline Maciel Costa
Jaqueline Monster Fachini
Jean Carlos Medeiros
Jeferson Norberto Marinho Mendes
Jefferson Isberner De Santana
Jessica De Moraes Francisco
Joao Carlos Da Silva
Joao Luiz Berka Amorin
Joao Tachini
Jose Antonio Da Silva
Jose Arno Scheidt
Jose Carlos Alves De Almeida
Josiane Fernandes De C. Martins
Jovelino Cardoso Junior
Jovelino Falqueto
Juarez De Lima Carvalho
Judith Terezinha Muller Lohn
Juliana Cristina Dos Santos
Juliana Maria Dos Santos
Juliano Valeiro Luz
Julio Felipe Szbremeta
Karin Danner Da Costa
Karina Zendron Da Cunha
Katia Miranda Moresco
Leomar Donizete Rocha
Leonardo Valentin
Leticia Lemos Gritti
Lidiana Kofferman Cordeiro
Lilian Coelho Pires
Lourdes Terezinha Alves Dos Santos
Luana Madaloni Da Silva

Lucas Jacques Da Silva
Lucas Spillere Barchinski
Lucimara Braulina Martins
Luiz Carlos Farias
Luiz Cesar Da Silva
Magnun Souza Voges
Maiara Knibs
Manoel Jose Decon
Manoel Nailton De Aguiar
Mara De Fatima Leite
Marcelo Carlos Vieira
Marcia Da Silva
Marcio Aloncio Da Silva
Marco Antonio Benvegna
Marcos Aurelio Guilherme
Margarete Freiburger Schetz
Maria Adelaide
Maria Amelia Trombetta Brandao
Maria Aparecida Cabral
Maria D J Machado
Maria Dina Wundervald
Maria Do Carmo Bastos
Maria Do Carmo Melo Ferreira
Maria Elizabeth Da Silva
Maria Elizangela Da Silva Santos
Maria Ivete Ceccato
Maria Joana Antunes
Maria Jucelia Felipe
Maria Lucia Dos Passos
Maria Luiza Ferraro
Maria Marlene Machado Da Silva
Maria Marta Laus Pereira Oliveira
Maria Salete
Maria Sonia Soares Da Silva
Marian Conceicao
Marilda De Souza Coutinho
Marilia Maia Sobral
Maristela Cordioli
Marlene De Souza
Marlene Osvaldina Garcia Da Silva
Marli Moraes
Marsia Ivete Christoff
Mary Jane Fernandes Franco
Masi Rocha Da Silva
Maura Terezinha Girardi
Mohamad Sleiman
Naarai Comboim Bezerra
Nadir Favretto Ferrari
Nayara Morales
Nelito Jose Kamers

Nice Norzina Nunes
Nicolle Souza Vigna
Nivaldo Pereira
Nuno De Mattos Capeletti
Odete Goulart
Olinto Jose Varela Furtado
Olivete Da Silva Jeremia
Patricia Da Silva Rodrigues
Paula Xavier
Paula Borges Monteiro
Paulo Henrique Schlickmann
Paulo Rogerio Pinheiro Dos Santos
Pedro Aurelio Trentini
Pedro Eurico Rodrigues
Proxerio Maniel Felisberto
Rafael Da Costa
Rafaela Caroline Clarinda Melo
Rafaela Marques Rafael
Raimundo Nonato De Oliveira Lima
Reginaldo Francisco
Reginaldo Pereira Martins
Ricardo Eloi Espindola
Ricardo Hermans Lima
Ricardo Kazama
Rita De Cassia Mello Ferreira
Roberta Da Silva Gomes
Roberto Carlos De Matos
Robson Felles Maia
Robson Fernando Duda
Rogerio Manoel Teixeira
Roges Feles
Rosana Conceicao Oliveira Da Silva
Rosana Volkmann Paschoal
Rosane Ana Longhi
Roseli De Abreu Miranda
Roseli Nilza Dos Santos
Rosemere Moraes
Salete Rodrigues Da Silva
Sergio Uliana
Sibele Lohmeyer De Souza
Silvana Maria Tasqueta Cassanta
Silvana Raimunda Da Silva
Silvia Regina Da Costa
Silvio Do Prado Schianti
Simone Aparecida Goncalves
Simone Ferreira
Sonia Waleria Ribeiro
Sueli De Fatima Nascimento
Tatiana De Campos Simoes
Tatiane Dutra Volpato

Thais Fernandes
Thais Helena Lippel
Thaissa Aguiar Da Silveira
Thiago Cherem Morelli
Thiago Oliveira Dos Santos
Thiago Sallas Mendonca
Valdemir Ventura
Valmor Jose Heberle
Valquiria Aparecida Rosa De Souza
Vanderlei De Lima Ivo
Vanessa Ribeiro Bella Vechia
Vinicius Polo Pires
Volnei Ferraz
Zelene Maria Vieira

Processo

050165/2012-27

Contrato

201200483

Coordenador

Ariovaldo Bolzan

Processo

052112/2011-60

Contrato

201100270

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Bolsistas:

Alexandre Marino Costa
Adriano Noletto Rampazo
Aline De Mattos
Antonio Edesio Jungles
Aureo Mafra De Moraes
Beatriz Ferreira Angelo De Deus
Carlos Alberto Dos Santos
Cintia Pereira Torres Oliveira
Claudenir Miguel
Claudia Leal Brites Ramos
Claudio Jose Girardi
Cledison Ambrozio Marques
Denison Cosme Goncalves Da Silva
Eduardo Lobo
Elaine De Oliveira La Torre
Estacio Janary De Oliveira Picanco
Felipe Goncalves Miranda Ferreira
George Luiz Santos
Gilberto De Oliveira Moritz
Higor Hugo Batista
Ivan Fredovino Ramos Junior

Joao Claudio Schena
Jose De Almeida
Leonardo Guimaraes Oliveira Maillo
Lilian Patricia Casagrande
Luis Arthur Teixeira Vieira
Marcos Baptista Lopez Dalmau
Marilda Todescat
Mauricio Fernandes Pereira
Morgana Pereira De Souza
Rafael Schadeck
Ricardo Bessa
Wellington Silva De Oliveira
Werneck Martins Carvalho

Processo

034458/2009-61

Contrato

200900324

Coordenador

Ricardo Azambuja Silveira

Bolsistas:

Andre Luis Da Silva Leite
Barbara Couto Pilz
Elisa Gomes Prestes
Gabriela Dequech Machado
Gerson Rizzatti Junior
Gilberto Luciano Dos Santos
Greici Weinzieri
Ivana Da Silva Chodren
Juliana Vaccari De Abreu Da Rosa
Luiz Henrique Debei Herling
Maria Denize Henrique Casagrande
Maryna Roczanski Neves
Ruy Leo Thomazi Neto
Thaynara Gilli Tonolli
Thiago Joaquim Wolf

Processo

00459612009-42

Contrato

200900404

Coordenador

Beatriz Bittencourt Collere Hanff

Bolsistas:

Edair Maria Gorski
Jose Pinho Alves Neto
Masae Kawano

Processo

00409362009-72

Contrato

200900431

Coordenador

Ana Lucia Vulfe Notzold

Bolsistas:

Ana Luzia Nunes Carita
Ana Maria Ramo Y Affonso
Antonio Luis Fermino
Ariana Moreira Espindola
Carlos Maroto Guerola
Catarina Beatriz Luchini
Catia Weber
Cesar Cancian Dalla Rosa
Clarissa Rocha De Melo
Claudio Lopes De Jesus
Clovis Antonio Brighenti
Cristina De Fatima Silva
Denise Rodrigues Barbosa
Elenir De Avila Lauermann
Glalco Jose Sell
Helena Alpini Rosa
Iozodara Telma Branco De George
Jacqueline Candido Guilherme
Joao Rivelino Rezende Barreto
Juliana Akemi Andrade Okawati
Lucas Denir Espindola
Magda Brandelero
Mariah Madeira Dos Reis
Noeli Teresinha Falcade
Rafael Luis Da Silva
Rodrigues Pinto Reis
Silvia Maria De Oliveira
Terezinha Bublitiz

Processo

010829/2010-53

Contrato

201000082

Coordenador

Mareni Rocha Farias

Bolsistas:

Agnes Sanfelici
Ailson Da Luz Andre De Araujo
Aline Aparecida Foppa
Alline Cristina De Campos
Amanda Ramalho Da Silva
Andreia Mara Fiala
Andreia Turmina Fontanella
Angelica Francesca Valiati

Antonio Carlos Mariani
Arianna Fonseca
Augusto Fornari Vieiras
Bianca Ramos Pezzini
Brigida Nichele
Carlos Henrique Guiao Coelho
Cristina Gomes
Dagoberto Dinon Feiber
Daniela Lemos Carcereri
Diego Vitti
Eleonora Milano Falcao Vieira
Eliana Elisabeth Diehl
Ervylene Trevenzoli De Sousa
Ester Massae Okamoto Dalla Costa
Euclides Pinheiro De Melo
Fabiola Bagatini
Fabiola Stolf Brozozowski
Fernanda Alves Cangerana Pereira
Fernando Gomes Ferreira Oliveira
Francielli Schuelter
Francinalva Dantas De Medeiros
Gabriela Menegatti Turra
Gesiel Antonio Martins
Ivete Terezinha Walter
Jose Raupp Da Rosa Junior
Judith Terezinha Muller Lohn
Juliao Gesse Fernandes
Louisi Muller De Jesus
Lucas Muller De Jesus
Luciano Santos Pinto Guimaraes
Luciano Soares
Marco Antonio Dos Santos
Mareni Rocha Fariais
Maria Andreia Silva Ribeiro
Maria Angela Monteiro Goller
Maria Jose Baldessar
Marlene Zanin
Monica Cristina Nunes Da Trindade
Monica Holtz Cavichiolo Grochocki
Nivia Tavares Pessoa
Noemia Liege Maria Da Cunha Bernardo
Patricia De Carvalho Mastroianni
Paulo Sergio Dourado Arrais
Rafael De Oliveira Dura Eschrich
Regina Zandomenico
Rodrigo Dos Santos Diniz
Roque Oliveira Bezerra
Rosana Isabel Dos Santos
Silvana Nair Leite Contezini
Sonia Aparecida Dias Serafim

Soraya Medeiros Falquiere
Tais Andrade Massaro
Tania Machado De Andrade
Victor Americo Cardoso

Processo

016074/2010-09

Contrato

201000132

Coordenador

Antonio Augusto Medeiros Frohlich

Bolsistas:

Antonio Augusto Medeiros Frohlich
Arthur Fabiano De Oliveira Farias
Davi Abreu Wasserberg
Giovani Gracioli
João Gabriel Reis
Mateus Krepsky Ludwinh
Rafael Luiz Cancian
Renato Bock Da Costa
Victor Manuel Gonçalves Martins

Processo

024254/2010-56

Contrato

201000181

Coordenador

Gerson Rizzatti Junior

Bolsistas:

Aline Da Silva Higino
Breno Cambraia Lannaster
Debora Cechetto Caldas
Jessica Rocha De Souza Pereira
Livia Franco De Carvalho
Pietro Dal Grande Furlani
Regina Cechetto Tellini
Thaynara Gilli Tonolli

Processo

040011/2010-65

Contrato

201000257

Coordenador

Maria Luiza Bazzo

Bolsistas:

Alisson Bigolin
Maria Luiza Bazzo

Processo

040013/2010-54

Contrato

201000260

Coordenador

Ricardo Ruther

Processo

043052/2010-11

Contrato

201000271

Coordenador

Flavia Regina Souza Ramos

Bolsistas:

Bruna Pedroso Canever

Cesar Orlando Valente

Clarice Aparecida Ferraz

Dauro Veras Pedrosa Da Silva

Estela Maura Padilha

Flavia Regina Souza Ramos

Kely Regina Da Luz

Keyla Cristiane Do Nascimento

Luciara Fabiane Sebold

Mara Ambrosina De Oliveira Vargas

Marisa Monticelli

Patricia Kuerten Rocha

Roberto Pedro Da Silva

Samia Nadaf De Melo

Sonia Vill

Soraia Dornelles Schoeller

Tiago Dalsasso

Processo

045066/2010-61

Contrato

201000300

Coordenador

Maria Luiza Bazzo

Processo

045297/2010-75

Contrato

201000301

Coordenador

Andressa Sasaki Vasques Pacheco

Bolsistas:

Alexandre Marino Costa

Acendino Vieira Filho

Adriana Araujo Leal

Adriana De C K Dellagnelo

Adriana De C K Dellagnelo

Adriano Grams

Ailton Jose Da Silva
Alexandre Amorim Amaral Soares
Alexandre Antonio Fachin
Alexandre Gava Menezes
Aline Regina Becher
Allan Augusto Platt
Altair Borgert
Ana Cristina Swaab Scheirer
Ana Paula Grippa
Ana Paula Nunes Da Rosa
Ana Paula Silva
Andre Fabiano Dyck
Andre Luis Da Silva Leite
Andre Luis Lazzari
Andre Nunes Rosa
Andre Pavanati
Andrea Andriola Valim
Andrea Cesco Scaravelli
Andressa Sasaki Vasques Pacheco
Andrey Anderson Dos Santos
Andrezza Rozar
Anelise Vidor De Castilhos
Angela Cristina Antonio
Anna Paula Da Silva
Araci Isaltina De Andrade Hilleshei
Ariane Debastiani
Ariane Girondi
Armando Jose Vital
Artur Felipe Titon Figueira
Avanir Francisco Vieira
Bianca Bertoli
Breno Cambraia Lanznaster
Caio Bressan Doneda
Camila Phillippi
Camila Teixeira Saldanha
Camyla Innocente
Carla Cristina Dutra Burigo
Carla Margarete B.Da Silva
Carla Souza
Carlos Alberto Borba
Carlos Alberto Moresco
Carmen Lucia Ransolin Branco
Carolina Oliveira Duarte
Carolina Parrini Ferreira
Cecilia Augusta Vieira Pinto
Celdon Fritzen
Cesar Santana Saldanha
Cidiane Guisso
Cintia Cardoso
Claci Eva Da Silveira Oliveira

Claci Ines Schneider
Claudenira Vieira Dos Santos
Claudia Lopes Dos Reis
Claudio Jose Girardi
Claudio R Deliz Branco
Claunei Kaiser
Cledison Ambrozio Marques
Cleonilda Vieira Dos Santos
Clesio Pereira
Cristiane Amabile Wartha
Cristiane Lazzarotto Valccao
Cristina Silva Santanna
Cristina Terres Basso
Cynthia Valente
Daniel Felipe Neves Machado
Daniel Marcelo Savedra
Daniela Bragaglia
Daniela Cristina Geisler
Daniela Da Rosa Costa
Daniela Fernanda Vieira Dos Santos
Daniela Karine Ramos
Danielle Correa
Danilo Lopes Dantas
Danilo Prudencio Da Costa
Debora Cechetto Caldas
Debora Rocha
Denise Correa Silva
Diana Kaninoski
Diego Franca Vieira
Dirlei A Alves C Goedert
Doroteia Wehmuth
Douglas Felipe Abelino
Edair Maria Gorski
Edicon Miranda
Edineia Cristiani Pedrotti
Edith Weiduschat
Eduardo Bruno Da Costa Krukoski
Eduardo Lobo
Elaine Cristina Reis
Eleonora Milano Falcao Vieira
Elga Rodrigues Mota
Eliane Franca Pereira
Eliane Michelmann
Elias Martins Da Silva Neto
Eloyr Ribeiro De Oliveira
Emanuel Martins Burigo
Emerson Jose Geraldo
Emiliana Domingues Cunha Da Silva
Erick Makoy Souza Marcos
Erves Ducati

Fabricio Bez Da Silva
Fabricio Marcos Reis Hipolito
Fabricio Sawczen
Fabrizia Possenti Nunes
Felipe Shigunov
Felipe Silva Reche
Fernanda Barbosa Da Conceicao
Fernanda Christmann
Fernanda Goulart
Fernando Luiz Pereira Tavares
Fernando Silveira
Filipe De Lima Silveira
Flaviani Minatti Tirloni
Flavio Faccio Pessoa
Francielli Schuelter
Francine Bittelbrunn
Francine Guedes Pacheco
Francisco De Assis Maroneze De Abreu
Francisco Sacco Flores Almeida Teixeira
Gabriel Luis Rosa
Gabriel Tavares Vianna Stella
Gabriela Cordiolo Coto
Gabriela Goncalves Silveira Fiates
Geovana Castilhos Teixeira
Gerson Da Silva
Gerson Rizzatti Junior
Giana Da Silva Wiggers
Gilberto De Oliveira Moritz
Gilberto Luciano Dos Santos
Giovana Spiller
Gloria Gil
Grace Kelly Schemes Oliveira
Grasiely Marquetti Brambilla
Graziela Boger Roveda
Graziela Laurindo
Grazielle Dos Santos
Greici Weinzieri
Guilherme Henrique May
Gustavo Salvalagio
Gustavo Setsuo Bo
Gustavo Silva Pacifico
Gustavo Silva Queiroz
Helena Cristina Weirich
Helena Cristina Zimmermann
Heloisa Soldateli De Melo
Henrique Costa Braga
Hercilio Pereira Cordova
Hudson Ricardo Borges
Hyann Carlos Silveira
Iara Gasperi Da Silva

Irineu Afonso Frey
Isabel De Oliveira E Silva Monguilhot
Isabela Souza Da Natividade
Isadora Bernardo Cardoso
Isaias Camilo Borati
Ivanete Fernandes De Souza Bez
Ivo Gustavo Cavalcanti Macedo
Izabel Christine Seara
Izete Lehmkuhl Coelho
Jandira Da Rosa Vicente
Jane Maria Vieira
Janio Antonio Bernardo
Jaqueline Barth Camargo Lucena
Jaqueline Schmitt
Jenifer Maira Laube
Jessica De Sousa Vieira
Jessica Rocha De Souza Pereira
Jessica Schiller
Jimena De Mello Heredia
Joana Stelzer
Joao Alfredo Da Silva Padilha
Joao Carlos Da Silva
Jonathan Muller
Jose Analio De Oliveira Trindade
Jose Antonio Da Silva
Jose Antonio De Oliveira
Jose Domingos De Jesus
Jose Ernesto De Vargas
Jose Luiz Da Silva
Jose Marcos Da Silva
Jose Sebastiao Macedo De Lima
Jose Valdir Goedert
Joselma Tavares Frutuoso
Josias Ricardo Hack
Julia Dutra De Lima
Juliana Da Rosa
Juliana De Abreu
Juliana Duarte Maia
Juliana Gomes Cavalcante
Juliana Tatiane Vital
Juliana Vaccari De Abreu Da Rosa
Julio Aied Passos
Jussara Carniel Silveira
Katia Cristina Dos Santos
Katie Doris Benedeti
Laila Langhammer Alves
Lais Bernardes Gaulke
Lais Schmidt
Lara Haddock Lobo
Leandra Cristina De Oliveira

Leandro Castro Oltramari
Leandro Luiz De Oliveira
Leandro Schmitz
Leonardo De Abreu
Leonardo Furtado
Leticia Tambosi
Lilia Varela Duarte
Lilian Borges Rau
Liliane Blauth Bau
Lincoln Sato
Lucas Adiers Stefanello
Lucas Filappi
Lucia Maria Loch Goes
Luciana Maria Burati
Luciano Cristiano D Aguatti Da
Luis Moretto Neto
Luiz Alberton
Luiz Gabriel Braun
Luiz Henrique Da Silva
Luiz Henrique Debei Herling
Luiz Henrique Martins
Luzerte Simas Orlandi
Magda Tania Martins Da Silva
Magda Teixeira Chagas
Maiara Da Silva Bertuol
Maiko Ademir Nunes
Manoel Antonio Borinelli
Mara Regina Alves De Brito Da Silva
Marco Antonio Dibe Laureano
Marcos Antonio Meotti
Marcos Aurelio Espindola
Marcos Henrique Santos Martins
Marcos Vinicios Barp
Marcus Vinicius Ferreira Gerioni
Margarida Ribeiro Da Criz Marciano
Maria Aparecida Rodrigues
Maria Da Conceicao Alves Guerreiro
Maria De Lourdes Correia
Maria Denize Henrique Casagrande
Maria Ivonete Dos Santos Romualdo
Maria Izabel De Bertoli Hentz
Maria Jose R Damiani Costa
Maria Luiza Ferraro
Maria Marlene Machado Da Silva
Maria Marta Laus Pereira Oliveira
Marialice De Moraes
Mariana Coutinho Hennemann
Mariana Dos Reis Pinto
Mariana Tuma De Athayde
Mariana Tuma De Athayde

Marilda Todescat
Marilia Da Silva Candiota
Marimar Da Silva
Marina Bazzo De Espindola
Mario De Souza Almeida
Marisa Agostinho Medeiros
Marisa Elsa Demarchi
Marta Reis Lourenci
Matheus Gomes Coelho
Maurilio Manoel Da Silva
Mauro Pereira
Meritxell Hernando Marsal
Meta Elizabeth Zipser
Michele Carleso
Mirian De Souza Espindula
Monique Cristiane De Oliveira
Morena Pereira Porto
Natalino Ary Dos Santos
Neila Ereni Breier Padilha
Nelita Bortolotto
Nereida De Cassia De Andrade
Neusa Braun Menezes
Neusa Maria Zangelini
Nori Lopes
Olinto Jose Varela Furtado
Oni Alberto Cavalcanti Freire
Orestes Trevisol Neto
Orli Rogerio Lemann Kuster
Patricia Borati
Patricia Regina Da Costa
Paula Buratto De Avila
Paulo De Morisson Faria Junior
Pericles Cesar Da Costa
Priscila Esmeraldino
Rafael De Oliveira Dura Eschrich
Rafael Feijo Vieira Vecchietti
Rafael Sales Lisboa De Oliveira
Ramides Sedilsso Pessatti
Raquel Carolina Souza Ferraz D Ely
Raquel Coelho
Raquel De Barros Pinto Miguel
Raquel Dos Santos Sanches
Renata Palandri Sigolo Sell
Renato Da Costa Brambilla
Reni Soares Padilha
Roberta Pires De Oliveira
Roberto Dutra Vargas
Roberto Gava Colombo
Roberto Jose Da Silva
Roberto Moritz Da Nova

Robson Willian Fernandes
Rodrigo Mafalda
Rolf Hermann Erdmann
Rosa Maria Klipel Carvalhaes
Rosangela Nunes Prieto
Rosangela Santos De Souza
Roselene Cirilo Gripaa
Roselene De Fatima Waltrick De Melo
Rosilda Maria Pereira Do Amaral
Rosimar Pereira Martins Venancio
Sandra Aurelia Giacomossi
Sandra Helena Soares Silva
Sandra Maria Da Silva
Sandra Quarezimim
Sandro Braga
Sarah Izabel Pfaffenzeller Esquivel
Sayonara Machado Feuser Siqueira
Sergio De Souza
Sergio Machado Wolf
Sergio Mafra Fernandes
Sergio Murilo Petri
Silvana Maria Tasqueto Cassanta
Silvia Martini De Holanda Janesch
Simone Da Silva Guedes
Sirlene Cevei
Stefanie Damazio Correa
Steffy Kaleine De Souza Marcos
Stephany Kaori Yoshida
Sueli Costa
Sueli Grimm
Suzana Batista Martins De Oliveira
Tamira Silva Spanhol
Tania Regina Soares Silva
Tania Terezinha Teixeira
Thais Ferraz Rodrigues Fernandes
Thiago Bortolotti
Thomaz Martins Pereira
Thuane Bartsta Roldao
Valdete Da Cunha
Valdete Da Cunha
Valdinei Bispo Goncalves
Valdirene Gasparetto
Valmi Manthey
Vanessa Farias Da Silva
Vera Lucia Asmuz Dos Santos
Vera Regina De Aquino Vieira
Vladimir Arthur Fey
Wollacy Rasveiler Da Silva
Yohana Taise Hoffmann
Yuri Pauluci

Zenilde Durli
Zilma Gesser Nunes

Processo
000009/2011-34
Contrato
201100029
Coordenador
Felipe Felicio

Processo
032455/2009-93
Contrato
201100055
Coordenador
Luiz Henrique De Araujo Dutra
Bolsistas:
Ana Paula Gomes Nunes
Arminda Maria Santos Da Mota
Aryton Accacio Cruz Da Silveira
Beatriz Alves De Abreu Mancuso Brotto
Bruno Vieira Tarouco Bueno
Camila Masera De Albuquerque
Carlos Brisola Marcondes
Daniel Wallace De Souza Lima
Dorvalino Rezende Neto
Felipe Mota Mendonça
Fernando Argiles Wolff
Flaviani Minatti Tirloni
Gabriel Neves Da Silva
Giordanno Palla Kenicke
João Camillo Penna
Jose Luiz Amorim
Luiz Teixeira Do Vale Pereira
Marília De Lima Amorim
Marina Ramos Luz
Michele Diniz
Michelle Ramunno Monteiro
Monique Heloisa De Souza
Patrícia Mendonça
Paulo Roberto Da Silva
Pedro Alberto Barbetta
Rejane Paixão De Carvalho
Sonia Regina Garcia Natividade
Thais Cristine Farsen
Thais Machado
Vinicius Nicastro Honesko
Walter Antonio Bazzo

Processo

042028/2010-57

Contrato

201100073

Coordenador

Eugenio Andres Diaz Merino

Bolsistas:

Carlos Aparecido Fernandes

Eugenio Andres Diaz Merino

Processo

032908/2011-04

Contrato

201100171

Coordenador

Vania Marli Schubert Backes

Bolsistas:

Adnairdes Cabral De Sena

Adriana Eich Kuhnen

Adriana Remiao Luzardo

Alacoque Lorenzini Erdmann

Alecassandra De Fatima Silva Viduedo

Alex Becker

Aline Bussolo Correa

Aline Costa Vieira

Aline De Lima Pestana

Aline Massaroli

Amanda Caroline Maciel Amorim

Ana Carolina Guidorizzi Zanetti

Ana Izabel Jatoba De Souza

Ana Lucia Nascimento Fonseca

Ana Maria Fernandes Borges

Ana Maria Ribeiro Dos Santos

Ana Paula Machado Silva

Ana Paula Trombetta

Ana Rosete Camargo Rodrigues Maia

Ana Silvia Sincero Dos Reis

Andre Fabiano Dyck

Andrea Mara Bernardes Da Silva

Andrea Milan Vasques Pautasso

Andreia Tomazoni

Ane Elisa Paim

Anna Maria Meyer Maciel Rodriguez

Anneliese Domingues Wysocki

Antonio De Miranda Wosny

Aralinda Nogueira Pinto De Sa

Ariane Thaise Frello

Aridiane Alves Ribeiro

Astrid Eggert Boebis

Barbara Cristina Tavares

Beatriz Estuque Scatolin

Betina Horner Schlindwein Meirelles
Bianca Cristina Ciccone Giacon
Bruna Moretti Luchesi
Bruna Pedroso Canever
Carla Pauli
Carla Regina De Souza Teixeira
Carla Vieira Amante Senna
Carmen Silvia Gabriel
Carolina Frescura Junges
Carolina Frescura Junges
Caroline Poletto Favero
Celia Regina Rodrigo Gil
Claudia Humphreys Pilotto
Claudio Claudino Da Silva Filho
Dagoberto Dinon Feiber
Daiana De Mattia
Daiana Kloh
Daniela Maysa De Souza
Daniele Cristina Perin
Daniele Delacanal Lazzari
Danielle Bezerra Cabral
Danielle Monteiro Vilela Dias
Dayana Dourado De Oliveira Costa
Dayana Regina Da Silva
Debora Souza De Carvalho
Denise Maria Guerreiro Vieira Da Silva
Denise Rodrigues Fortes
Dhielle De Souza Pinheiro
Diana Coelho Gomes
Diogo Oliveira Miranda
Edilaine Cristina Da Silva Gherardi Donato
Elaiana Cavalari Teraoka
Elaine Cristina Novatzki Forte
Elaine Cristina Rodrigues Barbosa
Eleine Maestri
Eliana Wiggers
Eliane Regina P Do Nascimento
Eliezel Alves Dos Anjos
Elisa Borges Kuze
Emiliane Silva Santiago
Eremita Val Rafael
Evangelia Kotzias Atherino Dos Santos
Fabiana Bolela De Souza
Fabiana Faleiros Santana Castro
Fabiana Minati De Pinho
Fabio Schimidt Reibnitz
Fabiola Santos Ardigo
Fernanda Maria Vieira Pereira
Flavia Fernanda Luchetti Rodrigues
Flavia Henrique

Francine Lima Gelbcke
Francisca Elizete Filizola Gondim
Francisco Queiroz Menezes
Gabriela Marcellino De Melo Lanzoni
Gilson De Bittencourt Vieira
Giovana Dorneles Callegaro Higashi
Grace Teresinha Marcon Dal Sasso
Gracinete Rodrigues De Castro
Helio Souza Porto
Heloisa Helena Zimmer Ribas Dias
Inacio Alberto Pereira Costa
Ingrid Frederico Barreto
Isabel Cristina Alves
Ivonete Terezinha S Buss Heidemann
Jackeline Kercia De Souza Ribeira
Jaime Alonso Caravaca Morera
Janaina Carvaho Braz
Jane Cristina Anders
Jeferson Rodrigues
Jessica Adrielle Teixeira Santos
Jessica De Sousa Vieira
Joelma Pinheiro Meira Barbosa
Joelma Rosaria Da Silva
Joelma Rosaria Da Silva
Joice Cristina Guesser
Jonas Salomao Spricigo
Jose Luis Guedes Dos Santos
Jose Norberto Guiz Fernandes Correa
Jouhanna Do Carmo Menegaz
Jucineide Proenca Da Cruz Schmidel
Julia Estela Willrich Boell
Juliana Balbinot Reis Girondi
Juliana Bonetti De Carvalho
Juliana Homem Da Luz
Juliana Marques Fernandes Costa Teixeira
Jussara Gue Martini
Karina Silveira De Almeida Hammerschmidt
Karla Gomes Sifroni
Katia Cilene Godinho Bertoncello
Katia Regina Barros Ribeiro
Kellin Danielski
Kenya Schmidt Reibnitz
Keyla Cristiane Do Nascimento
Larissa Gutierrez De Carvalho Silva
Laura Cavalcanti De Farias Brehmer
Liciane Langona Montanholi
Lillian Dias Castilho Siqueira
Liscia Divana Carvalho Silva
Livia Crespo Drago
Livia De Almeida Soares

Lucia Nazareth Amante De Souza
Luciana Martins Da Rosa
Luciana Regina Ferreira Da Mata
Luciara Fabiane Sebold
Lucieli Dias Pedreschi Chaves
Luciene Silva E Souza
Lucilene Cardoso
Lucilla Vieira Carneiro
Mara Ambrosina De Oliveira Vargas
Marcia Astres Fernandes
Marcia Georgina Bezerra Mendonca
Marcia Teles De Oliveira Gouveia
Marciana Fernandes Moll
Margarete Maria De Lima
Maria Beatriz Guimaraes Ferreira
Maria Bettina Camargo Bub
Maria Candida De Carvalho Furtado
Maria Celia Barcellos Dalri
Maria De Fatima Mota Zampieri
Maria De Guadalupe Nogueira Paranagua De Santana
Maria Do Perpetuo Socorro Sampaio Medeiros
Maria Do Socorro Andrade Modesto
Maria Emilia Oliveira
Maria Fernanda Baeta Neves Alonso Da Costa
Maria Itayra C De Souza Padilha
Maria Ligia Dos Reis Bellaguard
Maria Lucia De Souza Monteiro
Maria Lucia Zanetti
Mariana De Oliviera Fonseca Machado
Mariana Figueiredo Souza Gomide
Mariana Lima Nogueira
Mariely Carmelina Bernardi
Marisa Da Silva Martins
Maristela Castro De Mellos
Marly Bittencourt Gervasio Marton Da Silva
Marta Lenise Do Prado
Maycon Rogerio Seleghim
Meire Nikaido Suzuki
Michelini Fatima Da Silva
Michelle Kuntz Durand
Miriam Lopes
Miriam Yumilko Furukawa Stefanini
Monica Motta Lino
Monique Haenscke Senna
Murielk Motta Lino
Nanci Aparecida Da Silva
Nara Peixoto Pinheiro
Natalia Del Angelo Aredes
Nathalia Dos Santos Lima
Nina Valeriano Fonseca

Noise Pina Maciel
Odalea Maria B Dos Santos
Odisseia Fatima Perao Moreira
Patricia Kuerten Rocha
Patricia Madalena Vieira
Patricia Magnabosco
Priscila Balderrama
Priscila Orlandi Barth
Quenia Cristina Goncalves Da Silva
Rachel Torres Salvatori
Rafael Marcelo Soder
Rafaela Vivian Valcarenghi
Regimarina Soares Reis
Renata Karina Reis
Roberta Costa
Roberta Waterkempes
Ronaldo Franca De Sarges
Roque Oliveira Bezerra
Rubens Wagner Bressanim
Sabrina Da Silva De Souza
Saionara Nunes De Oliveira
Sara Pinto Barbosa
Sayonara De Fatima Faria Barbosa
Selma Regina De Andrade Marino
Silvana Alves Benedet
Silvia Helena Henriques Camelo
Silvia Maria Azevedo Dos Santos
Simone Mara De Araujo Ferreira
Soraia Dornelles Schoeller
Soraia Geraldo Rozza Lopes
Sueli Aparecida Frari Galera
Tania Alves Canata Becker
Tania Silva Gomes Carneiro
Tereza Miranda Rodrigues
Thaise Honorato
Valeria Binato Santili Depes
Vanessa Luiz Tuono Jardim
Vânia Marli Schurbert Backes
Venina Taci Diniz
Veridiana Tavares Costa
Vitoria Regina Petters Gregorio
Vivian Saraiva Veras
Wanessa Cristina Tomaz Dos Santos Barros
Wynnicius Fernandes Oliveira
Yana Balduino De Araujo
Zannis Benevides De Andrade

Processo

028495/2011-55

Contrato

201100180

Coordenador

Gerson Rizzatti Junior

Bolsistas:

Debora Cechetto Caldas

Rafael Feijo Vieira Vecchietti

Processo

049264/2011-85

Contrato

201100218

Coordenador

Marcio Clemes

Bolsistas:

Ana Rosalina Vechi Brehn

Beatriz Faust Gouveia

Bruno Goulart Andrade

Claudio Henrique Santa Rosa

Flavio Kruger Bittencourt

Frederico Jose De Souza Filho

Joao Paulo Thome Vieira

Morgana Leite

Rafael Meurer

Rodrigo Souza Almeida

Stefhani Carolini Soares Henrique

Victor Vinicius Barossi

Processo

038334/2011-70

Contrato

201100234

Coordenador

Maria Cristina Marino Calvo

Bolsistas:

Alexandre Augusto Gimenez Marques Filho

Ana Cristina Medaglia Dyonisio

Andre Luis Kosciuk Digiacomo

Angela Maria Blatt Ortiga

Beatriz Carrer

Camila Maria De Oliveira Peixer

Carlos Alberto Severo Garcia Junior

Carluce Da Silva Buss

Claudia Anita Gomes Carraro

Daniel Piassa Giovanaz

Diego Vitti

Eduardo Beckhauser

Elyana Teixeira Sousa

Fernanda Lazzari Freitas

Fulvio Borges Nedel

Giovana Bacilieri Soares

Gustavo Alexssandro Tonini
Inajara Carla Oliveira
Joao Gabriel De Alvarenga Nogueira
Joao Pedro Abrahao Caron
Josimari Telino De Lacerda
Julia Esther Reinaga
Leide Dayana Caetano
Luana Gabriele Nilson
Lucas Kramer De Sousa
Marcos Aurelio Maeyama
Mari Angela De Freitas
Maria Cristina Marino Calvo
Michele Gindri Vieira
Mirvaine Panizzi
Rafaela Goulart De Andrade
Ramon Dutra Miranda
Ronaldo Zonta
Siegrid Kurzawa Zwiener Dos Santos
Sonia Natal
Taina Fabrin De Castro
Thaine Teixeira Machado
Thais Titon De Souza
Vanessa De Luca Bortolato
Veridiana Da Costa Brandao
Vinicius Andreoli Petrolini
Yuri Matelli Calazans Luz

Processo

047121/2011-39

Contrato

201100237

Coordenador

Maria Alice Altenburg De Assis

Bolsistas:

Ana Paula Raimondi Sudbrack
Bianca Regiane Pires Viganigo
Bruna Cristina De Araujo
Bruno Goncalves Galdino Da Costa
Camilie Pacheco Scmoelz
Catiane Souza Pereira
Emil Kupek
Francilene Graciele Kunradi Vieira
Francislaine Domingos Miranda
Helena Enck Sambrano
Jhonni Pinto
Kamila Regina Da Natividade
Kamila Tamara Espindola
Kethrin Maila Weiss
Lays Tomazoni Grippa
Marcio Cledes

Maria Alice Altenburg De Assis
Maria Cristina Marino Calvo
Mateus Maciel Goncalves
Pamela Silva Mesadri
Patricia Faria De Pietro
Poliana De Souza Luiz
Raphael Paz Esteves Almeida Campos
Sergio Fernando Torres De Freitas
Thaise Fuck Da Rocha
Thaisy Do Livramento

Processo

047767/2011-16

Contrato

201200381

Coordenador

Luiz Salomao Ribas Gomez

Bolsistas:

Ana Veronica Paz Y Mino Pazmino
Ângela Carolina Mansim
Dayane Alves Lopes
Douglas Luiz Menegazzi
Elisa Motta Machado
Eugenio Andrés Diaz Merino
Francisco Antonio Pereira Fialho
Lisandra De Andrade Dias
Luciane Maria Fadel
Luiz Salomão Ribas Gomez
Marília Matos Gonçalves
Patrick Martinelli Veiga
Richard Perassi Luiz De Sousa
Valeria Casaroto Feijo

Processo

046734/2012-30

Contrato

201200475

Coordenador

Soraya Franzoni Conde

Bolsistas:

Gilberto Lopes Lerina
Lucas Marin Rosario
Maria Raquel Barreto Pinto
Paulo Roberto Freitas Da Silva
Vera Lucia Bazzo

Processo

060388/2012-01

Contrato

201200523 – CANCELADO – NÃO ASSINADO

Processo

023944/2014-11

Contrato

201400177

Coordenador

Luiz Guilherme Antonacci Guglielmo

Bolsistas:

Alexandre Silva Vieira

Anderson Santiago Teixeira

Bruno Pena Couto

Ciro Winckler De Oliveira Filho

Edison Duarte

Elisa Cristina Lemos

Fabio Yuzo Nakamura

Fabrizio Caputo

Fernando Diefentharler

Henrique Junqueira Campos

Irineu Loturco Filho

Isabel Cristina Da Silva Prado Sampaio

Jose Agtonio Guedes Dantas

Jose Raphael Leandro Da Costa Silva

Kristopher Mendes De Souza

Lenamar Fiorese Vieira

Liudmila De Andrade Bezerra Da Costa Silva

Marcia Da Silva Campeao

Marcio Pereira Morato

Marco Tulio De Mello

Mateus Rossato

Mauricio Corte Real Da Silva

Naiandra Dittrich

Patricia Silvestre De Freitas

Patricia Vieira Ramos

Priscila Cristina Dos Santos

Ricardo Dantas De Lucas

Rodolfo Andre Dellagrana

Rosicler Ravache

Tatiane Piucco

Valber Lazaro Nazareth

Valmor Alberto Augusto Tricoli

Processo

023394/2012-79

Contrato

201200370

Coordenador

Sergio Colle

Processo

078078/2013-15

Contrato

201300259

Coordenador

Luiz Alberto Peregrino Ferreira

Bolsistas:

Adenor Moacyr Gouvea Filho

Adriano Sachweh

Aldo De Freitas Noronha Filho

Alexandre De Assis Correa

Ana Carolina Garcia Soares

Anderson Espindola

Claudia Regina Bonini Domingos

Dainara Marques Da Silveira

Deicimara Marinho Dias

Dilson Santa Fe Santos

Edis Belini Junior

Gabriela Alvares Ferreira Brandao

Gabriela Dos Passos Rodrigues

Isabeth Fonseca Estevao

Joao Batista Ramos Junior

Jurema Sampaio

Lucy Maria Bez Birolo Parucker

Luiz Adriano De Vasconcellos Seabra

Marcelo Araujo De Freitas

Marcelo Linhares Monso

Marcia Regina Luz

Maria Candida Alencar De Queiroz

Mario Cesar Ferreira

Nazle Mendonca Collaco Veras

Thales Trench De Camargo

Tiago Souza Novais

Vania Moreira

Victor Hugo De Magalhaes Brites Torres Polli

Processo

078145/2013-00

Contrato

201300263

Coordenador

Maria Luiza Bazzo

Bolsistas:

Agnes Day Alves

Rodrigo Ivan Prim

Processo

074639/2013-15

Contrato

201300249

Coordenador

Beatriz Augusto De Paiva

Bolsistas:

Aladio Bolantin Mariano

Ana Carla Werneque Ribas

Carlos Da Silva

Cristiano Mariotto

Eliezer Vera Antunes

Elizete Antunes

Hilda Maricel Alonso Vera

Irineu Ortega Mariano

Marjori De Souza Machado

Regina Gabriel Costa

Rubens Lopes De Souza

Sergio Timoteo Duarte

Tamires Cristina Vigolo

Processo

019990/2013-35

Contrato

201300166

Coordenador

Susana Borneo Funck

Bolsistas:

Adriana Barth Barbaresco

Adriana Eidt

Ana Beatriz Mello Santiago De Andrade

Ana Carla Carvalho Soares

Ana Paula Ludwig Noronha

Avital Grubstein De Cykman

Barbara Porto Machado

Bianca Pavoni Oliveira

Camila Angelina De Moraes

Camila Costa Marques

Carla Cristine Teixeira

Christelle Martine Abes

Cintia Lima Crescencio

Clara Pereira Cury

Daniela Calvo Barrera

Debora Fabiana Freire Pereira

Elisa Marcondes Ferraz Alcocer

Elisiane Carla Kobielski

Fabio Luis Pereira

Gabriela Cordini Broering

Gisele De Mozzi

Isabel Cristina Cavalcanti Do Nascimento

Jenifer De Lima Willrich

Josiana Carvalho Barbosa

Josiely Koerich

Juliana Pires Fritzen

Karine Godoy Da Silva

Karolyna Marin Herrera
Leonardo De Lara Cardoso
Leonardo Venzon Gomes
Lidia Schneider Bristot
Lucas De Sousa Serafim
Lucas Denir Espindola
Luisa Naves Nabak Purcino
Luiz Henrique Fernandes Dos Reis
Luiza Frediani Oxley
Lurian Amaro De Carvalho
Marcos Paulo Figueredo
Maria Octavia Nobrega Costa
Mariane Cechinel Goncalves
Natalia Regina Souza
Nathalia Dothling Reis
Paola Da Cunha Nichele
Philippe Garcia Goncalves
Priscilla Nathani Pessoa De Lima
Rafael Giovani Venuto
Rafael Muniz Sens
Renata Christiane Araujo De Lima
Scheila Krenkel
Soraia Irrigaray Zapata
Talita Guimel Antunes Machado
Treicy Giovanella Da Silveira
Veronica Ostroski Cabrera Mackoviak Gomes
Vicky Chula Martins

Processo

058163/2012-86

Contrato

201200496

Coordenador

Douglas Francisco Kovaleski

Processo

050615/2011-09

Contrato

201100242

Coordenador

Carlos Loch

Bolsistas:

Carlos Loch

Guilherme Antonio Barea

Matheus Soares De Sousa Reis

Mirtz Orige Oliveira

Paulo Jose Eckstein

Vera Do Carmo Comparsi De Vargas

Yuzi Anai Zanando Rosenfeldt

Processo

065210/2013-29

Contrato

201300226

Coordenador

Roseli Zen Cerny

Bolsistas:

Adriana Callai Cruz

Adriana Friedrich

Adriana Suarez Ferndandez

Adriano Valerio Dos Santos Azevedo

Aglae Isadora Tumelero

Agnaldo Onezio Mendes

Alechania Misturini

Alessandra Knoll

Alessandra Mafra Ribeiro

Alessandra Rossoni

Alessandra Veiga Campos

Alex Fernandes

Alexandre Neves Cintra

Alexandro Lopes Da Silva

Alice De Souza

Aline Ayres De Hollanda

Aline Borges De Oliveira

Aline Chrisciane Sulenta

Aline Oliveira Souza

Aline Rilza Da Silva

Aline Thiesen Becsi

Alisson Holstein

Alvaro Prudencio Da Silva

Amanda Firmino Cerveira

Amanda Rodrigues De Andrade

Ana Carolina Bordinhao Pires

Ana Carolina Zapelini Avila

Ana Clara Manhaes Mendes

Ana Clara Siqueira

Ana Claudia Vieira

Ana De Castro Schenkel

Ana Gabriela Martins Hofmann

Ana Luiza De Assis Paulino

Ana Luiza Pereira

Ana Paula De Carvalho Demetrio

Ana Paula De Souza

Ana Paula Santiago Chacon

Ana Raquel Cabral Barcellos

Ana Weigert Bressan

Anderson Silva Santos

Andre Godeiro De Andrade

Andre Luiz Cohn Da Silveira

Andre Vinicius Chemim

Andrea Lagares Neiva
Andreia Silva Sousa
Andrelise Viana Rosa Tomasi
Andressa Sousa Das Neves
Andrezza Pereira Do Nascimento
Anelise Fernandes De Oliveira
Angela Maria Demetrio
Angela Maria Klemann
Angela Maria Sozzeki
Angela Slongo Benetti
Anna Carolina Goulart Rodrigues
Annabel Cristini Feijo Peres
Anndrey Kuhnn Sangaletti
Anne Caroline Buzzi
Anni Gomes Silva
Antonio Nery Filho
Ariane Girondi
Arina Islaine Da Silva
Armando Ferreira Fonseca Junior
Arony Silva Cruz Paiva
Artur Cipriani Da Silva
Aschanti Beal Pereira
Athena Teixeira Rieke
Athos Paulo Santos Martini
Aurora Vargas Paz
Barbara Da Silva
Barbara Nack De Medeiros
Beatriz Demboski Burigo
Beaudelaire Pierre Charles
Bernardo Haas Abreu
Bianca Jaqueline Ramos
Bibiana Amaral Paviani
Bruna Aparecida Gomes De Barros
Bruna De Moraes Pasinato
Bruna Gilvana Da Costa Pereira
Bruna Gobbato Silveira
Bruna Schramm De Souza
Bruno Bicudo Lippi
Caio Cesar Moreli Matienzo
Caio Raphael Vanoni Forcinitti
Camila Aparecida Dantas Pereira
Camila Arasaki Casarotto
Camila Morro Lemos
Camila Prado Das Neves
Camila Wohlmuth Da Silva
Camilla Costa Cypriano
Camilla De Oliveira Teixeira
Camilla Gomes Wassao
Carlos Borges Da Silva Junior
Carlos Eduardo Da Silva

Carolina Kahl
Carolina Pereira Silva
Carolina Souza De Carvalho
Caroline Bittencourt Da Rosa
Caroline Nunes Magalhaes
Caroline Santos E Souza
Carolline Muller Chaves
Catia Betania Chagas
Catrine De Moraes Pereira
Celio Vanderley Moraes
Charlene Bezerra Dos Santos
Clarissa Venturieri
Claudia Annies Lima
Claudia Basso
Claudia Dellome Maciel
Claudia Manuella Fermiano
Claudia Regina Gregol Rudnick
Claudini Honorio De Pieri
Claudio Fortes Garcia Lorenzo
Cleber Manoel Machado
Cledison Ambrozio Marques
Cleilson Costa Da Silva
Cleiton Lessmann
Cleusa Iracema Pereira Paimundo
Cristiane Barth
Cristiano Neves
Cristiele Lunkes
Cristina Da Silva
Cristina Salete De Oliveira
Cynthia Sagaz Berto
Daiane Correa
Daiane De Andrade
Daiane Marques Dos Santos
Dalila Barth
Daniel Francisco Miranda
Daniel Sana Da Silva Junior
Daniel Teixeira De Vasconcelos
Daniel Vitor Leite Pereira
Daniela Cristina Geisler
Daniela Furlan
Daniela Ribeiro Schneider
Daniela Senna Meneguci
Daniela Xavier Moraes
Daniele Souza Freitas Pacheco
Daniella Pessotti Bampi
Danubia Antunes Dos Santos
Dartiu Xavier Da Silveira Filho
David Willian Da Silva
Dayane Ros
Debora Campos Wanderley

Debora Caroline Dos Santos Guimaraes
Debora Daniella Pissetti
Deidvid De Abreu
Delma Cristiane Morari
Delma Marli Godinho
Demian Gomes Bottenberg
Denise Ayres D Avila
Denise Silvestrin
Deyvid William Leite
Diane Southier
Diego Eller Gomes
Diego Luiz De Almeida Motta
Diego Mauricio Barbosa
Diesica Tairine Rodrigues Duarte
Dilney Carvalho Da Silva
Diogo Grimm Lopes
Djenifer Samantha Marx
Douglas Dalsenter
Douglas Ferraz De Araujo
Duane De Melo Da Silva
Edemir Firmino Nascimento
Eduardo Giacometti De Patta
Edward John Baptista Das Neves Macrae
Elaine Cristina Da Silveira
Elaine Cristina Mina
Elaine Cristina Reis
Elis Rodrigues Da Costa
Eliza Da Silva Hillesheim
Eliza Simao De Oliveira
Elizandra Aparecida Guedes
Elizete Branga
Elson Manoel Pereira
Erika Mello Silva
Erika Yuriko Kinoshita
Evelin Francisco Lourenco
Evelyn Henkel
Ewerton Alves Dos Santos
Ezequiel Rodrigues Dias
Fabiana Pastorello
Fabiana Seidler
Fabiana Vanessa Franca
Fabiola Teixeira Ferreira
Fatima Satsuki De Araujo Iino
Felipe Jairo Laval Daniel
Felipe Tadeu Gondim
Fernanda Alves Da Cruz
Fernanda Arisi Gomes
Fernanda Baernardes De Almeida
Fernanda Junkes Correa
Fernanda Maria Alves Lourenco

Fernanda Pereira Labiak
Fernanda Ramos Paes E Lima
Fernanda Sordi Veiga
Fernando Curbani
Fernando Santos Cabral
Fernando Vonsowski Calheiros
Flavia Antunes Da Silva
Flavia Lanzoni Lauth
Flavia Rodrigues Bernardes
Flavia Trento Rost
Franciele Da Rosa
Francieli Cristini Da Silveira
Francielle Silva Rodrigues
Francine Simon
Francisco Inacio Pinkusfeld Monteiro Bastos
Francisco Jose Pereira Filho
Francielle Seemann Abreu
Gabriel Da Rocha Mialchi
Gabriel Neves Da Silva
Gabriel Young Rodrigues De Saboia
Gabriela De Moura Koen
Gabriela Hoffmann
Gabriela Prado Martins
Gabriela Westphal Vieira
Gaia Luisa Torquist Sartori
Geane Rosa
Geisa Bonet Farias
Germano Carlos Dutra Junior
Gessica Schlickmann
Gianna Daniel Dal Toe
Giliane Bruna Nicoluzi Rebello
Gilmara David Lemos
Giordano De Azevedo
Gisele Franca Regert Bezerra
Gisele Kristina Dos Santos Varela
Gislaine Lilian Rowedder
Glauro Pereira De Oliveira E Braga
Grace Pacheco De Oliveira
Guilherme Arthur Geronimo
Guilherme Mulinari
Guilherme Natalicio Assuncao
Gustavo Da Silva Machado
Gustavo Henrique Lescowicz
Gustavo Rodrigues Inacio
Gustavo Tognato De Oliveira
Hanalydia De Melo Machado
Heidi Frerichs
Helen Rezende Clazans Da Silva
Helena Lolli Savi
Helena Rodrigues Da Silva

Heloisa Christina Santos Dutra
Heloisa Petry
Heloisa Zorzi Costa
Helora Torres Pavao
Helton Da Silva Crepaldi
Henriette Caroline Ittner Da Silva
Henrique Bertotto
Iana Mabel De Marco Fazzioni
Iclairi Viana
Ileno Izidio Da Costa
Ilona De Oliveira Colen Loretnz
Ingrid De Cassia Souza De Oliveira
Isabela Aime Furquim
Isabella Alessandra Nascimento
Isadora Marcolla Vasques
Isaura Remus Gregorio
Ismael Andrada Bernardes
Israel Matos
Iuri Araujo Santana
Ivana Leal Furlam
Izabel De Barros Da Silveira Feigel
Jacqueline Paz Costa
Jacqueline Rodrigues Pires Da Silva
Jairo Bouer
Jamilli Fernanda Ramos Da Silveira
Janaina Amanda Antunes De Lara
Janaina Solange De Souza
Janine Soares De Oliveira
Jaqueline Cardoso Estacio
Jaqueline De Avila
Jeane Vanessa Santos Silva
Jeferson Araujo Goncalves
Jeferson Batista Monteiro
Jennifer Pugsley Sotto Maior
Jerry Adriane Oliveira Bittencourt
Jessica Albuquerque Lino Da Silva
Jessica De Sousa Vieira
Jessica Petkow Niehues
Joao Fillipe Horr
Joao Vicente Alfaya Dos Santos
Joel Rosa Da Luz
Jonas Ribeiro Alves
Jonatan Dos Santos
Jonatas Trindade Guedes
Jorge Luiz Silva De Carvalho Filho
Jorge Silva Furtado
Jose Antonio Huntemann
Jose Guilherme Moraes Constancio
Josiane Martins Goncalves
Josiane Wolff Araujo

Jourdan Linder Silva
Jucelaine Christmann
Julia Bittencourt Da Silva
Julia Carla Schramm
Julia Cavalli Pierry
Julia Correa De Oliveira
Julia Cristina Soares
Julia Dalla Corte Vaz
Julia De Souza Barcelos
Julia Schneider
Juliana Da Cruz Vaz
Juliana De Sousa Barbosa
Juliana Gomes Cavalcante
Juliana Ines Branco
Juliana Laurentino Burger
Juliana Rosa Pacheco
Juliana Thais Kuntze
Julio Cezar Morganti
Júlia Cristina Dos Santos
Júlia Fernandes Kronbauer
Jussara Brum Motta
Kamylla Santos Da Cunha
Karen Cecconello
Karen Cristine Teixeira
Karen Santana De Almeida Vieira
Karin Cristina Caneparo
Karin Cristina Caneparo
Karina Bez Batti De Paula
Karina Sofia Tavares
Karla De Oliveira Cruz
Kathilca Lopes De Souza
Katlyn Lires Dransfeld Moreira
Kemely Palmeiro
Laerzio Lopes Scandelari
Laidequer Taboas Silva
Lais Cruz Martins
Laize Cristina Mina
Larissa Barp Nunes
Larissa Costa Santana
Larissa Fetter Wegner
Larissa Isabele Rabello Chechi
Larissa Madalena Albalustro
Larissa Moreira Ferreira
Larissa Papaleo Koelzer
Laura Cardoni Ruffier
Laurent Franck Junior Charles
Laurita Luiza Carminatti Alves
Leandro Almeida
Leandro Batista Vieira
Leandro Da Silva Marques

Leandro De Paula Neto
Leia Pereira Ribeiro
Leili Daiane Hausmann
Leonardo Hasckel Pereira
Leonardo Ribeiro Mazzarolo
Leticia Schadeck
Leticia Silvana Dos Santos Estacio
Liamara Vargas Bedinha
Liandra Savanhago
Liane Lanzarin
Lidiane Bernardes
Ligia Souza
Lionara Poletti
Lizeth Alejandra Giambiaggi Castro
Louise Prates Silveira
Luan Correa Da Silva
Luana Feijo
Luana Marquezi
Luana Silvestre Pereira Dos Santos
Lucas Belocurov Neto
Lucas Berte Moratelli
Lucas Coelho Vieira
Lucas De Melo
Lucas Gonzaga Censi
Lucas Gustavo Da Silva
Lucas Joao Leite Farias
Lucas Mentor De Albuquerque Nobrega
Lucas Ribak Mattos
Lucas Uba Crestani
Luccas Da Cunha Coelho
Luciana Goulart Da Rocha Fonseca
Luciana Raimundo
Luis Antonio De Souza
Luis Antonio Novatzki
Luis Marcelo Balvoa
Luisa Bonetti Scirea
Luisa Smaniotto Dias
Luiz Alexandre Devegili
Luiz Henrique Martins
Luiz Tadashi Kizima Junior
Luiza Kretzer Berndt
Luiza Maria Da Rocha Zunino
Maeve Ottinelli
Maiara Fernanda Nogueira
Mairian Mirian De Barcelos
Maita Wandelli Loth
Maralice Zancan
Marcela Possato Correa Da Rosa
Marcelo Finateli
Marcelo Henrique Hoffmann Ecker

Marcelo Nogueira Viana
Marcelo Santos Cruz
Marcio Jibrin
Marcos Roberto Vieira Garcia
Marcos Sussumu Togo
Maria Antonia Dos Santos Pereira
Maria Augusta Collaco Lemos
Maria Candida De Azambuja De Avila
Maria De Fatima De Souza Braga
Maria Eduarda Grams Salum
Maria Eduarda Pinto Padilha
Maria Eduarda Vieira Cerny
Maria Flavianne Costa Souza
Maria Gabriela Da Rocha
Maria Helena Favaro
Maria Jose Roslindo Damiani Costa
Maria Lizabete De Souza Pova
Maria Lucia Wilwert
Maria Luiza Coelho Da Rocha
Maria Luiza Rosa Barbosa
Maria Octavia Nobrega Costa
Mariana Angeloni Duarte
Mariana Bittencourt De Los Santos
Mariana Cristina Zucchi
Mariana Dias Teixeira
Mariana Lenhani Martignago
Mariana Machado
Mariana Roza De Abreu
Mariana Schubert Backes
Mariana Soares Koettker
Mariana Sprotte Fernandes
Mariane Beatriz Sordi
Mariane Vanderlinde Da Silva
Marianne Oliveira Ternes
Mariela Jung
Marildo Jaci Schmidt
Marilu Pinheiro
Marina Bacha Nascimento
Marina Cardoso Guzman
Marina Fernandes Ruiz
Marina Martins Santos
Marina Schiochet
Marina Serapiao Turrisi
Marina Steinbach
Maristela Fatima Fabro
Marjory Menezes Da Rocha
Marlene Zwierewicz
Marlon De Oliveira Xavier
Martin Benitez Ramos
Martin Britos

Martin Sommer Moreira
Matheus Moreira Moraes
Matheus Vieira De Castilho
Mauro Marques
Mayana Lacerda Leal
Mayara Anselmi
Mayara Cristina Sberse
Mayara Juvencio Patricio
Mayara Pereira Silva
Maycon Da Silva Soares
Melissa Casagrande
Michele Jaqueline Dencker
Michele Schmoeler
Michelle Ramunno Monteiro
Michelly Candido Pires
Milaine Coelho
Milene Dalmina
Mireli Barbosa Martins
Mirialva Antonia Bernardi Bedin
Miriam Arl
Morgana Martins De Medeiros
Murilo Mattei Caetano
Murilo Pedroso Alves
Nadia Brasil Silva
Naiany Meiriely De Almeida
Natalia Alves Dos Santos
Natalia De Oliveira De Lima
Natalia Fonseca De Abreu Rangel
Natalia Perez Torres
Natalia Rocha Soares
Nathalia Chichorro Schutz
Nathalia Maria Souza Da Rocha
Nathalie Barea Silveira
Nathasha Bruno Pires
Neivania Da Silva Theodoro
Nelly Maura Pereira Luiz
Nicolas Da Costa Pereira Aranda
Nicole Siqueira
Nicolli Luiza De Lima
Norberto Jose Siemann Lopes
Nuno Miguel Martins Da Rocha
Nuria Naiara Hernandez Bermudez
Ohara Manfroi
Oliveiros Dias Junior
Osvaldo Miguel Junior
Pamela De Moraes Pasinato
Pamella Bitencourt De Souza
Pamylla Rafaela Ostermann Nunes
Paola Sintlinger Weiss
Patricia Devantier Neuenfeldt

Patricia Espindola Paredes
Patricia Ilha
Patricia Lucia Da Silva Abreu
Patricia Maia Von Flach
Patricia Silveira Kayo
Patricia Vieira Da Silva
Paula Alves De Souza
Paula Cristina Vidal Nunes
Paula Vieira De Mello
Paulo Henrique Pereira
Paulo Ricardo Reis
Paulo Vitor Ferreira Da Silva
Pedro Barrionuevo Nascimento
Pedro Roberto Meinberg Garcia Filho
Pedro Zomer Juncklos
Plinio Henrique De Castro Cezarino
Pollyanna Fausta Pimentel De Medeiros
Priscila Adelino Carvalho
Priscila Batista Da Rosa
Priscila Luiza Scarpa
Priscila Machado Borges Sena
Priscila Mattos Da Silva
Priscila Stahlschidt Moura
Priscilla Barros Delben
Rachel Butarello Captzan
Rafael Elias Dartora Da Silva
Rafael Meurer
Rafael Padoveze Flores
Rafael Pires Marciano
Rafaela Carolina Ferreira
Rafaela Elaine Barbosa
Rafaela Eufrasio De Paula
Rafaela Grecco Machado
Rafaela Regina De Souza
Raissa Amaral Custodio
Raissa Esther Da Silva Pereira
Raissa Taboas Franco
Ramon Dutra Miranda
Rani Lopes Lorenzetti
Ranieri Dalpiaz
Raphael Sansonetti Valverde
Raphael Souza Ribeiro
Raquel Da Veiga Pacheco
Renaly Beccara
Renan Da Roza Lovatto
Renata Christiane Araujo De Lima
Renata Da Silva Krusser
Renata Gordo Correa
Renata Juliane Barbosa
Renata Scheeren Brum

Ricardo Bez Claumann
Ricardo Costa Knoll
Ricardo Filipe Riffel
Ricardo Gomes Costa
Ricardo Maurici Ferreira
Ricardo Prado Martins
Roberta Castroviejo Da Silva Ribeiro
Roberta Salazar Uchoa
Roberto Dutra Vargas
Roberto Moraes Cruz
Robson Barth
Robson Lourenco Cavalcante
Rodrigo De Souza Pereira
Rogerio Simas De Souza
Romulo Bassi Piconi
Ronice Muller De Quadros
Rosalbia Falcao De Oliveira
Rosana Balzer
Rosana Oliveira Henriques
Roseli Zen Cerny
Rosimeri Maria Pereira
Rubiana Sarto
Ruth Emilia Nogueira Loch
Ruth Gnecco Zanini
Sabrina Aparecida De Freitas
Sabrina Viana
Sabrina Vicente De Medeiros
Sabrina Zimmermann
Samuel Adiers Stefanello
Sara Da Silva Boger
Saulo Moreno Rocha
Saulo Pereira
Savanah Reguse
Scharlene Clasen
Scheylani Bruna Silva
Selia Ana Zonin
Sephora Pinto Amaral
Sergio Melo Dos Santos
Simara Callegari
Soraia Irrigaray Zapata
Stephanie Kril
Suelen Bernardo Guckert
Suelen De Souza Medeiros
Suellen Cristina Ferreira Goulart
Suellen Dias Pessoa
Suzany Cristina Veloso Da Silva
Taina Cardoso Gevaerd
Talita Caetano Silva
Talita Rosa Otilia Simoes
Tamara Simone Fortes Delgado

Tamara Spillere Rovaris
Tamiris Aline Ferreira
Tatiana De Souza Izidio
Tatiana Martins
Tatiane Cristofolini
Tatiane Daniela Souza Sosa
Tatiane Vieira Barros
Tayrine Sousa Weber
Thais Dos Santos Viana
Thais Gabriella Reinert Da Silva
Thais Helena Costa Girao Borges
Thalis Augusto Vieira
Thalita Santos Das Neves
Thayse Martins Silva
Thiago Becker Henriques Silveira
Thiago Mateus Dutra
Thiago Perez Jorge
Thiara Borges De Souza Batista
Tiago Coimbra Nogueira
Tielly Rosado Maders
Treicy Giovanella Da Silveira
Vanessa Besen Costa
Vanessa Cadorin Marchiori
Vanessa Delazeri Mocellin
Vanessa Dias
Vanessa Ferreira
Veronica Rosarito Ramirez Parquet Rolon
Victor De Brito Alves
Victor Valente Marques Alfaia
Victoria Nicolosi
Vinicius Belle
Vinicius Eduardo De Melo Rubio
Vinicius Zuffo De Barros
Vitoria Goncalves Pereira Greve
Vivian Da Silva Oliveira
Viviane Soares
Viviane Viganico Alves
Waldoir Valentim Gomes Junior
Walquiria Peres De Amorim
Wanderson Esmerio Dos Santos
William Bruner Dos Santos
William Magagnin Kair
Wilson Antonio Mweis
Wilton Jose Pimentel Filho
Yasmim Guterres
Yasmin El Kadri Monteiro
Yona Garcia Simom
Yorhan De Souza Pires
Yuri Eller Verzola
Yuri Matelli Calazans Luz

Zenilde Durli
Zila Van Der Meer Sanchez Dutenhefner

Processo

073372/2013-31

Contrato

201300238

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Bolsistas:

Amadeu Raul Terres Schoenau
Anderson Sousa
Astor Lohmann Palmeira
Bruna Schramm De Souza
Caio Gaiarsa Simoes Lasagno
Claudio Almeida Ramos
Daniel Da Silva Fontoura
Daniel Mendes Rugno
Dimy Ramos
Eduardo Alvares Beskow
Heloisa Souza De Oliveira
Joao Ricardo Goulart Eller
Joao Vitor Marcilio
Leonardo Yukishigue Wajima
Lilian Suelen De Oliveira Cunha
Lucas Silva Coutinho
Lucas Tecchio Motta
Mariana Salla Chagas Euquime
Matheus Barbosa Da Silva
Mirian Thais Pires Moreira
Nathalia Maria Souza Da Rocha
Nicksonei Fabra Da Silva
Patrick Pirolo
Rafael Luchtenberg
Rafaela Bartczak Zacouteguy
Sabrina Viana
Samara Leopoldino Danielski
Thais Maria Pedroso Rodrigues
Thiago Gonçalves Magalhães
Thiago Pimentel Barbosa
Vanessa Da Silva Domingos
Wirlesson Silva Falcão

Processo

023079/2014-11

Contrato

201400115

Coordenador

Alexandre Marino Costa

Processo

061446/2008-29

Contrato

200800291

Coordenador

Sonia Maria Silva Correa De Souza Cruz

Bolsistas:

Adriano Gaspar

Alexandre Amorim Amaral Soares

Alexandre Gava Menezes

Alexandre Verzani Nogueira

Aline Natureza De Andrade Silveira

Aline Regina Becher

Andre Fabiano Dyck

Andre Luis Lazzari

Andrea Brandao Lapa

Andrea Brandao Lapa

Andreza Rozar

Anna Paula Da Silva

Armando Jose Vidal

Artur Felipe Titon Figueira

Barbara Cristina Mafra Dos Santos

Bianca Bertoli

Breno Cambraia Lanznaster

Camyla Innocente

Camyla Innocente

Carla Cristina Dutra Burigo

Carlos Alberto Moresco

Cecilia Augusta Vieira Pinto

Cidiane Guisso

Claudelino Martins Dias Junior

Claudete Maria Cossa

Claunei Kaiser

Clederson Paduani

Cleunice Gelesky Mesquita

Cristiane Amabile Wartha

Cristiane Felisbino Silva

Cristine Maria Bressan

Daniel Felipe Neves Machado

Daniela Bragaglia

Danilo Lopes Dantas

Douglas Felipe Abelino

Douglas Leandro Meinheim

Edineia Cristiani Pedrotti

Eduardo Bruno Da Costa Krukoski

Eduardo Lobo

Elizabete Nunes Duarte

Emanuel Martins Burigo

Ernani Ros Da Luz

Fabricio Bez Da Silva

Fabricio Marcos Reis Hipolito
Fabricio Sawczen
Fabrizia Possenti Nunes
Felipe Augusto Franke
Felipe Silva Reche
Fernanda Christmann
Fernanda Goulart
Filipe De Lima Silveira
Flaviani Minatti Tirloni
Francielli Schuelter
Francine Bittelbrunn
Francine Guedes Pacheco
Francisco Sacco Flores Almeida Teixeira
Gabriel Abdala Franco
Gabriel Tavares Vianna Stella
Gabriela Goncalves Silveira Fiates
Gerson Rizzatti Junior
Giovana Spiller
Gustavo Costa Ribeiro
Gustavo Setsuo Bo
Gustavo Silva Queiroz
Helen Carolina De Oliveira
Helena Cristina Zimmermann
Henrique Costa Braga
Henrique Hunger Moresco
Hercilio Pereira Cordova
Hyann Carlos Silveira
Ines Maria Costa Brighente
Ingrid Nicola Souto
Isabela Souza Da Natividade
Isadora Bernardo Cardoso
Ivo Gustavo Cavalcanti Macedo
Janio Antonio Bernardo
Jenifer Maira Laube
Jimena De Mello Heredia
Joana Stelzer
Jonathan Muller
Jose Antonio De Oliveira
Jose Marcos Da Silva
Juciney Goularte Nunes
Julia Dutra De Lima
Juliana Cristina Faggion Bergmann
Juliana Da Rosa
Juliana Joenck Colle
Juliana Salvador Alves
Julio Aied Passos
Laila Langhammer Alves
Lais Schmidt
Lara Haddock Lobo
Leila Da Graca Amaral

Lilian Borges Rau
Lincoln Sato
Lucas Adiers Stefanello
Lucas Filappi
Lucas Otto Roder
Luciane Cristina Ouriques
Luiz Afonso Borges De Souza
Luiz Gabriel Braun
Luiz Henrique Martins
Mara Lucia Bedin
Marcelo Dutra De Farias
Marcos Henrique Santos Martins
Marcos Vinicios Barp
Marcus Vinicius Ferreira Gerioni
Maria Flores Hass
Maria Risoleta F Marques
Mariana Coutinho Hennemann
Mariana Tuma De Athayde
Marilda Todescat
Marina Bazzo De Espindola
Matheus Gomes Coelho
Maurilio Manoel Da Silva
Milene Dutra Vargas Ribeiro
Mirian De Souza Espindola
Monique Cristiane De Oliveira
Morena Pereira Porto
Natalia Hanazaki
Nathalia Cardoso Schweber
Nildo Wilpert Junior
Oni Alberto Cavalcanti Freire
Pericles Cesar Da Costa
Priscila Esmeraldino
Priscila Ribeiro Faria
Rafael De Oliveira Dura Escrich
Rafael Feijo Vieira Vecchietti
Rayse Kiane De Souza
Roberto Gava Colombo
Robson Lourenco Cavalcante
Robson Willian Fernandes
Rodrigo Mafalda
Rodrigo Pereira Rocha
Rosilda Maria Pereira Do Amaral
Sarah Izabel Pfaffenzeller Esquivel
Sergio Machado Wolf
Sergio Mafra Fernandes
Sonia Elena Palomino Castro Bean
Stefanie Damazio Correa
Taiane Teixeira
Tania Haddock Lobo
Thais Ferraz Rodrigues Fernandes

Thaynara Gilli Tonolli
Thiago Bortolotti
Thomaz Martins Pereira
Valdete Da Cunha
Vander Babtista
Vanessa Farias Da Silva
Viviane Mara Woehl
Willian Peripato Borges Pereira
Willian Romeu Ramos
Wollacy Rasveiler Da Silva
Yohana Taise Hoffmann
Yuri Pauluci
Zenilde Durli

Processo

050033/2011-14

Contrato

201100241

Coordenador

Elza Berger Salema Coelho

Bolsistas:

Adriana Makansi Nascimento
Alacoque Lorenzini Erdmann
Alcides Milton Da Silva
Alexandra Crispim Da Silva Boing
Alexandre Pareto Da Cunha
Aline Bussolo Correa
Aline De Lima Pestana
Aline Massaroli
Ana Izabel Jatoba De Souza
Ana Lucia Schaefer Ferreira De Mello
Ana Weigert Bressan
Andre Junqueira Xavier
Anne Caroline Luz Grudtner Da Silva
Bruna Pedroso Canever
Bruno Pereira Dal Paz
Calvino Reibnitz Junior
Camila Dalbo Coradini Miranda
Carine Vendruscolo Mascarenhas
Carla Fernanda De Mendonca Barros
Carla Ribeiro
Celia Regina Rodrigo Gil
Cilene Volkmer
Cinara Sacomori
Claudia Flemming Colussi
Claudio Claudino Da Silva Filho
Dagoberto Dimon Feiber
Daiana Kloh
Daiani De Bem Borges
Dalvan Antonio De Campos

Daniela Alba Nicker
Daniela Eda Silva
Daniela Priscila Oliveira Do Vale Tafner
Daniele Delacanal Lazzari
Daniele Ennes Brey
Danielle Ledur Antes
David Alejandro Gonzalez Chica
Dayane Machado Ribeiro
Deidvid De Abreu
Deise Warmling
Doroteia Aparecida Hofelmann
Douglas Francisco Kovaleski
Edevar Daniel
Eduardo Jorge Amaral
Elaine Cristina Novatzki Forte
Eleine Maestri
Eleonora Dorsi
Eliane Regina P Do Nascimento
Elimar Mayara De Almeida Menegotto
Elizabeth Nappi Correa
Elza Berger Salema Coelho
Emil Kupek
Eosilda Verissimo Silva
Evangelia Kotzias Atherino Dos Santos
Fabiana Bianchet De Souza Neves
Fabio Luiz Quandt
Fabiola Polo De Lima
Fabricio Augusto Menegon
Fatima Buchele
Fernanda Alves Carvalho De Miranda
Fernanda Cerveira Abuana Osorio Fronza
Fernanda Martinhago
Fernanda Paese
Fernando Hellmann
Fernando Mendes Massignam
Filipe Modolo Siqueira
Flavia Goulart
Francielle Maciel Silva
Gabriella De Almeida Raschke Medeiros
Giovana Dorneles Callegaro Higashi
Girlane Mayara Peres
Giselane Schmitt
Giseli Ramos Da Rosa
Igor Tavares Da Silva Chaves
Izauria Zardo
Jane Cristina Anders
Jane Maria De Souza Philippi
Joana Anschau Roman
Jose Luis Guedes Dos Santos
Josimari Telino De Lacerda

Jouhanna Do Carmo Menegaz
Julia Dubois Moreira
Juliana Araujo Martins
Juliana Coelho
Juliana Cristina Lessmann
Juliana Homem Da Luz
Juliana Nunes Bitencourt
Juliana Regina Destro
Jussara Gue Martini
Katia Cilene Godinho Bertoncello
Keila Cristina Rausch Pereira
Kenya Schmidt Reibnitz
Laura Cavalcanti De Farias Brehmer
Leandro Da Silva Bolsoni
Livia Crespo Drago
Lizandra Da Silva Menegon
Luana Dos Santos Raymundo
Lucia Nazareth Amante De Souza
Luciano Fiorentin
Luciene Silva E Souza
Lucio Jose Botelho
Luisa Conrad De Jesus
Manoela De Leon Nobrega Reses
Mara Ambrosina De Oliveira Vargas
Mara Regina Buenos Stanck
Marcelo Coutro
Marcelo Nogueira Capille
Marcia Sueli Del Castanhel
Margarete Maria De Lima
Margarete Maria Pasetto Bilessimo
Maria Emilia Oliveira
Maria Fernanda Baeta Neves Alonso Da Costa
Maria Raquel Moretti Pires
Maria Rita Pimente Rolim
Marianella Aguilar Ventura Fadel
Mariely Carmelina Bernardi
Maristela Castro De Mellos
Marta Inez Machado Verdi
Marynes Terezinha Reibnitz
Max Alexandre Zanelato
Melisse Eich
Michelle Kuntz Durand
Michelli Vitoria Silvestre
Mirelle Finkler
Monica Motta Lino
Monique Ferreira Garcia
Nazare Otilia Nazario
Odisseia Fatima Perao Moreira
Olivia Zomer Dos Santos
Patricia Duarte Silva Da Natividade

Paula Vitali Miclos
Pedro Paulo Scremin Martins
Priscila Orlandi Barth
Ramona Sant Ana Maggi De Moraes
Raquel Kerpel
Renata Goulart Castro
Ricardo Azambuja Silveira
Rita De Cassia Gabrielli Souza Lima
Rita De Cassia Teixeira
Rodrigo Otavio Moretti Pires
Roque Oliveira Bezerra
Rosangela Leonor Goulart
Rosani Ramos Machado
Rosemeri Aparecida Maciel
Rutes De Fatima Terres Danczuk
Sabrina Blasius Faust
Sabrina Da Silva De Souza
Sayonara De Fatima Faria Barbosa
Selma Regina De Andrade Marino
Sheila Rubia Lindner
Silvana Maria Dos Santos
Silvana Silveira Kempfer
Sonia Natal
Soraia Geraldo Rozza Lopes
Suelen Dos Santos Saraiva
Tadeu Zomer Locatelli
Tanise Goncalves De Freitas
Tcharlies Dejandir Schmitz
Thiago Angelo Gelaim
Valquiria Machado Cardoso
Vania Marli Schurbert Backes

Processo

048969/2012-66

Contrato

201200485

Coordenador

Maria Sylvia Cardoso Carneiro

Processo

057953/2012-44

Contrato

201200516

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Bolsistas:

Alex De Sa Motta Lima

Alexandre Marino Costa

Ana Carolina Michetti Urien

Anco Marcio Souto Maior De Oliveira Lima Filho

Antonio Edesio Jungles
Aureo Mafra De Moraes
Bruna Schramm De Souza
Bruna Tajima Silveira
Carlos Henrique Guiao Coelho
Catarina Augusta Marinho Mondl
Claudia Leal Brites Ramos
Claudio Jose Girardi
Cledison Ambrozio Marques
Daniela De Andrade
Diego De Campos Domingos
Dilton Ferreira Junor
Eduardo Lobo
Gabriel De Oliveira Gomes
Gabriela Schafer
Gilberto De Oliveira Moritz
Gilberto Luciano Dos Santos
Greici Porto Da Cunha
Hanalydia De Melo Machado
Janaina De Souza
Jose Eduardo Pimentel E Silva
Juliana Seemann Nascimento
Lais Martins Freccia
Larissa Sell Cardozo
Leonardo Cabral
Lilian Patricia Casagrande
Lucas Otto Roder
Marcela Souza Silva
Marcos Baptista Lopez Dalmau
Mariana Moreira Henriques
Marilda Todescat
Marina Bacha Nascimento
Marina Serapiao Turrise
Mauricio Fernandes Pereira
Nathalia Maria De Souza Da Rocha
Patricia Chiossi
Patricia Regina Da Costa
Priscila Girardi
Rafael Guedert Batista
Renata Regina De Souza
Rene Setta Rodrigues
Robson Santos Da Rosa
Samuel Albuquerque Marinho De Andrade
Scheylani Bruna Silva
Suelen Cristtina Giroto
Thaynara Gilli Tonolli
Thiago Pimentel Barbosa
Victor Hugo Lopes
Vinicius Nesi

Processo

053265/2012-13

Contrato

201300031

Coordenador

Edemar Roberto Andreatta

Processo

001546/2013-63

Contrato

201300097

Coordenador

Luiz Alberto Peregrino Ferreira

Bolsistas:

Adenor Moacyr Gouvea Filho

Adriano Sachweh

Alexandre De Assis Correa

Andresa Borget Wopereis

Aureo Mafra De Moraes

Carlos Alberto Pereira De Oliveira

Carlos Henrique Guiao Coelho

Carolina Eto

Daniel Angel Luzzi

Deicimara Marinho Dias

Dilson Santa Fe Santos

Fabio Jose Espindola

Gabriel Capeletti

Jessica Daiane Rosa

Ledenir Machado Rodrigues

Lisleia Golfetto

Lucio Jose Botelho

Luiz Alberto Peregrino Ferreira

Marcelo Linhares Monso

Marcelo Nogueira Capille

Marcia Regina Battistella

Marco Antonio Dos Santos

Marcos Andre Schorner

Marina Mendes De Oliveira Pecoraro

Mario Cesar Ferreira

Matheus Roberto Da Silva De Souza

Matheus Schuster Lucas

Orlando Da Costa Ferreira Junior

Renato Antonio Leal

Roberto Astorino Filho

Silvio Marcos Pereira

Vanoir Guarezi Zacaron Junior

Processo

016310/2013-21

Contrato

201300109

Coordenador

Fabio Machado Pinto

Processo

057118/2013-95

Contrato

201300168

Coordenador

Maria Aparecida Lapa de Aguiar

Bolsistas:

Angela Teodosio Da Silva

Daniela Cristina Da Silva

Patricia Rodrigues Da Silveira

Rodrigo Dunquer

Virginia Angelica Reck

Processo

050703/2012-83

Contrato

201300209

Coordenador

Lucas de Melo Reis Bueno

Bolsistas:

Beatriz Regina Mendes

Bruno Jorge Bee

Gabriela Oppitz

Jefferson Batista Garcia

Karel Jockyman

Lucas Bond Reis

Thiago Umberto Pereira

Processo

055977/2013-40

Contrato

201300221

Coordenador

Ariovaldo Bolzan

Bolsistas:

Ademir Florencio De Andrade Oliveira

Adonay Tacisio Marques De Souza

Alanke Farias Pereira

Alex Pinheiro Da Silva

Alexandre Cavalheiro

Amanda Beatriz Ardigo Da Silva Correa

Amanda Virtuoso Jacques

Ana Cristina Da Silva Tavares Ehlers

Ana Luisa De Almeida Ribeiro

Ana Silvia Sheibe

Andre Guilherme Kunitz

Andre Mauricio De Souza
Andre Vinicius Andrade Bezerra
Andrei Elias Amaral
Anna Paula Laurindo Falcao
Ariela Farias De Andrade Pereira
Ariovaldo Bolzan
Arno Dal Ri Junior
Augusto Gurgel Do Amaral Junior
Barbara Marcon Bez Batti
Beatriz Da Rosa Espindola
Bruna Liana Mattiuzzi Frainer
Camila Michels
Camila Ramos De Avila
Carine Cristine Moreira Gomes
Carlos Alberto Negreiro Junior
Carmen Tereza Pagy Felipe Dos Reis
Clarissa Stefani Teixeira
Claudio Henrique Santa Rosa
Daniela Gava Citadin
Daniela Gesser
Debora De Costa
Denia Falcao De Bittencourt
Diego Bittencourt Machado
Eduardo De Moura Rodrigues
Eleonora Milano Falcao Vieira
Eleuse De Almeida Mousinho
Emanoelle Diz Acosta
Erico Da Silva Moreira
Euclides Pinheiro De Melo
Evertan Antonio Rebelatto
Fabiana Luisa Silva
Felipe Ademar Bezerra De Almeida
Fernando Brambilia Do Nascimento
Fernando Tsuda
Filomena Fatima De Sousa Santos
Gabriel Cassemiro Marian
Gabrieli Nunes Antunes
Gabriella Silva Ferreira
Geerleson Barrim De Souza
Glaucia Regina Medeiros
Guilherme Gomes Rocha
Guilherme Zin
Hugo Silva Pereira
Irancy De Almeida Gallo Ritzmann
Jaqueline Rossato
Jonathan Dos Santos Girardi
Jose Luiz De Andrade
Jose Marcos Da Silva
Jose Victor Matos
Jose Vilmar De Melo Junior

Joyce Kimmel De Souza Silva
Julia Carolina Medeiros Silveira
Julia De Vasconcelos Castro
Karen Francine Heinen
Lazara Caroline Dos Santos Martins
Leandro Amancio
Leonardo Meurer
Ligia Maria Martinho Pereira
Lorenzo Matteo
Marcio Clemes
Marcos Eugenio Prata Barbejat
Maria Da Conceicao Paz Costa
Maria Das Gracas Lima Pereira
Maria Janice Olympio Sales
Mariana Monte Barardi
Mariana Zimmermann Antunes
Marina Araujo D Ornellas
Marta Ines Camelo Mendonca
Matheus Mikio Tanaka
Murilo Demarco
Naira Silva
Natan Padoin
Nathany De Mendonca Vieira
Nicolau Jorge Haviaras
Nicole Spillere Soares
Patricia Benelli
Patricia Ferrari
Patricia Simon
Paulo Afonso De Sousa Pitombeira
Pedro Franco De Carvalho
Rafaela Bohaczuk Venturelli
Raphael De Vasconcellos Vilela
Raquel Pereira Da Silva
Reinaldo Matushima
Renan De Paula Binda
Renato Lopes Da Silva
Renilda Fatima De Oliveira
Roberto De Faria Mendes
Roque Olveira Bezerra
Rosalvo Filho
Rosane Ribeiro Da Silva
Rosangela Luzia Silva
Rosangela Pereira Prado
Samara Silva De Souza
Samuel Kopp
Simone Mazzutti
Tadeu Felipe Abreu
Tamara Agner Miguez
Tatiana Ramos Pacioni
Thais Appeit Peres Bartie

Thaise Batista Da Rocha
Thiago Pereira Da Silva
Tiago Da Rosa Augustinho
Virginia Castro Boggio
Wellington Rodrigo Da Silva
Wilson Silva Costa
Yenny Lopez
Zoraide Oliveira Campos
Zuleika Bento Rodrigues

Processo

068941/2013-26

Contrato

201300248

Coordenador

Antonio Munarim

Processo

069035/2013-49

Contrato

201300250

Coordenador

Daniela Ribeiro Schneider

Bolsistas:

Aline Borges De Oliveira
Aline Oliveira Souza
Ana Gabriela Martins Hofmann
Ana Luiza De Assis Paulino
Ana Paula De Souza
Ana Paula Gorri
Ana Paula Santiago Chacon
Ana Raquel Cabral Barcellos
Andreia Silva Sousa
Andrelise Viana Rosa Tomasi
Angela Maria Klemann
Angela Maria Sozzeki
Angela Slongo Benetti
Anna Carolina Goulart Rodrigues
Artur Cipriani Da Silva
Athena Teixeira Rieke
Athos Paulo Santos Martini
Beaudelaire Pierre Charles
Bernardo Haas Abreu
Bibiana Amaral Paviani
Bruno Hummelgen
Camila Aparecida Dantas Pereira
Camila Dalbo Coradini Miranda
Camilla D Alessandro Azevedo
Camilla Gomes Wassao
Carloman Augusto Dutra

Carolina Kahl
Caroline Bittencourt Da Rosa
Caroline Zaneripe De Souza
Carolline Muller Chaves
Celso Henrique Soufen Tumolo
Claudia Dellome Maciel
Claudia Manuella Fermiano
Claudini Honorio De Pieri
Cleber Manoel Machado
Cristina Da Silva
Daiane Marques Dos Santos
Daniel Sana Da Silva Junior
Daniel Vitor Leite Pereira
Daniela Senna Meneguci
Debora Caroline Dos Santos Guimaraes
Debora Daniella Pissetti
Delma Cristiane Morari
Delma Marli Godinho
Denise Ayres D Avila
Denise Silvestrin
Deyvid William Leite
Diego Barbosa Lopes
Diego Eller Gomes
Diego Luiz De Almeida Motta
Dimitri Barranhicwecz Tenfen
Duane De Melo Da Silva
Elaine Cristina Da Silveira
Elaine Cristina Reis
Eliza Da Silva Hillesheim
Elizandra Aparecida Guedes
Emily Biasi
Erika Mello Silva
Ernani Viana Saraiva
Evelyn Henkel
Ewerton Alves Dos Santos
Fabiana Pastorello
Fabiana Seidler
Fabiola Teixeira Ferreira
Fatima Satsuki De Araujo Iino
Fernanda Ana De Souza
Fernanda Pereira Labiak
Fernanda Sordi Veiga
Fernando Vonsowski Calheiros
Flavia Rodrigues Bernardes
Francielle Silva Rodrigues
Francisco Fernandes Soares Neto
Gabriel Da Rocha Mialchi
Gabriel Young Rodrigues De Saboia
Gabriela Hoffmann
Gabriela Westphal Vieira

Geane Rosa
Geisa Bonet Farias
Giliane Bruna Nicoluzi Rebello
Giordano De Azevedo
Gisele Kristina Dos Santos Varela
Grace Pacheco De Oliveira
Guilherme Arthur Geronimo
Gustavo Da Silva Machado
Heidi Frerichs
Heloisa Zorzi Costa
Helora Torres Pavao
Henrique Bertotto
Ivana Leal Furlam
Ivani Abouhatem
Izabel De Barros Da Silveira Feigel
Izadora Tamie Kosaka
Jamilli Fernanda Ramos Da Silveira
Jenny Sumara Sozo
Joao Fillipe Horr
Joel Rosa Da Luz
Jorge Luiz Silva De Carvalho Filho
Josiane Martins Goncalves
Jucelaine Christmann
Julia Bittencourt Da Silva
Julia Carla Schramm
Juliana Rosa Pacheco
Larissa De Oliveira Luz
Larissa Fetter Wegner
Larissa Papaleo Koelzer
Laurent Franck Junior Charles
Leandro Castro Oltramari
Leandro Da Silva Marques
Leili Daiane Hausmann
Leolibia Luana Linden
Leonardo Hasckel Pereira
Leonardo Victor Marcelino
Lionara Poletti
Luan Freitas De Oliviera
Lucas Gustavo Da Silva
Lucas Mentor De Albuquerque Nobrega
Luis Antonio De Souza
Luisa Smaniotto Dias
Maiara Fernanda Nogueira
Maira Janice Crocetti Burgardt
Maralice Zancan
Marcelo Henrique Hoffmann Ecker
Marcos Antonio Lopes
Marcos Sussumu Togo
Maria Aparecida Gruner Rocha
Maria Augusta Collaco Lemos

Maria Eduarda Grams Salum
Maria Jose Roslindo Damiani Costa
Mariana Rosa De Almeida
Marianne Oliveira Ternes
Marina Steinbach
Marlene Zwierewicz
Matheus Moreira Moraes
Milene Peixer Loio
Natalia De Souza
Natassia D Agostin Alano
Nathalia Maria Souza Da Rocha
Nathalie Barea Silveira
Nicole Siqueira
Nicolli Luiza De Lima
Norberto Jose Siemann Lopes
Osvaldo Miguel Junior
Paola Sintlinger Weiss
Patricia Silveira Kayo
Paula Cristina Vidal Nunes
Paula Vieira De Mello
Pedro Barrionuevo Nascimento
Pedro Roberto Meinberg Garcia Filho
Priscila Machado Borges Sena
Rafaela Eufrazio De Paula
Raquel De Barros Pinto Miguel
Renata Christiane Araujo De Lima
Renata Gordo Correa
Ricardo Bez Claumann
Ricardo Maurici Ferreira
Roberto Moraes Cruz
Rogerio Simas De Souza
Rony Cristiano
Rony Cristiano
Ruth Gnecco Zanini
Sabrina Zimmermann
Samuel Adiers Stefanello
Suellen Cristina Ferreira Goulart
Suellen Dias Pessoa
Suziane Da Silva Mossmann
Tatiana De Souza Izidio
Thais Gabriella Reinert Da Silva
Thiago Becker Henriques Silveira
Thiago Da Silva Bogut
Thiago Mateus Dutra
Thiago Ribeiro Alves
Vanessa Delazeri Mocellin
Veronica Rosarito Ramirez Parquet Rolon
Vinicius Belle
Vinicius Eduardo De Melo Rubio
Virginia Lima Dos Santos Levy

Waldoir Valentim Gomes Junior
Wanderson Esmerio Dos Santos
Wemylinn Giovanna Florencio Andrade
William Magagnin Kair
Wilson Antonio Mweis
Wilton Jose Pimentel Filho
Yasmin El Kadri Monteiro
Yuri Matelli Calazans Luz
Zenilde Durli

Processo

007130/2014-30

Contrato

201400054

Coordenador

Rogério Luiz De Souza

Bolsistas:

Adriano Valerio Dos Santos Azevedo
Alcivani Da Cruz Ortiz
Carlos Borges Da Silva Junior
Carmine Ines Acker
Charlene Bezerra Dos Santos
Debora Lumertz Darabas
Dilnei Inacio Coelho
Ederson Luis Da Silveira
Edilberto Elias Aranda Scarpellini
Elen Gomes Pereira
Jacqueline Rodrigues Pires Da Silva
Jefferson Alves Da Silva
Josiele Bene Lahorgue
Jourdan Linder Silva
Juliana Da Silva Euzebio
Liamara Vargas Bedinha
Luiz Henrique Martins
Mara Salgado
Marcela Reis Da Silva
Nuno Miguel Martins Da Rocha
Pascoal Domingos Baticam Junior
Patricia Devantier Neuenfeldt
Priscila Martelli Casarin
Robson Lourenco Cavalcante
Rosana Balzer
Rosana Oliveira Henriques
Samuel Isidoro Dos Santos Junior
Sonia Maria Zanon
Tadeu Zavistanovicz De Almeida
Tania Maria Costa
Valmir Jose Turcatto
Yago Pinto Da Silva
Yuri Zanerippe Miguel

Processo

036024/2013-82

Contrato

201400066

Coordenador

Maria Cristina Marino Calvo

Bolsistas:

N/C

Processo

019762/2014-46

Contrato

201400081

Coordenador

Juliano Gil Nunes Wendt

Processo

023352/2014-08

Contrato

201400082

Coordenador

Paulo Cesar Machado Ferroli

Bolsistas:

Giovanni Maria Arrigone

Processo

041700/2013-30

Contrato

201400083

Coordenador

Mauricio Mello Petrucio

Bolsistas:

Americo Ishida

Processo

018059/2014-11

Contrato

201400103

Coordenador

Ariovaldo Bolzan

Processo

033386/2014-01

Contrato

201400127

Coordenador

Katt Regina Lapa

Processo

024929/2014-91

Contrato

201400173

Coordenador

Marisa Stragliotto

Processo

032783/2014-57

Contrato

201400223

Coordenador

Carlos Loch

Processo

071885/2014-98

Contrato

201400240

Coordenador

Carlos Rodrigo de Mello Roesler

Processo

065890/2014-61

Contrato

201400241

Coordenador

Juliana Bernardi Ogliari

Processo

059354/2014-27

Contrato

201400249

Coordenador

Jaison Jose Bassani

Processo

023152/2014-47

Contrato

201400124

Coordenador

Rodrigo Otavio Moretti Pires

Bolsistas:

Cintia Fernanda Dos Santos

Processo

078040/2013-42

Contrato

201300256

Coordenador

Maria Luiza Bazzo

Processo

057955/2012-33

Contrato

201200517

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Bolsistas:

Aline Helena Delfino Steffens

Antonio Edesio Jungles

Cleyton Gilmar Vilpert

Djennifer Zoboli De Almeida

Rafael Augusto Dos Reis Higashi

Rodolfo Joaquim Contessi

Rodrigo Costa Do Amaral

Rodrigo Paulo De Abreu

Processo

004471/2014-53

Contrato

201400052

Coordenador

Gonzalo Jaime Cofre Cofre

Processo

051832/2011-16

Contrato

201100256

Coordenador

Amir Mattar Valente

Bolsistas:

Fernanda Ferrari Zrzebiela

Processo

064165/2013-95

Contrato

201300228

Coordenador

Jane Bittencourt

Bolsistas:

Daniel Amato Zabotti

Eduardo Bruno Da Costa Krukoski

Luana Do Rocio Taborda

Tales Fontoura Da Rocha

Yohana Taise Hoffmann

Processo

026920/2014-34

Contrato

201400140

Coordenador

Maria Aparecida Lapa de Aguiar

Processo

044268/2014-10

Contrato

201400236

Coordenador

Rubens Onofre Nodari

Processo

014396/2012-77

Contrato

201200371

Coordenador

Edemar Roberto Andreatta

Processo

014557/2012-22

Contrato

201200378

Coordenador

Edemar Roberto Andreatta

Processo

021921/2014-72

Contrato

201400105

Coordenador

Vera Lucia Bazzo

Bolsistas:

Daniel Schiochett

Luiz Fernando Da Silva

Processo

032616/2013-25

Contrato

201300189

Coordenador

Rosely Perez Xavier

Bolsistas:

Adriana De Carvalho Kuerten Dellagnelo

Andre Luis Specht

Donesca Cristina Puntel Xhafaj

Dóris Regina Maes

Enedina Sarlete Ventura

Leonardo Da Silva

Márcia De São Thiago Rosa

Marina Borges Martinez

Priscila Fabiane Farias
Raphael Albuquerque De Boer
Raquel Carolina Souza Ferraz D Ely
Rosely Perez Xavier
Vanderlei Parreira

Processo

042187/2013-02

Contrato

201300205

Coordenador

Giovani Mendonça Lunardi

Bolsistas:

Alexandre Leopoldo Goncalves
Anderson Luiz Fernandes Perez
Danielle Annoni
Darlei Dall Agnol
Delamar Jose Volpato Dutra
Eliane Pozzebon
Fernando Jose Spanhol
Giovani Mendonça Lunardi
João Bosco Da Mota Alves
João Carlos Cichaczewski
Juarez Bento Da Silva
Luciana Bolan Frigo
Marcio Secco
Marcio Vieira De Souza
Natana Lopes Pereira
Paulo Cesar Leite Esteves
Ricardo Alexandre Reinaldo De Moraes
Roderval Marcelino
Samira Belettini Borges
Solange Maria Da Silva
Vilson Gruber
Willian Rochadel

Processo

021877/2014-09

Contrato

201400104

Coordenador

Jamil Assereuy Filho

Processo

051315/2011-39

Contrato

201100248

Coordenador

Walter Quadros Seiffert

Processo

042477/2012-67

Contrato

201300022

Coordenador

Marilia Matos Gonçalves

Bolsistas:

Alice Theresinha Cybis Pereira

Angela Carolina Mansim

Berenice Santos Gonçalves

Cristiano Alves Da Silva

Daisi Imgard Vogel

Dayane Alves Lopes

Ericson Luiz Straub

Eugenio Andres Diaz Merino

Francisco Antonio Pereira Fialho

Jose Roberto Cordeiro

Lisandra De Andrade Dias

Luciane Maria Fadel

Luciano Patrício Souza De Castro

Luiz Salomão Ribas Gomez

Mariana Soares Popper

Marília Matos Gonçalves

Pablo Eduardo Frandoloso

Pedro Kirsten De Almeida E Silva

Richard Perassi Luiz De Sousa

Sinara Escandiel Ferreira Farias

Valeria Casaroto Feijó

Processo

009117/2013-34

Contrato

201300125

Coordenador

Silvia Martini De Holanda Janesch

Bolsistas:

Christian Arenhart

Eduardo Bruno Da Costa Krukoski

Jose Ricardo Canez Juracy

Morgana Pereira De Souza

Nereu Estanislau Burin

Rafael Sales Lisboa De Oliveira

Raquel Quaresma Teixeira

Rosimary Pereira

Rubens Starke

Silvia Martini De Holanda Janesch

Yohana Taise Hoffmann

Processo

065874/2014-79

Contrato

201400256

Coordenador

Mareni Rocha Farias

Processo

068237/2013-73

Contrato

201300222

Coordenador

Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas

Bolsistas:

Ana Carolina Martins

Antoniela Sofia Chelest

Aquidauana Marin Brunetto

Dion Leno Moraes

Dionata Luis Plens Da Luz

Elivandro Assis De Almeida

Heloisa Marques Baumgratz

Joares Antonio Gomes De Goes

Jocemar Risso

Letícia Rodrigues Costa

Marina Neves Felipe

Raissa Lebrao Rodrigues De Oliveira Turci

Rosa Scheibe Ribeiro

Sandy Evelyn Pereira Arguelho

Vagner Luiz Kominkiewicz

Vanderlei Machado

Processo

025034/2014-73

Contrato

201400106

Coordenador

Juares Da Silva Thiesen

Bolsistas:

Edna Araujo Dos Santos De Oliveira

Eduarda Luize Pastore Dos Santos

Lucia Helena Teles

Luiz Fernando Da Silva

Paula Cortinhas De Carvalho Becker

Pedro Henrique Favero Martins

Péricles Cesar Da Costa

Rosiane Da Silva Ribeiro Bechler

Processo

052393/2012-31

Contrato

201300090

Coordenador

Neide Martins Arrias

Bolsistas:

Daniela Rezende Riner

Fernando Luz Carvalho

Lucia Schneider Hardt

Luiz Fernando Da Silva

Neide Martins Arrias Bittencourt

Rafael Jonas Sarda

Rosana Silva De Moura

Silvia Ines Coneglian Carrilho De Vasconcelos

Vera Lucia Bazzo

Vilmar Martins

Processo

021423/2014-20

Contrato

201400225

Coordenador

Marcos Antônio Lopes

Processo

024149/2014-41

Contrato

201400180

Coordenador

Maria Luiza Bazzo

Processo

037376/2014-36

Contrato

201400116

Coordenador

Rute Da Silva

Bolsistas:

Euclides Pinheiro De Melo

Processo

050824/2012-25

Contrato

201200477

Coordenador

Roseli Zen Cerny

Bolsistas:

Adriano Leal Lourenco

Alexandre Dos Santos Oliveira

Alexandre Santaella Braga

Alexandro Dantas Trindade

Aline Nilze Linhares

Ana Paula Gorri

Ana Paula Knaul

Ana Paula Vieira Barcelos
Andre Dias Janicas
Andrea Bonette Ferrari
Andressa Da Costa Farias
Ariele Louise Barrichello Cunha
Arthur Medeiros Thiesen
Beatriz De Souza Gloria
Bethsey Benites Cesarino Da Rosa
Bruna Maria Almeida Rosa
Bruno Augusto Alves Lacowicz
Bruno Dos Santos Simoes
Caio Cuccia Biagiotto
Camila Arasaki Casarotto
Carin Lissiane Perske
Carla Cristina Dutra Burigo
Carlos Eduardo Borges De Queiros
Carlos Lenine Pereira
Cintia Lima Crescencio
Claudia Roberta Minati
Cleusa Iracema Pereira Paimundo
Debora Barbosa Torres
Douglas Michel Hoose
Edla Maria Faust Ramos
Eduardo Eising
Elaine Cristina Reis
Eliandra Moraes Pires
Elizabeth Cristine Adam Trindade
Elizandro Mauricio Brick
Elizangela Bastos Hassan
Emily Biasi
Erick Correa De Oliveira
Fabiana Martin Baramarchi
Felipe Ademar Bezerra De Almeida
Felipe Tadeu Gondim
Francisco Fernandes Soares Neto
Gabriel Mellado Ornellas
Gabriela Hessmam
Giovane Goncalves Pereira
Gleidiane De Sousa Ferreira
Graziela Gomes Stein Teixeira
Guilherme Compagnolli Vasconcellos
Guilherme De Campos Martins
Guilherme Espindola Machado
Guilherme Rodrigues Pozzibon
Isabel Wermuth
Isaque Matos Elias
Ivana Martins Da Rosa
Ivani Cristina Voos
Jaqueline De Avila
Jaqueline De Souza Tartari

Jessica Schiller
Joao Filipe Dalla Rosa
Joao Paulo Pooli
Jonathan Thomas De Jesus Neto
Jorge Lucas Simoes Mirella
Juan Carlos Virissimo
Julia Beatriz Correa Machado
Julia Cristina Vilabruna
Karina Bez Batti De Paula
Laura Constanza Quinones Neira
Leandro Da Silva Batista
Lenon Oliveira Goncalves
Leticia Royer Salvador
Lia Cristina Barata Cavellucci
Lucia Helena Alvarez Leite
Luis Felipe Coli De Souza
Luiz Fernando Souza Tome
Luiz Henrique Guerra
Maira Marques De Oliveira
Marcelo Artur Tavares Da Silva
Marcelo Rubens Raulino
Marcus Vinicius Cosmo Morilla Caetano
Maria Cristina Da Rosa
Maria Cristina Viero De Oliveira
Maria Elizabeth Bianconcini Trindade Morato
Maria Fernanda Bin Pacheco
Marilisa Bialvo Hoffmann
Marina Bazzo De Espindola
Marines Domingues Cordeiro
Maristela Della Flora
Mateus Ramon Falk Ramalho
Michelle Rocha De Moura
Monica Renneberg Da Silva
Nayara Cristine Muller Tosatti
Nielce Meneguello Lobo Da Costa
Pamela Angst
Patricia Barbosa Pereira
Rafaela Rejane Samagaia
Raissa Amaral Custodio
Raoni Pontes Caselli
Ricardo Walter Hildebrand
Roberto Gava Colombo
Roberto Souza Ribeiro
Rony Cristiano
Rosa Elisabete Militz Wypczynsky Martins
Rosangela De Souza Jorge Ando
Roseli Zen Cerny
Ruy Cesar Pietropaolo
Sila Marisa De Oliveira
Simao Pedro Pinto Marinho

Thais Paiola Camata
Valeria Seoane Standt
Vinicios Camello
Violeta Ferlauto Schuch
Wellington Fernandes Silvano
Wemylinn Giovanna Florencio Andrade

Processo

070481/2013-04

Contrato

201300235

Coordenador

Claudio Manoel Rodrigues De Melo

Bolsistas:

Giulia Helena Martins Pereira
Simone Suhnel

Processo

072682/2013-38

Contrato

201300244

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Bolsistas:

Ailton Soares Freire
Ana Carolina Vicenzi Franco
Antonio Edesio Jungles
Jose Luiz Ferreira De Abreu
Marcos Baptista Lopez Dalmau

Processo

028075/2014-11

Contrato

201400237

Coordenador

Maria Cristina Marino Calvo

Processo

061856/2012-56

Contrato

201200567

Coordenador

Edison Da Rosa

Bolsistas:

Alisson Granemann Abreu
Antonio De Azevedo Donatti
Antonio Marco Da Costa Taha
Ari Ojeda Ocampo More
Arthur Henrique Della Fraga
Arthur Machado Branco

Barbara Welter De Abreu
Beatrice Tavora
Bruce Pedro Barbosa Rodrigues
Bruno Chaves Abatti
Bruno Luiz Goncalves
Carlos Eduardo Rebelato
Celso Spada
Charley Felipe De Moraes
Danielly Nunes De Carvalho
Ewerton Conceicao
Felipe Calistro Chaiben
Felipe Nedel Mendes De Aguiar
Fernando Burigo Texeira
Fernando Luis Amorim Agostinho
Filipe Guedes Venancio
Glaucia De Padua Da Silva
Guilherme Trilha Daniel
Henrique Prandi
Isaac Luiz Da Silva
Jhonata Da Rocha
Leonardo Augusto Da Silva Veiga
Leonardo Farage Freitas
Lucas Alberto Tomasi
Marcio Schneider De Castro
Maria Eloisa Costa
Mariana Aparecida De Mattos
Mariana Cezar De Melo
Mariana Datria Schulze
Marina Nascimento Silva
Monica De Souza
Nathan Junior Molinari
Nelson Raphael Costa Da Silva
Nildo Wilpert Junior
Odilon Alho Ferreira
Oswaldo Edmundo Schwerz Da Rocha
Rafael Pires Moser
Raul Sidnei Wazlawick
Renan Hipolito Zimmer
Renan Luiz Arceno
Ricardo Luiz Camargo Prado
Rodrigo Aguiar Costa
Rodrigo Bittencourte De Lima
Thiago Senhorinha Rose
Vanderleia Artmann
Vinicius Goncalves Pinheiro
Yuri Kayser Da Rosa

Processo

053342/2014-99

Contrato

201400196

Coordenador

Eloisa Acires Candal Rocha

Processo

058934/2013-16

Contrato

201300203

Coordenador

Edison Roberto De Souza

Bolsistas:

Jamil Cesar De Oliveira

Processo

060318/2013-25

Contrato

201300220

Coordenador

Carlos Rodrigo de Mello Roesler

Bolsistas:

Ana Caroline Romao Da Silva

Andre Luiz Almeida Pizzolatti

Ari Digiacomio Ocampo More

Carlos Rodrigo De Mello Roesler

Carolini De Souza Pocovi

Daniel Alejandro Ponce Saldias

Edison Da Rosa

Eduardo Alberto Fancello

Gean Vitor Salmoria

Ibrahim De Cerqueira Abud

Ieda Maria Vieira Caminha

Lucas Farias Vieira

Marcelo Peixer Corbellini

Patricia Ortega Cubillos

Vitor Gebauer Henschel

Wagner Barbosa De Medeiros Junior

Processo

043395/2013-11

Contrato

201300227

Coordenador

Elza Berger Salema Coelho

Bolsistas:

Adriano Sachweh

Alexandra Crispim Da Silva Boing

Aline Dayane Colaco

Aline De Lima Pestana

Aline Massaroli

Aline Pallaoro Garcia

Ana Karoliny Testoni
Ana Maria Mujica Rodriguez
Ana Paula De Moraes Soares

Processo

037345/2011-32

Contrato

201400179

Coordenador

Vania Marli Schubert Backes

Bolsistas:

Denise Maria Guerreiro Vieira Da Silva
Francine Lima Gelcbke
Jussara Gue Martini
Marta Lenise Do Prado
Odalea Maria B Dos Santos
Rafaela Ribeiro Cespedes

Processo

040990/2013-02

Contrato

201300169

Coordenador

Amir Mattar Valente

Bolsistas:

Adriane Merten
Andre Gustavo Stumpf Alves De Souza
Andre Ricardo Dutra
Bruno Franco Da Silva Borges
Camila Meira Moritz
Cristine Yohana Ribas
Eliane Firmino De Melo
Gabriela Porto Machado
Gilberto Guimaraes Mendes
Giulia Paggiarin Flores
Guilherme Buss
Helen Cristina Neves De Padua
Humberto Eustaquio Gomes Vieira
Igor Ribeiro Mendonca
Jorge Fernando Do Monte Pinto
Kinn Hara
Marcelo Carvalho Pestana Silva
Mariana Alexandrina
Maureani Simon Rizzatti
Milena Araujo Pereira
Natalia Beatriz Barreira
Nelson Pacheco Neto
Renata Franco Trevisan
Rogerio Joao Lunkes

Roselene Faustino Garcia
Vitor Pacheco Dos Santos

Processo

043366/2013-59

Contrato

201300237

Coordenador

Ariovaldo Bolzan

Bolsistas:

Alana Conte
Alexandre Cavalheiro
Ana Cristina Da Silva Tavares Ehlers
Ariovaldo Bolzan
Arno Dal Ri Junior
Aureo Mafra De Moraes
Barbara Raquel Dos Santos
Bertoldo Da Silva Costa
Carolina Vaqueiro Fernandes
Claudiane Gouveia
Claudio Henrique Santa Rosa
Daniele De Bona Medeiros
Debora De Costa
Fausto Kothe
Fernanda Matos Souza
Gessica Seberino Pereira
Jane Claudia Santin Martins
Joyce Kimmel De Souza Silva
Julio Cesar Moreira Guerra
Mariana Monte Barardi
Naira Silva
Nicoly Mafra
Patricia Ferrari
Renan De Paula Binda
Renilda Fatima De Oliveira
Virginia Castro Boggio
Wilson Silva Costa
Zuleika Bento Rodrigues

Processo

035421/2013-37

Contrato

201300232

Coordenador

Dayane Machado Ribeiro

Bolsistas:

Ana Carolina Oliveira Peres
Andre Luis Chiodi Bim
Andreia Araujo Martins
Angela Giacomini

Carla Adriana Da Silva
Claudia Sens
Danielle Pereira Lacerda
Dayane Machado Ribeiro
Dilma Helena Neves Henriques
Francini Faustino Das Chagas
Juliara Bellina Hoffmann
Kamilla Rosa Gomes
Leticia Moro Bins Ely
Marcio Dellagnol
Maria De Fatima Rocha
Mariana Saideles Martins
Morgane Marion Kuntze
Renata Areas Da Silva
Talita Caldeira De Sena

Processo

034814/2012-42

Contrato

201200444

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Bolsistas:

Antonio Edesio Jungles
Beatriz Ferreira Ângelo De Deus
Deborah Yvanna Bertelhe Dos Santos
Geovana Vendruscolo
Marcos Baptista Lopez Dalmau
Marília Martins Dagostin
Marilia Offemann Skowronski
Rafael Schadeck

Processo

035809/2013-38

Contrato

201400110

Coordenador

Magda Teixeira Chagas

Bolsistas:

Emanuel Martins Burigo

Processo

045216/2012-07

Contrato

201200492

Coordenador

Jane Maria De Souza Philippi

Processo

055012/2013-57

Contrato

201300247

Coordenador

Beatriz Bittencourt Collere Hanff

Processo

033991/2014-73

Contrato

201400198

Coordenador

Jane Bittencourt

Processo

075239/2013-19

Contrato

201400125

Coordenador

Marta Inez Machado Verdi

Bolsistas:

Alexandra Crispim Da Silva Boing

Diogo Francisco Reus Carlos

Elisa Lange Vitorio

Kenya Schmidt Reibnitz

Maicon Hackenhaar De Araujo

Marcelo Nogueira Capille

Marta Inez Machado Verdi

Rodrigo Otavio Moretti Pires

Rosangela Leonor Goulart

Processo

026409/2013-31

Contrato

201300212

Coordenador

Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas

Bolsistas:

Bernardo Bravo Leite

Calie Castilho

Elisa Carolina Ferreira

Karin Possebon Bolzan

Leticia Rodrigues Costa

Marcela Guimaraes De Lara Pinto

Michele Cristina Vieira

Ruy Leo Thomazi Neto

Processo

057090/2012-13

Contrato

201200500

Coordenador

Antonio Fernando Boing

Bolsistas:

Adriana Makansi Nascimento

Agnes Sanfelici

Alana Dallacosta Fantin

Alcides Milton Da Silva

Alessandra Rossoni

Alexandra Crispim Da Silva Boing

Alexandre Gava Menezes

Aline Anacleto

Aline Bussolo Correa

Aline Dayane Colaco

Aline Massaroli

Aline Pallaoro Garcia

Ana Lucia Danielewicz

Ana Maria Mujica Rodriguez

Ana Paula Araujo De Freitas

Andre Fabiano Dyck

Andreia Mara Fiala

Angela Maria Blatt Ortiga

Angela Maria Da Silva Hoepfner

Antonio Carlos Mariani

Antonio Fernando Boing

Barbara Almeida Da Silva

Beatriz Marcondes De A. Correia

Bibiana Lenzi Sebben

Bruna Pedroso Canever

Bruno Pereira Dal Paz

Bruno Saibro Silveira

Calvino Reibnitz Junior

Camila M Fernandez

Carla Ribeiro

Carlos Henrique Guiao Coelho

Carlos Henrique Sancineto Da Silva Nunes

Carolina Abreu Henn De Araujo

Carolina Torres Guazzelli

Cassandra Melo Oliveira

Cassia Roettgers

Celia Regina Rodrigo Gil

Cesar Barone Marques Costa

Claudete Maria Cossa

Cleilson Costa Da Silva

Crislaine Bardini

Cristiane Alves

Daiane Rocha

Dalton Francisco De Andrade

Dalvan Antonio De Campos

Daniela Cristina Pereira

Davi Baasch

David Pereira Neto

Deidvid De Abreu
Deise Warmling
Diego Gomes Couto
Diogo Fiorello Foppa
Diogo Francisco Reus Carlos
Douglas Francisco Kovaleski
Edevar Daniel
Edilson Yoshito Yuhara
Elisandra Paula Marques
Elza Berger Salema Coelho
Eugeani Fundcheller
Eveli Da Costa Silva
Fabiane Alves Farias
Fabio Brum Vitoria
Fabio Cesar Ariati
Fabricio Augusto Menegon
Fabricio Sawczen
Fatima Buchele
Felipe Bucker Chittoni
Fernanda Arisi Gomes
Fernanda Furtado Nascimento
Fernanda Machado
Fernanda Martinhago
Fernanda Rodrigues
Fernanda Rosa De Oliveira Pires
Fernando Mendes Massignam
Flavia Goulart
Flavia Silveira De Souza Pires
Franciele Volpato
Francielle Maciel Silva
Gabriel Abdala Franco
Gabriel Goncalves Nunes Mazetto
Gabriela Romao Dos Reis Silva
Giovana Schuelter
Giovana Spiller
Graciela De Oliveira Alves
Graziella Barbosa Barreiros
Gregorio Italiano Veneziani
Gustavo Klauberg Pereira
Hannah Theis
Helena Mendes Constante
Henry Dario Cunha Ramirez
Idonezia Collodel Benetti
Igor Tavares Da Silva Chaves
Irinete Carvalho Da Costa
Izabel Carolina Martins Campos
Izauria Zardo
Izolete Righetto
Janayna Sobota
Janine Koneski De Abreu

Jaqueline Marlene Cardoso
Jeferson Rodrigues
Jessica Campos Matias
Jessica Natalia Souza Santos
Joao Carlos Da Silva
Joao Fillipe Horr
Joice Pacheco
Jorge De Almeida Bastos Junior
Julia Estela Willrich Boell
Juliana Araujo Martins
Juliano Amorim Busano
Jussara Gue Martini
Kenya Schmidt Reibnitz
Lais Fernanda Paiva
Larissa Antonella Azevedo
Larissa De Abreu Queiroz
Leandro Da Silva Bolsoni
Leticia Souza De Freitas
Lizandra Da Silva Menegon
Lucas Alexandre Pedebos
Lucas Muller De Jesus
Lucila Rosa Matte Massigani
Ludmilla Castro Malta
Luis Henrique Mulinari
Luisa Conrad De Jesus
Luiz Henrique Americo Salazar
Luiz Paulo De Farias Junior
Maiana Farias Oliviera Nunes
Maiara Pereira Cunha
Maicon Hackenhaar De Araujo
Manoel Mayer Junior
Marcelo Coutro
Marcelo Nogueira Capille
Marcelo Rodrigues Esteves
Marcia Regina Luz
Marco Antonio Dos Santos
Marcos Vanderlei Nunes Dos Santos
Margarete Maria De Lima
Maria Cristina D Avila Castro
Maria Jose Baldessar
Maria Julia Veiga Athayde Moraes
Maria Raquel Moretti Pires
Maria Tais De Melo
Maria Thereza Simoes Cordeiro
Marialice De Moraes
Mariana Rosa De Almeida
Mariana Schubert Backes
Marta Inez Machado Verdi
Maurilio Atila Carvalho De Santana
Melisse Eich

Michelle Elias Siqueira
Michelle Kuntz Durand
Monica Motta Lino
Nathan Luz De Beltrand
Neomar Narciso Borges Cezar Junior
Olivia Zomer Dos Santos
Patricia Duarte Silva Da Natividade
Patricia Kozuchovski Dare
Paula Marcantonio Scaim
Pedro Affonso Rosar
Pedro Artur Figueiredo Vitti
Pedro Paulo Delpino Bernardes
Pedro Paulo Scremin Martins
Pierri Guedes De Araujo
Rachel Schlindwein Zanini
Rafaela Vivian Valcarenghi
Raissa Fernanda Colares De Novoa
Raphael Cordeiro
Renata Cerqueira Campos
Renata Pereira Sampaio
Renor Goncalves De Castro Neto
Roberta Borghetti Alves
Rodrigo Damian Antonio
Rodrigo Otavio Moretti Pires
Rosangela Leonor Goulart
Rosiane Maria
Sabrina Blasius Faust
Sabrina Guterres Da Silva
Saionara Nunes De Oliveira
Salesio Eduardo Assis
Sandra Maria Barreto
Sheila Rubia Lindner
Sonia Augusta Leita0 Saraiva
Susana Soares
Tadeu Zomer Locatelli
Tania Machado De Andrade
Tania Maris Grigolo
Tcharlies Dejandir Schmitz
Tharso De Souza Meyer
Thiago Angelo Gelaim
Vania Moreira
Vinicius Brum Pra
Virginia Lima Dos Santos Levy
Vitor Lima Da Silva
Viviane Hultmann Nieweglowski
Walter Ferreira De Oliveira
Wellington Soares Ribeiro De Barros
Willian Peripato Borges Pereira

Processo

062065/2012-43

Contrato

201300096

Coordenador

Maria Luiza Bazzo

Bolsistas:

Marcos Andre Schorner

Maria Luiza Bazzo

Rosane Maria Neves

Taiane Freitas Medeiros

Processo

069529/2014-12

Contrato

201400233

Coordenador

Maria Cristina Marino Calvo

Processo

075521/2013-04

Contrato

201300258

Coordenador

Maria Cristina Marino Calvo

Bolsistas:

Alexandre Augusto Gimenez Marques Filho

Aline Carla De Sant Anna

Aline Megumi Arakawa

Amanda Faqueti

Ana Cristina Medaglia Dyonisio

Ana Paula Franco Pacheco

Ana Paula Trombetta

Ana Virginia Nion Rizzi May

Angela Maria Blatt Ortiga

Beatriz Carrer

Bianca Dos Santos Mondo

Bruna Carolina Santos Da Silva

Camila Hammes Marian

Camila Maria De Oliveira Peixer

Camille Macedo Nunes Weiser

Carla Dadalt

Carla Simon Bernardi

Carlos Alberto Severo Garcia Junior

Carlos Alberto Vale Da Costa

Carlos Gustavo Crippa

Carluce Da Silva Buss

Claudia Anita Gomes Carraro

Daniel Piassa Giovanaz

Debora Martini

Diego Vitti

Eduardo Beckhauser
Eduardo Campos De Oliveira
Elisabeth Da Silva Eliassen
Elyana Teixeira Sousa
Fernanda Duarte Da Luz
Fernanda Lazzari Freitas
Fernando Mendes Massignam
Fulvio Borges Nedel
Gerson Mattos
Giovana Bacilieri Soares
Gustavo Alexssandro Tonini
Ida Zoz De Souza
Ivana Maria Fossari
Janize Luzia Biella
Jaqueline Maria Olini Ijuim
Joao Pedro Abrahao Caron
Josimari Telino De Lacerda
Leide Dayana Caetano
Luana Gabriele Nilson
Manoela De Leon Nobrega Reses
Marcelo Freitas
Marcos Aurelio Maeyama
Maria Cristina Marino Calvo
Marilza Leal Nascimento
Marina Bento Veshagem
Mario Vinicios Zendron
Marly Denise Wuerges De Aquino
Mirvaine Panizzi
Nestor Antonio Schmidt De Carvalho
Pedro Henrique De Campos Albino
Raissa Lebrao Rodrigues De Oliveira Turci
Ramon Dutra Miranda
Raphael Elias Farias
Ronaldo Zonta
Sandra Joseane Fernandes Garcia
Scheyla Paula Bollmann Oleskovicz Nogueira
Siegrid Kurzawa Zwiener Dos Santos
Sonia Natal
Taina Fabrin De Castro
Tamar Georg Bender
Thaine Teixeira Machado
Thais Titon De Souza
Vanessa De Luca Bortolato
Vanessa Maria De Assis Pessin
Vinicius Andreoli Petrolini
Yuri Matelli Calazans Luz

Processo

065623/2014-94

Contrato

201400228

Coordenador

Beatriz Augusto De Paiva

Processo

011690/2013-16

Contrato

201300087

Coordenador

Edison Roberto De Souza

Processo

027740/2014-50

Contrato

201400172

Coordenador

Maria Dorothea Post Darella

Processo

070480/2013-51

Contrato

201300234

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Processo

055654/2012-75

Contrato

201200497

Coordenador

Elza Berger Salema Coelho

Bolsistas:

Adriana Makansi Nascimento

Adriano Sachweh

Agnes Sanfelici

Alessandra Debastiani

Alexandra Crispim Da Silva Boing

Alexandre Gava Menezes

Alexandre Santos E Silva

Andrea Labes Vaz De Lima

Anne Caroline Luz Grudtner Da Silva

Armindo Antonio Guerra Junior

Bibiana Lenzi Sebben

Caio Bressan Doneda

Carlos Alberto Severo Garcia Junior

Carmem Regina Delziovo

Carmen Leontina Ojeda Ocampo More

Carmen Lucia Luiz De Souza

Caroline Schweitzer De Oliveira

Cesar Barone Marques Costa

Claudia Araujo De Lima
Dalvan Antonio De Campos
Daniel Cardoso Da Costa Lima
Daniel Felipe Neves Machado
Deise Warmling
Doroteia Aparecida Hofelmann
Eleonora Dorsi
Eleonora Milano Falcao Vieira
Elza Berger Salema Coelho
Fabiola Polo De Lima
Fabricio Sawczen
Fatima Buchele
Felipe Adolfo Liborio De Araujo
Flavia Goulart
Giovana Schuelter
Giselia Garcia Da Silva Vieira
Helen Bruggemann Bunn Schmitt
Igor Tavares Da Silva Chaves
Joao Jair Da Silva Romao
Josimari Telino De Lacerda
Julia Estela Willrich Boell
Juliana Regina Destro
Konelius Hermann Eidam
Laura Martins Rodrigues
Laura Rosa Da Silva
Leandro Da Silva Bolsoni
Luciana Oliviera De Jesus
Lucio Jose Botelho
Luisa Conrad De Jesus
Luiz Paulo De Farias Junior
Maeve Coelho Moreira
Marcelo Nogueira Capille
Marcia Regina Luz
Maria Angela Monteiro Goller
Maria Claudia Souza Matias
Maria Raquel Moretti Pires
Marta Inez Machado Verdi
Max Alexandre Zanelato
Mirvaine Panizzi
Murilo Dos Santos Moscheta
Nazare Otilia Nazario
Nelise Cavalheiro Barcellos
Olivia Zomer Dos Santos
Paulo Fernando Rojas
Paulo Roberto Da Silva
Pedro Paulo Delpino Bernardes
Renana Pinho Assi
Rodrigo De Rosso Krug
Rodrigo Otavio Moretti Pires
Rodrigo Roncaglio

Romeu Gomes
Rosangela Leonor Goulart
Rosiane Maria
Sabrina Blausius Faust
Salesio Eduardo Assis
Scheila Krenkel
Sheila Rubia Lindner
Soraya Medeiros Falquiero
Tadeu Zomer Locatelli
Tanise Goncalves De Freitas
Tcharlies Dejandir Schmitz
Vania Moreira
Veridiana Tavares Costa
Victor Hugo De Magalhaes Brites Torres Polli
Wagner Daufenbach Do Amaral
Walter Ferreira De Oliveira
Wemylinn Giovanna Florencio Andrade

Processo

053390/2012-15

Contrato

201200512

Coordenador

Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas

Bolsistas:

Arildo Zampiron
Caio Luis Chiariello
Fabricia Ritter Moro
Ilton Vieira Flores
Juliano Cougo Ferreira
Luis Antonio Pasquetti
Maico Roris Severino
Marcela Saldanha Ozon
Olavo Tatsuo Makiyama
Rui Alvacir Netto
Thais Nadruz D Almeida
Valdemar Arl
Volnei Luiz Meneghetti

Processo

058955/2012-51

Contrato

201200521

Coordenador

Eliana Elisabeth Diehl

Bolsistas:

Alisson Álamo Pereira Nery
Acácio Amaral Almeida Junior
Adauto Teodoro Aguiar Neto
Adlla Kenia Alves Fernandes

Adriana De Freitas Faria
Adriana Sousa Dos Santos
Adriano Salvador Queiroz
Afranio Luiz Holanda De Albuquerque
Agnes Sanfelici
Alan Cascelli Da Silva
Alanna Agla Silva Ferreira
Alberico Duarte De Melo Junior
Aldenösia Helena Nogueira
Alderly De Souza Ferreira
Alessandra Maria Maciel Bueno
Alessandra Santos Ferreira
Alex Dos Reis Recio
Alexandra Ingrid Dos Santos Czepula
Alexandre Cesar De Barros Da Silva
Alexandre Rocha
Alice Martino De Carvalho
Aline Alves Fortunato Do Carmo
Aline Aparecida Foppa
Alyssara Clamer Teles
Alysson Vieira Brandáço Da Silva
Amabile Dellalibera Simoes
Amanda Andrade Antunes
Amanda Campos Araujo Lopes
Amanda De Souza Barbosa
Amanda Pedrosa De Freitas Farias
Amanda Prata Vasconcelos Oliveira
Amelia Mutsumi Takahashi
Ana Carolina Figueiredo Modesto
Ana Carolina Rodrigues Chaves
Ana Carlyne Pereira Carlos
Ana Celia Da Silva Moura
Ana Claudia Ramos Da Silva
Ana Cristina Barbosa Pantoja
Ana Gabriela De Moraes Nunes
Ana Karina Diogenes Fernandes
Ana Karla Cardoso De Souza
Ana Kelly Leitao De Castro
Ana Leticia Stedelle Schneider
Ana Ligia Pereira Santos
Ana Lucia Mendes Prado
Ana Paula Da Silva
Ana Paula De Oliveira
Ana Paula Queiroz
Ana Paula Vianna
Ana Selma Soares Lucas
Ana Thaise De Sousa Linard
Anaclaudia Santos Vilela
Anderson Figueiredo De Almeida
André Da Silva Gomes

Andre Libanio Canedo Kelly
Andre Luiz Guiselli Gallina
André Luiz Ignachitti Honório
Andre Soares Santos
André a atágo Alves
Andréia Akemi Chiapinotto Imai
Andre De Oliveira Baldoni
Andre Luiz De Godoi
Andrea Lenhard
Andreia Esteves De Oliveira
Andreia Fabiane Diniz
Andreia Herculano Da Silva
Andressa Cristina Ossémer Soares
Andreza Raquel Vitor Lopes
Andrezza Duarte Farias
Angélica De Almeida Gonçalves
Angela Caroline De Souza Lopes
Angela Maria Santos
Angelica Francesca Valiati
Anna Lécia Santana Da Silva Moreira
Anna Paula Vieira De Siqueira E Silva
Annanda Apple Fernandes Costa
Annelise Loures Lima
Antânia Iana Muniz De Mesquita
Antônio Henrique De Sousa Pinto
Antonia Altair Pereira Coutinho
Antonio Adailton De Moraes
Antonio Aecio Sales De Lima
Antonio Agostinho De Araújo Júnior
Antonio Carlos Azevedo Da Silva
Antonio José Carmona Guimarães Junior
Antonio Jose Chaves De Magalhães
Antonio Salustiano De Melo Junior
Antonio Sergio Lima Falcão
Antonio Vivaldo Da Silva
Aracelli Ferreira Lório
Aracy Bruno Alves Bentes De Sá
Ariadene Guimarães Costa Do Bu
Ariadne Dantas Vieira Pepino
Armando Marcos Dos Santos
Auristela Almeida Melo
Barbara Gizelia Mozzato
Beatriz Maria Pereira Girolineto
Bernadete Maciel De Araujo
Bernardo Augusto De Freitas Dornelas
Bianca Almeida Gama
Bianca Ramos Pezzini
Brena Alves Dutra
Brögida Dias Fernandes
Bruna Brasil Rodrigues Furtado

Bruna Mariadne Fernandes Andrade
Bruno De Almeida Andrade
Bruno De Brito Sales
Bruno Erminio Sá De Sousa
Bruno Leonardo Lemos Dos Santos
Camila Andrade Pedrassani
Camila Andreia Bernardi Lorencett
Camila De Albuquerque Montenegro
Camila Marques Protasio
Camila Siqueira Principe Ferraz
Carina Campos Martins
Carina Carvalho Silvestre
Carine Raisia Barbosa De Andrade
Carine Raquel Blatt
Carine Silva Brito
Carla Cristina Vieira De Moraes
Carla Elvira Matos
Carla Guimarães Batista
Carla Valeria Abreu Batista
Carlos Alexandre Costa
Carolina Del Trejo
Carolina Ribeiro De Santana Menezes Carvalhal França
Caroline Patricia Wegner De Carvalho Cordeiro
Cassia Marques Nakano
Cassiane Bolzan Dos Passos
Cassyano Januario Correr
Cecília Aparecida Saggioro Do Lago
Cecília De Fátima Barbosa Ranieri
Christiane De Alexandria Leal
Christiane Silva De Almeida Rodrigues
Christiano Lima Moura
Cibele Ribeiro Chaves
Ciberio Landim Macedo
Cinara Soares Vidal
Cintia Dos Santos Ribeiro
Ciro Bispo Dos Santos Júnior
Cláudia Márcia Freitas Lima
Clara Lucia Ferraz Nogueira
Clarissa Martins Freire Velloso Ferreira
Clarissa Siqueira Pessoa
Claudia Carneiro De Azevedo
Claudiane Lopes Santos
Cleber Leonardo De O. Rafael
Cleber Mendes Pereira Do Lago
Cleibe Sobral
Cleide Magali França De Oliveira
Cleide Souza Do Amaral
Cleilton Oliveira Correia
Cleiton Luis Maldaner
Cleiton Luiz De Oliveira

Cleverson Rogério Rigolon
Cris Slayne Miranda Sousa
Cristiana Rapelotto
Cristiana Simone Pretto
Cristiane Feijó Gonçalves Brigeiro
Cristiano Manetti Da Cruz
Cristina Mariano Ruas Brandao
Cristina Sanches Giraud
Cynthia Antunes Barbosa
Cynthia Dos Santos Pimenta
D'Borah Cruz Novaes Pereira
Débora Maria Dos Santos
Daiany Martins Kozan
Daiene Gomes Vieira
Daliana Cristina Ribeiro De Lima
Dalila Da Silva Almeida
Dalton Soares Da Silva Jénior
Daniela Álvares Machado Silva
Daniela Ester De Lima Xavier
Daniela Minetto
Daniela Vieira Rocha
Daniela Virginia De Alcantara Gomes
Danieli Belazi
Danielly Carneiro De Azevedo
Danielly Trancoso Ferraz Gobira Avellar
Danilo Santos Porto
Danilo Tano Nomoto
Dayana Elizabethe De Souza Oh
Daysiane Dos Santos Lobato
Debora Libia Correa Scarabelli
Deborah Brasil Lustoza De Oliveira
Deise Cristina Ribeiro Lopes
Denicio José De Oliveira Silva
Denise Guilherme De Castro
Denise Oliveira De Jesus
Denne Costa E Silva
Diana Aguiar De Sousa
Diego Carneiro Ramos
Diego Rodrigues Vieira
Diego Vitti
Dievan Bisognin Da Silva
Diogo Gomes Figueiredo
Diogo Nascimento Moraes
Diuliana Dos Santos Mendes
Djalnice De Oliveira Rodrigues
Domingos Hermogenes De Medeiros Gomes
Domitila Morais Gonçalves
Douglas Lenzi
Edcleuma Da Silva Machado
Edevaldo Da Felicidade

Ediane Teles De Mattos
Edileusa Dias Nolasco
Edilson Silva Pereira
Ediruy Robinson Santos
Edison Vieira De Melo Junior
Edna Evangelista De Souza
Edson Flavio Campos Nunes
Eglin Thais Da Penha
Eiri Denise Leal
Elaine Cristina Oliveira Dos Santos
Elainne Lins Moura De Almeida
Elane Cristina Silva Dos Santos
Elber Rogério Jucá C. Da Silva
Elca Elaine Almeida De Castro
Eliana Brambati Martins
Eliana Elisabeth Diehl
Eliane Sales Da Silva
Eliane Sobrinho De Barros
Elisana De Carvalho Diávila Almeida
Elissandra André • A Carvalho Coðlho
Elizete Cachiado Dantas
Elyyane Betania Rodrigues Correia
Emanuella Thamize De Carvalho Rego
Emanuelle Cristina Chaves
Emanuelle De Almeida Santos
Emanuelle Ralile Dias
Emiliana Domingues Cunha Da Silva
Emiliana Fernandes Sá Batista
Erica Cristina Diniz Dias Alvarenga
Erica Gonçalves Barreto Alves
Erik Melo De Sousa
Erika Felicio Freitas
Erika Hailer Tedeschi Roland
Esther Mayline Mendes Araujo
Etianne Ghellere De Souza
Evaldisia De Castro Dantas
Evelyne Araújo Franco
Everton Boff
Evy Katiuscia Leite Sertão
Expedito Rogildo Cordeiro Carlos
Fábio Vanderlan Viana Macêdo
Fábia Kathicilena Braga E Silva
Fábio De Mendonça Mota
Fádua Regina Martins
Fabiane Yuri Yamacita Borin
Fabiano Da Silva Souza
Fabiano Henrique Darcin
Fabio Felix Santaigo
Fabiola Moreira Da Costa Santiago
Fausto Rodrigo Pinto De Vasconcelos

Fernanda Bortolini Haas
Fernanda Das Graças Costa Melo Mesquita
Fernanda Souza Reis Aguiar
Flávia Araéjo Maximiano Da Silva
Flávia Avelar De Oliveira
Flávia Lécia David
Flavia Simone Cintra De Moraes
Flavio Oliveira Da Silva
Franciele Nascimento Oliveira
Francieli Kolankiewicz Gonçalves
Francieli Munzlinger Konfigera
Francieli Teixeira Bravim
Francielli Schuelter
Francielly Grassi
Francisca Ambrosina Nogueira De Oliveira
Francisca Sueli Monte Moreira
Francisco Adriano Pereira Saraiva
Francisco Evilasio Da Silva
Francisco Fabio Oliveira De Souza
Francisco Igor Rabelo Brito
Francisco Ivo Frota Araéjo
Francisco Lindberg Alves Brito
Francisco Rogério Soares Costa
Gabriella Fernandes Magalhães
Gabrielle Moura Reis
Geisa De Queiroz Almeida
Geisila Taires Torres Rodrigues
Genely Novaes Sobrinho
Genilson Pereira Gurgel
Genize Kaoany Alves Vasconcelos
Gentileide Dias De Noronha Silva
Giana Da Silva Wiggers
Gildomar Lima Valasques Junior
Gillena Maria Macedo Sampaio De Sá
Giovana Gonçalves Pereira Carneiro
Giovanna Karla De Oliveira Ribeiro Cavalcanti
Giovanna Santana Queiroz
Gisela Fonseca Mafra
Gisele Da Silveira Lemos
Gisele Macena Lira
Gisele Yamaguchi Bedin
Gizelly Braga Pires
Gláucia Dias Gonçalves
Gláucia Gaiço Alves Araéjo
Glaécio Barros Saldanha
Glauber Diniz Silva
Glaucia Barbosa De Oliveira Andrade
Gleidson De Araéjo Lima
Gleyson Cividini Peretti
Gracielle Vicente Freitas

Graziele Duarte Machado
Graziele Franco Fabris Cabral
Graziella Poletto Zago
Greiciane Da Silva Lara
Guilherme Seibel Leffler
Gustavo Cardozo De Queiroz Moreira
Gustavo Henrique Portugal Leite
Héber Roriz Mendes
Heber Chaves Pereira Bandeira
Helena Claudia Sales Rangel
Hercules Henrique Lima Nepomuceno
Herlon Filgueira Diàgenes
Homeiriany Batista De Oliveira
Ianne Cristine Gomes Martins Cavalcante
Ianne Moraes Ramos
Iara Fagundes Pereira
Igor Artur De Farias
Ikaro Matheus Mota De Sa Moreira Lima
Indra Dias Timoteo
Ingrid Freire Silva
Ingride Gonçalves De Freitas
Iolanda Salgado Pereira
Isaac Dantas De Medeiros
Isiane Kravec Lara
Isis Fernandes Gomes
Itamar Nunes Da Silva
Izabele Izaura Brandço Cavalcante
Izadora Menezes Da Cunha Barros
Izaura Talita Dias De Oliveira
Jéssica Borba Sutil
Jéssika Munira Gonçalves De Sousa
Jaci Junior Alves Dos Santos
Jackeline De Sousa Carrera
Jader Diego Ramalho Magalhaes
Jailma Juciana Dos Santos
Jairton Carlos Oliveira Vieira
Jamille Dias Goncalves
Jamilly Fonseca Santana
Janaina Monteiro Candeloro Gonçalves
Janaina Negri
Janaöna Reinher
Jane Meire Magalhaes Carneiro
Janilton Duarte De Souza
Jaqueline Ferreira De Camargo
Jaqueline Hwang
Jarbas Ponciano Pinheiro
Jayne Rocha De Vasconcelos
Jeferson Dias Lima
Jeily Lacerda Pires Aguiar
Jesse Da Nobrega Batista Azevedo

Jessica De Oliveira Coimbra
Joao Mauricio De Almeida
Joao Thomaz Da Silva Filho
João Arrais De Oliveira Neto
Joeder De Oliveira Costa
Joelma Farias De Oliveira
Jonathan Alis Margarida
Jordani Marin
Jorgete Tomazetti
José Linhares Da Pascoa Neto
José Erilândia De Araújo Sales
José Francisco De Matos
José Ricardo Soares Gomes
José Roberto Bresolin
Jose Amaro Da Rocha Júnior
Jose Celio Silva Barros
Jose Cicero Noberto De Souza
Jose Evaldo Teixeira Vidal
Jose Nunes Segundo
Jose Orlando Sousa Da Silva
Josemilda Bento Cavalcanti De Albuquerque
Josiane Drumond Leal
Josiane Silva Pacheco
Josiel Lima Gonçalves
Josilane Eliane Nunes Costa
Josimar Moreira Ferreira
Joslene Lacerda Barreto
Josymeire De Oliveira Vasconcelos
Jozelma Pereira Barros
Jucimary Vieira Dos Santos
Juliana Aurora De Oliveira Lopes
Juliana Cardozo Gomes Milhomem
Juliana Cavaleiro Dorneles
Juliana Cláudia Conte
Juliana Cristina Nunes Garcia
Juliana Gomide Carvalho Pereira
Juliana Pires
Juliana Tavares De Freitas
Juliane Soares Da Silva
Julianne De Queiroz Bessa
Juliano Figueira Fontenele
Juliao Gesse Fernandes
Julio Cesar Menezes Torres
Julio Cesar Oliveira Tadeu
Jullyana Vieira Torres Gomes
Junio De Sousa Cunha
Juranice De Jesus Souza
Juscelino Leão Carvalhaes Prado
Juvanier Romão Cruz
Kátia Rejane Soares

Kaio Márcio Cavalcante Soares
Kalina Ludmila De Paiva Santana
Kalyle Barreto Nascimento Araéjo
Kamyla De Arruda Pedrosa
Karin Michelli Reifur
Karina Pereira
Karinna Moura Boaviagem
Karisia Caldas Tavares
Karoline Souto Maior Dantas
Kassiano Albarello
Katherine Kazmierczak
Katia Helena Monteiro Santos
Katia Valeria Milani Sifuentes
Katiane Santos Soares
Katiwse Lopes Almeida
Kayala Rosário Dos Santos
Kelia Rejane Goncalves Rodrigues
Kelly Cristina Barbosa Silva Santos
Kely Cristina Bortoli Enumo
Kezla Glaciene Dos Santos Canela
Kledisson Roberto Costa Rodrigues
Kleyse Moscardini Xavier
Klivia Fabiana Martins Da Silva
Kônia Fernanda Anadço Ribeiro
Krishna Sisnando Araéjo Amorim
Lédio Da Silva Santos
Lais Nathalia Maciel
Lannya Clara Santos Tavares Pessoa
Laös Aparecida De Rezende Rodrigues
Laössa Paulino Dos Santos
Lariele Bueno Miranda
Larissa Almeida Bakke
Larissa Cristina Montenegro Oliveira
Larissa Matoso Balsamço
Larisse Santos De Souza
Laura Augusta Freire Batista
Leandro Costa Dos Santos
Lécio Tuler Ramalho
Leila Da Silva Azevedo
Leila Rejane Grinke Trojan
Lemmacia Angelica Da Costa Lins
Lenica Ypiranga Benevides De Araujo Vieira
Leonardo Augusto Kister De Toledo
Leonardo De Barros Lima
Leonardo R L Pereira
Leondina Rosane Ribeiro Ruas
Leonidia Spinola Cardozo
Leticia Penna Braga
Letöcia Aparecida De Macedo Gomes
Letöcia Nascimento Artur

Lia Bernadete Pires Silveira
Lidiana Ximenes Servulo Moreira Lima
Lidiane Azevedo De Souza
Lidiane Cristina Koch
Lidiane Novaes
Lidiane Sintia Biavatti
Lidianny Aparecida Godinho Pògo
Liduina Maria Cavalcante
Lilia Cristina Gonçalves
Lilia Gomes Pedrosa Sousa
Liliam Aparecida Da Rocha Vaz
Lilian Azevedo Zollikofer
Lilian Pagnoncelli
Lilianne Machado De Azevedo
Liomar Balbino Faria
Livia Amaral Alonso Lopes
Livia Caroline Sousa E Silva
Lizziane Silva Meireles
Lorena Baia De Oliveira Alencar
Lorena Maria De Melo Alhadef
Lorena Rocha Ayres
Lorena Silva Oliveira Nunes
Lövia Maria De Paula
Lövia Pena Silveira
Luana Abrço Costa
Luana Andrielli Massucato Dos Santos
Lucas Corradi Dornas E Mello
Lucas Medeiros Arantes
Lucia De Araujo Costa Beisi Noblat
Lucia De Fatima Cavalcanti De Araujo Germano
Luciana Bessa Teixeira
Luciana Ribeiro Da Silva
Luciana Serafim Da Silva
Luciano Antonio Rodrigues
Luciano Costa Dos Santos
Luciano Roberto Freitas Da Silva
Ludmilla Vescovi Furieri
Luis Alberto Scotto De Almeida
Luis Alberto Scotto De Almeida
Luiza Botelho Mota Da Silva
Lusinete Brito Da Silva Sousa
Luzia Izabel Mesquita Moreira Da Silva
Lyndemberg Luis Lima Da Silveira
Múrcio Silva De Lima
Madeline Oliveira Souto
Magaly Andreza Marques De Lyra
Magna Coeli Lima Mendonca
Maike Siman Franco
Maique Weber Biavatti
Manoel Micherlane Costa Do Nascimento

Manuele Eduardo Ramos
Mara Rubia Freire De Sousa
Marc Strasser
Marcela Glôcia Oliveira Domingos
Marcela Renata Santos Gomes
Marcela Rosado Drumond Taimo
Marcele Franciane Bombardelli Barcelos
Marcelo Konorat
Marcielle Cassiano Rôgo
Marcilane Fernandes Da Cruz Costa
Marcio Galvao Guimaraes De Oliveira
Marcio Leandro De Oliveira
Marcio Leonardo De Santana Marinho Falcço
Marco Aurélio Miranda Mendes
Marconi Coelho Dos Santos
Marcony Raimundo Figueiredo De Carvalho
Marcos Antonio Quidute De Moraes
Marcos Azevedo Dos Santos
Marcos Galvão
Marcus Vinicius Cavalcante Andrade
Marcus Vinicius De Souza Garcia
Margareth Costa E Peixoto
Maria Alinne Desouza
Maria Aparecida Da Silva
Maria Aparecida Rachman Andrade Freitas
Maria Candida Maia De Bessa Dantas
Maria Cecilia De Lima Leal
Maria Cecília Ferreira Mariano
Maria Cristina Dutra
Maria Da Conceição Silva
Maria Da Piedade Lins Martins
Maria De Almeida Rocha Rissato
Maria Dinalva Alves Carvalho
Maria Do Carmo Gumaraes Porto
Maria Do Rosario Amorim
Maria Do Rosario Do Nascimento Rodrigues
Maria Do Socorro Saramento Marques
Maria Dolores Souza Freire
Maria Gorete Matos Ornelas
Maria Goretti De Macedo Saraiva Lucas
Maria Helena Da Silva Dos Santos
Maria Helena Seabra Soares De Britto
Maria Isabela Neves Silva Cisneiros
Maria Joviana De Souza
Maria Luiza Cruz
Maria Nailma Ramalho
Maria Nazar • Rosado Cantidio De Medeiros Do Nascimento
Maria Olga Leal Santos
Maria Rennò Lopes Feitoza Vieira
Maria Viviane Vieira Moreira

Mariana Aguiar Moraes Pires
Mariana Pazzini Van Grol
Mariane Alves Ribeiro
Mariane Ortencia Dos Santos Gonçalves
Marianna Rodrigues Leite
Marianne Germana Tunes De Jesus
Mariella Marinho De Moraes
Mariene Dos Santos Moraes
Marilia Milena Rabelo Pires
Marilia Pissato Ferreira
Marina Azevedo De Souza
Marina Grossl Souza
Marina Morgado Garcia
Marina Rajche Mattozo Rover
Marlon Gonçalves Da Cruz
Marta Susane Damann
Maryjane Saldanha Maia
Mauricio Jose Dos Santos Coutinho
Mauricio Pestalozzi Lima Chagas
Maurilucio Apolinario Filho
Max Denner Menezes
Maykon Junior De Miranda Lopes
Meiriéle Lara Meira
Melissa Cristina Bento Brandolis
Mercia Pandolfo Provin
Michel De Souza Marques
Michele Batista Almagro
Michele Das Graças Barbosa
Michele Lima De Brito
Mie Muroya Guimaraes
Milena Silva Castro
Milena Zampier Ferreira Costa
Milene Estanislau Santos
Mirelle Pereira Maurer
Mirian Regina Barbosa
Moises Kestring
Monica Do Amaral Silva Arrais
Monica Holtz Cavichiolo Grochocki
Monica Menegat
Monika Piazzon Tagliari
Müller Mendes Dias
Murilo Da Silva Machado
Núgila Borges De Souza
Nélio Gomes Peixoto
Nabila Fernanda Da Silva
Naiara Gomes Da Silva
Nara Cristina De Amorim Nunes
Naraci Santos De Freitas Felix
Natália Dantas Barbosa Mascarenhas Vitor
Natália Patrícia Batista Torres

Natazia Mistica Da Silva
Nathalia Brito Jatai
Nathalia Dos Santos Juvenal
Nayara Cristine Gardelli
Neidi Aparecida Hisse De Lima
Neyvania Aparecida Silva
Nilma Maria Santos Magalhaes
Noemia Urruth Leao Tavares
Odair Jos • Gaspar
Oddylly Arianne Ribeiro Brito
Odilon Jose Romao Ferreira
Odivaldo Da Silva De Lima
Olivaci Rocha De Freitas Junior
Olivia De Franca Bandeira
Ôtala Rodrigues De Oliveira
Otavio Eutiquio Vasconcelos Pinheiro Da Silva
Pâmela Lécia Santos Matos
Pablo Barreto Costa
Pablo De Moura Santos
Pablo Diego De Alencar Falcao Coriolano
Paloma Souza Magalhaes
Patricia Baier Krepsky
Patricia Campos Stedile
Patricia Do Nascimento
Patricia Guilhermino Porto De Menezes
Patricia Madureira Carvalho
Patricia Maria Pontes The
Patricia Melo Aguiar
Patricia Sayuri Katayose Takahashi
Patricia Trindade Costa Paulo
Patrôcia Danieli Ferreira
Patrôcia Rabelo Silva
Paula Francinete De Sousa Lourenco
Paula Germano Leite De Abrantes
Paula Maruchin Barski
Paula Reis Nogueira
Paula Silvia Rossignol
Paula Vieira Coelho
Paulo C • Sar Ribeiro Da Silva De Barros
Paulo Henrique Franco Lopes
Paulo Jose Da Mota Junior
Percy De Castro Alves Junior
Poliana Dalla Brida Wisentainer
Poliana Dalla Brida Wisentainer
Pollyanna Callou De Moraes Dantas
Priscila De Nazar • Quaresma Pinheiro
Priscila Moura Bento
Priscila Ribeiro De Castro
Priscila Tamiris Leles Silva
Priscilla Carvalho Da Cunha

Quécia Naiara De Oliveira Rafael
Rafael De Oliveira Dura Escrich
Rafael De Oliveira Dura Escrich
Rafael Honorio E Silva
Rafael Soares De Figueiredo
Rafaella Bonfim Barros
Raissa Lebrao Rodrigues De Oliveira Turci
Ramon Gomes Santos
Raphael Malta Araújo
Raphaela Cardoso De Oliveira
Raquel De Aragão Barbosa
Raquel Queiroz De Araujo
Raquel Sfidarski
Rébia Santos Camargo Di Salvio
Regia Teixeira Branco
Regiane Cristina Dos Santos Moreira Borges
Regina Claudia De Matos Dourado
Rejane Portela Mota
Renaldo Sampaio Da Silva Júnior
Renan Menck Romanichen
Renata purea Guimarães Maranini
Renata Cristina Rezende Macedo Do Nascimento
Renata Cristina Vale Dos Santos
Renata De Oliveira Pereira
Renata Dos Anjos Cunha
Renata Fagundes Maia
Renata Kelly De Paulo Moura
Renata Larisa Rodrigues Pereira
Renata Melgaço Campos
Renata Moesia De Albuquerque Sousa
Renata Otacilia Bordao
Renata Patricia Carbonera
Renata Pereira Sampaio
Renata Rosado Drumond
Renata Souza De Carvalho
Ricardo Jorge Bouez Ribiero
Ricardo Torres Lins
Rita De Cássia Icassatti Dorneles Do Amaral
Rita Tatiane Fernandes Campos
Robson Alexandre De Sousa Barbosa
Rodrigo Alexandrino Ferro De Figueiredo
Rodrigo Dos Santos Diniz
Rodrigo Faria Da Silva
Rodrigo Jefferson Leite Silva
Rodrigo Oliveira De Carvalho
Rodrigo Otavio Moretti Pires
Rodrigo Pereira Alvarenga
Rodrigo Santos Damascena
Rogéria Alves Carvalho
Romulo Helton De Araujo

Ronaldo Carlos Goncalves Junior
Rondinelle Alves Do Carmo
Rosa Maria Marteloza Gavioli
Rosali Maria Ferreira Da Silva
Rosana Isabel Dos Santos
Rosana Rodrigues Marana
Rosana Santana Souza
Rosana Souza Duarte
Rosane Cristina De Carvalho De Menezes
Rosangela Engel
Rosangela Lécia Ferreira
Roseanne Marques Brasil
Rosemari Chaikoski
Rosemary Sousa Cunha Lima
Rosiane Effting Ghislandi
Rosimeire Da Silva Bacelar Pereira
Rosimellia Alves Da Silva
Rute Costa De Campos
Sabrina Farias Castro
Sabrina Godinho Catarina
Sabrina Monteiro Tosoncin Da Silva
Sabrina Torres De Sousa Estrela
Sabrynnna Saraiva Figueiredo
Samadah Almeida Barreto
Samara Haddad Simoes Machado
Samek Brito De Araujo
Samira Do Nascimento Mateus Nunes Lyra
Samuel Silva Ibrahim Sena
Sanderson Da Silva Barros
Sandra Da Silva Guimarães
Sandra Maria Nascimento
Sandro Jose Pereira
Sanete Maria Oliveira
Sânia Carine Cova Costa
Sânia Maria Cavalcante Costa
Sarah Angelica R Santos
Sarah Christine Cavalcanti Ximenes
Sarah Cristina Correia Batista
Sarah Nascimento Silva
Sarita De Sa Reis
Sayonara Andrade De Oliveira Farias
Scheilla Falcão Aragão
Sebastião Cláudio Rangel
Sheyla Marques Neves
Silvana Nair Leite Contezini
Silvia Storpirtis
Silvia Tavares Gonçalves Lima
Silvio Leandro Gonçalves Bomfim Reis
Simone Silva Fontes
Simone Spina Ortiz

Siomara Regina Hahn
Solange Alves Canavieiras
Soraya Medeiros Falquiero
Stefanie Damazio Correa
Stella Isaura Frade Carneiro
Suelio Oscar Da Costa Muniz
Suzana Fujiko Matsukawa
Tais Andrade Massaro
Talita Di Raimo Fernandes
Talita Kessia De Assunção Amaral
Talyane Alves Pereira
Tassia Maiara Rocha Santos
Tassio Fontes Moreira Camara
Tatiana Damasceno Da Silva
Tatiana Nunes Carvalho
Tatiane Freitas De Oliveira
Tatiani Caroline Verssuti Dos Santos
Tatiani Dambroz
Tatiele Collett
Tatyana Xavier Almeida Matteucci Ferreira
Tayra Barreto Cunha
Tereza Isabel Alves Bezerra
Thurlen Sousa Rocha
Thaciane Da Silva Ferreira
Thaiane Cristina Ferreira
Thais Ribeiro
Thaiza Filgueiras Coutinho
Thaiza Vieira Antunes
Thaise Maria Batista Soares
Thaise Mendonça Silva
Thalita Gomes Barbosa
Thays Silva Oliveira
Thiago De Oliveira Machado
Thiago Kastell Mazeto
Thiago Rabelo Andrade
Thulio Cleser Ferreira Gomes
Tiago Henrique Cardoso Nunes
Tiago Marques Dos Reis
Tiago Piva Clemente
Ticiane Teles Santos De Andrade
Tiemi Kamigouchi Betanin
Urias Pardocimo Vaz
Vânia Maria Corròa Aguirra De Oliveira
Valéria De Rezende Batista
Vandré • Magalhães Oliveira
Vanessa Boeira Flores
Vanessa Lordello Trindade
Vanessa Maria De Souza Fernandes Vieira
Vanessa Rodrigues Detomi
Vanessa Silva Nicolau

Venöcio Teixeira Rocha
Vera Lucia Tierling
Veridyana Margraf
Veruska Mikaelly Paes Galindo
Victor Hugo Lopes De Andrade
Victor Manoel Chaves Dias
Vilma Dos Santos Souza
Vilma Ferreira De Bello Vieira
Vivian Trevisani Gallotti
Viviane Martins De Arruda
Vöctor Lécio Braga
Vövian Bolgenhagen
Wagner Silva Dos Santos
Waleska Moraes Dos Santos
Walter Bezerra Queiroz
Wanderly Barbosa Silva
Wanya De Fatima Duarte Nascimento
Wellington William Ferreira
Wilcare De Medeiros Cordeiro Nascimento
William Magerl
Williane Aparecida Catarina Timóteo
Willy De Andrade Meireles
Zenyte Targino De Souza
Zuleide Vasconcelos Cunha Pieper
Zuzi Pereira Belo

Processo

060147/2012-53

Contrato

201200525

Coordenador

Antonio Edesio Jungles

Processo

063526/2012-03

Contrato

201200577

Coordenador

Amir Mattar Valente

Bolsistas:

Andre Salvaro Furtado

Artur Ribeiro De Aquino

Dayana Paro

Dayana Paro

Geovana Vendruscolo

Giuli Tainah Meder Florentino

Guilherme Da Silva Britto Gomes

Isis Machado De Oliveira Dos Santos

Lucas Andre De Alencar

Luis Otavio Álvares

Ricardo Maurici Ferreira
Soraia Cristina De Paula
Thomas Torquato Gomes
Vania Bogorny

Processo

019158/2013-39

Contrato

201300119

Coordenador

Renato Cislighi

Bolsistas:

Ademar Crotti Junior
Alexandre Sandin Pastorino
Andressa Sasaki Vasques Pacheco
Antonio Carlos Mariani
Antonio Roberto De Collo Junior
Barbara Zardo De Nardi
Beatriz Wilges
Caio Bressan Doneda
Cleanto Cesar Gonzalves
Cleto May
Daniel Neis Araujo
Douglas Hiura Longo
Erves Ducati
Fabio Bif Goularte
Gustavo Pereira Mateus
Jhonatan Ezequiel Faccin
Juliana Leonardi
Lucas Pereira Da Silva
Luccas Maso
Marcelo Zaffalon Peter
Marina Luiza Lardizabal Vieira
Masanao Ohira
Mauricio Rissi
Rafael Barbaresco
Renata Tomaz Siega
Renato Cislighi
Ronaldo Paiva
Rosi Correa De Abreu
Saulo Nunes Rech
Silvia Modesto Nassar
Wesley Fernandes Rosa Gonçalves
Wilson Costa Meirelles

Processo

018940/2013-31

Contrato

201300124

Coordenador

Marcos Baptista Lopez Dalmau

Bolsistas:

Alexandre Moraes Ramos
Ana Caroline Gularte
Antonio Edesio Jungles
Áureo Mafra De Moraes
Claudelino Martins Dias Junior
Daniel Da Silva Lemes
Eduardo Lobo
Gabriela Tavares Da Silva
Gerson Rizzatti Junior
Joana Stelzer
Lilian Patrícia Casagrande
Marcelo Cabral De Souza
Marcos Baptista Lopez Dalmau
Maria Elisa Horn Iwaya
Marilda Todescat
Miriam De Cássia Do Carmo Mascarenhas Mattos
Monique Pfau
Noemi Teles De Melo
Pedro Antonio De Melo
Pedro Henrique Ferreira
Pedro Paulo De Souza
Rafael De Moura Speroni
Rita De Cássia Romeiro Paulino
Roberto Fernando Vieira
Rogerio Da Silva Nunes
Sebastião Ailton Da Rosa Cerqueira Adão
Taynara De Oliveira Macedo

Processo

055911/2013-50

Contrato

201300204

Coordenador

Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas

Bolsistas:

Aldair Gaiardo
Celso Alves Da Silva
Marcio Marcelo Garcia Morales
Nelson Luiz Krupinski
Patrik Da Silveira Valadão
Raul Matos Araujo
Renata Gomes Rodrigues
Roberto De Assumpção
Valeska Nahas Guimarães

Processo

032935/2013-31

Contrato

201300206

Coordenador

Juarez Muller Dias

Processo

065658/2013-42

Contrato

201300210

Coordenador

Francisco De Assis Guedes De Vasconcelos

Bolsistas:

Amanda Bagolin Do Nascimento

Andressa Brancher Roeder

Anete Araujo De Sousa

Ângela Carla Foresti

Ariana Luiza De Andrade Castellani

Camila Elizandra Rossi

Caroline Bedin Zanatta

Claudia Grave

Cleiton Da Silva Oliveira

Cleiton Da Silva Portela

Erika Penha Basqueroto

Francisco De Assis Guedes De Vasconcelos

Gabriela De Andrade Silvério

Gabriela Rodrigues Vieira

Janaina Das Neves

Jessica Muller

Juliana Theodora Cunha Da Oliveira

Lilian De Souza Leite Fausto

Lucia Andreia Zanette Zeni

Luiza Cecilia Simoes Caldas Modesto

Manoela Menegazzo

Mariana Oliveira Ramos

Marilyn Gonçalves Ferreira

Natal João Magnanti

Rafaela Cardoso Da Silva

Raphael Salles Granato Cunha

Renata Cardoso Escobar Ferreira

Rodrigo Da Rosa

Ronaldo De Almeida Martins

Tathiane Muriel Medeiros

Tayse Valdira Vieira

Waleska Nishida

Processo

075359/2013-16

Contrato

201300255

Coordenador

Lucio Jose Botelho

Bolsistas:

Antonio Carlos Rosa De Oliveira Junior
Eduardo Michels De Oliviera
Emerson Demetrio Plácido
Evilasio Garcia
Isania Cruviel Sanchez
Larissa Mendes Vienhage
Lilian Elizabeth Diesel
Lucio Jose Botelho
Manoel Inocencio Martins Neto
Mara Cristina Alves Santos
Marcio Quintaes Maechini
Marcos Lopes Martins
Paulo Henrique De Moraes
Samuel Ribeiro De Oliveira
Thiago Alfredo Botelho De Cordova
Vicente Silveira Inácio

Processo

056620/2014-60

Contrato

201400186

Coordenador

Edite Krawulski

Bolsistas:

Adenilson Rodrigues
Ailton Jose Da Silva
Alecio Alcucio Gouvea
Andre Pavanati
Antonio Cesar Duarte Pereira
Antonio Farias Filho
Barbara Colpani
Cleber De Paulo Irmao
Daniel De Carvalho Dumith
Deiverson Fernandes Da Rosa
Dilmar Vargas
Edair Maria Gorski
Edite Krawulski
Edson Garcia Fortuna
Emiliana Domingues Cunha Da Silva
Falco Barrozo Tolentino
Felipe Shigunov
Fernando Luiz Da Silva
Francisco De Assis Maroneze De Abreu
Gabriela Falck Bortolini
Gilberto Ireno Lopes
Ivan De Jesus
Izabel Luzia Kretzer
Jaison Aureliano Franzen
Jaqueline Martins Sommacal

Joao Batista Reus Da Silva
Joao Carlos Da Silva
Jose Antonio Da Silva
Jose Manoel Nolasco Junior
Jussara Da Silva Broering
Katia Miranda Moresco
Luciana Kempner
Luciano Dellazzana
Luciano Gabriel Thiele
Luiz Carlos Colla Filho
Marcio Luiz Schroeder
Maria Inez Probst Lucena
Maria Luiza Ferraro
Maria Marta Laus Pereira Oliveira
Naima Huk Amarante
Natalia Vieira De Andrade Franzen
Nelson Da Silva Aguiar
Olinto Jose Varela Furtado
Peterson Da Cunha
Ricardo Kazama
Roberto Felipe Rodrigues Alves
Robinson Luis Sezanowitch
Robson Fernando Duda
Saulo Ricardo Lisboa
Sidnei Luiz Lisboa
Silvana Maria Tasqueta Cassanta
Susana Maria Fontes
Terena Dessana Bernardes
Vera Lucia Solesinsk

Processo

004857/2014-65

Contrato

201400222

Coordenador

Anete Araujo De Sousa

Processo

055902/2012-88

Contrato

201300262

Coordenador

Debora Machado Fracalossi

Bolsistas:

Maria Fernanda Oliveira Da Silva

Sonia Rejane Da Silva

Processo

005368/2014-21

Contrato

201400134

Coordenador

Henrique Cesar da Silva

Bolsistas:

Caio Cuccia Biagiotto

Carla Cristina Dutra Burigo

Carlos Eduardo Borges De Queiros

Christina Martinez Hipolito

Janine Correa

João Gabriel Da Costa

Jonathan Thomas De Jesus Neto

Marimar Da Silva

Marina Bazzo De Espínola

Marines Domingues Cordeiro

Pamela Carbonari Paludo

Raoni Pontes Caselli

Processo

064629/2013-63

Contrato

201300252

Coordenador

Daniela Karine Ramos Segundo

Bolsistas:

Ana Paola Sganderla

Caue Schuch Lopes

Christina Martinez Hipolito

Diego Schmaedech Martins

Fabiana Martin Baramarchi

Luciano Caminha Junior

Maiara Lopes Da Luz

Marília Aparecida De Oliveira

Pedro Clark Teodoroski

Rogério Machado Rosa

Processo

058395/2013-15

Contrato

201400227

Coordenador

Celso Henrique Soufen Tumolo

Processo

065155/2014-58

Contrato

201400231

Coordenador

Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas

Processo

019397/2014-70

Contrato

201400226

Coordenador

Charles Dalcanale Tesser

Processo

076326/2013-93

Contrato

201300260

Coordenador

Marta Inez Machado Verdi

Bolsistas:

Andreia Mara Fiala

Diogo Francisco Reus Carlos

Giovana Schuelter

João Jair Da Silva Romao

Kenya Schmidt Reibnitz

Maicon Hackenhaar De Araujo

Marcelo Nogueira Capille

Marcia Regina Luz

Maria Esther Souza Baibich

Marta Inez Machado Verdi

Melisse Eich

Soraya Medeiros Falquiero

Tanise Gonçalves De Freitas

Processo

075252/2013-78

Contrato

201400126

Coordenador

Lucio Jose Botelho

Processo

048268/2014-99

Contrato

201400221

Coordenador

Jodete Bayer Gomes Fullgraf

Processo

069537/2014-51

Contrato

201400234

Coordenador

Maria Cristina Marino Calvo

Processo

058841/2014-72

Contrato

201400197

Coordenador

Edison Da Rosa

Processo

031634/2014-71

Contrato

201400151

Coordenador

Adir Valdemar Garcia

Processo

064055/2014-12

Contrato

201400202

Coordenador

Adir Valdemar Garcia

Processo

046716/2014-10

Contrato

201400235

Coordenador

Sonia Maria Silva Correa De Souza Cruz

Processo

075939/2013-11

Contrato

201300257

Coordenador

Mareni Rocha Farias

Processo

051820/2011-83

Contrato

201100257

Coordenador

Antonio Henrique da Fontoura Klein

Bolsistas:

Maiara Werner Pinto

Paula Gomes Da Silva

Processo

038087/2012-92

Contrato

201200468

Coordenador

Marco Antonio Franciotti

Bolsistas:

Gabriel Tavares Vianna Stella
Ingrid Nicola Souto

Processo
025895/2014-51

Contrato
201400216

Coordenador
Lucia Schneider Hardt

Processo
051272/2014-34

Contrato
201400238

Coordenador
Monica Yumi Tsuzuki

Processo
029966/2012-23

Contrato
201200460

Coordenador
Amir Mattar Valente

Bolsistas:

Adosindro Joaquim De Almeida
Adriana Machado De Mello
Alexandre Hering Coelho
Amanda De Souza Rodrigues
Amir Mattar Valente
Ana Carolina Virmond Portela Giovannetti
Andresa Guerreiro Machado
Bruno Carlo Celeguim De Amattos
Bruno Franco Da Silva Borges
Camila Freitas Dos Santos
Cassio Waltrick
Christian Luiz Galafassi
Claudio Boing
Dalmir Bornelli Aguiar
Edemar Soares Antonini
Eduardo Lobo
Eduardo Neves Cordova
Eliezer Vieira Da Silva
Emannuelle Angela Rover Bernardo
Fabio Schmitz Tani
Felipe De Alencar Pinheiro
Fernanda Ferrari Zrzebiela
Fernando De Melo E Silva
Fernando Jose Spanhol
Francisco Das Chagas Pontes Rodrigues
Gabriel Garcia

Gabriela Alice Da Silva
Gildo Martins De Andrade Filho
Glauce Palma Dos Santos
Guilherme Buss
Guilherme Goulart Righetto
Gustavo De Su Freire
Gustavo Garcia Otto
Heider Augusto Da Silva Gomes
Henriette Cristina Barbosa Altieri
Henrique Matos Menezes
Irene Rios Da Silva
Iuli Hardt
Ivo Jose Padaratz
Jose Luiz Fuzaro Rodrigues
Jose Onildo Truppel Filho
Jucilei Cordini
Juliano Goelzer Cezar
Kinn Hara
Leandro Fleck Fadel Miguel
Leda Virginia Coelho
Lenise Grando Goldner
Leonardo De Medeiros Cruz
Leto Momm
Liseane Padilha Thives
Livia Carolina Das Neves Segadilha
Lucas Zomignani Oliveira
Lucia Helena Fiebigi
Luciana Lima Franzen Alteri
Luciano Almeida Pimenta
Luis Alberto Gomez
Luiz Antonio Giardino Graziano
Luiz Paulo Da Silva
Luiza Fert
Marcelo Carvalho Pestana Silva
Marco Antonio Bresola Ferro
Marco Antonio Burgin Gomes Da Cunha
Maria Alice Prudencio Jacques
Maria Leonor Marques De Andrade Trindade Leal
Maria Selma Freitas Schwab
Marilia Malard
Marineia Vieira De Almeida
Matheus Moraes Zambon
Melise Cristine Lecheta
Milena Araujo Pereira
Paulo Andre De Macedo Altieri
Paulo Junges
Paulo Roberto Bueno
Paulo Vinicius Lutz
Priscila Ferreira
Priscila Lammel

Rafael Carlos Velez Benito
Rafael Holdorf Lopez
Renata Souto Vasconcellos
Ricardo Carrard Rodrigues
Roberto Caldas De Andrade Pinto
Roberto Fernando Vieira
Rodrigo Kresch
Rogerio Joao Lunkes
Rosana Aparecida De Lima Camargo
Rosangela Luchtemberg Bitencourt
Saulo Cecim El Achkar
Stephanie Thiesen
Tamires Da Silva Rodrigues
Tiago Buss
Ticiano Augusto Callai Bragatto
Wilson Gotti Neto

Processo

057312/2013-71

Contrato

201300243

Coordenador

Amir Mattar Valente

Bolsistas:

Adriano Zanini Moura
Alejandro Pedro Dragos Cordova Jarufe
Aline Huber
Amanda De Souza Rodrigues
Amir Mattar Valente
Ana Maria Benciveni Franzoni
Artur Fabrizio Azevedo Borgatto
Bernardo Victor Engelke
Carine Ribeiro Sartone
Carlo Vaz Sampaio
Carlos Alberto Pereira Sanceverino
Carlos Henrique Lima Barros
Carolina Piccoli
Caroline Mazzucco Furlan
Cezar Augusto Roggia
Cristhiano Zulianello Dos Santos
Cyntia Alves Fernandes De Oliveira
Diana Wiggers De Carli
Diogo Bruggemann
Edesio Elias Lopes
Eduardo Ovidio Pontello Arruda
Eliana Bittencourt
Eloisa Gessele Bittencourt
Emilene Lubianco De Sa
Eva Yamila Amanda Da Silva Catela
Evelin Da Silva

Fernanda Ferrari Zrzebiela
Fernando Seabra
Gabriel Elias Arab
Gabriela Martini Dos Santos
Giancarlo Groff Andrade Oliveira
Gueibi Peres Souza
Gustavo Kurmann
Henrique Pereira Campos
Jadna De Souza Saibert
Jece Janer Moreira Lopes
Jeniffer Goncalves
Joao Paulo Maciel De Abreu
Joao Pedro Abrahao Caron
Joice Elaine Tau
Jorge Alcides Cruz
Juliana Da Costa
Julio Bonckewitz
Lennon Teixeira Motta
Lia Caetano Bastos
Ligia Da Luz Fontes Bahr
Luara Mayer Da Silveira
Luciano Ricardo Menegazzo
Luigi Carissimi Boff
Luisa Menin Garcia
Marcia Cristina Borges Oliveira Dos Passos
Maria Fernanda Modesto Vidigal
Marina Durigon Bordignon
Matheus Gomes Risson
Mauricio Back Westrupp
Mayse Espindola
Nilton Goldner
Pedro Angelo Basei De Paula
Priscilla Pawlack
Renata Leticia De Oliveira
Renato Javahes Pereira Brandao Junior
Roberto Miola Tealdi
Robson Junqueira Da Rosa
Silvio Antonio Ferraz Cario
Victor Thives Dos Santos

Processo

041130/2013-88

Contrato

201400164

Coordenador

Sonia Maria Silva Correa De Souza Cruz

Quadro 205 – Projetos desenvolvidos pela Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC									CNPJ: 82.895.327/0001-33				
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
		Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência	
Início	Fim					Bruto	Repassado	Início	Fim			Bruto	Repassado
059969/2012-91	2	201200513	Execução do Projeto: Termo de Cooperação para apoio à SEP/PR no processo de qualificação e requalificação técnicas de seu quadro de profissionais”.	19/02/2013	28/02/2014	248.250,00	99.300,00						
019413/2013-43	2	201300114	Projeto de extensão intitulado "Aluno Integrado - qualificação de alunos de escolas públicas, no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)", firmado entre UFSC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	10/06/2013	30/04/2014	566.390,91	72.406,06						
046178/2010-30	2	201100085	Projeto de Pesquisa intitulado Desenvolvimento de Metodologias para Medição de Potencias em Malhas de Terra de Ses Urbanas, firmado entre UFSC e CEEE - Contrato 80/11.	27/05/2011	31/08/2014	1.104.831,00	131.420,00						

055431/2013-99	2	201300251	Execução do projeto "Curso a distância sobre trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social".	20/02/2014	30/10/2014	2.204.514,90	2.204.514,90						
050492/2012-89	2	201300207	Execução do Projeto: "Primeira etapa do inventário do Patrimônio Moderno em Santa Catarina".	13/11/2013	29/12/2014	19.840,00	19.840,00						
076416/2013-84	2	201400022	Execução do Projeto: "Programa: Espaço de ciência e tecnologia UFSC/Joinville".	28/02/2014	31/12/2014	70.120,00	70.120,00						
019663/2014-64	2	201400079	Execução do projeto: "Curso de capacitação em cadastro técnico Multifinalitário para os Municípios do Oeste Catarinense".	09/07/2014	31/12/2014	31.970,00	31.970,00						
052407/2011-36	2	201100276	Projeto de Pesquisa intitulado Apoio à SEP/PR no Planejamento do Setor Portuário Brasileiro e na Implantação dos Projetos Inteligência Logística Portuária. Termo de cooperação Técnico-Científico e Financeira nº 03/2011- SEP/PR.	29/03/2012	17/01/2015	25.737.065,00	7.192.533,00						
063102/2012-31	2	201300136	Execução do Projeto: Sistema de Informações Geográficas de Santa Catarina - SIG-SC- Contrato 135/2013 -UFSC- CIASC.	19/08/2013	11/02/2015	975.870,00	362.807,50						

058687/2012-77	2	201200524	Execução do Projeto: “Análise e Intercâmbio Técnico-Científico sobre Experiências Internacionais de Ordenamento, Regularização e Crédito Fundário	04/12/2012	31/03/2015	1.135.000,00	235.000,00						
076460/2013-94	2	201300239	Execução do projeto "Elaboração de Estudos para Implantação de 16 Áreas de Apoio Logístico Portuário - AALPSD	07/05/2014	31/03/2015	5.533.350,00	3.043.342,50						
070971/2013-01	2	201300229	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Luis Alves, Gaspar, Ilhota, Navegantes, Nova Trento, Antônio Carlos, Palhoça e Itapema do Estado SC. Lote 1.	12/12/2013	09/04/2015	1.675.807,72	1.218.307,72						
070988/2013-50	2	201300230	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Alfredo Wagner, Taió, Ituporanga, Rio Fortuna, José Boiteux, Presidente Getúlio, Araranguá, Criciúma e Nova Veneza do Estado de SC. Lote 3.	12/12/2013	09/04/2015	1.729.205,56	1.254.460,89						
070973/2013-91	2	201300231	Elaboração de cartas de aptidão à urbanização frente aos desastres naturais nos municípios de Blumenau, Brusque, Botuvera, Rodeio, Timbó, Itajaí, Camboriú e	12/12/2013	09/04/2015	1.675.807,72	1.218.307,72						

			Balneário Camboriú do Estado SC. Lote 2.											
011970/2013-16	1	201300111	Execução do Projeto "Curso de Pós-Graduação lato sensu, em nível de Especialização, em Engenharia Automotiva".	14/06/2013	11/04/2015	186.500,00	91.664,00							
048204/2013-15	2	201300213	Execução do Projeto: Desenvolvimento de material digital para Curso de Formação continuada a distancia em nível de especialização e aperfeiçoamento universitário, âmbito do programa de bolsa família na educação".	04/12/2013	20/04/2015	1.000.000,00	1.000.000,00							
007485/2014-29	2	201400078	Execução do projeto: "Qualificação, em nível de extensão universitária, para professores, gestores e alunos do Ensino Médio de escolas públicas, no âmbito da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Curso de Formação de Aluno Integrado 2014".	08/07/2014	30/04/2015	299.705,04	299.705,04							
076459/2013-60	2	201300242	Apoio administrativo e financeiro para execução do projeto "Apoio à SEP/PR no processo de Qualificação e Requalificação Técnicas de seu Quadro de	08/07/2014	03/05/2015	294.840,00	200.000,00							

			Profissionais"											
019388/2014-89	2	201400157	Execução do projeto: "Manutenção e Aprimoramento do Sistema de Gerenciamento de Certificados Digitais (SGC), versões Ywapa e Ywya e Hawa"".	02/10/2014	04/05/2015	73.630,20	73.630,20							
076461/2013-39	2	201300240	Execução do Projeto: "Apoio à SEP/PR na elaboração de anteprojetos de Engenharia necessários à implantação do projeto cadeia logística portuária inteligente em 12 portos organizados".	07/05/2014	09/06/2015	3.169.745,00	1.970.000,00							
063372/2013-22	1	201300219	Execução do projeto: "Programa Incluir".	04/12/2013	30/06/2015	313.053,00	292.053,25							
055212/2012-29	2	201200503	Execução do projeto e - SUS atenção Básica- Educação permanente para os profissionais e estudantes do sistema único de saúde (SUS) na atenção Básica.	21/11/2012	30/07/2015	10.000.000,00	3.000.000,00							
043213/2012-21	2	201200465	Execução do Projeto de Extensão intitulado "Mestrado Profissional em Métodos e Gestão em Avaliação - UFSC". firmado entre UFSC e o INEP.	08/11/2012	31/08/2015	659.000,00	86.500,00							

006649/2013-10	1	201300196	Implantação de uma Turma Especial do Curso de Pós-Graduação "Latu Sensu", em nível de Especialização em Engenharia da Qualidade: Métodos e modelos quantitativos da produção e avaliação da qualidade.	22/11/2013	31/10/2015	180.000,00	93.913,08						
051860/2012-14	2	201200569	Apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto "Estudo de Medidores de Temperatura com Sensores à Fibra Óptica". Contrato com REASON 568/2012..	11/12/2012	10/11/2015	362.900,00	0,00						
018556/2013-38	1	201400030	Execução do Projeto: "Implantação de uma turma especial do Curso de Pós-Graduação "Stricto Sensu", em nível de Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental". Financiado pela - AICE.	17/03/2014	11/11/2015	304.000,00	139.333,81						
058234/2012-41	2	201200494	Apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: "Curso sobre Saúde Mental na Infância e Adolescência no Âmbito da Rede de Atenção Psicossocial".	29/11/2012	27/11/2015	1.500.000,00	0,00						
058218/2012-58	2	201200495	Apoio administrativo e financeiro para execução do Projeto: "Curso sobre Atenção às Situações e Crise em Saúde Mental".	29/11/2012	29/12/2015	1.300.000,00	0,00						

059915/2012-26	2	201200514	Exe. do Projeto: Coop. técnica para elaboração de estudos e projetos a apoio à SEP/PR na implantação do sistema VTMS - Vessel Traffic Management Information System (Sistema de Ger. e Infor. do Tráfego de Embarcações) em portos públicos brasileiros.	15/01/2013	28/02/2016	5.000.000,00	2.300.000,00						
022283/2012-45	2	201200352	Execução do Projeto de Extensão intitulado "Curso à Distância sobre Etiquetagem da Eficiência Energética de Edificações.	03/07/2012	15/03/2016	169.273,75	30.958,20						
067755/2013-70	2	201400117	Execução do projeto: "Modelo de Referência para Sistematização de Conteúdos para Formação de Gestores Públicos da área da Educação".	27/03/2014	26/03/2016	2.425.000,00	2.425.000,00						
062937/2013-54	1	201400031	Execução do Projeto: "Mestrado Profissional em Métodos e Gestão em Avaliação".	18/03/2014	30/06/2016	515.172,80	340.683,77						
069345/2014-44	2	201400232	Execução do Projeto: "Capacitação sobre Expansão e consolidação da Estratégia da Saúde da Família - PROESF".	23/12/2014	20/07/2016	7.500.000,00	0,00						
063327/2012-97	2	201200574	Execução do projeto "Cooperação técnica para elaboração de estudos do setor Portuário e Desenvolvimento de	02/04/2013	19/08/2016	6.972.940,00	2.858.905,40						

			ferramentas para planejamento e apoio à tomada de decisão."										
054903/2013-96	2	201400034	Execução do Projeto:" Estruturação de modelos conceituais e operacionais da agência de inovação da UFSC e integração destes com o programa de incubação de empresas e com o parque tecnológico",	27/03/2014	26/03/2017	454.956,96	166.521,80						
004282/2014-81	2	201400229	Execução do Projeto: "Desenvolvimento de ônibus Elétrico para Transporte Público Alimentado por energia Solar Fotovoltaica".	29/12/2014	28/07/2017	1.000.000,00	0,00						
					Total	86.388.739,56	32.523.198,84				Total	0,00	0,00

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 206 – Recursos pertencentes à UFSC envolvidos nos projetos da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
059969/2012-91	2	248.250,00			0	0,00
019413/2013-43	2	566.390,91			16	257.050,00
046178/2010-30	2	1.104.831,00			4	35.880,00
055431/2013-99	2	2.204.514,90			89	354.436,65
050492/2012-89	2	19.840,00			0	0,00
076416/2013-84	2	70.120,00			0	0,00
019663/2014-64	2	31.970,00			0	0,00
052407/2011-36	2	25.737.065,00			64	475.775,00
063102/2012-31	2	975.870,00			19	86.872,66
058687/2012-77	2	1.135.000,00			5	24.060,00
076460/2013-94	2	5.533.350,00			7	111.500,00
070971/2013-01	2	1.675.807,72			15	149.100,00
070988/2013-50	2	1.729.205,56			12	162.000,00
070973/2013-91	2	1.675.807,72			19	176.700,00
011970/2013-16	1	186.500,00			9	71.876,55
048204/2013-15	2	1.000.000,00			45	343.980,00
007485/2014-29	2	299.705,04			11	148.915,50
076459/2013-60	2	294.840,00			0	0,00
019388/2014-89	2	73.630,20			1	10.400,00
076461/2013-39	2	3.169.745,00			1	4.042,50
063372/2013-22	1	313.053,00			7	15.136,00
055212/2012-29	2	10.000.000,00			367	1.548.161,68
043213/2012-21	2	659.000,00			4	31.750,00
006649/2013-10	1	180.000,00			9	65.000,00
051860/2012-14	2	362.900,00			0	0,00
018556/2013-38	1	304.000,00			12	95.600,00
058234/2012-41	2	1.500.000,00			18	186.644,00
058218/2012-58	2	1.300.000,00			24	206.500,00
059915/2012-26	2	5.000.000,00			9	67.100,00
022283/2012-45	2	169.273,75			8	15.250,00
067755/2013-70	2	2.425.000,00			15	80.200,00
062937/2013-54	1	515.172,80			6	33.170,00
069345/2014-44	2	7.500.000,00			0	0,00
063327/2012-97	2	6.972.940,00			22	1.668.300,83
054903/2013-96	2	454.956,96			0	0,00
004282/2014-81	2	1.000.000,00			39	689.411,68
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico						

Fonte: PROAD/UFSC

Relação de coordenadores e bolsistas – Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina:

Processo: 23080.059969/2012-91

Contrato: 513/2012

Coordenador: Amir Mattar Valente

Processo: 23080.019413/2013-43

Contrato: 114/2013

Coordenador: Marina Keiko Nakayama

Bolsista:

Ana Paula Knaul

Carolina Schmit Nunes

Cecilia Estela Giuffra Palomino

Giane Mara Conte Vedovelli

Luiz Carlos Ferreira Junior

Maricel Karina López Torres

Thiago Angelo Gelaim

Andressa Sasaki Vasques Pacheco

Antonio Carlos Mariani

Cledison Ambrozio Marques

Jerusa Marchi

Julio Eduardo Ornelas Silva

Luiz Eduardo Pizzinatto

Mauricio Rissi

Ricardo Azambuja Silveira

Processo: 23080.046178/2010-30

Contrato: 085/2011

Coordenador: Adroaldo Raizer

Bolsista:

Mario Argentino Baldini Neto

Jony Laureano da Silveira

Wilson Valente Junior

Processo: 23080.055431/2013-99

Contrato: 251/2013

Coordenador: Aluizia Aparecida Cadori

Bolsista:

Alexandro Lopes da Silva

Aline Battisti Archer

Ana Carla Crispim

Ana Paula Knaul

Ariele Louise Barichello Cunha

Arthur Moscatelli Amaro

Bruna Gilvana da Costa Pereira

Bruno Carvalho de Melo Rodrigues

Bruno Cesar de Freitas Ferreira

Bruno Guerreiro Fistarol

Bruno Hümmelgen
Caio Nogueira Motta
Camila Souza Betoni
Camilla DAlessandro Azevedo
Clarissa Venturieri
Claudia Manuella Fermiano
Claudia Regina Gregol Rudnick
Dalila Barth
Daniela Xavier Moraes
Debora Caroline dos Santos Guimarães
Denise Silvestrin
Eduarda da Silva
Eduardo Eising
Elaine Cristina Mina
Elen da Silveira Torres
ELiza da Silva Hillesheim
Evelyn Fogaça Alves
Fernando Vonsowski Calheiros
Francisco Fernandes Soares Neto
Gisele França Regert Bezerra
Glaucio Pereira de Oliveira
Grasiele Fernandes Hoffmann
Guilherme de Campos Martins
Guilherme Rodrigues Pozzibon
Gustavo Klauberg Pereira
Iclícia Viana
Iuri Araújo Sant'Anna
Jaqueline de Ávila
João Paulo Battisti de Abreu
Joel Rosa da Luz
Juliana da Silva
Juliana Pereira
Juliano Avelino da Silva
Katlyn Lires Dransfeld Moreira
Ketryn Suzanny Alves
Lais Machado Eing
Laize Cristina Mina
Larissa Fetter Wegner
Lidio José Franco Ramalho
Liediani Medeiros de Souza
Livia de Seixas Torres Corigliano
Luísa Bonetti Scirea
Maira Abreu Guimarães
Marcelo Finateli
Marcos Luã Almeida de Freitas
Margaux Hildebrandt Vera
Maria Candida de Azambuja de Ávila
Maria Fernanda Bin Pacheco
Maria Flavianne Costa Souza
Marina Berretta Mori Ubaldini

Marina Berretta Mori Ubaldini
Marino Mondek
Maryna Roczanski Neves
Mauricio Szarazgat
Monique Dias
Najara Rosa da Silva
Natassia Dagostin Alano
Nathalia Müller Camozzato
Oliveiros Dias Junior
Paulo da Costa Pereira Neto
Paulo Vitor Ferreira da Silva
Rafaela Regina de Souza
Raiza Sartori Peruzzo
Raphael Sasonetti Valverde
Raquel Zenirma Martins
Raruilquer Santos Oliveira
Romulo Bassi Piconi
Silvana Braga Martins
Suellen Cristina Ferreira Goulart
Taina Silva Gomes
Tamara de Castro Régis
Tamiris Aline Ferreira
Veronica Pereira Orlandi
Vinicios Camello
Vinicius Mateus
Wellington Fernandes Silvano
Yuri Eller Verzola
Daniel Francisco Miranda

Processo: 23080.050492/2012-89
Contrato: 207/2013
Coordenador: Luiz Eduardo Fontoura Texeira

Processo: 23080.076416/2013-84
Contrato: 022/2014
Coordenador: Rodrigo Castelan Carlson

Processo: 23080.019663/2014-64
Contrato: 079/2014
Coordenador: Carlos Loch

Processo: 23080.052407/2011-36
Contrato: 276/2011
Coordenador: Amir Mattar Valente

Bolsista:

Ana Carolina Costa Lacerda
Andre Albrecht
Andre Casagrande Medeiros
Andre Miguel Teixeira Paulista
Carla Acordi

Carlo Vaz Sampaio
Carlos Henrique Collaço Paulo Filho
Christian Luiz Galafassi
Cristhiano Zulianello dos Santos
Daniel Tjäder Martins
Daniele de Bortoli
Daniele de Bortoli
Demis Marques
Diogo Bertussi
Edilberto Costa
Emilene Lubianco de Sá
Fabiano Nogueira Cordeiro
Fariel André Minozzo
Fariel André Minozzo
Felipe Schlichting da Silva
Felipe Tadeu Gondim
Gabriella Sommer Vaz
Guilherme Gentil Fernandes
Joao Paulo Reco de Oliveira
Jonatas Jose de Albuquerque
Larissa Steinhorst Berlanda
Leonardo Hassemer
Livia Carolina das Neves Segadilha
Luana Corrêa da Silveira
Luisa Lentz Ferreira
Luiza Andrade Wiggers
Marcio Gasperini Gomes
Marina Gabriela Barbosa Rodrigues Mercadante
Mario Pimentel Costa Junior
Marjorie Panceri Pires
Matheus Rocha Fernandes
Nathalia Müller Camozzato
Paola Cemin da Silva
Paulo Vinicius Lutz
Priscila Ferreira
Priscila Hellmann Preuss
Priscila Lammel
Rafael Elizeu Beltrão de Azevedo
Ricardo Bresolin
Sebastiao Reginaldo de Souza
Tamires da Silva Rodrigues
Tatiane Goncalves Silveira
Tatiane Goncalves Silveira
Thaiane Pinheiro Cabral
Thais Regina Balistieri
Thayse Corrêa da Silveira
Vanessa Espindola
Veronica Martins Gnecco
Victor Prieto Kappel
Vinicius Araujo Farias

Vitor Motoaki Yabiku
Ana Maria Benciveni Franzoni
Enzo Morosini Frazzon
Fernando Seabra
Kathia Regina Lemos Juca
Lia Caetano Bastos
Marinez Eymael Garcia Scherer

Processo: 23080.063102/2012-31

Contrato: 136/2013

Coordenador: Aldo von Wangenheim

Bolsista:

Anderson Pace
Astor Lohmann Palmeira
Brenda Seara Barcelos
Brunna Tolentino de Souza
Caio Cesar de Melo e Silva
Carolina Gonzalez Bezerra
Daniela Rahhal
Diego Izidoro
Elanne Melilo de Souza
Joao Olivio Neto
Jonatan Davi Camboim Bezerra
Juarez Angelo Piazza Sacenti
Leonardo Alonso Rodrigues
Lucas Otto Roder
Rafaela Prazeres
Renata de Jesus Silva
Roque Francisco Sanchez Dalotto
Sabrina Schutz de Oliveira
Thiago Thalisson Firmino de Lima

Processo: 23080.058687/2012-77

Contrato: 524/2012

Coordenador: Ademir Antonio Cazella

Bolsista:

Grazianne Alessandra Simões Ramos
Luiza Zitzke Oliveira
Sandy Elvelyn Pereira Arguelho
Fábio Luiz Búrigo

Processo: 23080.076460/2013-94

Contrato: 239/2013

Coordenador: Amir Mattar Valente

Bolsista:

Eduardo Francisco Israel
Gabriel Lajús Maccarini
Guilherme Gentil Fernandes
Marcelo Masera de Albuquerque
Eduardo Lobo

Enzo Morosini Frazzon

Processo: 23080.070971/2013-01

Contrato: 229/2013

Coordenador: Juan Antonio Altamirano Flores

Bolsista:

Debora Yumi de Oliveira
Djennifer Zoboli de Almeida
Fernanda Bauzys
Gerly Mattos Sanchez
Natasha de Vargas Xavier
Vitor Santini Müller
Edison Ramos Tomazzoli
Elson Manoel Pereira
Everton da Silva
Janete Josina de Abreu
Jose Henrique Vilela
Murilo da Silva Espíndola
Pedro Luiz Borges Chaffe
Rafael Augusto dos Reis Higashi

Processo: 23080.070988/2013-50

Contrato: 230/2013

Coordenador: Juan Antonio Altamirano Flores

Bolsista:

Gustavo Andrei Speckhann
Regiane Mara Sbroglia
Edison Ramos Tomazzoli
Elson Manoel Pereira
Everton da Silva
Janete Josina de Abreu
Jose Henrique Vilela
Marivaldo dos Santos Nascimento
Murilo da Silva Espíndola
Pedro Luiz Borges Chaffe
Rafael Augusto dos Reis Higashi

Processo: 23080.070973/2013-91

Contrato: 231/2013

Coordenador: Juan Antonio Altamirano Flores

Bolsista:

Bruno Montibeller
Derik Konig
Eduardo Jensen Cechinel
Gerly Mattos Sanchez
Kaliu Teixeira
Marco Aurélio Virtuoso
Thiago Panchiniak
Daniel Galvão Veronez Parizoto
Edison Ramos Tomazzoli

Elson Manoel Pereira
Everton da Silva
Janete Josina de Abreu
Joao Carlos Rocha Grê
Jose Henrique Vilela
Marivaldo dos Santos Nascimento
Murilo da Silva Espíndola
Pedro Luiz Borges Chaffe
Rafael Augusto dos Reis Higashi

Processo: 23080.011970/2013-16

Contrato: 111/2013

Coordenador: Marco Antonio Martins Cavaco

Bolsista:

Amir Antonio Martins de Oliveira Jr.
Andre Ogliari
Arcanjo Lenzi
Daniel Martins
Eugenio Andres Diaz Merino
Gean Vitor Salmoria
Lauro Cesar Nicolazzi
Nestor Roqueiro

Processo: 23080.048204/2013-15

Contrato: 213/2013

Coordenador: Roseli Zen Cerny

Bolsista:

Alexandre Aimbire de Oliveira Santos
Ana Paula Knaul
Ariele Louise Barichello Cunha
Arthur Moscatelli Amaro
Bianca Francini da Silva
Bruno Carvalho de Melo Rodrigues
Bruno dos Santos Simoes
Cintia Lima Crescêncio
Cristiano Mezzaroba
Danilo José Scalla Botelho
Eduarda da Silva
Eduardo Eising
Elaine Cristina Reis
Elen da Silveira Torres
Erick Correa de Oliveira
Felipe Tadeu Gondim
Francisco Fernandes Soares Neto
Guilherme de Campos Martins
Guilherme Espíndola Machado
Guilherme Rodrigues Pozzibon
Isaque Matos Elias
Ivana Martins da Rosa
João Filipe Dalla Rosa

Juliana Pereira
Ketryn Suzanny Alves
Lais Machado Eing
Lidio Jose Franco Ramalho
Luiz Roberto Carvalho
Marcos Luã Almeida de Freitas
Maria Fernanda Bin Pacheco
Maryna Roczanski Neves
Natassia Dagostin Alano
Nathalia Müller Camozzato
Patricia Barbosa Pereira
Paulo da Costa Pereira Neto
Renata Gordo Correa
Rogerio Machado Rosa
Samantha Santos Mendes
Valeria Cunha dos Santos
Vinicios Camello
Wellington Fernandes Silvano
Adir Valdemar Garcia
Alessandro Pinzani
Patricia de Moraes Lima
Valeria Seoane Standt

Processo: 23080.007485/2014-29

Contrato: 078/2014

Coordenador: Marina Keiko Nakayama

Bolsista:

Cecilia Estela Giuffra Palomino
Luiz Carlos Ferreira Junior
Sonia Rejane da Silva
Thiago Angelo Gelaim
Andressa Sasaki Vasques Pacheco
Antonio Carlos Mariani
Julio Eduardo Ornelas Silva
Luiz Eduardo Pizzinatto
Mauricio Rissi
Ricardo Azambuja Silveira

Processo: 23080.076459/2013-60

Contrato: 242/2013

Coordenador: Amir Mattar Valente

Processo: 23080.019388/2014-89

Contrato: 157/2014

Coordenador: Ricardo Felipe Custodio

Processo: 23080.076461/2013-39

Contrato: 240/2013

Coordenador: Amir Mattar Valente

Bolsista:

Jean Raniery Speroto Oliveira

Processo: 23080.063372/2013-22

Contrato: 219/2013

Coordenador: Patricia Muccini Schappo

Bolsista:

Jessica Silva Zeferino

Julia de Souza Lopes

Lailla Tayná Werlich Pereira

Luana Polomanei

Lucas Scheuer

Mariana Bittencourt de los Santos

Priscila Stahlschmidt Moura

Processo: 23080.055212/2012-29

Contrato: 503/2012

Coordenador: Edison da Rosa

Bolsista:

Adonis Santin

Adriana Brejinski de Almeida

Akemi Arenas Kami

Alessandra da Silva Kulkamp

Alessandra Merlin Ramos Pereira

Alessandra Veiga Campos

Alessandra Vieira Menezes

Alice Ponte Lima

Aline Costa Vieira

Aline Espíndula

Aline Luana Ballico

Aline Macuco Costa

Aline Weber

Alísson Bigolin

Alyne Michelle Botelho

Amanda Fedato Buratte

Amanda Ketluin de Conto Francisco

Amanda Martins

Ana Carolina Vitoria

Ana Caroline Hillesheim da Cruz

Ana Claudia Mondini Ribeiro

Ana Claudia Ruppenthal

Ana Gabriela Bosse Andrade

Ana Gabriela Estevam Brito

Ana Julia Hoffmann Vieira

Ana Karolina da Silva

Ana Luisa Remor da Silva

Ana Maria Mees

Ana Paula Carneiro do Nascimento

Ana Paula Ferreira Melo

Ana Paula Reis

Ana Paula Remor Sebolt

Ana Sofia Kauling de Sousa
Anahi Ayelen Martinez Gallego
André Luiz Schaffer
Andrea Costi Lins
Andrea Gnecco
Andrei Cardozo Zanatta
Andreza Tischner
Anelise Beckert Leoncio
Angela Carolina Mansim
Angela Somavilla Higioka
Antônio Levi Gall dos Santos
Ariella Picinato Vargas da Silva
Ary Hauffe Neto
Barbara Adriana Siementkowski
Barbara Gonçalves da Rocha
Barbara Leone Silva
Barbara Morgana Maran Rossoni
Beatriz Schafhauser de Oliveira
Bia Borges Ferraro
Bianca de Souza Valverde
Bianca Jaqueline Ramos
Bianca Martins Dacoregio
Bibiana Amaral Paviani
Bruna Aparecida Bêz Réus
Bruna Camillo Bonassi
Bruna de Souza Costa
Bruna de Souza Paganini
Bruna Dias
Bruna Maisa Custódio
Bruna Ribeiro Sasso
Bruna Teixeira Maron
Bruno Nahorny Ferreira
Bruno Silva Lopes Francisco
Cadiele Oliana Reichert
Camila Becker
Camila Claudino de Oliveira
Camila Cristina Ferreira Caleffi
Camila do Nascimento Bodack
Camila Louise Baena Ferreira
Camila Martinelli Veiga
Camila Thais Adam
Camila Vicente
Camilla de Carvalho Dantas
Carina Maccari
Carina Yumi Takahashi
Carolina Alboleda Silva Matte
Carolina Arruda Ferreira
Carolina Gabriele Gomes da Rocha
Carolina Garcia Leandro
Carolina Sanches Lopes

Caroline Baschiroto Orbem
Caroline Nunes Egster
Cassia Guimarães de Aguiar
Cezar Rami Pereira da Cunha Tavares
Chayana Martins Leite
Claudia Costa Coelho
Cristiane Coppi Giasson
Cristiane Parisotto
Cristiano Salla Lunardi
Cristine Eloisa Böhmer
Cynthia Colombi Zappellini
Daiane Bassi
Daiani Moraes Oliveira
Daltro Castelar de Almeida Junior
Daniel de Martino Ucedo
Daniel Milanelo Martuscelli
Daniela Zotico Pedro
Danielle Klein
Danielle Leandro Darós
Dayane Azevedo Padilha
Debora Borgert Wopereis
Debora de Souza Basso
Debora Trevisan Vendruscolo
Delma Marli Godinho
Dhayana Loyze da Silva
Edna Dalva Torquato
Eduarda Souza Lodetti
Elaine Damiani Daniel
Eliane Ricardo Charneski
Elina Paula Sartori Pereira
Elisete Coelho da Silva
Eliton Mateus Cassol
Elizandra de Campos
Eloa Muehlbauer
Elysama Fernandes Alves
Emilia Haline Dutra
Evelim Dorvalina da Cunha
Evelyn Elyn Tomaz
Fabiana Casara
Fabio Henrique Silva Luiz
Fabiula Renilda Bernardo
Fernanda Rech Rodrigues
Fernanda Rocha França Burity Levone
Fernanda Tasso Borges Fernandes
Flavia Vieira Kotzias
Franciele da Silva Pereira
Francielly Martins Alflen
Francine Preis Amboni
Francisco Reis Tristão
Gabriel da Silva Pescador

Gabriel Trajano Petry
Gabriela Correa Lindenberg
Gabriela Daniel da Costa
Gabriela Peretro
Gabriela Picuo de Amorim
Gabrielly Iasminy Cunha de Castilhos
Gilberto Alexandre da Silva Pato
Giordano de Azevedo
Giosana Maria Bizarro
Gisele Cadore
Guilherme Ismael Coelho
Gustavo da Silva Machado
Helena de Marquet Leal
Helena Sandrin Borges
Heloia Klabunde
Heloisa de Souza Machado
Heloise Ramos Martins
Henrique José Teixeira
Hundra Prestes de Godoi
Ian Ferreira Alves
Ícaro Andrade Rodrigues do Carmo
Ingrid Clasen Wosny
Ingrid Kuhnien Coelho
Isabel Maria Schmitt
Isabel Wermuth
Isabela Maria Vasconcelos Silva
Isadora Pompeo Grando
Isadora Silva Canabarro
Ivana Leal Furlan
Jaciara Clésia Pereira
Jackson Luiz de Souza
Jeane Sonia Marcos
Jefferson Peres de Macedo
Jessica Amanda Abreu
Jessica Daiane Rosa
Jhonatan Augusto Ribeiro
Joao Lucas de Castro Correia
Joao Marcos Warmling Dudy
Joao Victor Krüger Pinto
Jose de Lima de Souza
Jose Roberto Cordeiro
Julia Beatriz de Oliveira Lima
Julia Costa Pereira
Julia Gabriela Dietrichkeit Pereira
Julia Gattino e Silva
Julia Maia Rocha de Carvalho
Julia Virginia Melo
Juliana Keckler Possamai
Juliana Keller Nascimento
Juliane Cardoso Rodrigues

Juliano Fin
Juliany Domingues Alves
Julio da Silva Cardoso Junior
Karine dos Santos Machado
Karolenny Borinelli de Aquino Moura
Karyn Valnier Candido
Katia Morgana SantAna
Kenia Silva da Rosa
Ketlyn Germann Hendler
Lais Fernanda Paiva
Laisa Pacheco Henrique
Lara Vandresen
Larissa Akemi Higa Kubo
Larissa de Cezar
Larissa de Souza
Larissa Nunes Scapini
Layra Marques Santos
Layse Biz de Quadros
Leandro Andrade dos Santos
Leonardo Bohner Hoffmann
Leonardo Rodrigues Valle Serra e Meira
Leticia Cordeiro
Leticia Salvador Martins
Lilian Borges Rau
Lisandra de Oliveira Silva
Louise Flores de Souza
Luan Trevizan
Luana Cris Andrioni
Luana Cristina Wilvert
Luana Gabriel de Souza
Lucas Angeli
Lucas dos Santos Moreira
Lucas Menezes Mercado Lobo
Luciana Bihain Hagemann
Luciana Jeremias Pereira
Luciano de Marco Filho
Luciano Ferreira Vilain
Lui Barbosa Almeida
Luis Augusto Defreyn Tenconi
Luiz Henrique Minatti
Luiz Marcelo Longhi
Luiza Caroline Ferrazza Dias
Luiza Kasulke de Lima
Luiza Maria da Rocha Zunino
Luiza Serra
Luiza Soares Weiss
Luiza Spiller Fernandes
Luiza Thais de Sousa
Luna Dias de Almeida Oliveira
Luvia Souza de Sa

Madalena Lucia Pinheiro Dias
Maiara da Silva Schneider
Maiara Marques da Silva
Maiara Thais Marini
Maira Antonello Rasia
Maira Fedrizzi
Manoela Bittencourt da Silva
Manuel Vivanco Bercovich
Manuella Orsi
Marcela Possato Corrêa da Rosa
Marcelo Felipe Bruniere
Marcelo Nogueira Viana
Maria Eduarda Grams Salum
Maria Eduarda Pinto Padilha
Maria Emilia Pereira Nunes
Maria Luiza Silva Cruz
Maria Tereza Daniel Justo
Mariana Bonomini Fogaça de Almeida
Mariana Borges Uliano
Mariana da Silva Roldi
Mariana Felipe
Mariana Lenhari Martignago
Mariana Rodrigues
Mariana Rudek
Mariana Soares Popper
Mariane Dahmer
Mariane Menegazzi
Marilise França da Rocha
Marina Bastos Paim
Marina Cardoso Guzman
Marina Castagna Rodrigues
Marina Franca de Abreu
Marina Medeiros Teixeira
Marina Rodrigues Teixeira
Marina Veiga da Silva Amorim
Matheus Alves Pacheco
Matheus Reck Dutra
Mauricio Trevisan de Paula Bueno
Mayara Lopes Martins
Maycon Duarte
Mayra Ayumi Yaedu Hames
Maysa Andrade Santos
Michael Anderson da Luz Lopes
Michelle Cristhina da Rosa Zeferino
Mirelly do Amaral
Moara Monteiro Santhelena
Monica Girardi Cerutti
Monike Medeiros Rosa
Monique de Oliveira Souza
Morgana Fregulia Réos

Muriel Hamilton Depin
Nadine Monteiro Lemos
Nair Fritzen dos Reis
Natalia Koch Minatti
Natalia Seeger Duarte
Nathalia Ferrazzo Naspolini
Nathasha Bruno Pires
Nícolas da Costa Pereira Aranda
Nilda Merbold Guimaraes
Norton Roberto Ferraz
Odete Jussara Cordeiro
Ohara Manfroi
Otomar Zanchett Schneider
Paloma Mannes
Pamela Aline Nunes Drehmer
Pamela Maroto Cabral
Paola Baldessar
Paola Barros Delben
Patricia Mara Machado
Paula Alves de Souza
Paula Lunelli Sarmento So
Pedro Docusse Junior
Pedro Joseph Argenta Nicoletti
Plinio Henrique de Castro Cezarino
Pollyana Plautz Gorris
Priscila Martins
Priscilla Almeida Pereira
Rafaela Fonseca de Conto
Rafaela Grecco Machado
Raissa Ortiz Pereira
Ramon Deivis da Silva
Ranieri Dalpiaz
Rayane Lima Domingues
Rebecca Barth Hakansson
Renata Cardoso Escobar Ferreira
Renata Fabricia Orlandini
Renata Inaê da Silveira da Silva
Renata Mafra Ribeiro
Renata Mota Machado Reis
Renata Pires Bazzo
Renato Barretto Barbosa Trivella
Rhuana Madeira Cardoso
Roberta Cecilia da Silveira
Rodrigo Cesar Cordova Bicudo Merege
Rodrigo da Silveira Vasconcelos
Ronan Exterkoetter
Rubiana Sarto
Samira de Mello
Samuel Geraldi Fragnani
Scheylani Bruna Silva

Schirley de Espindola
Shirley Souza de Oliveira
Silvana Arlete Cardoso
Sofia Romay Oliviera
Tais Ferreira Vilela
Taiza DellAntonio
Tamara Alexandra Arias Schutel
Tamires Avila Rech
Tassia Grudtner Basilio
Tatyana Nery
Tayná Iha
Taynara Silveira
Thaiara Dornelles Lago
Thais Mattos dos Santos
Thaise Honorato
Thalita Bez Batti de Souza
Thays Trentini
Thayse Silva Bento
Thiago de Campos
Thiago Janning
Tony de Carlo Vieira
Tuyanne Verginio Cardoso
Vanessa Mengatto
Victoria Motta Zortea
Viviane Soares
Wanessa Zanotto
William Flores Broock
Yana Soletti Fagundez
Antonio de Miranda Wosny
Douglas Francisco Kovaleski
Francine Lima Gelbcke
Lenilza Mattos Lima
Marcia Luciane Gindri Reghelin
Othmar Boing
Suzana Kilpp da Silva

Processo: 23080.043213/2012-21

Contrato: 465/2012

Coordenador: Renato Cislighi

Bolsista:

Bruna Pereira Machado
Brunna Tolentino de Souza
Katiana de Castro Silva
Ronaldo Paiva

Processo: 23080.006649/2013-10

Contrato: 196/2013

Coordenador: Edson Pacheco Paladini

Bolsista:

Acires Dias

Andrea Cristina Konrath
Fernando Antonio Forcellini
Lucila Maria de Souza Campos
Marcelo Menezes Reis
Marco Antonio Martins Cavaco
Olga Regina Cardoso
Paulo Augusto Cauchick Miguel

Processo: 23080.051860/2012-14
Contrato: 569/2012
Coordenador: Antonio Carlos Zimmermann

Processo: 23080.018556/2013-38
Contrato: 030/2014
Coordenador: Mauricio Luiz Sens
Bolsista:

Armando Borges de Castilhos Junior
Davide Franco
Fernando Soares Pinto Santanna
Guilherme Farias Cunha
Henrique de Melo Lisboa
Luiz Sergio Philippi
Maria Eliza Nagel Hassemer
Pablo Heleno Sezerino
Paulo Belli Filho
Ramon Lucas Dalsasso
William Gerson Matias

Processo: 23080.058234/2012-41
Contrato: 494/2012
Coordenador: Maria Itayra Coelho de Souza Padilha
Bolsista:

Ana Paula Trombetta
Anderson Funai
Andrea de Souza Noto
Christina de Salles Juchem
Fabricio Bez da Silva
Fernando Silveira
Isabela Souza da Natividade
Isabela Souza da Natividade
José Norberto Guiz Fernandes Correa
Juliana Bonetti de Carvalho
Maiara Suelen Mazera
Odilon Delfino Francisco
Tatiane Daniela Souza Sosa
Isabel Cristina Alves Maliska
Jonas Salomao Spricigo
Roberta Costa
Vania Marli Schubert Backes

Processo: 23080.073583/2014-54
Contrato:
Coordenador: Amir Mattar Valente

Processo: 23080.058218/2012-58
Contrato: 495/2012
Coordenador: Maria Terezinha Zeferino
Bolsista:

Daniel Felipe Neves Machado
Diogo de Oliveira Boccardi
Ediane Teles de Mattos
Fabiane Dorneles Esteves
Fernanda da Silva Silveira
Fernando Silveira
Giuliane Gava Prado Caetano Correa Neto
Jader Darney Espindola
Jimena de Mello Heredia
Laila Langhammer Alves
Maria Francisca dos Santos Daussy
Silvana Alves Benedet
Vanessa Schneider Padilha
Viviane dos Santos
Wagner Daufenbach do Amaral
Wemylinn Giovana Florencio Andrade
Antonio de Miranda Wosny
Barbara Cristina Tavares
Ivan Luiz Giacomelli
Jeferson Rodrigues
Katia Cilene Godinho Betoncello
Maria do Horto Fontoura Cartana
Maria Jose Baldessar

Processo: 23080.059915/2012-26
Contrato: 514/2012
Coordenador: Amir Mattar Valente
Bolsista:

Felipe Nienkötter
Heitor Hugo Leal
Monique Albers Araújo
Nuno Sardinha Figueiredo
Nuno Sardinha Figueiredo
Suede Steil Kuhn
Wemylinn Giovana Florencio Andrade
Ana Maria Benciveni Franzoni
Lia Caetano Bastos

Processo: 23080.022283/2012-45
Contrato: 352/2012
Coordenador: Martin Gabriel Ordenes Mizgier
Bolsista:

Carolina Rocha Carvalho
Leticia Niero Moraes
Marcelo Galafassi
Anna Letícia Loch Gonçalves
Carolina Rodrigues Dal Soglio
Julio Cesar Fernandes Neto
Maíra Oliveira Pires

Processo: 23080.0677755/2013-70

Contrato: 117/2014

Coordenador: Maria Jose Baldessar

Bolsista:

Amanda Ribeiro Marques
Ayla Nardelli Passadori
Beatriz Fonseca Santini
Flavio Toassi Crispim
Glaucio Cardoso de Oliveira
Guilherme Gonçalves Longo
Luíze Suzana dos Santos Ribas
Marina Juliana Gonçalves
Matheus Alves de Almeida
Isabel Colucci Coelho
Alice Theresinha Cybis Pereira
Dalton Barreto
Ivan Luiz Giacomelli
Marília Matos Gonçalves

Processo: 23080.062937/2013-54

Contrato: 031/2014

Coordenador: Renato Cislighi

Bolsista:

Anderson de Brito Vicente
Patrícia Herkenhoff
Manoella Torres da Veiga Pereira
Patrick de Macedo Varela
Rodrigo Rafael Varela
Katiana de Castro Silva

Processo: 23080.069345/2014-44

Contrato: 232/2014

Coordenador: Edison da Rosa

Processo: 23080.063327/2012-97

Contrato: 574/2012

Coordenador: Amir Mattar Valente

Bolsista:

Ana Carolina Costa Lacerda
Ana Luisa Mota Godke
Carla Acordi
Eliana de Assunção

Emilene Lubianco de Sá
Fabiano Nogueira Cordeiro
Felipe Tadeu Gondim
Gabriela Lemos Borba
Giovanna Laís Priori
Guilherme Gentil Fernandes
Jessica Liz Dal Cortivo
Juliane Becker Facco
Leonardo Sgnaolin
Veronica Martins Gnecco
Yuri Triska
Demis Marques
Guilherme Gentil Fernandes
Aline Huber
Jadna Sônia Marcos
Marcelo Menezes Reis
Pedro Alberto Barbeta
Rogerio Joao Lunkes

Processo: 23080.054903/2013-96
Contrato: 034/2014
Coordenador: Rozangela Curi Pedrosa

Processo: 23080.004282/2014-81
Contrato: 229/2014
Coordenador: Ricardo Ruther
Bolsista:

Ana Claudia Ruppenthal
Bianca Jaqueline Ramos
Daiani Moraes Oliveira
Ivana Leal Furlan
Kenia Silva da Rosa
Lais Fernanda Paiva
Maira Antonello Rasia
Maria Emilia Pereira Nunes
Patricia Mara Machado
Priscilla Almeida Pereira
Viviane Soares
Adriana Brejinski de Almeida
Akemi Arenas Kami
Aline Costa Vieira
Ana Gabriela Estevam Brito
Ana Paula Ferreira Melo
Angela Somavilla Higioka
Camila Louise Baena Ferreira
Daiane Bassi
Gabriela Daniel da Costa
Julia Virginia Melo
Luciana Bihain Hagemann

Thaise Honorato
Vanessa Mengatto
Ana Luisa Remor da Silva
Camila Cristina Ferreira Caleffi
Daniela Zotico Pedro
Fabiula Renilda Bernardo
Juliana Keller Nascimento
Katia Morgana SantAna
Marina Rodrigues Teixeira
Moara Monteiro Santhelena
Monica Girardi Cerutti
Nair Fritzen dos Reis
Renata Mafra Ribeiro
Tamara Alexandra Arias Schutel
Tamires Avila Rech
Tuyanne Verginio Cardoso
Francine Lima Gelbcke

Quadro 207 – Projetos desenvolvidos pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONOMICAS - FEPESE									CNPJ: 83.566.299/0001-73				
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
048405/2012-23	2	201200499	Apoio administrativo e financeiro na execução do projeto "Segundo Simpósio Técnico-Empresarial de Nanotecnologia".	14/11/2012	28/02/2014	200.000,00	0,00						
033318/2010-18	2	201100278	Execução da atividade de extensão referente à realização do Curso de Especialização em Sistemas de Planejamento e Gestão Empresarial.	05/12/2011	30/03/2014	240.614,79	8.996,18						
050130/2011-15	2	201100277	Execução do Projeto de Pesquisa para a Parametrização e Sistematização de Custos Portuários.	13/03/2012	15/04/2014	2.448.660,00	220.379,40						
014979/2012-06	1	201200397	Execução do Projeto denominado Curso de Especialização em Gestão e Docência em EAD.	31/08/2012	30/04/2014	3.050.000,00	0,00						
045551/2012-05	2	201200476	Execução do projeto de pesquisa "Metodologia na Implementação da Rede eTec Brasil"	14/11/2012	30/04/2014	2.340.000,00	0,00						

061450/2008-97	1	200800298	Cursos da UAB/POLOS: RO, MTS, RS, SC, ref. 1º e 2º Sem. dos cursos: Grad. Bach. C. Contab e C. Econ ; Esp. Latu Senso em Contr. Gestão Public. e Gest. Publi. Munic.(Dep. C. Contábeis).	26/12/2008	30/05/2014	6.210.801,34	0,00						
025957/2013-44	2	201300122	Projeto de Extensão denominado "Ações de Gestão do Conhecimento para o Aprimoramento da Política Nacional de Turismo".	26/06/2013	20/08/2014	1.400.000,00	700.000,00						
062438/2012-86	2	201200575	Execução do Projeto: Pesquisa e Desenvolvimento de Simuladores, para Treinamento de Condutores de Motocicletas.	22/02/2013	31/08/2014	1.655.549,85	0,00						
025190/2011-91	2	201100162	Execução do Projeto de Pesquisa de Estudos e implantação de projeto piloto do centro de Supervisão das Concessões Ferroviárias e Expansão do Sistema de Informação SAFF.	12/09/2011	23/10/2014	4.717.432,00	495.812,00						
052176/2012-41	2	201200479	Execução do projeto Pesquisa e Desenvolvimento de Dispositivos Portáteis de Tradução Braille em Tempo Real com avaliação de resultados de sua inserção em ambientes da educação.	14/11/2012	01/12/2014	4.495.500,00	0,00						

			.											
037048/2012-78	2	201300184	Prestação de serviços de apoio para gestão administrativa e financeira necessária a continuidade na execução do Projeto de Extensão do processo de seleção para os Médicos Residentes do HU.	14/08/2013	30/12/2014	280.000,00	0,00							
039463/2013-47	2	201300223	Execução do projeto: "Gestão de Políticas Públicas para ambientes de inovação: estudos e proposições para o PNI".	05/12/2013	31/12/2014	210.000,00	210.000,00							
005609/2014-31	2	201400053	Execução do Projeto de Extensão: "Nova metodologia de trabalho com famílias no SUAS: Participação popular e autonomia."	11/04/2014	31/12/2014	19.830,00	19.830,00							
071911/2014-88	2	201400242	Apoio Técnico na elaboração do estudo de Diretrizes socioambientais do Ministério dos Transportes.	05/12/2014	31/12/2014	2.641.675,07	0,00							
071132/2014-82	2	201400243	Elaboração e na implementação de sistema de indicadores para monitoramento e avaliação da qualidade do transporte ferroviário de cargas prestado pelas	05/12/2014	31/12/2014	7.280.552,00	0,00							

			concessionárias verticais. -											
023892/2013-01	2	201300105	Projeto de extensão denominado "Realização de estudos de viabilidade da Ferrovia Senador Vicente Vuolo -trechos Rondonópolis - Cuiabá e Cuiabá - Santarém".	28/05/2013	15/01/2015	4.997.900,00	3.248.635,00							
046585/2009-11	2	201000061	Projeto denominado "Rede Comunitária de Educação e Pesquisa da Região de Florianópolis", doravante denominado simplesmente REMEP-FLN, na cidade de Florianópolis-SC.	01/03/2010	03/03/2015	237.887,52	95.036,14							
057781/2012-17	2	201300170	Execução do Projeto de Extensão; "O saber para conquistar um lugar - Cursos de capacitação e palestras para os servidores do Ministério da Saúde".	10/10/2013	24/03/2015	2.643.962,00	1.287.659,00							
070712/2013-71	2	201400058	Projeto de Extensão: Cooperação para elaboração de projetos executivos e demais itens necessários para instalação de Plataforma de Monitoramento em 03 Penitenciárias Federais do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça.	26/03/2014	31/03/2015	686.804,00	466.804,00							

069634/2013-62	2	201300233	Execução do Projeto de Extensão: "Estudo de Identificação/ Validação de locais, Projeto conceitual e Monitoramento de Terminais Intermodais na malha da VALEC".	17/12/2013	15/05/2015	5.871.178,00	3.229.147,90						
075839/2013-87	3	201400027	Projeto de Desenvolvimento Institucional: "Gestão de resíduos químicos e especiais na UFSC: da produção à disposição final".	26/12/2013	31/05/2015	219.050,00	87.620,00						
053830/2013-15	2	201300214	Execução do projeto de extensão: "Inovação da governança tecnológica da sala de apoio à gestão estratégica (SAGE)".	27/11/2013	30/06/2015	3.336.628,20	1.334.651,28						
037010/2012-03	2	201200430	Execução do processo seletivo para o Curso de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do HU.	25/09/2012	30/07/2015	59.554,58	0,00						
037798/2012-40	1	201300001	Curso de Especialização em Gestão do Conhecimento na Comercialização de Energia Elétrica.	07/01/2013	31/08/2015	630.000,00	238.324,65						
054036/2012-16	2	201400255	Projeto de Extensão: "Metodologia de Avaliação da Qualidade do Investimento Municipal em Ensino Fundamental".	30/12/2014	03/09/2015	208.500,00	0,00						

031344/2010-01	2	201000279	Execução do Projeto de extensão "Desenvolvimento Institucional com vistas ao Projeto, Implementação e Gestão de Serviços Avançados TIC".	10/12/2010	09/12/2015	727.782,00	0,00						
025149/2014-68	2	201400160	Estudo sobre a Composição de custos e receitas para Proposição da Metodologia de cálculo do preço de equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e misto de Transportes Aquaviários..	19/09/2014	28/12/2015	1.455.330,00	211.685,00						
049378/2014-78	2	201400215	Execução do projeto de extensão: "Organização do Processo de seleção para Residência Médica do HU da UFSC."	21/10/2014	31/12/2015	168.000,00	0,00						
069476/2014-21	2	201400257	Apoio administrativo ao projeto "Elaboração de Estudos e Pesquisas para Desenvolvimento de Metodologias e Ferramentas para Fortalecimento das Ações de Planejamento do DNIT".	31/12/2014	31/12/2015	10.200.900,00	0,00						
034304/2013-56	1	201400045	Execução do projeto: "Nova oferta (3º turma de graduação em administração pública - PNAP, na modalidade e ensino a distância, no âmbito do sistema UAB)".	23/04/2014	22/04/2016	379.213,50	229.727,50						

006581/2013-79	1	201400088	Execução do Projeto: "Curso de Pós-Graduação, especialização em controle da gestão Pública Municipal - modalidade a distância".	07/07/2014	07/07/2016	128.492,00	128.492,00						
006511/2013-11	1	201400089	Execução do Projeto: "Controle da gestão Pública - Modalidade a Distância".	07/07/2014	07/07/2016	129.467,50	129.467,50						
076458/2013-15	2	201300241	Execução do projeto de pesquisa "Cooperação Técnica para estudos e pesquisas para subsidiar o aprimoramento de arcabouço regulatório do transporte ferroviário de passageiros".	18/03/2014	30/12/2016	6.072.250,00	1.845.131,00						
050884/2013-29	1	201300215	Execução do projeto de ensino: "Curso de graduação em Ciências Contábeis - A distância - 5º e 6º Semestre".	13/11/2013	30/07/2017	682.490,00	0,00						
050911/2013-63	1	201300216	Execução do projeto de ensino: "Curso de graduação em Ciências Contábeis - A distância - 7º e 8º Semestre".	13/11/2013	30/07/2017	949.901,90	188.577,90						
050956/2013-38	1	201300217	Execução do projeto de ensino: "Curso de graduação em Ciências Econômicas - A distância - 5º e 6º Semestre".	13/11/2013	30/07/2017	214.320,50	0,00						
050970/2013-31	1	201300218	Execução do projeto de ensino: "Curso de graduação em Ciências Econômicas - A distância -	13/11/2013	30/07/2017	245.010,00	0,00						

			7º e 8º Semestre".										
					Total	77.435.236,75	14.375.976,45				Total	0,00	0,00

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 208 – Recursos pertencentes à UFSC envolvidos nos projetos da Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
048405/2012-23	2	200.000,00			1	13.806,97
033318/2010-18	2	240.614,79			3	N/C
050130/2011-15	2	2.448.660,00			7	N/C
014979/2012-06	1	3.050.000,00			20	411.304,98
045551/2012-05	2	2.340.000,00			4	142.294,93
061450/2008-97	1	6.210.801,34			2	N/C
025957/2013-44	2	1.400.000,00			4	96.276,12
062438/2012-86	2	1.655.549,85			2	25.600,00
025190/2011-91	2	4.717.432,00			8	228.800,00
052176/2012-41	2	4.495.500,00			4	77.703,60
037048/2012-78	2	280.000,00			5	42.201,40
039463/2013-47	2	210.000,00			2	5.670,00
005609/2014-31	2	19.830,00			2	N/C
071911/2014-88	2	2.641.675,07			1	N/C
071132/2014-82	2	7.280.552,00			1	N/C
023892/2013-01	2	4.997.900,00			3	19.000,00
046585/2009-11	2	237.887,52			1	2.105,00
057781/2012-17	2	2.643.962,00			11	390.853,36
070712/2013-71	2	686.804,00			8	165.141,54
069634/2013-62	2	5.871.178,00			1	39.083,91
075839/2013-87	3	219.050,00			7	28.608,75
053830/2013-15	2	3.336.628,20			6	186.591,75
037010/2012-03	2	59.554,58			16	N/C
037798/2012-40	1	630.000,00			N/C	N/C
054036/2012-16	2	208.500,00			4	N/C
031344/2010-01	2	727.782,00			1	N/C
025149/2014-68	2	1.455.330,00			1	5.200,00
049378/2014-78	2	168.000,00			6	N/C
069476/2014-21	2	10.200.900,00			1	N/C
034304/2013-56	1	379.213,50			11	N/C
006581/2013-79	1	128.492,00			13	51.771,00
006511/2013-11	1	129.467,50			13	42.752,64
076458/2013-15	2	6.072.250,00			8	5.001,00
050884/2013-29	1	682.490,00			15	65.836,18
050911/2013-63	1	949.901,90			15	236.367,12
050956/2013-38	1	214.320,50			15	2.687,50
050970/2013-31	1	245.010,00			15	12.794,72
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional			(4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico			

Fonte: PROAD/UFSC

Relação de coordenadores e bolsistas – Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas:

Processo n.º 23080.048405/2012-23

Contrato n.º 499/2012

Coordenador: Cesar Vitorio Franco

Bolsistas:

Gilberto Heinzelmann

Processo n.º 23080.033318/2010-18

Contrato n.º 278/2011

Coordenador: Mário de Souza Almeida

Bolsistas:

Luís Moretto Neto

Processo n.º 23080.050130/2011-15

Contrato n.º 277/2011

Coordenador: Amir Mattar Valente

Bolsistas:

Bruno Egidio Santi Teixeira

Antonio Vinicius dos Santos

Diego Liberato Delfino

Felipe de Alencar Pinheiro

Gustavo Isensse

Jonas Mendes Constante

Priscila Hellmann Preuss

Sergio Zarth Junior

Tatiane Gonçalves Silveira

Processo n.º 23080. 014979/2012-06

Contrato n.º 397/2012

Coordenador: Altair Borgert

Bolsistas:

Adelson de Paula Silva

Amanda Tolomelli

Araci Hack Catapan

Carlos Alberto Dallabona

Clovis Nicanor Kassick

Dulce Marcia Cruz

Erves Ducati

Henrique Oliveira da Silva

Hilton José Silva de Azavedo

Iolanda Bueno de Camargo Cortelazzo

Ivone Menegotti

Jorge Luiz Silva Hermenegildo

José Wilson da Costa

Márcia Gorett Ribeiro Grossi

Maria Lourdes Amante Feronha

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

Odete Catarina Locatelli

Ricardo Azambuja Silveira
Rosemeri Coelho Nunes
Sandra Rolim Ensslin
Willian Geraldo Sallum

Processo n.º 23080.045551/2012-05
Contrato n.º 476/2012
Coordenadora: Araci Hack Catapan
Bolsistas:
David Antonio da Costa
Carlos Eduardo dos Reis
Ivan Luiz Giacomelli
Carlos Augusto Locatelli

Processo n.º 23080.061450/2008-97
Contrato n.º 298/2008
Coordenador: Renato Ramos Campos
Bolsistas:
Maria Lúcia de Barros Camargo
Marcos Laffin
Yara Maria Rauh Muller
Valdir Soldi
Erves Ducati

Processo n.º 23080.025957/2013-44
Contrato n.º 122/2013
Coordenador: José Leomar Todesco
Bolsistas:
Fernando Alvaro Ostuni Gauthier
Jose Leomar Todesco
Gregorio Jean Varvakis Rados
Paulo Cesar Leite Esteves
Paulo Mauricio Selig
Roberto Carlos dos Santos Pacheco

Processo n.º 23080.062438/2012-86
Contrato n.º 575/2012
Coordenador: Rodrigo de Souza Vieira
Bolsistas:
Daniel Martins

Processo n.º 23080.025190/2011-91
Contrato n.º 162/2011
Coordenador: Amir Mattar Valente
Bolsistas:
Ricardo Azambuja Silveira
Antonio Acarlos Mariani
Marina Keiko Nakayama
Renato Cislighi
Silvia Modesto Nassar

Processo n.º 23080.052176/2012-41
Contrato n.º 479/2012
Coordenadora: Maria José Baldessar
Bolsistas:
Alice Theresinha Cybis Pereira
Berenice Santos Gonçalves
Ivan Luiz Giacomelli

Processo n.º 23080.037048/2012-78
Contrato n.º 455/2012/184/2013
Coordenador: Lucio Botelho
Bolsistas:
Alberto Trapani Júnior
Degilson da Silva
João Carlos Xikota
Marcelino Osmar Vieira
Ricardo Baratieri

Processo n.º 23080.039463/2013-47
Contrato n.º 223/2013
Coordenador: Fernando Alvaro Ostuni Gauthier
Bolsistas:
Alexandre Moraes de Ramos
Gabriela Gonçalves Silveira Fiates

Processo n.º 23080.005609/2014-31
Contrato n.º 053/2014
Coordenadora: Beatriz Augusto de Paiva

Processo n.º 23080.071911/2014-88
Coordenador: Amir Mattar Valente

Processo n.º 23080.071132/2014-82
Coordenador: Amir Mattar Valente

Processo n.º 23080.023892/2013-01
Contrato n.º 105/2013
Coordenador: Amir Mattar Valente
Bolsistas:
Jucilei Cordini
Jurgen Wilhelm Philips

Processo n.º 23080.046585/2009-11
Contrato n.º 061/2010
Coordenador: Edison Tadeu Lopes Melo
Bolsistas:
Murilo Vetter
Rodrigo José Bertoldi Pescador

Processo n.º 23080.057781/2012-17
Contrato n.º 170/2013
Coordenador: Gilberto de Oliveira Moritz
Bolsistas:
Alessandra de Linhares Jacobsen
Alexandre Marino Costa
Gerson Rizatti Junior
João José Cândido da Silva
Luis Moretto Neto
Marcos Baptista Lopez Dalmau
Marilda Todescat
Mauricio Fernandes Pereira
Rogerio da Silva Nunes
Silvio Machado Sobrinho

Processo n.º 23080.070712/2013-71
Contrato n.º 058/2014
Coordenador: Luis Alberto Gomez
Bolsistas:
Antonio Edesio Jungles
Bruno Galindro da Costa
Daniel Ferreira Coutinho
Fernanda Fernandes Marchiori
Humberto Ramos Roman
Joao Batista Furtuoso
Peter Klitzke Giesbrecht

Processo n.º 23080.069634/2013-62
Contrato n.º 233/2013
Coordenador: Amir Mattar Valente

Bolsistas:
Claudio Cesar Zimmermann
Eva Yamila Amanda da Silva Catela
Jucilei Cordini
Silvio Antonio Ferraz Cario
Fernando Seabra

Processo n.º 23080.075839/2013-87
Contrato n.º 027/2014
Coordenadora: Ariane Laurenti

Bolsistas:
Alexandra Rodrigues Finotti
Carlos Alberto Rodrigues
Gabriela Mota Zampieri
Lígia Cleia Casas Rosenbrock
Renata Martins Pacheco
Zulmar Domingos da Silveira

Processo n.º 23080.053830/2013-15

Contrato n.º 2014/2013

Coordenador: Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

Bolsistas:

José Alonso Borba

Luiz Alberton

Luiz Felipe Ferreira

Rogério Joao Lunkes

Vladimir Arthur Fey

Processo n.º 23080.037010/2012-03

Contrato n.º 430/2012

Coordenadora: Jussara Gue Martini

Bolsistas:

Francine Lima Gelbcke

José Nazareno Gil

Daniela Lemos Carcereri

Claudia Regina dos Santos

Lúcia Nazaret Amante

Raquel Kuerten de Salles

Tânia Regina Kruger

Aline Rodrigues Barbosa

Lucienne Martins Borges

Maria Francisca dos Santos Daussy

Rafael Sebold

Processo n.º 23080.037798/2012-40

Contrato n.º 001/2013

Coordenador: Cristiano José Castro de Almeida Cunha

Bolsistas:

Roberto Carlos dos Santos Pacheco

Paulo Cesar Leite Esteves

Marina Keiko Nakayama

João Randolpho Pontes

Erlon Cristian Finarde

Francisco Antonio Pereira Fiai

Harrison Luiz da Silva

Processo n.º 23080.054036/2012-16

Coordenador: Maurício Roque Serva de Oliveira

Bolsistas:

Hans Michael Van Bellen

Sergio Luís Boeira

Processo n.º 23080.031344/2010-01

Contrato n.º 279/2010

Coordenador: Edison Tadeu Lopes Melo

Bolsistas:

Anicleto Luiz de Lima

Estefania Brom

Izaura Dias de Lima

Processo n.º 23080.025149/2014-68

Contrato n.º 160/2014

Coordenador: Amir Mattar Valente

Processo n.º 23080.049378/2014-78

Contrato n.º 215/2014

Coordenador: Lucio Botelho

Bolsistas:

Alberto Trapani Júnior

Degilson da Silva

João Carlos Xikota

Marcelino Osmar Vieira

Marcelo Biachini Teive

Processo n.º 23080.069476/2014-21

Coordenador: Amir Mattar Valente

Processo n.º 23080.034304/2013-56

Contrato n.º 045/2014

Coordenador: Gerson Rizzatti Júnior

Bolsistas:

Brena Paula Magno Fernandez

Everton das Neves Gonçalves

Irineu Manoel de Souza

Jacques Mick

Joana Stelzer

Leonardo Flach

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Luis Moretto Neto

Marcelo Menezes Reis

Rogério Tadeu de Oliveira Lacerda

Silvio Antônio Ferraz Cario

Processo n.º 23080.006581/2013-79

Contrato n.º 088/2014

Coordenador: Erves Ducati

Bolsistas:

Rogério João Lunkes

Orion Augusto Platt Neto

Pedro José Von Mecheln

Sergio Murilo Petri

Elisete Dahmer Pfitscher

Maria Denize Casagrande

Luiz Felipe Ferreira

Altair Borgert

Ernesto Vicente

Vladimir Arthur Fey

Luiz Alberton

José Alonso Borba

Processo n.º 23080.006511/2013-11

Contrato n.º 089/2014

Coordenador: Ernesto Fernando Rodrigues Vicente

Bolsistas:

Orion Augusto Platt

Rogério João Lunkes

Pedro José Von Mecheln

Elisete Dahmer Pfitscher

Eleonora Milano Falcão Vieira

José Alonso Borba

Maria Denize Casagrande

Hans Van Bellen

Vladimir Arthur Fey

Altair Borgert

Leandro Darós

Leonardo Nascimento

Michelle Patricia Roncallo

Processo n.º 23080.076458/2013-15

Contrato n.º 241/2013

Coordenador: Amir Mattar Valente

Bolsistas:

Bruno Franco da Silva Borges

Carla Acordi

Fernanda Ferrai Zrzebiela

Kinn Hara

Rafael Elizeu Beltrão de Azevedo

Thaís dos Santos Ventura

Vanessa Grando

Processo n.º 23080.050884/2013-29

Contrato n.º 215/2013

Coordenador: Luiz Felipe Ferreira

Bolsistas:

Maria Denize Henrique Casagrande

Ernesto Fernando Vicente

Pedro José Von Mecheln

Sergio Murilo Petri

Roque Brinckmann

Rogério João Lunkes

José Alonso Borba

Joisse Antonio Lorandi

Irineu Afonso Frey

Eleonora Milano Falcão Vieira

Valdirene Gasparetto

Altair Borgert

Luiz Alberton

Orion Augusto Platt Neto

Leonardo Flach

Processo n.º 23080.050911/2013-63

Contrato n.º 216/2013

Coordenador: Luiz Felipe Ferreira

Bolsistas:

Maria Denize Henrique Casagrande

Ernesto Fernando Vicente

Pedro José Von Mecheln

Sergio Murilo Petri

Roque Brinckmann

Joisie Antonio Lorandi

Irineu Afonso Frey

Eleonora Milano Falcão Vieira

Valdirene Gasparetto

Altair Borgert

Luiz Alberton

Orion Augusto Platt Neto

Leonardo Flach

Processo n.º 23080.050956/2013-38

Contrato n.º 217/2013

Coordenadora: Marialice de Moraes

Bolsistas:

Marcelo Arend

Eva Yamala Amanda da Silva Catela

Pablo Felipe Bittecnourt

Silvio Antônio Ferraz Cário

Helton Ricardo Ouriques

Fernando Seabra

Armando de Melo Lisboa

Gueibi Peres Souza

Brena Paula Magno Fernandez

Ronivaldo Steingraber

Wagner Leal Arienti

Guilheme Valle Moura

Maurício Simiano Nunes

Francis Petterini Lourenço

João Randolpho Pontes

Processo n.º 23080.050970/2013-31

Contrato n.º 218/2013

Coordenador: Marialice de Moraes

Bolsistas:

Marcelo Arend

Eva Yamala Amanda da Silva Catela

Pablo Felipe Bittecnourt

Silvio Antônio Ferraz Cário

Helton Ricardo Ouriques

Fernando Seabra

Armando de Melo Lisboa
Gueibi Peres Souza
Brena Paula Magno Fernandez
Ronivaldo Steingraber
Wagner Leal Arienti
Guilheme Valle Moura
Maurício Simiano Nunes
Francis Petterini Lourenço
João Randolfo Pontes

Quadro 209 – Projetos desenvolvidos pela Fundação José Arthur Boiteux

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX - FUNJAB									CNPJ: 83.472.860/0001-55				
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
032813/2011-82	2	201100174	Implementação do Parque Viva a Ciência, especialmente no que se refere ao custeio de serviços de urgência relacionados à manutenção dos equipamentos interativos de grande porte, na mesa interativa, no projetor digital .	29/09/2011	28/02/2014	105.840,00	0,00						
078110/2013-62	2	201300264	Execução do projeto :Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - 4ª edição .	04/09/2014	15/12/2014	280.000,00	280.000,00						
012646/2014-04	2	201400076	Projeto de Extensão: "Santa Afrocatarina: Educação patrimonial acerca da presença de Africanos e Afrodescendentes na ilha de Santa Catarina, 2º ED.".	01/07/2014	31/12/2014	74.133,00	74.133,00						
044827/2011-49	1	201300079	Execução do Projeto: Pós-graduação lato Sensu, em nível de especialização, em Gestão Organizacional e Administração de Recursos Humanos. Contrato 036/2013-Judiciário.	11/04/2013	28/02/2015	354.000,00	216.333,26						

066431/2013-14	2	201300254	Execução do projeto "Projeto Educação Permanente em Saúde no Âmbito da Política Nacional - Para Atenção À Saúde Da Pessoa Privada De Liberdade No Sistema Prisional (PNAISP)"	19/12/2013	31/05/2015	1.200.000,00	1.200.000,00						
013338/2014-98	2	201400129	Execução do Projeto de Pesquisa: "Mais Ciência e realização de eventos jurídicos e criação de plataforma digital".	29/08/2014	31/05/2015	465.200,00	458.700,00						
045868/2012-33	1	201200467	Projeto "Atualização e/ou reformulação de conteúdos para o Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema UAB".	09/11/2012	10/06/2015	982.900,19	475.094,79						
016500/2014-20	2	201400075	Projeto de extensão: "Indígenas e Negros no ensino superior e em acervos Virtuais".	30/06/2014	30/06/2015	75.740,00	75.740,00						
010943/2013-26	2	201300102	Execução do projeto " Cátedra Jean Monnet de integração regional".	04/05/2013	31/08/2015	96.955,07	36.955,07						
011402/2014-04	2	201400224	Execução do projeto; "Avaliação do Prêmio construindo a Igualdade de Gênero no Brasil".	08/12/2014	19/11/2015	229.488,80	0,00						
046572/2011-59	2	201100232	Realização de atividade de extensão universitária de apoio técnico e capacitação aos estados/municípios da Federação para elaboração de planos Estaduais/Municipais de Cultura.	15/12/2011	30/11/2015	4.733.006,00	370.000,00						

013223/2014-01	2	201400195	Apoio administrativo e financeiro para execução do projeto de Pesquisa: "Mais Ciências: Eventos Jurídicos e Inovação".	28/11/2014	31/12/2015	186.500,00	186.500,00						
027253/2014-97	1	201400128	Execução do projeto: "Curso de especialização em Gênero e diversidade na escola."	29/08/2014	31/12/2016	354.024,20	150.000,00						
					Total	9.137.787,26	3.523.456,12				Total	0,00	0,00

Fonte: PROAD/UFSC

Quadro 210 – Recursos pertencentes à UFSC envolvidos nos projetos da Fundação José Arthur Boiteux

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
032813/2011-82	2	105.840,00			2	1.600,00
078110/2013-62	2	280.000,00			9	180.783,68
012646/2014-04	2	74.133,00			4	19.959,74
044827/2011-49	1	354.000,00			15	99.275,00
066431/2013-14	2	1.200.000,00			8	116.600,00
013338/2014-98	2	465.200,00			0	0,00
045868/2012-33	1	982.900,19			3	11.700,00
016500/2014-20	2	75.740,00			7	11.765,00
010943/2013-26	2	96.955,07			1	37.104,00
011402/2014-04	2	229.488,80			0	0,00
046572/2011-59	2	4.733.006,00			10	220.550,00
013223/2014-01	2	186.500,00			0	0,00
027253/2014-97	1	354.024,20			0	0,00
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico						

Fonte: PROAD/UFSC

Relação de coordenadores e bolsitas – Fundação José Arthur Boiteux (FUNJAB):

Processo: 23080.032813/2011-82

Contrato: 174/2011

Coordenador: Débora Perez

Bolsistas:

Pedro Henrique Goulart Cardoso

Daniel Castro Romão

Processo 23080.078110/2013-62

Contrato: 264/2013

Coordenador: Luiz Otávio Pimentel

Bolsistas:

André Olavo Leite

Eleonora Milano Falcão Vieira

Gabriela Natacha Bechara

Liliana Locatelli

Luiz Otávio Pimentel

Suelen Carls

Tassiane Castamann Algayer

Valter Moura do Carmo

Vladimir Arthur Fey

Processo: 23080.012646/2014-04

Contrato: 076/2014

Coordenador: Andréa F. Delgado e Monica Martins Silva

Bolsistas:

Cássila Cavaler Pessoa de Mello

Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Jurama Maria Bergmann Vieira

Tales Hiroshi Medeiros Kamigouchi

Autônomos:

Ana Lucia de Godoy Pinheiro

Jose Rafael Gallotti Mamigonian

Margareth da Cunha Bastos

Processo: 23080.044827/2011-49

Contrato: 079/2013

Coordenador: Luis Carlos Cancellier de Olivo

Bolsistas:

Ana Caroline Fernandes de Souza

Ana Claudia Fernandes de Souza

Gustavo Crepaldi Formanski

Kamilla Lima Viveiros Cardoso

Lara Carolina Magagnin Amarante

Mateus de Oliveira

Autônomos:

Alessandra de Linhares Jacobsen

Ari Dorvalino Schurhaus

Dante Marciano Girardi

Edison Eugenio Vigganigo

Eduardo Lobo

Fabricio Rodrigo Baixo

Flávio da Cruz

Gabriela Gonçalves Silveira Fiates

Luis Carlos Cancellier de Olivo

Luis Moretto Neto

Marcos Baptista Lopez Dalmau

Mauricio Fernandes Pereira

Maurício Roque Serva de Oliveira

Wanderley Horn Hulse

Processo: 23080.066431/2013-14

Contrato: 254/2013

Coordenador: Elza Berger Salema Coelho

Bolsistas:

Carmem Regina Delziovo

Carolina Carvalho Bolsoni

Elza Berger Salema Coelho

Rodrigo Otavio Moretti Pires

Rosangela Leonor Goulart

Sheila Rubia Lindner

Thays Berger Conceição

Walter Ferreira de Oliveira

Autônomos:

Adriano Sachweh

Alexandre Santos e Silva
Andre Almeida
Anne Caroline Luz Grudtner da Silva
Carlos Alberto Severo Garcia Junior
Daniel Cardoso da Costa Lima
Francisco Job Neto
Giselida Garcia da Silva Vieira
Graziela Lengler Michel
Helen Bruggemann Bunn Schmitt
Igor de Oliveira Claber Siqueira
Joao Jair da Silva Romao
Kornelius Hermann Eidam
Luciana Oliveira de Jesus
Luis Guilherme de Mendonca
Marcelo Nogueira Capille
Marcia Regina Luz
Maria Claudia Souza Matias
Nazare Nazario
Nelson Fernando Dutra
Neri Pereira dos Santos Junior
Olivia Zomer dos Santos
Paulo Sergio Trindade
Railander Quintao de Figueiredo
Sheila Rubia Lindner
Soraya Medeiros Falqueiro

Processo 23080.013338/2014-98

Contrato: 129/2014

Coordenador: Luis Carlos Cancellier de Olivo

Processo 23080.045868/2012-33

Contrato: 467/2012

Coordenador: Alexandre Marino

Bolsistas:

Alexandre Marino Costa
Gilberto de Oliveira Moritz
Maurício Fernandes Pereira

Autônomos:

Andrei Aparecido de Albuquerque
Andrew Beheregarai Finger
Antonio Artur de Souza
Antonio Joreci Flores
Carlos Magno Mendes
Cicero Antonio de Oliveira Tredezini
Denise Rauta Buiar
Diana Vaz de Lima
Eduardo Lobo
Eliane Scheidt
Fernando Franco Netto
Fernando Guerra
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Glauco Henrique de Sousa Mendes

Gustavo Costa de Souza
Gustavo Luis Furtado Vicente
Helena da Motta Salles
Helio Lemes Costa Junior
Helio Rosetti Junior
Katianny Gomes Santana Estival
Luiz Antonio Abrantes
Marcio Augusto Goncalves
Marco Aurelio Marques Ferreira
Pedro Caldas Chadarevian
Raphael Jonathas da Costa Lima
Rene Birochi
Samuel Facanha Camara
Teresa Cristina Soares
Tereza de Jesus Ramos Da Silva
CLT:
Janaina Lessei
Marcela Reinhardt de Souza
Morgana Pereira de Souza
Patricia Regina da Costa
Sergio Luiz Meira

Processo 23080.016500/2014-20
Contrato: 075/2014
Coordenador: Edvigis M. Ioris
Bolsistas:
Cristhian Fernando Caje Rodriguez
Débora Caroline dos Santos Guimarães
Débora Fabiana Freire Pereira
Julia Marques Faraco
Luciana de Freitas Silveira
Marcelo Finateli
Thiago Arruda Ribeiro dos Santos

Processo 23080.010943/2013-26
Contrato: 102/2013
Coordenador: Karine de Souza Silva
Bolsistas:
Karine de Souza Silva

Processo 23080.011402/2014-04
Contrato: 224/2014
Coordenador: Miriam Pillar Grossi
Bolsistas: 0

Processo 23080.046572/2011-59
Contrato: 232/2011
Coordenador: Eloise Helena Livramento Dellagnelo
Bolsistas:
Clenia de Mattia
Eloise Helena Livramento Dellagnelo
Felipe Amaral Borges Marcon Perez

Francisca Ester de Sa Marques
Hans Michael Van Bellen
Helena Kuerten de Salles Uglione
Luisa Follador Karan
Marina Coelho Xavier
Rayana de Azevedo Peled
Rebeca de Moraes Ribeiro Barcellos

Autônomos:

Alexandre Augusto Geraldi de Oliveira
Clébio Marques da Silva
Daniela Aparecida Varela
Eugenio Pascele Lacerda
Jose Marcio Pinto de Moura Barros
Lívia Andrade
Romeu Anselmo Pompilio
Rosimeri de Fátima Carvalho Da Silva
Solange Straube Stecz
Valerio Alecio Turnes

Processo 23080.013223/2014-01

Contrato: 195/2014

Coordenador: Luis Carlos Cancellier de Olivo

Processo 23080.027253/2014-97

Contrato: 128/2014

Coordenador: Miriam Pillar Grossi

I. ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O presente Estatuto foi aprovado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1978 - Resolução nº 065/78, e pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, por meio da Portaria nº 56, de 1º de fevereiro de 1982 (Parecer do nº 779/CFE/81).

Alterado pelas Resoluções nºs 030, 031, 032, 040, 053 de 1980; 018 029 e 038 de 1981; 059 de 1983; 039, 105 e 136 de 1984; 107, 129, 131 e 144 de 1985; 082 e 109 de 1986; 009 e 013-A de 1987; 078 de 1988; 045 de 1989; 052 de 1990; 043 de 1991; 081, 082, 095 e 106 de 1993; 48 e 80 de 1994; 011 e 026 de 1995; 032 de 1996; 04 de 1997; 021 de 2002 ; 012 de 2004; 016 de 2008; 012 de 2010 e 20 de 2012.

TÍTULO I

DA UNIVERSIDADE E DOS SEUS FINS

Art. 1º A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 - Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969), é uma instituição de ensino superior e pesquisa, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A Universidade, com autonomia administrativa, didático-científica, gestão financeira e disciplinar, reger-se-á pela legislação federal que lhe for pertinente, pelo presente Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas Resoluções de seus órgãos.

Art. 3º A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

Art. 4º A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber mediante o ensino, publicações ou outras formas de comunicação;

V – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 5º A Universidade Federal de Santa Catarina organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos.

Art. 6º A Universidade estruturar-se-á em Departamentos, coordenados por Unidades.

§ 1º Para os efeitos da Lei e deste Estatuto, as Unidades Universitárias serão os Centros, sendo essa denominação privativa dos referidos órgãos.

§ 2º O ensino, a pesquisa e as atividades de extensão, envolvidos em cada curso ou projeto, desenvolver-se-ão sob a responsabilidade dos Departamentos de um mesmo ou de diferentes Centros, responsáveis pelos respectivos campos de estudos.

Art. 7º A criação de novos Centros ou Departamentos dependerá sempre da amplitude do campo de conhecimentos abrangidos e dos recursos materiais e humanos que devam efetivamente ser utilizados em seu funcionamento, observando o disposto no art. 5º deste Estatuto.

CAPÍTULO II

DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 8º As Unidades Universitárias agruparão o ensino e a pesquisa básica, congregando áreas fundamentais de conhecimento humano. (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004)

Parágrafo único. A Universidade manterá, junto à Unidade Universitária vinculada à área da educação, um Colégio de Aplicação e um Núcleo de Desenvolvimento Infantil, abrangendo níveis de ensino que permitam experimentações, inovações pedagógicas e estágios para os cursos da área educacional. (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004)

Art. 9º As Unidades Universitárias receberão a denominação de Centros quando tratadas de per se e constarão de relação anexa ao Regimento Geral. (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004)

CAPÍTULO III

DAS SUBUNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 10. Os Departamentos, como subunidades universitárias, constituem a menor fração dos Centros, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica, bem como de distribuição de pessoal.

§ 1º Os Departamentos desenvolverão atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de suas áreas específicas.

§ 2º Para que possa ser implantado, o Departamento deverá ter:

- I – no mínimo quinze docentes;
- II – disponibilidade de instalações e equipamentos.

§ 3º Os Departamentos que integram as diversas Unidades Universitárias constam da relação anexa ao Regimento Geral.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Art. 11. Para melhor desempenho de suas atividades, a Universidade disporá, além das Unidades Universitárias referidas no Capítulo II deste Título, de Órgãos Suplementares de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante. (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004)

§ 1º Nos Órgãos Suplementares não haverá lotação de pessoal docente. (Incluído pela Resolução nº 12/CUn/2004)

§ 2º Para fins de ensino, pesquisa e extensão, os Órgãos Suplementares estarão a serviço da Universidade, na forma discriminada pelo Regimento da Reitoria, o qual disciplinará também a sua forma de administração. (Incluído pela Resolução nº 12/CUn/2004)

Art. 12. Os Órgãos Suplementares, cuja relação constará sob a forma de anexo no Regimento Geral, estarão diretamente subordinados ao Reitor. (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004)

Parágrafo único. O Reitor poderá atribuir ao Vice-Reitor e aos Pró-Reitores a subordinação dos Órgãos Suplementares. (Redação dada pela Resolução nº 016/CUn/2008)

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A administração universitária far-se-á em nível superior e em nível de Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares.

Art. 14. A Administração Superior efetivar-se-á por intermédio de: (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004)

- I – Órgãos Deliberativos Centrais:
 - a) Conselho Universitário;
 - b) Câmara de Graduação;
 - c) Câmara de Pós-Graduação;
 - d) Câmara de Pesquisa;
 - e) Câmara de Extensão;
 - f) Conselho de Curadores;
- II – Órgãos Executivos Centrais:
 - a) Reitoria;
 - b) Vice-Reitoria;
 - c) Pró-Reitorias;
 - d) Secretarias.

Art. 15. A administração nas Unidades efetivar-se-á por intermédio de:

- I – Órgãos Deliberativos Setoriais:
 - a) Conselhos das Unidades;
 - b) Departamentos;

- II – Órgãos Executivos Setoriais:
- a) Diretoria de Unidades;
 - b) Chefia de Departamentos.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

SEÇÃO I

Do Conselho Universitário

Art. 16. O Conselho Universitário é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da instituição, e compõe-se:

- I – do Reitor, como Presidente;
- II – do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III – dos Pró-Reitores das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)
- IV – dos Diretores das Unidades Universitárias;
- V – de três representantes da Câmara de Graduação; (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)
- VI – de três representantes da Câmara de Pós-Graduação;
- VII – de três representantes da Câmara de Pesquisa;
- VIII – de três representantes da Câmara de Extensão;
- IX – de um Professor representante de cada Unidade Universitária, eleito pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- X – de um Professor representante dos Professores de Educação Básica da UFSC, eleito pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- XI – de seis representantes dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC, eleitos pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- XII – de seis representantes do Corpo Discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes, para um mandato de um ano, permitida uma recondução;
- XIII – de seis representantes da Comunidade Externa, sendo três indicados, respectivamente, pelas Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, de dois indicados pelas Federações dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina e de um indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Santa Catarina, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Os representantes mencionados nos incisos V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas faltas, impedimentos e vacância.

Art. 17. Compete ao Conselho Universitário:

- I – exercer como órgão deliberativo, consultivo, normativo, a jurisdição superior da Universidade em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- II – julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, quando arguida a infringência à Lei; (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)
- III – reformar o presente Estatuto por três quintos do total de seus membros, submetendo-o à aprovação pelo Órgão competente do Ministério da Educação;

IV – aprovar o Regimento Geral da Universidade e reformá-lo, obedecendo ao *quorum* do inciso III do presente artigo;

V – elaborar e aprovar o seu próprio Regimento;

VI – aprovar o Regimento dos demais órgãos da Administração Superior;

VII – aprovar as normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

VIII – apreciar os planos plurianuais de atividades universitárias, apresentados pelo Reitor;

IX – normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente à escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFSC;

X – apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Conselho;

XI – emitir parecer sobre a prestação anual de contas do Reitor;

XII – apurar a responsabilidade do Reitor quando, por omissão ou tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento de legislação;

XIII – decidir sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de Unidades Universitárias e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino superior isolados, bem como sobre a criação, transformação de regime jurídico ou extinção dos Órgãos Suplementares, na forma da legislação;

XIV – deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas do Reitor ou de outros órgãos ou autoridades universitárias, desde que tomadas por delegação deste;

XV – propor ao Governo Federal, quando apurada a responsabilidade de que trata o inciso XII do presente artigo, em parecer fundamentado e aprovado por três quintos dos seus membros, a destituição do Reitor ou do Vice-Reitor;

XVI – decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer Unidade ou Subunidade, por motivo de infringência da legislação vigente;

XVII – aprovar o Calendário Escolar;

XVIII – apreciar o relatório anual de atividades, apresentado pelo Reitor;

XIX – deliberar sobre a concessão de dignidades universitárias;

XX – deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas no presente Estatuto e no Regimento Geral, bem como sobre questões que neles ou em quaisquer outros regimentos sejam omissas, submetendo a decisão, quando necessário, à homologação do Conselho Nacional de Educação.

SEÇÃO II

Das Câmaras

Art. 18. A Câmara de Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino de Graduação, compõe-se: (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

I – do Pró-Reitor de Graduação, como Presidente;

II – de um terço dos Coordenadores de Curso de Graduação de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como um representante, com um mínimo de um representante por Unidade;

III – de representantes discentes dos Cursos de Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Parágrafo único. Juntamente com os representantes titulares, deverão ser indicados os respectivos suplentes.

Art. 19. Compete à Câmara de Graduação: (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

I – aprovar os Currículos dos Cursos de Graduação;

II – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação;

III – aprovar a criação ou supressão de Cursos de Graduação;

- IV – atuar como instância recursal na área de graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- V – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- VI – aprovar as normas referentes ao Processo Seletivo;
- VII – estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Graduação;
- VIII – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- IX – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- X – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

Art. 20. A Câmara de Pós-Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pós-graduação, compõe-se:

- I – do Pró-Reitor de Pós-Graduação, como Presidente; (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004)
- II – de um terço dos coordenadores de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como um representante, com um mínimo de um representante por Unidade;
- III – de representantes discentes dos Cursos de Pós-Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Art. 21. Compete à Câmara de Pós-Graduação:

- I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação;
- II – aprovar a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, observada a legislação vigente;
- III – atuar como instância recursal na área de pós-graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- IV – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- V – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- VI – estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação;
- VII – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- VIII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

Art. 22. A Câmara de Pesquisa, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pesquisa, compõe-se:

- I – do Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, como presidente; (Redação dada pela Resolução nº 016/CUn/2008)
- II – de um representante dos pesquisadores de cada Unidade, que possua título de doutor há pelo menos cinco anos;
- III – de representantes discentes, bolsistas de pesquisa dos Cursos de Graduação ou Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Art. 23. Compete à Câmara de Pesquisa:

- I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa;
- II – atuar como instância recursal na área de pesquisa, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- III – elaborar e aprovar normas de funcionamento para a Câmara;
- IV – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

- V – estabelecer as políticas de avaliação das atividades de pesquisa;
- VI – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- VII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

Art. 24. A Câmara de Extensão, órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão, compõe-se:

I – do Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, como presidente; (Redação dada pela Resolução nº 016/CUn/2008)

II – de um representante docente de cada Unidade, participante em atividades de extensão;

III – de representantes discentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Art. 25. Compete à Câmara de Extensão:

I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão;

II – atuar como instância recursal na área de extensão, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

III – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;

IV – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

V – estabelecer as políticas de avaliação das atividades de extensão;

VI – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;

VII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

SEÇÃO III

Do Conselho de Curadores

Art. 26. O Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira da Universidade, compõe-se:

I – de quatro membros da carreira do magistério, escolhidos pelo Conselho Universitário, que não o integram, observada a natureza especializada nas matérias de competência do órgão e, sempre que possível, o sistema de rodízio entre as diversas Unidades;

II – de um representante dos empregadores e de um representante dos empregados, indicados em sistema de rodízio pelas respectivas Federações Sindicais que tenham sede em Santa Catarina;

III – de um representante indicado pelo Ministério da Educação, mediante solicitação do Reitor;

IV – de um representante do Corpo Discente;

V – de um representante dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina, eleito por seus pares em eleição direta e secreta.

§ 1º O Presidente do Conselho de Curadores será eleito por seus pares, dentre os representantes a que se refere o inciso I, por maioria de votos, e terá mandato de um ano, podendo ser reconduzido por idêntico período.

§ 2º Será de dois anos o mandato dos representantes referidos nos incisos I, II, III e V e de um ano o do representante referido no inciso IV, admitindo-se, em todos os casos, uma recondução ou reeleição por período idêntico ao primeiro.

§ 3º Caberá ao Diretório Central dos Estudantes indicar a representação estudantil no Conselho de Curadores, obedecidas as normas deste Estatuto e do Regimento Geral.

Art. 27. São atribuições do Conselho de Curadores:

- I – aprovar as normas de seu funcionamento;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária;
- III – aprovar a prestação de contas anual da Universidade;
- IV – aprovar e fiscalizar acordos ou convênios;
- V – aprovar e fiscalizar a incorporação de receitas extraordinárias não previstas no orçamento;
- VI – fixar, por proposta do Reitor, as tabelas de taxas e outros emolumentos devidos à Universidade;
- VII – aprovar a proposta orçamentária e o orçamento analítico da Universidade, acompanhado do respectivo plano de atividade universitária, antes de sua remessa aos órgãos competentes;
- VIII – aprovar a realização de investimento visando à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis à realização dos objetivos da Universidade;
- IX – aprovar a alienação e a transferência de bens da Universidade;
- X – deliberar sobre o veto do Reitor às suas decisões;
- XI – emitir parecer sobre qualquer assunto relativo a patrimônio e finanças, mediante consulta do Reitor.

Art. 28. O Conselho de Curadores poderá designar comissão de especialistas para examinar e dar parecer sobre assuntos de sua competência.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS CENTRAIS

SEÇÃO I

Da Reitoria

Art. 29. A Reitoria será exercida pelo Reitor, eleito nos termos da legislação vigente, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Art. 30. São atribuições do Reitor:

- I – representar a Universidade em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- II – convocar e presidir o Conselho Universitário, cabendo-lhe nas reuniões, também, o voto de qualidade;
- III – promover o planejamento das atividades da Universidade, bem como a elaboração da proposta orçamentária, para exame e aprovação pelos órgãos competentes;
- IV – conferir graus e assinar diplomas relativos aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- V – administrar as finanças da Universidade, de conformidade com o orçamento;
- VI – praticar atos pertinentes ao provimento, afastamento temporário e vacância dos cargos do pessoal da Universidade;
- VII – firmar acordos e convênios entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas nacionais, estrangeiras ou internacionais, depois de aprovados pelos órgãos competentes;
- VIII – exercer o poder disciplinar na jurisdição da Universidade;
- IX – dar posse aos Diretores das Unidades;
- X – propor ao Conselho Universitário a criação, a modificação do regime jurídico ou a extinção de Órgãos Suplementares;
- XI – submeter ao Conselho de Curadores a prestação de contas anual da Universidade;
- XII – vetar deliberações dos Conselhos Universitário, de Curadores e das Câmaras;

- XIII – delegar competência como instrumento de descentralização administrativa;
- XIV – baixar resoluções e portarias decorrentes das decisões dos Conselhos Universitário e de Curadores;
- XV – apresentar ao Conselho Universitário, no início de cada ano, relatório das atividades da Universidade relativas ao ano anterior;
- XVI – conceder o título de Livre-Docente aos candidatos devidamente habilitados;
- XVII – decidir, em casos de urgência, sobre matéria de competência de quaisquer órgãos da Universidade, *ad referendum* do Conselho Universitário;
- XVIII – intervir nos Departamentos, *ad referendum* do Conselho Universitário, nomeando Chefe *pro tempore*, sempre que motivos de interesse da Universidade justificarem tal procedimento.

§ 1º Efetivada a intervenção, na forma autorizada pelo inciso XVIII, no prazo de dez dias será convocado o Conselho Universitário para apreciar o ato, podendo rejeitá-lo por três quintos de seus membros.

§ 2º Cessados os motivos que justificaram a medida, o Reitor poderá suspender a intervenção.

I – convocar, por sua iniciativa ou por solicitação do Conselho Universitário ou das Câmaras, reuniões de duas ou mais Câmaras, para tratar de assuntos relevantes de ensino, pesquisa e extensão;

II – exercer outras atribuições inerentes à sua competência geral.

Art. 31. Para o melhor desempenho de suas atividades, o Reitor poderá constituir assessorias especiais.

Art. 32. Das decisões do Reitor caberá recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento Geral.

Art. 33. O veto do Reitor às deliberações dos órgãos mencionados no inciso XII do art. 22 deverá ser exercido até dez dias após a sessão respectiva.

§ 1º Vetada a deliberação do Conselho Universitário, este será convocado pelo Reitor, para, dentro de dez dias, tomar conhecimento e decidir sobre as razões do veto.

§ 2º Quando se tratar de veto a deliberações do Conselho de Curadores ou das Câmaras, o Reitor comunicará aos respectivos Presidentes, para que os convoquem, no prazo de dez dias, para tomar conhecimento e decidir sobre as razões do veto.

§ 3º A rejeição do veto por três quintos dos membros do respectivo Conselho importará na aprovação definitiva da deliberação.

§ 4º Não cabe veto às decisões do Conselho de Curadores, contrárias à aprovação de prestação de contas.

Art. 34. O Reitor exercerá o cargo em regime de dedicação exclusiva.

SEÇÃO II

Da Vice-Reitoria

Art. 35. A Vice-Reitoria será exercida pelo Vice-Reitor, eleito nos termos da legislação vigente, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Art. 36. O Vice-Reitor, além das atribuições estatutárias e regimentais, será o substituto do Reitor nas suas faltas e impedimentos.

§ 1º O Vice-Reitor terá atribuições permanentes no âmbito da Administração Superior da Universidade, definidas pelo Reitor, bem como atribuições delegadas.

§ 2º O Vice-Reitor exercerá o cargo em regime de dedicação exclusiva.

SEÇÃO III

Das Pró-Reitorias

Art. 37. Para auxiliar o Reitor no exercício de suas tarefas executivas, poderão ser criadas Pró-Reitorias e Secretarias, observadas as áreas de atuação afetas às atividades-fim e às atividades-meio. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

§ 1º As relações das Pró-Reitorias e das Secretarias constarão em forma de anexo do Regimento Geral, e as suas atribuições serão definidas no Regimento da Reitoria. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

§ 2º As referidas Pró-Reitorias e Secretarias serão compostas por um titular e um adjunto. (Incluído pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

Art. 38. A nomeação dos Pró-Reitores e dos Secretários competirá ao Reitor e será homologada pelo Conselho Universitário. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

Parágrafo único. As Pró-Reitorias e as Secretarias vinculadas às atividades-fim da Universidade terão os seus titulares escolhidos dentre os integrantes da carreira do magistério superior, facultando-se, no caso das Pró-Reitorias afetas às atividades-meio, a escolha de seus titulares dentre os servidores que integram o corpo técnico-administrativo. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

Art. 39. Os Pró-Reitores e os Secretários, quando integrantes do Corpo Docente, ficarão desobrigados de suas atividades didáticas e exercerão seus cargos em regime de tempo integral e, facultativamente, de dedicação exclusiva. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

Art. 40. Nas faltas e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida por um dos Pró-Reitores ou Secretários, para tal fim especialmente designado. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

Art. 41. O Reitor delegará aos Pró-Reitores e aos Secretários atribuições concernentes às respectivas áreas de atuação, cabendo a estes, ainda, aquelas definidas neste Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos dos Órgãos de Administração Superior da Universidade. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

SEÇÃO IV

Disposições Comuns

Art. 42. No caso de vacância dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, serão organizadas novas eleições no prazo máximo de sessenta dias após a abertura da vaga, e os mandatos dos dirigentes que vierem a ser nomeados será de quatro anos.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SETORIAIS

SEÇÃO I

Do Conselho da Unidade

Art. 43. O Conselho da Unidade é o órgão máximo deliberativo e consultivo da administração das Unidades Universitárias.

Art. 44. Das decisões do Conselho da Unidade caberá recurso às Câmaras respectivas, na forma estabelecida pelo Regimento Geral.

Art. 45. O Conselho da Unidade é composto:

- I – do Diretor da Unidade, como Presidente;
- II – do Vice-Diretor da Unidade, como Vice-Presidente;
- III – dos Chefes dos Departamentos vinculados à Unidade;
- IV – dos Coordenadores de Cursos de Graduação vinculados à Unidade;
- V – dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação vinculados à Unidade;
- VI – de representantes do Corpo Discente, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes deste Conselho, para um mandato de um ano, permitida uma recondução;
- VII – de representante dos Servidores Técnico-Administrativos, lotados na respectiva Unidade, eleito por seus pares em eleição direta, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- VIII – dos representantes da Unidade nas Câmaras de Pesquisa e de Extensão;
- IX – dos representantes da Unidade no Conselho Universitário.

§ 1º Os representantes mencionados nos incisos VI e VII terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas suas faltas, impedimentos e vacância.

§ 2º É facultada a inclusão de outros membros nos Conselhos de Unidades, de acordo com critérios definidos nos Regimentos das respectivas Unidades.

Art. 46. Compete ao Conselho da Unidade:

- I – desempenhar as atribuições estabelecidas em lei e as que forem definidas no Regimento Geral da Universidade e no Regimento da Unidade;
- II – opinar sobre a destituição de Chefe ou Subchefe de Departamento.

Parágrafo único. O exercício da competência estabelecida no inciso II deste artigo dependerá de representação, devidamente justificada, que, encaminhada pelo Diretor da Unidade ao Reitor, será por este submetida à decisão do Conselho Universitário.

SEÇÃO II

Dos Departamentos

Art. 47. O Departamento, como menor fração de Unidade Universitária, será organizado na forma prevista no art. 10 deste Estatuto.

§ 1º Ao Departamento compete elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes nele lotados e praticar todos os atos que lhe são inerentes.

§ 2º O conjunto de disciplinas afins, que não reúna o número de docentes necessários à formação de um Departamento, deverá ser distribuído, respeitado o critério de afinidade, entre os já existentes.

§ 3º A representação estudantil no Departamento será determinada pelo Regimento da Unidade.

§ 4º Os Regimentos das Unidades Universitárias disporão sobre a competência e normas de funcionamento dos Departamentos.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS SETORIAIS

SEÇÃO I

Da Diretoria das Unidades

Art. 48. A Diretoria da Unidade será exercida por um Diretor que, como órgão executivo, dirige, coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Unidade.

Parágrafo único. Em cada Unidade, haverá um Vice-Diretor que substituirá o Diretor nas suas faltas e impedimentos e ao qual serão delegadas atribuições administrativas de caráter permanente.

Art. 49. O Diretor e o Vice-Diretor serão eleitos, nos termos da legislação vigente, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Em caso de vacância do cargo de Diretor ou Vice-Diretor, serão organizadas novas eleições no prazo máximo de sessenta dias após a abertura da vaga, e os mandatos dos dirigentes que vierem a ser nomeados será de quatro anos.

Art. 50. O Diretor e o Vice-Diretor exercerão suas funções, obrigatoriamente, em regime de dedicação exclusiva, podendo ambos eximir-se do exercício do magistério, sem prejuízo de quaisquer direitos e vantagens.

SEÇÃO II

Das Chefias de Departamentos

Art. 51. Cada Departamento terá um Chefe e um Subchefe eleitos pelos membros do Colegiado do Departamento, por meio do voto direto e secreto, dentre os professores adjuntos e titulares, integrantes da carreira do magistério, com mais de dois anos na UFSC, designados pelo Reitor para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1º As eleições deverão ser realizadas, pelo menos trinta dias antes do término do mandato dos dirigentes referidos neste artigo, e serão convocadas pelo Diretor da Unidade.

§ 2º O resultado das eleições, de que trata este artigo, será comunicado ao Reitor, pelo Diretor da Unidade, no máximo, até dez dias após o pleito.

§ 3º As atribuições do Chefe e do Subchefe constarão do Regimento Geral.

§ 4º As Chefias de Departamentos serão exercidas por Professores com regime de dedicação exclusiva e, facultativamente, de tempo integral.

TÍTULO IV

DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAPÍTULO I

DO REGIME DIDÁTICO

Art. 52. O acesso aos Cursos de Graduação da Universidade será feito mediante Processo Seletivo, cabendo à Câmara de Ensino de Graduação, ouvidas as Unidades Universitárias, fixar o número de vagas para a matrícula inicial nos diversos cursos.

§ 1º O Processo Seletivo será unificado e obedecerá às normas gerais fixadas pelo Regimento Geral e complementares estabelecidas pelo Conselho Universitário.

§ 2º Os candidatos classificados no Processo Seletivo deverão matricular-se no conjunto de disciplinas que compõem o primeiro período do currículo do curso.

Art. 53. A matrícula nos Cursos de Graduação será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 54. A matrícula nos Cursos de Pós-Graduação será regulamentada pela Câmara de Pós-Graduação.

Art. 55. O Conselho Universitário e as Câmaras fixarão as normas complementares sobre a forma de execução dos currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, a

verificação do rendimento escolar e os critérios para transferência de alunos, inclusive de países estrangeiros, obedecida a legislação federal pertinente.

CAPÍTULO II

DOS CURSOS

Art. 56. A Universidade oferecerá, entre outras, as seguintes modalidades de Cursos:

- I – de Graduação;
- II – de Pós-Graduação;
- III – de especialização e aperfeiçoamento;
- IV – de atualização;
- V – de extensão;
- VI – sequenciais.

Art. 57. Na organização dos Cursos de Graduação serão observadas as seguintes normas fundamentais:

- I – matrícula por disciplina ou bloco de disciplinas;
- II – coordenação curricular por meio de pré-requisitos, quando didaticamente recomendável;
- III – controle e integralização curricular mediante carga horária semestral.

Art. 58. Os Cursos de Graduação serão vinculados às Unidades com que tenham mais afinidades e terão por objetivo proporcionar formação de nível superior, de natureza acadêmica ou profissional, que habilite à obtenção de grau universitário, e serão abertos à matrícula de candidatos que tenham obtido certificado de 2º Grau e que tenham sido classificados no Processo Seletivo.

Art. 59. Os Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* serão vinculados às Unidades com que tenham mais afinidades e terão por finalidade desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos Cursos de Graduação, conduzindo aos graus de mestre e de doutor.

Art. 60. Os Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento, promovidos pela Universidade em pós-graduação, terão por objetivo desenvolver e aprofundar setores limitados de conhecimento ou técnicas correspondentes a Cursos de Graduação e melhorar os conhecimentos já adquiridos, respectivamente.

Art. 61. Os Cursos de Atualização terão por objetivo renovar os conhecimentos adquiridos nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação na linha da educação permanente, podendo ser abertos a estudantes e graduados.

Art. 62. Os Cursos de Extensão terão por objetivo difundir a cultura, conhecimentos e técnicas de trabalho à Comunidade.

Art. 63. A frequência de docentes e alunos aos cursos ministrados pela Universidade obedecerá às disposições legais e regulamentares e às normas especiais baixadas pelo Conselho Universitário.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO DIDÁTICA DOS CURSOS

Art. 64. Cada Curso de Graduação e Pós-Graduação terá um Colegiado responsável pela coordenação didática e a integração de estudos.

§ 1º A Presidência e a Vice-Presidência dos Colegiados dos Cursos de Graduação serão exercidas pelos respectivos Coordenadores e Subcoordenadores, eleitos na forma estabelecida no Regulamento dos Cursos de Graduação.

§ 2º A Presidência e a Vice-Presidência dos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação serão exercidas pelos respectivos Coordenadores e Subcoordenadores, eleitos de acordo com o seu Regimento.

CAPÍTULO IV **DAS DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

Art. 65. A Universidade expedirá títulos de “Doutor Honoris Causa” e “Professor Honoris Causa”, para distinguir profissionais de altos méritos e personalidades eminentes.

§ 1º A Universidade, além das dignidades universitárias citadas, poderá conceder ainda as seguintes:

I – “Professor Emérito” - a membro de pessoal docente aposentado, pelos altos méritos profissionais ou por relevantes serviços prestados à Instituição;

II – “Benemérito da Universidade” - a pessoas ou entidades que façam à Universidade doação de alto valor ou a ela prestem serviços considerados de alta e inestimável relevância;

III – “Mérito Cultural” - a personalidades nacionais ou estrangeiras que se destaquem por relevantes atividades ou trabalhos prestados ao desenvolvimento da cultura em qualquer das suas áreas;

IV – “Mérito Universitário” - a personalidades nacionais ou estrangeiras, cuja contribuição ao ensino, pesquisa, extensão ou à causa universitária seja considerada de alta valia à coletividade ou à Instituição;

V – “Mérito Estudantil” - ao estudante da Universidade que obtiver o melhor desempenho no seu Curso.

§ 2º A concessão de quaisquer dignidades universitárias, exceto a de “Mérito Estudantil”, far-se-á mediante proposta do Reitor ao Conselho Universitário, devidamente instruída com o curriculum vitae da personalidade a ser agraciada, ou da relevância dos serviços prestados quando se tratar de entidades, dependendo de aprovação em votação secreta, de três quintos de seus membros.

§ 3º As dignidades universitárias serão concretizadas em diplomas e medalhas a serem entregues à personalidade ou entidade homenageada, em sessão solene presidida pelo Reitor e realizada na Universidade.

§ 4º A de “Mérito Estudantil”, concedida segundo normas do Conselho Universitário, constará de certificado e medalha, também entregues na sessão solene de colação de grau do formando.

Art. 66. Aos estudantes que venham a concluir Cursos de Graduação ou de Pós-Graduação, a Universidade outorgará os graus a que tenham direito e expedirá os correspondentes diplomas e certificados, que serão assinados pelo Reitor.

Art. 67. Aos que concluírem Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento, a Universidade expedirá os correspondentes certificados, assinados pelo Coordenador, pelo Chefe do Departamento predominante em cada Curso e pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.

Parágrafo único. Os certificados dos Cursos de Atualização e Extensão serão assinados pelos respectivos Coordenadores e pelo Pró-Reitor responsável pela extensão. (Redação dada pela Resolução nº 016/CUn/2008)

Art. 68. A Universidade promoverá a revalidação de diplomas estrangeiros, bem como a validação de estudos ou seu aproveitamento de um para outro Curso, quando idêntico ou semelhante.

Parágrafo único. A revalidação de diplomas e validação ou aproveitamento de estudos, assim como as adaptações em caso de transferência, far-se-ão de acordo com os critérios fixados pelas respectivas Câmaras, obedecida a legislação pertinente.

TÍTULO V

DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Art. 69. A Comunidade Universitária é constituída pelos Corpos Docente, Discente e Técnico-Administrativo, diversificados em suas atribuições e unificados em seus objetivos.

CAPÍTULO I

DOS DOCENTES INTEGRANTES DA CARREIRA

Art. 70. O Corpo Docente da Universidade será integrado por todos que exerçam, em nível superior, atividades de magistério, assim compreendidas como:

I – as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação, ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão de saber;

II – as que estendam à Comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;

III – as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na UFSC ou em órgão do Ministério da Educação.

Parágrafo único. São privativas dos integrantes da carreira do magistério superior as funções de administração universitária afetas a atividades-fim, facultando-se, quanto às atividades-meio, a escolha dentre os servidores do corpo técnico-administrativo. (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004).

Art. 71. Constituem o Corpo Docente da UFSC os integrantes da carreira do magistério e os professores visitantes.

Art. 72. A carreira do magistério será integrada pelas seguintes classes:

I – Professor Titular;

II – Professor Adjunto;

III – Professor Assistente;

IV – Professor Auxiliar.

Parágrafo único. Cada classe, exceto a do Titular, compreenderá quatro referências, numeradas de 1 a 4.

Art. 73. Os cargos do pessoal docente não se vinculam a campos específicos de conhecimento.

Art. 74. O provimento dos cargos integrantes da carreira do magistério far-se-á de acordo com a lei e as normas fixadas pelo Regimento Geral.

Art. 75. O regime de trabalho do pessoal docente será fixado em função das horas semanais de trabalho, com ou sem dedicação exclusiva.

Parágrafo único. Incluem-se nas horas de trabalho a que estejam obrigados os docentes as atividades previstas nos incisos I e II do art. 62, de acordo com os planos dos Departamentos, assim como as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na Universidade ou em órgãos do Ministério da Educação.

CAPÍTULO II

DOS DOCENTES NÃO INTEGRANTES DA CARREIRA

Art. 76. A Universidade poderá contratar Professor Visitante, na conformidade da legislação pertinente.

Parágrafo único. O Professor Visitante será pessoa de renome, admitido de acordo com normas específicas fixadas pelo Conselho Universitário, para atender a programa especial de ensino ou pesquisa.

CAPÍTULO III

DO CORPO DISCENTE

Art. 77. O Corpo Discente da Universidade é constituído pelos alunos regularmente matriculados em seus diferentes cursos.

Art. 78. Os alunos da Universidade distribuir-se-ão pelas categorias de regulares e não regulares.

§ 1º Alunos regulares são os que se matricularem em Curso de Graduação e Pós-Graduação, com observância dos requisitos necessários à obtenção dos correspondentes diplomas.

§ 2º Alunos não regulares são os que se matricularem em Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e outros mantidos pela Universidade.

§ 3º Consideram-se também regulares os alunos matriculados nos Cursos de Ensino Fundamental e Médio, mantidos pela Universidade.

Art. 79. Aos estudantes carentes de recursos financeiros será concedida isenção de taxas de matrícula, mediante a devida comprovação de carência.

Parágrafo único. Observada a legislação vigente, a Universidade poderá conceder bolsas aos estudantes de graduação, podendo exigir, em contrapartida, a prestação de serviços à Universidade, de acordo com normas fixadas pelo Conselho Universitário.

Art. 80. As funções de monitor serão exercidas por alunos de Cursos de Graduação e Pós-Graduação que se submeterem a provas específicas e nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina, na forma do Regimento Geral.

Parágrafo único. O exercício das funções de monitor implica a concessão de bolsa de estudo, conforme disciplinar a Reitoria, não constituindo vínculo empregatício, mas valendo como título para posterior ingresso no Corpo Docente da Universidade.

Art. 81. O Diretório Central dos Estudantes será o órgão que congregará os membros do Corpo Discente da Universidade.

Parágrafo único. Os Centros ou Diretórios Acadêmicos são as entidades representativas dos estudantes de nível superior da UFSC.

CAPÍTULO IV

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 82. O Corpo Técnico-Administrativo compreende o pessoal ocupante de cargos de nível superior, nível médio e de nível de apoio.

Art. 83. As atribuições inerentes aos cargos técnico-administrativos são as estabelecidas no respectivo Plano de Cargos e Salários, previsto na legislação pertinente.

Parágrafo único. Caberá ao Reitor determinar a lotação do pessoal técnico-administrativo para atender às necessidades dos serviços e garantir o funcionamento da Universidade.

TÍTULO VI **DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS E DO REGIME FINANCEIRO DA** **UNIVERSIDADE**

CAPÍTULO I **DO PATRIMÔNIO**

Art. 84. O patrimônio é constituído:

- I – pelos bens móveis, imóveis, instalações, títulos e direitos da Universidade;
- II – pelos bens e direitos que lhe forem incorporados em virtude da Lei, ou que a Universidade aceitar oriundos de doações ou legados;
- III – pelos bens e direitos que a Universidade adquirir;
- IV – pelo superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- V – pelos bens relacionados na Lei nº 7.664, de 20 de janeiro de 1961, e no Decreto nº 2.297, de 26 de janeiro de 1961, do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial respectivo, em 30 de janeiro de 1961;
- VI – pelos direitos de propriedade intelectual. (Incluído pela Resolução nº 12/CUn/2010)

Parágrafo único. A Universidade poderá licenciar ou ceder os seus direitos de propriedade intelectual. (Incluído pela Resolução nº 12/CUn/2010)

Art. 85. Os bens e direitos pertencentes à Universidade somente poderão ser utilizados para realização de seus objetivos.

Parágrafo único. A Universidade poderá, entretanto, fazer investimentos visando à valorização patrimonial e à obtenção de renda aplicáveis à realização dos objetivos, ouvido o Conselho de Curadores.

CAPÍTULO II **DOS RECURSOS**

Art. 86. Os recursos da Universidade serão provenientes de:

- I – dotações que, a qualquer título, lhe forem atribuídas nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;
- II – doações e contribuições, a título de subvenção, concedidas por autarquias ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;
- III – rendas de aplicação de bens e valores;
- IV – retribuição de atividades remuneradas;
- V – taxas e emolumentos;
- VI – rendas eventuais.
- VII – royalties, participações e transferência de tecnologia ou propriedade intelectual. (Incluído pela Resolução nº 12/CUn/2010)

Art. 87. A Universidade poderá receber doações ou legados, com ou sem encargos, inclusive para a ampliação de instalações ou custeio de determinados serviços.

§ 1º A Universidade somente poderá receber legados ou doações com encargos, desde que estejam compreendidos dentro de suas finalidades, e possam ser cobertos financeiramente pelos bens recebidos ou por recursos do orçamento.

§ 2º Os processos que tratam de doações e legados deverão ser apreciados pelos setores envolvidos e aprovados pelo Conselho de Curadores.

§ 3º A critério do Reitor, os processos poderão ser submetidos à homologação do Conselho Universitário.

Art. 88. O exercício financeiro da Universidade coincide com o ano civil.

Art. 89. A proposta orçamentária da Universidade compreenderá a receita e a despesa e, depois de aprovada pelo Conselho de Curadores, será remetida aos órgãos competentes.

Art. 90. De acordo com o valor das dotações globais que o orçamento geral da União consignar para a manutenção da Universidade, a Reitoria promoverá a organização do orçamento analítico que deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Curadores.

Art. 91. É vedada a retenção de renda para qualquer aplicação por parte das Unidades, devendo o produto de toda a arrecadação ser recolhido à conta única do Tesouro Nacional e escriturado na receita geral.

Art. 92. A escrituração da receita, despesa e patrimônio será centralizada na Reitoria.

Art. 93. A comprovação dos gastos far-se-á nos termos da legislação vigente, obrigados os depósitos em espécie em estabelecimentos de créditos oficiais federais, consoante determinações, cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 94. O Regimento Geral e o das Unidades Universitárias disporão sobre o regime disciplinar a que ficarão sujeitos os Corpos Docente, Discente e Técnico-Administrativo.

Art. 95. No início de cada ano, em prazo fixado pelo Regimento Geral, o Diretor de cada Unidade apresentará ao Reitor relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no ano anterior, com sugestões para sua melhoria no exercício em curso.

Art. 96. O Conselho Universitário, por três quintos de seus membros, poderá conceder agregação a estabelecimentos de ensino superior, localizados no Estado de Santa Catarina, legalmente reconhecidos, que atuem em setores de estudos, sem equivalentes na Universidade, observadas as seguintes prescrições:

I – a agregação será feita por convênio, a requerimento da parte interessada, com objetivos de colaboração em atividades de ensino, pesquisa e extensão, não implicando, necessariamente, ônus financeiro para a Universidade;

II – o estabelecimento conservará a sua denominação, à qual será acrescida a condição de agregado à Universidade;

III – poderá ser rescindida a agregação, por iniciativa da Universidade ou da entidade mantenedora do estabelecimento agregado, dependendo, na primeira hipótese, da aprovação do Conselho Universitário pela maioria de votos de seus membros.

Parágrafo único. Serão mantidos os convênios de agregação em vigor na data da aprovação do presente Estatuto.

Art. 97. Não se aplica aos atuais Departamentos o disposto no art. 10, § 2º, inciso I deste Estatuto.

Art. 98. As resoluções decorrentes de deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que não contrariam disposições do presente Estatuto permanecem em vigor. (Redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004)

Art. 99. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua publicação, após aprovação pelo órgão competente do MEC.

Art. 100. Revogam-se as disposições em contrário.

II. REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

REGIMENTO GERAL

GABINETE DO MINISTRO

PROCESSO MEC Nº 200.711/82; CFE Nº 2.589/79

Nos termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, HOMOLOGO o Parecer nº 794/81 do Conselho Federal de Educação, favorável à aprovação do Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina.

Brasília, em 28 de janeiro de 1982.

Rubem Ludwig

Publicado no Diário Oficial da União em 28/2/1982. Aprovado pelo Conselho Universitário em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1978 - Resolução nº 065/78. Alterado pelas Resoluções nºs 030, 040, 053 de 1980; 029 de 1981; 027 e 109 de 1986; 013-A e 094 de 1987; 045 de 1988; 052 de 1990; 023 e 117 de 1991; 151 de 1992; 66 de 1994; 22 e 26 de 1995; 033 de 1996 e 20 de 2012.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O presente Regimento Geral disciplina as atividades comuns aos vários órgãos integrantes da estrutura e da administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nos planos didático, científico, administrativo e disciplinar.

Parágrafo único. Os Órgãos Deliberativos e Executivos Centrais e Setoriais, as Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares terão Regimento próprio, respeitadas as disposições constantes da legislação federal aplicável, do Estatuto e deste Regimento Geral.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS CENTRAIS E SETORIAIS

CAPÍTULO I

DO FUNCIONAMENTO

Art. 2º Ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e neste Regimento Geral, os Órgãos Colegiados da Universidade funcionarão com a presença da maioria de seus membros.

Art. 3º As reuniões dos Órgãos Deliberativos serão convocadas por escrito ou por meio eletrônico pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou atendendo a pedido de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se o assunto que deve ser tratado, salvo se for considerado secreto, a juízo do Presidente.

Parágrafo único. Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido, e a indicação de pauta poderá ser omitida, quando ocorrerem motivos excepcionais a serem justificados no início da reunião.

Art. 4º O comparecimento às reuniões dos Órgãos Deliberativos é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade administrativa, de ensino, pesquisa ou extensão na Universidade.

Parágrafo único. Perderá o mandato aquele que, sem causa justificada, faltar a mais de três reuniões consecutivas ou a seis alternadas do Colegiado, ou tiver sofrido penalidade por infração incompatível com a dignidade da vida universitária.

Art. 5º Na falta ou impedimento do Presidente ou de seu substituto legal, a Presidência será exercida:

I – no Conselho Universitário, pelo Pró-Reitor mais antigo no magistério da Universidade ou, em igualdade de condições, pelo mais idoso;

II – nos demais Órgãos Colegiados, pelo membro mais antigo no magistério da Universidade, observado o disposto no inciso I, no caso de igualdade de condições.

§ 1º Na ausência simultânea dos Pró-Reitores mencionados no inciso I deste artigo, observar-se-á o disposto no inciso II.

§ 2º Sempre que esteja presente à reunião de qualquer Colegiado da Universidade, o Reitor assumirá a presidência dos trabalhos.

Art. 6º As reuniões compreenderão uma parte de expediente, destinada à discussão e aprovação da ata e a comunicações, e outra, à ordem do dia, na qual serão considerados os assuntos da pauta.

§ 1º Mediante consulta ao plenário, por iniciativa própria ou a requerimento, poderá o Presidente inverter a ordem dos trabalhos ou suspender a parte de comunicações, bem como dar preferência ou atribuir urgência a determinados assuntos, dentre os constantes da pauta.

§ 2º O regime de urgência impedirá a concessão de vista, a não ser exame do processo no recinto do plenário e no decorrer da própria reunião.

Art. 7º Para cada assunto constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de votação, procedendo-se, em ambas, de acordo com a praxe seguida na condução dos trabalhos dos Órgãos Deliberativos.

Art. 8º As decisões dos Órgãos Deliberativos serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvadas as disposições em contrário.

§ 1º A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida nem esteja expressamente prevista.

§ 2º Além do voto comum, terão os Presidentes dos Órgãos Deliberativos, nos casos de empate, o voto de qualidade.

§ 3º Excetuada a hipótese do § 2º, os membros dos Colegiados terão direito apenas a um voto nas deliberações, mesmo quando a eles pertencam sob dupla condição.

§ 4º Nenhum membro de Órgão Deliberativo poderá votar nas deliberações que, diretamente, digam respeito a seus interesses particulares, de seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais, estes até o 3º grau.

§ 5º Ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro dos Órgãos Deliberativos poderá recusar-se a votar.

Art. 9º De cada reunião lavrar-se-á ata, assinada pelo Secretário, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo Presidente e demais membros presentes.

Art. 10. Além de aprovação, autorização, homologação, despachos e comunicações de secretaria, as decisões dos Órgãos Deliberativos terão a forma de resoluções baixadas pelos seus Presidentes.

Art. 11. O Reitor poderá vetar resoluções dos Órgãos Deliberativos Centrais, na forma estabelecida no art. 29 do Estatuto.

Art. 12. Haverá uma Secretaria para cada um dos Órgãos Deliberativos Centrais, com atribuições definidas nos respectivos Regimentos.

CAPÍTULO II **DAS ELEIÇÕES**

Art. 13. As eleições serão anunciadas e convocadas, nos Órgãos Deliberativos Centrais, pelo Reitor e, nos de âmbito das Unidades, pelo Diretor, com antecedência mínima de quinze dias, por meio de edital.

§ 1º Todas as eleições serão feitas por escrutínio secreto.

§ 2º Nas eleições para organização de listas de nomes, cada eleitor votará nos nomes necessários para a sua composição, mediante votação uninominal.

§ 3º Só integrarão listas aqueles candidatos que declararem expressamente que, se escolhidos, aceitarão a investidura.

§ 4º Será considerado eleito ou indicado, em cada escrutínio, para compor a lista, o candidato que obtiver maioria simples de votos dos membros do Colegiado presentes à reunião.

§ 5º Serão realizados tantos escrutínios sucessivos quantos forem necessários ao atendimento do disposto no § 4º, dos quais participarão apenas os dois candidatos mais votados, respeitadas as condições de desempate estabelecidas no art. 19 deste Regimento.

§ 6º As listas de nomes, em ordem alfabética, serão encaminhadas às autoridades competentes pelo menos trinta dias antes de extinto o mandato do titular em exercício, ou, em caso de morte, renúncia ou aposentadoria, dentro dos trinta dias subsequentes à vaga.

§ 7º As eleições dos representantes dos Servidores Técnico-Administrativos serão anunciadas e convocadas, por meio de edital, com antecedência mínima de quinze dias, pelo Reitor, para os Conselhos Universitário e de Curadores e pelo Diretor da Unidade respectiva, para o Conselho da Unidade.

Art. 14. A apuração das eleições far-se-á por uma comissão escrutinadora, composta de três membros, indicados na oportunidade pelo Presidente da reunião.

Art. 15. Das reuniões destinadas à realização de eleições ou organização de listas, lavrar-se-ão atas sucintas, assinadas pelos presentes, com a indicação individualizada dos resultados obtidos.

Art. 16. Dos resultados registrados nas atas, que serão divulgados logo após a reunião, caberá recurso, dentro do prazo de quarenta e oito horas, sob estrita arguição de ilegalidade, para o Órgão Deliberativo imediatamente superior, na forma do disposto neste Regimento Geral.

Art. 17. Não serão admitidos votos cumulativos nem por procuração.

Art. 18. Nas eleições de representantes em Órgãos Deliberativos, juntamente com os titulares serão eleitos seus suplentes com mandato ao deles vinculado.

Art. 19. Nas eleições de que participarem, como candidatos, elementos do Corpo Docente da Universidade, sempre que houver empate, considerar-se-á eleito o mais antigo no exercício do magistério na Universidade e, no caso de persistir o empate, o mais idoso.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 20. Das decisões caberá pedido de reconsideração à própria autoridade ou Órgão, ou apresentação de recurso à instância imediatamente superior, na forma seguinte:

- I – do Chefe do Departamento ao Departamento;
- II – do Presidente do Colegiado de Curso ao Colegiado de Curso;
- III – do Departamento e do Colegiado do Curso ao Conselho da Unidade;
- IV – do Diretor da Unidade ao Conselho da Unidade;
- V – do Conselho da Unidade às Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, conforme a natureza da matéria, de processos originários do referido Conselho;
- VI – das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão ao Conselho Universitário, de processos originários nas referidas Câmaras;
- VII – do Reitor ao Conselho Universitário;
- VIII – do Conselho Universitário ao Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo único. Os recursos previstos nos incisos V, VI e VIII somente serão admitidos nos casos de arguição de ilegalidade.

Art. 21. Será de dez dias o prazo para a interposição dos recursos previstos, contado da data da ciência pelo interessado do teor da decisão.

Art. 22. O recurso será interposto perante a autoridade ou órgão recorrido, que deverá encaminhá-lo à instância superior dentro do prazo de três dias úteis, a contar do recebimento.

§ 1º O recurso não terá efeito suspensivo, salvo se, da execução imediata do ato ou decisão recorridos, puder resultar sua ineficácia, com prejuízo irreparável para o recorrente, no caso de seu provimento.

§ 2º A autoridade declarará, para os fins do parágrafo anterior, o efeito com que receberá o recurso.

§ 3º Esgotado o prazo referido neste artigo, bem como remessa do recurso ao Órgão recorrido, caberá ao interessado o direito de interposição direta.

Art. 23. Os recursos deverão ser decididos no prazo de trinta dias.

Parágrafo único. Os Órgãos Colegiados deverão ser convocados, pelo respectivo Presidente, para deliberar sobre o recurso, de modo que não se ultrapasse o prazo deste artigo.

Art. 24. Julgado o recurso, será o processo devolvido à autoridade ou órgão recorrido para o cumprimento da decisão proferida.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS SETORIAIS

SEÇÃO I

Do Conselho da Unidade

Art. 25. Compete ao Conselho da Unidade:

- I – estabelecer as políticas de ensino, pesquisa e de extensão da Unidade;
- II – exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a jurisdição superior da Unidade;
- III – conhecer e deliberar sobre assuntos de natureza técnica, administrativa e funcional;
- IV – elaborar o Regimento da Unidade ou suas modificações e submetê-lo ao Conselho Universitário;
- V – emitir parecer sobre a criação e supressão de Cursos de Graduação e Pós-Graduação; normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente a escolha do Diretor e do Vice-Diretor da Unidade;
- VI – julgar sobre atos e procedimentos de membros do magistério, propondo, quando for o caso, ao Órgão Superior, a adoção de medidas punitivas cabíveis;
- VII – decidir, em primeira instância, sobre penas previstas no Regimento Geral;
- VIII – rever, em grau de recurso, as decisões dos Departamentos, Colegiados dos Cursos de Graduação e dos Colegiados dos Cursos de Pós-Graduação;
- IX – deliberar sobre providências preventivas, corretivas ou supressivas de atos de indisciplina coletiva;
- X – sugerir ao Conselho Universitário a concessão de dignidades universitárias;
- XI – aprovar o relatório do Diretor da Unidade referente ao ano anterior;
- XII – aprovar a programação anual dos trabalhos da Unidade;
- XIII – apreciar proposta sobre a criação de novos Departamentos, bem como alteração na constituição dos existentes;
- XIV – exercer as demais atribuições conferidas por Lei, Regulamento, Estatuto, Regimento Geral e Regimento da Unidade.

SEÇÃO II

Do Departamento

Art. 26. Compete ao Departamento:

- I – elaborar as normas do seu funcionamento, atendidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário;
- II – eleger o Chefe e o Subchefe;
- III – aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos;
- IV – aprovar o Plano de Trabalho do Departamento;
- V – ministrar o ensino das disciplinas a ele pertinentes;
- VI – promover o desenvolvimento da pesquisa, em articulação com o ensino e a extensão;
- VII – apreciar a relotação, admissão ou afastamento dos servidores docentes e técnico-administrativos;
- VIII – promover e estimular a prestação de serviços à Comunidade, observando a orientação geral do Conselho Universitário;
- IX – orientar e fiscalizar todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estágios supervisionados dos alunos no âmbito do Departamento, nos diversos níveis de estudos universitários, de acordo com as normas estabelecidas;
- X – examinar, decidindo em primeira instância, as questões suscitadas pelos Corpos Docente e Discente, encaminhando ao Diretor da Unidade, informados e com parecer, os assuntos cuja solução transcenda suas atribuições;
- XI – deliberar sobre os pedidos de afastamentos de servidores docentes e técnico-administrativos para realização de estudos no País e no exterior;
- XII – exercer outras atribuições previstas por Lei, Regulamento, Estatuto e Regimento da Universidade e no seu próprio Regimento.

§ 1º As decisões do Departamento serão tomadas sempre pela maioria dos membros presentes, obedecido o disposto no art. 2º deste Regimento. Em caso de urgência e

inexistindo *quorum* para o funcionamento, o Chefe do Departamento poderá decidir *ad referendum* do Departamento, ao qual a decisão será submetida dentro de trinta dias.

§ 2º Persistindo a inexistência de *quorum* para nova reunião, convocada com a mesma finalidade, será o ato considerado ratificado.

§ 3º É facultado ao Departamento deliberar mediante colegiados especiais, sendo a composição e as atribuições desses colegiados definidas de acordo com critérios estabelecidos no Regimento do Departamento.

SEÇÃO III

Da Direção das Unidades

Art. 27. Compete à Direção da Unidade:

I – dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade;

II – convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade;

III – aprovar a proposta orçamentária da Unidade, com base nas propostas dos Departamentos, encaminhando-a à Reitoria para elaboração do orçamento geral da Universidade;

IV – apresentar à Reitoria a prestação de contas do movimento financeiro anual;

V – fiscalizar a execução do regime didático, zelando, junto aos Chefes de Departamentos, pela observância rigorosa dos horários, programas e atividades dos professores e alunos;

VI – cumprir e fazer cumprir as decisões dos Órgãos Superiores da Universidade e do Conselho da Unidade;

VII – aprovar a escala de férias proposta pelos Departamentos;

VIII – propor ou determinar ao órgão competente a abertura de inquéritos administrativos;

IX – administrar o patrimônio da Unidade;

X – fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino, no âmbito da Unidade;

XI – baixar atos normativos próprios, bem como delegar competência, nos limites de suas atribuições;

XII – propor a lotação do pessoal administrativo nos diversos Departamentos;

XIII – exercer o poder disciplinar no âmbito da Unidade;

XIV – convocar as eleições nos Departamentos e para os representantes da Unidade nos Órgãos Colegiados da Administração Superior.

SEÇÃO IV

Da Chefia de Departamento

Art. 28. Compete à Chefia de Departamento:

I – presidir o Colegiado do Departamento;

II – exercer ou delegar ao Subchefe a Presidência de Colegiado do Curso de Graduação vinculado ao Departamento;

III – submeter ao Conselho da Unidade as normas de funcionamento do Departamento;

IV – elaborar o Plano de Aplicação de Recursos;

V – elaborar o Plano de Trabalho do Departamento, distribuindo entre os membros os encargos de ensino, pesquisa e extensão;

VI – submeter ao Departamento os Planos de Atividades das disciplinas elaborados pelos docentes, atendidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário;

VII – propor a relocação, admissão e afastamento dos servidores docentes e técnico-administrativos;

VIII – superintender as eleições que ocorrerem no Departamento.

Parágrafo único. Serão atribuídas até quarenta e até trinta horas, ao Chefe e Subchefe de Departamento, respectivamente, que assumir a Presidência de Colegiado de Curso de Graduação.

TÍTULO III

DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

CAPÍTULO I

DO ENSINO

SEÇÃO I

Da Graduação

Art. 29. O Curso de Graduação é constituído por ciclos integrados de estudos, em que serão agrupadas a formação básica, acadêmica ou profissional.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

Art. 30. (Revogado).

Art. 31. A Universidade Federal de Santa Catarina promoverá meios que visem a proporcionar condições de rápido ajustamento dos estudantes que tenham revelado insuficiência, no Concurso Vestibular, aos cursos superiores.

Parágrafo único. Serão estabelecidas, em Resoluções da Câmara de Ensino de Graduação, as condições que determinem aos candidatos classificados no Concurso Vestibular o ajustamento desejado.

SEÇÃO II

DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO

Art. 32. O currículo pleno será elaborado pelo Colegiado do Curso de Graduação, ouvidos os Departamentos envolvidos e o Conselho da Unidade ao qual o Curso está vinculado e aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 33. Para todos os efeitos, entender-se-á:

I – por disciplina, o conjunto de estudos ou atividades correspondentes a um programa de ensino desenvolvido num período letivo;

II – por bloco de disciplinas, o conjunto de duas ou mais disciplinas definido pelo Colegiado de Curso;

III – por pré-requisito, a disciplina, bloco de disciplinas ou carga horária cursada, cujo estudo, com o necessário aproveitamento, é exigido para a matrícula em nova disciplina ou bloco de disciplinas.

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 34. Constituem o currículo pleno do curso:

I – disciplinas desdobradas de matérias do currículo mínimo do curso, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – disciplinas complementares obrigatórias necessárias à formação profissional do aluno;

III – disciplinas optativas, de livre escolha do aluno.

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 35. Ao conjunto de disciplinas do currículo mínimo, complementares e optativas de cada Curso, dar-se-á a denominação de currículo pleno.

Art. 36. (Revogado).

Art. 37. O ensino das disciplinas constantes do currículo de cada Curso será ministrado mediante aulas teóricas e práticas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos, trabalhos de pesquisa e quaisquer outras técnicas pedagógicas ou atividades aconselhadas pela natureza dos temas e pelo grau de escolaridade e maturidade intelectual dos alunos.

Art. 38. O Plano de Ensino de cada disciplina será elaborado pelo respectivo professor ou grupo de professores e, depois de submetido ao Departamento, será aprovado pelo Colegiado de Curso.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 39. Será responsabilizado o professor que, sem justa causa, deixar de cumprir o Plano de Ensino em sua totalidade, sendo obrigação do Departamento assegurar, em qualquer caso, a integralização do ensino de cada disciplina, nos termos do programa e plano correspondentes.

Parágrafo único. Verificada a inadequação do Plano de Ensino, caberá ao professor ou ao Departamento propor sua alteração, observado o disposto no art. 39.

SEÇÃO III

Da Pós-Graduação

Art. 40. Os Cursos de Pós-Graduação serão aprovados e regulamentados pela Câmara de Pós-Graduação, obedecendo o seu funcionamento ao disposto na Lei e neste Regimento Geral.

§ 1º Para ser iniciado qualquer curso de Pós-Graduação, o respectivo projeto deverá dar entrada na Câmara de Pós-Graduação, em prazo a ser definido por essa Câmara.

§ 2º Constarão obrigatoriamente do projeto:

- I – objetivos do curso;
- II – manifestação quanto à utilização de pessoal, equipamentos, instalações e material;
- III – organização e normas de funcionamento do curso;
- IV – estrutura curricular;
- V – relação completa dos professores que lecionarão no curso, acompanhada do respectivo curriculum vitae e indicando para cada um o regime de trabalho a que ficará sujeito, bem como a carga horária semanal que dedicará ao curso;
- VI – indicação dos recursos financeiros para atender às necessidades do curso, inclusive no que se refere a bolsas de estudos e remuneração do pessoal docente;
- VII – critérios para preenchimento de vagas;
- VIII – data de início do curso;
- IX – regulamento específico do curso.

§ 3º A Pró-Reitoria de Pós-Graduação poderá representar à Câmara de Pós-Graduação, solicitando a suspensão de qualquer Curso de Mestrado ou Doutorado da Universidade, por inobservância das normas constantes deste Regimento Geral e da legislação aplicável.

Art. 41. Na organização dos cursos de Pós-Graduação será observado o que segue:

I – na duração do curso, quanto ao mínimo, os prazos fixados pela legislação federal pertinente e, quanto ao máximo, os previstos no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação stricto sensu aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;

II – na execução do programa de pós-graduação, além de elaboração de tese, dissertação ou trabalho equivalente, o candidato deverá cumprir determinado número de créditos relativos à sua área de concentração e à do domínio conexo;

III – por área de concentração entende-se o campo específico de conhecimentos que constituirá objeto de estudos do candidato, e por domínio conexo, o conjunto das disciplinas não pertencentes àquele campo, mas consideradas convenientes ou necessárias para completar sua formação;

IV – os cursos deverão oferecer elenco variado de disciplinas, a fim de que o candidato possa exercer opção;

V – os programas de trabalho caracterizar-se-ão pela flexibilidade, deixando-se liberdade de iniciativa ao candidato, que receberá assistência de um orientador.

Art. 42. Para obtenção do grau de Mestre, o regulamento do curso estabelecerá, entre outras, as seguintes condições:

I – número e natureza dos créditos a serem cumpridos, observadas as normas gerais fixadas pelo Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu, aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;

II – apresentação de dissertação ou trabalho equivalente, em que o candidato revele domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização e de pesquisa bibliográfica;

III – aprovação da dissertação ou trabalho equivalente por comissão de três especialistas, após defesa feita pelo candidato, em sessão pública;

IV – prova de conhecimento de, pelo menos, uma língua estrangeira.

Art. 43. Para obtenção do grau de Doutor, o Regulamento do Curso estabelecerá, entre outras, as seguintes condições:

I – número e natureza dos créditos a serem cumpridos, observadas as normas gerais fixadas pelo Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu, aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;

II – apresentação de tese que constitua contribuição original e significativa, na respectiva área de conhecimento;

III – aprovação em defesa de tese por comissão de cinco especialistas;

IV – prova de conhecimento de, pelo menos, duas línguas estrangeiras.

§ 1º Os componentes da comissão serão indicados pelo Colegiado de Curso.

§ 2º A comissão será constituída com a participação de especialistas estranhos à Universidade.

Art. 44. Cada candidato ao doutoramento apresentará seu plano de tese para aprovação pelo Colegiado de Curso, em que se fará o respectivo registro.

Parágrafo único. Nenhuma tese poderá ser defendida sem o registro do respectivo plano, com antecedência de, no mínimo, cento e oitenta dias.

Art. 45. A defesa de tese, dissertação ou trabalho equivalente realizar-se-á em sessão pública.

SEÇÃO IV

Dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Atualização

Art. 46. Os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento destinam-se a graduados em nível superior, mas distinguem-se dos cursos de Pós-Graduação, por não conferirem grau acadêmico.

Art. 47. Os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, orientados pelos princípios básicos da educação permanente, têm como objetivos:

- I – especializar e aperfeiçoar graduados em nível superior;
- II – desenvolver atividade científica no trabalho, bem como aprimorar o conhecimento para o melhor exercício da profissão;
- III – permitir o domínio científico ou técnico de uma área limitada do saber.

Art. 48. Os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento serão de caráter permanente ou transitório e constituem categoria específica de formação.

Art. 49. Caberá à Câmara de Pós-Graduação, além de decidir sobre a criação e a forma de cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, aprovar as normas gerais aplicáveis a eles.

Art. 50. Os Cursos de Atualização, visando a renovar conhecimentos adquiridos, serão abertos a estudantes e graduados.

SEÇÃO V

Da Extensão

Art. 51. Além das atividades de ensino e pesquisa que, indiretamente, levam a Universidade ao meio, promover-se-á a extensão direta dessas funções com o objetivo de Comunidade.

Art. 52. A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos, estágios e serviços que serão realizados conforme plano e normas específicas.

§ 1º Os Cursos de Extensão serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, conforme o conteúdo e o sentido que tenham.

§ 2º Os estágios sob a forma de extensão caracterizam-se pelo desempenho da atividade prática demandada por universitários, no intuito de aplicarem a teoria assimilada em seus respectivos cursos.

§ 3º Os serviços de extensão serão prestados sob a forma de atendimento de consultas, realização de estudos, elaboração e orientação de projetos em matéria científica, técnica e educacional, bem como de participação em iniciativas de natureza científica, artística e cultural.

Art. 53. Os cursos, estágios e serviços de extensão serão planejados e executados por iniciativa da Universidade ou por solicitação do interessado, podendo ou não ser remunerados, conforme as suas características e objetivos.

Art. 54. Caberá aos Departamentos a elaboração dos projetos de extensão, atendendo às diretrizes gerais estabelecidas pela Câmara de Extensão.

Parágrafo único. (Revogado).

SEÇÃO VI

Da Admissão aos Cursos

Art. 55. O Concurso Vestibular, que será unificado para todos os Cursos de Graduação da Universidade, obedecerá às seguintes normas gerais:

- I – a habilitação do candidato far-se-á por sistema de classificação;

- II – do resultado do Concurso não caberá recurso de qualquer natureza;
- III – os exames serão coordenados por uma Comissão, a cargo da qual estará a supervisão de todas as atividades concernentes ao Concurso Vestibular;
- IV – constitui-se obrigação do professor, convocado para os trabalhos exigidos pelo Concurso Vestibular, cumprir as tarefas a ele cometidas pela Comissão de que trata o inciso III.

Art. 56. A Câmara de Ensino de Graduação elaborará as normas para o Concurso Vestibular, com antecedência de seis meses da data fixada para a sua realização.

Art. 57. A Universidade poderá, com autorização da Câmara de Ensino de Graduação e aprovação do Conselho Universitário, celebrar convênio com outras Unidades de Ensino Superior para a realização conjunta do Concurso Vestibular.

Art. 58. O Concurso Vestibular só terá validade para os períodos letivos expressamente referidos.

Art. 59. Compete à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação a supervisão geral do Concurso Vestibular no âmbito da Universidade, bem como a prática dos atos necessários à sua realização.

Parágrafo único. Caberá à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação elaborar relatório sobre o Concurso Vestibular, até trinta dias após o encerramento da matrícula dos candidatos nele classificados.

Art. 60. Somente poderão ser admitidos a Curso de Pós-Graduação candidatos diplomados em Curso de Graduação e selecionados conforme normas gerais da Instituição e específicas do Curso.

Art. 61. A admissão aos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e outros far-se-á de acordo com os planos respectivos.

SEÇÃO VII

Da Matrícula

Art. 62. A matrícula nos Cursos de Graduação será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 63. (Revogado).

Art. 64. Será recusada matrícula nos Cursos de Graduação ao aluno que não concluir o Curso de Graduação no prazo máximo estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação para integralização do respectivo currículo ou, tratando-se de Curso criado pela Universidade, na forma da legislação vigente, no prazo estabelecido pela Câmara de Ensino de Graduação.

Parágrafo único. Não será computado, no prazo de integralização do Curso, o período correspondente a trancamento de matrícula, feito na forma regimental.

Art. 65. Terminado o processo de matrícula dos alunos regulares, as vagas restantes em disciplinas poderão ser ocupadas por interessados - alunos regularmente matriculados nos Cursos da UFSC ou candidatos externos - que as frequentarão na condição de “aluno especial” de disciplina isolada ou de “aluno-ouvinte”, para complementação ou atualização de conhecimentos.

Parágrafo único. Os candidatos às vagas de que trata o *caput* deste artigo serão aceitos conforme políticas estabelecidas em resolução do Conselho competente e procedimentos definidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Art. 66. A Câmara de Ensino de Graduação fixará o número de vagas para matrícula inicial e baixará normas complementares referentes à matrícula.

SEÇÃO VIII

Da Transferência e Adaptação nos Cursos de Graduação

Art. 67. A Universidade concederá transferência a alunos regularmente matriculados nos seus cursos para outros estabelecimentos congêneres, mediante simples requerimento.

Art. 68. A Universidade aceitará a transferência de estudantes, oriundos de outras Instituições de Ensino Superior, nacionais ou estrangeiras, para cursos correspondentes ou afins, sempre que se registrarem vagas, e na época fixada pelo Calendário Acadêmico.

Parágrafo único. Consideram-se cursos afins aqueles que se desenvolvem de um tronco comum de matérias e conduzem a uma habilitação profissional incluída na mesma área de conhecimento.

Art. 69. (Revogado).

Art. 70. Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por leis especiais, com privilégio de transferência, em qualquer época, independentemente da existência de vagas.

Parágrafo único. Quando a transferência prevista neste artigo se fizer depois de iniciado o período letivo, e as exigências de frequência ao estabelecimento de que se transfere o aluno forem inferiores às do Curso da Universidade, prevalecerão, no cômputo de frequência do período já realizado, as exigências do primeiro.

Art. 71. Será permitida a transferência de um Curso para outro da Universidade, condicionada à existência de vaga, à época apropriada e às adaptações curriculares necessárias.

Parágrafo único. (Revogado).

SEÇÃO IX

Da Verificação do Rendimento Escolar

Art. 72. A verificação do rendimento escolar compreenderá a frequência e a eficiência nos estudos, as quais, desde que não atingidas, em conjunto ou isoladamente, inabilitam o aluno na disciplina.

Art. 73. É obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer a setenta e cinco por cento, no mínimo, das aulas e demais trabalhos escolares programados para a integralização da carga horária fixada.

Parágrafo único. Poderá ser exigida frequência superior ao disposto neste artigo, de acordo com disposições aprovadas pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 74. O aproveitamento nos estudos será verificado, em cada disciplina, pelo desempenho do aluno frente aos objetivos propostos no Plano de Ensino.

Art. 75. (Revogado).

Art. 76. Os alunos do Curso de Graduação em Medicina, que completarem a carga horária necessária para esse fim, passarão a ser regidos pelo Regimento do Internato Hospitalar, aprovado pelo Conselho da Unidade de Ciências da Saúde e homologado pela Câmara de Ensino de Graduação.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

Art. 77. As normas constantes desta seção aplicam-se, no que couber, a todos os Cursos oferecidos pela Universidade.

Art. 78. (Revogado).

SEÇÃO X

Do Colegiado de Curso

Art. 79. A coordenação didática de cada Curso de Graduação e Pós-Graduação ficará a cargo de um Colegiado.

Art. 80. (Revogado).

Art. 81. A constituição e atribuições dos Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação serão definidas em Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Universitário.

Subseção I

Das Atribuições

Art. 82. (Revogado).

Art. 83. (Revogado).

Subseção II

Dos Coordenadores de Curso

Art. 84. (Revogado).

SEÇÃO XI

Do Calendário Escolar

Art. 85. O Calendário Escolar estabelecerá os prazos para a efetivação de todos os atos escolares.

§ 1º Caberá ao Conselho Universitário a aprovação do Calendário Escolar.

§ 2º É facultado ao Colegiado de Curso propor ampliação do período letivo de seu respectivo Curso, por meio de proposta devidamente justificada, obedecido o disposto no art. 53 do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

DA PESQUISA

Art. 86. A pesquisa deverá articular-se com o ensino, objetivando o cultivo da atividade científica.

Parágrafo único. Os projetos de pesquisa tomarão, quando possível, como ponto de partida, os dados das realidades local e nacional, sem, contudo, perder de vista, em contexto mais amplo e universal, as novas descobertas e suas interpretações.

Art. 87. A Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, notadamente por meio de:

I – concessão de bolsas especiais em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;

II – formação de pessoal em Cursos de Pós-Graduação da própria Universidade ou em outras instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;

III – concessão de auxílio para execução de projetos específicos;

IV – realização de convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;

V – intercâmbio com instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;

VI – divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas Unidades;

VII – promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos;

VIII – concessão de regime especial de trabalho aos docentes que se dedicarem à pesquisa;

IX – ênfase na captação de recursos para aplicação na pesquisa.

Art. 88. A elaboração de projetos de pesquisa deverá atender às diretrizes gerais traçadas pela Câmara de Pesquisa.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

Art. 89. O orçamento analítico da Universidade consignará verbas destinadas à pesquisa, na forma deste título, devendo ser instituído um fundo especial para assegurar e tornar cada vez mais efetivo o exercício dessa função universitária.

Art. 90. A pesquisa poderá ser executada à conta de terceiros e por qualquer Unidade ou Órgão Suplementar da Universidade.

CAPÍTULO III

DOS GRAUS, DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art. 91. A Universidade conferirá os seguintes diplomas:

I – de conclusão de Curso de Graduação;

II – de Mestre;

III – de Doutor.

Art. 92. Ressalvada a hipótese de convênio estabelecido entre o Brasil e outros países, o portador do diploma estrangeiro poderá requerer à Universidade sua revalidação, instruindo o pedido na forma das condições fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

Art. 93. A Universidade expedirá os seguintes certificados:

I – de aprovação em disciplina ou conjunto de disciplinas;

II – de conclusão do primeiro ciclo de estudos;

III – de conclusão de Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Extensão e outros oferecidos pela Universidade;

IV – de exercício das funções de monitoria.

Art. 94. Os diplomas e certificados serão assinados pelas autoridades mencionadas no Capítulo IV, Título IV do Estatuto.

Art. 95. A solenidade de colação de Grau será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

Art. 96. A entrega dos certificados de conclusão de Curso de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e quaisquer outros obedecerá ao programa organizado pelo órgão incumbido da respectiva coordenação.

Art. 97. Os diplomas referentes às dignidades universitárias, concedidos na forma do art. 66 do Estatuto, serão assinados pelo Reitor e pelo homenageado e transcritos em livro próprio da Universidade.

TÍTULO IV

DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I

DO CORPO DOCENTE

SEÇÃO I

Do Provimento dos Cargos

Art. 98. O provimento dos cargos atinentes à carreira do magistério será de competência do Reitor, obedecidos os seguintes critérios:

I – para o cargo de Professor Auxiliar, o provimento dar-se-á na referência 1, mediante concurso público de prova e títulos;

II – para o cargo de Professor Assistente:

a) na forma dos arts. 132 e 135 deste Regimento;

b) mediante habilitação em concurso público, de provas e títulos, na forma disposta neste Regimento;

III – para Professor Adjunto:

a) na forma dos arts. 134 e 135 deste Regimento;

b) mediante habilitação em concurso público, de provas e títulos, conforme disposto neste Regimento;

IV – para Professor Titular, mediante concurso público de provas e títulos, no qual poderá inscrever-se o Professor Adjunto, bem como pessoa de notório saber.

Art. 99. O Departamento de Recursos Humanos promoverá a realização dos concursos, por proposta do Departamento onde ocorrer a vaga de que trata o artigo anterior, estabelecendo, em edital, os prazos para inscrição e realização das provas, os quais não deverão exceder a sessenta e cento e vinte dias, respectivamente, da publicação do edital.

Art. 100. Poderão inscrever-se no concurso:

I – à classe de Professor Titular, o Professor Adjunto ou pessoa de notório saber;

II – à classe de Professor Adjunto, os portadores do título de Doutor ou Livre-Docente;

III – à classe de Professor Assistente, os portadores do título de Mestre;

IV – à classe de Professor Auxiliar, os portadores de diploma de graduação em curso de nível superior.

§ 1º Ressalvado o disposto no item I deste artigo, os títulos de Doutor ou Livre-Docente asseguram o direito à inscrição para provimento de quaisquer cargos incluídos nas diversas classes da carreira do magistério.

§ 2º O reconhecimento do notório saber a que se refere o item I será da competência do Conselho da Unidade, ouvido o Colegiado do Departamento.

Art. 101. Os campos de conhecimentos sobre os quais versará o concurso serão definidos pelo Departamento respectivo.

Art. 102. Observado o disposto nos artigos anteriores, serão divulgadas as normas da inscrição baixadas pelo Conselho Universitário, que deverão conter:

I – a matéria em concurso e os campos de conhecimentos nela compreendidos;

II – o Departamento a que pertence o cargo a ser provido;

III – os títulos e documentos exigidos para a inscrição;

IV – o local, a data de abertura e o prazo de encerramento das inscrições.

Art. 103. O requerimento de inscrição, subscrito pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais, será dirigido ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que dará recibo da entrega da petição e dos documentos que a acompanham.

Art. 104. Encerrada a inscrição, no término do prazo, improrrogável, lavrar-se-á o termo respectivo, em livro próprio, com especificação dos nomes dos candidatos inscritos.

Art. 105. O Departamento de Recursos Humanos homologará o pedido

SEÇÃO II

Do Concurso

Art. 106. O concurso para Professor Auxiliar, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular será de títulos e provas. As provas constarão do seguinte:

I – prova didática;

II – trabalho ou prova escrita;

III – prova prática, quando necessário, a critério do respectivo Departamento.

Art. 107. A comissão examinadora dará início aos trabalhos em local, dia e hora previamente marcados, com exame dos títulos apresentados pelos candidatos.

Parágrafo único. De cada reunião será lavrada uma ata, assinada pelos componentes da comissão, podendo ser assinada também pelos candidatos presentes.

Art. 108. O concurso de títulos constará de apreciação pela banca examinadora sobre o mérito dos seguintes elementos apresentados pelo candidato:

I – estudos e trabalhos publicados que revelem conhecimento do candidato, especialmente aqueles que apresentam pesquisas originais ou com elementos de originalidade;

II – trabalhos práticos, de natureza técnica ou profissional, sem caráter rotineiro, que revelem criação pessoal ou contribuição para a técnica ou profissão, bem como a participação ativa em congressos ou atividades afins;

III – documento, devidamente autenticado, que comprove a participação do candidato em atividades relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão em nível universitário;

IV – desempenho de função ou cargo técnico no setor correspondente de estudos, exercício de função ou cargo ligado ao ensino universitário ou de função ou cargo público relacionado com os campos de conhecimentos, principais ou secundários, sobre que versa o concurso.

§ 1º Não se consideram títulos, para os efeitos deste artigo, o desempenho de função ou cargo público não enquadrados no inciso IV.

§ 2º Serão considerados, prioritariamente, os títulos pertinentes aos campos de conhecimento definidos para o concurso.

Art. 109. No concurso para Professor Auxiliar ou Professor Assistente, constituirão títulos preferenciais, na ordem de enumeração:

I – diploma de Doutor ou título de Docente-Livre, na área de conhecimento correspondente ou afim;

II – diploma de Mestre na área de conhecimento correspondente ou afim;

III – certificado de Curso de Especialização ou equivalente;

IV – tempo de Magistério Superior;

V – os títulos enumerados no inciso I do art. 108;

VI – os títulos enumerados no inciso II do art. 108;

VII – em igualdade de condições, os títulos enumerados nos incisos III e IV do art. 108;

VIII – certificado do exercício de monitoria.

Parágrafo único. Os diplomas e certificados de pós-graduação deverão ser de cursos credenciados pelo Conselho Nacional de Educação ou validados pela Câmara de Pós-Graduação.

Art. 110. A prova didática será pública, com duração de cinquenta minutos, e versará sobre o ponto sorteado pela comissão examinadora, com antecedência de quarenta e oito horas, de um programa de dez a 20 vinte pontos selecionados do campo de conhecimento organizado pelo Departamento e publicado com antecedência de dez dias.

Parágrafo único. Os candidatos serão chamados pela ordem de inscrição.

Art. 111. A prova didática terá como objetivo apurar a capacidade de comunicação do candidato e a adequação de seus conhecimentos.

Art. 112. No concurso para Professor Auxiliar, a avaliação de conhecimento constará de prova escrita, única para todos os candidatos, com duração de quatro horas, e versará sobre tema, sorteado na hora, do programa organizado para a prova didática, permitida ou não consulta, a critério da comissão examinadora.

Parágrafo único. Na avaliação da prova escrita, a comissão examinadora poderá arguir o candidato.

Art. 113. Para o concurso de Professor Adjunto e Titular será exigido trabalho escrito, em língua portuguesa, original e inédito, de autoria do candidato, compreendido na área de conhecimento do concurso.

Art. 114. O trabalho escrito para concurso de Professor Assistente constará de análise crítica de um artigo sobre assunto compreendido no campo de conhecimento do concurso, apresentado pelo candidato à comissão examinadora.

Art. 115. A Câmara de Pós-Graduação baixará normas sobre o trabalho escrito, não só quanto à sua forma de apresentação e exposição, como com relação à arguição pela comissão examinadora e sustentação pelo candidato.

Art. 116. Quando necessário, o Departamento exigirá, no concurso, uma prova prática.

Art. 117. O prazo e as condições para a realização da prova prática, que, em circunstâncias especiais, poderá ser executada por etapas, serão fixados pela comissão examinadora.

SEÇÃO III

Da Comissão Examinadora

Art. 118. A comissão examinadora dos concursos para provimento de cargos da carreira do magistério será indicada pelo Departamento e aprovada pelo Conselho da Unidade.

§ 1º A comissão examinadora será composta de três professores, de reconhecida qualificação nos campos de conhecimentos compreendidos nos concursos e de hierarquia igual ou superior ao cargo a ser provido, presidida por um deles, indicados pelo Departamento.

§ 2º Qualquer impugnação relativa à constituição da comissão examinadora só será admitida no prazo de oito dias, contados da publicação do edital.

Art. 119. Constituída a comissão examinadora, o Chefe do Departamento designará local, dia e hora para a instalação dos trabalhos do concurso, cientificando os candidatos, com antecedência mínima de trinta dias, mediante edital publicado na imprensa local.

Art. 120. O Chefe do Departamento designará um funcionário para servir de secretário da comissão examinadora e os que forem indispensáveis para auxiliar na realização da prova didática, requisitando-os do órgão competente, se necessário.

SEÇÃO IV

Do Julgamento do Concurso

Art. 121. Cada examinador dará aos títulos, em conjunto, e a cada uma das provas de cada candidato, segundo o merecimento que lhes atribuir, uma nota de zero a dez, consignando-a em cédula assinada e colocada em envelope até a apuração.

Art. 122. Terminadas as provas e o exame dos títulos, a comissão examinadora procederá à apuração das notas para habilitação e classificação dos candidatos.

Parágrafo único. Para habilitação será necessário que o candidato obtenha, da maioria dos examinadores, notas iguais ou superiores a sete.

Art. 123. No caso de empate, será indicado o candidato já pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina, e se mais de um pertencer, o mais antigo no magistério da UFSC. Persistindo o empate, a comissão examinadora decidirá, em tantos escrutínios secretos quantos necessários, não sendo permitido voto em branco.

Art. 124. Ultimado o julgamento, a comissão submeterá seu parecer ao Conselho da Unidade, imediatamente, justificando a sua decisão.

Parágrafo único. Do parecer circunstanciado deverão constar, entre os elementos de informação, as notas de cada prova e a relação dos candidatos habilitados, por ordem de classificação.

Art. 125. O Conselho da Unidade, pelo voto de três quintos da totalidade de seus membros, poderá rejeitar o parecer da comissão examinadora, no caso de ocorrência de ilegalidade, cabendo, ao referido Conselho, a anulação do concurso.

Art. 126. Aceito o parecer, o Conselho da Unidade encaminhará ao Reitor a relação dos candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

Art. 127. O prazo de validade do concurso será de dois anos, a contar da data de sua homologação.

SEÇÃO V

Da Contratação de Professor Visitante

Art. 128. A Universidade poderá contratar Professor Visitante, na forma da legislação pertinente.

§ 1º O Professor Visitante será pessoa de renome, contratado de acordo com normas fixadas pelo Conselho Universitário.

§ 2º Caberá à Universidade fixar a retribuição do Professor Visitante, atendida sua qualificação e experiência.

SEÇÃO VI

Do Regime de Trabalho

Art. 129. O professor integrante da carreira do magistério ficará submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I – de tempo parcial, com obrigação de prestar vinte horas semanais;

II – de tempo integral, com obrigação de prestar quarenta horas semanais;

III – de dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais e proibição de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada.

§ 1º A jornada correspondente a cada regime de trabalho destinar-se-á ao desempenho de atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração universitária, conforme o plano de trabalho aprovado pelo Departamento em que o professor tenha exercício e respectivo Conselho da Unidade, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário.

§ 2º Sem prejuízo dos encargos de magistério, será permitido ao docente em dedicação exclusiva:

I – a participação em órgão de deliberação coletiva de classe ou relacionado com as funções de magistério;

II – o desempenho eventual de atividade de natureza científica, técnica ou artística, destinada à difusão ou aplicação de ideias e conhecimentos;

III – a participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa.

SEÇÃO VII

Da Progressão Funcional

Art. 130. A progressão funcional do integrante da carreira de magistério será feita em nível horizontal e vertical.

Parágrafo único. Será horizontal a progressão feita para referência dentro da mesma classe, e vertical, a progressão para classe superior, observados os critérios fixados nos arts. 131 a 135.

Art. 131. Haverá progressão horizontal:

I – do Professor Auxiliar para a referência consecutiva de sua classe:

- a) automática, após interstício de dois anos na referência em que se encontrar;
- b) independentemente de interstício e por uma única vez, quando aprovado em curso de especialização ou de aperfeiçoamento;

II – do Professor Assistente:

- a) automática, para a referência consecutiva de sua classe, após interstício de dois anos na referência em que se encontrar;
- b) independentemente de interstício, da referência 1 para a 3 e das referências 2 ou 3 para a 4, após a obtenção do grau de Mestre;

III – do Professor Adjunto:

- a) automática, para a referência consecutiva de sua classe, após interstício de dois anos na referência em que se encontrar;
- b) independentemente do interstício da referência 1 para a 3 e das referências 2 ou 3 para a 4, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Livre-Docente.

Art. 132. Haverá progressão vertical do Professor Auxiliar:

I – da referência 4 desta classe para a referência 1 da classe de Professor Assistente, após o interstício de dois anos, mediante avaliação de desempenho global do docente, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário;

II – independentemente de interstício, da classe de Professor Auxiliar para a classe de Professor Assistente, após a obtenção do grau de Mestre.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, o Professor Auxiliar que ocupar a referência 1 ou 2 de sua classe progredirá para a referência 1 da classe de Professor Assistente. Nos demais casos, para a referência imediatamente anterior à ocupada na classe de Professor Auxiliar.

Art. 133. Professor Auxiliar, ao obter o grau de Doutor ou título de Livre-Docente, qualquer que seja a sua referência na classe, progredirá unicamente à referência 1 da classe de Professor Adjunto.

Art. 134. Haverá progressão vertical de Professor Assistente:

I – da referência 4 desta classe para a referência 1 da classe de Professor Adjunto, após interstício de dois anos, mediante a avaliação de desempenho global do docente, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário;

II – independentemente de interstício, da classe de Professor Assistente para a classe de Professor Adjunto, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Livre-Docente.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, o Professor Assistente que ocupar a referência 1 ou 2 de sua classe progredirá para a referência 1 da classe de Professor Adjunto. Nos demais casos, para a referência imediatamente anterior à ocupada na classe de Professor Assistente.

Art. 135. A progressão vertical, em qualquer caso ou classe docente, dependerá de parecer favorável da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

SEÇÃO VIII

Da Remuneração

Art. 136. Os integrantes da carreira do magistério serão remunerados segundo o regime de trabalho.

Art. 137. Ao professor investido em função de direção ou coordenação será atribuída gratificação, conforme dispuser a Lei.

Parágrafo único. As funções de que trata este artigo serão exercidas obrigatoriamente em regime de tempo integral e, facultativamente, em dedicação exclusiva.

SEÇÃO IX

Das Férias e Afastamentos

Art. 138. O pessoal docente da Universidade terá direito a quarenta e cinco dias de férias anuais.

Art. 139. As escalas de férias serão organizadas antes do início do ano escolar pelos respectivos Departamentos.

Art. 140. Além dos casos previstos em Lei, o ocupante de cargo da carreira do magistério poderá afastar-se de suas funções nos seguintes casos:

I – para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras;
II – para prestar colaboração temporária a outra instituição federal de ensino superior ou pesquisa;

III – para comparecer a congresso ou reunião, relacionados com sua atividade de magistério.

§ 1º Os afastamentos previstos nos incisos I e II não poderão exceder a quatro e a dois anos, respectivamente, incluídas eventuais prorrogações, e serão autorizados pelo Reitor após o pronunciamento favorável do Colegiado do Departamento e do Conselho da Unidade.

§ 2º No caso do inciso III, o afastamento dependerá da autorização do Reitor, quando ocorrer em país estrangeiro. Tratando-se de evento no País, a autorização dependerá do Diretor da Unidade, ouvido sempre o Colegiado do Departamento.

§ 3º No caso dos incisos I e II, o professor somente poderá obter autorização para novo afastamento depois de exercer atividade de magistério, na Universidade, por período pelo menos igual ao do afastamento anterior.

§ 4º Em qualquer caso, a concessão do afastamento implicará compromisso do docente de, no seu retorno, permanecer na Universidade por tempo igual ou superior ao do afastamento, incluídas as prorrogações.

§ 5º O Conselho Universitário especificará as condições e normas a que devem obedecer os afastamentos previstos neste artigo.

Art. 141. A colaboração temporária à repartição pública federal, estadual ou municipal, para o exercício de cargos ou funções não docentes, processar-se-á em obediência à legislação comum sobre o afastamento de pessoal civil da União e será deferida pelo Reitor, ouvido o Colegiado do Departamento ou órgão de lotação do professor.

SEÇÃO X

Da Redistribuição e da Alteração da Lotação

Art. 142. A redistribuição de pessoal da carreira do magistério para quadro de outra Universidade ou Escola Isolada Federal far-se-á de acordo com a legislação federal vigente.

Parágrafo único. A redistribuição será aprovada pelo Reitor e dependerá, em qualquer hipótese, do pronunciamento favorável do Conselho da Unidade, exigido o quorum de três quintos dos seus membros.

Art. 143. A alteração da lotação do ocupante de cargo de magistério poderá efetuar-se de um para outro Departamento, respeitado, em qualquer caso, o critério de afinidade dos campos de conhecimentos e os limites da lotação aprovada.

§ 1º Em caso da alteração da lotação para Departamento vinculado à mesma Unidade, deverá haver pronunciamento favorável do Conselho da respectiva Unidade.

§ 2º Na hipótese de alteração da lotação para Departamento de outra Unidade, o atendimento dependerá, também, do parecer favorável do Conselho da Unidade de destino.

§ 3º O ato de alteração da lotação é de competência do Reitor.

SEÇÃO XI

De Outros Direitos e Deveres do Corpo Docente

Art. 144. Os regimes de acumulação, licença, vantagens, disponibilidade, aposentadoria, substituição e outros direitos e deveres inerentes à vinculação do pessoal docente com a Universidade serão os prescritos na legislação pertinente.

SEÇÃO XII

Das Disposições Gerais e Transitórias Relativas ao Corpo Docente

Art. 145. Haverá, na Universidade, uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), incumbida de assessorar a administração na execução da política de pessoal docente da entidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Universitário.

Art. 146. Para os efeitos do Decreto nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980, serão aceitos:

I – os graus e títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros reconhecidos como válidos pela Câmara de Pós-Graduação, comprovadamente obtidos em condições equivalentes às que são exigidas em cursos credenciados de pós-graduação;

II – exclusivamente os graus, títulos e certificados obtidos em áreas de conhecimentos correspondentes ou afins àquelas em que seja ou venha a ser exercida a atividade de magistério;

III – apenas os certificados de Cursos de Especialização ou Aperfeiçoamento com duração mínima de trezentas e sessenta horas e avaliação de aproveitamento.

Art. 147. A contagem de interstício nas referências de cada classe iniciar-se-á em 1º de janeiro de 1981.

Art. 148. A dispensa ou a exoneração do professor, exceto se voluntária, dependerá da aprovação do Colegiado do Departamento a que esteja vinculado, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente, assegurados os direitos de defesa e de recurso.

Art. 149. As disposições deste Regimento aplicam-se aos atuais professores em regime estatutário, aos quais fica assegurada a manutenção desse regime em qualquer classe a que obtenham progressão.

Art. 150. As atividades do magistério serão exercidas independentemente da classe em que estejam lotados os integrantes da carreira do magistério.

CAPÍTULO II

DO CORPO DISCENTE

SEÇÃO I

Da Representação

Art. 151. O Corpo Discente, com exceção dos inclusos nos §§ 2º e 3º do art. 81 do Estatuto, terá representação com direito a voz e voto nos Órgãos Colegiados da Administração Superior da Universidade, bem como das Unidades e Subunidades Universitárias.

§ 1º A representação estudantil terá por objetivo promover a cooperação da Comunidade Acadêmica e o aprimoramento da Instituição, vedadas atividades de natureza político-partidárias.

§ 2º Os representantes estudantis poderão fazer-se assessorar por outro aluno, com direito a voz, mas não a voto, quando exigir apreciação de assunto peculiar a um Curso ou setor de estudos.

§ 3º (Revogado).

Art. 152. A representação do Corpo Discente obedecerá ao disposto no art. 16, § 5º do Estatuto da UFSC com as exceções do art. 44 do Estatuto e art. 81 deste Regimento.

Art. 153. Caberá ao Diretório Central dos Estudantes indicar os representantes estudantis nos Órgãos Deliberativos Centrais, e ao Diretório Acadêmico, os representantes estudantis nos Órgãos Deliberativos Setoriais.

§ 1º Será de um ano o mandato dos representantes estudantis, permitida uma recondução.

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

Art. 154. (Revogado).

Art. 155. Os candidatos aos cargos dos órgãos de representação estudantil somente terão seus registros deferidos, bem como os representantes estudantis suas designações efetivadas, se preencherem o seguinte requisito:

I – estar cursando o período letivo.

§ 1º O não preenchimento do requisito, a qualquer tempo, implicará a perda do mandato.

§ 2º É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um Órgão Colegiado Acadêmico.

Art. 156. (Revogado).

Art. 157. Juntamente com os titulares da representação discente nos Órgãos Colegiados Acadêmicos deverão ser indicados os respectivos suplentes.

Parágrafo único. Os requisitos da inelegibilidade também devem ser observados quanto aos candidatos a suplentes.

Art. 158. Nos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação, a representação do Corpo Discente será escolhida pelos respectivos alunos, com mandato de um ano, admitida a recondução por mais um período idêntico.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador de Curso convocar os alunos para a eleição.

Art. 159. Os representantes estudantis serão indicados ao Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária que os encaminhará, após registro, ao Colegiado Acadêmico respectivo.

Art. 160. O aluno matriculado em disciplinas de diferentes Departamentos poderá exercer a representação em apenas um Departamento.

SEÇÃO II

Dos Diretórios

Art. 161. (Revogado).

Parágrafo único. Cada Unidade Universitária terá um Diretório Acadêmico.

Art. 162. A organização e o funcionamento dos Diretórios constarão dos respectivos Estatutos, atendida a legislação em vigor.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

Art. 163. (Revogado).

Art. 164. Os órgãos de representação estudantil prestarão contas à UFSC de quaisquer recursos que lhes forem repassados pela Universidade.

Art. 165. (Revogado).

Art. 166. (Revogado).

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º (Revogado).

Art. 167. (Revogado).

Art. 168. (Revogado).

SEÇÃO III

Da Monitoria

Art. 169. Para o exercício da função remunerada de monitor poderão ser designados alunos dos Cursos de:

I – Graduação, que comprovem já ter integralizado em seu currículo escolar a disciplina objeto de exame e, ainda, demonstrarem capacidade de desempenhar atividades técnico-didáticas;

II – Pós-Graduação.

§ 1º A função de monitor é considerada título para posterior ingresso na carreira do magistério superior.

§ 2º As normas para admissão e controle de monitores serão fixadas pelos Pró-Reitores de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO III

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 170. Os direitos, deveres e vantagens do Corpo Técnico-Administrativo serão os definidos na legislação pertinente.

CAPÍTULO IV **DO REGIME DISCIPLINAR**

Art. 171. As sanções disciplinares aplicáveis são as seguintes:

I – ao pessoal docente e técnico-administrativo:

- a) advertência;
- b) suspensão, facultada a conversão em multa nos casos previstos em lei;
- c) demissão;
- d) cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- e) destituição de cargo em comissão;
- f) destituição de função gratificada;

II – ao pessoal discente aplicar-se-ão as penalidades mencionadas nas alíneas “a” e “b” (primeira parte) do inciso I e, ainda, as de repreensão e de eliminação, obedecendo o disposto no Regime Disciplinar do Corpo Discente, baixado por resolução específica do Conselho Universitário.

Art. 172. Caberá ao Reitor aplicar as penalidades previstas no art. 171, salvo aquelas em que disposição legal dispuser em contrário.

Parágrafo único. As penalidades aplicadas pelo Reitor obedecerão às formalidades legais, podendo delegar aquelas para as quais a lei não lhe reserve competência privativa.

TÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 173. Excluída a hipótese de exigência legal, o presente Regimento só poderá ser modificado por iniciativa do Reitor ou de um terço, no mínimo, dos membros do Conselho Universitário.

§ 1º A modificação exigirá a maioria de dois terços dos membros do Conselho Universitário, em reunião especialmente convocada, cabendo a aprovação final ao Conselho Nacional de Educação.

§ 2º As alterações que envolverem matéria pedagógica só entrarão em vigor no período letivo seguinte ao de sua aprovação.

Art. 174. Dentro de cento e vinte dias da aprovação deste Regimento, deverão ser elaborados Regimentos:

- I – dos Órgãos Deliberativos Centrais e Setoriais;
- II – dos Órgãos Executivos Centrais e Setoriais;
- III – dos Órgãos Suplementares;
- IV – dos Colegiados de Cursos.

Art. 175. O Hospital Universitário poderá prestar serviços sem prejuízo de suas precípuas finalidades de Hospital-Escola, mediante convênios firmados pela Universidade.

Art. 176. (Revogado).

Art. 177. (Revogado).

Art. 178. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 179. O presente Regimento Geral entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 180. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO A DO REGIMENTO GERAL

Relação das Unidades Universitárias a que se refere o § 1º do art. 9º do Estatuto.

1. Centro de Ciências Agrárias
2. Centro de Ciências Biológicas
3. Centro de Ciências da Educação
4. Centro de Ciências da Saúde
5. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
6. Centro de Ciências Jurídicas
7. Centro de Comunicação e Expressão
8. Centro de Desportos
9. Centro de Filosofia e Ciências Humanas
10. Centro Sócio-Econômico
11. Centro Tecnológico

ANEXO B DO REGIMENTO GERAL

Relação dos Departamentos de Ensino a que se refere o § 3º do art. 10 do Estatuto.

1. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Agrárias

- 1.1. Aquicultura
- 1.2. Ciência e Tecnologia dos Alimentos
- 1.3. Engenharia Rural
- 1.4. Fitotecnia
- 1.5. Zootecnia

2. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Biológicas

- 2.1. Ciências Fisiológicas
- 2.2. Ciências Morfológicas
- 2.3. Microbiologia e Parasitologia
- 2.4. Bioquímica
- 2.5. Botânica
- 2.6. Ecologia e Zoologia
- 2.7. Biologia Celular, Embriologia e Genética.

3. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências da Educação

- 3.1. Estudos Especializados em Educação
- 3.2. Ciências da Informação
- 3.3. Metodologia de Ensino

4. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências da Saúde

- 4.1. Análises Clínicas
- 4.2. Ciências Farmacêuticas
- 4.3. Clínica Cirúrgica
- 4.4. Clínica Médica
- 4.5. Enfermagem
- 4.6. Estomatologia
- 4.7. Nutrição
- 4.8. Patologia
- 4.9. Pediatria
- 4.10. Saúde Pública

4.11. Ginecologia e Obstetrícia (Redação dada pela Resolução 012/CUn/2008)

5. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

5.1. Física

5.2. Química

5.3. Matemática

6. Departamento vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas

6.1. Direito

7. Departamentos vinculados ao Centro de Comunicação e Expressão

7.1. Expressão Gráfica

7.2. Jornalismo

7.3. Língua e Literatura Estrangeiras

7.4. Língua e Literatura Vernáculas

8. Departamento vinculado ao Centro de Desportos

8.1. Educação Física

9. Departamentos vinculados ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas

9.1. Antropologia

9.2. Ciências Sociais

9.3. Filosofia

9.4. Geociências

9.5. História

9.6. Psicologia

10. Departamentos vinculados ao Centro Sócio-Econômico

10.1. Ciências da Administração

10.2. Ciências Contábeis

10.3. Ciências Econômicas

10.4. Serviço Social

11. Departamentos vinculados ao Centro de Tecnológico

11.1. Automação e Sistemas

11.2. Arquitetura e Urbanismo

11.3. Engenharia Civil

11.4. Engenharia Elétrica

11.5. Engenharia de Produção e Sistemas

11.6. Engenharia Mecânica

11.7. Engenharia Sanitária e Ambiental

11.8. Engenharia Química e Engenharia de Alimentos

11.9. Informática e Estatística

ANEXO C DO REGIMENTO GERAL

Relação dos Órgãos Suplementares a que se refere o § 2º do art. 11 do Estatuto.
(Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

1. Biblioteca Universitária

2. Biotério Central

3. Editora Universitária

4. Hospital Universitário “Prof. Polydoro Ernani de São Thiago”

5. Museu de Arqueologia e Etnologia “Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral”

6. Restaurante Universitário

ANEXO D DO REGIMENTO GERAL

Relação das Pró-Reitorias a que se refere o § 1º do art. 37 do Estatuto. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

1. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)
2. Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)
3. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)
4. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)
5. Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
6. Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)
7. Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG)

ANEXO E DO REGIMENTO GERAL

Relação das Secretarias a que se refere o § 1º do art. 37 do Estatuto. (Redação dada pela Resolução Normativa nº 20/CUn/2012)

1. Secretaria de Cultura (SECULT)
2. Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI)
3. Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP)
4. Secretaria de Relações Internacionais (SINTER)

III. RELATÓRIO DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO

Organismos internacionais como a ONU e Unesco² declararam o decênio 2005-2015 como aquele a ser dedicado à educação para o desenvolvimento sustentável com o fim de “integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e da aprendizagem, com o fim de enfrentar os problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais do século 21”.

Destaca-se sem dúvida, para o cumprimento de tal objetivo, a importância e o papel da educação, em todos os níveis, nesse processo. Colocar a sustentabilidade como um suporte na pesquisa, na formação e nos procedimentos administrativos interno das universidades significa ampliar os horizontes de objetivos da instituição e incluir nas suas ações cotidianas as boas práticas sustentáveis.

Passar de uma cultura consumista a uma sustentável, adotando políticas eco-compatíveis, é atualmente uma necessidade e um desafio global. Constituirá também uma oportunidade sem precedentes para desenvolver de forma extraordinária a criatividade e a inventividade de novos processos, sejam eles culturais, sociais, científicos ou tecnológicos.

É evidente que a logística está se tornando um conjunto cada vez mais complexo do sistema econômico nas suas diversas caracterizações. No entanto, associar os princípios de sustentabilidade a ela amplia o seu conceito para além da simples necessidade de desenvolvimento econômico e se estende em direção à problemática da segurança ambiental e da diminuição da desigualdade social.

Para promover a transição da fase de retórica para a de adoção de ações de boas práticas sustentáveis, concentraram-se esforços em conceber um instrumento de gestão, norteado tanto pelos princípios da sustentabilidade quanto com os da lisura e transparência, que constitua uma política institucional permanente.

Por fim, é de entendimento da Comissão que os vazios identificados durante o processo deverão ser trabalhados futuramente de forma democrática e participativa, e que as proposições aqui apresentadas são os primeiros passos para o alcance de um objetivo maior: a UFSC como um referencial de sustentabilidade.

A COMISSÃO – CGPLS/2013

INTRODUÇÃO

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Art. 225 - CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988).

A primeira grande cúpula mundial para discutir problemas ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em 1972, na Suécia, cujo relatório foi publicado somente em 1987, sob o título “Nosso Futuro Comum”.

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) consagrou o princípio do desenvolvimento sustentável enunciado em 1987.

Em 2012, novamente no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) avançou na compreensão do conceito de sustentabilidade e no seu documento final, “O Futuro que Queremos”, identificou a

² “United Nations Decade of Education for Sustainable Development” e “UNESCO and Sustainable Development.”

pobreza como o maior desafio a ser vencido para que o princípio do desenvolvimento sustentável seja efetivo, conciliando meio-ambiente, equidade social e exigências econômicas.

No contexto nacional, a preocupação ambiental se apresenta como um princípio constitucional desde 1988, cabendo ao poder público defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Dentre as instituições públicas brasileiras, as universidades, em virtude de sua natureza, de centros de criação, formação, transmissão e difusão da cultura, humanística, científica e tecnológica, são as que detêm uma grande responsabilidade na promoção do desenvolvimento sustentável em nosso país. Por isso, introduzir o princípio da sustentabilidade como um elemento central nas suas múltiplas atividades (ensino, pesquisa, extensão e gestão) promoverá e incrementará projetos estratégicos e ações coerentes com a concretização desse princípio, o que significa, na prática, colocar novos objetivos em cada ação da vida cotidiana da instituição.

Estes objetivos devem minimamente abranger:

o desenvolvimento do paradigma da sustentabilidade na gestão da estrutura universitária;

o avanço da sustentabilidade através do ensino e da pesquisa;

a promoção de boas práticas para uma difusão sustentável através da minimização do impacto ambiental promovida pela ação humana, qual seja, o estímulo da eficiência energético-ambiental, o uso eficaz e eficiente de fontes renováveis e a diminuição da produção de resíduos e materiais danosos para o ambiente;

- a promoção da mobilidade sustentável;
- a promoção da sustentabilidade no campo alimentar;
- a promoção e sustentação da atividade autônoma dos estudantes no setor da sustentabilidade;
- a melhoria dos aspectos paisagísticos e dos ecossistemas.

Uma das premissas para a realização de tais tarefas é o estabelecimento de condições de trabalho e políticas de gestão internas compatíveis com o tamanho dessa responsabilidade socioambiental. Nessa direção, o governo tem tomado diversas iniciativas pertinentes às universidades públicas, como:

- a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública visando ao desenvolvimento nacional sustentável;
- o Decreto Presidencial nº 7.746, de 5 de maio de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que regulamenta a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) na Administração Pública Federal.

Na atual administração da UFSC (Roselane Neckel/Lúcia Helena Martins Pacheco), o cumprimento da Instrução Normativa nº 10/2012/MPOG deu-se através da constituição, em 23 de janeiro de 2013, da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPLS), estabelecendo mais um dos marcos para a implantação e consolidação de uma política de gestão sustentável³ na Universidade.

Os desafios e limitações afrontadas durante a concepção do trabalho, foram decorrentes da abrangência dos temas a serem abordados, contidos na Instrução Normativa nº 10/2012/MPOG, da fragilidade dos inventários e diagnósticos do quadro geral da Instituição e da exiguidade no tempo disponível.

³ Os termos *sustentável* e *sustentabilidade*, utilizados neste relatório, são desdobramentos da expressão *desenvolvimento sustentável* e estão relacionadas às esferas social, econômica e ambiental.

Para superar esta constatação, será preciso, primeiramente, melhor conhecer o real estado de sustentabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em todos os âmbitos considerados no PLS. Essa medida resultará em uma compreensão mais acurada dos recursos utilizados em nossas atividades diárias. Será também possível mensurar o impacto das atividades da Universidade sobre o ambiente e estabelecer metas quantificáveis em intervalos de tempo definidos por meio dos planos de ação. Nesse sentido, buscaram-se estabelecer, como instrumento de gestão, indicadores que podem auxiliar na avaliação das metas e ações apresentadas.

Conforme o conteúdo mínimo estabelecido no art. 5º da Instrução Normativa nº 10 (BRASIL, 2012), não se cumpriu plenamente:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão ou entidade e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Ainda que este Plano de Logística Sustentável não esteja completamente concluído, a intenção da Comissão foi construir ações consistentes e coerentes com os princípios da sustentabilidade e que convirjam para uma política institucional permanente.

Objetivos

Objetivo Geral

Elaborar o Plano de Logística Sustentável para a UFSC, visando ao uso racional de recursos, à proteção ambiental e à promoção da qualidade de vida.

Objetivos Específicos

- Estudar os temas propostos pela Instrução Normativa nº 10/2012/MPOG, por meio de consultas aos setores pertinentes para desenvolvimento local de ações, monitoramento, avaliação e a realimentação do PLS;
- Realizar diagnóstico preliminar do estado real de sustentabilidade da UFSC;
- Construir uma matriz de ações que norteiem a implantação do PLS no campus da UFSC em Florianópolis.

METODOLOGIA

Diretrizes e Princípios Gerais

A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) procurou, neste relatório, traçar um perfil do estado de sustentabilidade da UFSC. Espera-se, com isso, que as informações relatadas propiciem e estimulem discussões de como aprofundar e melhorar as ações institucionais em prol de um desenvolvimento sustentável.

O presente relatório foi produto de vinte encontros entre os membros da CGPLS/UFSC, instituída pela Portaria nº 140/2013/GR, de 23 de janeiro de 2013, com o art. 3º alterado pela Portaria nº 331/2013/GR, e colaboradores nos temas específicos elencados a seguir. Contou ainda com o apoio inestimável de equipe específica para a secretaria das reuniões.

Os dados reportados no presente documento são oriundos de trabalhos de pesquisa e de relatórios técnicos de setores específicos da UFSC, desenvolvidos por servidores técnicos e administrativos, professores e alunos. O convite a membros da comunidade universitária listados no início deste relatório, para a colaboração nos temas resíduos

sólidos, qualidade de vida no ambiente de trabalho e deslocamento deu-se principalmente pela necessidade de subsídios para o diagnóstico atualizado nas respectivas áreas.

Criou-se também um site específico (<http://pls.ufsc.br/>), que permitiu o debate e comunicação interna e externa da comissão e que permanece à disposição da comunidade.

Adotaram-se como temas norteadores para os debates aqueles contidos no art. 8º da Instrução Normativa nº 10 (material de consumo; energia elétrica; água e esgoto; coleta seletiva; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal), reagrupados segundo a experiência registrada na instituição e pelos membros da comissão, da seguinte forma:

- Tema 1: Resíduos sólidos;
- Tema 2: Compras e contratações sustentáveis;
- Tema 3: Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Tema 4: Energia;
- Tema 5: Água e esgoto;
- Tema 6: Deslocamento de pessoal com foco na redução de gastos e emissões.

Abrangência

A UFSC possui um total de quatro campi: o campus de Araranguá; o campus de Curitibanos; o campus de Florianópolis (Trindade, CCA, Fazenda Ressacada) e o de Joinville.

Os limites territoriais do relatório ficaram restritos ao campus universitário Reitor João David Ferreira Lima, situado no bairro Trindade, na cidade de Florianópolis (UFSC/Florianópolis-Trindade), haja vista os inventários serem majoritariamente limitados a ele. A delimitação geofísica se deu em virtude de que os demais campi encontrarem-se em fase de estruturação e/ou implementação, não possuindo ainda estruturas próprias em todas as áreas do âmbito administrativo, em particular naqueles pertinentes à logística.

O campus da UFSC/Florianópolis - Trindade ocupa hoje uma área urbana de entorno bastante adensada, formada pelos bairros Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Carvoeira e Serrinha (Mapa 1).

O campus UFSC/Florianópolis-Trindade ocupa uma área superior a um milhão de metros quadrados, com cerca de 340.663,21 m² de área construída (UFSC, 2013), com uma comunidade universitária de aproximadamente 49.574 pessoas (Censo 2011) e conta com onze centros de ensino, pesquisa e extensão: Centro de Ciências Agrárias (CCA), Centro de Ciências Biológicas (CCB), Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Comunicação e Expressão (CCE), Centro de Desportos (CDS), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro Socioeconômico (CSE), Centro Tecnológico (CTC); e setores específicos: Hospital Universitário (HU); Restaurante Universitário (RU); Imprensa Universitária (IU); Biblioteca Universitária (BU); Prefeitura Universitária (PU); Colégio de Aplicação (CA); Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), Reitoria.

[illegible]

Avaliação, monitoramento e definição de indicadores

Os processos de monitoramento em algumas áreas como energia, água e esgotos já estão em andamento. Nos demais setores abordados, medições sistemáticas deverão ser implantadas posteriormente de modo a instrumentalizar a adequação e a proposição de novos indicadores.

Resíduos Sólidos

Em 2012, a UFSC reintegrou seu sistema básico de coleta de resíduos sólidos ao município de Florianópolis, ou seja, os resíduos hoje produzidos no campus UFSC/Florianópolis são em grande parte encaminhados para a coleta convencional realizada pela Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP), responsável pela coleta de resíduos sólidos e pela limpeza pública da Capital.

Embora o sistema básico de coleta de resíduos exista há muitos anos, a Universidade ainda carece de um diagnóstico mais aprimorado no conjunto de suas unidades para uma avaliação e otimização do processo. Iniciativas nessa direção já existem, como um projeto piloto desenvolvido no Centro Tecnológico (CTC) para a verificação da geração e da destinação final dos resíduos sólidos naquela unidade de ensino, realizado pela Empresa Júnior de Engenharia Sanitária e Ambiental (EJESAM).

Outra questão relevante é que, apesar de existirem equipamentos para a realização da segregação, a exemplo de lixeiras seletivas distribuídas pelo campus, os resíduos ainda não são direcionados para a coleta seletiva, pois ao final do processo são misturados ao resíduo comum. Além disso, a existência de uma cultura informal de comercialização dos materiais de maior valor econômico, que hoje contribui para a redução de cerca do volume total de resíduos produzidos no campus, evidencia outro grande desafio a ser resolvido: o que fazer com os resíduos recicláveis?

Em 2006 o Governo Federal editou o Decreto nº 5.940/2006, que regulamenta aos órgãos públicos, em todos os níveis, a destinação dos resíduos a associações de catadores de papel (Coleta Seletiva Solidária). Há, portanto, a necessidade de esforços da administração pública para que se organizem e façam cumprir essa exigência legal, estabelecendo seu sistema de gerenciamento de resíduos sólidos.

Tabela 1 - Situação atual X Situação ideal dos resíduos na UFSC (em conformidade com as legislações)

RESÍDUO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO IDEAL
RESÍDUOS REICLÁVEIS	Coleta convencional, sem qualquer tipo de separação. Funcionários terceirizados separam cerca de 10% do volume total para venda informal.	Estimular a formação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; Decreto Federal nº 5.940/2006 e Lei nº 12.305/2010.
RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE E BIOLÓGICO	São pré-tratados, acondicionados conforme a Anvisa (RDC nº 33/2003) e recolhidos para a destinação final sob responsabilidade da empresa terceirizada ProActiva.	Melhorar os procedimentos operacionais e acompanhar a destinação final dos resíduos.
RESÍDUOS LABORATORIAIS (QUÍMICOS)	A UFSC, por meio da Portaria nº 0320/GR/97, implementa o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Químicos. A coleta e a destinação final são realizadas pela empresa especializada Proactiva.	Melhorar os procedimentos operacionais e acompanhar a destinação final dos resíduos.
RESÍDUOS ELETRÔNICOS	Portaria nº 007/GR/2007 estabelece que o material deve ser encaminhado ao Departamento de Gestão Patrimonial, onde permanece armazenado em almoxarifado até definição de sua destinação.	Art. 33 da Política Nacional dos Resíduos Sólidos; Lei nº 12.305/2010 - obriga a estruturação e implementação de sistema de logística reversa.
RESÍDUOS ORGÂNICOS	Encaminhados para o pátio de compostagem ⁴ .	Solução está de acordo com o art. 36 da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010.
REJEITO	Encaminhados para a coleta convencional da COMCAP, direcionados para o aterro sanitário.	Solução está de acordo com a Lei nº 12.305/2010, que define a adoção de disposição final ambientalmente adequada.

⁴ O Projeto de Compostagem da UFSC é realizado pelo Departamento de Engenharia Rural/CCA.

RESÍDUOS DE VARRIÇÃO E PODA	Depositados em caçambas para posterior recolhimento pela COMCAP em coleta convencional e direcionados ao aterro sanitário. A UFSC possui, também, contrato com a empresa EcoEficiência, que é responsável pela destinação dos resíduos de varrição e poda.	Possuir um sistema próprio de beneficiamento do material que privilegie a destinação para compostagem e jardinagem.
RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	São acondicionados em um contêiner disponibilizado pela empresa EcoEficiência ou caçambas disponibilizadas pela COMCAP.	Atender a Portaria nº 850/GR/2010, que institui que as empresas responsáveis pelas obras são responsáveis também pelos resíduos gerados.
RESÍDUOS DE ÓLEOS E GRAXAS	Recolhimento ou estabelecimento de PEVs (Pontos de Entrega Voluntária), informais, por empresas que processam óleos utilizados.	Atender a Lei nº 12.305/2010, que recomenda a logística reversa.
RESÍDUOS DE PILHAS E BATERIAS	Acondicionadas e armazenadas espontaneamente em algumas unidades de ensino, sendo, por fim, recolhidas e encaminhadas à empresa terceirizada ProActiva.	Atender a Lei nº 12.305/2010, que recomenda a logística reversa.
RESÍDUOS DE LÂMPADAS	Acondicionadas e armazenadas espontaneamente em algumas unidades de ensino, sendo, por fim, recolhidas e encaminhadas à empresa terceirizada ProActiva, responsável pela destinação final.	Atender a Lei nº 12.305/2010, que recomenda a logística reversa.

Fonte: Coordenadoria de Gestão Integrada - CGI/PROPLAN/UFSC
Boa-prática: Compostagem

O projeto de compostagem da UFSC, atualmente um projeto de extensão com apoio financeiro da Universidade, é de iniciativa do Departamento de Engenharia Rural/CCA e encontra-se sob orientação do professor Paul Richard Miller, com a colaboração de uma equipe de estudantes bolsistas. Esse projeto é responsável pelo recolhimento e reciclagem dos resíduos orgânicos do campus UFSC/Florianópolis por meio de compostagem termofílica.

Os resíduos utilizados na compostagem provêm principalmente dos restaurantes e bares em funcionamento no campus UFSC/Florianópolis - Trindade e CCA.

Figura 1 - Leiras de compostagem da UFSC



Fonte: PITSCH, 2011
Compras e Contratações Sustentáveis

As compras e contratações públicas movimentam em torno de 15% do PIB no Brasil, o que equivale a 600 bilhões de reais por ano, valor considerável no orçamento da União (BECKER, 2012). Dessa forma, na medida em que essas compras e contratações são revestidas de critérios de sustentabilidade e funcionam como mola propulsora para a difusão desse tipo de prática entre fornecedores que almejam o mercado governamental.

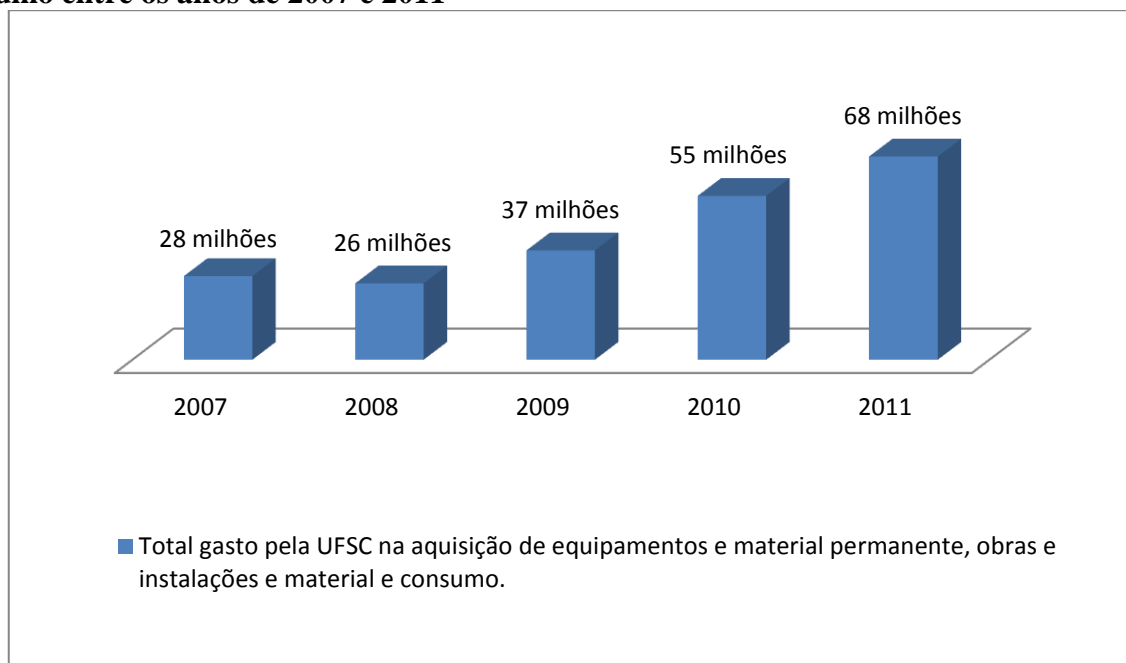
No entanto, há um permanente desafio em harmonizar as compras com os três pilares da sustentabilidade – econômico, social e ambiental – em todos os estágios do processo de licitação, visto que nem sempre suas diretrizes são convergentes. Como exemplo, existem produtos que atendem a critérios ambientais, porém, não geram economicidade direta, devido ao alto custo de produção e/ou da tecnologia que empregam.

Nesse contexto, cabe às universidades, como órgãos promotores das políticas públicas, pautar-se pela adoção de critérios de sustentabilidade nas compras e contratações, utilizando-se da ponderação entre os fatores a serem considerados, a fim de obter a contratação mais vantajosa para a administração.

Para a Universidade Federal de Santa Catarina, o Governo Federal destinou, entre os anos de 2007 e 2011, mais de 3,5 bilhões de reais. Desse montante, 213 milhões foram utilizados para aquisições nos elementos de despesa: equipamentos e material permanente; obras e instalações e material e consumo (Gráfico 1 e Gráfico 2).

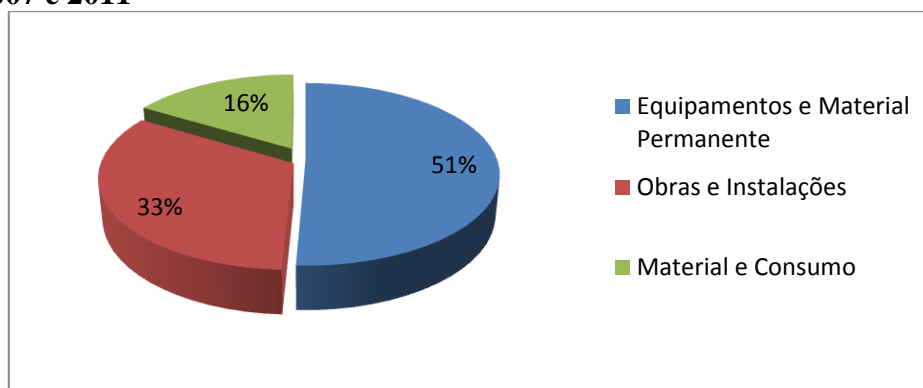
O Gráfico 2 apresenta o comparativo do valor gasto pela Universidade nesses elementos de despesa no período. Pode-se observar um crescimento de aproximadamente 140% no valor das aquisições do ano de 2011 em relação ao ano de 2007 (BECKER, 2012). Esse crescimento acompanha o desenvolvimento da instituição, ocasionado pelo Reuni e pela criação de novos campi e cursos.

Gráfico 1 - Comparativo dos gastos da UFSC em aquisições nos elementos de despesa: equipamentos e material permanente, obras e instalações e material e consumo entre os anos de 2007 e 2011



Fonte: BRASIL, 2012 (apud Becker, 2012, p. 19)

Gráfico 2 - Perfil das compras da UFSC por elemento de despesa entre os anos de 2007 e 2011



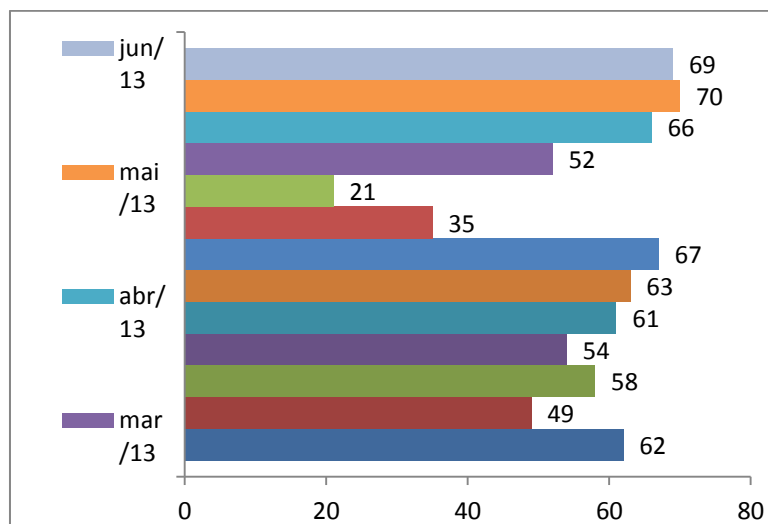
Fonte: BRASIL, 2012 (apud BECKER, 2012).

Para corroborar essas estatísticas, podemos esmiuçar a aquisição de material e consumo realizados no longo do ano de 2012:

- 7.550 resmas de papel A4 branco, no valor total de R\$ 59.970,78 (preço médio de R\$ 7,94 por resma);
- 6.160 resmas de papel A4 reciclado, no valor total de R\$ 48.974,00 (preço médio de R\$ 7,95 por resma);
- 10.000 centos de copos descartáveis de 50 ml para café, no valor total de R\$ 7.200,00 (preço médio de R\$ 0,72 por pacote com 100 unidades);
- 47.500 centos de copos descartáveis de 180 ml para água, no valor total de R\$ 67.525,00 (preço médio de R\$ 1,42 por pacote com 100 unidades).

Já o consumo de toners pelos diversos setores da UFSC ao longo de um ano (junho de 2012 a junho de 2013) é mostrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Consumo de toners pela UFSC no período de um ano (junho/2012 a junho/2013)



Fonte: SeTIC (2013)

Como se pode observar, existem grandes oscilações, dependendo da época do ano analisada. Nota-se que uma campanha de conscientização quanto ao uso consciente das impressões pode trazer resultados interessantes nesse quesito. Segundo Becker (2012, p. 20), “Estes dados evidenciam o potencial de compras e contratações da UFSC, o qual influencia diretamente a economia, positivamente ou negativamente, dependendo dos critérios a serem utilizados para as aquisições”. Cabe assim à administração da UFSC

adotar práticas que institucionalizem os procedimentos e criem rotinas para que os critérios de sustentabilidade sejam inseridos em cada categoria de aquisição, conforme normativas vigentes.

Atualmente, essas práticas e ações ocorrem de modo fragmentado e por meio de iniciativas isoladas, ficando em muitos casos à mercê da vontade e/ou do conhecimento dos gestores. Para que essas práticas sejam institucionalizadas, é necessária a definição de procedimentos que garantam desde a solicitação de compra e especificação dos materiais, até o momento da entrega, a inclusão e a verificação de critérios de sustentabilidade. Isso envolve também mudança de cultura, na medida em que é necessária a participação de todos os atores envolvidos no processo.

Nesse sentido, a busca de parcerias com laboratórios de ensino e pesquisa, que detém o conhecimento técnico em diversas áreas, é fundamental. O conhecimento adquirido e gerado dentro da universidade não pode ser desprezado, e parece ser o caminho mais lógico na busca da excelência em compras e aquisições, em se tratando de sustentabilidade.

A perspectiva para os próximos anos é que as aquisições e contratações sustentáveis se tornem regra, e não exceção, a partir da implementação das ações já mencionadas, aliada à maturidade do mercado em relação a esse quesito. Percebe-se que, conforme essas exigências são inseridas nos editais e cobradas pelo mercado em geral, os produtos sustentáveis vão se tornando mais competitivos em termos de preço, qualidade e disponibilidade no mercado, trazendo à realidade a temática compra e aquisições sustentáveis, que hoje predomina no campo teórico.

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

As ações de em prol da qualidade de vida no ambiente de trabalho desenvolvidas pelo Departamento de Atenção à Saúde/Unidade SIASS-UFSC da Secretaria de Gestão de Pessoas (DAS/SEGESP/UFSC) têm como objetivo principal desenvolver e implementar políticas de promoção à saúde e à segurança do trabalho, otimizando o processo de interação no trabalho, bem como de políticas de assistência social aos servidores técnico-administrativos e docentes.

A partir de dezembro de 2007, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Recursos Humanos, firmou o compromisso de construir e implantar, de forma compartilhada, uma Política de Atenção à Saúde. Tal política seria sustentada por um sistema de informação em saúde do servidor, uma sólida base legal, uma rede de unidades e serviços e a garantia de recursos financeiros específicos para a implementação de ações e projetos. Esse movimento deu origem à criação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), instituído pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

O Departamento de Atenção à Saúde (DAS/SEGESP) da UFSC sedia uma unidade SIASS em Florianópolis que é composta pelos seguintes setores, todos subordinados à Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho e à Junta Médica Oficial: Divisão de Serviço Social, Divisão de Saúde Suplementar, Serviço de Saúde Ocupacional e Seção de Segurança do Trabalho. O SIASS, numa perspectiva multiprofissional, coordena e integra ações e programas nas áreas de perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde de mais de dez mil servidores no Estado (Tabela 2).

Participam no Acordo de Cooperação Técnica do SIASS as seguintes instituições: UFSC, Superintendência Regional da Polícia Federal de Santa Catarina (SR/DPF/SC), Superintendência do IBAMA/SC, Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal (SR/DPRF/SC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/SC), Procuradoria Federal de Santa Catarina (PF/SC), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/SC (SR/DNIT/SC).

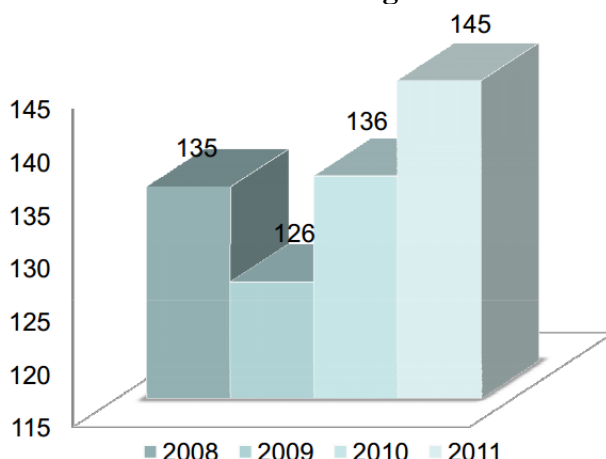
Tabela 2 - Público alvo DAS/Unidade SIASS-UFSC

Órgão Situ	UFS C	DPR F	DP F	IBAM A	IBG E	Procuradori a Federal	ICMBi o	Tota l
Ativos	5111	183	392	105	159	269	125	6344
Inativos	2706	244	228	140	131	26	20	3495
Pensionista s	613	105	42	177	38	09	04	988
Total Geral	8430	532	662	422	328	304	149	10827

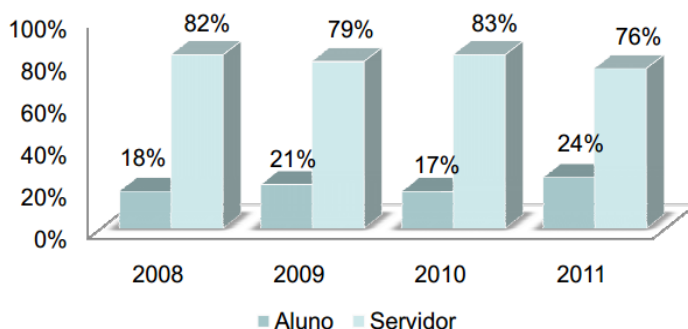
Fonte: RH de cada órgão partícipe – setembro/2012

O princípio da sustentabilidade precisa estar associado à visão de elevação da qualidade de vida das pessoas e do ambiente natural em geral e gerar um bem-estar social e ambiental. De acordo com Pilatti e Bejarano (2005), o conceito QVT está “relacionado à satisfação dos funcionários quanto à sua capacidade produtiva em um ambiente de trabalho seguro, de respeito mútuo, com oportunidades de treinamento e aprendizagem e com o equipamento e facilidades adequadas para o desempenho de suas funções”.

O Subcomitê Qualidade de Vida Segurança e Integração com a Comunidade, do Plano Diretor Participativo em discussão na UFSC, do qual participa o DAS/SEGESP/UFSC, destaca nos Gráfico 4, Gráfico 5 e Gráfico 6 os dados de acidentes registrados na UFSC entre 2008 e 2011, que comprometem a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho e na preservação da integridade física e psíquica do trabalhador.

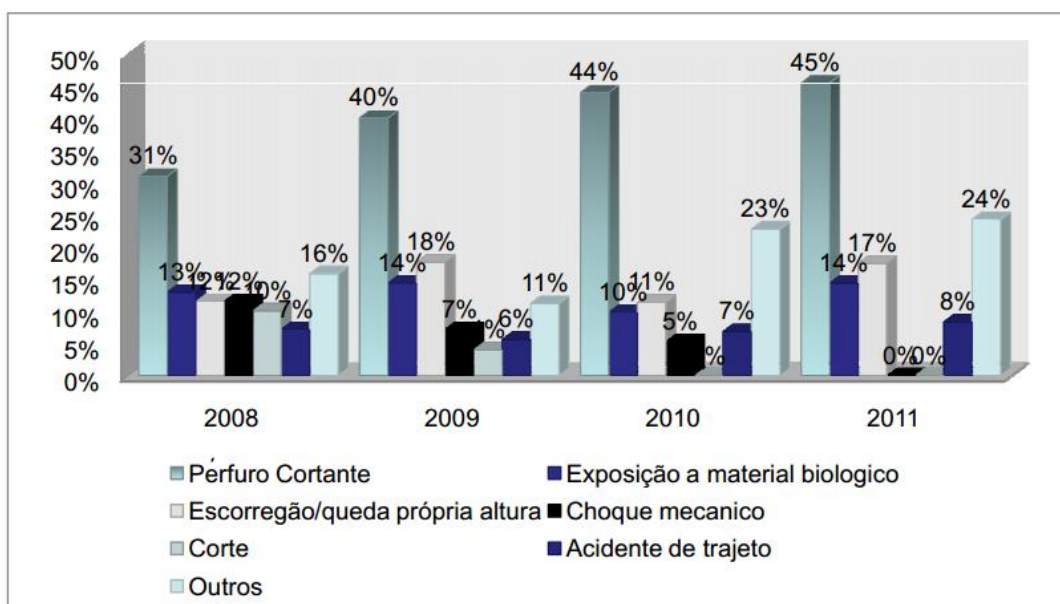
Gráfico 4 - Número de acidentes registrados durante a jornada de trabalho

Fonte: Plano diretor participativo da UFSC - Segurança, 2013

Gráfico 5 - Distribuição percentual dos acidentes registrados entre servidores e alunos

Fonte: Plano diretor participativo da UFSC - Segurança, 2013

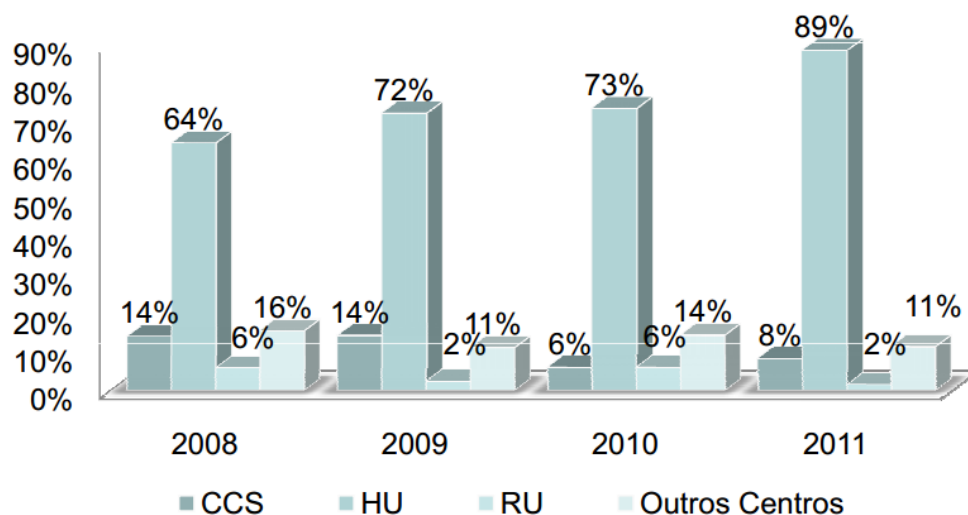
Gráfico 6 - Percentual de acidentes de trabalho, por tipo de agente causador



Fonte: Plano diretor participativo da UFSC - Segurança, 2013

As informações fornecidas pelo Subcomitê de Segurança e Integração com a Comunidade revelam também os locais com maior vulnerabilidade a riscos de saúde e segurança dos trabalhadores da Universidade. O Hospital Universitário é o local de maior número de incidências (Gráfico 7).

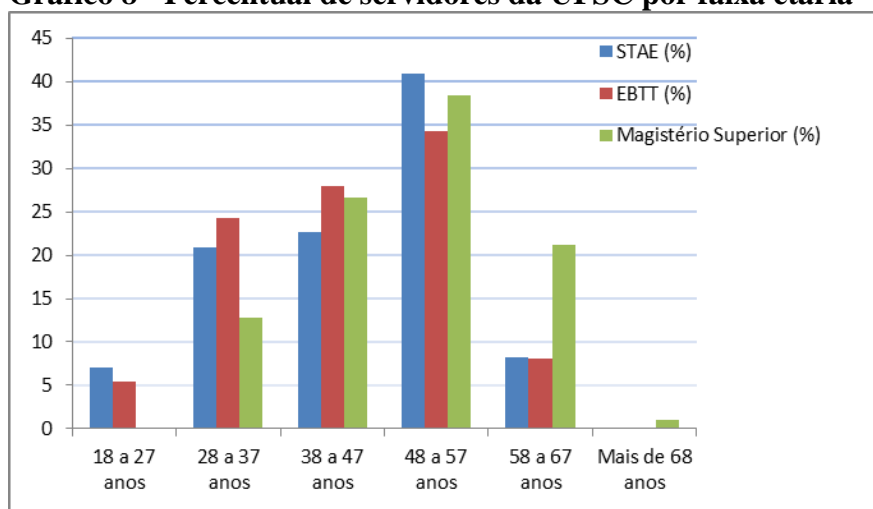
Gráfico 7 - Distribuição percentual de acidentes de trabalho por unidades de ensino e administrativas da UFSC



Fonte: SEGESP/UFSC, 2013

Outro aspecto relevante nesse contexto é a faixa etária elevada de servidores STAs e docentes (ensino básico e superior), sugerindo uma grande renovação dos quadros (Gráfico 8), além da expansão da Universidade, o que demanda a ampliação do número de seus servidores. Como consequência, temos um contingente de servidores em fase de transição que exige preparação e cuidados, além do reconhecimento e valorização dos servidores em fase aposentadoria e de pré-aposentadoria.

Gráfico 8 - Percentual de servidores da UFSC por faixa etária



Fonte: SARH/UFSC, obtido em 03/09/2012

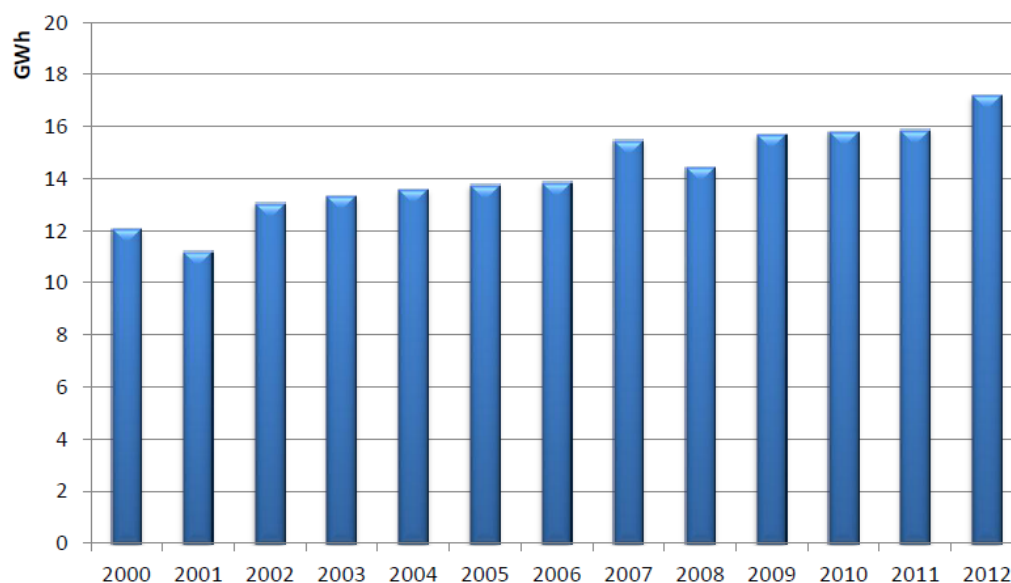
Boa Prática: Clínica da Voz

A Clínica da Voz é um projeto iniciado em 2004 para suprir a demanda de treinamento na prática da Fonoaudiologia no Curso de Especialização em Voz da UFSC. O projeto é coordenado por professores fonoaudiólogos da UFSC e conta com o suporte de médicos contratados do Hospital Universitário, de professores aposentados voluntários, de profissionais especialistas em voz e de alunos do Curso de Graduação em Fonoaudiologia. A Clínica da Voz está instalada no campus universitário da UFSC e permite o atendimento de 15 pacientes/dia, com uma qualidade que é hoje referência no SUS de Santa Catarina.

Energia

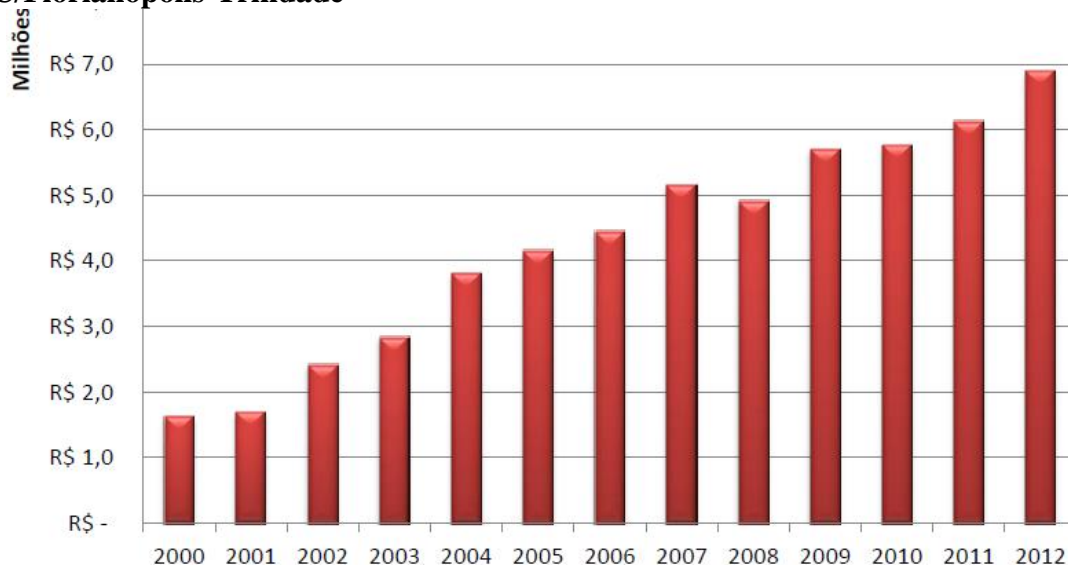
As demandas energéticas atuais da UFSC refletem tanto o cenário de expansão da Universidade quanto do sucateamento de sua infraestrutura (Gráfico 9 e Gráfico 10). Portanto, essa realidade remete à urgência de investimentos financeiros para a ampliação e modernização do sistema já existente, além de recursos humanos para o seu gerenciamento e manutenção.

Gráfico 9 - Evolução do consumo de energia elétrica do campus UFSC/Florianópolis-Trindade



Fonte: DPAE/UFSC, 2013

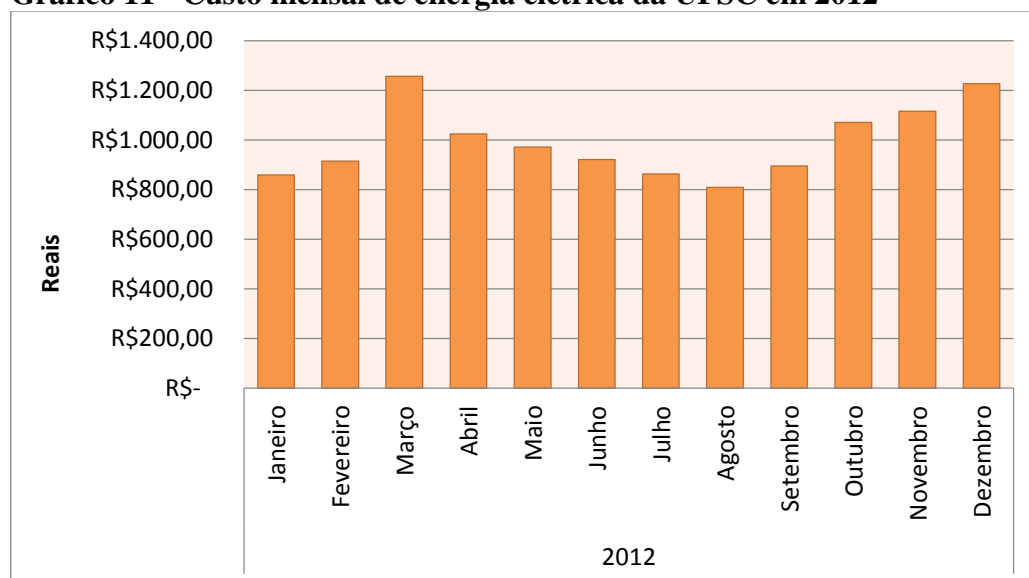
Gráfico 10 - Evolução do custo total de energia elétrica do campus UFSC/Florianópolis-Trindade



Fonte: DPAE/UFSC, 2013

Outro aspecto a ser considerado é a sazonalidade climática (uso de ar-condicionado durante o verão) e das atividades da UFSC (período de aulas versus recesso acadêmico), gerando uma significativa variação nas demandas mensais de energia elétrica que resultam em custos adicionais (Gráfico 11). Mediante isso, é fundamental a revisão mensal dos contratos de modalidade tarifária e de demanda, de acordo com a resolução da ANEEL, para prevenir custos dispensáveis. Somente em 2012, o custo do consumo de energia elétrica foi de quase 12 milhões de reais. Esse custo seria muito maior se os contratos de demanda junto à concessionária de energia – CELESC – não sofressem constantes acompanhamentos e ajustes.

Gráfico 11 - Custo mensal de energia elétrica da UFSC em 2012



Fonte: DPAE/UFSC, 2013

Subestações

A segurança e confiabilidade no sistema elétrico só serão possíveis através da organização estrutural da rede de média tensão da Universidade e da avaliação específica da situação de cada subestação que o compõe.

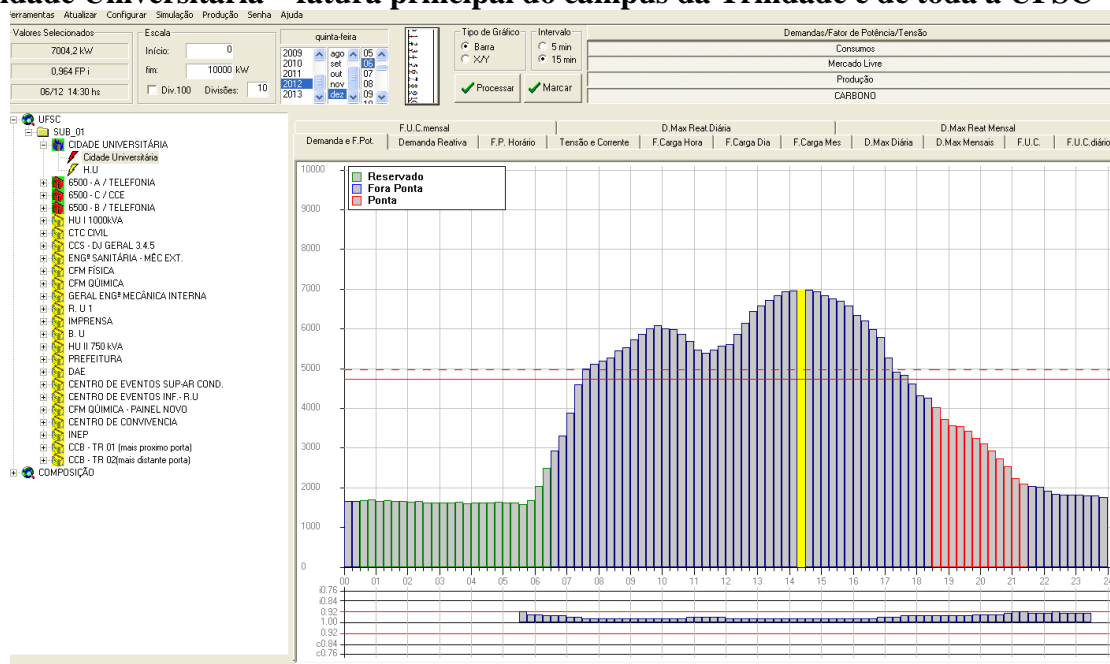
A organização e avaliação darão subsídios à substituição racional de equipamentos, atendimento a requisitos de segurança e elaboração de um programa de manutenção na UFSC.

Medidores de Energia – Sistema de telemetria

Através do acompanhamento instantâneo e remoto do consumo de energia elétrica, pode-se programar de forma mais eficiente a expansão de cada campus, monitorar e controlar possíveis desperdícios de energia, além de possibilitar mensurar programas de eficiência que forem implementados.

A UFSC possui um sistema preliminar de medição, que deve ser estendido a todos os transformadores existentes (cerca de 160 equipamentos) nas subestações. Assim, necessita-se da aquisição de novos equipamentos e da expansão e recuperação do sistema de telemetria.

Figura 2 - Sistema de telemetria exibindo a demanda de energia ao longo do dia na Cidade Universitária – fatura principal do campus da Trindade e de toda a UFSC



Fonte: DPAE/UFSC, 2013

Sistema de Informação Georreferenciada da rede elétrica da UFSC

O Sistema de Informação Georreferenciada (SIG) é um sistema de informação e comunicação espacial, para facilitar a gestão de processos, agilizar o acesso a dados e tomada de decisões.

O SIG da rede elétrica da UFSC encontra-se em estágio preliminar, e consiste na utilização de um mapa, em que estão locados os pontos referentes às subestações, rede elétrica de média tensão e caixas de passagem, com a indicação das edificações atendidas em cada ponto, dotadas de informações específicas.

Mapa 2 - SIG: faturas de energia da UFSC em Florianópolis



Fonte: DPAE/UFSC, 2013
Manutenção

Visando à eficiência e segurança do sistema e dos usuários, estão em estruturação uma equipe de manutenção com corpo técnico adequado, a especificação e a aquisição de equipamentos de segurança, a elaboração de procedimentos para serviços em subestações e o desenvolvimento de rotinas de manutenção preventiva e preditiva.

Boa Prática: Campanha de conscientização para o uso racional de energia elétrica na UFSC

Com o intuito de contribuir para a redução do consumo de energia elétrica e o consequente gasto público, foi desenvolvida uma campanha institucional para conscientização do uso racional de energia elétrica.

Na Figura 3, há um exemplo do material de propaganda produzido pela CPROF, Gabinete da Reitoria e AGECOM para a campanha. Além do material físico, foi idealizado material para uso no meio eletrônico, em mídias sociais e site, com orientações sobre como economizar energia elétrica.

Figura 3 - Adesivos produzidos para a campanha de racionalização do uso de energia elétrica na UFSC



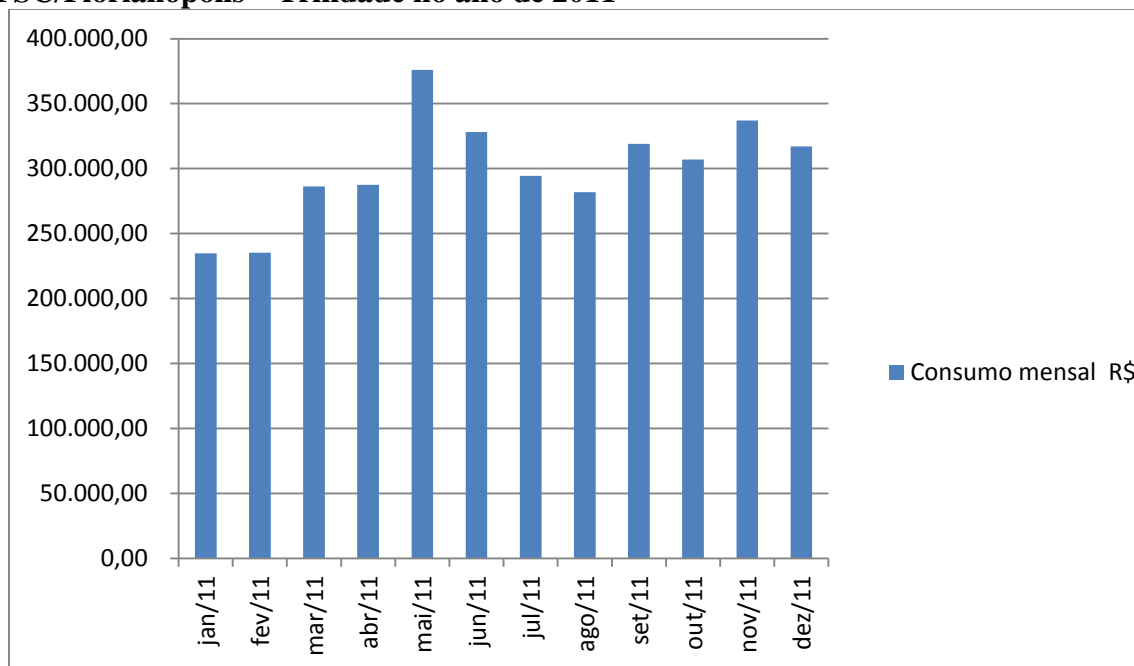
Fonte: AGECOM/UFSC, 2013

O foco foi reduzir o consumo de energia elétrica, que aumenta drasticamente no período de verão, sobrecarregando as redes e propiciando “apagões” frequentes.

Água e Esgoto

A UFSC possui atualmente sessenta e nove unidades consumidoras atendidas pelos serviços de água e, em parte, de esgoto, distribuídas entre todos os seus campi. O gasto da Universidade com a contratação do serviço de água e esgoto chega a valores próximos a R\$ 400.000,00 no período escolar regular, e em torno de R\$ 290.000,00 em tempos próximos à finalização dos semestres e recesso escolar. Em 2011, as faturas atingiram o valor de R\$ 3.604.404,27, cifra esta que tende a elevar-se, em virtude da expansão da Universidade (Gráfico 12).

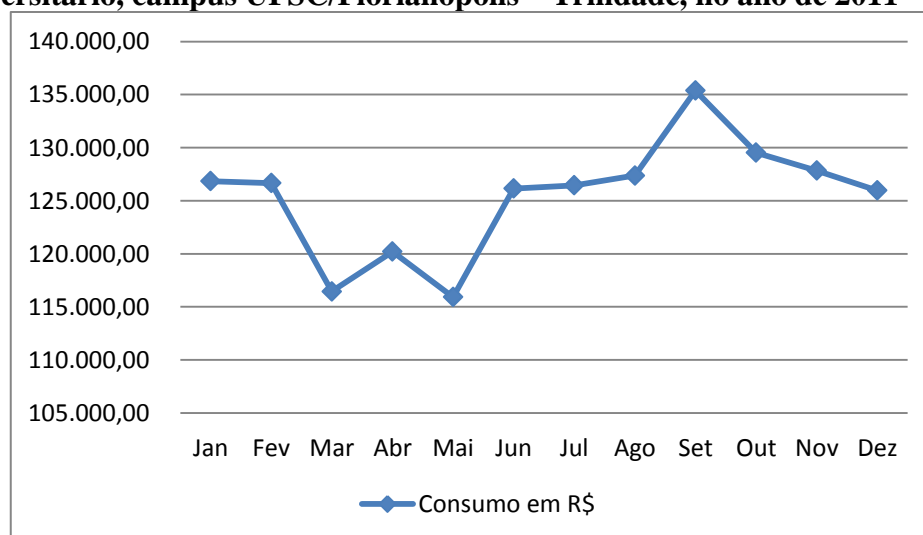
Gráfico 12 - Valor mensal das faturas de água e esgoto do campus UFSC/Florianópolis – Trindade no ano de 2011



Fonte: DPAE/UFSC, 2013 baseado nas faturas mensais fornecidas pela CASAN

Dentre os centros administrativos e acadêmicos, o Hospital Universitário (HU) destaca-se como o maior consumidor de água na UFSC e com a menor variação de consumo anual. Diferentemente de outros centros, as atividades do HU não estão atreladas exclusivamente ao ensino, pesquisa e extensão, e cumprem um importante papel no atendimento à população via SUS, o que reflete um consumo compatível com o andamento dessas atividades (Gráfico 13).

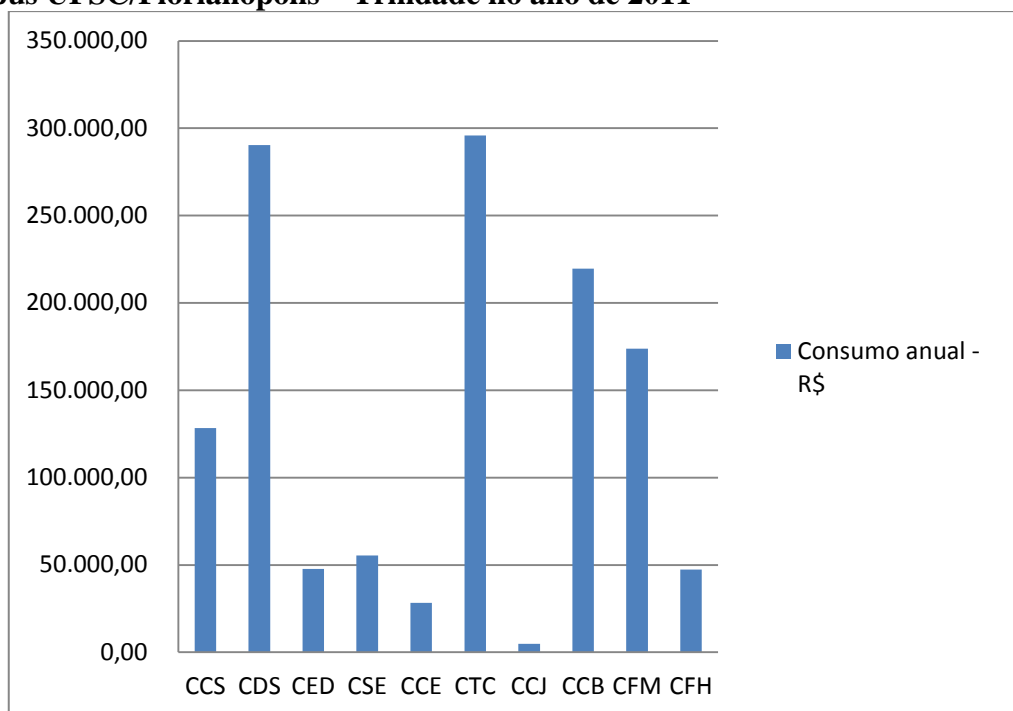
Gráfico 13 - Valor mensal das faturas de água e esgoto do Hospital Universitário, campus UFSC/Florianópolis – Trindade, no ano de 2011



Fonte: DPAE/UFSC, 2013 baseado nas faturas mensais fornecidas pela CASAN

Dentre os centros de ensino, destacam-se como maiores consumidores o CTC e o CDS (Gráfico 14). O CTC apresenta fatura superior em relação ao CDS, embora o seu volume de água consumido seja inferior. Essa diferença se explica pela inexistência dos serviços de coleta de esgoto em uma das áreas do CDS, o que reduz os valores cobrados de tratamento de esgoto desse centro.

Gráfico 14 - Valor anual das faturas de água e esgoto das unidades de ensino no campus UFSC/Florianópolis – Trindade no ano de 2011



Fonte: DPAE/UFSC, 2013, baseado nas faturas mensais fornecidas pela CASAN

A UFSC é uma instituição de grande porte e, como tal, precisa de uma infraestrutura adequada a esta grandiosidade, o que exige um sistema permanente de melhorias e de manutenção de qualidade. Em virtude disso, a equipe de planejamento adotou medidas de monitoramento e mapeamento para viabilizar o gerenciamento do sistema. Com o levantamento conjunto da rede (com seus respectivos componentes) e dos sistemas de medição, torna-se possível a geração de parâmetros de consumo, que são de suma importância para fins de planejamento e administração.

O sistema de monitoramento pode trazer grandes benefícios também ao controle dos vazamentos, que fazem parte da realidade da UFSC e que não só precisam ser rapidamente detectados, mas fundamentalmente erradicados. Para tanto, as equipes de manutenção precisam ser devidamente treinadas. É preciso que sejam estabelecidos procedimentos e capacitações para ações rotineiras, desde os trabalhos mais básicos até o uso de equipamentos mais sofisticados (ex: geofone: uma ferramenta eficiente na detecção de vazamentos). Além disso, com o estabelecimento de parâmetros de consumo, será possível a detecção de alterações drásticas na utilização de energia, as quais são indicadoras de vazamento quando outra explicação válida não é encontrada.

A UFSC, fundamentada no ensino, pesquisa e extensão, tem total possibilidade de realizar medidas de otimização associadas ao ensino na área de saneamento básico, principalmente no curso de Engenharia Sanitária e Ambiental e no de Engenharia Civil. Uma das maneiras de concretizar essa relação entre ensino e prática profissional é pela criação de grupos instruídos por professores e acompanhados por profissionais da área, para estudos de caso, análises de qualidade, desenvolvimento e implantação de tecnologias simples e baratas como a captação de água da chuva (para diminuir desperdícios de água potável para fins menos nobres, como lavagem de pisos, rega de jardins, entre outros) e projetos de economia. Essa cooperação entre ensino (alunos e professor de um curso) e administração (profissionais dos setores vinculados à infraestrutura) poderá resultar em ganhos tanto financeiros quanto científicos para a instituição.

Outro aspecto que pode contribuir para a diminuição dos gastos com água é a modernização dos equipamentos nos banheiros e vestiários, o que implica instalar torneiras

e chuveiros (com pedais e sensores, respectivamente), vasos sanitários com descarga por sucção, entre outros investimentos.

Por fim, cabe lembrar que a água potável consumida nas unidades resultará em correspondente taxa de esgotamento sanitário na fatura. No entanto, a preocupação em relação aos esgotos ultrapassa a relevância tarifária e assume uma dimensão ambiental mais complexa. Para tratar dessa questão, temos que abordar minimamente três aspectos:

- o lançamento indevido de águas pluviais na rede de coleta de esgotos;
- o lançamento clandestino de esgotos na rede de drenagem pluvial;
- a ligação insuficiente do sistema de coleta dos esgotos produzidos no campus UFSC/Florianópolis-Trindade à rede coletora municipal;
- a inexistência de ligação à rede de coleta de esgotos municipal das residências e estabelecimentos comerciais do entorno da UFSC.

Trazemos, como exemplo da degradação ambiental de corpos de água promovida pela falta de esgotamento sanitário, o estudo conduzido na microbacia do campus UFSC/Florianópolis – Trindade, entre abril e julho de 2011, que realizou o levantamento de todas as contribuições hídricas vertentes nos canais que atravessam o campus (LAURENTI, 2011), entregue posteriormente à atual gestão.

Foram consideradas contribuições hídricas todos os fluxos aquáticos vertendo de tubulações, de valas, de canais, de algum tributário ou de qualquer outro meio, dentro do Rio do Meio (córrego principal).

As águas superficiais drenadas pelos canais da microbacia do campus são originadas principalmente nas encostas e morros do entorno. À medida que escoam para as partes mais baixas do terreno, juntam-se a águas de outros riachos, muitas vezes já contaminadas por esgoto, para formar o canal central que atravessa o campus (Rio do Meio), que em seu trajeto recebe contribuições de outros tributários até desembocar no Manguetal do Itacorubi (LABDREN, 1997a e 1997b).

A ocupação urbana da área da bacia é caracterizada por densidade populacional e composição social diversa. Nas áreas mais baixas da bacia, temos bairros mais densos (verticalização das residências) e forte composição de classe média e média-alta (Trindade, Carvoeira, Pantanal, Parque São Jorge, Itacorubi). De outro lado, temos a expressão do empobrecimento local e do fluxo migratório subindo as encostas dos morros, desmatando e ocupando áreas de preservação permanente (APP) ou limitadas (Morro do Manguetão, no Pantanal; Morro do Quilombo, no Itacorubi; Morro da Cruz, próximo à Penitenciária; e Morro da Serrinha, próximo à Carvoeira e Trindade), de densidade populacional menor por conta das unidades residenciais horizontais. Parte das residências localizadas nas áreas mais baixas da bacia é ligada à rede coletora de esgoto; outra parte faz uso de fossas sépticas. Nas áreas ocupadas irregularmente, nas encostas e morros, apenas 28% das casas recebem água tratada regularizada (Programa Conexões de Saberes/UFSC).

Até 2003, antes da ligação à rede coletora de esgoto insular de Florianópolis, parte dos efluentes servidos da UFSC (laboratórios, cozinhas, sanitários etc.) era “gerenciada” para dentro dos córregos da microbacia. No entanto, a atividade de monitoramento dos canais da microbacia do campus, pela pesquisa (LAURENTI, 2011), constatou que ainda pode haver descargas de águas servidas para dentro dos córregos, com origem em edificações da UFSC. As descargas foram detectadas em tubulações nas proximidades do sistema de resfriamento da central de energia da Fundação CERTI; nas proximidades do Restaurante Universitário; nas proximidades da Editora da UFSC e dos centros de ensino CSE, CFM, CCS e CDS.

Mediante o observado em campo (LAURENTI, 2011), a microbacia do campus UFSC/Florianópolis - Trindade foi dividida em quatro quadrantes, e, para cada um deles, foram selecionadas as principais contribuições hídricas componentes dos canais de drenagem. Os quadrantes foram identificados por cores distintas e relacionam os bairros do entorno do campus com as fontes externas das contribuições hídricas ao Rio do Meio. Foram localizados 72 pontos de contribuição hídrica – considerados mais relevantes

Mapa 3 - Principais edificações e da rede de drenagem da microbacia do campus UFSC/Florianópolis - Trindade, localizando os 72 pontos de contribuição hídrica distribuídos nos quadrantes A, B, C e D.



A partir dessa experiência, a CGPLS entende ser possível dar continuidade ao trabalho, identificando-se a origem dos efluentes vertentes, nos pontos já levantados, por meio do mapeamento da rede de esgoto do campus. Por outro lado, a constituição de grupos de trabalho, em colaboração, de professores e estudantes das áreas de geografia, biologia, química e engenharia sanitária e ambiental poderá ser a frente para dar início ao monitoramento da qualidade dessas águas e do solo.

867

ambientais internas, poderá gerar programas para fora dela, de abrangência imediata sobre os bairros do entorno.

Deslocamento de Pessoal: foco na redução de gastos e emissões

O campus da UFSC/Florianópolis-Trindade está localizado em uma área urbana intensamente adensada (circundado pelos bairros Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Carvoeira e Serrinha). Em 2009, foi diagnosticado que essa região possui um sistema de mobilidade deficiente pelo Subcomitê de Mobilidade do Plano Diretor Participativo da UFSC[1]. Essa deficiência está caracterizada principalmente por congestionamentos constantes na região, pela escassez de calçadas regulares e ciclovias, além de limitações para a acessibilidade de indivíduos com necessidades especiais.

O diagnóstico foi produto de um estudo que objetivou compreender o estado real da mobilidade do campus para subsidiar melhorias futuras no sistema. Para compor a amostragem do estudo, foram utilizados os dados da população universitária de 2007, a saber: servidores técnico-administrativos (2.841) e professores (1.862), alunos de graduação (17.385), de pós-graduação (5.520) e do Colégio de Aplicação (1.753), totalizando 29.361 pessoas (Tabela 2).

Pode-se observar pela Tabela 3 que 56% das viagens eram realizadas em automóvel, o que correspondia a aproximadamente 12.500 automóveis/dia. Esses dados já indicavam em 2007 que a UFSC necessitava, com urgência, adotar medidas que estimulassem os modais sustentáveis.

O estudo ainda mostrou a carência de transporte público – especialmente nas horas de pico – avaliado pela comunidade universitária como precário, principalmente no que concerne à frequência e número de linhas de ônibus. Algumas iniciativas já foram realizadas, tais como a elaboração do projeto da ciclovia UFSC e a proposta de uma central de carona, na tentativa de superação dessa realidade.

Tabela 3 - Meios de transporte utilizados pela Comunidade universitária para acesso ao campus UFSC/Florianópolis – Trindade

Situação/Meio de Locomoção - Origem		Professor	Servidor	Aluno Básico, Fundamental e Médio	Aluno Graduação	Aluno Pós-Graduação	Total
Automóvel como motorista		79,78%	48,96%	0,00%	17,82%	41,67%	48,00%
Automóvel como passageiro		4,37%	9,90%	35,71%	7,47%	8,33%	8,00%
1 ônibus		2,73%	7,29%	14,29%	16,67%	16,67%	9,04%
2 ônibus		2,19%	15,63%	50,00%	22,99%	0,00%	14,09%
A pé		9,29%	14,58%	0,00%	29,31%	25,00%	17,22%
Motocicleta		0,00%	2,08%	0,00%	2,87%	8,33%	1,74%
Bicicleta		1,09%	1,56%	0,00%	2,87%	0,00%	1,74%
Táxi		0,55%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,17%
Outro		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	Amostra	183	192	14	174	12	575
	Porcentagem	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Plano diretor participativo da UFSC - Mobilidade, 2012

Já no tocante às informações relativas aos impactos (gastos e emissões) da frota veicular sob responsabilidade da instituição, há carência de uma análise mais apurada, considerando-se que os dados são incompletos e que os campi da UFSC encontram-se ainda em processo de implantação, não possuindo frota para atendimento exclusivo.

Contudo, alguns dados disponíveis⁵ permitem algumas breves considerações. A frota da instituição em 2012 foi de 36 veículos – entre utilitários, caminhões e ônibus – com uma idade média de 11 anos. Associado à idade média veicular pode estar o alto custo com manutenção/conservação da frota, que foi de R\$ 559.540,72/ano, valor superior ao gasto com combustível e lubrificantes, que foi de R\$ 477.745,38/ano.

Ao mesmo tempo, a quilometragem rodada em 2012, algo em torno de 100 mil quilômetros, não parece representar o uso normal dos veículos. É possível que grande parte dos serviços em 2012 tenha sido prestada por veículos contratados externamente, seja pela falta de motoristas ou de veículos adequados à ocasião.

AÇÕES

Após a abordagem dos temas, as informações levantadas serviram de base para a proposição de futuras ações, constituindo as matrizes temáticas. Estas, no entanto, não apresentam detalhamentos metodológicos nem previsão de recursos humanos ou financeiros para a implementação das ações. Isso se dá em virtude da já mencionada limitação dos dados para a elaboração do PLS.

O processo de adesão ao PLS pelos órgãos da UFSC irá criar os ajustes necessários às etapas subsequentes.

⁵ Dados fornecidos pelo setor de transportes da Pró-Reitoria de Administração da UFSC.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Metas	Ações	Responsáveis	Prazos	Indicadores
Duplicar o número de itens adquiridos com critérios de sustentabilidade	1. Incluir a categoria de produtos sustentáveis ao catálogo de compras da UFSC.	<i>DCL</i>	12 meses	Ação realizada
	2. Conceber critérios sustentáveis para compras e contratações.	<i>DCL/professores consultores</i>	12 meses	Ação realizada
	3. Incluir nos editais critérios de sustentabilidade comprovados por meio de certificações e/ou selos aferidos por organismos acreditados.	<i>DCL</i>	12 meses	Porcentagem de objetos com critérios de sustentabilidade estabelecidos
	4. Instituir como prática a consulta a laboratórios credenciados e/ou especialistas internos sobre itens que não possuam certificação e/ou selos.	<i>DCL</i>	18 meses	Prática instituída
	5. Revisar os itens dos principais pregões, adequando-os, quando possível, aos critérios ambientais, iniciando pelos itens de almoxarifado e da Prefeitura Universitária.	<i>DCL</i>	12 meses	Porcentagem de itens listados com critérios de sustentabilidade estabelecidos
	6. Promover cursos de capacitação aos pregoeiros, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do departamento de compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.	<i>DCL/CCP</i>	12 meses	Porcentagem de pessoas capacitadas
Aumentar o alcance de projetos e práticas sustentáveis no setor de compras	7. Estabelecer uma plataforma virtual amigável, para a socialização de informações relativas a gastos e economias, assim como dos indicadores adotados por esta comissão.	<i>DCL/SeTIC</i>	18 meses	Ação realizada
	8. Valorizar as boas práticas de compras sustentáveis dos centros, departamentos e unidades administrativas (para redução, reutilização e reciclagem de materiais e equipamentos)	Pró-reitores/ <i>chefes de departamentos</i>	12 meses	Entrega de premiações às melhores práticas
	9. Estimular, através de campanhas educativas, o agir sustentável nos pedidos de aquisição, assim como no uso de materiais e equipamentos.	GR/ <i>DCL</i>	12 meses	Nº de campanhas lançadas
	10. Coletar as informações quantitativas e qualitativas sobre as compras e contratações, para montar um banco de dados.	<i>DCL</i>	12 meses	Inventário de compras e aquisições

	11. Compor equipe técnica multidisciplinar para verificação das necessidades de compras e contratações de instalações e equipamentos, a fim de adequar as estruturas físicas mais antigas da universidade aos critérios de sustentabilidade.	<i>DMPI</i>	12 meses	Equipe instituída
	12. Fomentar o uso de ambientes virtuais e outras formas alternativas para o compartilhamento de informações, buscando a redução do uso de impressões e reprografias.	GR/PROGRAD / PROPG/PROE X/ PRAE/PROPE SQ	6 meses	Diminuição do número de cópias e impressões

ENERGIA				
Metas	Ações	Responsáveis	Prazos	Indicadores
Documentar Instalação Elétrica	1. Atualização e reorganização do diagrama unifilar	DMPI/COPLAN	6 meses	Nº subestações identificadas
	2. Atualização e complementação do sistema de geo-referenciamento (SIG)	DMPI/COPLAN	6 meses	Nº subestações identificadas
	3. Implementação de um sistema de identidade visual para o sistema elétrico da UFSC	DMPI/COPLAN	6 meses	Nº subestações identificadas
Organização da Manutenção	4. Especificação e aquisição de equipamentos de segurança (EPI/EPC)	DMPI/COPLAN	9 meses	Nº trabalhadores contemplados
	5. Elaboração de procedimentos para serviços em subestações	DMPI/COPLAN	9 meses	Nº procedimentos estabelecidos
	6. Criação e organização de equipe de manutenção	DMPI	12 meses	Nº de pessoas treinadas
	7. Criação de rotina de manutenção preventiva e preditiva	DMPI/COPLAN	12 meses	Nº rotinas estabelecidas
Reparo das Subestações	8. Adequação das subestações (SEs) às normas ABNT/CELESC/CBMSC	DMPI/COPLAN	12 meses	Nº subestações reparadas
	9. Adequação da infraestrutura civil das subestações	DMPI/COPLAN	12 meses	Nº subestações reparadas
	10. Adequação da infraestrutura elétrica (Alta Tensão) das subestações	DMPI/COPLAN	12 meses	Nº subestações reparadas
	11. Especificação, aquisição e substituição de disjuntores de média de tensão e relés secundários que oferecem risco iminente	DMPI/DCL/COPLAN	6 meses	Nº de equipamentos instalados
Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica	12. Criar <i>homepage</i> direcionada a divulgação das informações do consumo de energia à comunidade universitária	GR/DPAE/COPLAN	9 meses	Nº de acessos ao site
	13. Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia	GR/DPAE/COPLAN	12 meses	Nº de campanhas
	14. Promover maior aproveitamento da luz e da ventilação natural em novos projetos arquitetônicos da UFSC	DPAE/COPLAN	12 meses	Nº de projetos
Eficiência do sistema elétrico	15. Especificação, aquisição e implementação do sistema de telemetria	DMPI/DCL/SeTIC/COPLAN	12 meses	Nº subestações identificadas
	16. Vincular a aquisição de novos equipamentos elétricos à coordenadoria de planejamento	DCL/COPLAN	12	Ação realizada

	(planejar cargas)		meses	
	17. Análise e verificação de desperdícios de energia elétrica	COPLAN	12 meses	Relatórios
	18. Revisar os contratos de energia elétrica	COPLAN	12 meses	Nº contratos revisados
	19. Estudar a possibilidade de posicionar a UFSC como consumidora livre de energia	DPAE/COPLAN	6 meses	Relatórios
	20. Estudar investimentos em: construção de usina fotovoltaica e implantação de usina de cogeração, como alternativas de longo prazo para autonomia energética da instituição	DPAE/COPLAN	12 meses	Relatórios
	21. Estabelecer e instaurar procedimentos de controle do sistema de energia UFSC (distribuição cargas instaladas)	DPAE/COPLAN	12 meses	Nº de rotinas estabelecidas
	22. Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios da questão energética	PROPG/ PROEX/ PROPESQ/ PRAE/DPAE	6 meses	Nº de trabalhos registrados
	23. Estudo de alternativas para suprimento de energia em casos de falha no sistema principal	DPAE/COPLAN	12 meses	Relatórios
	24. Estudo e instalação de sistema de iluminação externa com controle remoto de luminosidade	DMPI/DPAE/ COPLAN	12 meses	Porcentagem da área total atendida

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Metas	Ações	Responsáveis	Prazos	Indicadores
Fortalecer o programa de Qualidade de Vida na UFSC	1. Identificar as fontes de riscos potenciais à saúde (HU, RU, laboratórios, centrais gases e elétricas etc.)	SEGESD/DAS/ PU	12 meses	Ação realizada
	2. Avaliar, por meio de equipe multiprofissional em saúde, as situações de risco à saúde no trabalho dos servidores	SEGESD/DAS	12 meses	Ação realizada
	3. Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições	SEGESD	12 meses	Nº servidores capacitados na sua área de atuação
	4. Desenvolver indicadores de satisfação e bem estar coletivo da comunidade Universitária	SEGESD	12 meses	Relatório de Indicadores
	5. Buscar amparo legal para poder introduzir os servidores inativos nas atividades de capacitação da UFSC	PROCURADORIA/ SEGESD	12 meses	Nº de atividades realizadas por inativos
	6. Regulamentar orientações aos requisitantes de materiais e equipamentos para o atendimento no mínimo aos critérios ergonômicos indicados pela ABNT, e proativamente aos demais itens de conforto ergonômicos	SEGESD/DAS/ DCL	12 meses	Porcentagem de objetos adquiridos seguindo os critérios ergonômicos

	7. Adequar, em caráter prioritário, as instalações do Hospital Universitário às normas de segurança para situações de emergência	HU/DPAE/ DAS	12 meses	Nº de instalações normatizadas
	8. Constituir uma brigada anti-incêndio voluntária para atuação preventiva, prestação de primeiros socorros e evacuações de ambientes (em convênio com o Corpo de Bombeiros)	GR/SEGESP	12 meses	Ação realizada
	9. Conceber espaços de convivência aos servidores, para bem-estar e integração nos intervalos de turnos;	SEGESP	12 meses	Número de espaços criados
	10. Estabelecer cooperação entre o Centro de Desportos e a administração da Universidade, para a criação de um projeto de atividades físicas laborais destinadas aos servidores da UFSC	GR/SEGESP/CDS	12 meses	Ação realizada
	11. Desenvolver vídeos instrutivos para situações de emergência, destinados à exibição prévia em eventos nos espaços coletivos da UFSC	SEGESP/DAS/CCE	12 meses	Nº de vídeos
	12. Estabelecer um banco de conhecimento e habilidades para compartilhamento de experiências entre servidores ativos e inativos	GR	12 meses	Ação realizada
	13. Identificar servidores com necessidades especiais, a fim de contribuir com o desenvolvimento de ações inclusivas	SEGESP/DISS/DAS	12 meses	Ação realizada
	14. Identificar, por meio de equipe multiprofissional, riscos psicossociais entre os servidores durante os exames periódicos	SEGESP/ DAS	12 meses	Ação realizada
	15. Oferecer aos servidores suporte psicológico durante o período de cessação de tabagismo	HU/SEGESP/DAS/ SSO	12 meses	Ação realizada
Restaurar e revitalizar a área do Campus Florianópolis	16. Planejar o uso do solo da microbacia do <i>campus</i> de Florianópolis com uma abordagem socioambiental que redefina os espaços para o estabelecimento de um novo equilíbrio ecológico e para o bem estar social.	PU/COPLAN/GA / Departamentos de Ensino Afins	12 meses	Nº de projetos apresentados para as áreas degradadas consideradas
	17. Revitalizar calçadas, iluminação externa, praças, estacionamento, etc. com vista a mobilidade e acessibilidade da comunidade universitária	PU/ DPAE	12 meses	Porcentagem de área revitalizada

RESÍDUOS SÓLIDOS				
Metas	Ações	Responsáveis	Prazos	Indicadores
Estabelecer sistema de gestão para os	1. Realizar diagnóstico dos resíduos na UFSC, por unidade de ensino ou setores da administração UFSC, preferencialmente constituindo comissões paritárias da comunidade universitária, tomando como referência o estudo realizado no CTC	PROAD/PU/GA	12 meses	Percentual do diagnóstico realizado

resíduos sólidos da UFSC	2. Estabelecer uma logística interna dos resíduos sólidos que prime pela segregação para reaproveitamento dos resíduos e redução da quantidade para disposição final	PROAD/PU/GA	24 meses	Percentual da logística estabelecida
	3. Criação de centro de acondicionamento intermediário de resíduos sólidos proveniente dos locais primários, prévio ao encaminhamento ao destino final	PROPLAN/DPAE/DFO/PU	12 meses	Ação realizada
	4. Instaurar a logística reversa para materiais cujos processos de reversão já são de senso comum, a exemplo de pilhas, baterias e lâmpadas	PROAD/DCL/PU	12 meses	Ação realizada
	5. Padronizar os equipamentos do sistema de coleta de resíduos visando: seus ciclos de vida, a interação usuário/equipamento e o processo educativo	PROAD/DCL/PU	12 meses	Porcentagem de equipamentos implantados
	6. Adquirir equipamentos para melhor aproveitamento de resíduos originado dos serviços de poda	PROAD/DCL/PU	12 meses	Ação realizada
Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas de sustentabilidade	7. Mapear pontos de coleta dos diversos tipos de resíduos gerados, para facilitar o monitoramento institucional e para a orientação do usuário	PROAD/PU/LABTATE/GA	12 meses	Ação realizada
	8. Criar uma plataforma virtual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	SeTIC/LABTATE/GA	12 meses	Ação realizada
	9. Inserir cláusulas contratuais e fiscalizar os serviços de terceiros, relacionados aos resíduos, para que as suas atividades estejam em conformidade com as observâncias ambientais instituídas	PROPLAN/PROAD/DPC/PU	12 meses	Nº de contratos revisados
	10. Valorizar a compostagem de resíduos orgânicos já em prática na UFSC	PROPLAN/PU/GA/CCA	12 meses	Ação realizada
	11. Criar canal de divulgação para trocas e transferências de materiais e equipamentos entre setores, com o intuito de incrementar prática já existente de seu reaproveitamento	PROAD/DGP/Unidades de Ensino	12 meses	Ação realizada
	12. Promover campanhas para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem	GR/AGECOM/GA	12 meses	Percentual de adesão por unidades UFSC (Administrativas e de Ensino)
	13. Criar um programa de inclusão digital para os ingressantes na comunidade da UFSC, a fim de estimular o uso amplo das plataformas digitais, para redução de cópias e impressões, a exemplo: Moodle pelos acadêmicos e professores e o SPA (UFSC Sem Papel) pelos servidores	PROGRAD/PROPG/PRAE/SeTIC/AGECOM	12 meses	Nº de acessos às plataformas

ÁGUA E ESGOTO

Metas	Ações	Responsáveis	Prazos	Indicadores
Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo ou corretivo	1. Mapeamento da rede de esgoto, bem como caixas de gordura, caixas de inspeção, poços de visita e tubulação em geral	DMPI/COPLAN	12 meses	Porcentagem da rede mapeada
	2. Monitoramento do consumo através de leituras pontuais e implantação do sistema de tele medição em tempo real para acompanhamento e detecção de possíveis vazamentos	DMPI/COPLAN	12 meses	Gráficos de consumo semanal
	3. Implantação do cadastramento das faturas para análises mensais de consumo para que sejam realizados relatórios para a socialização das informações	DMPI/COPLAN	3 meses	Relatórios mensais de consumo
	4. Manutenção e continuidade no mapeamento da rede de abastecimento de água na UFSC, realização dessas ações também nos outros <i>campi</i>	DMPI/COPLAN	18 meses	Porcentagem da rede mapeada em cada <i>campus</i>
	5. Capacitar cada administrador de edifício com o sistema de mapeamento através do site, obtendo assim mais agilidade e eficácia nas atualizações, validações e modificações	DMPI/COPLAN	16 meses	Porcentagem de administradores de edifício capacitados
	6. Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de efficientização oriundas da UFSC	COPLAN	12 meses	Publicação do <i>site</i>
	7. Identificar, nos pontos de lançamento já identificados, a origem dos efluentes	COPLAN/GA	12 meses	Porcentagem da rede de esgoto interna da UFSC mapeada
Desenvolver métodos e processos de eficiência para redução dos gastos com água e esgoto	8. Organizar equipes de efficientização para estudos pontuais de possíveis melhorias, como modernização das instalações sanitárias para que reduzam o consumo desnecessário	COPLAN	18 meses	Porcentagem mensal de economia de água
	9. Organizar equipes de estudos para solucionar o problema do grande desperdício de água dos destiladores nos laboratórios da Universidade	COPLAN	18 meses	Volume economizado por litro de água destilada
	10. Realizar análises e estudos de remoção de reservatórios de água desnecessários que foram mal dimensionados, diminuindo assim a manutenção	DMPI/COPLAN	6 meses	Número de reservatórios removidos
	11. Organizar equipes de estudos para definir modelos e dimensionamentos mais eficientes de reaproveitamento de água não potável, como por exemplo, de origem pluvial	COPLAN	18 meses	Número de prédios com sistema de aproveitamento de água em pleno funcionamento
Fazer da UFSC um	12. Atualização dos cadastros das economias e análises de viabilidade de contratação	COPLAN	2 meses	Ação realizada

exemplo em adequação à legislação, garantindo qualidade e bem-estar a seus usuários	para que se tenha um cadastramento mais fidedigno junto ao órgão prestador de serviços e melhor gestão de custos			
	13. Implantação do monitoramento e manutenção de reservatórios e demais aparatos que acondicionam a água antes de ser consumida para que se possa garantir a qualidade, evitando danos a saúde dos estudantes	DMPI/COPLAN	6 meses	Número de análises físico-químicas realizadas por semestre
	14. Remoção, troca ou manutenção dos reservatórios de água irregulares ou de material impróprio como o amianto, a fim de garantir adequação com as normas e minimizar os riscos de contaminação	DMPI/COPLAN	6 meses	Ação realizada
Incentivar e aumentar a promoção de boas práticas sustentáveis	15. Estimular o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos que proponham soluções aos problemas relacionados ao tema Água e Saneamento enfrentados pela esfera administrativa da UFSC	PROGRAD/PRAE/PROPEQ/PROEX/PROPG/COPLAN	24 meses	Número de trabalhos registrados
	16. Promover campanhas de conscientização para a redução do desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente	GR/COPLAN	24 meses	Ação realizada
Restaurar e revitalizar a área da microbacia do <i>Campus</i> Florianópolis	17. Erradicar a erosão em pontos dentro do <i>campus</i> , disciplinando o fluxo do escoamento, através de contenção das margens, facilitação da infiltração da água no solo e composição da cobertura do solo com vegetação adaptável a solos erodidos.	PU/DPAE/GA	12 meses	Porcentagem de área erodida recuperada
	18. Implantar um plano de monitoramento próprio da Universidade para as águas dos córregos da microbacia do <i>campus</i> UFSC/Florianópolis - Trindade	COPLAN/GA	12 meses	Porcentagem de variáveis ambientais medidas contidas na Resolução CONAMA 357 (2005)

DESLOCAMENTO DE PESSOAL: FOCO REDUÇÃO DE GASTOS E EMISSÕES

Metas	Ações	Responsáveis	Prazos	Indicadores
Introduzir no mínimo 3 critérios de sustentabilidade nas compras de veículos automotores e/ou sua	1. Conceber e institucionalizar, através de portaria, critérios sustentáveis para compras de veículos pela Universidade Federal de Santa Catarina	GR/DCL/Divisão de Transportes	12 meses	Número de critérios de sustentabilidade adotados para compra dos veículos.
	2. Criação de um banco de dados com as informações técnicas relativas à frota	GR/DCL/SeTIC/Divisão de Transportes	12 meses	Ação realizada
	3. Orientar a utilização dos critérios sustentáveis para compras e substituição de veículos estabelecidos institucionalmente nos projetos da UFSC (ensino, pesquisa e extensão)	PROGRAD/PROPG/PROEX/PROPEQ	12 meses	Ação realizada

manutenção.		Q		
	4. Inventariar as informações relacionadas às emissões com deslocamento de professores, servidores técnico-administrativos e alunos, e prover um banco de informações para acompanhamento e desenvolvimento de metas para redução	GA	6 meses	Ação realizada
Aumentar em 5% a utilização de transportes coletivos pela comunidade universitária	5. Incentivar a prática da carona solidária e responsável entre a comunidade universitária	GR/AGECOM	12 meses	Número de pessoas que utilizam a carona como transporte.
	6. Promover campanhas para incentivo ao uso de transportes alternativos e coletivos como forma de deslocamento até a Universidade, visando à melhoria da qualidade de vida e redução do fluxo de veículos na comunidade de entorno	GR/AGECOM	12 meses	Porcentagem de usuários de transporte alternativo.
	7. Equacionar junto com a prefeitura de Florianópolis a melhoria do transporte coletivo no que tange a frequência e qualidade do serviço	GR	18 meses	Grau de satisfação do usuário em relação a frequência e qualidade.
	8. Ampliar o uso do transporte elétrico interno	PROAD	12 meses	Percentual de veículos elétricos utilizados em relação ao total
	9. Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de mobilidade enfrentados pela esfera administrativa da UFSC, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema	PROGRAD/PROP G/ PROEX/PROPES Q /PRAE	18 meses	Número de trabalhos registrados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do plano de logística sustentável para a UFSC, pensou-se na dimensão estratégica deste instrumento de gestão, de como ele seria capaz de lançar as bases para transformar o território da UFSC em uma parte de uma cidade exemplar para a qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

A pretensão de iniciar um sistema de gestão integrado capaz de inter-relacionar as atividades de ensino, pesquisa e extensão e as administrativas com o contexto ambiental logo se mostrou uma possibilidade, mas de longo prazo.

Corroboraram para essa constatação algumas das limitações já mencionadas anteriormente, como a abrangência dos temas a serem abordados, a fragilidade dos inventários e diagnósticos da UFSC e a exiguidade de tempo da equipe hoje disponível.

No entanto, ao se passar da planificação para a execução das ações propostas e alcançar a desejada concretude rumo a níveis mais levados de qualidade social e ambiental, é que emerge a maior das limitações: a participação da comunidade universitária na elaboração do PLS.

Se em um primeiro momento o PLS foi concebido em uma comissão, por imposição de uma norma administrativa, como um modelo estratégico de gestão, a sua materialização, disseminação e respaldo só ocorrerá se forem criados meios de participação da comunidade acadêmica e for dada a necessária transparência aos processos envolvidos nas tomadas de decisões, execução e avaliação dos resultados.

As políticas podem partir de cima para baixo, mas a exigência de coerência delas parte de baixo para cima.

A partir das considerações acima, recomenda-se:

1. Envolver toda a comunidade universitária em todos os programas e ações do PLS;
2. Criar um sistema de fácil acesso à comunidade universitária onde serão disponibilizadas todas as informações de monitoramentos e de ações do PLS;
3. Incorporar ações do PLS aos programas do setor de Gestão Socioambiental da UFSC;
4. Aplicar as ações do PLS através de acordos cooperativos entre as unidades responsáveis, realizando todos os ajustes necessários para que isso seja possível, rompendo com a setorização e adotando um enfoque intersetorial e multidisciplinar;
5. Estimular o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos que proponham soluções em todos os temas do PLS e enfrentados pela esfera administrativa da UFSC;
6. Valorizar as boas práticas de sustentabilidade por centros, departamentos e unidades administrativas para redução, reutilização e reciclagem de materiais e equipamentos;
7. Estimular a integração do ensino, da pesquisa e da extensão de forma interdisciplinar, em uma ação social, com conteúdo não meramente assistencialista, mas que confira relevância à Universidade, na produção de conhecimento mirando as mudanças sociais necessárias para um mundo melhor;
8. Ampliar a abrangência dos limites do relatório e aprimorar as metodologias de abordagem e de indicadores para dar continuidade ao trabalho e para que os dados informados sejam comparáveis no tempo;
9. Documentar e disponibilizar as informações sobre processos, procedimentos, pressupostos e limitações com transparência, isto é, de forma nítida, factual, neutra e compreensível, com base em documentação e arquivos claros;
10. Relatar com transparência e exatidão as medidas tomadas e as ações realizadas para aprimorar o nível de credibilidade e transparência;

11. Constituir grupos de trabalho compostos por servidores técnico-administrativos (STA) e docentes para normatizar e adequar os padrões e critérios de monitoramento para as áreas específicas, de modo que possa assessorar a CGPLS na avaliação das ações do PLS. A utilização como referência dos padrões e critérios de desempenho ambiental propostos pela ISO 14.031, nos setores pertinentes, também é recomendável;

12. Promover campanhas educativas e de sensibilização do usuário da comunidade universitária para a participação nas ações sustentáveis e de modo que ele desenvolva o sentido de pertencimento ao território.

REFERÊNCIAS

BECKER, Mariana Silva. Compras sustentáveis na UFSC: uma análise crítica. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 fev. 2013.

_____. Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Decreto n. 7.746, de 05 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm>. Acesso em: 27 fev. 2013.

_____. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 3 abr. 2013.

_____. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 3 abr. 2013.

_____. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Instrução Normativa nº 10, de 5 de novembro de 2012. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

LAURENTI, A. et al. Um Córrego para Chamar de Nosso. Anais 10ª SEPEX, Florianópolis, UFSC, 2011.

LAURENTI, A. Um Córrego para Chamar de Nosso. Florianópolis, 2011. 60 f. Relatório de Pesquisa. Departamento de Patologia/Toxicologia, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina.

LABDREN. Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Itacorubi. Relatório Técnico, Laboratório de Drenagem Urbana, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.1997a, 37 p.

LABDREN. Características Físicas da Bacia do Itacorubi. Relatório Técnico, Laboratório de Drenagem Urbana, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1997b, 42 p.

LABTATE/UFSC. Mapa UFSC. Disponível em: <www.mapa.ufsc.br>. Acesso em: 12 ago. 2011.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, OECD Environmental Indicators. Development; Measurement and Use –Reference Paper, OCDE, Paris, França, 2003.

PILATTI, L. A.; BEJARANO, V. C. Qualidade de vida no trabalho: leituras e possibilidades no entorno. In: Gestão da qualidade de vida na empresa. Aguinaldo Gonçalves, Gustavo L. Gutierrez, Roberto Vilarta (org). Campinas, SP: Ipês Editorial, 2005. Disponível em: <<http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PITSCH, Eduardo Ferreira. A gestão de resíduos sólidos na UFSC e sua adequação frente às novas regras da política nacional de resíduo sólido (lei 12.305/2010). Florianópolis, SC, 2011. 128 f. TCC (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, 2011.

PNMA. Programa Nacional do Meio Ambiente. Diretrizes de pesquisa aplicada ao planejamento e gestão ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995. 101 p.(Coleção Meio Ambiente. Série Diretrizes-Gestão Ambiental).

PNUMA-CIAT. Marco conceptual para el desarrollo y uso de indicadores ambientales y de sustentabilidad para la toma de decisiones em Latinoamérica y el Caribe. Mexico, D.F., 14-16 febrero, 1996.

Resolução CONAMA Nº 357, de 17 de março de 2005. Disponível em: <www.cetesb.sp.gov.br/Agua/praias/res_conama_357_05.pdf>. Acesso em: março de 2011.

UFSC. Plano diretor participativo da UFSC - Segurança. Disponível em: <<http://planodiretor.ufsc.br/files/2012/04/24.04.12-Leitura-Seguranca.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Plano diretor participativo da UFSC - Mobilidade. Disponível em: <<http://planodiretor.ufsc.br/files/2012/04/24.04.12-Leitura-Mobilidade.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Portaria n. 140/2013/GR, de 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

_____. Portaria n. 331/2013/GR, de 06 de março de 2013. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf/4776580cad62c24303256261005f49bd/9d26f933be7ef94183257b270063dd51?OpenDocument>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

_____. Reorganiza UFSC: isonomia para todos. Disponível em: <<http://reorganiza.ufsc.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. Coordenadoria de Gestão Integrada-CGI/PROPLAN/UFSC. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos. No prelo.

_____. Relatório de pesquisa na Serrinha/Programa Conexões de Saberes/UFSC. Disponível em: <www.conexoes.ufsc.br/projetos.php>. Acesso em: agosto de 2011.

USP. Plataforma Informação, Sensibilização e Avaliação da Sustentabilidade na Universidade. Disponível em: <<http://www.projetosustentabilidade.sc.usp.br>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

IV. REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF. POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO

CAPÍTULO I

CONCEITOS E OBJETIVOS

Art. 1º - O Hospital Universitário (HU), órgão suplementar previsto no Artigo 12, Inciso V do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, diretamente vinculado ao Reitor, é um Hospital Geral, e tem por finalidade promover assistência, ensino, pesquisa, e extensão na área de saúde e afins.

Art. 2º - São objetivos do Hospital Universitário:

I - Ser campo de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins, em estreita relação e sob orientação das Coordenadorias e dos Departamentos de Ensino, que nele efetivamente atuam;

II - Prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade de forma universalizada e igualitária.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Hospital Universitário está harmonizado com o Sistema Nacional de Saúde vigente.

CAPÍTULO II

DA INTEGRAÇÃO DOCENTE ASSISTENCIAL

Art. 3 - No âmbito do Hospital Universitário é obrigatória e imprescindível a integração docente assistencial.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Hospital Universitário e a Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina se obrigam a encontrar meios para atender ao disposto acima.

Art.4º - Cabe ao Hospital Universitário, conjuntamente com os Departamentos de Ensino, desenvolver assistência voltada às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO HU

Art.5º - O Hospital Universitário é dirigido pela Administração Superior e Setorial.

Art.6º - A Administração Superior é constituída pelo Conselho Diretor (CD), Diretoria Geral (DG) e Vice-Diretoria (VD).

Art.7º - A Administração Setorial é constituída pelas Diretorias de Medicina, de Enfermagem, de Administração e Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar.

Art.8º - O Conselho Diretor é um órgão com funções normativas, consultivas e deliberativas, obedecidas as disposições legais, regimentais, estatutárias e normativas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Art. 9º - O Conselho Diretor do Hospital Universitário é constituído dos seguintes membros:

I - Diretor Geral do Hospital Universitário, que é seu presidente;

II – Vice-Diretor do Hospital Universitário;

III - Diretor de Medicina;

- IV – Diretor de Enfermagem;
- V – Diretor de Administração;
- VI – Diretor de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar;
- VII - Diretor do Centro de Ciências da Saúde;

VIII – Chefes dos Departamentos de Ensino, da Coordenadoria Especial de Fonoaudiologia e Coordenadores dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Centro de Ciências da Saúde que possuam atuação efetiva no Hospital Universitário;

IX – 04 (quatro) servidores do quadro permanente da UFSC, lotados no Hospital Universitário, sendo 1 (um) de cada diretoria setorial;

- X – Representante do corpo discente;
- XI – 01 (um) representante dos residentes;
- XII – 01 (um) representante da comunidade.

§ 1º - Em relação aos incisos VII e VIII, consideram-se como suplentes os respectivos substitutos regimentais.

§ 2º - Os servidores de que trata o inciso IX serão eleitos pelos integrantes de suas respectivas diretorias juntamente com seus suplentes, para um mandato de 02 (dois) anos, com direito a 1 (uma) recondução.

§ 3º - A representação discente (inciso X) contará com alunos dos cursos da área da saúde do ciclo profissionalizante que tenham atividades no Hospital Universitário, em número igual à parte inteira do resultado obtido da divisão por cinco (cinco) do número da representação não discente do Conselho Diretor do Hospital Universitário, indicados pelos Centros Acadêmicos, para o mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos por mais 1 (um) ano.

§ 4º - O representante dos residentes, com seu suplente, será eleito por seus pares, para um mandato de 01(um) ano, com direito a 01 (uma) recondução;

§ 5º - A representação da comunidade do Hospital Universitário de que trata o inciso XII será composta por um membro das comunidades circunvizinhas ao Campus, com seu respectivo suplente, indicado pelo Conselho Municipal da Saúde para o mandato de 01 (um) ano, com direito a 01 (uma) recondução.

Art. 10 - O Conselho Diretor (DC) reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por bimestre, e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente, ou quando requerido por maioria simples de seus membros, constando da convocação, a pauta da reunião.

PARÁGRAFO ÚNICO - As convocações para as reuniões do Conselho Diretor (CD) deverão ser feitas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 11 - O Conselho Diretor (CD) deliberará por maioria simples dos votos dos membros presentes, tendo o presidente direito a voto quantitativo e qualitativo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Diretor (CD) reunir-se-á com a presença de metade mais 01 (um) de seus membros.

Art. 12 - Compete ao conselho Diretor (CD):

- I - Promover a integração docente assistencial;
- II - Apreciar os projetos de pesquisa e extensão a serem desenvolvidos no Hospital Universitário, previamente aprovados pelas Comissões de Ética respectivas;
- III - Definir a política hospitalar em consonância com as normas vigentes na Lei Orgânica de Saúde;
- IV - Estabelecer medidas que visem à melhor técnica e/ou administrativa do Hospital Universitário;
- V - Apreciar o plano anual de trabalho, incluindo a proposta orçamentária a ser encaminhada à Reitoria;

VI - Estabelecer normas e critérios para consulta prévia a serem aprovadas pelo reitor, cuja consulta fornecerá subsídios ao mesmo para nomeação do Diretor Geral e Vice-Diretor do Hospital Universitário, bem como designar comissão para coordenar o processo;

VII - Elaborar e submeter à aprovação do Reitor seu próprio Regimento e Regulamentos das Diretorias Setoriais;

VIII - Propor a Reitoria as alterações do presente Regimento desde que aprovadas por 2/3 (dois terços) dos seus membros;

IX - Deliberar sobre questões omissas neste Regimento, aprovadas “ad referendum” pelo Diretor Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Das decisões do Conselho Diretor (CD), caberá recursos nos termos do Regimento Geral da UFSC.

Art.13 - A Diretoria Geral e Vice-Diretoria serão exercidas por docentes da área de saúde que estejam em efetivo exercício no Hospital Universitário por um período não inferior à 03 (três) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Diretor Geral e o Vice-Diretor do Hospital exercerão suas atividades em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

Art. 14 - O Diretor Geral e o Vice-Diretor do Hospital Universitário serão nomeados pelo Reitor para um mandato de 04 (quatro) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Diretor (CD) do Hospital Universitário promoverá consulta prévia, visando oferecer subsídios ao Reitor para nomeação do Diretor Geral e Vice-Diretor do Hospital Universitário.

Art. 15 - A Diretoria Geral contará com uma Secretaria Administrativa.

Art. 16 - São atribuições do Diretor Geral do Hospital Universitário;

I - Convocar e coordenar as reuniões do Conselho Diretor;

II - Sugerir a nominata para o exercício dos cargos de chefia das Diretorias Setoriais, a serem nomeados pelo Reitor;

III - Representar o Hospital Universitário junto à Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina, demais órgãos governamentais e onde se fizer necessário;

IV - Propor ao Reitor, após análise de projetos, a criação ou extinção de Coordenadorias, Divisões, Serviços ou Seções, além das Comissões Permanentes e Temporárias;

V - Zelar pela disciplina no Hospital Universitário;

VI - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Catarina, as determinações do Reitor, as deliberações do Conselho Diretor, este Regimento e as normas vigentes no Hospital Universitário;

VII - Elaborar plano anual de trabalho a ser apresentado ao Conselho Diretor, contendo proposta orçamentária do Hospital Universitário para análise e apreciação;

VIII - Elaborar relatório anual do Hospital Universitário para apreciação do Conselho Diretor, até 31 de janeiro do ano seguinte ao exercício;

IX - Mandar licitar e ordenar as despesas nos processos de compra de materiais permanentes e de consumo para o Hospital, dentro das normas vigentes no Serviço Público federal e na Universidade Federal de Santa Catarina;

X - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art. 17 - O Vice-Diretor do Hospital Universitário substituirá o Diretor Geral nos seus impedimentos e exercerá outras atribuições, permanentes ou temporárias, delegadas pelo Diretor Geral.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETORIAS SETORIAIS

Art. 18 - A Diretoria de Medicina é o órgão responsável pelas atividades de assistência médica no Hospital Universitário, assim como o elo de ligação com os departamentos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na área médica.

Art. 19 - O Diretor de Medicina será um médico do corpo clínico do Hospital Universitário, que tenha exercido atividade na Instituição por um período não inferior a 03 (três) anos, sugerido pelo Diretor geral e nomeado pelo reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

§1º - O Diretor de Medicina é o chefe do corpo clínico;

§2º - A Diretoria de Medicina contará com uma seção de expediente;

§3º - o Corpo Clínico do Hospital Universitário é formado pelos médicos docentes que nele atuam e pelos servidores médicos nele lotados.

Art.20 - são atribuições do Diretor de Medicina:

I - Chefiar o corpo clínico do hospital Universitário;

II - Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe médica;

III - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar às atividades da Diretoria de Medicina;

IV - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;

V - Avaliar, com as Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;

VI - Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisão antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;

VII - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;

VIII - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

IX - Estimular e apreciar o desenvolvimento da pesquisa clínica no âmbito do Hospital Universitário;

X - Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos departamentos;

XI - Garantir o apoio necessário ao desenvolvimento nos cursos de pós-graduação da área médica;

XII - Promover e estimular a Educação continuada do Corpo Clínico através de reuniões clínicas, incentivo ao Centro de Estudos do Hospital Universitário e intercâmbio com outras Instituições de ensino médico;

XIII - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art.21 - A Diretoria de Enfermagem é o órgão responsável pela assistência de Enfermagem no Hospital Universitário, assim como o elo de ligação com o Departamento de Enfermagem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão nele desenvolvidas.

Art.22 - O Diretor de Enfermagem será um enfermeiro do quadro permanente da Universidade Federal de Santa Catarina, lotado no Hospital Universitário, ou um enfermeiro docente do Centro de Ciências da Saúde que tenha exercido atividades no Hospital Universitário por um período não inferior a 03 (três) anos, sugeridos pelo Diretor Geral e nomeado pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

Art. 23 - São atribuições do Diretor de Enfermagem:

- I - Chefiar a equipe de enfermagem do Hospital Universitário;
- II - Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe da enfermagem e onde se fizer necessário;
- III - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Enfermagem;
- IV - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;
- V - Avaliar, com as Coordenadorias, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;
- VI - Apreciar todas as propostas e pedidos das Coordenadorias antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;
- VII - Cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;
- VIII - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;
- IX - Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa em enfermagem no âmbito do Hospital Universitário;
- X - Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos Departamentos;
- XI - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art.24 - A Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar é o órgão responsável pelas atividades de apoio à assistência, colaborando também com o ensino, pesquisa e extensão nas áreas de atuação de seus serviços.

Art.25 - O Diretor de Apoio Assistencial E Diagnóstico Complementar será um servidor de nível superior, docente ou técnico-administrativo, do quadro permanente da Universidade Federal de Santa Catarina que tenha exercido atividades no Hospital Universitário por um período não inferior a 03 (três) anos, sugeridos pelo Diretor Geral e nomeado pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar contará com uma Seção de Expediente.

Art.26 - São atribuições do Diretor de Apoio Assistencial e Diagnóstico Complementar:

- I - Garantir a representação do Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos componentes de sua Diretoria e onde se fizer necessário;
- II - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Apoio Assistencial;
- III - Assessorar o Diretor geral em assuntos de sua competência;
- IV - Avaliar, com as Coordenadorias, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;
- V - Apreciar todas as propostas e pedidos das Coordenadorias antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;
- VI - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;
- VII - Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Hospital Universitário;
- VIII - Promover e estimular a Educação continuada nas diversas áreas no âmbito de sua Diretoria;

IX - Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos Departamentos;

X - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

XI - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art.27 - A Diretoria de Administração é o órgão responsável pela coordenação do sistema administrativo do Hospital Universitário.

Art.28 - O Diretor de Administração será um Administrador do quadro permanente da Universidade Federal de Santa Catarina, lotado no Hospital Universitário, (ou um Administrador Docente), que tenha exercido atividade no Hospital Universitário por um período não inferior a 03 (três) anos, sugerido pelo Diretor Geral e nomeado pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria de Administração contará com uma Seção de Expediente.

Art.29 - São atribuições do Diretor de Administração:

I - Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos integrantes de sua Diretoria e onde se fizer necessário;

II - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Administração;

III - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;

IV - Avaliar, com as Coordenadorias, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;

V - Apreciar todas as propostas e pedidos das Coordenadorias antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;

VI - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotina em vigor no âmbito de sua Diretoria;

VII - Prestar contas anualmente do inventário dos bens patrimoniais em uso no Hospital Universitário, encaminhado ao Diretor Geral em data conforme orientação dada pelo Tribunal de contas da União;

VIII - Definir diretrizes quanto à gerência de receitas, desembolso, orçamentos e custos de produção em consonância com a Administração Superior do Hospital universitário;

IX - Definir política relativa ao suprimento de materiais de consumo e permanente do Hospital Universitário;

X - Coordenar as atividades inerentes à área de Recursos Humanos;

XI - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

XII - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO V

DAS COORDENADORIAS, DIVISÕES, SERVIÇOS E SEÇÕES

Art. 30 - As Coordenadorias e Divisões são órgãos de planejamento tático e controle operacional das Diretorias Setoriais.

Art.31 - São atribuições dos Coordenadores e Chefes de Divisão:

Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar todas as atividades de sua área de abrangência em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, cumprindo as Diretrizes emanadas da Administração Superior e Diretoria Setorial.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Coordenadoria e Divisão será dirigida por um profissional de nível superior, sugerido pelo Diretor Geral em consonância com os Departamentos de ensino com atuação na área e nomeado pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral.

Art. 32 - Os Serviços são órgãos de execução em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, devendo cumprir as diretrizes emanadas da Administração Superior, Diretorias Setoriais e das Coordenadorias e Divisões respectivas.

Art. 33 - Os Chefes de Serviços serão sugeridos pelo Diretor Geral em consonância com os Departamentos de ensino com atuação na área e nomeados pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral.

Art. 34 - São atribuições do chefe de Serviço:

I - Planejar, organizar, dirigir, controlar, coordenar e propor normas para o bom funcionamento do Serviço;

II - Coordenar as atividades de assistência com as de ensino, pesquisa e extensão;

III - Supervisionar o cumprimento das normas estabelecidas pelo Serviço;

IV - Organizar os meios necessários para cumprir as determinações emanadas da Administração Superior, Diretoria Setorial, da Coordenadoria ou da Divisão respectiva.

Art.35 - As Seções são áreas operacionais subordinadas às Coordenadorias ou Serviços nos quais são vinculados.

Art.36 - Os Coordenadores e Chefes de Divisões, Serviços e Seções deverão transferir aos seus sucessores, mediante termo de responsabilidade visado pelo Diretor do Hospital Universitário, a carga dos respectivos bens patrimoniais.

Art. 37 - As Chefias de Serviços ou Seções, além de gerenciarem suas atividades, deverão desenvolver atividades fins conforme especificado no manual de atribuições.

Art.38 - A criação ou extinção de Seção, Serviço, Divisão e Coordenadoria dar-se-á exclusivamente após análise de proposta encaminhada pela Diretoria Setorial ao Diretor Geral, que, julgada pertinente, a encaminhará ao Conselho Diretor para apreciação e posterior encaminhamento ao Reitor para decisão final.

CAPÍTULO VI

DA ASSESSORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Assessoria de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão de planejamento e acompanhamento das atividades acadêmicas do Hospital, sendo exercida por docente da UFSC da área da saúde.

CAPÍTULO VII

DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS E PERMANENTES

Art.39 - As Comissões são órgãos de assessoramento e/ou auditoria de caráter permanente ou temporário, estas últimas designadas por tempo determinado para avaliar problemas específicos.

Art.40 - São atribuições do Presidente da Comissão:

I - Coordenar as atividades da Comissão e representá-la junto à Direção Geral;

II - Deliberar sobre a distribuição de tarefas;

- III - Convocar e presidir as sessões;
- IV - Solicitar as informações necessárias aos trabalhos da Comissão;
- V - Elaborar relatórios que reflitam o andamento e/ou conclusão dos trabalhos.

Art.41 - As comissões assessoras obrigatórias do Hospital Universitários são:

- I - Documentação Médica e Estatística;
- II – Comissão de Ética;
- III – Comissão de Ética em Pesquisa, própria ou da IES;
- IV – Comissão de Mortalidade Materna e de Mortalidade Neonatal;
- V – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
- VI – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da IES;
- VII – Comissão de Óbitos;
- VIII – Comissão de Revisão de Prontuários;
- IX - Comissão de Transplantes e Captação de Órgãos;
- X – Comitê Transfusional;
- XI – Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional;
- XII – Desenvolver atividades de vigilância epidemiológica, hemovigilância, farmacovigilância, tecnovigilância em saúde, vigilância em saúde do trabalhador e padronização de medicamentos.

Art.42 - São atribuições da Comissão de Revisão de Prontuários;

- I - Estabelecer Normas para avaliação e organização dos prontuários;
- II - Recomendar a confecção ou supressão de formulários;
- III - Avaliar os prontuários, verificando a qualidade das anotações e seu preenchimento;
- IV - Manter contato com os Chefes dos Serviços, transmitidos aos mesmos as observações que se fizerem recomendar;
- V - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.

Art.43 - São atribuições da Comissão de Padronização de Medicamentos:

- I - Estabelecer critérios para inclusão e exclusão de medicamentos na padronização;
- II - Elaborar a lista de medicamentos padronizados, divulgá-la e determinar seu uso como instrumento básico para a prescrição médica;
- III - Rever e atualizar, anual ou bianualmente, a lista de medicamentos padronizados;
- IV - Estudar medicamentos sob o ponto de vista clínico, biofarmacocinético e químico, emitindo parecer técnico sobre sua eficácia terapêutica, como critério fundamental de escola;
- V - Relacionar, objetivamente, dados farmacológicos ou agentes terapêuticos propostos para uso no Hospital Universitário;
- VI - Divulgar informações relacionadas a estudos clínicos relativos a medicamentos incluídos e excluídos na padronização;
- VII - Servir como órgão assessor ao corpo clínico e à administração do Hospital em assuntos relacionados tecnicamente com medicamentos e produtos afins.

Art.44 - São atribuições da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;

- I - Implantar um sistema de vigilância epidemiológica que compreende a coleta, análise e divulgação dos dados mais significativos;
- II - Realizar treinamentos em Serviços;
- III - Elaborar normas técnicas complementares para prevenção de infecções mais incidentes, com ênfase na regulamentação das necessidades e medidas de isolamento e acompanhamento de sua aplicação;

IV - Sugerir medidas que resultem na higienização, prevenção e redução das infecções hospitalares;

V - Implementar todas as medidas recomendadas e supervisionadas as suas aplicações;

VI - Implantar controle do uso de antimicrobianos;

VII - Preparar, com o Diretor Geral, relação de casos de doenças de notificação compulsória, a ser remetida ao órgão Estadual de Saúde de sua Jurisdição.

Art.45 - São atribuições da Comissão de Residência Médica;

I - Propor, anualmente, ao Conselho Diretor o número de vagas para residentes e alunos de pós-graduação e sua distribuição por Serviço;

II - Elaborar o Edital de inscrição e a sistemática a ser usada para demissão;

III - Elaborar seu próprio regimento e submeter a aprovação do Conselho Diretor do Hospital Universitário;

IV - Elaborar o manual de atribuições dos residentes;

V - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais envolvidas com a Residência;

VI - Prestar assessoramento à Administração Superior em assuntos de sua competência;

VII - Manter esquema de avaliação periódica dos programas de residência e dos residentes.

Art.46 - São atribuições da Comissão de Ética

I - Fiscalizar o exercício ético da profissão de médico;

II - Fiscalizar as condições oferecidas pela Instituição para o bom funcionamento da mesma;

III - Fiscalizar a obediência dos princípios que regulamentam os preceitos legais dos direitos dos médicos;

IV - Fiscalizar a qualidade do atendimento dispensado aos pacientes;

V - Servir de interlocutor com o Conselho Regional de Medicina nos assuntos envolvendo transgressões ao código de Ética Médica.

VI - Emitir parecer sobre os projetos de pesquisa envolvidos na Instituição.

Art.47 - São atribuições da Comissão Permanente de Licitação:

I - Proceder abertura da documentação das propostas que atendam aos requisitos do Edital de Licitação;

II - Desqualificar e anular propostas que estejam em desacordo com o previsto no Edital;

III - Lavrar ata circunstanciada, sobre todas as ocorrências de abertura de Licitações, bem como proceder a assinatura da mesma por todos os presentes.

CAPÍTULO VIII

DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DA CLIENTELA DO FLUXO DE PACIENTES

Art.48 - O Hospital Universitário, como Hospital Geral contará com atendimento a nível ambulatorial e de internações nas áreas de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria e Tocoginecologia, bem como serviços de apoio necessário ao pleno funcionamento das mesmas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Pelas características de Hospital de Ensino e pela sua vocação natural de Hospital de Referência dentro do Sistema Nacional de Saúde vigente, deverá o Hospital Universitário buscar uma capacitação progressiva no que se

refere a Recursos Humanos, bem como adquirir tecnologia necessária para torná-lo gradativamente uma instituição de alta resolutividade dos problemas de saúde de sua clientela.

Art.49 - a Clientela do hospital Universitário é universalizada, bastando, para ter acesso ao mesmo, a identificação pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A clientela do Hospital Universitário por este ser um Hospital de Ensino, será orientada quanto ao contato com alunos dos diferentes cursos que nele estagiam, sendo-lhe sempre assegurado respeito ético e assistência de saúde por profissional ou equipe multiprofissional qualificado(a).

Art.50 - O Atendimento ambulatorial dar-se-á prévio no Serviço de Prontuário do Paciente - SPP, para os diferentes profissionais, segundo as normas vigentes no mesmo.

Art.51 - O Atendimento a nível de emergência será prestado a quem a ele dirigir solicitando consulta, tendo prioridade os casos mais graves, quando assim identificados.

Art.52 - As internações hospitalares dar-se-ão exclusivamente através de ambulatórios do Hospital Universitário ou de seu Serviço de Emergência, sempre requisitadas por profissionais do corpo clínico do Hospital Universitário e condicionadas à disponibilidade de vagas no momento das solicitações.

CAPÍTULO IX

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUA APLICAÇÃO

Art.53 - Para a realização de suas atividades o Hospital Universitário disporá de recursos advindos:

I - De dotação constante no orçamento geral de Universidade;

II - De rendas auferidas de convênios firmados;

III - De critérios abertos em seu favor;

IV - De outras fontes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os convênios propostos deverão ter aprovação preliminar do Conselho Diretor e demais instâncias previstas na Legislação Superior da UFSC.

Art.54 - Todos os recursos auferidos pelo Hospital Universitário deverão ser necessariamente nele aplicados, quer para manutenção das suas atividades básicas, quer para o seu desenvolvimento técnico-científico e de recursos humanos.

CAPÍTULO X

DAS SANÇÕES DISCIPLINARES E SUAS APLICAÇÕES

Art.55 - As sanções disciplinares aos servidores lotados no Hospital Universitário serão aplicadas segundo as normas e leis vigentes, seguindo os trâmites estabelecidos pela administração Superior da Universidade.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.56 - Os grupos de trabalho já existentes, mas não suficientemente complexos ou estruturados para serem considerados Serviços, serão denominados Núcleos, os quais

terão 1 (um) Coordenador escolhido pelo Diretor Geral e serão subordinados a uma das Diretorias Setoriais ou Divisões já existentes.

Art.57 - Quando determinada área hospitalar por suas características, necessitar da participação de serviços de diferentes Diretorias Setoriais, o Diretor Geral poderá designar um Coordenador de Unidade, o qual será responsável pela coordenação horizontal da mesma.

Art.58 - Cada Diretoria Setorial tem o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de aprovação deste Regimento, pelo Reitor, para elaborar os respectivos regulamentos e manuais de atribuições de sua estrutura organizacional.

Art.59 - A Direção Geral tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para elaborar um sistema único de avaliação de desempenho periódico dos Servidores do Hospital Universitário para aprovação pelo Conselho Diretor e bem como pelo Reitor, complementar à Resolução nº 121/Cun/90.

Art. 60 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Pessoal após sua aprovação pelo Reitor.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2013.

Prof. Roselane Neckel
Reitora/UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Prof. Antonio Cezar Bornia

Pró-Reitora Adjunta de Planejamento e Orçamento

Bel. Izabela Raquel (até 07/01/2015)

Bel. Anna Cecília Amaral Petrassi

Departamento de Planejamento e Gestão da Informação

Lucas Rotta Silva

Manuela Coelho Perez

Monique Regina Bayestorff Duarte de Sousa

Patrícia Maria Figueredo

Renato Magri

Sergio Roberto Pinto da Luz

Fone:

+55 (48) 3721-4201

Endereço Eletrônico:

dpgi@ufsc.br

Página Eletrônica:

<http://proplan.ufsc.br>

Campus Universitário João David Ferreira Lima - Trindade

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

CEP: 88040-900



Conhecimento produzindo cidadania